



SCIENTIA
instituto



**PESQUISAS E INOVAÇÕES EM CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS: PRODUÇÕES CIENTÍFICAS
MULTIDISCIPLINARES NO SÉCULO XXI, VOL 3**

Organizador - Daniel L. S. Braga

DOI 10.55232/1084002

ISBN 978-65-85047-19-7



**PESQUISAS E INOVAÇÕES EM CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS: PRODUÇÕES CIENTÍFICAS
MULTIDISCIPLINARES NO SÉCULO XXI, VOL 3**

Organizador - Daniel L. S. Braga

***Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 3***

Copyright 2022 © Instituto Scientia

(CNPJ 43957433000142)

Todo conteúdo exposto nos capítulos é de responsabilidade dos próprios autores.

Organizador

Daniel L. S. Braga

Corpo Editorial

George Luiz Nérís Caetano
Edson Da Silva De Oliveira
Maria Daniela Vieira Da Silva
Ediane Teles de Matos
Adilson dos Santos
Leonardo Souza De Oliveira
Maria Aparecida Das Dores
Patrícia Prudente Costa
Isabela Monteiro Naves
Rodrigo Gomes Xavier
Ana Luiza Machado de Santos

www.institutoscientia.com
contato@institutoscientia.com

APRESENTAÇÃO

O presente livro, intitulado “Pesquisa e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas Multidisciplinares no Século XXI, Volume 3” trata-se de uma coletânea dos artigos científicos acadêmicos multidisciplinares das áreas das Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, com capítulos compostos por diversos autores de todo o Brasil, organizado e publicado pelo Instituto Scientia no ano de 2022 e disponibilizado na internet de forma gratuita, em prol da democratização da ciência.

DOI 10.55232/1084002

ISBN 978-65-85047-19-7

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial do Instituto Scientia. É permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega por membros do Corpo Editorial, tendo sido aprovados para a publicação.

SUMÁRIO

Capítulo 1 - MULHERES E VOLEIBOL: ANÁLISE DA FEMINILIDADE NO ESPORTE - Página 14

Capítulo 2 - EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS DIFERENTES ETAPAS DE ENSINO SOB O OLHAR DE GESTÃO - Página 29

Capítulo 3 - DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO CRÍTICO AO ENSINAR MATEMÁTICA - Página 38

Capítulo 4 - SUBJETIVIDADE E FOTOGRAFIA PRETO E BRANCO: AS SÉRIES DA CATEGORIA LONG-TERM PROJECTS DO WORLD PRESS PHOTO - Página 47

Capítulo 5 - A VELHICE SOB A LENTE DA MEMÓRIA COLETIVA - Página 58

Capítulo 6 - ANOS REBELDES: CANÇÃO POPULAR E JUVENTUDE NO ENFRENTAMENTO AO AUTORITARISMO E AO CONSERVADORISMO, BRASIL, DÉCADA 1960, E SEUS DESDOBRAMENTOS NOS DIAS DE HOJE - Página 69

Capítulo 7 - REMANESCENTES QUILOMBOLAS: ENTRE A HISTÓRIA, MEMÓRIA E DIREITOS - Página 85

Capítulo 8 - A PEDAGOGIA EMPRESARIAL A PARTIR DE NOVAS PERSPECTIVAS DECORRENTES DO ENSINO A DISTÂNCIA - Página 104

Capítulo 9 - O DESENVOLVIMENTO DE UMA METODOLOGIA DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS APLICADA A EMPRESAS DE ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO CIVIL. - Página 123

Capítulo 10 - SELFIE: EXPOSIÇÃO OU REGISTRO? - Página 154

Capítulo 11 - RELATO DE EXPERIÊNCIA EDUCACIONAL INCLUSIVA REALIZADA EM UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO TÉCNICA DE RONDONÓPOLIS - Página 163

Capítulo 12 - PIBID FORMANDO DOCENTES AINDA MELHORES - Página 170

Capítulo 13 - AS RADIODIFUSORAS EDUCATIVAS E SEU PAPEL COMO INSTRUMENTO DE CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS CULTURAIS - Página 175

***Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 3***

Capítulo 14 - POLITICAS PÚBLICAS E MEIO AMBIENTE: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS MORADORES DE SÃO JOSÉ DO SABUGÍ-PB -
Página 203

Capítulo 15 - IMPACTOS DA COVID-19 NA SAÚDE MENTAL DOS ACADÊMICOS DE PSICOLOGIA: ANSIEDADE E DEPRESSÃO - Página 223

Capítulo 16 - INTERDISCIPLINARIDADE - Página 243

Capítulo 17 - COMUNIDADE ICTIOPLANCTÔNICA DO GOLFÃO MARANHENSE-BRASIL - Página 253

Capítulo 18 - O CUMPRIMENTO DE PENA E O TRATAMENTO DESUMANO DEGRADANTE: UM ESTUDO SOBRE A DISCRICIONARIEDADE NO CÁLCULO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO SOB A VISÃO DA INTEGRIDADE E COERÊNCIA DO DIREITO - Página 264

Capítulo 19 - TERRITÓRIO UNIVERSITÁRIO O CONFLITO ENTRE O PRETO E O BRANCO - Página 285

Capítulo 20 - AS FACES DA VELHICE NAS REDES SOCIAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA - Página 292

Capítulo 21 - ‘PARASITA’, O VENCEDOR DO OSCAR 2020 À LUZ DE KARL MARX - Página 308

Capítulo 22 - GEOGRAFIA DO VOTO E COMPETIÇÃO ELEITORAL NA ELEIÇÃO DE 2014 - Página 326

Capítulo 23 - A IMPLANTAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA COMO GARANTIA AO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E PREVENÇÃO ÀS PRÁTICAS DE TORTURA - Página 344

Capítulo 24 - CRIANÇAS ÍNDIGO E CRISTAL: UMA VISÃO A PARTIR DA PSICOLOGIA EDUCACIONAL - Página 389

Capítulo 25 - ANÁLISE COMPARATIVA DAS CONDIÇÕES DA AÇÃO NO CPC/1973 E NO CPC/2015 - Página 399

Capítulo 26 - PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO DA INFÂNCIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: EXPERIÊNCIAS DE SI A PARTIR DE UMA ESCOLA E UM LIXÃO - Página 406

Capítulo 27 - A ANÁLISE DA ARBORIZAÇÃO URBANA COMO PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO DA SUSTENTABILIDADE NA SUBPREFEITURA DO BUTANTÃ, NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, SP - Página 426

***Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 3***

Capítulo 28 - FRIDA – UMA VIDA ANIMAL NA ACADEMIA - Página 436

Capítulo 29 - O DESPREPARO DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO PARA RECEPÇÃO DE CRIMINOSOS DIAGNOSTICADOS COM PSICOPATOLOGIAS - Página 444

Capítulo 30 - FASCISMO SOCIAL NA ESFERA FEMININA - Página 453

Capítulo 31 - O INDIVÍDUO NEOLIBERAL NO CONTEXTO DA SOCIEDADE ACELERADA: COMO AS POLÍTICAS DISCIPLINARES INFLUENCIAM NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DOS SUJEITOS - Página 471

Capítulo 32 - O ABUSO DE DIREITO COMO INSTITUTO TRIBUTÁRIO DIANTE DA APLICAÇÃO DA NORMA GERAL ANTIELISIVA NAS DECISÕES DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS – CARF DO ANO DE 2016 A 2021 - Página 491

Capítulo 33 - A INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: O CASO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IFS) - Página 525

Capítulo 34 - MOTIVAÇÃO DO COLABORADOR NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO - Página 554

Capítulo 35 - PIBID/PEDAGOGIA: A ALFABETIZAÇÃO EM FOCO - Página 571

Capítulo 36 - O PERFIL DA LIDERANÇA ESTUDANTIL: UM LEVANTAMENTO NOS CURSOS TÉCNICOS - Página 576

Capítulo 37 - PRÁTICA METODOLOGIA ATIVA: GÊNERO TEXTUAL E ARTE CÊNICA DENTRO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO. - Página 582

Capítulo 38 - UMA REFLEXÃO SOBRE OS DANOS PSÍQUICOS CAUSADOS PELO ABUSO SEXUAL EM MENINOS - Página 591

Capítulo 39 - ENSINO APRENDIZAGEM: EXPERIÊNCIAS DO ESTÁGIO EM QUÍMICA NO CURSO TÉCNICO EM CONTROLE AMBIENTAL NO IF SUDESTE – CAMPUS SÃO JOÃO DEL REI - Página 609

Capítulo 40 - COLABORAÇÃO PREMIADA COMO INSTRUMENTO DE DEFESA DO ACUSADO E OPERAÇÃO LAVA-JATO - Página 614

Capítulo 41 - COMO É VENDIDO O MINDFULNESS NA MAIOR PLATAFORMA DE CURSOS ON-LINE DO BRASIL NO PERÍODO DA PANDEMIA DO COVID-19? - Página 625

***Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 3***

Capítulo 42 - A NECESSIDADE DE SER: A INFLUÊNCIA MIDIÁTICA SOBRE A IMAGEM CORPORAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS EM ADOLESCENTES - Página 670

Capítulo 43 - DE CIDADE FABRIL A CIDADE UNIVERSITÁRIA: SOCIABILIDADE E LAZER EM RIO TINTO. - Página 689

Capítulo 44 - ESCOLA, SURDOCEGUEIRA E EXPERIÊNCIA: REVISÃO DE LITERATURA - Página 705

Capítulo 45 - O PROCESSO DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO INSTITUTO FEDERAL BAIANO – IFBAIANO POR MEIO DE ANÁLISE DE REDES SOCIAIS - ARS. - Página 710

Capítulo 46 - ARBORIZAÇÃO ESCOLAR COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO ENSINO DE BIOLOGIA E CIÊNCIAS EM ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DA ZONA SUL DE SÃO PAULO - Página 720

Capítulo 47 - DISTANTES, MAS CONECTADOS: O DESAFIO DA REGÊNCIA VIRTUAL EM MEIO A PANDEMIA - Página 751

Capítulo 48 - UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO - Página 755

Capítulo 49 - PRÁTICA METODOLOGIA ATIVA: GÊNERO TEXTUAL E ARTE CÊNICA DENTRO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO - Página 763

Capítulo 50 - APROPRIAÇÃO DO CINEMA E MATERIAL AUDIOVISUAL COMO RECURSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM EM UM CURSO DE ENGENHARIA DA PRODUÇÃO - Página 770

Capítulo 51 - A CONTRIBUIÇÃO DA TECNOLOGIA NAS AÇÕES DE INTERPRETAÇÃO PATRIMONIAL DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 - Página 781

Capítulo 52 - ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DOS ÓBITOS POR COVID-19 DA MACRORREGIONAL LITORAL LESTE, CEARÁ, BRASIL 2020 A 2021* - Página 803

Capítulo 53 - IMPACTO DA COVID-19 NAS PEQUENAS EMPRESAS À LUZ DA GOVERNANÇA CORPORATIVA - Página 810

Capítulo 54 - RECONSTRUINDO SORRISOS - Página 835

Capítulo 55 - A DCNEI E O CONCEITO DE EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL - Página 838

***Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 3***

Capítulo 56 - PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE ÓRTESES E PRÓTESES - Página 857

Capítulo 57 - PROGRAMA MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) COMO FORMA DE INCENTIVO À FORMALIZAÇÃO: UM ESTUDO NA CIDADE DE ARAÇUAÍ-MG - Página 865

Capítulo 58 - OS ENCAMINHAMENTOS PARA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA. PROFESSOR, COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA OU DIREÇÃO QUEM DEVE RESOLVER? - Página 871

Capítulo 59 - JUVENTUDE NEGRA EM PERSPECTIVA: DE UM CONTEXTO DE VIOLÊNCIA A UMA SAÍDA PELA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA - Página 875

Capítulo 60 - “O LADO ESCURO DA CIDADE DA LUZ: EXPLORAÇÃO SEXUAL COMO ATRATIVO TURÍSTICO EM FORTALEZA/CEARÁ” - Página 909

Capítulo 61 - A PRÁTICA DE PROJETO COMO RECURSO PEDAGÓGICO NA PERSPECTIVA DA ESCOLA INCLUSIVA - Página 928

Capítulo 62 - ENTRE O PLANEJADO E O VIVIDO: PROJETO, PERTENCIMENTO E CONTRADIÇÕES DO/NO SETOR CENTRAL DE GOIÂNIA-GO - Página 935

Capítulo 63 - DIAGNÓSTICO AMBIENTAL NO CONTEXTO PERIURBANO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO – RMSP - COMO FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS SOBRE A GESTÃO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA - Página 942

Capítulo 64 - ANÁLISE DE UM CURSO HÍBRIDO PARA O ENSINO DE ASTRONOMIA E ASTRONÁUTICA - Página 978

Capítulo 65 - ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO - Página 989

Capítulo 66 - GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU) EM EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS NO DISTRITO DE MOSQUEIRO: UM ESTUDO DE CASO DAS PRAIAS DO FAROL, CHAPÉU VIRADO E PORTO ARTUR. - Página 1001

Capítulo 67 - PROFISSIONAIS DIGITAIS DA EDUCAÇÃO O PODER DA FORMAÇÃO MEDIADA PELO EXEMPLO DE LÍDERES GESTORES - Página 1016

Capítulo 68 - ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO: PARA ALÉM DA LEGISLAÇÃO - Página 1029

Capítulo 69 - AS CONCEPÇÕES DE PODER NA RELAÇÃO ALUNO-PROFESSOR: A QUEM ELE REALMENTE PERTENCE? - Página 1043

***Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 3***

Capítulo 70 - POLÍTICA ECONÔMICA E ELEIÇÕES DE 1982: O CICLO POLÍTICO INSTITUCIONAL DO GOVERNO FIGUEIREDO (1979-1985) - Página 1052

Capítulo 71 - PERCEPÇÃO DOS ALUNOS SOBRE O ESPORTE ORIENTAÇÃO EM AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR - Página 1075

Capítulo 72 - RELAÇÃO ENTRE REPUTAÇÃO E CONFIANÇA E AS SUAS INFLUÊNCIAS NA FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ALIANÇAS ESTRATÉGICAS: UM ESTUDO DE ESCOPO - Página 1088

Capítulo 73 - TRÁFICO SEXUAL DE MULHERES NO BRASIL: ANÁLISE DE CONVENCIONALIDADE DA LEI DE TRÁFICO DE PESSOAS FRENTE AO PROTOCOLO DE PALERMO - Página 1105

Capítulo 74 - A COMPREENSÃO DO TERRITÓRIO E O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - Página 1127

Capítulo 75 - O INSUCESSO E A BANALIZAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES IMPLANTADAS PELA LEI 12.403/2011 - Página 1137

Capítulo 76 - A AMBIENTALIZAÇÃO COMO PROPOSTA PARA A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESPAÇOS FORMAIS DE APRENDIZAGEM - Página 1161

Capítulo 77 - BOTAÇÃO DE “FIGURÁS” NO GUERREIRO ALAGOANO: UMA “BRI(N)COLAGEM” ARTÍSTICA COGNITIVA - Página 1176

Capítulo 78 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DESCENTRALIZADA E A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO: UM ESTUDO SOBRE AS AGÊNCIAS REGULADORAS NO BRASIL - Página 1190

Capítulo 79 - O LIXO ELETRÔNICO E A ÉTICA DA SUSTENTABILIDADE PARA CIVILIZAÇÃO TECNOLÓGICA. - Página 1204

Capítulo 80 - A CRISE AMBIENTAL GERADA PELO CAPITALISMO: UMA ANÁLISE SOBRE A EMERGÊNCIA DA PRÁXIS FEMINISTA MARXISTA - Página 1207

Capítulo 81 - A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E A AUSÊNCIA DE LEGISLAÇÃO FEDERAL - Página 1209

Capítulo 82 - SUICÍDIO E POVOS INDÍGENAS NO BRASIL - Página 1210

Capítulo 83 - GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA - Página 1212

***Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 3***

Capítulo 84 - APLICAÇÃO DA PROVA PIAGETIANA DE CONSERVAÇÃO DE MASSA - Página 1214

Capítulo 85 - A OBESIDADE NA PERSPECTIVA DO TRATAMENTO PSICOLÓGICO - Página 1216

Capítulo 86 - PSICOLOGIA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - Página 1218

Capítulo 87 - “GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO DAS PRÁTICAS DE LOGÍSTICA REVERSA EM UM SUPERMERCADO DE POTÉ (MG)” - Página 1220

Capítulo 88 - UM LADO POUCO CONHECIDO DAS EXPERIÊNCIAS DOS PROFISSIONAIS DA ONCOLOGIA - Página 1222

Capítulo 89 - A ALIMENTAÇÃO E DIREITOS HUMANOS NO FEUDALISMO - Página 1224

Capítulo 90 - ELOGIOS QUE NEGAM: AVANÇOS E RETROCESSOS NA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICORRACIAIS - Página 1226

Capítulo 91 - MÚSICA COMO INSTRUMENTO TERAPÊUTICO - Página 1228

Capítulo 92 - O CASO JOÃO DE DEUS, UM ESTUDO QUANTO AS OFENSAS A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA PELA UTILIZAÇÃO DA LIBERDADE DE CULTO. - Página 1230

Capítulo 93 - MEDIAÇÃO E AFETIVIDADE NO ENSINO A DISTÂNCIA - Página 1232

Capítulo 94 - ADRIA FERNANDA MONTEIRO NOVAS ESCUTAS: CONTRIBUIÇÕES DA FENOMENOLOGIA-EXISTENCIAL AO TRABALHO NO CONTEXTO JURÍDICO - Página 1234

Capítulo 95 - CIBERESPAÇO: ENSINO SOBRE A TABELA PERIÓDICA EM UMA REDE SOCIAL - Página 1236

Capítulo 96 - A ORIGEM DA VULNERABILIDADE DA REPRESENTAÇÃO DEMOCRÁTICA BRASILEIRA - Página 1238

Capítulo 97 - ATIVISMO JUDICIAL E A TRIPARTIÇÃO DOS PODERES - Página 1240

Capítulo 98 - PSICOLOGIA, DECOLONIALIDADE E DIREITOS HUMANOS - Página 1242

Capítulo 99 - OS IMPACTOS PSICOSSOCIAIS LIGADOS AO CONSUMO EXACERBADO DA PORNOGRAFIA NAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS - Página 1244

Capítulo 100 - O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E MOTOR DA CRIANÇA - Página 1246

Capítulo 101 - O VOTO POPULAR COMO CONSTITUCIONAL E LEGÍTIMO PARA A REFORMA DA CONSTITUIÇÃO - Página 1248

Capítulo 102 - A DESPEDIDA DA EDUCAÇÃO INFANTIL E A CHEGADA DO ENSINO FUNDAMENTAL - Página 1250

Capítulo 103 - DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR - Página 1252

Capítulo 104 - APLICAÇÃO DE PROVA PIAGETIANA - Página 1253

Capítulo 105 - A IMPORTÂNCIA DAS BOAS PRÁTICAS DOCENTES NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL - Página 1255

Capítulo 106 - BEMBÉ DO MERCADO: UMA ANÁLISE DOS PONTOS ESPETACULARES DO ÚNICO CANDOMBLÉ DE RUA DO BRASIL. - Página 1257

Capítulo 107 - A TUTELA ANTECIPADA E A POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO ANTES DA CITAÇÃO DO RÉU - Página 1259

Capítulo 108 - ANÁLISES DAS METODOLOGIAS UTILIZADAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA NO MUNICÍPIO DE CATUNDA - CEARÁ - Página 1262

Capítulo 109 - A CONSTITUCIONALIDADE DAS ORDENS JURÍDICAS DE QUEBRA DE SIGILO TELEMÁTICOS DE UM CONJUNTO NÃO IDENTIFICADO DE PESSOAS POR GEOLOCALIZAÇÃO À LUZ DOS DIREITOS À PRIVACIDADE E INTIMIDADE. - Página 1264

Capítulo 110 - ESTUDO E QUALIFICAÇÃO DOS SOLOS DO MUNICÍPIO DE PONTE NOVA - Página 1266

Capítulo 111 - A AUTONOMIA E O CONSENTIMENTO DA VITIMA NO PROCESSO DA CRIMINALIZAÇÃO DA EUTANÁSIA - Página 1268

Capítulo 112 - O ATIVISMO JUDICIAL E AS ESCOLAS PROCESSUAIS - Página 1270

Capítulo 113 - DIMINUIÇÃO DO ESFORÇO PERCEBIDO NOS TRABALHADORES MEDIANTE INTERVENÇÃO ERGONÔMICA - Página 1272

***Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 3***

Capítulo 114 - “MASCULINIDADE” DE TIAGO IORC: MASCULINIDADE TÓXICA
E REPERCUSSÕES SOCIAIS - Página 1275

Capítulo 115 - REFORMA DA PREVIDÊNCIA: QUAL A MUDANÇA? - Página 1277

Capítulo 116 - A IMPORTÂNCIA DO MAPA DE EMPATIA NO PROCESSO DE
IDEAÇÃO EM PRODUTO DE INOVAÇÃO SOCIAL - Página 1278

MULHERES E VOLEIBOL: ANÁLISE DA FEMINILIDADE NO ESPORTE

Virgínia Rios de Lacerda

RESUMO: Introdução: A mídia tem como uma de suas funções a construção de subjetividades e realidades sociais, por intermédio de imagens, saberes e de significações, apontando modos de ser e de exercer as práticas do cotidiano. Deste modo, ela assume um papel fundamental na produção do sujeito contemporâneo, veiculando valores, concepções e modos de entender a realidade, sendo um espaço de formação que interfere na elaboração de conceitos e modos de viver. Tratando-se da veiculação da imagem da mulher no contexto esportivo, é possível verificar a ideologia patriarcal do “ser mulher” e a necessidade de manter a feminilidade presente nas narrativas midiáticas sobre as atletas de alto rendimento. Por fim, a mulher atleta ao se inserir no esporte de alto rendimento, também precisa, constantemente, reafirmar os papéis sociais que se espera dela. Por meio da perspectiva Construcionista problematizamos as reportagens situando-as historicamente e investigando os processos nos quais as pessoas e a mídia constroem o mundo. Desta forma, o objetivo deste trabalho é analisar os sentidos circulantes sobre feminilidade nas práticas discursivas presentes nas reportagens e fotos selecionadas sobre voleibol feminino no site www.globoesporte.com.br. Busca-se compreender como os sentidos são construídos sobre as atletas do voleibol feminino no Brasil e quais os conteúdos são apresentados sobre as atletas nas reportagens, levando em conta imagens, títulos e os textos de cada reportagem. Esse estudo se caracteriza como um estudo do tipo exploratório, que utiliza a metodologia das Práticas Discursivas e Produção de Sentido no Cotidiano. Assim, foi realizado uma pesquisa no site www.globoesporte.com, fazendo o uso dos espaços específicos da página de Vôlei, sendo esses: Superliga Feminina e Seleção Feminina. Foram analisadas matérias datadas entre o período de 18/04/2014 a 18/04/2021. Resultados: O total de reportagens encontradas dentro deste período foram 1160, sendo 600 na página Superliga Feminina e 560 em Seleção Feminina do site www.globoesporte.com. Com o total foi realizada uma seleção com critérios de inclusão e exclusão para voleibol feminino, resultando em 43 artigos válidos para a análise. Foi feita a categorização dos títulos, das fotos e dos textos das reportagens a partir de cinco grandes categorias propostas nos estudos de feminilidade no Brasil de Goellner, 2000. Conclusão: Todas as reportagens sobre as atletas do voleibol envolvem aspectos que marcam sua feminilidade e ressaltam o quanto isso é fundamental e ponto quase exclusivo de todas as pautas. A análise das narrativas do Globo Esporte coloca em evidência que o corpo não só como ferramenta de trabalho das atletas, mas, também, como a materialidade que a mantém reafirmando os padrões sócio culturais e estéticos esperados de uma conduta feminina ainda dentro de um modelo patriarcal. Visibilizando suas conquistas atléticas sem renunciar à mensagem de bela, recatada e do lar, Goellner 2005. Construcionismo.

Palavras-chave: Mídia, Voleibol feminino, Feminilidade.

INTRODUÇÃO

A Psicologia do Esporte tem como meio e fim o estudo do ser humano envolvido com a prática do exercício, da atividade física e esportiva competitiva e não competitiva (Rubio, 1998), se ocupando virtualmente com tudo aquilo que se diz respeito à cultura corporal de movimento (Barreira, 2018). O voleibol diante de toda sua história possibilita a análise de uma construção de uma mulher atleta e de seu corpo, adiante da sociedade e produção da mídia. No voleibol é possível discriminar a influência do ser mulher e a manutenção da feminilidade no trabalho de atletas de alto rendimento.

Segundo Bordo citado em Adelman (2003), a busca da feminilidade é ainda apresentada como o caminho mais importante de aceitação e sucesso para as mulheres em nossa cultura. Essa feminilidade pode ser entendida como uma "estética da limitação", tanto no que se refere ao comportamento quanto à corporalidade femininos. Há normas que definem a conduta feminina apropriada, fazendo a manutenção da ordem social do sexo feminino e preservando o ideal.

A mulher atleta ao se inserir no esporte precisa através de mecanismos de embelezamento que educam o corpo feminino, se livrar de supostos aspectos masculinos presentes em seu corpo atlético.

Se pensarmos em Foucault, este mecanismo de embelezamento é um dispositivo de controle da sexualidade. Parte do princípio de que a civilização implica regras sociais sem as quais se instala a barbárie, e a "regulamentação sexual" é essencial à organização da sociedade (Ribeiro, 1999). O que vai de encontro com Rubio (1999) que menciona que isso ocorre porque o papel desempenhado pela mulher no esporte confunde-se e mescla-se com seu papel social na história da humanidade, história essa escrita e interpretada por um ponto de vista masculino.

Como forma de distribuição dessas concepções, a mídia é um meio de circulação de informações e conteúdo. Exerce uma função importante na constituição de subjetividades, por intermédio de imagens, de saberes e de significações em prol da educação das pessoas, apontando-lhes modos de ser e de exercer suas práticas no cotidiano. A mídia assume um papel fundamental na produção do sujeito contemporâneo, veiculando valores, concepções e modos de entender a realidade, sendo um espaço de formação que, junto com a família e as

demais instituições, interfere na elaboração de conceitos e modos de viver (Sorensen et al, 2017).

O estudo do saber do cotidiano, focaliza as maneiras pelas quais as pessoas produzem e se significam determinadas práticas e com a preocupação de desnaturalizar as construções do cotidiano, de acordo com Guareschi no prefácio no livro Linguagem E Produção de Sentidos no Cotidiano (Spink,2010).

OBJETIVOS

Objetivo geral

De acordo com a perspectiva do Construcionismo Social, analisar os sentidos circulantes sobre feminilidade nas práticas discursivas presentes nas reportagens selecionadas sobre voleibol feminino no site globoesporte.com.br. A amostra selecionada circunscreve o período de 18/04/2014 a 18/04/2021. As reportagens escolhidas incluíram qualquer menção referente às atletas profissionais do voleibol.

Objetivos específicos

- Realizar um levantamento bibliográfico acerca das pesquisas já realizadas sobre Psicologia Social do Esporte, Voleibol, Feminilidade e Mídia
- Fazer um levantamento das reportagens incluindo imagens e texto sobre voleibol feminino no site globoesporte.com no período supracitado.
- Analisar como a mídia apresenta o corpo das mulheres atletas de voleibol ao longo da história, e quais são os sentidos circulantes que reafirmam as ideias de feminilidade das atletas.
- Compreender como a feminilidade e corpo da mulher são construídos através dos discursos midiáticos
- Analisar e problematizar os resultados a partir da ótica dos estudos sob a Perspectiva teórica do Construcionismo.

METODOLOGIA

Com o intuito de atingir os objetivos propostos, esse estudo do tipo exploratório, teve como apoio seu embasamento metodológico na Psicologia Social Construcionista com base nas práticas discursivas e práticas de sentido no cotidiano. Foi escolhido para a coleta de dados o site www.globoesporte.com como fonte das reportagens por proporcionar uma pesquisa específica de times e da seleção feminina dentro do portal, em virtude de ser o primeiro site da lista de busca do navegador de internet Google e em razão da Organização Globo ter os direitos de transmissão dos campeonatos nacionais e internacionais de voleibol.

Como ferramenta de busca usou-se os espaços específicos na página de Vôlei do site de Globo Esporte, sendo esses: Superliga Feminina e Seleção Feminina. Sendo analisadas matérias datadas entre o período de 18/04/2014 a 18/04/2021, foram identificadas 600 reportagens em Superliga Feminina e 560 em Seleção Feminina, resultando no total de 1160 reportagens. Foram selecionadas 17 reportagens da página Superliga e 25 da Seleção Feminina.

Os critérios de inclusão na seleção das reportagens foram:

- Reportagens com fotos e corpos das mulheres atletas;
- Assuntos quem aparecem no título das reportagens relacionadas a corpo, feminilidade, idade, gênero, maternidade, moda/beleza e matrimônio;

Os critérios de exclusão na seleção das reportagens foram:

- Resultados de jogos (57,93%);
- Desempenho dos times/seleção (37,41);
- Outros esportes (1,03%).

Para as reportagens selecionadas criou-se um banco de dados em planilha de Excel, no qual foi listado o título das reportagens, frases selecionadas pela autora e fotos das mesmas. A categorização das foto foi feita por dois avaliadores, quando não houve concordância entre ele. Com os dados coletados foi feito a categorização destes tomando como base a literatura de Silvana Goellner. As categorias são: Beleza, Maternidade, Matrimônio, Corpo, Carreira e Gênero/Sexo.

RESULTADOS

Feita a seleção das reportagens de acordo com os critérios de inclusão e exclusão foi organizada uma tabela, na qual, indica o local de busca dentro do site www.globoesporte.com.br, o título da matéria, data de publicação e o link da mesma.

Tabela 1: Reportagens encontradas na busca

Nº DO ARTIGO	LOCAL DE BUSCA	TÍTULO	DATA DE PUBLICAÇÃO	LINK DA REPORTAGEM
1	Superliga Feminina	Central do Sesi-Bauru, Fê Ísis ataca de estilista e cria grife para mulheres altas	05/03/2021	https://globoesporte.globo.com/sp/tem-esporte/volei/noticia/central-do-sesi-bauru-fe-isis-ataca-de-estilista-e-cria-grife-para-mulheres-altas.ghtml
2	Superliga Feminina	Tiffany agradece elogio de Zé Roberto, mas não crê mais em convocação para seleção	16/07/2020	https://globoesporte.globo.com/sp/tem-esporte/volei/noticia/tiffany-agradece-elogio-de-ze-roberto-mas-nao-cre-mais-em-convocacao-para-selecao.ghtml
3	Superliga Feminina	Em podcast, Tiffany relembra a transição e diz ainda sonhar com seleção	21/04/2020	https://globoesporte.globo.com/volei/noticia/tiffany-diz-estar-pronta-e-ainda-sonhar-com-a-selecao-feminina-de-volei.ghtml
4	Superliga Feminina	Jaqueline corta cabelo do marido Murilo Endres e o transforma em 'periquito'	19/04/2020	https://globoesporte.globo.com/olimpiadas/coronavirus/noticia/jaqueline-corta-cabelo-do-marido-murilo-endres-e-o-transforma-em-periquito.ghtml
5	Superliga Feminina	Tiffany desabafa sobre projeto de lei que pretende vetar atletas trans em SP: "Perseguição"	12/02/2020	https://globoesporte.globo.com/sp/tem-esporte/volei/noticia/tiffany-desabafa-sobre-projeto-de-lei-que-pretende-vetar-atletas-trans-em-sp-perseguiacao.ghtml
6	Superliga Feminina	Depois dos 40, Valeskinha e Walewska dão exemplo e seguem em alto nível na Superliga de vôlei	12/01/2020	https://globoesporte.globo.com/programas/esporte-espetacular/noticia/depois-dos-40-valeskinha-e-walewska-dao-exemplo-e-seguem-em-alto-nivel-na-superliga.ghtml
7	Superliga Feminina	De "burra" a nota de US\$ 1,00: Tandara sofre com torcida mas	30/11/2019	https://globoesporte.globo.com/volei/superliga-feminina/noticia/de-burra-a-nota-de-us-100-

**Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 3**

		dá vitória ao Sesc-RJ contra Osasco (fotos reportagem)		tandara-sofre-com-torcida-mas-da-vitoria-ao-sesc-rj-contra-osasco.ghtml
8	Superliga Feminina	Thaís diz adeus à seleção de vôlei: "Preciso dar descanso para meu corpo e minha mente"	19/04/2019	https://globoesporte.globo.com/volei/superliga-feminina/noticia/thaisa-diz-adeus-a-selecao-de-volei-preciso-dar-descanso-para-meu-corpo-e-minha-mente.ghtml
9	Superliga Feminina	Em post na rede social, Destinee Hooker sai em defesa de Tiffany: "Se ela quer jogar vôlei, deixe-a"	13/04/2019	https://globoesporte.globo.com/volei/superliga-feminina/noticia/em-post-na-rede-social-destinee-hooker-sai-em-defesa-de-tiffany-se-ela-quer-jogar-volei-deixe-a.ghtml
10	Superliga Feminina	"Amadureci": Tandara avalia experiência no vôlei chinês e prepara prato típico. Veja vídeo	04/04/2019	https://globoesporte.globo.com/volei/noticia/amadureci-tandara-avalia-experiencia-no-volei-chines-e-prepara-prato-tipico-veja-video.ghtml
11	Superliga Feminina	Com permanência do ranking na Superliga, Thaís vê dificuldade em permanecer jogando no Brasil	02/04/2019	https://globoesporte.globo.com/volei/noticia/com-permanencia-do-ranking-na-superliga-thaisa-ve-dificuldade-em-permanecer-jogando-no-brasil.ghtml
12	Superliga Feminina	Diante de ranking, Gabi protesta: "Clubes continuam pensando apenas em si mesmos"	28/03/2019	https://globoesporte.globo.com/volei/superliga-feminina/noticia/diante-de-ranking-gabi-protesta-clubes-continuam-pensando-apenas-em-si-mesmos.ghtml
13	Superliga Feminina	Estrelas do vôlei protestam contra o ranking da Superliga Feminina: "Machismo até no esporte?"	27/03/2019	https://globoesporte.globo.com/volei/superliga-feminina/noticia/sheilla-gabi-e-natalia-protestam-contra-o-ranking-da-superliga-machismo-ate-no-esporte.ghtml
14	Superliga Feminina	Eliminado da Superliga, Bernardinho se desculpa após chamar Tiffany de homem	27/03/2019	https://globoesporte.globo.com/sp/tem-esporte/volei/noticia/eliminado-da-superliga-bernardinho-se-desculpa-apos-chamar-tiffany-de-homem.ghtml
15	Superliga Feminina	Em alta, Macris comanda líder Minas e ganha apelido de "Fada Vegana"	05/03/2019	https://globoesporte.globo.com/volei/superliga-feminina/noticia/em-alta-macris-comanda-lider-minas-e-ganha-apelido-de-fada-vegana.ghtml
16	Superliga Feminina	Do vôlei para a moda: Fê Ísis convida amiga Jaqueline a posar com última coleção de sua marca	03/03/2019	https://globoesporte.globo.com/volei/superliga-feminina/noticia/do-volei-para-a-moda-fe-isis-convida-amiga-jaqueline-a-posar-com-ultima-colecao-de-sua-marca.ghtml
17	Superliga Feminina	Clássico pela Superliga tem encontro da "miss"	14/11/2014	http://globoesporte.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2014/11/classico-pela-superliga-

**Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 3**

		simpatia" com musa do vôlei		tem-encontro-da-miss-simpatia-com-musa-do-volei.html
18	Seleção Feminina	Cinco casos de gravidez quase geraram uma crise. Agora, Quênia encara Brasil com dança e alegria	02/10/2018	https://globoesporte.globo.com/volei/noticia/cinco-casos-de-gravidez-quase-geraram-uma-crise-agora-kenia-encara-brasil-com-danca-e-alegria.ghtml
19	Seleção Feminina	Dani Lins engole a saudade e busca Mundial pela pequena Lara: "Espero que sinta orgulho"	28/09/2018	https://globoesporte.globo.com/volei/noticia/dani-lins-engole-a-saudade-e-busca-mundial-pela-pequena-lara-espero-que-sinta-orgulho.ghtml
20	Seleção Feminina	"Mãezona", Dani Lins festeja volta como titular: "Parecia a primeira convocação"	15/08/2018	https://globoesporte.globo.com/volei/noticia/maezona-dani-lins-festeja-volta-como-titular-parecia-a-primeira-convocacao.ghtml
21	Seleção Feminina	Tudo igual no bolso: mulheres festejam mesma premiação dos homens na Liga	26/06/2018	https://globoesporte.globo.com/volei/noticia/tudo-igual-no-bolso-mulheres-festejam-mesma-premiacao-dos-homens-na-liga.ghtml
22	Seleção Feminina	FIVB quer evolução com Liga das Nações e iguala prêmios de homens e mulheres	15/05/2018	https://globoesporte.globo.com/volei/noticia/fivb-quer-evolucao-com-liga-das-nacoes-e-igual-a-premios-de-homens-e-mulheres.ghtml
23	Seleção Feminina	Líbero do Osasco, Camila Brait dá à luz sua primeira filha, Alice	27/11/2017	https://globoesporte.globo.com/volei/noticia/libero-camila-brait-da-a-luz-sua-primeira-filha-alice.ghtml
24	Seleção Feminina	Com filha a tiracolo, Tandara tem novas responsabilidades também na seleção	22/07/2017	https://globoesporte.globo.com/volei/noticia/com-filha-a-tiracolo-tandara-tem-novas-responsabilidades-tambem-na-selecao.ghtml
25	Seleção Feminina	Ponteira abdica de lua de mel por estreia na seleção brasileira: "Beijos, amor!"	31/05/2017	https://globoesporte.globo.com/am/volei/noticia/ponteira-abdica-de-lua-de-mel-por-estrea-na-selecao-brasileira-beijos-amor.ghtml
26	Seleção Feminina	Aos 28 anos, remanescentes da seleção feminina viram "mãezonas" de novatas	29/05/2017	https://globoesporte.globo.com/am/volei/noticia/aos-28-anos-remanescentes-da-selecao-feminina-viram-maezonas-de-novatas.ghtml
27	Seleção Feminina	Com casamento marcado, Fê Garay tira "folga" da seleção e encaminha retorno ao Brasil: "Prioridade"	28/04/2017	https://globoesporte.globo.com/volei/noticia/com-casamento-marcado-fe-garay-tira-folga-da-selecao-e-encaminha-retorno-ao-brasil-prioridade.ghtml

**Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 3**

28	Seleção Feminina	Zé torce para que selecionáveis não engravidem no início do ciclo olímpico	17/01/2017	http://globoesporte.globo.com/volei/noticia/2017/01/ze-torce-para-que-selecionaveis-nao-engravidem-no-inicio-do-ciclo-olimpico.html
29	Seleção Feminina	Pais de Mari celebram 1º ouro da filha na seleção e citam praia e fotos pelada	05/10/2015	http://globoesporte.globo.com/volei/noticia/2015/10/pais-de-mari-celebram-1-ouro-da-filha-na-selecao-e-citam-praia-e-fotos-pelada.html
30	Seleção Feminina	Ansiedade, cirurgia e rótulo de musa: Thaísa e a busca pelo tri olímpico	24/09/2015	http://globoesporte.globo.com/sp/sorocaba/volei/noticia/2015/09/ansiedade-cirurgia-e-rotulo-de-musa-thaissa-e-busca-pelo-tri-olimpico.html
31	Seleção Feminina	Camila Brait e Natália vivem dia de modelo antes de amistosos na Europa	08/09/2015	http://globoesporte.globo.com/volei/noticia/2015/09/fora-da-copa-do-mundo-camila-brait-e-natalia-vivem-dia-de-modelo-no-rio.html
32	Seleção Feminina	Após anos de espera, Dani Lins marca casamento com Sidão: "Finalmente"	16/06/2015	http://globoesporte.globo.com/volei/noticia/2015/06/apos-anos-de-espera-dani-lins-marca-casamento-com-sidao-finalmente.html
33	Seleção Feminina	Capitã da seleção de vôlei, Fabiana estreia como modelo no Espírito Santo	24/04/2015	http://globoesporte.globo.com/es/noticia/2015/04/capita-da-selecao-de-volei-fabiana-estrea-como-modelo-no-espírito-santo.html
34	Seleção Feminina	Em bela fase, Brait cogita fazer ensaio sensual: "Sou tímida, mas toparia"	17/10/2014	http://globoesporte.globo.com/volei/noticia/2014/10/espera-de-convite-brait-cogita-ensaio-nu-sou-timida-mas-toparia.html
35	Seleção Feminina	Tatuagem? Atletas usam fita fashion para driblar dor e enganam até os pais	07/10/2014	http://globoesporte.globo.com/volei/noticia/2014/10/tatuagem-atletas-usam-fita-fashion-para-driblar-dor-e-enganam-ate-os-pais.html
36	Seleção Feminina	Belas e feras: Thaísa e Fabiana fecham rede brasileira e impõem respeito	30/09/2014	http://globoesporte.globo.com/volei/noticia/2014/09/belas-e-feras-thaissa-e-fabiana-fecham-rede-brasileira-e-impoem-respeito.html
37	Seleção Feminina	Queridinha na Itália, Jaque renasce em quadra após ser mãe: "Muito melhor"	26/09/2014	http://globoesporte.globo.com/volei/noticia/2014/09/queridinha-na-italia-jaque-renasce-em-quadra-apos-ser-mae-muito-melhor.html
38	Seleção Feminina	Organização do Mundial da Itália se derrete pela "musa Jaqueline"	24/09/2014	http://globoesporte.globo.com/volei/noticia/2014/09/organizacao-do-mundial-da-italia-se-derrete-pela-musa-jaqueline.html
39	Seleção Feminina	Após vitória, Jaque se derrete pelo filho em foto na web: "Saudades"	23/09/2014	http://globoesporte.globo.com/volei/noticia/2014/09/apos-vitoria-jaque-se-derrete-pelo-filho-em-foto-na-web-saudades.html

40	Seleção Feminina	Jaque posa com filho Arthur e deseja sorte a Murilo: "Volte com medalha"	29/08/2014	http://globoesporte.globo.com/volei/noticia/2014/08/jaque-posa-com-filho-arthur-e-deseja-sorte-murilo-volte-com-medalha.html
41	Seleção Feminina	Jaque veste filho Arthur com a 10 de Neymar, que faz dois gols na estreia	12/06/2014	http://globoesporte.globo.com/volei/noticia/2014/06/jaqueline-veste-filho-arthur-com-10-de-neymar-para-torcer-pela-selecao.html
42	Seleção Feminina	De volta à seleção, Jaque monta "casa inteira" para levar Arthur a Saquarema	27/04/2014	http://globoesporte.globo.com/volei/noticia/2014/04/de-volta-selecao-jaque-monta-casa-inteira-para-levar-arthur-saquarema.html

Fonte: Autoral

Com esta seleção final das reportagens realizou-se a leitura de cada uma delas categorizando os títulos, as fotos presentes nas publicações e frases do texto em que foram destacadas pela autora da pesquisa. Foi encontrado nos resultado da coleta, categorias de feminilidade, nas quais são: Beleza, Maternidade, Matrimônio e Gênero/Sexo. Estas foram as categorias utilizadas na pesquisa, conjuntamente com a categoria Careira, na qual abrange o ofício dessas atletas.

Primeiramente foi realizada a categorização dos títulos das matérias, segundo a Tabela 2 pode-se analisar que os três temas mais recorrentes das reportagens são: Maternidade, Carreira e Beleza.

Tabela 2: Quantidade de títulos por categoria

Categorias	Número de títulos	Porcentagem dos títulos
BELEZA	9	21,43%
CARREIRA	10	23,81%
CORPO	1	2,38%
GÊNERO/SEXO	7	16,67%
MATERNIDADE	11	26,19%
MATRIMÔNIO	4	9,52%
Total Geral	42	100,00%

Fonte: Autoral

Quanto ao a quantidade de fotos por categoria percebe-se em sua a categoria Carreira e Beleza com maiores porcentagens (44,44% e 22,22%), indicando fotos das atletas durante os

jogos, atacando ou passando por exemplo, e foto das mesmas como posando para campanhas, maquiadas e produzidas.

Tabela 3: Quantidade de fotos por categorias

Categorias	Fotos	Porcentagens fotos
BELEZA	22	22,22%
CARREIRA	44	44,44%
CORPO	7	7,07%
GÊNERO	2	2,02%
MATERNIDADE	11	11,11%
MATRIMÔNIO	11	11,11%
Total Geral	99	100,00%

Fonte: Autoral

Exemplos de fotos da categoria Carreira e Beleza:



Na tabela 4 foi possível observar que a quantidade de frases, que falam sobre os temas Maternidade e Gênero/Sexo são superiores quantitativamente em relação as outras categorias, indicando ser um tema muito recorrente mesmo em matérias que falam sobre o outras temáticas.

Tabela 4: Quantidade de frases por categoria

Categorias	Número de frases
BELEZA	15
CARREIRA	16
CORPO	10
GÊNERO/SEXO	32
MATERNIDADE	36
MATRIMÔNIO	10
Total Geral	119

Fonte: Autoral

DISCUSSÃO

As categorias que mais apareceram nos títulos das reportagens foram Maternidade (26,19%), Carreira (23,81%) e Beleza (21,43%). As manchetes que apresentam a categoria Maternidade em seus títulos, discorrem sobre as mães atletas com seus filhos pequenos e suas responsabilidades conjuntamente com a profissão e, a recuperação destas atletas após a gravidez. Em relação a Carreira, foi possível observar temas como cirurgia, aposentadoria, idade, convocação para a seleção, experiências com o voleibol internacional e protestos das atletas contra a permanência do ranking na Superliga. Já a categoria Beleza gira em torno dos eixos musas e moda, pois as manchetes reafirmam este estigma colocando termos como: miss simpatia, musas do vôlei, belas, modelo, fashion e ensaio sensual.

Segundo Goellner (2001) beleza e maternidade são imagens coladas à representação do ser feminina, e fazem parte de um contexto sócio-cultural para o qual foram designados diferentes papéis e funções para homens e mulheres. E também diferentes representações do que é ser feminino e masculino para as quais foram e são recomendadas distintas possibilidades de praticar as atividades corporais e esportivas.

Os resultados referentes as fotos apresentam Carreira (44,44%) e Beleza (22,22%) como as duas categorias que possuem a maior quantidade. No entanto, deve-se levar em conta que muitas fotos das reportagens são repetidas em 2 ou mais matérias. As imagens

Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas Multidisciplinares no Século XXI, Volume 3

pertencentes a Carreira, estão associadas a comemoração do time, jogos, desempenho, treino, questões políticas, manifestação dos torcedores e propaganda para os times. Veja os exemplos abaixo na Imagem 1. A cerca da categoria Beleza as fotos publicadas estão correlacionadas a ideia de moda, feminilidade e sensualidade/sexy, como pode ser observado na Imagem 2.

Imagem 1: compilado de fotos da categoria Carreira



Imagem 2: Fotos categoria Beleza



As imagens presentes nas reportagens reafirmam que a prática esportiva o cuidado com a aparência, o desnudamento do corpo e o uso de artifícios estéticos por exemplo vivo são identificados como da modernização da mulher e da sua auto afirmação na sociedade e, pelo seu contrário firme como de natureza vulgar que a aproxima do universo da desonra e da prostituição (Goellner, 2001)

Quanto aos dados das frases, Maternidade e Gênero tiveram predominância, sendo 36 e 32 frases de cada categoria respectivamente em um total de 119. Um fator que pode justificar a ocorrência da categoria Maternidade é pelo fatos de as publicações terem muitas entrevistas com atletas que já são mães, e de alguma forma mencionam este fato tanto nas perguntas quanto nas respostas. Já a categoria Gênero passa a ser muito recorrente pelas inúmeras publicações que mencionam a atleta Tiffany, na qual é uma jogadora transexual que atua na liga feminina de voleibol no Brasil. Isso encaixa com o que Rosina (2015) reflete sobre os papéis normativos de gênero estarem presentes no discurso das atletas que, mesmo

em ambientes sociais distintos, associam sua identidade a concepções normatizadas e hegemônicas da feminilidade.

CONCLUSÃO

Os dados obtidos nesta pesquisa apontam, que os assuntos mais publicados sobre as atletas, quando não se está falando de resultado de jogos, giram em torno de sua beleza, do papel feminino da maternidade e do matrimônio, do corpo e a utilização dele como ferramenta de trabalho, seja ele em sua carreira atlética como em publicidades e em revistas masculinas, e as questões que permeiam o gênero das atletas e seu sexo dentro do esporte.

É possível observar que o papel da mulher permeia essas grandes categorias, pois as reportagens aqui trabalhadas apresentam, segundo Goellner (2000), um contexto da valorização da família, da higienização dos corpos e do fortalecimento da raça, ser feminina é ser, também, saudável e Bela para cumprir os desígnios de seu sexo: casamento e procriação.

Todas as reportagens sobre as atletas do voleibol envolvem aspectos que marcam sua feminilidade e ressaltam o quanto isso é fundamental e ponto quase exclusivo de todas as pautas. A análise das narrativas do Globo Esporte coloca em evidência que o corpo não só como ferramenta de trabalho das atletas, mas, também, como a materialidade que a mantém reafirmando os padrões sócios culturais e estéticos esperados de uma conduta feminina ainda dentro de um modelo patriarcal. Visibilizando suas conquistas atléticas sem renunciar à mensagem de bela, recatada e do lar.

REFERÊNCIAS

Rubio, K. (1998) Psicologia do Esporte: espaço de pesquisa e campo de intervenção. *Cadernos de Psicologia*. 4 (1), 1998.

Barreira, C. (2018, Dezembro). Psicologia do Esporte no Brasil: História, Desenvolvimento e Desafios. *Diálogo*, 9, 6-13.

Adelman, M. (2003). Mulheres atletas: re-significações da corporalidade feminina. *Revista Estudos Feministas*, 11(2), 445-465. Apud: Bordo, Susan. “O corpo e a reprodução da feminidade: uma reapropiação feminista de Foucault” In: JAGGAR, Alison; BORDO, Susan. (Orgs.). *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997a. p. 19-41.

Ribeiro, M. O. (1999). A sexualidade segundo Michel Foucault: uma contribuição para a enfermagem. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 33(4), 358-363.

Rubio, K., & Simões, A. C. (1999). De espectadoras a protagonistas - conquista do espaço esportivo pelas mulheres. *Movimento (ESEFID/UFRGS)*, 5(11), 50-56.

Sorensen, B., Durante, I., Corso, J., Bisognin, E. M., & Cadoná, E. (2017). Gênero e educação: mídia impressa e produção do feminino e do masculino. *Revista Psicologia em Foco*, 9(13), 22-41.

Spink, M. J. (2010). Linguagem e produção de sentido no cotidiano. [Edição eletrônica]. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Goellner, S. V. (2001). A Educação Física e a construção do corpo da mulher: imagens de feminilidade. *Motrivivência*, (16).

Rosina, D., Rubio, K. (2015). Feminilidade prescrita: Os papéis normativos de gênero no esporte olímpico brasileiro.

Capítulo 2 - DOI:10.55232/1084002002

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS DIFERENTES ETAPAS DE ENSINO SOB O OLHAR DE GESTÃO

Sabrina Canha Santos

RESUMO: O presente trabalho é o resultado do estudo que objetivou analisar o olhar da gestão sobre a inclusão de Pessoas com Deficiência (PD) em uma Instituição da Rede Privada de Santa Maria/RS. Trata-se de uma pesquisa qualitativa exploratória, realizada por meio de estudo de campo, documental e questionário, aplicado a três coordenadoras, quatro professoras e uma tutora da educação especial, para a coleta das informações. O que se pretendia verificar na percepção dos gestores foi: Como se dá o processo de inclusão, aspectos legais, e as ações desenvolvidas pela instituição referente à diversidade dos sujeitos. Como resultado, se observou que os Gestores, dentro do possível, procuram atender às necessidades dos professores acompanhando os planejamentos, o desenvolvimento e as avaliações das crianças – PD, proporcionando reuniões mensais de professores e atendimentos especializados individuais semanais quando solicitado. Quanto aos professores se pode observar uma angústia e, em determinados momentos, um desconforto no atendimento as PD, uma “solidão” por vezes relatada pela falta de conhecimento à educação inclusiva alguns relatam uma formação inicial insuficiente. Na percepção da tutora, falta a confiança e o acompanhamento das famílias e, quanto aos professores, existe ainda uma resistência em adaptar seus conteúdos e materiais de trabalho para PD. Desse modo se concluiu que há um caminho longo a ser percorrido no que se refere à qualidade na Educação Inclusiva, e é compromisso da Gestão suprir esses desafios frente às novas demandas da escola. Tais reflexões partem das teorias de Sage (1999), Libâneo (2005), Bordignon (1993), e Veiga (1995).

Palavras-chave: Gestão Escolar. Educação Inclusiva. Processos de Inclusão.

INTRODUÇÃO

A Gestão Escolar é a forma pela qual se dá a organização de uma instituição de ensino, a maneira como a escola vai desenvolver esse modelo educacional deve ser de acordo com a realidade da comunidade escolar e seus segmentos, de forma que todos sejam envolvidos e que a gestão seja construtiva e baseada nas diretrizes da educação vigente neste sentido, sua finalidade deve garantir um desenvolvimento na construção e na qualidade do ensino.

É papel de a gestão escolar administrar sua equipe de professores, seus recursos financeiros e materiais, orientar as propostas pedagógicas proporcionando um ensino aprendizagem de qualidade articulando aluno, família e comunidade escolar. O gestor precisa proporcionar uma escola de qualidade e atenta às diferenças, neste sentido surgiram inquietações sobre como a Gestão se vê frente à inclusão na transição das diferentes etapas de ensino? Como é a qualificação de profissionais para Pessoas com Deficiência - PD nas turmas regulares na educação básica?

O que se objetivou nesta pesquisa foi entender como a gestão articulou o atendimento de Pessoas com Deficiência - PD e sua vida escolar, com o avanço de Etapas na Educação Básica, ou seja, na transição da educação Infantil para o Ensino Fundamental e Ensino Médio. O objetivo específico foi investigar como esses alunos adquirirão competências pessoal e profissional quando assistidos por profissionais adequados tendo como apoio, a escola e o envolvimento da família.

No levantamento bibliográfico sobre a inclusão foi analisado artigos científicos por meio eletrônico, livros e materiais vistos ao longo da minha graduação em Pedagogia Licenciatura UFSM concluída em 2017 e Especialização em Gestão Educacional, concluída em 2018, para Gil (2007, p.26), o objetivo da pesquisa é “descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos” neste sentido a coleta de dados foi fundamental para adquirir respostas sobre os desafios da gestão frente à inclusão na escola. A estrutura da pesquisa foi dividida em quatro momentos, analisando a gestão como organização no processo institucional, abordando a gestão democrática, a autonomia da gestão, aspectos legais da educação inclusiva e o papel que a gestão envolve quando compõe sua equipe e organiza os diferentes segmentos da instituição. Apresento a caracterização da escola quanto ao público atendido, foram analisados documentos legais como: Regimento Escolar e Projeto

Político Pedagógico. Por fim serão apresentados os resultados da análise e a visão geral sobre o processo de inclusão e suas práticas frente à legislação.

METODOLOGIA

Tipo de Pesquisa: uma pesquisa qualitativa exploratória

Essa pesquisa que se caracterizou como qualitativa exploratória, de acordo com Gil (2007), a pesquisa do tipo exploratória tem o objetivo de proporcionar maior familiaridade com o problema, uma visão geral com determinado fato de modo a torná-lo mais explícito. Este tipo de pesquisa proporciona maior conhecimento sobre o assunto a ser pesquisado devido ao fato de coleta de dados, quase sempre ela assume o formato de estudo de campo onde o pesquisador está inserido, participando, entrevistando os participantes da pesquisa. O principal instrumento utilizado foi o questionário com perguntas abertas, permitindo que o participante respondesse com suas próprias palavras, o que o torna por vezes mais difícil sua análise.

A pesquisa foi realizada em uma Instituição da Rede Privada de Santa Maria/RS, que atende PD a inseridas nas turmas regular de ensino, a instituição atende aproximadamente 830 crianças e jovens desde a Educação Infantil ao Ensino Médio. A pesquisa foi realizada em novembro/2018. **Sujeitos da Pesquisa: Participante A:** Coordenadora Pedagógica do Ensino Médio, Licenciada em Geografia pelo Centro Universitário Franciscano com Especialização em Gestão Educacional – UFSM, Mestre em Geomática pela UFSM, atua na escola há 4 anos. **Participante B:** Coordenadora do Ensino Fundamental Anos Finais, Licenciada em Matemática com Pós-Graduação em Matemática, ambos pela UFSM e Pós-Graduação em Gestão Escolar pelo Centro Universitário Barão de Mauá, atua nesta função a 5 anos. **Participante C:** Coordenadora do Ensino Fundamental Anos Iniciais e Educação Infantil, Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Franciscana, Especialização e, Educação e Direitos Humanos pela FAPAS e Especialização em Didática do Ensino Religioso pela UPF, atua na escola há 5 anos. **Participante D:** Licenciada em Pedagogia, Pós-Graduação em Atividade Física, Desempenho Motor e Saúde pela UFSM, atua na escola a 4 anos. **Participante E:** Licenciada em Pedagogia pela UFSM, atua na escola há 2 anos. **Participante F:** Licenciada em Matemática pela UFSM e Pós- Graduação em metodologia do Ensino de Matemática e Física pela FAINTER, atua na escola há 3

anos. **Participante G:** Licenciada em Educação Física com Pós-Graduação em Educação Física Escolar e Mestre em Educação pela UFSM, atua na escola há 4 anos.

Participante H: Licenciada em Educação Especial pela USFM com Pós-Graduação em Educação Infantil pelo Centro Universitário Barão de Mauá, atua como Auxiliar de Cursos Livres (tutora) há 4 anos na escola.

ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO

Foram seis questões abertas, das quais trago três para refletir e compartilhar neste evento, uma delas é: **O que você sabe sobre inclusão?**

Quanto à inclusão a equipe gestora teve opinião diferenciada da equipe de professoras e tutora. A questão inicial foi:

A inclusão é obrigatória e está presente na lei, é um direito assegurado a todos os que necessitam de atendimento especial, bem como é dever das instituições de ensino acolher, sempre quando possível, de acordo com o número máximo de alunos incluídos por série. São considerados alunos da inclusão: síndrome de down, autismo, deficiência física e mental. Educação Inclusiva: TDH, TDAH, Dislexia, Depressão TOC, entre outros”. (Participante A).

Para a participante B: “a inclusão é oferecer uma educação especializada, que abrange atividades, recursos pedagógicos e assim oportunizar igualdade a todos os estudantes para serem incluídos na sociedade”. A participante C demonstrou maior conhecimento no que se refere às Leis no processo de inclusão, ela diz:

Entre outros aspectos, sei que a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, está consolidada na Constituição Federal de 1988. Ela garante o acesso e participação de todos, a todas as oportunidades, independentemente das particularidades de cada um, em escolas públicas e privadas e que o fundamento e a obrigatoriedade da inclusão escolar representam a conquista dos direitos humanos e o princípio da igualdade. A inclusão é na verdade um processo que poderá permitir que todos os alunos tenham acesso a uma escola com boas condições estruturais e qualidade pedagógica, para favorecer o desenvolvimento com amplitude e liberdade (Participante C).

A participante D relata que:

Me formei em 2004 e durante minha faculdade tive poucas disciplinas sobre esse assunto. As pesquisas e estudos que realizo são sobre transtornos e dificuldades de aprendizagem e não especificamente sobre inclusão. Passei a ter mais conhecimento no momento em que tive contato na escola a qual trabalho atualmente. (Participante D).

A participante E responde de forma bem sucinta a questão sobre inclusão e não demonstra muito conhecimento quanto a leis, ela diz: “Sei que a inclusão de alunos é quando temos na instituição crianças com alguma deficiência e que frequentam a classe regular, juntamente com as crianças sem nenhuma necessidade especial”. A participante F demonstra na sua resposta um contexto de acolhida as PD relatando o seguinte:

Inclusão é a integração/ acolhimento/ acesso e permanência de todos os alunos independentemente de suas condições físicas, psicológicas entre outros aspectos nos estabelecimentos de ensino regular, que buscam o desenvolvimento pessoal e da aprendizagem, valorizando as diferenças de cada um. (Participante F).

A participante G é a professora que tem o maior número de atendimentos a PD, as necessidades de seus alunos variam muito, em resposta ela trás o seguinte:

Em 2008 quando ingressei no Curso de Educação Física da UFSM, me inseri em um projeto intitulado “Piscina Alegre”, que pertencia ao Núcleo de Educação Física Adaptada. Nesse, comecei a ter mais contato com esse assunto e principalmente com termos que permeiam o mesmo. Após anos de leitura e estudo, percebo que ainda a inclusão PE associada a pessoas com deficiências físicas ou mentais, o que não é o correto, pois incluir todas as pessoas, sem exceção, independentemente de cor, classe social e condições físicas e psicológicas. Associando ao meio escolar, no qual eu trabalho, entendo que a inclusão deve ajudar os alunos com diferentes necessidades, a se integrarem com os demais colegas, uma vez em que eles podem estar incluídos e não integrados a escola. (Participante G).

A próxima visão sobre inclusão vem através da participante H, com formação em Educação Especial, ele diz:

A inclusão abrange pessoas com deficiência física, intelectual, altas habilidades/superdotação, deficientes visuais e transtorno globais do desenvolvimento, visando atender as necessidades especiais de cada indivíduo, conforme Lei Federal nº 13.146 de julho de 2015, que decreta a convenção sobre direitos humanos das pessoas com deficiência. (Participante H).

A próxima questão abordada foi: **Qual a maior dificuldade em trabalhar com PD?** A participante denominada A, diz que: “é conseguir que o aluno esteja incluído em sala de aula, tenha direito de receber os conteúdos que são trabalhados com os demais alunos, respeitando as suas limitações, isso quer dizer que alguns não sabem ler mas tem que recebe o mesmo conteúdo dos demais”. Para a participante B, professora do Ensino Fundamental Anos Finais, a maior dificuldade encontrada é a quantidade de professores diferentes o que dificulta o encontro para planejar. Para a participante C: “as dificuldades estão relacionadas ao perfil da criança, algumas tem agressividade, resistência para permanecer na sala, e outra vezes é o comprometimento do professor na

adaptação dos conteúdos e o envolvimento com a criança no dia a dia”. A participante D também relata que se deve conhecer a realidade de cada criança. “Em primeiro lugar conhecer previamente as necessidades específicas de cada Transtorno ou deficiência, fazer com que as diferenças sejam aceitas pelo restante dos colegas”. A participante E por sua vez, relata a falta de apoio em determinados momentos e acredita que: “há dificuldades até entendermos qual a necessidade especial que o aluno tem, também penso que o aluno e o professor passam por um período de conhecimento entre ambos. Acho que não ter apoio da equipe da educação especial dificulta muito”.

A participante F e a G relatam principalmente a falta de apoio da família, dificuldade na comunicação família/escola, e a participante H relata que: “alguns professores ainda apresentam resistência em adaptar seus materiais pedagógicos para alunos com necessidades especiais”.

A próxima questão é referente à gestão: **Qual o papel da Gestão, em sua opinião, sobre a inclusão de PD nos diferentes níveis de ensino?** A participante A afirma que: “A Gestão tem o papel fundamental na organização do trabalho, no meu caso, de parte pedagógica, levando sempre em conta o profissional, o professor, o tutor, o aluno e a família. Perpassa pela Gestão a organização, orientação, auxílio entre outras questões”.

A participante B o papel d Gestão é: “Construir caminhos para que a inclusão seja uma realidade conjunta entre alunos, professores, educadores especiais e família”. A participante C apresenta alguns elementos que considera importantes no papel do Gestor:

O papel da Gestão abrange muitos elementos, alguns deles: proporcionar uma escola acolhedora, com foco na inclusão e aceitação de todos. Demonstrar sensibilidade para acolher a família e a criança respeitando-a na sua individualidade. Oportunizar programas de preparação, desenvolvimento e apoio pedagógico aos professores e tutores envolvidos diretamente no acompanhamento da criança com necessidades especiais educacionais. Dependendo do diagnóstico apresentado e para tornar a inclusão real, a gestão precisa investir em uma adaptação escolar como um todo, pois não adiantará o agrupamento destas crianças na escola regular se não atender efetivamente as suas verdadeiras necessidades. (Participante C).

A participante D relata que:

A Gestão escolar está sempre disponível para auxiliar nos momentos de dificuldade, dentro da sala de aula. Porém sinto a necessidade da presença diária de alguém que tenha maior conhecimento sobre a educação especial, pois no caso da educação infantil, possui uma auxiliar /estagiária para ajudar no atendimento a todas as crianças, e que a mesma está estudando para psicologia por parte da escola. Também sinto falta de palestras contando práticas com esses alunos. (Participante D).

A participante E pensa que: “a equipe gestora tem que ser o “suporte” tanto pedagógico, quanto psicológico, para os professores trabalhar com os alunos especiais”. A participante F é bastante sucinta em sua fala, ela coloca que o papel da Gestão é: “proporcionar um trabalho em equipe com sugestões/ orientações de atividades sempre que necessário para o desenvolvimento do aluno”. A participante G traz o acompanhamento com o ponto principal da sua reflexão: “Apoiar e acompanhar os professores diante dos desafios diários da prática pedagógica e oportunizar formação continuada”. Na percepção da tutora participante H, o que falta é “atender a todas as especificidades de cada aluno, respeitando suas limitações e individualidades”.

Segundo Montoan (1999),

Para que haja a inclusão escolar é necessário eliminar as barreiras que cercam as nossas escolas, as barreiras arquitetônicas e buscar inovações nas práticas de ensino adequadas às diferenças de cada aluno, contemplar as diversidades, atender as necessidades educacionais de todos os alunos, com e sem deficiência. (MONTAAN, 1999, 2001; FLOREST 1985).

Sobre as atribuições do Gestor, Libâneo (2007) relata a Supervisão; condições e meios de trabalho favoráveis; integração; organização; conhecimento e aplicação das Leis; dentre outros.

1. Supervisionar e responder por todas atividades administrativas e pedagógicas da escola bem como as atividades com os pais e a comunidade e com outras instâncias da sociedade civil.
2. Assegurar as condições e meios de manutenção de um ambiente de trabalho favorável e de condições materiais necessárias à consecução dos objetivos da escola, incluindo a responsabilidade pelo patrimônio e sua adequada utilização.
3. Promover a integração e a articulação entre a escola e a comunidade próxima, com o apoio e a iniciativa do conselho de escola, mediante atividade de cunho pedagógico, científico, social, esportivo, cultural.
4. Organizar e coordenar as atividades de planejamento e do projeto pedagógico-curricular, juntamente com a coordenação pedagógica, bem como fazer o acompanhamento, a avaliação e controle de sua execução.
5. Conhecer a legislação educacional e do ensino, as normas emitidas pelos órgãos competentes e o Regime Escolar, assegurando o seu cumprimento.
6. Garantir a aplicação das diretrizes e de funcionamento da instituição e das normas disciplinares, apurando ou fazendo apurar irregularidade de qualquer natureza, de forma transparente e explícita, mantendo a comunidade escolar sistematicamente informada das medidas.
7. Conferir e assinar documentos escolares, encaminhar processos ou correspondências e expedientes da escola, de comum acordo com a secretaria escolar.
8. Supervisionar a avaliação da produtividade da escola em seu conjunto, incluindo a avaliação do projeto pedagógico, da organização escolar, do currículo e dos professores.
9. Buscar todos os meios e condições que favoreçam a atividade profissional dos pedagogos e especialistas dos professores, dos funcionários, visando à boa qualidade do ensino.
10. Supervisionar e responsabilizar-se pela organização financeira e controle das despesas da escola, em comum acordo com o conselho de escola, pedagogos, especialistas e professores. (LIBÂNEO, 2004, p. 217).

Os resultados desta pesquisa apontam um caminho muito longo a ser percorrido, reflete um pouco do desconforto dos professores em lidar com PD por falta de maior compreensão ou por falta de informação profissional na sua trajetória acadêmica. Percebe-se que alguns na se sentem capacitados a atender PD, ressaltam que fazem o que podem embora reconheçam que em algum momento de sua formação viram sobre o assunto. A gestão precisa estar atenta em sanar essas dificuldades proporcionando formação continuada, por vezes nota-se o relato que algumas destas PD “atrapalham” o desenvolvimento das atividades e o bom andamento da turma.

Quanto ao apoio dos gestores da instituição, não houve crítica e sim um relato de “solidão” por parte dos professores, algumas vezes, sentem-se angustiados quando não sabem lidar com situações desafiadoras. No que se refere a família, as PD ainda são vistas como obstáculo no processo de inclusão, não visualizam na escola garantias de que seu filho (a) vai ter uma educação inclusiva de qualidade e cabe a todos fazer que essas crianças tenham de fato, um atendimento conforme suas necessidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados coletados percebeu-se a necessidade de um projeto colaborativo entre os gestores e equipe escolar da instituição, apesar de reuniões e encontros de planejamentos que já faz parte da organização, da prática e do calendário escolar, os professores sentem falta de um maior acompanhamento e diálogo. Sugeriu-se então, colocar em prática um projeto de Educação Inclusiva para professores e colaboradores, envolvendo os aspectos legais e também um projeto referente à Formação Continuada. Neste sentido, podem ser realizadas ações para suprir as necessidades da escola promovendo espaços reflexivos e trocas de idéias, especialmente no que se refere a educação inclusiva, podendo assim, amenizar as incertezas e os medos dos professores em relação ao atendimento a PD. Sugeriu-se atividade práticas e envolventes a todas as crianças da sala de aula, a fim de aproximá-los, um ajudando o outro na construção do conhecimento.

Em parte se percebeu que muitas ações já são desenvolvidas pela escola, no entanto deve-se ressaltar a importância do papel da Gestão Escolar, ela pode ser uma articuladora e apoiadora dos saberes pedagógicos, fazendo com que nenhum professor

sinta solidão na sala de aula. Para que as necessidades presentes na escola possam ser sanadas, deve haver uma prática reflexiva, constante em todos os segmentos da escola, equipe de professores que junto com a comunidade escolar, possam dialogar sobre práticas inclusivas.

REFERÊNCIAS

BORDIGNON, G. **Democratização e desenvolvimento da educação: políticas e práticas.** Revista Brasileira de Administração da Educação - RBP AE, v. 9, n.1, jan/jun, 1993. p. 71- 78.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática.** 5. ed. Revisada e ampliada. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA J. F.; TOSCHI M. S.; **Educação escolar: políticas estrutura e organização.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção Docência em Formação/ coordenação Antônio Joaquim Severino, Selma Garrido Pimenta).

SAGE, Daniel D. **Estratégias administrativas para a realização do ensino inclusivo.** In: STAINBACK, Susan; STAINBACK William (Orgs.). **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1999, p.129-141.

SANT'ANA, Izabella M. **Educação inclusiva: concepções de professores e diretores.** Psicologia em Estudo, Maringá, v. 10, n. 2, p. 227-234, maio/ago., 2005.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 2ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 325p.

SILVA, N.L.P.; DESSEN, M.A. **Deficiência Mental e Família: Implicações para o Desenvolvimento da Criança.** Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 17, n. 2, p. 133-141, 2001.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político Pedagógico da Escola: Uma construção Possível.** 8ª ed. São Paulo: Papirus. 1999.

VEIGA, Ilma Passos **A. Projeto político-Pedagógico da escola: uma construção coletiva.** In Projeto-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1995.

Capítulo 3 - DOI:10.55232/1084002003

DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO CRÍTICO AO ENSINAR MATEMÁTICA

Danielly de Faria Belo

RESUMO: Este artigo aborda o pensamento crítico ao ensinar matemática, tendo como objetivo como a matemática está sendo ensinada na Escola pública de Ensino Médio de Araguaiana/MT?. Tendo como referencial teórico Kalina Ligia, Saviane entre outros. Para a coleta de dados foi usada a pesquisa qualitativa de Bogdan; Bicklen e corpus de análise será composto por narrativas docentes/história de vida (SPÍNDOLA; SANTOS,2003). A análise do PPP, regimento e a entrevista tem como principal objetivo nós esclarecer se está sendo o desenvolvimento do pensamento crítico do aluno ao ensinar matemática os alunos na escola pública do município de Araguaiana. Nesse sentido ensinar matemática é um desafio, pois não dá mais para trabalhar com essa disciplina utilizando apenas a perspectiva tradicional de ensino. É importante levar em consideração o contexto social em que o aluno está inserido, suas experiências anteriores e seus valores culturais, sociais e morais. O estudo sobre a matemática crítica já é um estudo que vem sendo difundida a partir da década de 80 por outros pesquisadores, fazendo com que percebemos que a matemática crítica pode é deve ser usada nas escolas, pois não há uma formação humana sem o mínimo estudo do ser crítico. A forma como a professora supervisora busca desenvolver o pensamento crítico dos alunos é interessante, pois ela os deixa à-vontade para que eles sintam essa liberdade de expressar o que eles sabem, fazendo com que eles tenham autonomia em tomar certas decisões.

Palavras-chave: Formação humana, professor, mudança

INTRODUÇÃO

A ideia de pesquisar sobre o “desenvolvimento do pensamento crítico nas aulas de Matemática” tem relação com a nossa vivência como aluna na Educação Básica e, a inquietação de não ver os professores buscarem desenvolver o pensamento crítico do aluno em sala de aula, por mais que o aluno esteja em desenvolvimento podendo ou não se tornar um ser humano crítico, posteriormente, com os estudos das diferentes disciplinas que compõem o currículo do curso de Licenciatura em Matemática. Uma dessas disciplinas foi a Didática Geral que abordou concepções de conhecimento e de ensino que fizeram e fazem parte da história do ensino no Brasil. Dentre elas destacamos o empirismo (indutivo), positivismo que trata o sujeito como tábula rasa e ensina o produto do conhecimento, com ênfase nas fórmulas, definições, listas de exercícios que são reproduzidos mecanicamente o empirismo defende que a mente humana é, em seu nascimento, um papel em branco sem qualquer ideia. O materialismo histórico e dialético entende o sujeito com histórico e busca desenvolver o processo de produção do conhecimento em sua totalidade.

Esses conhecimentos fizeram com que repensássemos em nossa futura atuação como professora de matemática, ou seja, a prática pedagógico-didática estará pautada em que concepção de conhecimento e que repercussão isso tem na formação escolar dos alunos. Seremos uma professora que repassa mecanicamente o produto do conhecimento matemático, que pouco sentido faz aos alunos ou ensinando o processo histórico do conhecimento para que os alunos desenvolvam o pensamento crítico e se utilizem da matemática para resolver problemas da vida.

Isso nos remete ao conceito de etnomatemática que consiste em compreender e valorizar a existência da matemática vivenciada na prática por outras culturas.

Nos últimos anos acentuam-se as perspectivas em relação as metodologias de ensino nos cursos de licenciatura que preparam professores para atuar, principalmente, na Educação Básica, para tornar o ensino mais significativo para os alunos. Nesse sentido, os estudos de Andrade, Freire, Saviani entre outros, dizem que os professores precisam significar as práticas pedagógico-didáticas para que os alunos sejam mais ativos.

Isso tem nos levados a refletir na possibilidade de recriar o ensino de matemática, tendo como objetivo desenvolver o pensamento crítico/teórico dos alunos. Para isso, vários questionamentos foram surgindo: Como as aulas de matemática estão sendo ensina-

das na escola pública de araguaiana/MT? Que concepção de conhecimento tem predominado no ensino de matemática? Como o ensino está sendo organizado? Os acontecimentos cotidianos fazem parte do ensino de matemática? O ensino de matemática tem contribuído para a formação do pensamento teórico dos alunos?

Esses questionamentos levaram a definição da questão de pesquisa: Como a matemática está sendo ensinada na Escola pública de Ensino Médio de Araguaiana/MT?

Acreditamos que este estudo será relevante para repensar o ensino de matemática, a fim de que os alunos façam uso desses conhecimentos no decorrer de sua vida.

REFERENCIAL TEÓRICO

Kalinia Lígia (2018) tem como objetivo a necessidade de que os professores signifiquem seus saberes e práticas e não dependam exclusivamente de sua formação, mas sim estarem implantando propostas inovadoras.

Para a autora é fundamental que o aluno possa compreender e construir suas próprias habilidades matemáticas, além de desenvolver uma consciência crítica auxiliando os a compreenderem e transformarem o mundo a sua volta.

O que percebe-se é que as aulas de matemática continuam mecânicas, livrescas, descontextualizadas e têm sido caracterizadas por uma grande quantidade de conteúdos sem significação no cotidiano que resultam em baixa qualidade de rendimento dos alunos.

Muitas situações-problema têm constituído o ensino de matemática, como metodologias que oferecem poucos resultados positivos e objetivos que não seriam tão significativos para o estudante.

A autora afirma que: Ensinar matemática é um desafio, pois não dá mais para trabalhar com essa disciplina utilizando apenas a perspectiva tradicional de ensino. É importante levar em consideração o contexto social em que o aluno está inserido, suas experiências anteriores e seus valores culturais, sociais e morais. Sempre que o aluno realiza atividades, principalmente as que exigem concentração, ele leva em consideração suas experiências anteriores, outras situações que possam lhe mostrar uma saída (BRASIL, 1998). Dessa forma, não se deve apresentar a matemática como uma disciplina fechada, abstrata ou desligada da realidade. (p.238).

E completa:

[...] Por que não estabelecer uma necessária “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais dos alunos e a experiência social que eles têm

como indivíduos? Por que não discutir as implicações políticas e ideológicas de um tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade? A ética de classe embutida neste descaso? Porque, dirá um educador reacionariamente pragmático, a escola não tem nada a ver com isso. A escola não é partido. Ela tem que ensinar os conteúdos, transferi-los aos alunos. Aprendidos, estes operam por si mesmos (FREIRE, 2000, p. 34).

A autora concluí o artigo afirmando que: podemos arrematar explicitando que nos atuais processos de ensino e aprendizagem da Matemática as atividades aplicadas em sala de aula não favorecem aos alunos uma visão mais aprofundada desta disciplina, ou seja, as atividades têm sido desenvolvidas com a utilização do raciocínio, mas percebe-se que estas seguem um plano que não visa à individualidade dos alunos. Analisando diversos exemplos da Matemática, percebe-se que o aluno convive com seus conhecimentos tanto fora como dentro da escola, e a diferença está no fato de uma ser simples de compreensão por ser aprendida espontaneamente; já a outra precisa de uma pessoa específica para ensiná-la, é cheia de teorias complicadas e muitas vezes os alunos são obrigados a aprendê-la (CARRAHER; CARRARER; SCHLIEMANN, 2010).

Dessa forma, em condições de verdadeira aprendizagem, os alunos devem participar da construção e da reconstrução do saber matemático que lhe é ensinado, juntamente com o educador, que se torna igualmente sujeito do processo, utilizando-se do “aqui e agora” dos alunos, explorando situações-problema que tenham significação na vida deles e que eles possam fazer uso destes saberes em suas vivências diárias.

Vislumbramos, então, como é rico de experiências e conhecimentos o espaço que é frequentado pelos alunos e que pode ser efetivamente compartilhado. Os diálogos e as aprendizagens podem ocorrer em vários ambientes, sendo essencial valorizar esses contextos para que os alunos sejam estimulados a buscar conhecer melhor essa disciplina e estabelecer uma relação sólida entre esses saberes.

Para Saviani (2011) a pedagogia histórico crítica, educação é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens,"

Do ponto de vista da educação, existe diferentes tipos de saber não interessam em si mesmos; eles interessam, sim, mas enquanto elementos que os indivíduos da espécie humana necessitam assimilar para que se tornem humanos. Isto porque o homem não se faz homem naturalmente; ele não nasce sabendo ser homem, vale dizer, ele não nasce sabendo sentir, pensar, avaliar, agir. Para saber pensar e sentir; para saber querer, agir ou

avaliar é preciso aprender, o que implica o trabalho educativo. Assim, o saber que diretamente interessa à educação é aquele que emerge como resultado do processo de aprendizagem, como resultado do trabalho educativo. Entretanto, para chegar a esse resultado a educação tem que partir, tem que tomar como referência, como matéria-prima de sua atividade, o saber objetivo produzido historicamente.

Entretanto, é preciso entender que o automatismo é condição da liberdade e que não é possível ser criativo sem dominar determinados mecanismos. Isto ocorre com o aprendizado nos mais diferentes níveis e com o exercício de atividades também as mais diversas. Assim, por exemplo, para se aprender a dirigir automóvel é preciso repetir constantemente os mesmos atos até se familiarizar com eles. Depois já não será necessária a repetição constante. Mesmo se esporadicamente, praticam-se esses atos com desenvoltura, com facilidade. Entretanto, no processo de aprendizagem, tais atos, aparentemente simples, exigiam razoável concentração e esforço até que fossem fixados e passassem a ser exercidos, por assim dizer, automaticamente.

Ole Skovsmose tem como base a educação crítica, fundamentada na Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, cujos motivadores foram Theodor W. Adorno, Max Horkheimer e Herbert Marcuse (SKOVSMOSE, 2013). Walter Benjamin e Jürgen Habermas, também têm grande destaque na construção e fundamentação da Escola de Frankfurt.

Há afirmações claras quanto às fontes de inspiração na educação crítica. O autor afirma que:

O axioma básico da Educação Crítica é que a educação não deve servir como reprodução passiva de relações sociais existentes e de relações de poder [...]. A educação tem de desempenhar um papel ativo na identificação e no combate das disparidades sociais. Naturalmente, a educação não tem um papel importante nas mudanças sociais e tecnológicas – tais mudanças não são consequências de empreendimentos educacionais, mas a educação deve lutar para ter um papel ativo paralelo ao de outras forças sociais críticas (SKOVSMOSE, 2013, p. 32).

E completa:

Quanto à educação matemática, aliada à educação crítica, o autor propõe questionamentos se a educação matemática pode prover os alicerces para a posterior participação de crianças e adolescentes em uma vida democrática como cidadãos críticos (SKOVSMOSE, 2013).

Destaca-se em “Educação matemática crítica: a questão da democracia” (2013), a forte associação com o entendimento de humanismo e sociedade exposto pela Teoria Crítica, na qual

se fundamenta a educação crítica, produtora de consciência, de racionalização e emancipação social.

As primeiras tentativas de Skovsmose na formulação da Educação Matemática Crítica ocorreram em 1975, enquanto fazia mestrado em Filosofia e Matemática pela Universidade de Copenhague. Sistematizou seu trabalho a partir de 1977, ao iniciar o doutorado em Educação Matemática pela Royal Danish School of Educational Studies. Mesmo tendo conhecimento da proximidade de vários autores com a educação crítica, Skovsmose deixou-se influenciar pelas ideias de Paulo Freire, que passava a ser reconhecido internacionalmente como importante para a formulação da educação crítica.

Seu livro “Pedagogia do Oprimido”, traduzido para o dinamarquês, interferiu significativamente na Educação Matemática Crítica de Skovsmose (CEOLIM; HERMANN, 2012). Afirmando que “só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros” (FREIRE, 2011, p. 81), o autor conduziu o pensamento à necessidade de mudança e de libertação, mostrando caminhos para uma educação crítica.

METODOLOGIA DE PESQUISA

No estudo, serão utilizadas, como referencial metodológico, a abordagem qualitativa (BOGDAN; BICKLEN, 1994) e a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011).

Os dados serão coletados por meio de entrevista ao professor supervisor de estágio na escola Estadual CEL Jerônimo Gomes da Silva. As entrevistas serão transcritas sob a forma de texto discorrido. Trata-se do estilo mais usado na linguagem do dia a dia e serve para expressar pensamentos de caráter racional. De forma bem resumida, podemos dizer que a prosa é um texto corrido e em parágrafos. De forma geral, esse tipo de texto apresenta uma linguagem discorrida de forma contínua, com análises ou narrativas.

Cabe pontuar que este trabalho é parte integrante do projeto de pesquisa “O Estágio Supervisionado dos cursos de Licenciatura do CUA/UFMT na perspectiva da constituição da identidade docente”, o qual foi aprovado pelo Comitê de Ética do CUA/UFMT, com parecer de aprovação nº 3.851.496, sendo o número do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética, 27980719.8.0000.5587, na Plataforma Brasil. Os sujeitos da pesquisa assinarão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento (TCLE).

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Para chegar onde queremos foi feita uma análise do PPP e do regimento da escola, e para saber como era posto em ação as aulas de matemática foi feita uma observação e uma entrevista com a professora supervisora do estágio de matemática que atua nessa área há 19 anos e tem formação em Gestão Escolar.

No PPP da escola temos que a filosofia da escola é oportunizar ao educando conhecimentos que auxiliam na (re)construção do saber, tornando-o um cidadão pensante, crítico e participativo.

No regimento da escola no capítulo II dos objetivos, art.2º a escola pública de Araguaiana MT, tem por finalidade proporcionar ao educando uma formação crítica e criativa capaz de atuar de forma consciente e responsável na realidade em que está inserido. Para tanto se faz necessário o desenvolvimento de suas habilidades cognitivas, afetivas, emocionais e sociais.

Durante a entrevista a professora supervisora diz que:

O ambiente escolar é um dos lugares que a criança enquanto seu desenvolvimento irá passar boa parte do seu tempo, lugar em que irá aprender a conviver com seus colegas, professores e as demais pessoas que fazem parte de todo esse processo.

Dessa forma a relação professor-aluno é um elemento importante e significativo para ambos. Pois mediante o respeito a empatia, o conhecimento e o contexto de cada realidade o professor irá mediar esse vínculo e conhecimento de cada aluno para melhor desenvolvimento em sua aprendizagem.

Por isso é importante enquanto professor, buscar conhecer o seu aluno(a), identificar suas potencialidades e também as barreiras que dificultam seu aprendizado, incentivar a cada acerto, conquista, desenvolvendo a empatia, respeito e responsabilidade de cada ser por meio de dinâmicas, regras, rotinas dentre outras. (Professora. Supervisora)

É importante sempre envolver a realidade e os acontecimentos a nossa volta. Visto que, eles estão cheios de informações a sua volta e que é uma grande ferramenta pra nós professores ao fazer uso destes conhecimentos e cotidiano para o meio escolar e desenvolvimento do educando.

Durante as observações enquanto a professora ministrava suas, ela trabalhou com apostila e uma TV para passar os slides, no decorrer da aula percebeu que ela tenta trazer questões de fora, como na aula de figuras geométricas usou a copa do mundo como referência para que os alunos lembrassem do nome das figuras, quando os alunos trazem

o mesmo exercício com formas diferentes de resolução, ela aceita, uma fala muito importante que ela disse foi, existe mais de uma forma de se resolver um exercício, não significa porque apresentei apenas uma forma que não exista outros caminhos.

Durante as aulas ela dá um espaço para que os alunos possam tirar suas dúvidas e apresentar suas próprias formas de resolução.

Essa é apenas uma parte da entrevista e das observações, mas através dessa pequena parte percebemos o cuidado que tem com os alunos para se desenvolver o pensamento crítico do aluno e sua formação humana, ou seja, tanto os documentos como a professora de matemática estão tentando desenvolver o pensamento crítico dos alunos, através de trazer assuntos do cotidiano dos alunos

CONCLUSÕES

A forma como a professora supervisora busca desenvolver o pensamento crítico dos alunos é interessante, pois ela os deixa à-vontade para que eles sintam essa liberdade de expressar o que eles sabem, fazendo com que eles tenham autonomia em tomar certas decisões

Paulo Freire diz que: só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros.

Essa fala de Paulo Freire expressa com clareza o que a professora faz da mesma forma que ela os ensina eles também a ensinar é uma troca constante de conhecimento entre ambos.

O estudo sobre a matemática crítica já é um estudo que vem sendo difundida a partir da década de 80 por outros pesquisadores, fazendo com que percebemos que a matemática crítica pode e deve ser usada nas escolas, pois não há uma formação humana sem o mínimo estudo do ser crítico.

Durante a entrevista percebe-se que a professora já traz consigo uma preocupação com o bem estar dos alunos, como desenvolver seu conhecimento crítico, como aperfeiçoar o conhecimento que eles já trazem.

Temos Kalina Ligia, Saviane, Ole skovsmose é muitos outros pesquisadores que abordam esse assunto, pois a matemática vai muito além de formulas.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Kalina Lígia Almeida de. **Paulo Freire Dialogando com a Matemática**. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v.18, n. 56, p.231-252 (2018).
- Bardin, L.(2011). **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.
- Bogdan, R., Biklen, S., (1994). **Investigação Qualitativa em Educação** – uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora.
- CARRAHER, Terezinha Nunes; CARRAHER, David William; SCHLIEMANN, Ana-lúcia Dias. **Na vida dez, na escola zero**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 50 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11 ed.rev. Campinas: Autores associados, 2011-(Coleção Educação Contemporânea)
- SKOVSMOSE, O. **Educação matemática crítica: a questão da democracia**. Campinas, SP: Papyrus, 2013.

Capítulo 4 - DOI:10.55232/1084002004

**SUBJETIVIDADE E FOTOGRAFIA PRETO E BRANCO:
AS SÉRIES DA CATEGORIA LONG-TERM PROJECTS
DO WORLD PRESS PHOTO**

Amanda Zanluca da Silva, Marcia Boroski

RESUMO: Este artigo tem como objetivo compreender se há alguma relação específica na escolha enunciativa do preto e branco (p&b), uma das técnicas utilizadas nas séries fotográficas premiadas na categoria Long-term projects do World Press Photo, com as temáticas abordadas nesses projetos. Considerando que em qualquer imagem há um efeito simbólico, porém, na fotografia p&b há um poder fascinante em orientar e aproximar a mente do observador que contempla a imagem para a produção de interpretações mais conceituais e subjetivas. Com a pesquisa, pode-se perceber também que o p&b confere um tom mais dramático e comovente a essas narrativas fotográficas que em sua maioria abordam eventos ou acontecimentos ligados ao cotidiano e ordinário das pessoas.

Palavras-chave: World Press Photo; Fotojornalismo; Fotografia Preto e Branco; Projeto Fotográfico.

INTRODUÇÃO

Criado em 1955, em Amsterdã, o *World Press Photo* (WPP) é uma organização independente sem fins lucrativos, conhecida por organizar todos os anos o maior e mais prestigiado prêmio de fotojornalismo do mundo. Além da condecoração, os trabalhos vencedores são reunidos e apresentados em uma exposição itinerante que passa por mais de 40 países, assim como o livro com todas as fotografias contempladas - publicado anualmente.

Ao longo do tempo o concurso foi se transformando e moldando-se às práticas vigentes do fotojornalismo, como deixar de ser um prêmio voltado somente à fotografia e passar a ser integralmente jornalismo visual (SOUZA; CAETANO, 2021). Atualmente o WPP conta com sete categorias sendo elas: *Contemporary Issues; Environment; General News; Long-Term Projects; Portraits; Sports; e Spot News*. Além dessas categorias, ainda há a possibilidade das fotografias finalistas serem eleitas como *World Press Photo of the Year*; e o *World Press Story of the Year*.

A categoria *Long-Term Projects* (Projetos de Longo Prazo), instituída no *World Press Photo* no ano de 2015, possibilitou premiar e destacar a importância dada pelo WPP em projetos sobre um único tema que tenham sido desenvolvidos ao longo de pelo menos três anos e com um mínimo de quatro fotos que devem ter sido tiradas no ano anterior ao concurso, podendo conter entre 24 e 30 fotos que formam uma narrativa. Considerando que no contexto da fotografia informativa, muitos desses foto-ensaios narrativos possuem característica mais experimental (SOUZA; CAETANO, 2021), verificou-se a existência de uma recorrência das temáticas apresentadas nas fotografias em preto e branco da categoria *Long-Term Projects*.

Nos sete anos de existência, a categoria premiou 21 casos; destes, oito são de fotografias em preto e branco (p&b) - totalizando 38% -, e distribuídas nos anos de 2015 (1), 2016 (2), 2018 (2), 2019 (1), 2020 (1) e 2021 (1). Deixando de ser apenas uma injunção técnica, atualmente, a fotografia em p&b costuma ser utilizada como uma preferência ou escolha estética/conceitual do fotógrafo (AUGUSTO; TOUTAIN, 2016, p. 140). Uma produtora de signos que impacta não apenas pela sua expressividade mas também pela possibilidade de atribuir às imagens um ar de elegância e superioridade por seus fortes contrastes. Além da dramaticidade e o enaltecimento ético dos opostos, visto que o claro e o escuro são constantemente associados a conceitos antagônicos como o bem e o mal, vida e a morte, entre outras concepções.

O contraste é considerado a alma da interpretação, e tendo a fotografia em p&b o contraste como um de seus cernes, há potencial em transmitir para quem vê a imagem efeitos interpretativos mais subjetivos, ou seja, uma interpretação mais conceitual e abstrata (AUGUSTO; TOUTAIN, 2016, p. 140). Tomando como *corpus* os casos em p&b na categoria *Long-term Projects*, a pesquisa tem como objetivo compreender se há alguma intenção específica nessa escolha enunciativa do p&b pelos fotógrafos premiados no WPP e se há alguma relação com as temáticas apresentadas nesses projetos fotográficos.

METODOLOGIA

Para iniciar o processo desta pesquisa, se fez necessário realizar o levantamento e análise quantitativo das imagens. “Nos estudos de natureza quantitativa, após o tratamento estatístico dos dados, têm-se, geralmente, tabelas elaboradas manualmente ou com o auxílio de computadores” (GIL, 2002, p. 90). Ou seja, após o levantamento quantitativo foi realizada a tabulação, pois, “com base na análise e na interpretação dessas tabelas é que se procede à redação do trabalho [...]” (GIL, 2002, p. 90). Posteriormente, também foi realizada uma pesquisa exploratória que proporciona uma maior familiaridade com o *corpus* a fim de tornar mais claro e construir hipóteses. Conforme afirmado por Gil, “pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições” (2002, p. 41). Dessa forma, aprofundamos e identificamos as características prevalentes nos casos em p&b na categoria *Long-Term Projects*, de 2015 a 2021.

Além disso, fizemos uma análise de cada série fotográfica levando em consideração todas as informações disponíveis no site do WPP, contemplando a descrição, contexto e informações técnicas dessas fotografias. Concomitantemente, foi realizada a análise de imagem enfocando o p&b como escolha enunciativa, construída a partir de HEDGECOE (2006), FLUSSER (1985), e BOROSKI (2020a e 2020b).

E por fim, com um volume de 239 fotografias (oriundas de 8 séries fotográficas em p&b da categoria *Long-Term Projects*), realizamos a análise e interpretação dessas imagens visando identificar as temáticas, se há uma prevalência e uma relação entre essa escolha enunciativa com as tematizações. Para tanto, utilizamos a dissertação da autora (BENIA, 2020) em que trata dos conceitos de regime absortivo e o testemunho

fotográfico para além do instante decisivo na categoria *Long-Term Projects* do *World Press Photo*.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Dos 8 casos, 4 ganharam o 1º lugar (2015, 2016, 2018 e 2020); em 2016 e 2018 foram premiados 2 casos em cada um; de todos os casos; apenas 2 são de fotógrafos vinculados a agências de fotografia; há equidade de gênero, sendo que 4 casos foram feitos por fotógrafos homens e 4 por fotógrafas mulheres; e há 1 caso premiado como *World Press Story of the Year*: “*Kho, the Genesis of a Revolt*” (Figuras 1 e 2), de Romain Laurendeau. Para este trabalho, faremos uma análise mais aprofundada deste caso, pela relevância conferida pelo próprio WPP, e do caso “*Ich Bin Waldviertel*” (Figuras 3, 4 e 5), da fotógrafa Carla Kogelman, uma vez que esse mesmo projeto já havia sido premiado em outra ocasião (no WPP de 2014, em 1º lugar na categoria *Observed Portraits*, tipo *Stories*), o que aponta para valorização e relevância do mesmo pelo *World Press Photo*.

Figura 1. Fotografia da série “*Kho, the Genesis of a Revolt*”¹, 2014.



Fonte: Romain Laurendeau/*World Press Photo* (2020).

¹ Figura 1 disponível em: <<https://www.worldpressphoto.org/collection/photo/2020/39634/1/Romain-Laurendeau>> Acesso em: 20 de novembro de 2021.

Figura 2. Fotografia da série “*Kho, the Genesis of a Revolt*”², 2019.



Fonte: Romain Laurendeau/World Press Photo (2020).

A Figura 1, faz parte da série que documenta a movimentação de jovens em Argel, Argélia, ao desafiar a autoridade na luta por direitos civis. Na primeira foto percebe-se que o céu com sua textura produzidas pelas nuvens, transmite uma sensação de drama e beleza, e isto, se dá pelo fato de haver “uma tendência em relação à sensibilidade do azul, que significa que os céus frequentemente pareçam mais opacos e mais lavados do que de fato são na realidade” (HEDGE COE, 2006, p. 120). Já na segunda fotografia (Figura 2), de alto contraste, onde manifestantes protestam contra o governo interino apoiado pelos militares, nota-se uma carga mais dramática comparada à primeira com grande parte da fotografia em tom escuro, enquanto que há poucos elementos em branco em destaque, como a fumaça e a bandeira.

Figura 3. Fotografia da série “*Ich Bin Waldviertel*”³, 2013.

² Figura 2 disponível em: <<https://www.worldpressphoto.org/collection/photo/2020/39634/1/Romain-Laurendeau>> Acesso em: 20 de novembro de 2021.

³ Figura 3 disponível em: <[https://www.worldpressphoto.org/collection/photo/2018/28820/1/2018-Carla-Kogelman-LTPG-QAD-\(1\)](https://www.worldpressphoto.org/collection/photo/2018/28820/1/2018-Carla-Kogelman-LTPG-QAD-(1))> Acesso em: 20 de novembro de 2021.



Fonte: Carla Kogelman/*World Press Photo* (2018).

Figura 4. Fotografia da série “*Ich Bin Waldviertel*”, 2017.



Fonte: Carla Kogelman/*World Press Photo* (2018).

Figura 5. Fotografia da série “*Ich Bin Waldviertel*”⁴, 2017.

⁴ Figuras 4 e 5 disponíveis em: <[https://www.worldpressphoto.org/collection/photo/2018/28820/1/2018-Carla-Kogelman-LTPG-QAD-\(1\).>](https://www.worldpressphoto.org/collection/photo/2018/28820/1/2018-Carla-Kogelman-LTPG-QAD-(1).>) Acesso em: 20 de novembro de 2021.



Fonte: Carla Kogelman/*World Press Photo* (2018).

Já na série “*Ich Bin Waldviertel*” (Figuras 3, 4 e 5), a fotógrafa holandesa Carla Kogelman acompanha e retrata a transição da infância à adolescência das irmãs Hannah e Alena, que vivem no interior da Áustria. A série aborda a vida cotidiana, os lugares e objetos familiares, porém, percebe-se que ao utilizar o p&b juntamente com outros elementos como o jogo de luz, recortes e enquadramentos, as fotografias tomam um ar mais poético. Além de que ao olharmos separadamente para as imagens que mostram brincadeiras e momentos típicos dessa fase, reconhecemos as sensações e as relacionamos às nossas memórias, que nesse caso em específico, transporta o interpretante para a mesma época (infância-adolescência), retratada no projeto.

A fotografia em preto e branco direciona o sentido da fotografia sendo compreendida como uma escolha enunciativa (BOROSKI, 2020a). Para Flusser, “as fotografias em preto-e-branco são a magia do pensamento teórico, conceitual, e é precisamente nisto que reside seu fascínio” (1985, p. 33). Como não existem cenas em preto e branco no mundo real - o que existe são as fotografias em preto e branco -, é imaginado determinados conceitos e quem vê precisa decifrá-los (FLUSSER, 1985).

A escolha pela técnica do preto e branco possui como finalidade mostrar o universo dos conceitos tomado como a verdadeira significação dos símbolos fotográficos. Além disso, as fotografias em preto e branco são consideradas mais conceituais do que as fotos coloridas (FLUSSER, 2018 *apud* BOROSKI, 2020b, p. 106). Ou seja, “dizer que as

fotografias em p&b são conceituais, na verdade, é também dizer que todos os constituintes da imagem fotográfica são conceitos, transcodificados e expressos na imagem” (BOROSKI, 2020b, p. 106).

Com as fotografias em preto e branco não podendo ser tomadas como representações do real - por não existirem cenas em preto e branco -, restaria a essas fotografias produzirem um “sentido sentido” (BOROSKI, 2020b, p. 114). Afetando a quem vê essas imagens e estimulando uma experiência estética, "as fotos em preto e branco geralmente têm um quê atemporal e podem transmitir sentimento. Em termos de composição, a ausência da cor permite que você se concentre na forma, textura e padrão” (HEDGECOE, 2006, p.118). Esses conceitos podem ser percebidos nas narrativas fotográficas de Laurendeau e Kogelman, no qual, percebe-se que com o uso do p&b os fotógrafos conseguem amplificar a atenção de quem vê suas fotografias de uma forma que se enxergue tudo o que está em cena. Como se concentrar nas pessoas, seus gestos e ações, nos olhares e expressões, nas texturas, e outros elementos que na foto em cores poderiam acabar se sobrepondo.

Temáticas no WPP

Sendo uma categoria que se difere das demais categorias do WPP por ser justamente composta por projetos fotográficos desenvolvidos durante um período maior de tempo, esses foto-ensaios são voltados a eventos ou acontecimentos ligados ao cotidiano e ordinário das pessoas. Não se prendendo ao conceito do instante decisivo de Henri Cartier Bresson, o que encontramos na categoria *Long-Term Projects* “[...] é o cruzamento entre tempos antecessores e sucessores e referências diversas que costuram um acontecimento, especificando a relação entre presente, passado e futuro dos eventos (BENIA, 2020, p. 30)”. Benia também afirma que:

A temática do cotidiano (que se desvia do aspecto extraordinário) em união a uma temporalidade alargada (não preocupada com o instante decisivo bressoniano) dos acontecimentos como fatores inerentes desta categoria ocasiona certo grau de reconhecimento do espectador com os personagens representados nas imagens, bem como aos contextos e circunstâncias envolvidas. (BENIA, 2020, p. 20).

Em relação às temáticas abordadas em cada projeto fotográfico desta categoria, pode-se perceber a predominância de temas ligados à vida cotidiana e dificuldades que as

peças enfrentam. Com o levantamento realizado para a pesquisa, pode-se identificar as temáticas e ainda subdividi-las entre temáticas primárias e secundárias (como mostrado no quadro a seguir).

Acompanhando o antes, durante e após o evento, esse tipo de abordagem encontrado na categoria *Long-Term Projects* possibilita ao observador realizar “um ato de leitura menos acelerado, a partir da eleição de uma temporalidade mais alargada e de certa irrepresentabilidade do acontecimento e seus eixos dramáticos (BENIA, 2020, p. 100)”. Ou seja, uma abordagem que convoca uma atenção mais contemplativa e imaginativa no espectador o levando a ter outro tipo de experiência estética.

Quadro 1. Temáticas abordadas na categoria *Long-Term Projects* do *World Press Photo*

ANO	TÍTULO	AUTOR(A)	TEMÁTICAS PRIMÁRIAS	TEMÁTICAS SECUNDÁRIAS
2021	Trapped in Greece	Angelos Tzortzinis	Prisão Migração Sofrimento Humano	Protestos Política Pobreza
2020	Kho, the Genesis of a Revolt	Romain Laurendeau	Revolta Juventude Política	Futebol Religião Sofrimento Humano
2019	State of Decay	Alejandro Cegarra	Polícia América Latina Decadência	Sofrimento Humano Política Prisão
2018	Ich Bin Waldviertel	Carla Kogelman	Brincadeira Crescimento Cotidiano	Infância Ludicidade Bem-estar
2018	Latidoamerica	Javier Arcenillas	Violência América Latina Política	Drogas Prisão Sofrimento Humano
2016	Sexual Assault in America's Military	Mary F. Calvert	Violência Sexual Exército Sofrimento Humano	Drogas Doença Moradia
2016	A Life in Death	Nancy Borowick	Doença Família Luto	Morte Sofrimento Humano Religião
2015	Family Love 1993-2014	Darcy Padilla	Família Doença Sofrimento Humano	Drogas Violência Sexual Morte

Fonte: Autoria própria (2021).

Levando em consideração que “o tema é determinante porque funciona como um indicador dos prováveis efeitos previstos no agenciamento de leitura do espectador, assim como auxilia na compreensão dos fatos e sofrimentos apresentados, e a relação destes com o contexto do acontecimento (BENIA, 2020, p. 99)”, pode-se perceber ainda - que nos casos que compõem o *corpus* desta pesquisa -, que há uma prevalência pela escolha em usar a técnica do preto e branco.

Com representações e temáticas que expõem situações e acontecimentos difíceis dos sujeitos representados em cada projeto fotográfico, nota-se que ao utilizar a ausência de cor - que concede um tom mais dramático do que determinada cena teria na vida real -, acaba havendo uma dramatização do acontecimento retratado. “[...] Essas imagens podem apresentar um plano de fundo de sofrimento calcado no aspecto dramático, no extraordinário, isto é, com efeitos negativos no viés receptivo do observador (BENIA, 2020, p. 22)”. Essa dramaticidade pode ser conferida tanto pelos elementos que se encontram presentes na fotografia - como a dor e o sofrimento sendo mostrados de maneira explícita/implícita -, como também através do reconhecimento do observador que imagina e interpreta os conceitos por trás da imagem. Porém, nessa lógica, o p&b pode acabar sendo usado como um filtro em que o espectador visualiza por uma perspectiva mais dramática.

CONCLUSÃO

Podem existir várias justificativas para a escolha do fotógrafo em utilizar o p&b, entretanto, entre as funções desse estilo de fotografia mencionadas durante os tópicos anteriores, pode-se perceber que nos casos que compõem o *corpus* desta pesquisa reforça-se o potencial das fotografias p&b em orientar e aproximar a mente do observador que contempla a imagem para a produção de interpretações mais conceituais e subjetivas.

Embora haja tantos desenvolvimentos técnicos que possibilitam a fotografia captar uma variada série de cores, a escolha enunciativa pela fotografia em p&b continua sendo muito utilizada – muitas vezes como um conceito. Ao que parece, elas exploram a abstração, trabalham com as emoções de quem observa.

Também, ao utilizar o p&b evoca-se a atemporalidade atrelada à utilização dessa técnica. Tal temporalidade pode estar entrelaçada com as temáticas apresentadas nas narrativas fotográficas da categoria *Long-Term Projects*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGUSTO, Gilucci; TOUTAIN, Lídia Brandão. A semiótica da imagem fotográfica digital em preto e branco. Revista do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia Campus Ondina (UFBA), PontodeAcesso, v. 10, n. 3, p. 136–146, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/20943>>. Acesso em: 28 de agosto de 2021.

BENIA, Renata Tavares. Regime Absortivo no World Press Photo: O Testemunho Fotográfico para além do Instante Decisivo. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2020. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/14365/2/RENATA_TAVARES_BENIA.pdf> Acesso em: 20 de novembro de 2021.

BOROSKI, Marcia. Fotojornalismo: Técnicas e Linguagens. 1ª Edição. Curitiba: InterSaberes, 2020.

_____. O potencial de experiência aurática em fotografias em preto e branco. Revista Uninter de Comunicação, Centro Universitário Internacional - UNINTER, v. 8, n. 15, 2020. Disponível em: <<https://www.revistasuninter.com/revistacomunicacao/index.php/revista/article/view/845>>. Acesso em: 20 de agosto de 2021.

FLUSSER, Vilém. Filosofia da Caixa Preta - Ensaios para uma futura filosofia da fotografia. São Paulo: Hucitec, 1985.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª Edição. São Paulo: Atlas, 2002.

HEDGECOE, John. O novo manual de fotografia. 2ª Edição. São Paulo: Editora Senac, 2006.

SOUZA, Fernando Artur de; CAETANO, Kati Eliana. A casa que sangra: expressão e subjetivação no fotojornalismo de longo prazo. Revista Acadêmica Semestral Programa de Pós Graduação em Jornalismo Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), v. 18, n. 1, jan./jun. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/76842>>. Acesso em: 2 de agosto de 2021.

Capítulo 5 - DOI:10.55232/1084002005

A VELHICE SOB A LENTE DA MEMÓRIA COLETIVA

Jussiara Barros Oliveira da Silva, Luciana Araújo Reis, Jamine Barros Oliveira, Dayse Samara Brandão

RESUMO: Introdução: Esta proposta de capítulo emergiu de inquietações e indagações conceituais e sobre políticas de saúde, suscitadas ao término da Dissertação de Mestrado em Enfermagem e Saúde, através da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), em 2013, intitulada “Multiversos contextos da implementação da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa”, levando a uma (re) significação do objeto de estudo, numa perspectiva de irromper suas fronteiras e produzir um novo recorte do saber-fazer as políticas protetivas de envelhecimento no Brasil, sob a ótica da teoria da memória coletiva. Metodologia: A construção desse capítulo, adotou as bases teóricas-metodológicas da memória coletiva, considerando-a como fio condutor na compreensão das tramas tecidas pelos indivíduos na concepção do envelhecimento, sob a ótica da abordagem qualitativa e revisão integrativa da literatura. Resultados e discussão: Buscamos estabelecer a relação dialética da concepção da velhice, com a teoria da Memória Coletiva cunhada por Halbwachs. Esse diálogo transdisciplinar foi possível pelos aportes teóricos adotados, estabelecendo o link entre o fazer dos profissionais de saúde e a memória da velhice constituída em nossa sociedade. Tal, vinculação tenta responder, sem pretender dar uma resposta definitiva, o lastro que permeia as práticas de saúde voltadas à pessoa que envelhece. Conclusão: Espera-se que a reflexão produzida neste capítulo, possa constituir em um instrumento pedagógico de educação permanente do processo de trabalho dos profissionais de saúde, fortalecendo a implementação da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa no âmbito da Atenção Primária e possibilitando novos caminhos no processo de viver/ envelhecer com dignidade.

Palavras-chave: memória coletiva, velhice , profissionais de saúde

INTRODUÇÃO

Esta proposta de capítulo emergiu de inquietações e indagações conceituais e sobre políticas de saúde, suscitadas ao término da Dissertação de Mestrado em Enfermagem e Saúde, através da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), em 2013, intitulada “Multiversos contextos da implementação da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa”, levando a uma (re) significação do objeto de estudo, numa perspectiva de irromper suas fronteiras e produzir um novo recorte do saber-fazer as políticas protetivas de envelhecimento no Brasil, sob a ótica da teoria da memória coletiva, na construção da tese de doutorado.

Nos diversos campos que atuei (assistência (hospitalar e equipe de saúde da família), gestão municipal (área técnica do idoso, controle social, apoio institucional às equipes), ensino e pesquisa), foi possível deparar, com a crescente procura de pessoas idosas aos serviços de saúde, em condições agudas, de doenças crônicas. Além disto, outro aspecto observado, foi o modo de produção fragmentada do cuidado aos idosos na atenção primária. Nessa caminhada, amparada pelos cursos de capacitação realizados na área de saúde da família, percebemos ainda a coexistência de demandas maternas infantis nos serviços, com pactuação de indicadores de produção, que torna imperativa a organização do serviço em torno dessa clientela.

Outro aspecto sobre o interesse no tema desta investigação, diz respeito ao engajamento ético e político em mobilizações de defesa do direito da pessoa idosa, com a discussão da Política Nacional, contribuindo com a identificação e compromisso com a temática abordada. Enquanto trabalhadora de saúde e gestora atuamos como sujeito político nas etapas Territorial, Estadual e Federal da I Conferência Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (2003). Desde então, deu-se início a militância na defesa dos direitos deste seguimento populacional, nos espaços de formulação e execução da política no âmbito municipal. Estas experiências culminaram com o ingresso na academia como docente da disciplina enfermagem na terceira idade, no curso de enfermagem. O ensino e interesse pela pesquisa instigaram-me a estudar o fenômeno do envelhecimento e suas repercussões nos sistemas públicos, em especial no âmbito da saúde e em uma unidade federativa, sendo o mestrado acadêmico, o ponto de partida para a construção de um conhecimento sólido sobre a política de saúde da pessoa idosa e suas implicações no cuidado ao idoso e no processo de trabalho da Estratégia Saúde da Família (ESF).

Assim sendo, o fenômeno do envelhecimento está para além das questões relacionadas à sustentabilidade das políticas públicas, contempla os modos, como ao longo da história da humanidade, a sociedade foi agregando sentidos e valores, e também como essa vivência da velhice se distingue de um lugar para outro. Nessa perspectiva, investigamos, como esses sentidos e valores agregados constituem a memória coletiva de formuladores e profissionais de saúde das políticas protetivas e qual o lugar do sujeito idoso em tais formulações e práticas.

A memória coletiva de uma sociedade, na visão Halbwachiana, se produz a partir de um conjunto de relações sociais estabelecidas ao longo da existência da humanidade, no lugar constituído pelo indivíduo nos diversos grupos de pertencimento, fixando as representações do que foi vivido, de acordo com cada época, mas também dos pensamentos dominantes, dos valores culturais e ideológicos compartilhados. A memória coletiva, portanto, não seria fruto do imaginário, mas, resultado das tramas estabelecidas nas relações sociais vivenciadas e preservadas pelos grupos (HALBWACHS, 2006).

No entanto, não se trata apenas de reviver o passado tal qual ele aconteceu, mas de um esforço maior, a reconstrução desse passado diante das possibilidades atualizadas no presente (OLIVEIRA, 2008). Esse autor traz também uma concepção importante para o estudo, visto que compreende a reconstrução dos dados fornecidos pelo presente da vida social, como uma reinvenção do passado a partir de um novo olhar (OLIVEIRA, 2008).

Logo, à medida que a pessoa se relaciona com os grupos sociais (familiar, religioso, partidário, dentre outros) dos quais faz parte, suas vivências vão constituindo a memória coletiva, diferindo, assim, da ideia de lembrança, no seu aspecto individual, no qual não existe uma vinculação com o marco social (HALBWACHS, 2006). Nesse direcionamento, recorreremos à concepção de marcos sociais apresentada por Halbwachs (2006), pois, em sua perspectiva, antecede a discussão sobre memória.

Ademais, diferente da história, a memória não se apoia exclusivamente na duração do acontecimento (cronologia), mas no jogo entre noções e percepções que chegam à consciência. Para Halbwachs (2006), o importante é saber por que os fatos permanecem e como a sociedade exerce pressão nas recordações, irrompendo os limites da transmissão (repetição) em si.

O tempo da realidade social do ponto de vista mnemônico, funciona como um processo dinâmico, por esta razão a memória coletiva é modificada, acompanhada das mudanças do grupo de pertencimento, mas sempre usando como ancoragem o marco

social como um princípio coercitivo de uma “necessidade de memória” (HALBWACHS, 2006).

Essa necessidade de memória, nos leva a ponderar como Halbwachs (2006), no seu papel como ferramenta demarcadora de limites, posicionando em primeiro plano os grupos e suas representações. Nessa compreensão, as recordações individuais caracterizam por uma série de impressões encadeadas sobre os pensamentos desses grupos. E assim, torna possível reconfigurar o passado, atualizando o presente, por meio dos vestígios de um conjunto de acontecimentos deixados pelas sociedades e que adquiriram certa “estabilidade”.

Nesse aspecto, para Halbwachs (2006), a história divide o tempo em períodos, como uma peça de teatro, ou seja, separando-o em “muitos atos”, dando certa ideia que tudo se reconstrói em cada um deles, desde os interesses em jogo, considerando o lugar do indivíduo em determinado grupo.

Já, no desenvolvimento da memória coletiva, essa linha de separação parece muito tênue, com limites incertos e irregulares, pois se localiza nas recordações em quadros sociais comuns, ou seja, aqueles formados por fatos e aspectos julgados importantes que estabelecem algum vínculo afetivo. Portanto, a história, representa “um quadro de mudanças, visto de fora, a memória coletiva é o grupo visto de dentro” (HALBWACHS, 2006).

Essa perspectiva social adotada sobre o envelhecimento não foi aleatória, mas pautada na relevância que a temática tem ocupado nos últimos anos na agenda de discussões de gestores das políticas públicas, dando-lhe certo “status privilegiado e legitimidade”. Nesse movimento de legitimação das necessidades deste expressivo seguimento populacional, a gestão da velhice extrapola os limites do âmbito privado e familiar, tornando-se uma preocupação social (DEBERT, 2004, p.13,). Abordar a velhice nessa ótica possibilita compreender as facetas desse fenômeno, como a sua gestão no espaço das políticas públicas, nesse movimento de *socialização da gestão da velhice*, o papel do Estado como formulador de estratégias para a provisão do atendimento das necessidades das pessoas idosas (DEBERT, p.13, 2004).

Assim, pensar a velhice é buscar compreender como a sociedade projeta na coletividade a experiência cotidiana do viver/envelhecer, nos seus mais diversos aspectos e necessidades, bem como nas transformações e mudanças culturais, que se fazem necessárias na maneira de “pensar e gerir” esse processo (DEBERT,2004).

Essa necessidade de memória, nos leva a ponderar como Halbwachs (2006), no seu papel como ferramenta demarcadora de limites, posicionando em primeiro plano os grupos e suas representações, compreendendo as recordações individuais como uma série de impressões encadeadas sobre os pensamentos desses grupos. E, assim, possibilitando regressar ao passado, atualizando-o no presente, por meio dos vestígios de um conjunto de acontecimentos deixados pelas sociedades e que adquiriram certa “estabilidade” (HALBWACHS, 2006).

Logo, as diferentes noções de envelhecimento pela sociedade, que existem ao longo dos tempos e que foram ganhando estabilidade, levam-nos a esquadrihar saberes constituídos pelos grupos sociais, que vão se configurando e emoldurando memórias sobre a velhice.

Neste capítulo, ao considerar a velhice como uma noção de “**categoria social**” nos reportamos também a Eclea Bosi (1994). Segundo a autora, essa concepção de velhice, configurada numa sociedade capitalista, e que destaca aspectos como: eficiência física, rapidez e produtividade, ressalta a perda da capacidade funcional como algo depreciativo, expondo o trabalhador velho a um tratamento diferenciado. Diante disto, o velho é sujeitado a um lugar de discriminação e silenciamento, reiterando, no imaginário social, a ideia de um sujeito pacato e assujeitado. A autora ainda afirma que mais intrigante é que no discurso da “**moral oficial**”, aquilo que está posto pelos órgãos oficiais através da legislação, o respeito ao velho é defendido. No entanto, nega a esse sujeito o direito a voz e expressão de suas opiniões, principalmente quando argumenta contrariamente ao que está posto.

O discurso de participação social, protagonismo, existe, porém efetivamente acontece timidamente. Isto ocorre, porque vivemos numa sociedade em que a experiência de vida acumulada não é valorizada, seus saberes são rejeitados, o enfoque é a novidade, o empreendedorismo. Neste sentido, muitas vezes esse lugar de protagonismo é “cedido”, aos jovens, empobrecendo e mesmo fazendo desaparecer o diálogo intergeracional (BOSI, 1994, p.78).

Diante desse panorama, observou-se nas sociedades modernas, em meados do século XIX, o fortalecimento de um estereótipo social homogeneizante da velhice caracterizado por uma etapa do ciclo vital, onde há um declínio funcional e ausência de protagonismo, ou seja, um ser pacato e frágil. De certa maneira, essa imagem decadente da velhice levou o Estado a tomar decisão no sentido de amparar com políticas protetivas, inicialmente assistência social e previdência. Esse foi o aspecto positivo, a população

idosa foi beneficiada de algum modo de forma positiva na legitimação de direitos sociais conquistados nas últimas décadas (DEBERT, 2004, p.13.).

Além disto, a velhice então considerada como uma questão de ordem social, vai se tornando gradualmente um objeto de disciplinas no campo da sociologia e psicologia, além da medicina. Tal condição possibilitou a criação da *Sociedade Brasileira de Geriatria Gerontologia* em 1961, legitimando um debate em torno da velhice, numa perspectiva interdisciplinar, pois envolvia profissionais de saúde de diversas formações além da medicina (DEBERT, 2004). A autora destaca o pensamento de Pierre Bourdier, que afirma que a constituição de um campo, não se faz isenta de disputas e interesses, o que definirá tendências ideológicas e direcionamentos nas agendas políticas. E que, no caso da velhice, esse debate extrapolou os limites do discurso dos gerontólogos, demonstrando o silenciamento ou apagamento desta questão pela sociedade, o que é lembrado pela autora, citando o trabalho de Simone de Beauvoir, a “conspiração do silêncio”, que tomou a forma de uma denúncia da maneira como era tratado o idoso em nosso país (DEBERT, 1999, P.196).

O tema velhice, traz na sua constituição uma polissemia, permite múltiplas articulações teóricas, produzindo narrativas em vários campos sociais, que abordam aspectos fisiológicos, sociocultural, impacto nas políticas públicas e a transdisciplinariedade. Tais categorizações foram observadas numa revisão de literatura, que trabalhou dezenove publicações, incluindo obras clássicas: *A velhice*, Simone Beauvoir (1976) e *Lembrança de Velhos*, Eclea Bosi, (1983); dissertações, teses e artigos, além de produções como folhetos, artigos, dentre outros, a partir da década de 1970. Essa pluralidade no modo de conceber a velhice, foi observada numa revisão de literatura, e demonstra a complexidade e singularidade envolvidas no processo de viver/envelhecer, não permitindo uma “unicidade” de análise principalmente se considerarmos o cenário dinâmico, complexo e diverso desse processo em nosso país de grande dimensão territorial e cultural (SIQUEIRA et al, 2007).

Pode-se observar que, em relação a vertente sociocultural, a construção da memória coletiva da velhice, sofreu influências do modo de pensar do Estado e dos centros especializados, evocado em seus discursos institucionais e técnico-científicos, a ideia da velhice concebida não como uma questão de ordem apenas patológica. Nesse direcionamento, a comunicação institucional é idealizada como uma necessidade de mobilização social (campanha) em torno da aspiração de uma velhice bem-sucedida, por meio da produção de diferentes materialidades (folders, cartaz, vídeos), buscando

alcançar grupos distintos e funcionar como instrumento de legitimação do “desejo” de uma velhice saudável com ênfase na promoção da saúde participação social (MUNIZ, 2007).

Atualmente, a imagem de uma velhice fragilizada tem sido substituída por outra, em que o idoso é socialmente ativo e que traz como bagagem, um acúmulo de experiências de vida, que podem ser compartilhadas com outras gerações. Ainda para Muniz (2007), a produção social da velhice situa-se em dois polos: uma versão *idealista* e outra *racionalista* do envelhecimento saudável. Nesses pólos, encontram-se concepções bem marcadas de oposições das imagens construídas da velhice na nossa sociedade.

De um lado, a visão sobre o envelhecimento, conferindo uma “liberdade de expressão” aos indivíduos que assumem a idade, o que no passado foi algo reprimido, por mitos e tabus (MUNIZ, 2007). Por outro lado, a versão racionalista da velhice saudável, trata da “vontade de verdade” que circunda os discursos sobre o envelhecimento e critica a patologização e apropriação pelos saberes técnicos da velhice e considera a necessidade de atrelar à questão a *politização* do envelhecimento e não apenas associar velhice a atividade física, qualidade de vida e sexualidade. Ou seja, o exercício pleno da cidadania pela pessoa idosa, que teria a” consciência política que os espaços conquistados na sociedade não são privilégios”, mas, uma condição de direito garantido constitucionalmente, por leis infraconstitucionais (MUNIZ, 2007).

As considerações sobre a concepção social da velhice, nos parágrafos antecedentes, remetem-nos a uma reflexão sobre o diálogo possível com a concepção de memória coletiva. Pois os significados constituídos pelos indivíduos de uma dada sociedade só têm sentido em relação a um grupo do qual fazem parte como membro integrante ao qual pertencem. Isto acontece porque implica um *evento real vivido* outrora em comum e, através desse evento, depende o contexto social no qual na atualidade transita o grupo ou indivíduo que o atesta (HALBWACHS, 2006).

METODOLOGIA

A construção desse capítulo, adotou as bases teóricas-metodológicas da memória coletiva, considerando-a como fio condutor na compreensão das tramas tecidas pelos indivíduos na concepção do envelhecimento. Buscou-se a relação dialética entre memória e discurso, constituída nas narrativas jurídicas (Política Nacional de Saúde da

Pessoa Idosa-PNSPI) e nas práticas dos profissionais de saúde da família no cuidado à pessoa idosa na Atenção Primária, sob a ótica da abordagem qualitativa e revisão integrativa da literatura.

A revisão integrativa de literatura, para Mendes e Col (2008), é considerada como um método que possibilita sintetizar resultados obtidos em pesquisas, no nosso caso: estudo sobre os discursos e memórias sobre o envelhecimento no Brasil: entre dizeres jurídicos e fazeres dos profissionais de saúde da família. O capítulo foi parte do corpus da pesquisa, neste caso direcionado para a velhice sob a lente da memória coletiva. Tal recorte, permite tratar assuntos como a implementação da Política Nacional de saúde e práticas dos profissionais de saúde da atenção primária.

No estudo realizado para constituição da memória coletiva, recortamos como atores-chaves, os profissionais da Estratégia Saúde da Família, para, compreender os efeitos de sentido produzidos na constituição de memórias no cuidado da pessoa idosa no âmbito da Atenção Primária e sua repercussão na qualidade da assistência a esse grupo populacional. E assim, situarmos o lugar do sujeito idoso, na memória coletiva constituídas sobre as práticas de saúde dos profissionais de saúde na APS.

Vale ressaltar, que nessa aproximação com os sujeitos foram consideradas as questões éticas de que tratam as pesquisas com seres humanos, foram observadas em todos os procedimentos de coleta, conforme resolução 466 /201, sendo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa/CEP da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB, conforme parecer consubstanciado Nº 1.304.614 .

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Diante das considerações versadas nos parágrafos anteriores e compreendendo a memória como fio condutor deste estudo, tomamos as narrativas dos profissionais de saúde que atuam na APS, buscando dizeres da construção social no processo mnemônico edificados por meio das atualizações ou esquecimentos, possibilitando assim emergir múltiplas memórias no contexto vivenciado pelos atores envolvidos e nas superfícies das narrativas jurídicas selecionadas para este estudo.

Na visão teórica adotada no estudo, que originou este capítulo, há se considerar que a prática de memorização se ancora no vivido em determinado (s) grupos de pertencimento, na qual o dizer da memória individual, traz consigo muitas vozes, toma

emprestado percepções de mundo que reconfiguram o passado no presente, mobilizando assim, como já vimos, o campo da psicologia e sociologia (WEBER; PEREIRA, 2010). Essa visão também, como vimos, permite o descentramento do sujeito pragmático, para a posição sujeito, constituída pela historicidade de um dado objeto.

Reconhecendo que o cuidado à pessoa idosa na APS, requer uma prática que utilizam saberes constituídos para além da formação profissional, com repercussões biopsicossocial no âmbito individual (pessoa que envelhece) e coletivo (comunidade e família) e que o ato do cuidado em si é uma atitude fundamentada na concepção social dos profissionais de saúde, sobre a velhice.

No desenvolvimento do constructo deste estudo, buscamos estabelecer a relação dialética da concepção da velhice, com a teoria da Memória Coletiva cunhada por Halbwachs. Esse diálogo transdisciplinar foi possível pelos aportes teóricos adotados, estabelecendo o *link* entre o fazer dos profissionais de saúde e a memória da velhice constituída em nossa sociedade. Tal, inculação tenta responder, sem pretender dar uma resposta definitiva, o lastro que permeia as práticas de saúde voltadas à pessoa que envelhece. E assim, atrever-se a provocar uma mudança a partir da compreensão do dizer constituído pelos atores sociais responsáveis pela implementação da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), vigente em nosso país.

Tal, condição de existência, permite por meio da memória coletiva, identificar a constituição do sujeito idoso, nas diversas formulações discursivas, desde a prática dos profissionais, aos instrumentos normativos como legislação e protocolos assistenciais. Essas concepções no contexto brasileiro, permite um dizer sob ângulos políticos e técnicos ora convergentes, ora divergentes com a narrativa da PNSPI.

CONCLUSÃO

As memórias constituídas pelos profissionais de saúde da família sobre o cuidado a pessoa idosa, observadas no estudo que originou este capítulo, ressaltam uma percepção homogeneizante do processo de envelhecimento, e, por conseguinte não impacta na melhoria da atenção na Estratégia Saúde da Família, a esse grupo populacional. Na análise das memórias constituídas pelos profissionais sobre envelhecimento e cuidado ao idoso, essa hipótese foi confirmada, sendo acrescentado nos resultados outras formulações, que demonstra um movimento nos paradigmas até então prevalentes. Observamos que a percepção homogeneizante predominante, está ligada principalmente a compreensão do processo de envelhecimento focado na visão biologicista e patologizante. No entanto, a

genocultura, surge como uma possibilidade de ampliar essa compreensão, atentando às dimensões biopsicossociais do processo de viver/envelhecer, reorientando as práticas da assistência voltadas para o idoso, numa perspectiva longitudinal de cuidado ao longo da “linha da vida”.

Por fim, esperamos que a reflexão produzida neste capítulo, possa constituir em um instrumento pedagógico de educação permanente do processo de trabalho dos profissionais de saúde, fortalecendo a implementação da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa no âmbito da Atenção Primária e possibilitando novos caminhos no processo de viver/ envelhecer com dignidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEBERT G. A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivitização do envelhecimento. Ed. Edusp/Fapesp, São Paulo, 266pp, 1999.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. Tradução de Beatriz Sidou – São Paulo: Centauro, 2006, 224p.

MENDES, K. D. S, Silveira, R.C.C.P, Galvão, C.M. REVISÃO INTEGRATIVA: MÉTODO DE PESQUISA PARA A INCORPORAÇÃO DE EVIDÊNCIAS NA SAÚDE E NA ENFERMAGEM. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, Out-Dez; 17(4): 758-64. 2008.

MUNIZ,S.V. Memória Social e Promoção do Envelhecimento Saudável: a Comunicação Institucional como registro de um novo tipo de mobilização . Dissertação - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio), 2007.

OLIVEIRA, J. B.; SANTANA. L.W. **Multiversos contextos da implementação da política nacional de saúde da pessoa idosa**. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-graduação em Enfermagem e Saúde (Área de concentração em Saúde Pública). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Jequié-Bahia, 2013.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. Memória e sociedade: ciência poética e referência de humanismo. **Psicologia USP** [online], v.19, n.1 [cited 2013-09-17], p. 51-58 2008.

SIQUEIRA R. L.; BOTELHO, M. I. V.; COELHO, F. M. G.A velhice: algumas considerações teóricas e conceituais. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p.899-906, 2002.

A, E. M. Halbwachs e a memória: contribuições à história cultural. Programa de Pós-Graduação – Mestrado em História do ICHS/UFMT. **Revista Territórios e Fronteiras**, v.3, n.1, Jan/Jun 2010.

Capítulo 6 - DOI:10.55232/1084002006

**ANOS REBELDES: CANÇÃO POPULAR E JUVENTUDE
NO ENFRENTAMENTO AO AUTORITARISMO E AO
CONSERVADORISMO, BRASIL, DÉCADA 1960, E SEUS
DESDOBRAMENTOS NOS DIAS DE HOJE**

Thamires Barbosa Araujo, Francisca Márcia Costa de Souza

RESUMO: Em 2018, os protestos de maio de 1968 completam 50 anos. Na França, no Brasil, na Europa Oriental comunista, a juventude questionou nas ruas o autoritarismo e as desigualdades sociais em uma época marcada por conflitos e luta por direitos civis. Os jovens mostraram que podiam ser protagonistas da História, acreditaram que mudariam os valores de uma sociedade cafona e conservadora. Esses jovens fizeram da década de 1960 “os anos rebeldes”, atravessados pelos grandes festivais, à pílula anticoncepcional, a experimentação do rock, do sexo e das drogas sem culpa. O ano de 1968, no Brasil, foi marcado, sobretudo, pelo recrudescimento da ditadura civil-militar, especialmente com o Ato Institucional n 5 (Golpes dentro do Golpe), durante o governo da Costa e Silva. Neste contexto, as mobilizações contra a ditadura no Brasil intensificaram-se com o assassinato do estudante Edson Luís, no restaurante universitário Calabouço, no Rio de Janeiro. Mais de 50 mil pessoas acompanharam o enterro deste jovem, transformando-se no maior símbolo dos crimes cometidos pelos Anos de Chumbo. Neste contexto, a pesquisa debruça-se sobre a cultura juvenil, a censura a obras, a produções culturais e artistas considerados opositores ao regime militar e ao conservadorismo, evidenciando, principalmente, o papel que a música popular desempenhou na segunda metade do século XX, como manifestação do descontentamento e enfrentamento do conservadorismo e autoritarismo que marcou esta época. Para concluir, a música popular brasileira é depositária da memória deste país, uma linguagem artística com grande aceitação cultural e social. Ela se configura como campo privilegiado de disputas, de expressão de descontentamento, conflitos, permitindo conhecer a dinâmica de experiências vividas pelos sujeitos históricos na ocasião em que ela foi produzida e também seus reflexos nos dias de hoje, especialmente devido a presença de novas tecnologias na produção, difusão e deslocamentos nos modos de ouvir a música. Podendo funcionar como fonte importante no aprofundamento e compreensão da história e dos processos sociais e relações de poder no Brasil. Esse trabalho possibilitou a escuta atenta e o trabalho reflexivo sobre a linguagem musical, através da leitura e problematização de letras de música, realização de exercício de audição musical veiculada na rádio da escola e nos aparelhos de celular dos alunos, realização de roda de música, sempre motivados por temáticas suscitadas no tempo presente, especialmente, com abordagens que nos permita conectar com a década de 1960.

Palavras-chave: Autoritarismo. Cultura. Juventude. Passado-Presente.

INTRODUÇÃO

O ano de 2018 foi emblemático para o Brasil. Foi um ano de grande ressaca política, democrática e cultural para os brasileiros. O ano de 2018 foi um divisor de águas para nossa democracia. Em 2018 tivemos eleições presidenciais. Dessa vez o pleito foi marcado por radicalização, autoritarismo, armas e golpismo. A internet contribuiu para o acirramento dos ânimos. Entretanto, o clima crescente de polarização, violência e autoritarismo foi resultado tanto do processo de democratização lento, gradual e inacabado dos anos 1970 e 1980 quanto pelo recente golpe institucional perpetrado contra a primeira presidenta do Brasil, Dilma Rousseff (PT), em 2016, em que o vice-presidente da República, Michel Temer (MDB), conhecido como “vice-decorativo”, segundo uma carta redigida por ele para ser vazada, atuou publicamente para a queda da presidenta, conforme Figura 1:

Figura 1: A primeira presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, recebe faixa presidencial do presidente Lula. Michel Tema observa o ato passivamente, em Brasília-DF, no primeiro de janeiro de 2011.



Fonte: Roberto Stuckert Filho/PR.

A presidenta Dilma Rousseff, eleita democraticamente, venceu as eleições em 2010 contra o candidato do PSDB, José Serra. Em 2014, venceu novamente um candidato do PSDB, dessa vez o “candidato derrotado” foi Aécio Neves, quem, em tese, despontaria como o herdeiro “natural” do legado de Tancredo Neves (1910-1985), que foi eleito Presidente da República pelo Colégio Eleitoral, em janeiro de 1985, recebendo 480 votos contra 180 dados a Paulo Maluf e 26 abstenções. Era o primeiro presidente do Brasil após

vinte e um anos de Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985), embora eleito indiretamente, contrariando a vontade do povo brasileiro que manifestou nas ruas o desejo de “votar para presidente”.

Em seu segundo mandato, a Presidenta Dilma (1915-2016) não governou. Ela sangrou por longos um ano. Até o dia fatídico da cassação do seu mandato, em 31 de agosto, mas sem a perda dos direitos políticos. O senado aprovou seu impedimento por “pedaladas fiscais”, em que obteve 61 votos a favor e 20 contra o impedimento.

Na história política do Brasil pós-Ditadura, ela foi o segundo presidente da república a sofrer um impeachment. A primeira vez que isso aconteceu foi com presidente Collor de Melo (1990-1992), o 32.º Presidente do Brasil, o caçador de marajás. Ele também foi o primeiro presidente eleito pelo voto popular após a Ditadura. Antes dele, José Sarney, vice do falecido Tancredo Neves, governou entre 1985-1990. A oligarquia Sarney estendeu seus tentáculos políticos por mais de sessenta anos no Maranhão. Ainda é atuante e decisiva no jogo político brasileiro.

Depois de explicitar o cenário político que, em tese, possibilitou 2018, temos que descortinar outros eventos marcantes naquele ano. Em 2018, a redemocratização do Brasil completou três décadas. A Constituição Cidadã de 1988 foi um grande marco na passagem da ditadura para democracia no Brasil. Uma jovem democracia em constante ataque como temos demonstrado.

O ano de 2018 foi marcado pelos cinquenta (50) anos da obra-prima “Pedagogia do Oprimido”, “resultado de nossas observações nestes cinco anos de exílio” (FREIRE, 1987, p. 15), de Paulo Freire, patrono da Educação Brasileira, grande autor estudado nas grandes e respeitadas universidades pelo mundo. Pedagogia do Oprimido é uma ode à educação e à democracia e à libertação e a dialética entre os oprimidos e os opressores e a uma causa coletiva. Obra dedicada aos “aos esfarrapados do mundo e aos que com eles lutam”. Pelos 130 anos da Abolição da Escravidão no Brasil, gesto nado ingênuo da princesa Isabel, face ao fim melancólico da monarquia nos trópicos, em que seu pai, D. Pedro II, governo quarenta e nove anos. Não são simples celebrações ou datas, mas grandes acontecimentos que hoje possibilitam pensar a luta contra o autoritarismo e conservadorismo no Brasil nos dias de hoje a partir do olhar da cultura, do feminismo, do gênero, da cultura política e da história ensinada.

Além disso, a luta contra o autoritarismo e os protestos culturais e políticos de Maio de 1968 completaram 50 anos em 2018, tanto no mundo capitalista quando no

mundo socialista, a juventude questionou nas ruas, nas universidades, nos parlamentos o autoritarismo, o conservadorismo, as guerras, apartheid, imperialismo, racismo e as desigualdades sociais em uma época marcada por conflitos e luta por direitos civis. Esses jovens e essas jovens fizeram da década de 1960 “os anos rebeldes”, que também foram atravessados pelos grandes festivais, a pílula anticoncepcional, a experimentação do rock, do sexo e das drogas sem culpa. No Brasil, como já apontado, sofremos o golpe militar em 1964, que foi recrudescido com o Ato Institucional n. 5 (golpe dentro do Golpe) em 1968.

Neste estudo, conforme demonstrado, o conteúdo político, social e cultural perpassa de ponta a ponta o entendimento sobre juventude, cultura, movimento popular, autoritarismo, conservadorismo e democracia no Brasil. Ao olhar para o passado político da história recente do Brasil, é possível estabelecer conexões, pontes e permanências entre 1968 e 2018. Dessa maneira, este é o principal objetivo deste trabalho, evidenciar os meandros do autoritarismo e conservadorismo no Brasil, a partir de uma concepção da história do tempo presente, no trabalho de tecer uma narrativa que une duas pontas, a memória sobre a ditadura no Brasil através da cultura de protesto e a eleição de Jair Bolsonaro. Elaborar e Problematizar uma memória com os estudantes que não viveram 1964 e tampouco os idos de 1968, ano tanto marcado pelo recrudescimento da Ditadura quanto pelo o Maio de 68 em outra ponta. A nossa intenção é nos comprometermos com o trabalho de memória sobre a luta, a democracia e cultura do povo brasileiro. Fazendo uma leitura do passado através de questões do tempo presente no idos dos 50 anos de Maio de 1968.

Nesta perspectiva, este trabalho se debruçou sobre a cultura de protesto brasileira do século XX, especialmente na década de 1960, época marcada por ditaduras no Brasil e na América Latina, bem como atravessada pela rebeldia, pela luta por direitos civis, pela liberdade de expressão, pela paz em uma década de conflito armado e guerras sem fim no contexto da famigerada Guerra Fria. A atualidade desta pesquisa reside, especialmente, nos seus desdobramentos em nosso cotidiano nos anos de 2018, no esforço de esgarçar o tecido frágil da nossa democracia, demonstrando os perigos de uma visão única da história e das formas atualizadas pelas quais se esgueiram as correntes do autoritarismo e conservadorismo, representados atualmente com a ascensão ao poder de um presidente da república, que inaugurou, segundo historiadores e cientistas políticos, o fim do pacto democrático de 1988.

Em síntese, nesse intrincado e perigoso jogo de poder político, a nossa jovem democracia brasileira é ameaçada pelo autoritarismo e conservadorismo. Educadores brasileiros desempenham um grande papel em desvelar as violentas traumas do autoritarismo e entender a onda conservadora dos dias de hoje. Não é uma tarefa fácil educar para democracia, as professoras e os professores de história têm, indubitavelmente, uma tarefa muito árdua pela frente. Transpor didaticamente os complexos arranjos de poder político do Brasil, explicitando, em síntese, o jogo político que desencadeou 2018, portanto, na Eleição de Jair Bolsonaro, negacionista e representante da direita ultraconservadora no país. Vivemos numa encruzilhada. O Ano de 2018 não acabou.

METODOLOGIA

Esta pesquisa se desenvolveu no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, campus Buriticupu, entre 2018 e 2019. É uma pesquisa básica, de abordagem qualitativa, partiu da pesquisa bibliográfica, debruçou-se sobre a pesquisa documental e baseou-se na pesquisa de campo, sob um viés da memória trabalho e do método etnográfico, no sentido de constituir um Diário de Campo e realizar registro foto etnográfico. Este trabalho atravessou múltiplos espaços: sala de aula, biblioteca, arquivos e rádio escolar e comunitária, localizados em Buriticupu e São Luís, no estado do Maranhão. Os sujeitos participantes desta pesquisa foram os estudantes, na época cursavam a etapa final do ensino médio integrado aos cursos técnicos em Análises Químicas e Administração. Este trabalho partiu da epistemologia intrínseca da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão.

Na rádio escolar Edson Luís, por exemplo, a experiência de ouvir e conhecer a cultura de protesto dos anos 1960 e o movimento Mario de 1968 foi fundamental. O que atiçou a curiosidade sobre música popular brasileira e o debate sobre o papel da cultura no enfrentamento ao autoritarismo no Brasil, a partir do olhar de estudantes. A rádio escolar foi espaço de exercício da comunicação pública pela juventude, no trabalho de memória sobre os valores da democracia, do apreço pela liberdade de expressão e de imprensa. A importância dada à comunicação livre de censura levantou o debate sobre a maneira como o autoritarismo e o conservadorismo se metamorfoseados nos discursos

políticos e da imprensa. Na rádio, o exercício da cultura musical se ampliou, pois as músicas eram tocadas a partir de uma seleção feita pelos estudantes, conforme podemos observar na Figura 1:

Figura 2: Ives e Isaac, bolsistas do projeto de extensão rádio escolar Edson Luís do IFMA, campus Buriticupu.



Fonte: Mayra Wellyda (2018).

Conforme a Figura 2, destacamos o desenho metodológico segundo qual consiste em: saber ouvir a música, relacioná-la ao contexto histórico de sua produção, com suas as reverberações no tempo presente; audição coletiva com seleção prévias das músicas e de acordo com o tempo histórico que se deseja conhecer, refinar o conhecimento sobre a música enquanto linguagem artística, transformação da letras da canção em outros textos, como poesia, rap ou cordel, produzir letras de música para expressa engajamento político. Além disso, promover rodas de músicas, para tocar, ouvir, conversar, ler e reescrever letras de músicas. Além disso, a pesquisa documental envolveu a busca por registros fotográficos ou fontes visuais de artistas e dos movimentos estudantis e dos trabalhadores dos anos 1960, conforme Figura 3.

Figura 3: Em destaque, a bolsista Mayra Wellyda, do projeto de ensino artístico-cultural Rádio Ifma Buriticupu: juventude e música de protesto nos desdobramentos dos 50 anos do maio de 1968 no Brasil



Fonte: Márcia Costa (2018).

Ao lado dos registros fotográfico, utilizamos a pesquisa bibliográfica sobre o contexto histórico dos idos 50 anos do Maio de 1968, destacamos Zuenir Ventura e Regina Zappa. Neste sentido, realizamos exposição fotográfica na escola com uso de textos escritos a partir da pesquisa bibliográfica.

O trabalho de campo consistiu em: preparação teórica para investida nos documentos históricos, organização técnica e tecnológica dos instrumentos de pesquisa; registro técnico das fotos e arquivamentos profissional dos documentos; tratamento e análise de dados; escrita científica a partir dos achados de pesquisa.

um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando /I captar" o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno (GODOY, 1995, p. 21).

Além disso, a pesquisa qualitativa permite que a “imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques” (GODOY, 1995, p.

21). Segundo Arilda Godoy (1995), a pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes.

Figura 4: Thamires, jovem pesquisadora do projeto de iniciação científica realizou pesquisa documental na Biblioteca Benedito Leite.



Fonte: Márcia Costa (2019).

A pesquisa documental, conforme Figura 4, foi realizada em São Luís. Os jornais pesquisados foram “Jornal O Dia (1968)”; “Jornal O Imparcial (1968)” e “Jornal O Pequeno (1968)”.

A escolha dos documentos não é um processo aleatório, mas se dá em função de alguns propósitos, idéias ou hipóteses. Em seu sentido amplo, por exemplo, jornais, revistas, diários, obras literárias, científicas e técnicas, cartas, memorandos, relatórios). É o exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ ou interpretações complementares, constitui o que estamos denominando pesquisa documental. Muitos dos documentos não foram produzidos com o propósito de fornecer informações com vistas à investigação social, o que possibilita vários tipos de vieses. Exemplificando: documentos autobiográficos e artigos de jornais podem distorcer muitos pontos na tentativa de construir uma boa história (DE SOUSA; DOS SANTOS, 2020, p. 34-37).

O trabalho realizado pela jovem pesquisadora consistiu em: realizar o registro fotográfico dos documentos selecionados a partir de critério bem definidos em fundação dos objetivos e problemática do projeto de iniciação científica; catalogação dos materiais encontrados, através da organização em tabela por jornais, manchetes e ano; análise dos dados e revisão bibliográfica a partir dos dados encontrados.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A atualidade e relevância deste estudo residem, especialmente, nos seus desdobramentos em nosso cotidiano, na contemporaneidade, para nossa democracia e para juventude brasileira. Os anos de chumbos, conforme Figura 5, de uma forma ou de outra, permanecem vivos no Brasil pós-redemocratização, agudizando-se, sobretudo, nos pós-golpe de 2016 e na dramática eleição presidencial de 2018.

Figura 5: Há 50 anos (2018), Edson Luís, paraense de 18 anos, levou um tiro durante movimento estudantil no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro.



Fonte: O Globo.

No Brasil, o assassinato do estudante Edson Luís, a luta por ensino público gratuito, a passeata dos cem mil, as greves operárias, o endurecimento do regime militar e AI-5, que anunciou os anos de chumbo e as feridas até hoje mal cicatrizadas. Neste contexto, apresentou a análise debruçando-se sobre o desenho metodológico de pesquisa, como a leitura bibliográfica evidenciando a cultura juvenil, a censura, a participação feminina nos movimentos sociais, este aspecto alarga o horizonte de análise do Brasil e do mundo dos anos de 1960, utilizou-se a leitura individual, procurando o posicionamento e uma narrativa do Brasil da década, através de obras clássicas tratando da cultura e história da época como “Cultura e participação nos anos 60”, e outras quatro obras que serviu de

base teórica para percorrer o espírito de 1968, buscando contextualizar os 50 anos depois do maio de 1968.

“Caminhando contra o vento Sem lenço e sem documento No sol de quase dezembro Eu vou (...) Em caras de presidentes Em grandes beijos de amor Em dentes, pernas, bandeiras Bomba e Brigitte Bardot” (Alegria, Alegria, 1968, Caetano Veloso)

A década de 1960 foi uma época marcada pela ruptura democrática no Brasil, ao tempo que foi uma época de luta, de aversão às violações a liberdade de expressão, ao livre pensamento. A música de protesto, apesar da censura, dava o tom ao descontentamento crescente da população.

“Não posso fazer serenata A roda de samba acabou A gente toma a iniciativa Viola na rua, a cantar Mas eis que chega a roda-viva E carrega a viola pra lá “ (Roda Viva, 1968, Chico Buarque).

Nesse contexto, percorremos os rastros que nos levam aos anos 60, partindo da conjuntura política, social e cultural de outras realidades, como aquela que foi apontada na França, a luta por direitos civis no EUA, o desejo de paz diante dos conflitos, como a Guerra no Vietnã. A segunda metade do século XX vive o apogeu da Guerra Fria, o mundo estava à beira do abismo. Na América Latina, os estudos apontam, na esteira do desenvolvimento do capitalismo tardio e dependente, a ascensão do autoritarismo

“Pai, afasta de mim esse cálice De vinho tinto de sangue” (Cálice, 1973, Gilberto Gil e Chico Buarque).

Os contrapontos entre autoritarismo e democracia jogam luz sobre a ditadura civil-militar no Brasil, bem como esclarece as metamorfoses do autoritarismo vivido nos diversos aspectos da vida no Brasil. A construção, a permanência e a denúncia do Brasil autoritário foi expresso em verso, canção e prosa.

“A entrada é uma rua antiga, Estreita e torta E no joelho uma criança sorridente, Feia e morta, Estende a mão Viva a mata, ta, ta” (Tropicália, 1968, Caetano Veloso)

O trabalho com a letra dessas canções pode revelar um mundo expresso por palavras e sentidos que já não fazem parte dos dias de hoje, contrapor esse mundo com os dias de hoje é um exercício que permite trabalhar o tempo histórico como uma duração permeada

pelas transformações, mudanças e permanências. Essas temporalidades evidenciadas por palavras, lugares, sujeito põe a juventude em contato outras épocas. Nesta ocasião, o uso do dicionário pode ampliar consideravelmente o vocabulário e a qualidade da escrita dos discentes.

A intervenção militar no Rio de Janeiro em 2017 traz para a cena política, para os letrados dos jornais de grande circulação e para os telejornais no horário nobre, os generais, homens fardados, os interventores, os tanques, em que é muito comum revistas às mochilas de crianças por homens armados de fuzil na periferia do Brasil, armas e livros não combinam. À apologia à bala, à matança, ao ódio, ao extermínio do bandido, a ideia de o “bandido bom é bandido morto” é uma cena dramática de difícil aceitação, bem como à aversão aos direitos humanos, à naturalização e indiferença à execução da juventude preta nas periferias do Brasil é um projeto cujos tentáculos são sustentados pela permanência do autoritarismos e conservadorismo de viés fascistóide.

Figura 6: Um sniper matou um assaltante de ônibus e o governador comemorou o feito, cobrou que o mesmo tipo de ação possa ser repetido nas comunidades do Rio (2019).



Foto: Gabriel de Paiva / Agência O Globo.

Cinco décadas se passaram desde maio de 68, o que restou desta época? Maio de 68 parece tão distante no tempo, mas o mesmo o que pode ser dito do espírito que o animou, fazendo sacudir velhas e arcaicas estruturas de uma sociedade sufocante e nauseabunda? Resgatar seus protagonistas, jovens naquela época, hoje senhores e senhoras, avós e avôs, ainda parece razoável? A década chave para a história mundial e brasileira, sacudindo o planeta com acontecimentos que mudaram a história do século XX e, por tabela, também a própria humanidade. 1960, ficou marcado por antes e depois de 1968, inúmeros episódios que marcaram a história, pelo mundo, a guerra do Vietnã, os movimentos dos direitos civis, a primavera da praga e a explosiva insurreição estudantil na França.

Para manter-se viva a tese que fala sobre 1968 ter sido o ano que ficou para história, um ano ainda mais complexo, assombroso e sedutor do que se sabe, o jornalista e romancista Zuenir Ventura decidiu investigar o 1968, vinte anos depois procurando responder perguntas, tentando identificar as marcas deixadas de 68 ao longo do percurso e quais espíritos permanecem vivos. O resultado foi “1968 O QUE FIZEMOS DE NÓS”, segundo Zuenir Ventura “É possível que no século XX tenha havido ano igual ou mais importante do que 1968, como defendem alguns, mas nenhum não tão lembrado, discutidos e com tanta disposição de permanecer como referência, por afinidade ou por contraste. Ao se comporta como se fosse um ser animado, suspeita-se que 1968 não foi um ano, mas um personagem inesquecível e que teima não sair de cena”. Para fazer companhia a esse Zuenir Ventura, publica outro clássico, que faz resgate de uma memória insuficientemente trabalhada “1968 O ANO QUE NÃO TERMINOU”, publicado em 2018 com intuito de contextualizar os 50 anos de 1968, transcorrendo o ano que no Brasil iria se torna lendário por causa das manifestações estudantis contra o sistema, revivendo períodos crucias de nossa história. A seguir imagens que contextualiza manifestações no Brasil passando-se o ano de 1968, buscando responder perguntas como e quando permanecer vivo o espírito de 68, na imagem 01, traz um texto que fala sobre os jovens em manifestações por diversas causas, 1968 no Brasil a luta era contra a ditadura militar, na França os estudantes gritavam contra as proibições exigiam democracia nas universidades e forçava mudanças nos costumes. Em 2013 estão de novo os jovens reivindicando seus direitos em manifestações contra o aumento da tarifa do ônibus, que fica explícito na imagem 02. Nota da revista veja “Em SP é assim. As manifestações

começaram contra o aumento da tarifa do ônibus, mas o foco da próxima será contra a repressão, certamente”.

Passando tanto tempo os jovens/manifestantes ainda sofre com os mesmos dilemas como a repressão sofrida por eles durante o seu direito de protestar. A imagem 03 e de protesto de 1968, mostrando a repressão sofrida por jovens na foto, de militares.

Recorte temporal dividido mês a mês, construindo um painel de 1968 através de fotografias, fazendo assim a contextualização de episódios que marcaram aquele ano, refletindo sobre episódios mais conhecidos, mas também costurando outras histórias esquecidas pelo tempo. No mundo todo passava por mudanças daquele ano que não foi só meses, semanas e dias. Porem um recorte de transformações, 1968 dividido o mundo em antes e depois, nos estados Unidos Martin Luther king, um ativista líder do movimento dos negros, foi mais uma das vítimas do que e a sistema de repressão contra ativistas no mundo, principalmente em uma década em que palavras como, “Movimento negro, feministas e LGBT “, ainda estavam surgindo e aparte de 1968 tomaram outro sentido e outras perspectivas. Na figura 01 e 02, notas de jornais da época sobre o assassinato de Luther King.



Jornal Do Dia, são luís maranhão. 06 de abril de 1968.fig.01.



Jornal do Dia, são Luís. Fig.02

No Brasil, o assassinato do estudante por policias militares, marcos o início de ano turbulento de intensas mobilizações contra o regime militar que endureceu até decretar o AI-5. Os protestos se intensificaram com a passeata dos cem mil, as notas dos jornais mostram de diferentes perspectivas esses movimentos populares contra o regime ditatorial no Brasil. A figura 01 é uma nota sobre o que foi as manifestações, segue na

figura 02 e 03 imagens de estudantes na passeata, a 04 mostra o que viria no mês que marcou aquela década.



**Jornal do dia,
são Luís, 27-
06-1968.fig.
01.**



**Jornal o
imparcial,
são Luís, 07
de abril de
1968. Fig.02.**



**Jornal o
imparcial, 27-
06-1968. Fig.03.**



**Estudantes não deve dar
ouvidos aos
provocadores. Jornal o
imparcial. Fig.04.**

Segundo Roberto Sander em seu livro 1968 quando a terra tremeu, os episódios vão se sobrepondo uns aos outros num ritmo alucinante, dia a dia, semana a semana mês a mês, na sequência em que vão acontecendo. A tentativa não foi outro senão a de buscar entendimento ainda maior de 1968 e do seu significado como uns dos períodos mais turbulentos e criativos já a posto a luz da história. Não por acaso, meio século depois, ele ainda fascina, assombra, surpreende e seduz. Mostrando assim que o espírito de 1968 permanece vivo e sempre permaneceram de alguma forma mesmo que aconteçam diversas metamorfoses durante os anos. As mulheres sempre estiveram presentes nos movimentos de contestação e mobilização ao longo da nossa história. Elas resistiram de muitas formas: se organizaram em clubes de mães, associações, comunidades e igrejas de base, em movimento contra o custo de vida e por creches. Desafiando o papel feminino tradicional, participaram de movimentos estudantil, partidos, sindicatos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nossa jovem Democracia sofre com arroubos autoritários de tempos em tempos. A escola deverá ser uma guardiã dos valores democráticos, alertando para os perigos do autoritarismo. As novas gerações precisam conhecer a juventude passada que lutou pela cidadania e igualdade e equidade nas últimas décadas. O que os anos rebeldes poderiam ensinar a juventude do século XXI?

Os anos rebeldes desfrutou da efervescência cultura dos anos 1960. A música de protesto, por exemplo, foi uma grande porta-voz da rebeldia, da irreverência, da ousadia, da criatividade, da denúncia e da construção do Brasil democrático. A música é epifania, êxtase. Os sentidos polissêmicos dos signos musicais favorecem diversos tipos de escuta e interpretações que variam ao longo do tempo, podendo, portanto, provocar múltiplas escutas e expectativas.

A música também passa a pertencer a uma época ou construir um acontecimento histórico, no sentido de produzir subjetividades do que ele seja e de fazer com que esse acontecimento perdure na memória e história de um país, por exemplo, as canções de Chico Buarque Cálice (1978), O que será (1976), Apesar de Você (1978), Roda Viva (1968) são filhas de uma época marcada pela censura, pela perseguição política, pela ditadura. Nunca é demais ressaltar que as músicas são metamorfoseadas a partir de um grupo social que se apropria delas para os mais diversos fins: políticos, estéticos, culturais, econômicos e outros.

Também não incomum ouvir de alguém o “Ierê, Ierê”, com a melodia de Dorival Caymmi, para expressar o quanto tem trabalhado. A canção “Retirantes”, letra Jorge Amado, compunha a abertura da novela Escrava Isaura (1976-1977). O refrão “com que roupa eu vou|pro samba que você me convidou?” é outro que escutamos quando alguém escolhe um traje para um evento importante. Esse samba de Noel Rosa, mais que um grande sucesso, clássico da música brasileira, foi gravado por diferentes artistas, em tempos e timbres diversos.

A partir dos exemplos citados, que podem ser muitos outros, desenvolvemos neste trabalho, além de saber ouvir as canções, conhecer o contexto histórico de sua produção, analisar letra e outros aspectos técnicos da música, enquanto linguagem para a história, também utilizamos as aberturas de novelas, clipes e literatura para pensar e discutir a música entre os jovens. Posto isto, em situações informais, é rotineiro ouvir versos de canções brasileiras para interpretar uma situação do dia a dia: “atordoados, permaneço atento” (música de Gilberto Gil e Chico Buarque).

Neste caso, procuramos discutir como as músicas circularam na vida das pessoas. Para começo de conversa: o que a juventude sabe sobre as músicas do passado? O que ela gosta de ouvir, quando e como o faz? São alguns questionamentos que este trabalho ainda possibilita.

Por outro lado, as músicas podem criar conexões entre o passado e o presente, novas relações sociais, estéticas e políticas.

REFERÊNCIAS

DE SOUSA, J. R.; DOS SANTOS, S. C. M. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. *Pesquisa e Debate em Educação*, Juiz de Fora: UFJF, v. 10, n. 2, p. 1396 - 1416, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/31559/22049>> Acesso em 16/09/2022.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GODOY, Arilda Schmidt. *Pesquisa Qualitativa Tipos Fundamentais*. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29 Mai./Jun. 1995.

SANDER, Roberto. *Quando a terra tremeu*. São Paulo: Vestígio, 2018.

VENTURA, Zuenir. *O que fizemos de nós*. Rio de janeiro: objetiva, 2018.

VENTURA, Zuenir. *O ano que não terminou*. Rio de janeiro: objetiva, 2018.

ZAPPA, Regina. 1968. *Eles só queriam mudar o mundo*. Rio de janeiro: objetiva 2018.

REMANESCENTES QUILOMBOLAS: ENTRE A HISTÓRIA, MEMÓRIA E DIREITOS

Aline Gomes de Jesus Souza, Ismar Eduardo Martins Filho, Félix Meira Tavares, Larissa Souza Lima da Silva, Gisele Leles Souza, Luana Araújo dos Reis, Luciana Araújo dos Reis

RESUMO: No Brasil, os quilombos, tidos como núcleos paralelos de poder, organização social e produção de subsistência, eram considerados a expressão mais radical de ruptura com o sistema latifundiário e escravista. Apesar da repressão e do empenho do Estado para conter a oposição ao sistema escravista, a resistência se manteve e pôde ser observada em diversos locais, onde havia escravidão, houve formação de quilombos. A Lei Áurea de 13 de maio de 1888 instituiu formalmente a proibição da escravidão, porém não significou o fim dos direitos ou o fim da segregação desses sujeitos pela sociedade. Não tiveram amparo mínimo do Estado e foram recusados como mão-de-obra paga, restando aos escravizados duas possibilidades: fixarem-se nas periferias urbanas, opção escolhida por muitos ex-escravos urbanos, ou refugiarem-se nas comunidades quilombolas, embrenhando-se na mata atrás de refúgio. Esta última opção foi eleita pela maioria daqueles pertencentes à área rural. Com o passar do tempo era fácil encontrar bairros nas periferias das cidades como também comunidades rurais constituídas por negros, que ao longo do tempo e no desenvolvimento de sua territorialidade seus habitantes construíram uma identidade. A Constituição Federal de 1988 inaugura no Brasil um novo marco na luta pelo direito à terra, ao território e ao respeito à identidade construída no decorrer da história de formação do povo brasileiro. O Artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT trata do reconhecimento da posse e da titulação das terras ocupadas pelos descendentes de quilombos. Mesmo com direito garantido na Constituição, as comunidades quilombolas encontram muitas dificuldades para conseguirem o reconhecimento e a titulação de suas terras. Atualmente esse reconhecimento é feito pela autodeclaração, através dos relatos orais dos mais velhos dessas comunidades. Dessa forma podemos compreender a importância da memória para essas comunidades e fundamentamos esse estudo na Teoria da Memória Coletiva de Maurice Halbwachs. É mediante a categoria de “memória coletiva” de Halbwachs que a memória deixa de ter apenas a dimensão individual, tendo em vista que as memórias de um sujeito nunca são apenas suas, ao passo que nenhuma lembrança pode coexistir isolada de um grupo social (HALBWACHS, 2006). O objetivo deste estudo é compreender o processo de formação dos quilombos e seus desdobramentos, ressaltar a importância desses territórios para essas comunidades e destacar a importância da memória coletiva para essas comunidades.

Palavras-chave: Quilombo, Remanescentes quilombolas, Memória Coletiva.

INTRODUÇÃO

O Brasil foi invadido pelo colonizador europeu que aqui desenvolveu sua prática de dominação marcada pela apropriação dos espaços e pela exploração intensa dos recursos naturais, bem como dos povos aqui encontrados e que foram considerados seres inferiores. Além dos povos nativos que habitavam as terras brasileiras, os europeus comercializavam africanos como triviais mercadorias. Estes eram trazidos de diversas partes do continente e por cerca de três séculos foram objetos de tráfico, sendo transportados em navios sobre condições sub-humanas, muitos não resistiam às travessias e morriam devido aos maus tratos, a fome e doenças. Por consequência, o negro, tornado escravo, foi coisificado e desumanizado tendo sua história, cultura e identidade subtraída pelo colonizador (REZENDE DA SILVA, 2012).

Em meio a esta conjuntura, de complexas proporções em nosso território, destaca-se a significância da escravidão para a constituição e formação histórico-cultural da identidade brasileira. Esses aspectos, nem sempre visíveis, são relativos à história e à trajetória de inúmeros indivíduos, e não se referem exclusivamente às noções de raça ou de etnia, mas demarcam relações de hierarquia e fronteiras sociais presentes na sociedade brasileira (FURTADO; PEDROZA; ALVES, 2014).

Em decorrência das punições do sistema repressor, os escravos criaram estratégias de defesa clandestinas e fugas em busca de liberdade. Os quilombos representaram formas de resistência e luta contra a opressão vivenciada por africanos e seus descendentes ao longo da história brasileira, tendo emergido diante de uma situação de confronto e conflito. Tido como elemento que caracterizava a libertação, o quilombo assinalava uma reação à existência desse sistema forçado de trabalho (FURTADO; PEDROZA; ALVES, 2014).

Há registros de que a palavra quilombo foi trazida para o Brasil e a toda a América por negros africanos escravizados, assumindo sentidos diversos em épocas e regiões diferentes, como exemplo, na região da Angola a palavra “quilombo” (kilombo) significa povoação ou fortaleza e era onde os guerreiros se preparavam para combate (CALHEIROS; STADTLER, 2010). Consideramos que esse seja o significado que melhor caracterize os quilombos e a situação em que foram formados no Brasil.

No Brasil, os quilombos, tidos como núcleos paralelos de poder, organização social e produção de subsistência, eram considerados a expressão mais radical de ruptura com o sistema latifundiário e escravista. Foram descritos pela legislação da época, com

elementos como: fuga, autoconsumo, moradia precária, número mínimo de pessoas, isolamento geográfico e proximidade de uma natureza selvagem que não era considerada como civilização. O Conselho Ultramarino Português em 1740 definiu Quilombo como: “todo agrupamento de negros fugidos que passe de cinco, ainda que não tenham ranchos levantados em parte despovoada nem se achem pilões neles”. A resistência e luta contra o sistema colonialista escravocrata que os oprimia colocava os negros em uma posição ativa diante do contexto em que estavam inseridos (MIRANDA, 2012).

Com a aprovação da Lei Áurea em 1888, a população escravizada, foi abandonada pelos senhores, ficando marginalizada e vulnerável à sua própria sorte. Além da falta de um amparo mínimo do Estado, os negros foram desprezados pela sociedade como mão-de-obra paga. Diante da marginalização, muitos migraram em busca de terras distantes nas quais pudessem praticar a agricultura de subsistência ou passaram a ocupar as periferias distantes dos centros urbanos (REZENDE DA SILVA, 2012). Nesses bairros ou comunidades, comumente chamados de “terras de preto” o povo africano e seus descendentes conseguiram, ao longo do tempo, imprimir uma identidade naqueles territórios, com preservação da cultura e de suas tradições.

Para Silva (2019), essas comunidades significam mais que um pedaço de terra, pois territorializar-se configurou uma luta para continuar a existir, para exercer plenamente seu modo de vida, cuja produção está ou estava calcada na unidade familiar e prioritariamente para seu provimento. Ainda segundo Leite (2000), a terra é o que propicia condições de permanência, de continuidade das referências simbólicas importantes à consolidação do imaginário coletivo, e os grupos chegam por vezes a projetar nela sua existência.

A Constituição brasileira, promulgada em 05 de outubro de 1988, em seu artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), reconhece a propriedade das terras ocupadas por comunidades quilombolas, sendo o Estado obrigado a emitir-lhes títulos pertinentes. Além do direito às terras, a Constituição também reconhece nos artigos 215 e 216 o direito de preservação da cultura e tradição. Apesar do direito garantido na Constituição, a burocracia impede o avanço nos reconhecimentos e titulação das comunidades quilombolas. Foi necessária uma ressemantização do termo quilombola para que o direito às terras abrangesse todas as comunidades em suas diversas formações. Para tal fim, criou-se o decreto 4887/03, desburocratizando o reconhecimento dessas comunidades como remanescentes quilombolas e assegurando as titulações de suas terras.

O referido decreto determina que o reconhecimento seja feito através da autodeclaração com validação de relatos orais dos mais velhos das comunidades, esses com efeito documental. É nesse sentido que ressaltamos a importância da Memória Coletiva para essas comunidades e a importância do papel social dos idosos nas mesmas, haja vista a primordial contribuição que desempenham como “guardiões da memória”, favorecendo diretamente o reconhecimento e garantia dos direitos entre os povos tradicionais brasileiros.

Bosi (2007), reconhece no idoso a função social própria de rememorar, uma vez que sua imaginação faz longos voos em direção ao passado e com maturidade seleciona aspectos que considere importantes no presente. A rememoração é espontânea e natural, no entanto, muitas vezes se volta a espaços estéreis onde a escuta é negativa: Mas, o ancião não sonha quando rememora: desempenha uma função para a qual está maduro, a religiosa função de unir o começo ao fim, de tranquilizar as águas revoltas do presente alargando suas margens: [...] Ele, nas tribos antigas, tem um lugar de honra como guardião do tesouro espiritual da comunidade, tradição (BOSI, 2007).

Dessa forma, reconhecendo a importância da memória para as comunidades de remanescentes quilombolas, é que fundamentamos essa pesquisa na teoria da Memória Coletiva, de Maurice Halbwachs. Para ele, a lembrança necessita de uma comunidade afetiva, cuja construção se dá mediante o convívio social que os indivíduos estabelecem com outras pessoas ou grupos sociais, o que faria da lembrança individual um reflexo das lembranças dos grupos nos quais esses indivíduos estiveram inseridos. Desse modo, a constituição da memória de um indivíduo resulta da combinação das memórias dos diferentes grupos dos quais está inserido e conseqüentemente é influenciado por eles, como por exemplo, a família, a escola, igreja, grupo de amigos ou no ambiente de trabalho (HALBWACHS, 2006).

Portanto, nosso objetivo é compreender o processo de formação dos quilombos e seus desdobramentos, ressaltar a importância desses territórios para essas comunidades e destacar a importância da memória coletiva para essas comunidades que vivem em busca do passado para reafirmarem sua identidade e preservarem sua cultura e tradições e assim terem seus direitos garantidos no futuro.

A FORMAÇÃO DOS QUILOMBOS: UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO – DA INVISIBILIDADE À LUTA PELO RECONHECIMENTO.

Para Moraes (2008), a colonização é, antes de tudo, uma relação sociedade-espço. A relação de uma sociedade que se expande e os lugares onde se realiza tal expansão, num contexto no qual os “naturais” do lugar são concebidos como atributos do espaço, é uma sorte de recurso natural local. Ainda Segundo Moraes, a escravidão além de base econômica da colonização brasileira foi também o fundamento de todas as esferas da vida social e política. O escravismo imprime a desigualdade e a exclusão como regras básicas do convívio social. A sociedade escravocrata estabelece o império da violência, onde o trabalho compulsório prescinde da hegemonia, pois se realiza diretamente pela força (MORAES, 2008).

O Brasil foi o país que mais importou escravos e o último país que aboliu legalmente a escravidão. Cerca de 40% dos africanos escravizados tiveram como destino o Brasil e atualmente 65% da população negra nas Américas é constituída por brasileiros. Os primeiros africanos chegaram ao Brasil em 1554. Foram, portanto, 316 anos de escravidão, o que marca os últimos séculos da história brasileira e representa 63% do tempo desde que os portugueses aqui chegaram até os dias de hoje (FURTADO; PEDROZA; ALVES, 2014). Os escravos brasileiros constituíam-se, em sua maioria, por negros africanos e, ainda que existissem índios, estes eram escassos nos trabalhos mais pesados. Os anos de escravidão refletiram, e continuam a refletir, de forma veemente na realidade sócio-econômica-cultural da sociedade brasileira. Os mais de trezentos anos de práticas exploratórias colonialistas imbuíram na memória social brasileira traços e costumes próprios de nossa identidade (SOUZA, 2008).

Durante o período da escravidão, foram muitos os protestos e insurreições contra essa dominação, em busca pela sobrevivência em um país com costumes diferentes dos oriundos da África. Para Ribeiro (2006), só foi possível manter o escravismo diante de uma vigilância ferrenha e uma violência de punição preventiva, estruturadas nas relações produtivas diante dos quadros de protestos e resistências por parte dos escravos que não aceitavam a condição imposta sobre eles.

A manifestação típica da insubordinação negra foi o que se convencionou chamar de Quilombo[1]¹, sendo esta uma forma de sobrevivência e luta contra a

¹ [1] Há registros de que a palavra quilombo foi trazida para o Brasil e a toda a América por negros

escravidão diante das repressões evidenciadas. Inúmeros negros foragidos organizaram-se em localidades distantes o suficiente para resistirem ao sistema escravista imposto, constituindo-se, assim, os quilombos, lugar de refúgio desses negros. Essa era a alternativa possível diante do quadro de escravidão: refugiar-se em local de difícil acesso e manter-se em posição defensiva, lutando para sobreviver (FREITAS, 1984).

Apesar da repressão e do empenho do Estado para conter a oposição ao sistema escravista, a resistência se manteve e pôde ser observada em diversos locais onde havia escravidão. Nos morros, chapadas e serras, próximos a engenhos e fábricas de alimentos, os quilombolas abriam suas estradas avançando fronteiras em áreas de plantações e pastagens. Nas inúmeras e diferentes regiões brasileiras, esses ex-escravos criavam estratégias para adaptarem-se e formarem suas comunidades. No entanto, igualmente foi constituída uma mescla de etnias com brancos e indígenas. Esses viviam preponderantemente de atividades agrícolas, extrativismo e garimpagem, mas possuíam relações comerciais com a sociedade que os rodeava (SOUZA, 2008).

Com a instituição da Lei Áurea em 13 de maio de 1888, proibiu-se formalmente a escravidão no Brasil. Isto porém, não garantiu o acesso de negros e negras a direitos ou o fim da segregação desses sujeitos pela sociedade. Ao contrário disso, os ex-escravos foram expulsos das terras em que viviam (LEITE, 2000). Portanto, mesmo o negro liberto, não era bem visto na sociedade brasileira. Os valores nela incutidos continuaram a persegui-lo de forma a gerar preconceitos e injustiças sociais, pois os negros muitas vezes sem emprego e sem acesso à propriedade da terra ocupam uma posição inferior na sociedade.

Restaram assim aos escravizados duas possibilidades: fixarem-se nas periferias urbanas, opção escolhida por muitos ex-escravos urbanos, ou refugiarem-se nas comunidades quilombolas, embrenhando-se na mata atrás de refúgio. Esta última opção foi eleita pela maioria daqueles pertencentes à área rural. Houve também casos

africanos escravizados, assumindo sentidos diversos em épocas e regiões diferentes. Esse vocábulo, juntamente com seu conteúdo militar e sociopolítico, remete-se a povos africanos de línguas *bantu*, como os *Imbangala*, os *Mbundu*, os *Kongo*, os *Ovimbundue* e os *Lunda*, apesar de ser originariamente da língua *Umbundu*. A palavra quilombo possui uma conotação que envolve migrações, alianças e guerras em que homens, membros que não se distinguem por filiação ou linhagem, eram submetidos aos rituais de iniciação. Esses rituais os retiravam da proteção de suas linhagens e os integravam em uma organização como co-guerreiros e super-homens imunes às armas de seus inimigos (CALHEIROS; STADTLER, 2010). Em Angola a palavra “quilombo” (kilombo) significa povoação ou fortaleza e era onde os guerreiros se preparavam para combate.

de escravos abandonados por seus senhores e que se organizaram em comunidades para buscar sobrevivência. Consequentemente, os que buscaram refúgio nas áreas rurais, acabaram por se isolar em comunidades quilombolas distantes das cidades, tendo como justificativa o medo de que a Lei Áurea pudesse ser revogada e que o sistema escravocrata retornasse ao país (BARRETO, 2006; FURTADO; PEDROZA; ALVES, 2014).

Desta forma, com o passar do tempo era fácil encontrar bairros nas periferias das cidades bem como comunidades rurais constituídas por negros, o que ao longo do tempo, contribuiu para o desenvolvimento da territorialidade seus habitantes e pra a construção de sua identidade. Sob denominação de ribeirinhos, caboclos, jangadeiros, caiçaras ou caipiras, as comunidades negras assentaram identidades não sobre a cor da pele ou posição social, e sim sobre vínculos parentais, conhecimentos acerca da natureza, compartilhamento de costumes e tradições, ou seja, sobre a cultura. As comunidades rurais formadas por escravos libertos eram comumente chamadas de “terras de preto” (ABREU, M; MATTOS; 2011).

A legislação da época excluía qualquer possibilidade de aquisição de terra que não fosse pela compra. Mesmo diante desses impedimentos legais, os negros quilombolas tomavam posse de pedaços de terras e estabeleciam moradia e trabalho. Dessa forma, revogavam, por meio da luta, a legislação imposta pela classe dominante e colonizadora, que os excluía da condição de possuidores de terra (ROCHA, 1998).

A Lei das Terras de 1850 buscou instituir a noção de propriedade privada da terra e excluiu outras formas de usufruto, ditas coletivas, comum entre os indígenas e os quilombolas. O simples ato de gozar de um espaço para viver foi transformado em ato de luta e guerra. Os negros foram sistematicamente expulsos ou removidos dos lugares que haviam escolhido para viver, mesmo quando a terra chegou a ser comprada ou herdada dos antigos senhores através de testamento lavrado em cartório, pois a referida lei excluía a possibilidade de aquisição de terra que não se desse por compra (LEITE, 2000).

A luta pela preservação e reconhecimento legal das terras em que residem os descendentes dos moradores dos antigos quilombos foi um desafio ao longo do séculos XIX/XX. Mesmo antes da promulgação da Constituição Brasileira de 1.988, alguns dos remanescentes dos quilombos já enfrentavam demandas judiciais em alguns Estados do Brasil visando evitar que fazendeiros e empresas conseguissem judicialmente ou pelo uso da força, as terras historicamente ocupadas por seus antepassados quilombolas

(FURTADO; PEDROZA; ALVES, 2014).

Atualmente, há registros de comunidades que, mesmo tendo documentos comprobatórios da posse da terra, sofrem expropriações de seus territórios, devido a pressões de fazendeiros residentes em regiões vizinhas ou grileiros interessados no valor desses territórios. O registro de posse, não sendo um registro formal de propriedade de terra, não garante a propriedade às famílias habitantes das regiões por inúmeras gerações. Essa realidade nos remete ao passado de exclusão e à antiga Lei das Terras, que alijava esses sujeitos dos direitos de possuir a terra. Mesmo quando herdada e com testamentos lavrados em cartório, os negros eram expulsos e removidos de seus territórios, fato similar ao contexto atual das comunidades quilombolas nas diversas regiões do território brasileiro (FURTADO; PEDROZA; ALVES, 2014).

Vale ressaltar que, para as comunidades remanescentes quilombolas, as terras significam mais que um pedaço de terra, pois territorializar-se consiste, muitas vezes, na luta para continuar a existir e poder exercer plenamente seu modo de vida (SILVA, 2019). Ainda segundo Leite (2000), a terra é o que propicia condições de permanência de continuidade das referências simbólicas importantes à consolidação do imaginário coletivo, e os grupos chegam por vezes a projetar nela sua existência. Entendemos portanto, que o conceito de território aqui empregado não é exclusivamente o de um espaço físico abstrato, mas um espaço de construção social, reprodução da cultura de um grupo. E é através dessa relação memórias/narrativas que a discussão sobre território se baseia, não apenas porque está no presente sob disputa, mas principalmente pelo fato de constituir o suporte da memória, visto que os eventos fundamentais na história dessas comunidades estão inscritos no território (DUTRA, 2016, p. 100).

Halbwachs (2006, p.159), fala da importância dos espaços para a constituição da memória e da identidade de um grupo: “Assim se explica como as imagens espaciais desempenham esse papel na memória coletiva”. O lugar ocupado por um grupo não é como um quadro-negro no qual se escreve e depois se apaga números e figuras. Como a imagem do quadro-negro poderia se recordar o que nele traçamos [...] “mas o local recebeu marca do grupo e vice-versa.” (HALBWACHS, 2006, p.159).

O mesmo autor afirma ainda que: “Cada aspecto, cada detalhe desse lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outros tantos aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, pelo menos o que nela havia de mais estável” (HALBWACHS, 2006, p.159).

Halbwachs ainda refere o espaço socialmente construído por determinado grupo, no sentido que o grupo e o espaço por ele construído tornam-se indissociáveis: “Quando inserido numa parte do espaço, um grupo o molda à sua imagem, mas ao mesmo tempo dobra e se adapta a coisas materiais que a ela resistem. O grupo se fecha ao contexto que construiu. A imagem do meio exterior e das relações estáveis que mantém com esta passa ao primeiro plano da ideia que tem de si” (HALBWACHS, 2006, p.159).

Logo, o reconhecimento legal dos territórios quilombolas tornou-se um símbolo de luta, libertação e conquista por parte da comunidade negra brasileira, mostrando o papel importante do território e da territorialidade como subsidiária do reconhecimento da identidade e dos valores constituídos dentro da história de luta dos negros no Brasil.

Nesse âmbito, que em 1931 inicia-se a organização de movimentos negros em todo país na luta contra o racismo e por direitos; dentre eles está a Frente Negra Brasileira, que em 1936 acabou se tornando um partido político e que veio a ser extinto um ano depois pelo então presidente Getúlio Vargas. Em 1987 o movimento negro do Brasil encaminha proposta de capítulo para Assembleia Constituinte, que pedia o direito de garantia às terras para comunidades quilombolas (TERRAS DE DIREITO, 2018). Somente em 05 de outubro de 1988, a Constituição brasileira em seu artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), reconhece a propriedade das terras ocupadas por comunidades quilombolas, sendo o Estado obrigado a emitir títulos pertinentes (BRASIL, 1988).

O Texto Constitucional trata essas respectivas comunidades como “remanescentes das comunidades dos quilombos”. Porém, uma questão foi levantada: quem seriam esses remanescentes de quilombo? Pois o termo quilombola induz a estereótipos que indicam quilombos e comunidades do passado que, supostamente, tenham desaparecido depois da abolição da escravidão em 1888, ou ainda a comunidades que possuam uma africanidade intocada.

Miranda (2012), salienta que foi necessária uma organização por parte das populações rurais negras e também de pesquisadores e militantes envolvidos com o tema, para que houvesse uma abertura maior do conceito de quilombo e também a possibilidade de inclusão de variadas populações rurais negras sob esta denominação. Essa reformulação do conceito permitiu a inclusão de inúmeras maneiras de acesso à terra pela população negra escravizada, incluindo: heranças, doações, fugas e ocupação

de terras livres, permanência em terras cultivadas no interior das grandes propriedades e recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado. A ressemantização do conceito de quilombo possibilitou a criação de uma nova identidade afirmativa, a do quilombola, esta portadora de direitos (SILVA, 2019).

Contudo, a garantia de direitos constitucionais esbarrava nos entraves burocráticos e dificultava o reconhecimento das comunidades rurais negras como descendentes de quilombolas. Somente após sete anos da promulgação da Constituição Federal de 1988, uma série de atos normativos (leis, decretos, portarias, medidas provisórias) foi editada para dar efeitos práticos ao direito subjetivo previsto no artigo 68 do ADCT. Entretanto, todos estes atos mostraram-se infrutíferos e as comunidades remanescentes de quilombos do Brasil, em sua grande maioria, permanecem sem o devido e regular título de propriedade de suas terras (SILVA, 2019).

Como exemplo desses entraves, podemos citar o Decreto no 3.912/01 que, ao regulamentar o procedimento para titulação das terras de quilombo, restringiu o alcance do Artigo 68ADCT. O decreto determinou que somente fossem contempladas pelo artigo 68 as “terras que eram ocupadas por quilombos no ano de 1888” e as que estavam “ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos em 05 de outubro de 1988”. Tal classificação temporal, que não encontrava qualquer respaldo no texto constitucional, restringia enormemente os potenciais beneficiários do artigo 68 (BRASIL, 2003).

Os principais atingidos pela medida foram os quilombolas de áreas de conflitos que na data da promulgação da Constituição não se encontravam na posse de seus territórios, justamente em decorrência das disputas. O resultado do Decreto 3.921 de 2001 foi a completa paralisação das titulações das terras de quilombo pelo governo federal. Nenhuma terra de quilombo foi regularizada na vigência desse decreto.

Em 2003 o Decreto no 4.887/03 que regulamenta o artigo constitucional, em termos legais foi criado na tentativa de desburocratizar o reconhecimento, criando condições para a retomada das titulações. Segundo o decreto 4.887/2003:

“ a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante auto definição da própria comunidade”, entendo-as como “grupos étnicos-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003, Art. 20).

Com a vigência do decreto, o reconhecimento passa ser feito a partir da auto

atribuição ou autodeclaração, validando as narrativas orais das pessoas idosas, essas com efeito documental. Para Andrade (1998), o papel da pessoa idosa nas comunidades quilombolas é de extrema importância para os territórios em que residem esses povos, assim como para o entendimento-entrosamento da sociedade civil brasileira nas relações sociais com este segmento, dado que o papel da pessoa idosa, nesses espaços de construção e relação social, está intimamente relacionado com a questão da memória através da oralidade. A constituição da identidade negra apresenta-se como um legado histórico, permeado por inúmeras formas de resistência frente ao processo de escravização e de construção das desigualdades econômicas, sociais e de raça/etnia. Parte-se do pressuposto de que “o depoimento oral dessas comunidades [dos sujeitos que a constituem], a explicação que dão para a sua origem, é tão válido como os documentos históricos, muitas vezes inexistentes” (ANDRADE, 1998, p.18).

Para fortalecer a identidade, os quilombolas valorizam os saberes dos antepassados, a participação dos mais velhos na comunidade, pois compreendem que são eles, que detém a memória do lugar e têm conseguido ao longo do tempo manter viva a história. A afirmação da identidade contribui para que a comunidade defina o seu futuro, desenvolva os seus projetos de vida no território e fortaleça a sua cultura. É a identidade que afirma quem somos, onde estamos o que queremos, de forma a envolver as pessoas individualmente e o grupo enquanto coletivo (SILVA, 2012, p. 21). Pois a “[...] memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo” (HALBWACHS, 2006, p. 69).

MEMÓRIA COLETIVA: COMO GARANTIA DE DIREITOS E PRESERVAÇÃO DA CULTURA E TRADIÇÃO EM TERRITÓRIO QUILOMBOLA

As comunidades de remanescentes quilombolas são reconhecidas legalmente como povo tradicional. De acordo com o decreto 6.040/07 que assim define os povos tradicionais:

- I. - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;
- II. - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução

cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente [...] (BRASIL, 2007.)

A cultura e tradição dos remanescentes de quilombo também foram reconhecidas e protegidas na Constituição Brasileira de 1988. Assim, na Seção II, do Capítulo III, do Título VIII, nos artigos 215 e 216, da Constituição Brasileira, registrou-se que os grupos afro-brasileiros são formadores do processo civilizatório nacional; determinou-se o tombamento de todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos; estabeleceu-se que o Poder Público, com a colaboração da comunidade, deve promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação; dentre outros direitos e garantias:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

1º. O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

2º. A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I. - As formas de expressão;
- II. - Os modos de criar, fazer e viver;
- III. - As criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV. - As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V. - Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

A cultura de um povo, de modo geral, representa o seu modo de vida e sua visão de mundo, essa visão de mundo passa por um processo de comunicação entre pessoas e grupos, que transmitem por várias gerações seus valores, princípios e suas crenças. Cultura é, portanto, um processo de transmissão de saberes, de comunicação de valores e referências próprias a cada tempo (SCHMIDT; OLIVEIRA, 2016).

Para Hobsbawm (1997), tradição é o conjunto de práticas, crenças e valores, que regulados por regras de natureza ritual ou simbólica, estabelecem uma continuidade em relação a um evento do passado. Essa continuidade dá-se a partir do presente, pois ao trabalhar com a memória de pessoas vivas não há uma desvinculação entre estas e seus

relatos, estando ambos (as pessoas e a rememoração) situados no presente.

Para Paulino (2017), Culturas, Identidades e Memórias são dimensões fundamentais na formação e caracterização de um povo. É por intermédio da cultura, da identidade e da memória que se forma a consciência de indivíduo, de grupo social, de coletividade e de nação e, conseqüentemente, o fortalecimento do ser cidadão. O ajuntamento de costumes e crenças, as manifestações artísticas, os hábitos cotidianos, as experiências e o conhecimento pessoais e coletivos acumulados e transmitidos entre gerações, e as relações entre seres humanos e o seu ambiente é o que podemos entender como componentes formativos de cultura (PAULINO, 2017).

Nesse sentido, a memória coletiva é um alicerce para a preservação dessas comunidades, tanto no sentido político, como instrumento de validação dos seus direitos, como no sentido social de grupo, onde a memória significa a manutenção da identidade que foi construída por seus antepassados. Essas comunidades têm os mais velhos como elo de preservação da cultura e tradições. É através dos mais velhos que a autodeclaração é possível e confirmada, através das narrativas orais. Em muitas comunidades esses sujeitos são reconhecidos como os “guardiões da memória” (BOSI, 2012).

Halbwachs faz referência aos mais velhos e a importância destes que conseguem, no presente, reatar o passado ao futuro:

[...] a presença de um parente idoso está de algum modo impressa em tudo aquilo que nos revelou de um período e de uma sociedade antiga, que ela se destaca em nossa memória não como uma aparência física um pouco apagada, mas com o relevo e a cor de um personagem que está no centro de todo um quadro que o resume e o condensa (HALBWACHS, 2006, p.95).

O idoso acaba por representar toda uma época, as relações e os acontecimentos dela. E, segundo Bosi (2012), nesse momento da velhice o homem deixa de ser ativo e de ser o propulsor da vida para ter uma função muito específica, que é lembrar, ser a memória dos grupos dos quais participa.

Diante do exposto, podemos depreender o quanto a memória coletiva é importante para esse grupo social, tanto nos processos de luta como pela perpetuação da cultura e tradição em território quilombola. Para tanto, usaremos a Teoria da Memória Coletiva de Maurice Halbwachs como aporte para melhor compreensão dos direitos e preservação da cultura e tradição em território quilombola.

A TEORIA DE HALBWACHS E A PRESERVAÇÃO DA CULTURA E TRADIÇÃO

Maurice Halbwachs nasceu na França em 1877 e foi morto em 1945 em um campo de concentração nazista na Alemanha. Consagrou-se como um importante sociólogo da escola durkheimiana. Antes de se interessar pela sociologia, estudou filosofia na École Normale Supérieure em Paris com Henry Bergson tendo sido influenciado por ele. Halbwachs é também responsável pela inauguração do campo de estudos sobre a memória na área das ciências sociais, pois até então, as áreas que se ocupavam dos estudos da memória eram a psicologia e a filosofia (HALBWACHS, 2006).

Halbwachs criou a categoria de “memória coletiva”, por intermédio da qual postula que o fenômeno de recordação e localização das lembranças não pode ser efetivamente analisado se não for levado em consideração os contextos sociais que atuam como base para o trabalho de reconstrução da memória. É, portanto, mediante a categoria de “memória coletiva” de Halbwachs que a memória deixa de ter apenas a dimensão individual, tendo em vista que as memórias de um sujeito nunca são apenas suas, ao passo que nenhuma lembrança pode coexistir isolada de um grupo social (HALBWACHS, 2006).

Os eventos de lembrança e esquecimento são processos coletivos que se compõem na dimensão dos afetos, na relação uns com os outros nos grupos sociais. Para o autor, a lembrança se estabelece na relação do sujeito com o mundo social (HALBWACHS, 2006).

Para Halbwachs, a memória coletiva é inerente a nossa existência, já que, mesmo quando pensamos que estamos tendo uma lembrança individual, ela foi produzida em um contexto grupal, seja na escola, seja na família, no trabalho ou com os amigos. Na medida em que consideramos que somos produtos de um contexto social, fica mais claro entendermos que a lembrança também é construída a partir das experiências de grupo, ou seja, a recordação individual é apenas uma perspectiva sobre uma memória que é coletiva. “Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós” (HALBWACHS, 2006, p.51).

Para o autor, fazer parte de um grupo faz com que as lembranças permaneçam de forma mais viva em nós, pois nos identificamos com o grupo e acabamos por

confundir o nosso passado com o dele. As lembranças serão constantemente trazidas e reforçadas pelas e com as testemunhas. O que temos são traços de acontecimentos que produzimos e compartilhamos em grupo e que serão, também, evocados a partir da vivência social (HALBWACHS, 2006).

Para Halbwachs (2006), a lembrança necessita de uma comunidade afetiva, cuja construção se dá mediante o convívio social que os indivíduos estabelecem com outras pessoas ou grupos sociais, a lembrança individual é então baseada nas lembranças dos grupos nos quais esses indivíduos estiveram inseridos. Desse modo, a constituição da memória de um indivíduo resulta da combinação das memórias dos diferentes grupos dos quais está inserido e conseqüentemente é influenciado por eles, como por exemplo, a família, a escola, igreja, grupo de amigos ou no ambiente de trabalho. Nessa ótica, o indivíduo participa de dois tipos de memória, a individual e a coletiva (HALBWACHS, 2006).

Ainda segundo Halbwachs (2006), o indivíduo que lembra está inserido na sociedade na qual sempre possui um ou mais grupo de referência, a memória é então sempre construída em grupo, sendo que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”, como se pode ver, o trabalho do sujeito no processo de rememoração não é descartado, visto que as “lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós” (HALBWACHS, 2006, p.31). Dessa maneira, a lembrança é resultado de um processo coletivo, estando inserida em um contexto social específico. As lembranças permanecem coletivas e são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente o sujeito se encontre envolvido. Isso acontece na medida em que o indivíduo está sempre inserido em um grupo social.

Ainda que apenas um indivíduo tenha a percepção de ter vivenciado certos eventos e contemplado objetos, acontecimentos e etc., nos quais apenas ele viu/presenciou, mesmo assim as lembranças acerca desses continuam sendo coletivas, podendo ainda ser evocadas por outros que não necessariamente vivenciaram e/ou presenciaram tais acontecimentos, visto que para “confirmar ou recordar uma lembrança, não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível” (HALBWACHS, 2006, p.31). Em outra passagem o sociólogo assinala a contribuição da memória coletiva no processo de rememoração:

Uma ou mais pessoas juntando suas lembranças conseguem descrever com muita exatidão fatos ou objetos que vimos ao mesmo tempo em que elas, e conseguem até reconstituir toda a sequência de nossos atos e nossas palavras em circunstâncias definidas, sem que nos lembremos de nada de tudo isso. (HALBWACHS, 2006, p.31).

No entanto, é preciso assinalar que para recordar um evento passado, não é necessário apenas que ele seja evocado por outros para que o sujeito se lembre dele. É preciso que o indivíduo traga consigo algum “resquício” da rememoração para que os conjuntos de testemunhos exteriores se constituam em lembranças. No processo de rememoração, é importante que a memória individual esteja em consonância com a memória de outros membros do grupo social. Para o autor, somente se pode falar em memória coletiva se evocarmos um evento que também fez parte da vida do grupo no qual fazemos parte. No processo de rememoração é necessário que os dados sejam comuns entre os membros do grupo. Segundo Halbwachs para se recordar, é necessário que o nosso pensamento não deixe de concordar, em certo ponto, com os pensamentos dos outros membros do grupo (HALBWACHS, 2006). Desse modo, esquecer determinado período/fato/evento de nossa vida é perder também o contato com aqueles que compunham nosso grupo social. Para Halbwachs:

Não basta reconstituir pedaço por pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstituição funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível se somente tiverem feito e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo (HALBWACHS, 2006, p.39).

O autor assinala que é necessário que as lembranças sejam reconstruídas e reconhecidas pelos membros do grupo. A partir do momento que deixa de existir esse compartilhamento, os membros desse grupo social podem-se fazer os seguintes questionamentos:

Que importa que os outros estejam ainda dominados por um sentimento que outrora experimentei com eles e que já não tenho? Não posso mais despertá-lo em mim porque há muito tempo não há mais nada em comum entre mim e meus antigos companheiros. Não é culpa da minha memória nem da memória deles. Desapareceu uma memória coletiva mais ampla, que ao mesmo tempo compreendia a minha e a deles (HALBWACHS, 2006, p.39-40).

CONCLUSÃO

Mesmo após o direito às terras adquiridas na Constituição de 1988 o andamento

dos processos de reconhecimento e principalmente de titulação das terras permanecem lento e não há indicativo que o cenário debaixa efetividade na garantia dos direitos territoriais das comunidades quilombolas possa ser revertido em médio prazo, tendo em vista as muitas alterações, observadas ao longo dos anos, dentro da administração de órgão da União responsáveis pelo reconhecimento e posteriormente as titulações das terras quilombolas.

Cabe ainda apontar, que muitas dessas terras, que pertecem ou perteceram as comunidades de remanescentes quilombolas, estão nas mãos de grandes agricultores ou de grilheiros. Como consequência disso, e enquanto as titulações não acontecem, os quilombolas ficam mais vulneráveis a uma serie de ameaças á sua existência, ao seu modo de vida e seus territórios (“Quilombolas no Brasil | Comissão Pró-Índio de São Paulo”, [s.d.]).

Ao reivindicar a demarcação de seu território, as comunidades estão reivindicando o direito de estabelecer o seu modo de vida, seus hábitos, suas crenças e manifestações em um espaço para dar continuidade a um legado herdado de seus antepassados, legado esse que é memorial, cultural e vital para a sobrevivência desses povos. Cabe ressaltar, que o direito às manifestações culturais e preservação da cultura também foram garantidos na Constituição brasileira, através dos artigos 215 e 216, mas para que isso ocorra de forma plena, é necessário que o direito às terras sejam assegurado e as politicas públicas efetivadas, permitindo assim que essas comunidades consigam manter seus territórios e sua territorialidade preservadas com possibilidade de passar para as futuras gerações esse legado histórico.

Desta forma, podemos concluir que a memória coletiva constitui-se um alicerce para a preservação dessas comunidades, tanto no sentido político como instrumento de validação dos seus direitos, como no sentido social de grupo, onde a memória significa a manutenção da identidade que foi construída por seus antepassados.

REFERÊNCIAS

ABREU, M; MATTOS, H. **Remanescentes das Comunidades dos Quilombos: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

ANDRADE, L. M.; TRECCANI, G. **Terras de Quilombo.** São Paulo: [s.n.].

BARRETO, J. N. **Implantação de infra-estrutura habitacional em comunidades tradicionais: o caso da comunidade quilombola Kalunga.** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, DF

(2006).

CALHEIROS, F. P.; STADTLER, H. H. C. Identidade étnica e poder: os quilombos nas políticas públicas brasileiras *Ethnic Identity and Power: Quilombos in Brazilian Public Policy*. **Rev. Katálysis**, v. 13, n. 1, p. 133–139, 2010.

DUTRA, Nivaldo Osvaldo. *Identidades, territórios: A luta pela garantia da vida na comunidade Negra de Mangal/Barro Vermelho*. 2016.

ECLÉA BOSI. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velho**. 14. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FURTADO, M. B.; PEDROZA, R. L. S.; ALVES, C. B. Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 1, p. 106–115, 6 maio 2014.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. 2. ed. São Paulo: Editora revista dos Tribunais LTDA, 2006.

HOBBSAWM, E. J.; RANGER, T. O. **A Invenção das tradições**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. v. 55.

LEITE, B. L. Os Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 4, n. 2, p. 333–354, 2000.

MIRANDA, S. A. DE. Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 50, p. 378–394, ago. 2012.

MORAES, A. C. R. DE. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2008.
Quilombolas no Brasil | Comissão Pró-Índio de São Paulo. Disponível em:
<<https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/quilombolas-brasil/>>.
Acesso em: 13 set. 2022.

PAULINO, Itamar Rodrigues. **A Amazônia entre culturas, identidades e memórias. Culturas e Imaginários: Deslocamentos, Interações e Superposições**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2017.

REZENDE DA SILVA, S. **Quilombos no Brasil: a memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra**. *Anais do XII Colóquio Internacional de Geocrítica*, 2012. . Acesso em: 13 set. 2022.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras. 2006.

ROCHA, L. M. **O estado e os índios: Goiás, 1850-1889**. Goiânia, GO: Editora da UFG, 1998.

SCHMIDT, C.; OLIVEIRA, K. P. A religiosidade no Quilombo do Peropava no Vale do Ribeira: distanciamento das raízes africanas e do reconhecimento cultural. **Revista Internacional de Folkcomunicação**, v. 14, n. 32, p. 39–52, 17 out. 2016.

SILVA, E. K. S. DA. AMAZÔNIA COMO LUGAR DE CULTURAS: CONCEITOS, CONTEXTOS E CONDIÇÕES IDENTITÁRIAS E MEMORIAIS. **REVELLI**, v. 11, p. 18, 2019.

SOUZA, B. O. **Aquilombar-se: panorama histórico, identitário e político do Movimento Quilombola Brasileiro.** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008.

Capítulo 8 - DOI:10.55232/1084002008

**A PEDAGOGIA EMPRESARIAL A PARTIR DE NOVAS
PERSPECTIVAS DECORRENTES DO ENSINO A
DISTÂNCIA**

Patrícia Barbosa Lopes da Câmara

RESUMO: O objetivo do estudo foi buscar novas perspectivas do pedagogo junto as empresas decorrentes ao ensino a distância, apresentando uma breve revisão de conceitos e história do EaD, bem como avaliar a presença cada vez mais constante da Pedagogia Empresarial dentro das empresas. A pesquisa constitui-se de um estudo de caso, do tipo exploratório-descritivo com abordagem qualitativa. A coleta de dados ocorreu em um local não educacional fazendo uso de um instrumento semiestruturado aplicado para dez funcionários da empresa. Também foi realizada uma pesquisa bibliográfica para maior entendimento e bases de referências. A análise realizada sobre a atuação dos pedagogos nas empresas apresenta suas funções, as relações e atribuições. O resultado indica as formas de atuação do pedagogo empresarial auxiliando os indivíduos a mudanças no comportamento, agregando uma melhora na atuação profissional, pessoal, familiar e interpessoal fazendo uso de treinamentos, palestras, microlearning, gamification entre outros para atingir o objetivo.

Palavras-chave: Pedagogia empresarial; ensino a distância; pedagogo.

INTRODUÇÃO

A pedagogia, enquanto ciência, nas últimas décadas, ampliou suas áreas de atuação, deixando de ser apenas uma formação universitária para atuar junto a empresas públicas e privadas. Essa atuação, agregada a evolução tecnológica e a velocidade da produção e transmissão de conhecimentos favorecida pela *internet*, incita um conceito de renovação ao capital intelectual¹ dos funcionários da empresa, exigindo a presença de um profissional apto para essa função – o pedagogo empresarial.

LIBÂNEO (2008) contribui sobre a ampla atuação do profissional pedagogo da seguinte forma:

Pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação de saberes e modos de ação, tendo em vista objetivos de formação humana previamente definidos em sua contextualização histórica. (Libâneo, 2008, p.33)

Esta evolução tecnológica ganha mais amplitude com o ensino EaD. Essa modalidade de ensino tem um papel fundamental na promoção de oportunidades, este tipo de ensino permite muitos indivíduos a concluir um curso superior, um curso subsequente ou um curso de aperfeiçoamento dentro da sua área, abrindo novas oportunidades profissionais (PORTAL DO CONSÓRCIO CEDERJ/FUNDAÇÃO CECIERJ, 2021).

O Pedagogo Empresarial faz uso do ensino a distância, Maia & Mattar (2007) assinalam a Educação a Distância sendo praticada nos mais variados setores, sendo usada na Educação Básica, no Ensino Superior, em universidades abertas, universidades virtuais, treinamento governamentais, cursos abertos, livres etc.

O reconhecimento da atuação desse profissional nos processos educativos dentro das empresas tem se tornado cada vez mais importante e imprescindível para o desenvolvimento das pessoas em seu ambiente de trabalho. Para a organização, o

¹ - Capital intelectual diz respeito ao valor gerado pelo conhecimento disponível dentro de uma organização. O Capital Intelectual representa a junção de três tipos de capital: Sendo: Capital Interno: processos, modelos, conceitos, sistemas informacionais e administrativos. (<https://www.twygoead.com>)

desenvolvimento consciente, valorizando a humanização nos processos ganha através desse profissional, uma direção mais assertiva com os colaboradores.²

Aos poucos, a identidade profissional foi construída, bem como de qualquer profissional. Não é algo que chega pronto, estático. DUBAR (2005), coloca que “a identidade nunca é dada, ela sempre é construída e deverá ser (re) construída em uma incerteza maior ou menor e mais ou menos duradoura” (p. 135).

Com essa afirmação, usar como exemplo o curso de Pedagogia, torna-se apropriado, pois ao longo das décadas de criação oficial já houve mudanças importantes de reconstrução e readaptação do curso, identificando características necessárias para essas necessidades.

No Brasil, em 1939, nascia o primeiro curso de Pedagogia, tendo como referências as autoras Iria Brzezinski e Carmem Silvia B. Silva, partindo de Nóvoa (1995), é possível afirmar que a identidade do pedagogo está atrelada ao processo de construção da profissão docente e a imersão da escola pública no Brasil, e ao processo de produção de uma profissão, exercer a docência tem a compreensão de ser a base da formação profissional do pedagogo.

O século XX marca movimentos que auxiliaram mudanças na educação, em especial ao que diz respeito ao “entusiasmo pela educação” e o movimento dos Pioneiros da Escola Nova, que defendiam a educação e a implantação de universidades no Brasil. Um dos movimentos que finaliza e avança de período nascendo a profissionalização dos professores é o movimento escola novista³. O parecer CNE/CP 5/2005 e Resolução CNE/CP 1/2006, diretrizes curriculares para o Curso de Pedagogia define a licenciatura que forma unificadamente o professor para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, constitui uma solução negociada entre as entidades e o Conselho Nacional de Educação.

A perspectiva de LIBÂNEO (2008) sobre a formação do pedagogo dentro dessa complexa formação:

² -O uso da expressão “colaborador” é uma forma de camuflar as tensões nas relações de trabalho. A expressão pode levar o trabalhador a se esquecer de sua condição de submissão, que não deixa de existir mesmo quando uma empresa é mais participativa. (<https://www.dicionariofinanceiro.com/carreira>)

³ - A **Escola Nova** foi um **movimento** de renovação do ensino que foi especialmente forte na Europa, na América e no Brasil, na primeira metade do século XX. O **escolanovismo** desenvolveu-se no Brasil sob importantes impactos de transformações econômicas, políticas e sociais (<https://educador.brasilecola.uol.com.br>).

A história dos estudos pedagógicos, do curso de Pedagogia, da formação do pedagogo e de sua identidade profissional está demarcada por certas peculiaridades da história da educação brasileira desde o início do século. (p. 39).

A necessidade de um Pedagogo na Empresa surgiu através da mudança de perfil do trabalhador do sistema taylorismo-fordismo para uma gestão flexível. O autor Heloani explica:

Dentro de um sistema altamente competitivos e flexível, a empresa pós fordista estimula o desenvolvimento da 'iniciativa', da 'capacidade cognitiva', do 'raciocínio lógico' e do 'potencial de criação' para que seus funcionários possam dar respostas imediatas a situações-problema. (HELOANI, 2011, p. 106)

Todavia, SAVIANI (1994, p.160) esclarece que o saber é meio de produção e, que dentro de uma sociedade capitalista, esse saber pertence exclusivamente à classe dominante. Mas, para produzir, o trabalhador precisa dominar algum saber, contradizendo a essência do capitalismo: o trabalhador não pode ser proprietário dos meios de produção, não pode deter o saber, mas sem o saber, ele também não pode produzir. Enfim, para que a empresa possa ser competitiva e ativa no mercado, seus colaboradores necessitam estar em um aprendizado contínuo e assim, fica claro a importância do pedagogo no ambiente corporativo.

Para LAUDARES e QUIRINO (2008, p. 78), apesar de difundir uma concepção de mundo compatível com a lógica capitalista, o processo pedagógico desenvolvido pelas empresas desempenha, contraditoriamente, um papel educativo importante, pois através dos cursos e treinamentos oferecidos, o trabalhador vai estabelecendo os seus conceitos de saber teórico e prático, o que para KÜENZER:

(...) desempenha um papel muito importante no processo de sua constituição para definir seu comportamento político, aceitando em maior ou menor grau a sua condição subalterna, os critérios de valorização do seu trabalho, os critérios de salário e promoções, submetendo-se e/ou discutindo, negociando, reivindicando. (1991, p. 64)

Compreende-se, nos dias de hoje, que a empresa precisa ser um espaço educativo, um espaço que permita e proporcione ao trabalhador que ele aprenda enquanto trabalha, um espaço de estímulo criativo, onde possa crescer como profissional, levando assim a uma melhoria contínua dos serviços e produtos. (VIERA & MARON, 2002, p.13)

O trabalho desenvolvido pelo pedagogo acontece em sua maioria no Departamento de Recursos Humanos, sendo que atualmente, este departamento tem uma visão mais abrangente dos fenômenos organizacionais. Neste sentido, RIBEIRO (2010) argumenta sobre o departamento de Recursos Humanos:

...as ações deste departamento ultrapassam os aspectos instrumentais e tornam-se mais sensíveis à dinâmica das relações entre o indivíduo e sociedade; compreendem que o espaço organizacional é, sobretudo, um espaço da dimensão e da dignidade humanas. (p.10)

ALMEIDA afirma que o foco da Pedagogia Empresarial é

“qualificar pedagogos e administradores para administrarem no âmbito empresarial, visando os processos de planejamento, capacitação, treinamento, atualização e desenvolvimento do corpo funcional da empresa”. Esclarece ainda que esse tipo de formação do pedagogo deve capacitar “os profissionais para atuarem, em sintonia com os planos estratégicos das empresas em: Consultoria educacional; Educação continuada; Ensino a distância; Gestão de Pessoas; Treinamento empresarial”. (ALMEIDA, 2006, p. 6).

A tarefa do Pedagogo Empresarial é, entre outras, a de ser o mediador e o articulador de ações educacionais na administração de informações dentro do processo contínuo de mudanças e de gestão do conhecimento. Gerenciar processos de mudança exige novas posturas e novos valores organizacionais, características fundamentais para empresas que pretendem se manter ativas e competitivas no mercado.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

O objetivo do estudo foi buscar novas perspectivas do pedagogo junto as empresas decorrentes ao ensino a distância. Reconhecendo a educação a distância como uma prática educativa no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica; enfatizando a necessidade do ensino a distância, bem como entendimento da origem, seu crescimento e seu potencial como ensino.

Objetivos Específicos

- Apresentar uma breve revisão dos conceitos da modalidade de educação,
- Destacar a importância desta modalidade de educação no mundo;

- Reconhecer essa educação a distância como dimensão da prática educativa no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica;
- Refletir sobre a necessidade da modalidade do ensino a distância;
- Entender sua origem, seu crescimento e seu potencial como ensino.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método de pesquisa é a explicação detalhada do objetivo proposto, e relata todo o desenvolvimento do trabalho acadêmico. Detalhando o tipo da pesquisa, o modo com o qual será conduzida a pesquisa, a forma de captação de dados e informações, o rumo seguido para alcançar o objetivo, enfim, de tudo aquilo que se utilizou no trabalho de pesquisa.

De acordo com MARTINS (2005, p.80), no que se refere à metodologia:

Corresponde ao estabelecimento das atividades práticas necessárias para a aquisição de dados com os quais se desenvolverão os raciocínios que resultarão em cada parte do trabalho final. Cada procedimento (ou grupo de procedimentos) é planejado em função de cada um dos objetivos específicos estabelecidos, ou seja, pensa-se a coleta de dados para cada problema expresso na forma de objetivo específico, os quais concorrerão para a consecução do objetivo geral.

O presente trabalho caracteriza-se como um estudo exploratório, visto que visa, “proporcionar maior familiaridade com a questão o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GIL, 1987, p. 41).

Este tipo de pesquisa exploratória procura explorar um problema, de modo a fornecer informações para uma investigação mais precisa, visando uma maior proximidade com o tema.

Este estudo também se caracteriza como uma pesquisa descritiva, pois tem o objetivo de descrever um determinado fenômeno (GIL, 1987, p. 41), a partir das respostas dos entrevistados.

Quanto utilizada esse tipo de pesquisa descritiva, não pode ter interferência do pesquisador e visa descrever algo. Para isso, é feita uma análise minuciosa e descritiva do objeto de estudo. O propósito desta metodologia é explorar o subjetivo e pessoal do entrevistado na sua experiência vivida, que será expressada de forma descritiva.

A natureza da pesquisa é exploratória e descritiva, a metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa, que, de acordo com Levy (2005), é uma metodologia que vem sendo adotada crescentemente por diversos autores. Geralmente, a pesquisa qualitativa tem a vantagem de provocar sugestões para futuros estudos que foram geradas ao longo do andamento da pesquisa.

De acordo com Gephart (2004), a pesquisa qualitativa fornece uma narrativa da visão da realidade dos indivíduos, sendo altamente descritiva. Ela ainda dá uma ênfase aos detalhes situacionais, permitindo uma boa descrição dos processos (GEPHART, 2004).

Segundo Fraser e Gondim (2004, p. 8):

“Na abordagem qualitativa, o que se pretende, além de conhecer as opiniões das pessoas sobre determinado tema, é entender as motivações, os significados e os valores que sustentam as opiniões e as visões de mundo. Em outras palavras é dar voz ao outro e compreender de que perspectiva ele fala”.

Assim, a metodologia de análise de conteúdo nasce dos dados qualitativos, tem como etapas categorizar, descrever e interpretar o conteúdo de análise, tendo como fechamento desse estudo a aplicabilidade permanente do objetivo do estudo.

Um estudo de caso pode ainda buscar estabelecer o diagnóstico de uma organização ou fazer sua avaliação, seja porque o pesquisador pretende prescrever uma “terapêutica”, seja por buscar mudanças na organização em si (Bruyne, Herman & Schoutheete, 1982, p.225).

O presente trabalho configurou-se em dois momentos: uma revisão bibliográfica, de natureza documental, para auxiliar a construção do referencial teórico sobre o tema; e uma pesquisa de campo em uma empresa por meio de entrevistas com aplicação de questionário individual semiestruturado.

A revisão bibliográfica se deu em periódicos, artigos, dissertações, teses, sites e materiais institucionais utilizando como palavras-chave “pedagogia empresarial” e “ensino a distância”.

Na etapa experimental, a coleta de dados ocorreu pela aplicação de um questionário composto por cinco questões, sendo três de resposta fechada – do tipo “sim” ou “não” (1, 3 e 4), e duas abertas (2 e 5), que davam a oportunidade do entrevistado opinar sobre a importância do pedagogo empresarial e da reciclagem no ambiente de trabalho (Apêndice 1).

A mesma aconteceu em duas etapas, sendo a primeira realizada via internet sobre o tema para que tivesse base teórica para discorrer sobre o assunto. A segunda etapa foi feita através de um questionário. “O questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas, que devem ser respondidas por escrito” (MARCONI & LAKATOS, 1999, pg. 100)

Após a coleta dos dados, através dos questionários entregues aos participantes da empresa e respondido individualmente e sem acesso à internet, foi necessário organizá-los para analisá-los.

Segundo André e Lüdke (1986, pg. 45), analisar os dados qualitativos significa “trabalhar” todo o material obtido durante a pesquisa, ou seja, os relatos das observações, as transcrições de entrevistas, as análises de documentos e as demais informações disponíveis.

REFERENCIAL TEÓRICO

História do EaD no Brasil

Desde a antiguidade o ato de ensinar previa o contato “face a face” entre “mestre” e “aprendiz” para que houvesse a troca de conhecimentos. Com o advento da escrita o homem passou a armazenar as informações sem que elas fossem perdidas com o tempo. A partir da criação dos computadores e da Internet o acesso às informações foram maximizados consideravelmente.

Acredita-se que as primeiras experiências em Educação a Distância no Brasil tenham ficado sem registro, visto que os primeiros dados conhecidos são do século XX. Deve-se ressaltar que o EaD está sempre acompanhando a evolução das tecnologias de comunicação, assim, não se pode dizer o mesmo das salas de aulas presenciais, pois mantêm o formato ou muito semelhante à de 200 anos atrás.

No quadro 1, consta a cronologia que marcou história da Educação a Distância no nosso país:

Quadro 1 – Breve histórico do EaD no Brasil

1904 – o Jornal do Brasil registra, na primeira edição da seção de classificados, anúncio que oferece profissionalização por correspondência para datilógrafo.
1923 – um grupo liderado por Henrique Morize e Edgard Roquette-Pinto criou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro que oferecia curso de Português, Francês, Silvicultura, Literatura

Francesa, Esperanto, Radiotelegrafia e Telefonia. Tinha início assim a Educação a Distância pelo rádio brasileiro.
1934 – Edgard Roquette-Pinto instalou a Rádio-Escola Municipal no Rio, projeto para a então Secretaria Municipal de Educação do Distrito Federal. Os estudantes tinham acesso prévio a folhetos e esquemas de aulas, e também era utilizada correspondência para contato com estudantes.
1939 – surgimento, em São Paulo, do Instituto Monitor, o primeiro instituto brasileiro a oferecer sistematicamente cursos profissionalizantes a distância por correspondência, na época ainda com o nome Instituto Rádio-Técnico Monitor.
1941 – surge o Instituto Universal Brasileiro, segundo instituto brasileiro a oferecer também cursos profissionalizantes sistematicamente. Fundado por um ex-sócio do Instituto Monitor, já formou mais de 4 milhões de pessoas e hoje possui cerca de 200 mil alunos; juntaram-se ao Instituto Monitor e ao Instituto Universal Brasileiro outras organizações similares, que foram responsáveis pelo atendimento de milhões de alunos em cursos abertos de iniciação profissionalizante a distância. Algumas dessas instituições atuam até hoje. Ainda no ano de 1941, surge a primeira Universidade do Ar, que durou até 1944.
1947 – surge a nova Universidade do Ar, patrocinada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC) e emissoras associadas. O objetivo desta era oferecer cursos comerciais radiofônicos. Os alunos estudavam nas apostilas e corrigiam exercícios com o auxílio dos monitores. A experiência durou até 1961, entretanto a experiência do SENAC com a Educação a Distância continua até hoje.
1959 – a Diocese de Natal, Rio Grande do Norte, cria algumas escolas radiofônicas, dando origem ao Movimento de Educação de Base (MEB), marco na Educação a Distância não formal no Brasil. O MEB, envolvendo a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e o Governo Federal utilizou-se inicialmente de um sistema rádio-educativo para a democratização do acesso à educação, promovendo o letramento de jovens e adultos.
1967 – o Instituto Brasileiro de Administração Municipal inicia suas atividades na área de educação pública, utilizando-se de metodologia de ensino por correspondência. Ainda neste ano, a Fundação Padre Landell de Moura criou seu núcleo de Educação a Distância, com metodologia de ensino por correspondência e via rádio.
1976 – é criado o Sistema Nacional de Teleducação, com cursos através de material instrucional.
1979 – a Universidade de Brasília, pioneira no uso da Educação a Distância, no ensino superior no Brasil, cria cursos veiculados por jornais e revistas, que em 1989 é transformado no Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância (CEAD) e lançado o Brasil EaD.
1991 – o programa “Jornal da Educação – Edição do Professor”, concebido e produzido pela Fundação Roquete-Pinto tem início e em 1995 com o nome “Um salto para o Futuro”, foi incorporado à TV Escola (canal educativo da Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação) tornando-se um marco na Educação a Distância nacional. É um programa para a formação continuada e aperfeiçoamento de professores, principalmente do Ensino Fundamental e alunos dos cursos de magistério. Atinge por ano mais de 250 mil docentes em todo o país.
1992 – é criada a Universidade Aberta de Brasília, acontecimento bastante importante na Educação a Distância do nosso país.
1995 – é criado o Centro Nacional de Educação a Distância e nesse mesmo ano também a Secretaria Municipal de Educação cria a MultiRio(RJ) que ministra cursos do 6º ao 9º ano, através de programas televisivos e material impresso. Ainda em 1995, foi criado o Programa TV Escola da Secretaria de Educação a Distância do MEC
1996 – é criada a Secretaria de Educação a Distância (SEED), pelo Ministério da Educação, dentro de uma política que privilegia a democratização e a qualidade da educação brasileira. É neste ano também que a Educação a Distância surge oficialmente no Brasil, sendo as bases legais para essa modalidade de educação, estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, embora somente regulamentada em 20 de dezembro de 2005 pelo Decreto n° 5.622 (BRASIL, 2005) que revogou os Decretos n°

2.494 de 10/02/98, e n° 2.561 de 27/04/98, com normatização definida na Portaria Ministerial n° 4.361 de 2004 (PORTAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO a, 2010).
2000 – é formada a UniRede, Rede de Educação Superior a Distância, consórcio que reúne atualmente 70 instituições públicas do Brasil comprometidas na democratização do acesso à educação de qualidade, por meio da Educação a Distância, oferecendo cursos de graduação, pós-graduação e extensão. Nesse ano, também nasce o Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ), com a assinatura de um documento que inaugurava a parceria entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Ciência e Tecnologia, as universidades públicas e as prefeituras do Estado do Rio de Janeiro.
2004 – vários programas para a formação inicial e continuada de professores da rede pública, por meio da EAD, foram implantados pelo MEC. Entre eles o Proletramento e o Mídias na Educação. Estas ações conflagram na criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil.
2006 – entra em vigor o Decreto n° 5.773, de 09 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, incluindo os da modalidade a distância (BRASIL, 2006).
2007 – entra em vigor o Decreto n° 6.303, de 12 de dezembro de 2007, que altera dispositivos do Decreto n° 5.622 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 2007).
2008 – em São Paulo, uma Lei permite o ensino médio a distância, onde até 20% da carga horária poderá ser não presencial.
2009 – entra em vigor a Portaria n° 10, de 02 julho de 2009, que fixa critérios para a dispensa de avaliação in loco e deu outras providências para a Educação a Distância no Ensino Superior no Brasil (BRASIL, 2009).
2020 - Autorização permitindo a substituição do ensino presencial pelo remoto até o fim do ano foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 24 de junho, por meio da Portaria 544, do MEC. Devido a pandemia do Covid-19.

Fonte: MAIA & MATTAR, 2007; MARCONCIN, 2010; RODRIGUES, 2010; SANTOS, 2010

Em suma, a educação a distância passou, por durantes décadas por muitas transformações muito significativas, em especial no ano de 2020. Sendo divididas por ciclos ou gerações.

- 1ª Geração: O registro mais antigo que se tem de um curso EaD tem a data de 1728, com o professor Caleb Harris. Em 1880, iniciaram os cursos por correspondência, uma revolução no ensino, que se dava através dos correios, buscando educar os desfavorecidos socialmente – em especial as mulheres.

- 2ª Geração: Na década de 20, os alunos recebiam todo o material didático por correio e tinham acesso às aulas pelo rádio e TV, lembrando que o contato com o professor não acontecia. A história do EaD no Brasil teve seu primeiro registro de atividade em 1904 com uma ação do Jornal do Brasil, que começou a oferecer um curso voltado para datilógrafos por meio de correspondências.

- 3ª Geração: Na década de 1960 a 1970, o governo criou o Código Brasileiro de Telecomunicações, abrigando emissoras privadas de televisão com programações

voltadas para fins educativos, como foi o caso da TV Cultura e da TV Escola. Na década de 1970, as ferramentas eram as mesmas, mas nasceu a Universidade Aberta, onde as instituições começaram a levar sua educação. O ensino a distância foi essencial neste processo, que era aliado à encontros no espaços acadêmicos, quando possível.

- 4ª Geração: Em 1980, as teleconferências são uma realidade e o EaD sobe mais um degrau, permitindo agora interação mais fácil entre aluno e professor.

- 5ª geração: Os anos 2000, a revolução! A internet vem como uma aliada a educação a distância, tornando essa modalidade ainda mais forte.

- 6ª geração não está definida e fundamentada. Permite divulgação mais rápida e interativa, conectividade e onipresença das informações e das pessoas. Caracteriza-se pela mistura entre a educação e os jogos ou interatividade dentro da plataforma. Esta geração apresenta hipóteses sobre o futuro de tal interação. Computação pervasiva, em que o computador está presente em vários equipamento e recursos do ambiente, de forma invisível para quem o utiliza. Aprendizagem móvel. Ensinar e aprender em qualquer momento

- 7ª Geração/Atualidade - Cabe mencionar com a evolução tecnológica, teremos mais essa geração da EaD.

O EaD começou a tomar espaço nas instituições de ensino brasileiras devido à instauração da Lei n.º 9.394 de 1996, que regulamentou e tornou válida a educação a distância para todos os níveis de escolarização. Com isso, Ministério da Educação (MEC), iniciou o credenciamento das faculdades a partir de 1999.

Vantagens e Desvantagens

Uma de suas vantagens é proporcionar ao aprendiz comodidade ao ato de estudar por dispensar o deslocamento até a instituição de ensino e permitir que ele ocorra em casa, no trabalho ou em qualquer outro local. No entanto, exige mais responsabilidade e comprometimento com sua formação pois não tem a supervisão direta, de forma presencial, do professor.

A possibilidade do aluno de estudar, de forma autônoma, sozinho é de grande comodidade para ele, desde que tenha responsabilidade para cumprir as metas. A Internet fornece para ele uma enorme variedade de conteúdo acessível e as vídeos aulas ou aulas

online conferem ao professor o papel de mediador de conhecimentos, e não transmissor. Aprendizagem ativa!

Conceito de ensino a distância

A Educação a Distância é uma modalidade de educação que se dá através do uso de tecnologias de informação e comunicação, onde docentes e alunos estão separados fisicamente no espaço e/ou no tempo, e vem sendo utilizada na Educação Básica, Educação Superior e em cursos abertos, entre outros com mais frequência e durante o período da pandemia esse ensino foi e está sendo a única forma da educação ser realizada.

Os inúmeros conceitos de Educação a Distância sempre apresentam alguns pontos em comum. Alguns autores enfatizam uma ou outra característica na sua conceitualização, mas o conceito de Educação a Distância no Brasil é definido oficialmente no Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005):

Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza--se a Educação a Distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Essa definição da Educação a Distância complementa-se com o primeiro parágrafo do mesmo artigo, onde é ressaltado que esta deve ter obrigatoriamente momentos presenciais, como se segue:

§ 1º A Educação a Distância organiza-se segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares, para as quais deverá estar prevista a obrigatoriedade de momentos presenciais para:

- I – avaliações de estudantes;
- II – estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente;
- III – defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente e
- IV – atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso.

Conforme Nunes (1994), a Educação a Distância é a forma mais viável de alcançar uma gama de alunos sem perder a qualidade sendo efetivo. Isso tudo acontece graças as novas tecnologias nas áreas de informação e comunicação que abrem portas para essa possibilidade no processo de ensino-aprendizagem a distância permitindo entre

pessoas distantes geograficamente ou inseridas em contextos diferenciados essa interação em nível de educação.

LOCAL DO ESTUDO

A empresa do objeto de estudo, foi fundada no ano de 2015, por dois sócios que almejavam possuir o seu negócio próprio. Hoje contam com quatro empresas e mais sócios que apostaram nesse ramo, e desde então, ela está atuante no ramo de prestação de serviços de portaria remota.

É uma empresa de tecnologia voltada à segurança e especialista no controle de acessos de condomínios, monitoramento urbano/rural e Portaria Remota nas 24 horas. A mesma oferece o que há de mais moderno em tecnologia na área de portaria remota, trazendo grande acréscimo de segurança e controle de acessos. Com possibilidade de auditoria completa em áudio e vídeo, bem como a comprovada redução nos custos de portaria 24 horas dos condomínios atendidos.

O Grupo Proggetec no ano de 2018, realizou uma expansão no mercado junto ao município de Caxias do Sul e no ano de 2019 concretizando esse crescimento com o município de Santa Maria, além de expansão no município de origem.

Conforme o site do sistema Kiper (2018) a empresa fechou o ano de 2018 ocupando o posto de referência no serviço de portaria remota em Passo Fundo e região, com mais de 200 mil acessos controlados por mês.

Perfil do Professor, do Aluno e Infraestrutura

A pedagogia vem abrindo novos horizontes de trabalho para os profissionais da área que vão além do universo escolar, gerando sua inserção também no espaço das organizações.

OLIVEIRA (2012) enfatiza que as organizações têm descoberto ao longo dos anos a relevância da educação no trabalho, bem como a influência da ação educativa do pedagogo nas empresas. A autora destaca que o pedagogo não se restringe ao ambiente escolar, “ao contrario dispõe de uma vasta área de atuação, tais como: empresas, ONGs, hospitais, Centros Culturais, editoras, sites, consultorias, enfim, em todas as áreas que necessitam de um trabalho educativo”.

OLIVEIRA e MENDES (2019) destacam que o pedagogo empresarial deve apresentar algumas especificidades importantes, a saber: ter espírito de liderança; orientação para o cliente; orientação para resultados; comunicação clara e objetiva; flexibilidade e adaptabilidade; criatividade e produtividade; iniciativa e pro atividade; aprendizagem contínua. Também deve ter habilidades e competência nas relações interpessoais, tanto na perspectiva da interação na equipe, como na relação individual de cada colaborador.

Evidências do EaD nas Empresas

Durante a pesquisa documental, um dos questionamentos realizados foi conforme o quadro abaixo:

Quadro 2 - Resposta dos entrevistados à questão 2

QUESTÃO 4	Você realiza algum tipo de reciclagem dentro da sua área anualmente? Porquê?
R1	Sim
R2	Não
R3	Sim
R4	Não
R5	Não
R6	Não
R7	Sim
R8	Sim
R9	Sim
R10	Sim

Fonte: A autora.

Observando o quadro 3, fica claro que o ensino a distância torna o conhecimento mais acessível para pessoas que detêm de dificuldades de deslocamento, horários e financeiro, os próprios alunos determinam o horário para ouvir e ler as aulas, não deixando de lado a dedicação para o sucesso do estudo. A modalidade blended learning,⁴ está sendo a mais utilizada no Brasil.

As empresas adotaram essa modalidade como uma tendência no modelo EAD nos treinamentos e ações de educação corporativa, voltada na melhoria do desempenho dos colaboradores. O censo da Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed)

⁴ - O ensino híbrido, ou blended learning, é uma das maiores tendências da Educação do século 21, que promove uma mistura entre o ensino presencial e propostas de ensino online – ou seja, integrando a Educação à tecnologia, que já permeia tantos aspectos da vida do estudante(<https://novaescola.org.br>)

2017/2018 relata que houve um aumento de 30,43% no número de alunos matriculados nas instituições que oferecem cursos livres corporativos nesse modelo, sendo que 16,67% das entidades afirmam que pretendem investir mais no segmento.

Assim, os profissionais estão mais adeptos a esse estilo de educação profissionalizante adotando essa modalidade, o censo mostra que há demanda no mercado para esta modalidade de ensino, pelo fato de mais pessoas estarem buscando se capacitar profissionalmente por meio do EAD.

Pedagogo X Empresas

A Pedagogia é a ciência pela qual o pedagogo pesquisa, estuda, elabora e aplica, por meio de didáticas, metodologias, técnicas e estratégica de ensino-aprendizagem e conteúdos relacionados às necessidades da pessoa humana em um determinado contexto.

Segundo LORENZO (2003), o pedagogo deixou de atuar apenas no ambiente escolar, hoje em dia o campo profissional está amplo conduzindo o profissional pedagogo para setores nas empresas, essas empresas as quais percebem que seus colaboradores necessitam estar sempre em processo de educação. O papel do pedagogo torna-se fundamental, visando melhorias no comportamento, nas relações e na ação educacional, valorizando o seu capital humano.

A Pedagogia Empresarial é a parte da Pedagogia aplicada às relações existentes em uma empresa, com objetivo de realizar mudanças no comportamento de seus integrantes, de modo a melhorar a atuação profissional, pessoal, familiar e interpessoal.

Conforme ALMEIDA (2006), a atuação do profissional de pedagogia nas organizações será importante e positiva na medida em que elas não estejam visualizando apenas a manutenção de políticas de RH clientelistas, mas sim estejam preocupadas com o desenvolvimento humano de forma efetiva voltadas para a potencialização da inteligência de cada um individualmente e da organização como um todo.

Quase sempre os pedagogos empresariais atuam junto ao Departamento de Recursos Humanos, interagindo com todos os setores da empresa, o mesmo, desempenha um trabalho instigando a melhora dos funcionários em diversos campos.

“O desenvolvimento das pessoas pode ser gerenciado de tal maneira que elas possam ter uma carreira recompensadora na organização e esta possa ter as pessoas de que necessita para funcionar no longo prazo” (CHIAVENATO, 2005, p.142).

As empresas que realizam a contratação de um profissional nessa área visando a qualidade de vida e capacitação de seus profissionais, assim:

O treinamento nas empresas passou a abranger aspectos psicossociais do indivíduo, assim, os programas de treinamento, além de visarem capacitar os trabalhadores para o desempenho das tarefas passaram a incluir também objetivos voltados para o relacionamento interpessoal e sua interação na organização (GIL, 1994, p.63).

As maneiras de desenvolver capacitação, pode acontecer de várias formas sendo: por meio de treinamentos, palestras, cursos, educação continuada, testes de aptidão, avaliações, observações, atividades envolvendo os familiares, eventos promocionais e comerciais, entre outros. E dentro do EaD Corporativo pode se dá através do microlearning, gamification, trilhas de aprendizagem, entre outros.

Atualmente esse profissional tem a seu alcance um leque de maneiras de auxiliar os colaboradores a desenvolver sua habilidade profissional.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Resultados

Ao todo foram realizadas dez entrevistas dentre sócios e funcionários da empresa objeto do estudo, sendo a maioria mulheres (n=7). A idade variou de 18 a 50 anos. Com variação de tempo de serviço na empresa todos abaixo de 3 anos, sendo 5<de 12 meses, 3> de 12 meses e 2> de 24 meses.

A maioria absoluta (n=10) considerou importante as empresas investirem no profissional Pedagogo Empresarial (questão 1). Um dos sócios complementou:

De fato é importante o investimento das empresas nesse profissional, pois com sua admissão trará melhores resultados entre patrões e empregados (respondente 1).

Apenas três entrevistados afirmaram ter trabalhado em alguma empresa com o profissional Pedagogo Empresarial (questão 3), o que dá indícios que essa inserção do pedagogo ainda é recente.

Quanto a realização de reciclagem dentro da área de atuação, com periodicidade anual, quatro entrevistados responderem que não faziam. Embora seja menos da metade

dos respondentes, esse resultado é preocupante, pois no mundo contemporâneo é difícil imaginar a falta de aprendizagem permanente e educação continuada nas empresas.

Quando questionados se os profissionais pedagogos se adequaram à expansão do Ensino à Distância nas últimas décadas (questão 2), todos os entrevistados afirmaram que sim. As justificativas estão apresentadas no quadro 3.

Quadro 3 - Resposta dos entrevistados à questão 2

QUESTÃO 2	O Ensino a Distância expandiu grandemente nas últimas décadas, você considera que os profissionais pedagogos adequaram-se a esta mudança? Porquê?
R1	Não respondeu
R2	<i>Pq [porque] todos as séries atualmente tem alguma parte a distância</i>
R3	<i>Na empresa aconteceu uma mudança muito rápida quanto aos atendimentos home office</i>
R4	Não respondeu
R5	<i>Na pandemia os profissionais pedagogos se mostraram estar adaptados e qualificados para sair do convencional das salas de aula, entregando bons resultados.</i>
R6	<i>Porque a tecnologia empurra todas as profissões a evoluírem</i>
R7	<i>Devido a necessidade de adaptação das mudanças de ensino</i>
R8	<i>Por ser uma tecnologia estratégica na formação de novos profissionais</i>
R9	<i>Os profissionais pedagogos adequaram-se repentinamente de modo obrigatório, pois o ensino a distância chegou a muito tempo mas ultimamente vem se evoluindo bruscamente fazendo com que os profissionais se adaptam de modo geral.</i>
R10	<i>Para que eles possam repassar conhecimento</i>

Fonte: A autora.

As categorias predominantes no relato dos entrevistados é que a evolução do Ensino a distância é uma consequência do avanço tecnológico e exige a adaptação dos mundos corporativo e educacional, além de exigir respostas rápidas e efetivas. Outro aspecto é que, em tempos de pandemia da COVID-19 e da imposição das normas de distanciamento social, o Ensino à distância permitiu readequações na forma de trabalho (*home office*).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realizações do resultado e discussões, torna-se mais claro a importância do profissional Pedagogo Empresarial, atuando nos setores das empresas, auxiliando os colaboradores em um crescimento paralelo nos diversos campos trabalhados pelo pedagogo, assim transformando em um indivíduo melhor.

Não compõe do quadro de funcionários da empresa estudada um Pedagogo Empresarial o qual recomendamos que o mesmo seria de grande valia para auxiliar a

empresa em um crescimento mais expressivo, todavia, a empresa apresenta como ponto positivo uma Universidade Porter, essa plataforma é exclusiva da franquia e todos os funcionários podem acessar a plataforma virtual (EaD) e fazer uso de todos os assuntos disponibilizados e atuais, inerentes a cada setor.

Dentro desse contexto a empresa estudada contribui com a valorização dos saberes existente e qualificação dos funcionários, os colaboradores analisados expressam interesse em estar anualmente realizando reciclagem dentro da sua profissão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcus Garcia de. *Pedagogia empresarial: saberes, práticas e referências*. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.

BRASIL. Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o artigo 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm>. Acesso em: 03 de abril de 2021.

CHIAVENATO, Idalberto. *Iniciação à Administração de Pessoal*. São Paulo: Makron Books, 2000a.

DUBAR, Claude. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2005.

GIL, Antônio Carlos. *Administração de recursos humanos: um enfoque profissional*. São Paulo: Atlas, 1994.

HELOANI, J. R. M. *Gestão e organização no capitalismo globalizado: história da manipulação psicológica no mundo do trabalho / Roberto Heloani*. – 1. ed. – 4. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2011

HELOANI, Roberto. *Organização do trabalho e administração: uma visão multidisciplinas*. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1996.

LIBANEO, José Carlos. *Pedagogia e Pedagogos, Para Quê?* 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LORENZO, Francine De. *Aprendendo a aprender: empresas descobrem a importância da educação no trabalho e abrem as portas para o pedagogo*. Revista Vencer, março de 2003.

MAIA, C.; J. MATTAR. *ABC da EaD: a Educação a Distância hoje*. 1. ed. São Paulo: Pearson. 2007.

MARTINÉZ, Francisco Sánchez. Os meios de comunicação. Brasília: In: Ministério da Educação Medianamente! Televisão, cultura e educação, 1999.

MORAN, José Manuel. O que é educação a distância. Informe CEAD - Centro de Educação a Distância. SENAI, Rio de Janeiro, ano 1, n.5, out/ dezembro de 1994, páginas 1-3. Disponível em: < <http://www.eca.usp.br/prof/moran/dist.htm> >. Acesso em 06 MAR 2021.

NÓVOA, Antonio. O passado e o presente dos professores. In: NÓVOA, A. (Coord.). Profissão professor. Porto: Editora Porto, 1995.

NUNES, I. B. Noções de Educação a Distância. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/21015548/Artigo-1994-Noco-es-de-Educacao-a-DistanciaIvonio-Barros-NUNES>>. Acesso em: 03 de abril 2021.

PORTAL DO CONSÓRCIO CEDERJ/FUNDAÇÃO CECIERJ. Institucional (histórico da Fundação CECIERJ) e graduação (metodologia e cursos). Disponível em: Acesso em: 01 abril 2021.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia: o espaço da educação na universidade. Cad. Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 130, 2007 . Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n130/06.pdf>.

Capítulo 9 - DOI:10.55232/1084002009

O DESENVOLVIMENTO DE UMA METODOLOGIA DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS APLICADA A EMPRESAS DE ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO CIVIL.

Luciana Uchôa Nattrodt

RESUMO: Num mercado de alta competitividade, em que várias empresas nascem e inovam a cada momento, é necessário buscar vantagens estratégicas, reduzir os riscos e maximizar as oportunidades em cada projeto. Neste contexto, o gerenciamento de projetos é fundamental para realizar isto de maneira objetiva e planejada. Mas será que as rotinas e as técnicas da gestão de projetos funcionam numa empresa de arquitetura e construção civil? Quais seriam as principais características e os cuidados necessários para o gerenciamento de projetos em uma empresa desse seguimento? Ao se implementar a filosofia de gerenciamento de projetos em uma empresa de arquitetura e construção civil deve-se levar em consideração que os processos não funcionam como numa empresa administrativa de modo geral. Existem etapas fragmentadas e é necessário um gerenciamento mais específico. O objetivo deste artigo é analisar como empresas/construtoras podem adotar um modelo de gestão de projetos levando em consideração uma metodologia com base nas diversas etapas dos processos PMBOK/PMI, com a realização de uma adaptação das atividades de empresas de construção civil permitindo criar um possível sequenciamento de processos e elementos de controle e acompanhamento no gerenciamento de seus projetos mostrando assim a importância da aplicação desta ferramenta adaptada às suas realidades.

Palavras-chave: Gerenciamento de projetos. Processos. Metodologia.

1. INTRODUÇÃO

Profissionais de Arquitetura e Urbanismo se deparam atualmente com a grande dificuldade de implementar um sistema de gerenciamento de projetos que seja simplificado dentro do processo de criação unificando-o aos processos de execução. Historicamente o papel do arquiteto está cultuado a atribuição de “criador”, o que lhe gera uma autossuficiência de que criatividade e talento seriam suficientes para garantir a qualidade e o sucesso de seus projetos e acima de tudo, clientes satisfeitos. Isso é natural já que a fase de concepção é na maioria das vezes individual e muito pessoal, tornando difícil estabelecer uma metodologia rígida já que nesta fase existem muitas variantes na busca das soluções para um determinado projeto, pois estas soluções nunca são únicas. É nesse momento que o profissional perde o foco e a subjetividade extrapola os limites dentro do processo de planejamento. Não há definições de metas, e os objetivos não são definidos claramente junto ao cliente, pois é nesta fase de planejamento que deveriam ser discutidos todos os aspectos do gerenciamento do projeto, inclusive seus processos na fase da execução o que é certamente ignorado e subestimado. Deste modo o profissional de arquitetura se afasta cada vez mais do entendimento dos processos de execução, quando esses são estipulados já a partir do processo de criação e devem estar compreendidos nesta etapa. Não existe uma separação neste processo. É preciso entender a execução do que se está criando, do que está sendo elaborado e entender quais processos são necessários para que o que está no papel se torne real. Os projetos de arquitetura são desenvolvidos sem uma visão sistemática desses processos, sem planejamento e muito fragmentado, perdendo o foco no produto final e dessa forma se desvincula dos inúmeros processos que compõem o universo projeto/execução. Essa prática define um perfil do profissional de arquitetura no mercado brasileiro que se caracteriza pelo distanciamento dos processos de produção racionalizada. Ao se compreender que o projeto é parte integrante do processo de construção, em que este é responsável pelo desenvolvimento, organização, características físicas e tecnológicas para uma determinada obra, constatamos a carência dessa visão estruturada dos processos de projeto em uma empresa de arquitetura. Pequenas empresas de arquitetura tem uma enorme dificuldade em adotar uma metodologia de gerenciamento de projetos e muitas delas não sobrevivem às necessidades impostas no mercado atual. Dessa forma, identificamos a necessidade de se implantar um sistema de gerenciamento em empresas de arquitetura e construção civil visando se obter a ampliação do conhecimento existente, incluindo processos funcionais

para se desenvolver as cinco etapas do projeto: iniciação, planejamento, execução, monitoramento e controle e conclusão. Para a elaboração de uma metodologia de gerenciamento de projetos direcionada a empresas desse seguimento tomaremos como embasamento *O Guia PMBOK®*, que fornece diretrizes de projetos individuais e define conceitos relacionados com o gerenciamento de projetos em diversas áreas de atuação formalizando um padrão com normas, métodos, processos e práticas estabelecidos e globalmente reconhecidos para o gerenciamento de projetos. A implantação deste modelo trará uma vantagem a estas empresas pois permitirá a criação de controles e disciplinas dentro de sua realidade. O objetivo principal deste artigo é gerar um método simplificado para que haja um entendimento maior sobre os benefícios de gerenciamento de projetos e de como o trabalho diário pode ganhar eficiência, precisão, reconhecimento, e de como os aspectos técnicos de cada uma das ferramentas afetarão os processos e a empresa como um todo. Os benefícios destas mudanças serão refletidos diretamente no sucesso dos projetos dentro da empresa, tanto no aspecto técnico quanto no aspecto organizacional.

2. ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE PROJETOS E GESTÃO DE PROJETOS

2.1 – O que é um projeto?

Segundo o PMI – Project Management Institute, em sua publicação intitulada Guia PMBOK® - Quinta Edição, *“projeto é um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo. Esta natureza temporária dos projetos indica que eles tem um início e um término definidos”*. Assim, tem início e fim definidos, utiliza recursos, é dirigido por pessoas e obedece a parâmetros como custo, tempo e qualidade (DINSMORE ; SILVEIRA NETO, 2007).

Para facilitar seu entendimento, os projetos costumam ser divididos em várias etapas em sua gestão formando um conjunto de operações institucionais. Neste conjunto, as fases do projeto são conhecidas como seu ciclo de vida ou grupos de processos, que são divididos em etapas que ajudam a estabelecer metas cumulativas e a facilitar a coordenação de pessoas e processos.

O ciclo de vida de um projeto é formulado a partir do momento em que ele é aprovado. É onde começam as questões de como o projeto será implementado e é neste

contexto que se insere a questão das metodologias em gerenciamento de projetos, representando uma maneira de organizar informações de gerenciamento, buscando uma padronização nas formas de ação de uma organização ou empresa. Um bom sistema equilibra apropriadamente as necessidades, tanto da organização controladora como do projeto ao definir suas interfaces em relação a autoridade, alocação de recursos e eventual integração dos resultados do projeto nas operações principais (GRAY ; LARSON, 2009).

Contudo, nem todos os projetos que são iniciados atingem os seus objetivos. Projetos falham por não terem cumprido requisitos como entregas, orçamentos e cronogramas. Na prática muitos projetos falham sejam por motivos organizacionais, por falta de uma metodologia ou por falta de pessoal qualificado. Keeling (2002) cita outros motivos que levam ao insucesso de projetos: estimativas e planos não realistas; definição imprecisa do escopo; comunicações incompletas; pouca integração entre tempo, custo e qualidade; papéis e responsabilidades não definidos; falta de entrosamento na equipe; nível de detalhamento inadequado; falta de planejamento e objetivos mal traçados.

Por isso a necessidade de se ter conhecimentos padronizados em gerenciamento de projetos é cada vez mais evidente em empresas que lutam para quebrar os princípios fundamentais de organizações tradicionais, pois estes geralmente entram em conflito devido a realização de operações correntes, pois projetos não são rotinas e podem parecer deslocados nesse ambiente de trabalho. Percebemos assim, que é fundamental definir corretamente a estrutura organizacional de uma empresa no gerenciamento de projetos promovendo inclusive o ajuste da mesma às características estratégicas dos projetos.

2.2 – O que é gerenciamento de projetos?

Segundo o PMI – Project Management Institute, em sua publicação intitulada Guia PMBOK® - Quinta Edição, “*gerenciamento de projetos é a aplicação do conhecimento, habilidades, ferramentas e técnicas às atividades do projeto para atender aos seus requisitos*”.

A realização de cada projeto pode ser aferida e acompanhada através de métodos e ferramentas específicas, que verificam a duração, os custos, o desempenho da equipe e a aderência do produto aos objetivos.

Estas ferramentas podem ter diversos graus de complexidade e são indicadas de acordo com as necessidades de cada organização, ou de acordo com a natureza dos empreendimentos, as atividades de negócios, o tamanho e a amplitude dos projetos.

De modo geral, procuram:

- Estabelecer uma visão comum sobre os objetivos a alcançar;
- Facilitar os processos de decisão para estabelecer as funções e responsabilidades de cada um dos participantes da equipe;
- Dimensionar adequadamente os recursos necessários (pessoas, verba, tempo);
- Acompanhar os processos, a equipe, os custos e os prazos;
- Contratar serviços e adquirir equipamentos, sistemas, programas e materiais, se necessário;
- Fazer o controle da qualidade dos produtos e reduzir o impacto dos seus riscos;
- Controlar e documentar periodicamente a aderência do projeto a seu escopo e aos seus objetivos;
- Manter o comprometimento dos patrocinadores com os resultados;
- Reforçar continuamente a importância dos processos e da avaliação dos processos de gestão de projetos.

Os processos necessários à obtenção dos resultados esperados são conduzidos por um ou alguns gestores, responsáveis por seu resultado. Podem ser influenciados por diversos departamentos e pessoas diretamente interessadas nos seus resultados.

Uma fonte ou indivíduo compromissado com os seus objetivos costuma patrocinar sua realização. O patrocinador muitas vezes não acompanha pessoalmente os processos diários de realização.

A gestão de projetos procura garantir a realização dos objetivos, dentro das condições de prazos, custos, qualidade e especificações previstas. E procura se concentrar na base conceitual que estabelecerá um diálogo com os usuários, atendendo também aos condicionamentos sociais e comerciais do empreendimento.

Incorporada à estrutura das organizações, é um processo intensamente criativo e dinâmico, que faz parte do dia-a-dia organizacional e procura garantir bons resultados em seus ambientes funcionais complexos, sempre confrontados com o excesso de oferta de produtos e serviços por parceiros e fornecedores. De modo geral, procura modelos de realização rápidos, flexíveis e permeados por perspectivas inovadoras.

2.3 – Ciclo de vida do projeto:

Para melhor planejar, executar e controlar um projeto, é feita uma divisão em “pedaços” menores, denominados fases, cujos títulos e quantidades são determinados pelas necessidades de controle da organização ou organizações envolvidas no projeto.

Resumidamente, o ciclo de vida do projeto é a série de fases pelas quais o projeto passa, do início ao término. O ciclo de vida de um projeto é provavelmente uma das principais referências para diversas atividades a ele relacionadas. Assim, estabelecer o ciclo de vida a ser considerado no desenvolvimento de um projeto é tarefa fundamental e que impacta o gerenciamento do projeto em diversos aspectos. Compreender o que difere as fases de um projeto é uma noção crucial para que gerentes possam conduzi-lo.

A definição das fases de um projeto depende de várias características e critérios determinados pelas necessidades de gerenciamento e controle da(s) organização(ões) envolvidas no projeto, sua natureza em si e sua área de aplicação. São geralmente limitadas pelo tempo e podem ser desmembradas por objetivos funcionais ou parciais; resultados ou entregas intermediárias; marcos específicos no escopo geral do trabalho; ou, disponibilidade financeira.

Embora todos os projetos tenham um início e um fim definidos, as entregas e atividades específicas conduzidas neste íterim poderão variar muito de acordo com o projeto. O ciclo de vida oferece uma estrutura básica para o gerenciamento do projeto, independentemente do trabalho específico envolvido (UM GUIA – QUINTA EDIÇÃO, 2013:38)

Segundo o Guia PMBOK® - Quinta Edição, todos os projetos podem ser mapeados para a estrutura genérica de ciclo de vida a seguir:

- Início do projeto
- Organização e preparação (planejamento)
- Execução do trabalho do projeto
- Controle
- Encerramento do projeto (finalização).

Esta estrutura genérica de ciclo de vida é frequentemente referenciada na comunicação com a alta administração ou outras entidades menos familiarizadas com os detalhes do projeto. Ela não deve ser confundida com os grupos de processos de gerenciamento de projeto porque os processos de um grupo de processos consistem de atividades que podem ser executadas e

ocorrer novamente em cada fase de um projeto assim como para o projeto como um todo. (UM GUIA – QUINTA EDIÇÃO, 2013:39)

A compreensão do ciclo de vida é importante para o sucesso na gestão de projetos, por que acontecimentos significativos ocorrem em progressão lógica e cada fase deve ser devidamente planejada e administrada. O objetivo básico do ciclo de vida de um projeto é o alinhamento de decisões e informações, sobre um projeto, ainda que preliminarmente. Cada fase é estabelecida com os propósitos de conseguir um melhor controle gerencial sobre os recursos, proporcionar o acompanhamento e o desenrolar dos processos favorecendo ajustes nos planos.

2.3.1 – Fases de um projeto

Um projeto pode ser dividido em qualquer número de fases onde cada uma delas define um conjunto de atividades relacionadas de maneira lógica que culmina na conclusão de uma ou mais entregas. A estrutura de fases permite que o projeto seja segmentado em subconjuntos lógicos para facilitar o gerenciamento, o planejamento e o controle. O número de fases, a necessidade de fases e o grau de controle aplicado depende do tamanho, grau de complexidade e impacto potencial do projeto.

Independentemente do número de fases que compõem um projeto, todas têm características semelhantes:

- Há um foco diferente envolvendo muitas vezes diferentes organizações, locais e conjuntos de habilidades.
- Exige-se o uso de controles ou processos exclusivos para a fase ou suas atividades para conseguir atingir a entrega ou o objetivo principal. A repetição desses processos proporciona um grau adicional de controle e define limites da fase.
- No seu encerramento ocorre a entrega do produto do trabalho que foi produzido ou a transferência deste trabalho representando um ponto de reavaliação das atividades em andamento e de modificação ou término do projeto, se necessário.

Não existe uma estrutura ideal única que possa ser aplicada a todos os projetos. Embora práticas comuns no setor normalmente levem à utilização de uma estrutura preferida, projetos no mesmo setor, ou mesmo dentro da mesma organização, podem apresentar variações significativas. Alguns terão somente uma fase, outros projetos podem ter mais fases. (UM GUIA – QUINTA EDIÇÃO, 2013:42)

3. O MODELO PMBOK/PMI DE GESTÃO DE PROJETOS

Proposto pela PMI – *Project Management Institute*, uma associação mundial sem fins lucrativos focada exclusivamente em gerenciamento de projetos, o PMBOK é um guia modelo que inclui conhecimentos comprovados por meio de práticas tradicionais utilizadas, assim como práticas inovadoras com aplicação limitada além de fornecer uma terminologia comum à gestão de projetos. O PMI tem como objetivo principal progredir na prática, na ciência e na profissão de gestão de projetos de maneira consciente e proativa em todo o mundo, para que organizações apoiem, valorizem e utilizem a gestão de projetos na gestão de recursos.

3.1 – Processos de gerenciamento de projetos

O gerenciamento de projetos, conforme padronização do PMI, é realizado através da aplicação e integração de 47 processos de gerenciamento, que abordam 10 áreas de conhecimento, agrupados em 5 grupos de processos. Esta aplicação requer conhecimentos, habilidades, ferramentas e técnicas a fim que se cumpra seus requisitos garantindo a eficácia do gerenciamento dos processos de gerenciamento de projetos.

Um processo é um conjunto de ações e atividades inter-relacionadas que são executadas para criar um produto, serviço ou resultado pré-especificado. Cada processo é caracterizado por suas entradas, ferramentas e técnicas que podem ser aplicadas, e as saídas resultantes. (UM GUIA – QUINTA EDIÇÃO, 2013:47)

O objetivo principal dos processos de projeto é gerar informações que ajudam a aprimorar o gerenciamento de projetos a partir da integração, suas interações e seus objetivos.

O Guia PMBOK® - Quinta Edição descreve os processos de gerenciamento de projetos em cinco categorias conhecidas como grupos de processos de gerenciamento de projetos (Imagem 01).

Grupos de processos de iniciação	• Os processos executados para definir um novo projeto ou uma nova fase de um projeto existente através da obtenção de autorização para iniciar o projeto ou fase.
Grupos de processos de planejamento	• Os processos necessários para definir o escopo do projeto, refinar os objetivos e definir a linha de ação necessária para alcançar os objetivos para os quais o projeto foi criado.
Grupos de processos de execução	• Os processos realizados para executar o trabalho definido no plano de gerenciamento do projeto para satisfazer as especificações do projeto.
Grupos de processos de monitoramento e controle	• Os processos exigidos para acompanhar, analisar e controlar o progresso e desempenho do projeto, identificar quaisquer áreas nas quais serão necessárias mudanças no plano, e iniciar as mudanças correspondentes.
Grupos de processos de encerramento	• Os processos executados para finalizar todas as atividades de todos os grupos de processos, visando encerrar formalmente o projeto ou fase.

Imagem 01 – Grupo de processos de gerenciamento de projetos PMBOK 5ª edição

Fonte: Um Guia – 5ª Edição (2013, p.49) – adaptado pela autora

Apesar de serem apresentados como elementos distintos, estes processos têm interfaces bem definidas e na prática se sobrepõem e interagem criando várias maneiras de gerenciar um projeto. A aplicação de muitos desses processos é repetida durante o projeto criando um sistema iterativo. Dessa forma, a natureza integrativa do gerenciamento de projetos requer que o grupo de processos de monitoramento e controle ocorra ao mesmo tempo que os processos contidos em outros grupos, onde o foco é a verificação e medição do trabalho comparando com o que foi planejado, para que quando haja alguma divergência ações sejam tomadas de forma corretiva ou preventiva (Imagem 02).

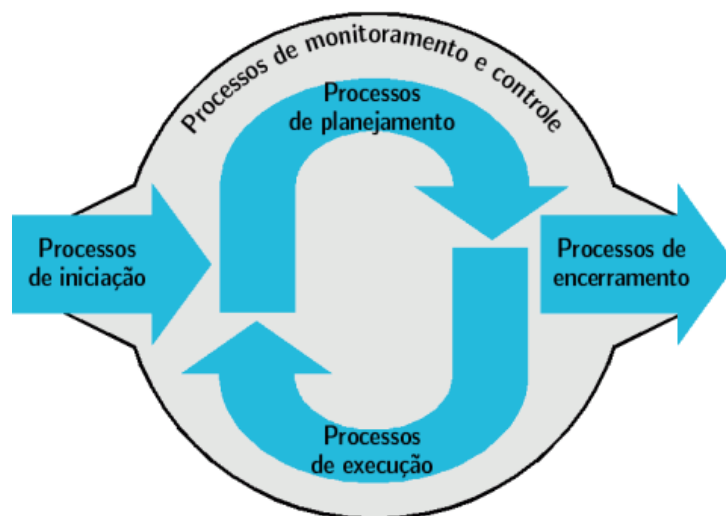


Imagem 02 – Grupo de processos de gerenciamento de projetos PMBOK 5ª edição

Fonte: Um Guia – 5ª Edição (2013, p.50) – adaptado pela autora

Nestes 5 grupos de processos existem 10 áreas de conhecimento onde cada uma representa um conjunto completo de conceitos, termos e atividades que compõem um campo profissional, campo de gerenciamento de projetos ou uma área de especialização.

O Guia PMBOK® - Quinta Edição define os aspectos importantes de cada área de conhecimento e como ela se integra com os cinco grupos de processos fornecendo uma descrição detalhada das entradas e saídas do processo e uma explicação descritiva das ferramentas e técnicas usadas com maior frequência nos processos de gerenciamento de projetos para produzir cada resultado. Cada área de conhecimento fornece um diagrama de fluxo de dados com uma descrição resumida das entradas e saídas de processos que fluem por todos os processos dentro de uma área de conhecimento específica, gerando um total de 47 processos de gerenciamento de projetos.

A Imagem 03 abaixo reflete o mapeamento desses 47 processos de gerenciamento de projetos nos 5 grupos de processos de gerenciamento de projetos em 10 áreas de conhecimento.

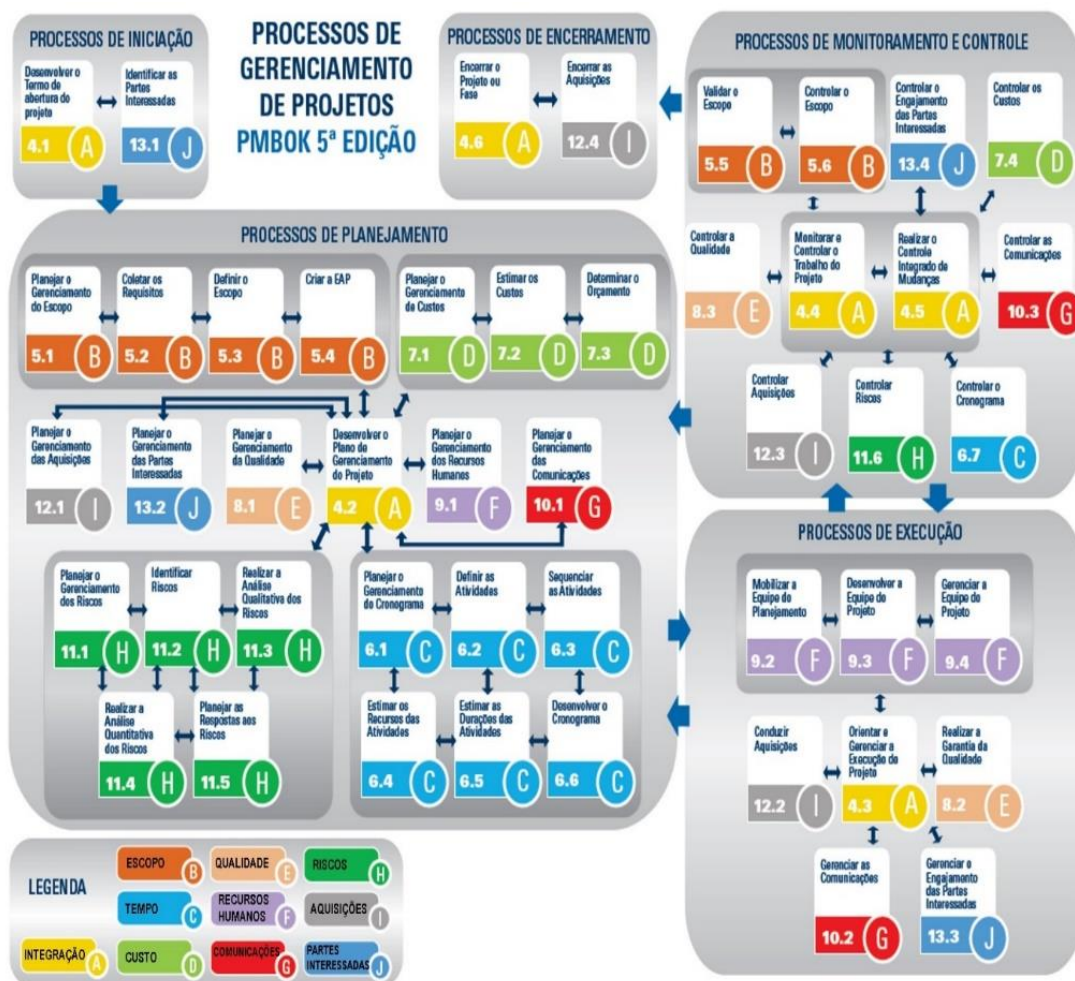


Imagem 03 – Mapa de processos de gerenciamento de projetos PMBOK 5ª edição

Fonte: Um Guia – 5ª Edição (2013, p.60) – adaptado pela autora

3.2 – Gerenciamento da integração do projeto

Dentre as áreas de conhecimento a integração do projeto é considerada o núcleo do gerenciamento de projetos, onde diariamente se compõem os processos com os quais o gerente de projetos conta para garantir que todas as partes do projeto funcionem juntas. É um processo contínuo que o gerente completa para garantir que o projeto prossiga do início ao fim juntando os planos de projeto, coordenando atividades, recursos, restrições e suposições do projeto, transformando-os em um modelo funcional.

Pelo mapeamento dos processos de gerenciamento (Imagem 03) podemos visualizar que os processos de integração estão conexos a todos os cinco grupos de processos de gerenciamento. É a única área que está presente em todos os grupos de processos, pois todos eles são os que realizam as atividades necessárias para identificar, definir, combinar, unificar e coordenar os vários processos e atividades dos grupos de processos de gerenciamento

A integração é importante para levar em consideração os 6 fatores de restrições conflitantes do projeto, pois se um destes itens mudarem, um ou mais fatores sofrerão impactos: escopo; qualidade; orçamento (custos); cronograma (tempo); recursos e riscos.

Temos então um parâmetro que nos permite iniciar um projeto a partir dessas definições em cada grupo de processos do gerenciamento de projetos, que no decorrer do seu desenvolvimento, sofrerão adequações ou correções, permitindo a otimização em busca do objetivo final do projeto. Logicamente esses parâmetros não criam um padrão pois sabemos que não há uma única maneira de gerenciar um projeto. Um gerente de projetos aplica os conhecimentos, as habilidades e processos necessários em uma ordem preferida e rigor variado para alcançar o desempenho desejado no projeto. Isso não significa que quando um processo não é exigido, ele não deva ser discutido. Todos os processos precisam ser abordados pois isto determina o nível de implementação de cada processo no projeto.

Começamos a entender a metodologia de gestão de projetos e perceber os benefícios de adotá-las. Optar por uma metodologia de gestão de projetos, levam empresas a perceber que o potencial de benefícios é muito maior e possível de se implementar, proporcionando várias vantagens sobre as demais formas de gerenciamento mostrando-se eficaz em atingir os resultados desejados dentro de prazos e orçamentos definidos.

A principal vantagem do gerenciamento de projetos é que ele não é restrito a projetos gigantescos, de alta complexidade e custo. Ele pode ser aplicado em empreendimentos de qualquer complexidade, orçamento e tamanho, em qualquer linha de negócios

O gerenciamento de projeto, quando adotado por uma organização, pode ajudar no direcionamento e melhor aplicação de recursos escassos, ajustar o foco da organização para metas e objetivos, criar oportunidades de desenvolvimento das habilidades da equipe, através de motivação, inovação e aprendizado e construção do convívio multifuncional e multidisciplinar levando ao melhor entendimento das redes internas de produção que permeiam os diferentes setores e departamentos de uma organização. (POSSI, 2006, p. 15).

4 – O PROCESSO DE PROJETOS DE EDIFICAÇÕES:

O processo produtivo na indústria da construção civil é bastante fragmentado pois envolve a participação de diferentes agentes que vão desde a concepção de um projeto a sua execução. As equipes são compostas por diferentes especialistas como projetistas de arquitetura, estruturas, sistemas prediais, etc., e em grande maioria, estes profissionais pertencem a diferentes escritórios, que seguem uma linha de produção de acordo com uma especialidade da construção civil.

Dessa forma, o desenvolvimento do projeto é produzido a partir de uma sucessão de diferentes etapas de projeto em níveis crescentes de detalhamentos, e as decisões são definidas conforme o desenvolvimento das soluções adotadas amadurecem ao mesmo tempo que o projeto caminha da concepção arquitetônica para o detalhamento dos projetos de especialidades. Torna-se comum que o início de uma etapa de projeto de determinada especialidade dependa do término de uma etapa de uma especialidade diferente.

Neste sistema que tem um padrão fragmentado e sequencial, cria-se uma dificuldade reduzindo a possibilidade de colaboração entre projetistas, isto porque as modificações executadas por um projetista de uma determinada especialidade implicam na revisão de projetos de outras especialidades que já estariam adiantadas, gerando enormes retrabalhos e em certos casos até o abandono de um projeto inteiro. Essa desarticulação parece estar na raiz dos problemas no processo de projetos e, por conseguinte nos problemas das obras e dos edifícios que são derivados dos projetos.

De um modo geral, de acordo com Vargas (2009), a maioria dos insucessos dos projetos é decorrente de falhas gerenciais que podem ser perfeitamente evitadas, tais como:

- As metas e os objetivos são mal estabelecidos;
- Há pouca compreensão da complexidade do projeto;
- O projeto inclui muitas atividades e muito pouco tempo para realiza-las;
- As estimativas financeiras são pobres e incompletas;
- O projeto é baseado em dados insuficientes, ou inadequados;
- O sistema de controle é inadequado;
- O projeto não teve, ou teve vários gerentes de projeto;
- Criou-se uma dependência no uso de softwares de gestão de projetos;
- O treinamento e a capacitação foram inadequados;
- Faltou liderança do gerente de projeto;
- Não foi destinado tempo para as estimativas e o planejamento;
- Não se conheciam as necessidades de pessoal, equipamentos e materiais;
- Fracassou a integração dos elementos-chave do escopo do projeto;
- Cliente/projeto tinham expectativas distintas e, muitas vezes, opostas;
- Não se conheciam os pontos-chave do projeto;
- Ninguém verificou se as pessoas envolvidas nas atividades tinham conhecimento necessário para executá-las;
- As pessoas não estavam trabalhando nos mesmos padrões, ou os padrões de trabalho não foram estabelecidos.

Por isso a importância de se adotar práticas adequadas para o desenvolvimento de produtos, procurando minimizar decisões empíricas. Desta forma iremos introduzir a metodologia de gerenciamento de projetos de uma maneira que se encaixe no processo de projetos de arquitetura, levando em consideração suas principais etapas de sequenciamento.

4.1 – O contexto dos processos de projetos de edificações:

No campo da construção civil um projeto, seja de qualquer especialidade, é entendido como um serviço onde serão produzidas as soluções para um empreendimento desejado. Com o passar dos tempos os processos precisaram se adequar ao aumento da complexidade tecnológica, com softwares que dão suporte ao seu desenvolvimento, assim

como o número de especialidades envolvidas gerando uma demanda para que as empresas revejam suas práticas de gerenciamento deste processo.

O processo de projeto envolve todas as decisões e formulações que visam subsidiar a criação e a produção de um empreendimento, seja ele de qualquer natureza, indo da montagem da operação imobiliária, passando pela formulação do programa de necessidades e do projeto do produto até o desenvolvimento da produção, o projeto “as built” e a avaliação da satisfação dos usuários com o produto. Por esse critério, o processo de projeto engloba não só os projetos de especialidades de produto, mas também a formulação de um negócio, a seleção de um terreno, o desenvolvimento de um programa de necessidades, bem como o detalhamento dos métodos construtivos em projetos para produção e no planejamento da obra. E os agentes da concepção e do projeto do empreendimento são os projetistas de arquitetura e engenharia e todos aqueles que tomam decisões relativas à montagem, concepção e planejamento do empreendimento. (Fabricio, 2002, p.75).

No contexto do processo de projetos, o desenvolvimento é constituído basicamente por 5 etapas, sendo 4 delas referentes ao planejamento, elaboração de projetos, preparação para execução e execução. A etapa final, que seria de longa duração, corresponde ao uso envolvendo atividades de operação e manutenção da edificação. O que faremos agora é introduzir este contexto de processos de projetos de edificações aos processos de gerenciamento de projetos utilizando a metodologia PMBOK/PMI criando assim, uma padronização permitindo uma organização na concepção de projetos e assim garantir o sucesso almejado para cada um deles em empresas voltadas para este ramo da construção civil.

5 - APLICAÇÃO DOS PROCESSOS DE GERENCIAMENTO DO PMBOK NOS PROCESSOS DE PROJETOS DE EDIFICAÇÕES

5.1 – Processo de iniciação

Esta é a etapa preliminar do processo de projetos, onde são consideradas as necessidades do empreendedor, as necessidades dos clientes baseados em análises, avaliações técnicas e econômicas iniciais e estratégicas do empreendimento, além da

disponibilidade de terrenos que sejam adequados ao produto idealizado. Ao final desta etapa, deverá estar definido a potencialidade do terreno analisado para alcançar os resultados desejáveis, a caracterização geral do produto, bem como o planejamento das fases seguintes do processo de projeto.

Tabela 1 – Sistema de Documentação do projeto: Fase 1

CONTEÚDO GERENCIAL	CONTEÚDO TÉCNICO
FASE 1 – PLANEJAMENTO DO EMPREENDIMENTO	
	Planejamento de marketing (descrição preliminar do empreendimento; descrição preliminar do terreno; 1ª avaliação dos imóveis disponíveis no mercado; oportunidades de diferenciação; preço de venda preliminar; velocidade de vendas estimada; orçamento preliminar de lançamento e propaganda)
Plano sumário do projeto (descrição do projeto a ser desenvolvido; identificação do gerente do projeto; definição das atribuições e responsabilidades do gerente do projeto)	
Plano do projeto (plano sumário do projeto; declaração do escopo do projeto; estrutura analítica do projeto; lista das atividades do projeto; lista dos recursos físicos necessários ao projeto; planejamento organizacional; equipe de gerenciamento do projeto; cronograma do projeto; orçamento do projeto; plano de gerenciamento das aquisições; plano de gerenciamento das comunicações)	
Lições aprendidas	Lições aprendidas
Ficha de aprovação de passagem de fase	

Fonte: Modelo de Referência para o Gerenciamento do Processo de Projeto Integrado de Edificações (2003, p.329) – Fabiane Vieira Romano

Uma vez que o produto foi idealizado e o terreno adequado foi encontrado, parte-se para o levantamento de dados e documentação, onde são coletadas informações de referência que representem as condições preexistentes do terreno e eventuais restrições ao projeto, e que possibilitem a execução.

Com base nessas informações, solicita-se a elaboração de um estudo numérico que consiste na avaliação do potencial construtivo do terreno e da adequação de seu uso ao empreendimento. A partir deste estudo numérico, é possível elaborar o estudo de viabilidade do terreno que indicará o estudo do custo do terreno, o estudo comercial, o estudo dos custos globais, o estudo dos recursos financeiros e os indicadores de resultados.

Tabela 2 – Sistema de Documentação do projeto: Fase 2

CONTEÚDO GERENCIAL	CONTEÚDO TÉCNICO
FASE 2 – PROJETO INFORMACIONAL	
Ata da 1ª reunião desta fase	
Código do empreendimento	
	Relatório de levantamento de dados e documentação do(s) terreno(s)
	Relatório da análise da viabilidade técnica e legal do(s) terreno(s)
	Estudo(s) de viabilidade arquitetônica
	Análise do(s) estudo(s) de viabilidade arquitetônica
	Fatores de influência no projeto da edificação
	Planejamento de marketing
	Necessidades dos clientes/usuários
	Requisitos dos clientes/usuários
	Requisitos do projeto
	2ª avaliação dos imóveis disponíveis no mercado
	Especificações de projeto
	Fatores de influência no processo construtivo
	Estratégia para o envolvimento de fornecedores
	Alternativas para o empreendimento
	Análise(s) de viabilidade comercial, econômica e financeira (rentabilidade, taxa de retorno, etc.) do empreendimento
	Alternativa selecionada para o empreendimento
	Custo meta da edificação
Avaliação das especificações de projeto	
Especificações de projeto da edificação aprovadas	
Plano do projeto atualizado	
Lições aprendidas	Lições aprendidas

Ficha de aprovação de passagem de fase	
--	--

Fonte: Modelo de Referência para o Gerenciamento do Processo de Projeto Integrado de Edificações (2003, p.329) – Fabiane Vieira Romano

Com estas informações parte-se para a definição definitiva da tipologia do empreendimento que consiste na determinação de caráter prescritivo ou de desempenho, baseados na identificação dos clientes potenciais, dos recursos disponíveis, dos padrões de construção e acabamentos pretendidos e da tecnologia construtiva a ser empregada.

Tabela 3 – Sistema de Documentação do projeto: Fase 3

CONTEÚDO GERENCIAL	CONTEÚDO TÉCNICO
FASE 3 – PROJETO CONCEITUAL	
	Levantamento topográfico do terreno
	Sondagem do terreno
Definição do escopo de projeto de cada especialidade envolvida	
Propostas	
Definição dos demais projetistas e empresas especializadas	
Relação da equipe do projeto e contratos	
Ata da 1ª reunião desta fase	
	Planejamento de marketing atualizado
	Concepções alternativas da edificação
	Relatório de estruturas
	Partido geral ou partido arquitetônico da edificação
	Partido geral da edificação reformulado
	Fatores de influência no processo construtivo
Contrato de desenvolvimento com fornecedor	
	Análise de viabilidade comercial, econômica e financeira do empreendimento
Avaliação do partido geral da edificação	
Partido geral da edificação aprovado	
Relatório de progresso do projeto	
Plano do projeto atualizado	
Lições aprendidas	Lições aprendidas
Ficha de aprovação de passagem de fase	

Fonte: Modelo de Referência para o Gerenciamento do Processo de Projeto Integrado de Edificações (2003, p.330) – Fabiane Vieira Romano

Como resultados dessas análises temos um programa de necessidades o qual trata-se de um documento que, de modo geral, descreve a função do empreendimento, atividades que irá abrigar, dimensionamentos e padrões de qualidade, assim como especifica prazos e recursos disponíveis para a execução. A elaboração deste programa deve, obrigatoriamente, preceder o início do projeto, podendo ser complementado ao longo de seu desenvolvimento.

Concluindo esta etapa, temos informações possibilitando elaborar estudos de viabilidade técnica, legal, econômica e financeira permitindo verificar se são executáveis e compatíveis com o objetivo do cliente.

5.2 – Processos de Planejamento, Execução, Monitoramento e Controle e Encerramento

5.2.1 – Estudo preliminar

Esta fase é destinada a concepção do produto com base nas análises e avaliações de todas as informações recebidas para seleção e recomendação do partido arquitetônico da edificação. Tem como objetivo a aprovação preliminar do partido proposto para, posteriormente, dar prosseguimento ao trabalho em nível de anteprojeto.

Tabela 4 – Sistema de Documentação do projeto: Fase 4

CONTEÚDO GERENCIAL	CONTEÚDO TÉCNICO
FASE 4 – PROJETO PRELIMINAR	
Ata da reunião desta fase	
	Planejamento de marketing atualizado
	Projeto preliminar de arquitetura
	Projeto preliminar de arquitetura aprovado
	Projeto preliminar do canteiro de obras
	Projeto(s) preliminar(es) de estruturas
	Parâmetros referentes às instalações hidrossanitárias e de prevenção contra incêndio
	Parâmetros referentes às instalações elétricas, de supervisão e de telecomunicações
	Parâmetros referentes às instalações mecânicas

**Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 3**

	Parâmetros referentes ao paisagismo
Ata da 2ª reunião desta fase: diretrizes para compatibilização dos documentos do projeto preliminar	
	Projeto preliminar de arquitetura revisado
	Projeto(s) preliminar(es) de estruturas revisado(s)
	Projeto(s) preliminar(es) de instalações hidrossanitárias e de prevenção contra incêndio
	Projeto(s) preliminar(es) de instalações elétricas, de supervisão e de telecomunicações
	Projeto(s) preliminar(es) de instalações mecânicas
	Projeto preliminar de paisagismo
	Projeto preliminar de impermeabilização
Ata da 3ª reunião desta fase: diretrizes para consolidação do projeto preliminar	
	Projeto preliminar de arquitetura para aprovação junto à administração pública
	Projeto(s) preliminar(es) de estruturas
	Projeto(s) preliminar(es) de instalações hidrossanitárias
	Projeto preliminar de prevenção contra incêndio para pré-aprovação junto à administração pública
	Projeto(s) preliminar(es) de instalações elétricas, de supervisão e de telecomunicações
	Projeto(s) preliminar(es) de instalações mecânicas
	Projeto preliminar de paisagismo
	Projeto preliminar de impermeabilização
	Requisitos e custo preliminar de produção da edificação
Análise de viabilidade comercial, econômica e financeira do empreendimento	
Avaliação da viabilidade comercial, econômica e financeira do empreendimento	
Projeto preliminar consolidado e viabilidade comercial, econômica e financeira do empreendimento aprovados	
Relatório de progresso do projeto	
Plano do projeto atualizado	
Lições aprendidas	Lições aprendidas
Ficha de aprovação de passagem de fase	

Fonte: Modelo de Referência para o Gerenciamento do Processo de Projeto Integrado de Edificações (2003, p.330) – Fabiane Vieira Romano

De posse do estudo preliminar a empresa pode proceder uma análise da viabilidade econômica da melhor solução para o projeto. É importante que nesta etapa sejam apresentadas mais de uma alternativa para possibilitar a melhor adequação do projeto às necessidades dos clientes, definições de custo e a tecnologia construtiva adotada para o empreendimento. Outra questão importante nesta etapa a ser considerada é o envolvimento dos projetistas responsáveis pelas estruturas e sistemas prediais para que se promova uma consciência do desenvolvimento da construção civil buscando a qualidade do projeto, promovendo parcerias preestabelecidas com a participação destes profissionais desde o início.

5.2.2 – Anteprojeto

Esta fase destina-se à concepção e à representação das informações técnicas provisórias de detalhamento da edificação e de seus elementos, instalações e componentes, necessárias aos inter-relacionamento das atividades de projeto e suficientes à elaboração de estimativas aproximadas de custos e de prazos dos serviços de obra implicados (ABNT,1995).

A partir do estudo preliminar aprovado formalmente pelo contratante, além das informações coletadas nas etapas anteriores, começa a ser desenvolvido o anteprojeto de arquitetura onde serão abordados os seguintes aspectos:

- Concepção;
- Dimensionamento e caracterização dos pavimentos, contendo a definição de todos os ambientes;
- Concepção e tratamento da volumetria do edifício;
- Definição do esquema estrutural e instalações gerais.

Neste conjunto de definições, deve-se levar em considerações aspectos como:

- Conforto ambiental (insolação, aeração, luminosidade e tratamento acústico);
- Tecnológico (sistemas construtivos, resistência e durabilidade dos materiais);
- Econômicos (relação mais adequada entre custos, benefícios, durabilidade e padrão desejado) (AsBEA, 2000).

O anteprojeto de arquitetura resultante, de acordo com a AsBEA 2000, é composto de:

- Planta de situação contendo: denominação de ruas e/ou praças limítrofes; orientação; tabelas com área de construção por pavimento, totais de construção, projeção e terreno; implantação dos blocos com afastamento das divisas e níveis principais do terreno; áreas de circulação, estacionamentos e jardins.
- Planta de cada pavimento contendo: elementos de estrutura; indicação de cortes; indicação dos elementos estruturais (pilares); níveis dos pisos; localização dos principais equipamentos como elevadores, cabinas de transformação, áreas para equipamentos de ar-condicionado, instalações, reservatórios, fossas e outros definidos pela função da edificação; denominação e área de cada ambiente; orientação; outros elementos que favoreçam a compreensão qualitativa dos espaços propostas; altura do piso a piso, pés-direitos, indicação de forros.
- Plantas de coberturas contendo: indicação de tipologia (laje impermeabilizada, telhado etc.); indicação de caimentos, calhas, coletores de águas pluviais.
- Cortes esquemáticos contendo: altura de piso a piso; pré-dimensionamento de lajes e outros elementos estruturais; pés-direitos; indicação de forro.
- Fachadas contendo: indicação de esquadrias, brises e outros elementos; indicação de materiais de revestimento.
- Tabelas/memoriais contendo: quadro de áreas por pavimento e geral; definição dos principais acabamentos; memorial justificativo (eventual).
- Plantas mobiliadas, ilustrações, perspectivas; maquete, modelo reduzido, maquete eletrônica; quantificação dos itens principais da obra; pré-orçamento estimativo.

Além do arquiteto, os profissionais de estruturas e sistemas prediais deverão ter envolvimento direto nesta etapa, momento em que estarão iniciando e desenvolvendo seus respectivos projetos. Desta forma, toda a concepção desses projetos englobarão a definição de elementos e parâmetros básicos do anteprojeto, objetivando que todos os projetos sejam desenvolvidos de forma coordenada e com informações corretas, a fim de evitar erros e retrabalhos posteriores.

5.2.3 – Projeto legal

Esta fase destina-se a submissão das informações técnicas necessárias à análise e aprovação pelas autoridades competentes com base nas exigências legais (municipal, estadual e federal) e a obtenção de alvarás, licenças e demais documentos indispensáveis para as atividades da construção.

Durante esta etapa, o processo de desenvolvimento do projeto de um empreendimento pode sofrer uma descontinuidade e até mesmo uma paralisação durante o processo de aprovação legal do projeto por razões que vão desde o surgimento de problemas legais quando da aprovação e registro do projeto ou problemas conjunturais de mercado impossibilitando o lançamento de suas vendas se for o caso.

Por esses motivos, empresas acabam adotando como prática o adiamento da contratação das demais especialidades de projetos necessários (projetos complementares) para depois da aprovação do projeto legal de arquitetura e dessa forma, arcam com prejuízos e reflexos negativos em todas as fases posteriores do processo construtivo que esta prática pode trazer visando a qualidade deste processo, além do risco de gerar grandes problemas de insatisfação ao cliente final.

Por outro lado, antecipando a convocação dos projetistas antes da aprovação legal, as empresas, acabam impondo uma parceria de risco com pouco ou nenhum desembolso, visando a qualidade do desempenho dos processos do projeto.

É nesta fase que também são relacionadas as atividades de incorporação e lançamento comercial do empreendimento, uma vez que para isso necessitam da aprovação legal do projeto.

Tabela 5 – Sistema de Documentação do projeto: Fase 5

CONTEÚDO GERENCIAL	CONTEÚDO TÉCNICO
FASE 5 – PROJETO LEGAL	
Ata da 1ª reunião desta fase	
	Planejamento de marketing atualizado
	Projeto de prevenção contra incêndio pré-aprovado
	Plano para avaliação da satisfação do cliente
	Material de lançamento do empreendimento: perspectivas, maquetes, plantas mobiliadas, etc.
	Planejamento de peças promocionais do empreendimento
	Planejamento do estande de vendas
	Registro de incorporação
Liberação do lançamento do empreendimento	
Relatório de progresso do projeto	
Plano do projeto atualizado	
Lições aprendidas	Lições aprendidas

5.2.4 – Projeto executivo

Considera-se esta etapa a de maior complexidade do processo, pois se destina ao detalhamento e à representação das informações técnicas da edificação e de seus elementos, instalações e componentes, de forma completa, definitivas, necessárias e suficientes à licitação (contratação) e à execução dos serviços de obra correspondentes, envolvendo todas as especialidades de projeto (ABNT, 1995).

Segundo AsBEA (2000), dependendo da complexidade e característica exclusiva de cada edifício/obra, esta etapa pode ser subdividida em quatro diferentes estágios: projeto pré-executivo, projeto básico, projeto de execução e detalhes de execução.

- Projeto pré-executivo: visa destacar as principais informações do anteprojeto de arquitetura necessárias à perfeita compreensão e à compatibilização com todos os demais anteprojetos (projetos complementares).
- Projeto básico: destina-se ao detalhamento do anteprojeto de arquitetura já compatibilizado com todos os demais projetos, formando um conjunto de documentos técnicos definindo os serviços que compõem o empreendimento, possibilitando a estimativa de custo e prazo de execução, permitindo licitar a obra.
- Projeto de execução: visa à complementação do projeto básico, formando um conjunto de documentos de todos os elementos da obra ou serviço, necessários à exata execução técnica da edificação.
- Detalhes de execução: tem como objetivo a produção de documentos necessários à melhor compreensão dos elementos do projeto para sua execução, fabricação e montagem.

5.2.5 – Projetos para produção

Nesta fase são elaborados todos os projetos para a produção, ou seja, um conjunto de elementos de projeto que foram elaborados de forma simultânea ao detalhamento do projeto executivo, para serem utilizados no âmbito das atividades de produção em obra, contendo as definições de disposição e sequência das atividades de obra e frentes de serviço, uso de equipamentos, arranjos e evolução do canteiro de obra, dentre outros itens vinculados às características e aos recursos próprios da empresa construtora.

São projetos que não visam conter informações de produtos e sim, informações vinculadas ao processo para a materialização da edificação, definindo previamente e em detalhe as atividades que contribuem para isto.

Tem-se como produtos finais da elaboração de projetos para produção:

- Projeto de canteiro de obras.
- Detalhamento das instalações do canteiro de obras.
- Detalhamento construtivos completos de todos os elementos do processo de execução da estrutura.
- Sequência de execução de paredes de alvenaria.
- Detalhes para fabricação de componentes construtivos pré-moldados.
- Ramais de instalações: sequência de colocação; gabaritos; diagramas de montagem.
- Esquadrias: sequência de colocação; gabaritos; diagramas de montagem.
- Sequência, posicionamento e detalhes de assentamento e fixação dos revestimentos em geral.
- Procedimentos e controles de produção os serviços que compõem o processo construtivo adotado.

Na prática as empresas se dão por satisfeitas com apenas alguns detalhamentos do produto e usualmente contratam profissionais para executar estes projetos. Geralmente esses detalhamentos necessários para a qualidade do projeto, chegam na obra durante, ou até mesmo após a construção dos elementos nele descritos.

Tabela 6 – Sistema de Documentação do projeto: Fase 6

CONTEÚDO GERENCIAL	CONTEÚDO TÉCNICO
FASE 6 – PROJETO DETALHADO & PROJETOS PARA PRODUÇÃO	
Propostas	
Definição dos projetistas e/ou empresas especializadas em projetos para produção	
Relação novos projetistas e/ou empresas especializadas em projetos para produção	
	Planejamento de marketing atualizado
Ata da 1ª reunião desta fase	
	Projeto detalhado de arquitetura – pavimento tipo

**Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 3**

	Projeto detalhado de estruturas – planta de fôrmas do pavimento tipo
	Projeto(s) detalhado(s) de instalações hidrossanitárias e de prevenção contra incêndio – pavimento tipo
	Projeto(s) detalhado(s) de instalações elétricas, de supervisão e de telecomunicações – pavimento tipo
	Projeto(s) detalhado(s) de instalações mecânicas – pavimento tipo
	Projeto detalhado de impermeabilização – pavimento tipo
Ata da 2ª reunião desta fase: diretrizes para compatibilização dos documentos do projeto detalhado – pavimento tipo	
	Projeto detalhado de arquitetura – térreo e subsolos
	Projeto detalhado de estruturas – planta de fôrmas do térreo e subsolos
	Projeto(s) detalhado(s) de instalações hidrossanitárias e de prevenção contra incêndio – térreo e subsolos
	Projeto(s) detalhado(s) de instalações elétricas, de supervisão e de telecomunicações – térreo e subsolo
	Projeto(s) detalhado(s) de instalações mecânicas – térreo e subsolos
	Projeto detalhado de impermeabilização – térreo e subsolos
	Projeto detalhado de paisagismo
Ata da 3ª reunião desta fase: diretrizes para compatibilização dos documentos do projeto detalhado – térreo e subsolos	
	Projeto detalhado de arquitetura – cobertura e ático
	Projeto detalhado de estruturas – planta de fôrmas da cobertura e ático
	Projeto(s) detalhado(s) de instalações hidrossanitárias e de prevenção contra incêndio – cobertura e ático
	Projeto(s) detalhado(s) de instalações elétricas, de supervisão e de telecomunicações – cobertura e ático
	Projeto(s) detalhado(s) de instalações mecânicas – cobertura e ático
	Projeto detalhado de impermeabilização – cobertura e ático

Ata da 4ª reunião desta fase: diretrizes para compatibilização dos documentos do projeto detalhado – cobertura e ático	
	Projeto detalhado do canteiro de obras
	Projeto detalhado de arquitetura
	Projeto de prevenção contra incêndio aprovado
	Projeto(s) detalhado(s) de instalações hidrossanitárias aprovado(s)
	Projeto(s) detalhado(s) de instalações elétricas, de supervisão e de telecomunicações aprovado(s)
	Projeto(s) detalhado(s) de instalações mecânicas
	Projeto detalhado de impermeabilização
	Projeto detalhado de paisagismo
	Projeto para produção de fôrmas
	Projeto para produção de laje racionalizada
	Projeto para produção de alvenaria de vedação
	Projeto para produção de revestimentos verticais
Análise de viabilidade comercial, econômica e financeira do empreendimento	
Relatório de progresso do projeto	
Plano do projeto atualizado	
Lições aprendidas	Lições aprendidas
Ficha de aprovação de passagem de fase	

Fonte: Modelo de Referência para o Gerenciamento do Processo de Projeto Integrado de Edificações (2003, p.331) – Fabiane Vieira Romano

5.2.6 – Acompanhamento de obra

Nesta etapa é realizado o acompanhamento técnico da execução do empreendimento por parte dos projetistas. Este acompanhamento é realizado através de visitas à obra onde estas podem ser preestabelecidas em contrato ou serem realizadas ocasionalmente para resolução de problemas específicos. Também são realizadas reuniões técnicas com a participação dos projetistas com o intuito de esclarecer dúvidas sobre o projeto e eventuais complementações.

Esta etapa envolve o registro de possíveis modificações de projeto que podem ser decorrentes das características técnicas do projeto e da execução, falhas nos projetos, modificações em função das necessidades dos clientes, entre outros.

Nesta fase é importante que sejam feitos registros de cada etapa da execução, bem como identificar e registrar alterações e suas causas. Com esta prática consegue-se permitir:

- O controle da conformidade com os requisitos de projeto;
- A melhoria do processo de projeto;
- O desenvolvimento do conhecimento de construtibilidade e a melhoria dos processos construtivos;
- O registro adequado do que foi construído e a consequente facilidade de intervenção em problemas pós-construção;
- A comprovação de conformidade;
- A confiabilidade dos clientes quanto ao tratamento e responsabilidade dispensados pela empresa;
- A comprovação da idoneidade da empresa;
- Segurança para projetistas, construtores e usuários.

É fundamental coletar dados e medir resultados da aplicação do projeto em obra para analisá-los, objetivando uma melhor compreensão do impacto das decisões tomadas em projeto. Ao final, ficam documentadas as boas soluções e também as más, evitando-se repetir erros anteriormente cometidos pelos projetistas. Essa sistemática, além de subsidiar a evolução dos procedimentos da empresa, serve como banco de informações para a elaboração e coordenação de projetos futuros, agindo também como ferramenta para aumentar a competitividade da construtora (Melhado, 1998, p. 93).

Tabela 7 – Sistema de Documentação do projeto: Fase 7

CONTEÚDO GERENCIAL	CONTEÚDO TÉCNICO
FASE 7 – ACOMPANHAMENTO DA OBRA	
Ata da 1ª reunião desta fase	
	Projeto(s) como construído
	Projeto(s) reprovado(s)
	Manual do proprietário
	Manual do condomínio
Entrega da edificação aprovada	
Lista de verificação para entrega interna	
Habite-se	

Certidão positiva das unidades	
Registro do memorial das unidades	
Termo de vistoria e de recebimento do imóvel assinados pelo cliente	
Relatório de progresso do projeto	
Plano do projeto atualizado	
Lições aprendidas	Lições aprendidas
Ficha de aprovação de passagem de fase	

Fonte: Modelo de Referência para o Gerenciamento do Processo de Projeto Integrado de Edificações (2003, p.332) – Fabiane Vieira Romano

5.2.7 – Acompanhamento de uso

Esta é a última fase do processo de projeto de edificações e mesmo não apresentando nenhuma atividade de desenvolvimento de projeto, é considerada uma fase do processo de projeto visando o acompanhamento do uso do empreendimento.

Através desta fase é possível analisar o projeto do ponto de vista dos clientes envolvendo basicamente a avaliação pós-ocupação.

De modo geral, consiste em obter uma avaliação do usuário referente ao desempenho da edificação construída e a sua satisfação além da avaliação dos resultados financeiros do empreendimento.

Tabela 8 – Sistema de Documentação do projeto: Fase 8

CONTEÚDO GERENCIAL	CONTEÚDO TÉCNICO
FASE 8 – ACOMPANHAMENTO DO USO	
Relatório da avaliação da satisfação dos clientes pós-ocupação	
Ata da 1ª reunião desta fase	
Análise financeira do empreendimento	
Relatório de validação do projeto	
Avaliação final da validação do projeto	
Relatório de progresso do projeto	
Aceite do resultado do projeto	
Lições aprendidas	Lições aprendidas

Fonte: Modelo de Referência para o Gerenciamento do Processo de Projeto Integrado de Edificações (2003, p.333) – Fabiane Vieira Romano

6 – CONCLUSÃO

No processo de projetos de edificações, verifica-se que as interfaces técnicas e gerenciais se tornam cada vez mais complexas. Isto porque as responsabilidades são distribuídas entre um grande número de especialistas encarregados de pequenas parcelas do projeto onde os prazos são cada vez mais curtos.

Constata-se com isso, que a realidade das empresas de construção civil em sua grande maioria, não estão preparadas para o gerenciamento de projetos e continuam a conduzir suas atividades sem uma estrutura organizacional adequada acarretando muitos problemas nos processos como um todo, tornando-se comum a utilização de metodologias inadequadas para a gestão da qualidade nos processos de desenvolvimento de projetos.

O principal passo para a melhoria dos processos que envolvem os projetos voltados para a arquitetura e construção civil, é desenvolver um modelo para o mesmo, consistindo em um plano para o seu desenvolvimento e dessa forma, definir as principais atividades, as relações prioritárias e principalmente os papéis e responsabilidades dos principais intervenientes do processo e o fluxo de informações. Através desse modelo é possível um planejamento e um controle efetivo, definindo o envolvimento mais adequado da equipe desde o início do processo ao longo do trabalho, minimizando o baixo nível de informações e as falhas de comunicação, principais causadores de falhas nos projetos, principalmente no que diz respeito à compatibilização.

Conclui-se que uma das ferramentas mais qualificadas, dentre todas as bibliografias analisadas, e que permite a criação de um modelo de processos coerente, simplificado e que se enquadrem nas características de desenvolvimento dos processos de um projeto no segmento de empresas de arquitetura e construção civil, seria a metodologia PMBOK/ PMI pois o uso desta ferramenta de gerenciamento de projetos permite adequar essas empresas à realidade dos processos permitindo a otimização de resultados finais satisfatórios levando em consideração a redução dos prazos de execução e por consequente os custos do projeto para a empresa e o aumento de seus lucros, além de centralizar a gestão de um projeto, seja de qualquer complexidade, trabalhando o fornecimento de elementos que permitirão o acompanhamento, o controle, a alocação de recursos tanto humanos como financeiros, representando grande segurança e uma visão sistemática e simples dos processos envolvidos para o desenvolvimento de um projeto de edificações como um todo, e desta forma, podendo disponibilizar este modelo e prática a

todos os envolvidos, sejam eles os profissionais, os clientes ou mesmo os financiadores do projeto.

7 – REFERÊNCIAS:

AsBEA, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS ESCRITÓRIOS DE ARQUITETURA. **Manual de Contratação dos Serviços de Arquitetura e Urbanismo**. 2. ed. São Paulo: Pini, 2000.

ABNT, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 13531**: Elaboração de projetos de edificações: atividades técnicas. Rio de Janeiro, nov. 1995, 10p.

DINSMORE, Paul Campbell; SILVEIRA NETO, Fernando Henrique da. **Gerenciamento de Projetos: como gerenciar projetos com qualidade, dentro do prazo e custos previstos**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

FABRICIO, Marcio Minto. **Projeto Simultâneo na Construção de Edifícios**. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em Engenharia de Construção Civil e Urbana) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo.

GRAY, F. Clifford; LARSON, W Erik. **Gerenciamento de projetos: o processo gerencial** – 4ª ed –. São Paulo: McGraw-Hill, 2009.

KEELLING, Ralph. **Gestão de Projetos: uma abordagem global** / Ralph Keelling; tradução Cid Knipel Moreira, revisão técnica Orlando Cattini Jr. – São Paulo: Saraiva, 2002.

MELHADO, Silvio Burratino. **Coordenação de Projetos na construção de edifícios**. In: WORKSHOP: COORDENAÇÃO DE PROJETOS, 1998, São Paulo.

POSSI, Marcus. **Gerenciamento de Projetos V. 3** – Guia do Profissional – Fundamentos Técnicos, 1 ed. Brasport, 2006.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE II. **Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos (Guia PMBOK®) – Quinta Edição.** ©2013 Project Management Institute (PMI).

ROMANO, Fabiane Vieira. **Modelo de Referência para o Gerenciamento do Processo de Projeto Integrado de Edificações.** Florianópolis, 2003. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção – Universidade Federal de Santa Catarina.

VARGAS, Ricardo Viana. **Gerenciamento de projeto - Estabelecendo diferenciais competitivos** / Ricardo Viana Vargas; prefácio de Reeve Haroldo R. - 7. ed. atual. – Rio de Janeiro – Brasport 2009.

SELFIE: EXPOSIÇÃO OU REGISTRO?

Paulo Renato da Rosa Silvério, Ana Carolina Freitag, Cintia Aparecida Borges dos Santos

RESUMO: Nesta apresentação, relatamos uma das regências desenvolvidas pelo Projeto Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, subprojeto Espanhol, da UFPR. Aplicou-se a regência, no decorrer do ano de 2014, em turmas de alunos do ensino médio do Colégio Estadual Rio Branco. Este colégio localiza-se no bairro Batel, município de Curitiba. Com o objetivo de suscitar o interesse pela língua espanhola, optamos por trabalhar com a “selfie”, visto que esse é um elemento presente na realidade cotidiana dos alunos. Esta regência teve uma abordagem norteada em princípios traçados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998). Sendo assim, a aula iniciou-se com uma atividade de pré-leitura a fim de traçar um panorama acerca dos conhecimentos prévios dos discentes sobre o tema. Como insumo, os alunos assistiram a um vídeo de um canal do Youtube, que satirizava o uso excessivo das “selfies”. Como segundo fundamento, passamos ao momento da leitura: os alunos depararam-se com a organização textual de um texto informativo, que versava sobre os diferentes tipos de “selfies” e imagens relacionadas. E, por fim, realizamos a pós-leitura, com o intuito de aproximar o conteúdo à realidade do educando. Para que a atividade lograsse êxito, os bolsistas mediaram um debate, e em seguida os alunos comentaram uma “selfie” do PIBID – Espanhol do Facebook. Nessa aula, deparamo-nos com uma situação inusitada: a quebra de paradigmas arraigados sobre a beleza. Partindo do pressuposto bakhtiniano, de que nenhum discurso é imune de ideologias, percebemos que nós, enquanto futuros professores, condicionamos o debate da aula às nossas próprias ideologias. A partir disso, sobrevieram-nos as seguintes indagações: qual deve ser a postura do professor diante dessa temática e como conduzir de maneira mais satisfatória a sua discussão em sala de aula? Resultados obtidos com esse trabalho repercutiram e ressoaram não apenas nos alunos, mas também nos docentes bolsistas, que perceberam a necessidade de reverem-se constantemente como professores em formação. Desse modo, o projeto e as atividades desenvolvidas contribuem para a melhoria do ensino de língua estrangeira no contexto de ensino público ao qual está vinculado, além de aprimorar a formação acadêmica e profissional dos bolsistas envolvidos.

Palavras-chave: PIBID. sala de aula. língua espanhola.

INTRODUÇÃO

A partir dos estudos de Bakhtin, sobre os Gêneros Discursivos (BAKHTIN, 1992), o PIBID Espanhol da Universidade Federal do Paraná (UFPR), busca criar e desenvolver metodologias para se trabalhar em sala de aula, na melhor relação entre professor e alunos, buscando também através do projeto trazer melhorias para o ensino de língua estrangeira moderna nas escolas públicas conveniadas a esse subprojeto.

Com o intuito de desenvolver projetos inovadores nas escolas da rede pública, tendo como base os Parâmetros Curriculares Nacionais e as Diretrizes Curriculares da Educação Básica, o PIBID Espanhol utiliza diferentes linguagens, criando ações e métodos que proporcionem a formação continuada dos envolvidos no projeto. O PIBID Espanhol é formado por alunos que participam do projeto a partir do primeiro ano de graduação, buscando inserir os alunos no âmbito escolar, para que cada um possa constatar a importância da relação entre teoria e prática, essencial na formação de professores. As reuniões entre os bolsistas ID e a professora coordenadora buscam trazer uma reflexão acerca das atividades desenvolvidas nas escolas, além de incentivar a criação de projetos que busquem também a formação cultural, humanística e estética dos envolvidos no processo educativo, quer sejam professores ou alunos.

O projeto referido está dividido em dois grupos. Enquanto o primeiro grupo desenvolve as atividades no CELEM (Centro de Línguas Estrangeiras Modernas), do Colégio Estadual Paulo Leminski, o segundo, do qual participam os autores deste artigo, e desenvolvem as atividades no ensino médio é o Colégio Estadual Rio Branco. O que diferencia um do outro é que o CELEM é um curso de língua estrangeira para os alunos do colégio e também é aberto para os interessados da comunidade, com duração de dois anos. Nesse contexto, portanto, existe uma variação de faixa etária, diferentemente do colégio de ensino regular do espanhol, em que temos uma faixa etária pré-estabelecida, o que muitas vezes nos faz pensar em atividades que possam alcançar os alunos de maneiras diferentes.

Trabalhando com o ensino de língua estrangeira, um de nossos principais objetivos no ensino do espanhol, é justamente desenvolver maneiras inovadoras de se ensinar, não utilizando somente o ensino da gramática, comum nos cursos de língua estrangeira como o espanhol, e também presente nas aulas observadas pelos bolsistas, o

que acaba por tornar o ensino mecânico e automatizado. Percebemos que os mais prejudicados são os alunos, que deixam de conhecer a rica e vasta gama de culturas e costumes que há nos países hispano falantes. Além disso, muitas vezes os alunos acabam por não aprenderem, de fato, a língua, dado que o enfoque não é em seu uso ou na comunicação, mas sim em regras gramaticais descontextualizadas, embora as diretrizes curriculares do estado do Paraná preconizem que

nas aulas de Língua Estrangeiras Moderna, o professor aborde os vários gêneros textuais, em atividades diversificadas, analisando a função do gênero estudado, sua composição, a distribuição de informações, o grau de informação presente ali, intertextualidade, os recursos coesivos, a coerência e, somente depois de tudo isso, a gramática em si. Sendo assim, o ensino deixa de priorizar a gramática para trabalhar com o texto, sem, no entanto, abandoná-la (DIRETRIZES CURRICULARES, 2008)

Deste modo o ponto de partida da aula de língua estrangeira moderna será o texto, verbal e não verbal, como unidade da língua em uso.

Na seção a seguir apresentamos a metodologia utilizada na elaboração da regência sobre a “selfie” no Colégio Estadual Rio Branco.

METODOLOGIA

Na elaboração das nossas regências, sempre pensamos em temas que trabalhem o conhecimento sistêmico, mas que também utilizem o conhecimento de mundo dos alunos, buscando assim trazê-los para dentro da aula, tornando-os desse modo seres críticos, e não alunos passivos que têm a tendência de apenas ouvir o que é dito pelos professores.

A escolha do tema se deu pelo fato de que a “selfie” começou a ser um grande fenômeno na internet a partir da premiação do Oscar se tornando muito popular no Brasil e no mundo. Todos esses acontecimentos levaram um dos bolsistas a montar um pré-modelo de regência, sendo aplicado na reunião para os demais bolsistas. Nessa reunião cada bolsista deveria apresentar um plano de aula, que ficaria arquivado para futuras regências. Foi partindo desses arquivos que a professora orientadora Nylcéa Pedra escolheu a pré-regência apresentada pelo aluno-bolsista, para que o grupo que trabalhava

com o ensino médio regular fizesse a regência sobre o tema "selfie: exposição ou registro?". Essa regência foi aplicada no primeiro e segundo ano do Ensino Médio do Colégio Estadual Rio Branco, portanto, estávamos lidando com um grupo de jovens ligados nas redes sociais. Pensando nisso, acreditamos que seria pertinente levar a "selfie" para dentro da sala de aula, já que é um assunto que além de estar presente no cotidiano dos alunos, poderia servir como base para levantar diversas discussões como, por exemplo, os padrões de beleza que são impostos pela sociedade e até que ponto as pessoas estão registrando um momento ou estão se expondo.

Esta regência teve uma abordagem norteada em princípios traçados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998). Sendo assim, pensamos em iniciar a aula com uma atividade de pré-leitura, a fim de traçar um panorama acerca dos conhecimentos prévios dos discentes sobre o tema. Como insumo, na sequência, decidimos passar um vídeo de um canal do YouTube, que satiriza o uso excessivo das "selfies". A televisão da escola não estava funcionando e os bolsistas utilizaram o notebook para reproduzir os vídeos. Os alunos fizeram um semicírculo para assisti-los. O vídeo mostra uma adolescente viciada em "selfie". Ela fala sobre a sua rotina e ela tira uma "selfie" a cada momento do dia, o vídeo mostra que justo naquele dia, situações inusitadas acontecem como, ser assaltada, encontrar um policial e a cada situação, ela diz; "mas primeiro uma selfie", isto é o vídeo é uma sátira referente ao uso excessivo de "selfies" no qual a intenção era levar os alunos a uma reflexão sobre o uso de "selfies". O vídeo era em espanhol por isso decidimos reproduzi-lo duas vezes, na primeira vez com legenda e na segunda vez com o apoio de uma folha com a transcrição das falas das personagens. Depois disso, a ideia foi fazer questionamentos sobre o vídeo para que os alunos discutissem no grupo o que eles entenderam e o que pensaram após ver o vídeo. Como segundo fundamento, passamos ao momento da leitura. Preparamos para os alunos uma atividade de organização textual trabalhando com um texto informativo em espanhol, que versava sobre os diferentes tipos de "selfies" e imagens relacionadas com cada um desses tipos dentre eles: "usie", que é a "selfie" tirada com várias pessoas. Trouxemos como exemplo a famosa "selfie" tirada no Oscar na qual constavam várias celebridades. Outro tipo é a "belfie", que tem como foco principal o traseiro. Já a "dronie", é um tipo de "selfie" mais avançado e tecnológico e para realizá-la é utilizado uma ferramenta comandada por controle remoto para obter uma imagem incrível. Outro exemplo é a "selfeye", que tem como foco principal os olhos, particularmente utilizada em tutoriais

de maquiagem. A "shelfie", por sua vez, é destinada aos amantes de livros, já que se trata de uma autoimagem que tem como fundo uma estante de livros ou biblioteca e, por último, mostramos o modelo de "selfie" "welfie", que é normalmente tirada nas academias com objetivo de mostrar o corpo durante os exercícios físicos realizados. A cada "selfie" mostrada perguntávamos para os alunos se eles conheciam o tipo de "selfie" apresentado e qual a opinião deles sobre cada um deles. Curioso que tanto no primeiro ano quanto no segundo, era que eles não conheciam todos os tipos de "selfies", porém eles conseguiam relacioná-los facilmente com o texto que foi entregue.

. No PIBID sempre procuramos trabalhar com textos autênticos, porém, como estávamos trabalhando com um texto que foi retirado de um blog, foi necessário editá-lo. Por fim, na pós-leitura, pensamos em mediar um debate levando em discussão os padrões de beleza impostos pela sociedade e pela mídia. Nessa atividade perguntamos para os alunos se a "selfie" é exposição ou registro e se eles se produziam para tirar "selfie" e por quê. Se tinham uma cobrança social, por que eles tiravam "selfie"? Por que tinham que mostrar que eles estavam bem? No primeiro ano alguns alunos informaram que as pessoas tinham que mostrar que estavam bem porque existe uma cobrança da sociedade; muitas "selfies" eram para exibir nas redes sociais, outras não; uma aluna informou que já sofreu preconceito por estar acima do peso, informou que quando colocava uma "selfie" sofria calúnias e hoje em dia não se importa mais com a opinião dos outros, outros alunos que informaram que a mídia e as redes sociais exige das pessoas seguir um certo padrão de beleza no qual mulher bonita é a mulher magra, dos cabelos lisos e bem vestida. No terceiro ano do ensino médio não foi muito diferente, uma aluna nos relatou que antes alisava os cabelos para tirar selfie e ficava muito nervosa quando engordava, porém, hoje em dia eles não se importam mais com isso, interessante que os alunos do primeiro ano informaram que não existe um padrão de beleza imposto pela mídia/sociedade, fato que nos levou a mudar nossa abordagem referente à quebra dos paradigmas de beleza. Já, no terceiro ano apenas alguns alunos informaram que são realmente cobrados muitas vezes por não seguir alguns padrões de beleza impostos, um aluno informou que não participa das redes sociais e acreditamos que por uma certa timidez a maioria dos alunos não quis expor a opinião deles, a supervisora e professora Elisete também participou da regência, a mesma não gostou muito quando alguns alunos informaram que não se importa com os padrões de beleza, pois ela, no convívio com os alunos muitas vezes escuta relatos de situações no qual os alunos confessam ser "o estranho no ninho" por não estar dentro de

um certo padrão exigido pela sociedade. O objetivo de tal atividade era fazer com que os alunos colocassem em prática o conhecimento adquirido na sala de aula aliando-o ao seu conhecimento prévio.

Já que o PIBID de Espanhol adota a abordagem por gêneros, e tendo como base também o conceito de transmutação de gêneros textuais de Marcuschi (1992), na tarefa final os alunos seriam convidados a escreverem um comentário em espanhol numa “selfie” de nós bolsistas que foi tirada durante uma de nossas reuniões. A foto foi impressa e editada em formato da página do Facebook onde estavam para que no campo “comentários” os alunos pudessem redigir seus pequenos textos, além da atividade, nós bolsistas quando apresentamos uma regência vamos também intencionados a levar alguma questão social para dentro de sala de aula a fim de possibilitar aos alunos refletir sobre situações do nosso dia a dia e na maioria das vezes o resultado é satisfatório.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Ao aplicar a regência, percebemos que conseguimos atingir um dos nossos principais objetivos, que era instigar o interesse dos alunos em relação ao tema e assim contar com a participação deles durante a regência. Notamos que ao longo da aula os estudantes se mostraram bastante participativos em relação ao tema. Quando mostramos o vídeo que satirizava o uso excessivo de “selfies”, o tema era tão presente na vida dos alunos que a todo o momento eles faziam brincadeiras comparando os seus colegas de classe com as personagens do vídeo. Quando fazíamos algum tipo de questionamento, os alunos rapidamente davam uma resposta, o que nos mostrou estarem realmente interessados na regência. Outro momento que nos fez perceber que o tema já era bem conhecido pelos alunos foi quando entregamos o texto “los diferentes tipos de selfies” que diferenciava as “selfies”, trouxemos exemplos e pedimos para que relacionassem os nomes das “selfies” com uma sequência de imagens que foi entregue a eles junto com o texto. Notamos que tamanha era a familiaridade com o assunto, que sem terminar de ler o texto eles já conseguiam realizar a atividade proposta.

O que nos motivou na realização deste trabalho foi o momento da regência que se mostrou mais conflituoso para nós bolsistas. Quando estávamos realizando o debate com

os alunos do primeiro ano do ensino médio, nos deparamos com uma situação inusitada: a quebra de paradigmas arraigados sobre a beleza. Essa situação se deu no momento em que um dos bolsistas que estava conduzindo a discussão perguntou para os alunos qual era o estereótipo do padrão de beleza da nossa sociedade. Diante desse questionamento, os alunos apontaram para uma aluna que não correspondia aos padrões de beleza que nós bolsistas tínhamos preparado para debater. Como a resposta dada pelos alunos diferiu da resposta esperada, nós, bolsistas, de uma forma inconsciente começamos a forçar as respostas que queríamos ouvir. Esse fato acabou gerando um grande conflito na sala de aula e para sair desta situação, a professora supervisora teve que interferir na regência. Como uma das nossas orientadoras estava presente nesse dia, e como temos um intervalo entre às duas aulas de regência, ela nos alertou que não foi pertinente tentar impor nosso ponto de vista perante os alunos, e que para evitar outros conflitos deveríamos mudar de estratégias na outra turma. Assim, chegamos à conclusão que seria melhor escrever no quadro negro as características que os estudantes consideravam como padrão de beleza, pois, desse modo, eles poderiam visualizar suas respostas durante o debate. Na outra turma, terceiro ano do ensino médio, mantivemos a mesma estrutura da regência, porém, na realização do debate, fizemos as modificações que foram sugeridas. Na segunda turma as discussões se mantiveram sem nenhum problema e conseguimos finalizar a aula de uma maneira satisfatória.

Com relação à tarefa proposta no final da regência, notamos que os alunos entenderam bem a proposta, pois seus comentários apresentavam frases curtas e em algumas tarefas encontramos até o uso coloquial da língua espanhola, sendo bem frequente nas redes sociais, como, por exemplo, as frases; “este chico estás no harrén, estás muy bien” e “me gustó muchísimo la classe”).

Percebemos também que através dos modelos propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), de pré-leitura, leitura e pós-leitura, são fundamentais para se trabalhar em sala de aula. O primeiro se caracteriza por fazer o aluno criar hipóteses em relação aos possíveis significados que serão trabalhados; no segundo o aluno tem que usar seu conhecimento de mundo juntamente com a organização textual e o conhecimento sistêmico. Nessa parte cabe ao professor utilizar da melhor maneira estratégias de leitura, aproximando o texto de língua estrangeira com a língua materna do aluno, apontando as diferença e semelhanças lexicais e gramaticais, sempre buscando a melhor compreensão

do aluno. O professor também deve estimular o aluno a adivinhar o significado de algumas palavras que não conhece, dando dicas e utilizando exemplos, ressaltando a importância de que o aluno aprenda a distinguir as informações principais do texto na estrutura semântica e os detalhes. Por último, cabe ao professor criar atividades que façam o aluno pensar sobre o texto, emitir opiniões, avaliar e criticar ou não as ideias do autor. O aluno deve utilizar seu conhecimento de mundo para confrontar as ideias do autor, erguendo para o desenvolvimento da habilidade escrita é preciso obter uma variedade de textos, de diferentes tipos como jornais, revistas, jogos, internet, livros, sendo essencial o envolvimento do aluno na escolha desse texto buscando aproximar o seu conhecimento de mundo e também trabalhar com o conhecimento sistêmico trabalho na sala de aula.

CONCLUSÃO

A atividade desenvolvida nos mostrou que tendo como base os conceitos Bakhtin, de que nenhum discurso é imune de ideologias, percebemos que nós, enquanto professores, muitas vezes não respeitamos a subjetividade de cada aluno e tentamos impor as nossas ideologias. Também notamos que cada turma tem um perfil específico, por isso por mais que a aula seja a mesma, cada turma vai obter um resultado diferente. Com o mesmo tema podemos trabalhar diversas discussões, cabe ao professor saber como abordar de melhor maneira e assim inserir o aluno na construção e execução da aula.

Os resultados obtidos com esse trabalho repercutiram e ressoaram não apenas nos alunos, mas também em nós bolsistas, que percebemos a necessidade de nos revermos constantemente como professores em formação. Desse modo, o projeto e as atividades desenvolvidas contribuem para a melhoria do ensino de língua estrangeira no contexto de ensino público ao qual está vinculado, além de aprimorar a formação acadêmica e profissional dos bolsistas envolvidos.

Também percebemos que a atividade desenvolvida mostrou que os alunos se envolvem muito mais na dinâmica da sala de aula quando são chamados a desenvolver atividades de seu interesse. Notamos a importância do PIBID em nossa formação e a reflexão que tal projeto nos proporciona. Enquanto futuros professores temos que buscar aprimorar nossos conhecimentos e metodologias, uma vez que o ensino de língua

estrangeira tradicional não abrange certas dificuldades que os alunos apresentam. Cabe a nós inovar para que haja uma transformação na rede de ensino público, buscando melhorar cada vez mais a formação dos alunos na educação básica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. 2ª Edição. São Paulo: Livraria Marfins Fontes Editora Ltda., 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: língua estrangeira**. Brasília: MEC/SEF, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais – ensino médio: língua estrangeira** Brasília: MEC/SEF, 1999.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Gêneros textuais: definição e funcionalidade**. In: DIONISIO, Ângela Paiva; MACHADO, Ana Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (org.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p. 19-36.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica: língua estrangeira**. Paraná, 2008. Curitiba, SEED, 2008.

Capítulo 11 - DOI:10.55232/1084002011

**RELATO DE EXPERIÊNCIA EDUCACIONAL INCLUSIVA
REALIZADA EM UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO
TÉCNICA DE RONDONÓPOLIS**

Wildmis Borges Soares, Paulo Cesar Fernandes Rosa Junior

RESUMO: A educação e a empregabilidade de pessoas com deficiência (PcD) foram, por muito tempo, temáticas que não encontravam espaço nos ambientes escolares. Todavia, a partir da década de 1990 essa situação começou a se alterar com o advento de uma legislação específica que amparava este público. Entretanto, no que tange, a educação profissional e tecnológica dos PcDs as ações educacionais ainda se encontram em um estágio incipiente em nosso país. Alicerçado no percurso histórico de ações educacionais atreladas a esse âmbito, este texto possui como objetivo principal relatar experiências de educação inclusiva de pessoas com deficiência em uma escola técnica de Rondonópolis. As ações educacionais foram planejadas a partir de uma situação de aprendizagem, a qual orientava um projeto integrador que visava preparar os estudantes para o mundo do trabalho. Este projeto foi executado através de uma série de ações que compreendiam situações-problema, fabricação de produtos, apresentação de propostas, dentre outras ações. Para fundamentar o relato são utilizadas ideias de Romeu Kazumi Sassaki, Paulo Freire, David Ausubel e Philippe Perrenoud. O projeto foi enriquecedor para os estudantes e para os docentes que puderam, através da troca de experiência, aprenderem um com o outro em um ambiente de reciprocidade e solidariedade.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Pessoas com Deficiência, Educação Profissional.

INTRODUÇÃO

O relato apresentado neste texto se baseia em registros de experiências ocorridas na área de educação profissional, mediante um projeto de inclusão social promovido por uma instituição de ensino técnico e tecnológico de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso (MT), no período vigente de maio de 2018 a junho de 2019.

O projeto em questão surgiu através de uma parceria entre uma Indústria do seguimento de cervejaria, uma empresa do seguimento de máquinas e implementos agrícolas e a instituição educacional destacada neste relato. Inicialmente, as empresas citadas tiveram a iniciativa de contratação de 21 pessoas com deficiências (PcD) para o curso de Assistente de Produção na Indústria de Bebidas. Por outro lado, a instituição desenvolvedora ficou com a responsabilidade da capacitação dos profissionais na modalidade de ensino de aprendizagem industrial.

Foram 21 participantes do projeto de capacitação, sendo: 05 surdos, 1 pessoa com mudez, 5 estudantes com baixa visão, 6 discentes com limitações física, 3 com limitação intelectual e 1 com espectro do autismo. Estiveram também nesta etapa de formação os docentes de áreas multidisciplinares para atendimento das unidades curriculares, o profissional intérprete para tradução na língua de sinais aos estudantes com limitação auditiva e uma professora assistente com formação em pedagogia para acompanhamento das atividades de aprendizagem dos discentes. Além disso, participaram deste processo a assistente social e a coordenadora pedagógica da instituição.

A partir dessas observações apontadas, o objetivo deste texto é relatar as experiências educacionais de pessoas com deficiência na educação profissional. De forma específica, o escrito aqui exposto propõe relatar as atividades executadas no projeto; contextualizar ações pedagógicas interdisciplinares realizadas na escola técnica com os alunos PCDs e refletir a respeito da experiência no que tange docentes e discentes envolvidos.

O aspecto metodológico utilizado na elaboração deste estudo foi o relato de experiências. O procedimento descreve as considerações evidenciadas em uma linguagem objetiva, retratando a realidade dos fatos. Desse modo, a natureza de pesquisa contribui de forma significativa para a área de estudos relacionados à temática da inclusão, caracterizando os desafios e ponderando a efetividade das atividades desenvolvidas.

Pessoas com Deficiência, Empregabilidade e Educação

Para contextualização deste relato de experiência cremos ser pertinente trazer conceitos relativos ao universo das Pessoas com Deficiência no âmbito educacional. A discussão desta temática de investigação permeia o acesso ao mundo da inclusão, uma possibilidade frente uma realidade envolvida de desafios, indiferenças e preconceitos.

De acordo com Voltolini (2019), as empresas deveriam obedecer à lei de cotas, porém nem a metade das vagas disponíveis foram ocupadas. A lei preconiza que empresas com um determinado número de funcionários deve ter um número “X” de PcDs.

Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I - até 200 empregados	2%;
II - de 201 a 500.....	3%;
III - de 501 a 1.000.....	4%;
IV - de 1.001 em diante.	5.

(BRASIL, 1991).

Além disso, quando ocorre a contratação, não são observadas as condições específicas dos PcDs a respeito da acessibilidade. Em pesquisa realizada por Farias; Jesus e Jesus (2016), foram entrevistados 31 pessoas com deficiência e seis empresas em Rondonópolis. As pesquisadoras observam que 50% das empresas entrevistadas contratavam os PcDs apenas para cumprir a lei de cotas. Elas observaram ainda que no ambiente de trabalho tem ocorrido mais a integração do que a inclusão das pessoas.

Sasaki (1997) nos explica que há uma grande diferença entre integração e inclusão. A integração é apenas a inserção da pessoa com deficiência no ambiente laboral sem que haja nenhum recurso de acessibilidade no local. Já a inclusão se preocupa com a receptividade do trabalhador, promovendo adaptações e modificações no local de trabalho, a fim de que o funcionário possa exercer sua função com uma melhor qualidade de vida.

Nesse contexto, as ações de educação inclusiva são indispensáveis, para que se construa um espaço de discussão sobre a empregabilidade desse público em específico.

Eventos como a Jornada de Educação Inclusiva ajudam a fomentar as discussões acerca da temática. O encontro reuniu cerca de 4 mil profissionais de educação inclusiva no Centro de Convenções Sulamérica, no Estado do Rio de Janeiro que, a conferência ocorreu no período de 15 de julho a 17 de julho. (NOTÍCIAS PREFEITURA RIO, 2019).

Nesse propósito, cremos que em na cidade de Rondonópolis deve haver também o fomento de ações inclusivas na educação em suas múltiplas modalidades. Assim, o

relato apresentado a seguir inspira-se em ações e fundamentos apresentados nesse tópico, com o intuito de contribuir para a construção de uma educação inclusiva em sua totalidade.

Relato de Experiência Educacional Inclusiva

A gênese da ideia do programa de inclusão educacional da instituição de ensino surgiu a partir de demandas de organizações por cursos na área de interesse industrial. As empresas solicitaram que fosse desenvolvida uma proposta curricular que abrangesse projetos de inclusão social. Com isso, a instituição formatou planos de cursos conforme a área pretendida e estabeleceu parceria com as empresas, a fim de capacitarem as pessoas com deficiência para a inserção no mercado de trabalho.

A adesão de cursos de inclusão social foi bem aceita e aguardada pela comunidade escolar. No entanto, a ideia foi também desafiadora, em razão da falta de experiência de profissionais de educação da escola. Com isso, foi necessário repensar sobre as práticas educacionais que favorecessem o aprendizado inclusivo de pessoas com deficiência, o qual integrasse o conhecimento adquirido a concepção de trabalho.

Assim, a linguagem do docente precisou ser reformulada, repensada e reavaliada. Algumas dessas mudanças se constituíram em razão da própria experiência vivenciada na prática. As mudanças aconteceram desde as estratégias de ensino como: exibição de vídeos interativos, materiais com imagens, trabalho com símbolos e ampliação de textos. Outro fator repensado foi sobre as técnicas de ensino como aplicação de jogos de empresas; desenvolvimento de estudos de caso e situações-problema. Também, houve a necessidade de adequação nos critérios de avaliação com atividades individuais e em grupos que fossem acessíveis à realidade de cada discente.

Considerando que na sala de aula havia uma realidade multidimensional de situações foi crucial uma reformulação na prática pedagógica de ensino que atendesse as particularidades de cada estudante, tornando-os sujeitos do seu processo de aprendizagem.

Paulo Freire (2011) nos explica na pedagogia da autonomia que ensinar não é simplesmente transmitir conteúdo. Precisa haver um diálogo entre professor e aluno, pois ambos são participantes ativos no processo ensino-aprendizagem. Esse propósito se torna um desafio numa sala com diferentes realidades, entretanto o compromisso docente com o trabalho educacional deve sempre persistir.

Com base na reflexão acima, foram criadas diversas estratégias para o curso como aulas laboratoriais e situações de aprendizagem. Essas iniciativas seguiram a concepção de aplicação de atividades que despertassem o interesse do discente e trouxessem significado ao universo do trabalho.

Todas essas atividades encontraram sua confluência na situação de aprendizagem elaborada para turma, a qual levou em consideração as especificidades discentes e também uma representatividade significativa para os alunos. “Para Ausubel, aprendizagem significativa é um processo pelo qual uma nova informação se relaciona com um aspecto relevante da estrutura de conhecimento do indivíduo.” (MOREIRA; MASINI, 2001).

No caso, a situação de aprendizagem adotada foi mediante a realização de um projeto integrador, o qual agregava as unidades curriculares do módulo específico e a unidade curricular de prática profissional. O objetivo do projeto proposto foi desenvolver uma visão sistêmica da educação profissional com foco nas competências, habilidades e atitudes de forma integrada, permitindo a interdisciplinaridade e a contextualização entre as diversas áreas do conhecimento que são desenvolvidas nas unidades curriculares do curso.

O módulo atribuído à prática profissional foi o tempo destinado para o desenvolvimento do projeto; a ação foi realizada a partir da elaboração de um plano de ação para fabricação de bebidas de consumo. O plano foi desenvolvido pelo docente e os estudantes, a fim de aplicar seus conhecimentos técnicos, para obter algo prático, seguindo as demandas do mundo trabalho.

Foi, então, definido o cronograma a partir de etapas: no primeiro momento houve a escolha de receitas para a fabricação de bebidas e o teste sensorial de degustação. A seleção de bebidas foi definida conforme as tipologias de bebidas não alcoólicas (sucos, chás, refrigerantes, vitaminas e iogurtes) e alcoólicas (processo cervejeiro). Após o cumprimento de cada tipologia de bebidas aplicava-se o teste de degustação para a comunidade escolar, a fim de obter o nível de aceitação e satisfação dos produtos fabricados.

Para a realização do projeto foi dividida a sala em dois grupos com atividades semelhantes para cada um, a ideia de duas equipes foi que houvesse uma maior participação dos integrantes nos desafios propostos, além de contribuir na organização das tarefas. Foram então propostas situações-problema, as quais iam sendo solucionadas, à medida que projeto avançava. Os estudantes precisavam, então, realizar várias entregas,

as quais estimulavam o trabalho em equipe, liderança, criatividade, planejamento das atividades e estratégias de negócios.

No final do projeto as equipes realizaram uma apresentação técnica em um workshop realizada no auditório da instituição. O seminário socializava com a comunidade escolar e empresarial os resultados obtidos com os ensaios laboratoriais e produtivos de cada categoria de bebidas, incluindo a exposição com os demonstrativos sobre a performance das receitas com melhor desempenho e a degustação das bebidas fabricadas.

Durante todo o processo, os docentes mediarão à formação das habilidades discentes, relacionando o conhecimento obtido com a prática laboral. Contudo, os professores também notaram, durante o processo de ensino e aprendizagem, a formação da autonomia dos estudantes com o aprender fazendo, visto que à medida que os discentes praticavam suas habilidades, adquiriam uma maior segurança na execução das atividades.

Em uma pedagogia das situações-problema, o papel do aluno é implicar-se, participar de um esforço coletivo para criar um projeto e construir, na mesma ocasião, novas competências. Ele tem direito a ensaios e erros e é convidado a expor suas dúvidas, a explicitar seus raciocínios, a tomar consciência de suas maneiras de aprender, de memorizar e de comunicar-se. (PERRENOUD, 1999).

Com base na reflexão acima, é válido destacar que a realização da situação de aprendizagem possibilitou a manifestação de significado na vivência escolar e profissional dos discentes, pois compreenderam a relação do ensino teórico com o mundo do trabalho. Ademais, a prática de produção e administração das mercadorias contribuiu de maneira significativa para a integração entre escola e empresa, entre os discentes e entre a interdisciplinaridade das unidades curriculares.

Outro ponto a ser destacado é sobre o fator inclusivo, durante a execução das aulas, o qual permitiu uma sensibilização e reciprocidade entre os estudantes, favorecendo a empatia e compreensão das limitações de cada um. Desse modo, o projeto excedeu a simples formação para mercado, possibilitando uma conscientização a respeito da realidade do outro.

CONCLUSÃO

O projeto proposto foi complexo e desafiador, mas durante as etapas de execução foram observados que os discentes se mostraram entusiasmados com as atividades, era

notável o desenvolvimento de lideranças, o senso de organização, disciplina, responsabilidade, criatividade e autonomia das práticas atribuídas.

Foi observado também que cada grupo possuía conhecimento e propriedade para a realização das tarefas e contribuía, significativamente, para o trabalho em equipe, fator que colaborava para as entregas das atividades. Além disso, o projeto possibilitava aos alunos vivências práticas das teorias adquiridas em sala de aula.

Para os docentes, o projeto se configurou como uma realização profissional de um trabalho que começou a ser executado em sala de aula. No percurso das aulas, foi observado que os discentes foram desenvolvendo a formação de competências com a imersão dos aportes teóricos e práticos do assunto. Isso chamou atenção da equipe escolar no tocante ao papel do docente e do processo educacional, no que tange o mundo do trabalho, para a real inclusão das pessoas na sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Casa civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Leis Ordinárias de 1991 LEI Nº 8.213. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, 1991. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8213cons.htm Acesso: 01/10/2010

FARIAS, K. G; JESUS, B. C. B; JESUS, N. C. B. Desafios e oportunidades da inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. 23 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Técnico em Recursos Humanos. SENAI, Rondonópolis. 2016.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 54 p. ISBN 85-219-0243-3. Disponível em: <http://forumeja.org.br/files/Autonomia.pdf>. Acesso em: 30 set. 2019.

JORNADA Pedagógica da Educação Inclusiva vai reunir 4 mil professores para debater Educação Especial. Notícias: Prefeitura Rio, Rio de Janeiro, 15 jul. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2MfBDg0>. Acesso em: 1 out. 2019.

MOREIRA, M.A; MASINI, E.F.S. Aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel. São Paulo: Centauro, 2001.

PERRENOUD, PHILIPPE. Construir as Competências desde a Escola. Porto Alegre /RS: Artmed, 1999.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: Construindo Uma Sociedade Para Todos. 8ª. ed. rev. Rio de Janeiro: WVA, 2010. 176 p. ISBN 8585644117.

VOLTOLINI, Luiz. Argumentos falsos afetam inclusão no mercado de trabalho. Universo da Inclusão, 13 jun. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2VefXom>. Acesso em: 1 out. 2019.

Capítulo 12 - DOI:10.55232/1084002012

PIBID FORMANDO DOCENTES AINDA MELHORES

Luana da Costa Freitas, Andrelise Karoline Stadler, Laiane Lima dos Santos

RESUMO: Tendo como base um dos objetivos apresentados pelo projeto PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência): “Contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias a formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura” (CAPES,2013), o presente trabalho discute a importância de unir a teoria estudada no curso de licenciatura à oportunidade de aplicarmos esta teoria na sala de aula. Para isso, comparamos a experiência proporcionada pelo projeto PIBID ao estágio obrigatório feito pelos acadêmicos de licenciatura. O subprojeto intitulado Língua Portuguesa e Língua Francesa Integradas na Escola da Universidade estadual de Ponta Grossa (UEPG) utiliza a língua francesa como elemento modificador no cotidiano dos alunos, tornando-a um objeto de estudo precioso tanto para a escola quanto para o bolsista.

Palavras-chave: Formação. Qualidade. Experiência

INTRODUÇÃO

Este trabalho abordará a questão da qualidade da formação docente aliada à vivência em sala de aula. Trata-se de conclusões tiradas a partir da experiência diária, obtida gradativamente no contato com o meio escolar, onde teoria e prática são unidas em busca de conhecimento.

As considerações presentes aqui, foram adquiridas no trabalho praticado em escolas estaduais da cidade de Ponta Grossa, em turmas com problemas de várias naturezas, problemas estes que o futuro professor certamente encontrará ao longo da profissão.

Nesta comunicação será realizada uma reflexão e comparação a respeito da qualidade da formação docente mediante o estágio supervisionado, obrigatório nos cursos de licenciatura, e ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência (PIBID).

Sabe-se que este tipo de reflexão acerca da formação docente é necessária, tendo em vista que o desempenho de um professor em sala de aula é um dos instrumentos fundamentais para o sucesso do aluno na vida escolar. Sabe-se também que nenhum trabalho possui êxito quando apenas os aspectos teóricos são conhecidos. É necessário prática para aprender a executar de forma exímia funções que exigem preparo e responsabilidade.

Os desafios que um professor recém-formado enfrenta ao adentrar em sala de aula são grandes e o contato com a futura profissão durante a graduação pode amenizar impactos além de preparar o futuro docente a enfrentar situações consideradas difíceis em uma sala de aula.

O objetivo deste resumo expandido é discorrer a respeito dos assuntos acima citados em uma discussão que tem como foco a formação de professores, partindo de uma visão que considera o contato prévio com a futura profissão de grande valia para o aprendizado.

DESENVOLVIMENTO

Os cursos de licenciatura, têm a função de dar aptidão ao futuro profissional da educação que irá atuar no ambiente escolar. Para isso, durante o curso são estudadas diversas disciplinas relacionadas à educação, que têm como principal finalidade, ensinar ao formando aspectos teóricos acerca da sua futura profissão.

Uma destas disciplinas é o estágio obrigatório supervisionado. Esta, tem a função de preparar o formando para o trabalho, dando a ele a oportunidade de aplicar em sala de aula as teorias aprendidas durante a graduação.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) (lei n. 12.014, de 2009) ressalta no artigo 61 que a formação dos profissionais da educação, para atender as especificidades do exercício de suas atividades, tem como fundamento: “a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação de serviços;”. Sabe-se que a articulação entre teoria e prática deve ser efetuada durante o estágio, porém, embora o graduando deva dedicar 408 horas à matéria de estágio supervisionado (especificamente no curso de licenciatura em **L**etras), apenas uma pequena porcentagem dessas horas são dedicadas à

prática, ou seja, a carga horária que o futuro professor passa na escola, é muito limitada para alcançar grandes resultados.

Por isso, muitos alunos de licenciatura sentem necessidade em entrar em projetos de iniciação à docência. No subprojeto do PIBID da Universidade Estadual de Ponta Grossa denominado Língua Portuguesa e Língua Francesa Integradas na Escola, os acadêmicos vão todas as semanas para a sala de aula. E lá se deparam com as dificuldades e satisfações existentes na profissão docente.

Nas escolas conveniadas com o projeto, os acadêmicos auxiliam os professores supervisores, além de preparar algumas atividades que serão aplicadas nas turmas com autorização do professor. Pode-se considerar que o processo todo auxilia na obtenção de experiência, pois tanto na observação dos alunos, quanto no preparo e aplicação de atividade, o futuro professor está em constante aprendizado.

Nas aulas, procura-se trabalhar tanto a língua portuguesa quanto a língua francesa. Percebe-se que a língua francesa é, de certa forma, um elemento motivador para os alunos, que gostam de aprender uma cultura diferente da sua. Assim como é um grande instrumento de aprendizado para o acadêmico, que busca conhecer e desenvolver metodologias de ensino e avaliação que se encaixem na atividade que será proposta.

E este conhecimento acerca da seleção de conteúdos, escolha de metodologias de ensino e de avaliação é **fundamental** na formação de um professor. Como ressaltam as Diretrizes Curriculares de Língua Estrangeira moderna:

[...] A seleção de conteúdos, os encaminhamentos metodológicos e a clareza dos critérios de avaliação elucidam a intencionalidade do ensino, enquanto a diversidade de instrumentos e técnicas de avaliação possibilita aos estudantes variadas oportunidades e maneiras de expressar seu conhecimento. Ao professor, cabe acompanhar a aprendizagem dos seus alunos e desenvolvimento dos processos cognitivos (DCEB-PR, 2008, P. 33).

Com base nas considerações citadas neste tópico, considera-se que quanto mais tempo o graduando passar no seu futuro ambiente de trabalho, **mais** familiarizado ele estará com

o meio se tornando mais capaz de realizar os exercícios de sua futura função como professor.

CONCLUSÃO

O estágio obrigatório supervisionado é muito importante para que o graduando conheça

o ambiente e o comportamento dos alunos, mas se o estágio obrigatório for acompanhado por outros projetos como o PIBID, a qualidade da formação será muito maior, pois tudo poderá ser observado e analisado de forma mais ampla, capacitando o graduando para a sua futura profissão.

O PIBID proporciona oportunidades maiores para que seja feito o paralelo da teoria aprendida no curso, com a prática na sala de aula, articulação esta de grande importância para o aprendizado do acadêmico.

Desta forma, aconselha-se a fusão do estágio obrigatório supervisionado com projetos de iniciação à docência, tendo em vista que quanto melhor o profissional conhecer o seu ambiente de atuação, melhor ele conseguirá desenvolver seu trabalho.

REFERÊNCIAS

CAPES. **PIBID**. Disponível em:
<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid/pibid-diversidade> . Acesso em: 08set. 2014.

Brasil. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 dez. 1996.

PARANA. Secretaria de Estado da Educação. Diretrizes Curriculares da Educação Básica. Língua Estrangeira Moderna. Curitiba, SEED-PR, 2008.

Capítulo 13 - DOI:10.55232/1084002013

**AS RADIODIFUSORAS EDUCATIVAS E SEU PAPEL
COMO INSTRUMENTO DE CONCRETIZAÇÃO DOS
DIREITOS CULTURAIS**

Thiago Ribeiro Dianin

RESUMO: O presente trabalho pretende reverberar uma discussão de extrema importância para a Cultura e Educação brasileiras, e debater aspectos históricos e legais sobre a radiodifusão educativa. Tenciona ainda colocar em debate mecanismos para aprimoramento da ferramenta que foi a maior e mais popular na expansão educativo-cultural do Brasil. O rádio, e posteriormente a televisão, promoveu, sem sombra de dúvidas, a única verdadeira revolução educacional brasileira, e, esta constatação traduz muito do momento atual de falência no aspecto educacional pátrio: de um lado revela o quanto esse mecanismo foi fundamental em popularizar cultura e conhecimento, de outro revela o quanto o país não dá à temática (educação/cultura) a mínima importância. O Brasil está, em termos educacionais - e culturais - , para o mundo, assim como as transmissões em ondas curtas estão para as de fibra ótica ou satélite.

Palavras-chave: Radiodifusão - Direitos Culturais - Educativas

1. REVISÃO

O presente artigo foi revisado em setembro de 2022 para ser publicado como Capítulo do Livro "*Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas Multidisciplinares no Século XXI, Volume 3*".

Portanto, foram realizadas algumas alterações de redação e atualização legislativa, mormente em função da promulgação das Leis 13.424/2017, e 13.644/2018.

2. INTRODUÇÃO

2.1. Introito

A radiodifusão brasileira é um tema sensível. Quando se pretende abordá-lo sempre se voltam holofotes para o debate no intuito de que nada seja nunca mudado, ou seja, pode-se analisar o estado das coisas como se encontram, mas ao se criticar o modelo ou propor-lhe nova roupagem há sempre argumentos fáceis e prontos para atacar as iniciativas modernizadoras.

Apesar deste não ser o tema do trabalho que se introduz, é fundamental que se faça o introito para que quando tal pensamento aflorar na conclusão, a pretexto de se assegurar algum direito com letra minúscula, mantenha-se tudo da forma como está.

2.2. Distinções

Feita a introdução da introdução, mister que se faça a distinção da radiodifusão educativa das demais formas de radiodifusão, em especial a radiodifusão comercial – ou privada.

A Constituição Federal de 1988 no seu artigo 223 estabelece

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal

Restam claras duas conclusões: primeiro, por disposição constitucional, estão caracterizados três sistemas de radiodifusão quanto a sua natureza constitutiva: o privado, o público não privativo do Estado, e o público privativo do Estado (estatal). Além disso,

um princípio regente que correlaciona os sistemas de radiodifusão: da complementaridade. Uma má interpretação do “Princípio da Complementaridade” tem sido utilizada como argumento por atores do cenário da regulação da radiodifusão para justificar medidas que asfixiam as radiodifusoras públicas, em especial as não privadas do Estado (educativas e comunitárias).

A distinção circunstanciada que se pretende fazer em sede de introdução será, portanto, entre as emissoras privadas em relação às públicas não privadas do Estado, assim compreendidas como as educativas. Não é objeto do presente estudo a radiodifusão pública privada do estado e a radiodifusão comunitária, à qual referir-se-á somente de forma lateral.

Além disso, o presente estudo, ao fazer menção a “sistemas de radiodifusão”, clama ao leitor que se atente ao momento histórico. Contemporaneamente prevalece em importância a transmissão de sons e imagens (televisão). O mesmo não se pode afirmar quando se faz uma digressão temporal. Dessa forma, no mais das vezes, referimo-nos a emissoras de televisão, haja visto que hodiernamente a emissão exclusivamente de sons (rádio) possui algumas características: comumente estão vinculadas a emissoras também de imagens; têm pouca influência para vincular o sistema normativo; são pouco fiscalizadas quanto à programação; se estabeleceram também no ambiente digital – pouco regulado - como *webrádios*.

2.3. Programação

2.3.1. Educativa

A diferenciação mais clara que se observa é em relação ao conteúdo de sua programação. Inicialmente insubsistia tal classificação haja visto que a gênese da radiodifusão brasileira é a finalidade educativa e cultural. Por primeiro diploma legal em que se caracteriza a radiodifusão educativa podemos observar o decreto-lei 236/67, onde lê-se:

Art 13. A televisão educativa se destinará à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates.

Verifique-se que a finalidade cultural não fora mencionada. Na elaboração do presente estudo não foi possível precisar se esta omissão fora corrigida em algum ato

normativo anterior à reabertura democrática, porém, a menção à finalidade cultural, basilar da radiodifusão educativa, viria a ser evidenciada através da Portaria Interministerial 651 de 15 de abril de 1999:

*“Art. 1º Por programas educativo-culturais entende-se aqueles que, além de atuarem conjuntamente com os sistemas de ensino em qualquer nível ou modalidade, visem à educação básica e superior, à educação permanente e formação para o trabalho, **além de abranger as atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional, sempre de acordo com os objetivos nacionais.**”*

Porém é com a lei 11.652 de 07 de abril de 2008 que restam lídimos os princípios e objetivos da radiodifusão pública em função de sua programação. Analisando-se os artigos 2º e 3º, tem-se clara e ostensiva a forma como deverá ser composta a programação da radiodifusão educativa. Leia-se:

“Art. 2º A prestação dos serviços de radiodifusão pública (...) deverá observar os seguintes princípios:

III - produção e programação com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas;

IV - promoção da cultura nacional, estímulo à produção regional e à produção independente;

V - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família;

(...)

Art. 3º Constituem objetivos dos serviços de radiodifusão pública (...):

II - desenvolver a consciência crítica do cidadão, mediante programação educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora de cidadania;

III - fomentar a construção da cidadania, a consolidação da democracia e a participação na sociedade, garantindo o direito à informação, à livre expressão do pensamento, à criação e à comunicação;

V - apoiar processos de inclusão social e socialização da produção de conhecimento garantindo espaços para exibição de produções regionais e independentes;

(...)

VII - direcionar sua produção e programação pelas finalidades educativas, artísticas, culturais, informativas, científicas e promotoras da cidadania, sem com isso retirar seu caráter competitivo na busca do interesse do maior número de ouvintes ou telespectadores;(...)

A referida Lei é a primeira legislação a tratar de forma tão abrangente o sistema público (privativo ou não privativo do Estado) de radiodifusão além de criar a Empresa Brasileira de Comunicação (Toffoli, 2009).

2.3.2. Comerciais

No que concerne ao sistema privado, há pouca vinculação em relação ao conteúdo veiculado. O tema é tratado no arcaico Código Brasileiro de Telecomunicações, Lei 4.117/62, parcialmente revogado pela Lei 9.472/97 no que trata de telecomunicações, permanecendo vigente em relação à radiodifusão.

No referido diploma legal, artigo 38 alíneas *d*, *e*, e *h*:

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

d) os serviços de informação, divertimento, propaganda e publicidade das empresas de radiodifusão estão subordinadas às finalidades educativas e culturais inerentes à radiodifusão, visando aos superiores interesses do País;

e) e) as emissoras de radiodifusão sonora são obrigadas a retransmitir, diariamente, no horário compreendido entre as dezenove horas e as vinte e duas horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República, ficando reservados sessenta minutos ininterruptos, assim distribuídos: vinte e cinco minutos para o Poder Executivo, cinco minutos para o Poder Judiciário, dez minutos para o Senado Federal e vinte minutos para a Câmara dos Deputados; (Redação dada pela Lei nº 13.644, de 2018)

h) as emissoras de radiodifusão, inclusive televisão, deverão cumprir sua finalidade informativa, destinando um mínimo de 5% (cinco por cento) de seu tempo para transmissão de serviço noticioso.

E ainda em seu artigo 124:

Art. 124. O tempo destinado na programação das estações de radiodifusão, à publicidade comercial, não poderá exceder de 25% (vinte e cinco por cento) do total

Apesar do disposto na legislação (notadamente artigo 38, alínea “d” do Código Brasileiro de Telecomunicações), em 2016 a Agência Nacional de Cinema (ANCINE) através do Observatório Brasileiro do Cinema e Audiovisual (OBICA), no informe anual da TV Aberta demonstrou que as emissoras de TV aberta brasileira dedicavam em média apenas 1,2% de sua programação a conteúdo educativo (ANCINE, 2016). Percentual pífio, ainda mais em se considerando que neste percentual estão incluídas as veiculações das televisões públicas.

Na revisão do presente estudo chama a atenção que desde o ano de 2016 o referido Observatório Brasileiro de Cinema e Audiovisual simplesmente deixou de realizar os informes anuais sobre a televisão aberta. Atualmente os informes anuais são realizados tão somente em relação às televisões pagas, o que tem provocado verdadeiro apagão de dados, e permitido que as televisões abertas simplesmente descumpram o ordenamento legal por falta de fiscalização.

A principiologia constitucional estabelece que:

Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;

II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;

III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;

IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

A omissão legislativa para a regulação do conteúdo veiculado pelas emissoras comerciais é notável. A lei complementar (inciso III) que deveria instituir percentuais mínimos a serem observados pelas redes privadas de radiodifusão para a produção cultural, artística ou jornalística de conteúdo regional transcorridos 34 anos ainda não foi editada. Inicialmente tramitou o Projeto de Lei da Câmara nº 256, de 1991, posteriormente o projeto de lei nº 59, de 2003, que após intensos debates e muita obstrução por parte das radiodifusoras privadas, restou arquivado em 2014. Atualmente o tema é debatido por intermédio do Projeto de Lei Complementar 5.992/2013 que se encontra pronto para ser pautado no plenário do Congresso em sessão conjunta das duas casas legislativas.

Análise da referida proposta legislativa revela a tibieza da proposição, e revela ainda o poder dos *lobbies* das empresas radiodifusoras. Referido diploma legal visa alterar o artigo 38 da Lei 4.117/62, e estabelecer os seguintes conteúdos mínimos de programação:

“Art. 38

j) Na programação diária das emissoras de rádio e televisão, destinar-se-ão os seguintes valores mínimos em minutos, semanalmente, para veiculação de produção cultural, artística e jornalística, de caráter regional e local:

1) para localidades com até 500.000 habitantes, 336 minutos de produção regional, da qual 168 minutos de produção local;

2) para localidades com 500.001 a 1.000.000 de habitantes, 504 minutos de produção regional, da qual 252 minutos de produção local;

3) para localidades com 1.000.001 a 5.000.000 habitantes, 616 minutos de produção regional, da qual 308 minutos de produção local;

4) para localidades com mais de 5.000.001 habitantes, 840 minutos de produção regional, da qual 420 minutos de produção local.

§2º Nas localidades que sejam capitais dos respectivos Estados, para efeito de contabilização, basta que seja atendido o percentual estabelecido para exibição de produção de caráter regional.

§3º Consideram-se habitantes da localidade a população do município da outorga da emissora de radiodifusão sonora ou de sons e imagens”

Referida proposta legislativa repousa a nove anos pronta para ser levada a votação.

Dessa forma o conteúdo veiculado nas rádios e televisões privadas, apesar de parcamente, mas objetivamente balizados por lei, atualmente não são alvo de fiscalização do poder público.

Neste ponto é oportuna a transcrição da análise promovida pela Agência Nacional de Cinema (ANCINE), através do Observatório Brasileiro do Cinema e Audiovisual (OBCA) no informativo anual de 2016, em relação às TV's abertas:

Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas Multidisciplinares no Século XXI, Volume 3

Tabela 9: Percentual de Tempo de Programação de Gêneros por Emissora (2016)

Gênero	Band	CNT	Globo	Record	RedeTVI	SBT	TV Brasil	TV Cultura	TV Gazeta	Total Geral
Religioso	16,2%	89,6%	0,6%	22,9%	43,7%	-	1,5%	0,6%	15,7%	21,2%
Telejornal	25,6%	5,0%	22,1%	35,8%	7,3%	19,0%	6,3%	9,5%	5,1%	15,1%
Série	13,7%	0,2%	4,9%	4,9%	-	10,6%	29,4%	42,9%	0,2%	11,9%
Variedades	2,9%	-	8,7%	9,7%	6,8%	6,0%	1,1%	1,3%	24,8%	6,8%
Telecompra	1,1%	-	-	-	4,3%	-	-	-	44,8%	5,6%
Novela	2,9%	-	15,8%	9,4%	-	15,8%	0,8%	-	-	5,0%
Esporivo	18,2%	1,2%	8,8%	2,5%	3,3%	-	6,5%	0,3%	3,1%	4,9%
Filme	3,5%	-	19,1%	2,9%	-	2,9%	9,5%	3,2%	-	4,6%
Auditório	2,5%	-	9,3%	5,5%	6,8%	12,8%	-	-	-	4,1%
Revista	0,2%	0,4%	1,4%	2,1%	9,5%	-	3,3%	4,9%	0,5%	2,5%
Infantil	0,2%	-	-	-	-	14,1%	2,4%	5,1%	-	2,4%
Documentário	1,7%	-	2,9%	0,6%	0,9%	1,8%	8,3%	3,7%	1,0%	2,3%
Debate	2,4%	-	0,0%	-	0,3%	-	7,9%	7,0%	1,2%	2,1%
Musical	-	-	0,0%	-	0,6%	0,8%	8,3%	7,2%	-	1,9%
Entrevista	1,2%	3,2%	0,6%	-	1,0%	-	3,6%	2,1%	1,6%	1,5%
Instrutivo	0,3%	0,0%	2,4%	-	0,2%	-	4,2%	4,2%	1,5%	1,4%
Educativo	-	-	-	-	-	-	5,0%	6,3%	-	1,2%
Colonismo Social	-	-	-	-	7,6%	1,6%	-	-	-	1,0%
Animação	-	-	-	-	-	8,3%	0,5%	-	-	1,0%
Humorístico	2,1%	-	0,9%	1,3%	3,4%	0,9%	-	-	-	1,0%
Reality Show	2,2%	-	1,2%	1,0%	0,8%	1,3%	-	0,2%	0,1%	0,8%
Talk Show	-	0,2%	-	0,8%	0,8%	2,6%	-	-	-	0,5%
Sortelo	2,3%	-	-	-	0,9%	0,1%	-	-	0,3%	0,4%
Eventos	0,5%	-	0,6%	0,1%	0,1%	0,3%	0,2%	0,1%	-	0,2%
Político	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,3%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%
Quiz Show	-	-	-	-	1,3%	-	-	-	-	0,1%
Especial	0,0%	-	0,1%	0,2%	0,1%	0,1%	0,5%	0,0%	-	0,1%
Game Show	-	-	-	-	-	0,8%	-	-	-	0,1%
Ficção	-	-	-	-	-	-	-	0,7%	-	0,1%
FORA DO AR	-	-	0,2%	-	-	0,0%	-	0,5%	-	0,1%
Culinário	-	-	-	-	-	-	0,5%	-	-	0,1%
Total Geral	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

*TV Brasil e TV Cultura são emissoras de radiodifusão pública

Esparadamente a legislação estabelece ainda o que se propõe que não seja veiculado. O maior exemplo é o artigo 76 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe:

Art. 76. As emissoras de rádio e televisão somente exibirão, no horário recomendado para o público infante juvenil, programas com finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas.

Parágrafo único. Nenhum espetáculo será apresentado ou anunciado sem aviso de sua classificação, antes de sua transmissão, apresentação ou exibição.

E cuja inobservância, segundo o mesmo diploma legal (ECA) em seu artigo 254 previa:

Art. 254. Transmitir, através de rádio ou televisão, espetáculo em horário diverso do autorizado ou sem aviso de sua classificação:

Pena - multa de vinte a cem salários de referência; duplicada em caso de reincidência a autoridade judiciária poderá determinar a suspensão da programação da emissora por até dois dias.

Entretanto a inconstitucionalidade do artigo 254 foi declarada através da Ação Direta de Inconstitucionalidade 2.404, impetrada pelo Partido dos Trabalhadores Brasileiros (PTB) tendo como *amicus curiae* a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT).

2.4. Outorga

2.4.1. Comerciais

Mas não só por sua programação diferenciam-se a radiodifusão educativa da radiodifusão comercial. Também a outorga nos dois sistemas é diferenciada.

Na radiodifusão privada, é necessário que aquele que pretende obter a outorga provoque o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e demonstre a viabilidade econômica do empreendimento. Por decisão discricionária, o Ministro publicará edital indicando o objeto da licitação, valor mínimo da outorga e condição de pagamento, relação de documentos necessários à habilitação, e os critérios para julgamento das propostas. No julgamento das propostas levam-se em conta inicialmente as propostas técnicas e os requisitos para habilitação, devendo ser auferidos pontos para esses dois critérios antes que se abram as propostas de valor.

Nos casos de concessão - em que a outorga tem um caráter regional - o Presidente da República, e nos casos de permissão - em que a outorga é de caráter local - o Ministro das Comunicações, envia então o ato de outorga (ainda compreendido como mera proposta haja visto que a deliberação congressual é requisito de validade do negócio) para apreciação do Congresso Nacional, conforme disposição do §1º do artigo 223 da Constituição Federal.

Dessa forma, o juízo de discricionariedade do Poder Executivo é realizado apenas quanto à conveniência e oportunidade ou não do lançamento do edital.

2.4.2. Educativas

Diversamente do que ocorre para as radiodifusoras educativas, em que não há procedimento licitatório, sendo absolutamente discricionário o juízo do Poder Executivo por força do §1º do inciso XV do artigo 13 do Decreto nº 2.108 de 1996. Ressalte-se que a outorga nessa modalidade de autorização só poderá ser auferida às pessoas jurídicas de direito público interno ou às fundações, sejam elas instituídas pelo poder público ou pelo ente privado (Lopes, 2011).

3. BREVES TECITURAS SOBRE A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA RADIODIFUSÃO EDUCATIVA

Tecer considerações acerca da historiografia da radiodifusão educativa nacional consubstancia enorme desafio, especialmente sob o enfoque legal, onde, quase inexistente referência bibliográfica, sem se desprezar de forma alguma o enorme, hercúleo e completo trabalho realizado pelo professor da Universidade Federal de Brasília Márcio Iorio Aranha.

Deve-se honrar ainda o trabalho das Ciências Sociais, cite-se nomes de suma importância que contribuíram na construção de uma historiografia acadêmica da televisão pública brasileira, posto em que se destacam Laurindo Leal Filho, Eduardo Amando de Barros Filho, L.C. Rondini, entre outros, que, analisando a história – principalmente da TV Cultura de São Paulo – foram capazes de discorrer criticamente acerca da legislação.

3.1. Início

3.1.1. Rádio

A primeira transmissão de rádio em solo brasileiro se deu em função da comemoração do centenário da independência do Brasil. Quando do advento da Exposição Internacional do Rio de Janeiro, um grupo de empresários estadunidenses realizou uma transmissão de rádio que chegou a ser captada a 2.000 km de distância. O intuito do grupo de empresários era comercializar a invenção, porém, por não existirem

compradores dispostos ao investimento, todo equipamento fora embarcado de volta aos Estados Unidos. Os jornais da época registraram o episódio:

“As firmas, cujos produtos são mundialmente conhecidos, tomaram grandes espaços no edifício da Exposição Industrial Norte-americana, que, como se sabe, está sendo construído nesta capital para tomar parte conjuntamente com a Grande Exposição Internacional. [...] O telefone sem fio, por meio do rádio, que, como se sabe, é a última invenção que está atraindo a atenção [...], será apresentado como um produto especial na exposição que fará a Westinghouse Electric and Manufacturing Company. As pessoas que visitarem a Exposição Industrial Americana, à praça Mauá, poderão permanecer próximo à exposição da Westinghouse e aí escutarem música e canto provenientes da estação central. Será uma novidade interessantíssima para quem não teve o prazer de ver, ainda, essa nova conquista da ciência. [...]” (A NOITE, 20 maio 1922, p. 6). (Ferraretto, 2013)

A primeira iniciativa para a consolidação de uma estação de rádio no Brasil surge com a Rádio Sociedade Rio de Janeiro, capitaneada pelo intelectual Edgard Roquette-Pinto, que quase unipessoalmente conduz o empreendimento, que, nasce com o intento educativo-cultural.

O lema da Rádio Sociedade Rio de Janeiro resume bem sua *verve*: “Trabalhar pela cultura dos que vivem em nossa terra e pelo progresso do Brasil” Nesse sentido, a programação daquela rádio era composta por música erudita, conferências, palestras sobre temas acadêmicos, debates (Ferraretto, 2013).

Tal foi a gênese do rádio no Brasil: tentativa de ser instrumento de massificação de cultura erudita e educação formal. Roquette-Pinto, antropólogo e médico, conhecia, estudava e escrevia sobre as características nacionais em sua época, e acreditava na massificação da arte e do ensino como instrumentos de transformação social. Segundo ele, o povo, moldado pela ignorância e pelas doenças tropicais, poderia livrar-se de seus

males com educação e alta cultura, do que, o rádio, representava a chama como na fábula de Prometeu (Rangel, 2010).

Os instrumentos para a implantação foram então adquiridos pelo poder público, que os doou à Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, uma instituição privada sem finalidade lucrativa, em 1923, sendo que em 7 de setembro de 1936, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro foi entregue à administração do governo federal.

3.1.2. Televisão

A primeira transmissão televisiva no Brasil ocorreu em 4 de julho de 1950. 5 mil pessoas se aglomeraram em torno de dois aparelhos receptores, um deles no saguão dos “Diários Associados”¹, e um na praça D. José Gaspar, os dois endereços localizados na região central da cidade de São Paulo, para ver Frei José Francisco Guadalupe Mojica realizar uma apresentação musical.

O empreendimento foi uma iniciativa do empresário Assis Chateaubriand, que tendo contato com o invento em 1944 em viagem aos Estados Unidos teria declarado a um grupo de empresários com os quais pretendia reunir fundos pra iniciar a operação da televisão brasileira:

“Estou boquiaberto com o que me foi mostrado em Nova York por David Sarnoff, o boss da NBC: a televisão, a oitava maravilha do mundo. Num estúdio fechado um conjunto de câmara tocava um trecho de La Bohème, de Puccini. A cinquenta metros dali, em outra sala, através de um aparelho, eu pude ver e ouvir com perfeição a execução da ópera. Eu os reuni aqui para comunicar que, terminada a guerra, vou importar aquela tecnologia e instalar uma estação de televisão no Brasil. Queria que suas indústrias fossem se preparando, porque vocês vão ser os privilegiados que dividirão comigo as glórias de trazer esse invento revolucionário para cá. Os nossos inimigos que se preparem: se só com rádios e jornais os Associados já

¹ Conglomerado comunicacional pertencente a Assis Chateaubriand

tiram o sono deles, imaginem quando tivermos na mão um instrumento mágico como a televisão!” (Morais, 1994).

Tal foi a gênese da televisão no Brasil: tentativa de ser um instrumento de vingança pessoal de uma parcela da elite empresarial contra outra parcela igualmente elitizada do extrato empresarial brasileiro. Assis Chateaubriand, então já dono de um império comunicacional de rádios, jornais e revistas, e também de uma personalidade pitoresca manejava os meios de comunicação para atender os seus próprios interesses, confundindo estes com os da nação.

Considera-se como data de “inauguração” da televisão no Brasil a data de 18 de setembro de 1950, quando vai ao ar na cidade de São Paulo o programa “Tv na Taba”, com 2 horas e 40 minutos de duração. Em que pese o programa ser produzido em um dos estúdios da Rádio Tupi, ainda não havia sido criada nenhuma emissora de televisão propriamente dita, e o programa era transmitido pelo canal que operava na frequência PRF-3.

A primeira emissora exclusivamente de televisão brasileira foi a TV Tupi do Rio de Janeiro, inaugurada no ano de 1951.

Já a primeira outorga para uma emissora educativa fora concedida em 1952, para a Rádio Roquette-Pinto, porém, com a morte do intelectual, o projeto não foi concluído por falta de recursos. A 1ª televisão com finalidade educativa viria a surgir em 1961 por iniciativa da Fundação João Batista do Amaral, que veiculava telecursos de alfabetização através da TV Rio. A transmissão dos telecursos perdurou dois anos, e em 1964 a fundação encerrou suas atividades também por falta de recursos. (Filho, 2011)

3.2. Legislação

Na esteira da inovação tecnológica da primeira metade do século XX é editado o decreto 20.047 de 27 de maio de 1931, o primeiro diploma legal nacional a citar a radiodifusão. Nele, os serviços de radiodifusão são concebidos como de interesse nacional cujo caráter é eminentemente educativo (Filho, 2011). Já nesta legislação ficara definido o sistema de concessões renováveis a cada dez anos.

Posteriormente o decreto 21.111 de 1º de março de 1932 cita a *radiotelevisão*, estabelecendo que a transmissão e recepção de sons e imagens, de qualquer natureza, deveriam ser considerados radiocomunicação.

Estes dois decretos (20.047/31 e 21.111/32) seriam os principais diplomas legais da radiodifusão até a codificação em 1962, e previam o chamado modelo “*trusteeship*”, princípio introduzido pelo *Radio Act* (legislação norte-americana do ano de 1927) e que prevê que o espectro eletromagnético é um bem público, e que as emissoras são meras licenciadas pelo governo para exploração de tal espectro. Este é o modelo vigente até os dias atuais.

Em 1949 é concedida a primeira outorga de canal de espectro eletromagnético para a implementação dos serviços de irradiação de som e imagem (televisão) do Brasil. Seu concessionário era o empresário Assis Chateaubriand, que, como já dito, em 1951 inaugura a TV Tupi, canal 6 do Rio de Janeiro.

Nesse contexto – surgimento das primeiras emissoras de televisão -, foi se tornando cada vez mais insustentável a falta de regulação do setor de telecomunicações, haja visto que a legislação dos anos 30 além de obsoleta, foi sendo complementada e regulada pelos mais diversos órgãos de governo, que a seu bel prazer baixavam normas e portarias que influíam no setor. Por exemplo, o Ministério da Educação, uma vez que a finalidade histórica da radiodifusão era educacional, editava normas com fins de regulamentar o setor. Da mesma forma o Conselho de Segurança Nacional, vez que as telecomunicações afetam diretamente a segurança nacional. Ou ainda o Ministério da Aviação e Obras Públicas, que tinha sob sua tutela o Departamento de Correios e Telégrafos. Enfim, a legislação sobre as telecomunicações era um cipal indecifrável.

A confluência de interesses do Estado, empresariado e legislativo, marcados sobretudo pela transferência da capital federal para Brasília (o que exigia uma melhoria nas telecomunicações), fez com que em 1953, através do projeto de lei do Senado Federal, iniciassem-se os debates que durariam longos 9 anos e culminariam no Código Brasileiro de Telecomunicações, lei 4.117 de 27 de agosto de 1962.

O projeto foi objeto de nada menos que 52 vetos presidenciais do então Presidente João Goulart. Todos derrubados no plenário do Senado Federal. Não por acaso: a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) fora criada naquele mesmo ano, sua função precípua era contra argumentar cada um dos vetos presidenciais para que o projeto original fosse aprovado.

Precedendo a nova ordem democrática descortinada com a promulgação da Carta de 88, as únicas relevantes alterações legislativas foram as promovidas pelos

decretos 200/67, e 236/67. Sendo que, este criou o modelo educativo de radiodifusão, e aquele o Ministério das Comunicações.

3.3. Redemocratização

A Carta da República/88 destaca todo um capítulo à Comunicação Social (Capítulo V, do Título VIII – Da Ordem Social), algo inédito na história das constituições brasileiras. Não que a liberdade de imprensa insculpida no artigo 220 seja novidade, pelo contrário, tal previsão repete-se desde a constituição do império (1824), porém, a Carta de 88, analítica que é, dispõe ainda de 4 outros artigos, 16 parágrafos e 6 incisos para tratar do tema.

É, portanto, proveniente da Carta Magna, como já destacado anteriormente, os princípios que devem reger a programação das emissoras de rádio e televisão. Podemos identificar no capítulo “Da Comunicação Social”, ao menos 6 princípios:

. **Princípio da Livre Manifestação do Pensamento:** expresso no artigo 220 *caput* e §1º; artigo 5º incisos IV, IX, artigo 206 inciso II, e artigo 215. E garantido o disposto no artigo 5º incisos V, X, XIV segunda parte.

. **Princípio da Complementaridade dos Sistemas:** expresso no artigo 223 (CF/88), nos dizeres de Márcio Iorio Aranha: “*A complementaridade dos sistemas privado, público e estatal trazida no caput do art. 223 não constitui princípio geral de comunicação social, mas princípio processual específico de atuação do Poder Executivo Federal na outorga e renovação de concessão, permissão e autorização de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens*”. (Gomes Canotilho, et al., 2013). Partindo dessa interpretação que ao nosso ver é a mais correta, teremos que o referido princípio terá duas dimensões possíveis, quais sejam: vez que o espectro eletromagnético é bem público finito, o Estado deverá garantir espaço espectral que possa contemplar os três sistemas. Ou poderá ainda ser entendido como a necessidade de observância no espaço de programação das emissoras para as finalidades privadas, públicas e estatais. Dessa forma deve ser compreendido o princípio da complementaridade: reserva de espaço espectral para as modalidades de radiodifusão, e reserva de espaço de programação, nos três sistemas, para as finalidades públicas, estatais e privadas.

. **Princípios de Proteção aos Valores Éticos, da Promoção da Cultura, do Conteúdo Regional, da Finalidade Educativa:** estes princípios, todos insculpidos nos

incisos do artigo 221, deverão ser observados pelas emissoras de rádio e televisão tanto na produção de conteúdo como na exibição destes. De se notar que a referida norma não faz distinção entre sistemas devendo, portanto, ser compreendida, dentro da lógica constitucional, como afeta a todos os tipos (privado e público) de rádio e televisão.

Tais princípios (artigo 221 CF/88) são dessa forma definidos por Aranha: “*O silêncio constitucional sobre o tema demonstra que o princípio da proteção aos valores éticos e sociais da pessoa e da família (art. 221, IV) se refere a instituições culturais de existência paralela à instituição jurídica. A Constituição Federal de 1988, todavia, fornece um rol de parâmetros indicativos de conformações dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, como as liberdades de manifestação do pensamento, de consciência, de crença, de expressão intelectual, artística, científica, religiosa e de comunicação, de exercício de trabalho, ofício ou profissão (art. 5º, IV, VI, VII, VIII, XIII). (...) O conceito de conteúdo cultural, por sua vez, é entendido como o “caráter simbólico, dimensão artística e valores culturais que têm por origem ou expressam identidades culturais” (Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da Unesco, de 20 de outubro de 2005, art. 4º, item 2). De sua parte, o princípio da regionalização da produção cultural do art. 221, III, da Constituição Federal de 1988 valoriza a ideia de diversidade cultural, bem como um seu componente essencial ressaltado no art. 2º da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural de 2003, da Unesco: o pluralismo cultural como interação harmoniosa entre identidades culturais caracterizadas por “sua vontade de conviver”. (...) Como se pode notar, a disciplina normativa infraconstitucional relativa ao princípio da preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas encontra-se pulverizada em preceitos de caracterização de serviço específico de televisão educativa ou abertura de espaço a canais educativo-culturais, de um lado, acompanhada, de outro lado, de percentuais mínimos de tempo de programação para o serviço noticioso, e máximos de propaganda comercial para o conjunto dos serviços de radiodifusão.*” (Gomes Canotilho, et al., 2013).

Como normas jurídicas que são (Barroso, 2013), tais mandamentos constitucionais deveriam ser observados pelos entes que compõem os sistemas de radiodifusão de som e de som e imagem, e o Estado incorrerá em verdadeira omissão inconstitucional ao não fiscalizar tais entes para que se cumpram os ditames da Carta Magna.

Uma análise perfunctória do conteúdo de tais princípios face à realidade da programação das emissoras de rádio e televisão – conforme já transcrito estudo promovido pela Agência Nacional de Cinema - revela a inobservância deliberada de grande parte de tais emissoras aos referidos princípios em sua programação.

Em que pese a extremamente importante orientação constitucional sobre a radiodifusão, as normas sobre o setor não se encerram apenas no texto da CF/88. Importantes marcos regulatórios pós redemocratização exsurtem tanto para o setor privado como para o público. Por exemplo a lei 9.637/98 que cria o programa nacional de publicização e prevê a possibilidade de recebimento de recursos a título de apoio cultural e patrocínio por parte das emissoras educativas. A lei geral das telecomunicações (9.472/97), que na prática divide a regulação da telecomunicação, fazendo com que o Código Brasileiro de Telecomunicações, na verdade, regule o setor de radiodifusão² e cria a Anatel. Lei 9.612/98 que cria o serviço de radiodifusão comunitária. A lei 11.652/08 que autoriza a criação da Empresa Brasil de Comunicação e aborda de maneira muito ampla a radiodifusão pública, consubstanciando-se talvez no mais importante marco legal desse setor. A lei 12.343/2010 que institui o Plano Nacional de Cultura e menciona várias vezes a rádio e televisão pública.

4. UM OLHAR PARA A FUNDAÇÃO RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DE UBERLÂNDIA

A Fundação Rádio e Televisão Educativa de Uberlândia é uma fundação de direito privado, instituída em 08 de novembro de 1985. Porém, somente em 1987 a Fundação seria licenciada para a radiodifusão de sons, e, a partir de 1988 inicia a retransmissão de sinal da TVE-Rio. Desde então, a Fundação se transforma em importante ator no cenário cultural e educativo da região, tanto na promoção de debates de relevantes temas, como na produção e veiculação de conteúdo de importância para a Universidade Federal de Uberlândia, à qual é umbilicalmente ligada, apesar de ser, como já dito, uma fundação de direito privado.

² Lei 9.472/97. Art. 215. Ficam revogados: I - a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, salvo quanto a matéria penal não tratada nesta Lei e quanto aos preceitos relativos à radiodifusão;

Situada nas dependências da Universidade Federal de Uberlândia no campus Santa Mônica, no bloco 1S, a RTU insculpiu no seu estatuto logo no seu artigo 4º seus objetivos, leia-se:

I – Divulgar programas e informativos de interesse educativo, científico, tecnológico e cultural;

II – Promover, interna e externamente, as potencialidades científicas e artístico-culturais das instituições de ensino de Uberlândia e região;

III – Promover a divulgação de eventos do interesse da Universidade Federal de Uberlândia e região;

IV – Proporcionar estágios para alunos da Universidade Federal de Uberlândia e demais instituições de ensino superior (IES);

V – Produzir, comprar, alugar ou permutar programas científicos, artísticos e culturais visando à melhoria da educação e da cultura;

VI – Dar suporte a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse da Universidade Federal de Uberlândia ou Instituição de Ensino Superior (IES) apoiada e, primordialmente, ao desenvolvimento da inovação e da pesquisa científica e tecnológica, criando condições mais propícias ao estabelecimento de relações com a sociedade, mercado, instituições;

VII – Propiciar a veiculação de programas jornalísticos, bem como os de cunho artístico-cultural, fruto de produções laboratoriais e experimentais dos cursos, relacionados a atividade fim da fundação RTU, da Universidade Federal de Uberlândia e demais instituições de ensino superior de Uberlândia (MG), aprovados pelo Conselho de Programação e Produção da RTU.

A Fundação é também credenciada como uma fundação de apoio à Universidade Federal de Uberlândia, classificação dada a entidades do terceiro setor que prestam suporte ao ensino, pesquisa, extensão e ao desenvolvimento de uma instituição federal de ensino superior (IFES). Para obter tal credenciamento, a RTU nos contratos que firma com a Universidade Federal de Uberlândia, se compromete a disponibilizar espaço físico e outros recursos para atender as necessidades do curso de comunicação social (jornalismo) daquela instituição.

Além da produção e veiculação de conteúdo, do suporte para o curso de comunicação social, a Fundação produz ainda vídeo-aulas no interesse da Universidade e nos termos dos contratos que firma.

4.1. Desafios

Apesar de toda a potencialidade proporcionada pela outorga de uma emissora de radiodifusão de sons, e de sons e imagens, por sua própria estrutura estatutária, que prevê a presença ostensiva de representantes da Universidade Federal de Uberlândia em seu quadro de conselheiros nos diversos conselhos que compõem a Rádio e Televisão Educativa de Uberlândia - fato reforçado ainda mais através das recomendações do Ministério Público (responsável legal pelas fundações, cf. Código Civil artigo 66) quando da elaboração do novo Estatuto - a Fundação é financeiramente dependente da Universidade Federal de Uberlândia.

Por conta dessa forte dependência, atualmente a RTU hodiernamente enfrenta dificuldades financeiras e organizacionais, v.g. no ano de 2017, quando a gestão da Universidade Federal de Uberlândia decidiu que a relação entre as partes não se daria mais por contrato de prestação de serviços, mas por convênio. Tal mudança no formato da parceria ocasionou forte atraso na renovação da mesma, logo, por não possuir outras formas de captação de recursos financeiros, a RTU atravessou momentos de dificuldades financeiras.

Em análise aos resultados financeiros do ano de 2016, verifica-se que o total de receitas da Fundação fez o valor de R\$ 2.129.358,88 (Rodrigues, 2016), dos quais R\$ 818.721,60 correspondiam ao contrato com a Universidade Federal de Uberlândia.

A viabilidade financeira da Fundação só foi garantida porque além da Universidade Federal de Uberlândia, a RTU possuía contrato com a Câmara Municipal

de Uberlândia, contrato este que atualmente supera em termos de valores³ aquele estabelecido com a IFES à qual a Fundação está credenciada como fundação de apoio. Porém, possuindo aquela Câmara canal próprio para suas veiculações, a qualquer momento poderão ser revistas as cláusulas contratuais, passando, portanto, a Fundação a somente proceder com a produção dos programas daquela casa legislativa, e não mais sua transmissão.

Tal desafio de manutenção de saúde financeira da instituição é agravada pela vedação legal em veicular propaganda comercial. Esta vedação encontra-se insculpida no decreto-lei 236/67, que prevê em seu artigo 13, parágrafo único:

“Parágrafo Único. A televisão educativa não tem caráter comercial, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda, direta ou indiretamente, bem como o patrocínio dos programas transmitidos, mesmo que nenhuma propaganda seja feita através dos mesmos.”

A referida vedação tem encontrado respaldo na jurisprudência, como no caso da Apelação Cível 2004.83.00.013075-2 do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, e na literatura jurídica, como no parecer jurídico 1929-1.01/2009 do Ministério das Comunicações, acolhido em parte pela Advocacia-Geral da União. E ainda, importantes pensadores da academia corroboram com tal entendimento. Diferentemente, porém, as radiodifusoras educativas sustentam a inconstitucionalidade de tal vedação⁴. Adiante abordaremos a questão em ponto específico.

Esta dificuldade em angariar recursos compromete o funcionamento da Fundação e, principalmente, prejudica a consecução de sua finalidade precípua tanto estatutária, quanto legal, e ainda constitucional.

Porém o desafio financeiro não é o único enfrentado. A programação local, de produção própria ou de terceiros é extremamente cara, e difícil de ser produzida com qualidade. Segundo Goulart, em 2014, a emissora transmitia semanalmente apenas 27 horas de conteúdo local (Goulart, 2014).

³ Referido contrato com a Câmara Municipal de Uberlândia perfazia o valor global de R\$ 1.285.056,48.

⁴ A Fundação Padre Anchieta, mantenedora da TV Cultura, inclusive suscitou a questão através de consulta que resultou no mencionado parecer 1929-1.01/2009 do Ministério das Comunicações.

4.2. Pesquisa

Um fato chama atenção: tanto a Universidade, como as agências de fomento de pesquisa, exploram mal esse importante recurso de divulgação científica.

Em seu website o CNPq (Governo Federal) dispõe quanto à popularização da ciência:

“Deverá estar cada vez mais incorporado ao cidadão o espaço dos seus direitos e deveres, influenciando no caminho das soluções técnico-científicas e pressionando pela incorporação dos benefícios sociais da pesquisa científica e tecnológica ao seu cotidiano. Bem-estar, segurança e sobrevivência são objetivos a serem perseguidos pelo desenvolvimento científico e tecnológico para toda a humanidade.

Porém, para que essa dimensão se concretize, é preciso que os resultados científicos e tecnológicos sejam divulgados para além da academia e alcancem a sociedade, realizando, assim, a popularização da ciência. Nesse sentido, a pesquisa científica e tecnológica deverá ouvir mais a sociedade e, por outro lado, a sociedade deverá acompanhar mais esse desenvolvimento, por meio da sua divulgação para um público amplo.”

Entretanto em contato com aquela agência, concluiu-se que não há projetos para concretizar tais intentos. Nem mesmo a então iniciativa de *Popularização da Ciência* subsiste.

Da mesma forma, a agência Fapemig igualmente não prevê iniciativas para o manejo deste importante instrumento. Em consulta ao website da instituição (FAPEMIG, 2017) verificamos existirem linhas de fomento específicas para “Divulgação Científica”, porém nenhuma delas prevendo incentivos específicos para produção de audiovisual, tanto menos visando incluir a radiodifusão educativa.

Não consta ainda, que Universidade Federal de Uberlândia através de sua Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, tenha projetos específicos visando a divulgação

Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas Multidisciplinares no Século XXI, Volume 3

científica, ou incluindo entre os mecanismos de difusão de cultura e ciência o uso da radiodifusão educativa.

Pode parecer contracensual o afirmado no parágrafo anterior, uma vez que há entre a Universidade e a Fundação um vínculo quase permanente, calcado nos instrumentos de contrato – e atualmente convênio – entre as partes. Ocorre que, analisados pormenorizadamente, os contratos privilegiam a divulgação institucional da Universidade. O quadro reproduzido abaixo faz parte do projeto que baliza o instrumento de convênio da Universidade com a Fundação para o ano de 2017, e demonstra o que se argumenta:

PROJETO - DIVULGAÇÃO	INÉDITO	HORÁRIO	REPRISE	HORÁRIO	TEMPO	SIGLA	GÊNERO	EMISSORA	Nº EXIBIÇÕES MENSAIS	FORMATO
TVU NOTÍCIAS	SEG/SEX	18:30	Eventos científicos, culturais, artísticos e esportivos ligados à UFU, bem como todos os acontecimentos relevantes		30'	TVUN	JORNALÍSTICO	TV	22	VIVO
ESPORTE PROAE "TIRO LIVRE"	6ª FEIRA	12:00	6ª FEIRA	18:00	30'	EPTL	ESPORTE	RÁDIO	8	VIVO/ GRAVADO
SONORAS UFU	DIVS.	DIVS.	-	-	4	SUFU		TV	4	GRAVADO
COBERTURA PROCESSOS SELETIVOS E CONCURSOS	VESTIBULAR/INGRESSO/MATRICULAS/ CONCURSOS				60'	-	BOLETINS	TV	DIVERSOS	GRAVADO
COBERTURAS JORNALÍSTICAS	SEG/SEX	08:00/10:00 0/11:00/13:00/16:00 17:00/19:00 0/21:00	-	-	2	-	JORNALÍSTICO	RÁDIO	176	VIVO/ GRAVADO
DIVULGAÇÕES ESPORÁDICAS	VESTIBULAR/INGRESSO/MATRICULAS/ EVENTOS, ETC.				60'	-	GENERALIDADES	RÁDIO	DIVERSOS	GRAVADO
VIDEOS INSTITUCIONAIS UDI/PONTALMONTI CARMELO/PATOS DE MINAS	Criação, Produção, Captação, Edição, Finalização, Registro na ANQINE				3'	-	INSTITUCIONAL	TV	DIVERSOS	GRAVADO

4.3. Propaganda

A vedação à veiculação de propaganda comercial por meio das emissoras de radiodifusão educativa tem sido justificada sob vários argumentos, ao nosso entender, todos eles falhos.

Mas antes de analisar as falhas nos argumentos convém indicar a gênese da regra. Durante os tempos áureos do império comunicacional de Assis Chateaubriand, este adquiriu a concessão para operar o canal 2 de São Paulo em 1958, e em 1960 entrou no ar a TV Cultura com o slogan “*um verdadeiro presente de cultura para o povo*”. Porém, quando o referido império entrou em decadência financeira, o empresário, valendo-se de suas influências no governo paulista, vendeu o canal para aquele Estado, vendendo essa

acertada no ano de 1966, e efetivada no ano de 1967 dada a complexidade do negócio, que conduziu à criação da Fundação Padre Anchieta. A esse respeito registrou Fernando Morais (Morais, 1994):

“Neste caso houve uma particularidade. O comprador era o governo estadual (que a transformou em estação cultural e educativa), e os diretores dos Associados conseguiram enfiar no contrato de venda uma cláusula marota: para evitar que um novo concorrente viesse a disputar o minguado mercado publicitário, exigiram que, nas mãos do estado, o canal 2 jamais exibisse anúncios.”

Nesse mesmo ano de 1967 o decreto-lei 236/67, editado durante o fechamento democrático, reproduz aquela vedação no já transcrito parágrafo único do artigo 13.

Tal vedação, contemporaneamente defendida inclusive por renomados pesquisadores da academia aparentemente isentos, não encontra amparo lógico. Há argumentos, como por exemplo no parecer MC/CONJUR/MBH Nº 1929-1.01/2009 (Toffoli, 2009), de que o já delineado *Princípio da Complementaridade* predispõe e sustenta tal vedação, haja visto que se reserva à atividade publicitária o sistema privado (artigo 223 CF) de radiodifusão. Tal argumento não se sustenta frente a análise de Aranha (Gomes Canotilho, et al., 2013), conforme já delineado.

Também é defendida tal vedação sob o argumento de que assim estar-se-ia protegendo a programação das emissoras educativas. Ora, a programação das emissoras educativas é determinada por Lei. Se esta não for suficiente para a garantia da programação, não será a vedação à propaganda comercial que o fará. O raciocínio de tal argumento é que, pautada pela lógica comercial, as emissoras educativas priorizariam programas de apelo popular em detrimento dos de caráter cultural. Contra esse argumento, ao nosso ver, o que ocorreria - em abstrato - é que, dispondo de mais recursos para se financiar, as emissoras educativas poderiam produzir programas de maior qualidade, além de se inserirem como importantes mecanismos para o financiamento e fomento da cultura e educação.

O argumento que mais poderia ser capaz de inferir algum tipo de dúvida legítima sobre a publicidade comercial nas radiodifusoras educativas é o uso indevido das concessões, que prescindem de processo licitatório, para beneficiar pessoas específicas.

Bom, para rebater tal argumento é necessário lembrar que a outorga de concessão para a radiodifusão educativa é privativa para os entes de direito público interno e para as fundações (art. 14 decreto-lei 236/67). Nesse ponto cumpre lembrar que as fundações de direito privado são regidas pelo Código Civil artigos 62 a 69, e não têm finalidade lucrativa, além de serem fiscalizadas rigidamente pelo Ministério Público, e, ao prestarem serviços públicos (lembremos que o artigo 223 predispõe que o sistema no qual se enquadra a radiodifusão educativa é o público), sujeitam-se ao regime jurídico de direito administrativo, inclusive no que tange ao teto remuneratório de seus dirigentes nos termos do inciso XI do artigo 37 da Carta Magna. Ademais, tal fenômeno – concessão indevida de outorga para radiodifusão educativa -, já ocorre mesmo havendo vedação à publicidade comercial, e, para combater tal prática, não se deveria utilizar de tal subterfúgio. A improbidade no trato da res pública deriva do caráter subjetivo do indivíduo, e é repelida com a força das instituições de Estado e com o peso da lei, não com o sacrifício das instituições que cumprem com um importante papel social.

5. CONCLUSÃO

Em se considerando todo o exposto, chega-se à inexorável conclusão de que há um longo caminho a ser percorrido para que das radiodifusoras educativas se concretizem como instrumento de realização dos Direitos Culturais insculpidos na Constituição Federal.

Tanto em termos legislativos, como em termos de fiscalização e controle, as radiodifusoras educativas são preteridas pelo poder público em face das emissoras privadas.

Curiosamente, essa preferência pelo modelo privado de radiodifusão se dá por uma faceta dúplice do Estado brasileiro que revela o quanto os interesses corporativos se sobrepõem ao interesse público: de um lado observa-se que a radiodifusão educativa é sobrepujada por uma legislação intromissiva e rígida, e por um controle e fiscalização exageradas e por vezes obtusas. De outro lado, o que se verifica é o extremo oposto: as radiodifusoras privadas são pouco reguladas pela legislação, notadamente em função de sua programação, e, no pouco que o são, ou não podem sofrer sanções (STF ADI 2.404), ou inexistente fiscalização objetiva.

Retomando o pensamento introdutório, há um grande esforço em se manter o direito de empresa sob o argumento de se preservar os Direitos de Imprensa, de Livre Iniciativa, de Liberdade de Manifestação do Pensamento.

O inexistente direito de empresa, sob qualquer prisma que se analise, sempre será escrito com letras minúsculas, não que se deva desprezar o legítimo exercício da iniciativa privada, mas, essa não poderá prevalecer-se de um sistema protetivo que apenas lhes resguardam direitos.

Nesse diapasão, e à guisa de conclusão, entendemos cabíveis algumas medidas de ordem prática.

Urge que as agências de fomento prevejam em seus instrumentos contratuais cláusulas que privilegiem as emissoras de radiodifusão educativa como canais de divulgação científica, e exijam que os projetos de pesquisa científica prevejam orçamento voltado especificamente à alínea “*divulgação científica*”.

Também é conveniente que as instituições de ensino superior que possuam convênios com emissoras de radiodifusão pública engajem-se para utilização de tais emissoras não só para divulgação institucional, mas para propagação da ciência produzida em seus *campi*. Assim as Universidades podem se voltar para fora, e não permanecerem como uma *elite intelectual* inacessível ao grande público. De forma que os contratos e convênios sejam mais vantajosos às fundações que operem radiodifusão educativa, tornando-as emancipadas de conveniências políticas. Dessa forma, assim como acreditava Roquette-Pinto, a massificação da arte, cultura e ciência poderá servir como instrumento de transformação social.

De outro lado, cabe à academia, amparada e estimulada pelos órgãos representativos das classes profissionais, debater de forma aprofundada a vedação à publicidade nas emissoras de radiodifusão educativa. Os próprios órgãos de classe, e a própria academia só têm a ganhar com o fortalecimento da radiodifusão educativa. De tais debates resultará a conclusão se a publicidade nas emissoras educativas é adequada – como conclui o presente estudo -, ou não.

Fato é que a radiodifusão educativa é um instrumento de capilaridade ímpar. Presente no espectro aberto de sinal de televisão e obrigatoriamente também nos sistemas

fechados (cabo ou satélite), poderia servir de instrumento de reflexão e estímulo ao avanço das ciências, espaço isento para o debate cultural, político e educacional, porém, por força de pressões empresariais, descaso político, e legislação retrógrada, acaba se configurando em um grande recurso subaproveitado. Aliás, assim se configura o Estado brasileiro, um grande painel de possibilidades, em que a sociedade realiza enormes feitos vivendo na era de ondas curtas enquanto lhe é deliberadamente negado acesso à era digital.

Bibliografia

ANCINE. 2016. *TV Aberta - Informe Anual 2016*. s.l. : Observatório Brasileiro do Cinema e Audiovisual, 2016.

Barroso, Luís Roberto. 2013. *Curso de Direito Constitucional Contemporâneo*. São Paulo : Saraiva, 2013. 978-85-02-19996-5.

Bezerra, Berenice Isabel Mendes. 2004. *Parecer nº 1, de 2004 do Conselho de Comunicação Social*. Brasília : Congresso Nacional, 2004.

FAPEMIG. 2017. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais. *FAPEMIG*. [Online] Governo do Estado de Minas Gerais, 2017. [Citado em: 17 de Outubro de 2017.] <http://www.fapemig.br/divulgacao-cientifica>.

Ferraretto, Luiz Arthur. 2013. *De 1919 a 1923, os Primeiros Momentos do Rádio Brasileiro*. Fortaleza : Universidade de Fortaleza, 2013.

Filho, Eduardo Amando de Barros. 2011. *Por uma Televisão Cultural-Educativa e Pública*. São Paulo : Cultura Acadêmica, 2011. 978-85-7983-207-9.

Gomes Canotilho, Joaquim José, et al. 2013. *Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo : Saraiva, 2013.

Goulart, Fabiano de Moura. 2014. *Rádiodifusão Educativa - o Caso da TV Universitária de Uberlândia*. Uberlândia : Trabalho apresentado para o XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2014.

Governo Federal. Por que Popularizar? *CNPq*. [Online] Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. [Citado em: 17 de Outubro de 2017.]
<http://www.cnpq.br/web/guest/por-que-popularizar/>.

Lopes, Cristiano Aguiar. 2011. *Regulação da Radiodifusão Educativa*. Brasília : Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2011.

Morais, Fernando. 1994. *Chatô, o Rei do Brasil, a Vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo : Schwarcz, 1994. 85-7164-396-2.

Oliveira, Rafael Carvalho Rezende. 2015. *Administração Pública, Concessões e Terceiro Setor*. Rio de Janeiro : Método, 2015. 978-85-309-6194-7.

Rangel, Jorge Antônio. 2010. *Edgard Roquette-Pinto*. Recife : Massangana, 2010. 978-85-7019-510-4.

Rodrigues, Rondinélío Ferreira. 2016. *Fundação Rádio e Televisão Educativa de Uberlândia - Relatório de Análise Situação Econômica, Financeira e Patrimonial*. Uberlândia : s.n., 2016.

Roquette-Pinto, Edgard. 1940. *Ensaio Brasileiro*. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1940.

Toffoli, José Antônio Dias. 2009. *PARECER/MC/CONJUR/MBH/Nº 1929-1.01/2009*. Brasília : Advocacia Geral da União, 2009. 00400.011531/2009-61.

Capítulo 14 - DOI:10.55232/1084002014

**POLÍTICAS PÚBLICAS E MEIO AMBIENTE: UMA
ANÁLISE A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS
MORADORES DE SÃO JOSÉ DO SABUGÍ-PB**

Angélica da Costa Santos, Bruno José Silva de Medeiros, Beatriz Silva de Medeiros, Thaize Monteiro Dantas

RESUMO: A pauta de políticas públicas ambientais no Brasil é algo bastante escasso e de certa forma recente, os primeiros esforços de que se tem notícia ocorreram em meados dos anos 1930 na época do governo Getúlio Vargas, onde o país deu início ao seu processo de industrialização. Dessa época até a atualidade é perceptível que em nome do crescimento econômico, as poucas políticas ambientais existentes vêm sendo violadas pondo em risco todo o ecossistema brasileiro. A sociedade é uma peça fundamental no que diz respeito à criação e manutenção de políticas públicas de todas as naturezas, é através da pressão popular que as mais variadas questões podem se tornar pautas importantes de discussão ao nível governamental. Partindo dessa observação, o presente artigo pretende avaliar o trato das questões ambientais no município de São José do Sabugi sob a visão da população e investigar se as ações do executivo municipal estão sendo amplamente difundidas na sociedade local, para esse fim utilizou-se um questionário com 15 perguntas onde pode-se constatar que as políticas públicas em torno da causa ambiental no município são bastante escassas e que os problemas ambientais são vistos de forma clara pelos munícipes entrevistados.

Palavras-chave: Meio-ambiente, políticas públicas, impactos ambientais.

INTRODUÇÃO

O marco inicial das políticas públicas ambientais no Brasil foi o ano de 1934 com a criação de dois importantes documentos a nível nacional durante o governo de Getúlio Vargas, o Código Florestal publicado em janeiro de 1934 e o Código das Águas de junho de 1934 (MOURA, 2016). Ambos esses documentos abriram caminho para que demais políticas públicas pudessem vir a ser implantadas no Brasil, dando o suporte necessário para que as causas ambientais ganhassem uma certa visibilidade e se tornassem pautas governamentais importantes.

Em 1988, quando a nova Constituição Federal do Brasil entrou em vigor, foram dadas algumas diretrizes importantes em relação ao meio ambiente, mais precisamente no Art. 225 que aponta “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988). No que tange às demais esferas federativas a Constituição Federal de 1988 conferem-lhes autonomia para que tratem da questão ambiental, no entanto, a mesma não menciona o modo como deve ser feito cabendo a cada estado ou municipal traçar as suas próprias diretrizes (LEME, 2010).

Após a Constituição de 1988 outras políticas públicas referentes às causas ambientais surgiram. No ano de 1999 foi criada a Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e mais recentemente entrou em vigor a Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010 que estabeleceu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Estes são importantes exemplos de políticas públicas a nível nacional, criadas com o intuito de traçar objetivos e metas de gestão ambiental, educação ambiental e gerenciamento de resíduos sólidos. A temática dos resíduos sólidos é atualmente uma das grandes problemáticas das sociedades capitalistas modernas, segundo o relatório da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE, 2019), apenas a população brasileira no ano de 2018 gerou cerca de 79 milhões de toneladas de resíduos, em média 380 kg por pessoa ao ano. Em sua maioria, esses resíduos são armazenados em locais inapropriados, jogados em vias públicas ou até mesmo queimados, gerando impactos negativos não só para o meio ambiente, mas também para a saúde da população.

Nesse sentido, é importante ressaltar que cada município possui autonomia para lidar com as questões referentes à gestão ambiental, sendo obrigação do poder público municipal traçar as diretrizes necessárias para tal questão. Segundo Nóbrega (2020), a

postura adotada pelos governantes brasileiros ao longo da história tem sido baseada apenas no crescimento econômico colocando as questões ambientais como um obstáculo para atingir tais metas.

Quando se trata exclusivamente da realidade do município de São José do Sabugi é preciso destacar que a política pública mais evidente que se tem notícia é o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), que entrou em vigor através da Lei municipal n° 536 de 30 de novembro de 2017, encaixando-se também o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas do Lixão Municipal, criado no ano de 2020 e a Lei Municipal n° 546 que trata da coleta seletiva no município.

Posto isto, o objetivo do presente artigo é avaliar o trato das questões ambientais no município de São José do Sabugi sob a ótica dos moradores da região, identificando suas percepções acerca da problemática bem como o conhecimento destas pessoas acerca do que é feito em termos de políticas públicas ambientais a nível municipal pelo poder executivo e legislativo. Nesse sentido questiona-se: qual a real percepção dos moradores da cidade de São José em relação às questões ambientais e as políticas públicas implantadas (ou não) pela gestão municipal?

Diante disso, o presente estudo está dividido em quatro seções, são elas: fundamentação teórica, onde serão abordados conceitos e contexto histórico das políticas públicas com ênfase nas voltadas ao meio ambiente; metodologia, onde serão descritos os métodos utilizados para a coleta e análise dos dados; resultados, onde serão feitas as devidas discussões acerca do tema proposto e, por fim as conclusões onde será realizado um apanhado geral referente ao que foi discutido no decorrer do estudo, bem como propostas para futuras pesquisas na área abordada.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Não há um consenso geral entre os autores sobre uma única definição sobre o tema, políticas públicas, haja visto que se trata de um assunto bastante abrangente que engloba todas as esferas sociais e governamentais, podendo ser aplicadas para questões variadas e em praticamente todas as áreas sociais (SOUZA, 2006).

Pode-se dizer que as políticas públicas são “um conjunto de meios, decisões e ações, que congregam diferentes atores e concentram esforços, utilizados pelos governos com vistas a mudar uma realidade, efetivar direitos e atender necessidades público-sociais”. (PALUDO, 2013, p. 309). No entanto, para o alcance de tais propósitos é necessário que essas políticas sejam bem planejadas e bem estruturadas de modo que possam de fato atender o objetivo a qual se propõe. Nesse sentido, os elementos básicos

que constroem uma política pública efetiva são intencionalidades públicas e a resposta a um problema, ou seja, as razões pela qual uma política pública é criada são o tratamento e resolução de problemas relevantes para a sociedade (SECCHI, 2013).

O poder legislativo, também é uma base fundamental para a criação e manutenção de todos os tipos de políticas públicas, é através das leis que diversas políticas públicas entram em vigor na sociedade. Nesse sentido, pode-se destacar que:

“É necessário suprir o administrador com instrumentos legais para que este adote políticas públicas que sejam capazes de atender às demandas crescentes e renovadoras de infraestrutura e da prestação de serviços à sociedade, com uma legislação consistente que preveja a aplicação de recursos financeiros e de gestão especializada na aplicação de bens e serviços públicos” (MADEIRA, 2010, p. 236).

No Brasil, mesmo com a utilização dos mecanismos legais as políticas públicas ainda não conseguem atingir plenamente os objetivos para as quais foram idealizadas. Fatores como interesses políticos dos gestores, a pressão das classes abastadas da sociedade que por ventura não concordam com certas decisões governamentais e até mesmo desvios financeiros que acabam por comprometer o orçamento destinado para tal finalidade são pontos importantes que de certo modo minimizam os impactos sociais das políticas públicas (WU *et. al.*, 2014).

Quando põe-se como foco da discussão as políticas públicas ambientais é possível destacar que são relativamente recentes no Brasil, foi apenas no decorrer do século XX, especialmente na época do governo de Getúlio Vargas, conhecido como a “Era Vargas”, que as políticas em torno da causa ambiental começaram a surgir no Brasil, mais precisamente no ano de 1934 com a criação do Código das Águas e do Código Florestal, já no ano de 1937 foi criado o Parque Nacional do Itatiaia (FERREIRA; SALES, 2017). Essas medidas foram adotadas para conter o tímido processo de industrialização no qual o país estava se inserindo naquele momento de modo a traçar diretrizes que minimizem os impactos sofridos pelo meio ambiente naquele momento em diante, no entanto, com o passar dos anos essas medidas foram flexibilizadas por serem consideradas um empecilho ao desenvolvimento econômico do país (SALHEB, *et. al.*, 2009).

Foi apenas em meados dos anos 1973 que foi criado o primeiro órgão federal com intuito de tratar das questões ambientais, denominado de Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), e após a sua criação alguns Estados da federação criaram seus

próprios órgãos para tratar das questões ambientais de forma descentralizada (MOURA, 2016).

Na década seguinte, com a aprovação da Nova Constituição Federal, as causas ambientais ganharam um maior apoio em seu Art. 225, parágrafo 1, incisos I ao VII a CF/88 trata dos deveres do poder público em todas as suas instâncias no que se refere ao meio ambiente. O art. 225 da Constituição Federal proporcionou o surgimento de leis ambientais que antes estavam só no papel e contribuíram para o endurecimento das diretrizes que propõem a preservação e conservação da natureza colocando o meio ambiente como uma parte fundamental para a qualidade de vida (GOMES, 2008).

No final do século XX, mais precisamente no ano de 1999 foi criada outra importante política pública ambiental, a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) que entrou em vigor mediante a Lei n° 9.795 de abril de 1999. Essa importante diretriz serviu para estimular a áreas de Educação Ambiental (EA) e dar a força necessária para que o tema fosse difundido na sociedade civil e inserido como parte do contexto da educação básica de modo a buscar uma sensibilização de toda a comunidade em relação à educação ambiental (AZEVEDO; COSTA & SANTOS, 2017).

Uma das mais recentes, importantes e abrangentes políticas públicas ambientais idealizadas no nível nacional foi a Lei n° 12.305 de agosto de 2010 que instituiu a Políticas Nacional de Resíduos Sólidos, que em suma traça metas para a gestão integrada dos resíduos sólidos podendo ser entendida como “o conjunto de ações voltadas para solucionar o problema dos resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões, política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável” (BRASIL, 2010).

Especificamente falando do estado da Paraíba, há algumas leis importantes que regulamentam a questão dos resíduos sólidos que dão as diretrizes essenciais para que o Estado possa lidar com as causas ambientais da forma mais eficiente possível. A Lei de maior destaque no âmbito estadual é a Constituição do Estado da Paraíba de 1989, que direciona o Capítulo IV para tratar da proteção do meio ambiente e do solo, o Art. 227 da Constituição Estadual pontua que “O meio ambiente é do uso comum do povo e essencial à qualidade de vida, sendo dever do Estado defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (PARAÍBA, 1989). Outro mecanismo importante para as questões ambientais no Estado são o Código Florestal do Estado da Paraíba criado pela Lei n° 6.002, de 29 de dezembro de 1994, a Política Estadual de Recursos Hídricos, instituída pela Lei n° 6.308, de 2 de julho de 1996 e a Lei n° 6.678, de 19 de novembro de 1998 que

Proíbe queimadas nas margens das rodovias estaduais e dos mananciais existentes no Estado da Paraíba (PARAÍBA, 2021).

É importante ressaltar que o poder público possui uma grande relevância na criação de mecanismos de gestão ambiental eficiente, seu papel é “promover o crescimento da consciência ambiental, expandindo a possibilidade de a população participar em um nível mais alto no processo decisório” (JACOBI, 2003). Sem a devida participação popular no processo de criação e implantação de políticas públicas de qualquer natureza, é praticamente impossível de se ter algum avanço expressivo para a resolução do problema a qual a política se propõe a resolver ou minimizar.

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi realizada no município de São José do Sabugi, cidade de pequeno porte que atualmente conta com um contingente populacional de 4,153 habitantes, está localizada no Estado da Paraíba, na microrregião do Seridó Ocidental Paraibano e inserida na região da Borborema (IBGE, 2020). Trata-se de uma pesquisa exploratória descritiva cujo intuito é obter uma maior familiaridade com a problemática abordada descrevendo fenômenos ou características inerentes a população estudada (KAUARK; MANHÃES & MEDEIROS, 2010).

Quanto à sua abordagem, optou-se pela combinação dos métodos quantitativos e qualitativos que se preocupam tanto com as variáveis numéricas quanto com a realidade e a perspectiva dos sujeitos participantes do estudo (ZANELLA, 2013). Optou-se pela inserção do método qualitativo em conjunto com o quantitativo pelo fato deste proporcionar uma maior imersão em relação ao tema estudado. As pesquisas qualitativas, “pretendem obter uma compreensão mais profunda do contexto e da visão dos próprios atores para poder interpretar a realidade” (CANO, 2012, p. 109).

Como instrumento de coleta de dados utilizou-se o questionário que “é um instrumento de coleta de dados construído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas [...] sem a presença do entrevistador” (MARCONI & LAKATOS, 1998, p. 98). O questionário foi enviado pela plataforma digital *Google forms* contando com um total de 15 questões, sendo estas divididas entre múltipla escolha e discursivas, obtendo no total 53 respostas. As respostas utilizadas na análise serão identificadas com a letra (R) seguida de um número que irá variar de 1 a 53. Cabe ressaltar que o questionário foi divulgado para a população do município do dia 1 de julho de 2021 ao dia 20 de julho de 2021.

As técnicas utilizadas para a análise dos dados coletados via questionário foram definidas a partir de cada tipo de questão avaliada. Para as questões de múltipla escolha optou-se por uma avaliação dos dados em planilha do Excel, de modo a agrupar os dados de forma coerente gerando assim os gráficos e tabelas. A parte discursiva do questionário foi inserida em um documento a parte onde posteriormente foram destacadas as falas consideradas mais relevantes e que estavam melhores adequadas ao objetivo do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na esfera municipal, as questões ambientais estão respaldadas em dois documentos principais, são eles: o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) do ano de 2017 e o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas do Lixão do Município de São José do Sabugi - PB (PRAD) do ano de 2020. O plano de gerenciamento de resíduos sólidos do município, por ser mais abrangente e aplicável em todo o território municipal traça algumas metas importantes para serem alcançadas, são elas:

- 1) Utilizar um sistema de gestão adequada dos resíduos desde a geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final, utilizando tecnologias compatíveis com a realidade local;
- 2) Minimizar os impactos ambientais ocasionados pelo manejo inadequado dos resíduos sólidos urbanos;
- 3) Implantar a coleta seletiva e a logística reversa, como também, adotar políticas para gerenciar o aterro de rejeitos.
- 4) Adotar políticas públicas para a inserção, a organização e o fortalecimento dos catadores de resíduos do município;
- 5) Implantar programas permanentes de educação ambiental que abordem a redução, a reutilização e a reciclagem dos resíduos gerados no município, e,
- 6) Estabelecer programas contínuos de sensibilização e capacitação da comunidade sobre a temática (PGRS, p. 71, 2017).

Já o PRAD, traz como proposta central a revitalização da área onde hoje encontra-se o lixão municipal, a cerca de 2 km da cidade. As alternativas mencionadas pelo documento preveem a revitalização da área em questão onde haverá a cobertura de todo o resíduo disposto no local seguido por um processo de terraplanagem que visa a preparação do solo para o plantio de mudas de árvores nativas da região (PRAD, 2020).

Levando em consideração todo esse contexto e essas ações previstas nos planos de gerenciamento de resíduos e de recuperação de áreas degradadas foi aplicado um questionário com 53 moradores da região com o intuito de averiguar a percepção dos

mesmos acerca do trato das questões ambientais no município e se há de fato o cumprimento das metas e objetivos dispostos nos documentos oficiais. Frente a isto constatou-se que 69,8% eram mulheres e 30,2% homens. Quanto à escolaridade, observou-se que 30,2% estão cursando o ensino superior, 24,5% possuem ensino médio completo, 15,1% já concluíram a graduação, 9,4% concluíram o ensino técnico, 7,5% estão em fase de pós-graduação e 13,3% possuem outros graus de escolaridade.

Assim sendo, a primeira pergunta direcionada às questões ambientais, feita aos moradores da localidade foi referente ao principal problema ambiental existente no município na visão de cada um dos entrevistados, que foram analisados e elencados na tabela a seguir.

Tabela 1 – Problema ambiental identificado pelos moradores entrevistados.

Problema ambiental identificado	%
Acúmulo de lixo em vias públicas	43,4
Queimadas	26,4
Desmatamento	24,5
Outros	5,7
TOTAL	100,0

Fonte: Elaborada pelos autores, 2021.

Em relação aos problemas acima mencionados, as pessoas que responderam à pesquisa apontaram certos impactos que prejudicam o bem-estar da comunidade e até mesmo a saúde da população que é afetada.

Há muito lixo jogado nos pastos, onde as pessoas que criam animais precisam desse espaço para alimentá-los. Temos lixeiras enormes sim, mas infelizmente muitas pessoas preferem jogar em qualquer lugar não apropriado ou queimar, agredindo mais ainda o meio ambiente (R28).

O problema das queimadas afeta de forma direta toda uma população, tanto pelo fato da destruição dos habitats naturais de várias espécies quanto pela poluição do ar, que afeta de forma direta pessoas que têm problemas respiratórios (R32).

O desmatamento acontece em minha cidade tanto na zona urbana quanto na rural, o que favorece a mudança de comportamento dos animais como também torna a cidade e vias públicas mais quentes e coopera com aquecimento global (R29).

Diante das respostas apresentadas acima, é necessário fazer uma consideração importante sobre o problema referente ao desmatamento, que em sua maioria possui um viés plenamente econômico, haja visto que a lenha extraída é comercializada para as empresas que produzem tijolos e telhas cerâmicas. Segundo dados do IBGE (2019), no ano de 2004 a produção total de lenha no município era de 3.217 m², atingindo no ano de 2019 um volume de 11.998 m².

Entretanto, é preciso analisar a situação de um ponto de vista mais racional, haja visto que o desmatamento, citado anteriormente como um dos problemas ambientais mais sérios da região, também aparece como uma atividade econômica bastante forte na e que está ligada de forma direta com as empresas que produzem tijolos e telhas e que por sinal são consideradas uma das principais bases da economia local. Frente ao exposto, a tabela apresentada a seguir demonstra quais atividades econômicas geram um maior impacto ambiental na visão dos moradores que responderam ao questionário.

Tabela 2: Atividades econômicas que geram maior impacto ambiental no município.

Atividade econômica	%
Cerâmicas	45,0
Comércio	13,3
Corte de lenha	10,0
Construção Civil	5,0
Outros	16,7
Não sabe responder	10,0
TOTAL	100,0

Fonte: Elaborada pelos autores, 2021.

Diante dos dados dispostos na tabela anterior é perceptível que na visão dos entrevistados, as empresas que produzem telhas e tijolos cerâmicos são um importante vetor de impactos ambientais no município, em contrapartida, é preciso mencionar que esta é uma das atividades base da economia local que garante o sustento de diversas famílias da região, no entanto, é importante mencionar que alternativas mais sustentáveis precisam ser tomadas em algum momento, como é observado por um dos entrevistados:

Acredito que seja uma coisa para ser pensado hoje, o desmatamento no momento está sendo uma fonte de renda que favorece aqueles que estão desempregados, mas deveria ter algum projeto gerado pelo poder público para amparar estes, pois esses impactos não serão sentidos agora, mas sim no futuro (R28).

Outra menção importante que cabe ser destacada que foi apontada pelos entrevistados como sendo uma atividade de impacto ambiental são as construções civis, atividade que também está ligada intimamente com a produção de telhas e tijolos, mas que também possui impactos diretos como é observado por um dos munícipes entrevistados: “estão desmatando para loteamentos sem uma análise dos riscos futuros à população, os animais estão ficando sem o habitat natural” (R43).

As atividades voltadas para o comércio também configuram-se como grandes vetores de impactos ambientais, na visão dos munícipes 13,3% acreditam que estabelecimentos como bares, restaurantes, lanchonetes, panificadoras e supermercados, são os maiores geradores de impactos ambientais em âmbito municipal. Geralmente estabelecimentos como estes geram uma quantidade significativa de resíduos, como caixas de papelão e sacos plásticos por vezes utilizados no transporte das mercadorias e que infelizmente são descartados de forma inadequada por falta de políticas públicas mais duras ou até mesmo de incentivos em relação a conscientização dos donos destes empreendimentos. Sobre essa questão um dos entrevistados aponta que:

Seria bom lançar algum projeto para os empreendimentos da cidade com o intuito de orientar os donos desses estabelecimentos a encontrar alternativas mais sustentáveis. Investir no incentivo à reciclagem e na conscientização das pessoas em geral (R36).

Os investimentos em programas de reciclagem e fortalecimento da logística reversa são pontos importantes que inclusive estão inseridos nos objetivos da PGRS do município, no entanto, levando em consideração o atual cenário em que o município se encontra, esse objetivo ainda não foi totalmente alcançado, haja visto que a quantidade de resíduos jogados em vias públicas, especialmente nos arredores da cidade ainda é bastante considerável, como pode ser observado na imagem abaixo.

Figura 1: Acúmulo de resíduos no entorno da cidade.



Fonte: Os autores, 2021.

Levando este ponto em consideração e as atividades econômicas realizadas em âmbito municipal, que de certa forma contribuem para a quantidade de resíduos dispostos de forma inadequada nas vias municipais, a próxima tabela apresenta os tipos de resíduos sólidos, que na visão dos moradores são vistos em maior quantidade nas vias municipais.

Tabela 3 – Tipos de resíduos sólidos proeminentes em vias públicas na visão dos entrevistados.

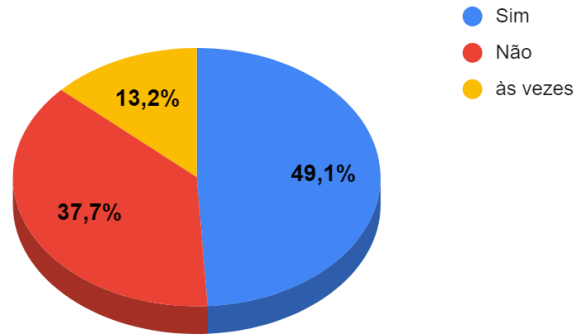
Tipo de resíduos	%
Plástico	44,4
Entulho de Construção	27,0
Papel	17,5
Outros	11,1
TOTAL	100

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

A tabela e a imagem, apresentadas acima, ajudam a reforçar a tese de que muito ainda precisa ser feito em relação ao gerenciamento de resíduos sólidos na esfera municipal, no entanto, o ponto fundamental que necessita ser considerado é que não adianta traçar planos se não há uma ação efetiva de conscientização da população. Essa

quantidade de resíduos sólidos em meio às vias públicas municipais pode ser reduzida mediante ações de coleta seletiva. Os moradores da localidade foram questionados quanto a isso, como pode ser observado no gráfico a seguir.

Gráfico 1: Há coleta seletiva na sua rua?



Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

Como pode ser observado, 49,9% das respostas apontam que há coleta seletiva em sua rua, todavia 37,7% afirmam não haver esse tipo de atividade em suas ruas e já para 13,2% a coleta seletiva ocorre de forma esporádica. A coleta seletiva é um mecanismo extremamente importante no que tange à gestão de resíduos sólidos em âmbito municipal. Em São José do Sabugi, a regulamentação da atividade de coleta seletiva é regulamentada pela Lei Municipal nº 546 de 27 de março de 2018 que instituiu oficialmente o “sistema de coleta seletiva dos resíduos secos, orgânicos e rejeitos e dá outras providências” (SÃO JOSÉ DO SABUGI, 2018). Sobre a coleta seletiva, um dos entrevistados aponta que:

Em frente a minha casa foram instaladas lixeiras pra coleta de lixo selecionado, só que a população deteriorou algumas e a que sobrou jogam de tudo, inclusive acumulado em volta o que acaba gerando muita sujeira e até mau cheiro, fora que os cachorros rasgam tudo (R41).

Essa realidade mencionada acima é bastante complexa de ser analisada, pois, ao passo que o poder público do município institui programas de incentivo a coleta seletiva, a população demonstra uma certa falta de educação ambiental, deteriorando

o patrimônio público destinado a tal finalidade, como pode ser observado na imagem abaixo:

Figura 2: Lixeiras de coleta seletiva.



Fonte: Os autores, 2021.

Na pesquisa também foi constatado que 100% dos entrevistados acham a coleta seletiva algo bastante importante. Em relação à importância de existir programas de incentivo a preservação e a educação ambiental no município, 100% dos moradores questionados acreditam que são ações extremamente importantes a serem desenvolvidas, no entanto, apenas 34% afirmam conhecer alguma ação realizada no município cuja finalidade sejam as causas ambientais.

Tinha um tipo de gincana na escola municipal da cidade, onde os grupos formados eram responsáveis por coletar garrafas pet, e quem coletasse mais ganhava pontos na gincana. Essas garrafas plásticas foram transformadas em artesanato pela turma do eja se não me engano, aqueles enfeites de natal feitos de garrafa pet que colocam na praça no natal (R02).

A coleta desses materiais foi realizada no ano de 2014, onde os alunos conseguiram juntar uma quantidade significativa de garrafas pet, para a confecção dos enfeites natalinos, feitas pelos próprios alunos em oficinas de reciclagem nas escolas da rede pública municipal de ensino (PGRS, 2017).

Para 66,0% dos entrevistados não há qualquer tipo de projeto ou política pública efetivada em âmbito municipal no trato às questões ambientais, inclusive um dos entrevistados pontua que “podem existir algumas ações, mas infelizmente não são divulgadas” (R06). Diante dessa observação, 94,3% dos entrevistados consideraram a

criação de uma associação ou cooperativa de reciclagem no município como uma política pública muito importante. Os entrevistados destacam que esse incentivo iria trazer impactos positivos expressivos, como os mencionados abaixo:

Impactos econômicos, pois haveria geração de renda e também na qualidade de vida já que diminuiria bastante a quantidade de lixo nos arredores da cidade (R06).

Melhor desenvolvimento da cidade pois com o incentivo a reciclagem iam ser feitas constantes coletas de material, evitando assim com que esse material espalhasse pela rua e torna a cidade um depósito de lixo, também melhoraria a condição de vida de algumas famílias pois ia gerar uma renda pra quem não possui nem um ganho (R08).

Os moradores poderiam se desfazer dos objetos e saberem a quem comunicar, muitas vezes as pessoas jogam sofá, móveis e livros antigos nas ruas por não saberem a quem destinar (R16).

Infelizmente, a falta de informações ainda é um grande empecilho no que tange ações de gerenciamento ambiental, muitas pessoas acabam tendo comportamentos divergentes daquilo que é esperado pelo fato de não haver uma comunicação efetiva entre os envolvidos, ou seja, na proporção que existem planos com boas estratégias para a gestão municipal falta uma maior aproximação da gestão e das políticas públicas com a sociedade, que é sem dúvida um dos principais atores do processo de gestão ambiental.

Frente ao exposto os populares destacaram algumas medidas que segundo a sua percepção o poder público poderia adotar para melhorar a qualidade de vida não só da população, mas também do meio ambiente.

Investir no incentivo à reciclagem e na conscientização das pessoas em geral. Seria bom lançar algum projeto para os empreendimentos da cidade com o intuito de orientar os donos desses estabelecimentos a encontrar alternativas mais sustentáveis (R36).

Seria muito bom se fosse criada uma associação dos catadores pois ia incentivar os que já catam reciclagem a fazer uma coleta de forma correta, incentivo esse que ajudasse os mesmos com distribuição de EPI's para uma garantia de segurança, um ponto de coleta para evitar que as reciclagens fossem depositadas em suas próprias casa (R07).

A melhor contribuição seria através da educação ambiental. Buscar inserir uma disciplina sobre a temática ambiental seria algo fundamental e plausível,

construindo um espaço educativo e colaborativo, pois é por meio dela que conseguimos conscientizar todos alunos (R22).

Poderia contribuir com ações educativas como projetos ou outras coisas voltadas para conscientização e educação ambiental da população, poderia também investir na limpeza dos arredores da cidade e em um aterro sanitário (R13).

Posto isto, é perceptível que as pessoas entrevistadas possuem uma visão ampla acerca das questões ambientais vivenciadas pelo município, no entanto, levando isso em consideração também é possível destacar que as medidas estipuladas pelo plano de gerenciamento de resíduos sólidos não atingiram de fato a efetivação necessária, haja visto a grande incidência de lixo jogado no entorno da cidade e também há uma falta de educação ambiental por parte da população que denigre o patrimônio público direcionado à coleta seletiva. Nesse sentido, pode-se pontuar que uma das metas do PGRS que trata justamente da educação ambiental no município não está sendo de fato posta em prática de forma eficiente e que apesar de haver toda a conscientização na educação básica do município não há uma extensão dessas medidas a comunidade de modo geral, especialmente para os donos de empreendimentos, que por vezes descartam embalagens de forma inadequada contribuindo para a poluição do meio ambiente e para o aumento da quantidade de resíduos nos arredores da cidade.

Uma excelente estratégia para minimizar esses danos são, a criação de parcerias entre os donos de empresas ou pequenos negócios com catadores que atuam de forma independente no município, onde o comerciante poderia fazer a separação dos materiais recicláveis e posteriormente entregar ao catador, que iria direcionar o resíduo para um local mais adequado, evitando assim que estes resíduos fossem queimados no entorno da cidade.

CONCLUSÕES

Levando em consideração os aspectos do município de São José do Sabugi, as entrevistas dos moradores da região e as políticas públicas ambientais identificadas ao decorrer do artigo pode-se pontuar que boa parte dos problemas ambientais mencionados podem ser amenizados a partir de uma boa educação ambiental que pode ser difundida nas escolas a partir das séries iniciais, mas que precisam ser replicadas para a sociedade como todo. Nesse cenário, o poder público do município possui um papel decisivo e deve criar políticas públicas, leis e programas de incentivo para que a sociedade civil e os donos

de empreendimentos possam aderir às práticas mais sustentáveis e repensem um pouco suas formas de produção e consumo.

Em relação aos entrevistados pode-se constatar que eles demonstram ter uma boa percepção acerca dos problemas de ordens ambientais enfrentados pelo município, no entanto, a cidade ainda carece de medidas mais duras e eficientes em termos de gestão ambiental. Também evidenciou-se que existem algumas políticas públicas a nível municipal que tratam das questões ambientais, como é o caso do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas.

O PGRS, traz em sua construção, pontos importantes como o incentivo a reciclagem, todavia as ações desenvolvidas estão focadas apenas no ambiente escolar que apesar de ser extremamente importante não contempla uma esfera maior da população, como o caso dos donos de empreendimentos. Em relação ao PRAD é preciso constatar que a recuperação da área do lixão municipal é um processo bastante lento e que precisa de investimentos consideráveis e de tempo para ser concluído, cabendo destacar que este foi idealizado apenas no ano de 2020.

É notório, que políticas públicas eficazes que sejam capazes de cumprir com os objetivos traçados durante a sua construção, somente podem ser atingidos se a população for engajada e participativa cobrando de seus gestores posturas mais firmes perante os ideais almejados, bem como fiscalizações mais eficientes em relação à preservação ambiental que visem minimizar os problemas enfrentados, como as queimadas, o excesso de lixo jogado nos arredores da cidade e a depredação do patrimônio público destinado à coleta seletiva.

Partindo desse pressuposto, sugere-se que nas próximas pesquisas sejam investigados o comportamento ambiental dos donos de empreendimentos da cidade cuja atividade desenvolvida gere algum tipo de impacto ambiental, buscando elucidar também as possíveis medidas tomadas pela administração pública do município perante a essa problemática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRELPE - Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2018/2019**. São Paulo, 2019. Disponível em:
https://www.migalhas.com.br/arquivos/2020/1/492DD855EA0272_PanoramaAbrelpe_-2018_2019.pdf. Acesso em: 20 jul. 2021.
- AZEVEDO, L. V.; COSTA, D. R. T. R.; SANTOS, J. R. Política Nacional de Educação Ambiental: análise de sua aplicação em projetos de pesquisa e extensão de instituições públicas de ensino. **Rev. Ciência e Natura**, Minas Gerais. v.39 n.3, 2017, p. 701 –722. Disponível em:
<https://periodicos.ufsm.br/cienciaenatura/article/download/27105/pdf>. Acesso em: 02 set. 2021.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado federal, 2020. 496 p. Disponível em:
https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566968/CF88_EC105_livro.pdf. Acesso em 27 set. 2021
- BRASIL. Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília, DF: Governo Federal: Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 2010.
- CANO, I. Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil. *Sociologias [en linea]*. 2012, 14 (31), 94-119. ISSN: 1517-4522. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=86824787005>. Acesso em: 01 set. 2021.
- GOMES, A. Legislação ambiental e direito: um olhar sobre o artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil. **Revista científica eletrônica de administração, São Paulo. Ano VIII**, n. 14. Junho de 2008 – Periódicos Semestrais. Disponível em:
http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/82cTo2lojkSSlsf_2013-4-30-12-15-57.pdf. Acesso em: 02 set. 2021.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama: São José do Sabugi - PB. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/sao-jose-do-sabugi/panorama>. Acesso em: 21 jun. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Extração vegetal e Silvicultura:**

Extração vegetal / Madeira / Lenha / Quantidade produzida. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

Disponível em: [https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/sao-jose-do-](https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/sao-jose-do-sabugi/pesquisa/16/12705?tipo=grafico&indicador=12801)

sabugi/pesquisa/16/12705?tipo=grafico&indicador=12801. Acesso em: 23 set. 2021.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 189-205, março/ 2003. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cp/a/kJbkFbyJtmCrfTmfHxktgnt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 ago. 2021.

KAURK, F.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H. **Metodologia da pesquisa:** Um guia prático. Itabuna: Via litterarum, 2010. 88 p. Disponível em:

[http://www.pgcl.uenf.br/arquivos/livrode Metodologia da pesquisa 2010_011120181549.p](http://www.pgcl.uenf.br/arquivos/livrode Metodologia da pesquisa 2010_011120181549.pdf)
df. Acesso em: 24 jun. 2021.

LEME, T. N. Os municípios e a política nacional do meio ambiente. Rev.

Planejamento e Políticas Públicas. Brasília: Ipea jul./dez.2010. 25-53. Disponível em:

<http://desafios2.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/196/191> Acesso em: 27 jun. 2021.

MADEIRA, J. M. P. **Administração Pública**. Tomo II. 11. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 762 p.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 282 p.

MOURA, A. M. M. Trajetória da política ambiental federal no Brasil. In: Moura, A. M. M. (Org.). **Governança ambiental no Brasil:** instituições, atores e políticas públicas.

Brasília: Ipea, 2016. Cap. 1, p. 13-44. Disponível em:

[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8470/1/Trajeta%20da%20pol](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8470/1/Trajeta%20da%20pol%C3%ADtica%20ambiental%20federal%20no%20Brasil.pdf)
[%20pol%C3%ADtica%20ambiental%20federal%20no%20Brasil.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8470/1/Trajeta%20da%20pol%C3%ADtica%20ambiental%20federal%20no%20Brasil.pdf) Acesso em: 01 set. 2021.

NÓBREGA, S. C. A. **Políticas públicas, impactos ambientais e representações sociais sobre o meio ambiente**. Patos - PB: Edição do autor, 2020. 135 p.

PALUDO, A. **Administração pública**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 608 p.

PARAÍBA. [Constituição (1989)]. **Constituição do Estado da Paraíba**. João Pessoa: Assembleia Legislativa da Paraíba. 309 p. Disponível em:
<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/70448>. Acesso em: 03 set. 2021.

SUDEMA - Superintendência de Administração do Meio Ambiente. Legislação ambiental pertinente. Paraíba: Governo do Estado. Disponível em:
http://sudema.pb.gov.br/consultas/downloads/arquivos-eia-rima/lord/eia/tomo-a/06_leg-amb.pdf. Acesso em: 01 out. 2021.

SALHEB, G. J. M., *et. al.* Políticas públicas e meio ambiente: reflexões preliminares. **Revista internacional de direito ambiental e políticas públicas**, Amapá, p. 5-27. Disponível em:
<https://periodicos.unifap.br/index.php/planeta/article/download/57/v1n1Gleidson.pdf>. Acesso em: 01 set. 2021.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. 169 p.

SÃO JOSÉ DO SABUGI (PB) Lei Municipal 546/2018. Institui o sistema de coleta seletiva dos resíduos secos, orgânicos, e rejeitos e dá outras providências. São José do Sabugi: Prefeitura Municipal de São José do Sabugi, 2018. Disponível em:
<http://camarasaojosedosabugi.pb.gov.br/images/arquivos/documentos/1523987704.pdf>. Acesso em: 28 set. 2021.

SÃO JOSÉ DO SABUGI. **Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos**. São José do Sabugi: Prefeitura Municipal de São José do Sabugi, 2017. 105 p.

SÃO JOSÉ DO SABUGI, **Plano de Recuperação de Áreas Degradadas do Lixão de São José do Sabugi - PB**. São José do Sabugi: Prefeitura Municipal de São José do Sabugi, 2020. 82 p.

WU, X.; RAMESH, M.; HOWLWTT, M.; FRITZEN, S. **Guia de políticas públicas:** gerenciando processos. Tradução: Ricardo Avelar de Souza. Brasília: Enap, 2014. 160 p.

ZANELLA, L. C. H. Metodologia de pesquisa. 2. ed: Reimp. Florianópolis: Departamento de ciências da administração, UFSC, 2013. 134 p. Disponível em: http://arquivos.eadadm.ufsc.br/EaDADM/UAB_2014_2/Modulo_1/Metodologia/material_didatico/Livro%20texto%20Metodologia%20da%20Pesquisa.pdf Acesso em: 24 jun. 2021.

Capítulo 15 - DOI:10.55232/1084002015

IMPACTOS DA COVID-19 NA SAÚDE MENTAL DOS ACADÊMICOS DE PSICOLOGIA: ANSIEDADE E DEPRESSÃO

Luíza Bernardes Agostinho, Taynara Mendes Porto Pessim, Ernani de Souza Guimarães Júnior, Roberta Ribeiro de Carvalho

RESUMO: A rápida disseminação do novo Coronavírus no cenário global e a adoção das medidas de distanciamento social acarretaram o surgimento ou a regressão de quadros clínicos de transtornos de ansiedade e depressão em grande proporção no Brasil. Buscou-se analisar os impactos da COVID-19 na saúde mental dos estudantes de Psicologia, com ênfase nos transtornos de ansiedade e depressão. Utilizou-se um estudo qualitativo, básico, exploratório e de levantamento, realizado por meio de um questionário semiestruturado eletrônico e disponibilizado nas redes sociais. Dos 86 participantes, 77,9% eram mulheres e 72,4% tinham idade entre 17 e 25 anos. 56,0% dos respondentes encontrou prejuízos na saúde mental acarretados pelo distanciamento social e 42,9% acredita que seu desempenho acadêmico foi muito prejudicado pelo período pandêmico. Destaca-se os índices de manifestação de sintomas ansiosos (57,1%) e depressivos (31,0%) durante a pandemia. Na amostra 45,3% possuíam diagnóstico de ansiedade e/ou depressão anterior ao início da pandemia e 59,5% estava fazendo psicoterapia no momento em que o questionário foi aplicado. Destaca-se que 61,6% dos estudantes acredita que as aulas online foram fator determinante para a manifestação de sintomas ansiosos e/ou depressivos. O consumo de ansiolíticos e/ou antidepressivos esteve presente na rotina de 18,7% dos participantes, sendo que 37,5% dos usuários iniciou o consumo durante a pandemia. Constata-se a importância dos cuidados com a saúde mental em momentos de distanciamento social, bem como da elaboração de estratégias de enfrentamento da COVID-19, a fim de minimizar o sofrimento psíquico e prevenir o adoecimento mental por parte dos estudantes de Psicologia.

Palavras-chave: Ansiedade. Depressão. COVID-19. Estudantes de Psicologia.

INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa os impactos da pandemia do vírus SARS-CoV-2 na saúde mental dos estudantes universitários do curso de Psicologia, em relação ao uso de psicofármacos para transtornos de ansiedade e/ou depressão durante a ocorrência da COVID-19. A questão que norteia o estudo é se os graduandos em Psicologia constituem um público potencial para os transtornos de ansiedade e depressão, e, conseqüentemente, para o uso de psicofármacos no tratamento de tais perturbações psíquicas em cenário da COVID-19.

Tal abordagem se justifica pelo fato de que, após a detecção da COVID-19, em 2019, na China, a disseminação do vírus causador desta doença ocorreu de forma acelerada entre os países, transformando a esfera global em um cenário de pandemia (BRASIL, 2020a). Adotou-se, então, medidas de isolamento e distanciamento social, que, no Brasil, passaram a vigorar a partir de março de 2020. Estas causaram a interrupção do contato social e das aglomerações por um longo período, incluindo alterações na forma de organização do trabalho e estudo, o que gerou em muitos dos cidadãos os sentimentos de inconstância e incerteza, agravando ou gerando quadros clínicos de ansiedade e depressão. Deve-se considerar também que há uma predisposição maior ao desenvolvimento desses quadros em universitários, pela natureza das atividades e cobranças a que tal público está sujeito.

As evidências apresentadas apontam a necessidade de enfoque para as conseqüências da pandemia no grupo específico de estudantes universitários da área da saúde, nesse caso, graduandos do curso de psicologia, uma vez que demonstram vulnerabilidade psicológica e apresentam indícios de consumo exacerbado de psicotrópicos, principalmente para ansiedade e depressão. Essa pesquisa poderá apontar caminhos para que se pense sobre a relação entre o período de distanciamento social, advindo da pandemia da COVID-19, e a saúde mental dos alunos do curso de Psicologia, considerando-se os possíveis prejuízos acarretados a estes.

O estudo pode, também, facilitar a identificação da ocorrência de transtornos de ansiedade e depressão e as taxas de consumo de recursos medicamentosos na população, visando promover assistência psicossocial à essa população, a fim de minimizar os impactos do período pandêmico, e mitigar também os prejuízos no âmbito estudantil. Essa temática possui grande relevância, porém poucos estudos direcionados à população de acadêmicos de psicologia, o que justifica a produção deste trabalho.

Parte-se da hipótese que devido aos prejuízos trazidos pelas consequências das doenças causadas pelo novo Coronavírus no cenário mundial, incluindo danos à saúde mental, o número de universitários que apresentaram sintomas de ansiedade e/ou depressão aumentou, pela natureza de sua condição e também pelos novos métodos de ensino e necessidade da educação remota. Em razão disso, este público passou a demandar o uso de psicofármacos para ansiedade e/ou depressão, ou alterações nas prescrições médicas já existentes (para os que faziam uso), tanto em relação à quantidade de doses diárias quanto ao tipo de medicamento.

Nesse contexto, esse trabalho tem por objetivo principal avaliar os impactos da pandemia de COVID-19 na saúde mental dos estudantes do curso de Psicologia, com ênfase nos transtornos de ansiedade e depressão, bem como no consumo de psicofármacos destinados a estes transtornos psicológicos.

O trabalho está organizado em cinco partes, sendo a primeira essa introdução. A segunda seção faz um resgate teórico sobre a COVID 19, os transtornos de ansiedade e depressão e a condição de suscetibilidade de universitários a tais contextos. A terceira parte apresenta a metodologia utilizada para realização do trabalho. Na sequência são apresentados os resultados e discussões, terminando com as considerações finais do trabalho.

CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

COVID-19 e os transtornos de ansiedade e depressão

Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2020a), os coronavírus são uma família de vírus que podem ser encontrados em diversas espécies de animais, como morcegos, gado, gatos. Em dezembro de 2019, detectou-se a infecção de pacientes, na China, por um novo coronavírus, o SARS-CoV-2, que foi responsável por causar a doença induzida pelo COVID-19, disseminada através da transmissão pessoa a pessoa, podendo ocasionar consequências fatais (COLIZZI et al., 2020). Considerando-se o aumento em larga escala de pacientes infectados nos países a uma escala mundial, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia de COVID-19 e a doença adquiriu o status de emergência de saúde pública internacional (OPAS, 2020b).

Em março de 2020, decretou-se, no Brasil, a adoção de medidas protetivas para a população, enfatizando-se o distanciamento social (OLIVEIRA; DRESCH, 2021). Tendo em vista as determinações empregadas, unidas ao medo das pessoas de contrair a infecção e de estar sujeitos à morte por ela, houve uma preocupação com a saúde mental da população, principalmente em relação aos impactos emocionais advindos desta. A inconstância e incerteza relacionadas a tal contexto e as mudanças nas relações interpessoais vivenciadas pela população podem ser fatores de risco para a saúde mental daqueles que enfrentam o período pandêmico (FARO et al., 2020; SCHMIDT et al., 2020).

Esse cenário levou a uma preocupação com o número de pessoas que poderiam desenvolver sintomas de ansiedade e de depressão, e com aqueles que já possuíam tais transtornos e que poderiam apresentar regressões no quadro clínico, em razão da probabilidade de estarem mais vulneráveis devido ao momento de pandemia (LIMA et al., 2020b).

A ansiedade é um estado de humor negativo orientado para o futuro, caracterizado por sintomas corporais de apreensão, pela impossibilidade de prever ou controlar os eventos que estão por vir, e de tensão física (BARLOW; DURAND, 2011, p. 132). Ela é transformada em uma condição patológica quando passa a manifestar-se frequentemente e em momentos indevidos, de modo tão intenso e duradouro que afeta as atividades normais e cotidianas do sujeito. Em relação aos transtornos de saúde mental, os transtornos ansiosos são os mais frequentes, e podem atingir cerca de 15% das pessoas (BARNHILL, 2020).

Já a depressão, considerada como o mal do século XXI pela OMS, e é definida como uma doença psiquiátrica crônica, que apresenta como característica principal a tristeza profunda, recorrente e que parece não haver fim. Alguns dos termos utilizados para descrever esse tipo de humor são desmoralização e desolamento (IOC/FIOCRUZ, 2015). A causa exata dos transtornos depressivos ainda é desconhecida, todavia as pesquisas apontam para a influência de uma atuação conjunta entre fatores genéticos e ambientais. Os sintomas dessa condição patológica podem variar em relação a gravidade, frequência e duração. Alguns deles são: tristeza profunda e desânimo, desinteresse por todos ou quase todos os aspectos da vida, falta de sono, irritabilidade e silêncio. Nos casos mais graves, identifica-se também o esgotamento e a falta de sentido para viver, o que pode acarretar ideações e tentativas de suicídio (JARDIM, 2011; OPAS, 2020a).

Discussões sobre a condição dos universitários, saúde mental e COVID-19

Em uma consideração geral acerca da sociedade brasileira, afirma-se que a saúde psíquica da população foi impactada negativamente pelo SARS-CoV-2, acarretando medo e insegurança, fato que pode ser potencializado em razão da carência de um tratamento efetivo e eficaz e da divulgação de informações falsas sobre a COVID-19 (ORNELL et al., 2020). Moreira et al. (2020b) dissertam sobre outros impactos da infecção causada pelo novo Coronavírus: estresse, ansiedade, depressão, insônia, solidão, sentimento de desamparo e ideias suicidas.

Em relação aos estudantes universitários, é possível que os índices de depressão e principalmente ansiedade sejam mais alarmantes que na população em geral, posto que nos últimos documentou-se o aumento da prevalência e da magnitude dos problemas psíquicos em tal público (SILVEIRA et al., 2011). Padovani et al. (2014) afirmam que universitários, devido à exposição a diversos fatores estressores, apresentam-se em estágio de grande vulnerabilidade psicológica.

Os discentes que apresentam síndrome depressiva, muitas vezes possuem também menor repertório de habilidades sociais (BOLSONI-SILVA; GUERRA, 2014). Dessa forma, podem manifestar com maior frequência, sintomas de ansiedade e insegurança diante do ambiente universitário. Carlotto, Nakamura e Câmara (2006) apresentam indícios teóricos e práticos de que estagiários da área da saúde, em proporção considerável, constituam um grupo de risco para os transtornos psicológicos no início da atividade prática. Assim, colige-se que graduandos podem estar mais vulneráveis ao sofrimento psicológico e ao estresse, em função da pandemia, caso já apresentem problemas prévios relacionados à saúde mental (SHIGEMURA et al., 2020).

Tavolacci et al. (2018), citado por Pandossio et al. (2020), relata que os alunos dos cursos de graduação da área da saúde, por efeito do contato com múltiplos estressores (como, por exemplo, as expectativas de sucesso e as exigências de alto desempenho acadêmico, além da realização de estágios longos e exaustivos, com a responsabilidade por atender pacientes) podem desenvolver problemas relacionados a saúde mental com alto prevalence, quando

comparados aos estudantes das demais áreas. Aponta-se, desse modo, uma vulnerabilidade prévia em relação a problemas referentes à saúde psíquica dos estudantes universitários da área de saúde, com destaque para a ocorrência dos transtornos de ansiedade e depressão. Esta afirmativa pode repercutir em elevados índices de medicamentos psicofarmacológicos como método de tratamento para tais problemáticas.

Outro fator responsável por impactar a vida dos estudantes de forma substancial foi a mudança na rotina de estudos em função das aulas remotas. Após o decreto de pandemia da COVID-19 houve a paralisação das aulas presenciais. Nessa circunstância, fez-se necessário pensar em um novo formato de vida, dado que a impossibilidade da realização das aulas presenciais demandou a elaboração de novas estratégias para a continuação dos semestres letivos nas universidades, atendendo as diferenças entre as instituições públicas e privadas (TORRES; ALVES; COSTA, 2020). Com a emergência de novos caminhos para a educação superior em um cenário brasileiro de pandemia, em março de 2020 o Ministério da Educação publicou a portaria 343, a qual “Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19” (BRASIL, 2020b).

Desse modo, foi necessário que os estudantes universitários adaptassem sua rotina diária para que pudessem aderir ao ensino online (alguns de modo remoto, outros de forma híbrida ou assíncrona). Este processo de habituação trouxe múltiplos desafios, tanto para os alunos quanto para os professores. Além das dificuldades de adaptação às plataformas digitais de ensino e do cansaço advindo do tempo despendido em frente a uma tela de computador, Moreira et al. (2020a, p. 6288) destacam que “[...] o sistema de educação à distância, síncrono ou híbrido, inviabiliza o processo de aprendizagem de todas as camadas da sociedade [...]”. Os autores discorrem também sobre esta modalidade de ensino afetar as interações sociais, levando em conta que o ambiente presencial de ensino é favorável para a aquisição de conhecimentos teóricos em adição ao desenvolvimento de relações interpessoais, que possibilitam ao discente adquirir conhecimentos que apenas o contato físico é capaz de oferecer.

Torres, Alves e Costa (2020) apontam que a urgência de adaptação das aulas para o meio digital não pode desconsiderar o aumento da vulnerabilidade de grande parte dos graduandos. O processo de ensino e aprendizagem não deve ser mais prejudicial quanto esse

momento de pandemia, de forma a interromper a possibilidade de conclusão da graduação de indivíduos que não conseguem acompanhar as aulas e atividades, por falta de recursos tecnológicos, mas também por falta de recursos financeiros para o próprio sustento, e de equilíbrio emocional e cognitivo.

Por fim, se faz necessária a discussão acerca do alto consumo de psicofármacos na sociedade brasileira e do aumento de sua utilização durante o período de pandemia. No país com a maior prevalência de depressão e ansiedade da América Latina, com taxas de 5,8% e 9,3%, respectivamente (OMS, 2017), encontra-se um consumo exacerbado de psicofármacos, o que está se tornando um problema de saúde pública (CÂMARA; ROCHA; BALTEIRO, 2011).

Uma das justificativas para esse consumo excessivo, como apontam Oliveira et al. (2021), a partir de revisão literária, é o aumento do número de diagnósticos de transtornos psiquiátricos na população em geral. Isso sem contar com a inserção de novos psicofármacos no mercado farmacêutico e novas indicações terapêuticas para aqueles já existentes. Observa-se uma prescrição exacerbada de medicamentos, principalmente para diagnósticos de depressão, o que é, muitas vezes, responsável pela patologização e medicalização de problemas sociais e econômicos, uma vez que há prescrição médica para sofrimentos psíquicos que estão relacionados a estas condições (BEZERRA et al., 2014).

Em relação aos estudantes universitários de Psicologia, o uso indiscriminado de psicofármacos para ansiedade e depressão está associado a grande acessibilidade a tais medicamentos. Esse uso medicamentoso incorreto, quando aliado a situações de estresse, ansiedade e outras situações problemáticas, pode acarretar alterações cognitivas, motoras e dependência (CÂMARA; ROCHA; BALTEIRO, 2011).

Faz-se necessária também a exposição de dados acerca do aumento da utilização de psicofármacos para ansiedade e depressão durante a ocorrência da pandemia da COVID-19. Nesse sentido, o comparativo entre o número de vendas de psicofármacos no período de janeiro à junho de 2019 e no mesmo período em 2020, constatou um crescimento de 13,84% nas vendas de antidepressivos e estabilizadores de humor, usados nos casos de transtornos afetivos, como depressão, distímia e transtorno afetivo bipolar (CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA, 2020). Os dados mais recentes já apontam para um aumento de 17% na venda

de tais medicamentos no Brasil, comparando-se as vendas durante o ano todo em 2019 e 2020 (AMÉRICO, 2021).

A venda de ansiolíticos também apresentou um aumento significativo em 2020, crescendo em 40% nos ansiolíticos naturais. Houve, do mesmo modo, um acréscimo de 15% nas vendas de ansiolíticos que atuam no sistema nervoso central (SNC) na primeira quinzena do mês de maio de 2020, no Rio de Janeiro, em comparação com o mesmo período em 2019 (VALÉCIO, 2020).

Um dos perigos desse crescimento de vendas de medicação durante a pandemia, segundo levantamento realizado pela Folha de Pernambuco, em parceria com os conselhos de Farmácia, é que esses dados são uma demonstração da influência do medo sobre o hábito da população brasileira de uso indiscriminado de medicamentos e automedicação. Com isso, destaca-se uma pesquisa realizada pelo CFF durante o período de ocorrência da pandemia do COVID-19, na qual 77% dos brasileiros declararam já ter feito uso de medicações por conta própria. Assim, deve-se pensar sobre a função do medicamento na cultura contemporânea (VALÉCIO, 2020).

METODOLOGIA

O presente trabalho é uma pesquisa básica, no que tange à sua natureza, não prevendo uma aplicação prática direta de suas constatações. Em relação aos objetivos, é uma pesquisa exploratória, buscando maior aproximação com o problema, procurando deixá-lo mais evidente e apresentando hipóteses a serem validadas. Já no que se refere aos procedimentos metodológicos, caracteriza-se como uma pesquisa de levantamento, pois objetiva a obtenção de dados e informações acerca de atributos e convicções da população definida para o estudo (GERHARDT; SILVEIRA 2009).

Para a coleta de dados utilizou-se um questionário virtual semiestruturado, elaborado por meio da plataforma Google Forms e divulgado através das redes sociais (Facebook, Twitter e Whatsapp), após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos do Centro Universitário do Sul de Minas – Unis/MG, CAAE nº: 45513621.3.0000.5111. O formulário aceitou respostas durante o mês de maio de 2021.

A população-alvo envolve estudantes universitários de Psicologia de diferentes instituições de ensino, especialmente da região sul de Minas Gerais. A amostra foi realizada de modo não-probabilístico tipo bola de neve e totalizou 86 participantes. Os critérios de inclusão utilizados foram: ser estudante da graduação de Psicologia, regularmente matriculado em qualquer instituição de ensino, de qualquer período, de todos os gêneros, que aceitasse participar voluntariamente da pesquisa, mediante a assinatura eletrônica do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Os dados quantitativos coletados foram analisados por meio de estatísticas descritivas e análises multivariadas, utilizando-se do software SPSS21. Já os dados qualitativos foram analisados por meio das técnicas de análise de conteúdo e interpretação estatística, segundo orientações de Bardin (1977).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

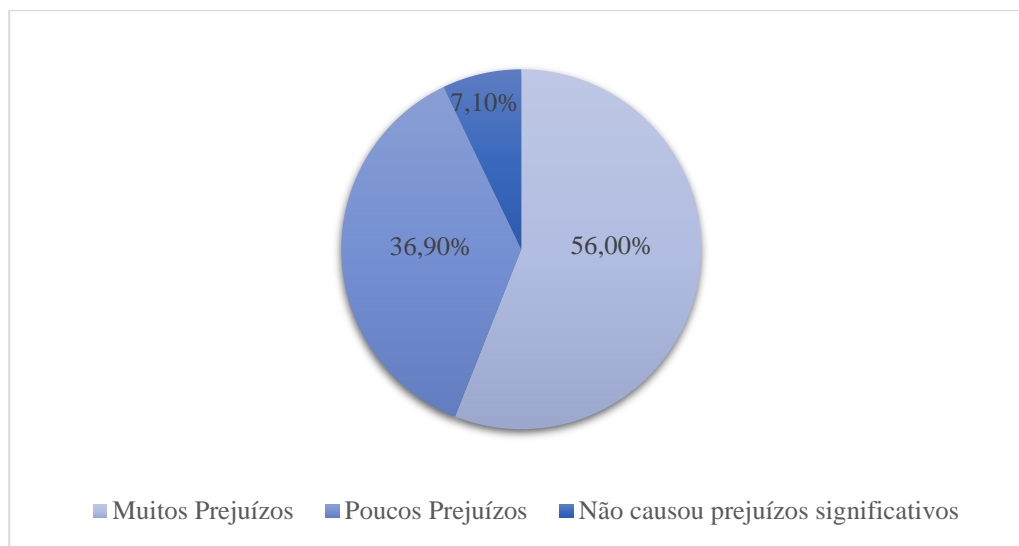
O questionário aplicado foi composto por 18 perguntas, divididas em cinco seções, responsáveis por avaliar: (a) características sociodemográficas; (b) autoavaliação acerca dos prejuízos acarretados pelo COVID-19 em diversos âmbitos da vida; (c) participação no processo de psicoterapia; (d) possível desenvolvimento ou agravamento de sintomas ou quadros clínicos de ansiedade e/ou depressão durante o período de pandemia; (e) indagações sobre o uso de psicotrópicos para os transtornos de ansiedade e depressão.

No primeiro seccionamento, foram avaliadas características como gênero, idade, instituição de ensino na qual os estudantes estão matriculados e o semestre que estão cursando na graduação. A maioria dos estudantes identificava-se como mulheres (77,9%, n=67) e 74,4% (n=64) tinha idade entre 17 e 25 anos. Quanto a instituição de ensino, 41,9% (n=36) estava matriculado na Universidade José do Rosário Vellano (UNIFENAS), 30,2% (n=26) no Centro Universitário do Sul de Minas (UNIS – MG) e 20,9% (n=18) na Universidade Positivo. 43,0% (n=37) dos graduandos em Psicologia estavam cursando o 5º ou 6º semestre e 26,7% (n=23) cursando o 7º ou o 8º semestre.

A interface seguinte avaliou as percepções dos estudantes universitários do curso de Psicologia acerca dos efeitos da pandemia. No primeiro questionamento, 55,3% (n=47) dos acadêmicos afirmou que o distanciamento social provocou muitos prejuízos à sua saúde

mental, enquanto 36,5% (n=31) identificou a ocorrência de poucos prejuízos. Os demais participantes (n=7) não identificaram prejuízos significativos na saúde mental acarretados pelo distanciamento social. Esses percentuais são evidenciados na Figura 1.

Figura 1: Identificação de prejuízos à saúde mental dos estudantes devido ao distanciamento social.

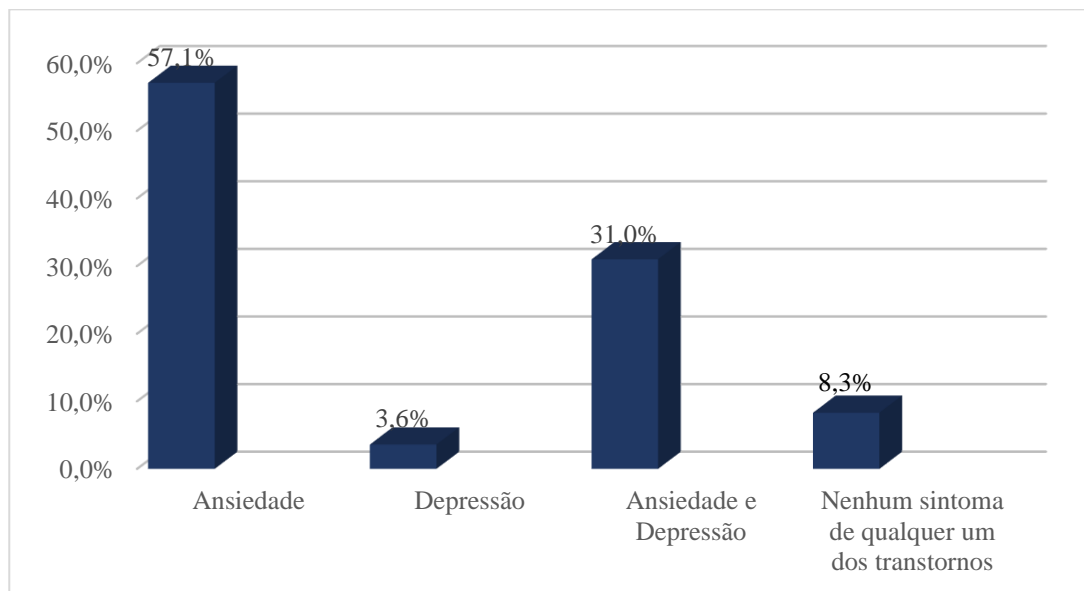


Fonte: Dados da pesquisa aplicada em 2021.

A indagação seguinte visou identificar a compreensão dos estudantes sobre seu desempenho acadêmico nas disciplinas curriculares do curso de Psicologia durante a pandemia da COVID-19. Entre os respondentes, 42,9% acredita que seu desempenho foi muito prejudicado; 41,7% afirma que foi um pouco prejudicado, mas não muito; 8,3% não identificou prejuízos, pelo contrário, encontraram melhorias na performance acadêmica e 7,1% assinala que seu desenvolvimento permaneceu como era antes da pandemia.

Questionou-se também se os universitários apresentaram algum sintoma de ansiedade e/ou depressão durante a pandemia da COVID-19. Em relação à ansiedade, 57,1% identificaram sintomas deste transtorno; 3,6% apresentou sintomas apenas de depressão; 31,0% assinalou a manifestação de sintomas tanto de ansiedade quanto de depressão e 8,3% não apresentou sintomas de nenhum dos transtornos. Esses registros são apresentados na Figura 2.

Figura 2: Manifestação dos sintomas de ansiedade e depressão pelos acadêmicos de Psicologia.



Fonte: Dados da pesquisa aplicada em 2021.

Os dados obtidos com essa pesquisa, quando relacionados a outros estudos com públicos diferentes, apresentam similaridades e divergências. Goularte et al. (2021), em uma pesquisa realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), evidencia que 80% dos cidadãos brasileiros tornou-se mais ansioso durante a ocorrência da pandemia, enquanto 68% reportou sintomas de depressão. Outro estudo, protagonizado pela UERJ, direcionado ao comportamento dos brasileiros durante o período de distanciamento social, constatou-se um aumento de 90% nos casos de depressão na população desde o início da quarentena, ao mesmo tempo que as ocorrências de ansiedade e estresse aumentaram cerca de 80% neste período (Gameiro, 2020). Nesse sentido, identifica-se uma ocorrência, em proporções significativamente menores, de ansiedade e depressão, na população de estudantes universitários de Psicologia, mas ainda se registram quantitativos altos de prevalência.

Em sequência, buscou-se verificar se os participantes da pesquisa possuíam um diagnóstico de transtornos ansiosos e/ou depressivos prévio ao início pandemia da COVID-19. Constatou-se que 21,5% dos estudantes tiveram diagnóstico prévio de ansiedade, 10,7% de depressão, 13,1% de ambos os transtornos e 54,7% dos respondentes não apresentou

diagnósticos de nenhum dos transtornos em qualquer momento da vida no período pré-pandêmico.

No que diz respeito às percepções dos universitários sobre os efeitos da pandemia em sua rotina diária, os principais impactos identificados foram: dificuldade de concentração nas atividades online (78,6%); medo de contrair a COVID-19 e transmitir a alguém (77,4%); aumento do estresse (75,0%); uso excessivo da tecnologia (73,8%) e falta de forças para executar as tarefas diárias, desmotivação (73,8%). Os dados estão representados na Tabela 1, incluindo outras manifestações comportamentais.

Tabela 1: Estatísticas descritivas para as percepções dos participantes sobre os efeitos da pandemia.

Comportamento	Porcentagem (%)
Dificuldade de Concentração nas atividades online	78,6%
Medo de contrair a Covid-19 e transmitir a alguém	77,4%
Aumento do estresse	75,0%
Uso excessivo da tecnologia	73,8%
Falta de forças para executar as tarefas diárias, desmotivação	73,8%
Alteração no sono (sonolência excessiva ou insônia)	69,0%
Medo de que algum familiar ou amigo próximo morra	64,3%
Irritabilidade	63,1%
Preocupações excessivas	60,7%
Prejuízos no rendimento/produktividade nas tarefas cotidianas	59,5%
Tristeza e desânimo	58,3%
Problemas relacionados à autoestima	56,0%
Sentimentos de vazio, medo, insegurança	56,0%
Prejuízos nos hábitos alimentares e/ou alterações no peso	53,6%
Sentimentos constantes de solidão, incerteza e inconstância	52,4%
Cansaço constante e perda de energia	51,2%
Inquietação ou sensação de estar sempre “nervoso”	47,6%
Sedentarismo	47,6%

Perda do interesse pelas atividades que antes lhe causavam prazer	44,0%
Dificuldade de concentração para tomar decisões	40,5%
Vontade de deixar o curso de psicologia	40,5%
Prejuízos nas relações familiares/sociais e comunicação com estes	39,3%
Angústia constante e sem causa aparente	35,7%
Falta de ar, dores musculares e dor de cabeça	28,6%
Medo de morrer	22,6%
Alteração na libido/desejo sexual	21,4%
Consumo em maior quantidade de álcool e/ou drogas	19,0%
Outros	3,6%

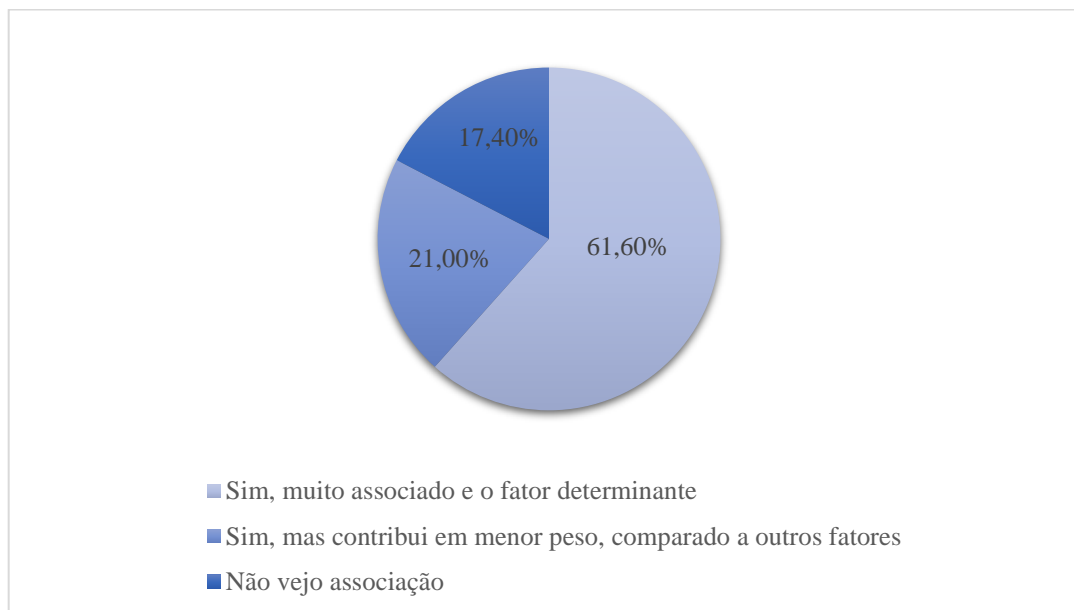
Fonte: Dados da pesquisa aplicada em 2021.

Por fim, 59,50% dos acadêmicos de psicologia afirmaram estar fazendo psicoterapia no momento em que o questionário foi aplicado. Considerando-se os resultados obtidos com tal pergunta, abriu-se um terceiro segmento, sendo este destinado apenas aos 40,5% dos participantes, que não estavam fazendo psicoterapia atualmente. O primeiro dado coletado buscou identificar se esses alunos já haviam feito psicoterapia em algum momento da vida, e os resultados evidenciaram que 77,8% fez psicoterapia. Todos os respondentes (100%) dessa seção afirmaram sentir necessidade de fazer psicoterapia.

A seção seguinte avaliou o modo como os sintomas de ansiedade e/ou depressão se apresentaram na vida dos estudantes, com questões referentes à mudança na forma de ensino, à adoção de estratégias de enfrentamento da pandemia do SARS-CoV-2 e ao possível uso medicamentoso para os transtornos de ansiedade e/ou depressão.

Os estudantes foram interrogados acerca da possibilidade da suspensão das aulas presenciais e sua continuação através da modalidade remota estar relacionada ao surgimento ou à intensificação de sintomas de ansiedade e/ou depressão. Dentre os respondentes, 61,6% acredita que as aulas online estão muito associadas e apresentam-se como fator determinante para a manifestação dos sintomas dos transtornos citados; 21,0% encontra correlação entre as variáveis, mas as aulas remotas contribuíram em menor peso, comparadas a outros fatores; 17,4% não identifica associação entre as aulas por meios digitais e os sintomas de ansiedade/depressão (Figura 3).

Figura 3: Percepção dos universitários sobre a relação entre as aulas online e a ocorrência de sintomas ansiosos ou depressivos.



Fonte: Dados da pesquisa aplicada em 2021.

No que tange o aspecto dos psicotrópicos, 3,5% dos acadêmicos utiliza medicamentos para ansiedade atualmente; 1,2% para depressão; 14,0% tanto para ansiedade quanto para depressão e 81,3% não utiliza nenhum tipo de ansiolítico ou antidepressivo.

Adentrando-se o campo dos medicamentos, aqueles que têm a propriedade de atuar quase que exclusivamente sobre a ansiedade e tensão, os diminuindo ou abolindo, sem afetar em demasia as funções psíquicas e motoras do sujeito, são denominados ansiolíticos, conforme o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID).

Já tratando-se dos antidepressivos, devido a etiologia da depressão ainda permanecer incerta, Moreno, Moreno e Soares (1999) registram a ausência de explicação cabal e adequada sobre o funcionamento de tais fármacos, e, por isso, são utilizadas hipóteses a fim de compreender seu mecanismo de ação. Eles possuem como função a normalização do fluxo de neurotransmissores, moléculas responsáveis pelo impulso nervoso de um neurônio para o outro (COLTRI, 2019).

Quando comparadas as porcentagens de uso de ansiolíticos e antidepressivos desse estudo com a revisão bibliográfica de Américo (2021), que aponta a venda de quase cem mil

caixas de antidepressivos e controladores de humor no Brasil no ano de 2020, identifica-se uma contraposição entre os dados, uma vez que a proporção dos estudantes de psicologia que fazem o uso de tais psicotrópicos (18,70%) é relativamente pequena.

O questionário foi encerrado para os participantes que não utilizam psicofármacos para ansiedade e/ou depressão. Aqueles que afirmaram usar recursos medicamentosos para esses transtornos foram convidados a responder a mais uma seção de perguntas, relacionadas à origem de uso, possíveis alterações tanto na dosagem quanto no próprio medicamento, e ao psicofármaco empregado.

Tratando-se do período de início de uso de ansiolíticos e/ou antidepressivos, 62,5% dos respondentes desta seção já os utilizavam antes da pandemia da COVID-19, enquanto o restante da população passou a usá-los durante o período pandêmico (37,5%). Durante a pandemia houve alteração no medicamento utilizado por 18,8% dos participantes, enquanto que 6,3% teve alteração de dosagem em algum momento fora da pandemia. Quase 75,0% dos respondentes não necessitaram de alterações no tipo de medicamento, tampouco da dosagem deste. Todos os voluntários afirmaram que a origem do uso medicamentoso foi a partir de prescrição médica. Em última análise, os psicofármacos utilizados foram Donaren, Fluoxetina e Sertralina (20,0%), Mirtazapina, Lítio, Concerta e Frontal (13,3%), Daforin, Zoloft, Citalopram, Elifore, Pondera, Zetron XL, Bupopriion e Desvelanfaxina (6,7%)

Nesse sentido, os dados coletados apontam que 37,5% dos participantes iniciaram o uso de ansiolíticos e/ou antidepressivos durante o período da pandemia, o que representa uma porcentagem significativa. Com isso, identifica-se uma correlação de tais informações com os resultados das demais pesquisas nesse eixo temático (AMÉRICO, 2021; CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA, 2020; VALÉCIO, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo demonstrou elevadas taxas de sofrimento psíquico nos estudantes universitários do curso de Psicologia durante a pandemia da COVID-19. Os dados evidenciam expressivos índices de ocorrência ou agravamento de quadros clínicos dos transtornos de ansiedade e depressão. Já a quantidade de estudantes que passaram a fazer o uso de ansiolíticos e/ou antidepressivos no período de disseminação do novo Coronavírus,

impulsiona à reflexão sobre um consumo prudente de recursos medicamentosos por parte dos graduandos em Psicologia.

Identifica-se que os graduandos em Psicologia constituem um público potencial para os transtornos ansiosos e depressivos, contudo não se pode afirmar que também compõem uma população iminente para o uso de psicofármacos numa esfera pandêmica. Há que se observar a compreensão de um fator de risco para a ocorrência de tais transtornos, que está associado ao gênero dos participantes, uma vez que as pessoas que se identificam como mulheres assinalaram uma percepção significativamente maior dos impactos do período de distanciamento social.

O cenário pandêmico na esfera universitária produziu como principais consequências para os estudantes de Psicologia dificuldades de concentração nas atividades online e prejuízos no desempenho nas disciplinas curriculares; aumento do estresse; falta de forças para executar as tarefas diárias, desmotivação; vontade de deixar o curso de Psicologia. Diante do exposto, urge discussões a respeito da saúde psíquica desses estudantes, com objetivo de promover assistência psicossocial à essa população, a fim de minimizar os impactos do período de disseminação do vírus SARS-CoV-2, e, assim, mitigar também os prejuízos no âmbito estudantil. Nota-se a necessidade em promover à saúde a partir de recursos que assegurem uma educação digital que seja motivadora e que compreenda as necessidades apresentadas pelos discentes.

Algumas limitações de estudo encontradas durante a realização dessa pesquisa foram a carência de pesquisas relacionadas à ocorrência de transtornos ansiosos e depressivos durante a pandemia do COVID-19 em populações específicas de estudantes universitários e a limitação da amostra respondente do questionário. Reforça-se a importância da pesquisa com grupos delimitados de estudantes dos diversos cursos de graduação, para além da Psicologia, para que se compreenda o modo pelo qual os universitários de diferentes áreas estão enfrentando este período de pandemia. Os resultados desse estudo podem viabilizar elementos importantes para a promoção de ações preventivas e de enfrentamento no que tange a presença de sintomas de sofrimento psíquico nos graduandos em Psicologia durante o contexto de COVID-19.

Acrescenta-se que torna-se importante realizar a pesquisa novamente em momento de retorno às aulas presenciais, para verificar se tais efeitos na saúde mental de fato estão associados ao período de distanciamento social ou se poderiam ser atribuídos a outros fatores.

Há também a necessidade de se refletir sobre a subjetividade nos dias atuais, e, para isso, compreende-se a importância de se considerar o cenário pandêmico e o modo como este tem afetado a sociedade. A dúvida no que tange o sentido da vida pode desempenhar um papel importante no estabelecimento e na manutenção de um quadro depressivo, e aponta o “vazio existencial” como uma nova demanda da contemporaneidade, tal como já colocado por Viktor Frankl (2015).

REFERÊNCIAS

AMÉRICO, Tiago. Venda de antidepressivos cresce 17% durante a pandemia no Brasil. CNN, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/venda-de-antidepressivos-cresce-17-durante-pandemia-no-brasil/>. Acesso em: 28 abr. 2021.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: edições, 70, 225, 1977.

BARLOW, David H.; DURAND, V. Mark. Psicopatologia: uma abordagem integrada. Cengage Learning, 2011.

BARNHILL, John Warren. Considerações gerais sobre transtornos de ansiedade, 2020. Disponível em: <https://www.msmanuals.com/pt/casa/dist%C3%BArbios-de-sa%C3%BAde-mental/ansiedade-e-transtornos-relacionados-ao-estresse/considera%C3%A7%C3%B5es-gerais-sobre-transtornos-de-ansiedade>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BEZERRA, Indara Cavalcante et al. " Fui lá no posto e o doutor me mandou foi pra cá": processo de medicamentação e (des) caminhos para o cuidado em saúde mental na Atenção Primária. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 18, p. 61-74, 2014.

BOLSONI-SILVA, Alessandra Turini; GUERRA, Bárbara Trevizan. O impacto da depressão para as interações sociais de universitários. Estudos e pesquisas em psicologia, v. 14, n. 2, p. 429-452, 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução 466/12. Trata de pesquisas em seres humanos e atualiza a resolução 196, 2012. [Internet]. *Diário Oficial da União*. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Sobre a doença, 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>. Acesso em: 8 mar. 2021.

BRASIL. Portaria No 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19, 2020b. Brasília, DF.

CÂMARA, Hugo; ROCHA, Clara; BALTEIRO, Jorge. Grau de conhecimento e consumo de psicofármacos dos alunos da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, v. 29, n. 2, p. 173-179, 2011.

CARLOTTO, Mary Sandra; NAKAMURA, Antonieta Pepe; CÂMARA, Sheila Gonçalves. Síndrome de Burnout em estudantes universitários da área. *Psico*, v. 37, n. 1, 2006.

CENTRO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DORGAS PSICOTRÓPICAS (CEBRID). Tranquilizantes ou Ansiolíticos. Departamento de Psicobiologia, Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo, Rua Botucatu 862, 1º andar, 04023-062 São Paulo, SP, Brasil.

COLIZZI, Marco et al. Medically unexplained symptoms in the times of COVID-19 pandemic: a case-report. *Brain, behavior, & immunity-health*, v. 5, p. 100073, 2020.

COLTRI, Flávia. Antidepressivos não criam estado de felicidade. *Jornal da USP*, 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/antidepressivos-nao-criam-estado-de-felicidade/>. Acesso em: 28 abr. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Venda de medicamentos psiquiátricos cresce na pandemia, 2020. Disponível em: <http://covid19.cff.org.br/venda-de-medicamentos-psiquiatricos-cresce-na-pandemia/>. Acesso em: 28 abr. 2021.

FARO, André et al. COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado. *Estudos de psicologia (Campinas)*, v. 37, 2020.

FRANKL, Viktor E. O sofrimento de uma vida sem sentido: caminhos para encontrar a razão de viver. *É realizações*, 2015.

GAMEIRO, Nathália. Depressão, ansiedade e estresse aumentam durante a pandemia. *Fiocruz Brasília*, 2020. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/depressao-ansiedade-e-estresse-aumentam-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 29 mar. 2021.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de pesquisa. coordenado pela Universidade Aberta do Brasil–UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica–Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto alegre: Editora da UFRGS, v. 2, n. 0, p. 0, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2021.

GOULARTE, Jeferson Ferraz et al. COVID-19 and mental health in Brazil: Psychiatric symptoms in the general population. *Journal of psychiatric research*, v. 132, p. 32-37, 2021.

IOC/FIOCRUZ. Fiocruz, IBRO e Sociedade Max-Planck promovem curso sobre depressão no IOC, 2015. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/fiocruz-ibro-e-sociedade-max-planck-promovem-curso-sobre-depressao-no-ioc>. Acesso em: 10 mar. 2021.

JARDIM, Sílvia. Depressão e trabalho: ruptura de laço social. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 36, p. 84-92, 2011.

LIMA, Carlos Kennedy Tavares et al. The emotional impact of Coronavirus 2019-nCoV (new Coronavirus disease). *Psychiatry research*, v. 287, p. 112915, 2020.

MOREIRA, Wanderson Carneiro et al. Intervenções em saúde mental em tempos de COVID-19: scoping review. 2020.

MORENO, Ricardo Alberto; MORENO, Doris Hupfeld; SOARES, Márcia Britto de Macedo. Psicofarmacologia de antidepressivos. *Brazilian Journal of Psychiatry*, v. 21, p. 24-40, 1999.

OLIVEIRA, Júlia Raso Ferreira de et al. Descrição do consumo de psicofármacos na atenção primária à saúde de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 37, p. e00060520, 2021.

OLIVEIRA, Kelly; DRESCH, Daniel. Primeiro caso de covid-19 no Brasil completa um ano, 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-02/primeiro-caso-de-covid-19-no-brasil-completa-um-ano>. Acesso em: 8 mar. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE-OMS. Depression and other common mental disorders: global health estimates, 2017 [Internet]. *Geneva*: WHO. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/254610/WHO-MSD-MER-2017.2-eng.pdf;jsessionid=0D5A8AED2ABA861553D3BE1FE75E2F4B?sequence=1>. Acesso em: 30 mar. 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE-OPAS. Depressão, 2020a. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/depressao>. Acesso em: 10 mar. 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE-OPAS. OMS declara emergência de saúde pública de importância internacional por surto de novo coronavírus, 2020b. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/news/30-1-2020-who-declares-public-health-emergency-novel-coronavirus>. Acesso em: 8 mar. 2021.

ORNELL, Felipe et al. “Pandemic fear” and COVID-19: mental health burden and strategies. *Brazilian Journal of Psychiatry*, v. 42, p. 232-235, 2020.

PELEGRINI, Marta Regueira Fonseca. O abuso de medicamentos psicotrópicos na contemporaneidade. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 23, p. 38-41, 2003.

PADOVANI, Ricardo da Costa et al. Vulnerabilidade e bem-estar psicológicos do estudante universitário. *Revista brasileira de terapias cognitivas*, v. 10, n. 1, p. 02-10, 2014.

PANDOSSIO, J.E. et al. Uso de medicamentos psicotrópicos por universitários da área da saúde no contexto da COVID-19, 2020. Disponível em: <http://repositoriocovid19.unb.br/repositorio-projetos/uso-de-medicamentos-psicotropicos-por-universitarios-da-area-de-saude-no-contexto-da-covid-19/>. Acesso em: 8 mar. 2021.

SCHMIDT, Beatriz et al. Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). *Estudos de Psicologia (campinas)*, v. 37, 2020.

SILVEIRA, Celeste et al. SAÚDE MENTAL EM ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR. *Acta Médica Portuguesa*, v. 24, 2011.

SHIGEMURA, Jun et al. Public responses to the novel 2019 coronavirus (2019-nCoV) in Japan: Mental health consequences and target populations. *Psychiatry and clinical neurosciences*, v. 74, n. 4, p. 281, 2020.

TORRES, Ana Catarina Moura et al. Educação e Saúde: reflexões sobre o contexto universitário em tempos de COVID-19. 2020.

VALÉCIO, Marcelo de. COVID-19 aumenta venda de ansiolíticos, medicamentos para insônia e vitaminas, 2020. Disponível em: <https://ictq.com.br/varejo-farmaceutico/1552-covid-19-aumenta-venda-de-ansioliticos-medicamentos-para-insonia-e-vitaminas>. Acesso em: 28 abr. 2021.

INTERDISCIPLINARIDADE

Maria Salete Galvão de Oliveira, Irene Zangalli, Patrícia Mikalixen, Ademir Aparecido Pinhelli Mendes

RESUMO: O artigo aborda as principais características acerca da interdisciplinaridade aplicada à educação. A literatura analisada indica que desde a década de 1960 o tema vem sendo discutido no meio educacional e, após sete décadas, alguns equívocos ainda persistem no cenário educacional brasileiro, dificultando assim, a efetiva execução de projetos interdisciplinares. Portanto, se faz necessário ampliar as discussões em torno do tema, uma vez que ele perpassa os mais diferentes níveis e graus do ensino. Por meio de pesquisa bibliográfica fundamentada nos estudos de profissionais reconhecidos da área educacional, foram averiguados alguns aspectos teórico-metodológicos acerca da sua aplicação no ensino e compreendeu-se que a fragmentação dos saberes em disciplinas e a dissociação da dicotomia objetivo-subjetivo nas pesquisas científicas representa um desafio a ser superado, especialmente nas ciências humanas. Nesse sentido, a interdisciplinaridade pretende resgatar o subjetivismo nas pesquisas científicas e alcançar o retorno da totalidade do conhecimento por meio da integração e interação dos saberes sem pretender se transformar em mais uma disciplina. Uma de suas principais funções é estabelecer relações entre os saberes curriculares disciplinares e instrumentalizar o homem para que ele possa agir com mais responsabilidade social. A pesquisa evidenciou que a efetiva prática interdisciplinar no ensino poderá ser uma das possíveis soluções na tentativa de devolver à ciência seu caráter humano e reduzir gradativamente a distância entre o homem e o saber, provocado pelo fracionamento do conhecimento em disciplinas, que por sua vez, se desdobra em outras tantas, promovendo a excessiva especialização do conhecimento que, segundo alguns autores investigados, é responsável pela atual crise nas ciências sociais e humanas.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade. Educação. Ciência. Saberes.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho investigou alguns aspectos conceituais relacionados à interdisciplinaridade no sentido de compreender suas pretensões enquanto movimento pedagógico, com o intuito de ampliar a discussão sobre o tema.

O estudo justifica-se, uma vez que os primeiros debates a respeito da interdisciplinaridade aplicada à educação começaram na década de 1960 e, após sete décadas, alguns equívocos sobre a sua aplicação pedagógica ainda persistem. Portanto, necessário se faz ampliar os debates sobre o tema, uma vez que ele está disperso nos mais diferentes níveis e graus do ensino.

Nesse sentido, o trabalho foi organizado em um texto corrido, iniciando com algumas reflexões de alguns teóricos da área educacional sobre as consequências negativas para as ciências sociais e humanas e, por conseguinte, para a evolução humana, que a fragmentação dos saberes e a dissociação da dicotomia objetivo-subjetivo nas pesquisas científicas representa.

Na sequência, apresenta o movimento pedagógico pela interdisciplinaridade como uma alternativa de devolver à ciência seu caráter humano, com o objetivo de instrumentalizar o homem para que ele possa agir com mais responsabilidade social.

INTERDISCIPLINARIDADE

Os debates em torno da ideia da interdisciplinaridade como prática pedagógica surgiram em decorrência dos movimentos estudantis de maio de 1968 na França e na Itália, que reivindicavam reformas no sistema educacional.

Dentre as reivindicações, os estudantes solicitavam reformas que buscassem quebrar com um ensino curricular fragmentado, racional, objetivo e apartado do subjetivismo, responsável por promover o distanciamento entre o homem e a ciência.

Essa reflexão, nos remete aos séculos XVII e XVIII, quando os filósofos romperam com o pensamento hegemônico da Igreja sobre uma educação dominada pelo dogmatismo, pela intolerância e pelo preconceito. Porém, foi a partir do final do século XVIII que a ciência tomou conta da universidade e substituiu a Igreja. Desse modo, a

educação passou da dominação religiosa para a dominação da ciência fundamentada na racionalidade e na objetividade (BYINGTON, 1995).

Essa reviravolta, além de expulsar as trevas da Inquisição, expulsou também, o subjetivismo da educação, a fantasia, a intuição, a fé, a afetividade e a totalidade do conhecimento e, como consequência, as universidades passaram a cultivar uma verdade exclusivamente objetiva. “Esses dois séculos de objetividade [...], deram-nos frutos geniais, mas levaram também, paulatinamente, não só a destrutividade, mas a uma nova estagnação” (BYINGTON, 1995).

Desde o nascimento das ciências humanas no século XIX até meados de 1980, “as ciências humanas e sociais se preocupavam em nos ajudar a compreender as relações com nossa sociedade, a compreender o nosso mundo, o nosso tempo, e nos fornecer meios para mudá-lo. Mas tudo isso é passado” (JAPIASSÚ, 1995).

Japiassú interroga-se sobre as razões que teriam levado as ciências humanas e sociais a renunciar a pensar o nosso tempo: “Por que abdicaram de seu papel de despertadoras da consciência coletiva, não conseguindo mais dizer o possível e o desejado? Quais as razões propriamente intelectuais de tal demissão?”. O próprio autor responde destacando que foram os conceitos dominantes das ciências humanas e sociais que levaram progressivamente a se desinteressarem e a se omitirem a discutir os problemas mais importantes e mais significativos de nossa época: “Diria que foi a sua preocupação excessiva, embora louvável, com a objetividade com a positividade que desviou seu olhar de tudo o que não se presta facilmente à modernização reducionista” (JAPIASSÚ, 1995).

Desde que a ciência foi aclamada pelo iluminismo como saída das trevas para a luz e dissociada da subjetividade, fala-se em patologia por dissociação e, ao nos depararmos com a ciência exclusivamente objetiva, “eliminando a priori a subjetividade, nós estamos diante de um discurso patológico, nós estamos diante de um doente orgulhoso do sintoma da sua doença, e sem conhecer sua saúde”. A verdade científica puramente objetiva “é um sintoma, é uma ilusão, é uma mentira” e os cientistas ocidentais acreditaram nisso. Contudo, “não formaram um todo e desmoronaram-se quando nós usamos os frutos do iluminismo materialista num

genocídio. Com Nagasaki e Hiroshima, os cientistas ficaram perplexos. Einstein não!” (BYINGTON, 1995).

Einstein sabia o que estava por vir. Diante da possibilidade do uso da bomba atômica pela Alemanha, ele havia alertado o então presidente americano Franklin Roosevelt para usar a bomba atômica antes de Hitler. No entanto, depois da rendição da Alemanha, Einstein usou de toda a sua influência para que não a usassem. Entretanto, com a morte de Roosevelt, a bomba atômica foi usada. “Então a ciência e o Ocidente ficaram perplexos e horrorizados com sua destrutividade e tudo passou a ser questionado”. Einstein ao constatar a tragédia provocada a partir de suas teorias exclamou: “Tudo havia mudado...menos o espírito humano” (BYINGTON, 1995).

Byington atribui a responsabilidades a situações como a descrita acima, à dissociação objetivo-subjetivo nas pesquisas científicas. Segundo o autor, a retirada do subjetivismo nas pesquisas tornou-se absolutamente insustentável e os cientistas e as universidades começaram a perceber que essa separação patológica brutal levar-nos-ia, certamente à destruição. Byington lembra-nos que, essa percepção começou com o armamento atômico e com o armamento em geral, depois veio a poluição, a exaustão das reservas, e por fim “percebeu-se que a ameaça de destruição provinha da tecnologia industrial alienada”. E, só então, “começamos a nos dar conta de que por trás da genialidade industrial-tecnológica, estávamos vivendo o mito de Frankenstein, no qual a criação monstruosa caminha inexoravelmente para destruir seu criador” (BYINGTON, 1995).

O poder de destruição da cultura ocidental assemelha-se a um “cogumelo tecnológico que se espalhou como uma nuvem venenosa sobre o planeta por meio da tecnologia e da industrialização” e, em decorrência disso, “dizimou culturas que viviam integralmente o subjetivo e o objetivo. [...]. Algumas culturas mais fortes ainda resistem, como a Índia e o Japão”. Porém, apesar de identificada a ameaça do humanismo positivista, sua existência continua crescendo vorazmente (BYINGTON, 1995).

Foram as universidades por meio de seus orientadores de teses e suas bancas examinadoras as responsáveis pela dissociação do saber e, toda “essa mistificação da objetividade foi chancelada por pessoas que escreveram teses escondendo a sua

subjetividade e mostrando só a objetividade, condição essencial para se tornarem mestres, doutores e professores” afirma (BYINGTON, 1995).

A despeito de todo esse contexto, surge na década de 1960 uma onda planetária holística que busca integrar os saberes e aproximá-los da realidade humana, um saber não mais separado do subjetivo, da fantasia, da emoção, das crenças e dos mitos. Essa onda se apresenta na forma de um movimento pedagógico pela interdisciplinaridade buscando a integração do ecossistema como um todo e, não quer saber apenas da existência de “uma reserva de petróleo no Mar do Norte; quer saber quanto temos de petróleo na Terra, quanto vai durar e quanto vai poluir o planeta. Hoje, o saber e a consciência não querem mais setorização, querem globalização” (BYINGTON, 1995).

A setorização do conhecimento, já “não atende às exigências culturais da atividade científica contemporânea” e tampouco corresponde “as necessidades da sociedade atual. A resolução de problemas, quase sempre, ultrapassa os limites das disciplinas constituídas”, e precisa “buscar conhecimentos em mais de uma disciplina”. Quanto “mais se aprofunda a análise de algo, mais se revela a complexidade do objeto ou do problema analisado. E isso ocorre de tal modo que as ciências e as disciplinas já não dão conta do objeto” (PAVIANI, 2008).

Atualmente, a interdisciplinaridade procura corrigir essas distorções viabilizando a integração dos saberes fracionados em disciplinas, que por sua vez, a cada nova descoberta científica se desdobram em outras tantas disciplinas promovendo a excessiva especialização dos saberes, responsável por gerar o distanciamento entre o homem e o conhecimento e provocar a atual crise nas ciências (PAVIANI, 2008).

Nesse contexto, a “universidade que praticou o saber dissociado do século XIX hoje ficou para trás” e procura corrigir o rumo e recuperar o tempo perdido buscando um saber global, um saber integrado e seus professores começam a se abrir, a admitir e estimular trabalhos interdisciplinares no sentido do resgate do subjetivismo nas pesquisas científicas (BYINGTON, 1995).

A interdisciplinaridade apresenta-se como uma “epistemologia da “alteridade” em que a razão e o sentimento se harmonizem, em que a objetividade subjetividade se complementem, em que tempo e espaço se intersubjetivem” (FAZENDA, 2016).

A interdisciplinaridade, surgiu a partir da confluência de duas vertentes: de um lado, pelos estudos epistemológicos filosóficos e de outro, pelo discurso pedagógico que defende “o uso da escola para a cura de uma alegada patologia do saber e, por consequência, o uso da educação escolarizada para melhorar o mundo moderno” (VEIGA NETO, 1997).

Esse movimento pedagógico vem ganhando espaço no cenário educacional brasileiro e é visto como a “solução para inúmeros males que assolam o ensino e até mesmo o mundo moderno, a interdisciplinaridade tornou-se um modismo e uma moeda forte no campo pedagógico”. E, como tal, “referi-la nos discursos sobre currículo, ou mesmo nos estudos que visavam à elaboração de novos currículos, conferiria – e suspeito que ainda confere – maior legitimidade a esses discursos, a esses estudos e, consequentemente, aos seus locutores”(VEIGA NETO, 1997).

Porém, “dizer que o movimento pela interdisciplinaridade foi (e é) intenso e importante não significa dizer que ele tenha necessariamente produzido resultados concretos positivos e relevantes”. Geralmente, a “um discurso pedagógico forte e de ampla circulação não correspondem ações educacionais de mesma intensidade e de mesma direção” (VEIGA NETO, 1997).

Muitos projetos “ditos” interdisciplinares são realizados nas instituições de ensino e de pesquisa, mas nem todos são efetivamente interdisciplinares e, é preciso analisar e interpretar essas práticas porque elas perpassam todos os níveis e graus do ensino. “Por isso, a explicitação dessas experiências é urgente para poder demonstrar a verdadeira e a falsa interdisciplinaridade” (PAVIANI, 2008).

Verdadeira é aquela que “realiza a articulação dos saberes, pois não é possível alcançar a ciência, a episteme, sem considerar que o conhecimento é igualmente um fazer, uma techne, e um agir, uma fronesis”, pois, o “trabalho científico e pedagógico inter-relaciona tipos diferentes de conhecimento”(PAVIANI, 2008).

Nesse sentido, reduzir a interdisciplinaridade “a um simples arranjo entre as disciplinas ou a mera colaboração entre professores, sem um exame de suas implicações epistemológicas e metodológicas, transforma sua prática num modismo intelectual, ou, ainda, numa inútil justaposição de atividades”. Assim, o “que pode ser um fenômeno

fundamental do conhecimento e dos saberes, pode vir a ser ignorado ou mal interpretado” (PAVIANI, 2008).

Diante disso, “é preciso evitar o perigo de considerar a interdisciplinaridade como uma mera associação de disciplinas. Na realidade, a educação exige a integração dos saberes, isto é, um autêntico empreendimento inter e transdisciplinar”. Os conhecimentos científicos e os subsídios tecnológicos são importantes, mas não compõem a essência do processo educativo porque “não há educação sem as dimensões éticas e política. Por isso, a educação consiste essencialmente num processo de integração de saberes, desde os cognitivos até os do gosto e da moralidade” (PAVIANI, 2008).

Imaginar simplesmente que a interdisciplinaridade consiste na produção de novas ciências ou disciplinas é uma ambição desmedida e uma simplificação utópica e “Afirmar, finalmente, que as relações interdisciplinares não possuem relevância epistemológica, pois desde sempre as disciplinas estão numa relação mútua, é desconhecer o estado atual do conhecimento científico e das questões pedagógicas” (PAVIANI, 2008).

No cenário educacional brasileiro, as discussões sobre interdisciplinaridade chegaram no final da década de 1960 “com sérias distorções, próprias daqueles que se aventuram ao novo sem reflexão, ao modismo sem medir as consequências do mesmo”. Nesse contexto, o movimento passou por três tentativas de organização teórica nas décadas de 1970, 1980 e 1990 (FAZENDA, 2016).

Na década de 1970, o debate em torno da palavra interdisciplinaridade “anunciava a necessidade de construção de um novo paradigma de ciência, de conhecimento e a elaboração de um novo projeto de educação, de escola e de vida” (FAZENDA, 2016).

Inicialmente, a interdisciplinaridade apareceu como uma tentativa de elucidar e classificar as propostas educacionais que começavam a ser discutidas, além de procurar romper com a excessiva especialização da ciência multipartida e a “toda e qualquer proposta de educação que incitava o olhar do aluno numa única, restrita e limitada direção, a uma patologia do saber”. O destino da ciência multipartida “seria a falência do conhecimento, pois na medida em que nos distanciávamos de um conhecimento em

totalidade, estaríamos decretando a falência do humano, a agonia de nossa civilização” (FAZENDA, 2016).

A década de 1980, “foi marcada pela necessidade de explicitação dos equívocos surgidos a partir das dicotomias enunciadas nos anos 70” e, pela “evolução dos estudos sobre o papel das ciências humanas, portanto de tentar compreendê-las em seu sentido disciplinar de seus próprios aportes e de suas próprias formas de estruturar seus caracteres”. No entanto, “ainda estamos ensaiando estabelecer relações de interação entre as disciplinas, que seriam a marca fundamental das relações interdisciplinares” (FAZENDA, 2016).

Nesse contexto, “Várias tentativas foram empreendidas pelos estudiosos da interdisciplinaridade, no sentido de encontrar uma metodologia madura e inquestionável, que desse sustentação aos projetos nascentes”. Porém, “essas tentativas apenas serviram para elucidar equívocos, tais como os das limitações em encontrar-se uma linguagem unificadora das ciências, e, por conseguinte, das limitações em criar-se uma metodologia comparativa entre as ciências humanas” (FAZENDA, 2016).

Os anos de 1990 foram marcados pela “possibilidade de explicitação de um projeto antropológico de educação, o interdisciplinar em suas principais contradições”. Fazenda (2016), cita que a maior contradição que encontrou nessa década foi a propagação indiscriminada de métodos intuitivos pelos docentes ao perceberem o alcance da interdisciplinaridade e destaca, que a interdisciplinaridade “não é categoria de conhecimento, mas de ação” que se desenvolve “a partir do desenvolvimento das próprias disciplinas”. Segundo a autora, a discussão sobre as comparações entre disciplina e interdisciplinar, nos levam a “uma nova forma de acesso ao real, de inteligibilidade, em que as noções de parte e todo adquirem distinta abordagem [...] em que a ação passa a ser o ponto de convergência e partida entre o fazer e o pensar da interdisciplinaridade”. Entretanto, “equívocos metodológicos determinam incompreensões acerca das ações e impedem a realização de um trabalho interdisciplinar” (FAZENDA, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da literatura analisada para a produção deste trabalho, pode-se inferir que alguns dos equívocos cometidos em nome da interdisciplinaridade a que se referem os teóricos investigados, podem estar atrelados ao entendimento da definição dos termos integração e interação, que são os fundamentos das relações interdisciplinares. Para alguns autores, a prática interdisciplinar ocorre por meio da integração dos saberes curriculares disciplinares, para outros, ela é viabilizada por meio da interação entre esses saberes.

Contudo, todos concordam que o efetivo exercício interdisciplinar poderá levar à totalidade do conhecimento por meio da união dos saberes e do retorno do subjetivismo às pesquisas científicas. Nesse sentido, qualquer fração do saber quando investigada deverá ser analisada em relação ao todo, sob o risco de o pesquisador não alcançar a compreensão total do seu objeto de estudo.

Para melhor compreender a discussão conceitual em torno dos fundamentos da interdisciplinaridade, buscou-se o significado dos termos integração e interação. Segundo o dicionário Michaelis, ‘integração’ é a “Condição de construir um todo pela adição ou combinação de partes ou elementos” e, ‘interação’ significa o “Ato de reciprocidade entre dois ou mais corpos; Influência de um órgão ou organismo em outro; Qualquer atividade compartilhada”.

Diante do exposto, pode-se concluir que quando integramos as partes dos saberes, a exemplo de uma engrenagem, alcançamos a visão total do nosso objeto de estudo, porém, se desejamos apropriar-nos de um novo saber, necessitaremos fazer uso da interação para conhecer o que ultrapassa os seus limites. Ou seja, a integração nos leva a união do todo, mas não nos leva a compreensão de tudo do todo que transcende essa união. Para isso, necessitaremos fazer uso da interação. Portanto, integração e interação não são excludentes, mas complementares, sem as quais, não chegaremos à construção de um novo conhecimento.

Para permitir que a interdisciplinaridade cumpra a função acima descrita e supere o desafio de humanizar as ciências com o intuito de instrumentalizar o homem para que ele possa atuar com mais responsabilidade social, é preciso que as instituições de ensino tenham a humildade necessária para corrigir os eventuais equívocos

metodológicos que impedem a realização de um verdadeiro trabalho interdisciplinar e passem a abordar o tema com a devida seriedade que ele demonstra ter.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAINGTON, CARLOS AMADEU B. A Pesquisa Científica Acadêmica na Perspectiva da Pedagogia Simbólica. In: Ivani C. A. Fazenda (org.) – A Pesquisa em educação e as transformações do conhecimento. Campinas,SP: Papyrus, 1995.

FAZENDA, IVANI C. ARANTES. Interdisciplinaridade: História, Teoria e pesquisa [livro eletrônico]/Ivani Catarina Arantes Fazenda. – Campinas, SP:

PAPIRUS, 2016. – (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico) 1.851 Kb; PDF

JAPIASSÚ, HILTON. A Crise das Ciências Humanas. In: Ivani C. A. Fazenda (org.) – A Pesquisa em educação e as transformações do conhecimento. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

PAVIANI, JAIME. Interdisciplinaridade: conceito e distinções / Aromilda Grassotti Peixoto. Caxias do Sul, RS : Educs, 2008, 2ª. Edição e revista.

VEIGA-NETO, ALFREDO. Currículo e Interdisciplinaridade. In: Antonio F. B.

Capítulo 17 - DOI:10.55232/1084002017

COMUNIDADE ICTIOPLANCTÔNICA DO GOLFÃO MARANHENSE-BRASIL

**Juliana Franco Lima, Fernanda Maria Marques Soares, Delzenira Silva Do
Nascimento da Costa, Paula Cilene Alves da Silveira**

RESUMO: O ictioplâncton consiste na fase larval dos peixes, desde os ovos até a fase juvenil. Esses indivíduos passam por estágios de transição que são críticos para seu desenvolvimento e recrutamento do estoque adulto. Diante disso, este trabalho teve como objetivo analisar as fases de desenvolvimento e quali e quantitativamente a assembleia de peixes no Golfão Maranhense, Brasil. O Golfão Maranhense é constituído pelas baías de São José e São Marcos, caracterizadas por ambientes dinâmicos, constituído de manguezais marcados por transição de água marinha e água doce, estuários. Foram amostrados em 10 complexos estuárinos, em estuário médio, superior e inferior um total de 30 amostras. Através de arrastos horizontais superficiais com duração de 3 minutos utilizando rede de plâncton cônico cilíndrica com abertura de malha de 300 µm foram coletadas as amostras. Após a coleta essas amostras foram fixadas em formalina a 4%. As análises laboratoriais consistiram na triagem e identificação das espécies ao nível taxonômico mais baixo possível de acordo com bibliografia específica. Para a análise numérica foi realizada: Abundância (%) que foi obtida a partir da fórmula $Ar=(Na*100)/NA$. Um total de 144 larvas e 7 ovos foram amostrados. As larvas ocorreram em três estágios: pré-flexão (48%), flexão (35%) e pós-flexão (17%). Os engraulídeos foram mais representativos na área de estudo, sendo *Cetengraulis edentulus* considerada mais abundante, registrada com 40% do total de larvas, seguida da *Sardinella brasiliensis* com 28%, ambas as espécies foram observadas nos estágio observado. Diante disto, ressalta-se a importância da conservação dessa área e a necessidade de mais estudos que aprimorem o conhecimento da comunidade ictioplanctônica e suas fases de desenvolvimento.

Palavras-chave: Ictioplâncton, estuário, fases de desenvolvimento

INTRODUÇÃO

O ictioplâncton, composto de ovos até a fase juvenil dos peixes ósseos, serve como indicador ambiental, além de prever a qualidade do estoque pesqueiro. Os estudos em relação ao ictioplâncton tendem caracterizar a época de desova e reprodução através da abundância e distribuição de ovos e larvas, e principalmente os períodos e os locais de desova (Ré, 1999), procurando locais com aspectos que supram suas necessidades durante a reprodução.

Os sistemas estuarinos são uma parte original e importante dos ambientes aquáticos por causa da sua produtividade elevada, maior do que no rio e região costeira adjacente, pois apresentam altas concentrações de nutrientes que estimulam a produção primária (Mangas *et al.*, 2013), esses ambientes são utilizados como refúgio para espécies de importância ecológica e comercial em período de reprodução e desova pela oferta de alimento presente no local.

As áreas estuarinas do Maranhão são caracterizadas por vegetação de mangues, e segundo Andrade e Matos (2016) os manguezais servem para: abrigo, alimentação, nidificação e/ou desenvolvimento de indivíduos, além de funcionar como berçário para muitas espécies de peixes e crustáceos marinhos. Neste contexto está inserido o Golfão Maranhense.

O Golfão Maranhense é uma área resultante de intenso trabalho de erosão fluvial do Quaternário antigo constituído por planícies aluviais, ilhas, lagos e rios divagantes. Ao seu lado ocidental predominam no litoral as reentrâncias emolduradas por terras baixas onde proliferam os manguezais. Enquanto que no lado oriental, o litoral é retilíneo com restingas que tendem a desviar dos rios (MMA, 2016).

A biodiversidade do Golfão Maranhense abriga diferentes tipos de comunidades de peixes, que se beneficiam com a riqueza desse ambiente, o que o torna de extrema importância. Nunes e Piorski (2011) afirmam que essas áreas são pouco estudadas e que características peculiares existentes na região, bem como as extensas faixas de manguezal, contribuem para que a costa maranhense seja grande produtora de pescado.

A teoria clássica afirma que a abundância dos ovos e larvas e sua sobrevivência até atingirem a fase de recrutamento influenciam diretamente no número de indivíduos

adultos (Dias, 2013). Antes de atingir a fase adulta esses indivíduos passam por estágios de transição que são críticos para seu desenvolvimento e recrutamento do estoque adulto, tais como as que ocorrem no período larval, quando se assiste a flexão urostilar, dividida em: saco vitelínico, pré- flexão, flexão e pós-flexão (Ré, 1999).

A importância econômica dos peixes na fase adulta promove estudos para o conhecimento da distribuição e ocorrência das espécies do ictioplâncton. O presente estudo na área do Golfão Maranhense consiste em identificar a comunidade ictioplânctônica, bem como suas fases ontogenéticas ocorrentes nos complexos estuarinos que compõem o golfão.

METODOLOGIA

Área de Estudo

O Golfão Maranhense está localizado no extremo norte do Estado do Maranhão e é constituído pelas baías de São Marcos e São José, que se encontram separadas pela Ilha de São Luís, está inserido em uma região tropical úmida a qual estendem se entre as latitudes de 15° N e 15°S (Teixeira e Souza Filho, 2009), esta região faz parte de uma zona costeira marcada por estuários e reentrâncias no noroeste do Maranhão (Fig. 1).

Figura1. Localização do Golfão Maranhense e estuários onde ocorreram as coletas.



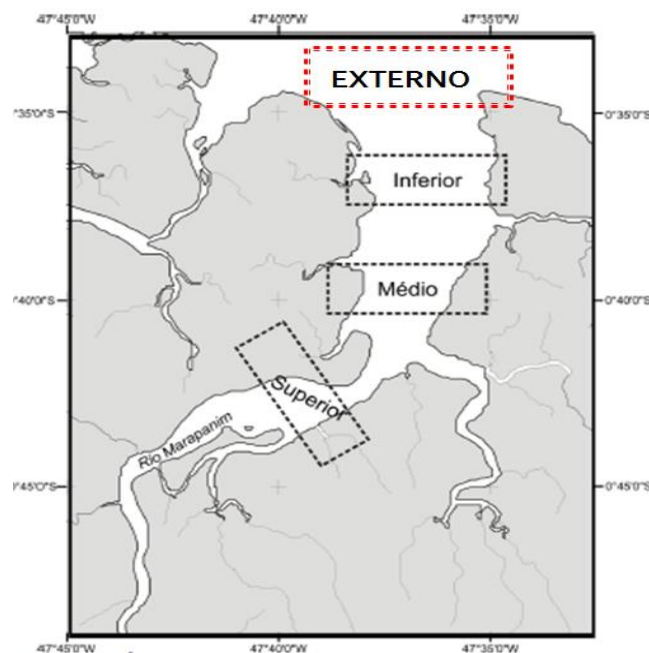
Fonte: Mapeamento De Ambientes Costeiros Tropicais (Golfão Maranhense, Brasil) Utilizando Imagens De Sensores Remotos Orbitais (Teixeira e Souza Filho, 2009) e GOOGLE Earth Pro.

Procedimento de Campo

Os arrastos foram realizados superficial e na horizontal com duração de 3 minutos. A rede utilizada para os arrastos foi de plâncton cônico cilíndrica com abertura de malha de 300 µm. Após as coletas, as amostradas foram fixadas em formalina a 4%.

As coletas foram realizadas ao Largo do Golfão Maranhense, nos complexos estuarinos, em pontos do estuário superior, médio e inferior, dos seguintes rios: Rio Sertãozinho, Igarapé Anajatuba, Rio da Ribeira, Rio do Sampaio, Rio Perizes, Rio Buenos Aires, Rio Anil, Ilha dos Caranguejos, Rio Tibiri e Rio Jeniparana. Em cada complexo estuarino foi realizado 3 pontos de coleta, resultando em 30 amostras (Fig. 2). As coletas foram iniciadas no dia 15 de agosto e concluídas no dia 23 de agosto de 2016.

Figura2. Pontos amostrais, realizados dentro dos sistemas estuarinos do Golfão Maranhense.



Fonte: Autoria própria (2022)

Procedimentos Laboratoriais

As amostras foram processadas no Laboratório Integrado de Zooplâncton e Ictioplâncton – LIZIC do Departamento de Oceanografia e Limnologia – DEOLI da

UFMA. O processamento consiste na triagem, na qual larvas, ovos e juvenis de peixes são separados dos demais organismos do plâncton. Após a triagem houve a identificação das larvas de peixes ao nível taxonômico mais baixo possível de acordo com as seguintes obras: Olivar e Fortuño, 1991; Ahlstrom *et al.*, 1984; Fahay, 1983; entre outros.

A identificação consiste na combinação de caracteres merísticos e morfométricos como seguem:

- Contagem de miômeros e raios das nadadeiras dorsais, peitorais, pélvicas, anal e caudal;
- Pigmentação do corpo;
- Presença de fotóforos e da segunda nadadeira dorsal membranosa, avaliando a proporção entre as nadadeiras e medindo o comprimento do espécime.

Em relação ao estágio de desenvolvimento as larvas foram classificadas em: saco vitelínico, pré-flexão, flexão e pós-flexão (Ré, 1999). As fases de desenvolvimento e medidas do corpo dos espécimes, bem como, a contagem dos miômeros e raios das nadadeiras, a observação da presença de pigmentação e fotóforos nos espécimes realizada com o auxílio de estereomicroscópio da marca *Zeiss Stemi 2000-C*

Processamento de Dados

Após a identificação das fases do desenvolvimento do ictioplâncton os cálculos de abundância relativa foram realizados:

Análise numérica: **Abundância relativa (%)**, calculada de acordo com a fórmula: $Ar = (Na \cdot 100) / NA$, onde: **Ar** = Abundância relativa; **Na** = é o número total de larvas de peixes de cada família obtido na amostra; **NA** = é o número total de larvas de peixes na amostra.

A partir desses dados foi possível determinar as fases mais abundantes que a comunidade ictioplânctônica apresentou durante o período amostral no Golfão Maranhense.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No período amostral foi coletado um total de 144 larvas e 7 ovos. As larvas coletadas pertencem a 8 famílias e 17 espécies, conforme está demonstrado na Tabela 1.

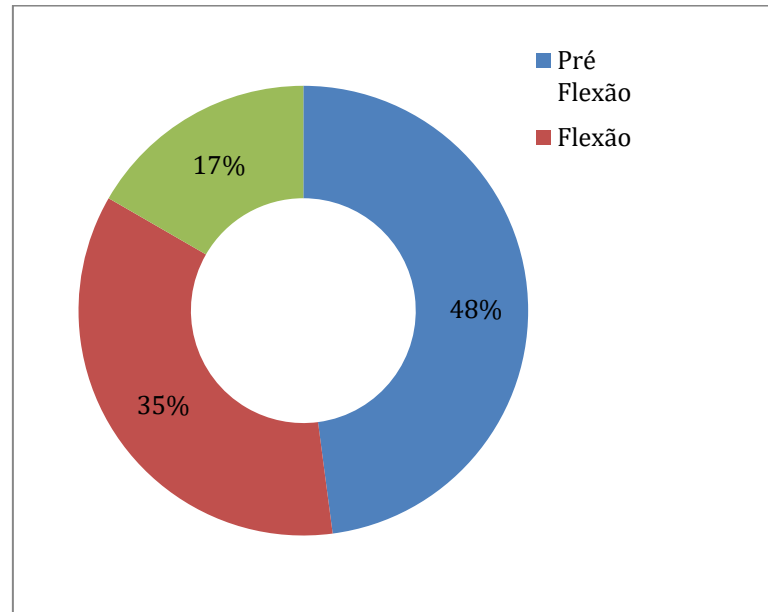
**Tabela 1. Composição taxonômica das espécies de ictioplâncton amostradas no
Golfão Maranhense.**

Táxons	
Família	Táxons
Carangidae	<i>Oligoplites saurus</i> (Bloch & Schneider, 1801)
Clupeidae	<i>Lile piquitinga</i> (Schreiner & Miranda Ribeiro, 1903)
	<i>Sardinella brasiliensis</i> (Steindachner, 1879)
Engraulidae	<i>Anchoa</i> sp.
	<i>Anchoa hepsetus</i> (Linnaeus, 1758)
	<i>Anchoviella lepidentostole</i> (Fowler, 1911)
	<i>Cetengraulis edentulus</i> (Cuvier, 1829)
Gerreidae	<i>Lycengraulis grossidens</i> (Spix & Agassiz, 1829)
	<i>Eucinostomus gula</i> (Quoy & Gaimard, 1824)
Gobiidae	<i>Coryphopterus</i> sp.
	<i>Coryphopterus personatus</i> (Jordan & Thompson, 1905)
	<i>Ctenogobius</i> sp.
Hemiramphidae	<i>Hyporhamphus unifasciatus</i> (Ranzani, 1841)
Sciaenidae	<i>Bairdiella</i> sp.
	<i>Micropogonia furnieri</i> (Desmarest, 1823)
Tetraodontidae	<i>Sphoeroides testudineus</i> (Linnaeus, 1758)

Fonte: Autoria própria (2022)

Durante o período amostral não foram observadas espécies na fase de desenvolvimento em saco vitelínico, as larvas ocorreram em três estágios: pré-flexão, flexão e pós-flexão. O maior número de larvas foi encontrado em pré-flexão com 48%, flexão com 35% e a menor taxa encontrada no estágio de pós-flexão com 17% (Fig. 3).

Figura3. Abundância relativa (%) das fases de desenvolvimento das larvas identificadas no período amostral.



Fonte: Autoria própria (2022)

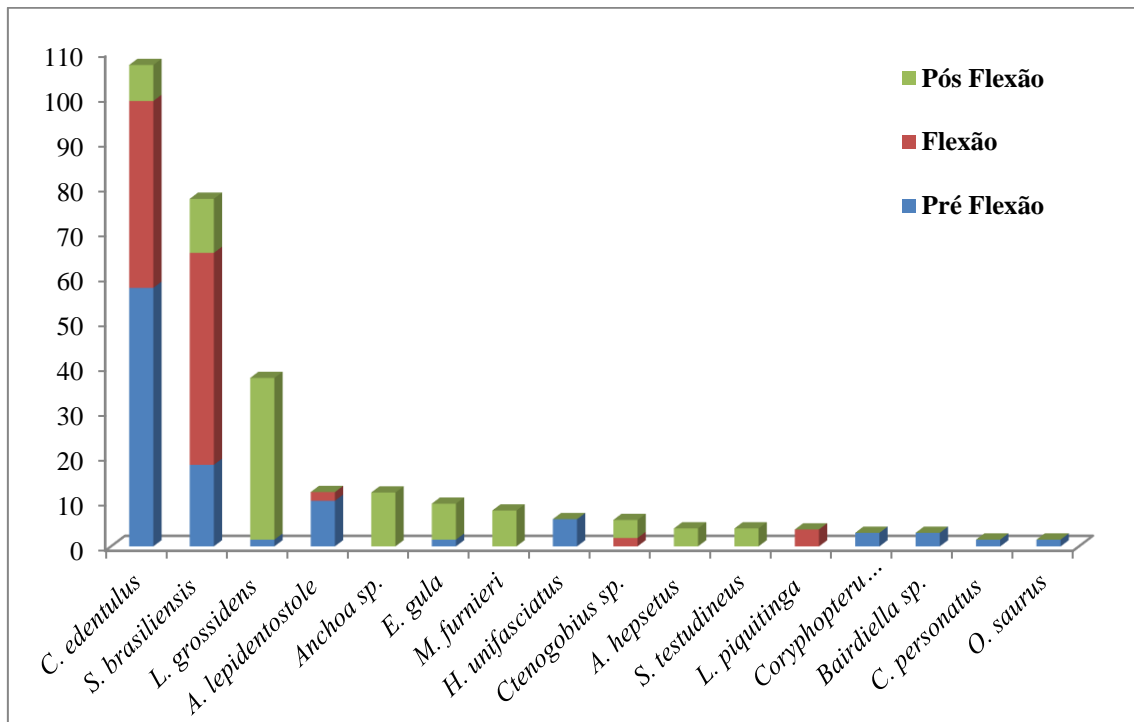
Os engraulídeos obtiveram grande representatividade nessa amostragem, com espécies como *Cetengraulis edentulus*, *Lycengraulis grossidens*, *Anchoiella lepidentostole*, *Anchoa sp.* e *Anchoa hepsetus*.

As espécies *Cetengraulis edentulus* (Engraulidae) e *Sardinella brasiliensis* (Clupeidae) apresentaram maiores abundância durante o período amostral com 43% e 28%, respectivamente. Ambas as espécies evidenciaram os três estágios de desenvolvimento.

Apenas duas espécies evidenciaram as três fases de desenvolvimento: o *Cetengraulis edentulus* teve de 62 larvas amostradas, 58% em pré-flexão, 42% flexão e 8% em pós-flexão. Enquanto a *Sardinella brasiliensis*, de 42 larvas amostradas, 18% em pré-flexão, 47% em flexão e 12% em pós-flexão.

Outras espécies observadas no período amostral apresentaram baixo percentual de indivíduos e apenas uma ou duas das fases de desenvolvimento (Fig. 4). A alta abundância, variedade e diferentes estágios de peixes registrados na área de estudo reforçam a importância no papel de criadouro de ambientes estuarinos, a necessidade de propostas para sua conservação e a sugestão de mais estudos.

Figura4. Abundância relativa (%) das fases de desenvolvimento da comunidade ictioplancônica amostradas no Golfão Maranhense.



Fonte: Autoria própria (2022)

Famílias encontradas no estudo, como por exemplo, Engraulidae são abundantes em áreas estuarinas, além de fazerem parte da comunidade de peixes estuarinos (Zacardi, 2015) e Clupeidae são comuns em áreas costeiras, de alto valor econômico em todo o mundo (Santo e Isaac, 2005). As demais espécies encontradas no local de estudo, já foram evidenciadas em diferentes tipos de ambientes costeiros (Castro, 2005; Matsuura e Nakatani, 1979; Zacardi, 2015; Costa *et al.*, 2017), famílias importantes que compõem os principais complexos estuarinos do Maranhão.

As fases de desenvolvimento encontradas no estudo podem estar relacionadas com o ciclo de vida das espécies do ambiente: taxas de crescimento maiores (Lemos, 2013). E,

ou, com a taxa de entrada e saída desses indivíduos, durante a fase de pós-flexão, que estes já apresentam poder de locomoção notável (Lourenço, 2016).

De acordo com Lemos (2013) as características dos clupeídeos, peixes pequenos, de crescimento rápido e vida curta, evidenciam a ocorrência das três fases de desenvolvimento encontradas desse indivíduo.

CONCLUSÃO

A pesquisa identificou as principais espécies presentes na região do Golfão Maranhense, ao longo do período estudado. Foi possível identificar e quantificar a partir dos dados coletados, a abundância e em quais fases de vida essas espécies se mantem nesse ambiente estuarino. Evidenciando a importância da conservação dessa área, que serve como berçário e ambiente de alimentação e sobrevivência desses indivíduos na sua fase inicial.

Há a necessidade de mais estudos que aprimorem o conhecimento da comunidade ictioplânctônica e suas fases de desenvolvimento no Maranhão. Os dados aqui apresentados servem de base para pesquisas futuras nessa região e para o entendimento do ciclo de vida de espécies presentes na vida adulta que são importantes para o ecossistema estuarino e, em específico, as que são de importância comercial no local.

AGRADECIMENTOS

Os autores que participaram da pesquisa, gostariam de agradecer à Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA que concedeu apoio a realização e construção desse projeto, e ao Laboratório Integrado de Zoo e Ictioplâncton que disponibilizou de sua estrutura para o desenvolvimento da pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHLSTROM, E. H. et al. Pleuronectiformes: development. **Ontogeny and systematics of fishes**, v. 1, p. 640-670, 1984.

CASTRO, Paula et al. Crescimento, mortalidade e taxa de exploração do goete, *Cynoscion jamaicensis* (Perciformes: Sciaenidae), na região sudeste/sul do Brasil. **Boletim do Instituto de Pesca**, v. 28, n. 2, p. 141-153, 2018.

COSTA, Delzenira Silva do Nascimento da et al. Diversidade e zonação do Ictioplâncton em um perfil da Plataforma Maranhense. 2017.

DIAS, D. F. Determinação dos padrões de desova e da sobrevivência das larvas da sardinha-verdadeira (*Sardinella brasiliensis*) na plataforma continental sudeste do Brasil, utilizando modelagem baseada em indivíduo. 2013.

ESPÍRITO SANTO, RV do et al. Peixes e camarões do litoral bragantino, Pará, Brasil. **Belém: Madam**, p. 4-13, 2005.

FAHAY, Michael P. Guide to the early stages of marine fishes occurring in the western North Atlantic Ocean, Cape Hatteras to the southern Scotian Shelf. **Journal of Northwest Atlantic Fishery Science**, v. 4, 1983.

GENÉTICO, CONSELHO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO. Ministério do Meio Ambiente. 2016.

LE MOS, Clarissa Alessandra. **ESTRUTURA DA POPULAÇÃO E CRESCIMENTO DA SARDINHA**. 2013. Tese de Doutorado. INSTITUTO DE PESCA.

LOURENÇO, Ronaldo César Gurgel. Assembleia de peixes de estuários negativos do Nordeste brasileiro: atualização taxonômica, padrões espaço-temporais e aspectos funcionais. 2016.

MANGAS, Anderson Paixão et al. Ictioplâncton da baía do Guajará e do estuário do rio Pará, ilha do Marajó, Pará, Brasil. **Boletim Técnico Científico do CEPNOR**, v. 13, n. 1, p. 43-54, 2014.

MATSUURA, Yasunobu; NAKATANI, Keshiyu. Ocorrências de larvas e jovens de peixes na Ilha Anchieta (SP), com algumas anotações sobre a morfologia da castanha, *Umbrina coroides* Cuvier, 1830. **Boletim do Instituto oceanográfico**, v. 28, p. 165-183, 1979.

NUNES, Jorge Luiz Silva; PIORSKI, Nivaldo Magalhães. **Peixes marinhos e estuarinos do Maranhão**. Café & Lápis, 2011.

OLIVAR, M. Pilar; FORTUÑO ALÓS, José Manuel. Guide to ichthyoplankton of the Southeast Atlantic (Benguela Current region). 1991.

RÉ, Pedro Miguel Alfaia Barcia. **Ictioplâncton estuarino da Península Ibérica: guia de identificação dos ovos e estados larvares planctônicos**. Cascais: Camara municipal de Cascais, 1999.

TEIXEIRA, Sheila Gatinho; SOUZA FILHO, Pedro Walfir Martins. Mapeamento de ambientes costeiros tropicais (Golfão Maranhense, Brasil) utilizando imagens de sensores remotos orbitais. **Revista Brasileira de Geofísica**, v. 27, p. 69-82, 2009.

ZACARDI, Diego Maia. Variação e abundância do ictioplâncton em canais de maré no Extremo Norte do Brasil. **Biota Amazônia (Biote Amazonie, Biota Amazonia, Amazonian Biota)**, v. 5, n. 1, p. 43-52, 2015.

Capítulo 18 - DOI:10.55232/1084002018

**O CUMPRIMENTO DE PENA E O TRATAMENTO
DESUMANO DEGRADANTE: UM ESTUDO SOBRE A
DISCRICIONARIEDADE NO CÁLCULO DO QUANTUM
INDENIZATÓRIO SOB A VISÃO DA INTEGRIDADE E
COERÊNCIA DO DIREITO**

Anna Kezia Prudente Reis, Igor Emanuel de Souza Marques

RESUMO: O sistema carcerário brasileiro passa por vários problemas, sendo o principal a superlotação, que faz com que o cumprimento de pena se torne insalubre. As situações enfrentadas cotidianamente pelos presidiários, demonstram a decadência do sistema e falta de aplicação de políticas públicas para resolvê-las. Surgiram então demandas que discutiam a responsabilidade dessas condições nos presídios. O STF, quando questionado sobre as condições degradantes encontradas no ambiente de cumprimento de pena, decidiu que o Estado deve indenizar as vítimas. Surge então a discussão de como essa indenização deve ser calculada, por se tratar de um dano moral imensurável. Os objetivos do presente trabalho são: refletir sobre o cálculo do quantum indenizatório nesses casos, relacionar essa temática com a teoria da coerência e integridade do direito de Ronald Dworkin e, dessa forma, fazer uma crítica à discricionariedade, observando casos concretos. A pesquisa é feita a partir de materiais bibliográficos, é qualitativa e utiliza como principal método o dedutivo. Por isso, o texto partirá da premissa maior, que é o dever do estado de indenizar os presos em situação degradante, até chegar no estudo comparativo dos cálculos indenizatórios em casos concretos. O estudo se inicia com a análise do Recurso Extraordinário 580.252 e as principais considerações feitas pelos ministros. Em seguida é estudado como a integridade e a coerência do direito, se aplicam no contexto do cálculo do quantum indenizatório, por fim, é feita uma crítica sobre o sistema discricionário. Conclui-se então, que existe necessidade de questionamento e mudanças sobre os cálculos indenizatórios sua proporcionalidade e razoabilidade.

Palavras-chave: Recurso Extraordinário 580.252; cumprimento de pena; condições degradantes; indenização; integridade; coerência.

INTRODUÇÃO

A situação carcerária no Brasil é um tema longamente discutido, bem como controverso. Sabe-se que a situação do sistema prisional é decadente, um atentado à dignidade humana. Por essa situação ser recorrente, foi julgado um recurso extraordinário pelo supremo tribunal federal, com repercussão geral, um caso em que um presidiário por se considerar estar em situação desumana e degradante, processou o estado do Mato Grosso do Sul, através da defensoria pública. A partir dessa decisão, foi confirmada a responsabilidade do estado a indenizá-lo.

No caso do Recurso Extraordinário 580.252, a quantia arbitrada para indenização em decisão anterior foi de R\$ 2.000,00. Esse é um valor muito simplório considerando o dano causado, o que leva a perceber a desvalorização do presidiário no Brasil. Resta então, a discussão sobre a coerência na fixação do *quantum* indenizatório nesses casos.

O presente trabalho apresenta um estudo sobre a indenização, bem como uma relação com a teoria de integridade e coerência e um comparativo entre outras decisões, que prova a necessidade de um novo olhar sobre a discricionariedade do magistrado ao calcular as indenizações neste caso.

O estudo se inicia com uma síntese do Recurso Extraordinário 580.252, na qual, são apresentados os principais argumentos sobre o dever indenizatório. No tópico seguinte vemos um pouco sobre a indenização no direito brasileiro e a ideia da coerência e integridade. Por fim, temos a crítica à discricionariedade no cálculo do *quantum* indenizatório e sua relação com a teoria de Dworkin.

Os objetivos deste artigo são: analisar as pautas trazidas no Recurso Extraordinário 580.252; refletir sobre as indenizações no direito brasileiro; relacionar essa temática com a teoria da coerência e integridade do direito; e, dessa forma, fazer uma crítica à discricionariedade no cálculo dessas indenizações, observando casos concretos. Isso tornará possível a visualização das implicações desse tema e a importância de se fazer deliberações, a fim de, permitir a busca de soluções para que os indivíduos afetados tenham uma vida mais digna.

Para a análise foram utilizados materiais bibliográficos, jurisprudências e, especialmente, a visão de direito e integridade de Ronald Dworkin. A pesquisa tem natureza aplicada, com abordagem qualitativa e o método dedutivo, pois parte da ideia

geral da necessidade da indenização por parte do Estado para chegar à coerência no cálculo do quantum.

BREVE SÍNTESE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 580.252

De acordo com o Conselho Nacional do Ministério Público, em 2018 a taxa de ocupação dos presídios brasileiros é de 165,10%, considerando o total de estabelecimentos penais. O projeto “Sistema Prisional em números” feito pelo MP, ainda mostrou as condições desses estabelecimentos, alguns com mais que o dobro de pessoas do que podia suportar, alguns com casos de mortes e agressões (CNMP,2019).

A superlotação é uma das principais formas de violação de direitos durante o cumprimento de pena e traz diversas consequências. No entanto, essa não é a única forma de violação. Há ainda falta de higiene, alimentação precária, ventilação inadequada, ausência de entrada de sol, falta de assistência médica, que contribuem para o declínio do sistema prisional brasileiro (MACHADO; GUIMARÃES, 2014, p. 568, 569).

Nessas circunstâncias, a questão foi levada ao Supremo Tribunal Federal, que discutiu sobre a responsabilidade civil do Estado pelos danos causados aos presos em situação degradante, no Recurso Extraordinário 580.252¹.

O caso, estudado nesse artigo, que deu origem ao recurso extraordinário 580.252 (BRASIL, 2017), foi uma demanda movida por um condenado a 20 anos de reclusão por crime de latrocínio (art. 157, § 3º, do CP). O requerente pretendia receber o pagamento de indenização referente a danos morais, por ter sido colocado em condições sub-humanas no cumprimento de pena, em estabelecimento prisional situado no Município de Corumbá, Mato Grosso do Sul.

No primeiro grau, a solicitação foi julgada improcedente. No entanto, a sentença foi reformada por maioria na apelação, reconhecendo a responsabilidade do Estado e fixando uma indenização no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

¹ A situação do sistema carcerário brasileiro foi declarada pelo STF como Estado de Coisa Inconstitucional (ECI), na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 347, em 2015. Dentre os casos considerados estava o RE 580.252. Estado de Coisa Inconstitucional é uma técnica de decisão desenvolvida pela Corte Constitucional da Colômbia, que consiste em uma intervenção do poder judiciário, com o objetivo de enfrentar situações de violações graves e recorrentes dos direitos fundamentais, que ocorrem por falhas estruturais em políticas públicas adotadas pelo Estado, exigindo uma atuação conjunta de diversas entidades estatais para sanar as lesões aos preceitos fundamentais. (GUIMARÃES, 2017, p. 2)

Opostos embargos infringentes, a decisão voltou a ser improcedente. Alegou-se que o direito a receber pagamento de indenização deveria ser de todos os presos que passaram por situação semelhante, pelo princípio da isonomia, entretanto, isso causaria um prejuízo nos cofres públicos, perdendo a viabilidade. Também reforçou-se a questão da reserva do possível, em que os direitos do preso estariam limitados à disponibilidade de recursos da Administração pública. Dessa forma, a omissão não seria ilícita.

O recurso extraordinário foi contemplado pelo STF e concluído em 2017. A sentença julgou procedente e teve reconhecida a repercussão geral. Foram comprovadas as condições desumanas, o dano à integridade física e psíquica do detento. As discussões giraram em torno da responsabilidade do Estado de indenizar, ou não, os danos sofridos pelos detentos em custódia do Estado.

Os principais temas contemplados no debate foram a falência do sistema prisional brasileiro e a forma como o dano deveria ser reparado. O voto vencedor foi do falecido Ministro Teori Zavascki.

O ministro reconheceu que os fatos são incontroversos, e que as condições degradantes e desumanas dos presídios são um atentado à dignidade humana, o que contraria totalmente o previsto no artigo 5º da CF/88, principalmente aos incisos XLIX (assegura aos presos respeito e integridade física e moral) e XLVII (não haverá penas cruéis).

De acordo com o artigo 37 §6º, o Estado tem responsabilidade objetiva quando se trata de danos causados a terceiros por seus agentes. Achando a existência do nexo causal entre o dano causado e a omissão do Estado foi dada procedência ao recurso.

Com relação à defesa anteriormente alegada pelo Estado, o Ministro entendeu que não há que se falar no princípio da reserva do possível, pois a questão não está relacionada a uma criação de política pública para uma melhoria, e sim, a um dano causado pelo Estado que resulta em responsabilidade. Aliás, a questão se trata de um desrespeito ao mínimo existencial.

O argumento de que a indenização não seria suficiente para resolver os graves problemas prisionais, devido a necessidade de políticas públicas para sua concretização, também não deveria ser usado para afastar a responsabilidade do Estado, pois isso levaria a uma banalização das condições anti-humanas apresentadas nos presídios principalmente pela garantia constitucional da mínima de segurança pessoal, física e psíquica, dos detentos, que constitui dever estatal, e não apenas defendida pela lei nacional como

também por fontes normativas internacionais adotadas pelo Brasil. Nas palavras do relator:

Não há dúvida de que o Estado é responsável pela guarda e segurança das pessoas submetidas a encarceramento, enquanto ali permanecerem detidas. E é dever do Estado mantê-las em condições carcerárias com mínimos padrões de humanidade estabelecidos em lei, bem como, se for o caso, ressarcir os danos que daí decorrerem. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, em mais de uma oportunidade, deixou assentada a responsabilidade objetiva do Estado pela integridade física e psíquica daqueles que estão sob sua custódia (BRASIL, 2017, p. 13).

Alegou-se ainda na decisão anterior, que a dignidade do preso não se enquadra na concretização de direitos constitucionais e direitos sociais por depender de políticas públicas para sua efetivação. Sobre isso a Ministra Cármen Lúcia disse:

Destacou o eminente Relator que as reparações pecuniárias por danos morais são satisfeitas via precatório e não afetam diretamente quaisquer rubricas orçamentárias referentes à melhoria das condições carcerárias. Essa relação, se houver, é indireta. Sintomático, em qualquer hipótese, que tanto se fale sobre políticas públicas nas discussões sobre o tema das prisões, e nada se diga a respeito da completa inexistência de vontade política para executá-las. Sabe-se que políticas públicas penitenciárias se impõem, mas estas não se materializam a partir do éter. É preciso vontade política para tal, fator que parece inexistente no Brasil, em que difusamente identificado o tema segurança pública com a repressão à criminalidade. Reformas nas cadeias não parece ser pauta de interesse da população. Há preconceito enraizado que etiqueta os presidiários como pessoas de segunda categoria. O crime cometido é transformado em estigma indelével, a subtrair do preso parte da própria humanidade (BRASIL, 2017, p. 136).

Demonstrou-se assim, que existe dever indenizatório por parte do Estado nos casos de cumprimento de pena degradantes e que não há que se falar sobre reserva do possível. Feita essa conclusão, o que esteve no cerne da discussão no Recurso Extraordinário foi como seria essa compensação por parte do Estado.

Principais argumentos sobre o dever indenizatório

As principais linhas de discussão nos votos foram se o Estado deveria indenizar com pagamento ou com a regressão de pena.

Com o ministro relator, votaram também os (as) Ministros(as) Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Rosa Weber e Carmem Lúcia, que concordaram com o pagamento de

indenização pecuniária para a reparação do dano sofrido, de acordo com o que foi pedido no recurso especial.

O Ministro Roberto Barroso, apresenta uma outra solução para o problema, sendo acompanhado pelos ministros Luiz Fux e Celso de Mello. Ele argumenta que o pagamento de valor pecuniário pelo Estado aos presos seria inviável, isso devido a própria falta de recursos para manutenção dos presídios e a não resolução do problema com a indenização. Além de que o valor de 2.000 reais fixados na apelação não ter um critério quantificador e nem mesmo uma certeza de quanto tempo esse valor iria cobrir. Faz então, uma proposta de ativismo judicial, mostrando que a melhor solução seria uma redução de pena. Nessa proposta, por cada 3 a 7 dias na prisão em situação degradante, 1 dia seria remido. Ele argumenta que esse método beneficiaria tanto o presidiário, que teria sua saída adiantada, quanto o Estado que poderia usar o valor da indenização para melhor manter os presídios. Ele justifica essa ideia, pelas graves disfunções dos presídios brasileiros, o que atinge grande parte da população carcerária.

Sobre a posição do Barroso, a Ministra Cármen Lúcia diz que a maior dificuldade é saber se é possível restaurar *in natura* o sofrimento pela violação da dignidade humana, pois o descaso estatal permanece, mesmo que seja por menor tempo. Além disso, ela afirma que diminuir o sofrimento não é o mesmo que reparar o sofrimento, o que é devido na responsabilidade civil. A abreviação da pena não reduz a complexidade do problema, pois não condiz com a dignidade do preso e sim com a liberdade.

O questionamento foi a possibilidade do Poder Judiciário se adiantar, legislando no lugar do poder legislativo para conceder essa regressão de pena. Além de mostrar que a regressão de pena é uma premiação para o presidiário é muito diferente da natureza da indenização que visa reparar um dano. A indenização não é um prêmio e sim uma revisão das condutas estatais (FLENICK; LUZ, 2019, p. 163).

Outro argumento, que não obteve tanta repercussão, mas vale destacar, tendo em vista o objetivo do estudo, foi a dos Ministros Edson Fachin e Marco Aurélio. Eles argumentaram a favor da indenização a ser feita, de acordo com o que foi pedido pelo autor da ação no pedido inicial e não no que foi fixado no acórdão recorrido. No pedido inicial a indenização seria de um salário mínimo ao mês, enquanto presentes as condições degradantes. Nas palavras do Ministro Edson Fachin:

Portanto, reiterando todas essas percepções, e entendendo que esse tema, de uma ou de outra forma, voltará, neste momento, nos limites em que o recurso extraordinário foi colocado, acompanho o voto do eminente Relator, que conhece do recurso e dá provimento, mas o faço para um provimento integral no limite, não do acórdão proferido no julgamento da apelação, tal como indicou o Ministro Teori, mas que de maneira arguta, o eminente Ministro Marco Aurélio já havia apontado na perspectiva de que o pedido inicial tem, portanto, uma direção que atribui um quantitativo diferenciado e seguramente maior. [...] quanto à modalidade específica de indenização, neste momento, estou ficando com a condenação da indenização pecuniária, não nos limites do julgamento de Segundo Grau, mas, sim, nas possibilidades constantes da petição inicial (BRASIL, 2017, p. 153).

O Ministro Marco Aurélio, argumenta que como o pedido foi improcedente no tribunal de origem não teria como o recorrente impugnar o valor e que:

[...] A indenização de R\$ 2.000,00 é módica, tendo em conta os prejuízos sofridos pelo ora recorrente. Na inicial da ação, apontou-se que, na data do ajuizamento, ter-se-ia, levando em conta o que se pretende como indenização, vencidas 32 parcelas correspondentes a um salário mínimo por mês (BRASIL, 2017, p. 164).

Ele acompanha o voto do Ministro Edson Fachin, considerando a procedência do dever de indenizar, mas levando em consideração o pedido da Defensoria Pública na petição inicial. Considerando também, que o valor arbitrado para a indenização foi muito pequeno quando comparado aos prejuízos sofridos pela vítima.

A INDENIZAÇÃO NO DIREITO

Tendo em vista a análise dos pontos importantes do Recurso Extraordinário analisado, será abordado neste tópico como a doutrina trata a questão da indenização em casos de danos morais e como elas devem ser arbitradas pelos juízes. Em seguida, estudaremos de forma breve, com base na visão de Dworkin, a necessidade das decisões no direito serem feitas de forma coerente e íntegra.

Natureza e objetivos da indenização

A finalidade da indenização, de acordo com Sergio Cavalieri Filho (2012, p. 4), na responsabilidade civil é colocar a vítima em seu estado anterior ao dano.

Indenizar significa reparar o dano causado à vítima, integralmente. Se possível, restaurando o *statu quo ante*, isto é, devolvendo-a ao estado em que se encontrava antes da ocorrência do ato ilícito. Todavia, como na maioria dos

casos se torna impossível tal desiderato, busca-se uma compensação em forma de pagamento de uma indenização monetária (GONÇALVES, 2012, p. 334).

É possível observar, na reparação civil, três funções: 1- A função compensatória: esse é o objetivo básico da reparação civil, que é retornar às coisas ao estado anterior ao dano. Quando não é possível retornar é imposto um quantum indenizatório, cujo valor, se aproxima da compensação do direito; 2- A função punitiva. Essa função é secundária, mas igualmente relevante. A prestação imposta age como punição pela falta de cautela nos atos; 3- A função desmotivadora do ato lesivo. Tem um cunho socioeducativo, cujo objetivo é mostrar à sociedade que aquele tipo de ato não será tolerado, mantendo a segurança jurídica. (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2012, p.102)

Quando uma conduta traz um dano moral, a reparação consiste em “pagamento de uma soma pecuniária arbitrada judicialmente, com o objetivo de possibilitar ao lesado uma satisfação compensatória pelo dano sofrido, atenuando, em parte, as consequências da lesão.” (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2012, P.102)

A indenização, em sentido genérico, é um demonstrativo de toda compensação ou retribuição monetária feita a pessoa que sofreu um dano. Ela varia na medida do dano, por isso, é difícil quantificar a indenização, pois cada situação tem suas peculiaridades, sendo que um mesmo ato pode ter resultados diferentes quando feitos a pessoas diferentes (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2012, p. 487,488).

Os parâmetros para medir o dano moral devem ser buscados na própria Constituição, no art. 5º e especialmente no artigo 1º inc. III, que é a base para o Estado Democrático a dignidade da pessoa humana (GONÇALVES, 2012, p.353).

Atualmente são utilizados três métodos para quantificar a indenização: o simples cálculo, artigos de liquidação ou arbitramento. No caso do dano subjetivo, que é o foco deste artigo, a forma de cálculo mais utilizada é o arbitramento, pois ocorre quando não existem elementos objetivos para fazê-lo. Dessa forma, o magistrado deve fazer uma estimativa para quantificar a obrigação, fixando valor razoável, com consideração a natureza compensatória da indenização, o grau de culpa e a condição social do ofendido (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2012, p. 488).

Quantificar o dano moral é um tema de debate no mundo jurídico, principalmente pela quantidade de demandas, sem que exista uma fórmula segura para tanto, em todos os casos que envolvem esse tema o juiz é colocado no mesmo problema. O dano material visa colocar a vítima em estado anterior recompondo o patrimônio, e é

possível calculá-lo, no entanto, quando se fala de dano moral, o objetivo é compensar e consolar a vítima sem medir a dor (GONÇALVES, 2012, p. 370).

A crítica que se faz a esse sistema é que não há defesa eficaz contra uma estimativa que a lei submeta apenas ao critério livremente escolhido pelo juiz, porque, exorbitante ou ínfima, qualquer que seja ela, estará sempre em consonância com a lei, não ensejando a criação de padrões que possibilitem o efetivo controle de sua justiça ou injustiça (GONÇALVES, 2012, p. 370).

O juiz deve, mesmo com a falta de um critério firme, agir prudentemente para atender as peculiaridades de cada demanda, de forma que a indenização não tenha um valor tão grande que sirva como forma de enriquecimento, e nem tão pequena a ponto de ser inexpressiva. “Os critérios de razoabilidade e proporcionalidade são recomendáveis, para, sem exageros, atingir-se indenização adequada” (GONÇALVES, 2012, p. 371). Esses princípios estão ligados ao valor do dano moral, pois são norteadores do ordenamento jurídico, determinando equilíbrio (CORRÊA, 2016, p. 97).

O problema do critério para fixação de um quantum indenizatório para os danos morais é muito atual. A consequência é a insegurança jurídica, que é necessária nos julgamentos. Por isso, são extremamente importantes os debates sobre critérios para a fixação desse quantum (COSTA, 2019, s/p).

Frente às dificuldades de fixar valores compensatórios, o STJ tem entendido que o melhor método, até então, para o arbitramento ser razoável deve levar em consideração não só as características do caso concreto, como também os precedentes com a mesma temática. Levando a adoção de um modo bifásico, que primeiro analisa os precedentes jurisprudenciais do caso e em seguida ajusta o valor de acordo com as peculiaridades do caso (COSTA, 2019, s/p).

Essa matéria é complexa na maior parte dos casos e não tem a devida atenção. Isso ocorre porque como o dano moral é subjetivo, acredita-se que é impossível mensurar sua proporção. A dor realmente não é possível mensurar, “mas, o direito é ciência viva, e em constante evolução, buscando soluções cada vez mais concretas para valorar o dano moral” (CORRÊA, 2016, p. 98).

A Integridade e Coerência no Direito

Analisaremos brevemente uma parte da teoria de Ronald Dworkin, a fim de fazer uma reflexão sobre a discricionariedade dos juízes e a importância de um direito coerente e íntegro.

Para o autor, a integridade é uma virtude política, assim como a justiça e o devido processo legal. Está ligada ao compromisso do Estado de atuar com os cidadãos de forma coerente e de acordo com os princípios, para que cada um viva nos padrões de justiça e equidade (MARINHO, 2015, p.3). Ela é composta por um princípio legislativo, que pede aos legisladores a tentativa de tornar o conjunto de leis coerente, e um princípio jurisdicional, que busca que a lei seja vista como coerente (STRECK, 2016, s/p).

A integridade é um princípio independente da justiça e da equidade, é vinculada a legitimidade política, por meio do modelo de princípios, fazendo com que a comunidade aceite que é governada por princípios comuns e não apenas por regras de convenção política. Dessa forma, admitem que os direitos e deveres políticos dependem do sistema de princípios (MARINHO, 2015, p.4).

Pode até acontecer desses princípios não estarem em harmonia, mesmo que, na ideia de Dworkin, a integridade só tenha sentido para quem deseja a justiça e a equidade. O ideal é que os três possam estar equilibrados ao máximo nas decisões (BRINA, 2016, p. 21). Nas palavras de Dworkin:

Aceitamos a integridade como um ideal político porque queremos tratar nossa comunidade política como uma comunidade de princípios, e os cidadãos de uma comunidade de princípios não têm por único objetivo princípios comuns, como se a uniformidade fosse tudo que desejassem, mas os melhores princípios comuns que a política seja capaz de encontrar. A integridade é diferente da justiça e da equidade, mas está ligada a elas da seguinte maneira; a integridade só faz sentido entre pessoas que querem também justiça e equidade (DWORKIN, 1999, p. 314).

O autor sustenta que a integridade auxilia a eficiência do direito, pois quando o que governa os indivíduos são os princípios, a necessidade de regras explícitas é menor, e o direito tem mobilidade em circunstâncias diferentes (MARINHO, 2015, p.4).

De acordo com Dworkin a democracia pode ser entendida como uma forma de governo em que seus cidadãos são como parceiros em um empreendimento. Para que os cidadãos se sintam parte desse empreendimento coletivo, eles devem ter seus direitos individuais protegidos (PEDUZZI, 2009, p. 76).

A integridade é importante como ideal político, pois mesmo que exista divergência nas opiniões, a comunidade e o Estado deverão agir de forma coerente com os princípios de justiça e equidade (PEDUZZI, 2009, p.77).

O processo para a tomada de uma decisão de direito deve levar em conta a valorização dos direitos individuais e da democracia (COLOMBO; FREITAS, 2017, p. 327). A integridade como pressuposto da democracia pode ser vista de duas formas: como limite e como princípio. Como princípio, ela exige coerência na prática institucional, como limite, é um dever de consistência com os direitos, leis e precedentes (COLOMBO; FREITAS, 2017, p. 328).

O direito, como integridade, traz a moral e a história de uma comunidade, visto que, nas interpretações estão as convicções, tanto da moral como da política, que servem como parâmetro para obter a coerência que deve existir entre as decisões. Por isso, o direito é interpretativo e não se limita a descrição, ele deve ser justificado, ou seja, mostrar o valor do direito e como deve ser conduzido para proteger esse valor (COLOMBO; FREITAS, 2017, p. 328).

O autor contribui para a construção de uma teoria que garante uma solução justa para um caso, rejeitando a discricionariedade como possibilidade de fundamento para as decisões judiciais. Sua proposta é a compreensão da democracia como uma expressão comunitária que vai além da somatória das vontades individuais de seus membros (MARINHO, 2015, p.3). Essa rejeição à discricionariedade, exige que os juízes tenham argumentos ligados ao direito como um conjunto (COLOMBO; FREITAS, 2017, p. 329).

Com a ideia de integridade, ele busca demonstrar dois objetivos importantes. O primeiro é moldar a forma de interpretação, excluindo a discricionariedade, e o segundo é levar a propositura de uma forma de legitimar as decisões com base nos princípios, na moral e na política (MARINHO, 2015, p.4).

O jurista Lênio Luiz Streck, em um artigo para o Conjur, fala sobre a integridade e a coerência, no contexto das decisões judiciais. Ele diz que, a Constituição Federal, no artigo 93, IX, traz o dever da fundamentação como condição para uma decisão ser válida. Muito diferente de entendimentos antigos que diziam que o livre convencimento somado à motivação poderia justificar uma decisão. A motivação é muito diferente da fundamentação, pois na motivação o juiz primeiro decide e depois busca um motivo. Para o direito isso seria muito grave, já que as decisões seriam reféns da boa vontade dos julgadores, fazendo com que o processo perdesse seu sentido (STRECK, 2016, s/p).

O processo é condição de possibilidade e a fundamentação é condição da democracia. Ele deve estabelecer critérios para a decisão, principalmente a obrigatoriedade da jurisprudência ser estável, íntegra e coerente (STRECK, 2016, s/p).

Existe coerência quando os mesmos preceitos e princípios aplicados em uma decisão, são aplicados em casos idênticos e a integridade estará assegurada pela força normativa da constituição. A coerência assegura a igualdade, o que quer dizer que os diversos casos serão considerados igualmente pelo judiciário. Ela não se limita apenas a usar uma decisão anterior para um novo caso, e exige que as decisões sejam consistentes de acordo com a moralidade política. O cerne da coerência é a concretização da igualdade, que se justifica por uma ideia de dignidade humana (STRECK, 2016, s/p).

Ser íntegro e coerente quer dizer que, o julgador não pode interpretar e decidir segundo suas concepções. O aplicador deve reconhecer e fazer vigorar alguns padrões (STRECK, 2016, s/p).

A coerência e a integridade são, assim, os *vectores principiológicos* pelos quais *todo* o sistema jurídico deve ser lido. Em outras palavras, em qualquer decisão judicial a fundamentação — incluindo as medidas cautelares e as tutelas antecipadas — deve ser respeitada a coerência e a integridade do Direito produzido democraticamente sob a égide da Constituição. Da decisão de primeiro grau à mais alta corte do país. Se os tribunais devem manter a jurisprudência estável, íntegra e coerente, logicamente os juízes de primeiro grau devem julgar segundo esses mesmos critérios (STRECK, 2016, s/p).

Dworkin, sobre a aplicação da integridade nas decisões judiciais, usa como exemplo, o juiz que está decidindo um caso de danos morais, em casos semelhantes, nos quais algumas vítimas receberam indenização. Se ele aceita a integridade, mesmo considerando essas indenizações injustas, terá razões para se pronunciar favoravelmente (DWORKIN, 1999, p. 214).

Na teoria dworkiniana, a interpretação é comparada como um romance em cadeia, no qual cada intérprete deve equilibrar literatura e arte, a fim de criar uma continuação harmoniosa. Da mesma forma, no direito deve haver um equilíbrio entre as convenções de diversos tipos de forma suficiente, para criar um direito íntegro e inequívoco. A instrução dada aos juízes de acordo com o princípio judiciário de integridade é que eles identifiquem direitos e deveres legais, “a partir do pressuposto de que todos foram criados por um único autor”, a fim de exprimir uma ideia coerente de justiça e equidade” (DWORKIN, 1999, p. 271-288).

O direito como integridade é inspiração e produto da interpretação da prática jurídica. Ele requer aos juízes a admissão de que o direito se estrutura por um conjunto de princípios coesos, e que os mesmos se apliquem nos novos casos, de forma que a causa de cada indivíduo seja justa e equitativa. Exige também, que o juiz prove sua interpretação

ao se perguntar se ela pode fazer parte de uma teoria que justifique a rede como um todo (DWORKIN, 1999, p.291-294).

A finalidade da interpretação no direito é mostrar o que foi interpretado da melhor forma possível, levando em consideração a substância da decisão anteriormente tomada, bem como, o modo como foram tomadas, considerando quem tomou a decisão e em quais circunstâncias (DWORKIN, 1999, p. 292).

Mesmo com todos esses cuidados de justificativa, derivadas de um direito baseado na integridade e coerência, Dworkin afirma que nenhum juiz deve ter suas hipóteses como concretas e detalhadas a ponto de excluir a hipótese de novas reflexões em cada caso. Quando o caso exigir deve haver uma análise mais elaborada e profunda, o que irá também exigir juízos políticos difíceis de chegar. Nesses casos, será necessário um desenvolvimento de concepção de direito e moral que se sustentem (DWORKIN, 1999, p. 308).

O autor reforça então, a necessidade de aprender com os exercícios críticos propostos, com seus fracassos e sucessos. O objetivo, são aqueles do direito como integridade, que buscam descobrir até onde os juízes têm caminhos abertos para aperfeiçoar o direito, respeitando as “virtudes da fraternidade que a integridade serve” (DWORKIN, 1999, p. 329-330).

CRÍTICA AO SISTEMA DISCRICIONÁRIO PARA CÁLCULO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO

O caso do RE 580.252 se tornou precedente para vários outros processos com a mesma temática de violação de direitos humanos e tratamento degradante. Um dos estados que mais teve processos semelhantes foi o Rio Grande do Sul. Em 2019 foram movidas mais de 17 ações que foram julgadas procedentes e mais de 400 processos em trâmite. Foi até mesmo estabelecido um valor para as indenizações de 500 reais por ano passado em presídio com situação degradante. Das interpretações dadas, a 9ª Câmara entende que as indenizações são devidas, mas que o valor da indenização poderia ser retido pelo Estado, a fim de, ajudar com as despesas da manutenção dos presos e a 10ª Câmara afirma que a situação nos presídios já é de conhecimento geral e isso deveria reprimir as ações criminosas (ABATI, 2019, s/p).

Um exemplo de caso semelhante ocorreu na carceragem feminina no Estado do Rio de Janeiro, com uma indenização arbitrada em R\$5.000,00:

Apelação cível. Ação indenizatória. Alegação da autora de que ficou presa na carceragem feminina da 65ª DP de Magé em péssimas condições de habitabilidade, violando o princípio da dignidade da pessoa humana. [...] Danos morais evidenciados e arbitrados em R\$ 5.000,00. [...] Sentença reformada. Recurso parcialmente provido (Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Décima Primeira Câmara Cível Apelação Cível Nº 0007831-27.2011.8.19.0029. Relator: Des. Fernando Cerqueira Chagas) (RIO DE JANEIRO, 2020, p. 1).

Um outro exemplo ocorreu no Rio Grande do Sul, que utilizou o parâmetro adotado pelo colegiado para calcular o quantum indenizatório, determinado o valor de R\$ 500,00 reais por ano ou fração, no caso a condenação ao Estado foi de R\$ 2.000,00.

Apelação cível. Responsabilidade civil objetiva do Estado. Inoperância do poder público quanto ao sistema penitenciário. Presídio central. Superlotação carcerária e ambiente degradante. Fato notório. [...] precedente do STF em julgamento de repercussão geral. Dever de indenizar caracterizado. Danos morais. Quantum. Redução. Compensação da indenização com o valor devido pelo apenado. Impossibilidade. [...] (TJ-RS - AC: 70082702499 RS, Relator: Tasso Caubi Soares Delabary, Data de Julgamento: 03/12/2019, Nona Câmara Cível, Data de Publicação: 20/01/2020) (RIO GRANDE DO SUL, 2019).

O caso abaixo foi semelhante ao último, com parâmetro do colegiado de R\$ 500,00 por ano ou fração.

Apelação cível. Responsabilidade civil objetiva do Estado. Inoperância do poder público quanto ao sistema penitenciário. Presídio central. Superlotação carcerária e ambiente degradante. Fato notório. [...] precedente do STF em julgamento de repercussão geral. Dever de indenizar caracterizado. Danos morais. Quantum. Critérios. Compensação da indenização com o valor devido pelo apenado. [...] recurso parcialmente provido (TJ-RS - AC: 70083087312 RS, Relator: Tasso Caubi Soares Delabary, Data de Julgamento: 18/12/2019, Nona Câmara Cível, Data de Publicação: 20/01/2020) (RIO GRANDE DO SUL, 2019).

Por mais que exista um padrão nos cálculos das indenizações dos processos observados, não existe de fato uma justificativa para os valores arbitrados pelo judiciário para compensar a omissão estatal. Por se tratar de uma compensação de dano moral, psíquico e até mesmo físico, como disse o ministro Marco Aurélio, R\$ 2.000,00 é uma quantia módica apenas (BRASIL, 2017, p. 164).

A indenização tem a finalidade de compensar o dano (GONÇALVES, 2012, p. 334), ela deve ser calculada de forma razoável, proporcional (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2012, P.488), e não é possível compensar um dano tão grande, que é uma afronta à dignidade da pessoa humana, com valores tão ínfimos.

Vejam os outros casos em que ocorreu violação de direitos fundamentais completamente diferentes, não tão graves quanto a situação desumana e degradante, em que a valoração dos danos causados foi semelhante ou até mesmo superior aos danos causados aos presos.

Em 2019 ocorreu um caso noticiado pelo site do Jusbrasil, no qual, o uso indevido de imagem gera indenização de 100 mil reais. Um perfil de humor usava a imagem de um senhor de Goiás, de 91 anos, como meme com frase pejorativa. O perfil tinha em torno de 4,4 milhões de seguidores. E o uso da foto como meme foi considerado vexatório (ANDRADE, 2019, s/p).

Mais uma situação, em que foi interposto recurso sobre a indenização por uso de imagem de um trabalhador sem autorização do mesmo. O uso indevido da imagem viola um direito instituído no art. 5º, X da CF. A indenização foi arbitrada em R\$ 2.000,00, que foi considerado um valor excessivamente modesto, mas havia impossibilidade de reformatio in pejus, a decisão recorrida deveria ser mantida pela impossibilidade de reforma em prejuízo da recorrente, mesmo que a 2ª Turma tenha deferido valores mais expressivos em casos semelhantes. Por isso, o recurso de revista não foi conhecido.

Recurso de revista. Indenização pelo uso indevido de imagem - utilização de camiseta promocional das marcas comercializadas pelo empregador. [...] Indenização pelo uso indevido de imagem da reclamante - Valor da condenação (R\$ 2.000,00) - importe excessivamente modesto arbitrado pelo TRT - Impossibilidade de reformatio in pejus (RR-596-21.2011.5.05.0038, 2ª Turma, Relator Ministro Renato de Lacerda Paiva, DEJT 04/12/2015) (BRASIL, 2015).

Caso de indenização por uso indevido de imagem em atividade comercial: a indenização foi arbitrada em R\$ 10.000,00.

Ação de indenização. Uso indevido da imagem em atividade comercial. Prática lastreada na suposta autorização concedida no contrato de prestação de serviços educacionais. Não acolhimento. Permissão restrita às finalidades institucionais. Correta indenização moral, cujos danos são in re ipsa (Súmula 403, STJ). Compensação arbitrada em R\$ 10.000,00. Excesso não identificado. Incidência do art. 944 do Código Civil. Precedentes. APELO DESPROVIDO (TJSP; Apelação Cível 1010588-82.2019.8.26.0002; Relator (a): Donegá Morandini; Órgão Julgador: 3ª Câmara de Direito Privado; Foro Regional II – Santo Amaro – 11ª Vara Cível; Data do Julgamento: 02/07/2020; Data de Registro: 02/07/2020) (SÃO PAULO, 2020).

Outro caso semelhante, inicialmente a condenação foi de R\$ 10.000,00, mas teve a sentença reformada e o valor reduzido para R\$ 5.000,00 por edição que ocorreu uso da imagem sem autorização.

Apelação – Indenização por uso indevido de imagem - Jogador de futebol profissional - Inserção de imagem e atributos de personalidade em jogos eletrônicos Fifa Soccer e Fifa Manager sem autorização [...] Autorização obtida coletivamente por entidades que representam os atletas profissionais, que não substitui a autorização individual - Uso indevido da imagem caracterizado - Utilização que gera vantagens econômicas em favor da produtora dos jogos [...] Submissão a precedentes desta Corte, que fixaram o parâmetro de R\$5.000,00 por edição em que houve o uso da imagem sem autorização [...] Deram integral provimento ao recurso do autor e parcial provimento ao recurso das corrés (TJSP; Apelação Cível 1078389-51.2015.8.26.0100; Relator (a): Alexandre Coelho; Órgão Julgador: 8ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível - 2ª Vara Cível; Data do Julgamento: 11/09/2019; Data de Registro: 12/09/2019) (SÃO PAULO, 2019).

As situações abaixo são outros exemplos de indenizações por danos morais, com *quantuns* indenizatórios diversos e valor superior ou semelhante à indenização destinada aos presos que passaram por situações humanas e degradantes:

Nesse processo o autor teve interrompido o serviço de prestação de água, foi fixado o montante indenizatório de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Ementa agravo interno no agravo em recurso especial. Ação de indenização por danos morais. Quantum do dano moral. Valor razoável. Agravo interno não provido. 1. O valor arbitrado pelas instâncias ordinárias a título de danos morais somente pode ser revisado em sede de recurso especial quando irrisório ou exorbitante. 2. No caso, o montante fixado em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) não se mostra irrisório nem desproporcional aos danos causados à vítima, que sofreu interrupção no fornecimento de água. 3. Agravo interno a que se nega provimento (STJ. Ag. Int. no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.555.771 - MS (2019/0234348-0)) (BRASIL, 2019).

Caso de indenização por danos morais por fraude na contratação. Quantum indenizatória de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Apelação cível. Responsabilidade civil. Ação declaratória de inexistência de débito cumulada com repetição de indébito e *indenização por danos morais*. Fraude na contratação. *Danos morais* configurados. [...] 2. *Danos morais* presumidos (*in re ipsa*), prescindindo de prova de prejuízo, tendo em vista o indevido apontamento do nome da parte autora em cadastro de inadimplentes, causando-lhe lesão à honra e reputação. Quantum indenizatório arbitrado no patamar de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), em atenção às peculiaridades do caso concreto e aos critérios estabelecidos pela doutrina e jurisprudência. Apelo provido (Apelação Cível, Nº 70083882910, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Thais Coutinho de Oliveira, Julgado em: 17-12-2020).

Ação em que pai não foi chamado para acompanhar o nascimento de seu filho. Indenização devida para cada autor do dano R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Recurso inominado. Ação de indenização por danos morais e materiais. Pai que não foi chamado para acompanhar a cesária. Ato ilícito configurado. Violação ao artigo 19-j da lei 8.080/90. Excludente de responsabilidade civil não verificada. Dano moral configurado. Transtorno presumido. Indenização minorada (R\$ 5.000,00 para cada autor). [...] Recurso conhecido e parcialmente provido (TJPR - 1ª Turma Recursal - 0005112-05.2017.8.16.0075 - Cornélio Procópio - Rel.: Juíza Melissa de Azevedo Olivas - J. 22.08.2019).

Ao observar essas decisões, nota-se que existe uma incoerência referente ao valor atribuído aos direitos. Nos casos apresentados, tanto os de danos morais, quanto os de uso de imagem, a indenização é devida, os direitos são relevantes. Porém, ao equiparar as indenizações arbitradas e as indenizações previstas para os presos que estiveram em condições desumanas e degradantes existe uma desvalorização.

A partir disso é possível fazer uma relação com a crítica à discricionariedade que fez Dworkin, assim como, sua ideia de direito íntegro e coeso. Principalmente nas situações referentes a danos morais, por não haver um critério uniforme para arbitrar o valor indenizatório (GONÇALVES, 2012, p. 370). Para ele, a discricionariedade é rejeitada, para que as soluções dadas sejam justas e o direito seja interligado como um conjunto. Além disso, o direito deve ser justificado e seu valor deve ser protegido (COLOMBO; FREITAS, 2017, p. 328, 329).

Para Dworkin (1999, p.291-294), através da integridade se torna possível a estrutura de um conjunto de princípios coesos dando às decisões justiça e equidade. Exigindo dos juízes uma prova de que sua interpretação pode se justificar na rede como um todo. Juntamente com a integridade a coerência também exige a consistência das decisões, tendo como base a igualdade justificada pela dignidade humana (STRECK, 2016, s/p).

Dessa forma, ao se aplicar os ideais de Dworkin, as decisões, poderiam ser mais coesas e íntegras melhorando a sociedade de direitos e garantindo maior segurança e proporcionalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise do ponto de partida percebe-se que, o Estado tem o dever de indenizar o preso em situação degradante. Embora a decisão não tenha modificado o valor da indenização arbitrado anteriormente, houve ministros que viram a necessidade de uma maior valorização nesse sentido, como foi mencionado nos votos dos Ministros Marco

Aurélio e Ministro Edson Fachin. Além disso, como o RE 580.252 serviu de precedente para vários outros casos, seria interessante que o quantum indenizatório, em si, fosse discutido mais amplamente.

Quanto à natureza e objetivos da indenização trazidos pela doutrina brasileira, observa-se que existem princípios que os norteiam claramente, embora ainda falte maior atenção a esse assunto, principalmente referente à indenização por danos morais, que são subjetivos e ainda não têm uma forma de calcular o quantum, a fim de oferecer uma maior segurança jurídica, dependendo de antecedentes e da discricionariedade dos juízes. A análise sob o olhar de Dworkin também é muito interessante e importante para a reflexão no meio jurídico sobre a insegurança jurídica e incoerências decorrentes da discricionariedade e das inconsistências nas decisões, que levam a um direito não íntegro.

O comparativo feito entre os casos de indenização com temáticas diferentes demonstra que falta um equilíbrio na forma atual de arbitrar o valor indenizatório, pois um direito coerente não deve valorizar mais uma divulgação de imagem do que a dignidade e integridade de um ser humano. Outra observação é a quantidade de casos semelhantes ao Recurso Extraordinário estudado, que foram exemplificados, e ainda surgirão, tendo em vista a situação carcerária do país, isso mostra a necessidade de questionamento sobre a proporcionalidade e razoabilidade do valor indenizatório, assim como, a forma da valoração da dor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABATI, L. Estado é condenado a pagar indenização a presos do Central por más condições e superlotação. GZH, 2019. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2019/10/estado-e-condenado-a-pagar-indenizacao-a-presos-do-central-por-mas-condicoes-e-superlotacao-ck1i61dnz043y01n3wpme860w.html>>. Acesso em: 17 maio, 2021.

ANDRADE, M. V. Uso indevido de imagem em “meme” gera indenização de 100 mil. Jusbrasil, 2019. Disponível em: <<https://andrademv85.jusbrasil.com.br/noticias/739677367/uso-indevido-de-imagem-em-meme-gera-indenizacao-de-100-mil?ref=feed>>. Acesso em: 17 maio, 2021.

BRASIL. STF. Recurso Extraordinário 580.252. Relator: Min. Alexandre de Moraes. 16 de Fevereiro de 2017. Disponível em: <<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=13578623>>. Acesso em: 17 maio, 2021.

BRASIL. STJ. Ag. Int no Agravo em Recurso Especial Nº 1.555.771. Relator Exmo. Sr. Ministro Raul Araújo. MS, 2019. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordaonum_registro=201902343480&dt_publicacao=04/03/2020>. Acesso em: 17 maio, 2021.

BRASIL. TST. RR-596-21.2011.5.05.0038, 2ª Turma, Relator Ministro Renato de Lacerda Paiva, DEJT, 2015. Disponível em: <<https://jurisprudencia.tst.jus.br/#806bbfdf388a7574360bef9c9cb8ffd6>>. Acesso em: 17 maio, 2021.

BRINA, C. V. Dworkin e Raz: Uma Análise Comparada Sobre o Conceito de Direito, A Relação Entre Direito e Moral, e a Interpretação Jurídica [Dissertação de Mestrado]. UFMG. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-ASJFJX/1/disserta__o_christina.pdf>. Acesso em: 17 maio, 2021.

CNMP. Taxa de ocupação dos presídios brasileiros é de 165%, mostra projeto “Sistema Prisional em números” - Conselho Nacional do Ministério Público. Disponível em: <<https://www.cnmp.mp.br/portal/todas-as-noticias/12324-taxa-de-ocupacao-dos-presidios-brasileiros-e-de-165-mostra-projeto-sistema-prisional-em-numeros>>. Acesso em: 17 maio, 2021.

COLOMBO, S. R. B.; FREITAS, V. P. A Dimensão Interpretativa do Direito Como Integridade a Partir de Ronald Dworkin. Revista Direito e Liberdade – RDL – ESMARN, v. 19, 2017. Disponível em: <<http://ww2.esmarn.tjrj.jus.br/revistas/>>. Acesso em: 17 maio, 2021.

CORREA, F. C. A valorização do dano moral e aplicação dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade no Direito Civil. Anales De La Facultad De Ciencias Juridicas Y Sociales De La Universidad Nacional De La Plata. Disponível em: <<https://revistas.unlp.edu.ar/RevistaAnalesJursoc/article/view/3984>>. Acesso em: 17 maio, 2021.

COSTA, J. A. M. Aplicação do método bifásico na quantificação da reparação do dano moral. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2019-jan-26/jose-costa-uso-metodo-bifasico-reparacao-dano-moral>>. Acesso em: 17 maio, 2021.

DWORKIN, R. O Império do Direito. Tradução: Jeferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FLENICK, J. D.; LUZ, P. N. G. G. S. Responsabilidade Civil do Estado Em Reparar Os Danos Morais Causados aos Presos Em Situação Degradante: Análise Do Re 580.252. Anais do VIII Conbradec. N.º.29, V.02, 2019. Disponível em: <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/percurso/article/view/3492>> Acesso em: 17 maio, 2021.

GAGLIANO, P. S.; PAMPLONA FILHO, R. Novo curso de direito civil: responsabilidade civil. Vol. 3, 10. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012.

GUIMARÃES, M. R. O estado de coisas inconstitucional: a perspectiva de atuação do Supremo Tribunal Federal a partir da experiência da Corte Constitucional colombiana. Boletim Científico ESMPU, Brasília, a. 16 – n. 49, p. 79-111 – jan./jun. 2017. Disponível

em: <<http://escola.mpu.mp.br/publicacoes/boletim-cientifico/edicoes-do-boletim/boletim-cientifico-n-49-janeiro-junho-2017>>. Acesso em: 17 de maio, 2021.

GONÇALVES, C. R. Direito civil brasileiro: Responsabilidade civil. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. vol. 4

MACHADO, N. O.; GUIMARÃES, I. S. A Realidade do Sistema Prisional Brasileiro e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Revista Eletrônica de Iniciação Científica. Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI. Itajaí, 2014. v. 5, n.1,2014. Disponível em: <<https://www.univali.br/graduacao/direito-itajai/publicacoes/revista-de-iniciacao-cientifica-ricc/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 17 maio, 2021.

MARINHO, J. L. A. Teoria da integridade de Ronald Dworkin: um olhar matemático para a tese da resposta correta. Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, 2015. Disponível em:<<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/view/14242/2684>>. Acesso em: 17 maio, 2021.

PARANÁ. TJPR. 0005112-05.2017.8.16.0075. Relatora Juíza Melissa de Azevedo Olivas. Cornélio Procópio, 2019. Disponível em: <<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/2100000009229921/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-0005112-05.2017.8.16.0075#>>. Acesso em: 17 maio, 2021.

PEDUZZI, M. C. I. O princípio da dignidade da pessoa humana na perspectiva do direito como integridade. Dissertação de Mestrado. Repositorio.unb.br. Brasília, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/4356>>. Acesso em: 17 maio, 2021.

RIO DE JANEIRO. TJRJ. Apelação Cível nº 0007831-27.2011.8.19.0029. Apelante: Márcia Bonifácio Da Silva Martins, Apelado: Estado Do Rio De Janeiro. Relator: Des. Fernando Cerqueira Chagas. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em:<<http://www1.tjrj.jus.br/gedcacheweb/default.aspx?UZIP=1&GEDID=000463D2B5627A993AFCD37595B3DC7CD65DC50C3C014825>>. Acesso em: 17 maio, 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Nona Câmara Cível. TJRS. AC 0280640-35.2019.8.21.7000 RS. Relator: Tasso Caubi Soares Delabary. Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em: <<https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/885982827/apelacao-civel-ac-70083087312-rs?ref=serp>>. Acesso em: 17 maio. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Nona Câmara Cível. TJRS. AC: 70082702499 RS. Relator: Tasso Caubi Soares Delabary. Rio grande do Sul, 2019. Disponível em:<<https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/824227191/apelacao-civel-ac-70082702499-rs?ref=serp>>. Acesso em: 17 maio, 2021.

RIO GRANDE DO SUL. TJRS. Apelação Cível Nº 70083108977. Relatora: Thais Coutinho de Oliveira. RS, 2020. Disponível em: <<https://www.tjrs.jus.br/buscas/jurisprudencia/?aba=jurisprudencia>>. Acesso em: 17 maio, 2021.

RIO GRANDE DO SUL. TJRS. Apelação Cível Nº 70083882910. Relatora: Thais Coutinho de Oliveira. 2020. Disponível em: <<https://www.tjrs.jus.br/buscas/jurisprudencia/?aba=jurisprudencia>>. Acesso em: 17 maio, 2021.

SÃO PAULO. TJSP. 3ª Câmara de Direito Privado. Apelação Cível 1010588-82.2019.8.26.0002. Relator: Donegá Morandini. Santo Amaro, 2020. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/resultadoCompleta.do>>. Acesso em: 17 de maio, 2021.

SÃO PAULO. TJSP. 8ª Câmara de Direito Privado. Apelação Cível 1078389-51.2015.8.26.0100. Relator: Alexandre Coelho. São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/resultadoSimples.do;jsessionid=0778738CC878C4D12781E86A6BBDCAADD.cjsg3conversationId=&nuProcOrigem=107838951.2015.8.26.0100&nuRegistro>> Acesso em: 17 maio, 2021.

TERRITÓRIO UNIVERSITÁRIO O CONFLITO ENTRE O PRETO E O BRANCO

Beatriz Delfino de Lima

RESUMO: Nascida no Maciço do Morro da Cruz, filha de pai e mãe pretos a procura da ascensão financeira a fim de proporcionar um futuro melhor às filhas, o passado até chegar à universidade foi forte, deslegitimada pela sociedade desde criança, o empoderamento não existia, ninguém ensinou, sempre levávamos como exemplo as pessoas brancas bem sucedidas que ali eram apontados diariamente. Chegamos à universidade totalmente despreparada (as), sem bagagem de leitura ou uma vivencia que nos preparasse para esse meio completamente branco, elitista, classista e segregado longe de nossas realidades. Chegamos à universidade tendo que nos portar, falar, vestir, mudar nossas concepções e lidar com aqueles que já foram preparados durante uma vida toda para estarem ocupando esses espaços. Os negros cotistas que chegam aqui são recebidos com um choque de realidade, nos é emposto o desafio da mudança que ninguém espera, de ter consciência da sua própria cor, pois nas escolas é ensinado que o negro (a) é igual ao branco e que não possuímos diferenças raciais num país segregado como o Brasil. Saímos de nossas casas no primeiro dia de aula acreditando que ao chegar à universidade será tudo diferente, por ser um ambiente acadêmico onde o acesso a informação chega. Deste modo saímos acreditando na instituição que escolhemos prestar um vestibular. Infelizmente a experiência foi e continua sendo totalmente diferente do nosso imaginário, chegamos aqui sendo recepcionados por olhares tortos carregados de racismo institucional, estrutural, constitucional e velado vindo de pessoas que estão no do topo da pirâmide da hierarquização social.

Palavras-chave: Raças, racismos, experiência, universidade.

INTRODUÇÃO

Nascida no Maciço do Morro da Cruz, região periférica da cidade de Florianópolis Santa Catarina - SC, filha de pai e mãe de origem étnica negra, procuravam ascensão financeira com o sonho de proporcionar um futuro melhor às filhas. O passado até chegar à universidade foi intenso pela deslegitimação da sociedade desde criança. A palavra empoderamento na época não havia sido citada e me pergunto sobre a etimologia da palavra EMPODERAMENTO.

Em 1977, o psicólogo norte-americano Julian Rappaport cunhou o termo *empowerment* a partir da palavra *power* (“poder”) para defender que era preciso dar ferramentas a certos grupos oprimidos para que eles tivessem condições e autonomia de se desenvolver¹.

Levávamos como exemplo pessoas brancas consideradas bem sucedidas por falta de um referencial étnico negro que pudesse nos inspirar. No sul do Brasil, a principal fonte de informação era a televisão, que ainda sustenta e sustentava a prática de subalternização da figura/imagem do negro, nas novelas, telejornais e publicidade. A prática de alisar os cabelos e redefinir os traços utilizando base facial um tom mais claro que a pele é uma das características do embranquecimento psíquico da nossa geração. A solidão da população negra, homens, mulheres e não binários, também é um ponto a ser discutido. O medo de ser e está sozinho o tempo todo e, também, a filosofia de que nascemos sozinhos, mas será que devemos ficar sozinhos?

METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho aconteceu através de pesquisas de dados quantitativos e qualitativos usando a ferramenta do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, com o intuito de analisar o índice de escolaridade da população Brasileira. O saber da experiência de Paulo Freire com a *Pedagogia do Oprimido* e do livro *Pele Negra Máscaras Brancas* de Frantz Fanon, que contribuíram na sintetização dos relatos dos estudantes negros universitários.

¹ Disponível em: <<https://ctb.org.br/noticias/cultura-a-midia/a-origem-do-conceito-de-empoderamento-a-palavra-da-vez/#:~:text=%E2%80%9CEmpoderamento%E2%80%9D%20%C3%A9%20um%20desses%20casos,e%20autonomia%20de%20se%20desenvolver.>>. Acesso em 14 de setembro de 2022.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Chegamos à universidade despreparadas, sem bagagem de leitura ou uma vivência que nos preparasse para esse meio completamente branco, elitista, classista e segregado, longe de nossas realidades. Viver o cotidiano sem a habilidade de refletir sobre as ações é confortável, pois não pensamos sobre os absurdos e seguimos com a ignorância. Ignorar os fatos na sociedade capitalista, mecanicista e meritocrática, é confortável e viável para esta máquina de produzir o racismo.

Chegamos à universidade tendo que nos portar, falar, vestir, mudar nossas concepções e lidar com aqueles que já foram preparados durante uma vida toda para estarem ocupando esses espaços.

Os negros cotistas que chegam aqui, são recebidos com um choque de realidade, nos é imposto o desafio da mudança que ninguém espera, de ter consciência da sua própria raça, pois nas escolas é ensinado que o negro(a) é igual ao branco e que não possuímos diferenças raciais em um país em que houve uma política de segregação como o Brasil e que ainda permanece enraizado no pensamento brasileiro.

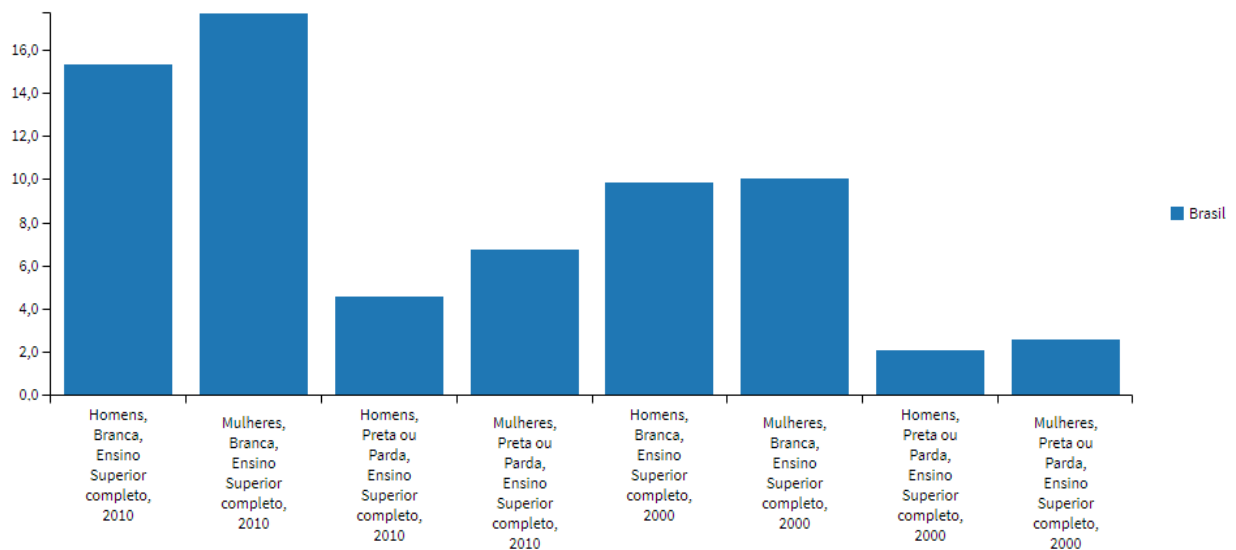
Saímos de nossas casas no primeiro dia de aula acreditando que ao chegar à universidade será tudo diferente, por ser um ambiente acadêmico onde o acesso à informação chega. Deste modo, acreditando na instituição que escolhemos prestar um vestibular, infelizmente a experiência foi e continua sendo totalmente diferente do nosso imaginário, chegamos aqui sendo recepcionados por olhares tortos carregados de racismo institucional, estrutural, constitucional e velado vindo de pessoas que estão no topo da pirâmide da hierarquização social. Com o passar das aulas comparamos nosso desempenho com os colegas não cotistas e com a condição financeira favorecida com tempo suficiente de estudos e reflexão.

Um choque cultural total: Portar-nos, falar, vestir, mudar nossas concepções e lidar com aqueles que já foram preparados durante uma vida toda para estarem ocupando esses espaços, gera uma disputa de poder, nos remete a um novo estilo de colonização, pois as nossas culturas são obrigatoriamente manipuladas para sermos aceitos no meio acadêmico, causando uma máscara branca em uma pele negra (FANON, 2008), refletindo no que diz respeito à permanência estudantil, causando a desistência por falta de auxílios que deem o suporte para obter o acesso a estes pré-requisitos de sobrevivência acadêmica.

Percebemos a seleção de quem pode entrar na universidade quando terminamos a inscrição que gera um boleto de R\$ 110,00 reais com o vencimento em 30 trinta dias, ou no desempenho do vestibular na pontuação máxima e mínima dos estudantes optantes e não optantes por cotas. Podemos perceber as diferenças, também, no desempenho das notas.

Vivemos uma contradição no meio acadêmico, debatemos as patologias sociais, mas estamos com elas em nossas salas de aula sendo caladas, invisibilidades e, mesmo assim, procuramos as respostas das nossas perguntas nos livros e textos de homens pertencentes ao continente europeu que, de sua perspectiva, descreveu o mundo.

Taxa de conclusão do ensino superior por etnia, branca, preta e parda



Fonte: IBGE, 2017².

A raça chega primeiro que a fala, não é preciso saber onde o negro mora, estudou, ou os lugares que frequenta, o racismo se estrutura de tal forma que a raça fala mais alto, a raça chega primeiro, diferentemente do branco que leva sua raça como padrão sem estereótipos negativos.

Os negros acabam sendo massa de manobra do sistema, que nos incentiva a nos subalternizarmos usando o falso discurso de democracia racial, onde, teoricamente, somos todos iguais e que existe apenas uma raça, a humana. Mesmo nos incentivando a

² Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html?=&t=resultados>>. Acesso em 2017.

acreditar que existe apenas a raça humana, não deixam os seus privilégios brancos de lado e a população negra acaba tendo como referência o colonizador branco que matou, estuprou, vendeu e torturou. História essa, que é apagada dos livros didáticos, pondo-os como protagonistas desbravadores e conquistadores de territórios.

Deste modo o estilo de vida eurocêntrico que rodeia essa sociedade embranquecida nos causa danos de identidade e psicológicos, pois a trajetória dos afrodescendentes é apagada não colocando em pauta a contribuição da construção deste país.

Não vemos nossas culturas expostas desde o tempo escolar, pois os profissionais que estavam “preparados” para lecionar não sabiam a nossa cultura de modo que a enaltecesse, contando sobre a arte, a filosofia, a geografia do espaço, assim como a origem da população antes de ser escravizada. A história do negro não se baseia apenas no século XVIII ou XIX, as aulas podem se enriquecidas de informações utilizando vocabulário e perspectiva de futuro para o afro-brasileiro que a assiste. Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar (NELSON MANDELA, [s.d.], online).³

A Lei 10639/03⁴ tem como objetivo colocar em vigor o ensino da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes a história do Brasil.

Percebemos a dificuldade dos professores em lidar com os alunos cotistas presentes no meio universitário, a presença da periferia que está descendo do morro e ocupando o asfalto e o despreparo em lidar com a realidade que é contada através dos papéis onde os protagonistas destas histórias contadas estão na mesma sala, vivos e presentes.

Os alunos, ao despertarem nesta realidade complexa a ser contada, pelo fato de ser sentida introduzida em mono segundo de tempo no presente, tentam explicar o conceito do racismo, é como um jogo de xadrez.

³ Disponível em: <<https://tv.unesp.br/old/4739>>. Acesso em 15 de setembro de 2022.

⁴ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em 15 de setembro de 2022.

Somos a geração *tombamento* que desceu do morro e está ocupando o asfalto, a nova característica de cotista das universidades brasileiras, a geração “*Lulinha*”, o projeto que o Brasil pensou ao nos tirar da linha da miséria.

A geração conhecida como a *Geração Tombamento*, que resiste e conhece a expressão “empoderamento” a partir das suas vivências na universidade e, na comunidade, passa a ter consciência da sua raça. A partir daí, reconhecem a sua identidade e adquirem pertencimento ao se enxergarem e analisarem o contexto vivenciado dentro da academia. O aluno ganha expressão e utiliza a sua história para colocar-se em um lugar que não é visto, seu Black Power começa a ganhar vida, seu estilo é próprio, seu lugar de fala começa a ganhar valor, a sororidade para com o outro se torna importante e assim são formados os coletivos que objetivam debater as demandas do povo preto acadêmico. Transmitindo através de oficinas, palestras, peças de teatros e eventos, o nosso local de fala e a história mal contada dentro desses ambientes embranquecidos.

Esses movimentos vão para além dos muros da universidade. A *Geração Tombamento* está nas batalhas de rap, na roda de samba, nas exposições urbanas do grafite, nas artes de resistências e é assim que se mantém a geração que está tombando.

A *Geração Tombamento* é a expressão política negra do século XXI que faz do seu estilo a sua identidade e pertencimento aos ambientes que nos excluem e nos oprimem. Esta geração utiliza, pelos meios midiáticos, as suas expressões e seus estilos, os cabelos alisados, passam por uma transição, se enrolando e se encrespando. Tem as mais radicais que preferem começar esta etapa do zero raspando os seus cabelos.

O tombamento veio para tombar todo o racismo, segregação e diferenças, valorizando a identidade perdida, reconhecendo as histórias e se colocando no espaço/tempo como um protagonista da sua própria história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É difícil escrever sobre a vida dos estudantes negros quando se trata da minha vida também. Todos os dias na universidade escutamos sobre os casos de racismo constitucional, institucional, velado e não velado.

A *Geração Tombamento* é a geração de resistência, não esquecendo as gerações passadas, mas sim as enaltecendo, pois somos o reflexo da luta antirracista que fez com que a nossa resistência nas universidades tenha força.

Incômodos e a vontade de desistir, nos leva a pensar que esse lugar não é nosso ou que o curso em que estamos não nos representa, mas, ao conversar com outros protagonistas desta história, percebemos que não estamos sozinhos. Falar da minha vivência e da vivência dos meus colegas, e também a da minha irmã, é frustrante e prazeroso. Poder ter a percepção da dupla consciência, se colocar no mundo e perceber onde a inteligência pode nos levar, sinto, que nos torna juntos mais fortes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. **Planalto Central**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em 15 de setembro de 2022.

DESIGUALDADES Sociais por Cor ou Raça no Brasil. **IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html?=&t=resultados>>. Acesso em 2017.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira - Salvador: EDUFBA, 2008.

FREITAS, Ana. A origem do conceito de empoderamento, a palavra da vez. **Central dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil**. 2016. Disponível em: <<https://ctb.org.br/noticias/cultura-a-midia/a-origem-do-conceito-de-empoderamento-a-palavra-da-vez/#:~:text=%E2%80%9CEmpoderamento%E2%80%9D%20%C3%A9%20um%20de%20casos,e%20autonomia%20de%20se%20desenvolver.>>>. Acesso em 14 de setembro de 2022.

18 de julho - Dia Internacional Nelson Mandela. **TV Unesp**, [s.d.]. Disponível em: <<https://tv.unesp.br/old/4739>>. Acesso em 15 de setembro de 2022.

Capítulo 20 - DOI:10.55232/1084002020

**AS FACES DA VELHICE NAS REDES SOCIAIS EM
TEMPOS DE PANDEMIA**

Nádia Sampaio, Luciana Araújo dos Reis

RESUMO: Este artigo apresenta as análises dos memes que tratam acerca da pandemia da COVID-19 e a pessoa idosa. Nessas publicações foram averiguados o funcionamento dos discursos contidos nos enunciados e imagens, com base no método de Análise do Discurso de linha francesa. Após o estudo, verificou-se que a sociedade estigmatiza e rotula a velhice nas redes sociais. Neste contexto, as redes sociais foram utilizadas, nesse período, para perpetuar preconceitos e estereótipos relacionados à velhice e a pessoa idosa, afinal a língua materializa discursos que são atravessados pela ideologia dominante. À vista disso, é necessário perceber que o envelhecimento populacional é um processo irreversível e, desse modo, as discussões sobre essa temática devem servir para a busca de novos caminhos de aceitação dessa categoria social como parte integrante da sociedade vigente.

Palavras-chave: Memes. Pessoa Idosa. Pandemia da COVID-19.

[...] a velhice não poderia ser compreendida senão em sua totalidade; ela não é somente um fato biológico, mas também um fato cultural.
(BEAUVOIR, 2018)

INTRODUÇÃO

Nos tempos modernos, há uma profusão de debates em torno da velhice e da pessoa idosa. Em todas as esferas existem uma ampla discussão acerca da transição demográfica que vem ocorrendo em todo o mundo ainda que em ritmos desiguais. A longevidade e a qualidade de vida se tornam assuntos discutidos em múltiplos campos de atuação. Isso posto, é fundamental pensar a respeito da existência de homens e mulheres inserida dentro do contexto social e histórico.

O Brasil é um país que possui uma população que envelhece. Cada vez mais aumenta o número de idosos e, sobretudo, o quantitativo de idosas vivendo nas cidades. Segundo o IBGE (2020), a expectativa de vida dos homens passou de 72,8 anos em 2018 para 73,1 anos em 2019 e a das mulheres foi de 79,9 anos para 80,1 anos.

No entanto, é visível na sociedade contemporânea uma aversão à velhice. “[...] Dentre todas as espécies, apenas a humana tem repulsa pelo envelhecer” (OLIVEIRA; SCORTEGAGNA; SILVA, 2017). Isso data de longo tempo, mas foi reiterada em meio a pandemia da COVID-19. Nesse momento, foi possível identificar os discursos materializados por meio das expressões e dos *memes* publicados nas redes sociais que significam como a sociedade classifica a velhice e a pessoa idosa.

Sabe-se que a velhice é uma construção social e, dessa forma, a pessoa idosa tem seu estatuto conferido pela sociedade em que pertence (BEAUVOIR, 2018). Isto posto, é relevante pensar a respeito das convicções e posicionamentos quanto ao envelhecimento e verificar como a mídia pode colaborar para perpetuar rótulos, criar padrões e estipular condutas, uma vez que os aspectos da juventude são valorizados em detrimento do processo de envelhecimento, mesmo que todos os seres humanos estejam destinados a ele, pois é um transcurso natural e irreversível.

Neste contexto, as redes sociais são instrumentos poderosos para a difusão de convicções e possibilitam a interação entre diversas pessoas promovendo as modificações nas formas de comunicação, de relacionamento, do ensino e da aprendizagem. Com isso, o tema da velhice foi explorado durante a pandemia da COVID-19 e vários *memes* com dizeres específicos foram divulgados por intermédio

desse recurso comunicacional. Assim, esse mecanismo de informação colaborou para que os preconceitos e rótulos relacionados à temática, contidos em diversas postagens, fossem veiculados com rapidez revelando as ideologias existentes nos discursos sobre os indivíduos que envelhecem.

Dessa maneira, com base nos pressupostos do método de Análise do Discurso de linha francesa foram avaliados discursos que se movem por entre as frases e imagens que julgavam o comportamento das pessoas idosas e tipificavam a velhice no período mencionado da pandemia. Para fazer uma busca minuciosa desses materiais, usou-se a *internet* como uma ferramenta de investigação.

As averiguações dos conteúdos dos *memes* revelaram como a velhice ainda é menosprezada, estereotipada e estigmatizada e as pessoas idosas prescindíveis. Para tanto, neste artigo é discutida a construção social da velhice, as mídias sociais, e, em seguida, far-se-á a análise discursiva dos *memes* e frases que os acompanharam para uma compreensão acerca dos discursos disseminados durante a pandemia da COVID-19 sobre a pessoa idosa e a velhice.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Construção social da velhice, as redes sociais e a Análise do Discurso

O envelhecimento populacional é uma realidade demográfica bastante discutida em escala mundial. No Brasil, esse processo é considerado tardio, pois foi só a partir de 1940 que houve um declínio da mortalidade e, em consequência, a expectativa de vida aumentou (MYRHA; TURRA; WAJNMAN, 2017) sendo que em países desenvolvidos essa transição demográfica havia acontecido.

Neste cenário, as mulheres são maioria significativa nessa faixa etária dos 60 anos ou mais. No Brasil, as pesquisas do IBGE (2020) mostram que a expectativa de vida após os 65 anos é de 17,2 anos para os homens e 20,4 para as mulheres. Logo, nota-se o fenômeno da feminização da velhice que significa um maior número de mulheres idosas vivendo nas áreas urbanas e isso reflete na diferenciação quando se trata da esperança de vida ao nascer entre homem e mulher.

Dessa forma, observa-se que a estrutura demográfica tem mudado e questões fundamentais quanto à produtividade, o mercado de consumo, à inclusão social e demais demandas devem ser prioridade nas áreas políticas e educacionais com a

finalidade de novas gestões da velhice.

É substancial entender que todo esse aumento populacional de pessoas idosas vem acompanhado de desafios e anseios na compreensão de que é urgente a elaboração de políticas públicas voltadas para essa categoria social, bem como uma averiguação social apurada quanto às implicações do envelhecimento demográfico para os diversos horizontes quais sejam econômicos, culturais, legais, dentre outros que devam estar no bojo das discussões voltadas para a temática.

À vista disso, Debret (2004) considera que se deve pensar na visibilidade da velhice no campo das preocupações sociais da atualidade. Por isso, não se refere apenas de levar em conta os dados estatísticos, porém é necessário atentar para as questões que ultrapassam as informações quantitativas acerca da transição demográfica brasileira.

Assim sendo, a velhice é uma construção social e, como tal, as assimilações, conceitos e condicionantes são definidos pela sociedade e afetam diretamente as pessoas idosas. Beauvoir (2018) assevera que a velhice é condicionada pela sociedade da qual ele faz parte. Dessa maneira, os grupos sociais determinam a visão em torno da velhice e ela está envolta de discursos e da representação social que são expressas nas ações rotineiras, nas materialidades discursivas como resultados da ideologia dominante que atua em cada conjuntura histórica e cultural.

As representações sociais apontam para as características e as perspectivas desenvolvidas coletivamente no tocante ao comportamento, aos valores e limitações estipulados pela sociedade no que tange a essa categoria social. A velhice é um assunto discutido amplamente e tem ganhado notoriedade, pois a presença da pessoa idosa no cenário brasileiro tem sido relevante. D'Alencar (2017) aponta que as interações sociais fomentam situações consensuais em que o sujeito idoso se apropria das representações criadas, se tornam parte de sua vida e muitas vezes são tidas como decisivas na orientação de atitudes e de conduta de idosos e idosas.

Para Areosa; Freitas; Eisenhardt (2017) as representações sociais fazem parte de um processo de assimilação, estruturação e modificações que são veiculados por diversos setores como as universidades, os jornais, a televisão, a internet e encontram um espaço fértil que é apropriado por todos de forma geral. Isso é realizado de uma maneira gradual e profícua e é aceita como comum no dia a dia e vai sendo percebido como habitual pela sociedade. Ou seja, repetir chavões e ideias sobre a velhice e as pessoas idosas se tornaram condutas triviais e toda vez que há uma circulação de imagens, publicações, *memes* falando a respeito da pessoa idosa gera significações

quanto à velhice e esses componentes afetam a identidade deles.

As posições ideológicas conduzem os sentidos produzidos pela coletividade e se convertem em expressões, crenças e ações a respeito da definição de ser velho(a) e, com o passar do tempo, adquire uma função simbólica e representativa desse período da existência. Destarte, é habitual notar os vários atributos destinados à velhice e às pessoas idosas e, nesse viés, compreende-se que estar velho(a) é sinônimo de ser descartável, insignificante, improdutivo, inativo, dentre distintas interpretações usuais. Além disso, a pessoa idosa, em geral, constitui uma categoria desprezada, vistos pelo decréscimo e, mais que isso, como a antecâmara da morte (NERI, 2003).

Existem alguns constituintes dessa construção social que dizem respeito a manutenção da juventude como uma ressalva para a aceitação do envelhecimento. Em outras palavras, o rejuvenescimento está exposto nos debates relacionados a uma velhice “promissora” e “bem-sucedida”, pois a vivacidade juvenil também se atrela a funcionalidade do mercado de trabalho, a competitividade e logo, para os ditames capitalistas, quem se mantém produtivo não está associado a perda de valor, porém, quando o indivíduo não possui mais essas qualificações torna-se invisível para o circuito produtivo (HERÉDIA; BONVOLINI, 2017).

Por conseguinte, atina-se que os discursos que envolvem este assunto carregam os pressupostos que fomentam e mantêm às memórias sociais negativas quanto à velhice e o sujeito idoso. Essas são reproduzidas ao longo do tempo e se tornam uma realidade que influencia a percepção alusivas à velhice e a visão da pessoa idosa em torno de si mesmo. Diversos enunciados são repetidos constantemente e aceitos socialmente. Eles são propagados pela escola, pelas mídias digitais, pelos veículos de comunicação e se expandem de forma rápida e quase instantânea na propagação de pensamentos e conceitos.

À vista disso, contempla-se que a mídia tem um papel decisivo no espalhamento de opiniões e de padrões de comportamento. Em função disso, Silverstone (2005) pondera que a mídia opera de forma profunda no cotidiano e tende a moldar realidades da vida diária por meio de representações singulares e múltiplas. Dessa maneira, as convicções e procedimentos são capazes de serem endossadas pelas publicações midiáticas que são veiculadas frequentemente. Nesta perspectiva, as redes sociais têm sido cada vez mais usadas em todo o mundo, pois elas viabilizam a interação e a manipulação de informações com uma celeridade impressionantes. Dessa forma, não há dificuldade em compartilhar imagens, ideias e concepções acerca de alguma coisa ou

alguém por meio das redes sociais em que milhões de pessoas estão conectadas em todo o mundo. Di Felice (2012, p. 17) afirma que:

Surge, assim, um social inédito, conectado e invisível, que se cria e se desconstrói e reconstrói continuamente alterado pelos fluxos informativos e no qual as transformações dos seus contextos acontecem através de um conjunto de networks dos quais a Internet constitui o sistema operativo.

Essa conexão oportuniza a disseminação de materiais, de imagens e sons que promovem discursos variados, pois o alcance está muito além do meramente visível e pode chegar a destinos inimagináveis e “[...]se tornar um conjunto infinito de informações a ser reconstituído e reinterpretado por nós” (DI FELICE, 2012, p. 17). Logo, Neri (2007) acrescenta que as convicções referentes à velhice são desenvolvidas durante a vida e por meio das fontes de influência como a literatura, os jornais, as revistas, pelos canais televisivos, pela religião. Desse modo, constata-se que esses elementos são utilizados para difundir discursos sobre a velhice que, na maioria das vezes, são negativos e estereotipados.

Com a pandemia da COVID-19, os *memes* disseminaram falas de repulsa e de aversão a essa categoria social, afinal a linguagem como discurso é uma interação e revela as ideologias presentes na sociedade (BRANDÃO, 2012). Nesta perspectiva, é fundamental examinar quais os discursos com relação à velhice divulgados nas redes sociais e à medida que foram massificados se tornaram parte do real, da história. Pêcheux (2014) diz que o sentido de uma palavra se compõe pelas posições ideológicas que fazem parte dos desencadeamentos sócio-históricos.

Os materiais veiculados, nas redes sociais, contêm os pressupostos sobre o sujeito idoso e, dessa forma, propagam imagens que reproduzem os estereótipos e rótulos que o estigmatiza e reflete o pensamento social. São discursos criados anteriormente e que são lembrados frente os desafios dos protocolos criados durante a pandemia da COVID-19.

As ideologias são inerentes a qualquer forma de linguagem. Elas geram significações, pois fazem parte da sociedade e de sua realidade. Orlandi (2015, p. 15) afirma que “[...] o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentido por/para os sujeitos”. Neste viés, os discursos que aludem sobre a velhice e das pessoas idosas atravessam as materialidades difundidas pelas redes sociais e revelam as visões e as representações sociais que abordam o envelhecimento.

Algumas imagens que mencionam a pessoa idosa foram criadas são alusivas à

COVID-19 e estão repletas da visão social vinculada ao envelhecimento Para Silva Sobrinho (2007, p. 172)

Os jogos de imagens veiculados pela mídia, em propagandas e em revistas de informações, produzem sentidos que atuam de modo a constituir e reproduzir identidades e, por conseguinte, afetam as práticas sociais através de um certo (re)direcionamento e controle dos sujeitos, inclusive indicando como eles devem ser ou não ser.

Nos *memes* que foram estudados, nota-se que a linguagem não é imparcial e expõe sua aversão às pessoas idosas, pois os caracterizam negativamente sob diversos aspectos. Por isso, Brandão (2012) infere que a linguagem é o lugar da manifestação ideológica e que também se objetiva nas materialidades.

Nesta perspectiva, é primordial refletir quais os conceitos, as acepções que envolvem a velhice e averiguar como na pandemia do COVID-19, por meio das redes sociais, os *memes* que circularam apontaram para a desvalorização da pessoa idosa e a estigmatização da velhice contrastando com a realidade demográfica da sociedade contemporânea.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fim de entender o funcionamento dos discursos das materialidades discursivas representadas pelos *memes* e seus dizeres que tratam da pessoa idosa face à pandemia da COVID-19, foi traçado um planejamento para a pesquisa em questão. Para tanto, realizou-se uma busca nas redes sociais, quais foram: *Facebook*, *WhatsApp* e no *Instagram* concernentes aos materiais alusivos às pessoas idosas e a COVID-19. Para tanto, 05(cincos) *memes* foram escolhidos para que suas imagens e dizeres fossem avaliados com o intuito de conhecer os discursos sobre a pessoa idosa e a velhice neles contidos. Para esse exame, utilizou-se da Análise do discurso de linha francesa.

Para isto, sabe-se que essa categoria social faz parte do grupo considerado de risco e que pode ser afetada mais drasticamente pela doença. Em função disso, algumas medidas foram definidas e várias informações a respeito do distanciamento e isolamento social se inseriram em todos os veículos de comunicação com o propósito de serem cada vez mais conhecidos e exercitados, sobretudo, pela população com 60 anos ou mais.

Até o momento, acredita-se que a transmissão da doença acontece em função do contato direto, bem como por meio de gotículas que podem ser espargidas por um indivíduo que esteja infectado pela tosse ou espirros, por exemplo. Por isso, evitar

contato físico, ficar em quarentena e em isolamento se tornaram medidas que são capazes de escapar da transmissão e contágio da COVID-19.

Por conseguinte, surgiram vários *memes* com a finalidade de massificar as mensagens quanto à pandemia da COVID-19 e, especificamente, os cuidados essenciais que deveriam ser atendidos pela população em geral. Segundo Souza (2013), os *memes* têm a ver principalmente com comentários, postagens de fotos, vídeos, paródias que fazem referências as notícias do cotidiano provenientes em grande parte de outros canais midiáticos.

Eles são considerados expressões culturais que vão sendo transmitidas ou compartilhadas nos grupos sociais. Esses comunicados que parecem ser um tanto jocosos estão repletos de conceitos acerca do sujeito idoso. As ilustrações e textos compõem princípios que são transmitidas para vários indivíduos no ambiente virtual. Neste caso, o comportamento das pessoas idosas foi mensurado e criticado durante a pandemia da COVID-19. As figuras examinadas estão dispostas no decorrer do texto.

Para Orlandi (2015) existe uma ligação entre a história externa e a historicidade do texto, no entanto, essa interpretação dos discursos é não instantânea. Nas figuras 1 e 2 (p. 9) têm-se uma leitura de aprisionamento, por meio de um carro que caça pessoas idosas e de uma gaiola que as mantém dentro de seus lares, pois tem a pretensão de recolher todos que forem encontrados circulando nas ruas das cidades, uma vez que estariam desobedecendo os protocolos determinados pelas agências de saúde quanto ao isolamento social.

Figura 1. Carro do Cata Véio



Fonte: WhatsApp, 2020.

Figura 2. Gaiola para prender idoso(a)



Fonte: Instagram, 2020.

Todavia, as imagens e as frases insinuam a ideia de que o sujeito idoso é desobediente, turrão e insubmisso às regras estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Está implícito que ao envelhecer o indivíduo torna-se insubordinado sendo inevitável que um carro esteja de prontidão para “catar” diariamente esses sujeitos e os fazerem retornar aos seus lares.

As convicções quanto à velhice estão evidenciadas ainda que não estejam plenamente perceptíveis. É a linguagem como fenômeno social e prática de atuação interativa (SOUZA, 2013). Os sentidos a respeito das pessoas idosas compõem o texto e nele se encerram as concepções construídas ao longo do tempo. As noções e significados relacionados a ser velho(a) estão dispostos nos *memes* e não versa apenas de imagens e expressões sem conexão, mas de um conteúdo. Para Orlandi (2015), o texto tem uma significação e, então, vê-se a relação da sociedade, das memórias sociais e a história.

Nos *memes* expostos, conforme as figuras 1 e 2, percebe-se que o sujeito idoso é visto como alguém indisciplinado, desobediente, teimoso, relutante, birrento, uma vez que não consegue obedecer às regras propostas e, por isso, é urgente que um carro os recolha das ruas forçadamente. Essas falas e imagens reforçam no imaginário os discursos negativos, os estigmas e estereótipos culturalmente desenvolvidos e mantidos sobre a velhice e da pessoa idosa. Desse modo, mediante o compartilhamento dos *memes* apresentados, há uma concordância com a percepção desenvolvida socialmente.

A figura 3 engloba a ilustração de várias pessoas idosas circulando nas ruas em desacordo aos protocolos estabelecidos neste momento de pandemia.

Figura 3: Idosos e idosas fora de casa.

Coronavirus: os idosos são a idade de risco
Os idosos: bora dá rolê na rua



Fonte: Instagram, 2020.

Esta imagem mostra idosos e idosas na rua e promove a insinuação de que eles não estão atendendo a recomendação de isolamento social e, portanto, sentem-se livres para percorrerem as vias públicas das cidades. Identificam-se relações significativas nessa figura e suas expressões e, desse modo, existe a conclusão de que o sujeito idoso é indiferente aos riscos de contaminação da doença e se expõe aos perigos causados pela aproximação com outras pessoas porque não se subjugam às recomendações dos órgãos de saúde.

Logo, interpreta-se a velhice como um estágio em que as pessoas não têm condições de apreender regras, de atender aos apelos televisivos, jornalísticos e as informações veiculadas para proteção de si e dos outros. Nessa relação, as pessoas idosas são assim consideradas por serem “velhos”, “caducos” e as gerações posteriores os julgam como ineficientes para tomarem decisões frente a pandemia atualmente.

Nesta relação, existe a revelação de um discurso sobre essa categoria social que a estigmatiza e a rotula. “Assim, pelo efeito de memória são retomados os sentidos negativos da velhice” (SILVA SOBRINHO, 2007, p. 24). Evidencia-se que há a perda da capacidade de avaliação das complicações causadas pelo coronavírus e o atendimento às ações de combate a COVID-19.

Esse *meme* sugere que as pessoas idosas teimam em ir às ruas e isso promove uma disseminação do vírus e expõe a sociedade a perigos latentes. Essas imagens são compartilhadas e são aceitas como verdadeiras em contraponto, na maior parte das vezes, aos números factuais de pessoas idosas que estão mantendo o isolamento recomendado. Na pesquisa realizada por Lima DLF *et al* (2020) constatou-se que, o grupo que tem tido um alto risco de contaminação está entre 20-39 anos. Para o Centro Europeu de

Prevenção e Controle de Doenças (ECDC) “[...] a maior proporção de casos está entre as pessoas com 20 a 29 anos: 19,5%, disse o ECDC, nos meses de julho e julho deste ano conforme divulgado por Kottasová (2020).

Isso implica em dizer que jovens e adultos estão mais expostos e podem ser vetores de contaminação, pois estão participando de eventos, de festas e comemorações não justificáveis, uma vez que esses geram aglomerações e surgem altas chances de proliferação da enfermidade e os mais velhos podem ser infectados, posto que os mais jovens convivem com seus avós, pais e mães em idade avançada.

A figura 4 foi veiculada no *Facebook*, uma rede social, que difundiu e classificou a pessoa idosa conforme seu comportamento. Observa-se que meme indica o que deverá ocorrer após a pandemia e a expressão idoso será retirado na identificação da vaga de estacionamento. Portanto, deverá ser colocado o vocábulo teimoso como identificação para a pessoa idosa que vier a ocupar a vaga.

Figura 4. Nova identificação vaga de estacionamento para as pessoas idosas



Fonte: Facebook, 2020.

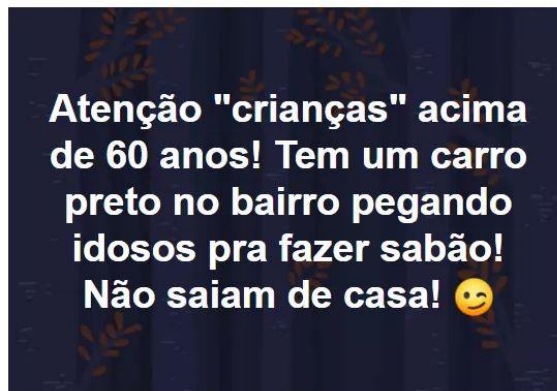
Com isso, é evidente o tratamento destinado às pessoas idosas ao julgar que suas condutas, no período da manifestação da COVID-19, foram inadequadas. Não obstante, é essencial salientar que a socialização de crenças e ideologias como essas potencializam ‘verdades’ do senso comum, pois ao distinguir a expressão teimoso, na vaga para carros, implica dizer que todos que pertencem a essa categoria social são inflexíveis. Em função do compartilhamento nas redes sociais, essas opiniões e seus propósitos são rapidamente propagados e reafirmados. Souza (2013) considera que ao

usar essas ferramentas interativas há uma demonstração de que os usuários adotem uma prática discursiva que aprova as concepções ideológicas expostas.

Na figura 5, a seguir, exhibe um *meme* com uma fala infantilizada para convencê-los a não saírem de casa. O discurso contido também transmite a noção de que uma conversa adulta não será entendida por eles sendo, portanto, fundamental infantilizar a comunicação para que seja aceita. Os chamam de “crianças” e usam frases e entonação que são próprios das histórias infantis. Ainda expõe o “carro preto” como um veículo que amedronta com a finalidade de promover sensibilização a respeito das normas a serem seguida na pandemia.

Essa forma de comunicação pode gerar crenças que tendem a guiar pensamentos, julgamentos a respeito das práticas diárias das pessoas idosas. Souza (2013) assevera que o discurso se revela como a linguagem em uso, a prática social que se manifesta sob a forma de textos.

Figura 5. Meme que solicita ao idoso(a) ficar em casa



Fonte: WhatsApp, 2020.

À vista disso, há evidências da percepção social quanto a homogeneização da velhice nas figuras 4 e 5. Dessa maneira, verifica-se que na representação da velhice existe uma tendência a assemelhar todas as pessoas idosas a um único padrão no processo de envelhecimento. Diante disso, nesses dizeres há uma incitação a uma homogeneidade de conduta entre as pessoas idosas. Ou seja, fortalece a ideia de que ao envelhecer os indivíduos perdem a capacidade de compreensão sobre os assuntos a vida diária, estão são incompetentes para refletirem e entenderem os desafios da contemporaneidade. À vista disso, os discursos sugerem que ao usar uma linguagem infantilizada oportuniza o sucesso no diálogo com os mais velhos conforme exposto na figura 5.

Cerqueira & Ribeiro (2017) ponderam que quando se busca a homogeneidade

como fundamento estruturador da velhice promove-se o arrefecimento dessa categoria social. Haddad (2016) acrescenta que “[...] generalizar para a velhice o que pode ser vivido por apenas uma minoria de velhos é avançar o “sinal vermelho” da ciência”. Logo, é incompatível considerar que todos envelhecem da mesma forma, uma vez que as classes sociais diferem os modos de vida e, conseqüentemente, a maneira como cada um envelhece. Essa visão interposta pelas mídias homogeneiza a velhice e silencia a heterogeneidade desse processo.

Posto que, à medida em que as pessoas idosas se afastam dos padrões que abordam um envelhecimento proposto dentro das expectativas de rejuvenescimento, de manutenção de uma vida ativa, produtora e ágil na esfera do capital e do mercado de trabalho, elas são rejeitadas socialmente. Se elas não estiverem dentro desses parâmetros são estigmatizadas como débeis, inábeis e, portanto, não terão condições de atenderem às regras impostas pelos órgãos da saúde em tempos de pandemia e causarão transtornos aos familiares e a sociedade. Seria assim, o aprofundamento da “velhofobia” expressão registrada por Goldenberg (2020) recentemente.

Haddad (2016) pontua que a ideologia da velhice é um item essencial à reprodução das relações capitalista. Nela estão reveladas as características de assimilação do sujeito idoso pela sociedade. A categoria social das pessoas idosas tem se subordinado às conceituações, os pareceres e julgamentos sociais de sua identidade e suas condutas e isso afeta diretamente sua idiossincrasia ao estabelecer limites que são definidos em função de sua produtividade, competitividade e atuação social e profissional com base nos pressupostos do modo de produção capitalista.

Portanto, se a pessoa idosa não estiver inserida nos paradigmas mencionados tem sua visibilidade enfraquecida. Ela será considerada inapta para conviver em coletividade, pois a sociedade considera que um indivíduo ao envelhecer tem suas capacidades críticas e de discernimento comprometidas em função da velhice, conforme descritos pelos *memes* e essas memórias sociais estão sendo absorvidas, sedimentadas, externadas nas redes sociais e aclamadas socialmente.

CONCLUSÕES

Mediante os diagnósticos produzidos, vê-se que as pessoas idosas são notadas como uma categoria social que está exposta a estigmas, rótulos e estereótipos que os

caracterizam como indivíduos escusáveis na sociedade brasileira. A invisibilidade da velhice é ratificada à medida que, nos *memes*, as pessoas idosas são descritas como sujeitos incapazes e decrépitos. Essas formulações são construções sociais que por intermédio das redes sociais são disseminadas com uma rapidez voraz.

Pondera-se que a linguagem enquanto discurso promove sentidos que são produzidos fora e antes dele. Contudo, permite retomá-los para preservar conceitos, ideologias e modelos, neste caso, a respeito dos significados do envelhecer. Por esse motivo, é indispensável uma (re) análise do papel das mídias sociais na propagação das concepções presentes nos discursos referentes ao envelhecimento, bem como das representações sociais constituídas pela sociedade acerca da velhice e das pessoas idosas.

Na contemporaneidade, tem-se no Brasil um processo de transição demográfica em pleno curso e isso exige uma reinvenção nas práticas sociais com a finalidade de aceitação dessa categoria social e o reconhecimento de seus papéis sociais e, sobretudo, considerar as potencialidades das pessoas idosas na construção de possibilidades de recriação das formas de vivenciar a velhice nos tempos modernos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AREOSA, Silvia Virginia Coutinho; FREITAS, Cristiane Redin; EISENHARDT, Juliana. Representações sociais de idosos sobre a adaptação em uma instituição de longa permanência. *In: D'ALENCAR, Raimunda Silva. A representação social na construção da velhice (org.)* Ilhéus, BA: Editus, 2017.

BEAUVOIR, Simone. *A velhice*. Tradução Maria Helena Franco Martins. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 3ª ed. ver. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2012.

BRASIL, IBGE. **Tábua completa de mortalidade para o Brasil – 2019**: Breve análise da evolução da mortalidade no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-11/ibge-esperanca-de-vida-do-brasileiro-aumentou-311-anos-desde-1940>. Acesso em 03 de agosto de 2021.

CERQUEIRA, Monique Borba; RIBEIRO, Aline Ângela Victoria. Semânticas do envelhecimento- modos de envelhecer nos anos 70. *In: D'ALENCAR, Raimunda Silva (org). A representação social na construção da velhice*. Ilhéus, BA: Editus, 2017.

D'ALENCAR, Raimunda Silva. Idosas no contexto da vida cotidiana: como percebem o corpo. *In: D'ALENCAR, Raimunda Silva. A representação social na construção da*

velhice (org.) Ilhéus, BA: Editus, 2017.

DEBRT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2004.

DI FELICE, Massimo. Redes sociais digitais, epistemologias reticulares e a crise do antropomorfismo social. **Revista USP.** São Paulo: n. 92 , p - 6-19 , Dezembro/Fevereiro 2011/2012.

GOLDENBERG, Mirian. “**Velhofobia**”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/miriangoldenberg/2020/04/velhofobia.shtml>, acessado em 18 de novembro de 2020.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. **A ideologia da velhice.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2016.

HERÉDIA, Vania; BONVOLINI, Josiane. Representações da velhice no olhar dos jovens. *In:* D’ALENCAR, Raimunda Silva. **A representação social na construção da velhice (org.)** Ilhéus, BA: Editus, 2017.

KOTTASOVÁ, Ivana. **Jovens são os mais infectados em segunda onda COVID-19 na Europa.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2020/08/13/jovens-sao-os-mais-infectados-em-segunda-onda-de-covid-19-na-europa>. Acesso em 09 de dezembro de 2020.

LIMA DLF, Dias AA, Rabelo RS, Cruz ID, Costa SC, Nigri FMN, Neri JR. COVID-19 no Estado do Ceará: Comportamentos e crenças na chegada da pandemia. **Ciência e Saúde coletiva.** 2020; 25(5):1575-1586.

MYRHA, Luana Junqueira Dias; TURRA, Cássio M; WAJNMAN, Simone. A contribuição dos nascimentos e óbitos para o envelhecimento populacional no Brasil, 1950 a 2100. **Revista Latinoamericana de Población.** Año 11, N. 20. Buenos Aires: Asociación Latino Americana de Población, enero-junio, 2017, pp. 37-54.

NERI, Anita Liberalesso. Atitudes e preconceitos em relação à velhice. *In:* NERI, Anita Liberalesso. **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade.** São Paulo: Editora Perseu Abramo, Edições SESC SP, 2007.

NERI, Anita Liberalesso. Atitudes e crenças sobre velhice: análise de conteúdo de textos do jornal O Estado de São Paulo publicados entre 1995 e 2002. *In:* O. R. M. von Simson, A. L. Neri, & M. Cachioni (Orgs.). **As múltiplas faces da velhice no Brasil.** Campinas, SP: Átomo Alínea, 2003.

OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva; SCORTEGAGNA; Paola Andressa; SILVA, Flávia Oliveira Alves da. Múltiplos olhares sobre a velhice: representações sociais a partir da percepção de crianças, adultos e idoso. *In:* D’ALENCAR, Raimunda Silva. **A representação social na construção da velhice (org.)**. Ilhéus, BA: Editus, 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** 12ª

edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica do discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Puccinelli Orlandi et al. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

SILVA SOBRINHO, Helson Flávio. **Discurso, velhice e classes sociais:** a dinâmica contraditória do dizer agitando as filiações de sentido na processualidade histórica. Maceió: EDUFAL, 2007.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** Tradução: Milton Camargo Mota. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

SOUZA, Carlos Fabiano de. Memes: formações discursivas que ecoam no ciberespaço. *In: VÉRTICES*, Campos dos Goytacazes/ RJ, v.15, n. 1, p. 127-148, jan.

Capítulo 21 - DOI:10.55232/1084002021

**‘PARASITA’, O VENCEDOR DO OSCAR 2020 À LUZ DE
KARL MARX**

**Elvis Magno da Silva, Olívia Carolina de Resende Ribeiro, Sibila Fernanda
Martins Silva**

RESUMO: O filme vencedor do Óscar 2020, Parasita, tratou de uma família de classe baixa que se lança em uma série de mentiras e situações para conseguir emprego para seu sustento. Em dado momento do filme, toda a família fica empregada por uma única família rica. Durante todo o filme, ocorre a dicotomia entre o modo de vida dos ricos e dos pobres. Diversas situações foram expostas, despindo para o espectador a dura realidade da desigualdade social. Portanto, foi proposto como objetivo deste trabalho, uma abordagem do filme à luz da filosofia marxista. Em se tratando de luta de classes sociais e a questão da desigualdade, Karl Marx segue como um dos principais expoentes desta temática. Utilizou-se para tal o método de pesquisa qualitativa e como ferramenta de análise, a pesquisa de narrativa. Utilizou-se como referência base, as obras: Manifesto do Partido Comunista e O Capital, ambos de Karl Marx (além de outras obras). Os principais conceitos de Karl Marx que puderam ser observados na obra foram: luta de classe; dicotomia social; mais-valia; acumulação de capital; força de trabalho; meios de produção; sistema capitalista; lei oferta e procura do trabalho; limite das necessidades do capital; luta por trabalho; trabalhadores modernos (proletários); burguês; luta individual e luta coletiva; vitória classe trabalhadora (passageira); alienação; capital; produto social; invalidação até a morte. Ao final foi percebido que a temática da luta de classes e a desigualdade social ainda trata de ser um assunto atual e em voga. Vale ressaltar que o artigo não teve a intenção de esgotar o assunto ou se aprofundar nestes conceitos do pensamento marxista, mas sim, promover uma reflexão destes conceitos, os quais puderam ser identificados em diversas cenas do filme.

Palavras-chave: Parasita. Karl Marx. Análise Narrativa. Marxismo. Vencedor Oscar.

1. INTRODUÇÃO

Parasita, do Dicionário Priberam (2021), quem vive à custa de outro; da biologia, ser vivo que se alimenta de outro ser vivo, podendo causar-lhe dano. Esse foi o nome português dado ao filme Sul-Coreano *Gisaengchung* do diretor Bong Joon Ho, filme que conquistou o Oscar de Melhor Filme em 2020.

O enredo do filme trata de uma família de classe baixa que vive em Seul, capital da Coreia do Sul, e se lança em uma série de mentiras e situações para conseguir emprego para seu sustento. Em dado momento do filme, toda a família fica empregada por uma única família rica. Durante todo o filme, há a contrastação entre o modo de vida dos ricos e dos pobres. Diversas situações são expostas, despindo para o espectador a dura realidade da desigualdade social.

Para auxiliar a desvendar as nuances do filme, é proposto como objetivo deste trabalho, uma abordagem do filme a luz da filosofia marxista. Em se tratando de luta de classes sociais e a questão da desigualdade, Karl Marx segue como um dos principais expoentes desta temática. Por este motivo, principalmente (mas não exclusivamente) que este trabalho se propõe a realizar uma análise do filme Parasita a luz dos escritos de Karl Marx.

Dentre os escritos de Marx, dois são os que mais se destacam, um sobre A Origem do Capital (sua obra mais proeminente) e o Manifesto do Partido Comunista (sua gênese). Além destes dois escritos, foi utilizado também para compor o *corpus* para análise do filme, os livros Manuscritos Econômico-Filosóficos e O 18 Brumário de Luís Bonaparte. A análise do filme se deu pelo método de análise de narrativa, e a pesquisa caracterizou-se pela natureza qualitativa.

Na sequência deste trabalho encontra-se um apontamento da metodologia, seguida de uma breve biografia de Karl Marx, uma sinopse sobre o filme Parasita, e então, a análise do filme a luz de Karl Marx. Por fim, apresenta-se algumas considerações finais deste trabalho.

2. METODOLOGIA

2.1 Natureza da Pesquisa

Quanto a natureza, este trabalho é uma pesquisa qualitativa, que segundo Silva e Menezes (2005), considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva, pois os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

2.2 Análise dos Dados

A análise de narrativa se propõe a entender a história como uma sucessão de acontecimentos concretos (ou fictícios) que estão inter-relacionados em uma sequência temporal ou causal; são vividos por seres dotados de intenções e autoconsciência, que necessariamente, ou pelo menos parcialmente, também os evocam; e são relatados por uma ou mais pessoas, isso em um contexto abreviado, a destinatários reais ou potenciais. E ainda, pode-se considerar como estrutura básica da narrativa, a exposição oral retrospectiva de experiências próprias realizadas no universo cotidiano (no contexto de ações vivenciadas e que, em parte, continuaram de forma ativa). Assim, o falante comunica diretamente a um ouvinte que está presente no momento da fala (SCHÜTZE, 2014).

O interesse do pesquisador na indução natural da narração consiste na obtenção de informações sobre acontecimentos relevantes dentro de um âmbito maior de acontecimentos sociais. Neste caso, o que interessa à ciência é o teor informacional temático da narração. Busca-se com isso, um agrupamento de acontecimentos de elevado interesse prático e relacionado ao interesse sociocultural. No caso deste trabalho,

3. PARASITA

3.1 Karl Marx: Uma Breve Biografia

Nascido em 5 de maio de 1818, Karl Heinrich Marx, filho de Herschel Marx (que fora advogado e conselheiro da justiça), descendente de judeu, foi um filósofo e revolucionário socialista alemão. Na data de seu nascimento, a Alemanha estava fragmentada em muitos reinos. Karl Marx nasceu em Trèveris, Renânia, província ao sul da Prússia. “Sua filosofia exerceu influência em várias áreas do conhecimento, tais como Sociologia, Política, Direito e Economia” (FRAZÃO, 2021).

Durante os primeiros anos escolares (infantil), Marx frequentou uma escola que tinha uma linha educacional muito próxima aos ideais iluministas franceses. Em 1835, o deu início à vida universitária. Optou pelo curso de direito, assim como seu pai, como uma chance de garantir uma melhor qualidade de vida à sua família. Foi estudar na Universidade de Bonn, na Alemanha, e posteriormente transferiu-se para Universidade de Berlim. “Marx era um aluno dedicado. Cursava muitas disciplinas, principalmente optativas de filosofia, história da arte e mitologia grega” (BATISTOTI, 2018).

Na Universidade de Berlim, Marx deixou o direito e aventurou-se na Faculdade de Filosofia, onde foi aluno e discípulo do filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel, pessoa que influenciou diretamente sua produção teórico-filosófica, principalmente no tocante ao conceito de dialética. “Nos seus anos em Berlim, Marx mostrou-se um grande crítico de governos e governantes, com inclinações para a crítica social”. Tirou o título de doutor em filosofia, trabalhou como jornalista, casou-se e mudou para Paris (PORFIRIO, 2021).

Mas foi em novembro de 1847, no Segundo Congresso da Liga dos Justos, realizado em Londres, Marx e Engels recebem a incumbência de redigir um manifesto. Em Bruxelas, com base no trabalho de Engels (Os Princípios do Comunismo), Marx então escreve o "Manifesto Comunista", que envia para Londres, em janeiro de 1848. Neste “Manifesto Comunista”, Marx fez uma forte crítica ao sistema capitalista, e expõe a história do movimento operário na Europa. “Faz objeções a alguns setores do socialismo, reunindo suas principais ideias com a luta de classe e o materialismo histórico e termina com um apelo para a união dos operários do mundo inteiro” (FRAZÃO, 2021).

Como apresentado em sua obra mais icônica, O Capital, Marx acreditava que “o capitalismo era um sistema fadado a crises cíclicas e irremediáveis”. Teorizou que “a livre concorrência gerava maior competição entre os fabricantes no mercado e a tecnologia resultante das revoluções industriais exigia cada vez menos mão de obra humana”. E que, com essas duas realidades uma vez existentes, “haveria cada vez menos trabalhadores assalariados (ou seja, com recursos financeiros) e cada vez mais produtos no mercado, o que geraria uma crise de superprodução em que a alta oferta não encontra tamanha demanda” (BATISTOTI, 2018).

Karl Heinrich Marx, faleceu em Londres, Inglaterra, no dia 14 de março de 1883. Dois anos após a morte de sua amada esposa (FRAZÃO, 2021).

3.2 O Filme

Do diretor Bong Joon Ho, o filme Sul-Coreano intitulado ‘Parasita’ ganhou o Oscar de Melhor Filme na premiação de 2020. Além de Melhor Filme, conquistou também outras três categorias, a de Diretor, Roteiro Original e de Melhor Filme Estrangeiro. O Parasita foi o primeiro filme não falado em inglês a ganhar a premiação de Melhor Filme. Além destes Oscar, o filme também venceu a Palma de Ouro de Cannes, o SAG Awards do Sindicato dos Atores dos EUA e ainda o prêmio de melhor filme estrangeiro no Globo de Ouro (SULBARÁN, 2020).

Aliaga (2020, online) comenta que a sinopse mais básica para conter o mínimo de *spoilers* sobre o filme é,

duas famílias completamente opostas começam a conviver uma com a outra. De um lado, os Kim lutam diariamente para ter o que comer e vivem com o mínimo possível; do outro, os Park esbanjam sucesso e bens materiais em uma moderna mansão, muito maior do que de fato precisava ser. "É uma história universal sobre ricos e pobres", definiu o diretor Bong Joon-ho, à Revista Time.

Menezes (2020) complementa esta resenha contando que o filme trata da história da família Ki-Taek (Figura 1), uma família pobre que vive com poucos recursos, que luta contra o desemprego em uma sociedade que passa por um período de crise extrema. O ponto de virada para família Ki-Taek se dá quando o filho da família consegue um emprego na casa dos Park, uma família rica que vive no luxo em meio a empregados e filhos mimados.

Figura 1 – Família Ki-Taek montando caixas de pizza.



Fonte: Topflix (2021)

O jovem rapaz dos Taek consegue, a partir de diferentes estratégias, fazer com que os demais funcionários da casa dos Park sejam demitidos e os demais membros de sua família, admitidos em seu lugar, contudo, sem os Park saberem de seu elo familiar. “apesar do universo absurdo em que a história entra, as reflexões sobre a pobreza e a riqueza adquirem um tom universal” é o que expõe Sulbarán (2020).

Figura 2 – Foto da família Park (exposto na casa)



Fonte: Topflix (2021)

Um exemplo desta reflexão entre riqueza e pobreza se dá quando acontece uma forte chuva torrencial no filme. Para a classe rica, a chuva promoveu apenas a interrupção do acampamento (da família Park). Um final de semana que fora destinado à comemoração do aniversário do caçula da família, o qual acabou se convertendo em uma festa organizada de última hora no quintal da casa. Esta mesma chuva provocou a inundação da casa dos Ki-Taek, fazendo com que perdessem tudo. Os Taek tiveram que passar a noite em um ginásio, que foi improvisado como abrigo, para as famílias que ficaram desabrigadas, e tiveram que disputar roupas que estavam sendo doadas para poderem voltar as atividades na casa dos Park.

Menezes (2020) ainda adiciona que diversas são as cenas que percorrem as duas diferentes locações (as principais) do filme, a casa dos Ki-Taek e a casa dos Park. A casa dos Park, aberta, cheia de luz e decoração limpa; e a casa dos Taek, porão sujo, quente, abaixo do nível da rua. É nesta troca de cenários, neste “sobe-desce” ao longo do filme, que promove uma reflexão da luta de classes, “recheado de pequenas sutilezas e grandes exageros”.

Na sequência do trabalho, será apresentado alguns paralelismos expostos pelo filme e discutidos a luz dos pensamentos de Karl Marx.

3.3 Parasita a Luz de Karl Marx

Segundo Marx e Engels (2008), ao longo de toda a história da sociedade, há a luta de classes. Uma dicotomia social; homem livre em contraposição ao homem escravo; o patrício e o plebeu; o barão e o servo; o dono da corporação e seu funcionário. É nesta relação dicotômica, que segundo os autores encontra-se a luta de classes que ora é aberta, escancarada e ora se dá atrás da penumbra, disfarçada, escondida. Em *Parasita*, a dicotomia entre ricos e pobres é o eixo do enredo principal do filme. De um lado, a família Ki-Taek, uma família pobre desempregada que vive no subúrbio de Seul, capital Sul-Coreana; e de outro lado, os Park, uma família rica e abastada. Apesar do contexto sociocultural da história, as reflexões entre pobreza e riqueza são uma linguagem universal.

Antes da trama principal do filme, logo em seu início, a família Ki-Taek consegue um serviço informal para montar caixas de papelão para empacotar pizza. Durante o recolhimento das caixas já montadas, transcorre um diálogo entre a gerente da pizzaria e a matriarca da família Ki-Taek. A gerente reclama de que há caixas montadas de forma errada, o que irá custar 10% do pagamento pela montagem. A matriarca retruca que o pagamento pela montagem nem chega a ser um pagamento justo pelo trabalho. Um funcionário que segue perto do diálogo (irmão da gerente), o qual está colocando as caixas no carro para ser transportadas, ainda comenta com a gerente de que estão precisando de um novo funcionário, deixando-a entender que a subcontratação para esta atividade de montar as caixas não está dando certo, além da possível necessidade em outros serviços dentro da pizzaria.

Figura 3 – Entrega das caixas de pizza



Fonte: Topflix (2021)

Olhando a cena do ponto de vista da gerente da pizzeria (Figura 3), deixar de contratar um novo funcionário para as atividades da empresa e sublocando a atividade de montagem das caixas, pagando abaixo do valor justo de mercado, pode se enquadrar na “mais-valia” de Marx. Para Marx (2004, p. 11), o dinheiro converte-se em capital, o capital em fonte de “mais-valia” e a mais-valia transforma-se em capital adicional. É esta acumulação de capital que supõe a produção capitalista que, outrora, só é concretizada após a acumulação de capital e força de trabalho, pelos produtores-vendedores. No momento em que a gerente deixa de pagar o justo salário pela montagem das caixas, esta acumula capital; no momento em que subloca o trabalho, aumentando sua força de trabalho, há também o acúmulo de capital.

Mas se a gerente não paga o justo preço pelo trabalho de montagem, ou tão pouco quer os contratar, por que a família Ki-Taek continua a fazer este serviço? Para Marx e Engels (2008), a resposta é simples, porque, exceto a sua própria força de trabalho em estado potencial, todo o restante necessário para produção (matéria-prima, máquinas e equipamentos, entre outros) encontram-se “do outro lado” do lado capitalista. Logo, o único recurso disponível dos Taek são o potencial de sua força de trabalho. Não possuindo então os meios próprios de produção, dependem única e exclusivamente da venda de sua força de trabalho para sobreviver. E é este o ponto essencial do sistema capitalista: a separação radical entre o produtor e os meios de produção.

Desta forma, apresenta-se de um lado, as condições materiais do trabalho na forma de capital, e do outro lado, os trabalhadores que nada mais têm do que vender sua força de trabalho. Assim, forma-se a cada dia, uma classe trabalhadora cada vez mais numerosa. É neste círculo vicioso que o sistema capitalista segue se desenvolvendo. E colaborando com este desenvolvimento, está a educação, tradição e os costumes da classe operária, as quais promovem uma classe trabalhadora submissa ao sistema capitalista. Contribuindo também com esta submissão, segue a lei da oferta e procura do trabalho. O excesso de pessoas disponíveis para o mercado de trabalho faz com que os que estão empregados (ou sublocados) se mantenham disciplinados junto ao sistema. Enquanto os salários oferecidos sejam apenas nos limites das necessidades do capital. Assim, a fábrica enriquece virtuosamente um ou dois sócios empreendedores, e ao mesmo tempo, paga salários pífios aos trabalhadores, os quais terão participação dos ganhos da fábrica (MARX, 2004).

Retomando ao filme, o ponto de virada na história dos Ki-Taek se deu quando um amigo convida o filho dos Taek (Kevin/*Ki-woo*) a lecionar aulas particulares para filha dos Park. Entretanto, Kevin deveria se passar por um aluno universitário (Figura 4). Utilizando das habilidades de design gráfico de sua irmã, Kevin apresenta documentos falsos (do ensino superior) em sua entrevista com a senhora Park. Após ser contratado, faz sua irmã se passar por uma professora de arte, a qual também acaba sendo contratada pelos Park. Sua irmã elabora um plano para demissão do motorista e faz seu pai se passar por um motorista particular e assumir a vaga de motorista da família. E por último, um elaborado estratagema para demissão da governanta a qual sede lugar para matriarca dos Taek.

Figura 4 – Entrevista de Kevin com a senhora Park.



Fonte: Topflix (2021)

Contribuindo com o filme, Marx (2001, p. 67) explica que o trabalhador não tem apenas que lutar para conquistar os recursos físicos de sua subsistência. Este deve ainda lutar por alcançar o próprio trabalho que irá lhe proporcionar a aquisição destes recursos. É a luta pela possibilidade e pelos meios de realizar a sua atividade pelo qual os trabalhadores também lutam. Avista disso, cada um dos membros da família Ki-Taek, após estratagemas, processo de seleção e luta, assumem um papel e uma posição junto a família dos Park.

Marx (2008) comenta que Hegel observa em uma de suas obras que, todos grandes personagens da história do mundo, aparecem duas vezes. Mas Hegel teria esquecido de mencionar como aparecem. Então Marx complementa dizendo que a primeira vez que um personagem de grande importância na história se apresenta, é como tragédia e a segunda como farsa.

Curiosamente, é possível fazer um paralelo entre esta colocação de Marx com o apresentado pelo filme. A tragédia para família Ki-Taek, além é claro da sua condição social, se dá também nas cenas do subemprego de montadores de caixas para pizzaria. A tragédia aqui se mostra como antônimo do sucesso profissional, como contrário ao burguês detentor do capital, dos meios de produção. Já a farsa, se desenvolve na casa dos Park. Farsa no sentido de apresentar ser o que não é.

Marx (2008, p. 19) afirma que: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. Kevin, da família Ki-Taek, queria construir sua história passando pela universidade, estudando e construindo uma carreira de sucesso. Contudo não foi como ele quis. As circunstâncias a qual se encontrava, juntamente com sua família, transcendia sua escolha, seus desejos. Era um legado que fora transmitido por seu passado e que ecoava em seu presente.

É interessante notar que conforme Marx e Engels (2008, p. 21), eles relatam que “as armas com as quais a burguesia abateu o feudalismo se voltam agora contra ela mesma”. Que fora a própria burguesia que criou, moldou os homens e mulheres que usarão essas armas, os trabalhadores modernos (os proletários). Pois é com o desenvolvimento da burguesia e do próprio capital que o proletariado como classe de trabalhadores modernos também se desenvolve.

A classe destes trabalhadores modernos, a qual os Ki-Taek pertencem, só conseguem sobreviver se encontram trabalho, e por sua vez, só encontram trabalho se este mesmo trabalho incrementa o capital. Os Ki-Taek, são forçados a se vender diariamente em busca da própria subsistência, constituem-se uma “mercadoria como outra qualquer”. E por este motivo, segue exposta a todas as instabilidades da concorrência e de todas as turbulências do mercado (MARX e ENGELS, 2008, p. 21).

É neste contexto de instabilidade do mercado de trabalho que Kevin, juntamente com os demais membros da família, se unem para realizar um elaborado plano para demissão dos funcionários dos Park (Figura 5) e por sua vez a contratação de sua própria família. Bessa (2020, p. 5) comenta que “as situações são tão surreais que somente dão resultado por puro golpe de sorte. Essas situações são retratadas de uma forma bem teatral e, em certa medida, exagerada”.

Figura 5 – Governando indo embora após ser demitida.



Fonte: Topflix (2021)

É instigante a correspondência entre a forma como a família Ki-Taek foi aos poucos se infiltrando na família Park e a estratégia de luta da classe proletária exposto por Marx e Engels (2008). Os autores mencionam que o proletário passa por diversos caminhos de desenvolvimento em sua luta contra a burguesia. No início, os trabalhadores lutam de forma individualizada, e depois em grupo, com a formação da classe operária de uma determinada fábrica. Os trabalhadores de um dado ramo de produção se unem em uma localidade contra um único burguês que os explora.

No caso de *Parasita*, a família Ki-Taek inicia sua jornada de forma coletiva, atendendo uma demanda da pizzaria a qual a matriarca da família havia sido contratada. Mas como apresentado no filme, não obtiveram muito sucesso, ocorreu que várias caixas que foram montadas estavam fora do padrão. Mas em um segundo momentos, quando a luta começou de forma individual com o filho da família, o Kevin, que posteriormente proporcionou a agregação de sua irmã a família dos Park e sua irmã conseguiu a demissão do motorista do Park e a contratação de seu pai, fora então um sucesso. Juntos, pai, filho e filha, lutaram para a demissão da governanta da casa e para contratação da matriarca dos Ki-Taek para assumir a posição.

Aqui, neste segundo momento, teve-se primeiro uma luta individual e posteriormente uma luta coletiva, a qual proporcionou lograrem sucesso. Isto corresponde diretamente com o exposto pelos autores, que mencionam primeiro uma luta individual do proletário, depois de forma coletiva como operário. Como dito pelos autores, “[...] os trabalhadores formam uma massa espalhada por todo o país, (...) se juntam para agir [...]” (MARX e ENGELS, 2008, p. 24). Os Ki-Taek (pai, filho e filha) tinham atividades dentro da casa dos Park os quais não havia interrelações, estavam “espalhados” na casa dos Park, mas se juntaram para agir, para pôr em prática um plano para demissão da governanta.

Com o sucesso do plano para contratação da matriarca da família, por um breve momento, gozam do sucesso alcançado. Nesta fase, não lutam contra seus inimigos, os burgueses (aqui representado pelos Park), mas como dito por Marx e Engels (2008, p. 24-25), “nessa fase, portanto, os proletários não lutam contra seus inimigos, mas contra os inimigos de seus inimigos (...)”. no filme, o inimigo de seus inimigos (os inimigos dos Park) é representado pelo marido da governanta que fora demitida. Fora ele quem havia provocado um trauma (grande susto seguido de convulsão) ao filho dos Park.

Em dado momento da história, é apresentada uma luta (literal) entre a família Ki-Taek e a família da ex-governanta. Caracterizando desta forma, o dito por Marx e Engels (2008, p. 25): “Os trabalhadores começam a formar associações contra a burguesia; lutam juntos para assegurar seu salário”. Esporadicamente os trabalhadores (Ki-Taek) logram sucesso, promovem um levante contra o sistema capitalista vigente e “explode em revoltas”.

Figura 6 – Família Ki-Taek na casa dos Park.



Fonte: Topflix (2021)

Uma das revoltas apresentadas pelo filme se deu quando os Park saem para passar o final de semana acampando para comemorar o aniversário do filho caçula. Na ocasião os membros da família Ki-Taek se reúnem e usufruem das comodidades e luxo da casa dos Park (Figura 6), promovendo uma festa particular entre eles. Entretanto, a vitória da classe trabalhadora é passageira.

Como exposto por Marx e Engels (2008, p. 25): “De tempos em tempos os trabalhadores saem vitoriosos. Mas é um triunfo efêmero. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o sucesso imediato, mas a união crescente”. O triunfo é efêmero, transitório, temporário, que dura um dia. E nesta passagem em questão, durou até a matriarca receber uma ligação dos Park avisando que estavam voltando devido às fortes chuvas.

Outro ponto de reviravolta, apresentado de forma sutil, se dá na cena em que a família Ki-Taek está na pizzaria e são servidos pela gerente da pizzaria (Figura 7), a qual, no início do filme, os haviam contratado (como autônomos) para montar as caixas de pizza.

Figura 7 – Família Taek na pizzaria.



Fonte: Topflix (2021)

Apesar do diálogo da cena apresentar parte da estratégia para demissão da governanta (importante para o filme), este diálogo poderia ter se dado na própria casa dos Taek. Entretanto, de forma proposital, ela acontece na mesma pizzaria da montagem das caixas no início do filme. No começo do filme, na montagem e entrega das caixas, teve-se a relação entre a desvalorização humana para quem trabalha (ausência de reconhecimento e resultado final). O fato de não usufruírem do resultado final de seu trabalho indica o conceito de Alienação apresentado por Marx (o qual abordaremos com mais detalhes a frente). Magalhães (2011, p. 36) comenta que “[...] o próprio trabalhador transforma-se em mercadoria; e o produto do trabalho passa a pertencer a um *outro ser* que não ele” (itálico do autor). Como a alienação é o não usufruto do esforço do seu trabalho, quando os Taek usufruem de uma pizza e dos serviços prestados nesta pizzaria, há, de certa forma, uma reviravolta neste trecho do filme (Figura 7).

Seguindo a análise e o paralelismo entre o filme e os pensamentos de Karl Marx, expõe-se que: “Ser capitalista não significa apenas ocupar uma posição pessoal, mas antes de mais nada uma posição social (...). O capital é um produto social e só pode ser posto em movimento pela ação comum de muitos membros, e mesmo, em última instância, de todos os membros da sociedade” (MARX e ENGELS, 2008, p. 25).

Sendo o capital um produto social, ele pertence a sociedade ou tem em vista suas estruturas ou condições. Assim, fala-se de “movimento social” ou “questão social”. E

ainda, se tratando do capital como um produto social, este diz respeito a análise ou ao estudo da sociedade e neste sentido, fala-se em “economia social” ou “psicologia social” (ABBAGNANO, 2007).

Um exemplo oportuno na questão do capital como um produto social, é a reação da família Ki-Taek com um bêbado que urina do lado de fora de sua janela (lembrando que a casa fica abaixo do nível da rua, e a janela é na altura do chão externo à residência). Esta situação do bêbado urinando do lado de fora da janela acontece duas vezes, uma antes de trabalharem para os Park e outra após toda família estar trabalhando.

No começo do filme, antes de estarem trabalhando e correndo atrás de bicos para se manterem, os Ki-Taek não disseram nada ao bêbado que estava urinando, apenas ficaram dentro de casa torcendo para que esse não urinasse, que só estive passando pela rua. Em contraposição, após terem melhorado de vida, devido ao fato de todos estarem empregados, os homens da família (pai e filho) saem à rua para confrontar o bêbado do lado de fora, enquanto a filha grava um vídeo da desinteligência com o bêbado (Figura 8). O acesso ao capital e a possibilidade de seu acúmulo fez com que a família Taek melhorasse sua autoestima e se sentissem na posição de poder reivindicar um comportamento diferente por parte do bêbado, pois agora eram dignos de serem respeitados. Deste modo, “o capital não é, portanto, uma força pessoal; é uma força social” (MARX e ENGELS, 2008, p. 34).

Outro ponto teórico importante nos escritos de Karl Marx que podem, de certa forma, ser percebidos no filme, diz respeito a alienação do trabalho. No início da análise de *Parasita à luz de Marx* (item 3.3), foi abordado a questão da separação entre o produtor e os meios de produção. Aqui há a realização do trabalho como desrealização do trabalhador, ou seja, a objetivação como sendo a perda e servidão do objeto, a apropriação como “alienação”.

Figura 8 – confronto da família Ki-Taek com o bêbado



Fonte: Topflix (2021)

Neste sentido, a realização do trabalho se mostra como sendo a desrealização segundo Marx, onde o trabalhador se “invalida até a morte”. A alienação, então, revela-se como a perda do objeto que o trabalhador fica privado (o fruto de seu próprio trabalho). Como afirmado por Marx (2001, p. 112): “Todas estas consequências derivam do fato de que o trabalhador se relaciona com o produto do seu trabalho como a um objeto estranho”.

Assim, a alienação do trabalhador em relação ao seu produto (fruto de seu trabalho) significa não só que o trabalho se transforma em objeto, mas também que este assume uma existência externa, que existe “independentemente, fora dele e a ele estranho, e se torna um poder autônomo em posição a ele” (MARX, 2001, p. 112). E como consequência desta relação entre trabalhador e o objeto de seu trabalho, se dá a relação dos possuidores dos meios de produção e a própria produção.

Figura 9 – Pai da família Taek, hesitação



Fonte: Topflix (2021)

De forma simbólica, esta relação de ambos com o resultado do trabalho (prestação de serviços dos Ki-Taek para família dos Park), a invalidação até a morte, pôde ser percebida no final da festa do filho dos Park, na tragédia grega. O pai da família Taek fica no dilema entre ajudar sua filha ou obedecer ao senhor Park (Figura 9). Após hesitação, ele joga a chave do carro na direção dos Park e fica com sua filha que está ao chão, e ali permanece, invalidando-se para o trabalho, entrando em estado de choque e rompendo com sua relação de trabalho.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi proposto como objetivo deste trabalho, uma abordagem do filme *Parasita* a luz da filosofia marxista. Em se tratando de luta de classes sociais e a questão da desigualdade, Karl Marx segue como um dos principais expoentes desta temática. Por este motivo, principalmente (mas não exclusivamente) que este trabalho se propôs a realizar uma análise do filme *Parasita* a luz dos pensamentos de Karl Marx.

O enredo do filme tratou de uma família de classe baixa que vive em Seul, capital da Coreia do Sul, e se lança em uma série de mentiras e situações para conseguir emprego para seu sustento. Em dado momento do filme, toda a família fica empregada por uma única família rica. Durante todo o filme, ocorre a polaridade entre o modo de vida dos ricos e dos pobres. Diversas situações foram expostas, despindo para o espectador a dura realidade da desigualdade social.

Os principais conceitos de Karl Marx que puderam ser observados na obra foram: luta de classe; dicotomia social; mais-valia; acumulação de capital; força de trabalho; meios de produção; sistema capitalista; lei oferta e procura do trabalho; limite das necessidades do capital; luta por trabalho; trabalhadores modernos (proletários); burguês; luta individual e luta coletiva; vitória classe trabalhadora (passageira); alienação; capital; produto social; invalidação até a morte.

Vale ressaltar que o artigo não teve a intenção de esgotar o assunto ou se aprofundar nestes conceitos do pensamento marxista, mas sim, promover uma reflexão destes conceitos, os quais puderam ser identificados em diversas cenas do filme. Foi percebido que a temática da luta de classes e a desigualdade social ainda trata de ser um assunto atual e em voga. Como sugestão para trabalhos futuros, propomos que seja feito uma análise do filme à luz de Max Weber, e mais especificamente com a utilização das obras *A Ética Protestante e o Espírito Capitalista* e *Economia e Sociedade*.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. Edição revista e ampliada. São Paulo: Martins Fontes, 2007. Disponível em: https://ead2.iff.edu.br/pluginfile.php/160169/mod_resource/content/1/Dicion%C3%A1rio%20de%20Filosofia%20-%20Nicola%20Abbagnano.pdf. Acesso em: 17 out. 2021.

ALIAGA, Víctor. [2020]. Parasita: a história por trás do filme mais imprevisível de 2019. Disponível em; <https://br.ign.com/parasita/78742/feature/parasita-a-historia-por-tras-do-filme-mais-imprevisivel-de-2019>. Acesso em: 03 out. 2021.

BATISTOTI, Vitória. [2018]. Karl Marx: conheça a vida e a obra do pensador alemão. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/Historia/noticia/2018/05/karl-marx-conheca-vida-e-obra-do-pensador-alemao.html>. Acesso em: 11 out. 2021.

BESSA, Ana Cláudia. Uma análise sociológica do filme “Parasita”. *In: Revista Café com Sociologia*, vol (9), nr. 2, jul./dez. 2020.

DICIONÁRIO PRIBERAM. Parasita. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/parasita>. Acesso em: 17 out. 2021.

FRAZÃO, Dilva. [2021]. Karl Marx. Disponível em: https://www.ebiografia.com/karl_marx/. Acesso em 11 out. 2021.

MAGALHÃES, Fernando. 10 Lições sobre Marx. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARX, Karl. A origem do capital: a acumulação primitiva. 2 ed. São Paulo: Centauro, 2004.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. Martin Claret, 2001.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MENEZES, Beto. [2020]. Resenha: Parasita. Disponível em:
<https://megafilmeshd20.pro/assistir-filmes/parasita.html>. Acesso em: 03 out. 2021.

PORFIRIO, Francisco. Karl Marx. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/karl-marx.htm>. Acesso em: 11 out. 2021.

SCHÜTZE, Fritz. Análise sociológica e linguística de narrativas. *In: Civitas*, vol. (14), nr 2, p. e11-e52, maio-ago. 2014.

SILVA, E. L.; MENEZES E. M. Metodologia de pesquisa e elaboração de dissertação. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SULBARÁN, Patricia. [2020]. ‘Parasita’: por que o filme sul-coreano está fazendo história em Hollywood. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-51188315>. Acesso em: 03 out. 2021.

TOPFLIX. Parasita. Disponível em: <https://topflix.vc/filmes/assistir-online-parasita/>. Acesso em: 10 out. 2021.

Capítulo 22 - DOI:10.55232/1084002022

**GEOGRAFIA DO VOTO E COMPETIÇÃO ELEITORAL NA
ELEIÇÃO DE 2014**

Martha Jares, Carlos Augusto da Silva Souza

RESUMO: O presente artigo filia-se à tradição de estudos sobre geografia eleitoral no Brasil, procurando investigar os padrões de competição eleitoral tendo por base empírica a votação dos deputados federais eleitos em 2014. O estudo procura responder se existem diferenças na relação entre os deputados e suas bases eleitorais quando analisado a relação entre votação e distribuição territorial do voto. Para efeito da pesquisa trabalhamos com a hipótese de que existem poucas diferenças na conformação das bases eleitorais por parte dos parlamentares quando levado em consideração uma comparação entre os estados e regiões brasileiras. O objetivo que norteou esta investigação parte da perspectiva que procura entender se existe (ou não) algum padrão de competição eleitoral predominante nas eleições legislativas brasileiras e avaliar similitudes e discrepâncias entre os estados e regiões brasileiras no que se refere ao formato competitivo que se processa na esfera eleitoral.

Palavras-chave: Geografia do voto. Padrão de competição eleitoral. Bases eleitorais.

INTRODUÇÃO

A democracia representativa se estabelece como o sistema de governo em que o corpo político deriva do consentimento e da escolha dos cidadãos considerados politicamente iguais. O processo de escolha pressupõe que a sociedade é composta por diferentes grupos, com interesses, preferências, valores e visões de mundo diferentes uns dos outros. Para serem eleitos e assumirem os postos de comando os representantes dos diferentes grupos precisam se submeter à aceitação de sua influência pela sociedade através do processo eleitoral.

Na esfera da representação legislativa, o sistema eleitoral brasileiro se estrutura no princípio da representação proporcional, que procura conferir aos partidos representação parlamentar equivalente à proporção de votos válidos, obtidos em dada circunscrição eleitoral. O objetivo desse sistema é permitir que todas as forças presentes na sociedade tenham acesso ao poder na proporção de votos que os eleitores lhes atribuir.

Como o Brasil adota o sistema federativo, a composição do poder legislativo federal, segue como critério de distribuição das cadeiras, o princípio da representação proporcional, que procura conferir representação aos entes federativos de acordo com o tamanho da população de cada Estado. Neste sistema, segundo a Constituição Federal, o número de representantes por estado seria distribuído proporcionalmente ao número de habitantes de cada unidade federada. Entretanto, essa proporcionalidade é limitada a um mínimo de oito e um máximo de setenta deputados por estado, portanto, os estados com maior número de eleitores elegem as maiores bancadas, até o limite de setenta e os estados com menores populações elegem bancadas menores, mais não podem ser inferior a oito deputados.

Dada as condições específicas apresentadas por cada unidade eleitoral, variáveis como custos de campanha, número de municípios, tamanho da população, tamanho do território, distância e tempo para deslocamento, formação de comitês, proximidade entre municípios, infraestrutura de acesso e outros ganham relevância significativa que podem definir a opção dos candidatos por estratégias diferenciadas na relação entre voto e território.

É nesta direção que este artigo se apresenta. Nele, pretende-se avaliar o padrão de competição política estabelecida nos estados brasileiros, a partir da análise da votação de todos os candidatos que disputaram a eleição de 2014 para a Câmara dos Deputados (excetuando-se o Distrito Federal), procurando evidenciar se existe (ou não) algum padrão de votação dos deputados em relação aos territórios (no caso os municípios) que compõem a geografia política dos estados brasileiros.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A geografia Eleitoral na Ciência Política

Segundo Zavala (2012) os estudos sobre geografia eleitoral não são exatamente novos na esfera da pesquisa acadêmica. No início do século XX, através da pesquisa desenvolvida pelo sociólogo, historiador e geógrafo francês, André Siegfried, os estudos sobre a relação entre votação e território começaram a ser estabelecidos como forma de interpretar a representação e a força política dos partidos e candidatos na sua relação com o local de votação dos eleitores.

Em 1913 Siegfried desenvolveu o estudo intitulado “*Tableau politique de la France de l'Ouest sous la Troisième République*” em que estudou a distribuição da votação dos habitantes de quinze departamentos do oeste da França, durante a construção da Terceira República (1870-1940). Neste estudo Siegfried procurou interpretar os fatores que estabeleceriam a preferência dos franceses entre partidos a partir das características espaciais de determinadas regiões.

Ficou muito conhecida à época sua frase para diferenciar a votação entre duas regiões: "Os votos de granito são à direita e o de calcário à esquerda". Através desta frase Siegfried procurou explicar que a natureza do solo granítico presente no norte da região e a dispersão da população numa estrutura latifundiária, levava os moradores a se inclinarem em direção aos candidatos de direita, enquanto que o solo calcário presente no sul favoreceu a concentração da população em pequenas propriedades, o que levou a estabelecer preferências por candidatos e partidos mais a esquerda (ZAVALA: 2012).

Apesar de centrar seu estudo na questão ecológica, Siegfried também reconheceu que, além do solo e da geologia, outros fatores deveriam ser levados em consideração para entender as preferências dos eleitores por candidatos e partidos, entre eles destacou o papel da Igreja e das relações sociais (ZAVALA: 2012).

No intervalo das duas Grandes Guerras, os estudos sobre geografia eleitoral não tiveram grande desenvolvimento e só foram retomados a partir da década de 1960, com a valorização dos regimes democráticos liberais que se opunham à formação de regimes de orientação socialista que se desenvolviam na Europa e Ásia. Desta forma, cientistas Ingleses, procuraram estabelecer previsões sobre os resultados eleitorais para a formação do governo na Grã Bretanha e passaram a utilizar a técnica da distribuição geográfica do voto em distritos eleitorais, que se configura na técnica mais usada atualmente (ZAVALA; 2012).

A partir da década de 1980 os estudos sobre geografia eleitoral ganham status acadêmico e passam a se constituir como uma disciplina da Ciência Política e da Geografia

Humana. Segundo Johnston, Gregory e Smith (1987) citado por Zavala (2012) a geografia eleitoral se fortaleceu como resultado da revolução dos métodos quantitativos que asseguravam maior credibilidade para oferecer respostas aos fenômenos políticos.

Neste sentido, os estudos sobre geografia eleitoral passam a ser compreendidos a partir da procura por padrões espaciais de votação dos competidores. Como informa Zavala (2012), a geografia eleitoral passa a ser reconhecida como "o estudo que é orientado para conhecer os padrões espaciais da votação, em função do apoio dado aos partidos políticos pelo eleitorado e a relação dessa preferência com as características demográfica, socioeconômica e espacial".

A geografia eleitoral passa a utilizar técnicas geográficas para avaliar comportamentos, especificamente, o exame da interação onde as características geográficas de um território afetam as decisões políticas, e a estrutura geográfica do sistema eleitoral afeta os resultados eleitorais. O objetivo da análise era identificar e compreender os fatores determinantes e as características eleitorais dos territórios de forma abrangente e integradora.

Com o desenvolvimento dos estudos os pesquisadores passaram a buscar respostas para questões relativas não apenas as preferências atuais, mas, também focadas nas mudanças futuras do voto. Desta forma, as pesquisas começaram a indagar questões como: 1) Por que este eleitorado votou desta ou daquela maneira? 2) Por que tal candidato perdeu por tanta diferença, se na eleição anterior foi amplamente favorito? 3) qual a relação entre diferenças socioeconômicas presentes na população e o padrão de votação dos candidatos e partidos?

Nesta perspectiva, as pesquisas começam a abrir possibilidades de explicação das consequências, mas também das causas que determinam o comportamento do eleitor. Desta forma, as pesquisas sobre geografia eleitoral passaram a ser estabelecidas tanto para determinar as preferências dos eleitores quanto para orientar os partidos e candidatos em relação às estratégias de campanha, gastos eleitorais e propaganda política.

No caso desta pesquisa, a proposta pretende apenas investigar qual o tipo de relação que os parlamentares desenvolvem com os territórios onde potencialmente podem buscar votos, no caso os municípios. Desta forma, pretende-se investigar quais as estratégias que melhor explicam a votação dos parlamentares na esfera local, ou seja, os deputados eleitos no Brasil se elegem com votação concentrada territorialmente ou, ao contrário, elegem-se com votação dispersa territorialmente.

A Competição Eleitoral na Esfera Legislativa

O sistema eleitoral brasileiro para os cargos legislativos está estruturado de acordo com as determinações do sistema de representação proporcional, que procura conferir aos partidos representação parlamentar equivalente à proporção de votos válidos obtidos no estado a ser representado. O sistema proporcional apresenta como objetivo permitir que todas as forças presentes na sociedade tenham acesso ao poder na proporção de votos que a sociedade lhes atribuir¹. Por esta razão, o sistema proporcional produz intensa competição eleitoral entre partidos e candidatos.

Como resultado da adoção do sistema proporcional, associado ao sistema de lista aberta em distritos com elevada magnitude, as eleições brasileiras são marcadas pela presença de muitos candidatos e legislaturas multipartidárias, estabelecendo um dos sistemas mais competitivos do mundo. A elevada competição política no território levou a que alguns analistas associassem o sistema brasileiro a uma estrutura política que desconsidera os partidos e fortalece o caciquismo e a presença de candidatos individualistas e sem fidelidade partidária.

Segundo Souza (2006) o sistema proporcional adotado no Brasil não só produz intensa competição eleitoral no mesmo território, mas acaba por pulverizar os votos dos eleitores entre vários candidatos do mesmo partido. O voto personalizado faz com que os candidatos sejam compelidos a buscar todos os votos para si, desaparecendo, neste sentido, qualquer estímulo para uma ação mais solidária em favor do partido, o que resulta em estruturas partidárias desagregadas e lideranças não fiéis à identidade partidária.

Da mesma visão compartilha Silva (2013) ao informar que o sistema proporcional de lista aberta, adotado no Brasil em distritos multimembros, caminhou para a interpretação de que a competição dar-se-ia entre os candidatos de uma mesma lista, o que enfraqueceria os partidos políticos e, ao mesmo tempo, incentivaria os candidatos a concentrarem seus esforços espacialmente.

Do ponto de vista da relação eleição/território, este mecanismo de escolha tem sido alvo de intenso debate, dado ao fato de que a competição política para as Câmaras Legislativas em sua esfera Estadual e Federal segue como critério definidor da unidade eleitoral a divisão político-administrativa da federação brasileira, tendo nas fronteiras geográficas dos Estados a arena da disputa pelos votos. Como os estados brasileiros possuem características sociais,

¹ Existem várias fórmulas que procuram maximizar a proporcionalidade eleitoral. Muitos estudiosos, entretanto, afirmam que, na prática, uma perfeita proporcionalidade entre partidos dificilmente poderá ser alcançada.

econômicas e culturais bastante variadas, as estratégias de competição política seguida pelos partidos e pelos candidatos tende a assumir padrões bastante diversificados territorialmente.

Carvalho (2003), por exemplo, afirma que a influência da geografia eleitoral sobre o comportamento dos parlamentares é determinado pelas instituições eleitorais e legislativas. Desta forma, para o autor, não obstante a existência das mesmas regras eleitorais, o mercado de votos se estrutura de forma diferenciada, dependendo de um conjunto de fatores presentes em cada unidade geográfica particular, que torna cada território uma arena política com formato competitivo próprio, diferentes uma das outras na forma e no conteúdo da representação. Por outro lado, de acordo com o autor, a conformação geográfica das bases municipais dos candidatos responde em grande medida por suas ações e decisões políticas na esfera parlamentar.

Outro autor importante nos estudos da geografia eleitoral brasileira é Barry Ames, que em um estudo publicado em 2003 identificou que os deputados são guiados por quatro tipos de comportamento que se estabelece a partir do cruzamento de quatro indicadores – concentração do voto, dispersão do voto, dominância do reduto eleitoral e compartilhamento do reduto eleitoral. A partir disso o autor desenvolve um esquema cruzando as variáveis concentração/dispersão com a dominância/compartilhamento do candidato sobre o município.

Conforme Ames (2003) a dominância ocorre quando determinado deputado consegue controlar seu reduto eleitoral, tendo uma votação territorial bem elevada em relação aos outros principais competidores no mesmo território. Por outro lado, em sentido inverso, o deputado ao invés de dominar pode compartilhar esse território com outros concorrentes. Já a concentração ocorre quando o deputado concentra grandes quantidades de votos em poucos municípios e a dispersão ocorre quando o deputado precisa distribuir sua votação em muitos municípios para se eleger.

De qualquer forma, a maioria dos estudos sobre geografia eleitoral realizados por pesquisadores brasilianistas (Ames: 2003, Carvalho: 2003, Mairanwing: 2001) partem da suposição que no Brasil os parlamentares não têm bases sociais bem definidas. Por essa razão, competir por votos, também significa competir por espaço, o que confere elevado peso ao território na determinação da representação política.

A concentração eleitoral existente entre os deputados e os municípios levou Carvalho (2003) a reconhecer a existência de certo desvirtuamento na ideia de representação proporcional, presente nas regras que regulam a competição política no Brasil. Este desvirtuamento, segundo o autor, está relacionado ao fato de que os deputados deveriam representar não apenas determinados municípios, mas, todo o estado como membros de bancadas plurinominais. Se isso

não acontece, o sistema acaba realmente fortalecendo o caciquismo e a emergência de interesses localistas, deixando sem representantes parcelas significativas do eleitorado e do território.

Entre os estudos sobre geografia do voto a grande dificuldade é encontrar parâmetros metodológicos para medir se o sistema proporcional encontra um ambiente favorável para se desenvolver em um sistema político com intensas clivagens sociais como o brasileiro e qual o impacto que este sistema provoca na conformação das bases eleitorais dos candidatos eleitos. Assim, este estudo procurou responder ao seguinte problema de pesquisa: **Qual o padrão geográfico de votação dos deputados federais eleitos nos estados brasileiros em 2014?**

ASPECTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO

Para efeito da construção de evidências os dados foram coletados no *site* do Tribunal Superior Eleitoral - TSE referentes à votação individual, por município, de todos os Deputados Federais eleitos no Brasil em 2014, excetuando-se os deputados eleitos pelo Distrito Federal que não fizeram parte da análise uma vez que este território não possui unidades municipais, o que não permitiria medir o padrão de votação territorial dos deputados eleitos por esta unidade federativa.

Para a avaliação do processo de concentração ou dispersão eleitoral procurou-se medir, a partir da votação individual dos parlamentares, se essa votação estava distribuída entre poucos ou muitos municípios. Na operacionalização dos dados foi utilizado um procedimento matemático, que procurou quantificar o padrão de votação dos deputados federais nos municípios que compõem a geografia política dos estados brasileiros em relação a totalidade de municípios.

Dentre os vários índices disponíveis, optou-se pelo índice *G*, desenvolvido na literatura política para avaliar os níveis de concentração e dispersão dos votos em dada eleição e em dado território. O índice *G* foi adaptado dos estudos econométricos desenvolvido inicialmente para avaliar o processo de concentração industrial nos Estados Unidos. Foi desenvolvido inicialmente por Glenn Ellison e Edward L. Glaeser e depois adaptado para os estudos que procuravam medir determinados processos de concentração, entre os quais a concentração e dispersão do voto.

O índice *G* parte da seguinte formulação matemática:

$$g = \sum_{i=1}^M (s_i - x_i)^2$$

Onde S_i representa, proporcionalmente, a participação de um estado na produção total de determinada indústria e X_i significa a participação dessa indústria no total da produção nacional. Entretanto, considerando que os diversos estados onde tal indústria se apresenta instalada possuem dimensões distintas, os autores chegaram à seguinte normalização:

$$G = \frac{g}{1 - \sum_i x_i^2}$$

Na análise da geografia eleitoral o índice G foi adaptado do estudo de Silva, Biderman e Avelino Filho (2009) que procuravam entender os níveis de concentração e dispersão dos votos na eleição para a Câmara dos Deputados realizada em São Paulo em 2002. Vale ressaltar que esta adaptação do índice G é um índice bruto que, segundo os autores, “mede concentração espacial bruta”, sendo utilizado para conhecer “apenas se o candidato tem votação espacial concentrada”. Entretanto, o índice possibilita medir o número de votos do candidato em função do tamanho do eleitorado na medida em que considera proporcionalmente, município a município, em função do total de votos desse candidato em todo o distrito.

O índice adaptado parte da seguinte formulação:

$$G_d = \frac{\sum_d (P_{dm} - P_m)^2}{1 - \sum_d P_m^2}$$

Onde P_{dm} significa a proporção dos votos obtidos pelo candidato d no município m e P_m a proporção dos votos do município m no total do distrito eleitoral. Para nossa análise, classificamos os números obtidos pelo índice G para cada distrito eleitoral nas eleições de 2014 para deputado federal em duas situações:

- 1) **DISPERSÃO DO VOTO:** G de 0,001 até 0,050
- 2) **CONCENTRAÇÃO DO VOTO:** G acima de 0,050 até 0,100

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Padrões Geográficos de competição eleitoral no Brasil na Eleição de 2014.

O Brasil é uma federação formada por 26 estados e um Distrito Federal. Apresenta uma enorme extensão territorial com uma área total de 8.514.876 km². O país está dividido em cinco regiões geográficas com características sociais, econômicas, demográficas, ecológicas e políticas bastante diversificadas. Os estados brasileiros possuem também características bastante diversificadas em termos de padrões de desenvolvimento socioeconômico, demográfico e político e, por esta razão, acredita-se que os padrões de competição eleitoral não são

homogêneos e os deputados desenvolvem estratégias diferenciadas na sua relação com a população eleitoral e com os territórios, no caso os municípios. O país possui 5.570 municípios que se constituem na unidade primária onde o jogo político acontece. Desde a Constituição de 1988 os municípios brasileiros foram elevados à condição de entes federativos e possuem autonomia tanto administrativa quanto política na produção de leis e impostos de interesse local.

Mapa 1 – Divisão político administrativa do Brasil. 2018



Fonte: IBGE/2018

Do ponto de vista eleitoral segundo os dados da eleição de 2014, o padrão que melhor explicou a relação dos deputados com o território foi o padrão de concentração dos votos que apareceu na pesquisa com 68,5% dos casos analisados. Indicando que por mais que os deputados busquem por votos em todos os municípios componentes da geografia política dos estados, a estratégia preferencial consiste em selecionar poucos municípios para realização de sua campanha e ações de conquistas do eleitorado local. Conquistar votos em muitos municípios diminui a relação custo benefício e torna a tarefa eleitoral muito mais dispendiosa e com retornos incertos em termos das chances de vitória.

Tabela 02 – Padrões geográficos de competição eleitoral no Brasil, 2014

Padrão de Votação	Frequência	Percentual
Concentrado	341	67,5
Disperso	164	32,5
TOTAL	505	100,0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Padrões Geográficos entre as regiões brasileiras

A partir da desagregação dos dados foi possível identificar que o padrão concentrado se manteve como majoritário em todas as regiões do país, indicando a influência da concentração

dos votos nas eleições dos parlamentares. As regiões que apresentam os maiores indicadores de concentração do voto, entretanto, foram as regiões Sudeste, Norte e Sul com 74,9%, 73,8% e 63,6% respectivamente e as regiões com os menores indicadores de concentração foram as regiões centro-oeste e nordeste, com 51,5% e 57,6%.

Isto indica que por mais que a concentração do voto seja uma característica marcante da estratégia eleitoral dos deputados ela não segue um padrão uniforme em todas as regiões, pois, assume uma dimensão mais significativa em algumas regiões e menores em outras. Nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, por exemplo, encontramos um percentual bastante significativo de parlamentares que usa como estratégia de eleição a distribuição de votos entre muitos municípios.

Tabela 03 – Padrões geográficos de competição eleitoral nas regiões do Brasil, 2014

Regiões	Padrão		Concentração do voto		Dispersão do voto		T o t a l	
	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Norte	48	73,8	17	26,2	65	100,0		
Nordeste	87	57,6	64	42,4	151	100,0		
Centro-Oeste	17	51,5	16	48,5	33	100,0		
Sudeste	134	74,9	45	25,1	179	100,0		
Sul	49	63,6	28	36,4	77	100,0		
TOTAL	335	66,3	170	33,7	505	100,0		

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Padrões Geográficos de votação dos deputados da Região Norte

A região norte do Brasil é composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Apresenta-se como a maior região do país, concentrando cerca de 45% do território brasileiro. Segundo o Censo de 2010 (IBGE) o Norte é a segunda região com menor população do país com cerca de 15.865.678 habitantes, representando cerca de 8,3% do total populacional, dos quais 73,5% residem em áreas urbanas. Apesar de ser uma das regiões menos povoada, com uma densidade demográfica de 4,1 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE/2010), o crescimento demográfico desta região apresentou na última década (1990-2010) a maior média do país com cerca de 2,1% ao ano.

Tabela 04 – Região Norte segundo população, municípios e número de deputados, 2014

Estado	População 2010	Nº de Municípios	Nº de eleitos
Acre	815.545	22	8
Amazonas	3.996.335	62	8
Amapá	781.713	16	8
Pará	8.261.031	144	17

Rondônia	1.786.220	52	8
Roraima	514.594	15	8
Tocantins	1.531.744	139	8
Região Norte	17.687.182	450	65

Fonte: IBGE/2010

Em relação aos padrões geográficos de competição política os dados demonstram que o padrão de concentração do voto predomina em quase todos os estados desta região com exceção do estado de Rondônia, onde houve um empate entre os dois padrões analisados.

Entre os estados, o Amazonas apresenta os mais altos percentuais de concentração territorial do voto com 87,5% dos casos analisados, enquanto que o Pará e Rondônia os mais altos percentuais de dispersão do voto. A explicação para a elevada concentração verificada no estado do Amazonas pode ser derivada da elevada concentração populacional na capital do estado, que responde por cerca de 52% da população total do estado do Amazonas.

Tabela 05 – Padrões geográficos de competição eleitoral na Região Norte, 2014

Padrão Estados	Concentração		Dispersão		TOTAL	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Acre	5	62,5	3	37,5	8	100,0
Amazonas	7	87,5	1	12,5	8	100,0
Amapá	5	62,5	3	37,5	8	100,0
Pará	9	52,9	8	47,1	17	100,0
Rondônia	4	50,0	4	50,0	8	100,0
Roraima	6	75,0	2	25,0	8	100,0
Tocantins	6	75,0	2	25,0	8	100,0
NORTE	48	73,8	17	26,2	65	100,0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Padrões Geográficos de votação dos deputados da Região Nordeste

A região Nordeste é composta por nove estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Sua extensão territorial é de 1.554.257,0 quilômetros quadrados, ocupando 18,2% da área total do país. De acordo com os dados do censo de 2010 esta região concentra cerca de 27,8% do total populacional com cerca de 73% morando em áreas urbanas. Sua densidade demográfica foi em média de 1,3% na última década.

Devido a presença de características sócio demográficas, físicas e ecológicas diferenciadas entre os estados, o Nordeste apresenta divisões administrativas internas que

impactam nas formas de competição eleitoral que se apresentam entre os municípios e os estados. Nesta região existem quatro sub-regiões: Meio-Norte, Zona da Mata, Agreste e Sertão. Os estados mais populosos são por ordem crescente Bahia, Pernambuco e Ceará e os com menores populações são Sergipe, Piauí, Alagoas e Rio Grande do Norte.

O tamanho da população parece não impactar significativamente no número de municípios componentes dos territórios estaduais. Somente os estados da Bahia e Sergipe guardam alguma correspondência entre estas duas variáveis. No caso do estado da Bahia, este apresenta a maior população e também o maior número de municípios e Sergipe apresenta a menor população e o menor número de municípios. Nos outros casos esta relação precisa ser relativizada. Pernambuco, por exemplo, é o segundo estado em população mais o quinto na quantidade de municípios. O mesmo acontece com o Ceará que se constitui no terceiro em tamanho populacional mais o sexto no quantitativo de municípios. No lado oposto está o Piauí que detém o segundo menor contingente populacional da região, mas se apresenta com o segundo com maior quantidade de municípios.

Tabela 06 – Região Nordeste segundo população, municípios e número de deputados, 2014

Estado	População 2010	Nº de Municípios	Nº de Deputados
Alagoas	3.357.494	102	9
Bahia	15.271.073	417	39
Ceará	8.964.526	184	22
Maranhão	6.945.547	217	18
Paraíba	3.995.541	223	12
Pernambuco	9.405.159	185	25
Piauí	3.212.374	224	10
Rio Grande do Norte	3.473.266	167	8
Sergipe	2.264.606	75	8
REGIÃO	56.889.586	1794	151

Fonte: IBGE/2010

Na geografia do voto existente na região nordeste os dados indicam que também predomina o padrão de concentração territorial do voto, com exceção dos estados de Pernambuco e Sergipe. Em Pernambuco os deputados que apresentaram um padrão de concentração territorial do voto foram ligeiramente inferiores ao padrão de dispersão do voto. Sergipe apresentou uma situação de empate entre os dois padrões considerados.

De qualquer forma os estados com o maior percentual de deputados que utilizam a estratégia de concentração territorial do voto foram Alagoas e Rio Grande do Norte que situaram nas escalas mais elevadas deste padrão.

Tabela 07 – Padrões geográficos de competição eleitoral na Região Nordeste, 2014

Padrão Estados	Concentração		Dispersão		TOTAL	
	Frequênci	%	Frequênci	%	Frequênc	%
Alagoas	6	66,7	3	33,3	9	100,0
Bahia	20	51,2	19	48,7	39	100,0
Ceará	13	59,1	9	40,9	22	100,0
Maranhão	10	55,6	8	44,4	18	100,0
Paraíba	7	58,3	5	41,7	12	100,0
Pernambuco	11	44,0	14	56,0	25	100,0
Piauí	6	60,0	4	40,0	10	100,0
Rio Grande Norte	5	62,5	3	37,5	8	100,0
Sergipe	4	50,0	4	50,0	8	100,0
NORDESTE	87	57,6	64	42,4	151	100,0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Padrões Geográficos de votação dos deputados da Região Centro-Oeste

A região Centro-Oeste constitui-se como a segunda maior região do Brasil em superfície territorial com 1.554.257,0 quilômetros quadrados, ocupando 18,2% da área total do país. Apesar da grande área territorial, concentra a menor fração populacional do país com 7,3% e apenas três estados da Federação brasileira: Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Nesta região também está localizado o Distrito Federal, que sedia a capital do país e elege oito deputados para compor o poder legislativo federal. Como este território não possui municípios, ele não foi computado para efeito da definição da geografia eleitoral dos deputados, pois o mapeamento desta relação tem o município como elemento de análise.

O estado mais populoso da região é Goiás, seguido de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Nesta região percebe-se a existência de perfeita correspondência entre a população e o número de municípios, pois os estados mais populosos são também aqueles que possuem mais fragmentação territorial na perspectiva municipal.

Tabela 08 – Região Centro-Oeste segundo população, municípios e número de deputados, 2014

Estado	População 2010	Nº de Municípios	Nº de Deputados
Goiás	6.690.173	246	17
Mato Grosso	3.302.041	141	8
Mato Grosso do Sul	2.680.759	79	8
CENTRO-OESTE	12.672.973	466	33

Fonte: IBGE/2010

Em relação ao padrão geográfico de votação dos parlamentares eleitos pelos estados componentes desta região percebe-se que não há predomínio de nenhum padrão

específico. Em Goiás a maioria dos parlamentares se elegeu com bases eleitorais dispersas territorialmente, Mato Grosso com bases eleitorais concentradas e Mato Grosso do Sul houve um empate entre os dois padrões considerados.

Tabela 09 – Padrões geográficos de competição eleitoral na Região Centro-Oeste, 2014

Estados \ Padrão	Concentração		Dispersão		TOTAL	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Goiás	8	47,1	9	52,9	17	100,0
Mato Grosso	5	62,5	3	37,5	8	100,0
Mato Grosso do	4	50,0	4	50,0	8	100,0
CENTRO-	17	51,5	16	48,5	33	100,0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Padrões Geográficos de votação dos deputados da Região Sudeste

A região Sudeste possui uma extensão territorial de 924.511,3 quilômetros quadrados, o que lhe dá a posição da segunda menor região do país em extensão territorial, ocupando cerca de 10,8% do território nacional. Possui a maior concentração populacional do território brasileiro, conforme contagem realizada em 2010 pelo IBGE, totalizando 80.364.410 habitantes, quantidade que corresponde a 42,1% do total nacional. É composta por quatro estados: Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. É também a região mais desenvolvida economicamente, a que possui a maior densidade demográfica (87 habitantes por quilômetro quadrado) e o mais alto índice de urbanização, 92,1%.

Nesta região não se observa a correspondência entre tamanho da população e número de municípios. Apesar de São Paulo ter mais que o dobro da população de Minas Gerais tem menor número de unidades municipais (645 contra 853). Espírito Santo tem proporcionalmente mais municípios que Rio de Janeiro quando se observa a correspondência entre tamanho da população e quantitativo de municípios.

Tabela 10 – Região Sudeste segundo população, municípios e número de deputados. 2014

Estado	População 2010	Nº de Municípios	Nº de Deputados
Espírito Santo	3.966.360	78	10
Minas Gerais	20.989.259	853	53
Rio de Janeiro	16.636.666	92	46
São Paulo	44.744.199	645	70
SUDESTE	86.336.484	1668	179

Fonte: IBGE/2010

Em relação às estratégias de competição eleitoral desenvolvida pelos parlamentares dos estados componentes desta região, os dados indicam que o padrão de concentração do voto

predominou em todos os estados com indicadores acima de 60% de predominância deste padrão. O Estado com maior concentração, entretanto, foi São Paulo com 85,7% dos deputados deste estado com votação concentrada, seguido por Minas Gerais, com 76,1%. Rio de Janeiro e Espírito Santo apresentam padrões bastante semelhantes com 62,3% e 60,0% respectivamente.

Tabela 11 – Padrões geográficos de competição eleitoral na Região Sudeste, 2014

Estados \ Padrão	Concentração		Dispersão		TOTAL	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Espírito Santo	6	60,0	4	40,0	10	100,0
Minas Gerais	33	62,3	20	37,7	53	100,0
Rio de Janeiro	35	76,1	11	23,9	46	100,0
São Paulo	60	85,7	10	14,3	70	100,0
SUDESTE	134	74,9	45	25,1	179	100,0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Padrões Geográficos de votação dos deputados da Região Sul

A Região Sul do Brasil apresenta-se como a menor região do país na dimensão territorial, com 576 774,31 km², o que corresponde a apenas 6,8% do território nacional. Possuía de acordo com o Censo de 2010 cerca de 27.384.815, o que equivale a 14,4% da população total do país. Em seu território estão alocados três estados brasileiros: Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Seu povoamento contou com grande influência europeia devido à imigração no século XIX, principalmente de alemães e italianos. Apresenta densidade demográfica de 47,5 habitantes por quilômetro quadrado e crescimento demográfico de 1% ao ano.

Tabela 12 – Região Sul segundo população, municípios e número de deputados, 2014

Estado	População 2010	Nº de Municípios	Nº de Deputados
Paraná	11.241.665	399	30
Rio Grande do Sul	11.290.773	497	31
Santa Catarina	6.882.793	295	16
SUL	29.415.231	1191	77

Fonte: IBGE/2010

Na avaliação da relação dos deputados com os municípios verificou-se que o padrão de votação concentrado respondeu pela maioria dos casos, sendo o padrão mais frequente no Paraná e Rio Grande do Sul, com proporções bem elevadas, acima de 60% dos casos. Em Santa Catarina, por outro lado, o padrão predominante foi o disperso que respondeu por 56,3% dos casos analisados.

Tabela 13 – Padrões geográficos de competição eleitoral na Região Sul, 2014

Estados	Concentração		Dispersão		TOTAL	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Paraná	21	70,0	9	30,0	30	100,0
Rio Grande do	21	67,7	10	32,3	31	100,0
Santa Catarina	7	43,7	9	56,3	16	100,0
SUL	49	63,6	28	36,4	77	100,0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou como proposta de investigação a análise dos padrões de competição eleitoral desenvolvido no Brasil, tendo por base empírica a votação dos deputados federais eleitos em 2014. Procurou-se verificar a existência de algum padrão de competição política que explicasse a relação que se estabelece entre os deputados e os municípios.

Assim a pesquisa teve como ponto de partida o seguinte questionamento: existe algum padrão de votação dos deputados em relação aos municípios que compõem a geografia política dos estados brasileiros?.

Procurando responder este questionamento partimos da hipótese de que no Brasil, independentemente da região, os deputados desenvolvem estratégias de concentração territorial do voto. Isto indica que por mais que exista uma quantidade significativa de unidades municipais onde o parlamentar poderia buscar votos, na prática, porém, os parlamentares selecionam áreas territoriais estratégicas para fazerem campanhas, orientar recursos e garantir a fidelidade do eleitor municipal aos nomes de determinados candidatos.

O modelo de análise foi construído procurando medir, a partir da votação individual dos parlamentares, se essa votação estava distribuída entre poucos ou muitos municípios. Dentre os vários índices disponíveis, optou-se pelo índice *G*, desenvolvido na literatura política para avaliar os níveis de concentração e dispersão dos votos em dada eleição e em dado território.

Na determinação dos resultados a hipótese foi confirmada pois observou-se que existe efetivamente um padrão de competição que orienta as ações dos deputados na busca por votos. No Brasil o padrão de concentração dos votos foi o mais efetivo, pois explicou 68,5% dos casos analisados.

Na desagregação dos dados por região, verificou-se que o padrão de concentração territorial do voto ocorreu em todas as cinco regiões do país, mesmo que com mais intensidade em umas e menos em outras.

Da mesma forma, o padrão de concentração do voto foi dominante em quase todos os estados, com raras exceções. Das 26 unidades federativas, apenas nos estados de Pernambuco, Goiás e Santa Catarina o padrão de concentração do voto não foi majoritário na explicação da relação dos deputados com os municípios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMES, Barry. Os entraves da democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BORGES, Arleth Santos. Conexão eleitoral e atuação parlamentar: representantes e bases eleitorais no Maranhão. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2005. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CARVALHO, Nelson Rojas de. E no início eram as bases: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

CARVALHO, Nelson Rojas de. Geografia política das eleições congressuais: a dinâmica de representação das áreas urbanas e metropolitanas no Brasil. Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 11, n. 22, p. 367-384, jul/dez. 2009.

CÂMARA. Cristiano Michel Oliveira. Padrões Geográficos De Competição Eleitoral No Brasil Em Eleições Legislativas Federais – 2006/2010. Belém: Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2011 (Dissertação de Mestrado).

CERVI, Emerson U. Voto, dinheiro e diferenças regionais nas eleições brasileiras: recursos financeiros e políticos para candidatos a deputado federal em 2010. 8º Encontro da ABCP. Gramado-RS, 2012.

DE DEUS, Cléber. Concentração e dispersão eleitoral em eleições parlamentares: um estudo das estratégias eleitorais no Estado do Piauí nos pleitos de 1994 e 1998. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1999. Dissertação (Mestrado) – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999

MAINWARING, Scott P. Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil. tradução de Vera Pereira. Porto Alegre: Mercado Aberto; Rio de Janeiro: FGV, 2001.

NEVES, Adriano Craveiro. Geografia do voto e conexão eleitoral nas eleições de 1994 a 2006 para deputado federal no Piauí. Teresina, UFPI, 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

NICOLAU, Jairo M. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. In: NICOLAU, Jairo e POWER, Timothy (orgs.). Instituições representativas no Brasil: balanço e reforma. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

NICOLAU, Jairo César M. Multipartidarismo e Democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-1994). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SAUGO, Josiana Fátima. Geografia do voto e conexão eleitoral no Rio Grande do Sul: 1994-2006. Porto Alegre, UFRGS, 2007. 155f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SILVA, Glauco P. da; BIDERMAN, Ciro e AVELINO FILHO, George. Indicadores para Avaliar o Comportamento Parlamentar como Resultante de Eleições. 33º Encontro Anual da ANPOCS, 2009. Caxambu, MG.

SOUZA, Carlos Augusto da Silva. Geografia eleitoral e padrões de competição política no estado do Pará. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2006. Tese (Doutorado).

ZAVALA, Rita G. Balderas, Génesis de la geografía electoral. Revista Espacialidades. Revista de temas contemporâneos sobre lugares, política y cultura. Cidade do México, 2012.

Capítulo 23 - DOI:10.55232/1084002023

**A IMPLANTAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA COMO
GARANTIA AO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA
HUMANA E PREVENÇÃO ÀS PRÁTICAS DE TORTURA**

Fabiola Alves Castelo Guedes

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo analisar, no âmbito nacional e no direito comparado, a efetivação da introdução da audiência de custódia no Brasil, considerando o binômio necessidade e efetividade de sua aplicação no sistema judicial brasileiro, sobretudo, como instrumento garantidor de preceitos fundamentais e humanizadores da processualística criminal. Para isso, foi explorado o Projeto de Lei 554/2011 que tramitou no Senado Federal buscando a introdução da audiência de custódia no ordenamento jurídico pátrio sob a previsão legal desse instituto na Convenção Americana de Direitos Humanos da qual o Brasil é signatário. Tal convenção dispõe em seu texto que toda pessoa presa em flagrante delito deverá ser conduzida a presença de uma autoridade competente a fim de verificar a legalidade e necessidade de manutenção da prisão cautelar. O excessivo número de encarcerados provisórios e o conseqüente déficit de vagas nas penitenciárias brasileiras justificam o possível controle das prisões cautelares abusivas em decorrência da implantação da audiência de custódia, reduzindo a problemática da superlotação e garantindo a proteção dos direitos fundamentais dos indiciados e que por vezes estão submetidos a algum tipo de tortura.

Palavras-chave: audiência de custódia, direitos humanos, tratados internacionais.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira perpassa um drástico momento de insegurança, seja ela pública ou jurídica. Na esfera pública é facilmente perceptível quando os meios de comunicação de massa registram e alertam a população para os alarmantes índices de violência, e jurídica, quando o Poder Judiciário passa a ser um efetivo aplicador do chamado direito penal máximo.

Tendo em vista os altos índices de violência registrados no Brasil e consequentemente o grande número de prisões em decorrência destes, surgiu a necessidade de buscar alternativas eficazes ao sistema prisional e que não adotasse a teoria meramente punitiva do direito penal, prezando por um equilíbrio na aplicação da lei, fazendo nascer o instituto da audiência de custódia.

Deste modo, o presente estudo abordará a temática que versa sobre a implantação da audiência de custódia no Brasil, com enfoque especial no Estado do Ceará. Esse instituto encontra como relevante fundamento o disposto no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e a Convenção Interamericana de Direitos Humanos, mais conhecida pelos estudiosos como *Pacto de San Jose da Costa Rica*.

Sob esse prisma, deve ser elencada a Constituição Federal enquanto norma de direito interno, mas que dentro do sistema jurídico brasileiro é a força máxima quando se trata dos direitos e garantias fundamentais.

A realidade dos institutos prisionais brasileiros constitui a motivação de escolha desse tema, visto que é impossível dissociar o alarmante número de presos, especificamente provisórios, que se encontram nas penitenciárias brasileiras como intrínseco ao objeto de estudo desse trabalho.

Cabe ressaltar que a grande maioria das pessoas que estão em situação de cárcere sequer foram julgadas, e permanecem assim, muitas vezes, em razão da demora na apresentação dos presos flagranteados ao juízo competente, significando a total inobservância aos preceitos garantidores da dignidade da pessoa humana, pois, submetidos a prisão, são alvo de tortura física, psicológica e exclusão social.

A socióloga Camila Nunes Dias (2015), apud Velasco; D’Agostino; Reis (2015) acredita que esse grande contingente de presos está relacionado às prisões em flagrante, justificando assim, a pertinência da temática aqui estudada. Nesse sentido assegura que: “A prisão não é mais uma opção viável, nem economicamente nem socialmente, porque ela amplifica a violência”.

A população carcerária é historicamente uma minoria renegada, e a audiência de custódia revela-se nesse cenário em que o cárcere é regra geral, como uma alternativa eficaz e capaz de conferir além de respeito, a preservação da dignidade da pessoa humana.

A Carta Magna de 1988 consagra a dignidade como princípio norteador da legislação brasileira, estando relacionada ao subjetivismo individual e aos direitos de personalidade, “a previsão dos direitos humanos fundamentais direciona-se basicamente para a proteção à dignidade humana em seu sentido amplo”. (MORAIS, 2011, p.3).

Assim, não existe a necessidade de observância de condição social, cor, raça, religião ou estratificação sexual, a dignidade é irrestrita e intrínseca a condição de ser humano.

A proteção da dignidade da pessoa humana é fruto da internacionalização de direitos como esse, sempre em constante transformação pelo fato de dizer respeito às relações humanas, amoldando-se às necessidades apresentadas em cada momento histórico.

A sociedade vive em permanente transformação, mas a dignidade humana é o fundamento primordial dos direitos humanos, desde o ponto de vista individual quanto coletivo.

Sabe-se que os índices de violência nas cidades brasileiras aumentam a cada dia, assim, é indispensável adotar medidas capazes de modificar essa conjuntura, pois o discurso de ódio se propaga em grandes dimensões e a cultura do cárcere é defendida pela maioria da sociedade.

Nas palavras de Herkenhoff (2015, online), “em tempos de muita violência, o discurso da repressão ganha novos adeptos”.

Embora a audiência de custódia não tenha sido prevista nos dispositivos legais do Código de Processo Penal ou mesmo na Constituição Federal quando de sua implantação, ela é fruto de pacto internacional. Tornando-se desse modo, garantia de aplicação dos princípios constitucionais da proteção à dignidade da pessoa humana e da segurança social.

A audiência de custódia está voltada ao plano internacional de proteção dos direitos humanos, fomentando uma interpretação valorativa para a norma, por meio de um processo penal e constitucional que também agregue valor humanitário, por meios das especificações do devido processo legal.

Hoje, a audiência de custódia é realidade. Ultrapassado o controle de convencionalidade, é reconhecida enquanto norma de caráter constitucional quando da preservação de princípios e como regulamento processual, representando uma lacuna, agora devidamente preenchida no sistema jurídico brasileiro.

Deste modo, faz-se necessário um estudo aprofundado sobre a audiência de custódia, a fim de saber se ela constitui-se como instrumento garantidor da dignidade da pessoa humana. Nesses moldes, o sistema carcerário se apresenta como um desafio, pois não se trata apenas de uma questão material, mas sim humana.

Para exaurir essa temática que fora delimitada através de um estudo exploratório analítico por meio de referências bibliográficas e análise de dados, o presente estudo está dividido em cinco capítulos.

O primeiro capítulo que é a introdução se busca uma contextualização geral do tema escolhido para estudo, delimitando a sua motivação de escolha e metodologia empregada para a colheita de informações.

No segundo capítulo será realizada uma breve exposição sobre o contexto histórico da prisão no Brasil, como forma de compreender a sua incessante imputação como forma de sanção, mas que alguns entendimentos não a apontam como eficaz para solucionar a criminalidade.

Para isso será realizada ainda uma análise do atual sistema prisional brasileiro, principalmente no que diz respeito ao excessivo número de presos provisórios e a superlotação decorrente de aspectos como esse nas penitenciárias.

No terceiro capítulo, será apresentado o tema desse estudo com maior especificidade, trazendo a sua conceituação e previsão normativa tanto no âmbito nacional quanto internacional demonstrando o progresso da legislação a respeito do tema.

Em consequência será realizada uma explanação sobre a necessidade de combate às práticas de tortura com a consequente fundamentação, instituindo algumas noções de como o instituto é aplicado e seus objetivos, apresentando os dados iniciais de sua implantação, demonstrando os resultados decorrentes desse projeto.

O quarto capítulo apontará alguns dos princípios relacionados à audiência de custódia, buscando apontar, de forma clara, a necessidade de observação desses parâmetros legais que por vezes não estão dispostos expressamente na legislação, sendo necessária uma interpretação para a aplicação da norma.

Por fim e não menos importante, no último capítulo, as considerações finais, será demonstrada em breves linhas a repercussão que a audiência de custódia causou e principalmente a viabilidade decorrente desse novo instrumento jurídico como alternativa capaz de amenizar/solucionar os dilemas enfrentados no sistema prisional brasileiro.

2 O CONTEXTO HISTÓRICO DA PRISÃO NO BRASIL

O ordenamento penal brasileiro percorreu uma longa trajetória até chegar aos moldes legais atuais. Para abordar a temática desse estudo é deveras importante a contextualização de certos acontecimentos históricos.

O Brasil, desde o seu descobrimento pelos Portugueses até a atualidade teve vigente no país três códigos penais, o código penal do império datado de 1830, o código penal da república velha de 1890 e o ainda vigente de 1940, que desde sua implantação já sofreu diversas modificações.

Foi no código penal de 1890 que a pena de morte foi excluída do ordenamento, inaugurando o regime penitenciário com vistas à correição dos infratores da lei, esse foi um grande avanço na legislação criminal.

Segundo José Fábio Maciel (2006) o Brasil, até o ano de 1822 não possuía um direito penal próprio, como era regido à época pelo direito Português e esse por sua vez adotava as ordenações, especificamente as Afonsinas (1446), Manuelitas (1521) e as

Filipinas que entrou em vigor em 1603, o Brasil posteriormente passou a reger-se por elas, tendo maior influência das Ordenações Filipinas.

No que diz respeito ao fato de o Brasil ter sido colônia de Portugal e sua relação com o desenvolvimento das normas penais sustenta Pedro Henrique Luthold (2013, online):

Há de ser lembrado o fato de o Brasil ter sido colônia de Portugal, e, como tal, estava sujeito, até a sua independência em 1822, às Ordenações do Reino, dentre as quais, para o estudo da história do direito penal positivo brasileiro, destacam-se as Ordenações Filipinas, não por ser mais especial, ou melhor, do que as demais, apenas pelo simples fato de que reuniu, em seu Livro V, elementos das anteriores Ordenações Afonsinas e Manuelinas. No entanto, tais Ordenações não podem ser tidas como códigos penais propriamente ditos, porquanto dispunham de diversas matérias do Direito, separando-as por livros específicos, não possuindo o caráter de especialidade reservado aos códigos.

As penas até então previstas na Ordenação Filipina eram tidas como muito cruéis, aplicando-se desde o confisco de bens e desterro ao esquartejamento e as mortes provocadas em força e entendidas como naturais. Entretanto, essas penalidades não eram aplicadas a quem detivesse algum privilégio social como os juízes, médicos, cavaleiros e doutores em leis e cânones.

Segundo Antônio Silva (2015, online):

Esse tempo foi marcado pelas penas fundadas na crueldade e no terror, que se caracterizavam pela dureza das punições. A pena de morte era aplicada com frequência e sua execução realizava-se com peculiares características, como a morte pelo fogo até ser reduzido a pó e a morte cruel marcada por tormentos, mutilações, marcas de fogo, açoites, penas infamantes, degredos e confiscações. As penas corporais e infamantes eram aplicadas sob o fundamento e o pretexto de uma ideologia de salvação dos costumes sociais e religiosos ditados pelos poderosos.

Passados esses períodos, somente em 1940 surgiu o atual Código Penal Brasileiro e em 1941 o Código de Processo Penal que instituídos em um período ditatorial, assegurou a sanção punitiva como regra geral, não sendo viável a manutenção em sociedade dos transgressores da lei, que por sua fatídica infração devem ser submetidos à prisão.

É importante salientar que nesse mesmo período em 1984 foi instituída a Lei de Execução Penal (LEP). Felipe Almeida (2014, p.34) aponta o que significou a LEP:

A Lei surge como resposta aos reclamos de quase a totalidade da comunidade jurídica nacional, pela revogação da Lei 3.274/1957 e a consolidação de uma execução penal jurisdicionalizada, mais humana, responsável e alinhada com o Estado de Direito, com viés abertamente voltado à finalidade de prevenção especial positiva e a harmônica integração social do condenado e do internado, como preconiza seu artigo inaugural.

Saliente-se que a legislação penal, apesar de caminhar a passos curtos, foi se desenvolvendo no aspecto legal de modo a instituir parâmetros mais humanos quando necessária à aplicação da sanção, entretanto, mesmo tendo ocorrido demasiadas modificações para tanto, não é o que os índices do aprisionamento brasileiro demonstram, a ideia da pena como punição é o que se sobrepõe.

Note-se que não está ocorrendo uma interpretação de que a pena não tem caráter de sanção, mas sim, que para uma punitividade efetiva se faz importante observar outros aspectos, e um deles é a questão correcional de modo a preservar a dignidade do homem que delinuiu.

A Constituição Federal de 1988, pedra angular, garantidora de preceitos fundamentais prevê expressamente em seu texto que ninguém será considerado culpado antes do trânsito em julgado de sentença condenatória, prezando pelo princípio da presunção de inocência.

Entretanto, os posicionamentos em sociedade ainda seguem no sentido de que a presença de infratores da lei no meio social reforça a ideia incriminadora atribuída à processualística penal, em que o cárcere é a regra geral.

Não importam as circunstâncias, a prisão tem sido vista como o único remédio capaz de solucionar a problemática da segurança pública.

No aspecto histórico essa ideia de direito penal enquanto lei meramente incriminadora, ainda no final do século XVIII, o Iluminismo foi o propagador de um período denominado de Período Humanitário do Direito Penal, esse movimento foi o responsável por uma reforma da legislação e da administração da justiça penal.

Nesse período o problema penal deixou de ser unicamente jurídico e foi classificado também como filosófico, inspirando uma nova concepção de justiça penal,

que deveria estar vinculada a um fim utilitário e político devendo obedecer aos limites impostos pela lei moral.

Partindo do ponto em que se fez necessário uma análise do que era moral ou não, o julgador necessitava observar desde a conduta delincente até as condições de aceitação ou repulsa desse ato, o que a própria sociedade atribuiria como moralmente/socialmente aceito.

Uma visão mais clássica da imputação penal estrutura-se não no exercício da moral, mas, no livre arbítrio, característica do ser humano que permite se o ato é lícito ou ilícito e qual dano a sua inocorrência pode significar.

O direito de punir do estado nasce com a prática do crime, existem três correntes doutrinárias a respeito da natureza e finalidade da pena, (MIRABETE, 2012, p. 230) apontam quais são:

As teorias absolutas (de retribuição ou retribucionistas) têm como fundamento da sanção penal a exigência da justiça: **pune-se o agente porque cometeu o crime** (*punitur quia peccatum est*). Nas teorias relativas (utilitárias ou utilitaristas), dava-se à pena **um fim exclusivamente prático, em especial o de preservação**. O crime não seria a cauda da pena, mas a ocasião para ser aplicada. Já para as teorias mistas (eccléticas) fundiram-se as duas correntes. Passou-se a entender que a pena, por sua natureza, **é retributiva, tem seu aspecto moral, mas sua finalidade é não só a prevenção, mas também um misto de educação e correção**. (negritos nossos)

Diante do que o autor prescreve, torna-se difícil identificar em qual das teorias o direito penal moderno estaria embasado, tendo como fundamento a punição excessiva, por outro lado algumas correntes já fundamentam a necessidade da visão humanizadora do sistema, mas existe uma incoerência, o Brasil prende em índices elevados, e do mesmo modo tem altos índices de reincidência em crimes, quando quem foi preso inicialmente não passa a cometer delitos mais gravosos.

As formas e os meios utilizados para as punições foram se regulando ao longo dos anos, esclarecendo os modos adequados para a aplicação das sanções, com vista maior a manutenção da dignidade e o respeito da pessoa humana. Marilena Chauí (2000, p.55), explica que a sociedade brasileira está enraizada na cultura do poder, de divisões hierárquicas, onde quem manda e o outro obedece.

Conservando as marcas da sociedade colonial escravista, ou aquilo que alguns estudiosos designam como “cultura senhorial”, a sociedade brasileira é marcada pela estrutura hierárquica do espaço social que determina a forma de uma sociedade fortemente verticalizada em todos os seus aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. As diferenças e as simetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência. O outro jamais é reconhecido como sujeito nem como sujeito de direitos, jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade.

Nessa cultura senhorial definida pela autora, o outro não é reconhecido como sujeito de direitos e deveres, provocando demasiadas desigualdades e problemas sociais estruturais, que vão muito além da segurança pública.

A faceta soberana do Estado ainda detém o poder de articular os discursos, dominando facilmente a sociedade que está refém de informação e amedrontada por esse discurso repressivo dominante.

2.1 A “FACE” DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO

A preocupante problemática que envolve o sistema carcerário brasileiro é conhecida e debatida por muitos visto que a população brasileira perpassa um crítico momento de constante insegurança frente à violência que assola todo o país.

Os estudiosos processualistas divergem em teorias, entretanto, a grande parte delas está alicerçada em uma cultura de ódio e exclusão social da população carcerária e dos menos favorecidos economicamente. Esses estudiosos filiam-se a três grandes correntes quais sejam: direito do inimigo, abolicionista e garantista.

Diante da atual situação das penitenciárias e do próprio modo em que ocorre o processo penal pode se destacar que existe uma relação mais aprofundada com o direito do inimigo, onde existe a aplicação do direito penal, mas que não está preocupado com a observância dos princípios constitucionais que a ele são pertinentes.

A audiência de custódia está resguardada na corrente garantista prezando pela aplicação de todas as garantias fundamentais que são atinentes a norma e ao caso concreto.

Não se pode considerar aqueles que cometem algum delito como inimigos do Estado de modo a segregá-los do convívio com o “cidadão comum”. Para Rogério Greco

(2014, p.28) destinar tratamento diferenciado para os indivíduos de uma mesma sociedade é voltar a estado de guerra, já superado e que a humanidade quer esquecer.

Pode-se dizer que os direitos humanos em uma época de pós-modernidade como a atual ainda não são integralmente respeitados, mesmo que assegurados nos mais diversos dispositivos legais, principalmente na Carta Magna. Para a Organização das Nações Unidas (ONU) a superlotação das prisões é um dos principais problemas relacionados aos direitos humanos no Brasil.

O aspecto da superlotação é inclusive apontado como decorrente dessa inobservância dos preceitos fundamentais, pois quando o processo penal ocorre de modo a não aplicar as disposições legais conforme postas ferem o direito de liberdade e acesso à justiça.

Essa realidade é conhecida por todos, seja em matérias televisivas, jornais, ou mesmo enquanto quem sofre direta ou indiretamente com a criminalidade, vivenciando experiências reais e negativas provocadas pelo falho sistema penal do Brasil.

Nesse ponto passa a existir uma confusão entre o que seria a segurança pública e o que estaria relacionado a defeitos na execução penal ou qual seria o prejuízo decorrente desses dois aspectos, afinal a questão prisional é concernente a uma série de fatores sociais, de segurança e jurídicos.

De acordo com os últimos dados do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (INFOPEN) do Ministério da Justiça o Brasil ocupa no *ranking* mundial de países com as maiores populações prisionais a quarta posição, estando atrás apenas dos Estados Unidos, China e Rússia, com uma população prisional de 622.202 presos, outros países integram esse quadro:

Tabela 1: Países com maior população prisional do mundo

Posição	País	População Prisional	Ano de Referência
1	Estados Unidos da América	2.217.000	2013
2	China	1.657.812	2014
3	Rússia	644.237	2015
4	Brasil	622.202	2014
5	Índia	418.536	2014
6	Tailândia	314.858	2015
7	México	255.138	2015
8	Irã	225.624	2014
9	Turquia	176.268	2015
10	Indonésia	173.713	2015

Fonte: Infopen (2014)

O Brasil, diferentemente dos demais países que o antecedem nesse rol de aprisionamento vem na contramão deles, tendo em vista que o número de pessoas presas nesses países vem sendo reduzido ao longo dos anos, pois estão adotando políticas de redução carcerária, enquanto no Brasil só aumenta.

Na busca por uma justificativa para essa crescente taxa, um dos apontamentos são as apreensões decorrentes do tráfico de drogas, tendo em vista a subjetividade encontrada na Lei de Drogas quando da aplicação da lei e distinção entre quem é usuário e traficante.

Entretanto, por mais que haja um engajamento por parte dos militantes em defesa dos direitos humanos, a realidade de aprisionamento parece não ser modificada, falta uma atuação conjunta por parte de todos os seguimentos da sociedade.

Em conformidade com o senso do Infopen (2014, online), a população prisional do Ceará é a sétima maior do país, com o número de 21.789 presos, tendo também o décimo maior índice de presos provisórios, o que representa cerca de 60% e a maior taxa nacional de presos sem condenação aprisionados por um período maior de 90 dias, resultando em 99% das prisões.

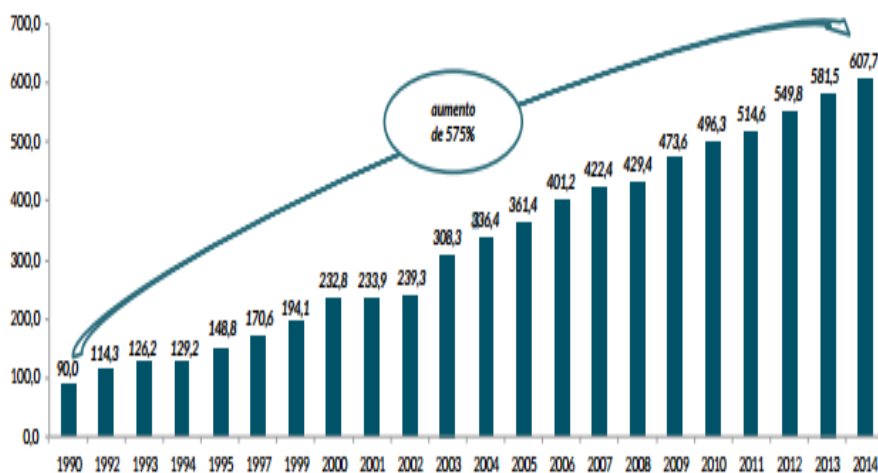
Esses números apesar de alarmantes aparecem na grande maioria dos casos como uma regra geral, onde um acusado pela prática de um crime roubo, por exemplo, pode permanecer durante todo o rito processual preso.

E se na sentença ele não for condenado? Será posto em liberdade como se nada tivesse acontecido? Essa é a ideia de justiça eficaz? Certamente não, o indivíduo que uma vez permanecer entre os muros do cárcere não sairá o mesmo de quando entrou, o prejuízo já foi causado, sendo por vezes estendido a família do agora inocentado, e que extremamente fragilizado, estará vulnerável e passível da prática de delitos de real autoria.

O encarceramento no Brasil ao longo de vinte e quatro anos vem em uma crescente acentuada, especificamente um aumento de 575% da população carcerária.

O Brasil continua a prender de forma descontrolada quando nem ao menos consegue ter espaço suficiente para acomodar os presos existentes, o que torna ainda mais difícil a realização de políticas públicas e sociais que sejam eficazes nesse enfrentamento da criminalidade. O seguinte gráfico apresenta o índice apontado.

Gráfico 1: Evolução das pessoas privadas de liberdade (em mil)



Fonte: Infopen (2014)

Diante desses números, tem-se o reflexo da superpopulação dos presídios brasileiros, aqui esse déficit é de 250.318 vagas conforme apresentado pelo senso do Infopen (2014, online).

Essa é uma problemática pontual, tendo em vista que na medida em que ocorre o aumento nas privações de liberdade consequentemente é crescente o déficit de vagas.

Esse déficit ainda resulta em outras dificuldades enfrentadas no sistema prisional, pois com espaço físico insuficiente não é possível uma separação dos presos, seja por tipo penal em que incorreu ou pelo regime de cumprimento de pena que o preso se encontra. São os números demonstrativos das pessoas privadas de liberdade no Brasil:

Tabela 2 – Pessoas Privadas de liberdade no Brasil em dezembro de 2014

Brasil em dezembro de 2014 ¹	
População prisional	622.202
Sistema Penitenciário estadual	584.758
Secretarias de Segurança / Carceragens de delegacias	37.444
Sistema Penitenciário Federal	397
Vagas	371.884
Déficit de vagas	250.318
Taxa de ocupação	167%
Taxa de aprisionamento	306,22

Fonte: Infopen (2014)

Esses números não representam apenas um elevado número de pessoas presas em um espaço insuficiente, mas sim, um preocupante descaso com a situação física e psíquica do indivíduo que, em regra, também está submetido a situações alimentares, sanitárias e de segurança incompatíveis com o que as normas internas e diplomas internacionais prescrevem.

Destarte, não é difícil encontrar nos presídios brasileiros, a permanência em uma mesma cela de pessoas que estão em regime fechado com quem esteja no regime semiaberto, ou mesmo quem cometeu um crime de roubo com algum condenado pela prática de crimes sexuais.

Aonde vamos parar? Por conta de situações como essas o sistema penitenciário brasileiro vem sendo apontado como uma verdadeira escola do crime.

A questão é tão alarmante que passou a ter repercussão internacional, um noticiário eletrônico americano *Vice News*, publicou em sua página a seguinte notícia: *This Report on Brazil's Prisons Exposes a Human Rights Disaster*, que significa que as prisões no Brasil expõem um verdadeiro desastre e essa é uma percepção propagada não só no Brasil como no mundo.

Ressaltar o aspecto da superlotação é de suma importância, pois este é um dos argumentos daqueles que são favoráveis à aplicação do instituto da audiência de custódia, principalmente pelo fato de no Brasil, especificamente no Ceará o maior contingente nas penitenciárias ser de presos provisórios.

Assim, como é possível antes mesmo de sentenciados e presumidamente inocentes que os acusados estejam sendo tratados de forma desumana e degradante por aquele que deveria resguardar e garantir a justiça e a dignidade da pessoa humana – o Estado?

O professor Rogério Greco (2014) ressalta a necessidade da exclusão do discurso repressivo, tendo em vista que este atende apenas aos anseios da classe dominante, não solucionando os problemas, mas apenas fortalecendo uma sociedade amedrontada, não podendo desistir do homem sob o falso argumento de ser incorrigível, a ponto de não ser considerado cidadão.

É comum observar noticiários e pesquisas que apontam como desejo da sociedade o encarceramento em massa de todos aqueles tidos como criminosos. Julita Lemgruber, em 2001, já apontava como causa para essa cultura do encarceramento a desinformação, por vezes estimulada por interesses particulares que em suas palavras:

Alguns políticos insistem em dizer que **apoiam o endurecimento da legislação penal porque o povo brasileiro assim o deseja**. Mas raramente neste país se ouvem, de fato, as percepções e opiniões da população sobre o tema. **Com muito mais frequência fala-se em nome do “povo” para defender interesses retrógrados de grupos particulares**, ou para manipular o sentimento de medo que nos assalta a todos quando a criminalidade atinge níveis epidêmicos, como vem ocorrendo em diversas regiões do país. **A arma geralmente acionada por essas estratégias conservadoras ou oportunistas é a desinformação.** (LEMGRUBER, 2001, p.12) (negritos nossos)

Mesmo diante de uma sociedade totalmente tecnológica e com fácil acesso a informação, a desinformação predomina quando o assunto é de cunho criminal, visto que é manipulada por um grupo de pessoas, não sendo necessário estar aprofundado na questão para que a repulsa seja da maioria.

É possível perceber dois lados dessa realidade, um em que prevalece o aspecto humanizador, e o outro de luta incessante pela punibilidade frente à demasiada falta de segurança pública, resultando no desejo de uma legislação penal mais rígida.

Diante desses aspectos se faz necessária uma aplicação equilibrada dos instrumentos legais, com vistas a observar todos os instrumentos norteadores do direito penal e processo penal, prezando por uma aplicação da lei em conformidade com as peculiaridades que cada caso concreto apresenta.

O corpo social passa por constantes modificações, entretanto, temas como a audiência de custódia suscitam tamanhos debates no mundo jurídico, talvez porque a evolução da sociedade não acompanhe a crescente necessidade do olhar para a condição do outro, que enquanto ser delinquente parece não merecer ser tratado como humano.

3 O INSTITUTO DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

A cultura do encarceramento é fortemente presente na sociedade brasileira, pois o discurso de repressão está cada vez mais disseminado no meio social como um todo.

Para conter as imposições de uma processualística nitidamente incriminadora o projeto de lei nº 544/2011 do Senado Federal versou sobre a alteração do parágrafo 1º do art. 306 do Código de Processo Penal (CPP). Esse artigo adotava a seguinte redação:

Art. 306. A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

§1º Em até 24 horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública.

A modificação prevista por intermédio do projeto de lei acima descrito fundamenta-se de forma sucinta, na rápida apresentação da pessoa presa a um juízo específico para avaliar a manutenção ou não da prisão cautelar, sendo o prazo máximo estipulado em 24 horas.

O projeto prevê a seguinte redação para o dispositivo do CPP:

Art. 306. A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão **comunicados imediatamente** pelo delegado de polícia responsável pela lavratura do auto de prisão em flagrante **ao juiz competente**, ao Ministério Público e à Defensoria Pública quando não houver advogado habilitado nos autos, bem como à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

§ 1º **Em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão**, será encaminhado pelo delegado de polícia ao juiz competente e ao Ministério Público o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública respectiva.

§ 2º No mesmo prazo, será entregue ao preso, mediante recibo, a nota de culpa, assinada pelo delegado de polícia, com o motivo da prisão, capitulação jurídica, o nome do condutor e os das testemunhas.

§ 3º Imediatamente após a lavratura do auto de prisão em flagrante, diante da ocorrência de suposta violação aos direitos fundamentais da pessoa presa, o delegado de polícia em despacho fundamentado **determinará a adoção das medidas cabíveis para a preservação da integridade do preso**, além de determinar a apuração das violações apontadas, instaurando de imediato inquérito policial para apuração dos fatos, requisitando a realização de perícias, exames complementares, também determinando a busca de outros meios de prova cabíveis.

§4º **No prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a prisão em flagrante, o preso será conduzido à presença do juiz para ser ouvido, com vistas às medidas previstas no art. 310 e para que se verifique se estão sendo respeitados seus direitos fundamentais, devendo a autoridade judiciária tomar as medidas cabíveis para preservá-los e para apurar eventual violação.**

§ 5º Na audiência de custódia de que trata o parágrafo quarto, o juiz ouvirá o **Ministério Público, que poderá, caso entenda necessária, requerer a prisão preventiva ou outra medida cautelar alternativa à prisão**, em seguida, ouvirá o preso e, após manifestação da defesa técnica, decidirá fundamentadamente, nos termos do art. 310 [...] (grifos nossos)

O juiz juntamente com o Ministério Público e a defesa analisarão os termos em que a pessoa fora detida para delimitar qual a melhor alternativa a ser aplicada no caso concreto, especificamente no que diz respeito à legalidade e eventual necessidade da prisão para que seja resguardada sua integridade física e psíquica e para prevenir quaisquer atos de tortura, a intenção não é o desencarceramento, mas a redução de aprisionamentos desnecessários.

Para que isso ocorra, o CNJ regulamentou por meio da resolução nº 213/2015, a realização da audiência de custódia em todo o território nacional. O texto da resolução apontou alguns suportes técnicos aos magistrados responsáveis pelas audiências de custódia.

O artigo 310 do CPP dispõe expressamente que deverá o juiz ao receber o auto de prisão em flagrante, fundamentadamente relaxar a prisão, convertê-la em preventiva

quando presentes os requisitos do art. 312 do mesmo instrumento em sendo inadequada ou mesmo insuficiente às demais medidas cautelares não constritivas de liberdade e por fim, conceder a liberdade provisória.

A inserção da audiência de custódia no ordenamento jurídico brasileiro se deu por força de o Brasil ser signatário de pactos e tratados internacionais, entre eles, a Convenção Interamericana de Direitos Humanos, mais conhecida como *Pacto de San Jose da Costa Rica* promulgada pelo Decreto nº 678 de 6 de novembro de 1992 e o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (PIDCP) promulgado pelo Decreto nº 592 de 6 de julho de 1992. Nesse sentido Flavia Piovesan (2014, p. 137) esclarece que:

Em face desse catálogo de direitos constantes da Convenção Americana, o Estado-parte tem a obrigação de respeitar e assegurar o livre e pleno exercício desses direitos e liberdades, sem qualquer discriminação. Cabe ainda ao Estado-parte adotar todas as medidas legislativas e de outra natureza que sejam necessárias para conferir efetividade aos direitos e liberdades enunciados.

O posicionamento da autora reforça a necessidade de adequação do dispositivo processual no que prescreve o art. 306 do CPP, tendo em vista que anteriormente a implantação da audiência de custódia o juiz só teria acesso aos fatos por meio do auto de prisão em flagrante encaminhado pelo delegado, não existindo nenhum contato físico desta autoridade com o flagranteado, analisando apenas a consistência da manutenção da prisão cautelar, através do “papel”, a modificação na redação do artigo garante a apresentação do preso no prazo máximo de 24 horas, sendo uma adequação do processo penal interno aos tratados internacionais de direitos humanos.

O Supremo Tribunal Federal adota entendimento no sentido de que os tratados internacionais que tratem de matéria de direitos humanos, possuem status de norma infraconstitucional e supralegal, estando hierarquicamente superior a quaisquer normas ordinárias, inclusive o próprio Código de Processo Penal. Nereu Giacomolli *apud* Aury Lopes Jr e Caio Paiva afirma que uma leitura convencional e constitucional do processo penal, a partir da constitucionalização dos direitos humanos, é um dos pilares a sustentar o processo penal humanitário. Assim, é possível conter o Estado de Polícia, no limitar do poder punitivo.

O projeto de inserção da audiência de custódia busca ainda a estruturação de centrais alternativas penais com serviços e assistência social e psicológica,

monitoramento eletrônico e as câmaras de mediação penal, toda essa temática vem sendo objeto de intenso debate no meio jurídico.

Mesmo diante de todo esse aparato, há quem defina a audiência de custódia como uma inutilidade, como é o caso de Aldemar Silva (2015, online) que em suas palavras:

O ato, tal como propugnado, constitui uma inutilidade porque não se destina à produção de provas; os magistrados não têm conhecimentos técnicos para avaliar eventuais práticas de tortura porque não são peritos; não se pode perder de vista que os presos em flagrante seriam conduzidos à presença dos magistrados por policiais, circunstância por si só apta a inibir denúncias de eventuais torturas; a condução do investigado à presença do juiz, logo após a prisão, demanda o dispêndio de escassos recursos públicos com a utilização de todo um aparato de segurança, como o emprego de viaturas e agentes estatais envolvidos no deslocamento de detentos.

A Carta Magna Brasileira é específica quando da redação do artigo 5º, LVII, que o judiciário tem o dever de tratar os prisioneiros provisórios como inocentes o que significa que eles só podem ser detidos como último recurso. A prisão no direito penal deve ser vista como a *última ratio*.

A legislação, doutrina e jurisprudências criminais são claras quanto da restrição de liberdade do indivíduo em último caso, assim, para a concessão de alguma medida cautelar em audiência de custódia, deverá o juiz levar em consideração se o réu possui bons antecedentes criminais.

Se o réu tem endereço fixo, trabalho estável e demais entendimentos do magistrado que vislumbre ser viável ou não a concessão do direito de liberdade. A ocorrência da prisão deve ser precedida do *fumus commissi delicti* e o *periculum libertatis*.

O *fumus commissi delicti* está relacionado à existência de provas suficientes para a comprovação da autoria do delito que persistindo na análise dos indícios pode o acusado representar o *periculum libertatis*, ou seja, quando a sua liberdade oferecer algum risco, seja de ordem processual ou social, a prisão cautelar possui natureza excepcional.

Para dar início a execução desse projeto foi necessária uma estruturação física para o funcionamento de uma vara especializada para tal, hoje o Ceará possui uma Vara Única de Audiências de Custódia, localizada no Fórum Clóvis Beviláqua em Fortaleza-Ce. As audiências são presididas pela Juíza Marlúcia Bezerra (titular da vara) e Alexandre Santos Bezerra Sá (auxiliar).

Para realização das atividades a vara conta com onze salas, distribuída entre a realização das audiências, apoio para a Defensoria Pública e Ministério Público, Secretaria Judiciária, perícias e por fim, espaço destinado a Secretaria de Justiça e Cidadania do Ceará.

A audiência de custódia deve ser presidida por uma autoridade judiciária, legalmente competente para apreciar a legalidade e necessidade da prisão. Nesse sentido, surgem algumas teses defensivas de que o delegado de polícia poderia ser configurado como essa autoridade competente, os estudiosos dessa temática apresentam posicionamentos controversos. Lopes Jr *apud* Alison Fernando dos S. Bandeira; Raíssa P. S. Mendes não reconhece que o delegado de polícia atenda aos requisitos de autoridade judicial conforme prescreve:

Não cabe à autoridade policial deferir liberdade provisória ou medidas cautelares diferentes do previsto no artigo 319 do Código de Processo Civil. Para isso há reserva de Jurisdição. A polícia judiciária não é órgão do Poder

Judiciário (é um paradoxo, mas é uma polícia judiciária não subordinada ao Poder Judiciário), mas do Executivo. Daí que a alegação de que o Delegado de Polícia seria a outra autoridade referida pela Convenção não se sustenta. (p.19)

A restrição do direito de ir e vir do acusado, resultante de sua privação de liberdade fundamenta a necessidade da apresentação dessa pessoa ao juízo competente, pois só ele é julgador legalmente instituído para a verificação da legalidade da prisão e das medidas alternativas ao encarceramento que podem ser aplicadas.

3.1 CONCEITO E PREVISÃO NORMATIVA

A audiência de custódia vem sendo considerada como um novo mecanismo judicial no processo penal brasileiro, promovendo intenso debate no meio jurídico. Apesar de seu termo não ter sido utilizado pela Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH), sua nomenclatura é uma criação doutrinária.

Sua implantação decorreu de projeto lançado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por meio do Provimento Conjunto 3/2015 de 22 de janeiro de 2015 da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo juntamente com o Ministério da Justiça. Esse projeto é considerado piloto para a implantação da audiência de custódia tanto no Estado de São Paulo, quanto nos demais estados.

Na esfera criminal, diante dos altos índices de violência é comum a propagação de discursos em que se difundem algumas alternativas como a redução da maioria penal, pena de morte, agravamentos das penas chegando inclusive no abandono ao princípio da presunção de inocência.

De certo modo, essas alternativas podem até gerar certa expectativa a respeito de seus resultados, entretanto, esses são apontamentos já ultrapassados pelo direito penal moderno, que inclusive cientificamente já apontaram que essas não são as saídas para a problemática atual: ou agravam as taxas de delitos ou não reduzem os índices já registrados.

Para isso, abrindo mão de um discurso repressivo e violento, a audiência de custódia passa a ser implantada visando não somente a redução dos índices de violência e superlotação carcerária, mas principalmente a fim de ver garantida a observância dos princípios constitucionais, processuais penais e decorrentes das normas internacionais. Para isso é necessário compreender o que é a audiência de custódia e qual o seu fundamento legal.

Caio Paiva (2015, p.52) conceitua a audiência de custódia como:

A audiência de custódia consiste, portanto, na condução do preso, sem demora, à presença de uma autoridade judicial, que deverá, a partir de prévio contraditório estabelecido entre o Ministério Público e a Defesa, exercer um controle imediato da legalidade e da necessidade da prisão, assim como apreciar questões relativas à pessoa do cidadão conduzido, notadamente a presença de maus tratos ou tortura. Assim, a audiência de custódia pode ser considerada como uma relevantíssima hipótese de acesso à jurisdição penal, tratando-se, então, de uma das garantias da liberdade pessoal que se traduz em obrigações positivas a cargo do Estado.

A audiência consiste então na condução do preso sem demora a presença de uma autoridade judicial, o que nos moldes processuais não estava ocorrendo, o acusado permanecia preso durante o processo penal sem nenhum contato com o juiz, mesmo que em algumas situações atendendo os requisitos legais para a concessão de medidas diversas da prisão.

Essa conceituação da audiência de custódia é extraída a partir da análise e interpretação de dispositivos legais como o teor do art. 7º do *Pacto de San Jose da Costa Rica*:

“Toda pessoa presa, detida ou retida **deve ser conduzida, sem demora**, à presença de um **juiz** ou outra autoridade autorizada por lei a exercer funções judiciais e tem o direito de ser **julgada em prazo razoável** ou de ser posta em liberdade, sem prejuízo de que prossiga o processo. Sua liberdade pode ser condicionada a garantias que assegurem o seu comparecimento em juízo”.
(negritos nossos)

Essa mesma redação está prevista no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, cabendo uma atenção especial para a expressão “sem demora” que não estipula especificamente qual seria o “prazo razoável” para apresentação do preso ao juiz.

A legislação internacional apontada possui força normativa supralegal, estando hierarquicamente inferior apenas da Constituição Federal, adotando status de emenda constitucional, não podendo ser diminuída a sua razão de ser.

Ademais, a doutrina majoritária brasileira entende que este prazo é de no máximo vinte e quatro horas, devendo o preso ser apresentado sem qualquer demora como forma de garantir a observância de direitos fundamentais como a proteção da dignidade da pessoa humana.

A Constituição Federal Brasileira no art. 5º, LXII assegura que a comunicação da prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada, estando em consonância com as interpretações acima elencadas.

Ademais, conforme a CF/88 em seu artigo 5º, inciso LXI, ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.

Deste modo, sendo decretada a prisão, o delegado encaminhará o auto de prisão, juntamente com o indiciado para que o juiz, autoridade competente para dispor sobre legalidade da prisão e que presidirá a audiência de custódia, atentando para as manifestações do Ministério Público e Defensoria Pública, ou advogado particular.

Ressalte-se que a prisão deverá ocorrer apenas por flagrante delito ou ordem judicial para tal. Nesse momento, verificando o delito e o fato como este se consumou,

aplicará a medida legal que entender cabível, sempre combatendo a ocorrência de prisões ilegais, procedidas de forma arbitrária.

Nesse sentido, de acordo com Paiva:

A realização da audiência de custódia contribuirá para que haja a superação da “fronteira do papel” do sistema puramente cartorial, que é praticado pelo sistema processual penal brasileiro, pois exige que o membro do Ministério Público e o juiz vejam e conversem com o preso, o que contribuirá para a humanização da jurisdição penal (PAIVA, 2015, p. 56).

A via contrária a audiência de custódia prefere continuar a estabelecer essa fronteira do papel e propagar as teses do direito penal máximo, apontando a audiência como uma inutilidade, não sendo destinada a produção de provas ou para a avaliação de eventuais práticas de tortura, haja vista que o magistrado não é perito.

Ao invés de propagarem tal posicionamento deveriam prezar pelo aprimoramento de institutos como a audiência de custódia, que representa benefícios não apenas para o custodiado, mas para a sociedade de modo geral, passando a ter uma repercussão humanizadora, impulsionando o desenvolvimento de um trabalho com enfoque restaurativo.

Ademais, tem-se o instituto da audiência de custódia legalmente recebida pelo processo penal brasileiro em virtude do disposto no art. 5º, §2º da CF que prescreve:

§ 2º. Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, **ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.** (BRASIL, 1988) (negrito nosso)

Note-se que o dispositivo legal expressa claramente os tratados internacionais, sendo estes a fundamentação mais lúdima para a recepção da audiência de custódia como instrumento garantidor de preceitos legais, nitidamente os direitos humanos. Pode-se ainda arguir que este instituto assegura ainda princípios como o do contraditório e da ampla defesa.

Assim, a previsão da audiência não pode ser considerada como algo novo, tendo em vista o forte embasamento jurídico acerca deste tema, diferentemente do que asseguram os opositores desse instrumento.

3.2 COMBATE ÀS PRÁTICAS DE TORTURA

Sabe-se que o sistema carcerário tem como principal função a reeducação dos presos, para que dessa forma eles possam voltar a reintegrar a sociedade sem cometer novas práticas delituosas. Entretanto, dentro do próprio sistema prisional é possível identificar casos de agressão aos direitos humanos.

Uma das principais finalidades da audiência de custódia é o combate às práticas de tortura, tendo em vista que não viola somente um direito garantido pelo Estado, mas um Direito Internacional, pois a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes é enfática ao determinar sua proibição, esclarecendo ainda que não existe nenhuma justificativa para tais práticas, fazendo-se necessário aprofundar o conhecimento sobre a realidade da tortura no Brasil.

Cabe salientar que os casos de tortura acontecem de forma silenciosa, em regra contra os setores marginalizados da população, raramente sendo denunciados por diversos fatores como, por exemplo, a retaliação daqueles que são agentes desses atos. Em outra visão, para que tais práticas possam ser prontamente combatidas precisam ser publicizadas.

A Convenção define na redação do seu art. 1º o que é a tortura, indicando três objetivos determinados para o ato de tortura, sendo a obtenção de informações ou confissões, o castigo e a intimidação ou coação conforme segue:

Art. 1º. Para os fins da presente Convenção, o termo "tortura" designa **qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos intencionalmente** a uma pessoa a fim de obter, dela ou de uma terceira pessoa, informações ou confissões; de **castigá-la** por ato que ela ou uma terceira pessoa tenha cometido ou seja suspeita de ter cometido; de intimidar ou coagir esta pessoa ou outras pessoas; ou por qualquer motivo baseado em **discriminação de qualquer natureza**; quando tais dores ou sofrimentos são infligidos por um funcionário público ou outra pessoa no exercício de funções públicas, ou por sua instigação, ou com o seu consentimento ou aquiescência. Não se considerará como tortura as dores ou sofrimentos que sejam consequência unicamente de sanções legítimas, ou que sejam inerentes a tais sanções ou delas decorram. (negritos nossos)

Por mais que exista a proibição em um diploma legal internacional, este não parece ser suficiente para o combate à tortura, são muitos os desafios a serem enfrentados e os principais são o silêncio e a impunidade, sendo de suma importância suscitar um forte debate a respeito do tema para que possa ser verdadeiramente conhecido por todos

os cidadãos e passe a ser um direito efetivamente defendido, afastando essa prática comum de repressão.

Nas palavras de Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes¹ (2010, p.14):

Os motivos para torturar também continuam a ser os mesmos: arrancar confissões; dar e comprovar informações; humilhar ou simplesmente castigar por preconceito, ou outro motivo qualquer. A tortura é prática que envolve três atores: o torturado, o torturador e a sociedade que permite. E é com determinação que podemos fazer com que a sociedade não mais a permita.

Devido à ocorrência de atos como os citados pela autora, principalmente nos interrogatórios policiais é que a audiência de custódia busca a proteção do acusado, não com a intenção de estabelecer a impunidade do ato cometido, mas, assegurando a proteção de sua dignidade, abrangendo seu bem estar físico e psíquico, tendo em vista que a tortura é prática enraizada culturalmente como sanção punitiva.

No que se refere aos interrogatórios, Conor Foley (2011, p. 102) assegura que:

O termo “interrogatório” não se refere apenas ao tempo em que a pessoa está sendo formalmente questionada. Ele pode incluir períodos antes, durante e depois do questionamento quando as pressões físicas e psicológicas são aplicadas aos indivíduos a fim de desorientá-los e coagi-los à submissão durante o interrogatório formal. Todas estas práticas devem ser absolutamente proibidas.

Levantar teses de defesa de indivíduos que cometeram qualquer delito, provoca verdadeira aversão por parte dos defensores do direito penal máximo, mas também deixa perceptível a omissão, que pode inclusive ser considerada criminosa de autoridades que deveriam por atributo de suas funções prezarem pela paz social.

Para isso, é de tamanha importância a atuação dos Direitos Humanos nessa seara, configurados como direitos essenciais e que para Maria Victoria Soares na obra *Tortura* (2010), decorre do reconhecimento da dignidade de todo ser humano.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inciso III, proíbe expressamente a prática da tortura em que ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano

¹ BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. *Tortura/Coordenação Geral de Combate à Tortura (Org.)* – 1. ed. – Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

ou degradante. Atendendo a essa previsão constitucional, o Brasil sancionou a Lei n. 9.455, de 7 de abril de 1997 (Lei da Tortura), que define no seu artigo 1º os crimes de tortura:

Art. 1º Constitui crime de tortura:

I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental:

a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa;

b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa;

c) em razão de discriminação racial ou religiosa;

II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

O relator da Organização das Nações Unidas (ONU) contra a tortura Juan Méndez, aponta que no Brasil ainda prevalece a impunidade dos agentes públicos que cometem atos de tortura. Nas palavras de Juan Méndez (2016, online) *apud* ONU alerta para “tortura alarmante” no Brasil:

A tortura e os maus-tratos por parte da polícia e dos agentes penitenciários segue sendo um fato alarmante e de ocorrência regular, principalmente contra pessoas que pertencem a minorias raciais, sexuais, de gênero e outros grupos minoritários. Insto o governo brasileiro a tomar medidas que ponham fim à brecha existente entre a legislação e as políticas ambiciosas do país, por um lado, e a situação cotidiana das pessoas privadas de liberdade ou em conflito com a lei, por outro.

O relator apresentou tal posicionamento quando da apresentação de um relatório ao Conselho de Direitos Humanos da ONU que apontou o crescente aumento no número de presos no Brasil e as práticas de tortura comuns, ensejando a adoção de medidas imediatas que sejam capazes de reestruturar essa realidade.

Para Vivian Calderoni (2016, online) *apud* ONU demanda redução do número de presos no Brasil, o relatório apontou problemas que são considerados estruturais e que merecem uma atenção especial, para ela a partir de relatórios como esse se faz necessário discutir o encarceramento massivo com as suas origens e consequências. Vivian aponta que:

A ONU mostrou que a nossa sanha punitivista não encontra amparo nas normas internacionais, colocando em xeque a visão bastante disseminada, inclusive entre operadores do direito, de que prender deve ser a regra, e não a exceção. O relator utiliza toda sua experiência acadêmica e internacional para demonstrar que o caminho adotado pelo país não é apenas negativo, mas muito perigoso.

O Brasil não pode continuar a trabalhar sobre políticas públicas e sociais que desagreguem cada vez mais a sociedade, inserindo muros como forma de solucionar os seus infortúnios. As relações humanas apresentam esses desafios, e essa é uma responsabilidade não só jurídica, mas também governamental.

A Constituição Federal (1988) no seu artigo 5º, XLIX, também assegura aos presos o respeito à integridade física e moral, da mesma forma tal previsão é consagrada na Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 quando prevê no seu artigo V que ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante, sendo inquestionável a presença da proteção e combate da tortura nos diversos instrumentos legais.

Quanto à função do Estado Democrático de Direito nessa seara, adverte Casara (2014, p. 9-10) que:

Não se pode esquecer que, ao menos no Estado Democrático de Direito, a função das ciências penais, e do processo penal em particular, é a da **contenção do poder**. O processo penal só se justifica como óbice à opressão. O desafio é fazer com que sempre, e sempre, as **ciências penais atuem como instrumento de democratização do sistema de justiça criminal**. (negritos nossos)

Essa atuação das ciências criminais mencionada pelo autor dar-se por meio do direito processual penal, que na visão de Tourinho Filho (2002, p.14) detêm finalidade específica, qual seja:

Podemos dizer que existe uma finalidade imediata, que se confunde com a própria finalidade do Direito Penal – paz social -, e uma finalidade imediata, que outra não é senão a de conseguir realizabilidade da pretensão punitiva derivada de um delito, através da utilização da garantia jurisdicional.

Assim, para que a realização da audiência de custódia ocorra de modo a observar as garantias processuais e constitucionais existe uma série de pontos a serem observados, não apenas a norma posta, mas a interpretação de seus princípios basilares.

3.3 PRIMEIROS DADOS APÓS A IMPLANTAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA NO BRASIL E NO ESTADO DO CEARÁ

A questão que envolve as penitenciárias brasileiras é um dos desafios do atual sistema de justiça. A violação dos direitos das pessoas em situação de privação de liberdade constitui ponto complexo desse estudo.

Assim, para compreender essa temática de forma mais prática é viável realizar uma análise dos dados que demonstram os benefícios decorrentes da implantação da audiência de custódia, compreendendo também quais são os institutos e meios utilizados para a coleta dessas informações.

Conforme os últimos dados disponibilizados pelo Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (INFOPEN, 2014) mantido pelo Ministério da Justiça o Ceará conta com a sétima maior população carcerária do país.

O estado ainda consta nesse ranking como o décimo maior índice de presos provisórios, uma taxa que chega a 60%, sendo considerada nacionalmente a maior em número de presos sem condenação aprisionados.

Desse modo é de suma importância investigar os índices que envolvem a aplicabilidade da audiência de custódia, especificamente no Ceará, a fim de identificar se o objetivo primordial de sua implantação está sendo garantido.

Para tal finalidade foi constituída a Central de Alternativas Penais (CAP), implantada em 2005 com o intuito de garantir o acompanhamento psicossocial de pessoas em cumprimento de medidas cautelares.

A CAP busca condições adequadas de acompanhamento, favorecendo o desenvolvimento pessoal e a não reincidência criminal. Através da CAP, foi possível a mensuração dos resultados provenientes da introdução da audiência de custódia atentando para a formação de uma equipe profissional qualificada e estruturada.

Atualmente a CAP apresenta em seu quadro estrutural, psicólogos, assistentes sociais, advogados, auxiliares administrativos e um coordenador que formam um grupo de custódia responsável pelo monitoramento eletrônico, uma das medidas concedidas por meio da audiência de custódia. Essa divisão se dá do seguinte modo:

Fluxograma 1: Estrutura da CAP



Fonte: CAP

Por meio dessa equipe, a CAP realiza o acompanhamento dos indiciados que são beneficiados com a concessão de uma medida cautelar pelo Juízo competente. De acordo com os dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 140.383 audiências de custódia foram realizadas até setembro de 2016, resultando em 65.344 (46,55%) casos que resultaram em liberdade, 75.039 (53,45%) em prisão preventiva, 6.766 (4,82%) de alegativas de violência no ato da prisão e 12.762 (9,09%) de casos de encaminhados social e assistencial.

A CAP realiza atividades específicas de acompanhamento de pessoas residentes em Fortaleza beneficiadas com medidas cautelares diversas da prisão previstas no artigo 319 do CPP; favorecer a inclusão de pessoas que respondem a processos criminais em Fortaleza nas políticas públicas de cidadania; Contribuir para a integração de políticas voltadas para a cidadania de pessoas em condição de conflito com a lei e possibilita aos juízes das varas criminais alternativas ao aprisionamento provisório de pessoas em conflito com a lei.

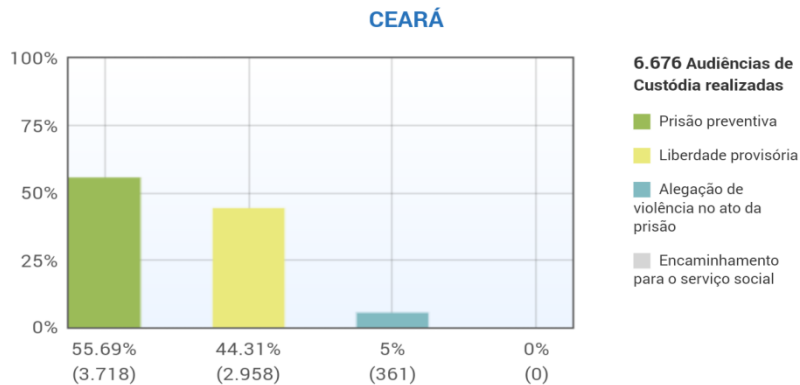
Para o acompanhamento dos presos que tiveram alguma medida cautelar diversa da prisão concedida, a equipe multidisciplinar da CAP realiza ainda visitas domiciliares e institucionais, atendimentos e avaliações individuais, o encaminhamento a redes parceiras e ainda a realização de grupos reflexivos para o melhor resultado possível do acompanhamento, vislumbrando não somente a reintegração social como o desenvolvimento de atividades que propiciem maiores resultados ao acusado.

No caso específico do Ceará, o Estado conta com a realização das audiências de custódia há 1(um) ano. O Tribunal de Justiça do Ceará, de acordo com a Juíza Titular da Vara Única de Audiência de Custódia do Fórum Clovis Beviláqua, Dra. Marlúcia Bezerra relatou em entrevista que foram proferidas 6.518 decisões neste período sendo que, desse total de réus, 3.706 tiveram suas prisões decretadas, 2.812 foram beneficiados com a liberdade.

Dos réus que estão em liberdade, 2.442 deles foram por meio de medidas cautelares, 353 por alvarás de soltura e 17 por relaxamento de prisão.

O CNJ de acordo com os dados do TJCE apresentou gráfico representativo desses números:

Gráfico 2: Audiência de Custódia



Fonte: CNJ-TJCE

O gráfico aponta que foram realizadas 6.675 audiências em que, 3.718 representam presos com prisão provisória decretada, 2.958 liberdades provisórias concedidas e 361 relatos de terem sofrido atos de violência no momento da prisão.

Esses números demonstram a possibilidade de reestruturação do sistema criminal quando ocorre um maior controle dos indivíduos que adentram aos muros das penitenciárias. Permanecendo no convívio social esse réu deverá cumprir uma série de requisitos para que permaneça desse modo.

A liberdade provisória não é em momento algum, um meio de “esquecimento” do delito cometido, apenas uma forma cuidadosa de apurar o delito sem inserir em um meio perigoso e insalubre pessoas que não apresentem indícios para tal.

O controle de prisões realizado por meio da audiência de custódia garante inclusive uma economia financeira e processual, garantindo melhores condições para o cumprimento das penas, devido a um esvaziamento da entrada nas penitenciárias.

4 PRINCÍPIOS RELACIONADOS

Tratar sobre a temática criminal exige necessariamente o estudo e observância de uma série de princípios constitucionais e processuais.

Este capítulo buscará esclarecer acerca dos princípios que no caso da audiência de custódia apresentam maior importância para sua aplicabilidade no caso concreto.

Os princípios que aqui serão destacados estão elencados na Constituição Federal (1988) apontada por estudiosos como uma Constituição Cidadã e também nos tratados internacionais. Por vezes, tais princípios não são especificados na redação normativa, mas surgem de uma interpretação da lei.

Em linhas gerais, o Estado é o responsável por proteger os direitos e o bem estar daqueles sob a sua jurisdição. Para Tourinho Filho (2002, p. 15), quanto mais democrático for o regime, o processo penal mais se apresenta como um notável instrumento a serviço da liberdade individual.

No que tange a inserção dos princípios, enquanto juízos abstratos no processo penal Gisele Oliveira assegura

Nessa linha, o processo penal pode ser conceituado como um ramo do direito penal público interno de um País, que atua como instrumento estatal metodológico de investigação e instrução, indissociável do exercício do direito de punir, **desenvolvido com fiel observância os princípios do devido processo legal, da dignidade da pessoa investigada e do contraditório**, em seus diversos aspectos, com vistas à apuração das circunstâncias em que um determinado fato com relevância criminal ocorreu, para que seja possível, ao final, concluir pela possibilidade ou não de imputar responsabilidade penal ao acusado. (OLIVEIRA, 2015, p.10). (negrito nosso)

Os direitos humanos apresentam caráter universal, sendo pertencentes a todos, sendo inclusive irrenunciáveis, inalienáveis e imprescritíveis, não sendo perdidos com o decurso do tempo. A intenção é que esses direitos e princípio sejam cada vez mais consolidados.

A observância desses princípios garante além da proteção as garantias individuais, o equilíbrio social, na busca pela efetivação da justiça, como órgão garantidor e não meramente de caráter punitivo.

4.1 PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

O princípio da dignidade da pessoa humana esta historicamente enraizado no cristianismo, demonstrado quando exige-se igualdade e respeito entre os homens sendo eles livres os escravos, tendo sido o homem criado a imagem e semelhança de Deus, merecendo assim tratamento digno.

No ordenamento jurídico brasileiro esse princípio ocupa lugar de destaque, isso ocorre devido a uma ampla proteção que é positiva em sua decorrência. Compreender esse princípio é tarefa complexa, seu conceito ainda é impreciso, exigindo não apenas uma interpretação da legislação posta, é necessária uma análise profunda das relações em sociedade para vislumbrar a dimensão dessa norma principiológica, sempre em um processo contínuo de construção.

A Constituição Federal de 1988 prevê de forma taxativa no art. 1º, inciso III, do capítulo que versa sobre os princípios fundamentais à dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos do Estado Democrático e a consagra como princípio norteador da legislação brasileira.

Art. 1º. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

(...)

III. a dignidade da pessoa humana. (negrito nosso)

A Declaração Universal de Direitos Humanos assegura do mesmo modo em seu artigo 1º que todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos, entretanto não foi sempre assim, essa concepção de dignidade intrínseca a condição de ser humano é muito recente.

Para Cecília Groenwold (2016, p.1) a visão moderna da dignidade se desenvolveu a partir de três marcos:

(a) o marco religioso; (b) o marco filosófico; e (c) o marco histórico. Da primeira tradição vem a ideia de que os seres humanos ocupam um lugar especial na realidade porque foram feitos à imagem e semelhança de uma força sobrenatural. Já o segundo marco fornece a principal justificativa não religiosa da dignidade da pessoa humana, sintetizada pelo filósofo Iluminista Immanuel Kant no século XVIII. Para Kant, o ser humano possui dignidade porque é capaz de dar fins a si mesmo, em vez de submeter-se a suas inclinações. Por último, o terceiro marco, o histórico, refere-se ao fato que a dignidade da pessoa humana passou a ser prevista em diversos documentos após as atrocidades do fascismo e do nazismo como forma de impedir que elas se repetissem. Essas três tradições levaram a ideia de que a dignidade é uma propriedade que as pessoas possuem simplesmente pelo fato de pertencerem à espécie humana.

Devido à inexistência de um conceito preestabelecido para pontuar esse princípio surge uma série de debates sobre a sua aplicabilidade, visando delimitar uma linha de aplicação. No tocante a audiência de custódia, cabe ao Estado, figurado no caso pelo Poder Judiciário, assegurar o devido cumprimento desse princípio constitucional.

Em diversas situações, somente frente à análise do caso concreto é que se faz possível verificar a violação da dignidade da pessoa humana.

Barroso (2013) *apud* Cecília Groenwold (2016, p.2) propõe três elementos para garantir a unidade e a objetividade da dignidade humana:

(a) o valor intrínseco, (b) a autonomia, (c) o valor comunitário. O valor intrínseco, oposto a um valor adquirido, possui caráter ontológico, pois está presente na natureza do ser humano, do ser enquanto ser, independentemente de duas determinações particulares. Essa perspectiva toma o indivíduo como um fim em si mesmo e, em última análise, abstrai o ser humano de seus caracteres pessoais. **A dignidade é um atributo que nasceria com a pessoa e que não poderia ser perdido, alienado ou renunciado.** O segundo elemento que compõe a dignidade, segundo é a noção kantiana de autonomia (ou autonomia pessoal), o fato de que as pessoas são capazes de dar normas para si mesmas. Esse elemento dá dignidade às pessoas na medida em que elas são capazes de agir livremente, de acordo com sua visão do que é o bem e o correto, sendo capazes de resistir às tentações, coisa que os animais não humanos supostamente não são capazes de fazer. O terceiro elemento da dignidade é o valor comunitário, o papel da comunidade e do Estado no estabelecimento de crenças e metas coletivas. (negrito nosso)

Chama atenção a citação da autora quando se refere à dignidade como atributo irrenunciável, que nasce com a pessoa e não pode ser perdido, valor que não pode ser suprimido, uma virtude da própria natureza humana.

Provavelmente essa seja uma das melhores definições para esse princípio quando tratamos de ser algo intrínseco, que assim como os demais princípios intitulados como fundamentais não podem ser renunciados. Esse entendimento é ainda controverso no âmbito jurídico normativo, abrindo precedentes para os casos que estão relacionados a

questões culturais, práticas comuns em outros países, a exemplo do aborto e a venda de órgãos, temas que adentram em uma série de outros princípios, mas que nesse estudo importa a “dignidade”.

O fato é que esse princípio se entranhou de forma profunda no entendimento das temáticas constitucionais, estando presente em constituições democráticas e fazendo-se valer para todos os ramos do direito, inclusive no processual penal, sendo devido tratamento digno para todos os cidadãos, sejam os infratores da lei ou não e constituindo-se como princípio maior, no qual outros buscam seu fundamento de validade.

Cabe ressaltar que a dignidade enquanto princípio maior não significa ser absoluto, devendo em determinadas situações ser ponderado para a aplicação de outros princípios, resultando na prevalência de um sobre o outro.

4.2 PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

A Constituição Federal assegura em seu art. 5º, LVII que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória. Essa previsão institui o estado presuntivo de inocência, devendo por meio do devido processo legal apurar as condições fatídicas da ação humana que resultou em prejuízo a outrem.

Além disso, a CADH no seu art. 8º, item 2 também traz o princípio da presunção de inocência ao dispor que toda pessoa acusada de um delito tem direito a que se presuma sua inocência, enquanto não for legalmente comprovada a sua culpabilidade.

Nesses moldes, o acusado somente poderá ser considerado culpado após o trânsito em julgado da sentença que o condenou, quando inclusive não for mais cabível nenhum recurso contra a sentença.

A respeito do tema D'URSO *apud* Alison Fernando dos S. Bandeira e Raíssa P. S. Mendes (p.19) apontam essa regra como:

Esta é uma regra garantidora do Estado Democrático de Direito, ensejando, por conseguinte também como regra que o acusado responda seu processo em liberdade. Comporta exceção prevista na lei, pela qual o acusado, eventualmente, poderá ser preso por conta, exclusivamente, de um interesse processual, o que não lhe antecipa a culpa.

A regra geral é que o acusado responda o seu processo em liberdade, seja por não representar qualquer risco ao bom andamento processual, preenchendo requisitos para a concessão de medidas cautelares ou por não existirem indícios suficientes de que a autoria do delito tenha sido realizada por ele.

Nessa seara surge o princípio do favor rei, ou mesmo o *in dubio pro reo*, devendo ser observada a apresentação das condições/provas do fato que demonstrem a sua culpabilidade e conseqüentemente a possível punição, pois toda condenação necessita de provas concretas. Cabe ao Estado, através do Ministério Público, órgão persecutor comprovar a culpabilidade do indiciado.

Alexandre de Moraes *apud* Rafael Ferrari leciona que o princípio da presunção de inocência visa à tutela da liberdade pessoal, salientando a necessidade de o Estado comprovar a culpabilidade do indivíduo, que é de forma constitucional presumido inocente, sob pena de retrocedermos ao estado de total arbítrio estatal.

Dessa maneira, o texto constitucional, não prescreve que o réu seja considerado inocente, apenas assegura o direito de que não havendo indícios ou provas suficientes seja preservada a liberdade do indivíduo, considerando o estigma social de culpado que recai sobre quem esta sendo processado.

Nesse sentido, Daniele Souza de Andrade e Silva (2007, p.61) considera que:

A prisão processual é exceção, porque se trata de uma providência cautelar e, como tal, tem vez apenas quando ameaçada a eficácia do (devido) processo penal cognitivo ou executivo, e porque representa a mais drástica forma de limitação à liberdade do indivíduo, cabendo sempre de forma subsidiária, quando não for o caso de aplicar outra medida acautelatória.

A efetivação da audiência tem como objetivo assegurar ao réu medidas acautelatórias diversas da prisão, prezando pela liberdade do indivíduo que dentro das determinações legais não apresenta nenhuma ameaça para a eficácia do trâmite do processo penal, pois quando designada a prisão ela poderá acarretar prejuízos irreparáveis a quem sofreu a sanção.

Os presídios brasileiros apresentam elevados índices de superlotação, como já apontado no capítulo que trata sobre a realidade dos estabelecimentos prisionais, esses índices tem maior representação com as prisões provisórias. Entretanto, esse aprisionamento exacerbado não observa os pressupostos legais, pois mesmo quando não

existe risco ao andamento processual, ocorre a inobservância desse princípio com a manutenção dos acusados encarcerados.

4.3 PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE

O Código de Hamurabi, conjunto de leis que remonta ao Antigo Egito e Mesopotâmia pode ser considerado como quem trouxe uma visão inicial do que seria a proporcionalidade, uma expressão típica do livro “olho por olho e dente por dente” possibilita uma reflexão acerca do que seria a aplicação da lei de modo proporcional.

O princípio da proporcionalidade encontrou forte amparo no ordenamento jurídico brasileiro, tendo em vista obstar a realização de atos tidos como essenciais a justiça de forma excessiva, como por exemplo, as prisões.

Desta forma, esse princípio deve ser um instrumento norteador para a realização das práticas policiais e judiciais com a finalidade de aplicação de sanções de forma proporcional.

Agregado a esse princípio está o da intervenção mínima do estado, no sentido de proteger o indivíduo contra intervenções estatais excessivas e praticadas de modo desproporcional, causando danos mais graves que o indispensável para a proteção dos interesses públicos.

Isto posto, esse princípio possibilita o apontamento de duas vertentes: a proibição do excesso e a proibição de proteção deficiente.

Nesse sentido, é possível extrair de uma das obras de Cláudio Chequer (2013, online) uma análise sobre o princípio da proporcionalidade:

No Brasil e em grande parte do mundo, o princípio da proporcionalidade é, pois, **considerado como um relevante mecanismo** (uma norma metodológica) **capaz de estruturar o procedimento interpretativo para a determinação do conteúdo dos direitos fundamentais**, estando vinculado à ideia de justiça material, de moderação e racionalidade, servindo como parâmetro para aferir a legitimidade constitucional dos atos administrativos discricionários, das decisões judiciais e dos atos legislativos. **No Direito Penal e no Direito Processual Penal, o princípio da proporcionalidade apresenta-se de duas maneiras distintas, a saber: o princípio da proibição de excessos e o princípio da proibição da insuficiência.** (negritos nossos)

Diante do exposto poderia o Estado para garantir à efetivação de seu poder protetivo adotando medidas excedentes as limitações impostas pelos direitos fundamentais. Entretanto, a omissão configura sua atuação de modo insuficiente, podendo o princípio da proporcionalidade ser um ponto de equilíbrio entre o excesso e a insuficiência dos atos por parte do Estado.

É imprescindível que a aplicação do direito penal seja realizada com elevada cautela, pois, na condição de poder limitador, se realizado de forma arbitrária ou desproporcional, poderá atingir resultados dolorosos, imputando inclusive sanção a quem não faz jus, esse princípio deverá obrigatoriamente observar uma adequação social.

As punições no entendimento de Foucault (2014, p.14-15) apresentam-se como verdadeiros espetáculos há muito tempo, capazes de provocar em seus telespectadores sentimentos de clamor que podem ser definido do seguinte modo:

A punição vai-se tornando, pois, a parte mais velada do processo penal, provocando várias consequências: deixa o campo da percepção quase diária e entra no da consciência abstrata; sua eficácia é atribuída à sua fatalidade, não à sua intensidade visível; a certeza de ser punido é que deve desviar o homem do crime e não mas o abominável teatro; a mecânica exemplar da punição muda as engrenagens. Por essa razão a justiça não mais assume publicamente a parte de violência que está ligada a seu exercício. O fato de ela matar ou ferir já é mais a glorificação de sua força, mas um elemento intrínseco a ela que ela é obrigada a tolerar e muito lhe custa ter que impor. [...] Daí esse duplo sistema de proteção que a justiça estabeleceu entre ela e o castigo que ela impõe. (negritos nossos)

Nesse duplo sistema de proteção, se vislumbra a aplicação da lei, mas sempre em conformidade com os princípios apontados, quais sejam a dignidade da pessoa humana e o da proporcionalidade enlaçados naqueles que são extraídos destes. A efetiva aplicação da norma penal só é possível quando observado a relação existente entre esses princípios e a completude que representam.

A sanção de natureza penal deverá por sua vez atentar para esses princípios quando de sua aplicação, devendo ser proporcional ao mal produzido pelo agente com a prática da infração penal. Rogério Greco (2014, p.112) *apud* Luigi Ferrajoli avalia esse raciocínio:

O fato de que entre a pena e o delito não exista nenhuma relação natural não exige a primeira de ser adequada ao segundo em alguma medida. Ao contrário, precisamente o caráter convencional e legal do nexu retribuído que liga a sanção ao ilícito penal exige que a eleição da qualidade e da quantidade de uma

seja realizada pelo legislador e pelo juiz em relação a natureza e a gravidade do outro.

A proporcionalidade deverá observar o bem jurídico tutelado que foi violado pelo comportamento do autor do delito para aplicar uma pena adequada e capaz de inibir a prática continuada dessas condutas ofensivas.

Para Rogério Greco (2014) o legislador é o primeiro responsável pelo raciocínio da proporcionalidade e em segundo lugar será o juiz quando do cometimento da infração penal prevista em algum diploma repressivo, reforçando a característica do juiz como a autoridade competente para apreciação da manutenção da prisão no caso concreto.

4.4 PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL

O processo penal é o meio utilizado para se chegar a um objetivo fim, qual seja a condenação ou absolvição do acusado. Para isso, após a imputação do tipo penal que caracteriza o delito cometido é necessário garantir que os procedimentos investigatórios e processuais serão realizados sob a égide do devido processo legal.

Quando se fala nesse princípio cabe observar que ele é intrinsecamente relacionado aos princípios do contraditório e da ampla defesa que são à base do direito processual.

O artigo 5º, LV, CF/88, prevê aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerente.

BONFIM *apud* Alison Fernando dos S. Bandeira e Raíssa P. S. Mendes (p. 10) definem esse princípio como:

O princípio do contraditório significa que cada ato praticado durante o processo seja resultante da participação ativa das partes. Origina-se no brocardo *audiatur et altera pars*. A aplicação do princípio, assim, não requer meramente que cada ato seja comunicado e cientificado às partes. Relevante é que o juiz, antes de proferir cada decisão, ouça as partes, dando-lhes igual oportunidade para que se manifestem, apresentando argumentos e contraargumentos.

Por outro lado, a ampla defesa pode ser dividida sob dois prismas, defesa técnica e autodefesa. A defesa técnica é aquela realizada por profissional qualificado (Advogado ou Defensor Público), a autodefesa como o próprio significado já diz é realizada pelo próprio acusado quando prestar algum depoimento por exemplo.

A defesa técnica é obrigatória na instrução processual, enquanto o acusado tem o direito de permanecer calado, abstendo-se de falar algo que possa prejudicar a sua própria defesa.

O acesso eficaz a justiça, somente é garantido quando observado esses três parâmetros. Deste modo, a legalidade processual inicia-se com a aplicação do instituto normativo, no caso desse estudo o Código de Processo Penal permitindo às partes igualdade na defesa de seus direitos, esclarecendo a verdade dos fatos, o que suscita a importância do princípio da verdade real.

O princípio do devido processo legal encontra amparo direto da redação do art. 5º, LIV da CF/88, assegurando que ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.

Assim, para que esse princípio esteja efetivado, é necessário que a aplicação do direito penal ocorra por meio de um processo, devendo ser desenvolvido na forma prevista em lei, no caso o Código de Processo Penal.

No que diz respeito à realização da audiência de custódia sob esse prisma, explica Toscano Jr (2015, online):

Na audiência de custódia não se aborda questão de mérito, senão a instrumentalidade da prisão e a incolumidade e a segurança pessoal do flagranteado, quando pairam indícios de maus-tratos ou riscos de vida sobre a pessoa presa. Não é o contato pessoal do juiz com o preso que o contamina. O distanciamento que é contamina de preconceitos, no sentido de conceitos prévios, sem maiores fundamentos. A presença do preso permite avaliar muito melhor o cabimento ou não da prisão. Traz a faticidade. (negrito nosso)

Paiva (2015) ao tratar das condições de prisão, menciona decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) no sentido de que o controle judicial:

O controle judicial imediato é uma medida tendente a evitar a arbitrariedade ou ilegalidade das detenções, tomando em conta que num Estado de Direito corresponde ao julgador garantir os direitos do detido, autorizar a adoção de medidas cautelares ou de coerção, quando seja estritamente necessário, e

procurar, em geral, que se trate o investigado de maneira coerente com a presunção de inocência (CIDH apud Paiva, 2015, p. 39).

É impossível o estudo da aplicação dos princípios aqui elencados de modo apartado, até porque no caso do princípio do devido processo legal, cabe ressaltar a sua conexão com os demais princípios constitucionais aplicados a temática processual penal, quais sejam: presunção de inocência, duplo grau de jurisdição, ampla defesa, contraditório, publicidade, proporcionalidade, juiz natural e por fim a dignidade da pessoa humana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações humanas e o convívio em sociedade apresentam constantes desafios, na medida em que cabe ao Estado/Poder Judiciário prover melhores condições para a integração social.

A realidade das penitenciárias brasileiras e o ódio social que se propaga contra pessoas que cometem algum tipo de delito são alguns desses desafios, fazendo-se necessário uma análise aprofundada do contexto histórico, econômico e social em que estão inseridas essas pessoas classificadas como delituosas.

Para isso, este estudo buscou demonstrar os benefícios decorrentes da implantação da audiência de custódia, possibilitando uma maior efetividade na apreciação do Poder Judiciário frente ao delito cometido e a aplicação da sanção adequada ao caso concreto.

Nessa perspectiva é necessário garantir uma aplicação legal imune a (pre)conceitos já estabelecidos socialmente, conceitos que por vezes são culturais.

O instituto da audiência de custódia diante dos dados apresentados nesse trabalho demonstrou-se capaz de reduzir os altos índices de prisões provisórias que ocorrem no Brasil, por vezes sem garantir ao indiciado a aplicação efetiva dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

A manutenção do indivíduo *intra muros* acontecia como regra geral, e não como a *ultima ratio* do processo penal, configurando grande inobservância dos preceitos fundamentais e dos direitos humanos.

A prisão não pode ser aplicada embasada apenas no clamor social, é indispensável à percepção dos fatores que propiciam a sua decretação, tendo em vista o tipo de delito cometido, a reincidência dentre outros aspectos.

Não cabe mais o argumento de que a violência se resolve com a privação de liberdade dos infratores da lei. Nesse sentido assegura Maria Lúcia Karam (2009):

A decretação ou a manutenção de qualquer prisão provisória **sempre** depende de demonstração de sua necessidade enquanto único meio de prevenir comprovada situação de risco a uma eventual realização ou satisfação futura da pretensão punitiva veiculada no processo de conhecimento. **Consequentemente, sempre depende do exame de fatos relacionados ao caso concreto.** Já por isso a lei não pode estabelecer prisões provisórias obrigatórias, nem pode proibir genericamente a liberdade provisória, para todos os casos de acusação fundadas na alegação da prática de determinado tipo de crime. (KARAM, 2009, p.41-42) (negritos nossos)

Assim, por meio da audiência de custódia é possível vislumbrar um novo tempo para a processualística criminal, com um olhar mais sensível e humano para a realidade, preservando principalmente o que a Carta Magna consagra com veemência, a dignidade da pessoa humana, adotando meios inclusivos dos direitos humanos e reduzindo os danos ocasionados pelo poder punitivo.

Ao determinar o contato mais direto e específico com o preso, à audiência de custódia permite um enfrentamento por parte do Juiz as reais condições que foram determinantes para a ocorrência do delito, levando em consideração não apenas o auto de prisão, mas as especificidades da pessoa que está sendo julgada, qual o seu contexto social, sua estrutura familiar e demais condições peculiares que poderão ser favoráveis ao não à designação de outra medida cautelar.

O mundo do crime por vezes se constrói em detrimento da vulnerabilidade social de grande parcela da população brasileira, acompanhada de um desenfreado sistema de consumo, em que é mais importa ter do que ser, enquanto outros estão à míngua de políticas públicas que sejam capazes de frear esse caminho para a marginalização.

O objetivo da audiência de custódia é límpido: garantir a rápida apresentação dos presos em flagrante. Entretanto, só será realmente efetivado por meio do fortalecimento das Defensorias Públicas, Promotorias de Justiça, gestão eficiente do monitoramento e acompanhamento das medidas cautelares, excluindo a limitação imposta por um “papel” e que confundem a atuação do julgador com a do acusador.

Nesse cenário, é salutar buscar ações eficazes no combate as práticas de tortura, tendo que o seu acometimento deixa severas marcas em suas vítimas, tanto físicas quanto mentais, e também representa uma marca em toda sociedade.

Desse modo, é preciso coibir as ações que por vezes são executadas por aqueles encarregados de garantir respeito às leis e que se tornam agentes de violação, tornando o próprio Estado de Direito corrompido. Não é concebível que o agente estatal esteja sendo autor de drásticas violações legais, resultantes em uma complexa problemática, como o que está inserido o processo penal brasileiro.

A proteção e a garantia dos princípios da dignidade da pessoa humana, presunção de inocência, adequação social, proporcionalidade e do devido processo legal, previstos nas normas de direito interno e externo, são inquestionavelmente importantes, pois afirma a liberdade, o respeito e a inviolabilidade dos direitos da pessoa humana diante do Estado, assim como todas as demais garantias constitucionais.

A audiência de custódia é sem dúvidas instrumento capaz de amenizar essa crescente problemática do elevado número de presos provisórios nos presídios brasileiros, garantindo em sua aplicação a proteção dos princípios maiores da Carta Magna Brasileira e aproximando o Poder Judiciário na figura do Juiz do cidadão, afastando o custodiado da exclusão social e reduzindo a reincidência em práticas delituosas, excluindo o pensamento popular de que bandido bom é bandido morto.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Felipe de. **Reflexões acerca do Direito de Execução Penal**. In: Revista Liberdades nº 17, setembro/dezembro de 2014, p. 34. Disponível em: <<http://www.revistaliberdades.org.br/site/outrasEdicoes/outrasEdicoes.php>>. Acesso em: 03. nov.2016

BANDEIRA, Allison Fernando dos Santos; MENDES, Raíssa Pacheco Siqueira. **Audiência de Custódia e o combate a grande população carcerária de presos provisórios no Brasil**. Disponível em: <http://nippromove.hospedagemdesites.ws/anais_simposio/arquivos_up/documentos/artigos/8dc7c1de7eccb71396a8a0c62a2d611e.pdf>, p.19. Acesso em: 20. Out. 2016

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto n. 40, 15 de fevereiro de 1991. **Promulga Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0040.htm>. Acesso em: 02 fev.2016.

BRASIL. Decreto n. 592, 6 de julho de 1992. **Promulga o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm>. Acesso em: 02 fev.2016.

BRASIL. Decreto n. 678, 6 de novembro de 1992. **Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htm>. Acesso em: 02 fev. 2016.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689Compilado.htm. Acesso em: 04 abr. 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN)**. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>>. Acesso em: 28. out. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. **Tortura/Coordenação Geral de Combate à Tortura (Org.) – 1. ed. – Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.**

CASARA, Rubens R. R. **Prisão e Liberdade** – Coleção para entender direito. São Paulo. Estúdio Editores. 2014, p. 09-10.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil Mito Fundador e Sociedade Autoritária**. 1ª ed. SP: Fundação Perseu Abramo, 2000. Disponível em:

<http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/brasil_mitofundador_e_sociedade_autoritaria_ma_rilena_chau_i.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016, p. 93.

CHEQUER, Cláudio. **Manifestações populares no Brasil e o princípio da proporcionalidade**. 2013. Disponível em:

<<http://www.cartafortense.com.br/conteudo/artigos/manifestacoes-populares-no-brasil-e-o-principio-da-proporcionalidade/11501>>. Acesso em: 10.nov.2016.

CNJ. Dados Estatísticos/Mapa de Implantação. **Audiência de Custódia**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario-e-execucao-penal/audiencia-de-custodia/mapa-da-implantacao-da-audiencia-de-custodia-no-brasil>>. Acesso em: 20. Out. 2016.

CONECTAS DIREITOS HUMANOS. **ONU alerta para “tortura alarmante” no Brasil**. Disponível em: <<http://www.conectas.org/pt/acoes/justica/noticia/42584-onu-alerta-para-%E2%80%9Ctortura-alarmante%E2%80%9D-no-brasil>>. Acesso em: 03.nov.2016

CONECTAS DIREITOS HUMANOS. **ONU demanda redução do número de presos no Brasil**. Disponível em: <<http://www.conectas.org/pt/acoes/justica/noticia/41562-onu-demanda-reducao-do-numero-de-presos-no-brasil>>. Acesso em: 03. nov. 2016

FERRARI, Rafael. **O princípio da presunção de inocência como garantia processual penal**. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XV, n. 101, jun 2012. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11829>. Acesso em 06. nov. 2016.

FOLEY, Conor. **Protegendo os brasileiros contra a tortura: Um Manual para Juízes, Promotores, Defensores Públicos e Advogados**. Brasília: International Bar Association’s Humam Rights Institute (IBAHRI) (IBA) / Ministério das Relações Exteriores Britânico e Embaixada Britânica no Brasil, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014, p. 14-15.

GRECO, Rogério. **Direito Penal do Equilíbrio: uma visão minimalista do Direito Penal**. 7ª ed. – Niterói, RJ: Impetus, 2014.

GROENWOLD, Cecília. **O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana**. Disponível em:<<http://www.faculdadedamas.edu.br/revistafd/index.php/neari/article/view/376/360>>. Acesso em: 03. nov. 2016.

HERKENHOFF, João Baptista. **Audiência de custódia**. Jus Navigandi, jun. 2015. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/39744/audiencia-de-custodia>>. Acesso em: 25. fev. 2016.

JÚNIOR, Rosivaldo Toscano. **Muito mais que uma Audiência de Custódia**. Disponível em: http://www.rosivaldotoscano.com/2015_05_01_archive.html. Acesso em: 20. out. 2016.

JUSTIÇA do Ceará tem primeira audiência de custódia. Ceará: Portal G1, 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2015/08/justica-do-ceara-tem-primeira-audiencia-de-custodia.html>. Acesso em: 07 mar. 2016.

KARAM, Maria Lúcia. **Liberdade, Presunção de Inocência e Prisões Provisórias**. Vol6. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009, p. 41-42.

LEMGRUBER, Julita. **Verdades e Mentiras sobre o Sistema de Justiça Criminal**. Revista CEJ – Conselho da Justiça Federal, n.15, p. 12-29, set/dez. 2001.

LOPES JUNIOR, Ayry; PAIVA, Caio. Audiência de custódia e a imediata apresentação do preso ao juiz: rumo à evolução civilizatória do processo penal. Revista Liberdades nº 17, setembro/dezembro de 2014. Disponível em: http://revistaliberdades.org.br/site/outrasEdicoes/outrasEdicoesExibir.php?rcon_id=209. Acesso em: 16 Mar. 2016

LUTHOLD, Pedro Henrique. Uma breve história do direito penal positivo brasileiro e o PLS n.º 236/2012. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVI, n. 114, jul 2013. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12965. Acesso em 20. Out. 2016.

MACIEL, José Fábio Rodrigues. **Ordenações Filipinas- considerável influência no direito brasileiro**. Jornal Carta Forense. Disponível em: <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/ordenacoes-filipinas--consideravel-influencia-no-direito-brasileiro/484>. Acesso em: 18.nov.2016

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de direito penal**, volume 1: parte geral, arts. 1º a 120 do CP / Julio Fabbrini Mirabete, Renato N. Fabbrini. – 28. Ed. ver. E atual. São Paulo: Atlas, 2012.

MORAES, Alexandre de. **Direitos Humanos Fundamentais**. 9 ed. Editora Atlas, 2011, p.3.

OLIVEIRA, Gisele Souza de et.al. **Audiência de custódia: dignidade humana, controle de convencionalidade, prisão cautelar e outras alternativas (Lei 12.403/2011)**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015, p. 10.

PAIVA, Caio. **Audiência de Custódia e o processo penal brasileiro**. 1 ed. Florianópolis: Empório do Direito, 2015

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e Justiça Internacional**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 137

SILVA, Ademar Aires Pimenta. **A audiência de custódia é cara e inútil.** Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-jul-28/ademar-silva-audiencia-custodia-cara-inutil>>. Acesso em: 03 out. 2016.

SILVA, Antônio Julião da. **O Direito Penal e sua execução no Brasil Colonial. A influência Portuguesa e o papel do clero.** Empório do Direito. Disponível em: <<http://emporiiododireito.com.br/o-direito-penal-e-sua-execucao-no-brasil-colonial-a-influencia-portuguesa-e-o-papel-do-clero-por-antonio-juliao-da-silva/>>. Acesso em: 18.nov.2016.

SILVA, Daniele Souza de Andrade e. **A Temporalidade Específica da Prisão Preventiva.** In: Revista CEJ, Brasília, Ano XI, n. 37, p. 59-67, abr./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/view/878/1060>>. Acesso em 05. Nov.2016.

TJCE. Estado do Ceará, Poder Judiciário. **Audiência de Custódia no Ceará completa um ano com 6.518 decisões proferidas.** Disponível em: <<http://www.tjce.jus.br/noticias/audiencia-de-custodia-no-ceara-completa-um-ano-com-6-518-decisoes-proferidas/>>. Acesso em: 20.out.2016.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Manual de Processo Penal.** 4 ed. rev. atual. aum. – São Paulo: Saraiva, 2002, p. 1-28; 112.

VELASCO, Clara; D'AGOSTINO, Rosanne; REIS, Thiago. **Número de presos dobra em 10 anos e passa dos 600 mil no país.** Portal G1: Política, São Paulo, 23 jun. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/06/numero-de-presos-dobra-em-10-anos-e-passa-dos-600-mil-no-pais.html>>. Acesso em: 15. mar. 2016.

Capítulo 24 - DOI:10.55232/1084002024

**CRIANÇAS ÍNDIGO E CRISTAL: UMA VISÃO A PARTIR
DA PSICOLOGIA EDUCACIONAL**

Virginia de Mauro Faccio Gonçalves Dias

RESUMO: Este trabalho pretende tratar de um tema que gera interesse por determinado segmento da população, mas que também é polêmico para a comunidade acadêmica. Procura relacionar transversalmente as questões que estão associadas aos atributos socioemocionais de crianças da chamada Nova Era, denominadas Índigo e Cristal, às questões ligadas ao temperamento e personalidade infantis fundamentadas na psicologia do desenvolvimento humano, tecendo considerações quanto ao papel dos educadores no desenvolvimento dessas crianças. O estudo foi realizado por meio de levantamento bibliográfico sobre o que há publicado acerca do tema na literatura acadêmica nacional. Verificou-se que algumas pessoas identificam os principais aspectos das crianças da Nova Era no campo do conhecimento esotérico, mas não estabelecem relações com as características normais de desenvolvimento infantil fundamentadas pela psicologia. Conclui-se que existe uma forte tendência de mistificarem-se certos temas que acabem sendo supervalorizados pelo senso comum por não serem analisados à luz dos conhecimentos acadêmicos e científicos. **Palavras-chave:** desenvolvimento infantil, índigo e cristal, educação transformadora, Nova Era,

1 | INTRODUÇÃO

Entende-se por Era um período de tempo que se estende a partir de um acontecimento importante e que é tomado como ponto de referência cronológico, dando início a acontecimentos importantes que impactam em grandes transformações nas sociedades e nas culturas, como por exemplo, a Era Clássica, a Cristã, a Medieval entre outras. O movimento Nova Era, New Age ou Era de Aquário, não é um fenômeno recente, sendo constituído por uma complexa pluralidade de manifestações sincréticas místicoesotéricas em todo o mundo, desde há quase duas gerações. Lupi (2009) define a Nova Era como uma realidade imprecisa, sujeita a diferentes abordagens e interpretações cujo movimento, sob o ponto de vista espiritual, nutre-se de diversas influências religiosas sem, no entanto, constituir-se como uma religião em particular, mas concretizando-se por inúmeras realizações e doutrinas. Em sua vertente ocidental proliferou-se nos meios sociais em que os valores tradicionais são mais contestados, o que propiciou o anúncio de uma vida melhor a partir de uma visão salvacionista. Identifica-se uma maior popularização do movimento da Nova Era nas décadas de 1960 e 1970, como parte de várias manifestações da contracultura da época, defendendo e promovendo a contestação dos costumes ortodoxos da sociedade, da política e da religião. Baseados em princípios filosóficos e místicos, seus seguidores demonstravam o desejo de uma profunda transformação social com novos modelos de consciência moral, social e psíquica. Baseando-se em Oliveira (2009, p.40) destacamos como algumas das características desse movimento: a exigência de transformação e mudança no plano individual e coletivo como preparação para uma Nova Era; um otimismo radical que acredita que a humanidade está sendo introduzida em uma convivência abalizada na harmonia, no respeito às pessoas e ao planeta Terra; e uma tendência de não assumir as responsabilidades individuais, atribuindo-as a agentes externos – terrestres, ou não – ou mesmo ao plano espiritual. Segundo Oliveira (2011), o termo Nova Era remete a uma referência astrológica, situando o plano astral místico em relação às trajetórias planetárias e estelares. Considerando-se o percurso completo dos astros na abóboda celeste da Terra em um Qualidade e Políticas Públicas na Educação 6 Capítulo 12 130 período de cerca de 2000 anos, atualmente estaríamos no limiar de um novo ciclo. Cálculos matemáticos indicam a variação do tempo do movimento do eixo terrestre em relação às constelações zodiacais, no entanto, há divergências entre astrônomos e astrólogos quanto ao início da Era de Aquário, para cuja constelação

estamos hoje posicionados. Assim, aos que acreditam na influência do zodíaco na vida humana, a presente Era seria assinalada pelas características do signo aquariano nas gerações nascidas ao longo deste período de transição, marcado por uma série de transformações e, especialmente, pela superação de polos historicamente antagônicos.

2 | CRIANÇAS DA NOVA ERA

Nas culturas ancestrais a água está relacionada à prosperidade e à harmonia, devido a abundância de alimento sob o ponto de vista dos ciclos anuais da natureza. Aquário, que na mitologia grega está associado ao aguadeiro, anuncia, portanto, uma era de progressos e melhorias na qualidade de vida. Aos que creem no zodíaco astrológico, Goodman (1998), em seu livro de quase quinhentas páginas sobre esse tema, descreve que indivíduos nascidos sob a influência da constelação de Aquário são notadamente percebidos como criativos, sociáveis e tolerantes. Destaca como principais características, dentre várias outras, a grande capacidade de compreensão dos fatos sob o ponto de vista humano, o altruísmo, a independência, a não aceitação da repressão social e o grande interesse pelas inovações. Lupi (2009, p.368) complementa que “a palavra chave ... é o ‘universalismo’ e a habilidade ‘um intelecto superior, preparando para os conhecimentos transcendentais’; a ‘nota básica de Aquário é a visão do futuro’”, completando que quando essa Era se estabelecer plenamente não haverá mais diferenças sociais ou raciais. Os seguidores do movimento da Nova Era, firmes em que o futuro da sociedade somente pode ser construído com uma nova geração de seres humanos, defendem o surgimento de um novo tipo de crianças, chamadas Índigo e Cristal, com traços distintos de personalidade, capazes de provocar tal transformação. Embora não tenhamos localizado no Brasil trabalhos de natureza científica realizados sobre tais crianças, alguns autores são comumente citados em publicações nacionais de diferentes naturezas, como por exemplo, Vecchio (2006), Jardim (2009), Carrol e Tober (2010), Simon (2010) e Cañete (2012). Na literatura internacional – pelo que foi encontrado até o presente momento, uma vez que não foi intenção principal mapear tais publicações – foram localizados alguns trabalhos que apresentam o tema sob uma abordagem investigativa principalmente voltada à área da saúde psíquica. Com foco no campo da educação, aqui destacamos Masters (2008), Trotta (2012, 2013), Yong e Arip (2015). Qualidade e Políticas Públicas na Educação 6 Capítulo 12 131 A denominação Índigo e cristal está relacionada às respectivas cores da aura mística e às suas

particularidades. Por aura mística entende-se uma energia evolutiva imaterial, um campo bioenergético sutil que envolve o ser humano, capaz de provocar diferentes sensações em si mesmo e nos que o rodeiam. De maneira geral, as crianças Índigo se destacam por suas características de questionamento, contestação, inconformismo a regras arbitrárias, hiperatividade e dificuldades de atenção em modelos tradicionais de educação, tanto em contextos escolares como familiares. Quando adultas, são as verdadeiras agentes de transformação social. As crianças Cristal se destacam por características de maior sensibilidade, empatia, cooperação consciência e responsabilidade planetárias. Quando adultas, são a manifestação da evolução do gênero humano, tendo as Índigo como pioneiras nesse processo evolutivo da humanidade. Segundo Yong e Arip (2015) esse modelo conceitual Índigo e Cristal foi popularizado por Lee Carroll e Jan Tober em 1998, que passaram a influenciar vários outros autores na exploração sobre o assunto. Masters (2008; apud YONG e ARIP, 2015) construiu, a partir de sua tese de doutorado, um modelo de personalidade do Índigo com base em seus estudos e pesquisas. Segundo a autora, existem sete notáveis traços do Índigo: criatividade; alta consciência e sabedoria; autoimagem e autoestima positivas; rebeldia ou resistência contra tradições sociais; liderança e autoritarismo; pouca interação com indivíduos comuns; transtornos de atenção, hiperatividade ou do espectro autista; e intuição psíquica. Esses sete principais traços de personalidade não estão totalmente separados um do outro, podendo sobrepor-se de acordo com a situação. Como se observou, são poucos os estudos acadêmicos publicados pela literatura científica. Talvez seja essa a principal razão para que Vecchio (2006) afirmasse que uma nova geração de crianças tem surgido ao mundo “com um comportamento ainda não classificado pela psicologia”. No entanto, independente dos pressupostos epistemológicos que definem esses indivíduos da Nova Era, essa afirmação não pode ser tomada como verdade absoluta. A Psicologia, enquanto Ciência formalmente estabelecida, tem estudado o quanto o desenvolvimento dos indivíduos é influenciado pelo temperamento e a personalidade desde seus primeiros momentos de vida. Determinantes genéticos e fatores ambientais são os responsáveis pela construção e a constituição da pessoa que, em coletividade, compõe o gênero humano. Assim, apresentamos uma brevíssima compilação das principais concepções teóricas da psicologia que explicam o desenvolvimento social e emocional da criança, para estabelecermos relações com as, até este ponto, aqui apresentadas.

3 | DESENVOLVIMENTO SOCIOEMOCIONAL INFANTIL.

Alvarenga e Piccinini (2007) ditam que temperamento pode ser definido como um padrão inato e estável de reação individual em relação à reatividade emocional, motora e da atenção. Com bases constitucionais se expressa ao nascer e, como outras características do comportamento humano, é modificado pela ação do ambiente. Das várias dimensões que caracterizam o temperamento, destacam-se: nível e ritmo de atividade; reação a novas situações e pessoas (aproximação ou retraimento); adaptabilidade; intensidade e controle da qualidade e da reação emocional (autorregulação emocional); atenção–persistência e distraibilidade (autorregulação da concentração). Também são importantes as relações materno-paternas com a criança pois, se responsivas, não coercitivas, contingentes e reforçadoras, favorecem a construção da competência social desde o início de vida, favorecendo a autonomia, a assertividade e comportamentos positivos da criança, como empatia, altruísmo e cooperação. A personalidade é uma formação complexa do psiquismo humano, englobando emoções, vontade, traços de caráter e capacidades cognitivas. Esse sistema integrado por distintas funções psicológicas caracteriza a forma peculiar de cada indivíduo atuar no mundo. A base da personalidade é formada pelo conjunto de relações sociais que a criança desde cedo exerce com o mundo, pelas atividades que realiza com a mediação do adulto, aprendendo valores, atitudes e conceitos que irão moldá-la. Vigotski (VIGOTSKI, LURIA e LEONTIEV, 2010) afirma que, conforme se desenvolve, a criança é capaz de compreender acontecimentos e situações à sua volta e com isso relacionar-se emocional e cognitivamente de acordo com suas crescentes possibilidades, mediadas pelo domínio da linguagem. A teoria social-cognitiva (BANDURA, AZZI e POLYDORO, 2008) defende que padrões de comportamento socialmente aceitáveis são inicialmente aprendidos pela criança pela observação imitativa dos adultos, como um recurso interno de adaptação ao ambiente estabelecido. Ampliando sua socialização e ativando mecanismos de autocontrole internos, desenvolve processos de autorregulação aos padrões de conduta socialmente desejáveis, que lhe induzem a manter uma organização estável e integrada de suas ações. A construção do juízo moral, por Piaget (1994), explica que as crianças recebem influências diretas dos adultos quando ainda não possuem entendimento dos comportamentos esperados socialmente. Necessitam de regras para orientá-las, obedecendo-as ainda sem compreensão. Com o tempo, percebem que têm escolha por

meio de seu juízo, para a resolução dos conflitos de suas próprias ações com as dos outros. Completamos estas colocações com Martins e Branco (2001) que apontam a necessidade de uma abordagem teórica que trate o desenvolvimento moral por um enfoque mais amplo, integrando-se os aspectos socioculturais, cognitivos e afetivos. Qualidade e Políticas Públicas na Educação 6 Capítulo 12 133 proporcionalmente. Assim, defendem ser possível e necessário um aprofundamento teórico e científico que amplie a compreensão sobre a complexidade do desenvolvimento humano, bem como a criação de metodologias que correspondam às exigências de uma sociedade em transformação.

4 | SOMANDO E AMPLIANDO CONHECIMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL INTEGRAL.

Durante a elaboração deste trabalho foram encontradas algumas publicações dedicadas à integração da abordagem mística à pedagógica. A maioria dos autores sugere práticas transdisciplinares, dentre as quais Knaul (2011) que operacionalizou algumas ações para sua atuação como docente em uma escola alternativa. Trotta (2013), em um estudo mais elaborado, fundamenta e discute várias considerações sobre as necessidades dessas crianças diferenciadas, muitas vezes equivocadamente diagnosticadas como possuidoras de déficit de atenção, hiperatividade e até mesmo transtornos do espectro autista, propondo possibilidades de atuação pedagógica escolar para o desenvolvimento de crianças e adolescentes. A partir dessa e outras pesquisas, em especial a de Masters (2008), Yong e Arip (2015) elaboraram um inventário para facilitar a identificação de crianças Índigo pelos educadores, de forma que a escola possa melhor acolhe-las e atender às suas particularidades. O objetivo do estudo desses dois últimos pesquisadores foi contribuir com uma das políticas públicas promovidas pelo Ministério da Educação da Malásia que, em 2014, distribuiu bolsas para a capacitação e especialização de educadores voltada ao atendimento a crianças com altas habilidades, uma das principais características das índigo. Dias (2018), em seu estudo exploratório sobre o conhecimento geral de educadores a respeito de crianças Índigo e Cristal, verificou que mais da metade dos que responderam a sua livre enquete por uma rede social afirmou ter ouvido falar sobre o tema, enquanto mais de um quarto da amostra respondeu ter conhecimento sobre o assunto. Por outro lado, os mesmos profissionais não demonstraram conhecer o suficiente sobre os fundamentos teóricos

básicos a respeito do desenvolvimento social e emocional infantil. Ainda que os resultados não possam ser generalizados devido à metodologia utilizada, abriu-se um espaço para ampliar as discussões sobre as relações entre os dois assuntos. Não é incomum constatarmos em nossa trajetória acadêmica e profissional quantas lacunas estão presentes na construção dos conhecimentos necessários ao exercício da função docente. Ainda existe muito desconhecimento e desinformação entre os professores para a realização de um trabalho de extrema responsabilidade, já que a escola tem acolhido crianças cada vez menores. Ainda que haja defensores da ideia que remete apenas à família a educação de valores morais à criança, não se pode eximir da escola a responsabilidade pela Qualidade e Políticas Públicas na Educação 6 Capítulo 12 134 ampliação desses conhecimentos para a formação plena e integral do caráter e da personalidade do indivíduo. O papel do professor é intrínseco no processo de promoção à socialização, canalizando e mediando diferentes formas de interação social, crenças e valores, favorecendo a compreensão e a interiorização do mundo humano pela criança. Os educadores escolares são os maiores promotores do desenvolvimento infantil, o que abrange aspectos cognitivos, emocionais, sociais além dos conhecimentos e informações necessários à sua adaptação e sobrevivência em sociedade, especialmente quando forem adultos.

CONCLUSÕES:

Não importando a origem ou o propósito do surgimento das crianças das novas gerações, incluindo as da Nova Era, deve existir uma preocupação pela sociedade não somente com sua identificação mas especialmente com sua inclusão. Esse fato não irá ocorrer se nos deixarmos levar pela lógica do senso comum que, perigosamente, pode ser influenciado pelos adeptos ortodoxos do movimento New Age. Se prestarmos atenção às características ídigo descritas pelos autores de tal vertente, constatamos que são o retrato da maioria das crianças que hoje conhecemos. É fato que as crianças deste milênio são diferentes das do passado, mas não por sua origem cósmica e sim pelo próprio momento de desenvolvimento social e tecnológico em que nasceram e cresceram. Crianças curiosas, contestadoras de regras arbitrárias, precoces intelectualmente, sociáveis e preocupadas com a sustentabilidade do planeta são inegavelmente diferentes das do passado, em que lhes eram atribuídas pouca ou nenhuma importância. Hoje, a esmagadora maioria de nossas crianças tem vez e voz e

fazem uso dessas concessões na maioria das culturas. De uma forma ou de outra, chegamos a um ponto decisivo nesta discussão: como as políticas públicas voltadas à educação estão favorecendo um novo modelo pedagógico, transformador de dogmas e práticas docentes arcaicas e ultrapassadas, que desconsidera as características das novas gerações de alunos. Quando, em desalento, constatamos que, apesar de estarmos cronologicamente no novo milênio ou, que seja, na Nova Era, as estruturas que regem a subsistência das escolas estão, no mínimo, com dois séculos de atraso. Como se tem dito, temos alunos do século 21 sendo conduzidos por professores do século 20, em uma escola do século 19 – desde sua estrutura arquitetônica até seus currículos e práticas didáticas. Podemos ter uma nuance de esperança com as propostas governamentais, nacionais e internacionais, ao novo enfoque dos currículos, voltados à formação de competências e não mais à acumulação de conteúdos. Algumas linhas pedagógicas ocidentais, como a antroposófica de Rudolf Steiner ou mesmo a humanista de Maria Montessori, buscam se aproximar de uma educação holística e integral. Novas Qualidade e Políticas Públicas na Educação 6 Capítulo 12 135 propostas didáticas, com o uso de metodologias ativas e incorporação de tecnologias de informação e comunicação, acenam à possibilidade de maior protagonismo para a aprendizagem, em que alunos (no sentido etimológico da palavra) passem a ser estudantes aprendizes, conscientes e satisfeitos de seu papel. Como resultado do sucesso dessas tendências, aí sim poderemos começar a pensar na evolução do ser humano mediada pela escolarização. Retomando o tema inicial deste trabalho, tecemos algumas reflexões caminhando à finalização de nossas considerações. O surgimento misterioso de uma categoria de crianças capazes de transformar a humanidade apenas por suas características “sobrenaturais” é um sonho que muitos desejam. Mas, como poderiam essas crianças da Nova Era serem viavelmente incorruptíveis e imunes à sociedade cada vez mais complexa? Se nos remetermos à ideia basilar de Rousseau, em que os homens nascem bons sendo corrompidos pela sociedade civilizada, já temos um primeiro e forte referencial a ser considerado. No mesmo sentido, inúmeros estudos fundamentados na Ciência comprovam a influência do meio, desde os primeiros dias de vida da criança, em seu desenvolvimento biopsicossocial. Ignorar esses conhecimentos, atribuindo ao místico a responsabilidade da transformação social, não seria um desejo inconsciente de eximir-se da responsabilidade pelo desenvolvimento e educação das crianças desta era, que cada vez mais demandam e solicitam uma revisão nas formas de educar?

Finalizando, nos remetemos a Zaporóshetz (1987 apud BISSOLI, 2014), que sustenta a afirmativa de que o nascimento de cada criança representa a renovação das esperanças de homens e mulheres, pois nasce com ela uma nova oportunidade de alcançar a plena humanização do sujeito, assim como um desafio aos que se responsabilizam por seu cuidado e por sua educação. Cabe, portanto, aos educadores da família e da escola uma chamada às suas responsabilidades, como artífices de uma nova geração de pessoas com capacidade de ir além muito além ao desenvolvimento do potencial humano, por meio de uma consciência integral expandida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARENGA, Patrícia; PICCININI, Cesar A.. O impacto do temperamento infantil, da responsividade e das práticas educativas maternas nos problemas de externalização e na competência social da criança. **Psicologia Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 314-323, 2007. Disponível em . Acesso em 20 jul. 2018.

BANDURA, Albert.; AZZI, Roberta. G.; POLYDORO, Soely. **Teoria Social Cognitiva: conceitos básicos**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BISSOLI, Michelle F. Desenvolvimento da personalidade da criança: O papel da educação infantil, **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.19, n.4 p.587-597, out./dez. 2014.

CAÑETE, Ingrid. **Crianças Cristal – A transformação do ser humano**. Porto Alegre: Besourobox, 2012.

CARROL, Lee; TOBER, Jan. **Crianças índigo 10 anos depois**. Trad. Sonia Augusto. Osasco: Novo Século Editora, 2010.

DIAS, Virgínia de Mauro Faccio Gonçalves. **Crianças Índigo e Cristal – Uma visão da psicologia educacional**. 2018, 25 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Centro Universitário Unimetrocamp-Wyden, Campinas.

GOODMAN, Linda. **Os signos do zodíaco de Linda Goodman**. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

JARDIM, Maria Antonia (coord). **Crianças índigo – Novas atitudes pedagógicas**. 2ª ed. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2009.

KNAUL, Ana Paula. **Contribuições de práticas transdisciplinares na educação de crianças índigo**. 2011, 113 p. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Centro Universitário de São José, São José.

LUPI, João. Nova Era de Aquário. **História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 9, n. 2, jul./dez. 2009, p. 364-375. Disponível em . Acesso em 18 jul. 2018.

MARTINS, Lincoln C.; BRANCO, Angela U. Desenvolvimento moral: Considerações teóricas a partir de uma abordagem sociocultural construtivista. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, mai./ago.2001, v.17, n.2, p.169-176.

MASTERS, Dahlia Diane. **Comparison of Self Actualization and Psychic Ability Between Selfidentified Indigos and Matched Control As Measured By The Personal Orientation Inventory, The Rhine Cards and Demographic Data**. 2008. Tese de Doutorado, Holos University Graduate Seminary, Jakson. Disponível em https://www.holosuniversity.net/pdf/MastersD_Dissertation.pdf>. Acesso em 18 jul. 2018.

OLIVEIRA, Amurabi. Nova Era e New Age Popular: As transformações nas religiões brasileiras. **Cadernos de Pesquisas Interdisciplinares em Ciências Humanas**. Florianópolis, v.12, n.100, p.65 – 85, jan/jul 2011.

PIAGET, Jean. **O juízo moral na criança**. São Paulo: Summus, 1994.

QUIROGA FERNANDEZ, María Elena; SERRUDO GUTIERREZ, Sonia Cristina; ALBERTO, Solíz Padilla. Niños indigo. **Rev. Arte y Ciencia Medica**, Sucre, n. 7, 2005. Disponível em . Acesso em 18 jul. 2018.

SIMON, Sylvie. **Crianças índigo: uma nova consciência planetária**. São Paulo: Madras, 2010.

TROTTA, Patrizia. The indigo phenomenon and the new generations – Are they symbolic of an emerging consciousness and paradigm? **International Journal of Arts & Sciences** v.5, n.3, p127 – 154, 2012.

TROTTA, Patrizia. **The potential contribution of psychosynthesis to education: an interview -based exploration of educators’ experiences of working with members of the ‘New Generations’ who are developing towards self - actualisation and self – transcendence**. Tese de Doutorado, Holos University Graduate Seminary, 2013. 386 p. Disponível em Acesso em 18 jul. 2018.

VECCHIO, Egidio. **Educando Crianças índigo**. São Paulo: Butterfly Editora, 2006.

VIGOTSKI, Lev S.; LURIA, Alexander R.; LEONTIEV, Alexey N. **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem** (12ª ed.), São Paulo: Ícone, 2010.

YONG, Yuan Meng; ARIP, Mohammad Aziz Bin Mohamed. Development of Indigo Check List: The Concern of Malaysian Society for Needs of Indigo Children. **International Journal of Education and Research**, v. 3, n. 10, out. p. 23 – 34, 2015. Disponível em < <http://www.ijern.com/journal/2015/October-2015/03.pdf>>. Acesso em 18 jul. 2018.

Capítulo 25 - DOI:10.55232/1084002025

**ANÁLISE COMPARATIVA DAS CONDIÇÕES DA AÇÃO
NO CPC/1973 E NO CPC/2015**

**Jacqueline Garcia Gonçalves Gutierrez, Isabela Ferraz de Souza
Fernandes, Karoline de Sales Mendes, Camila Santos Borges, Cynara
Silde Mesquita Veloso**

RESUMO: As condições da ação são requisitos processuais mínimos para a ocorrência regular da tramitação processual e eventuais julgamentos, até que seja atingida alguma sentença de mérito. Avaliando-se a alteração legislativa com o advento do Código de Processo Civil (CPC/2015), percebe-se significantes alterações acerca das condições da ação em relação à norma revogada (CPC/73), como a exclusão da possibilidade jurídica do pedido e o afastamento do termo “condições da ação”. O presente estudo faz um atual comparativo das condições de ação no CPC/73 e no CPC 2015, para tanto, foi utilizada a pesquisa de caráter exploratório, bibliográfico e qualitativo. Ao se analisar o CPC/73 era possível encontrar três condições da ação: a legitimidade, o interesse de agir e a possibilidade jurídica do pedido. Posteriormente, o CPC/2015 trouxe, dentre outras mudanças, a extinção do nome “condições da ação”, descrevendo apenas que “para postular em juízo, é necessário interesse e legitimidade” e extinguiu a possibilidade jurídica do pedido que compunha esses requisitos. As mudanças legislativas acerca das condições da ação foram importantes, pois estas deixaram de receber tratamento de instituto processual autônomo, e passam a ser analisadas como pressupostos processuais, de modo a consagrar a teoria defendida por Liebman, na qual a possibilidade jurídica estaria contida no interesse de agir. A pesquisa resultou na melhor compreensão do processo de evolução do Código de Processo Civil brasileiro, no que tange ao conhecimento e entendimento das condições da ação e dos motivos que ensejaram sua modificação.

Palavras-chave: Condições da ação, CPC/2015, CPC/73

INTRODUÇÃO

Com o advento do Código de Processo Civil CPC/2015, percebe-se significantes alterações acerca das condições da ação em relação à norma revogada CPC/73. Conforme preceitua o art. 17, do CPC, para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade. Trata-se, portanto, de requisitos de existência da ação, sem os quais a parte sequer pode ingressar em juízo em busca da tutela jurisdicional. Em razão disso, caso assim o faça, caberá ao magistrado prolatar sentença sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, do CPC.

Sob esse aspecto, inclusive, destaca-se a primeira e mais evidente alteração entre o CPC/73 e o CPC/2015, uma vez que a norma revogada dizia que o juiz não resolveria o mérito quando fosse constatada a ausência de qualquer das condições da ação, como a possibilidade jurídica, a legitimidade das partes e o interesse processual. Sob a ótica da nova legislação processual, infere-se que o inciso VI, do art. 485, faz referência tão somente à legitimidade e ao interesse processual, isto é, houve a exclusão da possibilidade jurídica do pedido.

Ademais, também é possível verificar dos dispositivos supramencionados que o legislador afastou a utilização da expressão “condições da ação”, o que não significa que, na prática, retirou-se a sua essência, visto que essas questões continuam a ser examinadas quando da análise do mérito, como ocorre com a possibilidade jurídica do pedido, ou como pressupostos processuais, em relação à legitimidade e interesse de agir.

Em outras palavras, ocorreu que as condições da ação deixaram de receber tratamento de instituto processual autônomo, passando a ser analisadas no mérito da ação ou como pressupostos processuais, de modo a consagrar a teoria defendida por Liebman, pela qual a possibilidade jurídica estaria contida no interesse de agir. (THEODORO JÚNIOR, 2015).

Quanto ao interesse de agir, entende-se que sua análise deve partir de dois aspectos: necessidade e adequação. Nesse sentido, o pedido será necessário quando a parte não puder alcançar o bem da vida pretendido sem a intervenção estatal por meio do Poder Judiciário e, por outro lado, será adequado, quando, com base nos fatos narrados

pela parte, o pedido final for apto a produzir os resultados esperados para a solução da demanda.

Sendo assim, o presente estudo visa estabelecer uma relação comparativa entre as condições para o exercício do direito da ação (interesse e legitimidade), considerando as alterações normativas CPC/2015 em face do CPC/73, bem como a retirada, pelo legislador, da possibilidade jurídica do pedido enquanto condição da ação. Por fim, serão analisados os reflexos destas mudanças para a dedução da lide em juízo e resolução do mérito, em observância do plano da eficácia da relação processual.

METODOLOGIA

Para realização deste estudo foi utilizada a pesquisa exploratória por meio das técnicas de pesquisa bibliográfica, realizadas em livros e artigos, bem a pesquisa documental como por meio de legislações pertinentes, quais sejam, o Código de Processo Civil de 1973 e o Código de Processo Civil de 2015.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Vários foram os elementos do Direito Processual Civil que sofreram mudanças com a passagem do CPC/73 para o CPC/2015. Dentre eles, destacam-se as condições da ação, que de acordo com os posicionamentos doutrinários que baseiam seus estudos no antigo código, podem ser conceituadas como requisitos processuais fundamentais para regularem o trâmite do processo e o conseqüente julgamento do mérito.

Ainda segundo esse posicionamento, caso ocorresse a ausência de qualquer uma das condições, ocasionaria a carência da ação, causa de extinção do processo sem julgamento de mérito. Para Liebman (1985), o absentismo da possibilidade jurídica do processo, por exemplo, levava à improcedência da pretensão deduzida em juízo. Nota-se, portanto, a importância dessas condições para a Teoria Geral do Processo, localizadas entre os pressupostos processuais e o mérito da causa.

Após análise do CPC/73, era possível encontrar três condições da ação: a legitimidade ad causam (atributo jurídico concedido a alguém para atuar no contraditório e discutir determinada situação jurídica litigiosa), o interesse de agir e a possibilidade jurídica do pedido. Antes de explicar cada uma delas, é válido ressaltar que grande parte

da doutrina criticou o trinômio, especialmente no que se refere à última condição, de forma que, décadas mais tarde, houve mudanças significativas em relação a esta. (BRASIL, 1973).

Didier esclarece que, já que o órgão jurisdicional só pode fazer juízos de admissibilidade (onde o Judiciário analisa se foram preenchidos os requisitos mínimos para justificar que sua inércia seja rompida) e de mérito (onde se analisa se o recorrente tem razão e, portanto, o recurso deve ser acolhido), apenas essas duas questões (de mérito e admissibilidade) podem ser examinadas por ele, não havendo a necessidade da criação de uma terceira (as condições de ação).

Apesar de amplamente difundido, esse pensamento encontrava obstáculo no próprio texto do CPC/73, em seu artigo 267, no inciso VI, onde é afirmado que o processo pode ser extinto sem resolução de mérito quando as condições de ação não concorrerem.

Desta forma, surge o CPC/2015, que trouxe como primeira mudança a extinção do nomen iuris “condições da ação”, descrevendo, em seu artigo 17, apenas que “para postular em juízo, é necessário interesse e legitimidade”.

Já no artigo 485 do código de 2015 (que corresponde ao 267 do antigo CPC), onde é tratado sobre os pressupostos processuais, requisitos para que o processo se estabeleça ou desenvolva validamente, não existe mais a presença do termo “condições de ação”, posto que estas operam no plano da eficácia da relação processual (THEODORO JÚNIOR, 2015).

Além disso, no inciso VI do mesmo artigo 485, determina-se que o juiz não verificará o mérito quando “verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual”. Ademais, extinguiu-se a possibilidade jurídica do pedido que também compunha esses requisitos. (BRASIL, 2015).

No que se refere ao título “Da Jurisdição e da Ação”, no CPC/73 este encontra-se dividido em dois capítulos, cada um tratando separadamente sobre esses assuntos, enquanto no CPC/2015 ambos se encontram compilados no mesmo dispositivo. Não obstante as supressões, acréscimos e algumas modificações no campo semântico e sintático, alguns artigos referentes a esse assunto do processo civil permaneceram iguais, como é o caso da necessidade de apresentar interesse de agir e legitimidade na fase pré

processual e, embora tenha havido a supressão do termo “condição”, este binômio ainda apresenta sua original eficácia, tratando-se aqui, portanto, de uma alteração sintática. Posto isso, faz-se necessário aprofundar um pouco mais o estudo de cada um desses requisitos.

No que tange ao interesse de agir (artigo 3º, CPC/73), é importante diferenciar primeiramente três conceitos: o de necessidade, que “traduz-se na ideia de que somente o processo é o meio hábil à obtenção do bem da vida almejado pela parte; o de utilidade, que significa que o processo deve propiciar, ao menos em tese, algum proveito ao demandante e o de adequação, pelo qual entende-se que a parte deve escolher a via processual adequada aos fins que almeja (FONSECA FILHO, 2015)”.

Este último conceito foi criticado por Didier, ao afirmar que “o procedimento é a espinha dorsal da relação jurídica processual. O processo, em seu aspecto formal, é procedimento”, de forma que torna prudente sua desconsideração, devido à desnecessária repetição sobre a busca da via processual. Logo, é possível extrair o conceito de que o interesse de agir corresponde à necessidade da jurisdição amparada pela utilidade que todo o processo gerará ao indivíduo que o busca.

Já na legitimidade, verifica-se a pertinência da ação, é determinado se as partes que compõem tanto o polo ativo quanto o passivo são legítimas. Assim, o autor é legítimo quando ele é o titular do direito que pretende adquirir (legitimidade ordinária), ou foi autorizado pela lei a pleitear a ação em benefício de outro (legitimidade extraordinária), e o réu possui a sua legitimidade quando é comprovado ser ele o responsável por cumprir com o determinado na sentença. Após a análise do magistrado, havendo a ausência desse requisito, o processo não prosseguirá.

Também é válido mencionar que a legitimidade extraordinária é prevista no artigo 18 do CPC/2015, ao afirmar que “Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico”.

Por fim, mesmo que essa condição tenha sido excluída do CPC/2015, é válido conceituar a possibilidade jurídica do pedido, sendo que esta consiste na verificação feita pelo juiz de que a pretensão do autor é amparada pelo ordenamento jurídico e possível de ser realizada no plano fático.

Como visto, diante dessa exclusão, atualmente, as condições da ação se dividem em duas, quais sejam: legitimidade das partes e interesse de agir, que são requisitos suficientes para se alcançar a tutela jurisdicional. E, na falta de um desses requisitos, a sentença proferida pelo juiz deverá ser terminativa, não alcançando a resolução de mérito.

CONCLUSÃO

A partir dos estudos realizados, conclui-se que, as alterações feitas no CPC/73 para o CPC/2015 trouxeram mudanças importantes acerca das condições da ação que deixaram de receber tratamento de instituto processual autônomo, e passaram a ser analisadas como pressupostos processuais, de modo a consagrar a teoria defendida por Leibman, pela qual a possibilidade jurídica estaria contida no interesse de agir.

Com isso, no CPC atual, ainda é adotada a teoria eclética, qual seja, o direito de acionar o Poder Judiciário e dele obter uma resposta, mas agora está vinculada ao posicionamento de Liebman, já que, para tanto, basta que haja interesse de agir e legitimidade das partes.

Outro outro aspecto importante é que o CPC/73 era dividido em dois capítulos, cada um tratando separadamente sobre esses assuntos, já no CPC/2015 ambos se encontram compilados no mesmo dispositivo, o que demonstra a intenção do legislador em sintetizar e facilitar o entendimento e aplicação da Lei.

Finalmente, infere-se que, as mudanças descritas nesse estudo foram feitas com vistas a melhorar o ordenamento jurídico brasileiro, e a privilegiar a economia e a celeridade processual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Código de Processo Civil (1973). Código de Processo Civil Brasileiro. Brasília, DF: Senado, 1973. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4550621&disposition=inline>> Acesso em: 30 de mar. de 2019

BRASIL. Código de Processo Civil (2015). Código de Processo Civil Brasileiro. Brasília, DF: Senado, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm> Acesso em: 30 de mar. de 2019

CUNHA, Douglas. Condições da ação no processo civil. JusBrasil. Disponível em:<<https://douglasr.jusbrasil.com.br/artigos/134629331/condicoes-da-acao-no-processo-civil>>. Acesso em: 31 de mar. de 2019.

DIDIER JR., Fredie. Condições da ação e o projeto de novo CPC. Disponível em: <<http://www.frediedidier.com.br/artigos/condicoes-da-acaoeo-projeto-de-novo-cpc/>> Acesso em: 30 de mar. de 2019.

FONSECA FILHO, Otávio Bueno. Novo Código de Processo Civil Quebra Paradigma das Condições Da Ação. Conjur, 2015. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2015-nov-30/otavio-fonseca-cpc-quebra-paradigma-condicoes-acao>> Acesso em: 30 de mar. de 2019.

JÚNIOR, Humberto Theodoro. Curso de Direito Processual Civil – Teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento e procedimento comum, vol. I. 56. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015. p. 222.

LIEBMAN, Enrico Tullio. Manual de direito processual civil. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1985 (v. 1). p. 151.

Capítulo 26 - DOI:10.55232/1084002026

**PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO DA INFÂNCIA NO
CONTEXTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL:
EXPERIÊNCIAS DE SI A PARTIR DE UMA ESCOLA E UM
LIXÃO**

Kátia Lira Oliveira, Rodrigo Díaz de Vivar Y Soler

RESUMO: O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa documental acerca dos processos de subjetivação de crianças que trabalham e vivem em lixões desde o paradigma da Educação Ambiental. Tal estudo está vinculado a linha de pesquisa de Educação, Cultura e Dinâmicas Sociais do Mestrado em Educação da FURB. Esta pesquisa recorta como objeto os conteúdos das imagens presentes no documentário Infância Roubada. A escolha por tal objeto busca identificar peculiaridades de um percurso ambiental e socioeconômico que exprime um retrato de infância particularizado e sua correlação com os processos de subjetivação. O método utilizado procurou caracterizar a realidade vivenciada nos lixões em seus aspectos socioambientais e econômicos. Foi realizada uma análise documental das entrevistas efetivadas no documentário juntamente com as suas imagens. Os resultados aferidos no documentário demonstram um espaço social no qual a constituição de si reflete a emergência de diversos modos de estratificação social, pelos quais a infância deve ser encarada como uma condição perfilada pela interseccionalidade. Os graves problemas enfrentados por crianças e jovens que trabalham nos lixões, apresentam-se como uma realidade cruel de uma exceção geracional. Conclui-se que os ambientes vivenciados na infância, os espaços que às crianças estão compreendidas as diferem e impactam nos processos de subjetivação. Além disso, observa-se a importância da intervenção estatal para a proteção integral e garantia dos direitos infanto-juvenil, com a finalidade de favorecer o desenvolvimento intelectual, social e cultural da criança. Dessa forma, deve-se privilegiar a garantia dos direitos sociais preconizados constitucionalmente, especialmente o direito à educação, propiciando um aprendizado multidisciplinar que englobe a Educação Ambiental.

Palavras-chave: : Infância. Processo de subjetivação. Lixão. Childhood. Subjectivation process. Dumping ground.

INTRODUÇÃO

O título desse artigo sinaliza a ideia inicial de pesquisa que foi apresentada no SIPPE em 2021, que almejava estudar os processos de subjetivação da infância no contexto da Educação, explorando as experiências a partir da escola e do lixão. Dessa forma, os primeiros passos metodológicos, concentravam-se numa visita à Escola Municipal (“Escola do Lixão”) e em uma entrevista com a professora responsável pela gestão da unidade educacional, que se mostrou disponível para apresentar informações a respeito do processo de escolarização, o perfil dos alunos (total de 30 estudantes), o trabalho de Educação Ambiental desenvolvido e a vinculação dessas crianças com o lixão.

O planejamento inicial também incluía uma segunda etapa de entrevistas, a ser efetivadas com as crianças. No entanto, devido a declaração de Pandemia (2020) e o fechamento total dos serviços não essenciais, que incluía as escolas, os planos foram adiados. Além desse acontecimento, outro episódio inviabilizou a execução da pesquisa nos moldes iniciais, que foi o encerramento do Lixão de Itabuna-BA, sucedido em maio de 2021. O fechamento atendeu a uma determinação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que estabeleceu que todos os lixões do país deveriam ser extintos.

Diante dos empecilhos elencados, um novo trajeto de pesquisa foi elaborado com o intuito de manter o propósito de estudar a realidade de crianças que trabalham e vivenciam a realidade do lixão, viabilizando a análise dos processos de subjetivação percebidos nesse contexto e suas implicações. Dessa forma, optou-se por acessar essa realidade por meio da literatura e da análise documental de material audiovisual que abordasse o universo do lixão e das crianças catadoras, especialmente aqueles documentados na região Nordeste, com uma realidade aproximada da nossa localidade. Adotou-se o seguinte título para a pesquisa: *Processos de Subjetivação e Educação Ambiental: experiências de si e de infância a partir de documentário sobre a (re)-existência de crianças em lixões no Brasil*, trabalho que é parte integrante da minha dissertação de mestrado que foi desenvolvida e adaptada para o presente artigo.

Os problemas ambientais mostravam-se acentuados e manifestos em diferentes áreas da natureza, como na poluição atmosférica, do solo, dos rios e mananciais, escassez de recursos e na produção exacerbada de lixo. Os movimentos ambientalistas passam a reforçar essa realidade e fazer pressão para um manejo adequado do meio ambiente, ativismo que segundo Silva e Carneiro (2017) foi fundamental para ascensão da

Educação Ambiental nas décadas de 60 e 70. Desde então, ocorre o fortalecimento da Educação Ambiental e o delineamento educativo da temática, que de acordo com Dias (2013), significava empregar a Educação Ambiental como eixo central das ações no mundo em defesa do meio ambiente.

Dessa forma, a Educação Ambiental assume o protagonismo como uma estratégia para o enfrentamento dos problemas ambientais, especialmente potencializando o papel crítico e transformador da Educação no despertar da sociedade para um comportamento consciente. Conscientização e enfrentamento, particularmente, no que diz respeito a questão do lixo, que tem lugar de destaque na problemática sujeito-natureza por ser uma demanda exponencial e que ocasiona extensos impactos ambientais socioambientais. Dimensionando, o Brasil produz anualmente, 79 milhões de toneladas de lixo, sendo que a maior parte desses resíduos são descartados na natureza, em terrenos denominados como Lixão, sem nenhum manejo ambientalmente adequado (ABRELPE, 2020).

O Lixão engloba diversos problemas que extrapolam o âmbito ambiental, pois as contendas perfilam o campo social, econômico, cultural e ético. Milhões de toneladas de resíduos, de todas as categorias, são descartadas nessas áreas e tornam-se uma fonte de renda, de alimento e de sobrevivência de milhares famílias brasileiras em vulnerabilidade socioeconômica e insegurança alimentar. Nesse cenário de degradação socioambiental que configura o Lixão, crianças reviram o lixo buscando produtos recicláveis, alimentos, brinquedos e qualquer fonte de renda.

Em contrapartida a criança é vista como sujeito de direitos e ativa no processo de construção e transformação da sociedade, devendo, de acordo com a legislação brasileira, ser amparada e protegida pela família, pelo poder público, pela comunidade e sociedade, de forma a garantir os “(...) direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (BRASIL, 1990, Art. 4º). A legislação também contempla que nenhuma criança deverá ser alvo de “(...) negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 1990, Art. 5º).

Conforme observado, persiste um abismo entre o que normatiza as leis e o que é presenciado na prática. Evidencia-se que as crianças não compartilham do mesmo contexto de infância, visto que os distintos espaços estruturais os quais estão

compreendidas as diferenciam como ser social e histórico. Por essa razão, Souza, Sobrinho e Herran (2017) aludem a necessidade de entender a criança e a infância a partir do espaço em que estão inseridas, identificando que a criança influencia e é influenciada pelo ambiente e suas vivências. Desse modo, indaga-se: o Lixão e a Educação como contexto e componentes de subjetivação da infância, impactam em que medida e forma para a constituição de crianças que vivenciam esses espaços?

Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar os processos de subjetivação de crianças a partir dos impactos gerados pela vivência no Lixão e na Educação, a partir do documentário *Infância Roubada*, realizado no Ceará (2021). Especificamente, os objetivos são: a) Abordar a Educação Ambiental enquanto um processo que permite à criança construir um conhecimento transversal e crítico sobre si e o meio ambiente; b) Apresentar a realidade de crianças em vulnerabilidade socioeconômica e ambiental que vivenciam a dinâmica dos lixões; e c) Ponderar sobre os processos de subjetivação da criança, a partir de um contexto de infância marcado pela Educação e pelo Lixão.

Essa pesquisa justifica-se tanto pela sua relevância científica, quanto social. No contexto científico, tal estudo reflete a possibilidade de correlacionarmos a experiência da educação ambiental e os processos de subjetivação da infância a partir do contexto do documentário *Infância Roubada* que reflete a dinâmica de tais processos no contexto dos lixões. Do ponto de vista social, essa pesquisa reflete a necessidade de se estruturar uma análise sobre um tema relevante para os desafios vivenciados pela sociedade brasileira na contemporaneidade.

MÉTODO DO ARTIGO

A emergência da Pandemia e o fechamento do Lixão de Itabuna-BA em maio de 2020, alterou o objeto da pesquisa, que deixou de ser um trabalho de campo para ser documental. Nesse percurso de mudança, começamos a ponderar como trabalhar esse contexto de crianças no Lixão e na Educação diante da impossibilidade de estudar in loco, pois cabe destacar que além da descontinuidade do vazadouro, as instituições escolares municipais permaneceram em funcionamento remoto. Dessa forma, optou-se por analisar registros audiovisuais relacionados ao Lixão, que por essência representam o descarte, o

manejo inadequado dos resíduos sólidos e sérios problemas ambientais e de saúde, razões que introduziram a questão do lixo na pauta da Educação Ambiental.

Além desse primeiro critério de inclusão, ser ambientado no Lixão, os conteúdos visuais também deveriam abordar a presença de crianças nessa conjuntura. O entendimento estava associado que, ao retratar esse cenário de degradação socioambiental envolvendo crianças, numa experiência de infância precarizada, os materiais audiovisuais forneceriam subsídios que possibilitariam avaliar os elementos de subjetivação atrelados a essa experiência e significar em que medida as crianças poderiam ser impactadas no seu processo de construção. Somado a esse respaldo documental, o trajeto de pesquisa conta com a contribuição da literatura para conduzir a leitura do processo de subjetivação e Educação Ambiental.

O próximo critério de busca foi delimitar que os conteúdos audiovisuais fossem baseados em fatos reais. As buscas resultaram em oito produções audiovisuais, 2 filmes (Lixo Extraordinário e Ilha das Flores) e 6 documentários filmados nos lixões de Corumbá, Recife, Parnaíba, Brasília, Ceará e Gramacho. Assistindo aos vídeos e pautando as informações preliminares adotamos como critério de exclusão: documentos que não tivessem o foco nessa vivência infantojuvenil e que não privilegiassem a realidade da região Nordeste, inviabilizando traçar um paralelo com a realidade local, além disso, a data de realização no período pandêmico atual. Dessa forma, selecionamos o documentário: *Infância Roubada*, realizado no Ceará (2021).

Nesse contexto, podemos caracterizar este estudo como pesquisa documental empregada como processo de investigação científica. A análise documental tem como fonte e objeto de estudo, a investigação dos documentos, estando relacionada ao caminho da produção humana, suas relações e representatividades, sendo os estudos dessa natureza categorizados “como aqueles que buscam compreender um fenômeno em seu ambiente natural, onde esses ocorrem e do qual faz parte” (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015, p. 57), os quais evidenciam a essencialidade do investigador para extrair as informações, pois deve ser capaz de selecioná-las, tratá-las e interpretá-las, permitindo a interação com sua fonte.

Embasados por Cellard (2008) e Evangelista (2012) respaldamos a escolha do material audiovisual como recurso de observação. A modalidade representa na sua prática investigativa trabalhar o documento, que como fonte de pesquisa, pode apresentar diversas roupagens, que não estão limitadas ao texto escrito ou aos arquivos oficiais, mas privilegiam uma abordagem ampla do conceito de documento, tais como fotografias,

pôsteres e vídeos (CELLARD, 2008). Evangelista (2012, p. 8) completa que os documentos são obras de conhecimentos elegíveis, “(...) expressam e resultam de uma combinação de intencionalidades, valores e discursos; são constituídos pelo e constituintes do momento histórico (...)”, e frisa que todos eles à sua maneira são importantes.

A partir dessa etapa, com base na análise de imagens e de transcrições das falas de crianças com vivência nos lixões destacados no documentário selecionado para esta pesquisa, foram criadas seções para discutir esses temas com base nos processos de subjetivação. Desse modo, a finalidade da pesquisa foi analisar os componentes de subjetivação percebidos nesse contexto de infância e de degradação socioambiental, apresentando os significados da vivência no lixão na nos processos de subjetivação da infância como ser social.

MARCO TEÓRICO

A concepção de infância foi historicamente construída. Essa construção espelhava os ideais sociais de seus respectivos períodos que, até a modernidade, não projetavam a representatividade e relevância intelectual, cultural, política e social da criança (KRAMER, 2006). Na modernidade, o desenvolvimento infantil passa a ser avaliado, mas é a partir do século XX que se intensificam os estudos e amplia-se o conhecimento sobre a infância. A partir de então, passa-se a entender a criança como uma personalidade social e histórica, produtora de cultura e como sujeito de conhecimento (SARMENTO, 2002). Dessa forma, observa-se a inserção das crianças na estrutura organizacional da sociedade, como sujeitos ativos no processo de estruturação do próprio contexto social.

No Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, o Estado passa a avaliar à criança e ao adolescente de forma global, destinando tratamento prioritário e relevante, respeitando-os como sujeitos de direitos, numa perspectiva de amparo e responsabilidade compartilhada, que lhes garanta prerrogativas “referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (BRASIL, 1990, Art. 4º).

Os avanços prosseguem e o Brasil promulga o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n. 8.069 (BRASIL, 1990). O ECA, amplia e reforça os direitos da população infanto-juvenil (pessoa até 18 anos de idade), apresentando em seu texto uma concepção política e social, onde todos compreendidos nessa faixa etária passam a

ter amparo integral e a garantia de direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, disposições asseguradas por lei ou por outros intermédios, “(...) a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade” (BRASIL, 1990, Art. 3º).

Nesse sentido, destaca-se que algumas bases como saúde, um bom ambiente familiar, nutrição e educação de qualidade possibilitam o desenvolvimento integral da criança. Além disso, as relações que a criança estabelece desde o seu nascimento, tudo que elas experienciam e aprendem, fruto desses relacionamentos socioafetivos, caminham paralelamente ao processo de desenvolvimento e aprendizagem infantil (COMITÊ CIENTÍFICO DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA, 2014). Os autores completam que a constituição do sujeito sofre interferência de diversos aspectos, estando subordinada a flexibilidade e a dinâmica contida nas suas vivências e em fatores genéticos, ambientais e em decorrência da sua própria interação e conduta diante desses aspectos.

No que se refere ao cenário desta pesquisa, apresenta-se uma conjuntura na qual às crianças estão inseridas em um contexto que não é favorável para o seu desenvolvimento integral e saudável, considerando que o meio possui forte influência em seu crescimento cognitivo, social e emocional. O ambiente dos lixões reúne várias condições que configuram como fator de risco para o desenvolvimento da criança, as quais iremos abordar no decorrer deste estudo. Mas antes de tratarmos dessa particularidade, explana-se os processos de subjetivação da infância.

Compreende-se que o processo de subjetivação na infância decorre dos discursos e práticas que perfilam a sua constituição enquanto sujeitos. Endossando o conceito de Foucault, REVEL disserta que (2005, p. 85) “(...) no curso de sua história, os homens jamais cessaram de se construir, isto é, de deslocar continuamente sua subjetividade, de se constituir numa série infinita e múltipla de subjetividades diferentes, que jamais terão fim e que não nos colocam jamais diante de alguma coisa que seria o homem”. A interpretação do sujeito como um ser mutável, multifacetado e concebível em conformidade com as situações e funções delineadas na sociedade.

Foucault (2004, p. 275) apresenta “(...) a constituição histórica dessas diferentes formas de sujeito”. É nesse contexto mutável e universal que é reconhecido que os modos e formas plurais atuam no processo de subjetivação do sujeito. Revel (2005, p. 85), ao refletir sobre a produção histórica e política da subjetividade reitera essa questão pontuando que, “(...) se o sujeito se constitui, não é sobre o fundo de uma identidade

psicológica, mas por meio de práticas que podem ser de poder ou de conhecimento, ou ainda por técnicas de si”. Revel (2005) salienta nesse enunciado que a subjetivação não ocorre por uma única via, fórmula e ocasião.

Os discursos, funções e práticas que permeiam o sujeito são dinâmicas, consonantes com o contexto histórico vigente e representados por múltiplos componentes de subjetividade ativos e difundidos no campo social, cita-se a tecnologia, a mídia, o trabalho, o capital, a ciência, a linguagem, as instituições, especialmente, a familiar, estatal e escolar, e muitos outros elementos partícipes de conexão e de controle social que atuam na percepção do indivíduo. É nesse cenário de dinamicidade e variação que os processos de subjetivação se moldam e se reinventam na sociedade (MANSANO, 2009).

Dessa forma, esta pesquisa almeja analisar os campos das experiências de construção da subjetivação da infância que vivem no lixão, avaliando quais os componentes de subjetivação incidem sobre elas e de que maneira essa produção é perfilada por questões como o trabalho, a família e a educação, particularmente a Educação Ambiental, que será trabalhada com a finalidade de embasamento desse percurso.

A emergência da Educação Ambiental (EA) pode ser analisada a partir dos movimentos ambientalistas, que de acordo com Silva e Carneiro (2017) tiveram início nas décadas de 60 e 70 do século passado, quando passaram a convocar a sociedade, como um todo, para a elaboração e implementação de ações voltadas a preservação do meio ambiente. No Brasil, a Constituição Federal estabeleceu diretrizes e normas fundamentais para a preservação ambiental, versando no Art. 225º: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

Posteriormente, adota-se uma pedagogia ambiental trabalhada em todos os campos do conhecimento e espaços formais e não formais, a Educação Ambiental passa a ser percebida como uma ferramenta de independência da população. A conquista de consciência e atitude ambiental seria capaz de promover a formação de sujeitos críticos e preocupados com sua realidade e com a transformação social (TORRES; FERRARI; MAESTRELLI, 2014). Nesse contexto, explora-se a Educação Ambiental na Educação Infantil, um espaço propício para essa difusão do conhecimento, em virtude da normalização do ensino infantil que é obrigatório e do reconhecimento da criança como sujeito de direitos e o seu potencial de desenvolvimento.

Portanto, a Educação Infantil não só integra, mas é parte fundamental do processo educativo, pois trata-se de uma etapa da vida na qual as vivências e os conhecimentos são produzidos. Nesse prisma, entende-se que essa etapa educacional promove a potencialização da aprendizagem e do desenvolvimento infantil. Desse modo, a criança passa a ser percebida num contexto de infância que requer maior compreensão e incremento em relação a sua individualidade, representação histórica e participação nas transformações sociais futuras.

A questão ambiental é intrínseca ao sujeito, permeia suas ações em todos os ramos de atividade e esferas sociais, o que torna crucial o conhecimento sobre o ambiente que integra, atua e transforma, para que seja possível a constituição de indivíduos conscientes da natureza, do desenvolvimento responsável e da sua função social. Medeiros et al. (2011) descrevem que Educação Ambiental perfila o meio ambiente, levando o sujeito a obter uma nova visão sobre ele e se tornando um agente que irá transformar as relações entre a cultura, a sociedade e história. Acrescentam que o despertar da consciência ambiental do sujeito pode ocorrer quando ele passa a compreender que o meio-ambiente permeia o meio histórico, cultural, social, econômico, entre outros aspectos, incluindo o conhecimento de sua responsabilidade na gestão ambiental.

Abordando a questão da gestão ambiental, particularmente na questão do lixo, observa-se que o processo de industrialização da sociedade moderna levou a produção acelerada de resíduos sólidos. Dessa forma, Eigenheer (2009, p. 76) cita que ocorre “(...) a incrementação do consumo de massa, que os resíduos sólidos domésticos passam a ganhar destaque e grande visibilidade, devido à quantidade e à complexidade da produção industrial”. É a partir desse momento que o lixo toma proporções alarmantes e suscitando sérios problemas no âmbito ambiental, social e da saúde.

Para apresentar uma dimensão real do panorama, abordamos dados estatístico importantes: a população mundial, na atualidade, contabiliza 7,9 bilhões habitantes, segundo informação do site de referência Worldometer (2021), e o volume total de lixo produzido por ano, no mundo, é de 2.01 bilhões de toneladas segundo levantamento do Banco Mundial (2018). No Brasil o cenário não é diferente, o país produz, anualmente, 79 milhões de toneladas de lixo, segundo o Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil, elaborado pela Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública (Abrelpe). Desse volume, o Nordeste responde pela produção de 19.700.875 (dezenove milhões, setecentos

mil e oitocentos e setenta e cinco) toneladas/ano e a Bahia por 5.071.310 (cinco milhões, setenta e um mil e trezentos e dez) toneladas de lixo por ano (ABRELPE, 2020).

No entanto, o Brasil não consegue oferecer uma destinação adequada ao lixo produzido, que de acordo com Eigenheer (2009) continuou precária no país até 2009, momento que cerca de 50% do lixo gerado era encaminhado a vazadouros ou lixões. A questão do lixo permanece sendo um sério problema neste século, no entanto, o Brasil dá um passo importante no âmbito do gerenciamento de resíduos sólidos, ao estabelecer a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), situada pela Lei nº 12.305 de 2010, que institui diretrizes para uma administração integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos (BRASIL, 2010, Art. 4º).

As providências e determinações elencadas na Política Nacional de Resíduos Sólidos são ambiciosas e assumem, na teoria, um compromisso unificado de dar a devida importância ao lixo, entre as quais a determinação de um prazo (quatro anos) para que todos os municípios brasileiros extingam os lixões e passem a dar uma destinação adequado aos resíduos produzidos. No entanto, findado o prazo de regulação, em 2 de agosto de 2014, para que os lixões de todo o Brasil fosse extinto, quase 60% dos municípios não cumpriram a determinação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A falta de gestão dos resíduos sólidos produzidos persiste na atualidade, muitos municípios continuam despejando o lixo no meio ambiente sem nenhum critério de tratamento. Panorama que acarreta sérios danos ambientais, como a contaminação atmosférica, da água, do solo, dos lençóis freáticos, além de ocasionar uma série de doenças. Todavia, a realidade dos lixões não se resume ao cenário de degeneração ambiental, também deflagra um cenário de degradação humana, representado pela rotina dos catadores de lixo e suas famílias, incluindo crianças, que estabelecem uma rotina de trabalho, de busca por alimento e de sobrevivência nesses espaços. Nessa perspectiva, a atividade de catação dos resíduos recicláveis representa uma das realidades mais cruéis da organização da sociedade do século XXI. Existência pautada na marginalização e precarização das condições de vida, trabalho e saúde.

Na concepção de Pochmann et al. (2004, p. 33) a marginalização e a exclusão social configuram um cenário complexo decorrente dos fenômenos sociopolíticos e econômicos que está atrelado a carência de recursos e suportes fundamentais “(...) como à existência de segmentos sociais sobrando de estratégias restritas de desenvolvimento socioeconômico, passando pela exclusão dos direitos humanos, da seguridade e segurança pública, da terra, do trabalho e da renda suficiente”. Dessa forma, comunidades

marginalizadas têm a sua própria dinâmica social que vigora independente da sociedade que as colocam a margem.

O expediente do Lixão afeta diretamente a vida de homens, mulheres e crianças catadores, que são expostos à insalubridade do ambiente, a uma rotina de trabalho extenuante, a acidentes frequentes e aos conflitos, fruto das relações tempestuosas ali estabelecidas. No que diz respeito aos desdobramentos ambientais e de saúde humana, cita-se os impactos desses poluentes do Lixão que se manifestam em vários aspectos. De acordo com Cavalcante e Franco (2007) os agentes danosos, ao quais os catadores estão expostos, decorrem do meio ocupacional, atividade de revirar o lixo sem a devida proteção; do meio ambiental, da propagação de agentes contaminantes provenientes de restos de comida, animais mortos, poluição dos lençóis freáticos, emissão do gás metano, produzido pela decomposição do lixo orgânico; e do meio alimentar, em consequência do consumo de restos de alimentos.

Em contrapartida, a função desempenhada pelos catadores de lixo é fundamental no quesito ambiental, pois sua força de trabalho é emblemática no que diz respeito ao processo de reciclagem. Dessa forma, os catadores participam de uma engrenagem de marginalização ao mesmo tempo que integra o ciclo da coleta seletiva e reciclagem no Brasil, uma dupla razão para que os gestores, particularmente os municipais, passem a se mobilizar em prol dessa parcela da população, especialmente das crianças, que tem seus direitos garantidos pela Constituição (BRASIL, 1988) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), que explicitam que toda criança tem os direitos básicos de viver, de desenvolver-se saudavelmente, de educar-se e de receber proteção, independente do contexto de infância que estejam inseridas.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

A finalidade deste capítulo é discutir as impressões e dados obtidos a respeito da atuação de crianças e adolescente no ambiente do lixão, quanto aos problemas socioambientais das áreas onde vivem e expressam suas ações, buscando revelar as concepções socioambientais, econômicas, sanitárias e dos processos de subjetivação por meio das experiências de si e de infância. A princípio caracterizam-se esses aspectos utilizando as ilustrações e os discursos contidos no documentário *Infância Roubada*, realizado no Ceará (2021), formato audiovisual. A partir daí, propõem-se uma análise qualitativa das imagens e do conteúdo evidenciado, mesclando com as contribuições de Foucault sobre a produção da subjetividade do sujeito que são pautadas, sobretudo, nas suas práticas, que neste caso específico ocorre na infância e com experiências próprias, individualizadas no seu processo constitutivo.

O trabalho infantil em lixões é retratado no documentário *Infância Roubada*. O Ceará é o oitavo Estado brasileiro em número de lixões e aterros irregulares no país, onde são depositadas, diariamente, cerca de 4 mil toneladas de resíduos (ABRELPE, 2020). Dados da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia (ME) revelam que, em quase todos os lixões do Estado, existe trabalho infantil. O chefe de inspeção do Ministério da Economia, Daniel A. Leão Barreto, aponta que, majoritariamente, nas áreas periféricas, com moradores em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que são próximas de lixões, foi detectado o trabalho infantojuvenil nesse contexto de despejo irregular de resíduos, o qual é proibido para menores de 18 anos (DOCUMENTÁRIO INFÂNCIA ROUBADA, 2021).

Nesse aspecto, um levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre trabalho infantil no Brasil, realizado em 2019, constatou que, 1 milhão e 800 mil crianças e adolescentes, entre 5 e 17 anos, trabalhavam de alguma forma nos lixões. Particularmente em Pacajus, região metropolitana de Fortaleza com cerca de 73.000 habitantes, crianças e adolescentes vivenciam o ambiente do lixão, num contexto de insalubridade e vulnerabilidade socioeconômica que em nada lembram o projeto democrático de infância disposto na Constituição brasileira de 1988 e no ECA de 1990, o qual trata sobre acolhimento integral, proteção e garantia de direitos fundamentais visando o desenvolvimento, dignidade e bem-estar de crianças e adolescentes (BRASIL, 1990).

No lixão de Pacajus crianças e adolescentes se misturam ao amontoado de lixo na busca por material para reciclagem, brinquedos e comida. Esse cenário passa a ser

abordado a partir de depoimentos de catadores que atuam em Pacajus, onde 56 famílias sobrevivem do trabalho no lixão, com uma renda arrecadada que fica em torno de R\$ 200,00 a R\$ 500,00 por mês. De acordo com o IBGE mais de 100 milhões de brasileiros vivem com até R\$ 438,00 por mês, menos da metade do salário-mínimo em vigor. Dado que evidencia uma situação socioeconômica desfavorável, somada ao trabalho no lixão, que retrata também a questão do lixo, grave problema ambiental e de saúde, junção que coloca crianças e adolescentes numa experiência de si e de infância precarizada que pode impactar no seu processo de subjetivação, de constituição como sujeito.

Os primeiros relatos do documentário apresentam o retrato de uma família composta por um casal e três filhos, crianças entre 3 e 11 anos de idade, todos atuantes no lixão, cumprindo um expediente de cerca 10h diariamente para obter o sustento. Os testemunhos têm início com o relato da filha do casal, uma menina de 9 anos, identificada nesta pesquisa como C1, que foi perguntada sobre o motivo de sua presença no lixão, qual o tipo de lixo vasculhado, a razão de estar ali e sua visão sobre as dificuldades vivenciadas nesse ambiente. C1 respondeu que estava ali para trabalhar, para catar produtos para reciclagem, “(...) eu ando no meio do lixo pego as coisas e coloco dentro do saco, latinha, plástico e ferro”. O objetivo central informado por ela foi o de ganhar dinheiro para ajudar os pais a pagar o aluguel.

C1 quando indagada sobre qual a maior dificuldade do ambiente do lixão, respondeu dizendo: “(...) a lama, porque a lama mela os pés e fica com micose”. Também foi perguntado onde ela gostaria de estar, disse que “(...) em casa, tomando banho, lavando os pés”. Essa última fala reforça o quanto a lama e as doenças provenientes dessa vivência impactam no seu processo de constituição, uma vez que vivenciando o lixão seu primeiro pensamento foi estar em casa, segura, banhada e com os pés limpos. Em meio ao diálogo, notou-se C1 com um laçarote vermelho, pelo qual demonstrou satisfação em estar usando, o acessório que, segundo a mesma, encontrou no meio do lixo. Percebe-se na maneira que ela fala do seu “cocó”, nome em que faz referência ao penteado utilizado, e na forma que ela se inclina para mostrar o laço, um traço de infância, o desejo de se arrumar com vestimentas e adereços próprios de uma criança da sua idade, com mais oportunidades socioeconômicas.

A rotina do irmão mais velho de C1, uma criança de 11 anos, é ainda mais puxada, pois o seu trabalho realizado no lixão tem início às 6h. A tarefa consiste em vasculhar uma infinidade de sacos sob o sol quente, rodeado de mosquitos, lama e dos perigos encontrados nos resíduos. C2, como o nomeamos, relata seus afazeres no lixão

de Pacajus: “(...) catar material, juntar, juntar no saco, né, no berg”. O trabalho é realizado sem qualquer proteção, as mãos e os pés ficam totalmente expostos aos diversos perigos do ambiente. Ao ser perguntado se já havia se machucado, C2 respondeu afirmativamente, dizendo ter cortado a mão com vidro de garrafa e copo. Experiência vivenciadas por seus irmãos, que segundo ele também se feriram com pregos, vidro e ferro velho.

A partir das imagens e do relato de C2 sobre sua experiência e de seus irmãos uma médica, M1, ouvida pela reportagem ponderou sobre a insalubridade do ambiente, citando os principais riscos à saúde vivenciados no lixão:

Uma pele que tá ferida, machucada, com cortes e ali a terra, o lixo é tudo sujo, já meio embolorado, tudo isso é muito facilitador para tétano, podemos ter o risco de infecções intestinais por bactérias que estão no solo, por contaminação de fezes e a gente contamina a mão e põe na boca, ter quadros de diarreias que podem ser graves (DOCUMENTÁRIO INFÂNCIA ROUBADA, 2021).

Essa citação respalda as colocações de Cavalcante e Franco (2007) que discorrem sobre a exposição dos catadores de lixo aos riscos inerente a esse meio ocupacional, uma vez que diversos agentes danosos integram o ambiente do lixão, citando: as lesões ocasionadas pela manipulação do lixo sem equipamentos de proteção, a proliferação de agentes contaminantes provenientes de restos de comida, animais mortos, fezes, da poluição dos lençóis freáticos, de gás metano e do consumo direto de restos de alimentos estragados.

A educação e as perspectivas de futuro também foram temas abordados na investigação, questões que foram respondidas por C2. Segundo ele, antes da Pandemia do novo Coronavírus os três irmãos ficavam parte do dia na escola, mas com o fechamento das unidades escolares passaram a ficar mais de 10h no lixão. Os estudos passaram a ocorrer de forma online, visto que os irmãos se revezavam no uso de um aparelho celular que pertence a mãe, sendo a prioridade de acesso às aulas, do irmão caçula. Percebe-se que mesmo em um contexto precarizado no que diz respeito a condição socioambiental e econômica, além do cenário pandêmico, que produziu o déficit educacional relevante, as crianças estavam matriculadas e mantendo os estudos, mesmo de modo insatisfatório.

O brincar é abordado no documentário, visto que à atividade está intrinsecamente associada ao universo infantil, mesmo num cenário em que crianças trabalham para auxiliar nas despesas de custeio de moradia, alimento, vestimentas, entre outras demandas

provenientes de suas famílias. Imagens e relatos capturados no documentário, abordam essa faceta da infância junto as crianças ali presentes. C2, aparece no filme manipulando um controle de videogame que encontrou entre os resíduos, objeto que ele não descartou e nem colocou nos casos de coleta, mas manteve em mãos manuseando os botões. Outra cena gravada flagrou uma garotinha brincando com uma boneca que encontrou no lixão.

No decorrer da infância, a criança tem por atividade principal o brincar, fase que colabora com a constituição de sua subjetividade. Abstração que está relacionada ao processo criativo da criança, pois o brincar proporciona que os acontecimentos sejam recriados e repensados. Dessa forma, torna-se possível que na ação de brincar, “(...) os sinais, os gestos, os objetos e os espaços valem e significam outra coisa daquilo que aparentam ser (...)”, ou seja, a articulação ente a imaginação e a reprodução da realidade (BRASIL, 1998, p. 27). Essas significações conferidas ao brincar remetem a um espaço particular na construção infantil, o qual as crianças absorvem as experiências e interioriza uma apreensão peculiar em relação aos sujeitos, aos sentimentos, a si mesmas e a diversas aprendizagens.

Seguindo com a abordagem dessa realidade de crianças e adolescentes no lixão de Pacajus, destacamos a história de J, uma jovem catadora de 20 anos, mãe solo de três crianças (com idades entre 6 e 1 ano e meio) e grávida de nove meses do quarto filho. De acordo com ela, o lixão é a sua realidade desde que tinha 9 anos de idade, rotina vivenciada na companhia da mãe. Transcorrido 11 anos, J repete o mesmo roteiro todos os dias na companhia dos filhos, citando que sem o trabalho de catadora no lixão as crianças não teriam o que comer e onde morar. Ela conta que, por realizar o serviço com a caçula no colo não consegue renda superior a 200 reais por mês, complementando com doações e alimentos que encontra no lixo.

J interrompeu os estudos aos 12 anos de idade, sem ao menos completar o Ensino Fundamental, pois destinou seu tempo e força de trabalho para ajudar sua mãe, que também criou os filhos (oito) sem o auxílio paterno. Três deles, incluindo J, trabalham no lixão de Pacajus, situação corriqueira, pois muitas crianças ajudam seus pais catando resíduos e compartilham das mesmas mazelas. A maioria dos pais alegam não ter com quem deixar as crianças, que as escolas estão fechadas e que não têm acesso a outra atividade que lhes proporcione alguma renda.

Nesse contexto, Ana Carolina Fonseca, oficial de Proteção à criança do Unicef Brasil, salienta no documentário a importância da reabertura segura das escolas, devendo ser uma prioridade nas políticas públicas do país, “(...) essa crise, essa situação que muitos

pais relatam mostram como a educação presencial é importante, ainda que essa reabertura aconteça em formatos híbridos e de forma adaptada, manter o vínculo com a educação é fundamental” (DOCUMENTÁRIO INFÂNCIA ROUBADA, 2021). Além disso, o aspecto socioeconômico foi considerado por Ana Carolina, pois sem viabilidade de sustento dessas famílias, elas não podem garantir o direito à educação de seus filhos, com isso a necessidade de amparo das mesmas pelo Estado.

J relata a tristeza que é ver a história se repetindo na vida dos seus filhos, que esse caminho jamais seria uma escolha, mas fruto da ausência de outras alternativas de sobrevivência. No documentário o inspetor do Ministério da Economia, Daniel A. Leão Barreto, acrescenta que no lixão “(...) você vê crianças que não têm perspectiva de vida nenhuma, porque ali ela não vai ter nenhuma qualificação, vai ter provavelmente uma saúde limitada, ou seja, vai ter uma sobrevida, a expectativa de vida vai ser muito diminuta porque ela vive num ambiente insalubre” (DOCUMENTÁRIO INFÂNCIA ROUBADA, 2021).

A equipe do documentário se desloca até Horizonte, município de 55 mil habitantes localizado a 7km de Pacajus. Logo na chegada, flagrou-se dois adolescentes e a reportagem iniciou uma nova rodada de entrevistas. Procurou-se conhecer um pouco da dinâmica de vida de dois jovens de 16 anos de idade, A1 e A2. O adolescente A1 realiza as tarefas no lixão acompanhado do pai, que por sua vez, trabalha como catador desde os 17 anos de idade, um indício que as histórias se repetem em uma herança maldita passada por gerações. O jovem A2 é um amigo da família e os acompanha nessa empreitada. Fazendo uma síntese das informações fornecida por A1 e A2, destaca-se a necessidade de trabalhar no lixão pelo menos duas vezes por semana e as dificuldades encontradas para estudar.

Os adolescentes chegam no lixão de Horizonte as 7h, trabalham durante todo o dia e retornam pra casa no final da tarde. A intenção é complementar a renda da família e comprar itens de consumo pessoal. Os meninos disseram que pretendem trabalhar no lixão até as aulas começarem, ambos estão estudando e tentam acompanhar as aulas remotamente, tarefa que eles alegam complicada pela falta de recursos. No entanto, deixar de estudar não está nos planos deles, A2, sonha em ser cientista e conhecer o mundo, e ambos almejam a possibilidade de trabalhar no mercado formal, em melhores condições.

Mapeando as cidades apontadas no relatório da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia, o qual foi cedido à equipe de reportagem do documentário, que indicava a existência de trabalho infantil nos lixões, segue-se para o município de Aracati,

localizada a 120km de Pacajus. Logo na chegada, o lixo, os urubus e a quantidade de insetos deixam a equipe do documentário impressionada. Em Aracati, a realidade não foi diferente das demais localidades, o lixão da cidade abastece 70 famílias, que sobrevivem do que encontram nesse espaço, entre elas, crianças e adolescentes. A reportagem flagrou dois adolescentes de 14 anos, pertencentes à mesma família, trabalhando no lixão.

Os meninos, A3 e A4, trabalham 7 horas por dia, de segunda a sexta-feira, desde os oito anos de idade. Conseguem levantar uma renda mensal que varia entre 300 e 400 reais, quantia destinada a ajudar a família. O senhor F, de 81 anos, é pai e avô dos adolescentes e disse encarar com naturalidade o trabalho no lixão, ocupação bastante normalizada em sua família, dos seus 38 filhos, 12 tiram o sustento trabalhando na coleta de resíduos. Pensamento que é ratificado pelos adolescentes, os dois disseram que não sentem vontade de deixar o lixão e que já estavam acostumados com aquela vida.

Na configuração histórica da atualidade as crianças, passaram a ter destaque e relevância na estrutura social, uma vez que se passou a estudar as múltiplas facetas do seu desenvolvimento, os condicionantes indispensáveis para que suas potencialidades sejam alcançadas, os ambientes em que elas estão inseridas e que as impactam; seus níveis de interatividade e aprendizagem a partir dos seus processos de subjetivação. Todos esses fatores e as circunstâncias que se apresentam incidem na configuração sócio-histórica da criança, seus significantes produz marcas e pautam sua constituição, num movimento contínuo e paralelo ao seu trajeto de construção.

Isso posto e avaliando tudo que foi mostrado e dito no documentário, percebe-se que as condições vivenciadas contrariam o ideal de proteção integral que envolve o público infantojuvenil e representam experiências de si muito particularizadas quando se imagina o contexto de infância e da vivência no lixão. Sarmiento (2004) argumenta que, não se deve avaliar uma equidade de infância, mas considerar sua diversidade, pois ao apresentar a questão para o momento histórico e social vivenciado as nuances que deflagram as diferenças são evidentes.

Revel (2005, p. 85), pondera que a subjetivação não emerge por uma única via, fórmula e ocasião, mas ao refletir o conceito de sujeito/subjetividade em Foucault, reitera essa questão pontuando que, “(...) se o sujeito se constitui, não é sobre o fundo de uma identidade psicológica, mas por meio de práticas que podem ser de poder ou de conhecimento, ou ainda por técnicas de si”. Dessa forma, percebe-se que a construção da subjetividade dessas crianças e adolescentes que estão no lixão, vivenciando uma

condição socioeconômica e socioambiental particular, ocorrem de acordo com seu momento histórico social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão do lixo é um grave problema, dos 79 milhões de toneladas produzidos anualmente no Brasil, 40% permanece sendo despejado nos lixões, mesmo vigorando a Política Nacional de Resíduos Sólidos, respaldada na Lei nº 12.305 de 2010, que determina: implantação de sistema de coleta seletiva; redução do lixo produzido; expansão dos índices de reciclagem e reutilização; e a extinção dos lixões ou qualquer disposição final ambientalmente inadequada de rejeitos pelos municípios brasileiros.

O lixão carrega em si, uma infinidade de problemas que vão além dos ambientais, as dificuldades perpassam pelo campo social, econômico, cultural e ético. Os lixões são a realidade de muitos municípios brasileiros, um cenário preocupante que evidencia um contexto de violação ambiental e de ordem social, em virtude na presença de milhares de pessoas em condição de vulnerabilidade, o que viola princípios da dignidade humana e da inclusão social.

Dentre elas, crianças e adolescentes, atores merecedores de atenção especial em razão de sua vulnerabilidade, fragilidade, hipossuficiência e à sua condição de seres em desenvolvimento, que nesse universo do lixo são submetidas a toda sorte de violações de direitos, apesar de já alçadas à categoria de sujeitos de direito por vários instrumentos nacionais e internacionais de proteção dos direitos humanos.

Os resultados aferidos no documentário demonstram um espaço social que ratifica que não existe uma equidade de infância, mas que a criança como ser social também integra diversos modos de estratificação social, o que a diferencia profundamente. Revelaram graves problemas enfrentados por crianças e adolescentes que trabalham nos lixões, com claros prejuízos no processo educativo e constitutivo, mostrando-se uma realidade cruel que se perpetua por gerações, sendo as experiências de si e no lixão determinantes.

Recomenda-se que as políticas públicas intensifiquem ações junto ao público infantojuvenil, especialmente, na perspectiva da educação para uma formação sólida, cidadã, que contemple a dimensão ambiental e socioeconômica por se tratar de um espaço propício para que os processos de desenvolvimento intelectual, social e cultural da criança ocorram.

REFERÊNCIAS

- ABRELPE. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2020**. São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://abrelpe.org.br/panorama-2020/>> Acesso em: 10 out. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília, online, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm> Acesso em: 10 out. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente: **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Brasília: online, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm> Acesso em: 10 ago.2021.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: online, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 10 ago. 2021.
- CAVALCANTE S.; FRANCO M. F. A. Profissão perigo: percepção de risco à saúde entre catadores do Lixão do Jangurussu. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 7, n. 1, p. 211-231, mar. 2007.
- CELLARD, A. A Análise Documental. In: POUPART, J. et al. (Orgs.) **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- COMITÊ CIENTÍFICO DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA. **O Impacto do Desenvolvimento na Primeira Infância sobre a Aprendizagem**. São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/crianca_feliz/Treinamento_Multiplicadores_Coordenadores/IMPACTO_DESENVOLVIMENTO_PRIMEIRA%20INFANCIA_SOBRE_APRENDIZAGEM.pdf> Acesso em: 10 ago. 2021.
- DIAS, G. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2013.
- DOCUMENTÁRIO INFÂNCIA ROUBADA. Ceará: Record, 2021.
- EIGENHEER, Emílio Maciel. **A limpeza urbana através dos tempos**. Rio de Janeiro: S. Lobo, 2009.
- EVANGELISTA, O. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: ARAUJO, R. M. L.; RODRIGUES, D. S. (Orgs.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. Campinas, SP: Alínea, 2012.
- FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática de liberdade. In: MOTTA, M. B. (Org.). FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade e política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 264-287.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Número de municípios brasileiros**. Rio de Janeiro, online, 2021. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>> Acesso em: 10 out. 2021.

KRAMER, Sônia. A infância e sua singularidade. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino fundamental de nove anos**: orientações para a inclusão da criança de 6 anos de idade. Brasília, DF, 2006.

KRIPKA, R. M. L.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de investigaciones UNAD**, Bogotá, Colômbia, v. 14, n. 2, p. 55-73, julio-diciembre, 2015.

MANSANO, Sônia R. V. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. *Revista de Psicologia da UNESP, São Paulo*, v. 8, n. 2, 2009.

MEDEIROS, B. Aurélia, et al. A Importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais. **Revista Faculdade Montes Belos**, v. 4, n. 1, set. 2011.

POCHMANN, Marcio et al. **Atlas da exclusão social no Brasil, volume 2**: dinâmica e manifestação territorial. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

REVEL, Judith. **Foucault**: conceitos básicos. Trad. de Carlos Piovezani e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2005.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **Imaginário e Culturas da Infância**. Instituto de Crianças. Projeto “As Marcas dos Tempos: a Interculturalidade nas Culturas da Infância”. Portugal: FCT, 2002.

SOUZA, Jhaína A. de Pontes e; SOBRINHO, Roberto S. Mubarak; HERRAN, Wallace C. S. Ressignificando os conceitos de criança e infância. **Revista Amazônida**, Amazonas, Ano II, n. 3, 2017.

TORRES, J. R.; FERRARI, N.; MAESTRELLI, S. R. P. Educação ambiental crítico-transformadora no contexto escolar: teoria e prática freiriana. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; TORRES, Juliana Rezende (Org.). **EDUCAÇÃO AMBIENTAL: dialogando com Paulo Freire**. São Paulo: CORTEZ, 2014.

WORLDOMETER. Estatísticas do mundo em tempo real. **População Mundial**. Online, 2021. Disponível em: <<https://www.worldometers.info/br/>> Acesso em: 10 out. 2021.

Capítulo 27 - DOI:10.55232/1084002027

**A ANÁLISE DA ARBORIZAÇÃO URBANA COMO
PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO DA
SUSTENTABILIDADE NA SUBPREFEITURA DO
BUTANTÃ, NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, SP**

**Amanda Lombardo Fruehauf, Paulo Renato Mesquita Pellegrino, Magda
Adelaide Lombardo**

RESUMO: O crescimento das cidades está associado à especulação imobiliária e a mudança da população das áreas rurais para as áreas urbanas. Assim, deve-se criar nas cidades espaços com arborização, para minimizar os efeitos maléficos causados pela intensa urbanização, como surgimento da ilha de calor urbana, superfícies impermeáveis, poluição do ar, inundações, falta de espaços para lazer. Deve-se buscar a sustentabilidade desses espaços que são utilizados pela população. O trabalho visou analisar e quantificar por meio de geotecnologias e quantificar, a arborização urbana da Subprefeitura do Butantã e sua distribuição socioespacial. O trabalho teve

como área de estudo a Subprefeitura do Butantã, localizado na zona sudoeste do Município de São Paulo, SP. Foi utilizado o software Quantum GIS para mapeamento e quantificação da arborização urbana viária da Subprefeitura do Butantã, com base no site do GeoSampa do ano de 2013, onde verificou-se a distribuição de 49.216 árvores e a desigualdade da distribuição espacial na Subprefeitura do Butantã, SP que engloba os cinco distritos: Butantã, Morumbi, Raposo Tavares, Rio Pequeno e Vila Sônia.

Palavras-chave: arborização urbana, geotecnologias, sustentabilidade

INTRODUÇÃO

O aumento dos espaços urbanos juntamente com o aumento populacional no Brasil se intensificou a partir de 1950. Com essa expansão, surgiram-se grandes cidades e regiões metropolitanas.

Neste contexto, o crescimento das cidades está associado à especulação imobiliária e a mudança da população das áreas rurais para as áreas urbanas. Desde 1960, no Brasil, houve uma intensa urbanização, com processo de metropolização e caracteriza-se pelo uso e ocupação da terra sem planejamento até no interior, nas pequenas e médias cidades. Devido à intensa urbanização com o aumento de áreas edificadas e asfalto, as cidades apresentam alteração climática com variação de temperatura e umidade relativa (LOMBARDO, 1985).

Desta forma, deve-se criar nas cidades espaços com arborização, para minimizar os efeitos maléficos causados pela intensa urbanização, como alteração do microclima (surgimento da ilha de calor urbana), superfícies impermeáveis, poluição do ar, inundações, falta de espaços para lazer. Buscando assim a sustentabilidade desses espaços que são utilizados pela população.

Para o planejamento da área de estudo, pode-se usar da ferramenta de sensoriamento remoto. As geotecnologias auxiliam no planejamento da área de estudo. Essa tecnologia fornece contribuição para a gestão urbana e entendimento da paisagem. Assim, a alta resolução do sensoriamento remoto permite o mapeamento em detalhe, contribuindo para os estudos das cidades.

Na busca de ambientes físicos saudáveis, é importante incluir a arborização urbana que deve apresentar as espécies vegetais adequadas para compor os espaços públicos como parques, ruas, avenidas, jardins e praças. Estas árvores devem atuar sobre o conforto humano propiciando qualidade de vida para a população (WESTPHAL, 2000).

Nas cidades, onde há impermeabilização do solo juntamente com materiais de elevada amplitude térmica, uma solução para resolver estes problemas é implementar a vegetação nas áreas urbanas, com destaque as árvores, como arborização de vias públicas, praças e áreas de preservação (BAKER et al., 2003).

A arborização urbana assume um papel fundamental para a promoção de qualidade de vida. Vêm crescendo a preocupação da população com os benefícios que podem surgir com um meio ambiente saudável.

No conforto humano, a arborização urbana atua, proporcionando sombra para pedestres e veículos, redução da poluição sonora, melhoria da qualidade do ar, redução da amplitude térmica, abrigo para pássaros e equilíbrio estético, que ameniza a diferença entre a escala humana e outros componentes arquitetônicos como prédios, muros e grandes avenidas (SILVA FILHO; PIZZETTA; ALMEIDA, 2002).

Deve-se atentar para o planejamento e espécies utilizadas na arborização urbana. Geralmente, nas cidades usam-se poucas espécies arbóreas, de forma fragmentada, o que não contribui para a biodiversidade da flora e fauna que poderia ser abrigadas pela fonte de alimento e assim, poucas espécies da fauna conseguem sobreviver na área urbana (BRUN; LINK; BRUN, 2007).

Assim, nas áreas urbanas a arborização exerce importante função, gerando benefícios ambientais e sociais que contribuem para a qualidade de vida dos habitantes. Sendo que a arborização urbana deve ser vista como importante elemento de reestruturação dos espaços urbanos, aproximando as condições ambientais normais com o meio urbano (RIBEIRO, 2009).

Aliado ao planejamento urbano deve-se ter o conceito da sustentabilidade urbana está ligada à qualidade da arborização urbana na busca de uma cidade ecológica e sustentável (DE OLIVEIRA; ROSIN, 2013).

Segundo Lotufo (2016), é necessário introduzir a ecologia no desenho das cidades, para garantir a sustentabilidade, assegurando o futuro do planeta, das próximas gerações, reintegrando entre natureza e civilização na busca da resiliência ecológica.

Os serviços ecossistêmicos, como a arborização, são impulsores da sustentabilidade e resiliência urbana, que representa o quanto um sistema pode suportar de alterações, sem mudar de estado. Na busca da resiliência, há diferentes maneiras de testar planos e projetos que associam espacialmente o urbano com as funções sociais e biofísicas (AHERN, 2011).

Segundo Keesstraet al. (2018), para se alcançar a sustentabilidade deve-se unir soluções para o uso da terra e a paisagem, promovendo os serviços ecossistêmicos com a concepção da conectividade

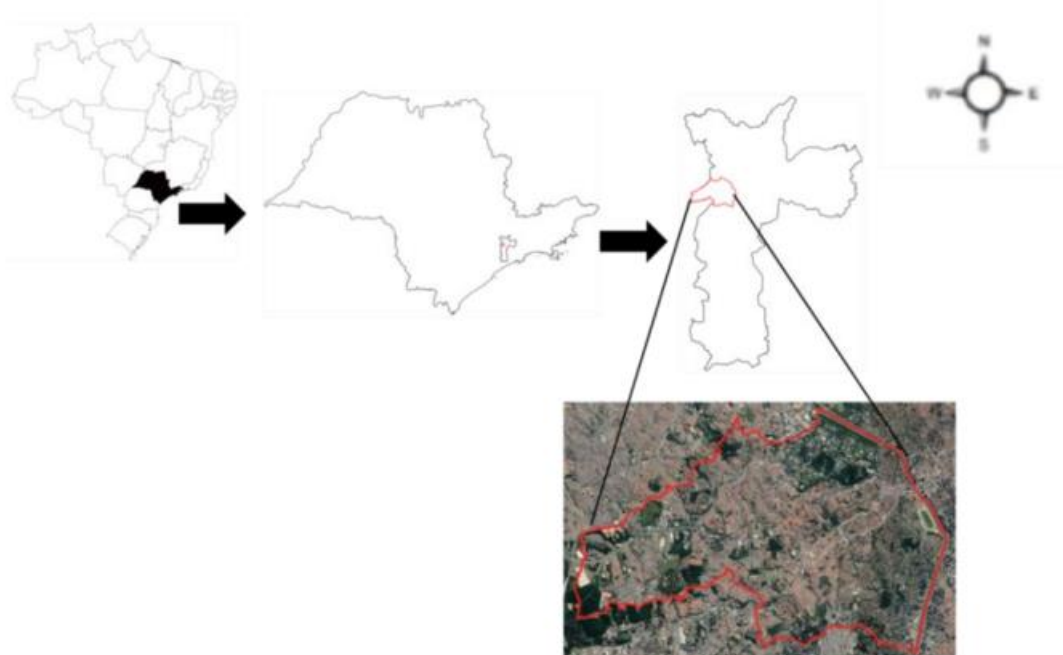
O trabalho visou analisar e quantificar por meio de geotecnologias e busca de dados quantitativos e mapas da arborização urbana da Subprefeitura do Butantã, como esta, é distribuída entre os distritos que a compõem e desta forma avaliar como a

arborização viária poderia ser mais igualitária entre os distritos a fim de promover a sustentabilidade.

METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido na Subprefeitura do Butantã, localizado na zona sudoeste do município de São Paulo, SP (Figura 1). O município de São Paulo possui 11.253.503 habitantes e uma área de 1521 km², com densidade demográfica de 7898, 2 hab/km² (IBGE, 2010). A subprefeitura de Butantã compreende cinco distritos heterogêneos: Butantã, Morumbi, Vila Sônia, Raposo Tavares e Rio Pequeno, todos juntos representam uma área total de 56, 10 km², com uma população de 428. 217 habitantes com uma densidade demográfica de 7.633 hab/km² (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2017).

Figura1. Localização da área de estudo.



Fonte: Autoria própria (2019).

As geotecnologias contribuem para a elaboração de estudos de áreas com questões ambientais a serem resolvidas, gerando mapas do ambiente analisado a fim de se identificar a realidade que se encontra e pensar em soluções sustentáveis para estes espaços.

Deste modo, as geotecnologias abrangem o levantamento de dados espaciais, não espaciais, modelos, análises e tratamento de dados. Destacando o Sistema de Informação Geográfica (SIG) como incorporação de várias tecnologias em um todo (FERREIRA, 2019).

O SIG tem é uma ferramenta possibilita mapear áreas e criar a partir disto um banco de dados sobre a área de estudo (FRUEHAUF, 2016). O uso deste sistema é fundamental ao estudo de mapeamento que visam utilizar os dados de forma digital (HAMADA; GONÇALVES, 2007).

Dentro do SIG, pode-se utilizar o software Quantum GIS (QGIS) para elaborar mapas. O QGIS foi criado pela OpenSourc e Geospatial Foundation (OSGeo, 2020), vem sendo disponibilizado em código aberto e gratuito na internet desde 2009, para apoiar e construir programas geo-espaciais.

Neste trabalho foi utilizado o software Quantum GIS (QGIS), o surgimento do QGIS juntamente com o Google Earth, aproximou as pessoas para o conhecimento das geotecnologias aplicadas no geoprocessamento (BOSSLE, 2015). Também foi feita uma busca da quantificação da arborização urbana viária da Subprefeitura do Butantã, no site do GeoSampa do ano de 2013. A fim de verificar como estas estavam distribuídas entre os distritos que a compõem.

A plataforma GeoSampa, reúne mais de 150 tipos de dados georreferenciados sobre a cidade de São Paulo, que abrange zoneamento, equipamentos urbanos, rede de transporte público, mapas geotécnicos e dados sobre a população entre outros, incluindo dados do parcelamento do solo (DE LIMA; DAMIAO; DE OLIVEIRA, 2017).

Segundo Bonametti (2001), a arborização urbana que abrange toda cobertura vegetal, visa evitar a ocorrência da ilha de calor, diminuição da poluição e ainda tem seu papel estético na paisagem.

A Ilha de Calor (IC) é o fenômeno onde devido à urbanização o clima térmico é modificado, sendo mais quente do que as áreas circundantes não urbanizadas, principalmente à noite (VOOGT; OKE, 2003).

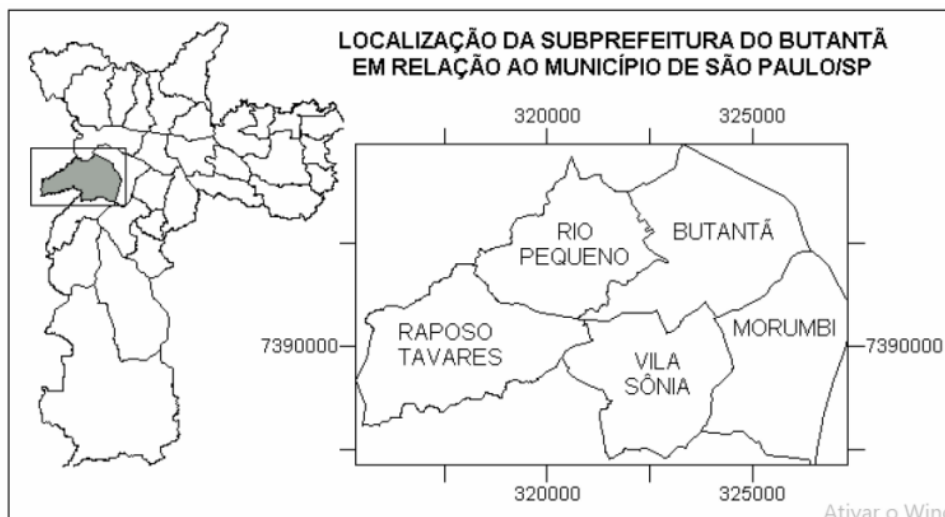
Desta forma visou-se analisar a distribuição espacial da arborização urbana entre os distritos da área de estudo, de forma a apontar que a política pública deve se atentar para o planejamento urbano da sua arborização, para que seja bem distribuída e promova a sustentabilidade.

O planejamento urbano contribui para a eficácia da arborização. Ou seja, sem esta pode ocorrer plantios irregulares, sem conhecimento técnico das espécies e que não seja, compatível com o planejamento anterior e assim, não contribui para a qualidade de vida da população (ALMEIDA; RONDON NETO, 2010).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base no mapa da área de estudo, realizou-se o mapa de arborização urbana de 2013. Para ilustrar a localização dos distintos distritos que compõem a Subprefeitura do Butantã, buscou-se na literatura a figura 2.

Figura 2. Localização da Subprefeitura do Butantã em relação ao município de São Paulo, SP, com os cinco distritos.



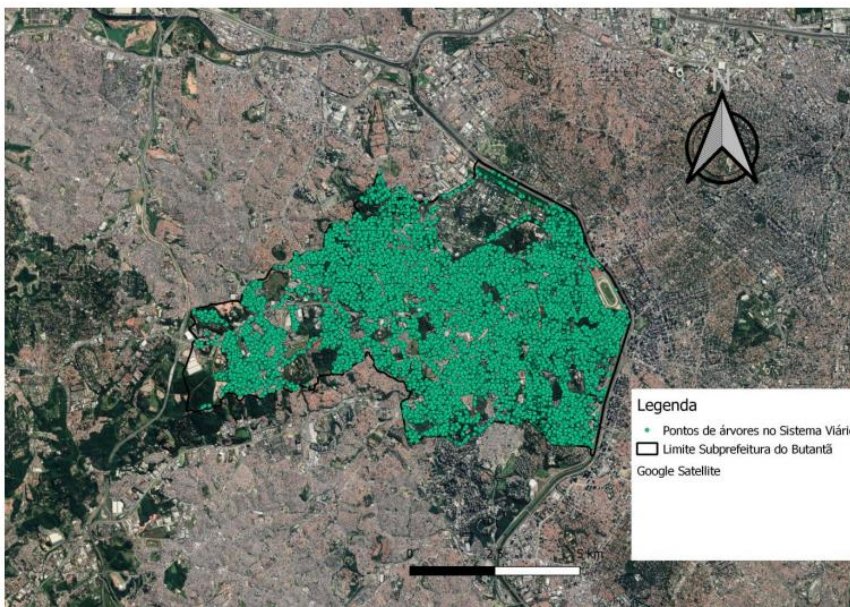
Fonte: Morato; Kawakubo, 2007.

A desigualdade entre os distritos, é apresentada na Pesquisa e análise de aplicação de instrumentos em planejamento urbano ambiental no Município de São Paulo, realizada pelo Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (LabHab/FAUUSP, 2006), há uma ocupação heterogênea interna da subprefeitura do Butantã. Para verificar esta heterogeneidade é importante caracterizar os cinco distritos da área de estudo. O distrito Raposo Tavares possui intensa industrialização, atividades de atendimento para a população de classe mais baixa. O distrito Rio Pequeno tem as mesmas características, apenas tem menos quantidade de

áreas industriais e comércio. Os distritos Vila Sônia e Butantã predominam bairros de classe média e alta, principalmente no Butantã que também possui maiores infraestruturas como a presença da cidade universitária (USP), o Jóquei Clube e o Instituto Butantã. Por último o distrito do Morumbi, apresenta os bairros de alta classe de renda, com alta verticalização de alto custo.

O mapa de arborização urbana (Figura 3) foi elaborado no QGIS, com a busca de dados de arborização viária no site do GeoSampa, com base em imagem de satélite de 2013, obtendo 49.216 árvores, demonstrando a desigualdade da distribuição espacial na Subprefeitura do Butantã, SP que engloba os cinco distritos: Butantã, Morumbi, Raposo Tavares, Rio Pequeno e Vila Sônia.

Figura 3: Mapa de arborização urbana da Subprefeitura do Butantã, 2013.



Fonte: Geosampa (2013).

Segundo Morato e Kawakubo (2007), que analisaram a vegetação na Subprefeitura do Butantã, destacou-se a vegetação com maior desigualdade de distribuição entre os distritos.

Nesta pesquisa, com o levantamento da arborização urbana da Subprefeitura do Butantã, verificou-se como esta é distribuída nos cinco distritos, demonstrando que o distrito com maior poder aquisitivo, no caso o Morumbi, apresenta maior arborização viária. Os distritos Vila Sônia e Butantã possuem razoável arborização viária, com bairros de classe média a alta, Butantã se destaca com maior vegetação, pois têm a cidade Universitária (USP) que é rodeada de árvores e outras infraestruturas como o Jóquei

Clube e Instituto Butantã. E os distritos Raposo Tavares e Rio Pequeno, que possuem o menor poder aquisitivo, são os que mais carecem de quantidade de arborização urbana.

CONCLUSÃO

O mapa de arborização urbana demonstrou como estão distribuídas as árvores na paisagem da área de estudo, mostrando a desigualdade socioespacial. Assim, este trabalho pode buscar soluções para incrementar a arborização urbana viária.

Destaca-se que a arborização urbana apresenta diversos benefícios para melhoria das condições climáticas da cidade, como mitigação da ilha de calor, diminuição da poluição do ar, redução de enchentes, lazer, sendo positivo para a saúde física e mental. Proporcionando para os habitantes uma melhoria de qualidade de vida.

Assim, verifica-se a carência de políticas públicas no âmbito ambiental, principalmente no planejamento e implantação de arborização urbana, de forma a ter uma arborização mais igualitária espacialmente na busca da qualidade ambiental e de vida e consequentemente na promoção da sustentabilidade.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHERN, Jack. From fail-safe to safe-to-fail: Sustainability and resilience in the new urban world. *Landscape and Urban Planning* (100):341-343. doi: 10.1016/j.landurbplan.2011.02.021, 2011.

ALMEIDA, D. N. de; RONDON NETO, R. M. Análise da arborização urbana de duas cidades da região norte do estado de Mato Grosso. *Revista Árvore*, v. 34, n. 5, p. 899-906, 2010.

BAKER, L.A. et al. Urbanization and warming of Phoenix (Arizona, USA): impacts, feedbacks and mitigation. *Urbanecosystems*, v.6, p.183-203, 2003.

BONAMETTI, J. H. Arborização Urbana. Curitiba: Terra e Cultura, n. 36, 2001.
Disponível em: Acesso em: 12 set. 2020.

BOSSLE, R. C. QGIS e geoprocessamento na prática. São José dos Pinhais, PA: Edição do autor, Editora Íthala, 232p., 2015.

BRUN, FláviaGizeleKönig; LINK, Dionísio; BRUN, Eleandro José.O emprego da arborização na manutenção da biodiversidade de fauna em áreas urbanas. Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana, v. 2, n. 1, p. 117-127, 2007.

DE LIMA, V.L; DAMIAO, S.R.R; DE OLIVEIRA, M.C. Banco de dados geográficos e licenciamento: a experiência da Secretaria Municipal de Licenciamento de São Paulo, XVII ENAMPUR, São Paulo, 2017.

DE OLIVEIRA, Marcinéia Vaz Moraes; ROSIN, Jeane Aparecida Rombi De Godoy. Arborização dos espaços públicos: uma contribuição à sustentabilidade urbana. Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades, v. 1, n. 3, 2013.

HAMADA, E.; GONÇALVES, R.R.V. Introdução ao geoprocessamento: princípios básicos e aplicação– Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, p.52, 2007.

IBGE. Censo 2010.

FERREIRA, A. S. Uso de geoprocessamento e geotecnologias no mapeamento de áreas de vulnerabilidade à inundação no perímetro urbano do município de Humaitá, Sudoeste da Amazônia. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Humaitá, Amazonas, 2019.

FRUEHAUF, A.L. O uso da geotecnologia na análise de áreas irrigadas com pivô central na bacia hidrográfica do córrego da conserva em Vargem Grande do Sul, SP – um enfoque agroecológico. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Universidade Federal de São Carlos, Centro de Ciências Agrárias, Araras, São Paulo, 33p. 2016.

KEESSTRA, S. et al. The superior effect of nature based solutions in land management for enhancing ecosystem services. Science ofthe Total Environment, v. 610, p. 997- 1009, 2018.

LEITE, M. E.; ROSA, R. Geografia e geotecnologias no estudo urbano. Caminhos de Geografia, v. 7, n. 17, 2006.

LOMBARDO, M.A. Ilha de Calor nas Metrôpoles: O exemplo de São Paulo. São Paulo,244 p. Ed. Hucitec, 1985.

LOTUFO, José Otávio. Projeto sustentável: resiliência urbana para o Bairro da Pompéia. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: . Acesso em: 15 set. 2020.

MORATO, R. G; KAWAKUBO, F. S. Análise espacial da desigualdade ambiental na subprefeitura de Butantã, São Paulo - SP. Revista brasileira de geografia médica e da saúde, p.66-73, 2007.

Open Source Geospatial Foundation (OSGeo). Disponível em: . Acesso em: 10 set. 2020

Portal da Prefeitura de São Paulo. 2017. Disponível em: Acesso em: 5 set. 2018

RIBEIRO, F. A. B. S. Arborização urbana em Uberlândia: percepção da população. Revista da Católica, v. 1, n. 1, p. 224-237, 2009.

SILVA FILHO, D.F., PIZZETTA, P. U. C., ALMEIDA, J. B. S.A. Banco de dados relacional para cadastro, avaliação e manejo da arborização em vias públicas. Revista Árvore, v.26, n.5, p.629-642. 2002.

VOOGT, J. A.; OKE, T. R. Thermal remote sensing of urban climates. Remote sensing of environment. 86.3: 370-384, 2003.

WESTPHAL, M. F. O Movimento Cidades/Municípios Saudáveis: um compromisso com a qualidade de vida. Ciência e saúde coletiva, v.5, n.1, p.39-51, 2000.

Capítulo 28 - DOI:10.55232/1084002028

FRIDA – UMA VIDA ANIMAL NA ACADEMIA

Maria Vandete de Almeida, Edson Carlos Romualdo, Rafaela Ardengui Gil, Giulia Lopes Viegas da Silva, Gabriela Bissoli Silva, Heloísa Pedro Facina, Gabriela de Souza Marques

RESUMO: Esta narrativa tem por objetivo apresentar, sumariamente, o Projeto Frida, destacando suas ações, desafios e realizações em prol dos animais não-humanos residentes no campus sede da Universidade Estadual de Maringá (UEM). O projeto existe há seis anos e, desde então, foram muitos os animais atendidos. Cada um deles tem uma história que incita reflexões e aprendizagens. Ressalta-se que dificuldades de diferentes ordens permeiam as atividades do projeto, e o isolamento social – necessário, devido aos riscos de contaminação pelo Coronavírus – precarizou, ainda mais, o bem estar e o controle de animais no campus. Espera-se, aqui, despertar novos olhares à causa animal e mobilizar as comunidades acadêmica e externa, a contribuir na defesa desses seres sencientes que, apesar de não-humanos, muito ensinam sobre humanidade.

Palavras-chave: Causa animal – Educação não formal – Isolamento social

1. O PROJETO FRIDA

O projeto Frida - uma Vida Animal na Academia é fruto de uma ação voluntária que o antecede e que desenvolve atividades acerca da presença e abandono dos animais no campus sede da Universidade Estadual de Maringá. Esta ação prima pelos cuidados dos cães residentes (animais comunitários), como também, daqueles abandonados em seu território ou em outras regiões da cidade e que, naturalmente, se encaminham para a instituição atraídos, como se quer crer, pelos ambientes naturais que lhes propiciam uma melhor condição de existência e sobrevivência. Parte do princípio de que o abandono de animais, além de ser crime ambiental, tornou-se um problema social e de saúde pública que atinge e se reflete nos mais diversos centros urbanos, bem como, nas universidades.

Figura 1 – A cadela que deu nome ao projeto



Frida, um animal alfa, com personalidade dominante que cuidava e comandava a matilha, além de resgatar outros animais abandonados na instituição. Faleceu em novembro de 2018. **Fonte:** arquivos do projeto

Tendo em vista este contexto o projeto Frida, criado em 2016, se propôs em seus objetivos institucionalizar esta ação pré-existente e enfatizar os processos de comunicação, informação e educação que buscam sensibilizar a comunidade interna, do entorno universitário e a sociedade em geral sobre o respeito, os direitos e a senciência

dos animais (Singer, 2008), alertando para a legislação pertinente que trata de maus-tratos, abandono e posse responsável (Lei 9.605/98).

Desse modo, a ação voluntária, desenvolvida por Vandete Almeida (Negavan), que se presta aos cuidados gerais dos animais residentes e ao devido encaminhamento daqueles abandonados nas dependências da instituição, adquiriu melhores condições e efetividade na realização de suas atividades com sua formalização no projeto Frida. Ao adquirir condição institucional, envolveu e sensibilizou um maior número de pessoas sobre o abandono, maus-tratos e a posse responsável de animais por possibilitar, com o ingresso de alunos, um maior envolvimento da comunidade acadêmica com a causa animal, e que resultou em um maior diálogo dos integrantes do projeto com a comunidade intra e extramuros universitários propiciando uma associação paralela entre o conhecimento científico e o popular, na busca por soluções para esta problemática que afeta a sociedade como um todo.

2. O BEM-ESTAR E O CONTROLE POPULACIONAL DE ANIMAIS NO CAMPUS

Em seis anos de existência, além de outras atividades relacionadas com a logística de execução, o projeto Frida em suas ações, alcançou atender as necessidades básicas dos animais considerados “residentes”, como também daqueles em situação de abandono, com alimentação, vacinação e tratamentos de enfermidades, lhes garantindo melhores condições de existência. Além destas ações pontuais, o projeto também tem atuado em campanhas e participado de feirinhas de adoção quando há, sob seus cuidados, animais necessitando de lar temporário ou adoção definitiva.

O controle populacional tem ocorrido em três ações, direções ou momentos. Em uma primeira ação, quando o animal é regastado, tratado em decorrência de alguma enfermidade e encaminhado para adoção responsável. Em uma segunda direção, localizando o tutor ou responsável, quando o animal encontra-se perdido. E em um terceiro momento, quando um animal residente vem a óbito, em decorrência de enfermidade que, na maioria das vezes, ocorre em idade avançada entre os animais “residentes”. O óbito de animais no campus acontece com mais frequência entre aqueles

abandonados com alguma enfermidade grave e que, mesmo recebendo atendimento veterinário e medicamentos, não resiste à virulência da doença.

Frida foi, dentre os animais, a mais idosa. Faleceu em decorrência de uma enfermidade pulmonar, possivelmente causada pelas noites de intempéries e pela ausência de melhores condições de abrigo. Em parte, ela é responsável pela existência deste projeto de extensão ao refazer sua matilha que havia sido dizimada quando da realização de um projeto institucional que visava o controle populacional dos animais no campus, retirando-os do ambiente acadêmico e que resultou no retorno da maioria deles. E se o projeto existe é para lhes garantir o direito de estar no lugar que escolheram como “lar”.

Figura 2 – Frida e alguns de seus cães companheiros



Fonte: arquivos do projeto

Portanto, cumprindo com uma de suas ações referente ao bem-estar e controle populacional dos animais no campus, o projeto tem logrado atender as necessidades dos animais residentes, dentre outros casos de animais perdidos ou em situação de abandono. Ao mesmo tempo, também se faz possível observar uma maior sensibilidade, tolerância e entrosamento da comunidade, tanto interna quanto externa, no que tange a

presença de animais no ambiente acadêmico, sinalizando mudanças nos aspectos culturais relacionados ao abandono e aos maus tratos, e nos aspectos educacionais efetivamente percebidos em atitudes de conscientização e reconhecimento de que animais são passíveis de direitos, merecedores e dignos de cuidados e respeito.

Assim, e mesmo que a chancela institucional tenha favorecido a visibilidade das campanhas de doação e adoção, viabilizando melhor atendimento aos cuidados dos animais com a alimentação e vacinação, maiores resultados com a distribuição de material informativo, especialmente daqueles que identifiquem e informem sobre a presença de animais no campus não foram alcançados. Do mesmo modo, os cuidados higiênico-sanitários como atendimento veterinário regular, castração e melhores condições de higiene dos animais também não tem sido atingidos devido a pouca atenção dada as especificidades do projeto por setores específicos da instituição, a falta de recursos financeiros e melhores instalações físicas para os animais e para o armazenamento de ração, guarda de medicamentos e utensílios.

Figura 3 – Campanha de incentivo a adoção de animais



Fonte: arquivos do projeto

Sobre o índice populacional se observa que, com o projeto Frida, não houve

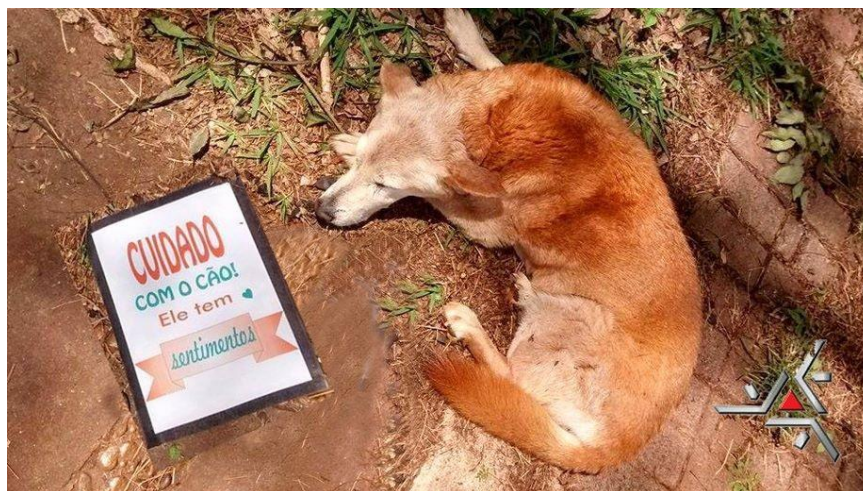
aumento populacional no número de animais comunitários e uma considerável redução no abandono de animais, resultado que também se atribui ao apoio de alguns agentes universitários do quadro de professores e técnicos, e de maior valia, o envolvimento dos alunos em compartilhar com os integrantes do projeto a responsabilidade de localizar, cuidar, ofertar lar temporário e encaminhar para adoção os animais em situação de abandono no território da instituição, além do falecimento de cães comunitários.

3. DESAFIOS, AÇÕES SOCIAIS E EDUCATIVAS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Antes mesmo do isolamento social, em decorrência da pandemia do Coronavírus, grandes já eram os desafios no enfrentamento ao abandono, maus tratos e desrespeito aos animais. Contudo, com o desencadeamento da pandemia, intensificaram-se as dificuldades para o acolhimento e atendimento das necessidades dos animais. Sem apoio institucional e sem recursos financeiros próprios a falta de ração, em princípio, foi uma das primeiras necessidades que sofreu abalo já que o projeto conta com doações para a alimentação dos animais. Outro desafio, no início da pandemia também se fez quanto ao atendimento das enfermidades, haja vista que, num primeiro momento, os profissionais da área também se encontravam em isolamento, inviabilizando o atendimento veterinário.

Em uma perspectiva de comunicação e informação a página eletrônica do projeto na rede social Facebook (<https://www.facebook.com/fridauem>), bem como o uso de mensagens em correio eletrônico, são meios que favorecem a divulgação sobre a existência, propostas e necessidades dos animais atendidos, imprimindo visibilidade à causa e as pautas do projeto. Na rede social Facebook conta-se com, aproximadamente, mil e duzentos seguidores e as postagens alcançam uma média entre dois e três mil internautas que compartilham as campanhas de doação de ração, adoção de animais e informações afins. Também, na mesma rede social, as listas de mensagens inbox são ferramentas que viabilizam a divulgação, o repasse de informações, a localização de animais, além de reforçar as campanhas de divulgação do projeto, arrecadação de doações e recursos, e não menos louvável, suas ações em prol da causa animal e que tem fomentado a integração entre universidade e sociedade.

Figura 4 – Uma das fotos de capa no Facebook



Fonte: arquivos do projeto

3.1. Bloco Cão de Rua: um mascote interdisciplinar

Para além das ações previstas pelo projeto Frida, a realização do bloco carnavalesco Cão de Rua, tem levado para as ruas da cidade a mensagem de combate ao abandono e de conscientização sobre os direitos dos animais proclamadas pela Unesco (1978).

Também criado como uma iniciativa particular pela proponente do projeto Frida, o bloco se tornou uma ferramenta interdisciplinar no qual se desenvolve por meio de processos educativos estabelecendo como referencial a educação ambiental e a ação cultural (FREIRE, 2016) que tem favorecido a divulgação dos direitos dos animais, as ações do projeto e envolvido um público das diferentes camadas sociais, formação educacional e atuação profissional, bem como, membros da sociedade local envolvidos com a causa animal, atuantes em ONGs ou na proteção independente.

Figura 4 – Logo e estampa em camiseta do bloco carnavalesco



Fonte: arquivos do projeto

No ano de 2020, o carnaval antecedeu a emergência da pandemia e o consequente isolamento social. Viabilizado por intermédio da Secretaria de Cultura do município, o bloco não foi as ruas, mas levou sua mensagem e atrações artístico-culturais para o Parque de Exposições Francisco Feio Ribeiro, local onde aconteceu o carnaval popular da cidade. Simpatizantes da causa animal, as atrações e diversão ofertadas pelo bloco apresentaram a Biotucada (bateria composta pelos alunos do curso de Biologia na Uem) e o músico Cláudio Caldeira (ex-aluno e integrante do projeto) em parceria com uma banda local, corver do músico Tim Maia, a banda Dim Maia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de Fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Brasília DF, fev., 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm. Acesso em: jul./2016.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 53.ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

SINGER, Peter. Libertação animal. Editora Lugano, Porto Alegre. 2008

UNESCO. Assembleia. Declaração Universal dos Direitos dos Animais. Bruxelas, 1978.

Capítulo 29 - DOI:10.55232/1084002029

**O DESPREPARO DO SISTEMA CARCERÁRIO
BRASILEIRO PARA RECEPÇÃO DE CRIMINOSOS
DIAGNOSTICADOS COM PSICOPATOLOGIAS**

Caroline Helena Costa Frota

RESUMO: Apresenta-se a situação do Sistema Carcerário Brasileiro, explícitas suas recorrentes falhas. A sociedade, influenciada por seus respectivos governantes, tende a se valer do argumento da ignorância para se proteger da verdade. A visível crise do sistema penal aproxima-se a largos passos, podendo se tornar realidade antes do esperado. Negar a existência de um problema não o fará sumir. A presença de criminosos com transtornos de personalidade data de antigos tempos onde pouco se entendia sobre neuro atipicidades. Hoje em dia, as coisas mudaram, mas as atitudes espelham a história tanto quanto imitam a arte. A problemática existe, ignorá-la apenas trará malefícios à própria população e seus representantes.

Palavras-chave: sistema, criminosos, psicopatologia

INTRODUÇÃO

O Sistema Carcerário Brasileiro é reconhecido por suas falhas. Não é de hoje que reclamações à cerca de seu modelo, desde o momento da sentença penal até o do encarceramento, são levantadas e constantemente ignoradas pelo governo. Realmente, investir no bem estar de seres humanos degredados pela sociedade e marginalizados por seus atos não parece muito lucrativo, sendo apontado como perda de tempo – afinal, diz-se: “tempo é dinheiro”.

Porém, não é pela ignorância que um problema há de ser resolvido. Crimes não somem da noite pro dia, em verdade, eles aumentam dependendo do modo como os tratamos. Vários já foram aqueles a levantar sobre a impossibilidade de reeducação e reinserção do indivíduo à sociedade se mantivermos as prisões do jeito que funcionam atualmente. Ainda mais se estivermos lidando com presos diagnosticados com transtornos mentais (psicopatia e sociopatia). Conhecidos mundialmente e não tão distantes da realidade brasileira, os indivíduos possuidores de tais comportamentos estão geralmente envolvidos à prática de crimes hediondos, sentenciados após julgamento a altas penas e erroneamente misturados a presos comuns.

Independentemente do crime cometido, deve-se pagar pela ofensa, essa é a ideia do Direito Penal, mas uma vez encarcerado, não deve existir uma chance para sua reinserção? Ou o status de neuro-divergente impede que cuidados dignos lhe sejam oferecidos? A Constituição Federal explicita o direito ao tratamento psicológico como fundamental, não fazendo distinção de pessoas livres ou presos, mas o Brasil negligencia todos que ousaram deturpar sua lei, quando estes não estão no alto escalão da sociedade, principalmente se possuem algum tipo de atipicidade. Constata-se o óbvio pois, sim, é muito mais simples não oferecer terapia e esperar que uma benção recaia sobre o psicopata/sociopata, que eles venham a se arrepender de todos os seus atos como se seus desvios de personalidade fossem inerentes a eles desde o nascimento e não culpa de uma sociedade engenheira magnânima de “monstros”.

O Brasil espera a ignorância resolver os problemas. Enquanto o índice criminalístico cresce, com cada vez mais criminosos diagnosticados com transtornos, assemelhando-se ao histórico de países estrangeiros, os juristas continuam a tapar seus

olhos como se aludissem – de modo totalmente deturpado – à estátua da Justiça. O sistema carcerário brasileiro está entrando em obsolescência, carcomendo-se em vermes e ferrugem, despreparado em diversos níveis, aguardando que um dia alguém tome iniciativa para mudar isso, e, principalmente, seja ouvido.

DISCUSSÃO

Ao se afirmar sobre o despreparo do sistema carcerário, alguns questionamentos podem ser levantados: por que estaria despreparado? E quais são as provas que sustentam tal situação? Ora, é crescente o número de casos de revoltas e consequentes mortes nos presídios brasileiros, apontando para a defasagem do sistema, altamente relacionada à visível negligência por parte do governo ao ignorar relatos de maus tratos, vindos dos presos, e denúncias das péssimas condições de trabalho, partida de carcereiros.

O Brasil escancara as portas para uma crise do sistema, tanto carcerário quanto penal, e ainda assim ignora o alerta e as necessidades prisionais. Por que? Simples. O método capitalista, supremo no mundo, dita para os que o seguem que suas atitudes sejam sempre visando o lucro, e o investimento na melhora de presídios, à fim de trazer condições básicas para seus componentes, não gera retorno – pelo menos não imediato – do mesmo modo como a população carcerária não contabiliza votos em uma eleição. Assim faz-se o questionamento predominante na mente dos políticos: por que investir em algo que não me beneficiará?

Esse tipo de pensamento mesquinho prolonga a ignorância, reforçada pelo estigma do afastamento de responsabilidade. A sociedade foi construída para crer que suas atitudes só afetam a si mesmos e não a coletividade, cegando-se num próprio mundo onde os “monstros” do amanhã não são frutos de sua criação, apenas filhos do vazio, e portanto quando pegos deturpando a lei, não precisam mais de proteção do Estado – proteção essa que, aliás, nunca tiveram. A Carta Magna, suprema na legislação nacional, dispõe sobre igualdade de direitos a todos mas, na prática, é mais comum falar-se de desigualdade agravada pelas diferenças e privilégio de poucos.

O egoísmo predomina desde tempos. Seres humanos são naturalmente egoístas

pois sua sobrevivência exige ao menos um quê disso, e isso fá-los ignorantes a responsabilidades sociais, empurrando-as de mão em mão até que alguém se preocupe – uma raridade. Desvios de personalidade não são inerentes, muitas vezes são os arredores, nos primeiros anos de vida até a adolescência da pessoa, que moldam seu jeito de ser, impondo traumas e cicatrizes psicológicas a serem descobertas apenas no futuro, quando as consequências já existem e os atos são irreversíveis.

O ponto-base da Constituição Federal ao estipular suas leis, deveres e direitos, é garantir que todos os seres humanos, sem distinção de raça, gênero, sexualidade e credo, tenham acesso a seus meios e possam suprir suas necessidades básicas. Ora, como já citado, se não há exclusão para presos muito menos para aqueles cuja neuro-atipicidade afasta-os da convivência social, por quê foi-se *estipulado* que cuidar dos direitos básicos de encarcerados é perda de tempo? É uma simples questão de compaixão, de não se rebaixar ao pior mesmo que o seu próximo lhe tenha ferido. O Brasil é um país cujos preceitos discordam de pena de morte e prisão perpétua, mas, ainda assim, oferece menos cuidados a seus presos do que os países reconhecidos por tal ferrenha instituição.

OBJETIVOS

Evidenciar o despreparo do sistema carcerário brasileiro, principalmente no que diz razão aos presos diagnosticados com transtornos mentais – em especial psicopatia e sociopatia – e sua consequente alocação junto de presos comuns, além da falta de acompanhamento psicológico.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Quando o assunto é o despreparo do sistema carcerário brasileiro e sua crescente falha na recuperação de presos, depara-se com um vazio em relação a soluções concretas e até mesmo debates mais profundos sobre o problema. Se já é difícil falar extensamente sobre o tema, quem dirá elaborar respostas como supostamente o Direito impõe. As leis e princípios estão espalhados por códigos e na própria Carta Magna, instituindo uma realidade que, hipoteticamente, deveria funcionar. Porém, quando trazida ao plano do

‘ser’, as coisas dispersam-se.

Não é apenas culpa da burocracia. Tudo consiste na questão de idealizar sem tomar atitude, ou pior, na ignorância constante de um problema na esperança de que ele suma. Presídios não recuperam. Na real, em boa parte dos casos, só servem para persuadir sua população a cometer mais crimes e desprezar a sociedade que os marginalizou. Um tabu foi criado em torno de assuntos cruciais porque, em sua maioria, são os mais polêmicos, e falar sobre eles significa aceitar a existência de um problema e o conseqüente caminho do Brasil de encontro a uma severa crise do sistema penal.

A intenção básica das pessoas é, em geral, atrelar-se ao simples, não sair de sua zona de conforto, e verdade seja dita: o que causa mais desconforto do que a temática sobre horrendos crimes? Apesar de gostar do que se classifica como *gore* (expressão em inglês para designar o que é grotesco, de dar ânsia) quando visto em filmes e outras obras da ficção, a sociedade prefere guardar tal culposo prazer (tradução literal para “*guilty pleasure*”) para o imaginário, ignorando ou simplesmente suavizando-o quando acontece no dia a dia. A vida imita a arte, sempre se difundiu o pensamento, mas quando se abre o palco para raciocínios sobre como os criminosos nunca deixaram de ser humanos ao cometer atrocidades, também se escancara a possibilidade de todos terem um lado cruel.

Não, não é toda e qualquer pessoa disposta a cruzar a linha – determinada pela moral – entre lícito e ilícito e praticar crimes violentos, mas não há ninguém salvo sob uma redoma de vidro de bondade, incapaz de cometer erros. O ser humano é falho e contraditório em seu âmago, e ao relegar os marginalizados a pagar por seus pecados, escolhe o caminho até mais sofrido desde que este faça o que (ou quem) lhe incomoda sumir. No Brasil não há pena de morte nem prisão perpétua. Existe um orgulho em torno disso como se o direito penal não fosse capaz de cometer injustiças, encarcerando pessoas em celas superlotadas e prisões sem o mínimo de cuidado. Porém, visite uma dessas instituições supostamente destinadas a recuperar criminosos e a verdade será bem diferente.

Prepondera a vingança, aparentemente. E não há quem culpar além dos próprios seres humanos, fiéis à herança dos tempos da justiça feita pelas próprias mãos. É necessário punir para ensinar, afastar para proteger, mas acima de tudo parece ser mais importante deixar que os maus se aniquilem por si só. Afinal, quem se preocupa se um

prisioneiro morrer ou for morto pelas mãos de outro? “*Ele mereceu*”, será o dito mais ouvido no dia seguinte caso os jornais noticiem o falecimento. É preciso que se faça os outros sofrerem para se iludir com ideia de que é bom, imaculado, ao contrário dos deturpadores de leis. Dentro das cadeias, pessoas diagnosticadas com psicopatologias são reunidas às mentalmente sãs, e seu final fica em aberto entre suicídio ou morte. Profissionais da área da Psicologia não são pagos o bastante nem treinados para realizar o acompanhamento dos presos, e quando são, isso só acontece em raras instituições.

Ao continuar a ideologia da ignorância como resolução para os problemas, os responsáveis pela lei e pelas instituições de encarceramento culminam para que o povo também a faça, afinal, o exemplo maior está no poder. Crises não são impedidas pelo afastamento da problemática e sim com o enfrentamento dela, mesmo que seja uma mudança dentre o vasto mar. O costume é o ócio pois este satisfaz quem está sendo beneficiado, e pouco importa o prejuízo se o próprio não for atingido. É necessário falar, tocar no assunto, discutir, tirar da cabeça a ideia de que tudo permanecerá no imaginário e nunca virá cobrar dívidas com juros sob a forma de consequências. O caminho para uma possível solução não é inacessível.

METODOLOGIA

- Coleta de dados;
- Análise minuciosa da situação atual e futuras implicações;
- Leitura dos livros *Serial Killers – Anatomia do Mal* e *Lady Killers* (Assassinas em Série), para melhor base teórica e análise.

EXPOSIÇÃO DO CASO

Revisão Teórica

Em verdade, não são muitas as obras a dissertar sobre assunto; sendo as poucas existentes publicadas em tempos esparsos e, em maioria absoluta, elaboradas por profissionais ou estudiosos de casos estrangeiros, apenas confirmando certa despreocupação brasileira para com o tema e limitando os curiosos falantes da língua

portuguesa a obras traduzidas. Como uma das mais conhecidas atualmente, temos *Lady Killers (Assassinas em Série)*, 2017, de Tori Telfer, trazida aos leitores brasileiros apenas em 2019 pela DarkSide Books.

A abordagem do livro, focada nas mulheres responsáveis por grotescos crimes, assassinas em série, não tão conhecidas quanto suas contrapartes do gênero masculino, apela para uma reflexão sobre a “amnésia coletiva” em relação à violência e o consequente afastamento para com os criminosos, sob medo de entender os motivos de seus crimes ou até mesmo responsabilizar-se indiretamente.

“Não é que a sociedade não reconheça a existência do mal nas mulheres. {...} Mas nós parecemos preferir mulheres más como aquelas abrigadas apenas em nossas ficções – é quando elas entram na vida real e começam a matar pessoas que nossa imaginação falha”; adis a autora. E vale lembrar que tal situação não está configurada somente para mulheres e sim criminosos em geral, de todos os gêneros, frequentemente tratados pela sociedade como existentes apenas em fantasias e histórias apocalípticas cruéis – até o momento em que se fazem presentes no dia a dia e as pessoas escolhem entre um misto de medo e desprezo para com esses “seres endemoniados”. (TORI TELFER, 2017)

Pelo desprezo, antevê-se o afastamento. “Não podemos imaginar que elas fizeram de propósito”; elabora a obra. Ao se entender que seres humanos têm a capacidade de fazer algo cruel “de propósito” (explicação superficial), dá-se abertura para que todos aqueles iguais perante a lei sejam possíveis criminosos, ou pior, psicopatas homicidas, e não apenas os monstros do imaginário ou as criaturas dignas da poética de Stephen King. Não cabe aceitar que os cruéis são inescapavelmente humanos, pois a empatia pelo mal é repelida pelo medo, então quando uma pessoa se encontra do outro lado das grades, ela, automaticamente, jaz lançada ao abismo (*muse em abyme*).

Outra obra interpretativa sobre o assunto concordou, anos antes: “Serial Killers sempre existiram. Eles apenas não eram chamados de Serial Killers antigamente. {...} jornais frequentemente descreviam tais criminosos como ‘demônios assassinos’, ‘monstros sanguinários’ ou ‘diabos em forma humana’” (HAROLD SCHECHTER, 2003). Ainda que o âmago humano se interesse por histórias horrendas e tragédias milenares, ele não admite que tais atitudes possam ter sido praticadas por outros

humanos. É impossível, dentro de sua crença, mas isso nunca fez os famosos – ou nem tanto – psicopatas e sociopatas homicidas desaparecerem do mundo, podendo ser encontrados na Inglaterra, nos EUA, no México e, quem diria, até mesmo no Brasil.

Há muito tempo, Emily Dickinson expressou-se em seu poema *One need not be a Chamber to be Haunted* sobre um lado oculto, presente até na pessoa mais correta, fascinado pelo proibido. O que os psicólogos chamariam de “a sombra”; o lado bestial que se esconde por trás do verniz de civilidade dos indivíduos e que adora sonhar sobre todo o tipo de experiências *tabu*. Uma perfeita alusão ao que Platão já quis alertar na antiguidade, quando ousou dizer: “Os bons homens se limitam a sonhar aquilo que os maus praticam”. Ora, uma das características distintivas dos criminosos (psicopatas homicidas) é precisamente a disposição de cruzar essa linha e transformar suas fantasias distorcidas em apavorantes realidades. (HAROLD SCHECHTER, 2003)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dissertar sobre a situação do Sistema Carcerário Brasileiro, ainda mais criticá-la, é encontrar em sua frente uma barreira instituída pela falsa moral. Parece existir uma estranha crença de que quanto mais se fala sobre criminosos e suas facetas hediondas, mais se está disposto a igualá-los. Não é como se cada pessoa a pisar na Terra estivesse pronta para romper a barreira do lícito e ilícito, deturpando valores. Mas também não é como se presidiários fossem algo além de humanos, simplesmente seres que, como é costume, foram um dia marginalizados pela sociedade e assim continuam.

Há quem sustente que, como exemplos de seres racionais, os seres humanos agem mais irracionalmente que animais ditos selvagens. E drástica como seja a concepção, ela não está de todo errada. Tigres caçam e matam pela sobrevivência, é o suprasumo de sua vida: ou você mata, ou será morto. Pessoas matam por diversas razões, até mesmo um motivo torpe. Em todo o mundo animal, incluindo irracionais ou não, há a visão do poder. Agir como Deus, decidindo quem vive e quem morre, dá-las a sensação de superioridade. E do mesmo modo como criminosos podem experimentar isso, seus algozes sentem o mesmo ao definir o destino e o quanto devem sofrer além da pena.

A justiça age como um espectro bem abstrato. Quem a faz, decide o que ela é. Facilmente se deturpa seu sentido e alcance, isso torna-se óbvio quando o índice de

peças com influência político- monetária presas é bem menor do que pobres trancafiados em celas, em geral de péssimas condições. Afinal, o dinheiro e suas condições sociais parecem pagar pela liberdade. Cada crime tem um preço. Enquanto isso, o Brasil lida com uma superpopulação carcerária e o sistema penal carcome-se em ferrugem – como aludiria a expressão “*largado às traças*”. A espera de que a ignorância resolva a problemática nunca trará resultados, só consequências piores.

REFERÊNCIAS

SCHECHTER, Harold. *Serial Killers: Anatomia do Mal*, DarkSide Books – Crime Scene, 2003; Rio de Janeiro: tradução para a língua portuguesa por Lucas Magdiel, 2013.

TELFER, Tori. *Lady Killers: Assassinas em Série*, DarkSide Books – Crime Scene, 2017; Rio de Janeiro: tradução para a língua portuguesa por Daniel Alves da Cruz e Marcus Santana, 2019.

DE OLIVEIRA, ANDERSON RODRIGO. A genealogia da moral de Nietzsche. *Meu Artigo Brasil Escola*, 2017. Disponível em: <<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/filosofia/a-genealogia-moral-nietzsche.htm>>. Acesso em: 19 out. 2020.

BALDWIN, EMMA. One need not be a Chamber to be Haunted by Emily Dickinson. *Poem Analysis*, 2019. Disponível em: <<https://poemanalysis.com/emily-dickinson/one-need-not-be-a-chamber-to-be-haunted/>>. Acesso em: 19 out. 2020.

FASCISMO SOCIAL NA ESFERA FEMININA

Mayra Bahia Figueiró, Andreia Caroline Lima Pinto

RESUMO: Estudo que objetiva mostrar a exclusão da mulher no âmbito do Direito Penal, através de comparações nas leis que existiram e ainda existem, visando aprofundar na história das mulheres, tratando das negligências decorridas em todos esses anos. Busca ainda entender a evolução da sociedade, sempre observando as conquistas das mulheres nas diferentes esferas. Adotou-se o método de abordagem dialético, visto a investigação da realidade e as mudanças constantes que ocorrem na sociedade, e como método de procedimento o histórico, comparativo e bibliográfico pois parte de um conjunto de acontecimentos e processos do passado que influenciam na atualidade, além da verificação de semelhanças e divergências entre o presente e passado e a utilização de material escrito para melhor explicação do tema abordado. A análise de dados se dará de forma descritiva, ou seja, irá analisar e verificar a relação entre os fatos e fenômenos que dizem respeito ao tema da pesquisa. Verificou-se que só no século XXI houve avanço dos direitos à mulher na esfera penal e, que tais mudanças possuem lacunas em sua aplicação. Conclui-se que demorará muitos anos para que todos os impedimentos sejam superados, visto que o principal elemento de obstáculo é o machismo impregnado na sociedade.

Palavras-chave: Fascismo social, Mulher, Direito Penal

1 INTRODUÇÃO

A principal questão sobre a mulher na história e sociedade refere-se à desigualdade de gênero construída a séculos atrás em praticamente todos os países providos de diferentes regimes políticos e econômicos, onde predomina uma cultura e educação focada no homem. Tal problemática atravessa décadas, como na época dos gregos, os quais já consideravam as mulheres mero objeto de submissão privadas de seus direitos e deveres. Mesmo em tempos diferentes, como na Era das Luzes que se buscava igualdade, fraternidade e liberdade, as mulheres não podiam reivindicar seus direitos, pois eram condenadas à morte; ou seja, os homens possuíam o direito, respaldado em lei, para castigar e punir mulheres que não se comportavam. E na atual conjuntura de modificações e transformações em leis, costumes, cultura de um povo, ainda se vê casos de insegurança, violação de liberdades, impedimentos sociais e políticos na esfera do mundo feminino. Um belo exemplo foi o caso da moça vítima de estupro dentro de um ônibus em São Paulo que teve sua dignidade abalada pela atitude de seu agressor ter ejaculado em seu pescoço e o juiz do caso ter apenas considerado como importunação ofensiva ao pudor, pois a vítima estava sentada e deste modo não houve violência nem constrangimento.

Ou seja, em decorrência de todo esse comportamento e estrutura social e cultural, todos os dias uma mulher sofre abusos ou agressões que variam entre o verbal até o físico e sexual. E como veremos adiante, nem a própria legislação criada para proteger tais fins, consegue coibir os atos de violência.

Portanto, o estudo compreende a análise histórica, social e jurídica sobre as garantias e o cumprimento em relação aos direitos da mulher no âmbito penal, e de que maneira o aparato legal refleti concretamente na realidade hodierna.

Diante disso, busca-se a resposta aos aspectos referentes aos impedimentos e avanços na esfera jurídica penalistas para com os direitos da mulher, procurando identificar, criticar e discutir o histórico da mulher na sociedade, as garantias conquistadas nos diferentes âmbitos e as dificuldades que ainda resultam em sua exclusão.

Adotou-se o método de abordagem dialético, pois este utiliza como foco contraposição e contradição de ideias, visto que se confronta qualquer conceito tomado como verdade com outras realidades e teorias para se obter uma nova conclusão. Assim, a dialética não analisa o objeto estático, mas o contextualiza através do estudo da dinâmica histórica, cultural e social. Como método de procedimento o histórico, porque as atuais formas de vida social, instituições e costumes têm origem no passado, e por isso é importante pesquisar suas

raízes, para compreender sua natureza e função, comparativo pois é de utilidade para a temática ao fazer comparações de grupos no presente, no passado, ou entre os existentes e os passados, e entre sociedades de iguais ou de diferentes níveis de desenvolvimento e bibliográfico, em virtude da pesquisa ser baseada em artigos científicos, revistas, blogs, dissertações. A análise abordada fará uso da pesquisa descritiva, uma vez que, tem como objetivo descrever, verificar e analisar a relação entre fenômenos e fatos que dizem respeito ao estudo, buscando investigar os detalhes para entender as causas e consequências.

Deste modo, a pesquisa parte em sua primeira seção para abordagem histórica e social de termos significativos que necessitam de uma conceituação, seguindo para o desenvolvimento do tema, explicitado por fundamentos doutrinários, sociais e até pessoais, subdividido em três tópicos: mulher na história, o social define e aparição da mulher em legislações. E após será debatido a problemática mediante a verificação de brechas que ainda existem em nosso Código Penal, tendo subtópicos descritos como: Quais os direitos previstos à mulher? E o que ainda falta para garantir direitos e se ainda há direitos que possam ser resguardados.

2 CONCEITO E SUAS DERIVAÇÕES

Fascismo que é derivado da palavra *fascio* a qual significa federação ou aliança, foi criado na Itália e é um regime autoritário. Inicialmente o fascismo era um movimento político criado por B. Mussolini³, mas logo depois foi apresentado como partido político composto em sua grande maioria da classe operária e burguesia rural e urbana. Seu objetivo era ir de encontro ao movimento democrático da Revolução Francesa e às concepções socialistas e liberais.

Nos dias atuais, o termo fascista é utilizado para destacar doutrinas políticas com tendências anticomunistas, autoritárias e antiparlamentares, as quais defendem a autossuficiência do Estado, portanto, atuam contra as liberdades individuais.

Assim, Santos⁴ (2016, online) ao perceber que novas formas de exploração e dominação nas sociedades contemporâneas estavam surgindo, criou o conceito de fascismo social já que “vivemos em democracias de baixa ou muito baixa intensidade que convivem

3

Benito Amilcare Andrea Mussolini foi um político italiano que liderou o Partido Nacional Fascista e é caracterizado como uma das figuras que ajudou a criar o fascismo.

4

Boaventura de Sousa Santos, é professor catedrático jubilado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e em Novembro de 2010 publicou o artigo “Os fascismos sociais”.

com regimes sociais fascistas. Daí o meu diagnóstico de que vivemos em sociedades que são politicamente democráticas mas socialmente fascistas”.

Em sua visão há uma ruptura do contrato social haja vista que os indivíduos agora buscam interesses pessoais, desconsiderando todos os ideias e princípios de justiça, solidariedade, igualdade. Deste modo, “quando uma família tem comida par dar aos filhos hoje mas não sabe se terá amanhã; quando um trabalhador desempregado se vê na contingência de ter de aceitar as condições ilegais que o patrão lhe impõe para poder matar a fome da família; quando uma mulher é violada a caminho de casa ou é assassinada em casa pelo companheiro; quando os povos indígenas são expulsos das suas terras ou assassinados impunemente por capangas ao serviço dos agronegociantes e latifundiários; quando os jovens negros são vítimas de racismo e de brutalidade policial nas periferias das cidades” (SANTOS, 2017, online), todas essas situações são agravantes da impossibilidade de solicitar os direitos de cidadania.

E ao falarmos de indivíduos, devemos buscar onde surgiu os gêneros, já que a discussão aqui engloba a situação da mulher perante a legislação. E de acordo com *Mougeolle* 5(2015, online) “esta palavra foi utilizada primeiro nas ciências médicas, a psicologia e a sociologia e, a partir dos anos 1980, na história das mulheres”; e nos anos de 1972 a socióloga *Ann Oakley* queria diferenciar sexo de gênero, tendo escrito o livro “*Sex, Gender and Society*”, no qual em seu sexto capítulo afirma que sexo é um termo biológico e gênero um termo psicológico e cultural.

Desta forma, para a antropologia a definição de gênero depende da cultura de um povo, ou seja, para algumas sociedades o sexo biológico é a regra para a escolha de gênero, mas para outras não há porque distinguir um gênero de outro. Culturalmente as formas biológicas oscilam entre os gêneros, tendo até pessoas que se enquadram no sexo indeterminado, já que gênero é uma conotação psicológica e cultural, que para *Stoller*⁶ (1968, PDF) depende “da quantidade de masculinidade e feminilidade em uma pessoa”. Embora não haja uma definição para a psicologia, sociologia, história, filosofia sobre o assunto, é provado que “os papéis sociais, as funções atribuídas a homens e mulheres, variam de acordo com cada época e cultura” (STOLLER, 1968, PDF).

5

Léa Mougeolle, socióloga francesa graduada pela Universidade de Bordeaux e mestre pela Universidade de La Sorbonne Nouvelle.

6

Robert Jesse Stoller era americano e professor de psiquiatria na UCLA Medical School e pesquisador da UCLA Gender Identity Clinic. É conhecido por suas teorias sobre desenvolvimento da identidade de gênero e dinâmica da excitação sexual.

3 CONTEXTO HISTÓRICO, SOCIAL E JURÍDICO

3.1 MULHER NA HISTÓRIA

Foi na Revolução Francesa que surgiu a Declaração dos Direitos da Mulher, o primeiro documento a mencionar a igualdade jurídica entre homens e mulheres, que fora feita como crítica à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Em 19 de abril de 1879, através do decreto 7.247, o direito de acesso ao ensino superior é conquistado no Brasil.

O primeiro país a aprovar o voto feminino foi a Nova Zelândia em 1893; no Brasil só foi aprovado por meio do decreto 21.076 em 1932 durante o governo de Getúlio Vargas.

A mulher só começou a aparecer na história quando o capitalismo se tornou hegemônico pelo mundo, causando a quase extinção do patriarcalismo. A demora foi grande em virtude da construção históricofilosófica, que conferiram as mulheres um papel de criaturas irracionais, sem pensar próprio. Nos pensamentos filosóficos de Platão, Aristóteles e Hipócrates, percebia-se um discurso masculino que ajudou a construir mitos os quais justificavam a inferioridade feminina. E por tal razão, nos primórdios da civilização grega, os homens conduziam as sociedades em quase todos os âmbitos (só não foram todos porque a mulher que coordenava o ambiente doméstico). E por consequente, a mulher vivia nas sombras, sem poder gozar de seus direitos. A partir da expansão da nova forma de economia, a estrutura familiar no âmbito doméstico começou a se desintegrar com o assalariamento individual, fazendo com que as famílias se deslocassem para as empresas, mas só esta mudança não implicou em melhorias para as mulheres, já que o machismo não teve um fim.

O machismo que pode ser conceituado como uma crença que homens são superiores às mulheres, ou em termo mais amplo, por ser um conceito filosófico e social que crê na inferioridade da mulher, é a ideia de que o homem, em uma relação, é o líder superior, na qual protege e é a autoridade em uma família permanece entre nós até hoje, e por isso, ainda há mulheres em posições inferiores em órgãos públicos e empresariais.

O capitalismo, através da organização do trabalho, trouxe mudanças na relação homem e mulher. O assalariamento representou a independência da mulher e foi como o estopim para a busca de direitos não garantidos.

Mas ao fazerem parte da produção social no mercado de trabalho, se viam cada vez mais oprimidas pelo antagonismo de seres humanos inferiores, reforçando ainda mais a ideia de que as lutas de classes eram o motor da história. E para comprovar isso, surgiu o

feminismo com uma corrente teórica e movimentos sociais, onde sua história pode ser dividida em: reivindicações pelos direitos democráticos em meados dos séculos 18 e 19, como o divórcio, voto, trabalho e educação; liberdade sexual no final da década de 1960, impulsionada pela criação do primeiro anticoncepcional oral e no final de 1970 a igualdade no trabalho. Deste modo, em 1919 a Conferência do Conselho Feminino da Organização Internacional do Trabalho (OIT) aprovou a resolução de salário igual para homens e mulheres e em 1962 pela lei 4.212 criou-se o Estatuto da Mulher Casada, no qual garantiu que a mulher não precisava mais da autorização do marido para trabalhar, podia requerer a guarda dos filhos em situação de separação e ter direito à herança no caso de falecimento do marido.

A lei do divórcio (6.515/77) trouxe em sua redação a extinção dos prazos para se divorciar e a não exposição de motivos para tal, facilitando a dissolução de casamentos abusivos e autoritários, onde em grande parte as mulheres eram vítimas de violência doméstica e familiar. Em virtude deste fato, foi instituído no Brasil desde 2002, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher criado no Ministério da Justiça e vinculado a Secretária de Políticas para as Mulheres, sendo um órgão de suma importância para fazer a ligação entre os movimentos de mulheres organizadas e o poder público.

Tal situação é tão impactante, quem em 2006 foi criada a lei Maria da Penha que tem por finalidade “proporcionar instrumentos que possam coibir, prevenir e erradicar a violência doméstica e familiar contra a mulher, garantindo sua integridade física, psíquica, sexual, moral e patrimonial, a conhecida violência de gênero” (MORENO, 2014, online).

É um avanço legislativo, já que é um dos principais instrumentos de combate à violência doméstica e familiar, garantindo o dever do Estado em assegurar assistência à família.

Em suma, a Lei Maria da Penha, reconhece a obrigação do Estado em garantir a segurança das mulheres nos espaços público e privado ao definir as linhas de uma política de prevenção e atenção no enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher, bem como delimita o atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e inverte a lógica da hierarquia de poder em nossa sociedade a fim de privilegiar as mulheres e dotá-las de maior cidadania e conscientização dos reconhecidos recursos para agir e se posicionar, no âmbito familiar e social, garantindo sua emancipação e autonomia (MORENO, 2014, online).

Por isso sua aplicabilidade é tão importante tendo em vista a magnitude que abrange, pois proporciona uma segurança jurídica à algo que atravessa décadas, ocasionando um

propenso desfecho se ocorrido conforme a lei.

3.2 O SOCIAL DEFINE

A exclusão feminina percorre décadas, onde nas leis romanas as mulheres eram propriedades primeiramente de seus pais para depois serem de seus maridos. Na burguesia positivista o espaço delas era restringindo ao âmbito doméstico destinadas à educação dos filhos e afazeres do lar; tais atitudes decorriam de pensamentos onde a mulher não poderia ter corpo e mente juntos, pois assim, não seriam providas de razão.

Pitágoras e Aristóteles, por exemplo, viam a mulher como um ser oriundo das trevas e incompleto, cuja única função era acolher o fruto que o homem nela colocava. Plantão, diferente de seus conterrâneos, via um ser pensante capaz de administrar e gerir a cidade-estado, cuja detenção de razão era a mesma dos homens.

A inserção no mundo intelectual ainda era algo inerente à vontade de muitas, mas, a persistência foi um grande aliado, no qual grandes filósofas surgiram em meados do século XX, tais como: Hannah Arendt, Simone Weil, Edith Stein, Mari Zambrano, *Simone de Beauvoir* e Rosa Luxemburgo.

Escritoras como *Christine de Pisan*, *Olympe de Gouges*, *Mary Wolstonecraft*, foram um marco na história feminista, trazendo obras como *A cidade das damas*, *Declaração dos Direitos da Mulher* e *O Segundo Sexo*; todos esses atos analisavam a situação da mulher na sociedade e criticavam o demasiado discurso de inferioridade, trazendo alternativas.

O ensejo intelectual ainda está evoluindo, como indica o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística):

Frequência escolar entre pessoas de 15 a 17 anos, independentemente do nível de ensino, ou seja, a frequência escolar bruta, também mostrou uma proximidade entre mulheres e homens: de 87,1% e 87,4%, respectivamente.

No entanto, na faixa etária de 18 a 24 anos, o percentual de mulheres na escola é superior ao dos homens em 2,5%. Em 2016, de acordo com dados da PNAD Contínua, a taxa de frequência escolar líquida ajustada no ensino médio dos homens de 15 a 17 anos de idade era de 63,2%, 10,3 pontos percentuais abaixo da taxa feminina (73,5%).

[...] A maior diferença porcentual entre homens e mulheres encontra-se no nível “superior completo”, principalmente entre as pessoas da faixa etária mais jovem, de 25 a 44 anos de idade. O porcentual de homens que completou a graduação foi de 15,6%, enquanto o de mulheres atingiu 21,5% — indicador 37,9% superior ao dos homens (MORAES, 2018, online).

Contudo, a qualificação profissional ainda não facilita o lado feminino, uma vez que

mulheres e homens exercentes de mesmo cargo, possuem remunerações diferentes. Para Xavier (2012, PDF), tal atitude está "diretamente ligada à cultura do gênero, com a tendência em manter a preservação da masculinidade" de forma que a dominação do homem se prepondera. E isto não é só na esfera de mercado de trabalho, e sim na política e econômica.

Nós só vimos em 1928 uma mulher se torna prefeita de uma cidade. Tempos depois, em 1934, Carlota de Queirós é a primeira deputada federal.

Em 1994, Roseana Sarney é a primeira mulher escolhida pelo voto popular para chefiar um estado, o Maranhão. Em 2011, a primeira mulher presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, tomou posse. E, no Parlamento, foram eleitas as primeiras vice-presidentas da Câmara dos Deputado e do Senado (PELLANDA, 2018, online).

Porém, será que avançamos mesmo? Pois se formos observar todos os governos que já passaram, o atual é o pior em relação ao postos das mulheres em cargos de chefia

Desde a proclamação da República o Brasil já teve 35 presidentes e somente 1 deles foi uma mulher: Dilma Rousseff. Também foi no governo dela que as mulheres ganharam maior visibilidade ao assumirem a chefia de 8 ministérios em seu primeiro mandato e depois 9 ao ser reeleita. Atrás dela fica o Presidente Lula que contou com 6 mulheres em seus ministérios no segundo mandato, frente a 2 mulheres no primeiro mandato. No governo de FHC foram somente 2 mulheres no primeiro mandato e outras 3 mulheres após sua reeleição. Nos governos dos Presidentes Sarney, Fernando Collor e Itamar Franco somente duas mulheres também ganharam cargos de chefia de ministérios. [...] No atual governo Temer só há 1 ministra mulher (LUZ, 2018, online).

É um paradigma muito grande, haja visto que somos metade da população (51,47%) brasileira, e mesmo assim, não temos uma representatividade significativa de acordo o IBGE

apenas 11,3% das cadeiras do Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal) são ocupadas por mulheres. As parlamentares representam 16% dos postos no Senado e 10,5% na Câmara dos Deputados.

A maior parte dos ministros nomeados pelo governo federal também são homens. Dos 28 cargos, dois (7,1%) eram ocupados por mulheres até dezembro de 2017. No entanto, hoje o número é ainda menor, já que a ministra dos Direitos Humanos, Luislinda Valois, pediu a exoneração do cargo em fevereiro deste ano (SARINGER, 2018, online)

Deste modo, parti-se-à para outro fator importante que é o econômico. Como a mulher se insere nele? Analisa-se a condição econômica e a posição que ocupa na família, ou seja, se há disponibilidade, observa-se "algumas características, tais como: idade, estado civil, a escolaridade, a presença de filhos, a composição da família" (HANAOKA, 1997, PDF), pois

para Bruschini⁷:

O número de filhos e a idade deles muitas vezes define se a mulher pode ou não ter um trabalho remunerado fora de casa, ou se terá que se dedicar ao trabalho doméstico ou a atividades informais no próprio domicílio, como estratégia possível de conciliação entre trabalho e família (1992 apud HANAOKA, 1997, PDF).

Todavia, o Brasil é um dos poucos países em que oferece pré-escola obrigatória e gratuita para crianças acima de quatro anos, trazendo maior liberdade para os pais em ir trabalhar.

Sendo assim, na presença de tantos requisitos para o surgimento da possibilidade de inserção num trabalho, foi promulgada a lei 9799/99 que tinha como objetivo efetivar o acesso da mulher no mercado, diminuindo a discriminação por sexo, impondo penalidades para as situações em que os empregadores não aceitavam promover, motivar ou até mesmo aceitar proposta de emprego em razão de gênero. Foram também respaldadas as situações de demissão por justa causa de mulheres que engravidavam e os casos de assédio quando o preposto ou empregador impunham revistas íntimas em suas funcionárias.

No último relatório de Mulheres, Empresas e o Direito lançado pelo Banco Mundial no início deste ano, é verificado que as mulheres representam 43% do mercado de trabalho no Brasil, tendo liberdades em ocupações consideradas arriscadas, perigosas e culturalmente masculinas. Mas a Organização Internacional do Trabalho afirmou em 2016 que a busca pela equiparação salarial poderá demorar 70 anos para acontecer, já que em 20 anos só se alterou 0,6%.

Júnior (2016, online) expressa que "atualmente, as mulheres ganham 77% do salário que os homens recebem para executar o mesmo tipo de função. A OIT afirma que isso não pode ser explicado apenas por diferenças na educação ou idade".

O próprio diretor do escritório da OIT, Vinícius Pinheiro, em entrevista à radio ONU afirma que:

O relatório mostra, por exemplo, que a brecha em relação à participação da mulher no mercado de trabalho é de 27 pontos percentuais. O relatório mostra também que as mulheres têm uma maior probabilidade de estar desempregadas e de estar em empregos de baixa qualidade e empregos na economia informal. O relatório mostra que as mulheres trabalham um maior número de horas do que os homens e ganham

7

Maria Cristina Aranha Bruschini possui graduação em Sociologia pelo Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1969), mestrado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1977) e doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1987).

menos em relação à mesma posição.

[...] Primeiro, é fundamental acabar com essa diferença salarial no mercado de trabalho. Não existe qualquer motivo para que uma mulher que tenha o mesmo desempenho, que esteja na mesma posição de um homem na força de trabalho, tenha um salário diferente. Em segundo lugar, é fundamental reconhecer, reduzir e redistribuir o trabalho doméstico, que não é assalariado e que é feito em casa. As mulheres também têm uma carga maior em relação ao trabalho doméstico. O acesso ao sistema de proteção social também é fundamental, incluindo benefícios para a maternidade e creches (PINHEIRO, 2016, online).

No Brasil, o avanço das mulheres no mercado de trabalho ainda é insuficiente no decorrer de quase 20 anos, tendo obtido um sucesso maior para as empregadas domésticas, que já possuem as mesmas garantias dadas à outros trabalhadores (como a carga horária de 44 horas semanais).

3.3 APARIÇÃO DA MULHER EM LEGISLAÇÕES

O primeiro direito garantido às mulheres foi em 1827, permitindo as meninas que frequentassem o ensino primário, o qual lhes era abdicado. E após 52 anos veio a autorização de estudar no ensino superior.

No regime republicano, o decreto nº 181 de 1890 ainda dispunha sobre o domínio patriarcal, contudo, em sua redação sobre o casamento civil, removeu do marido o direito de castigar fisicamente mulher e filhos.

Em 1912 houve a criação do primeiro projeto do Código do Trabalho que dispunha sobre:

a liberdade para se obter emprego, sem necessidade de outorga marital, a jornada de trabalho de 8 horas, licença maternidade de 15 a 25 dias anteriores ao parto e de 25 dias após. [...] Na época, o projeto foi amplamente discutido e criticado, visto que alguns parlamentares viam o projeto como uma desonra aos maridos, sendo um dos motivos para que o projeto não fosse aprovado" (BARRETO, 2016, online).

Após cinco anos do projeto, foi realizada a primeira Conferência Internacional do Trabalho, a qual vedou o trabalho noturno para mulheres. No estado do Rio Grande do Norte em 1928, o governo alterou a lei estadual eleitoral e decretou o direito ao voto para as mulheres; tal modificação foi repercutida por todo o território, que fez o Presidente do Brasil em 1932 promulgar o voto feminino.

No mesmo ano, vieram mais avanços em relação ao binômio mulher-trabalho:

o Decreto 21417 fez com que ficasse proibido o trabalho da mulher no período noturno, das 22 horas às 5 horas do dia seguinte. Além disso, o Decreto e conferir à mulher 2 descansos diários de meia hora para que pudessem realizar a amamentação dos filhos, nos 6 primeiros meses de vida da criança (BARRETO, 2016, online).

No Brasil, a Constituição de 1934 foi a primeira em que o constituinte se preocupou com a situação jurídica da mulher, coibindo os privilégios e distinções em razão de sexo. Todavia, as demais constituições não cumpriram com o mesmo papel, pois a Carta de 1937 retrocedeu a forma genérica das constituições anteriores, suprimindo a igualdade jurídica dos sexos.

E mesmo com a existência da Caixa de Aposentadorias e Pensões (CAP)⁸ e os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), foi somente em 1960 que o Estado criou a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS)⁹, contemplando a introdução da mulher na uniformização das contribuições.

Com o Estatuto da Mulher Casada em 1962, modificou-se condição de relativamente capaz para civilmente capaz, podendo exercer profissão sem autorização do marido, passando a ser integrante da administração na sociedade conjugal. E após cinco anos, a constituição de 1967 volta a firmar a igualdade jurídica entre homens e mulheres.

Um grande feito foi no ano de 1972 quando a categoria de empregados domésticos foi incorporado a previdência, em virtude que "A incorporação dessa categoria representou uma importante conquista das mulheres, pois a maior parte dos trabalhadores domésticos é do sexo feminino" (CAMARANO, PASINATO, 2002, PDF).

Em meio as conquistas na esfera civil, tivemos em 1977 a criação da lei do divórcio, cujo texto foi emendado à constituição. Maria Berenice Dias em artigo publicado aduz que:

A nova lei, ao invés de regular o divórcio, limitou-se a substituir a palavra "desquite" pela expressão "separação judicial", mantendo as mesmas exigências e limitações à sua concessão. Trouxe, no entanto, alguns avanços em relação à mulher. Tornou facultativa a adoção do patronímico do marido [...] Outra alteração significativa foi a mudança do regime legal de bens. No silêncio dos nubentes ao invés da comunhão universal, passou a vigorar o regime da comunhão parcial de bens (2008, online, grifo do autor).

Ademais, as mudanças mais significativas em todas as esferas do direito chegou com o advento da Constituição Cidadã de 1988, onde em vários artigos observou-se a igualdade de

8 É o início do sistema previdenciário brasileiro, datado de 1923, que tinha por objetivo fazer com que as empresas possuíssem uma caixa destinada a assistir os empregados quando estes tivessem que se afastar da atividade profissional. Era destinado, primeiramente, aos trabalhadores de empresas ferroviárias, sendo concedido depois a expansão para os diversos setores da atividade econômica.

9 Lei 3807, promulgada em 26 de agosto de 1960.

gêneros

CF/88, art. 183 - Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
§ 1 - O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.
CF/88, art. 189 - Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.
Parágrafo único. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei.
CF/88, art. 201, V - pensão por morte de segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, obedecido o disposto no § 5 e no art. 202.
CF/88, art. 226, § 5 - Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.
CF/88, art. 7, XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias (MUNDO VESTIBULAR, 2008, online).

Nossa atual Carta Magna é a mais completa em relação a abrangência de direitos ali expressos; trouxe, dentre outros, o princípio que mais lutamos durante anos: a democracia. O carinho que dispomos por ela é grande, pois partiu do povo a sua criação. E o mesmo povo luta para defender a sua legalidade, impedindo o corrompimento por àqueles que deveriam lhe preservar.

4 AVANÇOS E IMPEDIMENTOS DA MULHER NA ESFERA PENAL

4.1 QUAIS OS DIREITOS PREVISTOS À MULHER?

É lamentoso discorrer dos direitos da mulher nesta esfera, uma vez que a evolução foi acontecer somente no século XXI. A lei 11106/05 abarcou muitas conquistas em relação a condição da mulher, já que extinguiu o termo mulher honesta¹⁰, os crimes de sedução e adultério (estes arbitrados como punição às mulheres) e as causas de extinção de punibilidade, como o casamento do agente com a vítima.

Atualmente não se fala mais em crimes contra os costumes pois os parâmetros morais da sociedade mudaram, transformando o capítulo do Código Penal em crimes contra a

10 "A expressão mulher honesta é um juízo de valor, que de acordo com os ditames morais da época da redação do Código restringia a proteção a determinadas mulheres em relação aos crimes de posse sexual mediante fraude e atentado violento ao pudor mediante fraude. Dessa forma, tanto as prostitutas, quanto as mulheres consideradas promíscuas não eram abarcadas pela tutela do direito, dando-se pouca relevância ao coito fraudulento com tais pessoas" (SANCHES e TASQUETTO, 2011, online)

dignidade sexual, cuja redação modificada abrangeu diversos tipos penais em um e adotou a mulher como sujeito ativo em outros.

Porém, com o advento de estudos e pesquisas relacionadas à morte de mulheres e sua causa, constatou-se que as principais motivações são pelo gênero e violência doméstica. Portanto, em 2006 é criada a lei Maria da Penha, que objetiva prevenir e coibir a violência no âmbito familiar e doméstico, visto que os principais autores dos crimes são maridos, companheiros (as), namorados (as) ou exs (não excluindo demais pessoas da esfera familiar).

"A Lei Maria da Penha cumpre determinações estabelecidas por uma convenção específica da Organização dos Estados Americanos (OEA), intitulada Convenção para punir, prevenir e erradicar a violência contra a mulher, realizada em Belém (PA) e ratificada pelo Brasil" (entre 2006-2016, PONTUAL, online), e é tipificada como uma violação aos direitos humanos.

A nova lei de prisões (lei 12403/11) alterou o dispositivo 313 do Código de Processo Penal para contemplar a possibilidade de decretação de prisão preventiva nos casos de insegurança de execução das medidas protetivas de urgência.

Entretanto, o número de mortes de mulheres ainda é grande. E por isso em 2015, o artigo 121 do Código Penal foi alterado pela lei 13104, cujo texto constitucional prevê o feminicídio como qualificadora no crime de homicídio. E por tal relevância, é tipificado como crime hediondo também.

Seguindo com os avanços, tivemos no ano de 2017 a lei 13505, no qual discrimina o atendimento policial e pericial às mulheres, tendo que ter sido criada uma lei para formalizar e legalizar o procedimento de quando ocorre o crime, pois em meio a uma cultura machista, as vítimas sofriam em dobro a retaliação de prestar depoimentos onde homens e até mesmo mulheres, insinuavam que as mesmas tinham culpa pelo fato. Agora os depoimentos são gravados e feitos em uma sala própria para esse fim, contendo todos os aparatos que as vítimas precisarem, inclusive a mediação da inquirição por um profissional.

Há ainda a indicação de as mulheres serem atendidas por pessoas de mesmo sexo, pois havia muita vergonha e constrangimento por parte das vítimas serem assistidas por homens que nem sempre instruíam o inquérito por acharem que era apenas uma briga de casal.

Neste ano, a promulgação da lei 13641 trouxe a aplicação de sanção ao agressor que não cumpriu com as medidas protetivas, de modo que agora podem ser cumuladas duas punições: a propositura de ação penal em face do ofensor pela prática do delito tipificado no artigo 24-A da lei 11340/06 (com redação atribuída pela lei 13641/2018) e a decretação da

prisão preventiva do agressor (nos moldes do artigo 313, inciso III, do CPP).

4.2 O QUE AINDA FALTA PARA GARANTIR OS DIREITOS E SE AINDA HÁ DIREITOS A SEREM GARANTIDOS

Acima de tudo, a efetivação das políticas públicas através de parcerias com ONGs e outros autores da sociedade civil para estimular a criação de programas e projetos que ajudem a desconstruir o pensamento de desigualdade perante a suposição de um sexo frágil.

Muitos governos recorrem a planos de ação nacionais, que incluem medidas jurídicas, prestação de serviços e estratégias de prevenção. Os planos mais eficazes incluem um processo de consulta das associações de mulheres e outras organizações da sociedade civil, prazos e critérios precisos, mecanismos transparentes de acompanhamento da aplicação, indicadores do impacto e avaliação, fontes de financiamento previsíveis e adequadas e a integração de medidas que visem encontrar solução para o problema da violência contra as mulheres nos programas de diversos sectores.

[...] As manifestações de violência contra as mulheres são complexas e variadas. A eliminação deste fenómeno exige dos Estados, das Nações Unidas e de todas as partes interessadas uma resposta global e sistemática. As comunidades locais também são responsáveis por abordar o problema da violência contra as mulheres e devem ser ajudadas nessa missão. Os homens devem igualmente desempenhar um papel, sobretudo na prevenção da violência, e esse papel deve ser examinado e reforçado (ONU, entre 2007-2017, online).

Institucionalizar mecanismos nacionais e internacionais para firmar a coordenação, controle, responsabilização e aplicação das medidas.

É essencial pôr termo à impunidade e velar por que os autores de violência contra as mulheres sejam responsabilizados, se quisermos prevenir e reduzir este tipo de violência. A impunidade pelo exercício de violência contra as mulheres (tanto por agentes do Estado como por outras pessoas) produz-se quando os Estados não aplicam as normas internacionais a nível nacional e local. Os Estados têm o dever de agir com diligência, a fim de prevenir a violência contra as mulheres; investigar esses atos; levar a julgamento e punir os autores, quer se trate de agentes do Estados quer não; e prever formas de reparação para as vítimas (ONU, entre 2007-2017, online).

E atribuir conhecimentos, recursos e financiamentos para os programas de educação, cujo pilar dessa busca pela igualdade se iniciará.

É necessário implementar ações para desconstruir os estereótipos e remover as barreiras baseadas em gênero. A Unesco recomenda o desenvolvimento de currículos escolares inclusivos, que transformem impedimentos em oportunidades, além do estabelecimento de ambientes seguros, dentro e fora da escola, que favoreçam resultados de aprendizagem efetivos. A igualdade de gênero é uma

prioridade global da Unesco, pois é fundamental para a promoção do respeito e da cidadania que, por sua vez, estão na base da construção da paz e do desenvolvimento sustentável. Por isso, devemos pensar na integração da abordagem sensível ao gênero em legislações e políticas, em todos os âmbitos, do mundial ao local, incluindo as escolas (OTERO, 2018, online).

Desta forma, doutrinamos nossas crianças a conhecer o próximo como seu igual, sem distinção de cor, sexo, classe social etc. E num processo longo, veremos a construção de pensamentos literalmente democráticos, como Rocha (2002, PDF) aduz que "Há educação para alguns, há educação para muitos e há educação para todos. A democracia é o regime da mais difícil das educações, a educação pela qual o homem, todos os homens e todas as mulheres aprendem a ser livres, bons e capazes".

Ademais, a luta por direitos ainda será grande, uma vez que há lacunas nos textos expressos. E isto não se dá por falta de motivação, e sim pela infraestrutura do judiciário.

Peguemos como exemplo a lei Maria da Penha onde temos uns cinco problemas, cuja ineficácia começa com as delegacias especializadas que não são 24hs e nem abrem nos finais de semana e o tratamento ali dado as vítimas que não é nem um pouco humanitário. Passamos para o não acompanhamento das vítimas e do agressor, que são um dos fatores primordiais para que a lei seja eficiente, haja visto que para ambos é necessário uma assistência psicológica, médica, jurídica, entre outros. E mais que isso, para o autor ou autora é preciso transformar seu comportamento por meio da reeducação de valores e princípios para que as agressões cessem.

Depois volta-se aos argumentos expostos no decorrer do estudo que é promover ações que ponham fim a cultura do machismo e fomentar palestras, criação de redes que ampliem a divulgação da lei e sua aplicabilidade, tornando o reconhecimento da mesma algo positivo. Constatando que "Enfim, a Lei Maria da Penha é um patrimônio humano e igualitário, um símbolo de luta e ferramenta de ruptura capaz de reescrever histórias de mulheres e toda uma sociedade" (FARIA, 2017, online).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazer uma análise sobre a esfera feminina é compreender todos os aspectos históricos e sociais que abarcam essa metodologia. É se colocar no lugar de um grupo que há anos é esquecido e sub-julgado pelo fator gênero. É de indignar-se com os próprios constituintes, seres englobados aos princípios de igualdade, fraternidade e liberdade, em relação ao seu descaso com o tema.

E é mais frustrante ainda conhecer a história e perceber que foi só em pleno século

XXI que as mulheres começaram a ter os seus direitos garantidos no âmbito penal; e no decorrer dos 100 anos de um século temo em dizer que nem todos os direitos serão garantidos, visto que no passar de 17 anos, tivemos poucos mudanças. Mudanças muito importantes, mas cabíveis de falhas.

Falhas essas demonstradas pela cultura enraizada de um modelo patriarcal, que trouxe um dos piores agressores à conquistas de direitos das mulheres, o machismo. O machismo não mede esforços para que as oportunidades sejam retiradas, violando os direitos fundamentais das mulheres, devendo mais do que nunca ser erradicado. É uma cultura que não traz benefícios, nem melhorias, somente propaga a discriminação e um ideal que, para os ditames morais, não se vincula mais a sociedade hodierna.

É necessária uma atuação forte e ininterrupta nos fatores culturais e educacionais, para que os princípios de igualdade e respeito sejam incorporados aos valores da sociedade. Por isso é importante focar na educação como a base do surgimento de mudança, para que assim possamos ter a esperança de algum dia sermos considerados iguais perante a lei. Tornando todo esse arcabouço jurídico necessário na atualidade, algo obsoleto no futuro, sem chances de voltar.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Gabriella Pereira. **A evolução histórica do Direito das mulheres**. Disponível em <<https://gabipbarreto.jusbrasil.com.br/artigos/395863079/a-evolucao-historica-do-direito-das-mulheres>>. Acesso em 07 de maio de 2018

BARRETO, Gabriella Pereira. **A evolução histórica do Direito das mulheres**. Disponível em <<https://gabipbarreto.jusbrasil.com.br/artigos/395863079/a-evolucao-historica-do-direito-das-mulheres>>. Acesso em 07 de maio de 2018

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. **Envelhecimento, Condições de Vida e Política Previdenciária. Como ficam as mulheres?**. Disponível em <<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/15677-15678-1-PB.pdf>>. Acesso em 07 de maio de 2018. PDF

CENTRO REGIONAL DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Pôr fim à violência das mulheres: das palavras aos actos - relatório do Secretário-Geral (sinopse)**. Disponível em <<https://www.unric.org/pt/mulheres/6786>>. Acesso em 09 de maio de 2018

DIAS, Maria Berenice. **A mulher no código civil**. Disponível em <http://www.mariaberenice.com.br/uploads/18_-_a_mulher_no_c%F3digo_civil.pdf>. Acesso em 07 de maio de 2018. PDF

FARIA, Luciana. **5 medidas para a Lei Maria da Penha ser realmente eficaz**. Disponível

em <<http://bardebatom.com.br/noticia/5-medidas-para-a-lei-maria-da-penha-ser-realmente-eficaz>>. Acesso em 10 de maio de 2018

HANAOKA, Fábio. **Papel da mulher na economia brasileira.** Disponível em <http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/publicacoes/papel_da_mulher_na_economia_brasileira.pdf>. Acesso em 03 de abril de 2018. PDF

JUNIOR, Edgard. **OIT: paridade salarial entre mulheres e homens vai levar mais de 70 anos.** Disponível em <<https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2016/03/07/oit-paridade-salarial-entre-mulheres-e-homens-vai-levar-mais-de-70-anos.htm>>. Acesso em 03 de abril de 2018

LUZ, Joyce. **A participação das mulheres na política no Brasil:** o direito de votar, de sermos representadas, e de participar da tomada de decisão. Disponível em <<http://politica.estadao.com.br/blogs/legis-ativo/a-participacao-das-mulheres-na-politica-no-brasil-o-direito-de-votar-de-sermos-representadas-e-de-participar-da-tomada-de-decisao/>>. Acesso em 01 de março de 2018

MORAES, Juliana. **Mulheres têm mais estudo, mas salário dos homens ainda é maior.** Disponível em <<https://noticias.r7.com/economia/mulheres-tem-mais-estudo-mas-salario-dos-homens-ainda-e-maior-07032018>>. Acesso em 21 de fevereiro de 2018

MORENO, Renan de Marchi. **A eficácia da Lei Maria da Penha.** Disponível em <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/8757/A-eficacia-da-Lei-Maria-da-Penha>> Acesso em 21 de fevereiro de 2018

MOUGEOLLE, Léa. **O conceito de gênero.** Disponível em <<http://www.sociologia.com.br/o-conceito-de-genero/>>. Acesso em 17 de setembro de 2017

MUNDO VESTIBULAR. **Evolução histórica da mulher na legislação civil.** Disponível em <<https://www.mundovestibular.com.br/articles/2772/1/EVOLUCAO-HISTORICA-DA-MULHER-NA-LEGISLACAO-CIVIL/Paacutegina1.html>>. Acesso em 08 de maio de 2018

OTERO, Rebeca. **Igualdade de gênero na Educação:** por que ainda é importante falar sobre isso?. Disponível em <<http://educacao.estadao.com.br/blogs/de-olho-na-educacao/igualdade-de-genero-na-educacao-por-que-ainda-e-importante-falar-sobre-isso/>>. Acesso em 10 de maio de 2018

PELLANDA, Andressa. **A participação das mulheres na política no Brasil:** o direito de votar, de sermos representadas, e de participar da tomada de decisão. Disponível em <<http://politica.estadao.com.br/blogs/legis-ativo/a-participacao-das-mulheres-na-politica-no-brasil-o-direito-de-votar-de-sermos-representadas-e-de-participar-da-tomada-de-decisao/>>. Acesso em 01 de março de 2018

PINHEIRO, Vinícius. **OIT: paridade salarial entre mulheres e homens vai levar mais de 70 anos.** Disponível em <<https://news.un.org/pt/story/2016/03/1543561-oit-paridade-salarial-entre-mulheres-e-homens-vai-levar-mais-de-70-anos>>. Acesso em 03 de abril de 2018

PONTUAL, Helena Daltro. **Lei maria da penha.** Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/lei-maria-da-penha>>. Acesso em 08

de maio de 2018

ROCHA, José Augusto de Lima. **Anísio em movimento**: a vida e as lutas de Anísio Teixeira pela escola pública e pela cultura no Brasil. Disponível em <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1060/619664.pdf?sequence=4>>. Acesso em 10 de maio de 2018. PDF

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A difícil reinvenção da democracia frente ao fascismo social**. Entrevista especial com Boaventura de Sousa Santos. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/563035-a-dificil-reinvencao-da-democracia-frente-ao-fascismo-social-entrevista-especial-com-boaventura-de-sousa-santos>>. Acesso em 15 de setembro de 2017

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Boaventura de Sousa Santos: “Mundo caminha para rupturas”**. Disponível em: <<https://www.cimi.org.br/2017/01/39160/>>. Acesso em 15 de setembro de 2017

SARINGER, Giuliana. **Três Estados brasileiros carecem de mulheres na Câmara dos Deputados**. Disponível em <<https://noticias.r7.com/brasil/tres-estados-brasileiros-carecem-de-mulheres-na-camara-dos-deputados-07032018>>. Acesso em 01 de março de 2018

STOLLER, Robert Jesse. **Sex and gender**: the development of masculinity and femininity. New York: Science House; 1968. PDF

Xavier, Ana Cristina Botelho Prince. **A condição das mulheres no contexto social contemporâneo**. Disponível em <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.1583/ev.1583.pdf>. Acesso em 28 de fevereiro de 2018. PDF

Capítulo 31 - DOI:10.55232/1084002031

**O INDIVÍDUO NEOLIBERAL NO CONTEXTO DA
SOCIEDADE ACELERADA: COMO AS POLÍTICAS
DISCIPLINARES INFLUENCIAM NA FORMAÇÃO DA
IDENTIDADE DOS SUJEITOS**

Victor de Goes Cavalcanti Pena

RESUMO: A estrutura neoliberal surge em um contexto de evolução dos meios modernos de trabalho e se apresenta como uma política garantidora da liberdade dos indivíduos do corpo social. Nesta, prevalece uma ideia de liberdades irrestritas nas negociações interpessoais e também do micro ao macro. No entanto, problemáticas surgem a partir do momento que tal política passa a incorporar dispositivos de controle e disciplinamento para com os corpos dos seres sociais. Assim, os estudos de Michel Foucault, filósofo francês, incorporam a presente pesquisa no entendimento do surgimento dessa política neoliberal como uma forma de dispositivo governamental de controle de corpos. Sendo enriquecido com os estudos da nova razão do mundo, de Laval e Dardot, que aplicam os conceitos estudados para as ações modernas. Diante dessa base didática e bibliográfica, tem-se o aperfeiçoamento do sujeito neoliberal que além dos atos de governo, também sofre influência da aceleração do tempo na formação de seu caráter, o que enseja os estudos de Hartmut Rosa. Assim, o presente estudo busca entender a formação dos indivíduos neoliberais em uma sociedade acelerada e como isso influencia nas ações governamentais e nas microrrelações sociais diante dos dispositivos de controle dos corpos.

Palavras-chave: Neoliberalismo, teoria da aceleração, dispositivos

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca demonstrar a influência das estratégias disciplinares governamentais diante da política neoliberal estudada pelo filósofo Michel Foucault. Assim, com o entendimento do comportamento deste poder sobre os indivíduos, busca compreender a incidência das medidas disciplinares no mercado e como essas políticas são internalizadas nos sujeitos.

Somando-se aos estudos de Foucault quanto a governamentalidade e suas ramificações disciplinares, torna-se importante abordar a teoria da aceleração de Hartmut Rosa, no aspecto de uma evolução do corpo social em acompanhamento ao crescimento das políticas neoliberais.

Dessa forma, o presente estudo deseja demonstrar como as instituições neoliberais e a aceleração social possuem um papel significativo no estabelecimento da identidade dos sujeitos modernos.

METODOLOGIA

O estudo a partir de uma análise bibliográfica das obras de Michel Foucault, quanto ao neoliberalismo, busca categorizar a política fortificada a partir do Século XIX. Para então, com base nos estudos da formação do sujeito moderno na sociedade acelerada, de Hartmut Rosa, buscar esclarecer como o processo da criação dos sujeitos ocorre em meio as estratégias de governo.

Nesse sentido, baseando-se nos estudos dos filósofos a pesquisa envereda para o caminho do entendimento dos meios de formação das identidades modernas diante das perspectivas do neoliberalismo e da aceleração social.

O NEOLIBERALISMO SOB A ÓTICA DE MICHEL FOUCAULT

Características do Governo Neoliberal

Foucault em suas obras, aborda o neoliberalismo a partir de um plano de análise possível, sendo o da razão governamental, assim tem-se o estudo dos tipos de racionalidade empregados nos procedimentos realizados pela administração do Estado. Dessa forma, a racionalidade política é, nesse sentido, uma racionalidade governamental (DARDOT E LAVAL, 2016).

Para o filósofo (2016), o governo consiste em uma atividade de reger a conduta dos homens no interior social, a partir de instrumentos do Estado. Retoma-se várias vezes o governo como atividade e não como instituição, estabelecido então como técnicas e procedimentos destinados a dirigir a conduta dos sujeitos.

Nessa seara, foi inserido o termo “governamentalidade”, significando as múltiplas formas dessa atividade pela qual sujeitos que podem ou não pertencer ao governo, procuram conduzir as condutas do social, logo, governá-los. Além das técnicas do outro, Foucault também considera como governamentalidade as técnicas de autogoverno, com interesse em entender o autogoverno que o indivíduo exerce sobre si.

Sob os estudos de Foucault, Pierre Dardot e Christian Laval, na obra a nova razão do mundo, estabelecem:

Assim, governar é conduzir a conduta dos homens, desde que se especifique que essa conduta é tanto aquela que se tem para consigo mesmo quanto aquela que se tem para com os outros. É nisso que o governo requer liberdade como condição de possibilidade: governar não é governar contra a liberdade ou a despeito da liberdade, mas governar pela liberdade, isto é, agir ativamente no espaço de liberdade dado aos indivíduos para que estes venham a conformar-se por si mesmos e certas normas. (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 10-11)

No curso/obra o nascimento da biopolítica, Michel (2010) busca estabelecer seus estudos quanto ao liberalismo, neoliberalismo e as práticas de governo e o estabelecimento da governamentalidade. Para isso, estabelece a diretriz de estudar a arte de governar, ou seja, compreender a maneira pensada de governar da melhor forma, assim como buscar a reflexão sobre tal forma. Foucault, então, busca apreender a reflexão na prática de governo e sobre a prática de governo, nesse sentido, seus estudos são no sentido de determinar a maneira que se estabeleceu a prática do governo, objetos, regras, objetivos, tudo com foco na melhor maneira possível de governar. Tal estudo, nada mais

é do que a racionalização da prática governamental no exercício da soberania política (FOUCAULT, 2010, p. 4).

Diante de tais colocações, Foucault explicita algumas precauções de método que merecem destaque no presente trabalho. Para seus estudos, estabeleceu que partiria da prática do governo, para entender como se colocariam o Estado e a sociedade, o soberano e os súditos. Logo, busca estudar os universais a partir das práticas concretas de governo e governamentalidade (FOUCAULT, 2010, p. 4 e 5).

Parto da decisão, ao mesmo tempo teórica e metodológica, que consiste em dizer: suponhamos que os universais não existem; e formulo nesse momento a questão à história, se não admitem a priori que algo como o Estado, a sociedade, o soberano, os súditos existe? Era a mesma questão que eu formulava quando indagava, não se a loucura existe, vou examinar se a história me dá, me remete algo como a loucura; não, ela não me remete algo como a loucura, logo a loucura não existe. Não era esse o raciocínio, não era esse o método, de fato. O método consistia em dizer: suponhamos que a loucura não exista. Qual é, por conseguinte, a história que podemos fazer desses diferentes acontecimentos, dessas diferentes práticas que, aparentemente, se pautam por esse suposto algo que é a loucura? Portanto é exatamente o inverso do historicismo que eu gostaria de estabelecer aqui. (FOUCAULT, 2010, p. 5)

Diante de tal método, Foucault estabelece que a razão do Estado é, portanto, uma prática, ou seja, uma racionalização prática que se situa entre o Estado estabelecido e o Estado como construtor e edificador. Logo, a arte de governar deve então estabelecer suas regras e racionalizar formas de fazer como objetivo do Estado ser.

É estabelecido então que governar, segundo o princípio da razão de Estado, é o tornar sólido e permanente, logo, rico e forte diante de tudo que o ameaça.

Dentro dessa razão governamental, tem-se um momento de imposição de autolimitação, como uma nova racionalidade na arte de governar, esse novo tipo de cálculo recebe o nome de liberalismo por Michel Foucault. Para melhor entendimento, ele estabelece:

Deve-se entender essa palavra [liberalismo] num sentido bem amplo.

1. Aceitação do princípio de que deve haver em algum lugar uma limitação do governo, que não seja simplesmente um direito externo.

2. O liberalismo também é uma prática: em que encontra exatamente o princípio de limitação do governo e como calcular os efeitos dessa limitação?
3. O liberalismo é, num sentido mais estrito, a solução que consiste em limitar ao máximo as formas e domínios de ação do governo.
4. Enfim, o liberalismo é, num sentido mais estrito, a solução que consiste em limitar ao máximo as formas e domínios de ação do governo: constituição, parlamento; opinião, imprensa; comissões, inquéritos; (FOUCAULT, 2010, p.28)

O liberalismo passa a ser uma das formas de governamentalidade moderna, na qual se formula um limite intrínseco em termo de verificação, tal forma buscará estabelecer em direito a autolimitação que o saber prescreve a um governo. No entanto, ao mesmo tempo que há essa busca pela autolimitação, o Estado acaba sofrendo uma intervenção indefinida, desmantelando-se os objetivos internacionais, e o aparecimento de objetivos ilimitados.

A razão liberal passa a demonstrar sua correlação com o princípio imperial, na forma do imperialismo, considerando a ligação com o princípio da livre concorrência entre os indivíduos e as empresas.

Com a emergência da economia política, com a introdução do princípio limitativo na própria prática governamental, realiza-se uma substituição importante, ou melhor, uma duplicação, pois os sujeitos de direito sobre os quais se exerce a soberania política aparecem como uma população que um governo deve administrar.

E aí que a linha de organização de uma biopolítica encontra seu ponto de partida. Mas quem não vê que isso é apenas uma parte de algo bem mais amplo, que [é] essa nova razão governamental?

Estudar o liberalismo como quadro geral da biopolítica. (FOUCAULT, 2010, p. 30)

Nesse aspecto, o estudo do liberalismo como uma nova razão na arte de governar faz-se essencial para o entendimento de estratégias biopolíticas adotadas pelo poder estatal, considerando que a visão econômica influencia nos atos de governamentalidade,

sendo então ratificadas pelo direito, que além de construir os alicerces legais do Estado, também reafirma a arte do governo.

A Nova Arte de Governar e a Noção de Mercado

Essa nova arte de governar se estabelece entre máximo e mínimo, tendendo mais para o último, considerando a sua forma de governar o menos possível. Assim, tem-se a formação de um governo mínimo dentro da razão de Estado.

O princípio dessa conexão que eu procuro identificar, essa conexão entre prática de governo e regime de verdade, seria isto: [...] haveria portanto uma coisa que no regime de governo, na prática governamental dos séculos XVI-XVII, já na idade média também, tinha constituído um dos objetos privilegiados da intervenção, da regulação governamental, uma coisa que havia sido o objeto privilegiado da vigilância e das intervenções do governo. E é esse lugar mesmo, e não a teoria econômica, que, a partir do século XVIII, vai se tornar um lugar e um mecanismo de formação de verdade. E [em vez de] continuar a saturar esse lugar de formação da verdade com uma governamentalidade regulamentar indefinida, vai-se reconhecer - e é aí que as coisas acontecem - que se deve deixá-lo agir com o mínimo possível de intervenções, justamente para que ele possa formular a sua verdade e propô-la como regra e norma à prática governamental. Esse lugar de verdade não é, evidentemente, a cabeça dos economistas, mas o mercado.” (FOUCAULT, 2010, p.42)

Foucault explana que o mercado, assim como foi na idade média, seria um lugar essencialmente de justiça, em diversos sentidos. Primeiro como um local de regulamentação produtora e estrita, considerando a forma de produção e os objetos e atividades dali resultantes; também, o mercado era um lugar de justiça quanto ao estabelecimento de preços, sendo estes justos, pois mantinham relações com o trabalho feito, com as necessidades dos produtores e dos consumidores (FOUCAULT, 2010, p. 42 e 43). Tal justiça foi considerada distributiva para Foucault (2010), pois alguns produtos fundamentais, como os alimentos, eram levados pelo mercado a pelo menos alguns dos mais pobres, dando acesso a estes como aos ricos.

Nesse mercado justo, o que se procurava garantir era a proteção do consumidor para com fraudes.

A regulamentação de mercado tinha por objetivo, portanto, de um lado, a distribuição tão justa quanto possível das mercadorias, e também o não-roubo, o não-delito. Em outras palavras, no fundo, o mercado era percebido naquela época como um risco que talvez o comerciante corresse de um lado, mas o comprador com toda certeza do outro. E era necessário proteger o comprador contra o perigo que representava uma mercadoria ruim e contra a fraude de quem a vendia. Era necessário portanto assegurar essa ausência de fraude quanto à natureza dos objetos, quanto à sua qualidade, etc. Esse sistema - regulamentação, justo preço, sanção da fraude - fazia portanto que o mercado fosse essencialmente, funcionasse realmente como um lugar de justiça, um lugar em que devia aparecer na troca e se formular nos preços algo que era a justiça. Digamos que o mercado era um lugar de jurisdição. (FOUCAULT, 2010, p.43)

No século XVIII o mercado surge como já não sendo, ou não devendo mais ser um local de jurisdição, começa a obedecer aos mecanismos “naturais”, ou seja, espontâneos. Em paralelo, esse surgimento de elementos naturais possibilitam o surgimento de certo preço, chamado de preço natural, bom preço ou preço normal. Logo, o mercado quanto deixado agir por si mesmo forma esse preço que será metaforicamente chamado de preço verdadeiro, ou até mesmo justo preço, mas não traz consigo noções de justiça, o preço passa a oscilar em torno do valor do produto.

A importância da teoria econômica - quero dizer, dessa teoria que foi edificada no discurso dos economistas e se formou na cabeça deles -, a importância dessa teoria da relação preço-valor vem precisamente do fato de que ela possibilita que a teoria econômica indique uma coisa que agora vai ser fundamental: que o mercado deve ser revelador de algo que é como uma verdade. Não, é claro, que os preços sejam, em sentido estrito, verdadeiros, que haja preços verdadeiros e preços falsos, não é isso. Mas o que se descobre nesse momento, ao mesmo tempo na prática governamental e na reflexão dessa prática governamental, é que os preços, na medida em que são conformes aos mecanismos naturais do mercado, vão constituir um padrão de verdade que vai possibilitar discernir nas práticas governamentais as que são corretas e as que são erradas. Em outras palavras, o mecanismo natural do mercado e a formação de um preço natural é que vão permitir - quando se vê, a partir deles, o que o governo faz, as medidas que ele toma, as regras que impõe - falsificar ou verificar prática governamental. (FOUCAULT, 2010, p.45)

O mercado ao se estabelecer sobre a troca, ligando produção, necessidade, oferta, demanda, valor e preço, constitui um lugar de verificação, que nada mais é do que um lugar

de verificabilidade/falsificabilidade para as práticas governamentais. Diante disso, o mercado passa a ter uma força ainda maior na forma de governo, já que suas diretrizes farão um bom ou um mau governo. Nesse aspecto, o mercado utiliza a base na verdade como forma de fazer o governo, não restringindo as práticas apenas as ideias do que seria justo ou não.

Foucault nos seus estudos quanto ao mercado como instrumento de verificação, adota a ideia de que se faz necessário abordar sob diversos ângulos a história da verdade, ou até mesmo uma história da verdade acoplada ao direito (FOUCAULT, 2010, p.49). O filósofo estabelece a genealogia de regimes veridicionais, ou seja, análise da constituição de certo direito da verdade a partir de uma relação direito/verdade encontrada no discurso, sendo este no qual se forma o direito e que formula o que é verdadeiro e falso (2010).

[...] de fato, o regime de verificação não é uma certa lei da verdade, [mas sim] o conjunto das regras que permitem estabelecer, a propósito de um discurso dado, quais enunciados poderão ser caracterizados, nele, como verdadeiros ou falsos. (FOUCAULT, 2010, p.49)

Busca assim, determinar em que condições e quais os efeitos que se exerce uma verificação, analisando regras de verificação e de falsificação. Logo, a análise para ter alcance político não visa gênese das verdades ou alcance dos erros, mas sim a determinação de qual regime de verificação foi instaurado naquele certo momento. Assim, a análise histórica possui importante papel nesse estudo dos regimes de verificação e suas importâncias políticas. Dessa forma, o mercado se encaixa como um regime de verdade dentro da prática governamental.

Diante dessa nova razão governamental, em que o estado adota uma autolimitação, tendo no mercado um ponto de verificação, ao direito é incumbido o desafio de formular essa limitação auto imposta. Nesse sentido, o problema fundamental do direito a partir do século XVIII passa a ser como impor limites jurídicos a esse exercício do poder público.

Foucault (2010) demonstra que ao final do século XVIII e início do século XIX surgiram duas vias para essa elaboração de limites. A primeira seria a via nomeada de axiomática, jurídico-dedutiva, ou via rousseauniana, já a segunda foi a via indutiva e residual. Na via axiomática, que foi até certo momento a via da Revolução Francesa,

procura-se partir do direito em sua forma clássica, ou seja, a definição dos direitos naturais ou originários pertencentes a todos os indivíduos, daí partir para as definições de condições, causas e formalidades que se aceitou a limitação de direitos. Assim, a primeira via resta estabelecida quando se parte dos direitos do homem para chegar a delimitação da governamentalidade, passando pela constituição da figura do soberano. Michel estabelece em sua obra que seria a via revolucionária. (FOUCAULT, 2010, p.54)

Direi que é, grosso modo, a via revolucionária. É uma maneira de colocar, logo de saída e por uma espécie de reinício ideal ou real da sociedade, do Estado, do soberano e do governo, o problema da legitimidade e da inacessibilidade dos direitos. Vocês vêem, portanto, que esse procedimento, apesar de ter sido política e historicamente o procedimento dos revolucionários, é um procedimento que podemos dizer retroativo, ou retrocionário, na medida em que consiste em retomar o problema do direito público que era exatamente aquele que os juristas não haviam cessado de opor à razão de Estado dos séculos XVII e XVIII. E é nisso que vocês tem uma continuidade entre os teóricos do direito natural do século XVII e, digamos, os juristas e os legisladores da Revolução Francesa. (FOUCAULT, 2010, p.54 e 55).

Já a segunda via, qual seja, a indutiva e residual, consiste em partir da própria prática governamental e analisá-la em função dos limites de fato que podem ser impostos à governamentalidade. Tais limites podem surgir da história, da tradição, como também podem ser aqueles desejáveis, adequados a serem estabelecidos justamente em função dos objetivos da governamentalidade em questão, dos seus objetos, recursos do país, população, economia e demais fatores estatais.

A partir daí, tem-se uma via que analisa o governo por sua prática, limites de fato e limites desejáveis. Assim, o limite do governo passa a ser definido pela fronteira da utilidade de uma intervenção governamental.

Colocar o governo, a cada instante, a cada momento da sua ação, a propósito de cada uma das suas instituições, velhas ou recentes, a questão: é útil? é útil para quê? dentro de que limites é útil? a partir de que se torna útil? a partir de que se torna nocivo? Essa questão não é a questão revolucionária: quais são os meus direitos originais e como posso fazê-los valer em face de um soberano? Mas é a questão radical, é a questão do radicalismo inglês. O problema do radicalismo inglês é o problema da utilidade. (FOUCAULT, 2010, p.55 e 56)

Com esse estabelecimento quanto ao radicalismo, Michel Foucault (2010) expõe que este não é meramente um artifício utilitarista, mas sim é uma tecnologia do governo, que na época trazia a reflexão na qual se procurava limitar a linha de tendência indefinida da razão do estado. Dentro desse aspecto do utilitarismo, enxerga-se o radicalismo como uma forma de fazer valer os direitos originários, buscando colocar ao governo, à governamentalidade, a questão da utilidade ou não-utilidade.

Diante do estabelecimento dessas duas vias, tem-se duas concepções de lei, pela via axiomática, revolucionária, a lei será concebida como expressão de vontade, surgindo o sistema vontade-lei.

A lei é concebida portanto como a expressão de uma vontade, de uma vontade coletiva que manifesta a parte de direito que os indivíduos aceitaram ceder e a parte que eles querem reservar. (FOUCAULT, 2010, p. 57)

Já na via radical, ou utilitarista, a lei é o efeito de uma transação que coloca de um lado a esfera da intervenção do poder público e do outro a independência dos indivíduos. A liberdade nessa concepção passa a ser percebida como a independência dos governados em relação aos governantes, além da sua concepção jurídica de que todo indivíduo possui liberdade.

A partir desses entendimentos surgem os dois caminhos para constituir no direito à regulação do poder público, pois surgem duas concepções da lei e duas concepções de liberdade. A existência dessa ambiguidade é o que caracteriza o liberalismo europeu do século XIX e também do século XX.

Foucault (2010) salienta em sua obra que esses dois caminhos não são excludentes, apesar de heterogêneos, não impedem a coexistência, nem junção, nem conexão. Para tanto, faz-se necessário a aplicação de uma lógica de estratégia, que para o filósofo nada mais é do que “estabelecer quais são as conexões possíveis entre termos díspares e que permanecem díspares” (FOUCAULT, 2010, p. 58). Essa lógica é a de conexão do heterogêneo, não a de homogeneização do contraditório, assim, busca as conexões entre os direitos dos homens e o cálculo utilitário da independência dos governados.

A união dessas linhas e formas jurídicas de limitação ao governo, ao sistema de mercado estabelece a questão discutida no liberalismo europeu do século XIX, qual seja,

a utilidade desses indivíduos independentes. Tal utilidade é colocada como critério de elaboração de limites do poder público e da formação de um direito público e do direito administrativo.

Agora encontramos um segundo ponto de ancoragem da nova razão governamental. Esse ponto de ancoragem é a elaboração do poder público e a medida de suas intervenções indexadas ao princípio da utilidade. Troca, do lado do mercado - utilidade, do lado do poder público. Vamos de troca e verificação espontânea dos processos econômicos, medidas de utilidade e jurisdição interna dos atos do poder público. Troca para as riquezas, utilidade para o poder público: eis como a razão governamental articula os princípios fundamentais da sua autolimitação. Troca de um lado, utilidade do outro, tendo, como vocês certamente vêem, para abranger tudo ou como categoria geral para pensar tudo isso - tanto a troca que se deve respeitar no mercado, já que o mercado é verificação, [como] a utilidade para limitar o poder público, já que este só deve se exercer onde é positiva e precisamente útil -, pois bem, a categoria geral que vai abranger a troca e a utilidade é, bem entendido, o interesse, já que o interesse é que é o princípio da troca e o critério da utilidade.” (FOUCAULT, 2010, p. 60 e 61)

A razão governamental que busca essa constante autolimitação, portanto, funciona com base nos interesses. Sendo estes não apenas os do Estado por si, mas um jogo entre os interesses individuais e coletivos, em que se aborda as questões de direitos fundamentais, independência dos indivíduos, utilidade social, benefícios econômicos, mercado e regime de poder. Logo, o governo dessa nova razão governamental manipula os interesses.

Mais precisamente, podemos dizer o seguinte: os interesses são, no fundo, aquilo por intermédio do que o governo pode agir sobre todas estas coisas que são, para ele, os indivíduos, os atos, as palavras, as riquezas, os recursos, a propriedade, os direitos, etc. (FOUCAULT, 2010, p. 61)

Assim, a partir da concretude dessa nova razão, o governo descola da razão do Estado Mínimo, não mais precisando intervir, só se legitimando a agir sobre situações e pessoas na medida dos interesses. O governo passa a lidar com fenômenos da política que são fundados nesses embates de interesses, não se exercendo sobre sujeitos e coisas, mas sim sobre o que Foucault nomeia de república fenomenal dos interesses (FOUCAULT, 2010, p.62 e p. 63).

AS CONSEQUÊNCIAS DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS

O Governo Neoliberal e Suas Estratégias Disciplinares

Como um tipo de intervenção desse governo liberal/neoliberal, tem-se a aplicação de disciplinas, para Foucault (2016), bem estabelecidas por estruturas como o panóptico. Tais estratégias tinham como objetivo estruturar os variados campos de ação do indivíduo, nesse aspecto, o poder na disciplina se formula a partir do acompanhamento do desejo individual e a busca de domínio de sua orientação, pondo em ação o que Bentham nomeia de “influência”. (DARDOT E LAVAL, 2016)

Utilizando-se dessa influência o poder passa a agir em cada indivíduo de forma a participar de seus desejos, fraquezas e até mesmo desvios sob o panorama econômico. A direção de conduta por parte dessa utilização de disciplina da influência torna-se o horizonte das estratégias neoliberais de promoção da liberdade de escolha. (DARDOT E LAVAL, 2016)

No entanto, essa tal liberdade de escolha nada mais é do que um mecanismo de encaixe do indivíduo em obrigações de obediência a uma conduta estabelecida pelo Estado, que se utiliza das leis, instituições, regulamentações, estruturas arquitetônicas, relações, que são construídos de forma a indicar que o indivíduo está realizando a escolha com “total” liberdade, seguindo seu próprio interesse (DARDOT E LAVAL, 2016).

Inspirados pelos estudos de Foucault, Pierre Dardot e Christian Laval demonstram em sua obra *a Nova razão do mundo* (2016), que essa liberdade dos sujeitos enseja uma suposta segurança dos contratos e o estabelecimento de uma estabilidade, considerando a existência de regras fixas e uma antecipação das variações que podem ocorrer nas políticas econômicas. Assim, a estrutura neoliberal enseja uma ordem de mercado estável aos sujeitos economicamente livres.

“A estratégia neoliberal consistirá, então, em criar o maior número possível de situações de mercado, isto é, organizar por diversos meios (privatização, criação de concorrência dos serviços públicos, “mercadorização” de escola e hospital, solvência pela dívida privada) a “obrigação de escolher” para que os indivíduos aceitem a situação de mercado tal como lhes é imposta como realidade, isto é, como única “regra do jogo, e assim incorporem a necessidade de realizar um cálculo de interesse individual se não quiserem perder “no jogo”

e, mais ainda, se quiserem valorizar seu capital pessoal num universo em que a acumulação parece ser a lei geral da vida.” (DARDOT E LAVAL, 2016, nova razão do mundo, cap. 6, p.212)

O mercado passa então a estabelecer dispositivos de recompensas e punições como forma de estímulo e desestímulo, com o objetivo de controle e determinação dos comportamentos dos sujeitos na esfera de trocas mercantis (DARDOT E LAVAL, 2016, p.212).

Passam, então, a existir novos sistemas de controle e avaliação para vigilância constante de condutas, orbitando em torno das estratégias de obtenção de recompensa e afastamento de punições. Nesse aspecto, há o estabelecimento da tecnologia avaliativa como modo disciplinar, considerando que quanto mais livre para escolher é o indivíduo, mais ele deve ser vigiado e avaliado, obstando seu oportunismo individual e forçando-o a unir-se ao interesse de organizações (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 212).

Diante de tais aspectos, Friedman (2014), importante estudioso da escola de Chicago, que fez carreira acadêmica e propagandista dos benefícios da liberdade econômica, estabelece um intervencionismo que consiste em implantar coerções de mercado para forçar os indivíduos a se adaptarem. Essa política trata de colocar os indivíduos em uma posição que os obriguem à liberdade de escolher, ou seja, uma manifestação prática da capacidade de cálculo e de governo de si como responsáveis.

Para tal sistema, são restritos os atores da economia às coerções que obrigam os indivíduos a se comportarem como o modelo estabelecido, isso advém do abandono de alguns antigos instrumentos de gestão - como despesas orçamentárias ativas, política de renda, preços e câmbio - e o foco em indicadores-chave como a taxa de inflação, taxa de crescimento da massa monetária, déficit orçamentário e endividamento do Estado. (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 213)

O monetarismo apresentado por Friedman (2015) se difundiu de forma rápida, considerando as consequências econômicas da guerra, com o colapso do sistema monetário internacional. Nesse cenário, a luta contra a inflação passou a ser a luta das políticas governamentais, relegando a taxa de desemprego a uma variável de ajuste. Tal fato ensejou a teoria da “taxa de desemprego natural” por Friedman, sendo esta aceita por

diversas entidades políticas, uma vez que a luta por empregos se tornou apenas um fator da inflação sem efeito duradouro. (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 214)

Diante dessa perspectiva, o orçamento acabou tornando-se um instrumento de disciplina, pois ocorre uma diminuição dos impostos sobre empresas e rendas maiores, como forma de reforçar o enriquecimento e o investimento. Porém, essa diminuição da pressão fiscal foi apenas uma forma de mascarar imposições de redução do gasto público e dos programas sociais em nome do equilíbrio e da limitação da dívida do Estado (DARDOT E LAVAL, 2016, p. 214). Tal política enseja o esquecimento de que a diminuição de descontos obrigatórios de uns acarretava consequências para outros, assim, os governos neoliberais passam a instrumentalizar os furos orçamentários para demonstrar um custo exorbitante e intolerável na proteção social e nos serviços públicos.

Com tais estruturas, a criação de uma culpa individual foi natural, apesar da dificuldade de convencer a população de um menor serviço social, a facilidade de culpar os desempregados que “viviam nas costas da coletividade” passou a ser adotada como justificativa de diversos furos em políticas econômicas. O thatcherismo explorou bastante a ideia da culpa individual, estabelecendo que a sociedade não deveria ser responsabilizada pela sorte dos indivíduos.

Essa situação levou a concretização de um mercado de trabalho em que a docilização do empregado tornou-se um princípio, considerando que o fato do desemprego seria uma forma de dispêndio social, assim, aqueles trabalhadores que estão executando suas atividades regularmente, para evitar se encaixarem nessa perspectiva, tornam-se mais maleáveis por seus empregadores. Assim, buscou-se estabelecer o mercado no estado de pura concorrência.

A situação do trabalho se enquadra no que foi estabelecido pelas políticas de “*welfare to work*”, nessa a disciplina neoliberal passou a responsabilizar os desempregados utilizando a punição para aqueles que não se enquadram às regras do mercado. Assim, o desemprego passou a ser entendido como um ócio voluntário, e a indenização dos desempregados equivale a criar armadilhas de desemprego. Para evitar tais aplicações, os governos passam a tarefa de primeiro atacar a rigidez do mercado como uma causa de desemprego, em seguida visa construir um sistema de volta ao emprego (DARDOT E LAVAL, 2016).

Diante desses cercos quanto aos empregos, os sindicatos e legislações trabalhistas foram os primeiros afetados pelos governos que adotaram as políticas neoliberais. A legislação social passou a ser alterada de forma muito mais favorável aos empregadores, com uma maior chance de precarização dos empregos.

A orientação geral dessas políticas reside no desmantelamento dos sistemas que protegiam os assalariados contra as variações cíclicas da atividade econômica e sua substituição por novas normas de flexibilidade, o que permite que os empregadores ajustem de forma ótima suas necessidades de mão de obra ao nível de atividade, ao mesmo tempo que reduz ao máximo o custo de força de trabalho (DARDOT E LAVAL, 2016, nova razão do mundo, 216 e 217)

Tais políticas visam modificar o comportamento dos indivíduos, principalmente os desempregados, que passam a ter a ideia do *self-entreprising*, ou seja, a ideia de uma auto responsabilização, deixando de lado cada vez mais a ideia de uma proteção social, que passa a ser ainda mais subordinada aos dispositivos de estímulo e punição.

A IDENTIDADE FORMADA PELO FATOR TEMPORAL SOB O VIÉS DA TEORIA DE HARTMUT ROSA

Em sua obra *Aceleração*, Hartmut Rosa (2019), demonstra o surgimento de uma identidade temporalmente estável à identidade situacional. Tal estudo se adequa ao demonstrado nos tópicos anteriores, uma vez os avanços trazidos pelo liberalismo acabaram por gerar a ideia de uma identidade pós-moderna.

Na geração dessa identidade, Rosa (2019) demonstra que há uma relação entre movimento e inércia, considerando a continuidade e a coerência que precisam estar em equilíbrio diante das mudanças e flexibilizações. Esse equilíbrio torna-se muito mais dinâmico nas sociedades modernas, considerando que desde a década de 70 foram múltiplas as observações provenientes da cultura e das ciências sociais, o que gerou uma segunda onda de individualização e, conseqüentemente de pluralização. Foi uma década com diversos avanços tecnológicos e culturais, que desempenharam um papel diferenciado em uma questão de individualização e também de mais libertação aos indivíduos (ROSA, 2019, p. 465).

Forma-se então, a identidade pós-moderna que em geral, são heterogêneas, tendem a um consenso a respeito da tese de uma liquefação da identidade pessoal estável, em favor de um projeto de si mais aberto, experimental, por vezes, também fragmentário.

Assim, na modernidade tardia por um lado, aumentam drasticamente as possibilidades de escolhas e as formas de diferenciação, não apenas em relação a dimensões centrais da vida e da identidade, como profissão, família, religião, residência, mas também, tendencialmente, a nacionalidade, sexualidade e gênero, e em relação a âmbitos mais periféricos que, não obstante exercem uma influência considerável sobre o cotidiano, tais como companhias de telefone, de seguros, de energia, associações, formas de investimento financeiro etc. (ROSA, 2019, p. 466)

Todos os componentes identitários passam a ser combináveis e revisáveis, não são mais pontos imutáveis, eles podem ser revisados por escolha própria ou pela decisão dos outros, fazendo com que nada seja vitalício (ROSA, 2019, p. 466 e 467).

Da mesma forma, fases da vida perdem sua correlação, até mesmo estreita, com orientações e atividades específicas, a participação nas chamadas “culturas da juventude” parece não mais ser regulamentada pela idade (ROSA, 2019, p. 467). Tal situação enseja a dissolução dos “clusters” – que funcionam como que agrupamentos.

O fato de as mudanças ocorrerem de forma tão fluída desenvolve a ideia de uma revisibilidade, que nada mais significa do que a temporalização da identidade pessoal – agora quem alguém é, depende do específico ponto no tempo no qual alguém se encontra no decorrer da vida, a identidade assim se torna transitória (ROSA, 2019, p. 468).

A transformação dos padrões de identidade no avançar da modernidade, portanto, é uma aceleração que vai de sequências identitárias geracionalmente abrangentes a sequências intrageracionais, o que se evidencia no fenômeno da “monogamia serial”, que tendencialmente substitui, tanto no que concerne a relações íntimas quanto a atividades profissionais, a monogamia vitalícia. (ROSA, 2019, p. 468)

Ajuste do “esquema-ser” em relação ao “esquema-tempo”. Logo, decisões e posições que constituem as identidades se tornam relativas ao tempo e não mais ao ser (ROSA, 2019, p. 269).

Para tal concepção do tempo impôs-se, no entanto, tanto na filosofia quanto nas ciências sociais, o conceito de temporalização do tempo significa que a decisão a respeito da duração, sequência, ritmo e da velocidade das ações, acontecimentos e vinculações se dá apenas ao longo de suas realizações, isto é, no próprio tempo, sem obedecer a um plano cronológico predefinido. (ROSA, 2019, p. 269).

Levou-se então a uma concepção de vida como movimento direcionado ao longo de trilhos de desenvolvimento pré-sequenciados e alternativos, que eram determinados pela previsibilidade e possibilidade de planejar o futuro. Os jovens passam a desejar e buscar formas de engajamentos mais curtas, nada com um prazo muito longo, fortalecendo a transformação das ações em forma de projetos, que possuem durações limitadas e podem ser realizados em curto prazo.

A temporalização do tempo da modernidade tardia, que segue a lógica do tempo atemporal, também se manifesta no entanto, não apenas na desestruturação temporal do percurso de vida, como ainda na flexibilização do cotidiano. (ROSA, 2019, p. 471)

Ou seja, os padrões de vida dos indivíduos são adaptados às “janelas temporais” de cada esfera funcional, por meio de planos horários, diários, semanais e mensais, planejando uma gerência temporal. Esta se manifesta na manutenção de sequência de ações, visando um mínimo de perdas, que como Rosa (2019) estabelece, seriam pausas indesejadas, intervalos ou até mesmo colisões de horários, tudo isso para manter o cumprimento das tarefas no período previsto.

Esse sistema retoma a ideia de uma disciplina individual em ater-se aos horários previamente cronometrados para a entrega dos projetos que o indivíduo se propôs. Daí, tem-se a aplicação da teoria disciplinar mantida no cerne do sujeito, considerando que dentro da estrutura neoliberal, não é apenas uma cobrança externa, mas os indivíduos passam a ser seus próprios disciplinadores.

Dentro desse jogo de cronogramas e imprevisibilidades, surge a figura do jogador malabarista de tempo, uma vez que devido à complexidade dos acontecimentos essa forma disciplinar de gerenciamento torna-se cada vez mais difícil. O jogador atua de uma forma prática temporal situacional, orientado pelos acontecimentos que vão surgindo em seu caminho.

[...] pois o “jogador” decide sobre a velocidade e a duração dos acontecimentos e sobre as ações conectivas, não dentro do quadro de um plano geral ou de um conceito temporal abstrato-linear, mas sim de forma flexível e de acordo com a situação, a partir do tempo interno e do horizonte temporal de cada acontecimento atual, por assim dizer. (ROSA, 2019, p. 475)

Diante dessas condutas sociais temporais, Rosa (2019) demonstra que os parâmetros identitários se modificam de acordo com as situações individuais, tornando a coerência e continuidade do eu, contextuais e flexíveis. A fragmentação, pluralização e multiplicação do eu, é uma consequência lógica da temporalização do tempo, sincrônica e diacrônica (ROSA, 2019, p. 480).

Nessa perspectiva passou-se a acreditar em um culto da velocidade, uma vez que os indivíduos - para se adequar as mudanças sociais, padrões esperados, comportamentos inéditos, acompanhar as inovações, corresponder ao modelo padrão de um sujeito neoliberal – passam a realizar ações cada vez mais disciplinadas e focadas na entrega de um projeto, buscando um enquadramento no conjunto social.

A ideia trazida anteriormente, do *self-entreprising* dos indivíduos ultrapassou o caráter meramente situacional e é uma das causas do aumento de doenças depressivas na sociedade moderna.

O disciplinamento trazido pelo neoliberalismo aparece tão encarnado nos sujeitos, que mesmo se considerando um jogador, o indivíduo corresponde àquela disciplina empenhada pelo mercado.

CONCLUSÃO

Diante das exposições realizadas vê-se que há uma relação intrínseca entre o neoliberalismo e a formação da identidade dos sujeitos modernos.

Seja pelas questões de avanços muito rápidos e a necessidade que cada indivíduo se incube de acompanhar essas mudanças, seja por um dispositivo disciplinar inserido de forma orgânica pelo mercado e suas cobranças. Cada sujeito apresenta um traço dessa identidade disciplinada e temporalizada.

Na atual conjuntura social, com o mercado neoliberal em constante expansão e com ainda menos fronteiras, os sujeitos fortificam as cobranças mercadológicas e Estatais

em entregar o que lhes é esperado para que seja possível além do fator econômico, o encaixe social.

As disciplinas neoliberais acompanham os trajetos da aceleração e passam a integrar o indivíduo de forma a ele próprio estabelecer limites, trajetos e comportamentos que devem ser cumpridos para que assim consiga acompanhar os mais diversos caminhos que o tempo acelerado apresenta.

Dentro desse aspecto, não só as disciplinas neoliberais formam as identidades dos sujeitos, mas também há uma dose considerável de aceleração temporal na forma em que tais perfis passam a se desenvolver.

Se considera então, que as disciplinas neoliberais e as conjunturas de formação das identidades temporais caminham lado a lado, uma vez que, a aceleração sendo um fator de mudança social, é acompanhada do poder disciplinar para possibilitar a adaptação deste poder na formação dos indivíduos e assim da conjuntura social moderna.

REFERÊNCIAS

DARDOT, P.; LAVAL, C. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal, Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

FOUCAULT, M. A verdade e as formas jurídicas. Tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais - Rio de Janeiro: NAU, 2013.

FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade: curso dado no Collège de France (1975-1976), Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2019.

FOUCAULT, Michel. História de Sexualidade 1: A vontade de saber, tradução Maria Thereza da Costa e J. A. Albuquerque – 10ª Edição, Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2020.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado – 11ª Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FOUCAULT, Michel. Nascimento da biopolítica. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008

FOUCAULT, Michel. Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978), tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: Nascimento da prisão. Tradução de de Raquel Ramallete. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

GADELHA, Sylvio. Biopolítica, governamentalidade e educação. Introdução e conexões a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

ROSA, Hartmut. Aceleração: a transformação das estruturas temporais na Modernidade, tradução de Rafael H. Silveira – São Paulo: Editora Unesp, 2019.

SAFATLE, Vladimir, JÚNIOR, Nelson da Silva, e DUNKER, Christian (orgs.). Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico – 1ª Ed, 2ª Reimpressão. Belo Horizonte, Autêntica, 2021.

SOUSA, Katia Menezes de, PAIXÃO, Humberto Pires da (orgs.). Dispositivos de poder/saber em Michel Foucault: biopolítica, corpo e subjetividade – São Paulo: Intermeios; Goiânia: UFG, 2015.

Capítulo 32 - DOI:10.55232/1084002032

**O ABUSO DE DIREITO COMO INSTITUTO TRIBUTÁRIO
DIANTE DA APLICAÇÃO DA NORMA GERAL
ANTIELISIVA NAS DECISÕES DO CONSELHO
ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS – CARF DO
ANO DE 2016 A 2021**

Victor de Goes Cavalcanti Pena

RESUMO: O planejamento tributário é um direito do contribuinte, que, dentro dos parâmetros legais, pode buscar formas mais econômicas de pagamento dos tributos, porém, o planejamento pode enveredar por um caminho ilícito ou abusivo, o que acaba tornando o ato ilegal. Devido a esta situação, foi inserida no ordenamento jurídico brasileiro a norma geral antielisiva, que busca evitar as situações de planejamentos abusivos por parte do contribuinte, dando a administração o poder de desconsiderar os atos praticados buscando a real tributação. Dentro desses atos, encontramos a presença do abuso de direito, instituto do direito civil que adentra da seara tributária e acaba por gerar confusões nas situações de elisão. Sendo assim, o presente trabalho busca entender como o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF vem julgando os casos de planejamento tributário com o abuso de direito, em conjunto com a forma de aplicação da norma geral antielisiva do parágrafo único do Art. 116 do Código tributário nacional. Para isso, foram analisados acórdãos proferidos pelo CARF do ano de 2016 a 2021 que abordam o tema. Trazendo, então, uma conclusão quanto a aplicação da norma geral antielisiva e do entendimento quanto ao instituto do abuso de direito dentro do âmbito tributário.

Palavras-chave: norma geral antielisiva, abuso de direito, planejamento tributário

INTRODUÇÃO

O planejamento tributário é uma atitude corriqueira do contribuinte, no entanto, apesar de ser permitido dentro do ordenamento, pode ser executado de forma que acaba por transformá-lo em uma manifestação de direito abusiva, sendo assim condenado pela legislação.

No Brasil, apesar das dificuldades da Administração para o controle dos planejamentos tributários, desenvolveu-se uma norma geral antielisiva, como é chamado o dispositivo previsto no parágrafo único do art. 116 do Código Tributário Nacional (CTN)¹.

A disposição legal prevê a possibilidade de descon sideração, para fins do lançamento tributário, de atos do contribuinte considerados abusivos quando da busca por uma economia tributária. Portanto, é permitido ao Fisco reconsiderar atos praticados pelo contribuinte que tiverem um viés abusivo, evidenciando a real incidência do fato gerador.

Porém, por mais que a disposição do Código Tributário Nacional preveja uma ação de descon sideração e reclassificação por parte da Administração, não há no ordenamento nacional uma lei específica que estabeleça os parâmetros procedimentais para tanto. Assim, a norma geral antielisiva resta em um limbo legislativo que na maior parte das vezes impede sua aplicação.

O fato de não existir tal norma específica disciplinando o disposto no parágrafo único do art. 116 do CTN acaba por prejudicar a atuação do Fisco até mesmo em situações de reconhecida abusividade do contribuinte. Pois os conceitos de abuso, dissimulação, simulação, fraude, são do direito civil e sem a lei específica acabam sem aplicação imediata no direito tributário. Situação que demonstra a ineficácia da ação do Fisco perante os julgamentos das ações administrativas e judiciais.

Não sendo claro os conceitos adotados quanto a esses institutos do direito civil, o presente trabalho se presta a conceituar e analisar o abuso de direito previsto no direito

¹ Art. 116, parágrafo único. A autoridade administrativa poderá descon siderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária.

civil e utilizado de forma abundante no direito tributário, porém sem nenhuma legislação específica que o regule no âmbito fiscal.

No entanto, para entender melhor a situação da falta de aplicabilidade da norma geral antielisiva citada nas situações de presença de abuso de direito, a presente pesquisa faz uma análise das decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) do ano de 2016 a 2021. Para tanto, utilizou-se dos critérios de busca no sítio digital do CARF, com a pesquisa da união de dois temas, o primeiro relativo a questão do abuso de direito em soma ao o planejamento tributário. Já o segundo foi o abuso de direito em conjunto com o art. 116 do CTN.

A pesquisa teve como base o total de 24 julgados no período de tempo indicado. Sendo a seguinte numeração de jurisprudências, 6 relativos ao ano de 2016, 2 relativos ao ano de 2017, 9 referentes ao ano de 2018, 3 do ano de 2019, 1 do ano de 2020 e por fim, 3 julgados no ano de 2021.

Com a análise desses julgados do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) o presente artigo busca entender a aplicação do abuso de direito nos casos de planejamento tributário e nas situações em que há o ensejo a norma geral antielisiva do art. 116 do CTN, para que com os resultados possa tornar possível a discussão relativa a uma norma tão importante dentro do direito tributário e pouco utilizada.

A NORMA GERAL ANTELISIVA

Planejamento Tributário, Elisão e Evasão Fiscal

O estado possui o poder/dever de tributar dentro das medidas impostas pela lei, nesta esteira, observa-se que mesmo sendo devido o pagamento dos tributos por parte dos particulares estes também possuem o direito ao planejamento na maneira que vão realizar o pagamento do tributo cobrado. Tal situação é entendida como o planejamento tributário.

No entanto, não há uma liberdade irrestrita do contribuinte no planejamento tributário, porém é garantido formas lícitas de planejar como seria mais econômico a realização do pagamento dos tributos. Neste sentido, Alexandre Rossato leciona:

Na verdade, o contribuinte tem o direito de economizar no pagamento de tributos. Ele não é obrigado a adotar a forma jurídica mais onerosa para

conduzir seus negócios. O contribuinte pode estruturar os seus atos ou negócios de maneira a pagar menos, ou nenhum tributo. Se o ato pode ser praticado por duas formas, sendo uma tributada e outra não, é evidente que o contribuinte tem o direito de escolher a que melhor atenda seus interesses. Ninguém é obrigado a adotar a forma mais onerosa para os seus negócios. Não haverá fraude ou evasão quando o direito do Fisco ao crédito ainda não tiver sido concretizado. Enquanto não ocorrido o fato gerador, portanto, é legítima a economia do tributo, desde que os atos praticados pelo contribuinte encontrem amparo da ordem jurídica. (ÁVILA, 2007)²

A liberdade dada pelo Estado para o planejamento tributário é restrita aos dizeres legais, ou seja, o contribuinte não pode se aproveitar de meios ilícitos para o não pagamento de um tributo, ou sua redução. Tal ação realizada por meios ilícitos para benefício no pagamento de tributos é nomeada de evasão fiscal, nessa, o contribuinte dentro de sua liberdade de escolha para o pagamento do tributo, acaba por escolher um meio ilícito para a prática da economia tributária. Tal tema é tratado por Alexandre Rossato da seguinte forma:

A evasão fiscal seria uma forma ilícita de acobertar o fato gerador já ocorrido, mediante atos ou negócios simulados ou fraudados. É a prática da fraude fiscal com o desiderato de fugir do pagamento do tributo ou diminuí-lo. Através de atos contrários ao ordenamento jurídico, o contribuinte obtém uma vantagem fiscal. Ela seria posterior a ocorrência do fato gerador. E a evasão ilícita. (ÁVILA, 2007)³

A evasão fiscal é entendida como uma forma de escapar do pagamento de um tributo, que já teve ocorrido o seu fato gerador, de maneira ilícita. Diferente é o conceito de elisão fiscal. Esta é a ação dos contribuintes em procurar o planejamento tributário dentro dos limites legais, ou seja, o indivíduo planejará uma forma de economizar no pagamento de tributos dentre as formas permitidas pela legislação. Tal ação é alvo de debates quanto à sua licitude, porém, ao se utilizar de preceitos legais para o planejamento o contribuinte se encontra dentro da legalidade.

Portanto, a elisão é uma forma de evitar a ocorrência dos fatos geradores, o que gera uma economia de tributos. Tal ação é seguida por meios lícitos pelo contribuinte,

² ÁVILA, Alexandre Rossato da Silva. Curso de direito tributário. 3. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2007.

³ ÁVILA, Alexandre Rossato da Silva. Curso de direito tributário. 3. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2007.

que procura nos ditames da lei como agir para pagar o menor valor possível dentro do previsto legalmente, de forma bastante crua em dizeres, o sujeito encontra meandros legais para sua ação de planejamento.

Em conjunto as concepções de elisão fiscal, a doutrina apresenta a elusão fiscal, esta é trazida como uma elisão ineficaz. Nesta, o contribuinte utiliza-se de meios alternativos para o pagamento de tributos, porém, sem o propósito comercial aplicado, apenas com o objetivo de frustrar a aplicação da lei tributária que deveria incidir no caso concreto. Por conseguinte, vê-se o fenômeno da alusão como não permitido pela norma tributária vigente, já que em seu cerne pretende contornar os ditames legais utilizando uma forma diferente da prevista para a possibilidade do planejamento tributário. Tal ação acarreta no abuso de formas por parte do contribuinte. Quanto a essa ação, expõe Heleno Torres:

(...) o fenômeno pelo qual o contribuinte, mediante a organização planejada de atos lícitos, mas desprovidos de causa (simulados ou com fraude à lei), tenta evitar a subsunção de ato ou negócio jurídico ao conceito normativo do fato típico e da respectiva imputação da obrigação tributária. Em modo mais amplo, elusão tributária consiste em usar negócios jurídicos atípicos ou indiretos desprovidos de causa ou organizados como simulação ou fraude à lei, com a finalidade de evitar a incidência da norma tributária impositiva, enquadrar-se em regime fiscalmente mais favorável ou obter alguma vantagem fiscal específica. (TORRES, 2010)⁴

Com o intuito de combater tais ações, o legislador aprovou no parágrafo único do artigo 116 do Código Tributário Nacional, a norma geral antielisiva, passando então a ser considerada a forma correta de combate a essas ações elisivas ineficazes do contribuinte, no entanto, sua eficácia nem sempre é perfeita.

Conceito Brasileiro da Norma Geral Antielisiva do Parágrafo Único do Art. 116 Do Código Tributário Nacional (CTN)

⁴ TÔRRES, Heleno, “Brazil: Tax treaties and tax avoidance: application of anti-avoidance provisions” in Cahiers de Droit Fiscal International. International Fiscal Association, 2010, p. 149-170.

A norma geral antielisiva brasileira é prevista no parágrafo único do art. 116 do CTN. Tal parágrafo foi inserido pela Lei complementar nº 104 de 10 de Janeiro de 2001 e a partir de então os casos de elisão fiscal passaram a ser analisados com o viés da norma.

O artigo 116 prevê:

Art. 116. Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos:

I - tratando-se de situação de fato, desde o momento em que o se verificarem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios;

II - tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável.

Parágrafo único. A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária. (Incluído pela Lcp nº 104, de 2001) (CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, 1966)⁵

Para o melhor entendimento da norma faz-se necessário dividi-la em partes para comentários relativos a cada uma de suas particularidades, já que em apenas um parágrafo a norma se faz tão abrangente.

Ao trazer “a autoridade administrativa” a norma se refere a autoridade fazendária incumbida do lançamento, não cabendo a outro órgão ou ente, como por exemplo o Judiciário, ao qual compete o controle do ato de requalificação realizado pela administração.

Quanto ao “poderá desconsiderar”, prevê uma ação de requalificação, a administração dará uma qualificação diferente daquela praticada pelo contribuinte na elisão, sendo esta abusiva. Com isso, visa reaproximar a qualificação do verdadeiro conteúdo material do ato decorrente da hipótese de incidência. Tal desconsideração, refere-se aos atos ou negócios jurídicos praticados, sendo assim, há uma requalificação

⁵ Código Tributário Nacional Brasileiro - LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966.

nos fatos geradores concretos, já que na elisão ocorre um abuso no enquadramento da norma tributária ao fato, caracterizando uma subsunção fracassada.

Com a expressão “com a finalidade de dissimular” tem-se a dissimulação com dois sentidos, sendo a) como mecanismo da simulação e b) como parte da elisão.

Porém, é importante a consideração de Maria Helena Diniz quanto a caracterização da dissimulação, qual seja

(...) não há que confundir a simulação e a dissimulação. A simulação absoluta provoca falsa crença num estado não real, quer enganar sobre a existência de uma situação não verdadeira, tornando nulo o negócio (CC, art. 167, 1ª parte). Procura, portanto, aparentar o que não existe. A dissimulação (simulação relativa) oculta ao conhecimento de outrem uma situação existente, pretendendo, portanto, inculcar no espírito de alguém a inexistência de uma situação real e no negócio jurídico subsistirá o que se dissimulou se válido for na substância e na forma (CC, art. 167, 2ª parte) ” (DINIZ, 2019).⁶

Sendo assim, no primeiro sentido, a dissimulação seria uma forma de simulação relativa, considerada de forma teórica pelo Direito Civil, nessa, há uma desconformidade voluntária da declaração com a vontade, mas é acordada com a parte a qual a declaração dirige, a fim de ludibriar terceiros. Tendo sido a regra do parágrafo único do art. 116 do CTN, interpretada pela doutrina normativista e conceptualista desta forma.

Já na dissimulação como parte da elisão, que é o sentido tomado pela LC nº 104/2001, pois se refere apenas à hipótese de incidência ou ao fato gerador abstrato. O art. 116 ao se referir ao fato gerador, refere-se à dissimulação do fato gerador abstrato, já que o ato praticado, que caracteriza o fato gerador concreto, não é dissimulado, mas dissimulador. Devido ao abuso de forma jurídica, a dissimulação ocorre relativamente a descrição do tipo na norma.

A aplicação da norma geral antielisiva prevista no art. 116 fica à mercê de um regulamento procedimental por lei ordinária, como aferido ao final da leitura do dispositivo. No entanto, devido as lacunas e falta de regulamentação, a administração

⁶ DINIZ, Maria Helena, Curso Direito Civil Brasileiro - Teoria Geral do Direito Civil - Vol. 1 - 36ª Ed. 2019. São Paulo.

pode utilizar da norma antielisiva como se apresenta, ficando a critério do julgador como será requalificado o caso, uma vez que há possibilidade de aplicação do dispositivo legal.

As Dificuldades na Aplicação da Norma Geral Antielisiva Brasileira

Acaba que a norma se torna limitada, não só pela falta de previsão legal específica, como também por conta dos conceitos adotados. Tais conceitos são baseados no direito civil, ou seja, o conceito de simulação previsto na norma para desconsiderar o negócio jurídico praticado, advém da doutrina civilista, não sendo nada inovador por parte do legislador na edição do dispositivo legal. Sendo assim, observa-se que não há uma lei geral antielisiva, mas apenas a norma geral, já que o dispositivo é apenas uma complementação de disposições já existentes. Além de que não prevê nenhum critério de interpretação para autorizar o abandono da forma.

Com o estudo dos institutos da simulação e dissimulação, entende-se que a norma incide no momento em que o negócio dissimulado se concretiza no mundo fático ou em momento após a celebração dos negócios, quando se altera a figura jurídica. Antes de sua ocorrência concreta o fato está apenas no interior do agente e não pode ser considerado como conduta ilícita ou passível de desconsideração.

Neste viés, o momento exato para a incidência da norma é o momento da declaração falsa, pois é assim que tem concretizada a simulação do negócio jurídico que pretende esconder o dissimulado.

Certamente a norma geral antielisiva deixa o contribuinte em um meio inseguro de atuação, já que este possui a liberdade de planejamento tributário, no entanto fica limitado a atuação do Fisco que pode entender por elisão sua atitude negocial.

Entretanto, apesar dessa falha legislativa, não se pode adotar o pensamento de alguns estudiosos quanto à inexistência de uma norma geral antielisiva, pois tal insegurança trazida aos contribuintes não quer dizer que ela é dispensável, mas que prevê a regulamentação de uma atitude prejudicial ao Estado. Pois mesmo o planejamento tributário sendo permitido, não pode o contribuinte agir com abuso ao ponto de realizar uma ação que vá prejudicar a arrecadação de receita ao cofre público.

Por mais que a norma geral antielisiva seja deficitária quanto às suas especificidades, não pode ser negada em sua integralidade, ou seja, em sua eficácia negativa. Seu objetivo é evitar condutas abusivas por parte do contribuinte, de forma a manter a captação da receita tributária intacta, não pretendendo com isso prejudicar o indivíduo, que tem em seu cerne o dever de contribuir.

Estudos quanto à norma geral antielisiva geraram discussões acerca de sua indisposição para com o princípio da legalidade, previsto constitucionalmente. Já que, tal princípio não permite a criação de normas com conceitos indeterminados, por afetar a segurança jurídica dos indivíduos tutelados pela norma.

O pensamento da quebra do princípio da legalidade corrobora com a ideia de que não se permite a discricionariedade na redefinição da norma jurídica. Ou seja, não seria permitido ao Fisco “alterar” a norma prevista a seu bel prazer para enquadrar a atividade do contribuinte como evasiva.

No entanto, tais conclusões acabam por perder força quando combatidas por alguns argumentos. Enxerga-se na norma geral antielisiva uma oportunidade de a Administração analisar o comportamento do contribuinte, praticado com o intuito de receber alguma vantagem, para enquadrar na situação legal que acredita ter sido realizada, já que o objetivo do contribuinte seria driblar o recolhimento de um valor mais alto do que o pretendido ao pagamento do tributo.

Nesta atividade da Administração, mesmo com a falta da previsão legal que enquadre as possíveis situações, o que prejudica muito uma atividade segura do Fisco, tem-se a consciência de que o poder dado pela norma de desconsideração dos atos ou negócios jurídicos não se enquadra como um poder na esfera legislativa. A administração ao desconsiderar a atividade do contribuinte realizará um ato administrativo, já que enquadrará o fato na situação legal prevista de forma acertada, mediante a análise do abuso cometido pelo sujeito passivo.

Nas situações de reenquadramento da norma por situações ocorridas mediante a atuação da norma geral antielisiva não há a discricionariedade do fisco para qualquer atividade que seja de planejamento tributário, mas sim para aquelas cometidas de forma que vão além do permitido no planejamento. Nessas oportunidades, a Administração tem a discricionariedade de analisar todos os atos e fatos realizados pelo sujeito para

considerar sua legalidade dentro no planejamento tributário ou confirmar a situação de abuso e optar por desconsiderar os atos e fatos e enquadrá-los na previsão legal correta.

Algumas posições doutrinárias chegam a afirmar que a norma geral antielisiva seria inconstitucional, exatamente pela violação ao princípio da legalidade tratado. Firmado nas conclusões de que a autoridade administrativa poderia exigir tributo ou aumentá-lo, a luz do caso concreto, sem a lei específica que determinasse tais possibilidades, o que para alguns, acabaria por violar o princípio da segurança jurídica.

Contudo, independente das posições doutrinárias ao contrário, o Superior Tribunal Federal não reconheceu inconstitucionalidade na norma prevista no parágrafo único do art. 116 do CTN, assim como não houve por parte do poder legislativo uma regulamentação legal acurada quanto a norma.

Nestes passos, o contribuinte deve continuar agindo com cautela em seus planejamentos, sempre visando a economia dentro dos padrões legais, sem exercer seu direito mediante abuso. Tudo para evitar os problemas que o abuso de direito pode acarretar nas situações de planejamento tributário, como o tratado no presente trabalho.

O ABUSO DE DIREITO

O Abuso de Direito no Código Civil

No âmbito do direito civil, a abuso de direito se configura como um dano, surgindo a partir da transgressão de um direito. Como a legislação prevê o direito, o abuso significa o ultrapassar dos limites legais, assim quando é extrapolado gera-se um dano.

A doutrina divide-se em três teorias para conceituar o abuso de direito, a teoria objetiva, a subjetiva e a mista. Em princípio, a subjetiva, nesta o direito seria exercitado sem a necessidade, com a intenção de causar dano e sem interesse econômico. Na teoria objetiva, o abuso de direito nada mais é do que a consequência, pura e simples do exercício anormal do direito, sem indagações da intenção do agente, esta teoria sofre críticas, já que não se pode dissociar o ato abusivo do elemento subjetivo na integralidade.

Já na teoria mista, as posições antagônicas são unidas, pois entende-se que o abuso advém da intenção do agente de ir além do permitido legalmente. Tendo assim a união

das teorias objetiva e subjetiva, sendo a mista a adotada pela legislação brasileira, o Código Civil em seu art. 187 incorpora a teoria ao ordenamento.

Nos conceitos e entendimentos do abuso de direito, tanto pelo seu conceito legal, quanto pela parte do Código Civil em que se encontra pode ser confundido com o ato ilícito, porém são situações diferentes. O exercício regular do direito é reconhecido pela legislação, não podendo se enquadrar como ilícito. No entanto, se este for praticado de forma adequada, mas com finalidade ilegítima ou não aceita pela sociedade, será caracterizado como abuso no exercício do direito.

Neste entendimento, os institutos do abuso do direito e do ato ilícito não se confundem, apesar de se referirem a ilicitude e estarem localizados no mesmo capítulo do Código Civil. Então, vê-se que a situação abusiva incide devido a manifestação de um direito subjetivo, sendo inicialmente um ato lícito, que acaba por ultrapassar os limites impostos pela norma. Além de que, se distinguem também em relação ao dano, já que o ato ilícito basta ocorrer para gerar o dever de indenizar, não necessária a ocorrência do dano, e no abuso é necessário o dano para que o ato se caracterize e seja devida a indenização.

Portanto, mesmo sendo de incidências diferentes, ambas as situações, abuso de direito e ato ilícito, acabam incorrendo em ilicitude.

A ocorrência do abuso de direito, acarreta a responsabilidade civil, sendo exigido culpa em sentido amplo e o prejuízo, para ser tida como fato gerador. Não havendo o prejuízo, não há pelo que responsabilizar alguém, logo não há dano.

Assim, o abuso de direito só existe com o mínimo de culpa, pois tem a sua caracterização pelo “elemento intencional”, já que o agente é capaz de entender que extravasou no seu direito, sendo assim há o elemento subjetivo. Aplicando então a responsabilidade subjetiva como regra. Portanto, mesmo a aplicação da responsabilidade subjetiva como regra, nos casos que a lei prevê, haverá a responsabilização objetiva para a reparação do dano causado pelo abuso de direito.

O Abuso de Direito na Esfera Tributária

As jurisprudências quanto ao abuso de direito na norma tributária nos Tribunais Superiores brasileiros são escassas e muitas vezes instáveis. O Supremo Tribunal Federal (STF) já decidiu pela fraude fiscal como uma espécie da fraude à lei, que abrangeria todas as situações que mesmo lícitas possuem resultados contrários à lei. Assim como já entendeu que a fraude à lei seria uma questão de fato, não podendo ser presumida, mas devendo ser provada pela autoridade.

O STF afastou a concessão de muitos benefícios aplicando o conceito da fraude à lei, entretanto, o escopo da fraude fiscal ainda é indefinido em sua jurisprudência. Porém, os parâmetros de julgamento foram tomando formas mais definidas durante o passar do tempo, tanto pela evolução na interpretação das normas, como pela introdução do universo axiológico e principiológico introduzido pela Constituição Federal de 1988.

Mesmo com a dificuldade da norma geral antielisiva na tradução das referências aos abusos de direito e de forma, ambos os conceitos continuam a ser aplicados e estudados dentro dos casos enquadrados na norma, pois, por mais que não haja uma previsão legal, é necessária uma construção jurisprudencial que edifique a ação da autoridade fiscal perante as situações de elisão fiscal. Tais construções acabam acontecendo nas decisões do Conselho de Recursos Fiscais (CARF), órgão competente para julgar as causas em que recai a norma geral antielisiva.

O CARF acaba produzindo diferentes decisões quanto ao abuso de direito nos casos de incidência da norma geral antielisiva, pois cada caso concreto apresenta um negócio realizado de maneira singular. Sendo assim, há variações recorrentes no entendimento do Conselho de Recursos Fiscais quanto aos casos de abuso de direito.

ANÁLISE DAS DECISÕES/ACÓRDÃOS DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS (CARF)

Nesse momento do trabalho, em conjunto com os conceitos e discussões trabalhadas, busca-se observar de forma prática como a norma geral antielisiva e o conceito do direito civil do abuso do direito foram debatidos nas decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) no período de 2016 a 2021.

Análise das Decisões do Ano de 2016

Referentes ao ano de 2016, 6 decisões trouxeram a discussão do abuso de direito nas situações de planejamento tributário, referentes a aplicação da norma antielisiva do parágrafo único do art. 116 do CTN.

O acórdão de número 2202-003.135 julgado pela 2ª Câmara/2ª Turma Ordinária do CARF, tratou de questões referentes ao Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), neste caso houve a criação de uma Sociedade em conta de participação, porém, as atividades não eram realizadas pelo sócio ostensivo e sim pelos médicos que eram os antigos empregados da pessoa jurídica transformada. A administração então tomou a seguinte providência:

A autoridade Fiscal concluiu pela inexistência concreta de uma Sociedade em Conta de Participação e a prestação de serviços não era pelo sócio ostensivo e, sim, pelos profissionais médicos que efetivamente atendiam os pacientes, sendo-lhes repassado o valor relativo ao seu atendimento e, não, distribuição de lucros equivalente e proporcional ao número de sócios; entendendo, pois, ter havido simulação no negócio jurídico, na qual fez parte o contribuinte com o intuito de, fraudulentamente, diminuir a carga tributária à qual estava sujeito.

Houve então o reconhecimento por parte da administração de um ato de simulação, o que ensejou a aplicação do parágrafo único do art. 116 no intuito de reclassificar a ação realizada pelo sujeito passivo.

No acórdão é trazido o seguinte conceito de simulação:

A simulação é a modalidade de ilícito tributário que, com maior frequência, costuma ser confundida com elisão. Na simulação, a declaração recíproca das partes não corresponde à vontade efetiva e a causa da ocultação está sempre voltada para a obtenção de algum benefício que não poderia ser atingido pelas vias normais, o que demonstra tratar-se de um ato antecipadamente deliberado pelas partes envolvidas, que se volta para um fim específico, no caso contornar a tributação. Na simulação tem-se pactuado algo distinto daquilo que realmente se almeja, com o fito de obter alguma vantagem.

Este conceito acaba sendo perpetrado por todos os outros acórdãos analisados, porém, nem todos os outros julgados possuem o mesmo entendimento da Turma que julgou o 2202-003.135.

Com a leitura do caso, não resta dúvidas que a associação de médicos ao alterar sua personalidade jurídica para uma Sociedade em Cota de Participação realizou um ato simulado com o fito de obter a vantagem tributária quanto ao IRPF, já que alguns dos valores recebidos pela sociedade seriam isentos de cobrança, o que diminui a carga tributária para os sujeitos passivos.

A doutrina dá forças ao pensamento adotado pelos julgadores, já que foi permitida a investida da Administração na situação para requalificar o ato tido como simulado por parte do sujeito passivo.

Neste caso, o abuso de direito é visto como uma patologia do planejamento tributário, pensamento perpetrado por Marco Aurélio Greco e adotado pelos julgadores, que mesmo sendo um instituto do direito civil, é visto como uma possibilidade na esfera tributária.

O acórdão de número 2202-003.134 da 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara, traz uma abordagem muito parecida com o julgado anterior. A situação foi referente a mudança de uma sociedade limitada para uma de contas de participação, devido a busca de isenções como vantagem tributária.

A Turma reconheceu que houve a simulação e o abuso de direito no caso, enquadrando a situação nos casos que deve ser aplicada a multa como forma de punição por tentar iludir a Administração.

Neste julgado, houve a adoção do abuso de forma, não tratando da questão de abuso de direito que poderia ter sido abordada, restando clara a dificuldade que os julgadores possuem em enquadrar as situações de casos tão semelhantes em um só instituto, devido à falta de regulamentação no âmbito tributário.

O terceiro acórdão analisado foi o de número 1402-002.295, da 2ª Turma Ordinária da 4ª câmara. Neste foi discutido o uso de debêntures como artifício para retirar da base de cálculo do IRPJ e da CSLL parte significativa do lucro, dando ensejo a uma distribuição de lucro disfarçada.

É reconhecida a liberdade de planejamento tributário, porém é de notar-se que os julgadores entendem que esta não é uma liberdade irrestrita, mas que possui fronteira nas formas jurídicas admissíveis para sua realização.

Mesmo reconhecendo o abuso por parte do contribuinte ao realizar o planejamento, a Câmara decidiu por não aplicar o abuso de direito ou o instituto da simulação, por serem institutos do direito civil e não de direito tributário. Tal atitude fortalece o discurso da necessidade de uma regulamentação para os institutos no direito tributário.

Tem-se que apesar de considerar o planejamento abusivo, pelo fato de não haver ocorrido nenhuma ocultação nas ações, o julgador entendeu por não penalizar o contribuinte quanto a esta abusividade.

A situação demonstra o déficit dos entendimentos das Câmaras e Turmas do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, uma vez que mesmo com uma norma geral antielisiva presente do Código Tributário Nacional, essa não é aplicada, ou até mesmo citada em ocasiões de possível aplicação.

O acórdão de número 1402-002.325, quarto julgado analisado, publicado pela 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara do CARF, retrata uma situação de IRPJ e debêntures. No caso, houve empréstimos entre coligadas e emissão de debêntures, com utilização de empresa veículo, tudo visando a redução da carga tributária, o que implicou o planejamento tributário abusivo.

Neste julgado, aconteceu divergência, produzindo assim o voto vencido e o voto vencedor. No voto vencido, o julgador optou pela caracterização da elisão abusiva, porém não identificando dolo na ação do contribuinte, decidiu, inclusive, por diminuir o valor da multa aplicada pelo Fisco.

O voto acaba entrando em contradição, quando traz o entendimento de que houve o planejamento abusivo, porém prefere pela não penalização do contribuinte por não reconhecer o dolo que ensejaria a penalidade. Perde o sentido o julgador, pois o ato de planejamento abusivo não precisa ser oculto para ser penalizado da devida maneira.

Já o voto vencedor, trouxe uma visão mais lúcida sobre o caso, decidindo da seguinte maneira:

A meu sentir, a autoridade fiscal angariou elementos de prova suficientes e aptos a comprovar suas conclusões: a operação levada a efeito foi uma integralização de capital, e não uma operação de emissão de debêntures. E

frise-se que, para tanto, realizou-se uma ampla e profunda investigação, demandando praticamente três anos de procedimento fiscal, por meio do qual foi colhido um robusto conjunto probatório composto por mais de 9.000 (nove mil) folhas. Portanto, entendo absolutamente despropositados os argumentos da Recorrente de que “mesmo que a intenção e a realidade fossem de aumento de capital, este não estaria encoberto, porque transpareceria do conjunto de fatos documentados e contabilizados, através dos quais os fiscais entenderam haver aumento de capital”.

[...]

Ocorre que, conforme já abordado, não estamos diante de escolha de alternativas legais, mas sim de simulação, uma vez que a Recorrente adulterou a realidade dos fatos: diante de evidente integralização de capital, houve registro de mútuo entre coligadas e operação de debêntures.

[...]

c) no que diz respeito ao conluio (art. 73 da Lei no 4.502/64) além da necessidade de dolo nas ações abrangidas pelos art. 71 e 72 (sonegação ou fraude), também é necessário o pacto doloso. E, no caso concreto, não há dúvidas sobre sua ocorrência: os administradores/representantes das empresas Yamana, Maracá, Serra da Borda e PTAPAR, além do investidor oculto, participaram em conluio dos atos que configuraram sonegação e fraude. Em resumo, a intencionalidade da divergência entre a vontade interna e a declarada é a característica fundamental do negócio simulado, e, conforme já exposto, entendo que há prova suficiente a caracterizar a ocorrência de simulação no caso concreto.

Portanto, não há dúvidas quanto a simulação presente no caso, a ação do contribuinte alterou a realidade dos fatos indo além do direito que possui. Ao realizar o planejamento tributário, enveredou por um caminho que vai além do que é previsto na legislação, já que houve a utilização de uma empresa veículo na busca de uma economia tributária.

Diferentemente do voto vencido, o voto vencedor optou por identificar a simulação ocorrida e aplicar uma multa no caso. A decisão mostra que mesmo sem a legislação necessária, é possível a aplicação do instituto da simulação no direito tributário, já que houve o flagrante abuso de direito.

O acórdão 1302-001.977, da 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara, traz um caso de IRPJ e ágio. O ágio é tratado com a diferença entre o valor pago pelas ações e o valor patrimonial dessas ações. No caso, apesar da divergência dos

juízes, não se adotou a ideia de empresa veículo, pois a empresa criada cumpriu a atividade prevista.

No voto vencido o instituto da simulação é definido como uma utilização de formas abusivas, reconhecida pela mera aparência de suas ocorrências, quando na realidade sequer ocorreram, ou seja, é uma falsa aparência da realidade, algo que não existe. O que é diferenciado da dissimulação, que seria uma ocultação do que foi realmente constituído na realidade.

Porém, mesmo havendo a conceituação dos institutos, a palavra final recai na ideia de que o abuso de direito é civilista, portanto, só poderia ser aplicado ao direito tributário mediante a regulamentação do art. 116 do CTN, e que não houve a simulação pela presença do propósito negocial. Logo, os juízes mesmo trazendo a ideia do art. 116, decidem por não aplicar o dispositivo pela falta de regulamentação dos institutos nele previsto.

Quanto à falta de propósito negocial, já demonstramos que não houve simulação e o abuso de direito ainda depende de regulamentação do art. 116, parágrafo único, para que seja aplicável no campo tributário. Assim, esvaziase a acusação de falta de propósito negocial.

O último acórdão do ano de 2016 analisado foi o de número 1302-001.980, da 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara. Nesse, o caso tratado é sobre a procura de vantagens no IRPJ quando da incorporação da pessoa jurídica.

Como houve a criação de empresa veículo, a Turma analisou a situação e optou por determinar como regular os objetivos da empresa, por sua licitude. Assim, quando da análise da situação, os juízes decidiram por não aplicar o parágrafo único do art. 116 do CTN, em vista da falta de regulamentação, prejudicando assim as situações de abuso de direito. Logo, por mais que tenha ocorrido o abuso de direito nas ações do contribuinte, não é aplicada a norma antielisiva pela falta de uma lei ordinária que a regule.

Após essa decisão, com a finalização da análise dos acórdãos do ano de 2016, demonstra que apesar de os juízes, na maior parte dos acórdãos, reconhecerem o abuso de direito e a simulação, inclusive os conceituando muito bem, não há um grande número de aplicações da norma geral antielisiva. As decisões acabam por priorizar a liberdade de planejamento do contribuinte e enveredar para a questão da falta de legislação específica seja para a questão da antielisão, seja para a questão da introdução do abuso de direito no ordenamento tributário.

Com isso, tem-se déficit na aplicação da norma do parágrafo único do art. 116, seja pela falta de regulamentação, seja pelos institutos do direito civil não introduzidos na norma fiscal, ou até pelo não reconhecimento de dolo nas ações do contribuinte. Os julgadores mostram que o problema da legislação específica acaba impossibilitando a ação antielisiva do Fisco.

Análise das Decisões do Ano de 2017

Apenas duas decisões do ano de 2017 trataram sobre o abuso de direito referente ao planejamento tributário e ao art. 116 do CTN. Tais acórdãos foram os de números 1402-002.520 e 1402-02.513, ambos da 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

A primeira decisão traz um caso de fragmentação de empresa na busca de uma vantagem para o pagamento de IRPJ, por conta das atividades tributáveis sobre lucro real. A Fiscalização então decidiu por aplicar a multa referente ao planejamento tributário abusivo, já que houve a criação de outra pessoa jurídica apenas para uma divisão de lucros.

No entanto, os julgadores decidiram por não adotar o pensamento da Fiscalização, uma vez que não resta comprovado o dolo do contribuinte.

Já quanto ao fato da criação da empresa veículo, a Turma manteve a penalidade aplicada, tendo em vista ser uma atitude condenada pelo Conselho. Sendo assim, observa-se no acórdão que mesmo reconhecido o abuso de direito no caso concreto, inclusive condenando a atitude da empresa veículo, que foi o meio utilizado para concretizar o planejamento abusivo, a Turma decidiu por reduzir a multa prevista pela Fiscalização ao contribuinte para 75%.

Novamente, toda a falta de penalização recai na ideia de que não há uma regulamentação, o que deixa os julgadores livres para entenderem a questão do abuso no âmbito tributário de forma aleatória.

O segundo acórdão, já em sua ementa traz os seguintes dizeres:

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO. OPONIBILIDADE AO FISCO. ABUSO DO DIREITO. PROPÓSITO NEGOCIAL. INDEDUTIBILIDADE

A emissão de debêntures, com o único propósito de reduzir a carga tributária, implica em planejamento tributário abusivo, mais especificamente, elisão abusiva. Para que um planejamento tributário seja oponível ao fisco, não basta que o contribuinte, no exercício do direito de auto-organização, pratique atos ou negócios jurídicos antes dos fatos geradores e de acordo com as formalidades previstas na legislação societária e comercial. É necessário que haja um propósito negocial, de modo que o exercício do direito seja regular.

[...]

MULTA DE OFÍCIO QUALIFICADA. PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO ABUSIVO. FRAUDE À LEI. ABUSO DE DIREITO.

Os institutos do abuso de direito e da fraude à lei, embora previstos na lei civil, não foram eleitos pelo legislador tributário para qualificação da penalidade. Aspecto relevante que deve ser considerado na aplicação da multa qualificada aos planejamentos diz respeito aos atos que constituem a conduta evasiva. Se nenhum desses atos foi falso, se tudo estava às claras para a fiscalização e não exigiu qualquer esforço para a aplicação dos efeitos tributários, não há razão para se qualificar a multa.

Neste caso, é apresentada a situação de emissão de debêntures tendo em vista uma diminuição na sua carga tributária. No entanto, houve a autuação como planejamento tributário abusivo por parte do Fisco, já que ficou constatada uma redução considerável nos rendimentos tributáveis de IRPJ e CSLL.

No julgamento, a Turma optou por trazer a ideia do propósito negocial, já que os atos por ter um caráter abusivo fogem do que seria tido como o propósito. Sendo assim, apesar da legalidade dos atos praticados, houve um desvirtuamento do objetivo a que se destinavam, já que visavam apenas a economia de tributos. Por fim, a Turma decidiu por acatar a desconsideração dos atos realizados, feita pelo Fisco, para que pudesse cobrar devidamente os valores tributáveis. Permitindo então, o uso do parágrafo único do art. 116 do CTN.

Os julgados de 2017 apesar de reconhecerem o abuso praticado pelo contribuinte acabam por não aplicar a ideia do abuso de direito nos casos para majorar a multa aplicada. No primeiro julgado, pelo fato de não ser reconhecido o dolo do contribuinte no planejamento, já o segundo caso firma a tese na ideia de que tudo foi realizado as claras, então o contribuinte não teria feito nada condenável. Novamente o fato de não se ter uma

legislação específica torna os acórdãos precários quanto aos casos de planejamento abusivo, diminuindo a multa aplicada pelo Fisco, muitas vezes, por não reconhecer dolo ou obscuridade nas ações do contribuinte.

Análise das Decisões do Ano de 2018

Foram analisados 9 acórdãos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) referentes ao ano de 2018, sendo 4 resultados da busca quanto aos termos abuso de direito e planejamento tributário, e 5 resultantes da busca com os termos abuso de direito e art. 116.

O primeiro acórdão analisado foi o de número 1401-002.298, da 4ª Câmara/1ª Turma Ordinária. Neste, o caso apresentado é quanto ao IRPJ e o ágio em operações de sociedade veículo, ocorrendo o investimento por capital estrangeiro.

O entendimento da Turma foi o de desconsiderar o planejamento, considerando-o sem propósito negocial, devido a inexistência de outro fator de realização do planejamento que não a economia tributária. No caso, não foi adotado o dispositivo do abuso de direito, restando o julgado apenas na ideia de que o planejamento tributário não pode se fundar apenas no intuito de economia tributária, já que assim faltaria o propósito negocial.

Em seguida, o acórdão de número 1401-002.650 da 4ª Câmara/1ª Turma Ordinária apresentou um caso de dedução no IRPJ devido ao ganho de capital na aquisição de uma pessoa jurídica por outra. Neste caso, há um pensamento mais brando da Turma, já que foi entendido como ocorrido o propósito negocial na situação, não visto por parte dos julgadores nenhum tipo de abuso ou fraude no planejamento. Logo, no caso julgou-se que foi correto o enquadramento dos atos praticados à luz do ordenamento jurídico vigente, seguindo o propósito negocial devido à liberdade negocial das empresas.

A questão do abuso de direito não foi explorada nesse julgado, aparecendo apenas para informar que não aconteceram atos que poderiam ser considerados como fraude ou abuso dentro do planejamento discutido.

Em seguida, analisou-se o acórdão de número 1201-002.272 da 2ª Câmara/1ª Turma Ordinária, que tratou de planejamento sucessório visando a economia no

pagamento do IRPJ. Neste, foi levantada a questão do propósito negocial, porém, adotou-se uma postura diferente quanto ao conceito:

Desta forma, o conceito a ser adotado para definir o propósito negocial deve ser no sentido de considerar a busca pela redução das incidências tributárias, por si, como um propósito negocial válido. Já temos importantes precedentes do CARF nesta direção:

GANHO DE CAPITAL. VENDA DE QUOTAS. PLANEJAMENTO FISCAL ILÍCITO. DISTRIBUIÇÃO DISFARÇADA DE LUCROS. INOCORRÊNCIA NAS REDUÇÕES DE CAPITAL MEDIANTE ENTREGA DE BENS OU DIREITOS, PELO VALOR CONTÁBIL A PARTIR DA VIGÊNCIA DA LEI 9.249/1995.

Constitui propósito negocial legítimo o encadeamento de operações societárias visando a redução das incidências tributárias, desde que efetivamente realizadas antes da ocorrência do fato gerador, bem como não visem gerar economia de tributos mediante criação de despesas ou custos artificiais ou fictícios. A partir da vigência do art. 22 da Lei 9.249/1995 a redução de capital mediante entrega de bens ou direitos, pelo valor contábil, não mais constituiu hipótese de distribuição disfarçada de lucros, por expressa determinação legal.

O conceito adotado considera como propósito negocial a busca de redução das incidências tributárias, ou seja, a busca pela economia tributária por si só, sendo considerada um propósito negocial válido. Os julgadores abordam o abuso de direito apenas como um fato que não ocorreu, já que foram utilizados os elementos legais para alcançar a desejada economia tributária pelo planejamento. Portanto, o conceito de abuso de direito não é explorado no caso, tendo em vista a não existência de atos considerados abusivos.

O quarto acórdão analisado do ano de 2018, sendo o último resultante da busca de abuso de direito com planejamento tributário, foi o de número 2301-005.754, proferido pela 3ª Câmara/1ª Turma Ordinária. Neste, é apresentado um caso de planejamento tributário visando a economia quanto ao pagamento de IRPF por meio de complexas reorganizações societárias que redundaram na criação da CFF Participações no plano negocial.

A Turma entendeu que é possível o planejamento, sendo legal a perspectiva do contribuinte, no entanto, focou na questão deste ato ser pautado pela legalidade. Para

conceituar atos ilícitos do contribuinte frente ao planejamento tributário, os julgadores trazem à tona o conceito de simulação.

No entanto, ao fim do voto após analisar todo o conjunto probatório trazido pelo contribuinte, a Turma decide por não reconhecer a simulação e acatar que o planejamento tributário foi lícito, diante disso, resta clara a compreensão do entendimento adotado. Além de não ter considerado os atos praticados pelo contribuinte como simulação, não aplicou a disposição quanto ao abuso de direito por ser instituto do direito privado, ou civil.

Tal situação é corriqueira nos julgados do Conselho, o que não traz surpresa. Porém, neste caso de 2018 observamos que há um pequeno debate quanto a norma do art. 116 do CTN, que é considerada uma norma *antidissimulação*, não uma norma antielisão. E mesmo com esse sentido, não poderia ser aplicada pela falta de legislação que a regulamente.

Os casos estudados a seguir foram referentes a pesquisa do abuso de direito junto com o art. 116, tendo como resultado 5 novos acórdãos no ano de 2018. O primeiro desses acórdãos, de número 2402-006.249 da 4ª Câmara/2ª Turma Ordinária, traz um caso de obrigações acessórias descumpridas.

No caso, houve argumentação do contribuinte no sentido da impossibilidade de o Fisco desconsiderar a personalidade jurídica, porém foi trazida a ideia do art. 135, II do CTN quanto a responsabilidade dos sócios em casos excepcionais. No entanto, a decisão optou por não considerar a argumentação trazida pelo Contribuinte, mostrando que a situação não seria a do art. 135, II do CTN, mas um caso do parágrafo único do art. 116 do CTN.

Fica claro a opção dos julgadores pela possível aplicação da norma geral antielisiva para o caso, já que seria uma desconsideração de ato ou negócios jurídicos realizados com abuso de direito, e não um caso de desconsideração da personalidade jurídica. No entanto, não ocorreu a aplicação da norma, apenas foi citada para desconsiderar a preliminar alegada pelo recorrente, ou seja, não foi aplicada diretamente no caso o disposto no parágrafo único do art. 116 do CTN, já que houve apenas sua citação na argumentação.

A sexta decisão analisada de 2018, foi a de número 2402-006.250, da 4ª Câmara/2ª Turma Ordinária, trazendo um caso de contribuição social previdenciária nos casos de compensação de funcionários cedidos. O processo tem as mesmas partes do acórdão anterior, já que são basicamente referentes a mesma situação fática, porém de diferente viés tributário, já que trata das contribuições sociais. Porém, a preliminar trazida pelo contribuinte (recorrente) foi a mesma quanto a desconsideração da personalidade jurídica, tendo similar decisão por parte dos julgadores.

Ou seja, ficou entendido que o caso seria de desconsideração dos atos ou negócios praticados com abuso de direito, logo, recairia na situação do parágrafo único do Art. 116. No entanto, não ficou claro se foi aplicado o dispositivo, já que foi citado apenas durante a argumentação do acórdão.

Em seguida foi analisado o acórdão de número 2402-006.276 da 4ª Câmara/2ª Turma Ordinária, trazendo novamente um caso de contribuições sociais previdenciárias, não foi centrado na discussão de materialidade ou não daquilo que foi registrado no auto de infração, mas na ausência de competência do Agente fiscal para desconsiderar a formalidade dos negócios jurídicos em foco. Porém, o caso foi considerado como uma situação de desconsideração dos atos ou negócios praticados com abuso, ensejando a aplicação do parágrafo único do art. 116 do CTN.

A Turma opta por aplicar o dispositivo considerado como norma geral antielisiva para desconsiderar as operações abusivas por parte do contribuinte. Esclarecendo que a Administração tem competência para tal ação, não se confundindo com a desconsideração da personalidade jurídica do contribuinte, já que visa desconsiderar apenas os atos realizados no sentido de planejamento tributário, porém, feitos de forma abusiva.

O acórdão analisado em seguida foi o de número 2402-006.275, da 4ª Câmara/2ª Turma Ordinária. Neste, foi tratada situação semelhante ao acórdão anterior e por ser da mesma Câmara e Turma teve decisão semelhante.

A situação fática foi referente a contribuições sociais previdenciárias pagas de maneira adversa ao devido. A contribuinte, que recorreu, trouxe a mesma argumentação apresentada na decisão anterior, quanto a incompetência da Administração para a desconsideração da personalidade jurídica. No entanto, o entendimento do Conselho foi para aplicação do parágrafo único do art. 116 do CTN, já que o caso seria de

desconsideração das operações realizadas com abuso, situação de competência da Administração.

Portanto, houve a aplicação da norma geral antielisiva no acórdão, prevendo a possibilidade de a administração desconsiderar os atos praticados de forma abusiva pelo contribuinte.

Por último, foi analisado o acórdão de número 1302-003.229, da 3ª Câmara/2ª Turma Ordinária, referente ao caso de planejamento tributário para economia de pagamento do IRPJ devido a despesa de amortização de ágio.

Os julgadores optaram por não acatar a argumentação da Fazenda no sentido de aplicação da norma geral antielisiva, já que consideraram o relatório da autuação impreciso devido a confusão de conceitos quanto aos institutos da teoria geral do direito tributário, que trazem o abuso de direito, elisão, elusão, evasão, simulação, dissimulação e planejamento tributário.

Debatendo sobre a questão do abuso de direito, a Turma confronta o instituto com a liberdade de planejamento do contribuinte, já que o Brasil é um Estado democrático de direito que preza pelas liberdades do indivíduo. Portanto, seguindo este pensamento, o Conselho decidiu por não aplicar a norma do parágrafo único do art. 116 do CTN, já que considera uma norma de eficácia limitada por não existir lei ordinária que regule o procedimento previsto para a desconsideração dos atos.

Assim, em mais um ano de decisões, o CARF acaba por deixar a aplicação do parágrafo único do art. 116 do CTN de lado. Por todo o estudo feito nos acórdãos, fica clara a categorização do tema como um problema referente apenas ao poder legislativo, nada se relacionando com as decisões do Conselho.

Decisões do CARF do ano de 2019

O ano de 2019 somou 3 julgamentos relativos ao tema da presente pesquisa. Sendo o primeiro julgado o acórdão de número 1302003.229 proferido pela 3ª Câmara, em sua 2ª Turma Ordinária. Neste tratou-se de uma redução de capital com devolução dos bens de acionistas, o que ocasionou o reconhecimento de uma simulação.

No entanto, a decisão apesar de reconhecer o abuso de direito, e ensejar a aplicação do parágrafo único do art. 116 do CTN, não condena a reconsideração do fato, considerando que não há lei ordinária editada quanto a aplicação da norma, o que impede a autoridade fiscal de desconsiderar os atos lícitos praticados pelo contribuinte sob a alegação de abuso de direito.

Em seguida, o acórdão 2301005.754 da 3ª Câmara, 1ª Turma, neste há a investigação de planejamento tributário em Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF). O Conselho reconhece o direito ao planejamento tributário, desde que realizado em conjunto com a legalidade do ordenamento, o que não ocorreu no caso julgado.

O contribuinte realizou diversos atos de dissimulação com a distribuição de ativos dentro de pessoa jurídica, o que mascarou a sua renda concreta. Dessa forma, os julgadores decidiram por aplicar a multa de ofício, mas não o disposto no art. 116 do CTN.

Por fim, tem-se o acórdão 1201-003.311, da 1ª Seção de Julgamento. 2ª Câmara da 1ª Turma Ordinária, que trata de IRPJ, considerando aproveitamento de pagamentos realizados na apuração de tributos. No entanto, apesar do reconhecimento de casos de simulação, os julgadores adotaram o entendimento que *“na ausência de eficácia da norma antielisiva, o planejamento tributário realizado dentro das condutas permitidas em lei somente poderá ser alvo de desconsideração para fins tributários quando a fiscalização evidenciar o dolo, a fraude ou a simulação por parte do contribuinte”*. Dessa forma, por ter sido aplicada apenas uma multa que foi paga pelo contribuinte, os julgadores decidiram por eximir o contribuinte autuado de qualquer responsabilidade fiscal, considerando um mero equívoco de comunicação.

Novamente, devido a inexistência de regulação ordinária, a norma antielisiva resta inoperante em situações como as de abuso, simulação e até mesmo fraude. O que corrobora com a sua inaplicabilidade por parte do Conselho Fiscal.

Decisão do ano de 2020

A busca de acórdãos do ano de 2020 resultou em apenas um julgado do Conselho, sendo este o de número 1201-003.561, proferido na 1ª Seção de Julgamento da 2ª Câmara da 1ª Turma Ordinária. Neste o contribuinte foi acusado de realização de planejamento

tributário abusivo quanto ao pagamento de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), no entanto, os julgadores decidiram da seguinte forma:

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO ABUSIVO. INOCORRÊNCIA. Na medida que as operações foram calcadas em atos lícitos e diante da inexistência de legislação apta a limitar a capacidade do contribuinte de se auto-organizar e de gerir suas atividades, não há que se falar em planejamento tributário abusivo. Em que pese as normas gerais de controle de planejamentos tributários relacionadas às figuras do abuso de direito, abuso de forma, negócio jurídico indireto e inexistência de propósito negocial não tenham amparo no Direito Tributário Brasileiro, o que por si só já deveria afastar as exigências do IRPJ e da CSLL, restou evidenciado no caso concreto a existência razões negociais, operacionais e regulatórias relevantes. Não se verifica atipicidade da forma jurídica adotada em relação ao fim, ao intenso prático visado, tampouco adoção de forma jurídica anormal, atípica e inadequada.

No caso não houve menção a norma prevista no parágrafo único do art. 116 do CTN, considerando que sequer foi reconhecida qualquer situação de abuso de direito. Dessa forma, optou-se por retirar a autuação do contribuinte, uma vez que não foi comprovada qualquer ação lesiva ao Estado.

O proferido no acórdão apenas corrobora com os ditames proferidos nos anos anteriores, ainda estabelecendo o comportamento do contribuinte como não condenável e a Fazenda deixada em um estado letárgico de inatividade.

Decisões do ano de 2021

O ano de 2021 trouxe 3 decisões referentes ao planejamento tributário abusivo e a possibilidade de aplicação da norma geral antielisiva. O primeiro acórdão foi o número 1001-002.412, 1ª Seção de Julgamento da 1ª Turma Extraordinária, que tratou de situação de exclusão do simples nacional por fracionamento das atividades do contribuinte.

No julgado foi reconhecida a simulação perpetrada pelo contribuinte, o que ensejou sua autuação e a requalificação dos atos ocorridos por parte do Fisco, nos seguintes termos:

O abuso de forma viola o direito e a fiscalização deve rejeitar o planejamento tributário que nela se funda, cabendo a requalificação dos atos e fatos

ocorridos, com base em sua substância, para a aplicação do dispositivo legal pertinente.

A simulação pode configurar-se quando as circunstâncias e evidências indicam a coexistência de empresas com regimes tributários favorecidos, perseguindo a mesma atividade econômica, a utilização dos mesmos empregados e meios de produção, implicando confusão patrimonial e gestão empresarial atípica.

É cabível a exclusão do regime simplificado quando ficar comprovada a utilização de interpostas pessoas na constituição e no funcionamento de pessoa jurídica, de modo a formarem empreendimento único, cuja soma dos faturamentos ultrapassa os limites fixados para enquadramento na modalidade simplificada de tributação do Simples Nacional.

No entanto, apesar da decisão proferida nos termos do reconhecimento de um abuso, o Conselho não adentrou ao mérito do recurso, devido a inexistência de nulidade da decisão administrativa proferida. Dessa forma, foi apenas mantida a decisão a que o contribuinte buscava combater.

Em sequência, o acórdão 9101-005.761 da 1ª Turma foi relativo a um recurso apresentado pela própria Fazenda, buscando o reconhecimento da multa aplicada de ofício, no entanto, o Conselho entendeu pela inexistência de abuso, uma vez que há impossibilidade de aplicação dos institutos do direito civil no âmbito tributário. Ainda, aplicou a falta de condenação de multa ao contribuinte ao fato de que todas as ações foram realizadas sem qualquer ocultação, por meio de simples planejamento tributário.

Por fim, há o acórdão 1402-005.878 da 1ª Seção de Julgamento, 4ª Câmara da 2ª Turma Ordinária, em que se discutiu o planejamento tributário por amortização de ágio, considerando que como a vantagem obtida seria efetivada de qualquer forma e por meios legais, não restou configurado qualquer abuso.

Pouco se falou da norma geral antielisiva nos anos mais recentes, considerando que apenas o instituto do abuso do direito foi discutido, mas ainda este pouco adotado nas situações julgadas.

É neste ponto que se observa como os casos de planejamento tributário são julgados de maneira displicente. Apesar de trazer conceituações pontuais e bem

fundamentadas, as Turmas acabam por não aplicar a norma geral antielisiva, ou desviam do uso dela, isso quando sequer se dão ao trabalho de citá-la.

O contribuinte brasileiro acaba por continuar em uma rede de incertezas quanto a suas ações frente a um planejamento tributário, já que suas ações podem ser consideradas abusivas e correm o risco de sofrer represálias do Fisco, oportunizado chegar ao grau recursal do CARF e não saber o que esperar da decisão. Ou podem, simplesmente, passar pelo pente fino da Administração e serem consideradas legais, já que não há a tão falada norma reguladora.

Ainda não há uma atitude do legislativo para com a regulamentação do dispositivo, e que o CARF continua a proferir decisões dissonantes. Hora não reconhecendo a norma prevista no art. 116 do CTN, hora aceitando a sua aplicação pelo Fisco nos casos de abuso escancarado e na maior parte das vezes deixando-a inaplicada devido ao limbo legislativo em que se encontra.

CONCLUSÃO

Não restam dúvidas quanto à legitimidade do planejamento tributário dentro do ordenamento brasileiro. Ao contribuinte é dada a oportunidade de economizar no pagamento de seus tributos, porém, tudo deve ser realizado dentro do que é considerado lícito pela norma.

Tais situações podem fugir do permitido pela legislação, apresentando certo abuso nos atos praticados. Muitas vezes os contribuintes acabam por incidir no abuso de direito, ou seja, vão além do permitido quando se utilizam de um direito que lhes é dado.

Adentrando na seara do abuso, os contribuintes ficam sob a iminência da incidência da norma geral antielisiva, criada com o intuito de difundir um comportamento menos abusivo por parte do contribuinte, já que é permitido a Administração desconsiderar atos que acreditem ser abusivos e acabem por prejudicar a arrecadação dos tributos de maneira correta.

Sendo assim, há uma norma que prevê a atividade do Fisco contra as ações abusivas ou fraudulentas do contribuinte. No entanto, apesar de ter um objetivo, a norma

geral antielisiva prevista no parágrafo único do art. 116 do CTN tem sua eficácia contida devido à falta de uma lei que a regule.

Como explicitado durante todo o trabalho, a própria norma dificulta a sua aplicabilidade, pois prevê que sua regulamentação será feita por lei, no entanto as tentativas de legislar sobre o tema foram falhas. O que acaba por gerar uma insegurança para o contribuinte que realiza o planejamento tributário, pois suas ações podem ser consideradas abusivas e a norma ser ou não aplicada.

Essa falta de legislação reverbera em todas as direções de aplicação da norma geral antielisiva brasileira. Pois não é só o contribuinte que vive com a incerteza quanto aos atos praticados a título de planejamento tributário, mas a Administração acaba por permanecer em uma zona cinzenta de aplicação ou não da norma do parágrafo único do art. 116 do CTN.

Por possuir institutos do direito civil, principalmente o abuso de direito, fraude a lei, simulação e dissimulação, em seu bojo, a norma geral antielisiva acaba por necessitar de um cuidado regulamentar diferenciado, o que não existe no ordenamento jurídico brasileiro. Apesar de ser uma necessidade clara, o Poder Legislativo quando tratou do tema acabou por não fazer de forma satisfatória e completa.

Essa situação aparece de forma recorrente nas decisões do CARF analisadas no presente trabalho. Muito da não aplicação da norma, ou sequer, a menção ao instituto jurídico da antielisão, é devido à falta de regulamentação das regras para utilização do dispositivo.

O argumento fica ainda mais maciço com a questão de os conceitos trabalhados na norma, principalmente o de abuso de direito, que é o foco da atual pesquisa, são do direito civil, não existindo formas de adaptação para o direito tributário. Logo, os julgadores adotam a argumentação da falta de regulamentação da norma antielisiva para trazer a inaplicabilidade de institutos do direito civil na seara tributária por não haver uma previsão legal que os adapte.

Assim, se chega ao grande cerne da questão analisada durante todos os acórdãos trazidos. Toda a problemática se dá pela falta de trabalho referente a adaptação dos conceitos de direito civil, que estão ligados diretamente a norma antielisiva, para a seara

do direito tributário, sendo a parte do ordenamento que trabalha com as situações de elisão fiscal.

Mediante a análise realizada dos acórdãos, é perceptível quanto a legislação sobre o tema da elisão fiscal necessita de evolução, já que, além de ser um tema abordado globalmente, é uma situação que acontece recorrentemente nos planejamentos tributários brasileiros. Porém, muitas vezes situações de clara elisão abusiva são tidos como algo irrelevante, pela falta da regulamentação específica que embasa a ação da Administração para atuar contra esses atos abusivos por parte dos sujeitos passivos da relação tributária.

Com isso, a Administração continua em um limbo quanto a sua atuação, esperando que o déficit legislativo seja suprido para que possa realizar a desconsideração dos atos praticados de forma abusiva pelo contribuinte e coletar o tributo como deveria ser pago desde o início.

Mediante todas as leituras realizadas e as análises dos acórdãos coletados, é notável como a atuação da Administração nos casos de elisão abusiva é tida como falha ou perde credibilidade por conta deste vácuo legislativo. O Fisco fica de mãos atadas nas suas atuações, pois muitos dos casos que vão até o CARF acabam tendo as atuações desconsideradas devido à falta de embasamento, ou até mesmo a justificativa de que não houve o abuso indicado pela Administração.

As argumentações contra a aplicação da norma geral antielisiva, ou as argumentações no sentido de não reconhecimento do abuso impressionam, pois, os casos abusivos são visíveis, porém os julgadores consideram até mesmo que não houve dolo do contribuinte em ir além de seu direito pois tudo foi feito com publicidade. O que nada confirma, tendo em vista a possibilidade desta publicidade ser utilizada como forma de se beneficiar.

O fato de não existir uma legislação específica é apenas o primeiro dos problemas que a norma antielisão enfrenta dentro do ordenamento. Já que mesmo com uma futura legislação, os conceitos trabalhados dentro da regulamentação terão que ser claros e precisos para basear a atuação mais correta do fisco.

Não sendo do CARF a culpa por julgados abordados de formas tão diferentes, é uma responsabilidade delicada o fato de poder julgar um caso que pode reverberar em um

entendimento de maior amplitude do que o esperado. Ou seja, é entendível essa falta de posicionamento do Conselho, já que o fato de começar a decidir apenas de uma forma causaria uma possível invasão nos poderes.

Portanto, não basta uma legislação que traga uma regulamentação quanto a norma antielisiva, mas uma lei que estabeleça a conceituação dos institutos como abuso de direito, simulação, dissimulação e fraude a lei dentro das situações de elisão fiscal. Tudo para que haja uma atuação cada vez mais precisa do Fisco e uma segurança maior para o contribuinte, que terá parâmetros estabelecidos de forma clara para seu planejamento tributário.

Evitando problemas nas autuações, ações do contribuinte e julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, que deixariam a dúvida de lado para uma verdadeira ação contra atos abusivos que se encaixem na situação de elisão ineficaz.

O tema não se esgota no presente artigo, e toda a sua controvérsia se estende até o atual ano, considerando a continuidade da falta de legislação específica e dos planejamentos elisivos dos contribuintes.

REFERÊNCIAS

- AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. Planejamento tributário. São Paulo: Saraiva, 2009.
- ÁVILA, Alexandre Rossato da Silva. Curso de direito tributário. 3. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2007.
- BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. O planejamento fiscal e a interpretação no direito tributário. Belo horizonte: Mandamentos, 2002.
- BORGES, José Souto Maior. Ciência Feliz, 3a ed., São Paulo: Quartier Latin, 2007.
- COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. Comentários à Constituição de 1988: Sistema Tributário. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
- COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. Evasão e elisão fiscal: o parágrafo único d art. 116, CTN, e o direito comparado. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS (CARF), Acórdão 1302001.977 – 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária, 2016, Relator: Ana de Barros Fernandes Wipprich.

_____. Acórdão: 1302001.980 – 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária, 2016, Relator: ALBERTO PINTO SOUZA JUNIOR.

_____. Acórdão: 2202003.135 – 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária, 2016, Relator: Marcio Henrique Sales Parada.

_____. Acórdão: 2202003.134 – 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária, 2016, Relator: Marcio Henrique Sales Parada.

_____. Acórdão: 1402002.295 – 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária, 2016, Relator: Fernando Brasil de Oliveira Pinto.

_____. Acórdão: 1402002.325 – 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária, 2016, Relator: Demetrius Nichele Macei.

_____. Acórdão: 1402002.520 – 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária, 2017, Relator: Leonardo Luis Pagano Gonçalves.

_____. Acórdão: 1402002.513 – 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária, 2017, Relator: Luiz Augusto de Souza Gonçalves.

_____. Acórdão: 2402006.249 – 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária, 2018, Relator: Jamed Abdul Nasser Feitoza.

_____. Acórdão: 2402006.250 – 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária, 2018, Relator: Jamed Abdul Nasser Feitoza.

_____. Acórdão: 2402006.276 – 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária, 2018, Relator: Jamed Abdul Nasser Feitoza.

_____. Acórdão: 2402006.275 – 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária, 2018, Relator: Jamed Abdul Nasser Feitoza.

_____. Acórdão: 1302003.229 – 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária, 2018, Relator: Paulo Henrique Silva Figueiredo.

_____. Acórdão: 1401002.298 – 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária, 2018, Relator: Luciana Yoshihara Arcangelo Zanin.

_____. Acórdão: 1401002.650 – 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária, 2018, Relator: Letícia Domingues Costa Braga.

_____. Acórdão: 1201002.278 – 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária, 2018, Relator: Eva Maria Los.

_____. Acórdão: 2301005.754 – 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária, 2018, Relator: Antonio Sávio Nastureles.

CONTINENTINO, Marcelo Casseb. O problema das excessivas citações doutrinárias no STF. In Observatório Constitucional. Disponível em: . Acesso em: 23/11/2013.

DUARTE DE MELO, Sharline Campos, Do abuso de direito como fato gerador da responsabilidade civil. São Paulo: Revista de Direito Privado da UEL – Volume 2 – Número 3. Disponível em: <www.uel.br/revistas/direitoprivado> Acessado em: outubro de 2018.

HUCK, Hermes Marcelo. Evasão e Elisão: Rotas Nacionais e Internacionais do Planejamento Tributário. São Paulo: Saraiva, 1997.

DINIZ, Maria Helena, Curso Direito Civil Brasileiro - Teoria Geral do Direito Civil - Vol. 1 - 36ª Ed. 2019. São Paulo.

RIBEIRO, Ricardo Lodi; ROCHA, Sérgio André (coordenação). São Paulo: Quartier Latin, 2008.

ROSENBLATT, Paulo. General Anti-Avoidance Rules for Major Developing Countries. Kluwer Law International: Holanda, 2015.

_____. A possibilidade de aplicação imediata pelos Estados da norma geral antielisiva (Art. 116, parágrafo único do Código Tributário Nacional). Recife: XXXIX Congresso Nacional dos procuradores de Estado.

_____. O abuso de Direito Tributário. Revista Dialética de direito tributário (RDDT), 227, Agosto – 2014: São Paulo, 2014.

_____. Competência Regulamentar no Direito Tributário Brasileiro. São Paulo: MP Editora, 2009.

_____. O problema do (ou a ausência de) método no uso do Direito Tributário Comparado pelo STF. In *Revista Dialética de Direito Tributário*, v. 222, p. 80-92, 2014.

_____. General Anti-Avoidance Rules for Major Developing Countries. 1. ed. Rotterdam: Kluwer Law International, 2015. SCHAUER, Frederick. Authority and Authorities. In: *Virginia Law Review*, vol. 94, 2008. SLAUGHTER, Anne-Marie. A Global Community of Courts. In: *Harvard International Law Review*, vol. 44, n. 1, 2003.

_____. Judicial Globalization. In: *Virginia Journal of International Law*, vol. 40, 2000. 15

_____. The New World Order. In: *Foreign Affairs*, vol. 76, n. 5, 1997.

_____. A typology of transjudicial communication. In: *University of Richmond Law Review*, vol. 29, 1995.

SCHOUERI, Luís Eduardo, “Planejamento tributário e o “propósito Negocial” - Mapeamento de Decisões do Conselho de Contribuintes de 2002 a 2008” in L. E. Schoueri e R. de Freitas (eds). São Paulo: Quartier Latin, 2010.

TORRES, Ricardo Lobo. Normas Gerais Antielisivas. *Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico*, Salvador, Instituto de Direito Público da Bahia, nº 4, nov/dez 2005, jan 2006. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com.br>>. Acesso em: agosto de 2018.

Capítulo 33 - DOI:10.55232/1084002033

**A INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E
EXTENSÃO: O CASO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IFS)**

**Leandro dos Santos, Andreia de Lourdes Ribeiro Pinheiro, Wanderson
Marinho Trindade, Fredson Pereira da Silva**

RESUMO: Os Institutos Federais são Instituições de Educação Superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, equiparando-se às universidades federais para efeitos regulatórios. Assim, este artigo objetiva dialogar sobre a tríade ensino-pesquisa-extensão no Ensino Superior, mas especificamente nos Institutos Federais, tendo em vista ser um novo locus de formação humana multinível (médio, técnico, graduação e pós-graduação). Para isso, fez-se uso de revisão bibliográfica. Os resultados demonstram que enquanto há autores de que defendem o ambiente institucional dos Institutos Federais e Universidades como férteis para o ensino-pesquisa-extensão de forma indissociável, tendo em vista que os profissionais têm a possibilidade de, no mesmo espaço institucional, construir vínculos em diferentes níveis e modalidades de ensino, buscar metodologias que melhor se apliquem a cada ação. Outros defendem que os IFs falham em pesquisa e transferência tecnológica, geralmente por falta de incentivo específico e pela grande demanda para atividades de ensino, agravada por ser simultaneamente em diferentes níveis (básico, superior e profissional), o que exige diferentes formas de comunicação e técnica pedagógica. Desse modo, os IFs poderiam ser classificados como neo-humboldtiano e carecem de projetos coletivos de trabalho que se referencie na avaliação institucional, no planejamento das ações institucionais e na avaliação que leve em conta o interesse da maioria da sociedade, sendo que a tríade ensino-pesquisa-extensão deve ser uma teoria-prática que esteja ancorada num arcabouço de se amplie além de uma questão conceitual ou legislativa, mas fundamentalmente, paradigmática, epistemológica e político-pedagógica. Supondo-se ser os IFs um locus do currículo integrado no ensino médio, não se excluindo o da graduação e pós graduação, a multirreferencialidade, a contextualização e interdisciplinaridade podem tornar-se princípios para norteamento da práxis que envolva pesquisa-ensino-extensão. Assim, devido os IFs oferecem diferentes de ensino (médio, técnico, graduação, pós- graduação), análises mais detalhadas sobre os currículos oferecidos pelos IFs, do Currículo Oficial, dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), dos Planos de Ensino e das práticas tornam-se imprescindíveis para melhor entendimento da complexa totalidade que envolve a tríade ensino-pesquisa-extensão nestas instituições de ensino.

Palavras-chave: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; ensino; pesquisa; extensão.

INTRODUÇÃO

Conforme a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) são Instituições de Educação Superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, equiparando-se às universidades federais para efeitos regulatórios.

Diehl e Terra (2013) afirmam que em 1968 houve a associação ensino-pesquisa, formalizada na Lei da Reforma Universitária, porém essa indissociabilidade não se efetivou como deveria. Ocorre que, segundo Schwartzman (1999), este modelo de organização adotado previa que as Instituições de Ensino Superior (IES) seriam dotadas de um quadro de professores doutores contratados em regime de tempo integral, o que não aconteceu.

Assim, este artigo objetiva dialogar sobre a tríade ensino-pesquisa-extensão no Ensino Superior, mas especificamente nos Institutos Federais, tendo em vista ser um novo locus de formação humana multinível (médio, técnico, graduação e pós-graduação). Para isso, fez-se uso de revisão bibliográfica, que conforme Vosgerau e Romanowski (2014) consiste em organizar, esclarecer e resumir as principais obras existentes, bem como fornecer citações completas abrangendo o espectro de literatura relevante em uma área, o que pode contribuir na reformulação histórica do diálogo acadêmico.

SOBRE OS INSTITUTOS FEDERAIS

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos Federais) foram criados pela Lei 11.892 em 29 de dezembro de 2008 a partir da transformação e/ou integração das antigas Escolas Agrotécnicas Federais, Escolas Técnicas e dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) (BRASIL. Presidência da República, 2008).

Como consta na Lei nº 11.892, em seu art. 6º, os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais.
IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal; (BRASIL, 2008a).

Os objetivos conferidos aos Institutos Federais vão fomentar o desenvolvimento local e regional a partir de inovações tecnológicas, possibilitando a difusão do conhecimento, capacitando os jovens na busca pela sua inclusão na sociedade, com vistas a contribuir com a redução das desigualdades sociais e regionais. (SANTOS, 2018)

Otranto (2010, p.18) explicita que “O Instituto Federal é, hoje, mais que um novo modelo institucional, é a expressão maior da atual política pública de educação profissional brasileira.” Enquanto Oliveira e Cruz (2017, p. 640) destacam:

Sendo assim, os Institutos Federais não são escolas técnicas, tampouco são universidades. Os IFs têm uma institucionalidade diferenciada, dedicada a promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional, além de pesquisa e extensão, em uma mesma unidade educacional, com um mesmo corpo docente. Essas são características da verticalização, que por um lado oferece aos estudantes a possibilidade de traçar um itinerário formativo da educação básica ao nível superior e por outro traz modificações no trabalho dos professores, uma vez que leva o corpo docente a realizar um trabalho simultâneo no ensino, na pesquisa e na extensão, em diferentes níveis e modalidades de ensino.

A proposta de educação profissional e tecnológica em implantação nos Institutos Federais de Educação é uma tentativa de superar o histórico dual da educação brasileira que promoveu uma educação diferenciada para os trabalhadores e para as elites. Para os trabalhadores historicamente oferecia-se educação profissional, com o papel de capacitação, sem dar-lhe uma educação de qualidade, legando-o a uma tarefa marginal, distante do mundo da produção científica e cultural. O modelo em implantação nos Institutos Federais de Educação supera esse modelo dual ao priorizar o ensino técnico integrado ao ensino médio, ao promover a verticalização que possibilita a apreensão dos princípios científicos e a articulação do ensino com o desenvolvimento local e regional, ao promover a capacitação profissional de modo integrado com a educação cultural, política, ética e estética. (ZATTI, 2016)

Otranto (2010, 2012, 2013) e Brandão (2010) questionam qual o projeto dessas instituições que, equiparadas às universidades, devem ofertar nível médio e ensino fundamental na educação de jovens e adultos, cursos técnicos, ensino superior, além da pesquisa, extensão e pós-graduação, com o mesmo quadro de docentes para todos os níveis, impelidos a uma carga horária de até 22 horas/aula, e um quadro técnico administrativo que, embora tenha se expandido, não chegou ao que fora proposto para a expansão. (NASCIMENTO e VELOSO, 2016)

O que se propõe é uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos. Assim derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos Federais. Sua orientação pedagógica deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico, buscando uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios e mais na compreensão do mundo do trabalho e em uma participação qualitativamente superior nele. (PACHECO, Eliezer. 2015)

Os IFs são uma institucionalidade inédita em nossa estrutura educacional, original na medida em que não se inspira em nenhum modelo nacional ou estrangeiro, criada pela Lei 11.892\2008. Tem como objetivos atuar na formação inicial, no ensino médio integrado a formação profissional, na graduação, preferencialmente, tecnológica e na pós-graduação. Entretanto, estas diferentes modalidades têm de dialogar entre si, procurando estabelecer itinerários formativos possibilitando reduzir as barreiras entre níveis e modalidades, que dificultam a continuidade da formação dos educandos especialmente os oriundos das classes trabalhadoras e excluídos. Preconizam a atuação junto aos territórios e populações com vulnerabilidade social objetivando integrá-las à cidadania e aos processos de desenvolvimento com inclusão. (PACHECO, 2020)

Está entre os principais objetivos dos IFs; Trabalhar Ensino, Pesquisa e Extensão articuladamente com a realidade socioeconômica e as necessidades do território onde está inserido (territorialidade). O território é o ponto de partida e de chegada. Ensino libertador, pesquisa produtora de novos conhecimentos tecnológicos passíveis de serem transformados em extensão e extensão que ajude a transformar a vida das pessoas. (PACHECO, 2020). Segundo a Lei 11.892 (BRASIL. Presidência da República, 2008), os Institutos Federais devem desenvolver pesquisa aplicada em articulação com os

diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, implementando, assim, as relações com o governo e as empresas

Nesse contexto, a criação dos Institutos Federais coloca a Educação Profissional em outro patamar no que se refere à atividade de pesquisa. Se antes, essas instituições, enquanto escolas técnicas deveriam ocupar-se exclusivamente do ensino, agora, com a nova institucionalidade, elas devem estar dispostas a promover e incentivar a pesquisa aplicada e a produção de conhecimento, inclusive levando em conta que o processo de formação profissional deve ser permeado pela educação científica. (DAMINELLI, 2018)

Dentre os objetivos para os Institutos Federais é apresentado no artigo 7º, inciso III da Lei Nº 11.892/08, realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade. Nesse sentido, Gil (2010, p.26) aponta duas formas tradicionais de classificar as pesquisas: a pesquisa básica que reúne estudos que têm como propósito preencher uma lacuna no conhecimento e a pesquisa aplicada que abrange estudos elaborados com a finalidade de resolver problemas identificados no âmbito das sociedades em que os pesquisadores vivem. (DAMINELLI, 2018)

Assim, a construção do conhecimento no ensino superior irá depender dos arranjos formados entre essa tríade, sendo que conforme Nascimento e Veloso (2016, p.140) as IES seguem dois modelos:

Neo-napoleônicas: seriam marcadas pelas características de ausência de pesquisa e pós-graduação consolidadas; predominância de docentes em tempo parcial e horistas sem a qualificação para a pesquisa; unidades isoladas; atividades de ensino predominantemente; estrutura acadêmica e administrativa direcionada para a formação de profissionais.

Neo-humboldtiano: teriam pesquisa e pós-graduação consolidadas; majoritariamente docentes em tempo integral e qualificados para pesquisa; unidades integradas em torno de um projeto de ensino, pesquisa e extensão; estrutura voltada para formação de profissionais e formação de pesquisadores em diversas áreas de conhecimento.

A partir disto (SGUISSARDI, 2003, p. 9) afirma que “do ponto de vista quantitativo, sobram dados indicadores de que predominaria, e continua se ampliando, o modelo neo-napoleônico que remonta às escolas profissionais”. Nascimento e Veloso (2016) também corroboram ao dizer que a partir dessa classificação, supõe-se que os Institutos Federais também caminham nessa dualidade, mas predominando o modelo neo-napoleônico, pois teria somente o quadro de docentes qualificado e

majoritariamente de tempo integral como característica neo-humboldtiana, as demais napoleônicas: unidades isoladas; atividades de ensino predominantemente; estrutura acadêmica e administrativa direcionada para a formação de profissionais.

Nesse sentido, os Institutos Federais ao ofertarem graduação, pós-graduação, atividades de pesquisa e extensão, além de educação profissional técnica de nível médio e educação de jovens e adultos precisam constituir-se de uma cultura de formação profissional e de trabalho que possibilite a autonomia necessária na construção e democratização do conhecimento. Como cita Frigotto (2001, p. 82), carecemos de “uma educação formadora de sujeitos autônomos e protagonistas de cidadania ativa e articulada a um projeto de Estado radicalmente democrático”. (SANTOS, 2018)

Os Institutos Federais têm como papel social contribuir com o desenvolvimento educacional e socioeconômico territorial, a partir do conhecimento de um público historicamente colocado à margem das políticas de formação para o trabalho, da pesquisa aplicada destinada à elevação do potencial das atividades produtivas locais e da democratização do conhecimento. Assim, no conjunto das atribuições conferidas aos Institutos Federais, há que se preservar a indissociável relação entre ensino, pesquisa e extensão e oferecimento de itinerários formativos. (PEREIRA, 2015)

A Indissociabilidade Ensino, Pesquisa e Extensão

Indissociabilidade é um termo que pode ser compreendido como “a qualidade de indissociável, ou seja, aquilo que não se pode dissociar, que não é separável em partes” (FERREIRA, 1986, p.938). Sendo que na educação a concretização deste princípio supõe a realização de projetos coletivos de trabalho que se referencie na avaliação institucional, no planejamento das ações institucionais e na avaliação que leve em conta o interesse da maioria da sociedade. (ANDES, 2003)

A determinação da **indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão**, está prevista tanto na Constituição Federal de 1988 quanto na Lei de Diretrizes e Bases – LDB, para as Universidades. Tauchen (2009) considera que este fato não se restringe a uma questão conceitual ou legislativa, mas fundamentalmente, paradigmática, epistemológica e político-pedagógica, pois está relacionada às funções e à razão de ser das universidades, que se constituíram, historicamente, vinculadas às aspirações e aos projetos nacionais de educação. Enquanto Rays (2003, p. 73) a vê como “um processo multifacetado de relações e de correlações que busca a unidade da

teoria e da prática”

Fernandes (2011) descreve as áreas/dimensões dessa tríade:

Ensino – área responsável pelo desenvolvimento da oferta de “educação profissional tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades”, com a promoção da “integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão”;

Extensão – área responsável pelo desenvolvimento de “programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica” e de “atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos”;

Pesquisa – área responsável pelo desenvolvimento integrado com ensino da “educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais”, bem como a realização de “pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade”;

A indissociabilidade aqui discutida indica, portanto, que as práticas acadêmicas da extensão devem consolidar as atividades de ensino e de pesquisa, juntamente com as demandas da sociedade, integrando ainda mais a ciência ao homem (CARDENUTO *et al.*, 2017); não se limitando a uma mera questão conceitual ou legislativa. (TAUCHEN, 2009)

Corroborando o exposto, Gonçalves (2015) dispõe que o princípio não pode ser pensado de forma isolada e, nessa linha interpretativa, Tauchen (2009) destaca que a universidade é um constitutivo orgânico e sistêmico. Assim sendo, é possível compreender as dimensões do PIEPE (indissociabilidade, ensino, pesquisa e extensão) como partes de um mesmo sistema, rompendo com uma lógica disjuntiva/fragmentada, a qual envolve impasses que não se resolvem de forma adequada e satisfatória, afinal, a separação dessas três dimensões rompe com os objetivos e o sentido de ser da universidade (PUHL, 2016).

Ensino Pesquisa e Extensão (EPE) devem ter a indissociabilidade como objeto ou instrumento de construção do conhecimento, caracterizando possibilidades de atuação. Desse modo, tanto o professor em sala de aula, quanto o coordenador de pesquisa ou extensão, aparentemente isolados na sua ação e na sua visão de mundo, não devem perder a perspectiva da indissociabilidade e do pertencimento ao todo, pois são parte do mesmo prisma e não existiriam sem o todo, da mesma forma que o todo necessita deles para se constituir (REIMER e ZAGONEL, 2014).

Portanto, os movimentos de formação da tríade EPE são de mútua influência e contribuição: o ensino situa o estudante na relação com as elaborações e produções científicas existentes (pesquisa), de modo a contribuir para a sociedade (extensão); a pesquisa situa o estudante com o seu desenvolvimento intelectual (ensino) e possibilita a produção de saberes destinado às demandas sociais (extensão); e a extensão situa, na prática social, a confrontação da pesquisa com a aprendizagem anterior (ensino) (PUHL, 2016; CARDENUTO *et al.*, 2017; RAMOS e FERREIRA, 2016).

Mas embora tenha sido prevista no processo de formação das universidades brasileiras; na prática, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão tem se mostrado um movimento de difícil concretização, mesmo com sua inclusão no art. 207 da Constituição Federal (SLEUTJES, 1999). Nas instituições brasileiras de ensino superior, observa-se uma continuidade na forma fragmentada de trabalho entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, sendo que esta última dimensão ocupa um lugar de menor visibilidade na disputa por espaços com as duas primeiras (PRATES *et al.*, 2017; RAMOS e FERREIRA, 2016; SLEUTJES, 1999). Além disso, destaca-se que algumas instituições de ensino superior até desenvolvem todas as atividades do tripé EPE, porém de forma coexistente, e não dissociada (GONÇALVES, 2015).

Além disso, cabe destacar que, embora tal princípio esteja previsto na Constituição Federal, ele não se encontra expresso na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) — Lei nº 9.394/1996 —, nem na Lei nº 11.892/2008 (lei de criação dos Institutos Federais), o que forma semelhante pode ocorrer nos documentos principais de uma instituição.

Soma-se a isto o fato de que documentos tencionam registrar as palavras apenas para assegurar a previsão de manutenção das atividades de ensino, pesquisa e extensão; todavia, muitas vezes elas não são necessariamente articuladas, pois geralmente não há reivindicação do princípio da indissociabilidade. (TAUCHEN, 2009)

Em resposta a demandas por mudanças necessárias acerca da função da Universidade – e do Ensino e da Pesquisa nela desenvolvidos tem-se o princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão que “ remete a algo que não existe sem a presença do outro, ou seja, o todo deixa de ser todo quando se dissocia. Alteram-se, portanto, os fundamentos do ensino, da pesquisa e da extensão, por isso trata-se de um princípio paradigmático e epistemologicamente complexo. (TAUCHEN, 2009, p. 93).

Gonçalves (2015) reitera que o princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão pode ser compreendido como uma resposta a demandas sociais por uma Universidade socialmente responsável, que dialogue mais ativamente com diversos setores da sociedade e que propugne uma formação e produção de conhecimento em diálogo com necessidades sociais.

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão reflete um conceito de qualidade do trabalho acadêmico que favorece a aproximação entre universidade e sociedade, a auto-reflexão crítica, a emancipação teórica e prática dos estudantes e o significado social do trabalho acadêmico. (MAZZILLI; MACIEL, 2010, p. 4).

A indissociabilidade significa a necessária superação de dicotomias, abordadas por Moita e Andrade (2009, p. 269, grifo nosso):

[...] se considerados apenas em relações duais, a articulação entre o *ensino e a extensão* aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade contemporânea, mas carece da pesquisa, responsável pela produção do conhecimento científico. Por sua vez, se associados o *ensino e a pesquisa*, ganha-se terreno em frentes como a tecnologia, por exemplo, mas se incorre no risco de perder a compreensão ético-político-social conferida quando se pensa no destinatário final desse saber científico (a sociedade). Enfim, quando a (com frequência esquecida) articulação entre *extensão e pesquisa* exclui o ensino, perde-se a dimensão formativa que dá sentido à universidade. Embora se reconheça a importância dessas articulações duais, o que aqui se defende é um princípio que, se posto em ação, impede os reducionismos que se verificam na prática universitária: ou se enfatiza a produção do novo saber, ou a intervenção nos processos sociais, ou ainda a transmissão de conhecimentos na formação profissional.

A proposição da indissociabilidade como efetivo princípio formativo envolve duas dimensões mais diretas (mas não únicas), nas Universidades: a prática docente e a flexibilização curricular.

A docência universitária exige a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Faz parte dessa característica integradora a produção do conhecimento bem como sua socialização. A indissociabilidade aponta para a atividade reflexiva e problematizadora do futuro profissional. Articula componentes curriculares e projetos de pesquisa e de intervenção, levando em conta que a realidade social não é objetivo de uma disciplina e isso exige o emprego de uma pluralidade metodológica. A pesquisa e a extensão indissociadas da docência necessitam interrogar o que se encontra fora do ângulo imediato de visão. Não se trata de pensar na extensão como diluição de ações - para uso externo - daquilo que a universidade produz de bom. O conhecimento científico produzido pela universidade não é para mera divulgação, mas é para a melhoria de sua capacidade de decisão. O FORGRAD (2001) considera que o ensino como extensão “[...] aponta para a formação contextualizada às agudas questões da sociedade

contemporânea” (p. 31), e o ensino como pesquisa “[...] aponta para o verdadeiro domínio dos instrumentos nos quais cada profissão se expressa, em seu próprio processo evolutivo” (p.31). (VEIGA, 2006, p. 87-88).

Pesquisa e Extensão não pode ser abordado isoladamente e tem na Universidade seu sentido mais intrínseco, conforme a aceção de Boaventura de Sousa Santos (2005a, p. 64-65), “no século XXI só há universidade quando há formação graduada e pós- graduada, pesquisa e extensão. Sem qualquer destes, há ensino superior, não há universidade”.

Se a Indissociabilidade for contemplada de forma isolada, corre-se o risco de considerá-la como fim em si mesma e não como meio para consolidação de um certo projeto de Universidade, nesse caso, pública, no qual há um determinado sentido de formação e de produção de conhecimento. Além disso, o viés menos difícil de ser estabelecido parece ser aquele que se concretizou administrativamente: a Extensão como uma das funções, um dos elementos do tripé que constitui a missão da Universidade. O problema é que não necessariamente há diálogo estabelecido com os outros dois, ao menos não na forma como o princípio da indissociabilidade pressupõe. (GONÇALVES, 2015)

De acordo com Mazzilli (1995, p. 150 apud SCHENDER, 2011, p. 49), a indissociabilidade poderia:

Gerar um novo movimento no processo de produção e de socialização do conhecimento na educação superior, ao relacionar dialeticamente o ensino (apropriação, pelos estudantes, do conhecimento historicamente produzido pela humanidade), da pesquisa (produção de novos conhecimentos) e a extensão (intervenção nos processos sociais e identificação de problemas da prática que demandam novas pesquisas).

Porque o que está definitivamente em questão é a construção de uma concepção e de uma política de formação na qual a indissociabilidade seja assumida como princípio filosófico, político, pedagógico e metodológico nas instituições de ensino. (GONÇALVES, 2015); e busca a resignificação de toda ação universitária perseguir o princípio vinculado ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento. (DALCIN E AUGUSTI, 2016)

No entanto, o que se observa, em geral, nos currículos é a inclusão de atividades de Extensão como possível atividade complementar ou formativa (mas não obrigatória), inserção de disciplinas sobre Extensão, ou criação de disciplinas diferenciadas, como projetos especiais (ou outros nomes que possam assumir),

relacionados à Extensão. Também é um avanço no sentido de dar visibilidade à Extensão, em algum momento, na formação dos estudantes, porém, não é suficiente, pois ainda assim não contempla o sentido do princípio da indissociabilidade. (GONÇALVES, 2015)

Além disso, deve-se atentar para os cinco princípios da Extensão Universitária, presentes nas diretrizes do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras (FORPROEX), que são também indissociáveis – Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, Impacto na Formação do Estudante e Impacto e Transformação Social – e compartilham desafios que decorrem da história e da conjuntura atual sobre a Universidade pública. (GONÇALVES, 2015)

Augusti (2016, p.44) atenta para o fato de que na práxis de extensão:

é necessário desenvolver o movimento dialético (crítica ao dualismo teoria versus prática), em todos os seus detalhes, evidenciando o estudo em grupos autorreflexivos que gestem o ensino e a pesquisa em um processo de detalhamento, discussão, produção, publicações, declarando na indissociabilidade o compromisso do *curriculum* profissional dos docentes bem como a dimensão política da universidade no sentido da atuação para a mudança social.

Ou seja, a extensão como hábito pedagógico em que a extensão afirma-se como processo de produção de conhecimento vinculado à necessidade de formação de agentes para a transformação social. (DALCIN e AUGUSTI 2016); o que demonstra o papel social dos IFs para com a transformação dos territórios onde se encontram inseridos.

Contudo, a sustentação de sua indissociabilidade parece envolver mais um desses enigmas que não encontram uma saída e nem se resolvem, de forma adequada e satisfatória, quando considerados sob o enfoque de uma lógica disjuntiva. (PUHL, 2016. O autor ainda considera que esta indissociabilidade possibilita novas formas pedagógicas de reprodução, produção e socialização de conhecimentos, efetivando a interdisciplinaridade e que oportuniza também superar a dicotomia entre teoria/prática, sujeito/objeto, empiria/razão, constituindo outro fundamento epistêmico.

Quanto a pesquisa nos Institutos Federais, segundo orientações do Ministério da Educação, deve estar ancorada em dois princípios norteadores: o científico, com o desenvolvimento da ciência; e o educativo, relacionado com a atitude crítica e

questionadora diante da realidade. Essa orientação é evidenciada no trecho a seguir extraído de uma das publicações do MEC sobre os Institutos Federais:

O desafio colocado para os Institutos Federais no campo da pesquisa é, pois, ir além da descoberta científica. Em seu compromisso com a humanidade, a pesquisa, que deve estar presente em todo o trajeto da formação do trabalhador, deve representar a conjugação do saber e de mudar e se construir, na indissociabilidade da pesquisa, ensino e extensão. E mais: os novos conhecimentos produzidos pelas pesquisas deverão estar colocados a favor dos processos locais e regionais numa perspectiva de seu reconhecimento e valorização no plano nacional e global (BRASIL, 2010, p.35); (DAMINELLI, 2018)

Imperatore, Pedde e Imperatore (2015) atentam para o fato de que o reconhecimentoda extensão como função acadêmica integrada ao currículo pauta-se na universalização da extensão e/ou na extensionalização do currículo em consonância ao conceito de Extensão defendido pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras - FORPROEX (2012), quer seja: “processo acadêmico definido e efetivado em função das demandas sociais, políticas, econômicas e culturais da sociedade e da proposta pedagógica dos cursos, coerente com as políticas públicas e, indispensável à formação cidadã”. Também refletem que a extensão deve se reconfigurar em programas e projetos para além de um canal de comunicação e legitimação de saberes hegemônicos ou mera prestação de serviços assistencialista, tornando-se espaço de construção do conhecimento.

Ou seja, “o que se propõe é a efetiva indissociabilidade extensão-pesquisa-ensino, tendo por trajeto um currículo marcado pela deposição da compartimentalização disciplinar, da sala de aula como único ethos de aprendizagem, da promoção da (re) territorialização da universidade”. Távora et. al. (2015, p.12). Mas conforme os autores os IFs falham em pesquisa e transferência tecnológica, geralmente por falta de incentivo específico e pela grande demanda para atividades de ensino, agravada por ser simultaneamente em diferentes níveis (básico, superior e profissional), o que exige diferentes formas de comunicação e técnica pedagógica.

Currículo aqui compreendido como uma construção coletiva de natureza ideológica, plural, histórico e contextualizado, sendo um processo identitário das práticas educativas de uma instituição. Processo de socialização dialógica e dialética, constitui-se, portanto, na interação. Em sendo uma construção sócio-cultural e histórica, o currículo nutre-se da sua irremediável natureza mutável. O currículo possibilita a formação: técnica – construção/apreensão de conteúdos/saberes; ética – âmbito dos valores; política – campo das opções, dos interesses e luta do poder

nas suas diversas manifestações. (MACEDO, 2000).

Como integrante do currículo dos IFs, o ensino-pesquisa-extensão é a tríade, que articulada, pode proporcionar como salienta Santos (1992) intercâmbio com o vivido, o cotidiano, construindo uma relação dialógica com as esferas do conhecimento científico. Ainda segundo a autora, constitui-se um desafio a criação de um currículo que contemple a diversidade do coletivo, que permita que as singularidades possam emergir, potencializando as experiências multirreferenciais dos sujeitos. O que requer não só uma mudança paradigmática das concepções de currículo, como também o uso de dispositivos comunicacionais, interfaces digitais, que permitam uma dinâmica social que rompa com as limitações espaço/temporais dos encontros presenciais.

Uma das perspectivas para o currículo envolvendo a tríade ensino-pesquisa-extensão é a multirreferencialidade, através das articulações de diferentes saberes (aí incluídas as práticas) para responder a determinado problema, dependem de cada contexto ou situação, dos indivíduos ou grupos sociais que a ele se relacionam, da forma como lidam com o problema, sem a pretensão de, aprioristicamente, definir um corpo ou sistema teórico que dirija a forma e os limites com que tal problema seja tratado. (FAGUNDES e BURHAM, 2007)

A intersecção entre ensino-pesquisa-extensão é possibilidade de desfracionar o processo de ensino-aprendizagem nos IFs, uma vez que conforme Moran (2000, p. 18), os processos de construção do conhecimento requerem a compreensão do conhecimento num contexto que “não é fragmentado, mas interdependente, interligado, intersensorial. Conhecer significa compreender todas as dimensões da realidade, captar e expressar essa totalidade de forma cada vez mais ampla e integral”. O processamento das informações não se dá mais de forma única, numa perspectiva lógico-sequencial, mas de maneira construtiva e interativa, seguindo uma lógica coerente que se ramifica em múltiplas trilhas possíveis. O que se percebe, no atual contexto, é a necessidade de um currículo menos fragmentado, menos rígido e com possibilidade de conexões mais abertas, mais flexíveis e provisórias. (GESSER e RANGHETTI, 2011)

Uma dos níveis de ensino ofertado pelos Ifs são os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, que segundo Moura (2007), apresentam-se como excelente opção para os alunos das classes menos favorecidas, dado que

forneem, de forma simultânea e articulada, uma educação de cunho integral e a formação específica para o exercício de uma profissão. (MOTA e ARAÚJO 2021).

Nessa conjuntura, a contextualização, assim como a interdisciplinaridade e a pesquisa como princípio educativo, é um elemento imprescindível para dar corpo e organicidade ao currículo integrado dentro dos Institutos Federais de Educação. Porque segundo Machado (2010, p. 88), “a contextualização exige dar centralidade à relação teoria e prática, integrar áreas de conhecimento e desenvolver as capacidades de observação, experimentação e raciocínio”. Conquanto, esta característica não foi percebida em nenhum plano do núcleo específico. (MOTA e ARAÚJO, 2021)

Como alternativa para o melhoramento da práxis pedagógica nos IFs, a contextualização curricular resultante de um *continuum* de decisões tomadas em diferentes contextos e por distintos atores, ao longo do processo de desenvolvimento do currículo, pode tornar articulado o ensino-pesquisa-extensão através de um processo flexível que pode ser enriquecido se for articulado com as situações do cotidiano (Leite, 2003) e com os interesses, motivações e saberes prévios dos alunos, *ligado* à vida real destes. King, D. *et al*, (2007); Gillespie, (2002); Mazzeo (2003); Baker, Hope & Karandjeff, (2009); Bond, (2004); Predmore, (2005); Smith (2005); Ault, (2008); Gruenewald, (2006); Gruenewald & Smith, (2008); Smith, (2002, 2007); Smith & Williams, (1999); Sobel, (2004); Fernandes e Figueiredo (2012); Leite et.al. (2011).

Porque parte-se do pressuposto de que o currículo implica a deliberação, todos quantos nele participem são considerados atores, isto é, agentes diretos com capacidade para produzir a mudança (CHARLOT, 1994) e não meros implementadores de uma decisão hierarquicamente prescrita. Ao nível da aprendizagem, reafirma Oberg (1991), as mais significativas decisões curriculares são aquelas que os professores tomam, competindo-lhes não só a interpretação dos textos e práticas curriculares, bem como a consideração dos alunos como sujeitos e não como objetos da aprendizagem (GRUNDY, 1987). (PACHECO e PARASKEVA, 1999)

Diehl e Terra (2013) consideram que a tríade mencionada é fundamental para que aconteça a educação de excelência e o processo de formação acadêmica na sua completude, mas que para isso ocorrer é indispensável que as IES mantenham um corpo docente com titulação em programas de pós-graduação *Stricto Sensu* e regime de

trabalho parcial e integral. Sendo que a pesquisa deve ser entendida como elemento norteador do Ensino Superior, pois é por meio dela que teremos elementos para sustentar o ensino. Soma-se a isto o fato de que essa tríade garante um conceito de excelência nas IES e possibilita uma comunicação entre a academia a comunidade, além de proporcionar para ambos os envolvidos uma oportunidade de reflexão acerca da realidade social. Pois conforme os autores o ensino desenvolvido em sala de aula é retroalimentado pela pesquisa e a extensão; a extensão traz as questões da sociedade para serem problematizadas entre a comunidade e a IES e pesquisadas na academia.

Nesse sentido, o Fórum Brasileiro de Pró-Reitores de Graduação (ForGRAD) considera que o ensino como extensão “[...] aponta para a formação contextualizada às agudas questões da sociedade contemporânea[...].” e o ensino como pesquisa “[...] aponta para o verdadeiro domínio dos instrumentos nos quais cada profissão se expressa, em seu próprio processo evolutivo.” Almeida Júnior (2007, p. 178). No entanto, “a indissociabilidade vem sendo teoricamente aceita como indispensável, mas o questionamento ao mandato constitucional e aos fundamentos dessa tradição é quase nulo numa estrutura que é culturalmente voltada ao ensino”. Tauchen (2009, p.66)

E conforme Carvalho (1996, p. 14):

um ensino alheio à pesquisa, tornar-se repetitivo, não evolutivo, pouco demonstrável, rapidamente arcaizado e alheio ao processo de evolução sócio-político-técnica. A pesquisa, distante do ensino e da extensão, torna-se algo individualizado ou exclusivamente voltado ao lucro, ou à evolução tecnológica. Não há necessidade de se explicitar que a extensão perde seus objetivos, numa universidade sem o ensino e a pesquisa.

O ensino, prioridade no ensino superior, tem sido condicionado ao ambiente interno das instituições de ensino superior e tendo como preceito o aprimoramento humano a partir do conhecimento teórico e desvinculado das práticas pedagógicas de extensão, as quais envolvem a sociedade. Cunha (2010) concluiu que a origem do conceito é pouco clara na comunidade acadêmica, sendo compreendida com o aparecimento da ideia da relação do ensino com a pesquisa na ruptura entre a universidade medieval e a universidade moderna. Diehl e Terra (2013) consideram que a pesquisa e a extensão proporcionam momentos capazes de desconstruir dogmas e repensar crenças de forma crítica. E argumentam que é nos encontros dos grupos de pesquisa e extensão que ocorre a troca e o compartilhamento de saberes. O que é corroborado por Valentim (2007) para quem os grupos de pesquisa são entendidos como alicerces da pesquisa científica e tecnológica, no âmbito universitário, porque

são responsáveis pela efetividade da indissociabilidade, entre o ensino, a pesquisa e a extensão, construindo certo equilíbrio entre o teórico e o prático.

A ideia da relação entre ensino, pesquisa e extensão teve origem na crítica ao modelo universitário em que a estrutura era rígida e excludente de reconhecer o conhecimento válido e punindo os afastamentos, que distanciava o conhecimento das bases econômicas e culturais da sociedade. Mas a partir de um certo pragmatismo, em alguns casos, e uma consciência política, em outros, a universidade foi pressionada a se relacionar mais intensamente com o mundo concreto e com os anseios da população e do Estado. (CUNHA, 2010, p.4). Para a autora, essa tríade:

Exige que a universidade, em especial a de natureza pública, tenha responsabilidades com o desenvolvimento social equilibrado, produzindo saberes com e para a melhoria de vida de toda a população. A inserção da extensão como função acadêmica acena com uma nova epistemologia que estaria valorizando os contextos de práticas como ponto de partida do conhecimento científico. Derruba a tese da neutralidade da ciência e assume a relação entre os saberes de origens diversas como legítimos e necessários. Reconhece a dimensão política e cultural do conhecimento e de suas formas de produção.

A autora ainda traz que alguns estudiosos consideram que a criação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) revelou o amadurecimento de iniciativas até então pontuais, de compromisso com a instalação de uma base de pesquisa nas Instituições de Ensino Superior; e do lado estatal, mencionaram a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) como outra iniciativa de fundamental importância. No entanto, salienta que é comum alguns estudantes de graduação “vocacionados” integrarem projetos de pesquisa na condição de Bolsistas de Iniciação Científica, mas que isso atinge um número muito restrito de alunos, ficando a maioria distante de tal experiência. Assim, a extensão continua até então ocupando um espaço marginal, com frágil regulação e menor financiamento, e costuma ser identificada com a prestação de serviços, muitos dos quais realizados com o sentido da captação de recursos, alterando substancialmente sua missão original.

Quanto a concepção de educação profissional e tecnológica que deve orientar as ações de ensino, pesquisa e extensão nos Institutos Federais, de acordo com Pacheco (2010, p.15) “baseia-se na integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual”. Isso se deve ao fato de que “esses profissionais têm a possibilidade de, no

mesmo espaço institucional, construir vínculos em diferentes níveis e modalidades de ensino, buscar metodologias que melhor se apliquem a cada ação, estabelecendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. (p.22) O fazer pedagógico desses Institutos busca:

trabalhar na superação da separação ciência/tecnologia e teoria/prática, na pesquisa como princípio educativo e científico, nas ações de extensão como formade diálogo permanente com a sociedade revela sua decisão de romper com um formato consagrado, por séculos, de lidar com o conhecimento de forma fragmentada. Pacheco (2010, p.23)

O rompimento com a epistemologia da ciência fragmentada requer a inclusão dessa tríade, sem contar que a eficiência produtiva de instituições de ensino superior de acordo com Costa et. al. (2015) apesar de incluir também algumas variáveis financeiras, requer a eficiência técnica, com insumos e produtos ligados ao ensino e à pesquisa e, por vezes, também à extensão universitária. Pivetta et. al. (2010, p.378) salientam que a através de um processo interativo a pesquisa aprimora e produz novos conhecimentos, os quais são difundidos por meio do ensino e da extensão, fazendo com que esses três pilares balizadores da formação universitária tornem-se complementares e interdependentes, atuando de forma sistêmica.

A interlocução entre ensino-pesquisa-extensão pode possibilitar a desfragmentação do conhecimento nos Institutos Federais, ao possibilitar a interdisciplinaridade; sendo a fragmentação aqui entendida como aprisionamento institucional do saber e ao obscurantismo da ciência moderna, e por Japiassu (1974) como "anarquia intelectual canceriforme" e por Castoriadis (1987) como "fabricação do atraso mental e da servidão provocada pelo formalismo"; porque os problemas do conhecimento não podem ser resolvidos independentemente das profundas transformações da organização social e da orientação histórica. Pois o materialismo mecanicista, analisa Japiassu, é que instaura o divórcio entre o conhecimento da natureza e do mundo social. (MINAYO, 1994)

Logo, a produção do conhecimento no ensino superior está intimamente associada a processos teórico-práticos que estão além do ensino, pois conforme Severino (2009, p.261):

Na Universidade, ensino, pesquisa e extensão efetivamente se articulam, mas a partir da pesquisa, ou seja, só se aprende, só se ensina, pesquisando, construindo conhecimento; só se presta serviços à comunidade, se tais serviços nascerem e se nutrirem da pesquisa. Impõe-se partir de uma equação de acordo com a qual educar (ensinar e

aprender) significa conhecer; e conhecer, por sua vez, significa construir o objeto; mas construir o objeto significa pesquisar.

Uma aprendizagem significativa precisa interligar os saberes a serem produzidos no ensino superior, pois como afirma Magalhães (2004, p. 7-8) “a universidade brasileira é originária da Ditadura, concebida segundo os moldes da universidade norte-americana, organizada, por sua vez, a partir de uma concepção de educação fragmentária, fragmentada e fragmentadora”. A autora ainda avalia a maior dificuldade a se considerar é que “a interação do tripé exige uma postura diferente do professor dentro da universidade, passando de uma atitude simplesmente instrucionista, informativa, para a de mediador do processo de construção do conhecimento”. (p.170) E ainda considera que a ausência de um dos quesitos (ensino-pesquisa-extensão) na prática do professor inviabiliza a inter-relação entre os três eixos universitários, porque lhe falta a competência para a construção do conhecimento.

Outro fator importante é reforçado por César (2013) ao observar que na prática a qualificação e a instrução elevada do docente fazem-no se afastar do ensino e extensão na graduação e se dedicar à pesquisa na pós-graduação, pelo status que tem dentro da universidade e na comunidade. Assim, num ambiente educacional onde o corpo docente é altamente qualificado, há uma tendência a privilegiar a pesquisa em detrimento ao ensino e extensão, no entanto, é “a partir da extensão que o pedagógico ganha sua dimensão política, porque a formação do universitário pressupõe também uma inserção no social”. (SEVERINO, 2009)

Porém, Tauchen (2009, p.77) reflete que “a extensão continua permeada por uma ideologia assistencialista, considerada de menor valia e desvinculada das atividades de ensino e de pesquisa, pois é reconhecida apenas como uma possibilidade de complemento às atividades da graduação”. E, conforme destaca Botomé (1996), inúmeros conceitos decorrem de suas atividades, carregando a ideia de aproximação da universidade com a comunidade, contemplando um dos princípios que perpassam todo o sistema educacional brasileiro: o exercício da cidadania. Ao refletir sobre a extensão na universidade pública Tauchen (2009) compreende que a extensão é vista como uma complementação daquilo que não é realizado no ensino e pesquisa, como forma de prestação de serviços à comunidade ou como filantropia, como divulgação dos produtos científicos, o que talvez torne a universidade menos intervencionista dos problemas sociais, diminuindo seu papel de fortalecimento da cidadania.

Magalhães (2007) atenta para o fato de que o professor pesquisador ao socializar o produto de suas pesquisas, por exemplo, através de palestra, curso ou assessoria, acaba por realizar extensão, mesmo que não tenha nenhum projeto de extensão registrado na Pró-reitoria de Extensão. No entanto, a autora defende a criação de estruturas intermediárias gerenciadoras de projetos integrados dentro da universidade, o que poderia contribuir para uma “melhor sistematização e organização dessas ações por parte do docente, que conta, hoje, com interlocutores diferenciados dentro da própria universidade, o que contribui para que ele trabalhe também de forma fragmentada”. (p.171-172)

A indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão “possibilita novas formas pedagógicas de reprodução, produção e socialização de conhecimentos, efetivando a interdisciplinaridade. Ela oportuniza também superar a dicotomia entre teoria/prática, sujeito/objeto, empiria/razão, constituindo outro fundamento epistêmico”. Puhl e Dresch (2016, p.38) Assim, esta tríade está relacionada à concretização de um “padrão de qualidade de oferta da educação superior, assim como a limitação de fortes constrangimentos estatais, mercadológicos ou de outra natureza que consubstanciem dependência nos processos de ensino, de produção e de difusão do conhecimento” (CATANI; OLIVEIRA, 2007, p. 79).

Relações dissociáveis (dipé) e as dimensões educacionais:

Relações dipé	Ponto positivo	Ponto negativo
Entre o ensino e a extensão	Direciona para uma formação preocupada com os problemas da sociedade em que se vive.	Esquece da disseminação da produção do conhecimento científico produzido por esta
		dualidade.
Entre o ensino e a pesquisa e	Reforça o conhecimento científico empírico e tecnológico.	Desconsidera as reais necessidades sociais, éticas e políticas

Entre a - pesquisa e a extensão	Minimiza o ensino, o que acarreta a perda do sentido da universidade, isto é, a dimensão formativa.
---------------------------------------	--

Fonte: Adaptado de (MOITA; ANDRADE, 2009).

Logo, deve-se buscar uma articulação entre a tríade no ensino superior de tal forma que haja a produção e disseminação do conhecimento na sociedade, considerando as necessidades sócio-políticas da mesma, isto inclui uma formação humana em que graduação e pós-graduação estejam consolidadas, permitindo um currículo articulado didático e cientificamente visando a melhoria do ensino na graduação, bem como o acesso dos estudantes à pós-graduação, que possivelmente atuarão no ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é um espaço de cidadania, que não é adquirida apenas na teoria, mas na prática cotidiana. Magalhães (2004, 2007). Isto requer dos indivíduos a aquisição de competências específicas, as quais podem ser desenvolvidas na Pesquisa e sobretudo na Extensão. Por isso, frente a escassez de metodologias que permitam ensinar interdisciplinarmente, torna-se importante o uso de outras que sejam eficientes. Para que ocorra a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão deve haver a democratização das atividades de Pesquisa e Extensão, através da criação e aumento de bolsas de iniciação científica e de programas de voluntariado, bem como investimentos financeiros institucionais e na formação de capital humano, pois a realização de pesquisas requer um alto custo e necessita de um grande número de doutores em regime de trabalho de tempo integral.

Enquanto há autores de que defendem o ambiente institucional dos Institutos Federais e Universidades como férteis para o ensino-pesquisa-extensão de forma indissociável, tendo em vista que os profissionais têm a possibilidade de, no mesmo espaço institucional, construir vínculos em diferentes níveis e modalidades de ensino, buscar metodologias que melhor se apliquem a cada ação. Outros defendem que os IFs falham em pesquisa e transferência tecnológica, geralmente por falta de incentivo

específico e pela grande demanda para atividades de ensino, agravada por ser simultaneamente em diferentes níveis (básico, superior e profissional), o que exige diferentes formas de comunicação e técnica pedagógica.

Desse modo, os IFs poderiam ser classificados como neo-humboldtiano e carecem de projetos coletivos de trabalho que se referencie na avaliação institucional, no planejamento das ações institucionais e na avaliação que leve em conta o interesse da maioria da sociedade, sendo que a tríade ensino-pesquisa-extensão deve ser uma teoria-prática que esteja ancorada num arcabouço de se amplie além de uma questão conceitual ou legislativa, mas fundamentalmente, paradigmática, epistemológica e político-pedagógica.

Supondo-se ser os IFs um lócus do currículo integrado no ensino médio, não se excluindo o da graduação e pós graduação, a multirreferencialidade, a contextualização e interdisciplinaridade podem tornar-se princípios para nortear a prática que envolva pesquisa-ensino-extensão, tendo em vista que a construção do conhecimento dá-se numa dialética em que o conteúdo é passado pelo ensino, de forma pronta e definido, mas passível de modificações, sendo que cada um vai apreendê-lo de modo semelhante mas não idêntico, de acordo com o significado dado ao objeto do conhecimento.

O *ensino* entendido como processo de transmissão e apropriação do saber historicamente sistematizado, a *pesquisa* como processo de construção do saber, a *intervenção sobre a realidade através de* processos de objetivação ou materialização desses conhecimentos, retornam numa dinâmica de retroalimentação do ensino e da pesquisa. Sendo que o ensino coloca o aluno em relação com o produto da ciência, a pesquisa o coloca em relação com o seu desenvolvimento, instrumentalizando-o para produzir conhecimentos a partir de sua futura atuação profissional.

Assim, devido os IFs oferecem diferentes de ensino (médio, técnico, graduação, pós- graduação), análises mais detalhadas sobre os currículos oferecidos pelos IFs, do Currículo Oficial, dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), dos Planos de Ensino e das práticas tornam-se imprescindíveis para melhor entendimento da complexa totalidade que envolve a tríade ensino-pesquisa-extensão nestas instituições de ensino.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Fernando Frederico. Os atuais objetivos do ensino de direito no Brasil. In. In. CERQUEIRA, Daniel Torres de; CARLINI, Angélica; ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo (Orgs.). **180 anos do ensino jurídico no Brasil**. Campinas, SP: Millennium Editora, 2007, p. 178.

ANDES - Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior. **Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira**. n° 2, 3ª ed. atual. e rev. Brasília/DF, 2003.

BARROS, Maria Isailma Pereira. **Processos de gestão em transformação: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como “arena política”**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, CE. Programa de Pós-graduação em Educação, 2015.

BOTOMÉ, Sílvio Paulo. **Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária**. Petrópolis: Vozes, 1996.

BRANDÃO, Marisa. O governo Lula e a chamada educação profissional tecnológica. **Revista de Educação Técnica e Tecnológica**, v. 1., n. 1., p. 61-87, jan./jun. 2010.

BRASIL. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: Um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica. Concepção e diretrizes**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (2010). Brasília: MEC, SETEC, 2010. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?gid=6691&option=com_docman&task=doc_download.

Acesso em: março de 2022

BRASIL. Presidência da República. **Lei no. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 30 dez. 2008.

CARDENUTO, Raquel Matys et al. As atividades de extensão como compromisso social: um estudo de caso no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e na Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 10, n. 4, p. 134-156, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2017v10n4p134>. Acesso em: 25 ago. 2022

CARVALHO, Eduardo Búrigo. **Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades catarinenses**. Salamanca: KADMOS, 1996.

CASTORIADES, C. **As encruzilhadas do labirinto**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

CATANI, Afrânio; OLIVEIRA, João. A educação superior. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa (orgs.). **Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB**. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2007.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. **Metodologia científica**. 6ª edição. São Paulo: Pearson, 2007.

CÉSAR, Sandro Bimbato. **A indissociabilidade ensino, pesquisa, extensão e a gestão do conhecimento: Estudo em universidade brasileira**. Projeto de pesquisa apresentado ao Curso de Mestrado em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento da Universidade FUMEC como parte dos requisitos para obtenção de título de Mestre. Belo Horizonte – MG.2013.

CHARLOT, B. (1994). (Org.). **L'école et le territoire, nouveaux espaces, nouveaux enjeux**. Paris: Armand Colin.

CONCIANI, W.; FIGUEIREDO, L. C. A produção de ciência e tecnologia nos Institutos

Federais, 100 anos de aprendizagem. In: **Revista Brasileira da Educação Profissional e**

Tecnológica. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica v. 2, n. 2, (nov. 2009). Brasília: MEC, SETEC, 2009

COSTA, Edward Martins; RAMOS, Francisco de Sousa; SOUZA, Hermino Ramos de; SAMPAIO, Luciano Menezes Bezerra. Dinâmica da eficiência produtiva das instituições federais de ensino superior. **Planejamento e políticas públicas** | ppp | n. 44 | jan./jun. 2015

COSTA, J. F. A. Articulação entre pesquisa, ensino e extensão: Um desafio que permanece. **Rev. Ciênc. Ext.** v.14, n.2, p.9-19, 2018

CUNHA, Maria Isabel da. Indicadores de qualidade e a relação do ensino com a pesquisa e a extensão na universidade brasileira. In: **X Colóquio Internacional sobre Gestão Universitaria em América del Sur**. Argentina, dezembro de 2010.

DALCIN, Larissa; AUGUSTI, Rudinei Barichello. O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como paradigma de uma universidade socialmente referenciada. **Revista ELO - Diálogos em Extensão**. Volume 05, número 03 - dezembro de 2016

DAMINELLI, Elisa. **A pesquisa e a produção de conhecimento nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia no RS: um estudo sobre a iniciação científica com estudantes do ensino médio técnico**. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para a obtenção do título de Doutora em Educação. Porto Alegre 2018

DIEHL, Bianca Tams; TERRA, Elisa Lübeck. A indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão: do legal ao real. **Rev. Humanidades**, Fortaleza, v. 28, n. 2, p. 166-185, jul./dez.2013.

FAGUNDES, N. Carapiá; BURNHAM, T. Fróes. Transdisciplinaridade, Multirreferencialidade e Currículo. **Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade**, [S. l.], v. 6, n. 5, 2007.

FERNANDES, Preciosa; FIGUEIREDO, Carla. Contextualização curricular – subsídios para novas significações. **Interacções** no. 22, PP. 163-177 (2012)

FERNANDES, Francisco das Chagas de Mariz. As dimensões estratégicas organizacionais dos institutos federais. **HOLOS**, Ano 27, vol 1. 2011.

FERREIRA, Aurélio B de H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

FORGRAD. **Resgatando espaços e construindo ideias: ForGRAD 1997 a 2004**. 3. ed. Uberlândia, MG: EDUFU, 2004. Disponível em: https://www.unesc.net/portal/resources/files/428/diretorias_1997_a_2003.pdf. Acesso em: março 2022

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária** (2012). Disponível em <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: Março de 2022.

FRANTZ, W.; SILVA, E. W. **As funções sociais da universidade: o papel da extensão e a questão das comunitárias**. Ijuí: UNIJUI, 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.) (2001). **Educação e trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. Perspectiva Revista do Centro de Ciências da Educação-UFSC**. Florianópolis: UFSC, v.1, janeiro/junho.

GERALDO, Romário. **A extensão nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia de minas gerais**. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação. Belo Horizonte, Julho/2015

GESSER, Veronica; Spezia RANGHETTI, Diva. O currículo no ensino superior: princípios epistemológicos para um design contemporâneo. **Revista e-Curriculum**, vol. 7, núm. 2, agosto, 2011, pp. 1-23

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229 - 1256, set./dez. 2015

GRUNDY, S. (1987) **Curriculum: Product or Praxis**. Falmer, Filadélfia.

IANNI, O. A visão mercadológica do governo e o distanciamento da sociedade. In: **Universidade e Sociedade**, ano 7, n. 12, p. 30-35, fev. 1997.

IMPERATORE, Simone Loureiro Brum; PEDDE, Valdir; IMPERATORE, Jorge Luis Ribeiro. Curricularizar a extensão ou extensionalizar o currículo? Aportes teóricos e práticas de integração curricular da extensão ante a estratégia 12.7 do PNE. **XV Colóquio Internacional de Gestão Universitária – CIGU. Desafios da Gestão Universitária no Século XXI**. Mar del Plata – Argentina. 2, 3 e 4 de dezembro de 2015.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2016**. Brasília: Inep, 2017a. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacaosuperior>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e Patologia do Saber**, Rio de Janeiro, Imago. p. 4174
7584, 1976.

JEZINE, E. Estado, sociedade e extensão universitária: desafios no contexto da globalização. In: **Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 3., 2006**, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UFSC, 2006b. 1.CD-ROM

KING, D. et al (2007). Making connections: Learning and teaching chemistry in context.

Research in Science Education, 38(3), 365-384. doi: 10.1007/s11165-007-9070-9

LEITE, Carlinda;, Preciosa FERNANDES; Ana MOURAZ; José Carlos MORGADO; Maria Manuela ESTEVES; Maria Ângela RODRIGUES; Nilza CoSTA; Carla FIGUEIREDO. Contextualizar o saber para a melhoria dos resultados dos alunos. **XI Congresso SPCE – Guarda**: 30 de Junho e 1 e 2 de Julho de 2011.

LEITE, C. (2003). **Para uma escola Curricularmente inteligente**. Porto: Edições Asa.

MACEDO, P. C. S.. Educação profissional e desenvolvimento territorial: a expansão dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. **Revista brasileira de educação profissional e tecnológica**. V.2 Nº13 (2017)

MACEDO, Roberto Sidnei. A raiz e a flor. A gestão dos saberes para o desenvolvimento humana: inflexões multirreferenciais em currículo. **NOESIS: Revista do Núcleo de Currículo, Comunicação e Cultura**, Salvador, v. 1, n. 1. p.29-47, 2000.

MACHADO, A. M.; AZEVEDO, L. A. A atividade de extensão universitária, o Jardim São

Remo e uma Instituição Educacional – desafios na criação de um campo comum de trabalho. **Revista Cultura e Extensão USP**, São Paulo,v. 13, p. 85-95, maio, 2015.Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9060.v13i0p85-95>. Acesso em: 31 mar. 2022.

MACHADO, Lucília.Ensino médio e técnico com currículos integrados: propostas de ação didática para uma relação não fantasiosa. In: MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed,2010.p. 80-95.

MACIEL, Alderlândia da Silva. **O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: um balanço do período 1988-2008**. Tese de Doutorado em Educação. UNIMEP, Piracicaba, SP, 2010.

MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra: Indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão: tensões e desafios. In: **ETD - Educação Temática Digital** 8 (2007), 2, pp. 168-175.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**, v. 17, p. 04-06, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010286502002000900001&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em 02 março 2022.

MAZZILLI, Sueli; MACIEL, Alderlândia S. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: caminhos de um princípio constitucional. In: **REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 33., 2010**. Caxambú. Anais... Caxambú, MG: Anped, 2010. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/Indissociabilidade.pdf>>. Acesso em: março de 2022

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Interdisciplinaridade: funcionalidade ou utopia?** Saude soc. 3 (2) • Dez 1994

MOITA, Filomena M. G. S. C.; ANDRADE, Fernando C. B. Ensino-Pesquisa-Extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, p. 269-280, maio/ago. 2009.

MORAN, J. M. Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas. In: MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 6. ed. Campinas: SP, Papirus, 2000, p. 11-66.

MOTA, Karla Rodrigues; ARAÚJO, Cláudia Helena dos Santos. Totalidade ou fragmentação? A apresentação da realidade no currículo integrado do instituto federal de goiás. **E-curriculum**. v. 19 n. 2 (2021)

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas e integração. **Holos**, Ano 23, Vol. 2, 2007, p. 4-30, 2007.

NASCIMENTO, Alexandre R. O.; VELOSO, Tereza Christina M. A. Institutos federais: uma alternativa a universidade de pesquisa. **Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v.5, n.14, p.134-147, jan./abr. 2016.

OBERG, A. (1991). Curriculum decisions. In Arie Lewy (ed). **The international encyclopedia of curriculum**. Tel Aviv: Pergamon Press, pp. 302-303.

OLIVEN, Arabela Campos. **Histórico da educação superior no Brasil**. A educação superior no Brasil, p. 31-42, 2002. Disponível em: http://naipedigital.com/fid/images/docencia/moduloIII/Apostila_1_Alunos.pdf. Acesso em: 02 mar. 2022.

OTRANTO, Celia R (2010). Criação e implantação dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia – IFETS. **Revista RETTA**. Rio de Janeiro, Ano 1, n. 1, (pp. 89-110), jan/jul.

_____. A pedagogia do êxito: projetos de resultado. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. **A política de educação profissional do governo Lula: novos caminhos da educação superior**. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/GT11-315%20int.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2015.

_____. Reforma da Educação Profissional no Brasil: marcos regulatórios e desafios. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 42, n. 28, p. 199-226, jan./jun. 2012.
_____. A reforma da educação profissional e seus reflexos na educação superior. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 22, n. 2, p. 122-135, jul.-dez. 2013.

PACHECO, E. Moreira. **Fundamentos Político-Pedagógico dos Institutos Federais**, IFRN, 2015

_____. **Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Natal: IFRN, 2010.

_____. Desvendando os institutos federais: identidade e objetivos. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, n° 1, 2020

PACHECO, José A.; PARASKEVA, João M. As tomadas de decisão na contextualização curricular. **Cad. Educ. FaE/UFPEL**, Pelotas (13): 7 - 18, ago./dez. 1999

PERUCCHI, Valmira; Pinheiro Machado MUELLER, Suzana. Características das atividades de pesquisa dos professores dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, vol. 20, núm. 44, septiembre-diciembre, 2015, pp. 73-88

PIVETTA, Hedioneia Maria Foletto; BACKES, Dirce Stein; CARPES, Adriana; BATTISTEL, Amara Lúcia Holanda Tavares; MARCHIORI, Mara. Ensino, pesquisa e extensão universitária: em busca de uma integração efetiva. **Linhas Críticas**, vol. 16, núm. 31, julio-diciembre, 2010, pp. 377-390. Universidade de Brasília. Brasília, Brasil

POZZI, D. H. B. Revista de Cultura e Extensão Universitária: forma e abrangência. **Revista Cultura e Extensão USP**, São Paulo, v.10, p.21-24, nov. 2013. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9060.v10i0p21-24>. Acesso em: 31 mar. 2022.

PRATES, Eli Andrade Rocha et al. Ensino, pesquisa e extensão: indissociáveis? Buenos Aires: **Lecturas: Educación Física y Deportes, Revista Digital**, Año 22, nº 230, 2017. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd230/ensino-pesquisae-extensao-indissociaveis.htm>. Acesso em: 02 mar. 2022.

PUHL, Mário José. O conhecimento e o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 69, p. 222-232, set2016

PUHL, Mário José; DRESCH, Óberson Isac. O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e o conhecimento. **Revista Di@Logus** ISSN 2316-4034 – Volume 5 nº1, 2016.

RAMOS, Luiza Olivia Lacerda; FERREIRA, Rosilda Arruda. A educação superior brasileira em novas configurações. UFPR: **Interritórios**, v.2, n.3, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/interritorios/article/download/237377/29637>. Acesso em: 07 mar. 2022

RAYS, Oswaldo Alonso. Ensino-Pesquisa-Extensão: notas para pensar a indissociabilidade. **Revista Cadernos de Educação Especial**, n. 21, 2003, p. 71-85.

REIMER, Marilene; ZAGONEL, Rosa M. A indissociabilidade consciente: uma reflexão sobre o cotidiano da docência. **Extensão em Foco**, Curitiba: Editora da UFPR, nr.9, jan/jun 2014, p.50-60. ISSN 2358-7180. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/extensao/article/view/38916>. Acesso em: 02 mar. 2022.

SANTOS, Boaventura de S. **A Universidade no Século XXI**. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2011

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005a. (Coleção questões da nossa época, v. 120).

SANTOS, Edméa Oliveira dos. Idéias sobre currículo, caminhos e descaminhos de um labirinto. **Revista da FAEBA** / Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação I – v. 1, n. 1 (jan./jun., 1992)

SANTOS, F. A. A. Institutos federais: expansão, desafios e diretrizes educacionais. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**. Mossoró, v. 4, n. 12, 2018.

SCHENDER, Klim W. **Formação para o trabalho docente: a extensão universitária na área da educação**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Santos, Santos, SP, 2011.

SCHWARTZMAN, Simon. **O Ensino Superior no Brasil – 1998**. Centro de Pesquisas Sociais, Rio de Janeiro. 09 de Agosto de 1999. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/censo98.pdf> Acesso em: Fevereiro de 2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. “Ensino e pesquisa na docência universitária: caminhos para a integração”. In: PIMENTA, Selma G. ALMEIDA, Maria Isabel. **Pedagogia Universitária**. São Paulo. EDUSP, 2009, pp.129-146.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Expansão do ensino superior: contextos, desafios, possibilidades. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 2, p. 253-266, jul. 2009.

SEVERINO, Antonio J. Educação e universidade: conhecimento e construção da cidadania. **Interface**, Botucatu, SP, v. 6, n. 10, p. 117-24, fev. 2002.

SGUISSARDI, Valdemar. A universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva. **Poços de Caldas: Anped, 2003**. Disponível em: <<http://26reuniao.anped.org.br/trabalhos/valdemarsguissardi.rtf>>. Acesso em: março de 2022

SILVA, C. J. R. (Org.). **Institutos Federais Lei 11.892, de 29/11/2008: comentários e reflexões**. Natal, RN: IFRN, 2009.

SLEUTJES, Maria Helena Silva Costa. Refletindo sobre os três pilares de sustentação das universidades: ensino-pesquisa-extensão. **Revista de Administração Pública**, v. 33, n. 3, p. 99-101, 1999. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7639>. Acesso em: 18 abr. 2022.

SOUSA, N.H.B. (et al.) Extensão universitária, direitos humanos e educação em direitos humanos na universidade de Brasília de 2008 a 2012. In: **Anais... 8. Encontro Nacional da ANDHEP Políticas Públicas para a Segurança Pública e Direitos Humanos**, Faculdade de Direito, USP, São Paulo, 2014.

TAUCHEN, Gionara. **O princípio da indissociabilidade universitária: um olhar transdisciplinar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão**. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2009.

TÁVORA, Luciana; DIAS, Adriano; MELO, Lúcia; KELNER, Sérgio. Institutos federais de educação, ciência e tecnologia e o apoio à inovação tecnológica: análises e recomendações. **XVI Congresso Latino-americano de Gestão de Tecnologias. ALTEC**. Porto Alegre RS, 2015.

VALENTIM, Marta. Instrumentos integradores do ensino, pesquisa e extensão: o caso dos grupos de pesquisa. **Revista Faro**. Nº 5 – Monográfico. 2007.

VEIGA, Ilma P. Docência Universitária na Educação Superior. In: RISTOFF, Dilvo; SEVEGNANI, Palmira (Org.). **Docência na Educação Superior**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. p. 87-98. V. 1.

VIEIRA, Carina S. **Extensão Universitária: concepções presentes na formalização, propostas e práticas desenvolvidas na Universidade Federal do Paraná (1968-1987)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

VOSGERAU, Dilmeire Sant’Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014.

ZATTI, Vicente. Institutos federais de educação: um novo paradigma em educação profissional e tecnológica? RIAEE – **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 11, n. 3, p.1461-1480, 2016.

ZENAIDE, M. N. A extensão e os desafios da educação em direitos humanos. In: SILVA, Aída M. (org.). **Educação superior: espaço de formação em direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2013.

Capítulo 34 - DOI:10.55232/1084002034

**MOTIVAÇÃO DO COLABORADOR NAS
ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS: UM ESTUDO
BIBLIOGRÁFICO**

Edslaine Rafaela Arara Telles, Maria José da Silva Feitosa

RESUMO: O presente estudo visa compreender os fatores que norteiam o comportamento dos colaboradores do setor de pessoal de um órgão do poder executivo municipal, a partir do modelo de dois fatores de Herzberg. Para conduzir tal estudo, lançou-se mão de uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa, conduzida por revisão bibliográfica, bem como observação não participante. Os achados apontam que os fatores que mais norteiam o comportamento dos colaboradores na organização investigada são os higiênicos. A falta de atendimento adequado aos fatores higiênicos provoca insatisfação. Assim sendo, entende-se que a organização objeto de estudo, precisa dar mais atenção às necessidades e demandas dos seus colaboradores. Para futuros trabalhos, recomenda-se a aplicação do estudo nos outros setores que compõem a organização estudada.

Palavras-chave: Motivação, Herzberg, Instituições Públicas.

INTRODUÇÃO

Em meio a um ambiente em constantes transformações e dificuldades econômicas e sociais, a sociedade está cada vez mais atenta aos serviços oferecidos pelos órgãos públicos, já que estes devem gerir os recursos de forma eficiente e eficaz promovendo os melhores benefícios para a sociedade, que deseja ter suas necessidades atendidas, garantindo-lhes melhor qualidade de vida. Contudo, a prestação de um serviço com qualidade e rapidez, depende, dentre outros fatores, da motivação do servidor com o seu trabalho. O desempenho depende da motivação, pois esta estabelece razões ou motivos que influenciam o desempenho das pessoas (MAXIMIANO, 2000).

Segundo Vergara (2009), a motivação é uma força, uma energia que nos impulsiona na direção de alguma coisa, sendo ela absolutamente intrínseca, ou seja, concentra-se dentro do indivíduo, nascendo de suas necessidades interiores. É notória a importância da motivação no contexto organizacional, uma vez que colaboradores motivados apresentam uma disposição favorável ou positiva para realizar o trabalho (MAXIMIANO, 2000).

Uma oportunidade para estudar a motivação está no setor de pessoal de um órgão do poder executivo municipal. Esta instituição é um órgão público que presta serviço à população do município, sendo responsável por desenvolver políticas públicas de saúde, educação, transporte, segurança, cultura e agricultura. Atualmente, a organização conta com um total de 508 funcionários, distribuídos nas diferentes secretarias e departamentos, dos quais 315 são efetivos, 07 são eletivos, 54 são cargos comissionados e 132 são contratados.

Nesse contexto, o presente estudo visa compreender os fatores que norteiam o comportamento dos colaboradores do setor de pessoal de um órgão do poder executivo municipal, a partir do modelo de dois fatores de Herzberg.

Para conduzir tal estudo, lançou-se mão de uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa, conduzida por revisão bibliográfica, bem como observação não participante.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico irá tratar do conceito e importância da Motivação, das Teorias Motivacionais, e da Satisfação no Trabalho, visando a melhor maneira de serem utilizadas para um melhor desenvolvimento organizacional de uma empresa do setor público.

O que é Motivação?

As práticas gerenciais e os estudos sobre as organizações, a estratégia e a economia vêm dando ênfase a relação entre padrões e objetivos individuais, organizacionais, e institucionais. A Motivação, neste contexto, torna-se um caminho para compreensão dessa relação. Em linhas gerais, os estudos sobre motivação consistem na compreensão do comportamento humano, seu começo, foco, intensidade, desenvolvimento e término, abrangendo suas preferências, valorizações e decisões (NOGUEIRA, 2005).

Segundo Vergara (2009), a motivação se trata de uma força, uma energia que nos impulsiona na direção de alguma coisa, sendo ela absolutamente intrínseca, ou seja, concentra-se dentro do indivíduo, nascendo de suas necessidades interiores.

Robbins (2009) define a motivação como um comportamento externado. Segundo este autor, pessoas motivadas dedicam maior esforço ao seu desempenho do que as desmotivadas. Ele coloca a motivação como a disposição para fazer alguma coisa, sendo condicionada pela capacidade dessa ação de satisfazer uma necessidade do indivíduo.

Em relação às necessidades do indivíduo, Robbins (2009, p. 48) diz que:

Uma Necessidade não satisfeita gera tensão, que estimula a vontade do indivíduo. Essa vontade desencadeia uma busca de metas determinadas que, uma vez cumpridas, satisfarão a necessidade e levarão à redução da tensão. Funcionários motivados estão em estado de tensão. Para aliviar essa tensão, eles se engajam em atividades. Quanto maior a tensão, mais atividades serão necessárias para se obter alívio. Desta forma, quando vemos pessoas trabalhando com afinco em alguma atividade, podemos concluir que estão sendo movidas pelo desejo de atingir uma meta que valorizam (ROBBINS, 2009, p. 48).

Ao longo do tempo se buscou um consenso a respeito da definição de motivação. A motivação se trata de um conjunto de processos implicados na ativação, direção, intensidade, e persistência de conduta (GODOI et al., 2004 apud NUNES et

al., 2008). Contudo, as teorias que têm foco na explicação do fenômeno motivacional são muitas (FERREIRA et al., 2006 apud NUNES et al., 2008).

É notória a importância da motivação no contexto organizacional, uma vez que as empresas precisam de pessoas motivadas para que se desperte o binômio produtividade-qualidade. Especialmente agora que as instituições passaram a perceber que o diferencial competitivo é proveniente das pessoas que nela trabalham.

As Teorias Motivacionais

Souza e Carvalho (2006 apud NUNES et al., 2008) sugeriram duas categorias para classificar as diferentes abordagens sobre motivação: as Teorias Motivacionais de Conteúdo e de Processo.

Ainda segundo Souza e Carvalho (2006 apud NUNES et al., 2008), as teorias motivacionais de conteúdo têm foco na descrição do conteúdo das motivações e buscam identificar o que impulsiona o comportamento humano. Além disso, abrangem as variáveis individuais e situacionais que se supõe serem responsáveis pela conduta. Nesta Categoria enquadram-se as seguintes teorias: Hierarquia das necessidades, de Maslow; ERC (Existência, Relacionamento e Crescimento), de Alderfer; Teoria dos Dois Fatores, de Herzberg; e Teoria das Necessidades, de McClelland. Já as teorias motivacionais de processo, tratam do processo em que se dá a conduta do indivíduo, do seu início ao seu término. As propostas teóricas desta categoria são: Teoria da Equidade, de Adams; Teoria do Estabelecimento de Objetivos, de Locke; e Teoria da Expectativa, de Vroom.

- **Teoria das Necessidades:** Das teorias motivacionais podemos dizer que a mais conhecida talvez seja a Teoria da Hierarquia das Necessidades de Abraham Maslow. Segundo Maslow, dentro de cada ser humano existe uma hierarquia de cinco necessidades: As quais são: Fisiológicas (incluem fome, sede, abrigo, sexo, e outras necessidades do corpo); Segurança (incluem segurança e proteção contra danos físicos e emocionais); Sociais (incluem

afeição, a sensação de pertencer a um grupo, aceitação e amizades); Estima (incluem fatores internos de estima como respeito próprio, autonomia e realização; e fatores externos de estima, como status, reconhecimento e atenção); e Auto-realização (a intenção de tornar-se tudo aquilo que se pode ser; inclui crescimento, alcance do pleno potencial e autodesenvolvimento). À medida que cada uma das necessidades vai sendo atendida, a próxima torna-se dominante. Esta teoria sugere também que, embora quase nenhuma necessidade jamais seja satisfeita por completo, uma necessidade substancialmente satisfeita extingue a motivação (ROBBINS, 2009).

- **ERC (Existência, Relacionamento e Crescimento):** Esta teoria procurou implementar e agregar as teorias anteriores de necessidades. Clayton Alderfer criou uma escala de três níveis diferenciada, ele solicitou que os colaboradores tentassem identificar primeiramente as necessidades de existência as quais se relacionam com os fatores fisiológicos e de segurança (como por exemplo, salário, condições físicas do ambiente de trabalho, segurança, cargo, benefícios etc.). Posteriormente, em segundo nível estão as necessidades de relacionamento (envolvem a compreensão e a aceitação das pessoas acima ou abaixo deste nível e ligadas ou não ao ambiente de trabalho). E em terceiro nível, estão as pessoas com o desejo de autoestima e autorealização (DAVIS; NEWSTROM, 2002 apud LUIZ; BERTONI; MACHADO, 2018).
- **Teoria dos Dois Fatores:** também chamada de teoria da higiene-motivação, foi proposta pelo psicólogo Frederick Herzberg. Ele identificou quais fatores impactam na satisfação, Fatores motivacionais, e na insatisfação, fatores higiênicos, no ambiente de trabalho. Sua teoria partiu da ideia de que a relação de uma pessoa com seu trabalho é básica e que essa atitude pode e vai determinar o sucesso ou fracasso. Ele afirmou que o contrário da satisfação é a não-satisfação, e que oposto da insatisfação é a não- insatisfação. Mesmo com a eliminação dos fatores que provocam a insatisfação nos trabalhadores,

isto não significa necessariamente que se gerou satisfação (ROBBINS, 2009).

- **Teoria das Necessidades:** McClelland determinou três principais necessidades/motivos pelas quais as pessoas são motivadas. Elas são: Necessidade de Realização, o impulso para superar-se, atingir determinados padrões, lutar pelo sucesso; Necessidade de Poder, a necessidade de induzir outras pessoas a se comportarem como não fariam normalmente, de uma maneira que não é própria do comportamento delas; e Necessidade de Associação, o desejo por relacionamentos interpessoais próximos e amigáveis (ROBBINS, 2009).
- **Teoria da Equidade:** Segundo esta teoria de Adams, funcionários tendem a comparar o que lhes é oferecido como recompensa com o que foi oferecido aos demais funcionários. A comparação vai além do que recebem do trabalho, os resultados, e do que dedicam a ele, as entradas, fazem uma comparação da relação dos resultados- entradas seus e de seus colegas de trabalho (ROBBINS, 2009).
- **Teoria do Estabelecimento de Objetivos:** Esta teoria propõe que as intenções, as quais podem ser expressas como metas, podem ser uma das principais fontes da motivação. Segundo esta teoria, a fixação participativa dos objetivos organizacionais proporciona desempenho superior, isto que a aceitação do objetivo é maior. Os funcionários se comprometem mais com as escolhas das quais fazem parte (ROBBINS, 2009).
- **Teoria da Expectativa:** A teoria de Vroom trata da motivação de forma bem abrangente. Segundo ele, a intensidade da tendência para agir de uma determinada maneira dependerá da intensidade da expectativa de que essa ação irá trazer um dado resultado e da atração que esse resultado exercerá sobre o indivíduo. As variáveis analisadas por esta teoria são: Atração, variável baseada nas necessidades não satisfeitas; Relação Desempenho-Recompensa, baseada no nível de desempenho na qual o levará a obtenção dos resultados esperados; e Relação Esforço-Desempenho, baseada na

probabilidade de que certa quantidade de esforço irá o levar ao desempenho (ROBBINS, 2009).

Satisfação no Trabalho na Perspectiva de Herzberg

Ao longo do século XX, questões como motivação, satisfação e insatisfação no trabalho têm sido alvo de estudos e pesquisas. Uma busca incansável por tentar entender como se motiva ou se é possível motivar um indivíduo. É preciso levar em consideração que cada indivíduo tem uma personalidade diferente, cada um com as suas particularidades e desejos, contudo qual seria a melhor maneira de satisfazê-los? Que procedimentos adotar com relação ao colaborador, para que ele atinja o seu melhor desempenho profissional.

Para compreender quais são as variáveis que afetam/influenciam a produtividade nas organizações foram realizados vários estudos organizacionais ao longo da história em relação às necessidades.

As necessidades humanas influenciam o comportamento organizacional dos indivíduos; a falta de motivação e a não satisfação dessas necessidades impacta diretamente no desempenho dos colaboradores, pois são determinantes no comportamento do indivíduo no trabalho, ou seja, o seu comprometimento com a organização (ZONATTO; SILVA; GONÇALVES, 2018). Afinal, o que satisfaz um trabalhador? Essa é uma questão que muitos gestores buscam entender, pois a presença de fatores higiênicos não é suficiente para melhorar o desempenho da organização, apesar de contribuir não é determinante, o desempenho também depende de fatores motivacionais.

No intuito de aprofundar os estudos sobre motivação, Frederick Herzberg foi um dos primeiros pesquisadores a estudar as causas que influenciam as pessoas a estarem ou não realizadas com seu trabalho. Foi na década de 50 que Herzberg desenvolveu a teoria dos dois fatores (LUIZ; BERTONI; MACHADO, 2018).

A teoria de dois fatores – também chamada de teoria da higiene-motivação e proposta por Herzberg – partiu da ideia de que a relação de uma pessoa com seu trabalho é básica e que essa atitude pode muito bem determinar o seu sucesso ou

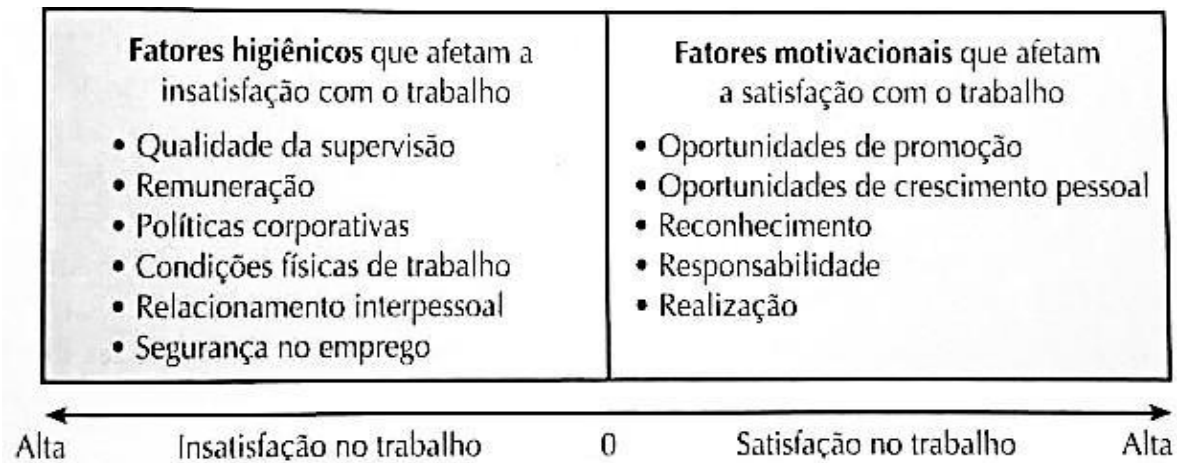
fracasso. A sua investigação foi acerca do questionamento: “O que as pessoas desejam de seu trabalho?” (ROBBINS, 2009).

Em sua pesquisa, Herzberg buscou identificar o que deixava os interrogados/entrevistados satisfeitos, bem como o que os tornavam insatisfeitos no ambiente de trabalho. As respostas foram tabuladas e categorizadas, os dados obtidos permitiram elaborar uma lista de fatores que afetam o trabalho. Para melhor compreensão dos dados obtidos foi estabelecido uma ordem de importância, da maior pra menor, de um lado foram postos os fatores que promoviam insatisfação: políticas da firma e suas aplicações, supervisão, condições de trabalho, relacionamento com o supervisor, salário, relacionamento com os seus pares, relacionamento com os subalternos, vida pessoal, status e estabilidade no emprego. Do outro lado, foi posto os fatores que promoviam satisfação: realização, reconhecimento, o trabalho em si, responsabilidade, progresso e crescimento pessoal (PINTO, 2018).

Herzberg verificou a partir de seus estudos que existem dois fatores que explicam o comportamento das pessoas no trabalho: Os Higiênicos e Os Motivacionais. Segundo Herzberg, os fatores higiênicos são provenientes do meio, não do trabalho em si; eles são extrínsecos às pessoas. Nessa categoria referente aos fatores extrínsecos, são elencados os seguintes elementos: salário, benefícios sociais, condições físicas de trabalho, modelo de gestão e relacionamento com os colegas. Os fatores higiênicos, se presentes na organização, evitam de causar insatisfação nos colaboradores, contudo não chegam a causar satisfação. Ou seja, a sua ausência é a causa da insatisfação (VERGARA, 2009).

Com relação aos fatores motivacionais, estes são intrínsecos às pessoas e têm impacto mais duradouro, pois esses dizem respeito aos seus sentimentos de auto-realização e reconhecimento. Caso se façam presentes na organização provocam satisfação ao colaborador. Sua ausência provoca a não-satisfação, ou seja, a sua falta também não chega a causar insatisfação (VERGARA, 2009).

Quadro 01: Teoria dos dois fatores de Herzberg



Fonte: Robbins (2009, p. 51).

Para Herzberg (1997), muitas organizações investiram em fatores como salário, benefícios e comunicação, contudo não conseguiram motivar seus colaboradores, pois a motivação ela é interna em cada um e depende das necessidades pessoais, além disso, esses fatores são incentivos externos. O máximo que essas organizações obtiveram foi a redução da insatisfação ou obter a sua ausência. Entretanto, as ações voltadas para ajudar o funcionário a superar os desafios, como também para sentir-se reconhecido e aprender demonstraram forte impacto na motivação (HERZBERG, 1997 apud PINTO, 2008).

Visto que a motivação depende de um cargo enriquecido e o processo de enriquecimento é contínuo, se fazem algumas recomendações aos gestores de organizações, segundo Herzberg e Mausner (1993) citado por Pinto (2008), as quais são:

- As atividades desenvolvidas pelos colaboradores devem conter desafios/metapas para que eles possam aplicar seus conhecimentos e habilidades;
- Para aqueles que desempenham a função e já aplicam seus conhecimentos e habilidades, devem ser aplicados incrementos contínuos de responsabilidade;

- Caso as atividades não apresentem desafios o mais indicado é que sejam automatizadas, ou realocadas de acordo com as pessoas que tenham habilidades compatíveis, isto é, para aquelas que carecem de habilidades para exercer atividades mais complexas.

A teoria de Herzberg, como muitas outras, não ficou imune a críticas. Os pontos criticados em sua teoria, segundo Robbins (2009) foram:

- A metodologia utilizada por Herzberg teve procedimentos limitados, por exemplo, quando as coisas estão bem, as pessoas tendem a tomar critérios para si. Contudo, se as coisas vão mal, culpam o ambiente externo pelo seu fracasso;
- Ainda em relação à metodologia, se torna questionável pelo fato que os pesquisadores necessitam de fazer interpretações, podendo influenciar nos resultados, fazendo interpretações de respostas semelhantes de maneiras diferentes;
- Não existe uma medida geral para a satisfação. Um indivíduo pode não gostar de alguns aspectos de seu trabalho, contudo, ainda continua achando favorável;
- Em comparação com pesquisas anteriores, a teoria dos dois fatores se torna inconsistente, pelo fato de não levar em consideração as variáveis situacionais.
- Herzberg buscou estudar a relação entre satisfação e produtividade, entretanto a metodologia utilizada por ele deu ênfase a satisfação, deixando um pouco de lado a produtividade. A teoria talvez tivesse sido mais consistente se ele tivesse conseguido demonstrar a forte relação entre satisfação e produtividade.

Contudo, apesar das críticas, a teoria dos dois fatores foi muito divulgada, ela é uma de várias teorias que buscam explicar a motivação, porém o seu foco foi direcionado para a satisfação e a motivação no trabalho como sendo dois fenômenos distintos. As primeiras mudanças nas organizações onde se passou a valorizar o trabalho, possibilitando os funcionários a terem mais responsabilidade no planejamento e controle do próprio trabalho, são decorrentes das descobertas e recomendações Herzberg (ROBBINS, 2009).

A Motivação no Trabalho no Setor Público

Desde muito tempo, os funcionários públicos foram tidos, pela sociedade em geral, como preguiçosos em virtude da apatia, absenteísmo, atrasos, ineficiência, baixa produtividade entre outras coisas advindas da baixa motivação. A motivação é um fator crucial para um bom desempenho/funcionamento das organizações públicas, sendo que ela influencia a capacidade dos funcionários de prestar serviços públicos com eficiência, eficácia e equitatividade (DOHERTY; HORNE, 2002 apud LIRA; SILVA, 2015).

Ao analisar a satisfação no trabalho no setor público, é preciso levar em consideração as suas peculiaridades pertencentes à gestão de pessoas. Nos últimos anos, houve um aumento da preocupação com a necessidade de melhorar o desempenho no serviço público, através da motivação voltada às suas peculiaridades. Em 2012, na *European Academy of Management Annual Conference*, foi colocada em proposta uma seção com foco no tema Motivação no Serviço Público – *Public Service Motivation*, a seção dispôs de 12 trabalhos (LIRA; SILVA, 2015).

Em relação às diferenças do setor público e privado, segundo Orborne e Gaebler (1992), são resultantes em um ambiente em que os métodos tradicionais de motivação do pessoal que exerce a sua função profissional dentro do setor privado não aplicam aos funcionários públicos sendo que os funcionários públicos percebem riscos e recompensas de maneira diferente dos funcionários do setor privado (ORBORNE; GAEBLER, 1992 apud LIRA; SILVA, 2015). Logo, apesar dos diferentes contextos “a motivação é um fenômeno complexo, não puramente individual, mas que resulta da interação entre os indivíduos e as variáveis situacionais” (ROCHA, 2010, p. 104 apud LIRA; SILVA, 2015, p.171-195).

A satisfação no trabalho é entendida, segundo Santos (2012, p. 04), como “um estado emocional positivo, de uma atitude positiva perante o trabalho e das experiências em contexto de trabalho”. Já a Motivação, segundo Maximiano (2000, p. 339) “indica o processo pelo qual um conjunto de razões ou motivos explica, induz, incentiva, estimula ou provoca algum tipo de ação ou comportamento humano. O comportamento Humano sempre é motivado”.

Difini (2002) destaca alguns fatores da Administração Pública que afetam a

motivação e a satisfação dos servidores, dentre eles estão: a carência de servidores especializados, falta de política de retenção de pessoal, alta rotatividade, atraso no recebimento dos recursos, cortes orçamentários, utilização de critérios políticos na escolha de dirigentes e permanência dos servidores desempenhando as mesmas atividades por muito tempo (DIFINI, 2002 apud BRANDÃO et al., 2014). Uma das teorias motivacionais que permite analisar os aspectos que trazem a satisfação e a motivação dos funcionários públicos é a teoria dos dois fatores de Herzberg.

Para Kim e Vandenabeele (2010), as pesquisas sobre motivação no serviço público precisam avançar conceitual e operacionalmente. Segundo eles, é preciso que se desenvolva um conceito mais universal a respeito da motivação no setor público, para que este seja utilizado em esfera mundial, trazendo o desenvolvimento de um conhecimento cumulativo na área (KIM; VANDENABEELE, 2010 apud TAKAHASHI; LEMOS; SOUZA, 2015).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para conduzir o estudo, lançou-se mão da pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa, conduzida por meio de pesquisa bibliográfica e observação não participante. Quanto à abordagem qualitativa, segundo Gil (2008), esta não dispõe de fórmulas ou receitas predefinidas para orientar os pesquisadores. Miles e Huberman (1994, APUD GIL, 2008) apresentaram três etapas que, geralmente, são seguidas na análise qualitativa de dados: A redução dos dados (consiste no processo de seleção e posterior simplificação dos dados que aparecem nas notas redigidas no trabalho de campo), Exibição/Apresentação (consiste na organização dos dados selecionados de forma a possibilitar a análise sistemática das semelhanças e diferenças e seu inter-relacionamento) e Conclusão/verificação (consiste na elaboração da conclusão, a qual requer uma revisão para considerar o significado dos dados, suas regularidades, padrões e explicações) (MILES; HUBERMAN, 1994 APUD GIL, 2008).

O estudo bibliográfico foi realizado a partir de fontes secundárias, ou seja, através de material já publicado, como livros, revistas e artigos científicos. Também foi utilizada a observação não-participante.

RESULTADOS

Compete à administração pública elaborar e desenvolver políticas públicas visando promover o bem-estar coletivo. Deste modo, cabe a mesma planejar ações, designar funções, estabelecer objetivos e metas a serem cumpridas de modo a atender a população de seu município.

Por outro lado, a gestão pública deve também direcionar/estender uma parte do seu foco para os seus colaboradores/servidores, pois estes precisam de um ambiente agradável/confortável e bem equipado para que possam desempenhar suas atribuições com maior qualidade.

Nesse contexto, ao analisar o ambiente de trabalho da organização, pode-se perceber que alguns colaboradores da organização exercem suas funções, mas não estão satisfeitos com as condições de trabalho.

Neste sentido, foram feitas algumas observações acerca da insatisfação dos colaboradores a respeito do seu ambiente de trabalho.

- Estrutura física da organização erguida sobre um riacho (ofertando riscos em períodos de grandes volumes de chuvas);
- Salas pequenas (móveis muito próximos provocando sensação de aperto);
- Móveis antigos e desconfortáveis (as cadeiras provocam significativo desconforto);
- Falta de climatização nos departamentos (há apenas ventiladores);
- Não há bebedouros de água (em virtude disso, os colaboradores trazem de casa a sua garrafinha de água para consumo);
- Jornada de trabalho sem intervalos durante 6 horas diárias (a rotina do trabalho se torna mais cansativa e o intervalo entre as refeições acaba se tornando muito grande);
- Funcionários transparecem cansados, com fome e entediados.
- Falta de um arquivo digital (falta de espaço e perda de documentos em virtude das chuvas e da maneira como são armazenados os

documentos, bem como do acondicionamento e das condições ambientais que não são adequadas).

- Falta de treinamento e capacitação (são proporcionados apenas para as outras áreas)

Um fato agravante observado nesse contexto organizacional é que um dos colaboradores sempre se queixa de uma alergia que desenvolveu na instituição em virtude do contato com papel e máquina de xerox. O serviço desse colaborador tem uma relação direta com o arquivo morto, toda vez que é preciso localizar algum documento, já aparece o receio pela certeza de que vai inflamar a garganta. Aproximar-se da impressora ou pegar em material impresso já provoca os sintomas da alergia.

Além desses problemas já citados, existe um notável gargalo nos processos, a falta de veículos automotivos atrasa algumas das atividades a serem realizadas, por exemplo, a entrega de alguns documentos e o recolhimento de algumas assinaturas externas à organização. Outro gargalo identificado também em seus processos é a quantidade de computadores insuficientes, provocando atraso em alguns serviços pela espera de um computador disponível.

Diante da observação realizada, os fatores que mais norteiam o comportamento dos colaboradores na organização investigada são os higiênicos. A falta de atendimento adequado aos fatores higiênicos provoca insatisfação. Assim sendo, entende-se que a organização objeto de estudo, assim como a grande maioria das instituições públicas, precisa dar mais atenção às necessidades e demandas dos seus colaboradores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação se propôs a compreender quais fatores norteiam o comportamento dos colaboradores do setor de pessoal de um órgão do poder executivo municipal. De modo geral, o estudo alcançou o seu objetivo, na medida em que foram identificados os fatores higiênicos como norteadores do comportamento dos colaboradores participantes do estudo.

Constatou-se, a partir da observação, que há inadequadas condições físicas no ambiente de trabalho, além da falta de motivação, considerando que este estado interno representa as razões ou motivos que influenciam o comprometimento com a organização e a satisfação. As medidas sugeridas para estimular, cada vez mais, o comprometimento e o desempenho dos colaboradores relacionam-se aos fatores higiênicos, pois a falta de conforto resulta em colaboradores fatigados, frustrados e com baixa produtividade.

Nesse sentido, é recomendável investir nas condições físicas do ambiente organizacional como: climatização do ambiente, cadeiras acolchoadas, mobília nova e projetada, bebedouros entre outras coisas que irão satisfazer as necessidades básicas dos trabalhadores, pois a ausência de fatores higiênicos gera insatisfação no trabalho. Para que eles se motivem é preciso oferecer oportunidades de promoção e de crescimento pessoal. O reconhecimento na organização é presente, mas pode ser melhorado.

É preciso apontar como limitação do presente estudo o período limitado para se aprofundar no tema. Para futuros trabalhos, recomenda-se a aplicação do estudo nos outros setores que compõem a organização estudada.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, I. d. F.; DE LIMA, L. C.; CABRAL, A. C. d. A.; DOS SANTOS, S. M.; PESSOA, M. N. M. Satisfação no serviço público: um estudo de caso na superintendência regional do trabalho e emprego no Ceará. *Revista Eletrônica de Administração*, Porto Alegre, 77. ed., n. 1, p. 90-113, jan. / abri. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/read/v20n1/a04v20n1.pdf>. Acesso em: 24 Abril de 2019.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2008. ISBN 978-85-224-5142-5.

LIRA, M.; DA SILVA, V. P. G. Motivação intrínseca vs. Motivação extrínseca: a aplicação da escala WPI no contexto do setor público português. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, ISSN 2238-5320, UNEB, Salvador, vol. 5, n. 4, p.171-195,

set. / dez. 2015. Disponível em:
<http://www.spell.org.br/documentos/ver/38941/motivacao-intrinseca-vs--motivacao-extrinseca--a-aplicacao-da-escala-wpi-no-contexto-do-setor-publico-portugues-->
<http://www.spell.org.br/documentos/ver/38941/motivacao-intrinseca-vs--motivacao-extrinseca--a-aplicacao-da-escala-wpi-no-contexto-do-setor-publico-portugues-->.
Acesso em: 24 de Abril 2019.

LUIZ, D. S.; BERTONI, F. d. A.; MACHADO, G. B. Análise do grau de motivação comparando os fatores expostos por Herzberg: estudo de caso em uma empresa de formação de condutores. *Recape: Revista de carreiras & pessoas, Local*, ano 2019, vol. 9, n. 1, p. 28-45, maio/outubro 2018. Disponível em:
<http://www.spell.org.br/documentos/ver/52415/analise-do-grau-de-motivacao-comparando-os-fatores-expostos-por-herzberg--estudo-de-caso-em-uma-empresa-de-formacao-de-condutores/i/pt-br>. Acesso em: 24 Abril de 2019.

MAXIMIANO, A. C. A. *Introdução à Administração*. 5. ed. . ver. e ampl. São Paulo: Atlas, 2000, p. 339. ISBN 85-22-2164-1.

NOGUEIRA, E. E. S. Motivação nas Organizações. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, v. 45, n. 1, jan-mar, p.97-97, 2005. Disponível em:
https://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75902005000100014.pdf.
Acesso em: 24 de Abril de 2019.

NUNES, G. S.; VEIGA, J. L. B. d. C.; BARRETO, D. F. d. C.; BOAS, A. A. V. Motivação: o estudo dos fatores que influenciam os indivíduos a optar por ingressar em organização do setor público, do ramo de energia. *Gestão & Regionalidade*, [S.l.], vol. 24, n. 72, set. / dez. 2008, abr. 2009. ISSN 2176-5308. Disponível em:<http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/98/61>. Acesso em: 24 abr. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.13037/gr.vol24n72.98>.

PINTO, É. P. Insatisfação com sistemas organizacionais e repercussão no atendimento a clientes. *Comportamento Organizacional e Gestão*, Lisboa, vol. 13, n. 2, p. 261-281, outubro de 2007. ISSN 0872-9662. Disponível em:
<http://www.scielo.mec.pt/pdf/cog/v13n2/v13n2a07.pdf>. Acesso em: 24 de Abril de 2019.

ROBBINS, S. P. Fundamentos do Comportamento Organizacional. São Paulo: Pearson Prentice Hal, 2004.

ROBBINS, S. P. Fundamentos do Comportamento Organizacional. Tradução técnica: Reynaldo Marcondes. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hal, 2009, p.48, 51. Título original: Essentials of Organizational Behavior. ISBN 978-85-7605-209-8.

SANTOS, B. Satisfação no trabalho: O caso de um banco. 2012, p. 04. Dissertação (Mestrado em Gestão Estratégica de Recursos Humanos) - Instituto Politécnico de Setúbal. Setúbal, 30 de Novembro de 2012. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/4173/1/Tese%20Bruno%20Santos%20-%20MGERH.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2019.

TAKAHASHI, A. R. W.; LEMOS, M. R.; SOUZA, C. P. d. S. Motivação no Serviço Público e Permanência na Carreira Militar da Polícia Militar do Paraná/ Brasil. Desenvolvimento em Questão, Editora Unijuí, ano 13, n. 29, p. 311-354, jan. / mar. 2015. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/34662/motivacao-no-servico-publico-e-permanencia-na-carreira-militar-da-policia-militar-do-parana-brasil>. Acesso em: 24 de Abril de 2019.

VERGARA, S. C. Gestão de Pessoas. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009. ISBN 978-85-224-5291-0.

ZONATTO, V. C. d. S.; SILVA, A. d.; GONÇALVES, M. Influência da Motivação para o Trabalho no Comprometimento Organizacional. Revista de Administração IMED, Passo Fundo, vol. 8, n. 1, p. 169-190, jan.-jun., 2018 – ISSN 2237-7956. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/326955064_Influencia_da_Motivacao_para_o_Trabalho_no_Comprometimento_Organizacional. Acesso em: 17 de maio de 2019.

PIBID/PEDAGOGIA: A ALFABETIZAÇÃO EM FOCO

Mariane Cristina dos Santos Santana, Maria Clara Ito de Souza

RESUMO: O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) é um programa de incentivo a alunos de licenciatura a exercerem à docência vinculado a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Atualmente, no curso de Pedagogia, o foco do subprojeto é a alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental, buscando como um dos seus objetivos, contribuir com o aprimoramento das práticas pedagógicas relacionadas ao ensino e aprendizagem da leitura, escrita e da alfabetização. Em razão da pandemia mundial que assolou a sociedade o subprojeto precisou reorganizar as ações e atividades planejadas para que pudesse ser executado em um contexto em que o distanciamento social se tornou indispensável. Nesse sentido, relataremos nesse texto, as ações realizadas diante das normativas de emergência e de caráter temporário que proibiram a aulas presenciais e validaram as aulas remotas. Destacamos que, este momento nos trouxe inúmeros desafios, limites e possibilidades que nos levaram a repensar a Pedagogia e a docência como uma das únicas vias da promoção do desenvolvimento e aprendizagem anos iniciais do Ensino Fundamental.

Palavras-chave: alfabetização – ensino fundamental – formação inicial de professores

1. INTRODUÇÃO

A necessidade de investir na formação inicial de professores é imprescindível para se pensar a qualidade da educação brasileira. Diante disso, este texto tem o objetivo de apresentar o movimento formativo que vem sendo realizado por bolsistas que fazem parte do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência – PIBID/Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá.

O PIBID é uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC) em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que busca promover esse incentivo, por meio da concessão de bolsas a alunos de licenciatura participantes de subprojetos de iniciação à docência desenvolvida por Instituições de Educação Superior (IES) em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino (BRASIL, 2021, p.1).

Partindo desses objetivos, o curso de Pedagogia da UEM, organizou um subprojeto no intuito de contribuir com o aprimoramento das práticas pedagógicas relacionadas ao ensino e aprendizagem da leitura, escrita e da alfabetização. Este subprojeto entende que um professor alfabetizador precisa conhecer e vivenciar a realidade escolar, para que possa desenvolver ações de ensino integrando a alfabetização, literacia e numeracia.

As atividades desenvolvidas no PIBID oportunizam aos bolsistas, experiências em sala de aula em contato direto com os alunos e participação ativa junto ao trabalho docente. Essas experiências são analisadas a partir de estudos teóricos coletivos e cursos direcionados a compreensão do processo de apropriação da linguagem escrita nos anos iniciais de alfabetização.

2. DADOS DO PROJETO

O PIBID alfabetização com foco no ensino fundamental está atuando em dois núcleos- Maringá, campus sede e em Cianorte. Atualmente participam 24 bolsistas discentes e quatro voluntários. Representando a parceria entre Universidade e escolas de educação básica e três supervisoras, sendo duas em Maringá e uma em Cianorte. A modalidade original proposta do projeto é presencial, mas por conta da pandemia está

acontecendo de forma remota e online, tanto no que se refere aos encontros formativos quanto ao trabalho nas escolas, junto aos alunos.

O trabalho acontece em duas escolas públicas de educação básica no município de Maringá e atendem, em média, 170 alunos com turmas do 1º aos 3º anos do ensino Fundamental 1.

3. METODOLOGIA

Partimos da concepção que a linguagem escrita é um produto das transformações da sociedade humana e requer conhecimentos adequados de como foram produzidos e as relações que estes tiveram com as demandas sociais e produtivas (SOARES, 2004). Em razão da pandemia mundial que assolou a sociedade brasileira no ano de 2020, exigiu um repensar sobre concepções, recursos e estratégias de ensino. Dominar as tecnologias da informação passou a ser uma necessidade instalando novas formas de linguagem, tanto icônica, quanto simbólica, fazendo com que a escrita ganhasse novos contornos sógnicos e multimidiáticos.

Posto isso, o subprojeto precisou reorganizar as ações e atividades planejadas para que pudesse ser executado em um contexto em que o distanciamento social se tornou indispensável. O Ensino Remoto Emergencial - ERE apresentou-se como uma normativa de emergência e de caráter temporário, que exigiu dos pibidianos estudo e formação para que os recursos didáticos pudessem ser explorados em suas potencialidades.

O trabalho organizou-se por etapas voltadas a:

- **Planejamento e organização de ações de ensino e produção de materiais didáticos e midiáticos:** encontros semanais formativos em grupo, direcionados a instrumentalização do acadêmico com aprofundamento teórico e prático sobre princípios da alfabetização, em especial ao desenvolvimento da consciência fonêmica e literacia;

- **Auxílio à docência:** trabalho desenvolvido semanalmente em sala de aula, junto aos alunos dos anos iniciais do EF e ao professor regente nas aulas realizadas pela plataforma Google Meet;

- **Apoio individual aos alunos:** trabalho pedagógico realizado com os alunos para

prevenir e/ou sanar possíveis dificuldades no processo de alfabetização;

- **Cursos de formação:** quinzenalmente, em parceria com a UNESPAR/Paranaíba, foram organizados momentos de estudo e discussões teóricas e práticas sobre a aprendizagem da escrita com professoras convidadas de diferentes universidades do país. Foram discutidos temas sobre: Consciência Fonológica e Habilidades Metafonológicas na Alfabetização; Letra Cursiva e Nomes Próprios e educação especial dentre outros temas.

Foram realizadas também, palestras, oficinas e minicursos de narrações de histórias, pois como afirma Abramovich (1997) a formação de leitores, acontece também pelo ouvir histórias, esse é um princípio da aprendizagem para torna-se leitor. Narrar e ler histórias é uma ação significativa para o processo de alfabetização das crianças.

Trabalhos em Tempo de Pandemia

Tendo em vista as dificuldades enfrentadas por professores e alunos em decorrência do Covid 19 algumas adaptações tiveram que ser feitas. As reuniões semanais continuaram, mas de forma online, assim como oficinas e palestras com professores convidados. O acompanhamento feito pelos alunos aconteceu de forma remota, em salas virtuais por meio do Google Meet. As atividades que antes eram pensadas para a sala de aula presencial precisaram ser adaptadas para as telas, proporcionando uma nova perspectiva docente para o processo de ensino e aprendizagem.

Os pibidianos, buscaram estratégias e recursos que pudessem auxiliar nas intervenções, com atividades lúdicas e jogos que promovessem a continuidade da alfabetização, de forma remota. Defendemos que essa forma de ensinar, está muito distante da concepção ideal de alfabetização. O presencial na escola é indispensável a apropriação da linguagem escrita. Todavia, foi necessário, pensarmos coletivamente formas de contribuir com a melhoria do processo de ensino e aprendizagem dos alunos da escola básica e ao mesmo tempo com a formação de novos professores, aprofundando a reflexão sobre a relação teoria e prática no cotidiano escolar.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia causada pelo COVID-19 fez com que a forma remota fosse o único meio de se promover a continuidade das atividades de ensino antes sociais e

próximas. As ações no que tangem às atividades de docência mantiveram-se com o acompanhamento dos supervisores e coordenadores do subprojeto nas instituições de ensino.

Esse momento nos trouxe inúmeros desafios, limites e possibilidades que nos levaram a repensar a Pedagogia e a docência como uma das únicas vias da promoção do desenvolvimento e aprendizagem anos iniciais do Ensino Fundamental. Pensar e fazer a escola empregando a tecnologia e os meios digitais foi um dos maiores desafios que vem caracterizando esse momento do PIBID.

A vivência do cotidiano escolar, em especial nesse momento social em salas de alfabetização, indiscutivelmente ampliou as concepções dos pibidianos para as práticas pedagógicas voltadas ao ensino da leitura e da escrita

5. REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, F. Literatura infantil: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1997.

BRASIL. PIBID - Apresentação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pibid>. Acesso em: 31/08/2021.

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. Revista Brasileira de Educação. São Paulo: n. 25, 2004, p. 5-17.

Capítulo 36 - DOI:10.55232/1084002036

**O PERFIL DA LIDERANÇA ESTUDANTIL: UM
LEVANTAMENTO NOS CURSOS TÉCNICOS**

Guilherme da Silva

RESUMO: Este artigo é um estudo sobre o jovem líder em sua passagem pelo ensino médio e a formação de personalidade. Foi realizada uma pesquisa quali-quantitativa, com estudantes dos cursos técnicos em informática e administração do IFNMG Araçuaí. Percebeu-se, em um resultado parcial, que os estudantes técnicos em administração se interessam mais pelo assunto, em relação aos colegas da informática, que, por outro lado, se envolvem mais em atividades extracurriculares.

Palavras-chave: Liderança; Protagonismo; Estudantes; Jovem líder.

INTRODUÇÃO

Mische (1997) destaca que as lideranças das entidades estudantis, embora se esforçassem para parecer apartidárias e representativas de amplos setores da juventude, celebravam a emergência de uma nova politização entre os jovens que indicava seu maior desejo de participação política. Já de acordo com Garbin et. al. (2006) os jovens, atualmente, vêm ocupando um lugar central nas pautas de discussões nos distintos espaços sociais, constituindo-se um dos objetos preferidos de investimentos políticos, midiáticos, acadêmicos, esportivos, religiosos, de movimentos sociais – investimentos culturais enfim – nas sociedades. Tendo em vista que, “um bom líder poderá ser fundamental na busca de conquistas coletivas, pois funcionará como ponto de equilíbrio dentro do grupo”. (SONOO; HOSHINO; VIEIRA, 2008, p.69).

O Vale do Jequitinhonha tem recebido cada vez mais instituições de ensino, públicas e privadas. Com essa abertura de mercado, especificamente no médio Jequitinhonha, pretende-se entender o interesse desse jovem em se sobressair no mercado com um papel social em destaque.

O objetivo do presente estudo é pesquisar a participação do jovem estudante de ensino médio na construção de sua personalidade como líder estudantil e social. A pesquisa busca entender o comportamento dos estudantes secundaristas em relação a tópicos voltados para liderança, futuro profissional e consciência social. Portanto, os objetivos específicos deste projeto compreendem: A) - Pesquisar referências e modelos voltados para o tema deste projeto; B) - Identificar os métodos utilizados pelos estudantes para alcançar a realização do sonho pessoal; C) - Apontar as relações dos estudantes com o quesito liderança; D) - Relacionar a visão dos estudantes em relação a consciência social percebida.

A pesquisa já se encontra em sua fase final e alguns resultados parciais já podem ser observados, principalmente relacionados à atuação dos jovens estudantes de informática x administração. Propondo-se a responder a seguinte questão: Qual o grau de conhecimento do jovem estudante sobre liderança e suas implicações na vida pessoal e profissional?

MATERIAL E MÉTODOS/METODOLOGIA

A presente pesquisa tem como metodologia o caráter qualitativo e quantitativo. O universo da pesquisa se deu no IFNMG Campus Araçuaí e para dar maior embasamento ao estudo foi feita uma pesquisa bibliográfica com foco em livros voltados a liderança e gestão de pessoas, e em artigos publicados em sites e congressos, que foram utilizados como base para o referencial teórico.

A coleta de dados foi realizada através de questionário, onde os entrevistados poderiam responder online ou impresso, que foi elaborado com base na pesquisa bibliográfica.

RESULTADOS E ANÁLISES

A pesquisa se apresenta em sua fase final e possui resultados parciais relevantes. Para fins deste resumo expandido, se fez um corte no levantamento quantitativo em dois públicos: o curso técnico de nível médio integrado em informática (diurno) e o curso técnico de nível médio concomitante / subsequente em administração (noturno). A comparação dos resultados observados revelou semelhanças e diferenças entre os públicos, as quais serão destacadas.

Em ambos os cursos 50% dos alunos se consideram um líder, o que demonstra uma certa proximidade de perfil. No entanto, no que se refere a participação em projetos de pesquisa, extensão, grupos de estudo ou projetos sociais, 42% dos estudantes de informática responderam positivamente, enquanto apenas 14% dos futuros administradores afirmaram participar de algum tipo de projeto. Esta diferença pode ser explicada pelo perfil dos cursos / estudantes. Enquanto o curso de nível médio integrado ao técnico em informática ocorre no período diurno e possui alunos mais jovens; o curso técnico em administração, na modalidade concomitante / subsequente, possui aulas a noite e seu público é um pouco mais velho que o primeiro. Dentro destes cenários, percebe-se uma disponibilidade e conseqüente interesse maior dos alunos de informática, já os estudantes em administração geralmente cursam o ensino médio tradicional durante o dia e/ou possuem uma atividade profissional. Esta diferença de

perfil pode explicar o distanciamento dos alunos no envolvimento em projetos e grupos extraclasse. Também é importante notar que, tanto por curso, como no total (apenas 29% declarou participar de algum projeto) o percentual é distante da afirmação de serem líderes, no primeiro resultado aqui apresentado.

Em sequência ao resultado anterior, os alunos foram perguntados quanto a participação em alguma associação, clube, grupo ou equipe que trabalhe e/ou estimule a liderança. O resultado geral foi de 40% dos estudantes afirmaram participar de alguma atividade ligada diretamente ou não a liderança. O índice, ainda menor dos 50% que se consideram líderes, é maior que os 29% apresentados no tópico anterior. Na mesma linha da pergunta acima, os estudantes de informática possuem maior participação - 42%, do que os alunos de administração - 36%. Aqui o resultado também pode ser explicado por meio do perfil já detalhado de ambos os públicos. Interessante notar que a diferença diminui - o que será explicado quando da finalização desta pesquisa.

Por fim, foram feitas diversas perguntas, em uma escala de 0 a 5, as quais pretendem mapear os perfis de liderança e atender aos objetivos geral e específicos desta pesquisa. Perceber como os jovens buscam a realização do sonho pessoal, a relação deles com a liderança e visão dos estudantes quanto a consciência social. Os resultados parciais indicam uma tendência interessante: os alunos da administração possuem médias superiores aos alunos da informática. Esta constatação sugere que, apesar dos futuros administradores possuírem menor disponibilidade para atividades extras, tais como projetos e grupos, eles possuem maior contato com os conceitos que abarcam liderança e se preparam melhor para tal. Já os futuros profissionais de informática demonstraram maior envolvimento em projetos e grupos fora do ambiente escolar e, apesar disso, possuem índices menores quando perguntados sobre o perfil de liderança. E esta diferença entre os perfis dos estudantes talvez justifique o equilíbrio citado inicialmente, quando perguntados sobre a sua condição de líder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas conclusões parciais de destaque podem ser apontadas neste levantamento. A primeira, e talvez principal delas, é de que todos os índices levantados foram iguais ou abaixo de 50%, o que indica uma forte carência, tanto dos jovens como e principalmente do ambiente escolar em tratar de liderança e dos assuntos correlatos. Apenas 50% dos alunos se consideram líderes, o que realmente aponta a necessidade de se tratar mais sobre o tema. Comparando os alunos da administração com os estudantes de informática, percebeu-se um maior envolvimento dos segundos em atividades extraclasse, tais como projetos variados e grupos sociais. Já os primeiros se mostraram mais antenados com a percepção de liderança e dos diversos conceitos que este importante constructo abarca.

A pesquisa, portanto, se mostra relevante e atual, apresentando resultados de destaque e que permitem vários encaminhamentos. De acordo com Barbosa (2014, p.2) “a juventude é entendida como uma construção sociocultural que tem a ver com as experiências vivenciadas pelos sujeitos e como estas são significadas e narradas em cada contexto histórico-social”.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Liége Freitas. **Jovens e movimentos sociais no Brasil: interrogando significados das manifestações** de junho de 2013. Universidade Luterana do Brasil - ULBRA. X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1800-0.pdf. Acesso em: 17 de março de 2017

GARBIN, Elisabete Maria; et. al. **Identidades Juvenis em Territórios Culturais**

Contemporâneos. UNIrevista - Vol. 1, n° 2: (abril 2006). http://www.ufrgs.br/neccso/pdf/texto_bethe_identidadesjuvenis.pdf. Acesso em: 17 de março de 2017.

MISCHE, Ann. **De estudantes a cidadãos. Redes de jovens e participação política.** Universidade de Columbia. Mai/Jun/Jul/Ago 1997 N ° 5 Set/Out/Nov/Dez 1997 N ° 6.

Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/42959/mod_resource/content/1/Semin%C3%A1rio%20Mische.pdf. Acesso em: 17 de março de 2017.

SONOO, Christi Noriko; HOSHINO, Elton Fernando; VIEIRA, Lenamar Fiorese. **Liderança esportiva: estudo da percepção de atletas e técnicos no contexto competitivo**. *Psicologia: Teoria e Prática* – 2008, 10(2):68-82. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872008000200006. Acesso em: 17 de março de 2017.

PRÁTICA METODOLOGIA ATIVA: GÊNERO TEXTUAL E ARTE CÊNICA DENTRO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO.

Elizete Maria Oliveira Silva, Nayhany Ramos Braga, Sibeles Vieira Araujo

RESUMO: Metodologia ativa parte do pressuposto que a aprendizagem deve ser abordada a partir da contextualização, um aprendizado ativo, que conduz o indivíduo buscar algo para seu conhecimento afetivo. Mas, para que haja aprendizagem, é preciso desenvolver um trabalho que seja significativo e desperte o interesse e o prazer em aprender, dando significado na vida acadêmica do alunado. Partindo desta perspectiva, o presente artigo tem como finalidade discorrer sobre a importância da metodologia ativa e a aprendizagem significativa no âmbito interdisciplinar dentro da escola, integrando as disciplinas de Língua Portuguesa e Artes, utilizando como método a metodologia ativa juntamente com a concepção de ensino sócio interacionista, considerando-se, ser o aprendizado resultado da interação entre os sujeitos envolvidos. Nesse sentido, realizou-se um trabalho com os alunos da EJA PPL (Pessoas Privadas de Liberdade) do sistema Penitenciário Major Eldo Sá Correa – “mata grande” com objetivo de criar situações em que pudessem comparar opiniões e pontos de vista e identificando estratégias argumentativas empregadas para o convencimento do público sobre determinado tema e ainda reconhecer textos de diferentes gêneros. No trabalho em questão, o gênero escolhido foi música e Paródia. Foram utilizados como suporte as músicas Sobradinho (Sá e Guarabira) e Menino da porteira (Sérgio Reis) e a apresentação do teatro Morte e Vida Severina. Assim, os alunos representaram em forma de teatro e paródia. A partir de vídeo, leitura, melodia, ritmos musicais e estudo de gêneros, puderam produzir cada grupo paródia ou teatro, para ao final apresentar aos demais alunos. Notou-se que os alunos mostraram interesse e envolveram-se com as atividades propostas ao longo do processo, trazendo assim resultados positivos quanto ao objetivo proposto que era a metodologia ativa com uma aprendizagem significativa.

Palavras-chave: Metodologia Ativa, aprendizagem significativa, Presídio.

**PRÁTICA METODOLOGIA ATIVA: GÊNERO TEXTUAL E ARTE CÊNICA
DENTRO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO**

Elizete Maria Oliveira da Silva
Escola Estadual Nova Chance

Nayhany Ramos Braga
Escola Estadual Nova Chance

Sibele Vieira de Araujo
Escola Nova Chance

Introdução

A metodologia ativa é conceber o ato de ensinar com o ato de facilitar o aprendizado dos estudantes faz com que o professor os veja como seres ativos e responsáveis pela construção de seus conhecimentos, enquanto ele passa a ser visto pelos alunos como facilitador dessa construção, como mediador do processo de aprendizagem, e não como aquele que detém os conhecimentos a serem distribuído.

Para ocorrer aprendizagem significativa no educando, é preciso haver uma integração dos profissionais da escola na realização de atividades que faça sentido na vida do aluno e ainda consiga fazer a mediação necessária do ensino.

Optou-se em trabalhar de forma interdisciplinar entre as disciplinas de Língua Portuguesa e artes, com os alunos do ensino fundamental e do ensino médio no intuito de criar situações que viabilizem a estes a usar suas cordas vocais bem como gestos e expressão da arte através de encenação cênica e suas diferentes linguagens e manifestações específicas na perspectiva da aprendizagem significativa, visando que ele se torne agente autônomo e ativo na criação de sua identidade dentro e fora do ambiente escolar sendo o autor de sua própria aprendizagem.

Deste modo, utilizou-se como metodologia dessa reflexão, é possível inferir que, em oposição às experiências pedagógicas “sólidas” e conteudistas, as atuais demandas sociais exigem do docente uma nova postura e o estabelecimento de uma nova relação entre este e o conhecimento, uma vez que cabe a ele, primordialmente, a condução desse processo. Com efeito, essas exigências implicam em novas aprendizagens, no desenvolvimento de novas competências, em alteração de

concepções, ou seja, na construção de um novo sentido ao fazer docente, imbuído das dimensões éticas e política (Bassalobre, 2013).

Objetivou-se com esse trabalho o reconhecimento por parte dos alunos como gêneros, paródia encenação cênica recursos verbais com a finalidade de criar e mudar comportamentos e hábitos. Que eles pudessem relacionar, em diferentes gestos opiniões na construção de teatros, expressão corporal, como também, conseguissem inferir em um contexto quais os objetivos de seu produtor e quem é seu público alvo, pela análise dos procedimentos de suas apresentações utilizados; e por último, que reconhecessem no teatro, canto e na paródia estratégias argumentativas empregadas para o convencimento do público, tais como a apresentação vocal, a expressão, a encenação entre outras.

Metodologia Ativa

Metodologia ativa parte do pressuposto que a aprendizagem deve ser abordada a partir da contextualização, um aprendizado ativo, que conduz o indivíduo a estar sempre em busca de algo para seu conhecimento afetivo. “Segundo o Arco da Problematização de Maguarez toda aprendizagem emana da “realidade” que se estende para o ponto chave, observação, teorização, hipótese e aplicação.” De acordo com William Glasser “... a aprendizagem, para ser significativa, possui várias facetas...” certo que o conhecimento deve ser significativo para o sujeito onde o professor deve exercer o papel de mediador dentro dos paradigmas educacionais permitindo assim que o aluno seja o protagonista desse aprender fazendo. A perspectiva de Freire (2015) coincide com a abordagem envolvendo o método ativo. De acordo com o educador, um dos grandes problemas da educação paira no fato de que os alunos praticamente não serem estimulados a pensarem autonomamente. Para amenizar esse contexto, o professor deve: [...] assegurar um ambiente dentro do qual os alunos possam reconhecer e refletir sobre suas próprias ideias; aceitar que outras pessoas expressem pontos de vista diferentes dos seus, mas igualmente válidos e possam avaliar a utilidade dessas ideias em comparação com as teorias apresentadas pelo professor (Jófil, 2002, p. 196) Segundo Reeve (2009 apud Berbel, 2011, p 28), o professor contribui para promover a autonomia do aluno em sala de aula. De acordo José Moran, toda aprendizagem é ativa em algum grau, porque exigem do aprendiz e do docente, formas diferentes de movimentação interna e

externa, de motivação, seleção, interpretação, comparação, avaliação e aplicação. As metodologias precisam acompanhar os objetivos pretendidos. Ou seja, a aprendizagem colaborativa, entre pares: O compartilhamento dentro e fora da sala de aula torna-se riquíssimo. Nesses momentos e espaços nos sentimos mais sujeitos ativos, entre iguais, sem as barreiras que podem existir diante de profissionais com um grau de conhecimento maior; a aprendizagem por orientação com profissionais mais experientes: O professor se torna cada vez mais um gestor e orientador de caminhos coletivos e individuais, previsíveis e imprevisíveis, em uma construção mais aberta, criativa e empreendedora.; inverter o foco e as estratégias: No ensino convencional os professores garantam que todos os alunos aprendam o mínimo esperado e para isso explicam os conceitos básicos e pedem que os alunos depois

estudem através de leituras e atividades e a aprendizagem baseada em projetos:
Desenvolver um projeto que também tenha ligação com sua vida fora da sala de aula.

De acordo com: Dewey

Vale mencionar que, na construção metodológica da Escola Nova, a atividade e o interesse do aprendiz foram valorizados, e não os do professor. Assim, Dewey, por meio do seu ideário da Escola Nova, teve grande influência nessa ideia ao defender que a aprendizagem corre pela ação, colocando o estudante no centro dos processos de ensino e de aprendizagem.

Segundo o autor por Metodologia Ativa entendemos todo o processo de organização da aprendizagem (estratégias didáticas) cuja centralidade do processo esteja, efetivamente, no estudante. Contrariando assim a exclusividade da ação intelectual do professor e a representação do livro didático como fontes exclusivas do saber na sala de aula.

Nesse sentido a mitologia ativa incita a pensar sobre os inúmeros caminhos existentes para além do livro didático, partindo dele ou mesmo até chegar a ele. Quantas possibilidades existem de se pensar sobre o que nele está posto, de compará-lo à realidade concreta dos que dele fazem uso (estudantes), de se gerarem hipóteses a fim de se pensar sobre a importância de conhecer a realidade que gerou a teoria contida nele.

Para avançar nesse entendimento, articulam-se, ainda, as contribuições de

Paulo Freire (1921-1997) acerca da Pedagogia Problematicada, que parte da premissa de que educador e educando aprendem juntos numa relação dinâmica, na qual a prática, orientada pela teoria, possibilita a reflexão crítica do estudante e o desenvolvimento de sua autonomia como forma de intervir sobre a realidade (Berbel, 2011).

APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA:

Levando que as mudanças sociais registradas nas últimas décadas e, como tal, a escola e o modelo educacional vivem um momento de adaptação frente a essas mudanças as pessoas e, em especial, os estudantes, não ficam mais restritos a um mesmo lugar. São agora globais, vivem conectados e imersos em uma quantidade

significativa de informações que se transformam continuamente, onde grande parte delas relaciona-se à forma de como eles estão no mundo. Esse movimento dinâmico traz à tona a discussão acerca do papel do estudante nos processos de ensino e de aprendizagem, com ênfase na sua posição mais central e menos secundária de mero expectador dos conteúdos que lhe são apresentados.

Segundo perspectiva de entendimento é que se situa as metodologias ativas como uma possibilidade de ativar o aprendizado dos estudantes, colocando-os no centro do processo, em contraponto à posição de expectador, conforme descrito anteriormente. Ao contrário do método tradicional, que primeiro apresenta a teoria e dela parte, o método ativo busca a prática e dela parte para a teoria (Abreu, 2009). Nesse percurso, há uma “migração do ‘ensinar’ para o ‘aprender’, o desvio do foco do docente para o aluno, que assume a corresponsabilidade pelo seu aprendizado” (Souza; Iglesias; Pazin-Filho, 2014, p. 285)

Sendo a partir de uma maior interação do aluno no processo de construção do próprio conhecimento, que, conforme explicitado anteriormente, é a principal característica de uma abordagem por metodologias ativas de ensino, o aprendiz passa a ter mais controle e participação efetiva na sala de aula, já que exige dele ações e construções mentais variadas, tais como: leitura, pesquisa, comparação, observação, imaginação, obtenção e organização dos dados, elaboração e confirmação de hipóteses, classificação, interpretação, crítica, busca de suposições, construção de

sínteses e aplicação de fatos e princípios a novas situações, planejamento de projetos e pesquisas, análise e tomadas de decisões (Souza; Iglesias; Pazin-Filho, 2014).

De acordo com a teoria da aprendizagem significativa de David Ausubel, o processo de assimilação ocorre com o indivíduo na construção do conhecimento a partir do seu conhecimento prévio, sendo o processo de assimilação fundamental para a compreensão do processo de aquisição e organização de significados na estrutura cognitiva. Para tanto, faz-se necessário que o educador observe, em primeiro lugar, o repertório do aluno para posteriormente provocar uma aprendizagem que seja significativa.

Pensada em um ensino tradicional, baseado na transmissão de conteúdos, o estudante tem uma postura passiva diante dos processos de ensino e de aprendizagem, tendo a função de receber e absorver uma quantidade enorme de informações apresentadas pelo docente. Muitas vezes, não há espaço para o estudante manifestar-se e posicionar-se de forma crítica. Em oposição a isso, ao desenvolver práticas pedagógicas norteadas pelo método ativo, o estudante passa a assumir uma postura ativa (Berbel, 2011; Souza; Iglesias; Pazin-Filho, 2014), exercitando uma atitude crítica e construtiva que fará dele um profissional melhor preparado.

De acordo com Berbel (2011, p. 29) corrobora com esse entendimento, acrescentando que essa característica da autonomia é fundamental, no futuro, para o exercício da autonomia:

O engajamento do aluno em relação a novas aprendizagens, pela compreensão, pela escolha e pelo interesse, é condição essencial para ampliar suas possibilidades de exercitar a liberdade e a autonomia na tomada de decisões em diferentes momentos do processo que vivencia, preparando-se para o exercício profissional futuro.

Segundo o autor A perspectiva de Freire (2015) coincide com a abordagem envolvendo o método ativo. De acordo com o educador, um dos grandes problemas da educação paira no fato de os alunos praticamente não serem estimulados a pensarem autonomamente. Para amenizar esse contexto, o professor deve:

[...] assegurar um ambiente dentro do qual os alunos possam reconhecer e refletir sobre suas próprias ideias; aceitar que outras pessoas expressem pontos de vista diferentes dos seus, mas igualmente válidos e possam avaliar a utilidade dessas

ideias em comparação com as teorias apresentadas pelo professor (Jófilo, 2002, p. 196).

Com base nessa citação de Jófilo (2002), reportando-se aos pensamentos de Freire, é possível inferir que a postura do docente é significativa nesse processo de exercício da autonomia do estudante.

Considerações Finais

O trabalho com metodologias ativas de ensino favorece a interação constante entre os estudantes. A aula expositiva, na qual os alunos sentam-se em carteiras individuais e em que são “proibidos” de trocar ideias com os colegas, dá lugar a momentos de discussão e trocas. Nessa abordagem, “o ponto de partida é a prática social do aluno que, uma vez considerada, torna-se elemento de mobilização para a construção do conhecimento” (Anastasiou; Alves, 2004, p. 6).

Esse movimento de interação constante com os colegas e com o professor leva o estudante a, constantemente, refletir sobre uma determinada situação, a emitir uma opinião acerca da situação, a argumentar a favor ou contra, e a expressar-se. Koch (2002) complementa essa ideia ao mencionar que o aluno deve saber entender sua realidade. Ao professor cabe a tarefa de despertar no educando uma atitude crítica diante da realidade em que se encontra inserido, preparando-o para “ler o mundo”: a princípio, o seu mundo, mas daí em diante, e paulatinamente, todos os mundos possíveis (KOCH, 2002, p. 159, grifos do autor).

Referências:

ANASTASIOU, L. G. C; ALVES, L. P. (Orgs). Estratégias de ensinagem. In:**Processos de ensinagem na Universidade**. Pressupostos para estratégias de trabalho em aula. 3. ed. Joinville: Univille, 2004. p. 67-100.

BASSALOBRE, Janete. Ética, Responsabilidade Social e Formação de Educadores. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 29, n. 01, p. 311-317, mar. 2013.

JÓFILI, Zélia. Piaget, Vygotsky, Freire e a construção do conhecimento na escola. **Educação: Teorias e Práticas**. v. 2, n. 2, p. 191-208, dez 2002.

KOCH, Ingedore. G. V. **Argumentação e linguagem**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MORÁN, José. Mudando a educação com metodologias ativas. In: SOUZA, Carlos Alberto de; MORALES, Ofelia Elisa Torres (orgs.). **Coleção Mídias Contemporâneas**. Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens. Vol. II. PG: Foca Foto-PROEX/UEPG, 2015. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/mudando_moran>. Acesso em: 27ago. 2015.

SOUZA, Cacilda da Silva; IGLESIAS, Alessandro Giraldes; PAZIN-FILHO, Antonio. Estratégias inovadoras para métodos de ensino tradicionais –aspectos gerais. **Medicina**,v. 47, n. 3, p. 284-292, 2014.

DEWEY, J. **Vida e Educação**. São Paulo: Nacional. 1959a

FERNANDES, Elisângela. **David Ausubel e a aprendizagem significativa**. Dez. 2011. Disponível em <<https://novaescola.org.br/conteudo/262/david-ausubel-e-a-aprendizagem-significativa>>. Acesso em 28 jul. 2018.

Capítulo 38 - DOI:10.55232/1084002038

UMA REFLEXÃO SOBRE OS DANOS PSÍQUICOS CAUSADOS PELO ABUSO SEXUAL EM MENINOS

Poliana Silveira Barreto Castilho

RESUMO: O abuso sexual contra crianças e adolescentes é considerado um grave problema de Saúde Pública, devido às consequências negativas para o desenvolvimento cognitivo, comportamental, emocional e físico das vítimas, que têm atingido inúmeras crianças. As formas de abuso mais frequentes são: físico, verbal e psicológico. Estes causam traumas significativos, sendo o principal contexto de ocorrência o âmbito familiar. O incesto, o estupro e o atentado violento ao pudor foram temas abordados, no artigo, mostrando que são os tipos de abuso mais conceituados e de maior incidência. Este artigo, por meio de uma pesquisa de cunho teórico, objetivou uma reflexão sobre o abuso sexual em meninos, para uma compreensão dessa violência através da ótica de gênero, pois tal tema tem se mostrado pouco ressaltado, na sociedade, em comparação ao abuso sexual de meninas. A falta de estudos e de denúncias sobre meninos vítimas de abuso sexual não significa esta categoria de violência não aconteça e que não mereça atenção. Na maioria das vezes, a falta de informação e os tabus existentes na sociedade, revelam ser essa prática como uma relação homossexual e não como uma forma de violência contra a vítima, e que o abuso sexual é problema de mulher, enfatizando, assim, que o sexo masculino não é vítima de abuso sexual. A maioria dos casos ocorre dentro de casa e é perpetrado por pessoas que têm um significativo grau de parentesco com a vítima, tornando-se, assim, maior ainda o trauma, pois a violência vem da figura que deveria lhe oferecer proteção. O segredo, o medo e a culpa são apresentados pela vítima, trazendo um grau elevado de sofrimento.

Palavras-chave: Abuso sexual contra meninos. Psicologia do Desenvolvimento. Trauma psicológico. Gênero.

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa abordar o abuso sexual em meninos, com o objetivo de mostrar para a sociedade as graves consequências que essa violência provoca na vida das vítimas. Tal tema, em geral, já foi um assunto proibido na sociedade, devido aos tabus existentes.

Atualmente, esse assunto tem ganhado mais visibilidade, gerando debates e abertura para a divulgação na mídia. As pessoas, por sua vez, na medida do possível, têm tido coragem, enquanto vítimas, para expor dores e traumas em diferentes escalas, que afetam, importantemente, a autoimagem, a autoestima, o desenvolvimento intelectual e provocam culpa e isolamento, comprometendo, significativamente, as relações interpessoais.

O abuso sexual, na infância, é um relevante problema tanto social, quanto como um problema de Saúde Pública, atingindo um grande número de crianças e afetando o desenvolvimento psicológico das vítimas.

Segundo Lima (2009) relata que a família é a primeira instituição social em que o ser humano é inserido e desempenha um papel importante no desenvolvimento do indivíduo.

Percebe-se, mediante a literatura estudada, que o abuso sexual tem acontecido com maior frequência dentro do seio familiar, que é denominado de abuso intrafamiliar ou incestuoso. De acordo com a autora, “a maioria dos abusos sexuais cometidos contra crianças e adolescentes ocorrem dentro de casa e são perpetrados por pessoas próximas” (LIMA, 2009, p.42).

Além da repercussão no ambiente familiar que o abuso proporciona a dinâmica escolar, também, é afetada. A escola é o segundo ambiente, em importância, que propicia vivências e a socialização da criança. A escola é o local que as crianças frequentam e passam grande parte do dia, durante cinco dias da semana. Assim sendo, o contato maior ocorre nas primeiras séries quando o professor passa, em média, quatro horas diárias com a criança, favorecendo a verificação e observação de alguns comportamentos, que indicam o abuso sexual.

Conforme alguns autores e examinando os aspectos legais do abuso sexual infantil, Furniss (1993 apud BALBINOTTI, 2008) define:

A exploração sexual das crianças refere-se ao envolvimento de crianças e adolescentes dependentes, imaturos mentalmente, em atividades sexuais que eles não compreendem totalmente, às quais são incapazes de dar um consentimento informado e que violam os tabus sociais dos papéis familiares, e que objetivam a gratificação das demandas e desejos sexuais da pessoa que comete o abuso (p.12).

A ênfase sobre o abuso sexual em meninos se dá, pela falta de denúncias e de estudos realizados sobre este tema no gênero masculino. Há a necessidade de um olhar mais apurado sobre este fato, visto que por ser do sexo masculino, o abuso acaba sendo encoberto e as

denúncias não são feitas, pelo medo de que se possa ser entendido como uma relação de cunho homossexual e não como um abuso sexual.

Segundo Ferreira (2002), grande parte dos abusos ocorre dentro da própria família, existindo medo da denúncia tanto pela família como pela população e, também, da notificação por parte dos profissionais. Muitos destes últimos, ainda, não têm formação para lidarem com a questão, havendo escassez de serviços especializados para o atendimento das vítimas.

O déficit de conhecimento da sociedade sobre a denúncia é citado por Santos (1992 apud FERREIRA, 2002, p.20) “aponta a falta de conscientização social, o desconhecimento das atitudes a serem tomadas diante dos casos, medo de revanchismo e temor de transtornos legais ou acusação de falsa denúncia”.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990, pg. 74) é crime o que se encontra disposto no: “Art. 240”. Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar, ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente (Redação dada pela Lei nº 11.829, de 2008).

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil (1988) no:

Art. 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O abuso sexual, ainda, é um tema polêmico diante da sociedade, pois ela acredita que tal crime não ocorre dentro da dinâmica familiar, sendo que é dever da família como da sociedade cuidar e proteger a criança e o adolescente.

O objetivo deste artigo é o de compreender, a partir de uma ótica de gênero, dimensões do abuso sexual infanto-juvenil do sexo masculino, com base na perspectiva da família e da pessoa abusada, e então passar a entender como se dá a relação da criança no meio intrafamiliar e extrafamiliar, e assim identificar os danos traumáticos e as áreas que são afetadas pelo abuso sexual. Discutir a importância da responsabilização dos adultos e familiares para com a criança abusada sexualmente.

CONCEITO DE ABUSO SEXUAL

Para abordar esse tema, é necessária, inicialmente, a análise do conceito de abuso sexual. De acordo com o DSM-V:

O abuso sexual infantil abrange qualquer ato sexual envolvendo uma criança, com intenção de propiciar gratificação sexual a um dos pais, cuidador ou outro indivíduo responsável pela criança. Inclui atividades como carícias nos genitais da criança, penetração, incesto, estupro, sodomia e exposição indecente. Inclui, ainda, exploração sem contato de uma criança, por um dos pais ou cuidador-por exemplo, obrigar, enganar, seduzir, ameaçar ou pressionar uma criança a participar de atos para a gratificação sexual de outros, sem contato físico direto entre a criança e o abusado (p.698)

Ao ser avaliada a amplitude dos comportamentos considerados abusivos, percebe-se o quanto que o abuso sexual poderá vir à ocorrer. Seja por não terem sido visto de fato, por serem extremamente sutis como no caso de alguns comportamentos sem contato ou, por outro lado, seja por não acreditar ou não querer acreditar no que de fato aconteceu.

De acordo com Saraiva (2000), etimologicamente, a palavra “abuso” tem origem do latim *abusus*, que significa um mau uso, excessivo ou injusto, exorbitância, descomedimento.

Conforme Koller (2006, p. 234) a violência sexual é definida pela World Health Organization (1999):

Como o envolvimento de uma criança ou adolescente em atividade sexual que esta não compreende totalmente, para qual é incapaz de dar consentimento, ou para a qual a criança não está preparada, devido ao estágio de desenvolvimento, ou que viola as leis ou tabus da sociedade. (p. 234).

Logo, as crianças passaram a ser vistas como pessoas de direitos, e, para garantia desses mesmos direitos, criou-se mecanismos normatizadores. Tais mecanismos estão contidos em leis internacionais e nacionais de defesa dos direitos humanos.

Diante das principais características que encontra se o abuso, o medo, a dor e a vergonha são princípios importantes para que o silêncio que envolve o abuso sexual se perpetue, mesmo que todas as evidências possíveis sejam elas, físicas, psicológicas e ou jurídicas estejam atestando essa violência. Sendo assim as várias maneiras, os comportamentos de contato são mais fáceis de serem comprovados, mas não necessariamente levam a quebrar o pacto do silêncio existente nas relações abusivas.

Em 1990, com a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente, mais um mecanismo foi criado para preservação da nossa infância e juventude. Em seu artigo 5º, o Estatuto estabelece que:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (ECA, 1997, p.04).

O abuso sexual, apontado por Shrader e Sagot (1998 apud LIMA, 2009 p. 32), pode significar atividade coercitiva, pelo uso arbitrário do poder de uma pessoa sobre a outra com a

finalidade da primeira obter ganhos sexuais, ao mesmo tempo em que resulta em agressão à dignidade da segunda, seja ao nível moral, psicológico ou físico.

Ainda assim, o termo abuso sexual apresenta diferentes concepções nos mais diversos contextos e abordagens, sendo importante que sejam apontados alguns conceitos, que subsidiam o presente estudo. Faleiros (1997, p. 41) argumenta acerca da relação de poder do adulto sobre a criança e das questões de gênero, da submissão e do uso (abuso) do outro como objeto de prazer. É a violência que sedimenta a manutenção da ordem.

Sanderson (2005, apud Lima, 2009 p. 20) destaca que a intensa influência cultural e as faltas de concordância na definição de abuso sexual infantil, dificultam a amostragem dos dados estatísticos, além de não permitirem a decisão sobre quais atos sexuais são abusivos.

Diante das dificuldades consensuais do conceito de abuso sexual, é importante salientar, conforme complementam Padilha e Gomide (2004), que:

[...] pelo menos três aspectos em comum presente nas definições e concepções acerca do abuso: a impossibilidade da criança de decidir sua participação na situação abusiva; o uso da criança por parte do adulto para a própria satisfação; o abuso de poder exercido pelo adulto, não sendo seu comportamento coercitivo identificado por falta de provas físicas (p. 20).

Fica, assim, evidente que o abuso pode ser de natureza variada, podendo envolver desde uma carícia íntima, exploração sexual, pornografia, exibicionismo ou mesmo penetração vaginal, anal ou oral.

Faleiros (1997, p. 47) corrobora com a seguinte expressão:

A violência contra criança e adolescente acontece em escala mundial, esteve sempre presente em toda a história da humanidade, e em todas as classes sociais, articuladas ao nível de desenvolvimento e civilizatório na sociedade em que acontece. [...] É consensual nos estudos sobre a violência sexual contra criança e adolescentes que esta é uma relação de poder entre desiguais, exercida através da dominação e/ou da sedução (p.2).

O abuso sexual é um problema de gênero, tampouco entre pais e filhos, mas uma preocupação social, legal, psicológica e emocional.

Furniss (1993, apud Filho 2011) aborda o dano primário causado pela ocorrência do próprio abuso e o dano secundário, incluindo a vitimização que alcança níveis extremos de prejuízos sociais, emocionais e psicológicos para a integridade física e psíquica da criança, que passa por experiências de abuso e maus-tratos.

O abuso sexual é um transtorno parafilico, ou seja, segundo Dalgalarondo (2008, p. 360), as parafilias são transtornos de comportamento sexual caracterizado por padrões de fantasias e

práticas sexuais particulares, em certas condições muito lesivas ao próprio indivíduo e a terceiros, uma fantasia ou excitação sexual intensa com crianças. Também sendo, o sexo praticado com crianças é, geralmente, oro-genital, mas, em alguns casos, também, é gênito-genital ou gênito-anal. É considerado crime, pois a criança não tem maturidade para discernir se é certo ou errado este ato, já que isso, às vezes, gera certo prazer ou não.

Para além dos abusos sexuais a infantil, não se deve deixar de referir sobre outras formas de abuso sexual. Existe o abuso sexual verbal e o abuso sexual com contato físico.

Segundo Houaiss, Villar e Franco (2001 apud Balbinotti 2008, p. 2.866) a violência é: “o ato ou efeito de violentar, de empregar força física (contra alguém ou algo) ou intimidação moral contra (alguém)”. Sendo assim, os diversos efeitos que a violência causa no indivíduo é geradora de grande estresse.

- Exibicionismo: conforme o Fernandes, Luft e Guimarães (1994) apud Vieira (2006, p.02) o termo refere-se: “perversão que consiste em gostar de exibir as partes genitais”. Sendo assim, os praticantes expõem os seus órgãos genitais a pessoas do outro sexo nas ocasiões mais impróprias. Que é uma forma de despertarem seus desejos sexuais e alcançarem o prazer, podendo se masturbar durante ou depois a exposição. O objetivo dos exibicionistas é mostrar o seu corpo nu, com ênfase nos genitais, a uma pessoa desconhecida, que geralmente está desprevenida e sente essa exposição como uma violência;
- Assédio sexual: para Vieira (2006, p. 02) é uma proposta de relações sexuais. “Baseia-se na posição do poder do agente sobre a vítima, chantageada ou ameaçada pelo agressor”. Sendo assim ocorre na maioria das vezes no local de trabalho das vítimas;
- Abuso sexual verbal: desta forma Vieira (2006, p. 02) complementa com a fala de que o abuso sexual verbal, “são conversas abertas sobre atividades sexuais destinadas a despertar o interesse da criança, no adolescente e na família”; compreende que há todo um envolvimento do abusador para com a vítima para entrelaçar e conseguir o que tanto almeja;
- Voyeurismo: de acordo com a autora supracitada:

“É uma prática em que o indivíduo consegue obter prazer sexual através da observação de outras pessoas, que podem estar envolvidas em atos sexuais, nuas, ou em qualquer vestuário que seja apelativo para o “voyeur”.

Essa prática em que o indivíduo tem certa compulsão e consegue obter prazer sexual através da observação de outras pessoas, que podem estar se despindo ou tendo

relações sexuais. O indivíduo busca repetida vezes as situações propícias ao exibicionismo ou o voyeurismo;

- Pedofilia: sendo assim, Vieira (2006 p.3) caracteriza como uma das parafilias mais perturbadoras do ponto de vista humano. “as preferência em realizar ativamente ou na fantasia, práticas sexuais com crianças”. E a pedofilia pode incluir jogos sexuais com a criança, (como despir a criança, ou despir-se em frente à criança), masturbação ou relação sexual completa com penetração vaginal ou anal;
- Crianças em fotografias pornográficas: observado que Vieira (2006, p. 03), enfatiza que, “esta é uma troca e difusão de material pornográfico obsceno entre pedófilos que envolvem crianças e adolescentes. Hoje em dia estas são trocadas através de sites na Internet.” Porém com o avanço tecnológico acabou que se se tornou comum, todavia, compartilhar ou reencaminhar material com imagens pornografias de crianças é crime.

Definindo Os Termos: Incesto, Atentado Violento Ao Pudor E Estupro

As consequências do abuso sexual podem ser devastadoras para o desenvolvimento físico, social e psíquico da criança, podendo implicar outras questões diretamente ligadas à sexualidade.

O abuso sexual e o estupro são vivências trágicas e dolorosas, ainda mais, quando ocorrem na infância, com graves repercussões, na vida adulta. Da parte do agressor, é uma forma de descarregar a tensão, a agressividade ou o sadismo sobre a vítima que não pode lhe oferecer resistência.

A maioria dos casos de estupro ou abuso se dá por um homem conhecido da vítima, às vezes, é parte da família um parente próximo, pais, padrasto, tios, etc. Conforme Dalgalarrodo (2008, p. 361) “durante o estupro, a vítima geralmente sente grande medo e pânico, podendo experimentar estado de choque”. Dias após o ocorrido, a vítima pode sentir se culpada envergonhada, humilhada, deprimida, com raiva e medo.

De acordo com as implicações as diferenciações entre incesto atentado violento ao pudor e estupro se caracterizam pelo uso de uma criança ou adolescente para fins de gratificação sexual de um adulto, tendo como elemento primordial o vício de consentimento. De outro lado, Rangel (2001, p. 49 apud Vieira 2006, p. 03) afirma que “o incesto é qualquer tipo de contato sexual entre parentes do mesmo sangue e afins, desde que sejam adultos e a relação não seja atravessada pelo poder. Neste caso, eles apenas infringem uma norma social”. A relação de

parentesco, dessa forma, pode ser definida na relação entre pais e filhos, sejam naturais ou adotados, irmãos e colaterais até terceiro grau. Nesta seara, Cohen e Gobetti (1998, p. 3) explicam:

[...] o incesto manifesta-se através do relacionamento sexual entre pessoas que são membros de uma mesma família (exceto os cônjuges), sendo que a “família” não é definida apenas pela consanguinidade ou mesmo afinidade, mas, principalmente, pela “função social de parentesco” exercida pelas pessoas dentro do grupo.

Dessa feita, as práticas sexuais entre familiares denominadas incesto, nem sempre, possuem como característica a violência física ou psicológica. De acordo com Rangel (2001, p. 19 apud Vieira 2006, p. 04) “em relações incestuosas podem estar presentes a afeição ou a atração sexual mútua, que descaracterizam o abuso, na ausência de desigualdade de poder inerente à relação pai-filho [...]”.

Conforme Maes e Júnior (2014, p. 04), cumpre esclarecer que o Código Penal Brasileiro, no seu art. 217-A, estabelece pena de reclusão de 8 (oito) a 15 (anos) para indivíduos que praticam conjunção carnal ou outro ato libidinoso com menores de 14 (catorze) anos.

Assim, entende-se que praticar o sexo com menores de 14 anos, mesmo entre familiares, não pode ser considerado incesto, e sim abuso sexual, tendo em vista que a criança não possui capacidade, discernimento, tampouco maturidade para consentir o ato.

Desta forma Maes e Júnior (2014, p. 04), ressalta que o incesto, na legislação penal vigente, não é considerado crime se as partes possuem capacidade e consentem livremente o ato, mas diante da legislação civil torna-se vedada a união entre pessoas que possuem parentesco, conforme prescreve o art. 1.521 do Código Civil, *ipsis literis*:

Art. 1.521. Não podem casar:

I - os ascendentes com os descendentes, seja o parentesco natural ou civil; II - os afins em linha reta;

III - o adotante com quem foi cônjuge do adotado e o adotado com quem o foi do adotante; IV - os irmãos, unilaterais ou bilaterais, e demais colaterais, até o terceiro grau inclusive; V - o adotado com o filho do adotante;

Por outro lado, o alto grau de reprovabilidade do incesto está fundamentado nos aspectos sociais, biológicos e psicológicos do ato. Cohen e Gobetti (1998, p. 2) pontuam:

Mas esta pode ser manifestada tanto em doenças hereditárias quanto em traços benéficos. [...] As teorias sociais priorizam a importância da exogamia, pois ela amplia a família e possibilita um sistema mais cooperativo e democrático. Segundo as teorias psicológicas, a não atuação do incesto permite a diferenciação e a simbolização de funções dentro da família (pai, mãe e irmãos), possibilitando o desenvolvimento do indivíduo e da família. Nesta perspectiva, a proibição do incesto é um fator organizador, demarcando limites.

Pode se perceber que de acordo com os autores supracitados o incesto pode gerar doenças hereditárias e sua prática é a proibição do incesto é amparada pelo Código Civil como delito plausível de punição.

De acordo com o Código Penal, (Decreto-Lei 2.848, de 07.12.1940- dos crimes contra os costumes, Cap. 1; art. 213 apud Filho 2009, p.51) estupro, é “constranger a mulher á conjunção carnal, mediante a violência ou grave ameaça”.

Ainda no art.214, atentado violento ao pudor “é constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal”.

Habitualmente, as formas iniciais do abuso sexual como apresentação de violência doméstica são praticadas de forma insidiosa e progressiva, usando o agressor de várias formas de aproximações, intimidações e até ameaças, como já ressaltadas, nem sempre acompanhadas de violência física.

Abuso Sexual Em Meninos E Suas Implicações

A violência sexual contra meninos, ainda, é cercada de tabus e falta de informação. De acordo com Junior (2003, apud Prado 2006, p. 44) “(...) no imaginário das pessoas parece existir a ideia de que meninos e homens não são vitimizados sexualmente e que este é um problema de mulheres”.

Kristensen e Cols (2001, apud Prado 2006, p. 103) assinalam:

Em seus estudos chama a atenção para um aspecto muitas vezes negligenciado quando a vítima é o menino. Trata-se da importância dada à pessoa do agressor, pois em função de quem seja a situação da violência irá trazer um maior ou menor impacto e, a própria vítima se sentirá abusada ou não.

A violência sexual tem sentido diferente no gênero masculino. Para Cohen e Gobbetti (2000, apud Prado 2006, p. 96) “(...) o impacto do abuso sexual em meninos demonstra ter um sentido diferenciador em função do estigma em que está implicitamente ligado, que tem relação com a homofobia e a própria formação da masculinidade em nossa sociedade patriarcal”.

Mendel e Hunter (1991, apud Prado 2006, p. 44) colocam que:

[...] existem muitos mitos em torno da violência sexual de meninos: o primeiro deles é que os homens são naturalmente predadores sexuais; o segundo é o que eles não terão traumas se o abuso for praticado por uma mulher; e o terceiro é o de que os meninos querem necessariamente um contato sexual com uma mulher.

Diante da fala dos autores supracitados, entende-se que existe pouco conhecimento sobre tal prática e que os traumas gerados são escassos, deixando os meninos como vítimas negligenciadas.

Segundo Sattler (1993, p. 43-45 apud Filho 2009, p. 56) cita que a vivência do abuso é:

Uma experiência bastante dolorosa e desorganizante, pois há uma quebra na confiança básica da criança, com relação seus pais, isto lhe resulta em desilusão e em incapacidade de confiar nas pessoas e, em decorrência, em si mesmas e em seu valor, fazendo com que se sintam só e vulnerável frente á vida.

De acordo com Gabel (1997, p. 37) a criança abusada tem sentido seu corpo como profanado; há perda de integridade física, sensações foram despertadas e não integradas. A criança expressa tristeza e angústia por sentir que algo se quebrou dentro de seu corpo.

Ainda de acordo com Kendall-Tackett et al (1993, apud Cabalho 2014, p. 296):

Há provas que indicam que o impacto do abuso é mais grave quando aconteceu com mais frequência e se prolongou durante mais tempo, o agressor recorreu ao uso da força, com atos mais graves (isto é, com penetração) e quando existe uma relação incestuosa com o pai.

Segundo Gabel (1997, p. 62) “(...) a maioria dos autores concorda em reconhecer que a criança vítima de abuso sexual corre o risco de uma psicopatologia grave, que perturba sua evolução psicológica, afetiva e sexual”.

O silêncio e seus segredos

O sofrimento, causado pelo abuso sexual, pode ser físico, mas será sempre psíquico.

Certos sentimentos e segredos nem sempre são expressos, a criança vítima pode, simplesmente, abstrair-se de sua própria infelicidade e de seu sofrimento. O pai ou a mãe agiram como estranho, não percebeu o que havia acontecido, porque não notaram seus comportamentos, que da noite para o dia mudou, completamente. Sentimento de culpa e omissão, também, podem caracterizar os adultos alheios à família que em geral preferem ignorar o que se passa.

O abuso sexual infantil não é um problema doméstico, mas sim um problema público. O silêncio social que caracterizou o abuso sexual impossibilitou a sua prevenção, devido à demora de percepção tanto pelos profissionais da educação, quanto dos pais, sendo assim, também os deixou sem instrumentos para enfrentá-lo.

Scodelario (2002, apud Filho 2011, p. 58) comenta que “o discurso do perpetrador do abuso sexual, com frequência, é bastante sedutor, gerando uma autoimagem que confunde e aprisiona a própria família, achando-o incapaz de praticar tal ato”. Sendo assim a criança torna se confusa e dependendo da relação que mantém como agressor, ela oscila entre calar ou denunciar, tais atos, praticados por alguém, que por obrigação, deveria lhe dispensar cuidados e proteção.

Krestan e Bepko (1994, apud Filho 2011, p. 60) falam sobre “o segredo como algo escondido ou encoberto e que a sua guarda bloqueia o fluxo de informação entre as pessoas, impedindo-as de compartilhar e privando-as do conhecimento e verdade.” Estes segredos impossibilitam que a vítima crie vínculos pessoais, prejudicam a intimidade, confundem e distorcem gerando na sua vida adulta gerando certo desconforto como comportamentos disfuncionais, que mais cedo ou mais tarde pode torna-se manifestos, como vícios em bebida e/ou consumir drogas, desse modo o segredo mais bem mantido no acobertamento, torna se o fracasso para designar um problema no contexto social ou no sistema e assim, fica vulnerável ao bloqueio de sentimentos.

O silêncio que guarda o segredo do abuso tem um custo muito acima do que seria suportável pela estrutura emocional da criança. Nesta fase do desenvolvimento a criança ainda é incapaz de manter um segredo em absoluto silêncio, devido à sobrecarregada da pressão que a criança se encontra, ao revelar o fato mediante a intimidação com o abusador e pela expectativa de descrédito que ela vive internamente. Ainda é consagrada a postura de se atribuir a fantasia o que uma criança revela de um adulto, até então, acima de qualquer suspeita. Segundo IENCARELLI (2013, p. 43) “este conflito, protagonizado por estes dois blocos, danifica, permanentemente, a mente da criança. Sua resultante é a culpa: culpa por fazer uma coisa errada, culpa por gostar da sensação da coisa errada”.

A criança gera consigo certa vingança, que é maquinada por muito tempo até o desejo de vingar ou até de mutilar o abusador, por motivos emocionais. E o desejo da vingança mora nos corações dessas crianças vítimas de abuso, muito mais do que se pensa.

De acordo com Summit (1997, p. 55 apud Gabel 1997, p. 35), a realidade aterrorizante para a criança vítima de abusos sexuais deve-se ao seguinte fato: “isso só acontece quando a criança está sozinha com o adulto e não deve jamais ser partilhado com quem quer que seja”.

Sendo assim, esse terrível segredo tem de ser preservado ameaça, por exemplo, “não diga nada a sua mãe, senão ela vai me odiar”. As ameaças tornam os efeitos da revelação ainda mais perigosos que o próprio ato.

Quando se inicializa a abertura deste silêncio sendo urgente e precisa parar sendo assim, não deve desenvolver na criança o medo às relações com adultos. Este silêncio é algo constrangedor, que transforma o abuso sexual num fenómeno único, mas é evidente que, como crime que é, deve ser punido. O segredo é um dos aspectos que distingue o abuso sexual de outras formas de abuso infantil.

Conforme Furniss (1993, p. 30) existem os fatores extrínseco e intrínseco que levam à síndrome do segredo:

[...] a falta de evidências médicas e de elementos para comprovar o abuso sexual infantil, a necessidade de acusação verbal por parte da criança, a falta de credibilidade ao menor, as consequências da revelação, ameaças físicas e psicológicas, distorção da realidade, medo de punição pela ação que participou a culpa da criança, a negação e a dissociação.

Sendo assim, há de se concluir sobre os tipos de abuso sexual que persistem nas mais variadas formas, geradores de grandes feridas e marcas na vida da criança, sendo que esses fatores podem existir, de modo que marcas, jamais, sejam esquecidas.

Consequências Do Abuso Sexual Em Meninos Na Infância

De acordo com Diamanduros (2004, apud Prado 2006, p. 101) “(...) existem poucos estudos que focalizam os efeitos do abuso sexual em meninos. A maioria deles estuda os jovens ou homens adultos, os quais revelam a violência sofrida após muito tempo e, geralmente, em um espaço psicoterapêutico”.

Para Ferreira (2002, p.23), “(...) muitos trabalhos indicam que o abuso sexual de crianças está associado à consequências negativas de ordem social, emocional, comportamental e física, que podem ser imediatas ou tardias”.

Prado (2006, p.23) assinala sobre os impactos físicos encontrados nas vítimas:

As alterações físicas não são vistas com frequência nas crianças abusadas sexualmente, mas em certos casos, além de lesões decorrentes dos contatos sexuais, pode haver traumas por tentativas de estrangulamento e outros ferimentos em geral, quando há violência física associada.

Para Lahoti et al (2001, apud Ferreira 2002, p. 23) a falta de traumas físicos ocorre mediante alguns aspectos:

A ausência de achados físicos pode ser explicada por alguns fatores: muitas formas de abuso sexual não causam injúria física; o tecido mucoso é elástico e pode distender sem causar lesão, além de cicatrizar rapidamente; muitas vítimas de abuso sexual não

procuram atendimento médico por semanas ou meses após o abuso, e lesões superficiais ou fissuras podem cicatrizar em 24h às 48h.

Para Furniss (1993, p. 15 apud Filho 2009 p. 23), a idade que se iniciou os abusos, a duração, o grau da violência ou ameaça sofrida, a diferença de idade entre a vítima e o abusador, o grau de parentesco, a falta de figuras protetoras e o grau de segredo, podem estar relacionados a tais fatores.

Para Caballo e Simón (2014, p.294) as consequências do abuso sexual com pontuações mais elevadas são:

[...] depressão, ansiedade-estado, ansiedade-traço, transtorno de estresse pós-traumático, transtornos somáticos, comportamentos regressivos (enurese-encoprese), baixa autoestima, retração social, comportamento antissocial agressivo, fuga de casa, reincidência na situação de vítima, delinquência, gravidez adolescente, conduta sexual imprópria, hiperatividade, problemas de aprendizagem/escolares e problemas internalizados e externalizados do comportamento.

Segundo Gabel (1997, p.62) crianças abusadas “(...) manifestam reações psicossomáticas e desordens no comportamento: pesadelos, medos, angústias, apresentam anomalias do comportamento sexual: masturbação excessiva, objetos introduzidos na vagina e no ânus e comportamento de sedução”.

Diante do fato a criança, passa a desenvolver padrões de comportamento que não são pertinentes a sua idade, e isso, a leva a conceitos e apontamentos impróprios que se não tiver um profissional amparado para ajudar essa criança, acaba que passa pelos olhares dos adultos como algo “improprio” e até “pecaminoso”.

Para Filho (2009, p.58) “(...) o abuso de substâncias também tem sido relatado com alta frequência entre adolescentes e adultos que sofreram abuso sexual quando criança”.

A síndrome do estresse pós-traumático tem sido muito enfatizada por vários autores como uma consequência em curto prazo, muito comum, do abuso sexual. Segundo Amazarray & Koller (1999, apud FERREIRA, 2002, p. 25):

Trata-se de uma síndrome decorrente de experiências “incomuns”, de caráter “incontrolável e atemorizante”, que causam severo impacto no indivíduo e se manifestam de três formas: reexperimentação dos fenômenos (lembranças intrusas, sonhos traumáticos, comportamento de reconstituição, angústia nas lembranças traumáticas etc.); evitação psicológica (fuga de sentimentos, pensamentos, locais e situações, interesse reduzido em atividades habituais, transtorno de memória, perda de habilidades já adquiridas etc.); e estado de excitação aumentada (transtorno do sono, irritabilidade, raiva, dificuldade de concentração, hipervigilância etc.).

Gabel (1997, p. 23) relata que as queixas somáticas são normais e percebidas mais rapidamente, é apresentado mal estar, impressões de alterações físicas, dor no corpo e nos ossos.

A enurese e encoprese são percebidas em crianças menores que sofreram penetração anal. Nos adolescentes encontram-se crises de falta de ar, problemas de alimentação, anorexia e bulimia. É evidente que queixas somáticas apareçam por um período na vida dessa vítima, e assim sendo deve-se tomar providências e até mesmo orientações.

Para Amazarray & Koller (1998, apud Ferreira 2002, p.25) “a vida social das vítimas é afetada e apresentam (...) dificuldade de confiar nas pessoas, retraimento, relacionamentos superficiais, comportamento pré-social (vítimas compartilham, ajudam e se associam menos que crianças não-abusadas)”.

Azevedo e Guerra (1994, p.41 apud Filho 2011, p.59) enfatizam que “as dificuldades emocionais mais sérias costumam ser sentimentos de culpa, sentimentos de autodesvalorização, depressão, podendo levar a suicídio”.

De acordo com a autora supracitada, entre os adolescentes “detectamos a agressão sexual sobre outras crianças, especialmente no caso de meninos que sofreram agressões sexuais na pré-puberdade (p.69)”. É comum que as dificuldades emocionais apareçam, pois, certa conclusão que a criança tem diante dos fatos, geradas, torna-se aterrorizante na percepção do menino vítima.

A criança abusada menor, também, experiência a agressão sexual com outras crianças, sendo que segundo Rouyer (1997, apud Ferreira 2002, p. 24):

A criança pequena, na tentativa de elaborar o trauma que sofreu, muitas vezes passa de uma posição passiva para uma posição ativa, e sua excitação sexual manifesta-se por comportamentos de voyeurismo e exibicionismo, bem como pela exploração ou agressão sexual em relação a outras crianças.

Para Iencarelli (2013) a criança é exposta ao conhecimento e prazer sexual precocemente, experimentando, assim, um misto de sensações de prazer, medo angustia e culpa, criando um desvio no desenvolvimento de sua sexualidade, que aparecerão ao longo de sua vida em um nível leve, moderado ou severo.

Sebold (1987, apud Prado 2006, p.101) destaca alguns impactos causados pelo abuso em meninos identificados através de observações realizadas pelo terapeuta durante o tratamento. São eles:

[...] (1) preocupações homofóbicas; (2) comportamento agressivo e controlador; (3) comportamento infantil; (4) comportamento fóbico/paranoide; (5) linguagem e comportamentos sexuais; (6) sonhos perturbadores e recorrentes sobre sexualidade; (7) modificações no corpo e na auto-imagem; (8) indicadores sociais e da família; (9) comportamento incendiário.

Diamanduros (2004, apud PRADO, 2006, p. 103) correlacionam aspectos como a dinâmica do abuso, a relação da figura patriarcal na vida do menino e o acolhimento da família após a revelação, que determinam o significado que a violência sexual causa na vida da vítima. Ressalta, ainda, que, quando o abusador é a figura materna, isso causa mais um segredo perturbador.

Mattos (2002, p. 181, apud FILHO, 2009, p. 57) enfatiza que:

Os danos são maiores quando a família, escola, médicos e agentes legais ignoram os apelos da criança, duvidam de sua palavra, responsabilizam-na pelas agressões ou obrigam-na a passar por exames mal conduzidos e até dolorosos, depoimentos sem fim e acareações com aquele que a abusou.

Para Gabel (1997, p.65 apud FILHO, 2009, p. 63)

[...] quando o abuso sexual é revelado, e a maneira como a criança está cercada que determina sua reação; além disso, se ela não estiver preparada as investigações médicas e judiciais às quais deve se submeter podem produzir um novo trauma.

Pode-se ter a percepção de tamanha dor que essa vítima traz consigo, é um segredo causador de grandes sofrimentos psíquicos na vida da criança, uma preparação para algo ainda temido e de poucas falas no “mundo infantil”. Como uma criança menor de 14 anos, pode passar por tal situação. O que levaria sua relação familiar ao alto grau de complicação, como deveria ser responsável por aquilo que ela nem mesmo conhece, culpar uma criança por ter consentido, algo que ela desconhece é o mesmo que tira-la a inocência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno do abuso sexual é um assunto complexo, multifacetado e perturbador, que provocam feridas e traumas profundos que muitas vezes são difíceis de serem ditos e se tornam invisíveis, pode gerar alterações comportamentais, emocionais e cognitivas além de sintomas psicopatológicos. Essa modalidade de violência pode acontecer com qualquer pessoa, em qualquer lugar, dessa maneira o abuso sexual contra meninas é mais debatido e tem um olhar diferente perante a sociedade.

A violência sexual contra meninos não recebe um cuidado mais apurado, pensa-se que meninos não são vítimas de abuso sexual. É necessário refletirmos sobre o abuso sexual contra meninos dentro de uma perspectiva, contemplando os elementos múltiplos de gênero, a relação das famílias, pois estamos diante de diversas famílias e diferentes tipos de abusos sexuais.

O abuso é um elemento que se encontra presente em diversos espaços: nas escolas, nas ruas e principalmente dentro de casa. Essa violência tem grande incidência dentro dos próprios lares, o local que deveria oferecer proteção é onde encontramos mais desproteção.

O abuso sexual contra meninos está envolvido em um estado de negligência, a sociedade em geral acredita que isso não ocorre, meninos não são abusados e que isso é um problema de meninas, na sociedade machista e patriarcal que vivemos, este é um segredo muito guardado. A culpa, o medo e a vergonha constituem no complô do silêncio que envolve o : sexual de meninos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMENDOLA, M. F. **Mães que choram: avaliação psicodiagnóstica de mães de crianças vítimas de abuso sexual.** In M. 2004.

C. C. a. Prado (Org.), **O mosaico da violência: a perversão na vida cotidiana** (pp. 103-169). São Paulo: Vetor.

ARAÚJO, M. F. (2002). **Violência e abuso sexual na família.** *Psicologia em Estudo*, 7(2), 3-11.

AZAMBUJA, M. P. R. (2005). **Violência doméstica: reflexões sobre o agir profissional.** *Psicologia: Ciência e Profissão*, 25(1), 4-13.

AZEVEDO, M. A. & Guerra, V.N.A. **Crianças Vitimizadas: A síndrome do pequeno poder.** São Paulo: Iglu, 1989.

BALBINOTT, Cláudia. **A violência sexual infantil intrafamiliar: a revitimização da criança e do adolescente vítima de abuso.** Rio Grande do Sul, 2008.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente.** Lei 8069 de 13/07/1990. São Paulo, 2009.

CABALLO, Vicente e; SIMÓN, Miguel Angel. **Manual de psicologia clínica infantil e do adolescente: Transtornos Gerais.** 1º ed. São Paulo: Santos, 2014.

CEZAR, Antônio Daltoé. **Projeto depoimento sem dano - direito ao desenvolvimento sexual saudável.** Porto Alegre: Associação Brasileira dos Magistrados, 2008. Disponível em:

<http://www.asppe.org/index_arquivos/projeto_depoimento_sem_dano.pdf>. Acesso em: 214/09/2022.

CÓDIGO PENAL BRASILEIRO. **Dos crimes contra os costumes, maus tratos, tipificação de lesões.** 39ª ed. São Paulo, 2002.

_____. **Código Civil.** Vade Mecum Saraiva. São Paulo: Saraiva, 2014.

_____. **Projeto de Lei nº 8.045/2010. Código de Processo Penal.** Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=490263>>.
Acesso em: 14/09/2022.

COHEN, Claudio; GOBETTI, Gisele Joana. **O incesto: o abuso sexual intrafamiliar**. São Paulo: Cedeca, 2000. Disponível em: <<http://cedeca.org.br/conteudo/noticia/arquivo/393AB65C-F0DF-54B9F6F924E648F.pdf>>. Acesso em: 14/09/2022.

DALGALORRONGO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. 2º ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA. **A 20 de Novembro de 1959, em reunião desta Assembleia e aprovada, passa a vigorar a seguinte declaração**. Disponível em: <<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dc-declaracao-dc.html>>. Acesso em: 14/09/22

DELL'AGLIO, D.D.; KOLLER, S. H.; YUNES, M. A. M.; **Resiliência e psicologia positiva: interfaces do risco à proteção**. 1º ed. São Paulo; Casa do Psicólogo, 2006.

DELL'AGLIO, Débora Dalbosco; BORGES, Jeane Lessinger. **Relações entre abuso sexual na infância, transtorno de estresse pós-traumático (tept) e prejuízos cognitivos**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n2/a20v13n2.pdf>>. Acesso em: 14/09/22

FALEIROS, Vicente de Paula. **É a violência que sedimenta a manutenção da ordem**. Brasília: CECRIA, 1997. Disponível em: <wingo.ucb.br/jspui/bitstream/123456789/48/1>. Acesso em: 14/09/22

FERNANDES, Francisco; LUFT, Celso Pedro; GUIMARÃES, F. Marques. **Dicionário Brasileiro Globo**. 36ª ed. São Paulo: Globo S.A., 1994.

FERREIRA, Ana Lúcia. **O atendimento a criança vítimas de abuso sexual: Avaliação de um serviço público**. 2002. 273 p. Dissertação Doutorado em Saúde Pública-Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2002.

FILHO, Moacyr Ferreira Pires. **Abuso sexual em meninos: A violência intrafamiliar através do olhar de psicólogo que atende em instituições**. 1º ed. Curitiba: Juruá, 2009.

FURNISS, Tilman. **Abuso sexual da criança: Uma abordagem multidisciplinar**. Tradução: Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993, p. 35-30-12.

GABEL, Marceline. **Crianças vítimas de abuso sexual**. São Paulo: Summus Editorial, 1997, p. 20.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 2.866.

IENCARELLI, Ana Maria Brayner. **Abuso sexual: Uma tatuagem na alma de meninos e meninas**. 1º ed. São Paulo: Zagodoni, 2013.

KAPLAN H; SADOCK B; GREBB J. **Problemas relacionados ao abuso ou negligência.** In: Kaplan & Sadock. *Compêndio de Psiquiatria*. 7ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas; 1997. p. 738-744.

LIMA; Climauro Maria de. **Infância ferida: os vínculos da criança abusada sexualmente em seus diferentes espaços sociais.** 1º ed. Curitiba-PR: Editora Juruá, 2009.

MAES, Temi Cristina; JUNIOR, Jorge Antônio Cecyn. **Abuso sexual infanto-juvenil e o projeto “depoimento sem dano”.** Disponível em: <<http://www.sociesc.org.br/reis/index.php/reis/article/view/48/88>>. Acesso em: 14/09/22

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. American Psychiatric Association; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli et al, 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PETERSEN, Circe Salsides, et al. **Terapias Cognitivo-Comportamentais para crianças e adolescentes.** Porto Alegre: Artmed, 2011.

PRADO, Sonia Fortes do. **Dimensões da violência sexual contra meninos sob a ótica de gênero: Um estudo exploratório.** 2006. 203 p. Dissertação Mestrado em Psicologia Clínica - Universidade de Brasília, Brasília: UNB/2006.

VIEIRA, Natalie Monteiro. **Abuso sexual a menores.** UNIVERSIDADE DE COIMBRA. 2006.

World Health Organization. *Guidelines for medico-legal care for victims of sexual violence.* 2003:8.

YUNES, M. R.; KOLLER, S. H. **Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual.** *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 11, p. 559-578, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721998000300014>. Acesso em: 14/09/22

Capítulo 39 - DOI:10.55232/1084002039

**ENSINO APRENDIZAGEM: EXPERIÊNCIAS DO
ESTÁGIO EM QUÍMICA NO CURSO TÉCNICO EM
CONTROLE AMBIENTAL NO IF SUDESTE – CAMPUS
SÃO JOÃO DEL REI**

**Raíra da Cunha, Ana Cláudia dos Santos, Patrícia Moreira dos Reis,
Walker Vinícius Ferreira Do Carmo Batista, Viviane Vasques da Silva
Guilarduci**

RESUMO: O trabalho presente tem como objetivo descrever as atividades desenvolvidas por uma aluna do curso de Química Licenciatura da Universidade federal de São João del Rei, Raíra da Cunha, no estágio curricular obrigatório. A atuação do estágio foi realizada no curso Técnico em Controle Ambiental do IF sudeste- Campus São João del Rei, enfatizando os pontos de maior relevância durante o período. O estágio aconteceu durante o período de março de 2018 a julho de 2018, sob a orientação do professor Dr. Paulo César Pinheiro da UFSJ e sob a supervisão da professora Dra. Viviane Vasques da Silva Guilarduci do IF- Sudeste.

Palavras-chave: Estágio supervisionado, licenciatura, química

INTRODUÇÃO

O Estágio Supervisionado é um processo de aprendizagem necessário a um profissional que deseja estar preparado para enfrentar os desafios e conhecer a realidade da profissão que optou por exercer (Almeida, 2014). É uma atividade exigida nos cursos de licenciatura que tem como objetivo desenvolver no estudante, não apenas a teoria estudada durante o curso de graduação, mas também a aplicação e reflexão sobre a prática que se inicia durante o estágio. O estágio é o lócus onde “a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida” no entrelaçamento dos percursos individuais e institucionais no âmbito do trabalho e da formação: Uma ação vivenciada reflexiva e criticamente, em que aprender a ser professor vai além da compreensão teórica, adentrando as paredes da sala de aula, aproximando alunos da realidade em que irão atuar [Gaspar e Silva, 2018].

Este presente trabalho, teve como objetivo, descrever as atividades desenvolvidas durante o período do estágio supervisionado, destacando os pontos de maior relevância durante todo esse período fundamental que é o estágio docência

METODOLOGIA

Observação da estrutura física do IF-Sudeste.

A primeira etapa do estágio consistiu na observação da estrutura física do instituto e realizado uma breve pesquisa sobre o curso Técnico em Controle Ambiental, com objetivo de familiarizar sobre o curso e o instituto.

Observação das aulas

Na segunda etapa do estágio, se fez necessário um período de observação, pois por meio da observação, o aluno é capaz de refletir sobre as futuras reações pedagógicas Pelozo (2007).

Regência

Após o período de observação, foi possível colocar a regência em prática. Entende-se o estágio de regência como espaço privilegiado de desenvolvimento do conhecimento pelos licenciandos. “Esse conhecimento corresponde à transformação dos conteúdos a serem ensinados em conteúdo a serem aprendidos pelos alunos”. (Neto, et al, 2016, p. 43).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Caracterização do espaço físico da escola

No dia 08 de fevereiro de 2010, houve as aulas dos primeiros cursos do Instituto Federal de São João del-Rei. No ano 2016 foi construído um segundo prédio para o IF, denominado prédio 2, onde são distribuídas mais salas de aulas, uma biblioteca ampla, anfiteatro, lanchonete e laboratórios de química, biologia, informática, entre outros para os demais cursos. Também são distribuídas as salas dos professores separadas e um espaço em comum para os mesmos. A Figura 1 mostra a fotografia dos prédios do IF- Sudeste, campus São João del Rei.



Figura 1. Fotografia dos prédios do IF Sudeste- Campus São João del Rei.

O Curso Técnico em Controle Ambiental subsequente (modalidade da educação profissional voltada para o aluno que já concluiu o Ensino Médio) iniciou-se no ano de 2010 e tem duração de três semestres. O curso é ministrado no período noturno.

O profissional formado em Técnico em Controle Ambiental estará apto a atuar em diversas áreas com intuito de planejar, executar, avaliar e gerenciar questões ambientais. Desse modo, o objetivo do curso é formar profissionais aptos a desempenhar com excelência a profissão de técnicos em controle ambiental com ênfase em saneamento.

O curso é oferecido anualmente, com vagas para 40 alunos no período da noite, no entanto, é necessário ter concluído o ensino médio e ser classificado no processo seletivo aberto ao público, realizado pelo Campus São João del-Rei.

Observação das aulas

Nesse período, o estagiário observa os profissionais do ensino em um intervalo de tempo, durante as atividades. Foram observadas as professoras Viviane Guillarducci, professora de química e Alessandra Furtado professora de biologia do curso técnico em controle ambiental. Ao observar as duas professoras, notou-se diferentes características nas didáticas de cada uma. Foi feita a observação total de 120 h, sendo as aulas observadas na disciplina do 1º período, Técnicas de Laboratório, lecionada pela professora de química Viviane Guillarduci, e na disciplina do 3º período, Tratamento de Água Residuárias II, que foi lecionada pelas professoras de Química e Biologia, onde foi destacado na didática das duas profissionais, a relação do conteúdo ao cotidiano.

Regência

Após o período de observação das aulas, foram feitas as regências nas diferentes turmas. Para o 1º período foi possível ministrar três aulas, com os seguintes conteúdos: revisão e correção de exercícios, aula experimental sobre ácidos e bases, aula teórica sobre preparo de solução, diluição e curva de calibração. E para o terceiro período aula prática sobre análise de água. A regência foi um período de extrema importância, pois, por meio de algumas dificuldades encontradas, como indisciplina, atendimento a vários alunos durante aulas experimentais e conteúdo extenso, foi possível refletir sobre a preparação de aulas futuras.

Demais atividades

Além das atividades anteriores, foram realizadas outras atividades durante o estágio, como preparo das aulas experimentais, apostila experimental, auxílio na correção de prova e relatório e também um projeto “Sabão Ecológico” com o auxílio de uma colega de classe do curso de química, Ana Cláudia dos Santos e a professora Viviane, que foi apresentado no IF na praça. O projeto “Sabão Ecológico”, teve por objetivo conscientizar os alunos e a comunidade sobre a necessidade de reutilizar o óleo de cozinha como alternativa para amenizar os impactos causados por este quando descartado de forma incorreta no ambiente, além de ensinar química

com assuntos alternativos, relacionado ao curso em que frequentam. Foi um projeto que trouxe muita proximidade com os alunos, que se mostraram muito interessados em participar.

CONCLUSÃO

O Estágio Supervisionado possibilitou uma experiência de suma importância para formação da docente. A experiência a respeito da maneira como lecionar, o preparo de aulas teóricas e práticas com auxílio de um professor supervisor e a professora supervisora forneceram mais segurança para exercer a profissão. Em suma, o estágio supervisionado dá a ideia que o futuro professor, irá encarar no seu cotidiano, aprendendo a lidar com as eventualidades diárias e conseguir atingir seu objetivo maior, que é o da promoção da aprendizagem.

REFERÊNCIAS

NETO, J. C. ET AL. *Laplage em Revista*. Sorocaba, v. 2, N.2, P. 42-49, MAI./AGO., 2016.

PELOZO, R. B.. *Revista Científica Eletrônica de Pedagogia*. v. 10, 2007. Disponível em http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Pedagogia/aprtestagiosuperv.pdf

SILVA, HAÍLA I.; GASPAR, MÔNICA. ESTÁGIO SUPERVISIONADO: A RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA REFLEXIVA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA. *REV. BRAS. ESTUD. PEDAGOG.*, BRASÍLIA, v. 99, N. 251, P. 205-221, JAN./ABR. 2018. <https://www.ifsudestemg.edu.br>; ACESSO EM JULHO DE 2022.

Capítulo 40 - DOI:10.55232/1084002040

**COLABORAÇÃO PREMIADA COMO INSTRUMENTO DE
DEFESA DO ACUSADO E OPERAÇÃO LAVA-JATO**

Lyon Ribeiro Silva, Leonardo Santos

RESUMO: O presente artigo tem por objeto estudar e apresentar os conceitos acerca do instituto da colaboração premiada no Direito Brasileiro, especialmente, em relação à sua efetividade no combate e desmantelamento do crime organizado e eficácia no que se refere a sua utilização como forma de defesa dos acusados. O objetivo é apresentar, além de um histórico do processo de criação da colaboração premiada e sua implantação no direito brasileiro, analisar também alguns temas relevantes sobre a incidência e suas consequências na investigação da Polícia Federal na Operação Lava-Jato e discutir a utilização da colaboração como forma de defesa dos réus, além de tratar de tópicos que tangenciam normas e princípios constitucionais. Dentro do contexto das investigações acirradas acerca da corrupção política, o instituto da delação, agora chamado de colaboração, tem se mostrado um bom aliado da persecução penal e da justiça. Dessa forma, a pesquisa realizada utilizou-se do método dedutivo e da técnica de pesquisa de análise doutrinária, documental e midiática sobre o tema, havendo argumentos em diversos sentidos.

Palavras-chave: Colaboração Premiada; Lava-Jato; Aplicação da Colaboração Premiada no Direito Brasileiro.

1. Colaboração Premiada

1.1 Introdução

A colaboração premiada é um instituto do Direito Penal que surgiu diante das dificuldades enfrentadas ao longo do tempo para se punir os crimes praticados em concurso de agentes. Consiste na oferta de benefícios pelo Estado ao participante de ação criminosa que prestar informações válidas a respeito de outros envolvidos no crime com a finalidade de ajudar ou facilitar a persecução penal e a justiça a dismantelar o fato criminoso. É também chamada de delação premiada, no entanto, o termo “colaboração” ganhou maior notoriedade, visto que nem sempre essa prestação voluntária de informações é uma delação de alguém especificamente. Em sentido contrário se manifesta Guilherme de Souza Nucci, afirmando ser menos correto a utilização do termo colaboração premiada, uma vez que se trata de uma autêntica delação de alguém.¹

Não obstante, diante da necessidade do Estado de conter o crime e da sua dificuldade em acompanhar a evolução dos ações criminosas e de suas instituições, a colaboração premiada se apresenta como solução para suprir o déficit estatal na resolução dos crimes e também como uma forma de apresentar resultados à sociedade, além disso, atualmente, ela tem se tornado um forte instrumento de defesa, como se tem visto no caso específico da Operação Lava-Jato que já soma mais de 65 colaborações até o presente momento.

Constando-se ter havido a colaboração premiada, afirma Guilherme de Souza Nucci (2014) que o juiz pode tomar uma das seguintes medidas: a) conceder o perdão judicial, julgando extinta a punibilidade; b) condenar o réu colaborador e reduzir a pena em até 2/3; c) substituir a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, dentre as previstas pelo art. 43 do Código Penal.²

A delação premiada ocorre quando o acusado, admitindo ter sido parte da prática de um crime, declara haver a participação de um terceiro, que contribuiu em algum momento e de alguma forma com a prática daquele ato criminoso. A mera delação, por si só, não enseja benefício ao delatante, haja vista que as informações devem contribuir verdadeiramente para se fazer cessar a conduta criminosa. Juiz Sérgio Moro afirma que a palavra do criminoso deve ser sempre ressalvada, vista com desconfiança, e que o depoimento deve ser amparado em prova de corroboração.³

Nesse sentido, Damásio de Jesus afirma que a delação premiada é:

[...] A incriminação de terceiro realizada por um suspeito, investigado, indiciado ou réu, no bojo de seu interrogatório (ou em outro ato). “Delação premiada” configura aquela incentivada pelo legislador, que premia o delator, concedendo-

¹ NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis Penais e Processuais Penais Comentadas**. 8. ed. Vol. 1., atual e ampl. São Paulo: Editora Forense, 2014.

² NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis Penais e Processuais Penais Comentadas**. 8. ed. Vol. 1., atual e ampl. São Paulo: Editora Forense, 2014.

³ LEONARDO, Marcelo. **Delação como forma de coação**. Disponível em: < <http://www.conjur.com.br/2015-jul-03/marcelo-leonardo-troca-liberdade-delacao-forma-coacao> />. Acesso em: 06/04/16.

the benefícios (redução de pena, perdão judicial, aplicação de regime penitenciário brando etc.) [...] ⁴

(JESUS, 2006, p.26-27)

Contudo, para Nestor Távora (2009) para que a delação premiada tenha força probatória, deve ser submetida ao crivo do contraditório, possibilitando à defesa do delatado que faça perguntas durante o interrogatório, e se necessário, é possível a marcação de um novo interrogatório para que haja a participação do defensor.⁵

Com base nesses argumentos, pretende-se analisar, através do método dedutivo, se a colaboração premiada fere algum princípio constitucional, em que pese, possa ser utilizada como uma modalidade de prova ou de defesa dos réus. Para tanto, foram utilizadas pesquisas bibliográficas, e via *internet*, além de algumas análises jurisprudenciais e midiáticas; tendo por objetivo verificar se o instituto da colaboração premiada é um meio eficiente para se combater o crime organizado e para se utilizar como instrumento de defesa dos acusados.

1.2 Origem e Conceito

O instituto apresenta registros desde a Idade Média, porém conquistou um lugar de maior destaque com o aumento e a sofisticação da criminalidade, sobretudo, depois da segunda metade do século XX. No Brasil, nota-se alguns resquícios históricos desse instituto, por exemplo, no episódio da Inconfidência Mineira em que o Coronel Joaquim Silvério dos Reis obteve o perdão de suas dívidas com a Coroa Portuguesa em troca da delação dos outros participantes, que foram presos e acusados do crime de *lesa-majestade* (traição cometida contra a pessoa do Rei). Dentre os participantes, Joaquim José da Silva Xavier foi tido como chefe do movimento e, em consequência disso, condenado à morte por enforcamento. Outro período que também merece destaque é o do Regime Militar, a partir de 1964, em que a delação premiada foi muito utilizada para descobrir as pessoas que não concordavam com aquele modelo de governo e, portanto, eram consideradas criminosas.

No que se refere à colaboração premial positivada, da qual vem sendo tratada neste referido artigo remonta-se a Itália, onde o combate à máfia se fez em grande parte, por força das colaborações de investigados, sendo assim, o ordenamento jurídico brasileiro recebeu influência direta da doutrina italiana para a criação desse tipo de elemento probatório. Foi mencionada pela primeira vez no Direito Penal brasileiro na lei 8.072/90 (Lei dos Crimes Hediondos) sendo o benefício expandido para os crimes de extorsão mediante sequestro e naqueles assemelhados aos hediondos praticados por quadrilha ou bando. Essa modalidade de prova combinada com atenuante de pena já está presente em outros seis diplomas legais que tratam da matéria penal, sendo eles: art. 159 do Código Penal, sobre crimes de extorsão mediante sequestro; Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, sobre crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as

⁴ JESUS, Damásio de. **Delação premiada**. In: **Revista Justilex**. Brasília, ano IV, n. 50, p. 26-27, fevereiro de 2006.

⁵ TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. **Curso de direito processual penal**. 7. ed. Bahia: Juspodivm, 2012.

relações de consumo (art. 16, parágrafo único); Lei nº 9.034, de 03 de maio de 1995, sobre crime organizado (artigo 6º); Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998, que versa sobre a lavagem de dinheiro (artigo 1º, parágrafo 5º); Lei nº 9.807, de 13 julho de 1999, sobre programa de proteção a vítimas e testemunhas, dispondo sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal (artigo 14); Lei nº 10.409, de 11 janeiro de 2002, de repressão a tóxicos. No entanto, o instituto da colaboração foi ampliado e organizado pela Lei 12.850/13, que regula sobre as organizações criminosas.⁶

Conceitua Nucci que a colaboração premiada:

*(...) significa a possibilidade de se reduzir a pena do criminoso que entregar o(s) comparsa(s). É o 'dedurismo' oficializado, que, apesar de moralmente criticável, deve ser incentivado em face do aumento contínuo do crime organizado. É um mal necessário, pois trata-se da forma mais eficaz de se quebrar a espinha dorsal das quadrilhas, permitindo que um de seus membros possa se arrepender, entregando a atividade dos demais e proporcionando ao Estado resultados positivos no combate à criminalidade.*⁷ (NUCCI, 2007, p. 716)

Embora tenha sido incipiente em 1990, na Lei de Crimes Hediondos, a delação premiada somente foi reforçada e ganhou aplicabilidade prática com a Lei 9.613/98 de Combate à lavagem de dinheiro. Os prêmios passaram a ser mais estimulantes aos acusados, trazendo a possibilidade de condenação em regime menos graves, substituição da pena e até o perdão judicial.

No mesmo sentido caminhou a Lei 9.807/1999, que trata da proteção de testemunhas (arts. 13 e 14, Lei 9.807/1999) como vemos:

Art. 13. Poderá o juiz, de ofício ou a requerimento das partes, conceder o perdão judicial e a conseqüente extinção da punibilidade ao acusado que, sendo primário, tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e o processo criminal, desde que dessa colaboração tenha resultado:

I - a identificação dos demais coautores ou partícipes da ação criminosa;

II - a localização da vítima com a sua integridade física preservada;

III - a recuperação total ou parcial do produto do crime.

⁶ FREITAS, Vladimir Passos. **A Delação entrou definitivamente no processo penal brasileiro**. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2016-abr-03/segunda-leitura-delacao-entrou-definitivamente-processo-brasileiro> /> Acesso em: 06/04/16.

⁷ NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal: parte geral: parte especial**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007, p. 716.

Parágrafo único. A concessão do perdão judicial levará em conta a personalidade do beneficiado e a natureza, circunstâncias, gravidade e repercussão social do fato criminoso.

Art. 14. O indiciado ou acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais coautores ou partícipes do crime, na localização da vítima com vida e na recuperação total ou parcial do produto do crime, no caso de condenação, terá pena reduzida de um a dois terços.

Ainda foram editadas as Leis 11.343/2006, prevendo a colaboração premiada para crimes de tráfico de drogas (art. 41), e a Lei 12.529/2011, que denominou a colaboração premiada de “acordo de leniência”, prevendo sua aplicabilidade para infrações contra a ordem econômica (arts. 86 e 87).

Excetuando-se a lei que denominou o “Acordo de Leniência”, todas as outras legislações não regulamentavam essa técnica de investigação de forma completa e autoexplicativa, o que levava alguns acusados-colaboradores a cair num vazio jurídico e ficarem sujeitos às decisões judiciais. O que se tinha, na verdade, era um conjunto de medidas judiciais, construídas anteriormente em assembleias pelos juízes, para tratar e seguir no âmbito do processo, quando necessário. Cada estado costumava ter um padrão pré-estabelecido distinto, totalmente a critério dos magistrados. Com o advento da lei 12.850/13 as colaborações premiadas deixaram de ser tratadas de modo informal e com reduções de pena dependentes de decisão judicial e passaram a ser formalizadas em contratos com cláusulas detalhadas, explicando todos os benefícios e as condições necessárias para obtê-los.

A Lei 12.529/11 regulamentou mais especificamente o “acordo de leniência”, prevendo, além do evidente sigilo (art. 86, § 9º), que o colaborador identifique os demais envolvidos e forneça informações e documentos que comprovem a infração noticiada ou sob investigação (art. 86, I e II). Além disso, é preciso que, por ocasião da propositura do acordo, não estejam disponíveis com antecedência provas suficientes para assegurar a condenação, o colaborador confesse sua participação no ilícito e coopere plena e permanentemente com as investigações (art. 86, § 1º).

Todavia, um procedimento completo foi previsto apenas na Lei 12.850/13, que prevê medidas de combate às organizações criminosas.

Atualmente, a colaboração premiada tem sido utilizada como um meio de defesa eficaz. Não obstante, há nesse sentido, reuniões da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) a fim de fomentar a utilização do instituto na defesa dos clientes pelos advogados. Diz-se hoje, o advogado retrógrado, aquele que não se utiliza desse instituto em casos que assim o caibam. Observa-se nesse sentido, a quantidade de colaborações da Operação Lava-Jato.

1.3 Natureza Jurídica

Basicamente, a delação premiada é um acordo entre o Ministério Público e o acusado, no qual este recebe uma vantagem em troca das informações que fornecerá ao *parquet*. Quanto mais informação for dada por aquele que delata, maior será o benefício a ele proporcionado. Extrinsicamente, como afirma Guilherme de Souza Nucci (2014) deve o delator compor com o Ministério Público, sempre assistido por advogado, a fim de ofertar o que sabe e receber a proposta de benefícios. Essa proposta por sua vez, será avaliada pelo juiz que checará se houve apoio do defensor, se a proposta está de acordo com aquilo que é posto em lei, entre outros. Do mais, a delação ainda precisa ser feita de modo voluntário, não tendo a necessidade da espontaneidade, mas tão somente a livre opção de delatar e receber os benefícios a serem propostos. É essencial a presença do advogado e o juiz fica isento da negociação. O máximo que o magistrado pode realizar é a adaptação de alguns pontos à legalidade, sem entrar no seu conteúdo. Realizado o acordo é o momento do delator prestar sua colaboração. Sendo assim, a natureza da delação premiada variará conforme a situação do caso concreto, podendo ser, por exemplo, uma causa de diminuição de pena, incidente na terceira etapa do sistema trifásico de aplicação da pena, ou uma causa extintiva da punibilidade, pois pode resultar na concessão do perdão judicial.⁸

1.4 Colaboração Premiada como Instrumento de Defesa na Operação Lava-Jato

A colaboração premiada foi determinante para os desdobramentos das várias fases da operação chamada pela Polícia Federal de "Operação Lava-Jato" por se tratar de um complexo esquema de corrupção na empresa estatal Petrobras onde se utilizavam postos de gasolina e lavanderias para a lavagem de dinheiro. Dentre as muitas delações já realizadas na investigação ganha destaque a de Paulo Roberto Costa, ex-diretor de abastecimento da Petrobras que em um acordo com o Ministério Público Federal trouxe importantes dados que envolviam políticos, grandes empresários e funcionários públicos no alvo das investigações.

Desde o deflagramento dos primeiros indícios até os dias atuais já foram realizadas 69 delações na Lava-Jato, o que revela o caráter defensivo que a delação passou a ter na persecução penal. É inegável a eficácia das incursões policiais referidas por colaborações. No mesmo diapasão o Direito Penal Moderno reconhece práticas delituosas cada vez mais estruturadas por ações de diversos agentes e partícipes seja na corrupção dentro dos órgãos públicos ou nas facções criminosas nos quais o uso dessa prática contribui para uma melhor defesa dos acusados.

Como afirma Sérgio Rodas a “lava jato” alçou as delações a um patamar de importância jamais visto no Brasil.

“O caso, que começou com suspeitas de lavagem de dinheiro por meio de um posto de gasolina em Brasília, cresceu graças aos depoimentos de Paulo Roberto Costa e do doleiro Alberto Youssef. Eles foram os primeiros a mencionar

⁸ NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis Penais e Processuais Penais Comentadas**. 8. ed. Vol. 1., atual e ampl. São Paulo: Editora Forense, 2014.

*que havia um esquema de fraudes em licitações,
sobrepreços e desvio de recursos que envolvia executivos da
Petrobras, empreiteiros e políticos.*⁹

(RODAS, 2015)

Nota-se, portanto, na fala do juiz Sérgio Moro, o atual cenário do uso do instituto, hoje frequentemente utilizado, sobretudo nos crimes de colarinho branco, que envolvem grandes esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro.¹⁰

2. Colaboração Premiada e Princípios Constitucionais

Em que pese toda essa problemática supracitada, há necessidade de se analisar também que a concessão de benefícios a criminosos tem gerado uma banalização dos acordos de delação, sendo que se faz necessária reflexão até que ponto ela pode ser usada com o resultado eficaz que se espera. O que se busca é a resolução justa do caso concreto, o que chancela as colaborações. De mesmo modo, os aplicadores da lei não devem ser coniventes com a impunidade perpetrada com o excessivo uso de tal instrumento, pois quem é delator, assumidamente é criminoso e conforme enuncia Beccaria, a sensação de sair impune de atos ilícitos é a motivação para a continuidade da delinquência. Além disso contraria com veemência o disposto do art. 59 do CP que fixa a reprovabilidade da ação delituosa como um dos fins buscados na aplicação da pena.¹¹

Guilherme de Souza Nucci, critica a forma como vêm sendo feitos esses acordos, uma vez que certamente ocorrem ilegalidades e violações a princípios e direitos constitucionais dos acusados.



Entre as diversas cláusulas presentes nas delações da “Lava-Jato” que desrespeitam as regras constitucionais enumeramos:

Inexistência de isonomia entre os coautores, pois aquele que delata primeiro por trazer um conjunto de informações maior, e desse modo, mais relevante à investigação, receberia melhores benefícios em comparação aos delatores subsequentes. A partir desse ponto chama atenção a decisiva e questionada participação da advogada Beatriz Catta Pretta que esteve presente nove delações da Operação Lava Jato. Considerada por outros juristas como aproveitadora de momentos de fragilidade dos clientes, ela ganhou notoriedade dentro da área criminal por ser uma das incentivadoras da delação como forma de defesa e, por isso se tornou questionada, pois esse instituto trata de maneira diferente os agentes de um mesmo ato ilícito, além de tal recurso ser qualificado como moralmente inaceitável.

⁹ RODAS, Sérgio; **Acordos de delação lava-jato violam Constituição e Leis Penais**, 2015. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-out-15/acordos-delacao-lava-jato-violam-constituicao-leis-penais>>. Acesso em: 06/04/16.

¹⁰ LEONARDO, Marcelo. **Delação como forma de coação**. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-jul-03/marcelo-leonardo-troca-liberdade-delacao-forma-coacao>>. Acesso em: 06/04/16.

¹¹ BECCARIA, Cessare. **Dos delitos e das penas**. (Título original: “Dei delitti e delle pene”). Tradução de Neury Carvalho Lima). 1. ed. São Paulo: Hunter Books, 2012.

Merece destaque a citação de um artigo da Revista Consultor Jurídico que analisou sobre 23 acordos de colaboração realizados na Operação Lava- Jato e que vão desde a realizada por Paulo Roberto Costa, ex-diretor de abastecimento da estatal até a de Fernando Moura que era lobista no esquema. Todos os compromissos de colaboração na referida investigação vedam a possibilidade de sua contestação em via judicial ou a interposição de recursos contra sentenças que venham a receber os réus. Deste modo, afasta-se o direito de ação presente na *Lex Fundamentalis* no art. 5º, inciso XXXV onde o Poder Judiciário não pode declinar a responsabilidade de verificar lesão ou ameaça a direito.¹²

Critica-se também a proibição de os advogados dos colaboradores terem acesso ao conteúdo das informações prestadas ficando essas sobre a tutela do juiz e do Ministério Público. Diz-se estar ferindo a ampla defesa e o contraditório, cabendo aos procuradores justificar tal conduta da manutenção do sigilo para o bom prosseguimento das investigações, no entanto há de se reconhecer a prerrogativa que detêm os defensores de acessar aos inquéritos e processos de seus pacientes.

Outro ponto controverso, trata das garantias acerca da quebra de cláusulas do contrato de delação. Se realizado pelo réu, este perderá todos os benefícios recebidos, se algumas das obrigações forem descumpridas pelo Ministério Público ou pelo juiz, restará apenas ao delator interromper suas contribuições com a Justiça, mas as provas obtidas por meio de seus depoimentos serão válidas na instrução penal, ou seja, os deveres decorrentes do acordo são desproporcionais na comparação dos lados da mesa de negociação, sendo que só não seria possível dizer em lesão de negócio jurídico, instituto do direito civil que invalida os contratos, pois o réu tem ciência disso e não se vê em premente necessidade, podendo optar em delatar ou não. Surge uma dúvida: “A premente utilização da colaboração premiada como forma de beneficiar o agente, ainda que não se saiba ao certo qual a benesse será atribuída à sua colaboração, força o agente a delatar, contribuir?”.

Ainda afirma Nucci (2014) que houve evidente erro pelo não estabelecimento de um mínimo; assim sendo, pode ser de apenas um dia, o que seria desproporcional aos fins da pena e do próprio instituto da colaboração.¹³

Por outro lado, no que tange acerca do cerceamento do direito de silêncio ao delator, vale ressaltar que quem se predispõe a trazer informações à persecução penal abnega do referido auxílio constitucional por vislumbrar na colaboração um alívio de sua pena, nesse ponto, embora exima a utilização do instituto, parece não conter ilegalidades.

3.1 Colaboração Premiada e Direito Penal

No que tange o Direito Penal e seus princípios, existe uma correlata gradação entre a participação do colaborador na investigação da infração penal e a concessão dos

¹² RODAS, Sérgio; **Acordos de delação lava-jato violam Constituição e Leis Penais**, 2015. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-out-15/acordos-delacao-lava-jato-violam-constituicao-leis-penais/>>. Acesso em: 06/04/16.

¹³ NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis Penais e Processuais Penais Comentadas**. 8. ed. Vol. 1., atual e ampl. São Paulo: Editora Forense, 2014.

benefícios, sendo assim, em cada caso concreto haverá um tratamento diferenciado, o que estaria em perfeita consonância com o princípio da individualização da pena, pois a culpabilidade do agente seria reduzida à medida das informações que trouxesse.

Cabe discutir ainda sobre a progressão dos regimes, pois os acordos da Lava-Jato preveem esse benefício para os acusados fora dos limites estabelecidos pelo art. 112 da Lei 7.210/84 (Lei da Execução Penal). O argumento do Ministério Público Federal encontra fundamento na própria Lei do Crime Organizado que em seu art. 4º, parágrafo 5, preceitua essa condição, no entanto, apenas para as colaborações realizadas após a sentença algo que não acontece na maioria dos casos da referida investigação. Seguindo tal raciocínio, os compromissos firmados na Lava-Jato não fixam de imediato o tempo do regime inicial da pena que será determinado através de posterior avaliação das contribuições do delator. Dentro de um prazo variante de seis meses a um ano após a assinatura do acordo, as partes voltam a se reunir para a apresentação de propostas, se chegarem a um consenso, caberá ao juiz homologar o pacto. No entanto, tal ação ofende o que dispõe o art. 59, II, do Código Penal que restringe à figura do magistrado o estabelecimento desse prazo.¹⁴

Além disso, cabe também comentários aos “isonômicos” benefícios trazidos pelas delações na Lava-Jato concedendo substituição da prisão preventiva em domiciliar, ferindo a lei 12.850 que não prevê tal hipótese no rol de seus benefícios, bem como, a deturpação do cumprimento de prisão preventiva em casa por pessoas não enquadradas nas circunstâncias previstas no art. 318 do Código de Processo Penal. Há nítida irregularidade jurídica na concessão de substituição da prisão preventiva (art. 311 do CPP) em domiciliar presente no art. 317 do CPP por pessoas não enquadradas nas circunstâncias previstas no art. 318 do referido diploma legal, ou seja, dos indivíduos impossibilitados de se encontrarem encarcerados, configurando-se assim violação a isonomia, mandamento constitucional responsável em garantir o tratamento igual para pessoas em iguais condições, isto é, seja qual for a delação deve ela trazer os mesmos efeitos e as mesmas obrigações.¹⁵

Em suma, a legalidade (art. 5º, II, CF e art. 1º do CP), base da legislação penal não tem sido respeitada, desse modo incorre-se no uso arbitrário desse instituto, seja para beneficiar ou prejudicar o réu, pois a obrigatoriedade do cumprimento da lei (art. 3 da LINDB) busca como valor a aplicação do direito sem desvios de sua finalidade, independe de questões políticas ou econômicas.

¹⁴ RODAS, Sérgio; **Acordos de delação lava-jato violam Constituição e Leis Penais**, 2015. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-out-15/acordos-delacao-lava-jato-violam-constituicao-leis-penais> />. Acesso em: 06/04/16.

¹⁵ PEREIRA, Jeniffer Gonçalves; STURARO, Marília de Castro. **A delação premiada na operação Lava Jato e o descontentamento político nacional**. <<http://jeniffergp.jusbrasil.com.br/artigos/317894574/a-delacao-premiada-na-operacao-lava-jato-e-o-descontentamento-politico-nacional> /> . Acesso em: 06/04/16.

3. Conclusão

Guilherme de Souza Nucci (2014) ressalva alguns aspectos positivos e negativos a respeito da aplicação do instituto do prêmio pela colaboração. Assinala como pontos negativos da delação: a) a oficialização, determinada por lei, da traição, forma antiética de comportamento social; b) a possibilidade de ferir a proporcionalidade da aplicação da sanção, pois o delator receberia pena menor do que os delatados, cúmplices que fizeram tanto ou até menos que ele; c) a existente delação premiada não serviu até o momento para incentivar a criminalidade organiza a quebrar a lei do silêncio, que no universo do delito fala mais alto; d) o estado não pode gostar e se manter barganhando com a criminalidade; e) há um estímulo a delações falsas e um incremento a vinganças pessoais. Por outro lado, o autor enuncia os pontos positivos, sendo eles: a) No universo criminoso, não se pode falar em ética ou em valores moralmente elevados, dada a própria natureza da prática de condutas que rompem com as normas vigentes, ferindo bens jurídicos protegidos pelo Estado; b) não há lesão à proporcionalidade da pena, pois esta é regida, basicamente, pela culpabilidade (juízo de reprovação social), que é flexível. O delator ao colaborar com o Estado mostra-se menor culpabilidade, portanto, pode receber sanção menos grave; c) O crime praticado por traição é grave, justamente porque o objetivo almejado é a lesão a um bem jurídico protegido; a delação seria a traição de bons propósitos, agindo contra o delito e em favor do Estado; d) o benefício instituído por lei para que o criminoso delate o esquema no qual está inserido, bem como os cúmplices, pode servir de incentivo ao arrependimento sincero, com forte tendência à regeneração interior, o que seria um dos fundamentos da própria aplicação da pena. e) a falsa delação deve ser severamente punida; f) a ética é juízo de valor variável conforme a época e os bens em conflito, razão pela qual não pode ser empecilho para a colaboração premiada, cujo fim é desmantelar tão logo, a organização criminoso e se fazer cessar o crime.¹⁶

É preciso uma análise minuciosa a respeito da colaboração premiada, que por um lado auxilia e colabora com a justiça, com o intuito único de se chegar ao desmantelamento da ação criminoso e sua organização, por outro, ao tratar desse assunto, direitos constitucionais são colocados em discussão, como por exemplo: “Até que ponto cabe uma delação premiada no processo?”; “O último a deletar será prejudicado no que diz respeito aos direitos iguais dos igualmente processados?”; “Qual a forma que o juiz e o Ministério Público devem proceder na elaboração do acordo?”.

Portanto, se por um lado princípios constitucionais irrenunciáveis sejam – por força de razoabilidade, justiça, visando benefícios recíprocos - abnegados, por outro exige-se cautela e bom senso jurídico por parte dos aplicadores da colaboração premiada no processo. Não se pode fazer do benefício uma saída para impunidade, de outro modo, não se pode desconsiderá-lo do ordenamento jurídico, visto que seus resultados, de modo geral, têm sido satisfatórios. É inegável que a colaboração premiada surgiu no direito com um papel importante na persecução criminal, mas é preciso seguir regras estabelecidas na lei, pois seria ilegítima, a utilização desse instituto para criar mecanismos de benefícios distintos aos “*whyte collar crimes*” (*crimes de*

¹⁶ NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis Penais e Processuais Penais Comentadas**. 8. ed. Vol. 1., atual e ampl. São Paulo: Editora Forense, 2014.

colarinho branco) surgidos mais recentemente – e que, aqui no Brasil, hoje, deram notoriedade à Colaboração – dos benefícios dados aos crimes tradicionais cruentos, como entende a doutrina penal clássica.¹⁷

5. Referências bibliográficas

BECCARIA, Cessare. **Dos delitos e das penas**. (Título original: “Dei delitti e delle pene”. Tradução de Neury Carvalho Lima). 1. ed. São Paulo: Hunter Books, 2012.

FREITAS, Vladimir Passos. **A Delação entrou definitivamente no processo penal brasileiro**. Disponível em: < <http://www.conjur.com.br/2016-abr-03/segunda-leitura-delacao-entrou-definitivamente-processo-brasileiro> /> Acesso em: 06/04/16.

JESUS, Damásio de. **Delação premiada**. *In: Revista Justilex*. Brasília, ano IV, n. 50, p. 26-27, fevereiro de 2006.

LEONARDO, Marcelo. **Delação como forma de coação**. Disponível em: < <http://www.conjur.com.br/2015-jul-03/marcelo-leonardo-troca-liberdade-delacao-forma-coacao> />. Acesso em: 06/04/16.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis Penais e Processuais Penais Comentadas**. 8. ed. Vol. 1., atual e ampl. São Paulo: Editora Forense, 2014.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal: parte geral: parte especial**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007, p. 716.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal e execução penal**. 8. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: RT, 2011.

PEREIRA, Jeniffer Gonçalves; STURARO, Marília de Castro. **A delação premiada na operação Lava Jato e o descontentamento político nacional**. <<http://jeniffergp.jusbrasil.com.br/artigos/317894574/a-delacao-premiada-na-operacao-lava-jato-e-o-descontentamento-politico-nacional> /> . Acesso em: 06/04/16.

RODAS, Sérgio; **Acordos de delação lava-jato violam Constituição e Leis Penais**, 2015. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-out-15/acordos-delacao-lava-jato-violam-constituicao-leis-penais> />. Acesso em: 06/04/16.

SUTHERLAND, Edwin H. **Princípios de Criminologia**. Chicago: Universidade de Chicago, 1924.

TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. **Curso de direito processual penal**. 7. ed. Bahia: Juspodivm, 2012.

¹⁷ SUTHERLAND, Edwin H. **Princípios de Criminologia**. Chicago: Universidade de Chicago, 1924.

Capítulo 41 - DOI:10.55232/1084002041

**COMO É VENDIDO O MINDFULNESS NA MAIOR
PLATAFORMA DE CURSOS ON-LINE DO BRASIL NO
PERÍODO DA PANDEMIA DO COVID-19?**

Ana Júlia Freire Prateado

RESUMO: Inicialmente, as pesquisas em psicologia do esporte eram mais voltadas a aspectos próximos a fisiologia, com o passar do tempo outros temas foram incorporados à lista de investigação, de forma que atualmente se tem grande interesse no estudo dos aspectos emocionais, por estes serem considerados como um importante diferencial nos momentos de grandes decisões. Dessa forma, no que diz respeito às situações que são potencialmente geradoras de ansiedade, a Psicologia do Esporte juntamente com as práticas de Mindfulness serão aliadas no trabalho do equilíbrio emocional e intervenção com o sujeito para que este encontre a melhor maneira de enfrentar essas situações e alcance seus objetivos. Mindfulness é definido como uma forma específica de atenção plena, ou seja, concentração ‘no momento atual’, intencional, e sem julgamento. Suas intervenções focadas no meio esportivo têm se destacado cada vez mais na atualidade devido os meios de comunicação. A reprodutibilidade do Mindfulness se tornou uma forma de exploração mercadológica dos meios de comunicação e foi transformada em mercadorias para ser comercializada. Partindo da perspectiva do Construcionismo, tem-se que os discursos produzidos pelos meios de comunicação trazem elementos importantes da experiência de quem o produz, praticamente invisíveis a observadores externos, indo além do universo simbólico, cultural e socialmente existente e moldador dos significados. Assim, o objetivo deste estudo é investigar, descrever e analisar como são visibilizados os cursos on-line que oferecem conteúdos a respeito de Mindfulness. Para tal, utilizaremos a perspectiva teórica do Construcionismo que visa instrumentalizar o olhar para as redes de relações sociais e materiais sobre o tema. Para atingir este objetivo a metodologia de pesquisa foi a PDPSC - Práticas Discursivas e Produção de Sentido no Cotidiano, o levantamento de dados foi de 14 de março de 2020 até 01 de agosto de 2021 através de uma pesquisa na plataforma Hotmart, dentro da área de compras, utilizando como palavras-chaves “Mindfulness”, e “Atenção Plena”. Aplicou-se dentro da plataforma filtros de categoria, com as palavras “desenvolvimento pessoal” e “saúde e esporte” para uma análise mais direcionada dos cursos. Foram encontrados o total de 152 cursos, desses foram excluídos os que não vendiam um conteúdo relacionado a: Mindfulness, Atenção Plena e Meditação, restando 81 selecionados para o estudo, os quais foram analisados de acordo com o “nome do curso”, o “valor”, “sobre o profissional” e a “metodologia”. Dentre estes cursos observou-se uma variação de valor maior que R\$ 5.000,00, 23,26% desses cursos são oferecidos por psicólogos e apenas 9 (10,46%) vendem o programa de Mindfulness que segue o desenvolvido por Kabat-Zinn. Ao final do estudo percebeu-se que a venda do Mindfulness se prolifera de modo desorganizado e perigoso, se fazendo necessário uma maior investigação de quem consome esses cursos sobre a fidedignidade com os protocolos oficiais embasados cientificamente por Jon Kabat-Zinn.

Palavras-chave: Mindfulness; Atenção Plena; Hotmart; Psicologia do Esporte.

1. INTRODUÇÃO

As práticas discursivas trazem em si as representações de mundo daquele que as exprime, deixando escapar a sua visão de mundo nas entrelinhas do texto. O discurso deixa transparecer as cognições e crenças do sujeito que discorre, pois suas ideias a respeito do assunto influenciam, de forma interveniente e camuflada, sua expressão, a escolha dos termos e ênfases, os enunciados, o posicionamento (Galery, 2008).

A Psicologia do Esporte, enquanto uma subárea, iniciou suas pesquisas há aproximadamente um século, estudando inicialmente aspectos próximos à fisiologia, os chamados condicionantes reflexos. Ao longo dos anos outros temas como motivação, personalidade, agressão e violência, liderança, dinâmica de grupo, bem-estar psicológico, pensamentos e sentimentos de atletas e vários outros aspectos da prática esportiva e da atividade física foram sendo incorporados à lista de preocupações e necessidades de pesquisadores e profissionais. Na atualidade, diante do equilíbrio técnico alcançado por atletas e equipes de alto rendimento, os aspectos emocionais têm sido considerados como um importante diferencial nos momentos de grandes decisões. (Rubio, 2002).

A atividade esportiva é hoje bastante praticada na nossa sociedade, quer como finalidade de exercício físico para a conservação da saúde, quer como atividade competitiva. Porém, na prática do esporte existe o fator do estado de ansiedade em que se encontra o sujeito, o que pode muitas vezes causar prejuízos ao desempenho esportivo. Dessa forma, no que diz respeito às situações características que contribuem para converter um estímulo em ansiedade, a Psicologia do esporte juntamente com as práticas de *Mindfulness* serão aliadas no trabalho do equilíbrio emocional e mudança do comportamento do sujeito para que encontre a melhor maneira do enfrentamento dessas situações e alcance seus objetivos.

*Mindfulness*¹ é definido como uma forma específica de atenção plena – concentração no momento atual, intencional, e sem julgamento. Concentrar-se no

¹**Mindfulness**, traduzido em português como “Atenção Plena” é um estado mental de controle sobre a capacidade de se concentrar nas experiências, atividades e sensações do presente.

Pandemia é a disseminação mundial de uma nova doença e o termo passa a ser usado quando uma epidemia, surto que afeta uma região, se espalha por diferentes continentes com transmissão sustentada de pessoa para pessoa.

momento atual significa estar em contato com o presente e não estar envolvido com lembranças ou com pensamentos sobre o futuro. A intenção da prática de *Mindfulness* é exatamente trazer a atenção plena para a ação no momento atual. “Intencional” significa que o praticante de *Mindfulness* faz a escolha de estar plenamente atento e se esforça para alcançar esta meta. Para estar com atenção concentrada no momento atual, os conteúdos dos pensamentos e dos sentimentos são vivenciados na maneira em que se apresentam. Eles não são categorizados como positivos ou negativos. “Sem julgar” significa que o praticante aceita todos os sentimentos, pensamentos e sensações como legítimos. A atitude de não julgar está em contraste com a tendência automática das pessoas de investirem na luta contra vivências aversivas, deixando de viver o resto da sua realidade. (Kabat-Zinn 1990). Apesar da chegada do *Mindfulness* no ocidente como uma alternativa para a redução do sofrimento psicológico, as intervenções focadas no meio esportivo têm se destacado cada vez mais. Kaufman, Glass e Pineau (2018) revisaram a breve história das práticas de *Mindfulness* no esporte e apontaram que, na década de 1950, já eram estabelecidas relações entre os conceitos existentes no *Mindfulness* e o treinamento esportivo: havia a orientação ²para a liberação de si mesmo e a unificação do atleta com o processo de atirar a flecha, no tiro com arco. No início do século XX, treinadores enfatizavam que, para performar em alto nível, era necessário treinamento mental para que o atleta pudesse recuperar o foco atencional após os erros, soubesse lidar com as expectativas, aprendesse a libertar seus pensamentos, aceitasse as distrações e continuasse adiante. (Kaufman et al., 2018). Somente na virada do século XX para o século XXI que o termo *Mindfulness* começou a se destacar no meio esportivo, tendo participação importante para a propagação do conceito Phil Jackson – com Chicago Bulls e Los Angeles Lakers, da NBA – e Pete Carroll – com Seattle Seahawks, da NFL – com seus métodos de treino.

De um modo fundamental, o uso dos meios de comunicação transforma a organização espacial e temporal da vida social, criando novas formas de ação e interação, e novas maneiras de exercer o poder, que não estávamos ligados ao compartilhamento local comum. (Thompson, 2011). A comunicação é um tipo distinto de atividade social, que envolve a produção, a transmissão e a recepção de formas

COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) e tem como principais sintomas febre, cansaço e tosse seca.

² *Mindfulness* traduzido em português como “Atenção Plena” é um estado mental de controle sobre a capacidade de se concentrar nas experiências, atividades e sensações do presente.

simbólicas e implica a utilização de recursos de vários tipos. Na produção de formas simbólicas e na transmissão para os outros, os indivíduos geralmente empregam um meio técnico, que é o elemento material com que a informação é fixada e transmitida do produto para o receptor. A reprodutibilidade das formas simbólicas é uma das características da base da exploração comercial dos meios de comunicação, e podem ser transformadas em mercadorias para serem vendidas e compradas no mercado. (Thompson, 1998)

O presente estudo traz a hipótese de que a popularidade do *Mindfulness* se proliferou de modo desorganizado, e de maneira equivocada e perigosa. Existe a imaturidade em “consumir” o *Mindfulness* apressadamente, são usados termos como “domar sua mente”, “esvaziar sua mente”, “controlar as experiências”, são utilizados na mídia para definir o que é o *Mindfulness*. Jon Kabat-Zinn criou um protocolo de redução do estresse baseado na atenção plena. Este programa é realizado em grupo, tem a duração de dois meses, é composto por uma sessão de duas horas por semana, um encontro de um dia inteiro e orientações de práticas diárias a serem realizadas em algum momento específico do dia (com conduções por áudio), como durante as atividades cotidianas. Dentre os seus conteúdos é oferecido aos participantes atividades como: meditação sentada com atenção à respiração, às sensações do corpo, aos estados e conteúdos mentais, atenção em varredura com conscientização de cada parte do corpo, exercícios motores com plena consciência do corpo e questionamentos com reflexões em grupo sobre as experiências. Desde a criação deste programa, inúmeras outras intervenções baseadas em *Mindfulness* estão sendo utilizadas, investigadas e desenvolvidas, algumas dessas intervenções têm mostrado grande efeito em diferentes populações e com o avanço ³tecnológico a propagação dessa técnica está cada vez mais em ascensão.

2.OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Investigar, descrever e analisar como são visibilizados os cursos *on-line* que oferecem conteúdos a respeito de *Mindfulness*. Para tal, utilizaremos a perspectiva teórica do

³ *Mindfulness* traduzido em português como “Atenção Plena” é um estado mental de controle sobre a capacidade de se concentrar nas experiências, atividades e sensações do presente.

Construcionismo Social que visa instrumentalizar o olhar para as redes de relações sociais e materiais sobre o tema.

2.2 Objetivos específicos

- Realizar um levantamento bibliográfico acerca das pesquisas já realizadas sobre *Mindfulness* e Psicologia do Esporte.
- Fazer um levantamento dos cursos de *Mindfulness* na plataforma *Hotmart* durante o primeiro ano de pandemia da COVID-19 (14 de março de 2020 até 14 de março de 2021).
- Pesquisar na plataforma *Hotmart* usando como palavras chaves: “*Mindfulness*” e “Atenção plena”.
- Analisar e problematizar os resultados a partir da ótica dos estudos sobre Práticas Discursivas e Produção de Sentido no Cotidiano.

3. METODOLOGIA

Durante o primeiro semestre de vigência deste projeto realizou-se uma pesquisa na plataforma *Hotmart*, dentro da área de compras, utilizando como palavras-chaves “*Mindfulness*”, e “Atenção Plena”. Aplicando dentro da plataforma um filtro para a análise mais direcionadas dos cursos, usando como filtro a categoria “desenvolvimento pessoal” e “saúde e esporte”.

O período da coleta de dados foi de 14 de março de 2020 até 01 de agosto de 2021, ou seja, o primeiro ano de pandemia do COVID-19.

4. RESULTADOS

Durante a pesquisa, foram utilizadas para busca 2 palavras chaves, dentro delas dois filtros de categorias, a tabela 1 abaixo mostra os resultados de cada busca:

Tabela 1- Resultados da coleta de dados

Palavra-chave	Categoria	Resultados totais	Resultados selecionados
<i>Mindfulness</i>	Desenvolvimento pessoal	63	43
<i>Mindfulness</i>	Saúde e esporte	25	12
Atenção Plena	Desenvolvimento pessoal	38	20
Atenção Plena	Saúde e esporte	26	11

Após aplicar os critérios de seleção, ou seja, foram excluídos aqueles cursos que não vendiam um conteúdo relacionado a *Mindfulness*, Atenção Plena e meditação. Após esse processo de seleção restaram 86 cursos, as quais as tabelas 2, 3, 4 e 5 mostram

Tabela 2- Palavra-chave “Mindfulness”- categoria “Desenvolvimento Pessoal”.

	NOME DO CURSO	VALOR	SOBRE O PROFISSIONAL	METODOLOGIA
1	<i>Mindfulness</i> todo dia	R\$497,00	E.- Coach	Oferece: metodologia própria de 12 passos (1º dia exercitando a pausa para a presença, 2º ancorando nas sensações, 3º relaxamento consciente, 4º nomeando as emoções, 5º lidando com emoções difíceis, 6º adotando emoções positivas, 7º um relacionamento sábio com pensamentos).
2	30 atividades de meditação e	R\$34,90	A.- Administrador	Oferece: atividades de atenção plena para as

**Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 3**

	<i>Mindfulness</i> para criança			crianças fiquem no momento presente
3	<i>Mindfulness</i> máster	R\$197,00	V- Terapeuta	Oferece: fundamentos do <i>Mindfulness</i> com vídeos, textos, áudio, atividades e certificado. Liberado por 3 semanas.
4	Meditação e <i>Mindfulness</i>	R\$197,00	F-Instrutor de <i>Mindfulness</i> .	Oferece e-mails diário com práticas, vídeos e sugestões de filmes.
5	Curso para ansiosos	Não disponível	C- Médica	Oferece: 30 aulas com conhecimentos da psiquiatria, do <i>Mindfulness</i> , da neurolinguística e do eneagrama.
6	La intencion	Não disponível	B- Sem Informação	Oferece: 4 módulos, 1 por semana.
7	<i>Mindfulness</i> , autocompaixão e perdão	Não disponível	V- Psicólogo	Tempo necessário para uma mudança.
8	Transforme sua mente musical	R\$297,00	G- Músico	Oferece: atividades de neurolinguística, afirmações, meditações e <i>Mindfulness</i> .
9	Comer consciente	Não disponível	D- instrutor de <i>Mindfulness</i>	Oferece práticas de atenção plena (<i>Midfulness</i>) e comer consciente (<i>Mindful eating</i>).
10	Formação de <i>Mindfulness</i> e compaixão	Não disponível	V- Psicólogo	Oferece: 10 aulas.

**Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 3**

11	Entre em você	R\$845,00	<i>Mindlove-</i> Empresa	Oferece: 3 fases. 1, com duração de 8 dias. 2, com duração de 4 dias. 3, com duração de 7 dias.
12	Mini curso meus primeiros jogos <i>Mindfulness</i>	R\$155,00	C- Instrutora de <i>Mindfulness</i>	Oferece: 5 vídeos, Ebook com 10 jogos de <i>Mindfulness</i> ..
13	Cultive seu mentor interno	R\$75,00	V- Psicólogo	Oferece: introdução ao <i>Mindfulness</i> e as quatro virtudes (amor bondoso, compaixão, alegria empática e equanimidade), em formato de livro
14	Transforme sua vida em 21 dias	R\$555,00	M- Coach	Oferece: 21 meditações guiadas com 21 exercícios (um para cada dia)
15	<i>Mindfulness</i> em suas relações	R\$73,00	F- Empresário	Oferece 12 aulas, com exercícios de concentração no momento presente e sensações corporais.
16	<i>Mindfulness</i>	R\$265,00	R- Instrutora de <i>Mindfulness</i>	Oferece: 2 semanas com exercícios, meditações e sessões ao vivo. Possui 14 aulas
17	<i>Mindfulness</i> 21 dias	R\$299,00	<i>The happy lab-</i> empresa	Oferece: <i>Mindfulness</i> e visualizações criativas. Disponível por 21 dias
18	Seminário internacional “ <i>Mindfulness</i> educativo”	R\$387,00	Escola de formação- Empresa	Oferece encontro com mais de 20 profissionais. Com o objetivo de incorporar <i>Mindfulness</i> no âmbito

				educacional. Duração 6 dias.
19	<i>Mindfulness</i> básico para a vida cotidiana	R\$455,00	F- instrutora de <i>Mindfulness</i>	Oferece: 5 aulas ao vivo por 1h pelo ZOOM e acompanhamento por <i>whatsapp</i> .
20	<i>Mindfulness</i> para aliviar a dor	R\$140,00	M- psicólogo	Oferece: conteúdo fácil para começar a práticas <i>Mindfulness</i> .
21	Good Karma People (clube de estilo de vida em <i>Mindfulness</i>)	R\$415,00	A- psicólogo	Oferece: Cada mês é trabalhado um aspecto prático da vida, sendo guiado por meditações. São 12 aulas, que equivalem um total de 240h
22	<i>Mindfulness</i> 6 semanas de serenidade, presença e consciência plena	R\$475,00	T- psicólogo	Oferece: 6 semanas, com 2 professores e 45 sessões, com a duração de 15h e 45 aulas
23	<i>Masterclass</i> em <i>Mindfulness</i>	R\$90,00	R- Intrutora de <i>Mindfulness</i> .	Oferece: 4 módulos, com o objetivo de auxiliar a redução do estresse e da ansiedade, melhorar a atenção, bem-estar físico e emocional.
24	clube de <i>Mindfulness</i> Seu Momento <i>Mindful</i>	R\$40,00	L. B- Intrutora de <i>Mindfulness</i>	Oferece: 16 aulas, gravadas e ao vivo, conteúdo exclusivo, acompanhamento da intrutora, horário flexível.

**Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 3**

25	curso de atenção plena- <i>Mindfulness</i>	R\$180,00	T- Intrutora de <i>Mindfulness</i>	Oferece: 82 aulas em vídeos, E-book grátis, grupo exclusivo do Telegram, 100% online.
26	Revolução <i>Mindfulness</i> 30 dias	R\$857,00	S. D- Psicólogo	Oferece: 30 dias de práticas de <i>Mindfulness</i> - 30 vídeos, mais de 30 práticas (entre básicas e intermediárias).
27	<i>Mindfulness</i> Transforma sua vida	R\$279,00	M- Empresa	Oferece: 7 módulos
28	Diploma "Formação profissional em <i>Mindfulness</i> e compaixão	R\$1.405,00	V- Psicólogo	Oferece: 3 módulos com práticas e teorias de <i>Mindfulness</i> .
29	Retiro de <i>Mindfulness</i> <i>Online</i>	Não disponível	H e F- Empresa	Oferece: treinamento 100% online pela plataforma ZOOM, grupo no telegram, seções individuais, aulas com práticas.
30	Formação profissional Online- <i>Mindfulness</i> , compaixão e comunicação não violenta.	R\$327,00	V- Psicólogo	Oferece: práticas de <i>Mindfulness</i> , compaixão e comunicação não violenta em um formato presencial e online. Programa de formação para incorporar no estilo de vida da pessoa.
31	Transforma sua vida em 21 dias	R\$524,00	M- Marketing	Oferece: 21 meditações guiadas, com 21 exercícios para reduzir todo o estresse e aumentar a felicidade e

				outras coisas.
32	Despertar	R\$147,00	F. L- Instrutora de <i>Mindfulness</i>	Oferece: envio de e-mail diário com reflexões, práticas, vídeos e sugestões de filmes / documentários para ajudar na compreensão e aprofundamento no assunto. Duração de 8h.
33	Diga o que come e te direi o que sente	R\$447,00	C- Coach	Oferece: aulas e ferramentas do <i>Minfulness eating</i> , para auxiliar em dietas, exercícios, objetivos, força de vontade e hábitos.
34	Controle emocional na quarentena	R\$83,00	Instituto Guia-Empresa	Oferece: 6 módulos de treinamento que visa auxiliar pessoas em quarentena com técnicas de controle emocional como auto hipnose, meditação, <i>Mindfulness</i> e dicas neurofisiológicas.
35	A ciência atrás das meditações	R\$790,00	X- Engenheiro	Oferece: 8 lições divididas em 3 módulos (básico, intermediário e avançado). O objetivo é ensinar a implementar o hábito de meditar todos os dias.

36	Programa de Meditação	R\$99,00	D- Sem informação	Oferece: 11 áudios com temas específicos. Objetivo principal é oferecer ferramentas que o/a vão ajudar a ter mais foco, concentração, energia e bem estar.
37	Doce Refugio	R\$459,00	A- Psicólogo	Oferece: um retiro de meditação online.
38	Meditar para despertar	R\$397,00	F- Educação Física	Oferece: 25 aulas. Que tem como objetivo melhorar o sono, eliminar a ansiedade, reduzir o estresse, aliviar dores no corpo, controlar a pressão arterial, reduzir sintomas da depressão e da síndrome do pânico.
39	<i>Mind Impact</i>	R\$997,00	M- Sem informação	Oferece: 10 módulos onde a cada etapa você eleva o seu nível pessoal e percebe a melhora em diferentes áreas da sua vida.
40	Medita e conecta	R\$47,00	A- Sem informação	Oferece: 21 meditações com técnicas de respiração, visualizações e programação neurolinguística.
41	CNV- Comunicação não violenta e liderança.	R\$1.377,00	V- Psicólogo	Oferece: 8 semanas online com métodos de conteúdos práticos, duas horas por semana online ao vivo, grupo de telegram, com áudios, leituras e tarefas.

**Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 3**

42	O poder da respiração	R\$554,00	M- Administração	Oferece: curso 100% online, com livros exclusivos, aulas gravadas e estudos sobre a respiração, com mais de 20 professores de respiração consciente.
42	Aprenda a meditar facilmente	R\$40,00	L- Empresa	Oferece: meditações de iniciação, introdução ao mantra, meditação de relaxamento, meditação para se conectar ao coração, meditação para a energia corporal, meditação para aumentar o poder interno, meditação para receber respostas.
43	Aprenda como meditar	R\$197,00	N- Odontólogo	Oferece: passo a passo como Meditar, aulas de meditação guiada básicas de como meditar, ensinamentos originais do budismo, 18 aulas teóricas e práticas, 05 horas de curso totalmente online, 20 áudios das práticas para downloads, 100% Gravado na Índia e Nepal.

Tabela 3 - Palavra-chave “Mindfulness”- Categoria “Saúde e Esporte”.

	NOME DO CURSO	VALOR	SOBRE O PROFISSIONAL	METODOLOGIA
--	---------------	-------	----------------------	-------------

1	Semana Metabólica	Não disponível	A- Empresa	Método programação de apenas 7 dias com treinos metabólicos, aulas de Meditação, 7 dias de Nutrição e Desintoxicação.
2	Curso Online para ansiosos	Não disponível	C- Médica	Reuni conhecimentos da psiquiatria, da terapia cognitiva comportamental, do <i>Mindfulness</i> , da programação neurolinguística e do eneagrama.
3	Comer Consciente- O fim das dietas	Não disponível	D- Nutricionista	Você irá se aproximar de outra forma de relacionamento com a comida e o corpo baseada nas práticas da atenção gentil (<i>Mindfulness</i>) e o Comer Consciente (<i>Mindful Eating</i>).
4	(CEM) Contención emocional en la Facilitación de <i>Mindfulness</i>	R\$1.747,00	V- Psicólogo	Benefícios: aumentar a eficácia durante as práticas de <i>Mindfulness</i> e compaixão.
5	Medita 7 dias	R\$136,00	E- Coach	Oferece: 7 dias de meditações em um mini curso online introdutório
6	Congresso consciência e mudanças	R\$385,00	C- informação Sem	Oferece: 2h de aulas por 7 semanas. São dois convidados que vão aplicar os métodos
5	<i>Mindfulness</i> básico para a vida cotidiana	R\$477,00	F- Instrutor de <i>Mindfulness</i>	Este curso tem o formato para que aprenda a ferramenta de <i>Mindfulness</i> , exercitando seu cérebro para reduzir o estresse

				e para que aprenda a viver no presente de uma maneira positiva e com amorosidade.
6	Comunidade Equilíbrio com você	R\$99,70	G- informação Sem	Oferece: curso 100% online, 6 aulas semanais ao vivo, com meditações em movimento, meditações de <i>Minfulness</i> e Yoga
7	<i>Mindfulness</i> da respiração	Não disponível	R- Empresa	Oferece: 5 aulas contendo aulas de Yoga e práticas de meditação pelo Zoom
8	Nutrição totalmente emocional	R\$2.589,00	F- informação Sem	Oferece as melhores ferramentas da nutrição, saúde, PNL, coaching, inteligência emocional, <i>Mindfulness</i> , <i>Mindful Eating</i> e neurociência, para conseguir nosso peso ideal, mediante a organização dos nossos pensamentos e emoções.
9	Recuperação emocional: afrontando as perdas e prevenindo o esgotamento em tempos de pandemia.	R\$1369,86	V- Psicólogo	Oferece: cursando esse programa será recuperado sua força, energia e motivação descobrindo passos concretos para se recuperar da dor de perda e incorporando hábitos que te faça evitar cair em esgotamentos e incluindo a depressão.
10	Saúde elevada	R\$108,00	V. Nutricionista S.-	Aumenta a produtividade, melhora a autoestima, a saúde intestinal, seu relacionamento

				consigo mesmo e os outros.
11	Programa Alimentação consciente para nutricionistas	R\$1.575,00	M- informação Sem	Nesse curso aprenderá a identificar como comemos os alimentos, que emoções são despertadas e quais necessidades tentamos “tampar” através da comida.
12	Meditação com ciência	R\$297,00	I- Médica	Oferece: conteúdo teórico mostrando como a meditação atua no cérebro e no corpo, com evidências científicas, áudios para meditar, aula de 1h de meditações ao vivo.
13	Namastê meditações 8D	R\$289,00	D.- informação Sem	Oferece: meditações guiadas para aprender as técnicas de meditação, músicas em 8D, sons da natureza, tarefas diárias, vídeos.
11	Manual detox para consumidores de drogas	R\$69,00	P- informação Sem	Oferece: receitas (café da manhã, almoço, janta e lanches), rotina de exercícios, exercícios de respiração diafragmática, exercícios de <i>Mindfulness</i> , exercícios de imaginações, saunas caseiras.
12	CEM- contensões emocionais durante a facilitação de <i>Mindfulness</i>	R\$1.640,00	V- Psicólogo	Oferece: 8 aulas, com o objetivo de que o instrutor de <i>Mindfulness</i> seja mais efetivo com os participantes.

Tabela 4- Palavra-chave “Atenção plena”- categoria “desenvolvimento pessoal”

Coluna1	NOME DO CURSO	VALOR	SOBRE O PROFISSIONAL	SOBRE O CURSO
1	Método plena	R\$247,00	M.-Nutricionista	Oferece: programa de acompanhamento em grupo durante 21 dias, com objetivo ajudar a emagrecer de 2 a 5kg, sem dietas e sem restrições. Possui orientações e interação diariamente através de grupo no whatsapp, além de acesso a área de membros com aulas sobre os pilares do emagrecimento saudável e sustentável à longo prazo, aula bônus de exercícios com personal trainer, aula bônus sobre ansiedade com psicóloga, e vários materiais extras.
2	Meditação Diária	R\$1.197,00	O- Teólogo	Oferece: teoria e prática de caminhos espirituais, meditações de atenção plena, do Yoga, zen, Tibet, cristãs, mantras, tantra, mandalas e científicas.

3	Curso de Formação de Terapeuta Holístico	R\$397,00	I.-Empresa	<p>Oferece: introdução a Terapia holística, Limpeza energética. Terapia quântica, cristaloterapia, cromoterapia, aromaterapia, auriculoterapia, floral de bach, fitoterapia, introdução a Medicina Tradicional chinesa, moxaterapia, radiestesia, reiki, técnicas de atendimento. Atividades complementares, estudo de caso, baralho cigano, <i>Mindfulness</i> Ou Atenção- Plena.</p>
4	Ser Pleno: Harmonia e Desenvolvimento Pessoal em 8 Semanas	R\$497,00	E- Terapeuta	<p>Oferece: desenvolvimento pessoal em 8 semanas, por meio de vídeo aulas, exercícios, atividades práticas e meditações guiadas, realizadas durante 8 semanas, o treinamento Ser Pleno trabalha aspectos que envolvem várias áreas de nossa vida.</p>

5	Despertar - Curso de Meditação e Autoconhecimento	R\$147,00	F-Instrutor de <i>Mindfulness</i>	Oferece: semana 1 (além do piloto automático), semana 2 (outra maneira de conhecimento), semana 3 (voltando para o presente), semana 4 (simplesmente ser), semana 5 (as coisas como elas são), semana 6 (momento a momento), semana 7 (ação correta), semana 8 (vivendo <i>Mindfulness</i>).
6	<i>Materclass</i> em <i>Mindfulness</i>	R\$90,00	R- Instrutor de <i>Mindfulness</i>	Oferece: aulas gravadas, práticas de meditação conduzidas e material de apoio para a prática.
7	Curso <i>Mindfulness</i> Master- Com certificado pela Abrath	Não disponível	V-Terapeuta	Oferece: certificado registrado pela ABRATH com carga horária estimada em 150 horas. Os materiais oferecidos são vídeos, textos e áudios. As aulas são liberadas ao longo de 3 semanas para melhor absorção dos conceitos e realização das práticas

8	Introdução à Meditação <i>Mindfulness</i>	R\$90,00	SVM- Empresa	Oferece: aulas gravadas, práticas de meditação conduzidas e material de apoio para a prática. É dividido em 4 módulos.
9	Aprenda Como Meditar	R\$197,00	N.- Odontóloga	Oferece: aulas de Meditação Guiadas, dicas de como meditar, ensinamentos originais do budismo, 18 aulas teóricas e práticas, 05 horas de curso totalmente online, 20 áudios das práticas para downloads.
10	Revolução <i>Mindfulness</i> 30 dias	R\$657,00	S.- Psicólogo	Oferece: 30 dias de práticas de <i>Mindfulness</i> - 30 vídeos, mais de 30 práticas (entre básicas e intermediárias) e muita inspiração que vai impactar sua saúde mental e inteligência emocional.
11	Plenamente- meditação guiada	R\$497,00	N.- Fisioterapeuta	Oferece: contêm 5 áudios e 1 vídeo aula que irá auxiliar você no seu processo de "Conexão com o Agora"
12	Meditação Diária (Formação em	Não disponível	O.- Psicólogo	Oferece: teoria e prática de caminhos espirituais,

	Meditação)			meditações de atenção plena, do Yoga, zen, Tibet, cristãs, mantras, tantra, mandalas e científicas.
13	<i>Mindfulness</i> 6 semanas de Serenidade, Presença e consciência plena	R\$492,00	T.- Psicólogo	Oferece: 6 semanas, transformará sua vida adquirindo a prática de <i>Mindfulness</i> . Possui 45 aulas e possui ao todo 15h de curso.
14	Inteligência emocional para viver a plenitude	Não disponível	P- Empresa	Oferece: 16 vídeos, uma série de exercícios práticos e alguns bônus adicionais que nos ensina de uma maneira sensível, tranquila, clara e prática como manejar nossas emoções de forma assertiva..
15	Livro: Cultivando seu mentor interno.	R\$74,00	V.- Psicólogo	Oferece: conceitos fundamentais do <i>Mindfulness</i> e as quatro virtudes do coração (amor bondoso, compaixão, alegria e equanimidade)
16	Curso de atenção plena- <i>Minfulness</i>	R\$180,00	T- Filósofo	Oferece: certificado 60 horas ABRATH, chave RDA fornecida pela ABRATH, 82 aulas em vídeos, E-book grátis,

				grupo exclusivo do Telegram, 100% online
17	<i>Mind Impact</i>	R\$997,00	M- Psicólogo	Oferece: 10 módulos onde a cada etapa você eleva o seu nível pessoal e percebe a melhora em diferentes áreas da sua vida. Além disso, vai saber como traçar metas que consegue realizar e ser um colecionador de vitórias.
18	Despertar- curso de meditação e autoconhecimento	R\$147,00	F- Empresário	Oferece: e-mail diário com reflexões, práticas, vídeos e sugestões de filmes / documentários para ajudar na compreensão e aprofundamento no assunto.
19	Vivenciando Plenitude - Os 10 passos para uma vida livre e feliz	R\$997,00	R. L.- Instrutora de Mindfulness	Oferece: 30 aulas sobre inteligência emocional e Comunicação Não Violenta
20	Revolução <i>Mindfulness</i> 30 dias	R\$857,00	S.- Psicólogo	Oferece: 30 dias de práticas de <i>Mindfulness</i> - 30 vídeos, mais de 30 práticas (entre básicas e intermediárias) e muita inspiração que vai impactar sua saúde

				mental e inteligência emocional.
--	--	--	--	----------------------------------

Tabela 5- Palavra-chave “Atenção Plena”- Categoria “Saúde e esporte”

	NOME	VALOR	NOME DO PROFISSIONAL	O QUE O CURSO OFERECE
1	Método plena	R\$247,00	M- Nutricionista	Oferece: acompanhamento em grupo durante 21 dias, com objetivo de te ajudar a emagrecer de 2 a 5kg, sem dietas e sem restrições.
2	Família Saúde Plena	R\$5.000,00	P- Empresa	Oferece: mentoria diária em um grupo fechado e 1 vez por semana lives exclusivas, durante 1 ano.
3	Curso Emagrecimento Pleno	R\$697,00	A- Nutricionista	Objetivo: trabalhar os aspectos de 7 saúdes fundamentais na vida de toda pessoas (saúde física, emocional, profissional, espiritual, financeira, familiar e intelectual).
4	(CEM) Contenção emocional praticando Mindfulness	R\$1.747,00	V- Psicólogo	Oferece: benefícios: aumentar a eficácia durante as práticas de <i>Mindfulness</i> e compaixão.
5	Atendimento Nutricional Mentory	R\$997,00	D.- Nutricionista	Oferece: conta com estratégias para acompanhar os participantes e a regulação emocional durante quadros

				de ativação emocional intensa.
6	<i>Mindfulness</i> básico para a vida cotidiana	R\$477,00	F.- Instrutor de <i>Mindfulness</i> .	Oferece: este curso tem o formato para que aprenda a ferramenta de <i>Mindfulness</i> , exercitando seu cérebro para reduzir o estresse e para que aprenda a viver no presente de uma maneira positiva e com amorosidade.

Tabela 6- Junção de todas as tabelas

	NOME DO CURSO	VALOR	SOBRE O PROFISSIONAL	METODOLOGIA
1	<i>Mindfulness</i> todo dia	R\$497,00	E.- Sem informações	Oferece: metodologia própria de 12 passos (1° dia exercitando a pausa para a presença, 2° ancorando nas sensações. 3° relaxamento consciente, 4° nomeando as emoções, 5° lidando com emoções difíceis, 6° adotando emoções positivas, 7° um relacionamento sábio com pensamentos).
2	30 atividades de meditação e <i>Mindfulness</i> para criança	R\$34,90	A.- Administradora	Oferece: atividades de atenção plena para as crianças ficarem no momento presente

3	<i>Mindfulness</i> máster	R\$197,00	V- Terapeuta	Oferece: fundamentos do <i>Mindfulness</i> com vídeos, textos, áudio, atividades e certificado. Liberado por 3 semanas.
4	Meditação e <i>Mindfulness</i>	R\$197,00	F- Empresário.	Oferece e-mails diário com práticas, vídeos e sugestões de filmes.
5	Curso para ansiosos	Não disponível	C- Médica	Oferece: 30 aulas com conhecimentos da psiquiatria, do <i>Mindfulness</i> , da neurolinguística e do eneagrama.
6	La intencion	Não disponível	B- Sem informações	Oferece: 4 módulos, 1 por semana.
7	<i>Mindfulness</i> , autocompaixão e perdão	Não disponível	V- Psicólogo	Tempo necessário para uma mudança.
8	Transforme sua mente musical	R\$297,00	G- Músico	Oferece: atividades de neurolinguística, afirmações, meditações e <i>Mindfulness</i> .
9	Comer consciente	Não disponível	D- Nutricionista	Oferece práticas de atenção plena (<i>Midfulness</i>) e comer consciente (<i>Mindful eating</i>).
10	Formação de <i>Mindfulness</i> e compaixão	Não disponível	V- Psicólogo	Oferece: 10 aulas.
11	Entre em você	R\$845,00	M- Empresa	Oferece: 3 fases. 1, com duração de 8 dias. 2, com

				duração de 4 dias. 3, com duração de 7 dias.
12	Mini curso meus primeiros jogos <i>Mindfulness</i>	R\$155,00	C- Instrutora de <i>Mindfulness</i>	Oferece: 5 vídeos, Ebook com 10 jogos de <i>Mindfulness</i> ..
13	Cultive seu mentor interno	R\$75,00	V- Psicólogo	Oferece: introdução ao <i>Mindfulness</i> e as quatro virtudes (amor bondoso, compaixão, alegria empática e equanimidade), em formato de livro
14	Transforme sua vida em 21 dias	R\$555,00	M- Coach	Oferece: 21 meditações guiadas com 21 exercícios (um para cada dia)
15	<i>Mindfulness</i> em suas relações	R\$73,00	F- Empresário	Oferece 12 aulas, com exercícios de concentração no momento presente e sensações corporais.
16	<i>Mindfulness</i>	R\$265,00	R- Intrutora de <i>Mindfulness</i> .	Oferece: 2 semanas com exercícios, meditações e sessões ao vivo. Possui 14 aulas
17	<i>Mindfulness</i> 21 dias	R\$299,00	T - Empresa	Explora o <i>Mindfulness</i> e visualizações criativas. Disponível por 21 dias
18	Seminário internacional “ <i>Mindfulness</i> educativo”	R\$387,00	E - Empresa	Oferece encontro com mais de 20 profissionais. Com o objetivo de incorporar <i>Mindfulness</i> no âmbito educacional. Duração 6 dias.

19	<i>Mindfulness</i> básico para a vida cotidiana	R\$455,00	F- Instrutor de <i>Mindfulness</i>	Oferece: 5 aulas ao vivo por 1h pelo ZOOM e acompanhamento por <i>whatsapp</i> .
20	<i>Mindfulness</i> para aliviar a dor	R\$140,00	M- Psicólogo	Oferece: conteúdo fácil para começar a práticas <i>Mindfulness</i> .
21	Good Karma People (clube de estilo de vida em <i>Mindfulness</i>)	R\$415,00	A- Psicólogo	Oferece: Cada mês é trabalhado um aspecto prático da vida, sendo guiado por meditações. São 12 aulas, que equivalem um total de 240h
22	<i>Mindfulness</i> 6 semanas de serenidade, presença e consciência plena	R\$475,00	T- Psicólogo	Oferece: 6 semanas, com 2 professores e 45 sessões, com a duração de 15h e 45 aulas
23	<i>Masterclass</i> em <i>Mindfulness</i>	R\$90,00	R- Intrutora de <i>Mindfulness</i> .	Oferece: 4 módulos, com o objetivo de auxiliar a redução do estresse e da ansiedade, melhorar a atenção, bem-estar físico e emocional.
24	Clube de <i>Mindfulness</i> Seu Momento <i>Mindful</i>	R\$40,00	L. B- Intrutora de <i>Mindfulness</i>	Oferece: 16 aulas, gravadas e ao vivo, conteúdo exclusivo, acompanhamento da instrutora, horário flexível.
25	Curso de atenção plena-	R\$180,00	T- Intrutor de <i>Mindfulness</i>	Oferece: 82 aulas em vídeos, E-book grátis,

	<i>Mindfulness</i>				grupo exclusivo do Telegram, 100% online.
26	Revolução <i>Mindfulness</i> dias	30	R\$857,00	S. D- Psicólogo	Oferece: 30 dias de práticas de <i>Mindfulness</i> - 30 vídeos, mais de 30 práticas (entre básicas e intermediárias).
27	<i>Mindfulness</i> Transforma sua vida	sua	R\$279,00	M- Empresa	Oferece: 7 módulos
28	Diploma "Formação profissional em <i>Mindfulness</i> e compaixão	em e	R\$1.405,00	V- Psicólogo	Oferece: 3 módulos com práticas e teorias de <i>Mindfulness</i> .
29	Retiro de <i>Mindfulness</i> <i>Online</i>	de	Não disponível	H e F- Instrutor <i>Mindfulness</i>	Oferece: treinamento 100% online pela plataforma ZOOM, grupo no telegram, seções individuais, aulas com práticas.
30	Formação profissional Online- <i>Mindfulness</i> , compaixão e comunicação não violenta.	e não	R\$327,00	V- Psicólogo	Oferece: práticas de <i>Mindfulness</i> , compaixão e comunicação não violenta em um formato presencial e online. Programa de formação para incorporar no estilo de vida da pessoa.
31	Transforma sua vida em 21 dias	sua	R\$524,00	M- Marketing	Oferece: 21 meditações guiadas, com 21 exercícios para reduzir todo o estresse e aumentar

				a felicidade e outras coisas.
32	Despertar	R\$147,00	F. L- Instrutora de <i>Mindfulness</i>	Oferece: envio de e-mail diário com reflexões, práticas, vídeos e sugestões de filmes / documentários para ajudar na compreensão e aprofundamento no assunto. Duração de 8h.
33	Diga o que come e te direi o que sente	R\$447,00	C- Coach	Oferece: aulas e ferramentas do <i>Minfulness eating</i> , para auxiliar em dietas, exercícios, objetivos, força de vontade e hábitos.
34	Controle emocional na quarentena	R\$83,00	I- Empresa	Oferece: 6 módulos de treinamento que visa auxiliar pessoas em quarentena com técnicas de controle emocional como auto hipnose, meditação, <i>Mindfulness</i> e dicas neurofisiológicas.
35	A ciência atrás das meditações	R\$790,00	X- Engenheiro	Oferece: 8 lições divididas em 3 módulos (básico, intermediário e avançado). O objetivo é ensinar a implementar o hábito de meditar todos os dias.

36	Programa de Meditação	R\$99,00	D- Sem informações	Oferece: 11 áudios com temas específicos. Objetivo principal é oferecer ferramentas que o/a vão ajudar a ter mais foco, concentração, energia e bem estar.
37	Doce Refugio	R\$459,00	A- Psicólogo	Oferece: um retiro de meditação online.
38	Meditar para despertar	R\$397,00	F- Educação Física	Oferece: 25 aulas. Que tem como objetivo melhorar o sono, eliminar a ansiedade, reduzir o estresse, aliviar dores no corpo, controlar a pressão arterial, reduzir sintomas da depressão e da síndrome do pânico.
39	<i>Mind Impact</i>	R\$997,00	M- Sem informações	Oferece: 10 módulos onde a cada etapa você eleva o seu nível pessoal e percebe a melhora em diferentes áreas da sua vida.
40	Medita e conecta	R\$47,00	A- Sem informações	Oferece: 21 meditações com técnicas de respiração, visualizações e programação neurolinguística.
41	CNV- Comunicação não violenta e liderança.	R\$1.377,00	V- Psicólogo	Oferece: 8 semanas online com métodos de conteúdos práticos, duas horas por semana online

				ao vivo, grupo de telegram, com áudios, leituras e tarefas.
42	O poder da respiração	R\$554,00	M- Administrador	Oferece: curso 100% online, com livros exclusivos, aulas gravadas e estudos sobre a respiração, com mais de 20 professores de respiração consciente.
43	Aprenda a meditar facilmente	R\$40,00	L- Empresa	Oferece: meditações de iniciação, introdução ao mantra, meditação de relaxamento, meditação para se conectar ao coração, meditação para a energia corporal, meditação para aumentar o poder interno, meditação para receber respostas.
44	Aprenda como meditar	R\$197,00	N- Odontólogo	Oferece: passo a passo como Meditar, aulas de meditação guiada básicas de como meditar, ensinamentos originais do budismo, 18 aulas teóricas e práticas, 05 horas de curso totalmente online, 20 áudios das práticas para downloads, 100% Gravado na Índia e Nepal.

45	Semana Metabólica	Não disponível	A- Empresa	Oferece: uma programação de apenas 7 dias com treinos metabólicos, aulas de Meditação, 7 dias de Nutrição e Desintoxicação.
46	Curso Online para ansiosos	Não disponível	C- Médica	Oferece: conhecimentos da psiquiatria, da terapia cognitiva comportamental, do <i>Mindfulness</i> , da programação neurolinguística e do eneagrama.
47	Comer Consciente- O fim das dietas	Não disponível	D- Nutricionista	Oferece: práticas da atenção gentil (<i>Mindfulness</i>) e o Comer Consciente (<i>Mindful Eating</i>).
48	(CEM) Contención emocional en la Facilitación de <i>Mindfulness</i>	R\$1.747,00	V- Psicólogo.	Benefícios: aumentar a eficácia durante as práticas de <i>Mindfulness</i> e compaixão.
49	Medita 7 dias	R\$136,00	E- Coach	Oferece: 7 dias de meditações em um mini curso online introdutório
50	Congresso consciência e mudanças	R\$385,00	C- Empresa	Oferece: 2h de aulas por 7 semanas. São dois convidados que vão aplicar os métodos

51	<i>Mindfulness</i> básico para a vida cotidiana	R\$477,00	F- Instrutora de <i>Mindfulness</i>	Este curso tem o formato para que aprenda a ferramenta de <i>Mindfulness</i> , exercitando seu cérebro para reduzir o estresse e para que aprenda a viver no presente de uma maneira positiva e com amorosidade.
52	Comunidade Equilíbrio com você	R\$99,70	G- Sem informações	Oferece: curso 100% online, 6 aulas semanais ao vivo, com meditações em movimento, meditações de <i>Minfulness</i> e Yoga
53	<i>Mindfulness</i> da respiração	Não disponível	R- Empresa	Oferece: 5 aulas contendo aulas de Yoga e práticas de meditação pelo Zoom
54	Nutrição totalmente emocional	R\$2.589,00	F- Sem informações	Oferece as melhores ferramentas da nutrição, saúde, PNL, coaching, inteligência emocional, <i>Mindfulness</i> , <i>Mindful Eating</i> e neurociência, para conseguir nosso peso ideal, mediante a organização dos nossos pensamentos e emoções.
55	Recuperação emocional: enfrentando as perdas e	R\$1369,86	V- Psicólogo	Oferece: cursando esse programa será recuperado sua força, energia e motivação descobrindo

	prevenindo o esgotamento em tempos de pandemia.			passos concretos para se recuperar da dor de perda e incorporando hábitos que te faça evitar cair em esgotamentos e incluindo a depressão.
56	Saúde elevada	R\$108,00	V. S.- Nutricionista	Aumenta a produtividade, melhora a autoestima, a saúde intestinal, seu relacionamento consigo mesmo e os outros.
57	Programa Alimentação consciente para nutricionistas	R\$1.575,00	M- Sem informações	Nesse curso aprenderá a identificar como comemos os alimentos, que emoções são despertadas e quais necessidades tentamos “tampar” através da comida.
58	Meditação com ciência	R\$297,00	I- Médico	Oferece: conteúdo teórico mostrando como a meditação atua no cérebro e no corpo, com evidências científicas, áudios para meditar, aula de 1h de meditações ao vivo.
59	Namastê meditações 8D	R\$289,00	D.- Sem informações	Oferece: meditações guiadas para aprender as técnicas de meditação, músicas em 8D, sons da natureza, tarefas diárias, vídeos.

60	Manual detox para consumidores de drogas	R\$69,00	P- informações Sem	Oferece: receitas (café da manhã, almoço, janta e lanches), rotina de exercícios, exercícios de respiração diafragmática, exercícios de <i>Mindfulness</i> , exercícios de imaginações, saunas caseiras.
61	CEM- contenções emocionias durante a facilitação de <i>Mindfulness</i>	R\$1.640,00	V- Psicólogo	Oferece: 8 aulas, com o objetivo de que o instrutor de <i>Mindfulness</i> seja mais efetivo com os participantes.
62	Método plena	R\$247,00	M.- Nutricionista	Oferece: programa de acompanhamento em grupo durante 21 dias, com objetivo ajudar a emagrecer de 2 a 5kg, sem dietas e sem restrições. Possui orientações e interação diariamente através de grupo no whatsapp, além de acesso a área de membros com aulas sobre os pilares do emagrecimento saudável e sustentável à longo prazo, aula bônus de exercícios com personal trainer, aula bônus sobre ansiedade com psicóloga, e vários

				materiais extras.
63	Meditação Diária	R\$1.197,00	O- Teólogo	Oferece: teoria e prática de caminhos espirituais, meditações de atenção plena, do Yoga, zen, Tibet, cristãs, mantras, tantra, mandalas e científicas.
64	Curso de Formação de Terapeuta Holístico	R\$397,00	I.- Empresa	Oferece: introdução a terapia holística, limpeza energética, terapia quântica, cristaloterapia, cromoterapia, aromaterapia, auriculoterapia, floral de bach, fitoterapia, introdução a Medicina Tradicional chinesa, moxaterapia, radiestesia, reiki, técnicas de atendimento. Atividades complementares, estudo de caso, baralho cigano, <i>Mindfulness</i> ou atenção plena.

65	Ser Pleno: Harmonia e Desenvolvimento Pessoal em 8 Semanas	R\$497,00	E – Terapeuta	Oferece: desenvolvimento pessoal em 8 semanas, por meio de vídeo aulas, exercícios, atividades práticas e meditações guiadas, realizadas durante 8 semanas, o treinamento Ser Pleno trabalha aspectos que envolvem várias áreas de nossa vida.
66	Despertar - Curso de Meditação e Autoconhecimento	R\$147,00	F- instrutor de <i>Mindfulness</i>	Oferece: semana 1 (além do piloto automático), semana 2 (outra maneira de conhecimento), semana 3 (voltando para o presente), semana 4 (simplesmente ser), semana 5 (as coisas como elas são), semana 6 (momento a momento), semana 7 (ação correta), semana 8 (vivendo <i>Mindfulness</i>).
67	<i>Materclass</i> em <i>Mindfulness</i>	R\$90,00	R- Instrutor de <i>Mindfulness</i>	Oferece: aulas gravadas, práticas de meditação conduzidas e material de apoio para a prática.
68	Curso <i>Mindfulness</i> Master- Com certificado pela Abrath	Não disponível	V-Terapeuta	Oferece: certificado registrado pela ABRATH com carga horária estimada em 150 horas. Os materiais oferecidos

				são vídeos, textos e áudios. As aulas são liberadas ao longo de 3 semanas para melhor absorção dos conceitos e realização das práticas
69	Introdução à Meditação <i>Mindfulness</i>	R\$90,00	SVM- empresa	Oferece: aulas gravadas, práticas de meditação conduzidas e material de apoio para a prática. É dividido em 4 módulos.
70	Aprenda Como Meditar	R\$197,00	N.- Odontóloga	Oferece: aulas de Meditação Guiadas, dicas de como meditar, ensinamentos originais do budismo, 18 aulas teóricas e práticas, 05 horas de curso totalmente online, 20 áudios das práticas para downloads.
71	Revolução <i>Mindfulness</i> 30 dias	R\$657,00	S.- Psicólogo	Oferece: 30 dias de práticas de <i>Mindfulness</i> - 30 vídeos, mais de 30 práticas (entre básicas e intermediárias) e muita inspiração que vai impactar sua saúde mental e inteligência emocional.
72	Plenamente- meditação guiada	R\$497,00	N.- Fisioterapeuta	Oferece: 5 áudios e 1 vídeo aula que irá auxiliar você no seu processo de "Conexão com o Agora"

73	Meditação Diária (Formação em Meditação)	Não disponível	O.- Psicanalista	Oferece: teoria e prática de caminhos espirituais, meditações de atenção plena, do Yoga, zen, Tibet, cristãs, mantras, tantra, mandalas e científicas.
74	<i>Mindfulness</i> 6 semanas de Serenidade, Presença e consciência plena	R\$492,00	T.- Psicólogo	Oferece: 6 semanas, transformará sua vida adquirindo a prática de <i>Mindfulness</i> . Possui 45 aulas e possui ao todo 15h de curso.
75	Inteligência emocional para viver a plenitude	Não disponível	P- Empresa	Oferece: 16 vídeos, uma série de exercícios práticos e alguns bônus adicionais que nos ensina de uma maneira sensível, tranquila, clara e prática como manejar nossas emoções de forma assertiva..
76	Livro: Cultivando seu mentor interno.	R\$74,00	V.- Psicólogo	Oferece: conceitos fundamentais do <i>Mindfulness</i> e as quatro virtudes do coração (amor bondoso, compaixão, alegria e equanimidade)
77	Curso de atenção plena- <i>Minfulness</i>	R\$180,00	T- Filósofo	Oferece: certificado 60 horas ABRATH, chave RDA fornecida pela ABRATH, 82 aulas em vídeos, E-book grátis,

				grupo exclusivo do Telegram, 100% online
78	<i>Mind Impact</i>	R\$997,00	M- Psicólogo	Oferece: 10 módulos onde a cada etapa você eleva o seu nível pessoal e percebe a melhora em diferentes áreas da sua vida. Além disso, vai saber como traçar metas que consegue realizar e ser um colecionador de vitórias.
79	Despertar- curso de meditação e autoconhecimento	R\$147,00	F- Empresário	Oferece: e-mail diário com reflexões, práticas, vídeos e sugestões de filmes / documentários para ajudar na compreensão e aprofundamento no assunto.
80	Vivenciando Plenitude - Os 10 passos para uma vida livre e feliz	R\$997,00	R. L.- Instrutor de <i>Mindfulness</i>	Oferece: 30 aulas sobre inteligência emocional e Comunicação Não Violenta
81	Revolução <i>Mindfulness</i> 30 dias	R\$857,00	S.- Psicólogo	Oferece: 30 dias de práticas de <i>Mindfulness</i> - 30 vídeos, mais de 30 práticas (entre básicas e intermediárias) e muita inspiração que vai impactar sua saúde mental

				e inteligência emocional.
82	Método plena	R\$247,00	M- Nutricionista	Oferece: acompanhamento em grupo durante 21 dias, com objetivo de te ajudar a emagrecer de 2 a 5kg, sem dietas e sem restrições.
83	Família Saúde Plena	R\$5.000,00	P- Empresa	Oferece: mentoria diária em um grupo fechado e 1 vez por semana lives exclusivas, durante 1 ano.
84	Curso Emagrecimento Pleno	R\$697,00	A- Nutricionista	Objetivo: trabalhar os aspectos de 7 saúdes fundamentais na vida de toda pessoas (saúde física, emocional, profissional, espiritual, financeira, familiar e intelectual).
85	(CEM) Contenção emocional praticando Mindfulness	R\$1.747,00	V.- Psicólogo	Oferece: benefícios: aumentar a eficácia durante as práticas de <i>Mindfulness</i> e compaixão.
86	Atendimento Nutricional Mentory	R\$997,00	D.- Nutricionista	Oferece: conta com estratégias para acompanhar os participantes e a regulação emocional durante quadros de ativação emocional intensa.

Tabela 7- Valores

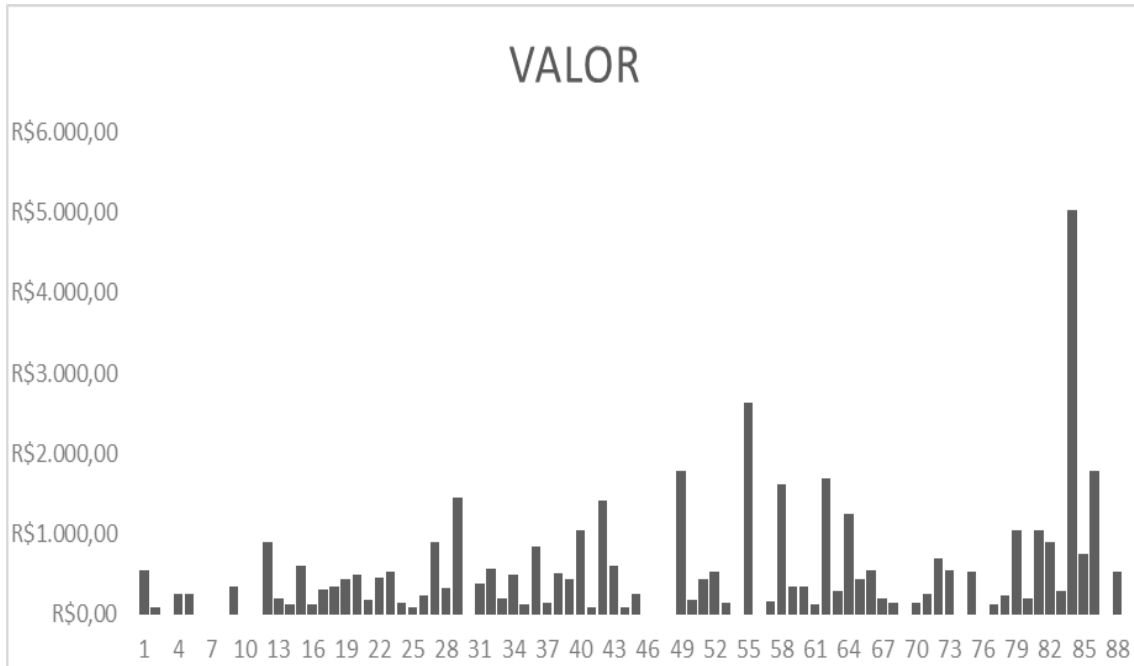


Tabela 8- Profissões

Sobre os profissionais	total	porcentagem
Coach	3	3,49%
Educador Físico	1	1,16%
Empresário	3	3,49%
Engenheiro	1	1,16%
Filosofo	1	1,16%
Fisioterapeuta	1	1,16%
Instrutora de <i>Mindfulness</i>	13	15,12%
Marketing	1	1,16%
Médica	3	3,49%
Músico	1	1,16%
Nutricionista	7	8,14%
Odontólogo	2	2,33%
Psicanalista	1	1,16%
Psicólogo	20	23,26%
Sem informações	10	11,63%

Teólogo	1	1,16%
Terapeuta	3	3,49%
Instituição	13	15,12%
Administrador	1	1,16%
Total Geral	86	100,00%

6. Discussão

Quando se pensa na experiência meditativa, as pessoas não pensam nos perigos e riscos que podem desencadear. Deste modo, como qualquer outra prática de autoconhecimento, introspecção, e mudança de comportamento, *Mindfulness* exige por parte de quem oferece o treinamento, o cumprimento de uma série protocolos. Foi confirmado no presente estudo um número crescente de pessoas sem treinamento adequado em *Mindfulness*, sem treinamento em condução de grupos, com baixa capacitação em avaliação clínica, oferecendo “grupos de *Mindfulness*”, “treinamentos de *Mindfulness*”, “sessões de *Mindfulness*”. Dentre os 86 cursos selecionados, 13 possuíam a formação em *Mindfulness* (ou seja, instrutores de *Mindfulness*) e 20 possuíam a formação de Psicologia (ou seja, profissionais formados para lidar com os processos mentais, compreensão de grupos e estudo de casos específicos).

A reprodutibilidade do *Mindfulness* se tornou uma forma de exploração mercadológica dos meios de comunicação e foi transformada em mercadorias para ser comercializada, de acordo com este estudo, os cursos de *Mindfulness* dentro da plataforma *Hotmart* são comercializados a partir de R\$34,90 até R\$5.000,00

A prática de *Mindfulness* foi inserida em todas as esferas e apesar do lado positivo desse crescimento, é comprovada as consequências desta oferta. *Mindfulness* é definido como uma forma específica de atenção plena, ou seja, concentração “no momento atual”, intencional, e sem julgamento. Seu programa tem a duração de oito semanas, com um encontro semanal de aproximadamente 2h e 30 minutos que conta com práticas meditativas formais de *Mindfulness* (escaneamento corporal, meditação da respiração, meditação caminhando e em movimento), componentes psicoeducativos sobre a mente, a origem do sofrimento (aversão e avidez), aceitação, dentre outros temas e discussão em grupo sobre as experiências vividas. De acordo com os dados coletados dentre os 81 cursos coletado (que já tinham sido aplicado critério de seleção), apenas 9 seguem o programa desenvolvido por Kabat-Zinn.

7. Conclusão

A comunicação é um tipo distinto de atividade social, que envolve a produção, a transmissão e a recepção de formas simbólicas e implica a utilização de recursos de vários tipos. Na produção de formas simbólicas e na transmissão para os outros, os indivíduos geralmente empregam um meio técnico, que é o elemento material com que a informação é fixada e transmitida do produto para o receptor. A reprodutibilidade das formas simbólicas é uma das características da base da exploração comercial dos meios de comunicação, e podem ser transformadas em mercadorias para serem vendidas e compradas no mercado. (Thompson, 1998).

O presente estudo trouxe a hipótese que se confirmou, de que a popularidade do *Mindfulness* se proliferou de modo desorganizado, e de maneira equivocada e perigosa. Existindo a imaturidade em “consumir” o *Mindfulness* apressadamente. De acordo com o protocolo de redução do estresse baseado na atenção plena, criado por Jon Kabat-Zinn, que foi validado por meio de métodos de pesquisa com base científica, percebeu-se necessidade de uma maior investigação de quem consome esses cursos sobre a fidedignidade com os protocolos oficiais embasados cientificamente.

Concluimos o estudo sustentando que a reprodutibilidade do *Mindfulness* se tornou uma forma de exploração mercadológica dos meios de comunicação e foi transformada em mercadorias para ser comercializada. De acordo com a perspectiva do Contrucionismo, observa-se que os discursos produzidos pelos meios de comunicação trazem elementos importantes da experiência de quem o produz, praticamente invisíveis a observadores externos, indo além do universo simbólico, cultural e socialmente existente e moldador dos significados.

REFERÊNCIAS

- RUBIO, K. (1998.a) Psicologia do Esporte: espaço de pesquisa e campo de intervenção. *Cadernos de Psicologia*. 4 (1), 1998.a.
- SPINK, M. J. (2010). Linguagem e produção de sentido no cotidiano.[Edição eletrônica]. *Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais*.
- RUBIO, K. (2002). Origens e evolução da psicologia do esporte no Brasil. *Biblio 3W, Revista Bibliografica de Geografia e Ciências Sociais, Vol. VII, n° 373, 10*.

VANDENBERGHE, L. (2006). Mindfulness nas terapias cognitivas e comportamentais. *Revista brasileira de terapia cognitiva*, v.2 n.1.

PEDROSO, L. (2016). Análise de discurso sobre práticas de mindfulness de adultos e idosos iniciantes. *n.118*.

COLANTINO, E. (2018) Meditação no esporte de alto rendimento: revisão sistematizada da literatura. *Pensar a Prática*, v. 21, n. 2.

VANDENBERGHE, L. & Assunção, A. (2009). Concepções de mindfulness em Langer e Kabat-Zinn: um encontro da ciência Ocidental com a espiritualidade Oriental. *Contextos Clínicos*, 2(2), 124-135.

THOMPSON, John B. A Mídia e a modernidade: Uma teoria social da mídia. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

Capítulo 42 - DOI:10.55232/1084002042

**A NECESSIDADE DE SER: A INFLUÊNCIA MIDIÁTICA
SOBRE A IMAGEM CORPORAL E SUAS
CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS EM
ADOLESCENTES**

Letícia Salomão Bezerra, Ana Paula Leite da Silva, Carlos Vinícius dos Santos Pereira, Adriana das Chagas Oliveira Pacheco, Maria das Graças Teles Martins

RESUMO: INTRODUÇÃO: As repercussões do avanço da tecnologia refletem no cotidiano da sociedade de forma expressiva, e sobretudo para a adolescência, onde existe uma maior incidência e acesso aos meios tecnológicos, considerando as variáveis que tornam esta fase mais suscetível aos possíveis efeitos nocivos que esse sistema produz. A mídia dita regras acerca de padrões a serem seguidos, de forma que estes, muitas vezes, não contemplam a subjetividade do indivíduo, o que interfere diretamente na sua autoimagem. **METODOLOGIA:** O estudo se caracteriza por uma pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório e abordagem qualitativa. Foram utilizados livros, artigos, teses e dissertações a partir de buscas em sites nos seguintes endereços: Google Acadêmico, Scielo e PePsic, publicados no período de 2005 a 2020. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os adolescentes são mais vulneráveis ao risco do uso inadequado dos serviços de comunicação, tendo em vista o sistema de padrão de beleza no qual estão inseridos e o poder persuasivo que este detém, gerando prejuízos na autoestima em decorrência de distorções na autoimagem. A autoimagem, demonstra a percepção que uma pessoa tem de si e daquilo que ela representa, definindo-se por uma constelação de pensamentos, sentimentos e ações de acordo com os relacionamentos interpessoais do indivíduo e, quando esta autoimagem é comprometida provoca baixa autoestima e autoconceito negativo de si mesmo que influencia em seu desenvolvimento biopsicossocial. Esse cenário traz como desvantagem a probabilidade do desenvolvimento de distúrbios alimentares e transtornos psicológicos. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Nota-se a relevância do estudo para a comunidade científica e para o contexto social, atentando para os efeitos causados pelo uso indevido de meios de comunicação por adolescentes. Frente às percepções psicológicas evidencia-se que é comum encontrar entre o discurso dos jovens a necessidade de atingir o corpo ideal compartilhado pelas mídias contemporâneas, dando origem à pressão psicológica do que é idealizado como “estética perfeita” corroborando para o processo de exclusão das variedades corporais. Essa situação pode gerar prejuízos para a saúde mental de muitas pessoas, principalmente para a adolescência. Visto que é uma fase marcada por mudanças biológicas e comportamentais, o que repercute diretamente na forma que os indivíduos se enxergam e se relacionam com o ambiente ao seu redor.

Palavras-chave: Adolescência, Padrão de beleza, Consequências psicológicas.

INTRODUÇÃO

O presente artigo possui como finalidade investigar e analisar as repercussões psicológicas que a pressão estética do "belo" provocada pela mídia desencadeia em adolescentes de 12 a 18 anos, de forma a verificar como estes adolescentes lidam com sua autoimagem, tendo em vista as variáveis biopsicossociais que atravessam essa etapa do desenvolvimento humano; entender como a influência das mídias interfere no processo da autoimagem; e identificar as consequências psicológicas que a busca do corpo idealizado acarreta a este grupo.

Diante disso, se faz importante a conceitualização de autoestima, que pode ser caracterizada como um processo de “confiança em nosso direito de ser bem-sucedido e feliz, o sentimento de ser digno, merecedor, com direito a afirmar nossas necessidades e desejos, alcançar nossos valores e aproveitar os frutos de nossos esforços” (BRANDEN, 1997, pg. 20). Conforme o exposto, pode-se afirmar que a autoestima envolve o bem-estar do indivíduo. Contudo, este construto está ligado à pressão estética de um padrão corporal muitas vezes inalcançável, que vem sendo difundido a partir das mídias sociais através de uma concepção idealizada de beleza, construída também por meio da globalização que, por sua vez, atua como recurso de aproximação entre as diversas sociedades e culturas existentes por todo o mundo durante séculos.

A respeito da globalização, Ribas e Caleiro (2012), descrevem que a mesma muitas vezes se utiliza dos meios de comunicação para promover a padronização de estilos de vida, visto que, segundo os autores, há uma ligação direta deste processo com o da ditadura da beleza, onde a mídia enquadra os indivíduos em um mesmo estereótipo físico para que a procura desses padrões seja cada vez mais direcionada às mesmas mercadorias e padrões estéticos. Assim, ficará mais difícil para pessoas com biótipos muito diferentes conseguirem se enquadrar nesses estereótipos, fazendo com que elas queiram estar também padronizadas. Este recurso acaba constantemente colocando em segundo plano a subjetividade do indivíduo, visto que a busca por um ideal de beleza cada vez mais padronizado e semelhante às características impostas pela mídia, aumenta.

Considerando o avanço da tecnologia e o seu envolvimento com a humanidade, é notório que as mídias sociais detêm grande relevância devido ao seu poder social e persuasivo. Entretanto, essa forma de poder que influencia a sociedade e especificamente os jovens, classificados pelo ECA (1990) como a faixa etária de 12 até os 18 anos de

idade completos, abrange diversos questionamentos a respeito de suas consequências positivas e negativas, sobretudo na esfera psicológica. Alguns desses impactos atingem a autoimagem, o que pode ser pontuado pelo fato de que, através das redes sociais, muitos jovens se deparam com imagens pouco realistas de como deveriam ser, culminando em um estereótipo de beleza que em sua grande maioria é inalcançável, e que gera conflitos pessoais, tendo em vista que a realidade desse indivíduo muitas vezes não corresponde ao padrão observado nos recursos midiáticos. Esse cenário virtual manifesta uma pressão estética, que de acordo com Echeburúa e Requesens (2012), para os adolescentes pode gerar a distorção da percepção da autoimagem, afetando a autoestima, causando desconforto emocional e aumentando a insatisfação com o próprio corpo.

É possível verificar que os padrões estéticos sempre fizeram parte como peça estruturante da sociedade, pois sempre estiveram presentes ao longo da história, passando por diversas modificações. A partir de um resgate histórico, pode ser utilizado como exemplo a Grécia Antiga, onde um dos primeiros requisitos da boa forma era justamente o de proporção correta e simetria (ECO, 2004, tradução nossa), cujo período fora marcado pela primeira tentativa de padronização da beleza humana, em que este ideal de beleza era constituído a partir da combinação entre harmonia e equilíbrio, enfatizando as medidas proporcionais. Posteriormente, segundo o autor já citado, houve a ruptura deste conceito através da construção de novos padrões, como na Idade Média, valorizando a ideia de divino e sagrado, e no Renascimento, focando em formas mais voluptuosas e na ideia de sedução.

No que diz respeito às percepções psicológicas, é comum encontrar entre o discurso dos jovens a necessidade de atingir o corpo ideal compartilhado pelas mídias contemporâneas, dando origem à pressão psicológica do que é idealizado como “estética perfeita” e corroborando para o processo de exclusão das variedades corporais, gerando assim, prejuízos para a saúde mental de muitas pessoas, principalmente na adolescência, visto que é uma fase marcada por mudanças biológicas e comportamentais, o que repercute diretamente na forma que os indivíduos se enxergam e se relacionam com o ambiente ao seu redor.

Sobre isso, Castello (2020) descreve que o indivíduo internaliza a crença sobre a aparência hegemônica, vivenciando a angústia denominada como "crise do corpo", que abre portas para diversas formas de sofrimento, levando como preceito não a sua condição física e a sua subjetividade, mas sim, o que é valorado e disseminado amplamente pelos

veículos de comunicação de massa. Logo, a concepção coletiva de beleza será embasada nesses referenciais, e este conceito estético será internalizado, fazendo com que o indivíduo enfrente um processo de autocrítica usando como parâmetro o padrão de beleza imposto. Contudo, esse padrão muitas vezes não condiz com as suas reais necessidades e principalmente, com os limites do seu corpo.

Dessa maneira, levantou-se como problemática de pesquisa analisar como a concepção de beleza idealizada a partir da mídia afeta a percepção psicológica da autoimagem em adolescentes, levando em consideração todo o contexto biopsicossocial e os grandes veículos de comunicação de massa, que atualmente detêm um forte papel em diversos contextos e grupos sociais, principalmente no que se refere a este grupo.

Tem-se como hipótese que os processos midiáticos atuam como um recurso de aproximação de convicções individuais e subjetivas do indivíduo, a partir de ideais sócio historicamente construídos baseados em conceitos já estruturados de beleza, de modo que o construto mais disseminado e reforçado é o que prevalece sobre os mecanismos de socialização, relacionando-se a partir disso com sistemas que permitem esse indivíduo buscar o que é mais valorado e discutido em seu meio social, como forma também de mostrar identificação com aquele determinado grupo. Esse sistema voltado para a mídia desenvolve-se de forma mais nítida e nociva para o público adolescente, levando em consideração os processos hormonais e emocionais presentes nessa etapa do desenvolvimento, que influenciam de forma acentuada - e muitas vezes preocupante - na autopercepção desse adolescente, criando tendências disfuncionais que podem desencadear transtornos psicológicos como depressão, ansiedade, transtornos alimentares, dentre outros.

Assim, a motivação que permitiu a construção deste artigo foi a observação da participação ativa do sistema de padrão de beleza na sociedade, percebendo como este se manifesta em conteúdo e suas respectivas repercussões psicológicas, sobretudo no público adolescente. A propagação de uma ideia única sobre beleza retrai movimentos subjetivos e particulares, prejudicando dessa maneira, a formação saudável do “eu” e podendo refletir em um adoecimento em massa do corpo social.

A relevância deste estudo se dá através da compreensão de determinados recursos atuais que contribuem para o adoecimento na adolescência, tornando consciente a necessidade de apontar para medidas que possam desconstruir a atividade que concebe a

beleza como um padrão a ser alcançado, assim como encontrar planos que possam reduzir os danos causados por esse padrão. Essa perspectiva abre margens para a relevância acadêmica, científica e social, visto que se trata de um assunto recorrente na sociedade contemporânea, devido à uma maior facilidade que as pessoas detêm de adquirir e manusear os mais variados meios de comunicação de massa, gerando discussões e debates sobre o conceito de “belo” atualmente.

METODOLOGIA

O presente estudo utilizou-se de revisão teórica, com método de pesquisa bibliográfica, exploratória e interpretação qualitativa. Segundo Gil (2017), a pesquisa bibliográfica desenvolvida com base em materiais já elaborados, constituído principalmente de livros e artigos científicos, além de outras fontes como: teses, dissertações, obras de referência e resumos científicos, ou seja, instrumentos já existentes que contém os assuntos presentes no estudo, sendo selecionada em razão da existência de inúmeros materiais válidos e pertinentes disponíveis na internet para a investigação em questão, que possibilitam um maior embasamento teórico e científico a fim de torná-la mais relevante.

A pesquisa exploratória, por sua vez, possui como um de seus objetivos o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições (GIL, 2017), possibilitando assim maior entendimento do tema e construção de hipóteses relacionadas ao problema de pesquisa para serem consideradas e estudadas, tendo como uma das formas de se apurar informações o levantamento bibliográfico, que fora empregado nesta pesquisa.

Somado a isso, é aplicada a abordagem com enfoque qualitativo, que utiliza a coleta de dados sem medição numérica para descobrir ou aprimorar perguntas de pesquisa no processo de interpretação (SAMPIERI; CALLADO; LUCIO, 2013). Este estudo tem como finalidade apreender informações relacionadas às atitudes e comportamentos de um grupo de pessoas, a fim de investigar o problema em questão, considerando aspectos subjetivos que não possuem necessidade de validação numérica, tratando-se então de uma pesquisa qualitativa.

Os critérios de inclusão consideraram livros de autores que discutem imagem corporal, processos midiáticos, Psicologia do Desenvolvimento, e adolescência e seus processos fisiológicos e biopsicossociais; e produções científicas nas línguas portuguesa,

inglesa e espanhola, com período de publicação de 2005 a 2020, a partir de buscas em sites na internet através dos seguintes endereços: Google Acadêmico (Google Scholar), Scielo (Scientific Electronic Library Online) e PePSIC (Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia), possuindo como descritores: “imagem corporal e adolescentes”, “mídia e padrão de beleza”, “consequências psicológicas da pressão estética”, e “padrão de beleza e saúde mental”. Foram excluídos todos os materiais que não contemplam os critérios indicados, materiais não publicados e os que, apesar de apresentarem os descritores selecionados, não se encaixam com a proposta da pesquisa.

Como instrumento de coleta de dados, dos 18 livros selecionados foram utilizados 10, das 3 dissertações selecionadas foi utilizada apenas uma, das 3 teses selecionadas foram utilizadas 2, dos 4 manuais selecionados foram utilizados 3 e dos 26 artigos selecionados foram utilizados 11. Dos materiais selecionados, foram utilizados somente aqueles que se inseriram entre os anos de 2005 a 2020.

Na análise crítica dos riscos e benefícios, por ser uma pesquisa bibliográfica e não envolver manipulação com humanos, não houve riscos. Com relação aos procedimentos éticos de pesquisa, o artigo fora desenvolvido cumprindo as exigências das resoluções 466/2012 e 510/2015, não sendo necessária a utilização do termo de consentimento livre e esclarecido (TECLE) nem submissão à apreciação do Comitê de Ética da Faculdade Estácio de Macapá.

A análise dos dados coletados ocorreu através de leitura exploratória e interpretativa dos materiais selecionados a partir das particularidades correspondentes ao tema, buscando a relação das informações desses dados coletados com a proposta apresentada e atestando se o problema apresentado e os objetivos propostos foram alcançados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A relação da autoimagem com a adolescência e suas demais variáveis biopsicossociais

A adolescência é uma etapa do desenvolvimento conhecida pelas alterações a níveis biopsicossociais, assim dizendo, retrata a transição entre a infância e a idade adulta, representando um processo de separação/individualização do sujeito com atividades

típicas e comportamentos relacionados à infância, assim como o início da aquisição de qualidades e habilidades que o permitem participar dos deveres e papéis sociais da sociedade e cultura vigente como adultos, e de acordo com Bock, Furtado e Teixeira (1999) a adolescência ou juventude é a fase caracterizada pelo processo de alcance de conhecimentos fundamentais para o a participação do jovem na esfera do trabalho, na obtenção de ideais e valores para que o mesmo constitua uma família.

Sobre o início da adolescência, Calligaris (2000), acredita ser marcada pela puberdade, pois através dela é possível observar facilmente as mudanças fisiológicas que ocorrem nessa faixa etária, ao se adquirir funções e características do corpo adulto, visto que representa as modificações biológicas e funcionais, onde o corpo infantil se transforma, em termos morfológicos e fisiológicos, em um corpo adulto, com as mudanças na produção de hormônios, crescimento de pelos pubianos e auxiliares, aumento na produção de glândulas sebáceas e sudoríparas, além da alteração da voz, sinalizando o início da adolescência. Além disso, o sujeito sobre as condições do processo de maturação biopsicofisiológico precisa compreender o que está acontecendo com seu corpo, considerando que os hormônios influenciam nas alterações de sensação e sentimento tal qual na capacidade de entendimento e reação em relação a outros indivíduos.

Assim, Erickson (1968) comenta sobre como os púberes, assolados pela revolução fisiológica de maturação genital, além de inseguros sobre os papéis e deveres adultos que se aproximam, se atentam para as tentativas comuns de estabelecer uma subcultura adolescente com o intuito de formação de identidade inicial, que mais se assemelha a uma conclusão do que um período transitório. E segue nesse sentido, a contribuição de Tiba (2003) ao se referir à adolescência como um período de desenvolvimento psicossocial, onde os adolescentes se afastam da própria família para adentrar nos grupos sociais, declarando que as fases de grande desenvolvimento biofisiológico, isto é, o estirão, são momentos de angústia onde a timidez de se expor ao público torna-se presente, pois quanto menor for a autoestima do sujeito, mais defeitos enxergará nas transformações do seu corpo.

No âmbito do desenvolvimento psicossocial, os adolescentes se veem em uma busca pela identidade, onde o afastamento das relações primárias, isto é, relações parentais, os permitem explorar, em suas possibilidades, conteúdos que possam enriquecer o processo da formulação de seu autoconhecimento e descobrir materiais que

possam construir integralmente a definição de sua autoimagem, atravessando neste processo fatores nocivos ligados a autodefinição corporal que atingem diretamente a autoestima.

Conforme descreve Gouveia *et al.* (2005), a autoimagem demonstra a percepção que uma pessoa tem de si e daquilo que ela representa, definindo-se por uma constelação de pensamentos, sentimentos e ações de acordo com os relacionamentos interpessoais deste indivíduo. Segundo Marcus e Kitayama (1991) o conceito de si mesmo é fundamental na maneira como alguém se avalia e se comporta, e este conceito está diretamente ligado à valores, crenças e normas culturais, assegurando que vários aspectos da imagem que uma pessoa tem de si são impactados pela cultura. Entretanto, experiências pertencentes ao corpo, habilidades ou emanção de dominação e competência física também podem influenciar e alterar a autoimagem de um indivíduo.

De acordo com Sapountzi-Krepia *et al.* (2001), quando se fala em autoimagem e imagem do corpo, estamos nos referindo à uma imagem que é conceitual, à uma forma a qual cada um se vê representado no seu “espelho interior”, bem como os sentimentos e reflexões gerados por essa representação. Diante disso, é possível pontuar que os ideais construídos culturalmente acerca de estruturas corporais e a maneira com que a sociedade lida com quem não corresponde a estes ideais, ocasionados principalmente pelo desenvolvimento da globalização e crescente necessidade de tecnologia, gerando assim uma proporção grandiosa de usuários e adeptos das redes e mídias sociais, podem causar mudanças nos padrões de aceitação dos indivíduos, em seu desenvolvimento cultural e pessoal e em suas relações sociais, interferindo assim de modo direto em sua autoestima e autoimagem.

Nesse sentido, a concepção que um indivíduo tem a respeito de si em relação aos outros pode ser tanto ampliada quanto diminuída, como consequência de questões vivenciais e particulares que o mesmo teve contato ao longo de sua existência, visto que tal concepção “envolve um complexo emaranhado de fatores psicológicos, sociais, culturais e biológicos que determinam subjetivamente como os indivíduos se veem, acham que são vistos e veem os outros” (DAMASCENO *et al.*, 2006, p. 81). Dito isso, estas questões de conceitos distorcidos podem restringir a capacidade do ser humano de apreciar os outros e o mundo à sua volta, impedindo-o assim de estruturar um agrupamento de percepções saudáveis relacionadas a si mesmo.

Floriani, Marcante e Braggio (2010), em sua interpretação do texto “*Autoimagem e a Interface da Beleza*”, de Marco Antônio de Tommaso (2010) apontam que a reação de um indivíduo perante sua autoimagem reflete muito o nível de clareza da consciência, reforçando a ideia de uma personalidade dissociada de quem ele é realmente, ou seja, quanto mais uma pessoa for refém de sua autoimagem, chegando ao ponto de estar presa unicamente à sua aparência, mais afastada ela se encontrará de viver livremente no mundo das diversidades, o que acabará por produzir comportamentos distorcidos frente aos vínculos afetivos que ela construiu.

Dessa forma, é notório que no presente momento os meios de comunicação social demasiadamente divulgam e propagam ideais de beleza baseados em modelos ilusórios e arriscados, que acometem, em sua grande maioria, os adolescentes, por estarem vivenciando um ciclo de desenvolvimento da identidade, marcado pela necessidade de pertencimento à grupos sociais e construção de outros vínculos afetivos para além dos familiares, o que os torna mais propensos a fazerem algo que os facilite encaixar-se e adaptar-se à grupos ou situações, sendo prontamente influenciados pelas reproduções midiáticas, colaborando assim para a formação de uma autoimagem desproporcional à realidade e uma avaliação errônea de si, fazendo-os atuar pelo modo como se avaliam.

A influência das mídias e sua repercussão no processo de formação da autoimagem de adolescentes

Com o crescente avanço tecnológico e os processos de globalização que envolvem a comunicação, ficou mais presente a participação ativa das mídias digitais na esfera social. Para Bock, Furtado e Teixeira (1999), estes meios têm uma grande importância em razão do grau de persuasão e capacidade de contemplar as particularidades do sujeito para que alcance os seus próprios interesses. Os autores ainda definem a persuasão como um mecanismo de convencimento que propõe ou não ultrapassar os limites dados às bases racionais da difusão de uma mensagem.

Sobre a relação da mídia com a constituição do “eu” vivenciada pelos adolescentes, há uma espécie de labilidade na qual Bock, Furtado e Teixeira (1999, p. 302) dissertam que “em alguns momentos não acredita em nada a não ser nele mesmo e, em outros, torna-se presa fácil dos apelos consumistas dos meios de comunicação de massa”, isto é, o fato que contempla este jovem e o caracteriza como um alvo fácil resgata exatamente a ideia que enfatiza a ânsia pelo “novo” e a procura excessiva por aceitação,

promovendo então, um ambiente propício para a atuação da mídia e todo o potencial ideológico e persuasivo que a mesma detém.

Outro aspecto a ser levado em consideração é o fato de os recursos midiáticos, como por exemplo, redes sociais e televisão, não abrangerem os mais variados fenótipos, principalmente no que diz respeito às diversas representações corporais que existem, impondo modelos de corpos que acabam por deslegitimar a singularidade do indivíduo, uma vez que a maior parte das pessoas que consomem este tipo de conteúdo, buscam uma maneira de encaixar-se aos modelos referenciais e com o que a cultura dominante dita sobre o que é estar dentro do padrão. Sendo assim, este adolescente irá traçar os seus ideais pessoais a partir de artifícios e preceitos difundidos amplamente pela cultura e meios de comunicação de massa, como é o exemplo da mídia social, que expõe este indivíduo à diversas realidades, em que há a possibilidade de estas não corresponderem ao que é vivenciado pelo mesmo.

Baudrillard (1995) discorre que a mídia, atrelada ao consumo, desempenha um papel poderoso no que se refere à dominação social, que não está voltada apenas aos bens materiais, mas corrobora também para o enquadramento do que é belo, a partir do que é socialmente valorado e difundido, tendo em vista que a partir destas novas regras sociais e da constituição da sociedade moderna, que é pautada a partir do domínio e ascensão de ferramentas midiáticas e tecnológicas, acaba por influenciar o consumidor a agregar uma denominação material ao seu corpo, levando em consideração que muitas vezes este corpo será alvo de críticas e exclusão, e para que isso não ocorra, os indivíduos reiteram esta posição passiva de obediência à preceitos amplamente disseminados e apreciados, contribuindo para o surgimento de estereótipos, dos quais enfatizam que todos devem seguir determinado modelo porque é somente desta forma que serão vistos como “agradáveis” socialmente e perante a si mesmos.

Sobre esta imposição advinda da mídia acerca do que é agradável ou não esteticamente, pode-se abordar a concepção de autoimagem corporal, que segundo Adami *et al.* (2005, p. 1), “é um complexo fenômeno humano que envolve aspectos cognitivos, afetivos, sociais/culturais e motores. Está intrinsecamente associada com o conceito de si próprio e é influenciável pelas dinâmicas interações entre o ser e o meio em que vive”. Os autores ainda enfatizam que o processo de construção e desenvolvimento deste fenômeno está associado às concepções determinantes da cultura e sociedade, o que, diante à modelos pré-concebidos, torna-o amplamente distorcido da noção de corpo

natural. Sendo o corpo uma espécie de “objeto relacional” devido ao seu caráter social e cultural, a construção de sua identidade perpassa por influências externas que acabam por contribuir para a formação do próprio “eu” deste indivíduo, referindo-se, desta forma, às questões internas do mesmo.

A partir disso, a autoimagem leva em consideração a forma na qual o indivíduo se vê relacionada também às sensações, emoções, vivências, qualidades e pensamentos que esta pessoa possui de si mesma, elencando por sua vez, preceitos referentes às influências absorvidas. Fundamentando-se nisso, entende-se que os adolescentes tendem a ser mais vulneráveis à estas influências, visto que se encontram em um momento de difícil definição de quem são e tentativa de identificação, tornando-se suscetíveis à enfrentarem situações de angústia, já que a busca por uma imagem corporal “bela” é, em sua grande maioria, feita de forma desenfreada, provocando prejuízos na maneira em que o mesmo julga sua própria aparência, em decorrência da falta de referências e valorização do seu próprio corpo, dando espaço para a exaltação de estereótipos corporais utópicos.

Conforme indica Castello (2020), após internalizar a ideologia de aparência corporal hegemônica, o sujeito pode acabar vivenciando a preocupação de uma chamada “crise do corpo”, que segundo Barbosa, Matos e Costa (2011), está atrelada aos fundamentos da cultura que acabam por influenciar a forma na qual esse indivíduo atribui representatividade e valor ao seu corpo, associando-se à maneira em que o sujeito interpretará questões voltadas à autoimagem, o que dá abertura para o surgimento de diversos tipos de sofrimento devido à escassez de referenciais de beleza que contemplem aspectos subjetivos do indivíduo, mudando a forma pela qual percebem a realidade e à si mesmo, posto que o processo de formação da imagem corporal segue um critério multifatorial e pode ser persuadido pela mídia, ambientes conjuntos e a partir de valores inseridos na cultura, formando assim pessoas extremamente preocupadas com o significado que é atribuído ao seu corpo e o reflexo disso para a sociedade.

O ideal de corpo que é difundido é perverso porque não leva em conta a diversidade, que vai além das características corporais: tem relação com a produção de subjetividades, que são constituídas através de diferentes caminhos, que são singulares para cada sujeito. Com o sentimento de não se sentirem pertencentes, [...] acabam se culpando e se punindo através de práticas, muitas vezes invasivas (CASTELLO, 2020, p. 5).

A partir do momento em que o adolescente se depara com um corpo que não está enquadrado ao estereótipo dominante e idealizado pela sociedade, há o surgimento do processo de perda da autoconfiança, considerando uma autoimagem constituída por

fatores socioculturais como a mídia e o meio social no qual está inserido, que busca suprir os padrões de beleza propagados, e conseqüentemente, sendo impelido a se adaptar e identificar com estímulos irreais. Esse cenário provoca a perda de aspectos individuais, singulares e subjetivos, já que, segundo Del Ciampo e Del Ciampo (2010), a indústria corporal, utilizando-se dos meios de comunicação, alimenta aspirações e intensifica imagens, transfigurando a maneira de compreender a vida. Os autores também reforçam a associação do corpo à ideia de consumo, visto que “quanto mais o corpo manter a aparência da juventude, da beleza e da boa forma, mais alto é seu valor de troca, tornando as pessoas escravas de um ideal narcísico rígido e severo” (DEL CIAMPO; DEL CIAMPO, 2010, p. 57).

Ainda conforme Del Ciampo e Del Ciampo (2010), a mídia é possivelmente um dos elementos mais relevantes quando se trata de construção de identidade nos adolescentes, pois através dela é possível elaborar referências de vida, de consumo e de comportamento, além de propagar materiais que influenciam a vida em sociedade. A procura de uma imagem corporal idealizada, é um dos processos mais pertinentes na atualidade, o que gera prejuízos financeiros e riscos voltados à saúde, sobretudo no âmbito psicológico, considerando que os referenciais de beleza, em sua grande maioria inatingíveis e distantes da realidade, provocam sintomas de estresse, ansiedade e insatisfação com o corpo e distorção da imagem, além de isolamento social e dificuldade de manter relações interpessoais.

Consequências psicológicas que a busca do corpo idealizado acarreta aos adolescentes

Perante o cenário tecnológico atual, é visível a existência do perigo envolvendo o risco ao vício, sobretudo, para o público adolescente. Echeburúa e Requesens (2012, p. 49, tradução nossa) manifestam que “de três a seis por cento dos jovens fazem uso abusivo da internet e principalmente das redes sociais”. A utilização excessiva dos serviços de comunicação virtual prejudica a saúde mental e possibilita o desenvolvimento de transtornos psicológicos. De acordo com a APA (American Psychological Association, 1892) a saúde mental é percebida como a forma que o pensamento, sentimento e comportamento interferem no organismo. A Associação ainda expressa que uma boa saúde mental resulta numa imagem positiva de si mesmo e estimula relacionamentos interpessoais satisfatórios.

Tratando-se dos impactos no âmbito psicológico, o adolescente encontra-se em uma posição vulnerável e passiva, no que diz respeito às influências que este sofre, advindas da persuasão dos meios de comunicação de massa. Sendo assim, reverbera a necessidade de “ser” deste sujeito, visto que se vê refém de modelos corporais pré-concebidos, que atuam como meio de excluir ou incluí-lo em grupos sociais que sejam responsáveis por aprovar os seus atributos estéticos. A necessidade de aceitação está atrelada intrinsecamente à adolescência, percebendo a importância para esta faixa etária da aprovação perante a sociedade, porém, muitas vezes esta desconsidera as reais qualidades atreladas à subjetividade desse sujeito, afim de enquadrá-los em modelos enaltecidos pelo mercado de consumo, atribuindo valor apenas aos aspectos externos, ou seja, aos padrões que os seus corpos estão ou não refletindo.

Levando em consideração que a adolescência é uma fase da vida na qual o sujeito está propenso a vivenciar novas experiências, de cunho psicológico, social e fisiológico, em que se manifesta a presença deste processo de descoberta do próprio “eu”, é evidente que, tratando-se das mídias, o mesmo pode ocasionar um quadro de grande cobrança social ao adolescente por este ansiar atingir um padrão estético muitas vezes irreal, o que vai culminar conseqüentemente numa cobrança exacerbada desse indivíduo para com ele mesmo. Acerca desta cobrança e do fato de que muitas vezes o comportamento se torna constante e interfere negativamente na rotina do indivíduo, acarretando então sintomas físicos e psicológicos, pode-se identificar, desta forma, o surgimento de sintomas voltados ao Transtorno de Ansiedade, que segundo Batista e Oliveira (2005):

[..] é um sentimento que acompanha um sentido geral de perigo, advertindo as pessoas de que há algo a ser temido. Refere-se a uma inquietação que pode traduzir-se em manifestações de ordem fisiológica e cognitiva. Como manifestações fisiológicas pode-se citar agitação, hiperatividade e movimentos precipitados; como manifestações cognitivas surgem atenção e vigilância redobrada e determinados aspectos do meio, pensamentos e possíveis desgraças. Essas manifestações podem ser passageiras ou podem constituir uma maneira estável e permanente de reagir e sua intensidade pode variar de níveis imperceptíveis até níveis extremamente elevados (BATISTA; OLIVEIRA, 2005, p. 43).

A adolescência também é marcada por um momento conflitivo de identidade, e a acessibilidade às redes sociais provoca uma facilidade do jovem de se isolar, tendo em vista que, com o início da puberdade, as alterações hormonais geram insegurança e abalam a sociabilidade. O isolamento, por sua vez, submete o adolescente ao maior contato com os conteúdos propagados pelas mídias, e conseqüentemente ao risco de desenvolver sintomas de depressão, ao deparar-se principalmente com materiais que

prejudiquem a formulação de sua autoimagem e afetando sua autoestima. Seguindo a lógica de Del Porto (1999, p. 6), “enquanto síndrome, a depressão inclui não apenas alterações do humor (tristeza, irritabilidade, falta da capacidade de sentir prazer, apatia), mas também uma gama de outros aspectos, incluindo alterações cognitivas, psicomotoras e vegetativas”.

Adolescentes que passam muito tempo na Internet são mais propensos a desenvolver depressão, a época em que a depressão promove refúgio na Internet devido ao isolamento do mundo exterior. Portanto, existe uma estreita relação circular entre depressão e dependência na Internet. Quando há dependência, os comportamentos de dependência tornam-se automáticos, são ativados emocionalmente e há pouco controle mental sobre o sucesso ou o fracasso das decisões (ECHEBURÚA; REQUESENS, 2012, p. 55, tradução nossa).

Devido à acessibilidade dos jovens a ferramentas que exaltam como exemplar de beleza a uniformização dos corpos, é explícito também sua inclinação em se tornarem mais suscetíveis à conflitos relacionas à autoimagem, que podem ocasionar transtornos derivados dessa má-elaboração do “eu”, como o Transtorno Dismórfico Corporal (TDC), que é um transtorno relacionado a preocupações com a aparência, associada à grande valorização da beleza, interações sociais reduzidas, comentários sobre partes do corpo e cirurgias, o que acarreta em grandes prejuízos nas áreas social e familiar.

Segundo o DSM-V (2014), os indivíduos com transtorno dismórfico corporal são preocupados com um ou mais defeitos ou falhas percebidas em sua aparência física, que acreditam parecer feia ou deformada, mas que não são observáveis para os demais, o que não deve ser confundido com Anorexia ou Bulimia, pois enquanto nesses transtornos a preocupação é com o tamanho ou forma do corpo como um todo, no TDC ela se refere a uma ou mais partes do corpo como: nariz, boca, queixo, seios, cabeça, cabelo, entre outros, o que os impele a executar comportamentos repetitivos como: comparar a própria aparência com a de outros indivíduos, verificar e examinar os defeitos percebidos em espelhos, arrumar-se em excesso, auto camuflar-se, procurar tranquilização acerca das falhas percebidas, comprar de maneira compulsiva e arrancar a pele compulsivamente com a intenção de melhorar os defeitos observados, comportamentos estes que podem aumentar a ansiedade e a disforia e prejudicar atividades sociais e rotineiras.

Esta busca desenfreada por pertencimento também pode acarretar malefícios e complicações orgânicas ao adolescente relacionadas ao surgimento de transtornos alimentares, visto que este sujeito sofre influências da indústria da beleza, que por sua

vez padroniza corpos criando conceitos idealizados a partir de uma concepção muitas vezes inacessível. Anorexia Nervosa, Bulimia Nervosa e Vigorexia são transtornos que podem se manifestar nesse contexto por estarem diretamente ligados à relação do sujeito com o próprio corpo, considerando também a pressão que as influências externas desempenham nesse cenário.

De acordo com Ribeiro e Oliveira (2011), a Anorexia se inicia entre os 13 e 17 anos, sendo mais comum em mulheres. É caracterizada pela perda de peso, magreza com autoimagem distorcida, preocupação com o ganho de peso, tendência à adoção de dietas rígidas e jejum, além do excesso de atividade física. A doença é crônica e de difícil controle, necessitando de acompanhamento persistente devido às recidivas. Os autores ainda discorrem sobre como a valorização da magreza e da repressão aos obesos, além do culto ao corpo imposto pela mídia através de filmes, atrizes e modelos extremamente magras são percebidas como um fator de vulnerabilidade em adolescentes que desenvolvem Anorexia Nervosa.

Além disso, os transtornos alimentares igualmente têm suas causas atreladas à questões biológicas, psicológicas e socioculturais que influenciam de forma direta os indivíduos, sendo um dos transtornos mais recorrentes quando trata-se de descontentamento com o corpo e a busca por encaixar-se em um certo padrão a Bulimia Nervosa, que de acordo com Ribeiro e Oliveira (2011) tem início no final da adolescência até os 40 anos de idade da pessoa, e se torna mais frequente em mulheres, que acabam por procurar ajuda profissional em média cinco anos após o primeiro episódio, visto que o uso frequente de laxantes e inibidores de apetite ocasionam sérios problemas. Sobre os aspectos psicológicos que envolvem a bulimia nervosa podem-se destacar valores centrados na aparência, baixa autoestima, tendência ao isolamento social, sentimento de culpa e irritabilidade.

Atrelado ao exposto, existe a Vigorexia, descrita como uma variação da desordem dismórfica corporal (CAMARGO *et al.*, 2008) por envolver uma preocupação anormal de não ser suficientemente forte e musculoso em todas as partes do corpo, e acreditar-se que o corpo é pequeno e frágil quando na verdade é grande e robusto, ao contrário dos transtornos dismórficos típicos, cuja principal preocupação é com áreas específicas. As autoras ainda mencionam que esta preocupação intensa com a massa muscular pode levar ao excesso de levantamento de peso, prática de dietas hiperprotéicas e uso indiscriminado de suplementos e anabolizantes, já que os indivíduos temem perder massa muscular,

evitando também a exposição de seus corpos em público, por motivos de insegurança, e utilizarem diversas camadas de roupa, inclusive no calor, com intuito de evitar exibir o mesmo, caracterizando uma distorção da imagem corporal, vinculada à baixa autoestima, influência da mídia, e principalmente, internalização do protótipo de forma corporal.

O tópico em questão buscou destacar preceitos voltados à influência midiática, levando em consideração a faixa etária da adolescência, em que estes sujeitos se encontram mais passíveis a sofrer interferências dos meios de comunicação de massa, da sociedade e da cultura, que acabam por contribuir para a padronização dos corpos, sendo vistos como sinônimo de beleza, admiração e ascensão social. Sobre esses aspectos voltados à busca excessiva de aceitação e à falta de referenciais voltados ao corpo natural e cobrança dos indivíduos acerca de si mesmos, destaca-se a origem das consequências psicológicas no que diz respeito à depressão, ansiedade e transtorno dismórfico corporal, e os transtornos alimentares referentes à anorexia nervosa, bulimia nervosa e vigorexia, enquadrando-se em consequências que influenciam intrinsecamente em uma rotina saudável e na forma na qual este indivíduo se percebe, ou seja, na autoimagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os materiais analisados, compreende-se a participação das mídias no avanço tecnológico, que se desenvolve trazendo benefícios para a humanidade. Apesar das grandes vantagens que a tecnologia propõe, existem mecanismos que enfraquecem a saúde psicológica e a dinâmica da multiplicidade corporal, tornando indivíduos suscetíveis ao uso massivo e inadequado dos serviços de comunicação e aos prejuízos do sistema de difusão de informação que a mídia propaga, incluindo neste processo o desempenho do padrão de beleza e suas respectivas consequências para a interação social e autoestima dos sujeitos na sociedade, culminando em consequências negativas atreladas à sensação de rejeição e uma constante insatisfação corporal, limitando as referências do que é ser "belo".

A respeito do padrão de beleza e seu envolvimento com a adolescência, notou-se uma busca desenfreada com o objetivo de caber no padrão vigente que é valorado pela sociedade, isto atrelado à necessidade de validação e sensação de pertencimento. Todavia, esse padrão muitas vezes é injusto e não contempla a totalidade do indivíduo, limitando-os a meros estereótipos corporais a partir da disseminação de "corpos perfeitos" pelos grandes meios de comunicação de massa, visto que esse sistema se utiliza de um vasto

poder persuasivo, sendo mais agressivo e prejudicial aos adolescentes, tendo em vista que fazem parte de um público que vivencia uma etapa de descoberta de sua identidade e busca por espaço nos mais diversos grupos sociais.

Além disso, a adolescência perpassa por mudanças biopsicofisiológicas, que por sua vez torna esse público mais vulnerável a influências externas e suas respectivas repercussões internas, já que certas características de personalidade ou estados emocionais aumentam a vulnerabilidade psicológica aos vícios, o que gera impulsividade, disforia e intolerância a estímulos desagradáveis. A busca exacerbada para caber em um padrão estético amplamente disseminado ganha forças, fazendo com que os indivíduos façam comparações irrealistas e que não contemplam os seus reais estereótipos, percebendo-se a possível participação do desenvolvimento de transtornos psicológicos como depressão e ansiedade.

Arelado a isso, os distúrbios alimentares podem ser percebidos como o resultado de um mecanismo de tentativa para modificação do corpo, enfatizando o pressuposto supracitado no âmbito psicológico, de que para ser considerado "belo" o sujeito deve ser enquadrado em um viés de beleza onde as suas características naturais são negligenciadas. Diante disso, se faz importante a valorização do corpo a partir das diversas variedades anatômicas, e não apenas de estereótipos padronizados propagados pelos meios de comunicação. Ademais, nota-se que este estudo respondeu às questões levantadas e poderá contribuir a nível científico, social e acadêmico, assim como ser útil para estudantes e profissionais da Psicologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. Publication manual of the American Psychological Association (1th ed.). Washington, DC: 1892. Disponível em: <<https://www.apa.org/about/apa/archives/apa-history>>. Acesso em: 02 de setembro de 2021.

ADAMI, Fernando et al. Aspectos da construção e desenvolvimento da imagem corporal e implicações na educação física. *Revista Digital EFDeportes.com*, v. 10, n. 83, p. 8, 2005.

BAUDRILLARD, Jean. A sociedade de consumo. Lisboa: Edições 70, 1995.

BATISTA, Marcos Antonio; OLIVEIRA, Sandra Maria da Silva Sales. Sintomas de ansiedade mais comuns em adolescentes. *Psic, São Paulo*, v. 6, n. 2, p. 43-50, 2005.

BARBOSA, M. R.; MATOS, P. M.; COSTA, M. E. Um olhar sobre o corpo: o corpo ontem e hoje. *Psicologia & Sociedade*, v. 23, n. 1, p. 24–34, 2011.

BOCK, A.M.B; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M.L.T. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente, Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF.

BRANDEN, Nathaniel. *Auto-Estima e os seus Seis Pilares*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

CALLIGARIS, Contardo. *A Adolescência*. São Paulo: Publifolha, 2000.

CAMARGO, T. P. P. et al. Vigorexia: revisão dos aspectos atuais deste distúrbio de imagem corporal. *Revista Brasileira de Psicologia do Esporte*, v. 2, n. 1, 2018.

CASTELLO, Camila Cristina Saraiva. *Feminilidade, imagem corporal e mídia: um estudo sobre processos identitários das mulheres [tese]*. Brasília: UniCEUB; 2020.

DAMASCENO, Vinícius Oliveira et al. Imagem corporal e corpo ideal. *Rev. bras. ciênc. mov.*, v.14, n.2, p. 81–94, 2006.

DEL CIAMPO, L. A.; DEL CIAMPO, I. R. L. Adolescência e imagem corporal. *Adolescência & Saúde*, v. 7, n. 4, p. 55–59, 2010.

DEL PORTO, José Alberto. Conceito e diagnóstico. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, v. 21, n. 1, p. 06–11, maio 1999.

ECHEBURÚA, Enrique; REQUESENS, Ana. *Adicción a Las Redes Sociales y Nuevas Tecnologías En Niños y Adolescentes*. Madrid: Pirámide, 2012.

ECO, Umberto. História da beleza. Tradução de Eliana Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

ERICKSON, Erick H. Identity, Youth and Crisis. New York: W. W Norton & Company, 1968.

FLORIANI, F.M.; MARCANTE, M.D.S; BRAGGIO, L. A. Auto-Estima e Auto-Imagem: A Relação com a Estética. 2010. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/5882778-Auto-estima-e-auto-imagem-a-relacao-com-a-estetica.html>>. Acesso em: 15 de setembro de 2021.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOUVEIA, V.V et al. Auto-imagem e Sentimento de Constrangimento. Psico, v. 36, n.3, p. 231-241, 2006.

MARKUS, H. R.; KITAYAMA, S. Culture and the self: Implications for cognition, emotion and motivation. Psychological Review, p. 224-253, 1991. Disponível em: <<https://psycnet.apa.org/record/1991-23978-001>>. Acesso em: 09 de setembro de 2021.

RIBAS, Raíra; CALEIRO, Maurício. Padrões estéticos e globalização: a sociedade pós-moderna frente à ditadura da beleza [tese]. Minas Gerais: Universidade Federal de Viçosa, 2012.

RIBEIRO, P. C. P.; DE OLIVEIRA, P. B. R. Culto ao Corpo: beleza ou doença? Adolescência & Saúde, v. 8, n. 3, p. 63–69, 2011.

SAMPAIO, R. P.; FERREIRA, R. F. Beleza, identidade e mercado. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 120–140, 2009.

SAMPIERI, R.H.; CALLADO, C.F.; LUCIO, M.D.P.B. Metodologia de Pesquisa. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SAPOUNTZI-KREPIA D.S. et al. Perceptions of body image, happiness and satisfaction in adolescents wearing a Boston brace for scoliosis treatment. 2001. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/11529970/>>. Acesso em: 15 de setembro de 2021.

TIBA, Içami. Adolescentes: quem ama, educa. 21. Ed. São Paulo: Integrare, 2003.

Capítulo 43 - DOI:10.55232/1084002043

**DE CIDADE FABRIL A CIDADE UNIVERSITÁRIA:
SOCIABILIDADE E LAZER EM RIO TINTO.**

Alessa Cristina Pereira de Souza, Nathália Jorge Novais

RESUMO: Neste trabalho se discute a dinâmica da cidade de Rio Tinto a partir do surgimento e da suspensão da quinta universitária, uma das poucas opções de lazer da cidade destinada aos jovens universitários, considerando as mudanças advindas devido à pandemia de COVID-19. Através da observação participante, do acompanhamento nas redes sociais e da interlocução com esses jovens, foi possível perceber a importância dessa prática de lazer e analisar as interações sociais entre os estudantes universitários, e destes com a cidade.

Palavras-chave: Cidade; Lazer; Jovens universitários; Sociabilidade; Pandemia; Quinta universitária.

INTRODUÇÃO

A cidade de Rio Tinto, localizada no litoral norte da Paraíba, é composta por aproximadamente 24.176 habitantes (IBGE, 2019). Dentre estes, há um elevado número de estudantes universitários que vêm de outras cidades e estados para estudar no Campus IV da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A cidade possui uma formação marcada por massacres e sangue indígena Potiguara (BARRETO, *et al*, 2017). Entre as décadas de 20 e 60 do século XX, existiu como um pólo fabril, que resultou em um processo urbanizatório baseado em uma cultura que propaga esse modelo de cidade. Com o fechamento da Companhia de Tecidos Rio Tinto (1983) e a criação do Campus IV da UFPB (2006), ocorreu a "invasão" de uma cultura heterogênea e plural, que vem transformando Rio Tinto de uma cidade fabril em uma cidade universitária.

A Universidade Federal da Paraíba é considerada a quarta melhor universidade do Nordeste e está dividida em 5 campi: Campus I - João Pessoa (sede), Campus II - Areia, localizado a 129 km da sede, Campus III - Bananeiras, localizado a 140 km da sede, e Campus IV - Mamanguape/Rio Tinto, localizado a 60 km da sede. O Campus IV da UFPB foi criado com o objetivo de capacitar a população local, operários e indígenas, porém, tornou-se um centro de migração, recebendo discentes, docentes e servidores técnicos de diferentes regiões brasileiras, com culturas, hábitos e valores diversos.

Esse processo migratório provocou certo “estranhamento” entre os antigos moradores de Rio Tinto, resultando em diversos tipos de sociabilidade, inclusive conflituosas, que aceleraram as transformações da cidade. Algumas dessas transformações se dão em torno dos usos dos espaços voltados para as práticas de lazer e sociabilidades, utilizados principalmente pelas pessoas mais jovens, como a Praça João Pessoa, onde acontecia a quinta universitária, evento de lazer e sociabilidade que ocorria todas as quintas-feiras à noite, na praça central da cidade, com música, shows, bebidas, etc., e reunia boa parte da comunidade universitária, principalmente os jovens, antes da pandemia de COVID-19 ser decretada, em março de 2020¹.

¹ COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo vírus SARS-COV-2, que se espalha pela boca ou pelo nariz pelas pessoas ao tossir, espirrar, falar, tocar em outra pessoa, etc. Por isso, o vírus se espalha facilmente em locais fechados e em multidões. (Dados: Our World In Data e JHU CSSE COVID-19, 13 de maio de 2022). Para controlar o contágio, no início da pandemia foi decretado o “distanciamento social” por 15 dias, que se estende até os dias atuais (os Estados e municípios estão aos poucos decretando o fim do distanciamento a partir da situação de sua localidade). Além do distanciamento social, também foram decretadas outras orientações para evitar o contágio: manter uma distância de pelo menos 1 metro de outras pessoas, usar máscara

Nesse contexto, a praça João Pessoa, que já existia e tinha seus espaços ocupados pelos antigos moradores da cidade, antes da instalação do Campus IV da UFPB, se tornou o ponto de encontro e interação da recém chegada comunidade universitária.

Localizada no centro de Rio Tinto, próximo à Igreja Católica Paróquia Santa Rita de Cássia, a praça passou a ser palco de encontros diários, sobretudo, devido aos bares que ali existem. Porém, nas noites de quinta-feira esses encontros ganhavam outra dimensão e múltiplos significados. Naquela noite a praça ficava cheia de jovens universitários que se encontravam para se conhecerem e/ou reconhecerem; eles trocavam experiências, escutavam música, bebiam, dançavam, conversavam e se divertiam.

Partimos do entendimento de que o espaço público destinado a Praça João Pessoa passou por um processo de apropriação a partir das interações construídas entre os diversos grupos de pessoas, em sua maioria jovens universitários, que frequentavam a quinta universitária em busca de práticas de lazer e sociabilidade. Contudo, os protocolos de distanciamento social, impostos pela pandemia de COVID-19, instaurados a partir de março de 2020, suspenderam diversas formas de encontros presenciais, inclusive a ocorrência da quinta universitária, "aprisionando" os jovens universitários em suas casas, muitas vezes com familiares socialmente distantes, transformando as aulas em atividades remotas e, restringindo as opções tradicionais de sociabilidade e lazer, gerando e/ou intensificando sentimentos de ansiedade e solidão.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a produção do espaço urbano de Rio Tinto – PB, a partir das presenças e das ausências das práticas de lazer e sociabilidade construídas e vivenciadas entre os jovens universitários, observando a relação entre a cidade e seus atores sociais. Ele reflete também um momento político, que vem efetuando o desmonte das políticas públicas de educação e intensificando as perseguições e os ataques à ciência, às universidades, principalmente às universidades públicas e, conseqüentemente, a comunidade universitária, em especial aos jovens estudantes. Esse cenário de múltiplas crises² e perseguições foi agravado pela pandemia de

em público, lavar as mãos regularmente com água e sabão ou álcool 70%, higienizar os mantimentos, limpar constantemente a casa, etc. A vacinação contra o coronavírus se iniciou no país em 17 de janeiro de 2021 e se estende até os dias atuais.

² No ano de 2016, após pouco mais de três meses da eleição e posse do segundo mandato da Presidente Dilma Rousseff (2011-2016), foi iniciado o pedido de impeachment, em um golpe arquitetado pelo Congresso, pela mídia, segmentos do Judiciário brasileiro, mercado financeiro e pela alienação da população. O motivo para tal união foi a oposição que o governo apresentava ao congresso, que não compartilhava dos interesses liberais da extrema-direita. O golpe gerou uma calamidade social, política e econômica que se intensificou com as

COVID-19. e vem resultando em um aumento de problemas relacionados à saúde mental dessa população.

A pesquisa que embasa esse trabalho foi realizada entre março de 2019 e dezembro de 2020, no intuito de observar os espaços ocupados pelos jovens universitários e suas relações nos momentos de lazer, percebendo também o impacto da pandemia na vida desses indivíduos, principalmente daqueles que permaneceram em Rio Tinto durante o período de distanciamento social. A partir desse olhar, buscou-se compreender as mudanças no cenário da cidade antes e durante a pandemia de COVID-19.

Dentro da perspectiva da antropologia urbana, foram abordadas as ações de socialização e as formas de lazer através de teorias relacionadas a este tema, utilizando técnicas dentro da pesquisa de campo de cunho qualitativo. Inicialmente, apropriamo-nos da observação participante, com o pressuposto de Malinowski (1984), focando em análises gerais sobre como esses encontros aconteciam e em seus significados através dos comportamentos e ações dos indivíduos. Neste período, foi utilizado o diário de campo para registrar impressões, reflexões e direcionamentos por meio de conversas e entrevistas, além do acompanhamento das redes sociais, e muitas conversas com os nossos interlocutores.

Este trabalho se divide em duas partes: em um primeiro momento, a cidade de Rio Tinto no “fazer-se cidade universitária” destaca a socialização que ocorria na quinta universitária, mostrando as interações dos universitários durante aquela noite. Em seguida, apresenta-se a reapropriação da Praça João Pessoa, pelos antigos moradores da cidade, durante a pandemia de Covid-19 e as novas interações desenvolvidas na cidade.

RIO TINTO NO FAZER-SE CIDADE UNIVERSITÁRIA

A juventude contemporânea vivencia um mundo complexo, sendo constantemente cobrada como agente transformador do futuro. Os universitários, por sua vez, parecem carregar o peso da responsabilidade de repensar os processos históricos de desigualdade fundamentados nos marcadores sociais: raça, classe, sexualidade, etc. Muitos deles

eleições de 2018, quando o candidato de ultra direita, Jair Bolsonaro, foi eleito. A partir de então, iniciou-se uma série de medidas inconstitucionais que instauraram um retrocesso nas políticas públicas e em todos os âmbitos sociais. A ascensão da extrema-direita implantou um governo neoliberal de valores ultra conversadores, que enaltecem ideologias neofacistas, além de alavancar a crise econômica e social, e intensificar a crise sanitária instaurada pela pandemia de COVID-19, através do negacionismo da gravidade e das formas de prevenção ao vírus. Desde o início do mandato o presidente Jair Bolsonaro tem atacado as universidades públicas, os professores e os estudantes.

encontram na universidade possibilidades de liberdade, ao saírem de suas casas e migrarem para outras cidades dando continuidade aos estudos. Essa é a situação de muitos estudantes do Campus IV da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), localizado em Rio Tinto.

Após algumas discussões sobre antropologia urbana e sociabilidade, surgiram questionamentos referentes à importância dos momentos de lazer e convivência entre os universitários, principalmente ao interligá-los em questões como desempenho acadêmico e saúde mental.

No decorrer de uma semana exaustiva, os universitários possuem pouco tempo para se distraírem, muitas vezes se envolvendo em mais e mais atividades acadêmicas e reprimindo-se ao ponto de não se darem um tempo para descontração. Contudo, quando encontram um tempinho livre se deparam com o dilema: Para onde ir? Rio Tinto não possui muitos locais de socialização juvenil. Diante dessa ausência, era nas quintas-feiras que os estudantes tentavam desopilar, reunindo-se na Praça João Pessoa e curtindo a noite, em meio a shows, bebidas e muita diversão.

Segundo relatos dos jovens, nota-se a importância daquela noite para a saúde mental dos/as estudantes que muitas vezes haviam acabado de sair do ensino médio e estavam se adequando às demandas acadêmicas. Era na quinta universitária que eles conseguiam desestressar, dançar, cantar, beber, conversar e esquecer um pouco as obrigações acadêmicas. Mediante isso, laços eram criados entre os discentes que valorizavam as práticas de lazer existentes na praça.

É importante mencionar que estamos entendendo lazer como:

um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (DUMAZEDIER, 2000, pág. 34).

Nesta visão, há uma conceituação de lazer como consequência das trocas de informações desinteressadas, que proporcionam um momento de prazer e aprendizado indireto. Esses afastamentos das questões profissionais, familiares e sociais proporcionam um momento de reflexão para os jovens universitários, ajudando na resolução de problemas e clareando a mente em suas prioridades.

A praça João Pessoa, assim, tornou-se um espaço simbólico, pois englobava rotinas de vida, manifestações da vida urbana, troca de informações, conflitos, encontros, etc. (MAGNANI, 1984). Na quinta universitária, era notável a integração e interação entre os jovens universitários, todos se divertiam e socializavam, tornando a praça um lugar de lazer e sociabilidade na/da cidade.

A tradição de ir à praça é antiga, unindo moradores mais velhos, crianças, casais, adolescentes e, mais recentemente, a juventude universitária. Mas, esses grupos não frequentam a praça ao mesmo tempo, há uma dinâmica temporal específica para o uso daquele espaço. Como já mencionado, nas noites de quinta-feira, a praça era o lugar de integração dos jovens universitários.

Entende-se por integração “a forma de sociabilização que se baseia no ato de interagir com estudantes universitários de outros cursos, campi e universidades, em um ambiente festivo de lazer (...)” (LIMA, 2018, p.77). Seguindo a visão de Simmel (2006, p.65) em que

A sociabilidade se poupa dos atritos por meio de uma relação meramente formal com ela. Todavia, quanto mais perfeita for como sociabilidade, mais ela adquire da realidade, também para os homens de nível inferior, um papel simbólico que preenche suas vidas e lhes fornece um significado que o racionalismo superficial busca somente nos conteúdos concretos.

A partir da sociabilidade e da interação com outros universitários, os estudantes reafirmam suas identidades culturais, apropriando-se dos espaços que se aliam às construções identitárias dos sujeitos; o território é percebido como parte de uma dimensão simbólico-cultural (HAESBAERT, 2009). As identidades se afirmam através de simbolismos que definem e direcionam os sujeitos a grupos que possuem interesses comuns, fortalecendo o sentimento de pertencimento (HALL, 2001).

Ao pensar nesses encontros na praça como símbolo-cultural, é possível partir da teoria interpretativa de Geertz (2008) e entender a cultura através de símbolos e significados, buscando através de analogias e de inscrições, perceber como os significados são fixados, interpretados e entendidos pelo grupo, formando seus códigos socioculturais. Podemos observar esse fato no vestuário dos sujeitos, nas ações, nos gostos musicais, entre outras ações que influenciam na integração do sujeito aos demais e o incluem em grupos que possuem características ou gostos parecidos. Em outras palavras, as ações individuais

possuem significados que ao serem analisados apresentam características culturais e códigos sociais.

Ao observarmos as práticas de lazer e de sociabilidade entre os jovens universitários em Rio Tinto, identificamos um momento comum proporcionado pela quinta universitária. Ali, era possível perceber, através da interação dos universitários, como os estudantes reafirmavam suas identidades culturais e apropriavam-se de espaços públicos, através da construção de redes de sociabilidade. Afinal, essas práticas de lazer e sociabilidade eram desenvolvidas a partir das condições sociais e dos espaços em que esses jovens se encontravam, significando e enaltecendo novas formas de vivenciar as dinâmicas na cidade.

Para Dumazedier (2000), lazer é todo ato de escolha natural e de pertencimento que gera ações recíprocas em laços de sociabilidade. Percebemos isso ao observar os elos de amizade que se construíam entre os jovens, impactando tanto em suas vivências e experiências individuais como nas coletivas e, dessa forma, contribuindo para (re)significações em meio à quinta universitária.

Naquele evento, percebia-se que as identidades eram evocadas através de simbolismos que direcionavam os sujeitos aos grupos que possuíam interesses convergentes, o que gerava um sentimento de pertencimento (HALL, 2006). As vivências durante o evento mostravam a importância da socialização entre os estudantes para a criação de vínculos afetivos e a (re)afirmação de identidades.

A quinta universitária, mesmo neste período de suspensão, ainda é vista, pelos universitários, como um lugar/momento de desestresse, onde se tecem interações entre os jovens e aproximações com a cidade. Ali, estudantes de cursos e turnos distintos conseguiam se conhecer, estabeleciam trocas culturais, processos de socialização, etc.

Como pôde ser observado, o foco da nossa pesquisa são os jovens, com faixa etária entre 17 e 28 anos, em sua maioria, alunos dos cursos que funcionam na unidade de Rio Tinto, tendo poucos discentes dos cursos de Mamanguape. As análises se fundamentam nos relatos obtidos durante os meses de março de 2019 e fevereiro de 2020, quando a quinta universitária estava acontecendo, e de setembro a dezembro de 2020, quando o distanciamento social já estava em vigor e a quinta universitária estava suspensa; possibilitando a comparação entre os relatos dos discentes mais antigos sobre como funcionavam as antigas quintas universitárias, como estas se modificaram e, agora com a inserção dos universitários pandêmicos, foi possível perceber o modo como este evento não possui mais impacto, sendo desconhecido.

A existência destes encontros tem muito a ver com os ciclos universitários. Os universitários, em seus relatos, demonstram que buscavam na praça formas de distração, criando elos de amizade através de gostos e afinidades em comum. Partindo desses dados iniciais, foi possível estabelecer diálogos com discentes de diferentes períodos e cursos, conhecendo um pouco de suas vivências na praça e da interferência destas em seu cotidiano.

Na quinta universitária, os shows costumavam começar por volta das 23:30 e iam até às 01:30, havendo variações. Eles ocorriam no bar principal, que contratava músicos de diferentes estilos, com o objetivo de contemplar todos os gostos. Após o término dos shows, todos os bares ligavam os sons e os universitários se dividiam em diversos grupos, com caixas de som pessoais, colocando suas próprias músicas e permanecendo na praça até às 5 horas da manhã.

Para os veteranos, os inícios de períodos eram como um rito de passagem para a acadêmica, fazendo com que alguns grupos de alunos se reunissem e levassem galões de suco *gummy*³ para confraternizar e “batizar” os *feras*⁴. Nesse sentido, ir à praça na quinta universitária tornou-se um instrumento de integração e interação entre os universitários de diferentes cursos e períodos, em horários não acadêmicos.

Um interlocutor afirma a importância do encontro na praça para a integração social e adaptação dos estudantes na cidade:

(...) naquele ambiente eu encontrei a minha turma toda reunida. Foi quando eu pude ter a experiência de conhecer as pessoas fora da faculdade, porque quando você conhece no ambiente da aula as pessoas não transparecem ser o que são, elas querem ser algo diferente. Todo mundo faz isso, inclusive quando eu entrei. E lá (*quinta universitária*) você pode conhecer as pessoas de verdade (...). Eu estava lá conversando com meus colegas e a gente comentava sobre as aulas e tudo, começamos a nos conhecer melhor (...). Eu achei *massa*. Foi *top* assim a primeira quinta. (Estudante de Sistemas de Informação, abril 2019, grifo nosso)

³*Suco Gummy*: bebida com teor alcoólico, popular entre os universitários. Composição: Água, suco em pó, bala halls e Vodca.

⁴ *Feras*: Denominação dada aos novos discentes da universidade.

A quinta universitária é propagada pelos estudantes e moradores da cidade, nem sempre de forma positiva⁵, de modo que os novatos logo são informados sobre a sua existência, como relata outro interlocutor:

A quinta universitária eu conheci assim que cheguei, no mesmo dia que cheguei. (...). Eu achava que era tipo um evento, alguma coisa assim e não que toda a quinta os universitários se reuniram na praça e coisa assim. Achava que era um evento mesmo, pois já estava próximo ao carnaval, aí considerei que era algo relacionado a esse momento. (...) A primeira quinta que eu fui foi na primeira semana de aula. Eu cheguei e já fui para a quinta-feira. (Estudante de Ciência da Computação, abril 2019)

A ciclicidade das quintas é nítida, pois as maiores movimentações acontecem uma vez ao ano, quando todos os cursos têm turma de entrada. É relatado que os estilos dos novos discentes que vão à praça variam muito, e a cada período a quinta universitária ganha um novo ritmo, uma nova cor e novos sentidos.

No período em que ficamos em campo foi possível observar que os universitários mais frequentes na praça estão vinculados aos cursos de Licenciatura em Ciência da Computação, Antropologia e Ecologia. Interessante discutir essas especificidades porque, dentre os universitários, Antropologia e Ecologia são os cursos mais estigmatizados⁶ e excluídos frente aos demais cursos da áreas de exatas que funcionam no Campus IV.

Outro ponto observado é que a desvalorização da sociedade com relação às questões que envolvem as práticas de lazer causa grandes conflitos entre os jovens. Como exemplo, alguns estudantes relataram suas relações com seus familiares que, muitas vezes, impõem a eles a visão de que estão em Rio Tinto apenas para estudar e não se divertir. Com essa repreensão familiar, alguns jovens acabam não frequentando momentos de confraternização por saber que a família interpreta de outra forma, afinal, ele deveria “estar estudando e não curtindo”.

Nesse sentido, um interlocutor relata que

⁵ Enquanto os universitários vêm na Praça uma forma positiva de lazer e sociabilidade, os antigos moradores da cidade condenam esse evento, vendo a quinta universitária como um momento de bagunça; algo que “suja” a imagem da cidade.

⁶ Entende-se por estigma o signo ou marca dada a um indivíduo, que o caracteriza como inferior ou desqualificado diante da sociedade por sua ausência de “normalidade” atribuída pelos padrões sociais, ou seja, é “a situação do indivíduo que está inabilitado para aceitação social plena” (GOFFMAN, 1981, p. 4).

Tem famílias que, tipo, é até às nove horas e se passar, já sabe né. Aí vai sair, tem de falar onde vai, com quem, horário, toda a restrição. E aqui não tem isso e os pais não estão no pé. E as pessoas acabam que, quando recebem um pouquinho de liberdade, são as que mais se prejudicam. Claro, nem todos casos, cada caso é um caso. Mas os que eu acompanho de perto são assim. Pessoas que foram criadas presas e na primeira oportunidade de se soltar acabam entrando nas drogas (...) (Estudante de Ciência da Computação, abril 2019).

No segundo ciclo da pesquisa, entre os meses de agosto/2019 a fevereiro/2020, foi perceptível a redução de jovens na praça. A diminuição de estudantes na quinta universitária pode se relacionar a diferentes fatores, sobre os quais não possuímos dados suficientes para discutir nesse trabalho.

Na quinta, há o consumo livre de bebidas alcoólicas entre os jovens, que acabam contribuindo para a interação entre eles e a formação de grupos (LIMA, 2018). Contudo, o consumo exagerado de bebidas torna-se um fator negativo desse evento, prejudicando estudantes que possuem aulas na sexta-feira de manhã (Estudante de Ciência da Computação, abril de 2019). Outro ponto considerado negativo pelos estudantes é o uso *exagerado* de drogas ilícitas, que causa aglomerações na praça e prejudica os próprios estudantes (Estudante de Ciência da Computação, maio 2019).

Durante uma entrevista, um interlocutor comenta que

(...) tem universitários que acabam se prejudicando com a quinta universitária (...) muitos jovens querem aproveitar essa liberdade que tem, de saírem do controle dos pais e saírem de casa, com essa autonomia de morar sozinho. Contudo, não assumem a responsabilidade e as consequências de seus atos e, com isso, acabam indo para a quinta e entrando em contato com pessoas que têm o mesmo perfil, perdendo o controle. Nisso acaba virando a quinta, sexta, sábado, domingo, tudo universitário e faculdade não se importam. Eu conheço diversos assim. Pessoas que sentem que na quinta são livres e que abre um universo para bebidas, drogas e sexo, coisas de adolescentes/jovens. E, se não controlado de maneira responsável, acaba prejudicando em 100% o curso. (Estudante de Ciência da Computação, abril 2019)

Em contrapartida, como já mencionado, a quinta universitária é reafirmada como local de desestresse. Nela, os estudantes conseguem interagir com outros sujeitos, viver momentos agradáveis de lazer, fortalecendo laços já existentes e/ou criando novos. A quinta

universitária tornou-se um evento dual, com pontos positivos e negativos, a depender de cada indivíduo e de suas ações, para alguns ela justifica-se como um momento de desopilação:

Acaba sendo uma saída de escape, uma forma de respiração, de dizer “Pronto! Agora posso voltar para a rotina!”. E todo mundo precisa disso, se não enlouquece. Aí tem esse lado bom, de pessoas que vão para se distrair e desestressar dessa vida de universitário e tem o lado ruim, de gente que aproveita isso, dessa liberdade para aproveitar mesmo e não está nem aí, acaba fazendo besteira. Ou seja, tem pessoas que saem prejudicadas e tem pessoas que saem beneficiadas. (Estudante de Ecologia, abril 2019)

A praça se torna um território repleto de *cenas*, um lugar, com seus simbolismos e representações, pertencentes a cada grupo ali presente. Para Magnani (2005, p. 202), a cena

É constituída pelo conjunto de comportamentos (pautas de consumo, gostos) e pelo universo de significados (valores, regras) exibidos e cultivados por aqueles que frequentam os lugares “certos” de determinado circuito. Em resumo, pode-se “frequentar” o circuito, mas “pertence-se” a tal ou qual cena.

De modo geral, a quinta universitária era considerada pelos estudantes como um ponto central para manter-se equilibrado na universidade, um ponto de escape dos estresses cotidianos. Não foi descartado que o exagero durante essas noites pode ser prejudicial. Contudo, grande parte dos indivíduos mostrou responsabilidade com relação aos seus compromissos acadêmicos, relatando que não faltavam às aulas da sexta e em dias de avaliação não iam para a praça ou voltavam mais cedo, utilizando aquele momento de lazer para se tranquilizar, equilibrar e divertir; demonstrando a importância que aquele momento semanal de lazer, troca e socialização tem em suas vidas.

Contudo, com a pandemia de COVID-19 e a suspensão da quinta universitária viu-se a necessidade de se refletir sobre a (re)construção do cotidiano desses jovens universitários, bem como sobre a reconstrução da cidade, a partir da suspensão das práticas de lazer e dos usos dos espaços públicos da cidade pelos estudantes universitários, repensando a cidade antes do surgimento da quinta universitária, durante o tempo em que o evento aconteceu e no momento atual, em que ele está suspenso.

PANDEMIA DE COVID-19 E A (RE) APROPRIAÇÃO DA PRAÇA JOÃO PESSOA

Durante a pesquisa foi possível notar a transformação da cidade de Rio Tinto e as novas relações instauradas pelas políticas de distanciamento social da COVID-19, cujo isolamento afetou de diferentes formas a vida dos jovens universitários, a depender de suas condições sociais (BITTENCOURT; PEREIRA, 2020). O distanciamento social impossibilitou os encontros presenciais e tem colocado os jovens universitários com os quais interagimos em situações de isolamento e adoecimento mental (MORALES, LOPEZ, 2020; BITTENCOURT; PEREIRA, 2020).

Após entendermos a Praça João Pessoa como um espaço público que passou pelo processo de “apropriação” pelos jovens universitários, a partir das relações construídas naquele lugar, na quinta universitária, é possível notar a (re)apropriação daquele espaço pelos antigos moradores da cidade, após a saída dos jovens, durante a pandemia de COVID-19.

Nesse contexto, foi evidenciado o modo como os jovens não se sentem mais confortáveis em suas casas, muitas vezes em outras cidades, e nem são bem vistos na cidade de Rio Tinto, principalmente depois que a universidade passou a realizar suas atividades de forma remota. Esse não pertencimento acaba por gerar e/ou intensificar o sentimento de angústia e solidão (BITTENCOURT; PEREIRA, 2020).

Muitos desses jovens encontravam na universidade possibilidades de liberdade, ao migrarem para instituições em cidades ou estados diferentes, muitas vezes distantes do domicílio familiar. A universidade é “um verdadeiro espaço de promoção do desenvolvimento humano, pois os indivíduos aí formados tornam-se o principal recurso para a transformação da sociedade, respondendo às necessidades das comunidades locais” (MORALES, LOPEZ, 2020, p.59). Nesse contexto, consideramos o lazer e as sociabilidades, momentos fundamentais para um bom aproveitamento acadêmico e de interação com a comunidade.

Porém, durante esses dois anos de pandemia, quando a maior parte dos estudantes migraram de volta para as suas cidades de origem, os moradores de Rio Tinto se (re)apropriaram da praça João Pessoa, principal lugar de lazer dos jovens universitários, antes da pandemia. Nesse período, a praça passou por um processo de reforma para atender

as necessidades dos moradores, tendo sido construído um parquinho para as crianças, uma fonte, uma pastelaria, etc.

No momento presente, em que estamos vivendo o retorno gradual das atividades presenciais da universidade e, conseqüentemente, dos estudantes à cidade, se percebe uma intensificação do estranhamento entre os universitários e os moradores locais. Os jovens que começam a chegar em Rio Tinto, passam a ser observados por olhares de soslaio e comentários pejorativos sobre sua permanência na cidade, como outrora, quando da criação do Campus; e o discurso de que os jovens universitários degradam a cidade com festas, drogas e etc., que aos poucos vinha sendo minimizado, novamente se faz presente.

Na tentativa de defesa de suas individualidades e identidades, os universitários incorporam em seu dia-a-dia atitudes de reserva e/ou blasé (SIMMEL, 1987), sendo notável a forma como as relações de afinidades e trocas entre os jovens mudaram, havendo poucas interações entre estudantes de cursos distintos, mesmo entre os poucos que permaneceram na cidade durante o período de pandemia.

Como resultado do esvaziamento da cidade e do "sumiço" dos universitários dos "pedaços" de sociabilidade, que agora estão sendo (re)ocupados pelos antigos moradores, vemos a tentativa de novos alunos se encontrarem, dialogarem e se apropriarem de um novo local: o Rio do Gelo, localizado na Cagepa, a noroeste do Rio Mamanguape. Este, tem sido o local de encontros dos alunos veteranos, após o retorno para a cidade de Rio Tinto. É importante mencionar que o Rio do Gelo fica em um local isolado e de difícil acesso, um local de invisibilidade, mas também de reserva. Os estudantes têm se reunido no período da manhã e/ou da tarde para tomar banho, beber e se divertir nas águas geladas do rio, sem os "olhares da cidade" sob seus corpos estigmatizados.

Ademais, a quinta universitária não tem sido uma alternativa de lazer para os jovens universitários pois, mesmo que na praça haja shows como antes, os novos alunos desconhecem aquele local de sociabilidade, que atualmente vem atraindo e sendo ocupado pelos antigos moradores da cidade, que replicam hábitos e costumes conservadores.

Os alunos veteranos, que vivenciaram a quinta universitária como evento de sociabilidade e lazer, se formaram ou estão em vias de conclusão de seus cursos, muitos nem retornaram para Rio Tinto, e os jovens que estão na cidade, novatos (feras), só possuem como momento de interação social suas salas de aula. Os passeios atuais são feitos nas barracas que existem no lado oposto à Praça João Pessoa, quase sempre com pessoas do

mesmo curso. É uma nova dinâmica. Como já mencionado, as interações entre estudantes de cursos distintos tornaram-se quase inexistentes.

A quinta universitária, que despertava o sentimento de pertencimento e evocava diferentes identidades culturais, deixa de ser uma opção para os jovens universitários, que não possuem mais aquele momento de interação e socialização. Os novos universitários desconhecem o espaço da praça como local de sociabilidade juvenil e, muitas vezes, só conhecem os próprios colegas de turma. Isto posto, o Rio do Gelo tornou-se o local onde os universitários veteranos se encontram, já que a quinta universitária não acontece mais. Esse novo “pedaço” de sociabilidade juvenil e as relações sociais que ali se constroem é o foco da nova fase dessa pesquisa, que se iniciará no segundo semestre de 2022, quando do retorno total das atividades presenciais na UFPB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, esta pesquisa evidenciou a importância das análises sobre as relações sociais construídas em torno das sociabilidades e do lazer mediado pelas práticas universitárias, bem como, o impacto da pandemia em vários âmbitos da vida dos estudantes, sobretudo, nas relações sociais que são construídas e que constroem a cidade de Rio Tinto.

Esta cidade, que vem se reconstruindo desde a instalação do Campus IV da UFPB, a partir das interações e conflitos entre os antigos moradores e os jovens universitários recém chegados, ganhou um novo capítulo com o distanciamento social imposto pela pandemia de COVID-19.

O distanciamento social impossibilitou os encontros presenciais e colocou os jovens universitários em situações de adoecimento mental, ao ponto de muitos “infringirem” o isolamento como forma de superar a solidão e ao medo, ao mesmo tempo em que a cidade se (re)organizou a partir das ausências desses atores em seus espaços públicos.

Quando a quinta universitária, que (re)desenhava a paisagem da cidade através das cores, dos ritmos, dos risos e dos movimentos dos universitários, despertava o sentimento de pertencimento e evocava diferentes identidades culturais, deixa de ser uma opção, os universitários passam a não ter mais um momento específico de interação e socialização em e com Rio Tinto, e a cidade se (des)configura para novamente se (re)configurar.

Não descartamos outras formas de lazer, como o repouso, a leitura ou os lazeres direcionados a jogos online, contudo, nossas análises tinham por objetivo focar em formas

de socialização que valorizem a convivência entre os estudantes e a importância de se estabelecer relações e elos com outros discentes e com a cidade. Nesta interação há uma troca de conhecimentos entre os sujeitos de diferentes lugares, cursos, etc. Ao longo da pesquisa, foi possível perceber aspectos da vida acadêmica que acabam esgotando a mente e desencadeiam um alto nível de estresse e problemas, comprometendo a saúde mental desses jovens; evidenciou-se também a influência e incompreensão de muitas famílias e a desvalorização e até mesmo a condenação da sociedade no que diz respeito aos momentos e práticas de lazer.

Enfim, buscamos apresentar aqui resultados parciais que evidenciam a presença de estudos sobre o modo de vida universitário, sobretudo sobre as relações sociais e o modo como elas são construídas, muitas vezes em momentos de lazer, percebendo a interação entre os atores sociais e a produção social da cidade.

REFERÊNCIAS

ANGROSINO, M. Escolhendo um campo de pesquisa. In: ANGROSINO, M. Etnografia e observação participante. Artmed editora S.A. Porto Alegre/RS; p. 45-52, 2009.

BITTENCOURT, J.B.M; PEREIRA, A.B. Isolamento e distanciamento social: o impacto do Coronavírus na vida dos jovens brasileiros. Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), Boletim Cientistas Sociais, nº 74, 2020. Disponível em: <http://anpocs.com/images/stories/boletim/boletim_CS/Boletim_n74.pdf>. Acesso em: 26 maio 2022.

DUMAZEDIER, J. Lazer e cultura popular. 3ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2000.

GEERTZ, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In:__. A interpretação das culturas. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOFFMAN, E. Estigma- notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Editora : LTC; 4ª edição, 1981.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LIMA, M.G. Espaços de lazer e territórios juvenis em Três Lagoas/MS. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Três Lagoas, 2018.

MAGNANI, J.G.C. Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MAGNANI, J.G.C. Os circuitos dos jovens urbanos. Tempo Social, vol.17, n.2, p. 173-205, 2005.

MALINOWSKI, B. Os argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo - Série os Pensadores. Abril Cultura, 1984.

MORALEZ, V.J.; LOPEZ, Y.A.F. Impactos da Pandemia na vida acadêmica dos estudantes universitários. Revista Angolana de Extensão Universitária, v.2, n.3, julho, p. 53-67, 2020.

PANORAMA POPULACIONAL DA CIDADE DE RIO TINTO. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/rio-tinto/panorama>> Acesso em: 10 set. 2019.

SIMMEL, G. Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

UFPB. Universidade Federal da Paraíba. Conselho Universitário (CONSUNI). Anexo da Resolução 05/2006. Projeto de Criação e Implantação/ Campus IV da UFPB (Litoral Norte, 2005), 2006.

Capítulo 44 - DOI:10.55232/1084002044

**ESCOLA, SURDOCEGUEIRA E EXPERIÊNCIA: REVISÃO
DE LITERATURA**

Bianca Rodrigues Camargo, Virgínia Tavares Vieira

RESUMO: Este estudo apresenta seu arranjo em torno da relação do sujeito surdocego e a escola. Desta forma, tem como objetivo analisar e discutir produções acadêmicas já publicadas acerca da surdocegueira e suas relações com o espaço escolar narradas pelo surdocego. Trata-se de um recorte de uma pesquisa de mestrado, em andamento. Realizou-se uma revisão de literatura das produções científicas acerca do objeto de estudo. Em seguida, discutiram os principais achados dos autores das pesquisas selecionadas, fundamentando-se teoricamente pelo filósofo francês Michel Foucault, operando com conceitos importantes para pensar a produção deste sujeito, como: escola; surdocegueira e; experiência. Por fim, a revisão mostra o baixo número de estudos sobre a temática, contudo, a necessidade de produção de saber para que possamos entender melhor esta população, com ênfase para os estudos que investiguem com o surdocego possibilidades de criação de experiência nos espaços escolares.

Palavras-chave: ESCOLA, SURDOCEGUEIRA, EXPERIÊNCIA

INTRODUÇÃO

A Surdocegueira se caracteriza pela ausência total ou parcial, porém simultânea, de visão e audição. Conforme Cambruzzi (2016), pode-se dividi-la em dois grupos: o Pré-linguístico, quando a surdocegueira é congênita ou adquirida na primeira infância, desde que antes da assimilação de uma linguagem; e o Pós-linguístico, quando o indivíduo adquire a surdocegueira após a assimilação de uma linguagem, – sendo esta qualquer forma de comunicação estabelecida conscientemente.

São inúmeras as causas que podem levar à surdocegueira congênita. Alguns autores foram selecionados para nos auxiliarem neste arranjo e nos ajudarem a fazer uma relação de tais doenças. Santos (2014), discorre que as causas mais frequentes são nascimento prematuro, infecções gestacionais e problemas genéticos. Aráoz (1999), por outro lado, apontou a rubéola congênita como sendo a principal causa. Cormedi (2011), enfim, atribuiu como causa da surdocegueira principalmente a rubéola congênita, a meningite e a síndrome de Usher.

Por mais que existam indivíduos surdocegos matriculados na educação regular, há uma carência de profissionais da área da educação habilitados para trabalhar com essa deficiência, bem como de métodos que orientem o processo de ensino aprendizagem. É preciso, portanto, ressaltar que a presente revisão não pretende atender para o processo de aprendizagem do Surdocego, mas analisar e discutir de que forma os estudos selecionados trazem as relações entre a escola e esse sujeito. As discussões emergentes desta investigação serão pautadas a partir do pensamento do filósofo francês Michel Foucault, operando com alguns conceitos importantes em seus estudos para pensar a produção deste sujeito.

A partir da análise mais aprofundada dos materiais que selecionamos e que trazem relação do sujeito surdocego com escola, discorreremos sobre as considerações que entendemos ser mais relevantes e que vão ao encontro com o objeto deste estudo.

METODOLOGIA

Este estudo constitui-se de uma revisão da literatura, realizada entre setembro de 2020 e setembro de 2021, no qual realizou-se uma consulta no banco de dados Catálogos de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de

Nível Superior (CAPES). Inicialmente, apenas na área de Educação, depois, seguimos para as áreas da Medicina e História, campos da ciência que também afetam e constroem saberes sobre o sujeito surdocego.

Para a coleta do material elegeu-se os descritores: surdocegueira, experiência, educação, sujeito surdocego e, escola em diferentes combinações. Os critérios de inclusão para os estudos encontrados foram relação da escola com o surdocego e outros saberes que também contribuem na constituição deste sujeito. Foram excluídos os estudos que não traziam relações com a escola.

Logo em seguida, buscou-se analisar e discutir como cada estudo selecionado traz a relação do surdocego e a escola, bem como, a relação com conceitos apresentados.

PRODUÇÃO DO SUJEITO SURDOCEGO

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos (FOUCAULT, 2011, p. 12, grifo do autor).

Podemos pensar que talvez seja tempo de encontrar respiros, fissurar no campo do saber da Surdocegueira, a partir dos estudos de Michel Foucault, potencializando o pensar, além de um discurso anacrônico, para além de um discurso de medo e de apelo. A aposta deste estudo é olhar para a possibilidade de criação de outras educações de surdocegos, de resistir ao que está dado, de estranhar as verdades e as certezas, através de um exercício filosófico, e de “andar por caminhos tortos” como nos fala Nietzsche (2008, p. 65, *apud* SCHLLE, 2018, p. 17), suspeitar do que nos torna rebanhos.

É, portanto, com este olhar de estranhamento de verdades que buscamos atentar para os estudos selecionados nesta revisão. A partir disto, encontraram-se 58 materiais sobre a temática, incluindo vários campos do saber como Medicina, História e Educação. Após a leitura do resumo e metodologia, foram selecionados 16 deles para análise mais profunda, pois apresentaram proximidades nas relações da surdocegueira e a escola, e 1 estudo, da área da Medicina, para falar dos saberes acerca dos atravessamentos de saúde que esse sujeito sofre.

Tendo Foucault como fundamentação teórica deste estudo, um filósofo que dedicou 20 anos de suas pesquisas em analisar as diferentes possibilidades de constituição de um determinado tipo de sujeito, não podemos deixar de atentar para a posição em que o surdocego (sujeito da pesquisa) aparece em cada material analisado. A partir disso, observou-se que, destes 16 trabalhos, 9 são estudos de caso, ou seja, ainda se busca informações acerca da escolarização deste sujeito. Percebeu-se também que, apenas 2 dos trabalhos trazem a narrativa de sujeitos surdocegos. Sendo que os demais trabalhos trazidos nesta revisão apresentam uma perspectiva do sujeito de “fora” da deficiência, ou seja, a família, a escola, a medicina.

Deste modo, é através das narrativas que se busca as experiências destes sujeitos, que, para Larrosa (2002), a experiência implica paixão, tem a ver com o que nos passa, com o que nos afeta e o que nos transforma. Doze dos materiais selecionados citam a palavra experiência. Observou-se, entretanto, que os autores não trazem a experiência da mesma forma que essa pesquisa propõe, apenas colocam como uma prática de algo que, com certo aperfeiçoamento, o tornará melhor em algo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, conclui-se, a partir da revisão sistemática realizada, que há a necessidade de produzir conhecimentos sobre a surdocegueira, para compreender esse grupo social. Em suma, é preciso entender o sujeito da pesquisa como alguém que pode resistir a esses modos de subjetivação que são impostos por nós (sociedade) e por ele próprio, que podemos pensar outras formas de existir para nós e para outros de nós.

REFERÊNCIAS

ARAOZ, Susana Maria Mana de. Experiências de Pais de Múltiplos Deficientes Sensoriais - Surdocegos: do Diagnóstico à Educação Especial. [dissertação]. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo; 1999.

CAMBRUZZI, Rita de Cássia Silveira. Surdocegueira: níveis e formas de comunicação. São Carlos: EduFSCar; 2016.

CORMEDI, Maria. Alicerces de significados e sentidos de aquisição de linguagem na surdocegueira congênita. [tese]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2011.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Graal; 2011.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes; 2014.

JANEIRO, Jacqueline Marques. Rubéola na gravidez e a infecção congênita. [dissertação]. Coimbra: Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra; 2014.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do Eu e Educação. In: TADEU DA SILVA, T. (org.). O sujeito da educação: estudos foucaultianos. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 35-86.

LOCKMANN, Kamila. Ferramentas, procedimentos e posicionamentos: uma tríade que constitui os caminhos investigativos. In: SILVA, G.R.; HENNING, P.C. (org.) Pesquisas em Educação: experimentando outros modos investigativos. Rio Grande: Editora da FURG; 2013, p. 41-51.

MAIA, S. R. A educação do surdocego: diretrizes básicas para pessoas não especializadas. [dissertação]. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie; 2004.

MATOS, Izabeli Sales. Formação Continuada Dos Professores do AEE - saberes e práticas pedagógicas para a inclusão e permanência de alunos com surdocegueira na escola. [dissertação]. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará; 2012.

SANTOS, Nagib Jose Mendes. A consultoria colaborativa como estratégia na formação continuada de professores sobre o AEE à pessoa com surdo-cegueira. [dissertação]. Maceió: Universidade Federal de Alagoas; 2014.

SCHLEE, J. C. P. Mulheres, pampa e natureza: um olhar para a educação ambiental. [dissertação]. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande; 2019.

Capítulo 45 - DOI:10.55232/1084002045

**O PROCESSO DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES
DO INSTITUTO FEDERAL BAIANO – IF BAIANO POR
MEIO DE ANÁLISE DE REDES SOCIAIS - ARS.**

**Ricardo de Moura Araújo, Márcio Teixeira Oliveira, Suellen Moreira de
Oliveira, José Aparecido Jorge Júnior**

RESUMO: Constantemente os servidores públicos federais são submetidos a processos que visam aprimorar os serviços oferecidos à população. A lei 8112/90, regulamenta as possibilidades de qualificação dos servidores públicos da união. A análise de redes social (Social Networks Analysis – SNA) tem sido amplamente empregada em estudos das áreas de ciências sociais, psicologia, saúde, organização empresarial, comunicações eletrônicas e epidemiologia. A capacitação e a formação dos servidores estão diretamente relacionadas à rede federal, não sendo diferente no IFBaiano. O objetivo deste trabalho é a caracterização dos indicadores de capacitação do Instituto Federal Baiano – IFBaiano por meio da Análise de Redes Sociais – ARS. Para o estudo, foram utilizados dados (local de lotação e programa de pós-graduação) de servidores (docente e técnicos) em processo de qualificação. As informações foram submetidas a Análise de Redes Sociais com aplicação dos algoritmos Degree e PageRank. No quantitativo total degree, o campus Guanambi lidera com o maior número de servidores em qualificação. Já no programa de pós-graduação, o curso de Gestão e Tecnologia Aplicados a Educação destaca-se comparado com os demais. No grupo técnico administrativo, Salvador Reitoria é a maior unidade em qualificação e o curso mais procurado é o de Ciência de Alimentos. E por fim, nos docente o campus Guanambi retrata o maior números de docentes em qualificação e o curso com maior destaque é o de Gestão e Tecnologia Aplicados a Educação. Dessa forma, o emprego da ARS pode auxiliar os gestores na oferta dos cursos de pós-graduação com maior índice de procura.

Palavras-chave: análise de redes sociais, formação profissional, servidores.

INTRODUÇÃO

A Rede Federal

O marco inicial das políticas públicas para a instituição da rede federal de educação profissional iniciou-se por meio do decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1.909 (instituindo as Escolas de Aprendizes Artífices). Com 19 unidades espalhada nos estados de Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Paraíba, Paraná, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e São Paulo e Sergipe; com a oferta de cursos (trabalhos) de madeira, mecânica e artes. (SOARES, 1981)

Entre 1.937 a 1.942 houve a primeira reestruturação das unidades com a criação de 21 Escolas Industriais nos municípios de Aracaju, Belém, Campos, Belo Horizonte, Cuiabá, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, João Pessoa, Maceió, Manaus, Natal, Niterói, Pelotas, Salvador, São Luiz, São Paulo, Recife, Teresina e Vitória. O currículo ofertado já apresentava um perfil industrial, com cursos de mecânica, elétrica, artesanato e construção civil, e duração de quatro anos. Neste mesmo período foi fundado o sistema S de qualificação profissional, resultado da parceria público-privado. (SOARES, 1981)

A Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia foi sancionada pelo projeto de lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, composta pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Institutos Federais (38); Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR; Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG (2); Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais (26); e Colégio Pedro II (1) (Figura 1). (BRASIL, 2008)

Figura 1 - Mapa da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

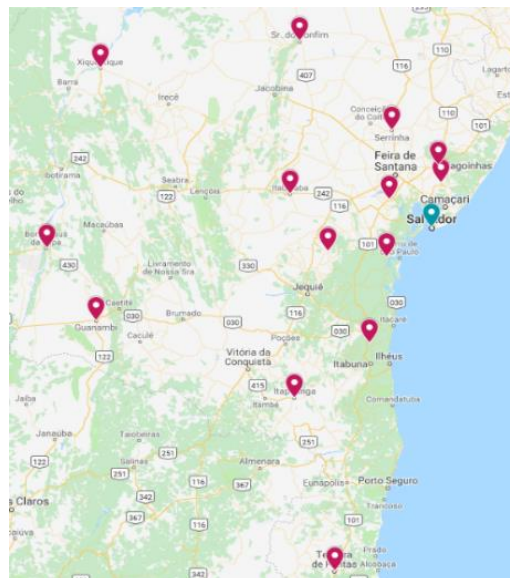


Fonte: <http://redefederal.mec.gov.br/images/img/mapa.png>

O Instituto Federal Baiano - IFBaiano

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBaiano) atualmente compõe a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O IFBaiano é composto por quatorze campi e uma reitoria (Figura 2). (BRASIL, 2008)

Figura 2 - Distribuição dos campi (marcador roxo) e a reitoria (marcador azul) no estado da Bahia



Fonte: <http://redefederal.mec.gov.br/images/img/mapa.png>

Capacitação dos Servidores Públicos Federais

A lei 8.112/1.990 que estabelece o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais, em especial os artigos 81 e 87 assegura aos servidores o afastamento de suas atividades para realização de capacitação conforme o nível de qualificação:

“Art. 87. Após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor poderá, no interesse da Administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por até três meses, para participar de curso de capacitação profissional”; e/ou

“Art. 96-A. O servidor poderá, no interesse da Administração, e desde que a participação não possa ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, para participar em programa de pós-graduação *stricto sensu* em instituição de ensino superior no País.”

Nestas instituições de ensino básico, técnico e tecnológico constantemente são produzidas informações educacionais qualitativas e quantitativas. Entretanto tais informações são de acesso público (nos portais de cada instituição) e tão poucos casos, tem-se submetido a técnica estatísticas e de análise de redes sociais para uma visualização ampla dos dados para tomada de decisão de seus gestores.

REFERENCIAL TEÓRICO

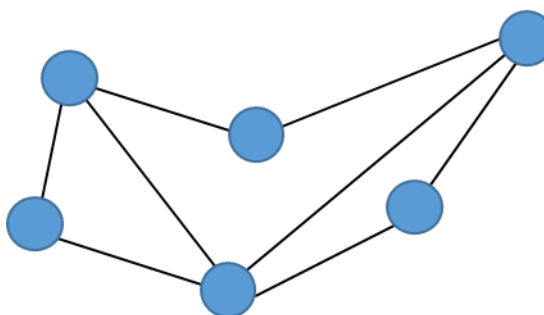
A Capacitação

Há o entendimento nas instituições de ensino básico e superior que a capacitação docente tem contribuindo para melhoria do aprendizado. Duarte (2004) explana que a qualificação docente tem impactado na aprendizagem dos estudantes, mas também melhorando os indicadores de qualidade das instituições de ensino públicas e privadas.

Rede de Grafos

Segundo Freitas (2018), um grafo (figura 3) é definido como “um conjunto de vértices e um conjunto de arestas que ligam pares de vértices”. Cada vértice é representado por um círculo e as arestas por linhas.

Figura 3 - Exemplo de rede de grafos simplificada



Fonte: Autoria própria (2019)

Análise de Redes Sociais

Para Serrat (2017), a análise de redes sociais é um método com crescente aplicação nas ciências sociais e tem sido aplicado em áreas tão diversas como: psicologia, saúde, organização empresarial e comunicações eletrônicas. Já Aragão et al. (2018), tem utilizado o método de análise de redes sociais por meio de grafos para representar a movimentação de animais presentes no estado do Pará.

OBJETIVO

O objetivo deste trabalho é a caracterização dos indicadores de capacitação do Instituto Federal Baiano – IFBaiano por meio da Análise de Redes Sociais – ARS.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para o desenvolvimento deste trabalho foram utilizados dados quantitativos de servidores Técnico Administrativos (34) e Docentes (123) em processo de qualificação Stricto Sensu, distribuídos em grupos por local de lotação e programa de pós-graduação matriculado.

A partir disto, os dados foram distribuídos em uma planilha eletrônica. O campo “ORIGEM” descreve o local de lotação do servidor da instituição. Já o campo “DESTINO” indica o curso de pós graduação realizado pelo servidor e, por fim, o campo “TAMANHO” descreve o quantitativo de servidores do campus que realizam determinado curso de pós graduação.

A “Aresta” é responsável por expressar o relacionamento entre a lotação do servidor (origem), o programa de pós-graduação (destino) e o quantitativo de pessoas (tamanho), conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 - Exemplo de relacionamento entre servidores (origem), programa de pós-graduação (destino) e o quantitativo de servidores

ORIGEM	DESTINO	TAMANHO
Campus	Curso	Quantidade
BOM JESUS DA LAPA	MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE	1
BOM JESUS DA LAPA	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	1
BOM JESUS DA LAPA	CIÊNCIAS AMBIENTAIS	1

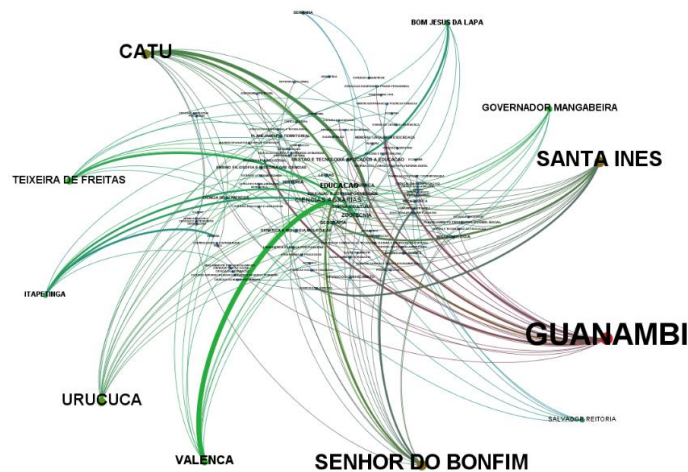
Fonte: Autoria própria (2019)

As informações de lotação, quantitativo de servidores e programa de pós-graduação foram submetidos à análise de redes sociais (degree e PageRank) para caracterização.

RESULTADOS

As informações quantitativas analisadas pelo algoritmo degree, demonstraram (figura 4) que o campus Guanambi é a unidade com o maior quantitativo de servidores em qualificação, seguido de Santa Inês, Catu e Senhor do Bonfim.

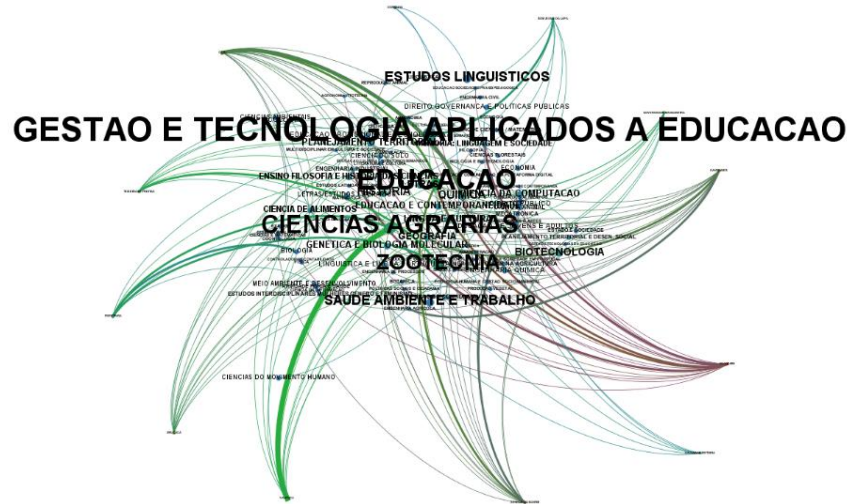
Figura 4 - Análise de Redes Sociais de todos os servidores pelo algoritmo Degree



Fonte: Autoria própria (2019)

Já na análise PageRank (figura 5) de todos os servidores em qualificação, o destaque é para os servidores que cursam o programa de pós-graduação em Gestão e Tecnologia Aplicados a Educação, seguida de Educação, Ciências Agrárias e Zootecnia.

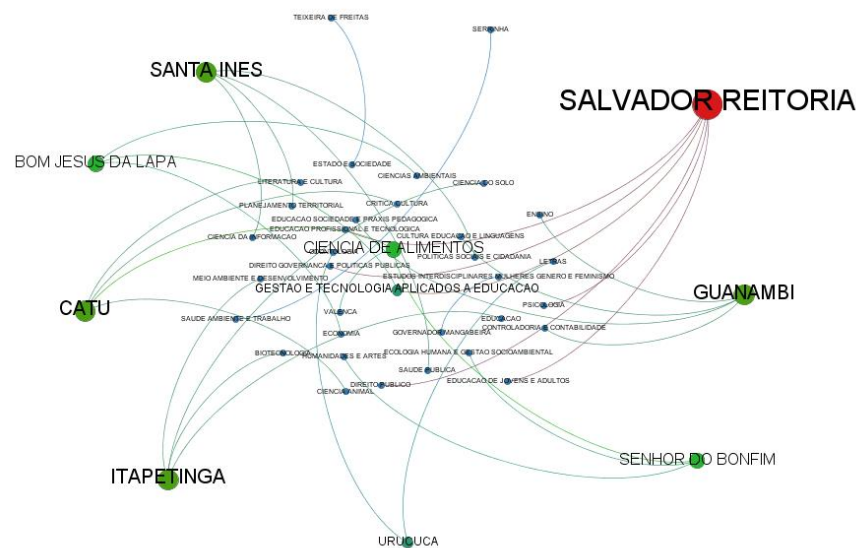
Figura 5 - Análise de Redes Sociais de todos os servidores pelo algoritmo PageRank



Fonte: Autoria própria (2019)

Já os resultados da análise Degree somente de servidores técnicos administrativo (figura 6), verifica-se que na reitoria-Salvador é a unidade com o maior quantitativo de servidores em qualificação, seguido de Guanambi, Santa Inês, Catu e Itapetininga.

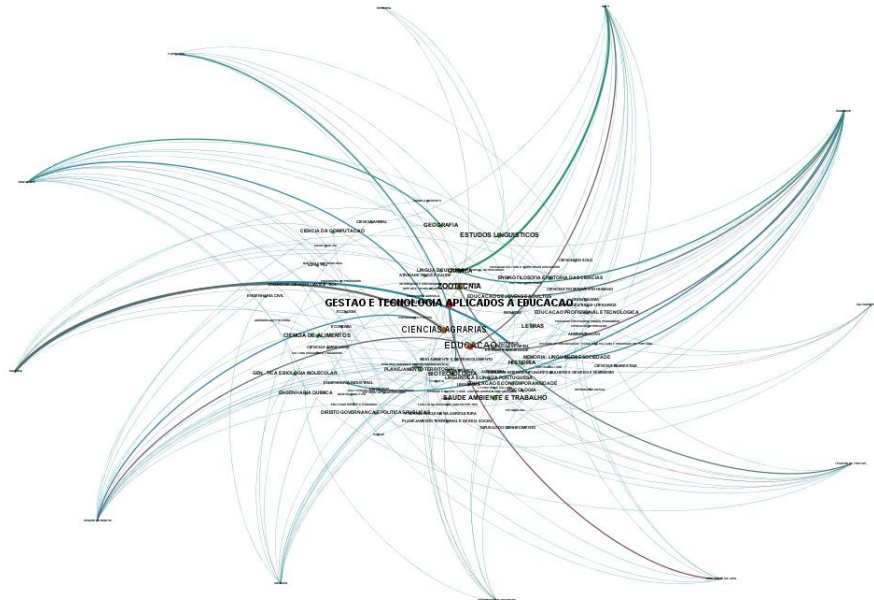
Figura 6 - Análise de Redes Sociais de todos os servidores Técnicos administrativos pelo algoritmo Degree



Fonte: Autoria própria (2019)

E por fim, a análise algorítmica do PageRank (figura 9) constatou-se uma grande procura pelo curso de Gestão e Tecnologia Aplicados a Educação, seguidos de Educação, Ciências Agrárias e Zootecnia.

Figura 9 - Análise de Redes Sociais de todos os Docentes pelo algoritmo PageRank



Fonte: Autoria própria (2019)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo mostrou que a utilização da Análise de Redes Sociais – ARS aplicada aos servidores em processo de qualificação no Instituto Federal Baiano – IFBaiano permitiu uma visualização completa e exata dos servidores em qualificação em relação aos programas de pós-graduação (Stricto Sensu). Dessa forma, o emprego da ARS pode auxiliar os gestores na oferta dos cursos de pós-graduação com maior índice de procura. Ainda, tais redes podem ser melhoradas conforme a disponibilização de dados complementares por parte das Instituições Federais de Ensino – IFE.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAGÃO, S. C. et al. The Visualization of Cattle Movement Data in The State of Pará in 2016 Through Networks of Animal Transit Graphs and Guides. *Advances in Science, Technology and Engineering Systems Journal*, v. 3, n. 5, p. 92–96, 2018.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 15 out. de 2018.

DUARTE, V. C. Capacitação Docente em Minas Gerais e São Paulo: Uma Análise Comparativa. *Cadernos de pesquisa*, v. 34, n. 124, p. 139-168, 2004.

FIGUEIREDO, J. Teoria dos Grafos. Disponível em: <http://www.dsc.ufcg.edu.br/~abranantes/CursosAnteriores/TG041/TG-Aula3-parte2.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2018.

JAMALI, M.; ABOLHASSANI, H. Different Aspects of Social Network Analysis. In: *International Conference on Web Intelligence IEEE/WIC/ACM, 2006, Washington, Anais...* Washington: IEEE Computer Society, 2006. Disponível em: <http://ieeexplore.ieee.org/document/4061343/> Acesso em: 01 out. de 2018.

SERRAT, O. *Knowledge Solutions: Tools, Methods and Approaches to Drive Organizational Performance*. Singapura: Springer Singapore, 2017.

SOARES, M. DE J. A. As Escolas de Aprendizes Artífices - estrutura e evolução. *Fórum Educacional*, v. 5, p. 69–77, 1981.

Capítulo 46 - DOI:10.55232/1084002046

**ARBORIZAÇÃO ESCOLAR COMO FERRAMENTA
PEDAGÓGICA NO ENSINO DE BIOLOGIA E CIÊNCIAS
EM ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DA ZONA SUL DE
SÃO PAULO**

Beatriz Monteiro da Silva

RESUMO: A ausência de áreas verdes nas cidades tem comprometido a qualidade de vida dos habitantes, causando o desequilíbrio entre o homem e a natureza. A arborização, além de fazer parte do planejamento urbano das cidades, deve ser incluída também na estrutura das escolas públicas especialmente, pois estas, em sua maioria, não possuem projetos de paisagismo que favoreçam a recreação e ofereçam bem-estar psicológico para os alunos e professores. Este trabalho buscou investigar através de uma pesquisa descritiva e vistorias, com abordagem quali-quantitativa, de que maneira os espaços verdes das escolas são utilizados, tendo como objetivo a elaboração de uma cartilha escolar de arborização como instrumento pedagógico no ensino de Ciências e Biologia. Os dados apontam para uma necessidade de intervenção nos espaços verdes das escolas públicas, que se mostraram limitados e muitas vezes desocupados. Sendo assim, foi produzida uma cartilha escolar de arborização, visando conscientizar a comunidade escolar sobre a ocupação correta desses espaços, com o plantio de espécies arbóreas nativas da Mata Atlântica, e dessa forma, transformá-los em ambiente de aula. Essa prática contribuirá, não apenas como auxílio pedagógico aos professores, como também para a harmonia e bem-estar dos frequentadores desses espaços, além de promover a preservação ambiental.

Palavras-chave: Arborização, Ensino, Preservação Ambiental

INTRODUÇÃO

A arborização urbana é fundamental à população de uma cidade, levando em conta, os benefícios dessa ação para a sociedade. Em escolas, a arborização torna-se muito significativa, pois proporciona melhorias no ambiente de estudo e pode contribuir para a sensibilização dos alunos acerca da necessidade de se preservar o meio ambiente para a manutenção e equilíbrio do ecossistema.

O papel da arborização nas cidades, ultrapassa a função estética, pois as árvores urbanas suprem a nossa necessidade de oxigênio e trazem benefícios ao ambiente e aos cidadãos, conforme relata o Manual Técnico de Arborização Urbana da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (2015), “esses benefícios estendem-se desde o conforto térmico e bem-estar psicológico dos seres humanos até a prestação de serviços ambientais indispensáveis à regulação do ecossistema”. A respeito da prestação de serviços ambientais, verifica-se que as árvores funcionam como corredores ecológicos, proporcionam sombra, interceptam a água da chuva, agem como barreiras, contraventos e ruídos, diminuem a poluição do ar, eleva a permeabilidade do solo e regulariza períodos de chuva, contribuindo assim para a diminuição dos efeitos da urbanização.

Segundo Salatino (2016, p.178), “não só nas escolas, como também nos meios de comunicação e no nosso dia a dia, pouca atenção damos às plantas. Tal comportamento tem-se denominado negligência botânica”. Nesse sentido, há graves consequências para uma sociedade como um todo, em não reconhecer suas plantas, a saber:

O desconhecimento sobre a importância das árvores nas florestas e nas cidades pode levar a população a deixar de se importar com o meio ambiente, o que nos colocaria no rumo de destruição dos biomas, levando os animais e a nós mesmos à extinção, pois só vivemos neste planeta porque as florestas estabilizam a biosfera, sequestrando carbono e produzindo o oxigênio que respiramos; não reconhecer a importância e não conhecer o funcionamento das plantas nos leva a uma situação crítica para manter o que hoje praticamente sustenta a economia brasileira, o agrobusiness. (BUCKERIDGE, 2015 apud SALATINO, 2016, p.180).

A falta de interesse pela Botânica nas escolas, segundo Meneses et al. (2009), pode ser explicada através da não interação entre o homem e os seres estáticos como as plantas.

Embora extremamente importantes, as plantas muitas vezes são completamente desvalorizadas pelo homem, passando despercebidas aos olhos na maioria das vezes e quando são lembradas, são reduzidas a componentes da paisagem ou utensílios de decoração (WANDERSEE et al., 2001; HERSHEY, 2002 apud SANTOS et al., 2018).

Assim, a utilização didática dos espaços verdes nas escolas poderia aumentar o interesse dos alunos pela Botânica, além de trabalhar em conjunto a Educação Ambiental, que se tornou assunto frequentemente trabalhado hoje no ensino, devido ao desequilíbrio que a Terra vem sofrendo no decorrer dos anos pela utilização inadequada dos recursos naturais.

A Educação Ambiental é necessária para diminuir os impactos no meio ambiente causado pela intervenção antrópica. Para Fagundes (2015), os recursos naturais quando utilizados de maneira inadequada acarretam no seu desequilíbrio. Diante disso, a Educação Ambiental “apresenta-se como ferramenta fundamental para reversão deste cenário, pois ela objetiva sensibilizar a sociedade a respeito dos problemas ambientais, construindo cidadãos mais críticos e conscientes” (MAIA et al., 2013).

A Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99), em seu Artigo 1º, estabelece:

[...] entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

A Educação Ambiental é uma exigência do Ministério da Educação, no entanto, as escolas não devem trabalha-la para cumprir exigências, mas sim porque acreditam na formação social de cidadãos conscientes de seus atos e responsáveis pela preservação do meio ambiente. “É através da educação ambiental que se busca alternativa de sensibilizar e frear nossas ações errôneas” (CARVALHO-SOUZA et al., 2012).

Portanto, é necessário que a educação ambiental promova a sensibilização das pessoas em relação ao mundo em que vivem, a fim de que se tenha uma melhor qualidade de vida, sem desrespeito ao ambiente e ainda, restabelecendo o equilíbrio entre o homem e o meio (SATO, 1997).

Os espaços verdes desocupados podem ser transformados e utilizados como ambiente de aula, assim contribuindo para a melhoria do ensino de botânica e para a recuperação de um solo em desuso.

De acordo com o exposto, este trabalho objetivou analisar os espaços verdes disponíveis em algumas escolas públicas da zona sul de São Paulo, identificando de que maneira eles são utilizados e com base nisso elaborou-se uma cartilha escolar de arborização, que norteou este trabalho. A cartilha aponta as espécies adequadas para o ambiente, bem como as técnicas corretas de plantio e manejo, a fim de promover a educação ambiental e contribuir para a diminuição dos impactos causados pela cegueira botânica. Além de conter sugestões de atividades que poderão ser desenvolvidas ao ar livre e sob a copa das árvores, facilitando o aprendizado dos alunos e a retomada do contato com a natureza.

METODOLOGIA

O estudo se configura numa pesquisa descritiva com abordagem quali-quantitativa, apoiando-se em técnicas de coleta e análise de dados através de vistorias em algumas escolas públicas da zona sul de São Paulo.

O trabalho foi dividido em duas etapas:

Etapa 1: Foram realizadas vistorias em escolas públicas da zona sul de São Paulo para constatação da existência de áreas verdes e também sobre o conhecimento das escolas em relação a arborização, bem como seu interesse na implantação do projeto.

As vistorias foram realizadas em seis escolas, representadas aqui por letras, a fim de que se mantenha o anonimato. Quatro escolas são da rede municipal (escolas B,C,D,E) e duas da rede estadual (A,F).

Etapa 2: Após a coleta e análise de dados, a cartilha foi elaborada contendo uma breve introdução da importância dos espaços verdes nas escolas, do papel das árvores e da arborização nas cidades. A cartilha foi elaborada contendo ilustrações (algumas feitas pelos próprios alunos) e uma breve descrição das espécies adequadas para o ambiente escolar com base no livro: *Árvores brasileiras*, Vol. 01 de Harri Lorenzi, engenheiro

agrônomo e botânico, fundador do Instituto Plantarum (Nova Odessa, SP). Com base no Manual Técnico de Arborização Urbana da Prefeitura de São Paulo, a cartilha também mostra as técnicas de plantio, como por exemplo, espaçamento, preparo do local de plantio, preparação da cova e da terra, plantio da muda e acabamento, uso de tutores ou protetores e técnicas de manejo.

A Cartilha, ainda, apresenta sugestões de atividades que os educadores podem realizar com seus alunos nesses espaços. Essas atividades foram inspiradas no livro “Vivências com a Natureza” de Joseph Cornell, a partir do uso da metodologia do aprendizado sequencial ou “*flow learning*” desenvolvida por ele.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica, a qual este trabalho se refere, faz menção à importância de compreender as temáticas referentes ao papel da arborização nas escolas, ampliando o campo de visão para esta ação, com viés na Educação Ambiental e na Interdisciplinaridade.

O papel da Arborização Urbana

A Revolução Industrial trouxe transformações significativas para o sistema capitalista, que visa o lucro e o acúmulo de capital. O sistema econômico capitalista trabalha à sombra da acumulação, da reprodução muitas vezes desgovernada e desarticulada (ALVES et al., 2002). A descoberta de máquinas que não dependiam mais exclusivamente da força humana e das condições imprevisíveis da natureza como o vento; o incentivo ao desenvolvimento técnico e científico para a descoberta e melhorias de novas tecnologias para a realização cada vez mais rápida do capital foram importantes contribuições. Segundo Alves et al. (2002, p. 13), “Houve uma inversão: antes existia uma limitação quanto ao potencial produtivo, pois não havia tecnologia, agora há uma imensa tecnologia e, no entanto, percebe-se uma limitação dos recursos naturais”. Tudo isso viabilizou o desenvolvimento da sociedade e é inegável que o capitalismo foi e continua sendo um impulsionador do desenvolvimento humano. Para Sposito (1988), “a industrialização foi a principal atividade econômica e principal forma através da qual a sociedade se apropriava da natureza”.

Embora o capitalismo tenha mudado a forma de viver e de se relacionar da sociedade, trouxe, com o passar dos anos, graves consequências para o meio ambiente. Essas consequências são decorrentes do processo acelerado de urbanização. Conforme relatado por Cascino et al. (1998, p. 11), os problemas relacionados ao meio ambiente não são novos, destacam-se o aumento excessivo das enchentes, contaminação das fontes de água, a falta de rede de esgotos, o despejo inadequado de lixo em áreas ambientais potencialmente degradáveis, a gestão dificultosa dos resíduos sólidos e poluição do ar. Foladori (1999), afirma que o movimento ambientalista queixa-se ao crescimento da sociedade moderna que tem por consequência a produção ilimitada e isso seria a causa de uma poluição e depredação que não cessa, além de uma sobrecarga do Planeta.

Ainda segundo o mesmo autor, a espécie humana não é responsável naturalmente pela tendência à produção ilimitada e sim que essa tendência é particular da produção capitalista. Para ele “a tendência à produção ilimitada é resultado direto e necessário de uma organização econômica que gira em torno da produção de lucro, e não da satisfação das necessidades”. Alves (2002), declara que “tudo deve ser realizado visando um equilíbrio, não transcendendo os limites da sobrevivência das espécies, não só animais, mas também vegetais, mantendo a biodiversidade”.

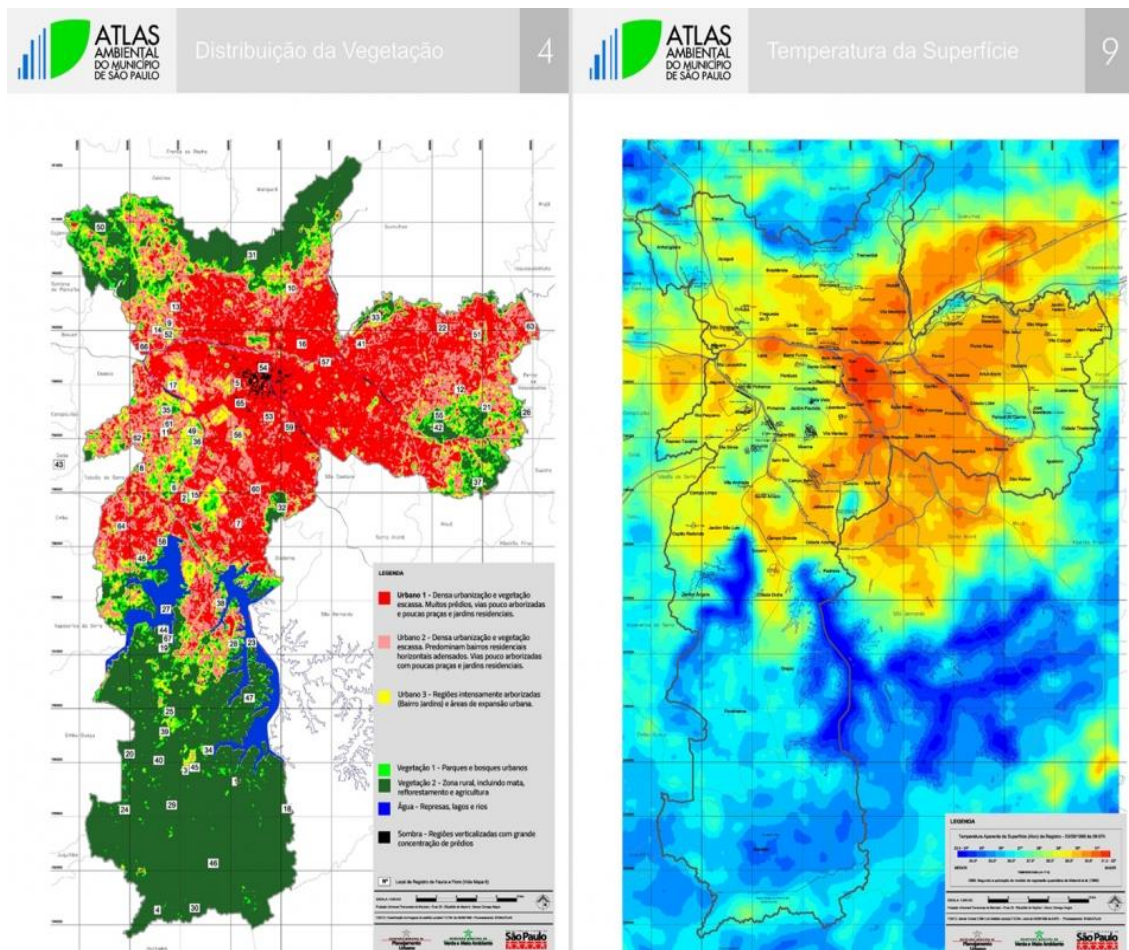
À medida que uma cidade cresce, esta se torna cada vez mais complexa devido o número crescente de modificações no ambiente (SPÓSITO, 2001 apud PINHEIRO; SOUZA, 2017). A qualidade de vida dos habitantes de uma cidade é interferida com o processo de mudanças ocorrido com a sua urbanização (MODNA; VECCHIA, 2003). Tais mudanças têm relação principalmente com a qualidade do ar, nas quais têm provocado alterações de sua umidade relativa, temperatura e movimento, como também a dispersão de poluentes (ROCHA; SOUZA, 2009).

O mapa a seguir (Figura 1), mostra a distribuição da vegetação no município de São Paulo (à esquerda) e o mapa da temperatura (à direita), de modo que a região central de São Paulo, altamente urbanizada apresenta temperaturas mais elevadas formando as ilhas de calor¹ e no sul da cidade, onde há mais vegetação e quase a

¹ Ilha de calor é um fenômeno onde o ar e as temperaturas da superfície são mais quentes do que em áreas circundantes, devido aos materiais comuns de construção que absorvem e retêm mais calor do sol do que materiais naturais em áreas rurais menos urbanizadas (GARTLAND, Lisa. 2011).

inexistência de prédios e casas, as temperaturas são bem mais amenas. Deste modo, quanto maior a presença do verde na cidade, mais baixa é a temperatura.

Figura 1 - Mapa do município de São Paulo, mostrando a distribuição da vegetação *versus* a temperatura da superfície. O gráfico do lado esquerdo, mostra a distribuição da vegetação no município de São Paulo, como por exemplo, bosques e parques urbanos (em verde claro), zona rural, incluindo mata, reflorestamento e agricultura (em verde escuro). Em vermelho, mostra a densa urbanização com muitos prédios, vias pouco arborizadas e vegetação escassa com poucas praças e jardins residenciais. O gráfico do lado direito, mostra a temperatura da superfície do município de São Paulo. As temperaturas mais amenas estão representadas pela cor azul e as temperaturas mais quentes estão representadas em amarelo e vermelho. Percebe-se que nas áreas onde há maior concentração de vegetação, o clima é mais ameno, enquanto nas áreas onde há menor concentração de vegetação, o clima é mais quente.



Fonte: Atlas Ambiental do Município de São Paulo (1999).

Assim, a arborização urbana, neste cenário, se faz necessária para melhorar a saúde e a qualidade de vida da população. Dessa forma, é essencial que se criem condições que venham melhorar a convivência dentro de um ambiente cada vez mais

adverso e insalubre, com uma variedade de atividades que nesses lugares se desenvolvem. (PINHEIRO; SOUZA, 2017).

As árvores possuem diversas funções que muitas vezes não são percebidas pela população: Amenizam o clima, pois reduzem a temperatura com suas altas taxas de transpiração, tornando o ambiente confortável, reduzem a poluição urbana, são barreiras físicas contra o som e vento, protegem os solos e os rios, atraem e mantêm a biodiversidade, proporcionam sombra e lazer, melhoram a saúde física e mental, dentre muitos outros benefícios. (SÃO PAULO, 2015).

Arborização nas escolas

As áreas verdes também podem ser contempladas dentro do ambiente escolar, uma vez observados os benefícios que elas trazem para o desenvolvimento dos alunos. Para Londe e Menezes (2014, p.1), “áreas verdes são consideradas espaços livres, acessíveis ao uso direto da população; proporcionam inúmeros benefícios tanto para a qualidade do meio ambiente e o equilíbrio ambiental, quanto para a saúde e bem-estar da população cidadina”.

Quando as áreas verdes são inseridas no contexto escolar, atraem os alunos chamando atenção para o ensino, tornando o espaço mais eclético, quebrando a monotonia escolar, que é um dos fatores contribuintes para o afastamento dos jovens das escolas. Apresentam muitos outros benefícios, como por exemplo, promover a educação integral fazendo com que os alunos interajam melhor entre si e exercitem a cidadania, sensibilizar os alunos através do aprendizado ecológico, que passam a valorizar mais a natureza e as áreas verdes na cidade, ajudar na melhoria do desempenho acadêmico dos alunos, contribuir para uma menor exposição ao barulho do tráfego e poluição do ar, melhorar a saúde, pois incentiva a vida ao ar livre e estimula a criatividade, autonomia e a aprendizagem (MANGINELLI, 2014 apud SOUZA, 2014; ÁREAS, 2015; BOECHAT, 2017; BOECHAT, S. L; ESPINDULA, L., 2017).

Além disso, garante aos professores integrarem novas metodologias de ensino ou adaptarem as metodologias já existentes porque o espaço é diferente do que os alunos estão acostumados (sala fechada, quadro negro, carteiras). Os espaços verdes são abertos, mais atrativos, mais saudáveis e podem proporcionar muitas descobertas. Para a utilização de metodologias ativas, o uso dos espaços verdes é excelente, pois foge dos métodos tradicionais de ensino, já que estando em contato direto com a natureza o aluno

desperta a curiosidade, trabalha a investigação, a criatividade e, assim, vai se tornando autônomo do seu próprio conhecimento. Segundo Menezes (2012, p. 15), “uma criança em contato com a realidade do seu ambiente não só aprenderia melhor, mas também desenvolveria atitudes criativas em relação ao mundo em sua volta”. Entretanto, as aulas precisam ser muito bem planejadas, com objetivos bem definidos, caso contrário, haverá mudança apenas de cenário, mas não na forma de aprender.

Algumas metodologias de ensino podem ser trabalhadas nesses espaços, são elas: A **Construtivista**, em que o conhecimento é construído pelo aprendiz e não pelo professor, que prioriza a construção mental do sujeito e valoriza os trabalhos em grupo; A **Montessoriana**, que tem o objetivo de estimular a independência individual através de atividades motoras, sensoriais e de linguagem, neste método, as crianças escolhem as atividades que querem fazer; A **Waldorf**, em que se equilibram os aspectos cognitivos com o desenvolvimento de habilidades artísticas, musicais, movimentação e de dramatização, e a **Freinet**, em que o aprendizado acontece por meio do trabalho e da cooperação.

O papel da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) na Prefeitura de São Paulo

A SVMA, criada em 1993 pela Lei nº 11.426/9 é uma das 26 secretarias da Prefeitura de São Paulo responsável pelas atividades de planejamento e coordenação das atividades de defesa do meio ambiente. Dentre as suas diversas atribuições, tem por finalidade: planejar, ordenar e coordenar as atividades de defesa do meio ambiente no Município de São Paulo, definindo critérios para conter a degradação e a poluição ambiental.

Dentro do seu campo de atuação, a SVMA conta com diferentes departamentos, dentre eles, a Divisão de Arborização Urbana (DAU) que tem como objetivo colaborar no planejamento e na elaboração de projetos específicos de arborização no Município, considerando-se o Programa Municipal de Arborização Urbana e as necessidades regionalizadas da cobertura arbórea.

Diante de todas as atribuições da DAU expressas no Art. 21 do Decreto Nº 58.625, de 8 de fevereiro de 2019, destaca-se o parágrafo VIII, no qual externa a

atribuição em “coordenar a campanha permanente de incentivo à arborização” e o parágrafo X, no qual declara que a DAU deve:

Promover a pesquisa, o estudo, a experimentação e a divulgação das atividades ligadas às suas atribuições, funções e objetivos, estabelecendo normas e padrões nos serviços de arborização e para o conhecimento da biodiversidade do Município (Leis Municipais, SP).

A arborização urbana pode ultrapassar as calçadas e áreas livres públicas do Município de São Paulo, dando oportunidade para que as escolas públicas do Município também sejam alvos dos benefícios da arborização, uma vez que estas em sua maioria apresentam uma área aberta utilizada pelos alunos durante os intervalos das aulas, no entanto, raramente essas escolas apresentam um espaço adequado para recreação e também, na maioria das vezes, não possuem um projeto de paisagismo que contribua para a harmonia e bem-estar dos alunos.

Assim, faz-se necessário enfatizar a relevância da arborização escolar para recuperar e valorizar esses espaços físicos limitados e muitas vezes desocupados, incentivando toda a comunidade escolar na reestruturação dessas áreas com foco na Educação Ambiental, uma política pública, implementada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), que garante o Direito Constitucional previsto no parágrafo I² do Art. 3 da Lei 9.795/99 e, também a Arborização Urbana como sendo uma política pública que garante o direito social previsto no Art. 225³ da Constituição Federal de 1988.

Dessa forma, é necessário que o incentivo à arborização chegue de forma mais sólida nas escolas através de políticas públicas, que conscientize gestores, professores e alunos em relação ao papel da arborização. Silva e Albuquerque (2008), afirmam que de nada adianta o professor falar em arborização, quando o aluno olha para o pátio ou ao redor da escola e não vê uma única árvore.

² Ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.

³ Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

A arborização escolar pode ser uma importante ferramenta na Educação Ambiental que vai estimular os alunos a conhecerem, a valorizarem e preservarem as espécies nativas e simultaneamente reforça o exercício da cidadania e da responsabilidade social, além de contribuir com o paisagismo e a qualidade de vida do ambiente escolar. (ARAÚJO; ARAÚJO; ARAÚJO, 2010; DEUS et al., 2014; FAGUNDES et al., 2015).

Estando em contato direto e no dia a dia com as árvores, com os espaços verdes e com a natureza de modo geral é possível formar cidadãos críticos e responsáveis com o meio ambiente.

Educação Ambiental

A Educação Ambiental (EA) surge num contexto de crise socioambiental, no qual existe a falsa percepção de que os recursos naturais são ilimitados e, por isso, podem ser utilizados sem restrições. Dessa forma, a Educação Ambiental apresenta-se como uma ferramenta fundamental para reverter este cenário, que vem se tornando cada vez mais grave. Para Jacobi (2003), a EA deve ser acima de tudo um ato político voltado para a transformação social.

Em abril de 1999 foi criada a Lei 9795, a qual deu origem a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) inovando a legislação ambiental brasileira por ter sido inserida a temática ambiental em todos os níveis de ensino como demonstra o artigo 2º da Lei 9795/99: “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.” (BRASIL, 1999).

Maia et al. (2013), destacam sobre a importância da inserção da EA nas escolas, visto que é neste ambiente onde os novos cidadãos são construídos. Leff (2001), defende que a EA deve ser trabalhada de forma transversal, isto quer dizer, que todas as disciplinas devem abordar a temática ambiental em seus conteúdos. Nesse mesmo sentido, Maia et al. (2013), conclui que “A Educação Ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino, mas trabalhada de forma transversal.”, pois mostra o caráter multidisciplinar da EA, permitindo o professor trabalhar a temática paralelamente a outros assuntos em sala de aula (MAIA et al., 2013).

Silva, Costa e Almeida (2012, p.116), deixam claro que é importante compreender os propósitos políticos, ideológicos e éticos que se ocultam por trás de cada corrente da EA e que devemos tentar identificar àquela que promove, de fato, mudanças significativas no tocante aos danos ambientais e sociais nas nossas vidas sociais e coletivas.

Para esses autores, há uma hegemonia no campo da EA, uma corrente fundamentada na “compreensão naturalista e conservacionista do meio ambiente” e que adota uma “visão reducionista, de caráter biologizante ou fragmentada da educação ambiental”. Essa visão reducionista enxerga o ambiente como algo exterior que cerca a vida humana e desconsidera a dependência entre as relações sociais com o meio ambiente.

Dessa forma, a visão fragmentada entre a natureza e a sociedade resultou na ocupação de um espaço hegemônico no campo da EA, de modo que foi nomeada como conservadora ou comportamentalista, apresentando “dicotomia entre as dimensões sociais e naturais na problemática ambiental” (SILVA, COSTA E ALMEIDA, 2012, p. 118).

Ainda em relação à hegemonização da EA, Guimarães (2003, p.95), afirma que:

Dentro desta perspectiva, o educador, que não busca uma ação intencional de uma reflexão crítica, tende a reproduzir um discurso “ambientalizado”. Esse discurso em construção que acompanha essas práticas ingênuas é um mecanismo de hegemonização de uma postura conservadora para uma Educação Ambiental que vem se estabelecendo na realidade escolar. [...] Esse discurso e essas práticas que vêm sendo denominados de Educação Ambiental são reflexos da cooptação, da racionalidade dominante que suprime, no ambiente escolar, a dimensão política em sua intencionalidade de gerar práticas críticas e criativas, como causa e consequência de uma reflexão crítica.

Para Silva, Costa e Almeida (2012), essa abordagem traz algumas consequências, pois a educação retratada nessa perspectiva é “voltada para o ‘eu’ na sua dimensão individual, isolado da sociedade”, “apoia-se em pedagogias comportamentalistas”, “destaca-se pela despolitização do fazer pedagógico” e, quanto aos indivíduos na sociedade, essa abordagem torna-os acrílicos, uma vez que a “perspectiva crítica é inexistente”. Dentro dessa abordagem predominantemente naturalista-conservacionista também se considera como consequência a “redução do meio ambiente a apenas uma de suas dimensões, desprezando a riqueza da permanente interação entre a natureza e a cultura humana” (CARVALHO, 2006, p 37).

A EA, inadiavelmente, deve ser trabalhada sob a ótica da solidariedade, do respeito às diferenças, da igualdade, da ética, da responsabilidade social. Ela deve promover autonomia e criticidade aos sujeitos submetidos à sua compreensão em face dos problemas ambientais, de forma que os próprios sujeitos se reconheçam como parte da natureza e que são responsáveis também pelas devastações do meio ambiente.

A responsabilidade ambiental é de todos e não somente das autoridades públicas como muitos imaginam. Hermsdorff (2013), declara que é fundamental que haja colaboração e esforços da sociedade e do poder público em conjunto, pois “responsabilidade ambiental não é algo isolado e deve envolver diferentes públicos”, portanto, a “conscientização tem de começar na base, dentro de casa ou na escola, e seguir para o mundo corporativo”. Para mudar essa realidade é necessário romper com o estereótipo de que as responsabilidades urbanas dependem em tudo da ação governamental (JACOBI, 2003).

O Plano Municipal de Educação (PME), sugere a participação de todos os atores envolvidos com as questões educacionais nas decisões do Plano de Educação, esses envolvidos referem-se tanto a sociedade civil, quanto a sociedade política e as instituições formadoras. De acordo com o PME, “Quanto mais representativa for a participação na elaboração do Plano, mais favorecida será a corresponsabilidade nos processos de implantação, execução, acompanhamento e avaliação.” Isso corrobora com as ideias de Jacobi (2003), que preconiza a ideia dos governos locais em criar espaços públicos e plurais de articulação e participação ampliando as possibilidades de a população participar de forma mais efetiva dos processos decisórios como um meio de fortalecer a sua corresponsabilidade frente aos problemas de cunho ambiental.

A EA quando trabalhada na sua vertente crítica, pode promover verdadeiras transformações sociais, em razão de ser transformadora, popular, emancipatória e dialógica (LOUREIRO, 2007; LIMA, 2009). Essa vertente dialoga com os pensamentos de Paulo Freire sobre a Educação Libertadora que segundo Ecco (2015), “prima pela conscientização, pela autonomia, pela humanização dos educandos” enquanto que a EA trabalhada na sua vertente conservacionista aproxima-se da Educação Bancária que “oprime, aliena, desumaniza os seres humanos participantes do processo educacional marcado e guiado por esse tipo de educação”.

Portanto, para Jacobi (2003), o enfoque da EA “deve buscar uma perspectiva holística de ação, que relaciona o homem, a natureza e o universo, tendo em conta que os recursos naturais se esgotam e que o principal responsável pela sua degradação é o homem.” Dessa forma, a escola pode modificar-se e oferecer condições em que o aluno é capaz de analisar a natureza em um contexto entrelaçado de práticas sociais, que segundo o autor é “parte componente de uma realidade mais complexa e multifacetada”. A escola, portanto, é o ambiente perfeito para desenvolver a responsabilidade social no aluno, que será um importante agente transformador da sociedade.

Mas o que seria a Cartilha? O que ela aborda? No que ela se fundamenta?

O que é a Cartilha?

Conforme citado por Auroux (1992), a cartilha é um manual didático e um instrumento linguístico, que descreve e instrumentaliza a língua. Sendo assim, é um meio pelo qual informa, educa, esclarece e instrui sobre algo para um público específico ou não.

A cartilha é uma ferramenta didática de suma importância que auxilia no entendimento do conteúdo. Possui grande potencial para promover a educação ambiental, pois as atividades e propostas contidas na cartilha aproxima o leitor a um cenário mais próximo da realidade, tornando-se um agente facilitador e um importante instrumento educacional. (SILVA, 2017).

O que ela aborda?

A cartilha escolar de arborização apresenta em seu conteúdo de forma geral a importância da arborização, destacando as funções que as árvores desempenham nas cidades e de modo específico aborda o passo a passo de como plantar uma árvore com técnicas corretas de plantio, como espaçamento, preparação da cova e da terra, plantio da muda e acabamento, uso de tutores ou protetores, bem como as técnicas de manejo. Todas essas informações estão de acordo com o Manual Técnico de Arborização Urbana da Prefeitura de São Paulo.

A cartilha exhibe através de ilustrações as espécies adequadas para o plantio dentro do ambiente escolar, como Ipê-amarelo (*Handroanthus chrysotrichus*), Quaresmeira (*Tibouchina granulosa*), Pitanga (*Eugenia uniflora*), Urucum (*Bixa orellana*), Araçá-roxo (*Psidium myrtoides*), Jabuticaba (*Plinia cauliflora*), Pau-mulato (*Calycophyllum spruceanum*), Pau-ferro (*Libidibea férrea*) e Pau-formiga (*Triplaris brasiliensis*). As características morfológicas das espécies, bem como local de ocorrência, utilidade e fenologia são descritas com base no livro: Árvores brasileiras, Vol. 01 de Harri Lorenzi.

No que ela se fundamenta?

Como instrumento pedagógico, a cartilha se fundamenta no Currículo da Cidade de São Paulo (2019), lançado pela Secretaria Municipal de Educação e no Currículo Paulista (2019), ambos se alinham à BNCC (Base Nacional Comum Curricular). O Currículo da Cidade e do Estado tem como principal intenção oferecer diretrizes e orientações a serem utilizadas no cotidiano escolar para assegurar os direitos de aprendizagem a cada um dos estudantes da Rede Municipal e Estadual de Ensino. Este documento transcende os conteúdos de todas as disciplinas, pois aborda de forma inédita e pioneira os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)⁴ da UNESCO, mostrando a preocupação que a Rede Municipal e Estadual tem em preparar e formar cidadãos éticos, responsáveis, que atuem e intervenham efetivamente na sociedade.

Existem três conceitos orientadores que embasam o Currículo da Cidade em sua estrutura. São eles:

- A **Educação Integral** que visa o desenvolvimento integral dos indivíduos, isto é, em todas as dimensões intelectual, social, emocional, física e cultural.
- A **Equidade** que garante o direito da criança e do adolescente de aprender independente da realidade socioeconômica, cultural, étnico-racial ou geográfica.
- A **Educação Inclusiva** que aposta na possibilidade de crescimento do aluno orientando-o para que respeite e valorize as diversidades e a diferença, o modo de ser, de pensar e de aprender de cada estudante.

⁴ Os ODS são uma coleção de 17 metas globais estabelecidas pela Assembleia Geral das Nações Unidas para transformar o mundo em um caminho sustentável.

É com base nesses conceitos que a cartilha escolar de arborização foi elaborada, uma vez que traz no seu contexto a Educação Ambiental, cuja essência deve ser trabalhada sob a ótica do respeito às diferenças, da igualdade e solidariedade, a fim de construir indivíduos autônomos e críticos que mudarão a sociedade no futuro. Freire (2000), escreveu em sua obra *Pedagogia da Indignação*: “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco, a sociedade muda.”. Dessa forma, a Educação é elemento primordial para verdadeiras transformações sociais.

O tema arborização, abordado na cartilha, está ligado diretamente à Educação Ambiental, dado que é um processo que integra os três conceitos orientadores do Currículo da Cidade e também abre leque para a discussão de várias problemáticas que envolvem a sociedade e o ambiente.

Além de ser fundamentada no Currículo da Cidade e do Estado, a cartilha foi produzida em marcos legais como os Artigos 3, 15, 16 e 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)⁵, os Artigos 27 e 28 (parágrafos II, III e VIII) do Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015)⁶ e os artigos 205 e 206 da Constituição Federal (1988).

Dessa forma, a cartilha contribui para:

- a compreensão do papel da arborização urbana e das árvores nas cidades e as consequências para o ambiente, biodiversidade e sociedade com a eliminação delas.

- o aumento do interesse dos alunos pelo ensino de botânica, pois ao ministrar aula nesses espaços verdes e arborizados, o professor supõe uma oferta de oportunidades educativas e o aluno desperta a curiosidade, abre os olhos para o novo, desperta a criatividade, e a capacidade de investigação.

- a diminuição da cegueira botânica, uma vez que eles estarão mais em contato com as árvores, passando a conhecê-las intimamente, contribuindo assim para a sua preservação, pois é preciso conhecer para preservar.

⁵ Popularmente conhecido como ECA, o Estatuto foi instituído pela Lei. 8.069 de 13 de julho de 1990. Esta lei regulamenta os direitos das crianças e dos adolescentes inspirados pelas diretrizes fornecidas pela Constituição Federal de 1988.

⁶ O Estatuto foi criado a partir da Lei 13.146, de 06 de julho de 2015 e instituído para regulamentar a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

- o Programa de Metas da Cidade de São Paulo 2017-2020 e a recuperação dos solos em desusos (espaços não utilizados pela escola), pois incentiva a arborização urbana.

- os objetivos da Agenda 2030 Para o Desenvolvimento Sustentável, uma vez que trata da temática sustentabilidade, assunto esse que é pertinente à Educação Ambiental.

- a expansão da conscientização socioambiental, pois quanto mais se aproximam os conteúdos, as problemáticas e os assuntos da realidade do aluno, mais ele se interessa e mais ele se preocupa, já que ele enxerga que aquilo faz parte do seu cotidiano.

- o desenvolvimento de novas metodologias de ensino para novos ambientes e objetos (ar livre, áreas verdes, árvores, plantas).

- a Educação Integral, promovendo e articulando conhecimentos e habilidades, atitudes e valores em todas as suas dimensões (intelectual, física, social, emocional e cultural).

- promover a sociabilização entre os alunos, auxiliando no combate às desigualdades sociais.

- a Educação Inclusiva, auxiliando o professor no planejamento de suas aulas e como instrumento de motivação aos alunos dando oportunidades para que todos se envolvam.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho foi realizado em parceria com a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), responsável por planejar e coordenar as atividades de defesa do meio ambiente, sendo assim, foi possível realizar o plantio de árvores em algumas escolas públicas de nível básico.

As vistorias demonstraram que os espaços verdes das escolas estão em áreas muito limitadas, pouco arborizadas e carentes de manutenção (Figura 2).

Figura 2 – Áreas encontradas nas escolas, após a vistoria. Em A – área inutilizada por falta de manutenção. Em B – área do parquinho que recebe muito sol, com potencial para ser arborizada. Em C – área do pomar com poucas árvores. Em D – área livre com potencial para ser arborizada.



Fonte: Autoria própria (2019)

Após as vistorias, houve uma discussão com os coordenadores e diretores das escolas para definir as espécies que seriam plantadas e os locais do plantio. Vale ressaltar que algumas espécies escolhidas por eles, não eram adequadas ao local de plantio, pois não estavam de acordo com as normas técnicas do Manual Técnico de Arborização da Prefeitura⁷.

Antes de iniciar o plantio propriamente dito, as escolas receberam palestras sobre arborização urbana durante reuniões pedagógicas (Figura 3).

⁷ O Manual Técnico de Arborização urbana de São Paulo aborda os aspectos da arborização urbana, os seus benefícios, as suas conveniências e as necessidades, descrevendo parâmetros de planejamento urbano para os diversos tipos de áreas que possam receber plantio de árvores.

Figura 3 – Palestra sobre Arborização Urbana – Em A e B – palestra dada numa reunião pedagógica da escola



Fonte: Autoria própria (2019)

Em algumas escolas, não foi possível apresentar as palestras aos professores. No entanto, foram realizados encontros com os alunos em rodas de conversa, antes do início do plantio, para apresentação dos aspectos morfológicos e taxonômicos das árvores e sua importância para as cidades, (Figura 4).

Figura 4 – Roda de conversa com os alunos sobre a importância da arborização – Em A – roda de conversa com os alunos da escola B. Em B – roda de conversa com os alunos da escola D.



Fonte: Autoria própria (2019)

Durante a conversa com os alunos sobre a importância das árvores nas cidades, percebeu-se que o conhecimento sobre os benefícios era muito vago, visto que, ao perguntar sobre os benefícios de uma árvore, a resposta em todas as escolas foi unânime: “*respiração*” e “*fotossíntese*”.

Quando se pedia para citar outro benefício, os alunos respondiam que as árvores proporcionam sombra. A partir dessa resposta, foi possível iniciar um debate sobre áreas mais quentes e mais frescas de uma mesma região, tentando fazê-los perceber que as áreas mais frescas, são mais arborizadas e as áreas mais quentes, são menos arborizadas.

Houve também na conversa, a abordagem sobre as partes de uma árvore e suas respectivas funções, pois, de nada adianta os alunos entenderem sobre os benefícios, sem antes, conhecer a morfologia. A maioria dos alunos entendia de uma forma bem simples, que as árvores são compostas de raiz, caule, folha, flor, fruto e semente e as funções de cada órgão. Teve-se o cuidado de explicar que nem todas as árvores são iguais e que algumas apresentam raiz, caule e folha, mas sem as flores e os frutos.

Em seguida, os alunos foram conduzidos até o local do plantio, para acompanhar cada etapa. A equipe de plantio da J.V.A, empresa prestadora de serviços para a SVMA foi encarregada tanto das explicações do passo a passo, quanto da execução do plantio. As crianças também participavam manuseando as ferramentas (Figura 5).

Figura 5 – Plantio – Em A - alunos acompanhando a explicação das etapas do plantio. Em B - alunos manuseando ferramentas de plantio.



Fonte: Autoria própria (2019)

Os alunos do Ensino Médio da escola F foram os únicos que realizaram o plantio sem o acompanhamento da equipe de plantio da J.V.A, no entanto, os alunos não deixaram de cumprir as normas técnicas em relação ao porte da muda, o tamanho da cova, o espaçamento entre as mudas, o preparo da terra e a irrigação (Figura 6).

Figura 6 – Plantio na escola F – Em A e B – alunas abrindo a cova com cavadeira. Em C – aluno plantando muda de Corticeira-da-serra (*Erythrina falcata*). Em D – aluna plantando Paineira (*Ceiba speciosa*).



Fonte: Autoria própria (2019)

Depois de acompanharem o passo a passo do plantio, os alunos produziam atividades relacionadas à ação desenvolvida, demonstrando por desenhos e colagens (Figura 7), o que aprenderam sobre as árvores.

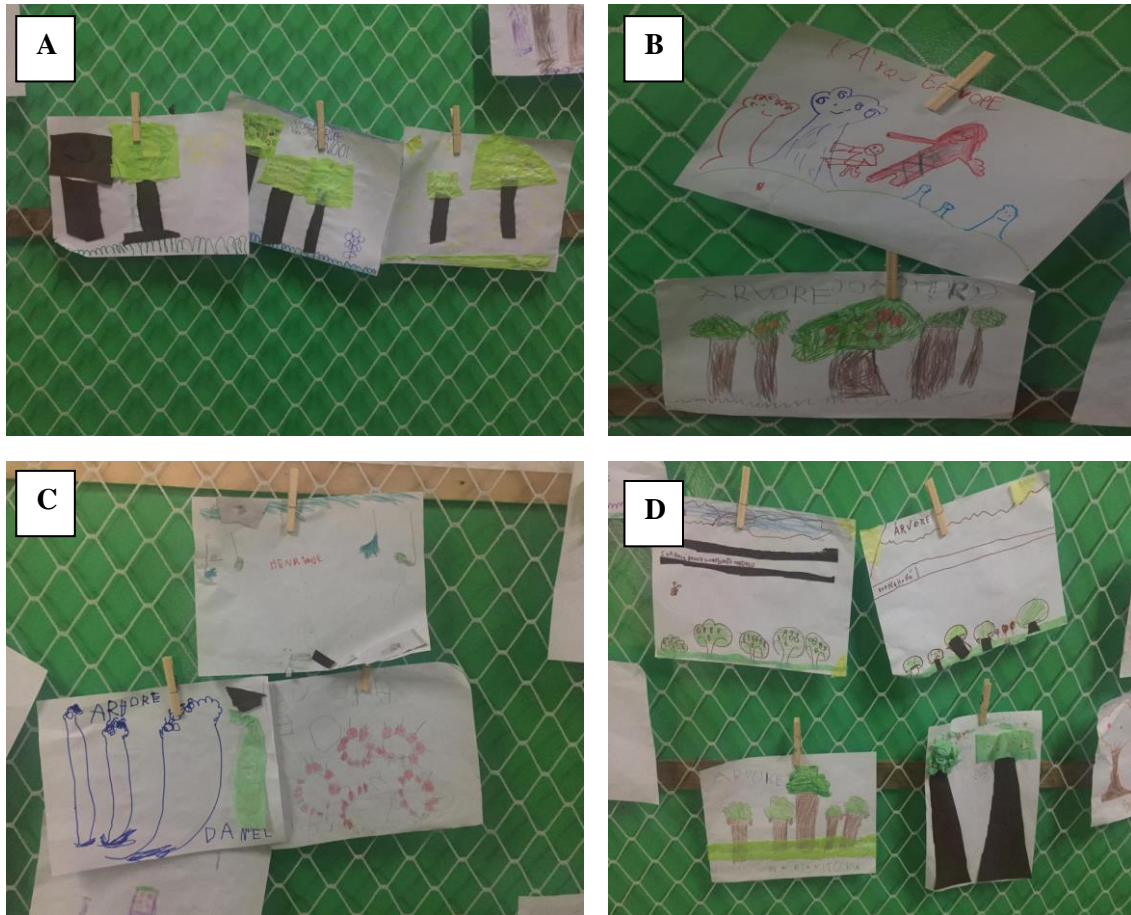
Figura 7 – Desenhos produzidos pelos alunos em A,B,C,D,E e F



Fonte: Autoria própria (2019)

Os alunos demonstraram criatividade, produzindo os desenhos, que foram expostos posteriormente, nos murais da escola (Figura 8).

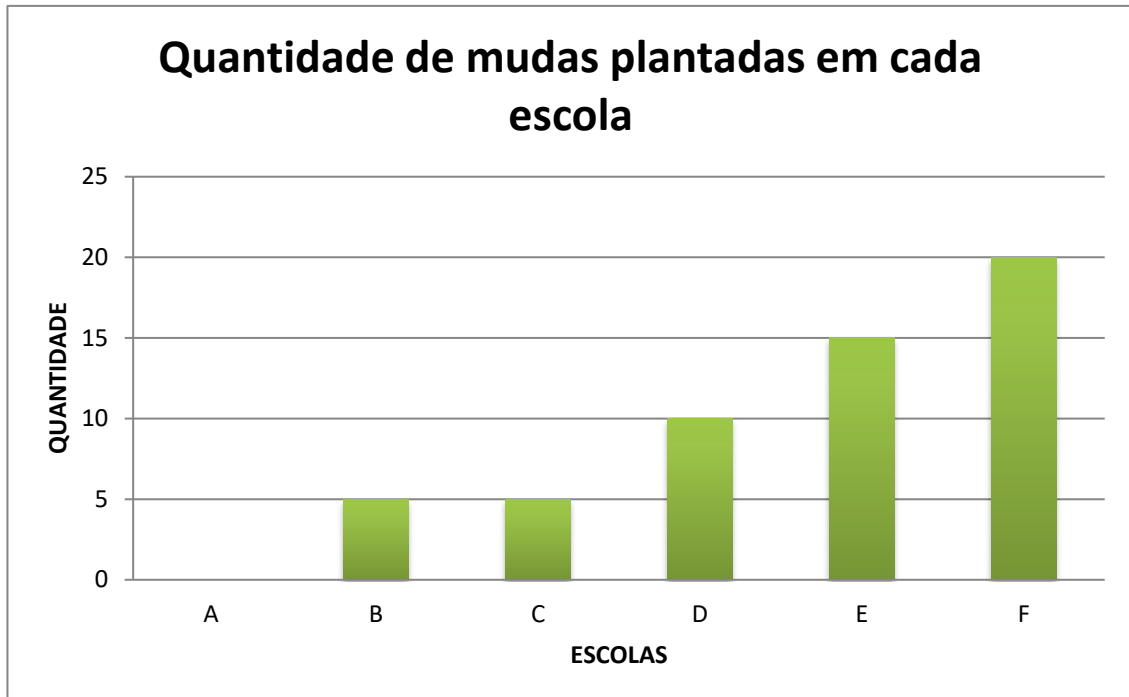
Figura 8 – Em A, B,C, D - Exposição dos desenhos no mural da escola



Fonte: Autoria Própria (2019)

Foram plantadas 5 mudas de Ipê-amarelo na escola **B**, 5 mudas de Jabuticabas na escola **C**, 10 mudas na escola **D** (Ipê-amarelo, Jabuticaba, Mirindiba e Araçá-roxo), 15 mudas na escola **E** (Jabuticaba, Araçá-roxo, Bacupari, Uvaia, Pitanga, Cereja-do-rio-grande e Cabeludinha) e 20 mudas na escola **F** (Corticeira-da-serra e Paineira). A escola **A**, não recebeu nenhum plantio devido à falta de tempo hábil para que a ação fosse executada, pois, como citado anteriormente, a arborização necessita de um planejamento prévio. No entanto, este trabalho continuará em execução num futuro próximo com o objetivo de atingir escolas que não puderam ser contempladas com o plantio. A relação da quantidade de mudas plantadas em cada escola está representada no Gráfico 1.

Figura 9 – Gráfico mostrando a relação da quantidade de árvores plantadas nas escolas



Fonte: Autoria própria (2019).

As espécies escolhidas para o plantio são espécies que não apresentam características que causem danos à convivência humana, como por exemplo, queda de galhos ou frutos, exceto no caso da Paineira (*Ceiba speciosa*), que embora, apresente acúleos no tronco na fase jovem (ver Figura 6-D), foi plantada numa área isolada para fins paisagísticos, onde não há acesso para os alunos.

A relação das espécies, bem como seu nome popular e científico e o local onde foram plantadas está representada na Tabela 1.

Tabela 1 – Relação das espécies plantadas nas escolas

ESCOLA	ESPÉCIE (NOME POPULAR)	ESPÉCIE (NOME CIENTÍFICO)
A	-	-
B	Ipê-amarelo (5)	<i>Handroanthus chrysotrichus</i> (5)
C	Jabuticaba (5)	<i>Myrciaria cauliflora</i> (5)

D	Ipê-amarelo (2)	<i>Handroanthus</i>
	Jaboticaba (5)	<i>chrysotrichus</i> (2), <i>Myrciaria</i>
	Mirindiba (1)	<i>cauliflora</i> (5), <i>Lafoensia</i>
	Araçá-roxo (2)	<i>glyptocarpa</i> (1), <i>Psidium</i> <i>myrtoides</i> (2)
E	Jaboticaba (5)	<i>Myrciaria cauliflora</i>
	Araçá-roxo (3)	(5),
	Bacupari (2)	<i>Psidium myrtoides</i>
	Uvaia (1)	(3),
	Pitanga (2)	<i>Garcinia gardneiana</i>
	Cereja-do-rio-grande (2)	(2), <i>Eugenia pyriformis</i>
	Cabeludinha (2)	(1), <i>Eugenia uniflora</i> (2), <i>Eugenia involucrata</i> (2), <i>Myrciaria glazioviana</i> (2)
F	Corticeira-da-serra (16)	<i>Erythrina falcata</i> (16), <i>Ceiba speciosa</i> (4)
	Paineira (4)	

Fonte: Autoria própria (2019).

Para que a arborização urbana integre o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, foi criada uma cartilha escolar de arborização (Apêndice 1, pg.36) com o objetivo de orientar os interessados no plantio de árvores, a transformar os espaços ociosos da escola, em espaços mais arborizados e mais harmoniosos.

A cartilha ensina as etapas do plantio, além de “como” e “onde” conseguir uma muda de árvore. A intenção da cartilha é fazer com que a escola se torne autossustentável nessa questão, pois o plantio que a SVMA realiza, é apenas simbólico, funcionando como um incentivo para que a comunidade escolar dê continuidade ao projeto, de modo que as pessoas enxerguem a arborização, não apenas como parte de um planejamento urbano, mas como um instrumento pedagógico, uma oportunidade de sociabilização e aprendizado dentro da escola.

A sociabilização e a interação entre os alunos são importantes para criar uma zona de desenvolvimento proximal (ZDP), concepção criada pelo psicólogo Lev Vygotsky (1896-1924), que basicamente diz respeito à distância que existe entre a capacidade da criança em se desenvolver sozinha, de forma independente e a capacidade de se desenvolver com o auxílio de outra pessoa com um nível de desenvolvimento mais avançado, seja um professor, um colega ou os próprios pais. (ANDRADE, 2007, p. 54 apud SILVA, 2016; MOREIRA, 2009, p. 59 apud SILVA, 2016)

A criança pode desenvolver a ZDP num ambiente de ensino que ofereça condições favoráveis ao seu aprendizado, ou seja, basta apenas que o educador estimule a interação entre os alunos para que a troca de conhecimentos ocorra. As áreas verdes contribuem muito para o desenvolvimento cognitivo do aluno, principalmente porque o professor desenvolve atividades que estimulam o brincar, transformando o processo de interação, em aprendizagem, essa abordagem foi chamada pelo autor de socioconstrutivista.

As atividades sugeridas na cartilha corroboram com a concepção de ZDP, primeiro porque são realizadas através de brincadeiras lúdicas, aproximando os alunos de situações reais, como por exemplo, mostra a atividade 6 “Faz de conta” da cartilha (Apêndice 1, pg.83) na qual, o aluno, por meio da imaginação e criatividade, imita comportamentos e sons de algum animal escolhido para que os colegas adivinhe qual o é. A atividade 7 “Pirâmide da vida” (Apêndice 1, pg.84) também faz com que o aluno se aproxime de uma situação real, através da construção de uma pirâmide, com a ajuda de outros colegas, para simular a cadeia alimentar com uma sequência de seres vivos (que são as crianças), em que um serve de alimento para o outro.

Essas experiências são importantes para a compreensão do aluno acerca dos assuntos estudados em sala de aula, como os conteúdos de Ciências e Biologia, por exemplo, que constantemente são vistos como matérias chatas e difíceis, especialmente, os conteúdos de genética e citologia na Biologia, pois, torna-se complexo transformar um objeto de saber produzido no meio cientista em um objeto de ensino a ser tratado nas salas de aula. Chevalard (1991), afirma que a transposição didática é um processo complexo que requer do professor conhecimentos além de sua própria área do saber. Dessa forma, o ensino de Ciências e Biologia exigem o uso de metodologias

alternativas e práticas diversificadas, a fim de facilitar o entendimento do aluno e o interesse em aprender mais, assim, os espaços verdes contribuem para o aprimoramento dessas metodologias e para a criação de outras novas que possam levar o aluno a relacionar os conteúdos do ensino de Ciências e Biologia à sua vida diária, abrindo uma visão para novas compreensões do mundo (KRASILCHIK, 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As áreas verdes são essenciais no processo de crescimento e aprendizagem de uma criança e quando inseridas no espaço escolar juntamente com a Educação Ambiental, tendem a induzir uma sensibilização dos alunos para que reconheçam a importância de se manter um ambiente equilibrado para a manutenção do planeta. Além disso, incentivam o ensino, brincadeiras ao ar livre, práticas esportivas, trazem aspectos paisagísticos para o ambiente e também fornecem bem-estar contribuindo para a saúde de todos.

A Educação Ambiental e a Arborização Urbana enquanto políticas públicas assumem um importante papel neste cenário ambiental crítico, uma vez que vem para corrigir ou amenizar os prejuízos que a natureza sofreu pela ação antrópica. Sendo assim, essas políticas asseguram constitucionalmente os direitos de cidadania, entretanto, a população não deve se imunizar, nem tão pouco, se ausentar das necessidades e obrigações. A sociedade deve cobrar e também participar do processo de desenvolvimento sustentável da cidade, logo, ao inserir a cartilha de arborização nas escolas, os professores junto à comunidade escolar contribuirão para o incentivo e a prática de arborização, mudando assim, o cenário da escola, tornando-o mais verde, mais arborizado, mais harmonioso e saudável, além de proporcionar atividades educativas que podem ser desenvolvidas pelos professores nesses espaços.

Este trabalho reforça também a necessidade de conscientização dos indivíduos e o exercício de cidadania. O cidadão crítico e consciente cuida e preserva a natureza porque entende que necessita dos seus recursos para a manutenção de sua sobrevivência, e, portanto, por ser crítico observa os dispêndios da natureza e através da criatividade busca transformações, essas transformações locais são importantes porque impulsionam transformações globais. É a essência da sustentabilidade: Pensar global, agir local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, M. J. F. C. Educação ambiental e EJA: percepção dos alunos sobre o ambiente. *Educação em ação*, n. 42, p. 1-8, 2013.

ARAÚJO, J. L. M.; ARAÚJO, A. C.; ARAÚJO, A. C. Percepção ambiental dos residentes do bairro presidente Médici em Campina Grande-PB, no tocante à arborização local. *Revista da Soc. Bras. de Arborização Urbana*, Piracicaba – SP, v.5, n.2, p.67-81, 2010.

ÁREAS verdes podem melhorar aprendizado das crianças. *Época Negócios OnLine*, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Visao/noticia/2015/06/areas-verdes-podem-melhorar-aprendizado-das-criancas.html>> Acesso em: 16 ago. 2019.

AUROUX, S. A revolução tecnológica da gramatização. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

BOECHAT, Samara Louzada; ESPINDULA, Lidiane. ESCOLA PARQUE–ÁREAS VERDES E UNIDADES ESCOLARES. *Anais do Seminário Científico da FACIG*, n. 2, 2017.

BRASIL. Política Nacional de Educação Ambiental. Lei 9795/99. Brasília. 1999

BRASIL, Decreto nº 58.625 de 8 de Fevereiro de 2019. Dispõe sobre a reorganização da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, bem como altera a denominação e a lotação dos cargos de provimento em comissão que especifica. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/2019/5862/58625/decreto-n-58625-2019-dispoe-sobre-a-reorganizacao-da-secretaria-municipal-do-verde-e-do-meio-ambiente-bem-como-altera-a-denominacao-e-a-lotacao-dos-cargos-de-provimento-em-comissao-que-especifica>> Acesso em: 2 ago. 2019

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 6 ago. 2019

BRASIL, Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm> Acesso em: 6 ago. 2019

BRASIL, Ministério da Educação. Decreto nº 4.281 de 25 de Junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/13637-educacao-ambiental>> Acesso em: 2 ago. 2019

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Conceitos de Educação Ambiental. Brasília, 1999. Disponível em: <mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental> Acesso em: 2 de ago. 2019

CARVALHO, I.C.M. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006. (Coleção Docência em formação).

CARVALHO-SOUZA, G.F. A percepção de crianças sobre o lixo marinho: uma abordagem lúdica na popularização das ciências. Revista Eletrônica do Mestrado de Educação Ambiental REMEA, 2012

CORNELL, Joseph. Vivências com a Natureza. Editora Ground, 2005.

DA SILVA, Leonardo Oliveira; COSTA, Anna Paula Lima; ARAÚJO-DE-ALMEIDA, Elineí. Educação Ambiental: o despertar de uma proposta crítica para a formação do sujeito ecológico. HOLOS, v. 1, p. 110-123, 2012.

DEUS, T. R. V. et al. Educação ambiental nas escolas: arborização do Colégio Estadual Rui Barbosa, Juazeiro-BA. Disponível em: . Acesso em: 15 nov. 2015. Anais...V Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental Belo Horizonte/MG. IBEAS – Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais. 2014.

ECCO, Idanir; ARNALDO, Nogaró. A Educação em Paulo Freire como processo de humanização. In: Congresso Educere. PUC/PR. GT. Formação de Professores e Profissionalização docente. 2015. p. 2176-1396.

FAGUNDES, J. F. et al. Arborização e jardinagem na Escola Municipal de Ensino Fundamental Assis Brasil em Palmeira das Missões – RS. Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental. Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas – UFSM, Santa Maria, v. 19, n. 2, mai - ago. p. 1162-1173, 2015.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000. __. Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FOLADORI, Guillermo. O capitalismo e a crise ambiental. Raízes, ano XVIII, n. 19, p. 31-36, 1999.

GARTLAND, Lisa. Ilhas de calor: como mitigar zonas de calor em áreas urbanas. Oficina de Textos, 2011

GUIMARÃES, Mauro. Educadores ambientais em uma perspectiva crítica: reflexões em Xerém. 2003. 179f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

HERMSDORFF, Sonia. Responsabilidade ambiental é de todos. PÁGINA22 Informação para o Novo Século. Disponível em: <<https://pagina22.com.br/2013/07/23/responsabilidade-ambiental-e-de-todos/>> Acesso em: 15 ago. 2019.

JACOBI, P. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. Cadernos de Pesquisa, n. 118, 2003.

LEFF, Enrique. Epistemologia Ambiental. São Paulo: Cortez, 2001.

LONDE, Patrícia Ribeiro; MENDES, Paulo Cezar. A influência das áreas verdes na qualidade de vida urbana. 2014. 9 f. Mestrado – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

LORENZI, H. Árvores Brasileiras: Manual de Identificação e cultivo de Plantas Arbóreas Nativas do Brasil. Vol 1. ed. Instituto Plantarum; Nova Odessa, 2008. 384p. Lima GFC 2009. Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. Rev. Educação e Pesquisa 35(1):145-163.

Loureiro CFB 2007. Educação Ambiental Crítica: contribuições e desafios. In: SS Mello, R Trajber, Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola, Brasília, p.65-71.

MAIA, Hérika Juliana Linhares et al. Política Nacional de Educação Ambiental: Conceitos, inovações e aplicabilidade. IV Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, Salvador-BA, 2013.

MENESES, Luan C. de; SOUZA, Vênia C.; NICOMEDES, Mário P.; SILVA, Natalí A.; QUIRINO, Max R.; OLIVEIRA, Ademir G.; ANDRADE, Rodrigo R.; SANTOS, Cosme. Anais do XI Encontro de Iniciação à Docência. In: Iniciativas para o aprendizado de botânica no ensino médio. UFPB. 2009

MENEZES, Cássia Maria Vieira Martins da Cunha. Educação ambiental: a criança como uma agente multiplicador. 2012. 46 f. Especialização – Centro Universitário do Instituto Mauá de Tecnologia, São Caetano do Sul, 2012.

MODNA, D.; VECCHIA, F. Calor e Áreas Verdes: Um estudo Preliminar do Clima de São Carlos, SP. São Carlos: Centro de Recursos Hídricos e Ecologia Aplicada, USP-Campos São Carlos, 2003.

MULLER, J. Orientação básica para o manejo de arborização urbana. Edições FAMURS. Porto Alegre: Nova Prova, 1998.

PINHEIRO, Clebio Rodrigues; DE SOUZA, Danilo Diego. A importância da arborização nas cidades e sua influência no microclima. Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental, v. 6, n. 1, p. 67-82, 2017.

ROCHA, L. M. V.; SOUZA, L. C. L. Desenho urbano, clima e saúde em São Jose do Rio Preto. In: Simpósio de Pós-Graduação em Engenharia Urbana. Anais... Maringá: SIMPGEU, 2009.

SALATINO, Antonio; BUCKERIDGE, Marcos. “Mas que de te serve saber botânica?” Estudos avançados, 2016.

SATO, M. Educação para o ambiente amazônico. São Carlos: 1997. 245p. Tese (Doutorado em Ciências) -, PPGG-ERN/UFSCar.

SANTOS, A. M. G. Dos; OLIVEIRA, A. S. De; JUNIOR, M. J. Da. S.; SOUZA, P. A. Dos. S. S.; SILVA, F. C. L. Da. Herbário na escola: Uma intervenção prática para o ensino de botânica. Anais V CONEDU. Editora Realize, v. 1, ISSN 2358-8829, 2018.

SANTOS, S. O. Princípios e Técnicas de Comunicação, In: PHILIPPI Jr, A.; PELICIONI, M. C. F. (editores). Educação Ambiental e Sustentabilidade. Coleção Ambiental, São Paulo: Manole, p. 437 – 465, 2005.

SÃO PAULO, Currículo da Cidade. Tecnologias para aprendizagem, 2019.

SÃO PAULO, Manual Técnico de Arborização Urbana. São Paulo: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, 2015. 124p.

DISTANTES, MAS CONECTADOS: O DESAFIO DA REGÊNCIA VIRTUAL EM MEIO A PANDEMIA

Bridha Silva de Moura, Karyna Sayuri Aoyama Ferreira

RESUMO: O presente estudo teve por objetivo relatar as atividades desenvolvidas por bolsistas do Programa Pibid com alunos do Ensino Médio em uma escola pública no período de ensino remoto. O Pibid (Programa Institucional de Bolsas de iniciação a Docência) é uma ação do MEC (Ministério da educação) que visa aproximar de forma pratica os futuros discentes do cotidiano das salas de aula da rede pública de ensino. Além do incentivo financeiro oferecido pelo CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de nível Superior), este programa auxilia na formação profissional dos futuros professores de forma a prepara-los para o magistério, dando a oportunidade de viver o dia a dia das escolas pela perspectiva do professor, colocando em pratica os ensinamentos adquiridos na faculdade até então. Até o ano de 2019 as atividades produzidas pelos bolsistas eram essencialmente de forma presencial nas escolas, porém, devido a pandemia do Covid-19 nos anos de 2020 e 2021 a maior parte das atividades foram realizadas de maneira remota por via de vídeo conferencia para acompanhar as turmas e na produção de materiais didáticos para auxiliar os estudos dos alunos em casa. No final do ano de 2021, com a volta parcial das aulas presenciais, na forma de ensino híbrido nas escolas, foi possível aos bolsistas produzir algumas atividades presenciais com os alunos. Este artigo trará relatos das atividades remotas e presenciais produzidas nestes períodos.

Palavras-chave: regência; online; PIBID

INTRODUÇÃO

O presente estudo teve por objetivo relatar as atividades desenvolvidas por bolsistas do Programa Pibid com alunos do Ensino Médio em uma escola pública no período de ensino remoto. O Pibid (Programa Institucional de Bolsas de iniciação a Docência) é uma ação do MEC (Ministério da educação) que visa aproximar de forma pratica os futuros discentes do cotidiano das salas de aula da rede pública de ensino. Além do incentivo financeiro oferecido pelo CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de nível Superior), este programa auxilia na formação profissional dos futuros professores de forma a prepara-los para o magistério, dando a oportunidade de viver o dia a dia das escolas pela perspectiva do professor, colocando em pratica os ensinamentos adquiridos na faculdade até então. Até o ano de 2019 as atividades produzidas pelos bolsistas eram essencialmente de forma presencial nas escolas, porém, devido a pandemia do Covid-19 nos anos de 2020 e 2021 a maior parte das atividades foram realizadas de maneira remota por via de vídeo conferencia para acompanhar as turmas e na produção de materiais didáticos para auxiliar os estudos dos alunos em casa. No final do ano de 2021, com a volta parcial das aulas presenciais, na forma de ensino hibrido nas escolas, foi possível aos bolsistas produzir algumas atividades presenciais com os alunos. Este artigo trará relatos das atividades remotas e presenciais produzidas nestes períodos.

MATERIAIS E MÉTODOS

Diante o cenário pandêmico, fez-se necessário a adoção do ensino remoto nas escolas, tanto públicas como privadas. O ensino remoto deu continuidade às atividades escolares de ensino, de forma diferente, porém, embasando-se em princípios do ensino presencial. Com o auxílio de tecnologias, como computadores, celulares e tablets, foi possível o acesso às plataformas necessárias para a continuidade da escolarização. Plataformas como o TEAMS e Google MEET, foram essenciais nesse momento. Por meio delas os professores ministravam as aulas através de vídeo conferências, passavam as atividades, avaliações, conteúdos e materiais, podendo assim de forma síncrona manter os mesmos horários que antes eram as aulas presenciais. Devido a isso, a participação dos bolsistas do PIBID deu-se de forma inusitada em relação aos anos anteriores. Foi necessária a implementação de novas estratégias por parte das escolas para garantir o aprendizado dos alunos mesmo diante as dificuldades apresentadas. No ano de 2020 estima-se que 10,8% dos alunos do ensino médio abandonaram os estudos (INSTITUTO

ALICERCE, 2022). Dentre as várias causas, a situação socioeconômica, a falta de acesso à internet e aparelhos como celulares e computadores lideram os motivos para a evasão, principalmente em escolas públicas. Frente a isso, além dos livros didáticos, viu-se a necessidade da elaboração de apostilas e roteiros impressos para todos os alunos, principalmente aqueles que não tinham fácil acesso à internet para assistir as aulas online. Os bolsistas do PIBID atuantes na Escola Plena André Antônio Maggi, escola pública no município de Rondonópolis – MT realizaram roteiros de aula e apostilas que continham o conteúdo que seria ministrado de forma remota, possibilitando que aqueles que não tinham a possibilidade de assistir as aulas online pudessem acompanhar pelas apostilas os conteúdos, e em outro momento, quando possível, conversar e esclarecer dúvidas com os professores, geralmente pelo WhatsApp. Foram produzidas apostilas adaptadas para alunos que portavam alguma necessidade, ou dificuldade de aprendizagem, demandando aos bolsistas adaptar os conteúdos de formas mais simplificadas, porém, garantindo a aprendizagem do aluno. As regências online eram o momento onde o bolsista acompanhava as aulas síncronas com o professor responsável e também ministravam aulas de revisão com as turmas. Uma das atividades mensais exercidas pelos bolsistas eram as produções dos planos de aula, seguindo das diretrizes da escola, com o acompanhamento do professor regente, conforme cada turma do ensino médio.

Conforme era aplicado o ensino remoto notou-se uma grande dificuldade dos alunos em dedicar-se aos estudos. Sem o acompanhamento presencial dos professores, a falta de diálogo entre professores e alunos intensificou-se de forma que os discentes passavam meses sem contato com alguns deles. Com os poucos alunos que apareciam e interagiam de forma mais ativa nas aulas, retomar o conteúdo em aulas de revisão mostrou-se essencial para assimilação dos conteúdos ministrados e para o processo de ensino-aprendizagem ser completo.

Em junho de 2020 constatou-se que apenas 14% das escolas públicas tinham estrutura de EAD antes da pandemia (MACIEL, 2020), então não só as escolas como também os alunos não tinham contato com essa modalidade de ensino, o que acarretou em dificuldades tanto para os professores quanto para os alunos se adaptarem a essa nova realidade, além das dificuldades de conexão com a internet. Tendo em vista esses pontos, a adesão dos alunos às aulas, a devolução das apostilas respondidas, o interesse em aulas de reforço foi considerado insatisfatório pela escola, que procurou formas de aumentar o interesse dos mesmos em realizar as atividades das apostilas para concluírem o ano letivo.

No final de 2021 em resposta a vacinação contra o Covid-19, foi implementado o ensino híbrido, onde cada turma foi dividida em duas turmas, para a redução de alunos juntos na sala de aula, possibilitando melhor o distanciamento e respeitando as orientações de uso de máscaras e álcool gel. Dessa forma cada metade da turma tinha aula presencial e online de maneira intercalada. Com o retorno parcial dos alunos foi possível a concretização do projeto da oficina de Compostagem ofertada pelas bolsistas Bridha e Karyna, onde foi ensinado aos alunos de forma prática a montagem da composteira, e uma breve aula de como esses processos ocorrem, e a sua importância. Eles puderam acompanhar durante as semanas o processo de decomposição acontecer e observar a formação do húmus (produto final). O projeto obteve resultados satisfatórios, gerando grande interesse dos alunos na atividade.

Em 2022 as aulas presenciais voltaram de forma integral nas escolas. Em alguns estados não é mais obrigatório o uso de máscaras, porém em outros essa prática se mantém.

RESULTADOS

Em conjunto, a elaboração dos materiais impressos, os planos de aula, regências e aulas de reforço, foram atividades de suma importância para o desenvolvimento acadêmico e profissional dos alunos do PIBID, nos possibilitando ajudar os professores, os alunos e a escola nesse momento de crise onde as incertezas e dificuldades tendiam a prevalecer. Pudemos contar com a orientação de profissionais, que contribuíram de forma efetiva para o sucesso e conclusão das atividades.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. PIBID - Apresentação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pibid>. Acesso em: 28 out. 2021.
- RATTI, C. Vale a pena fazer revisão na volta às aulas? Disponível em: <https://novaescola.org.br>. Acesso em: 28 out. 2021.
- MACIEL, R. Apenas 14% das escolas públicas tinham estrutura de EAD no Brasil em 2019. Disponível em: <https://canaltech.com.br/governo>. Acesso em: 28 out. 2021.
- INSTITUTO ALICERCE. As principais consequências da pandemia na educação. Disponível em: <https://blog.institutoalicerceedu.org.br/>. Acesso em: 17 mar. 2022.

Capítulo 48 - DOI:10.55232/1084002048

**UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE OS
MOVIMENTOS SOCIAIS POR UMA EDUCAÇÃO DO
CAMPO**

Jaqueline Cardoso da Silva Souza, Patrícia Kenf Gomes de Walle

RESUMO: As transformações que o mundo sofre a cada dia refletem cada vez mais na educação em nosso país. As reformas educativas que vem sendo executadas desde a Constituição de 1988 acompanham essas transformações, e coincidem com a recomposição do sistema capital mundial, conseqüentemente incentivando o processo de reestruturação global da economia brasileira acompanhado do processo educacional. Impulsionados por estas mudanças, neste cenário surgem os movimentos sociais como: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Universidade de Brasília (UNB), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) dentre outros estão fortemente inseridos na Educação do Campo, trabalhando e defendendo seus interesses, a política e a economia dos trabalhadores do campo. Não somente uma educação, mas sim uma educação de qualidade e voltada para seus interesses culturais e sociais, buscando sua liberdade, sua autonomia e emancipação, garantindo a dignidade das pessoas que vivem no campo. A escola é a principal ferramenta para a transmissão do conhecimento para as pessoas, esse conhecimento se faz necessário, e são nos bancos das escolas que adquirimos e conseguimos exercer o direito de ser respeitado.

Palavras-chave: Educação, Movimentos Sociais, Campo.

INTRODUÇÃO

A educação básica do Brasil, nos últimos anos vem sofrendo grandes transformações econômicas, políticas, culturais e geográficas. É nesse cenário de mudanças significativas que buscou-se então investigar sobre os movimentos sociais por uma educação do campo. Constatando-se que a escola em qualquer lugar deste planeta existe para abrigar e formar as crianças e os jovens, além de acolhê-los nos seus anseios. É nela que deve-se encontrar não só ensinamentos, mas sim a descoberta do mundo. São esses conhecimentos que passam a constituir forças transformadoras para as condições de vida e de trabalho em todos os setores da atividade humana.

Mediante a estes entendimentos, neste trabalho, procurou-se focar em diferentes concepções de escola do campo, sabendo que ela é que trabalha envolvendo desde os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadores do campo (Garske, 2008).

Considerando que os colonos em sua experiência histórica, estão tomando consciência de suas condições, atribuindo à educação a possibilidade de lhes fazer desta situação, lutam por uma escola melhor, embora as condições que levam o colono a negar-se a vida do campo, e a procurar na cidade, são melhores condições de trabalho e melhores oportunidades de escolarização para seus filhos.

Uma das características marcantes que vem projetando a identificação desse movimento, é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito a educação, e a uma educação que seja no e do campo, pois o povo tem o direito a uma educação no lugar onde vive associada a sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais. O fato de o trabalhador rural atribuir importância à escola, e ao saber que ela vincula, não significa que esteja implicitamente a admitir ou a passar a ideia que apenas esta escolarização básica resolva por si só os problemas dele e de seus filhos.

Para o desenvolvimento desse estudo, realizamos pesquisa bibliográfica que nos possibilitou um aprofundamento teórico sobre o tema aqui trabalhado. O aporte teórico foi construído por meio de um trabalho que abrange seleção de obras, leituras críticas e reflexivas, resenhas e análises.

DESENVOLVIMENTO

Para uma melhor compreensão a cerca da discussão sobre educação do campo, necessário se faz apresentarmos alguns elementos do percurso histórico que expressam a histórica ausência de políticas públicas para os grupos mais populares da sociedade, dentre os quais destacamos os do campo. Não iremos, contudo fazer um levantamento histórico profundo, mas destacaremos apenas pontos importantes para o entendimento das questões apresentadas.

A escola foi instituída no meio rural brasileiro na metade do século XX. As necessidades foram surgindo com as novas estruturas sócio-agrárias do país, o que necessitou de mão de obra qualificada com o fim da escravidão.

A partir de 1930, as políticas públicas passaram a serem implementadas. No período compreendido entre 1940 e 1950, a escola rural contou com um grande número de projetos e programas por parte do governo, dos educadores e com patrocínio de programas norte-americanos, com o intuito de atingir o maior número de trabalhadores rurais em vários estados brasileiros.

Nos anos entre 1940 e 1950 as ideias do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova (1932) com os educadores Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Fernando Azevedo e outros, propuseram a universalização do ensino primário, bem como exigiram do governo maior prioridade à área educacional. Esse movimento desencadeou as lutas sociais, que emanou uma corrente do progresso material e espiritual de que proveio viver e lutar.

Entre os anos de 1960 e 1970, a educação tomou outro foco, encadeado pelo desenvolvimento do capitalismo, propondo valores como a industrialização, a educação neste período voltou-se para o trabalho, predominando a teoria do capital humano. Isso fez com que a educação fosse planejada em função de qualificar a mão de obra para atender as necessidades industriais. Essa política de desenvolvimento e trabalho caracterizava a educação escolar como forma do homem se inserir neste mundo inovador, numa perspectiva de ser um sujeito econômico, produtivo, agente da construção da história da nação. Segundo Gonh (1999), a importância de educação vem passando por um desenvolvimento, na medida em que passa a não se limitar tão somente aos processos de ensino-aprendizagem, indo além dos espaços educacionais, das residências, dos movimentos sociais ou das manifestações culturais. Estando dessa

forma de acordo com a LDB nº. 9394/96, uma educação não formal que acontece fora da escola denominada como um novo campo de educação.

Ainda no século XXI, vemos nas escolas do campo, a implementação da educação pensada para o meio urbano. Compreendendo que no âmbito das políticas públicas, escola deve ser para atender as necessidades dos alunos. Para que esta Educação do Campo seja tratada de forma diferenciada, foi sancionada no mês de janeiro de 2001, a lei nº. 10172, que estabelece o Plano Nacional de Educação:

A escola rural requer um tratamento diferenciado, pois a oferta do ensino fundamental precisa chegar a todos os recantos do país e a ampliação da oferta das quatro séries regulares em substituição as classes isoladas unidocentes é a meta a ser perseguida, consideradas as peculiaridades regionais e a sazonalidade (PNE. INEP, 2001, p.49).

Cabe aqui salientar que não devemos nos limitar pensando em educação na zona rural apenas para séries iniciais. Devemos nos atentar também para a educação infantil e para a terceira idade que vive no campo, pois é um direito inegável e garantido por lei que todos tenham acesso na escola.

Mas encontramos um descaso quando falamos em educação do campo, principalmente quando desvalorizam a cultura, as crenças e os saberes dos sujeitos do campo, descaracterizando a identidade dos trabalhadores rurais, como se a história do campo fosse ter sido superada ou mesmo esquecida. Esse descaso vai além, esta bem visível nas condições das estruturas físicas das escolas, da distância que separa os alunos da escola, da falta de recursos, da formação de professores que não possui vínculo nenhum com a própria escola do campo. Isso reflete no número de analfabetos que temos no meio rural. Nem mesmo assim, encontra-se no âmbito municipal, estadual e ou federal existem projetos políticos que possam mudar esta triste realidade.

A preocupação e as lutas pela escola do campo fizeram com que várias organizações surgissem em defesa de um projeto que organiza a educação escolar do campo. Esses movimentos e instituições sociais lutam em defesa de homens e mulheres trabalhadores do campo, que se assumam como sujeitos de sua existência e que se reconheçam como sujeitos de direitos.

Para tanto a educação do campo deve ter uma concepção positiva do que seja o meio rural, e além do mais, ter uma educação diferenciada, um projeto político pedagógico que tenha significado do que seja realmente o campo na realidade dos seus

sujeitos. O campo deve ser compreendido como um espaço de vida, de relações sociais, históricas, culturais, de lutas e de produções.

O nome ou a expressão educação do campo já identifica também uma reflexão pedagógica que nasce das diversas práticas de educação desenvolvidas no campo ou pelos sujeitos do campo. É uma reflexão que reconhece o campo como lugar onde não apenas se reproduz, mas também se produz pedagogia, reflexão que desenha traços do que pode se constituir como um projeto de educação ou de formação dos sujeitos do campo. É um projeto que reafirma como grande finalidade da ação educativa ajudar no desenvolvimento mais pleno do ser humano, na sua humanização e inserção crítica na dinâmica da sociedade de que faz parte (CALDART, 2002, p. 29-30).

Não devemos pensar na educação do campo como uma escola pobre para filhos de pobres, temos que nos atentarmos na educação que está posta. Devemos construir uma imagem positiva da educação do campo que queremos.

Movimentos sociais a favor da escola do campo

As políticas para a educação escolar do campo começaram a serem difundidas a partir dos anos 90. Porém só em julho de 1997, em Brasília, no final do I ENERA - Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária, através de uma requisição feita pelos Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em parcerias com a Universidade de Brasília (UNB), com o Fundo das nações Unidas para a Infância (UNICEF), com a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Cada uma dessas entidades desenvolvem seus trabalhos com a finalidade de resgatar a identidade dos sujeitos do campo, bem como a valorização das terras.

Lutar pela escola do campo é garantir que os filhos dos trabalhadores rurais vivam experiências humanas e culturais de forma coletiva, as quais são negadas fora da escola. É garantir a conservação dos valores da cultura do modo de viver do homem do campo refletindo em suas histórias

O nome ou expressão educação do campo já identifica também uma reflexão pedagógica que nasce das diversas práticas de educação desenvolvidas no campo ou pelos sujeitos do campo. É uma reflexão que reconhece o campo como lugar onde não apenas se reproduz, mas também se produz pedagogia, reflexão que desenha traços do que pode se constituir como um projeto que reafirma como grande finalidade da ação

educativa ajudar no desenvolvimento mais pleno do ser humano, na sua humanização e inserção crítica na dinâmica da sociedade de que faz parte (CALDART, 2002, p. 29 – 30).

A resolução CNE/CEB de 03 de abril de 2002, portanto institui as Diretrizes Operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Nessa resolução percebe-se o reconhecimento de que a escola do campo tem identidade vinculada à realidade na qual esta inserida.

A formação dos sujeitos nos movimentos sociais por uma educação do campo

Na declaração por uma Educação do Campo, menciona-se que devemos reconhecer a caminhada dos movimentos sociais do campo, como expressão do povo organizado que faz e que pensa sobre a vida no e do campo. Das suas práticas de organização, da sua luta social e da educação podemos extrair muitas lições para a educação do campo. O povo que vive no campo tem que ser o sujeito de sua própria formação, que lutam por sua liberdade, sua autonomia e sua emancipação. Esses movimentos sociais lutam pela reforma agrária e por políticas públicas relacionadas a direitos sociais básicos que garantam dignidade.

Captar as concepções de liberdade, autonomia e emancipação nas experiências pedagógicas dos movimentos sociais populares rurais do campo pressupõe decifrar o papel que estes movimentos desempenham nos processos de reformas e/ou de transformação social. Teriam estes movimentos potencialidade para serem considerados sujeitos da história ou estariam condenados ao desaparecimento com a destruição da produção camponesa familiar em decorrência do avanço do capitalismo no campo? Que desafios enfrenta o movimento camponês na América Latina, particularmente no Brasil, para fortalecer-se sujeito político coletivo e, assim, integrar o sujeito histórico da transformação social? [...] (Ribeiro, 2010, p.73).

Garske (2008) considera que a educação do campo necessita envolver os sujeitos, pois todos possuem história, sonham, tem nomes e rostos, lembranças, gêneros e etnias diferenciadas. Cada sujeito individual e coletivamente se forma na relação que pertença a terra e em suas formas de organização solidária. Entretanto, a educação que se realiza na escola precisa ter o currículo voltado para que os sujeitos que vivem no campo possam ter condições de refletir a educação ligada à realidade da vida no campo.

A escola deve ser um espaço de formação humana, abrangendo a formação para os valores, para o trabalho, para sua formação cultural, formação política, para o lúdico, e formação para a vida e para a terra. Garske (2008) argumenta que a intencionalidade político-pedagógica que fundamenta esta política é a garantia da formação de alunos (as) que se construam como sujeitos sociais e políticos, dispostos à tarefa de transformar-se e humanizar-se enquanto transformam e humanizam o mundo em que vivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalidade deste trabalho sobre movimentos por uma educação do campo, é de mostrar a sua significância e demonstrar que ela é um direito que não pode ser tratado como um serviço, nem como uma política compensatória, mas sim para o desenvolvimento e o progresso do educando que habita no campo. Considerando que o povo tem o direito a ser educado no lugar onde vive. O mais importante é provocar situações de aprendizagem significativas, para que ele possa evoluir.

Hoje há um elevado índice de trabalhadores rurais sem terra espalhados por todo o país, vivendo em condições subumanas e que são os sujeitos destas novas práticas de educação do campo.

Desse modo, entendemos que a educação para os filhos desses trabalhadores rurais devem possibilitar o acesso à escola e ao saber historicamente constituído como o repensar de nossas práticas e, a partir dela, a luz do conhecimento teórico, construir um projeto que vise atender as necessidades e as expectativas dessa demanda social. Trabalhar a pedagogia da esperança, evitando, que o aluno do campo perca a esperança de seguir as ideias dos movimentos sociais, impedindo assim, a evasão e a incompetência, mudar o tempo das atividades escolares, evitando a fragmentação do saber.

É essencial fundamentar as questões pedagógicas no Art. 98 da LDB, tendo como princípios que a educação seja um instrumento da sociedade para promoção do exercício da cidadania, fundamentada nos ideais de igualdade, liberdade, solidariedade, democracia e justiça social. Tendo por finalidade, o pleno desenvolvimento do aluno e seu aperfeiçoamento, a formação dos cidadãos capazes de compreender criticamente a realidade social, e principalmente conscientes de seus direitos e responsabilidades.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, José Carlos. O educador a caminho da roça: notas introdutórias para um conceito de educação rural. Campo Grande, MS: Editora Universitária UFMS, 1986.

BRASIL. Lei n°. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em: 15 abr. 2010

BRASIL. Resolução CNE/CEB n°.1, de 3 de abril de 2002. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012002.pdf>> Acesso em: 13 jul. 2010

CALDART, Roseli Salete. Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In.: Por Uma Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas. 4 ed. Brasília, 2002, p. 25-36.

CALDART. Educação Popular no Meio Rural. In.: Seminário Internacional sobre reestruturação curricular: teoria e prática no cotidiano da escola, 2., 1995, Porto Alegre. As experiências pedagógicas nas escolas do MST. Porto Alegre, RS: Editora Vozes, 1995

GARSKE, Lindalva Maria Novais. Trajetória de Escola Rural no Contexto Brasileiro; As Intencionalidades traçadas políticas oficiais. Texto apresentado na UFMT, Rondonópolis, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Classes Sociais e Movimentos Sociais. In: Reprodução Social, Trabalho e Serviço Social. Brasília, DF: UnB, 1999. p. 36-54.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo. CALDART, Salete Roseli (orgs.) Articulação Nacional por uma Educação do Campo. In.: Por uma Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas. 4 ed. Brasília, 2002.

RIBEIRO, Marlene. Trabalho e educação no movimento camponês: liberdade ou emancipação? Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n42/v14n42a03.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2010.

Capítulo 49 - DOI:10.55232/1084002049

PRÁTICA METODOLOGIA ATIVA: GÊNERO TEXTUAL E ARTE CÊNICA DENTRO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Elizete Maria Oliveira da Silva, Nayhany Ramos Braga, Sibeles Vieira de Araujo

RESUMO: Metodologia ativa parte do pressuposto que a aprendizagem deve ser abordada a partir da contextualização, um aprendizado ativo, que conduz o indivíduo buscar algo para seu conhecimento afetivo. Mas, para que haja aprendizagem, é preciso desenvolver um trabalho que seja significativo e desperte o interesse e o prazer em aprender, dando significado na vida acadêmica do alunado. Partindo desta perspectiva, o presente artigo tem como finalidade discorrer sobre a importância da metodologia ativa e a aprendizagem significativa no âmbito interdisciplinar dentro da escola, integrando as disciplinas de Língua Portuguesa e Artes, utilizando como método a metodologia ativa juntamente com a concepção de ensino sócio interacionista, considerando-se, ser o aprendizado resultado da interação entre os sujeitos envolvidos. Nesse sentido, realizou-se um trabalho com os alunos da EJA- PPL (Pessoas Privadas de Liberdade) do sistema Penitenciário Major Eldo Sá Correa – “mata grande” com objetivo de criar situações em que pudessem comparar opiniões e pontos de vista e identificando estratégias argumentativas empregadas para o convencimento do público sobre determinado tema e ainda reconhecer textos de diferentes gêneros. No trabalho em questão, o gênero escolhido foi música e Paródia. Foram utilizados como suporte as músicas Sobradinho (Sá e Guarabira) e Menino da porteira (Sérgio Reis) e a apresentação do teatro Morte e Vida Severina. Assim os alunos representaram em forma de teatro e paródia. A partir de vídeo, leitura, melodia, ritmos musicais e estudo de gêneros, puderam produzir cada grupo paródia ou teatro, para ao final apresentar aos demais alunos. Notou-se que os alunos mostraram interesse e envolveram-se com as atividades propostas ao longo do processo, trazendo assim resultados positivos quanto ao objetivo proposto que era a metodologia ativa com uma aprendizagem significativa.

Palavras-chave: Metodologia Ativa, aprendizagem significativa, Presídio.

INTRODUÇÃO

A metodologia ativa é conceber o ato de ensinar com o ato de facilitar o aprendizado dos estudantes faz com que o professor os veja como seres ativos e responsáveis pela construção de seus conhecimentos, enquanto ele passa a ser visto pelos alunos como facilitador dessa construção, como mediador do processo de aprendizagem, e não como aquele que detém os conhecimentos a serem distribuído. Para ocorrer aprendizagem significativa no educando, é preciso haver uma integração dos profissionais da escola na realização de atividades que faça sentido

na vida do aluno e ainda consiga fazer a mediação necessária do ensino.

Optou-se em trabalhar de forma interdisciplinar entre as disciplinas de Língua Portuguesa e artes, com os alunos do ensino fundamental e do ensino médio no intuito de criar situações que viabilizem a estes a usar suas cordas vocais bem como gestose expressão da arte através de encenação cênica e suas diferentes linguagens e manifestações específicas na perspectiva da aprendizagem significativa, visando que ele se torne agente autônomo e ativo na criação de sua identidade dentro e fora do ambiente escolar sendo o autor de sua própria aprendizagem.

Deste modo, utilizou-se como metodologia dessa reflexão, é possível inferir que, em oposição às experiências pedagógicas “sólidas” e conteudistas, as atuais demandas sociais exigem do docente uma nova postura e o estabelecimento de uma nova relação entre este e o conhecimento, uma vez que cabe a ele, primordialmente, a condução desse processo. Com efeito, essas exigências implicam em novas aprendizagens, no desenvolvimento de novas competências, em alteração de concepções, ou seja, na construção de um novo sentido ao fazer docente, imbuído das dimensões éticas e política (Bassalobre, 2013).

Objetivou-se com esse trabalho o reconhecimento por parte dos alunos como gêneros, paródia encenação cênica recursos verbais com a finalidade de criar e mudar comportamentos e hábitos. Que eles pudessem relacionar, em diferentes gestos opiniões na construção de teatros, expressão corporal, como também, conseguisse inferir em um contexto quais os objetivos de seu produtor e quem é seu público alvo, pela análise dos procedimentos de suas apresentações utilizados; e por último, que reconhecessem no teatro, canto e na paródia estratégias argumentativas empregadas para o convencimento do público, tais como a apresentação vocal, a expressão, a encenação entre outras.

METODOLOGIA ATIVA

Metodologia ativa parte do pressuposto que a aprendizagem deve ser abordada a partir da contextualização, um aprendiz ativo, que conduz o indivíduo a estar sempre em busca de algo para seu conhecimento afetivo. “Segundo o Arco da Problematização de Maguarez toda aprendizagem emana da “realidade” que se estende para o ponto chave, observação, teorização, hipótese e aplicação.” De acordo com William Glasser “... a aprendizagem, para ser significativa, possui várias facetas...” certo que o conhecimento deve ser significativo para o sujeito onde o professor deve exercer o papel de mediador dentro dos paradigmas educacionais permitindo assim que o aluno seja o protagonista desse aprender fazendo. A perspectiva de Freire (2015) coincide com a abordagem envolvendo o método ativo. De acordo com o educador, um dos grandes problemas da educação paira no fato de que os alunos praticamente não serem estimulados a pensarem autonomamente. Para amenizar esse contexto, o professor deve: [...] assegurar um ambiente dentro do qual os alunos possam reconhecer e refletir sobre suas próprias ideias; aceitar que outras pessoas expressem pontos de vista diferentes dos seus, mas igualmente válidos e possam avaliar a utilidade dessas ideias em comparação com as teorias apresentadas pelo professor (Jófilo, 2002, p. 196) Segundo Reeve (2009 apud Berbel, 2011, p 28), o professor contribui para promover a autonomia do aluno em sala de aula. De acordo José Moran, toda aprendizagem é ativa em algum grau, porque exigem do aprendiz e do docente, formas diferentes de movimentação interna e externa, de motivação, seleção, interpretação, comparação, avaliação e aplicação. As metodologias precisam acompanhar os objetivos pretendidos. Ou seja, a aprendizagem colaborativa, entre pares: O compartilhamento dentro e fora da sala de aula torna-se riquíssimo. Nesses momentos e espaços nos sentimos mais sujeitos ativos, entre iguais, sem as barreiras que podem existir diante de profissionais com um grau de conhecimento maior; a aprendizagem por orientação com profissionais mais experientes: O professor se torna cada vez mais um gestor e orientador de caminhos coletivos e individuais, previsíveis e imprevisíveis, em uma construção mais aberta, criativa e empreendedora.; inverter o foco e as estratégias: No ensino convencional os professores garantam que todos os alunos aprendam o mínimo esperado e para isso explicam os conceitos básicos e pedem que os alunos depois estudem através de leituras e atividades e a aprendizagem baseada em projetos: Desenvolver um projeto que também tenha ligação com sua vida fora da sala de aula.

De acordo com: Dewey

Vale mencionar que, na construção metodológica da Escola Nova, a atividade e o interesse do aprendiz foram valorizados, e não os do professor. Assim, Dewey, por meio do seu ideário da Escola Nova, teve grande influência nessa ideia ao defender que a aprendizagem corre pela ação, colocando o estudante no centro dos processos de ensino e de aprendizagem.

Segundo o autor por Metodologia Ativa entendemos todo o processo de organização da aprendizagem (estratégias didáticas) cuja centralidade do processo esteja, efetivamente, no estudante. Contrariando assim a exclusividade da ação intelectual do professor e a representação do livro didático como fontes exclusivas do saber na sala de aula.

Nesse sentido a metodologia ativa incita a pensar sobre os inúmeros caminhos existentes para além do livro didático, partindo dele ou mesmo até chegar a ele. Quantas possibilidades existem de se pensar sobre o que nele está posto, de compará-lo à realidade concreta dos que dele fazem uso (estudantes), de se gerarem hipóteses a fim de se pensar sobre a importância de conhecer a realidade que gerou a teoria contida nele.

Para avançar nesse entendimento, articulam-se, ainda, as contribuições de Paulo Freire (1921-1997) acerca da Pedagogia Problemática, que parte da premissa de que educador e educando aprendem juntos numa relação dinâmica, na qual a prática, orientada pela teoria, possibilita a reflexão crítica do estudante e o desenvolvimento de sua autonomia como forma de intervir sobre a realidade (Berbel, 2011).

APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

Levando que as mudanças sociais registradas nas últimas décadas e, como tal, a escola e o modelo educacional vivem um momento de adaptação frente a essas mudanças as pessoas e, em especial, os estudantes, não ficam mais restritos a um mesmo lugar. São agora globais, vivem conectados e imersos em uma quantidade significativa de informações que se transformam continuamente, onde grande parte delas relaciona-se à forma de como eles estão no mundo. Esse movimento dinâmico traz à tona a discussão acerca do papel do estudante nos processos de ensino e de aprendizagem, com ênfase na sua posição mais central e menos secundária de mero espectador dos conteúdos que lhe são apresentados.

Segundo perspectiva de entendimento é que se situa as metodologias ativas como uma possibilidade de ativar o aprendizado dos estudantes, colocando-os no centro do processo, em contraponto à posição de espectador, conforme descrito anteriormente. Ao contrário do método

tradicional, que primeiro apresenta a teoria e dela parte, o método ativo busca a prática e dela parte para a teoria (Abreu, 2009). Nesse percurso, há uma “migração do ‘ensinar’ para o ‘aprender’, o desvio do foco do docente para o aluno, que assume a corresponsabilidade pelo seu aprendizado” (Souza; Iglesias; Pazin-Filho, 2014, p. 285)

Sendo a partir de uma maior interação do aluno no processo de construção do próprio conhecimento, que, conforme explicitado anteriormente, é a principal característica de uma abordagem por metodologias ativas de ensino, o aprendiz passa a ter mais controle e participação efetiva na sala de aula, já que exige dele ações e construções mentais variadas, tais como: leitura, pesquisa, comparação, observação, imaginação, obtenção e organização dos dados, elaboração e confirmação de hipóteses, classificação, interpretação, crítica, busca de suposições, construção de sínteses e aplicação de fatos e princípios a novas situações, planejamento de projetos e pesquisas, análise e tomadas de decisões (Souza; Iglesias; Pazin-Filho, 2014).

De acordo com a teoria da aprendizagem significativa de David Ausubel, o processo de assimilação ocorre com o indivíduo na construção do conhecimento a partir do seu conhecimento prévio, sendo o processo de assimilação fundamental para a compreensão do processo de aquisição e organização de significados na estrutura cognitiva. Para tanto, faz-se necessário que o educador observe, em primeiro lugar, o repertório do aluno para posteriormente provocar uma aprendizagem que seja significativa.

Pensada em um ensino tradicional, baseado na transmissão de conteúdos, o estudante tem uma postura passiva diante dos processos de ensino e de aprendizagem, tendo a função de receber e absorver uma quantidade enorme de informações apresentadas pelo docente. Muitas vezes, não há espaço para o estudante manifestar-se e posicionar-se de forma crítica. Em oposição a isso, ao desenvolver práticas pedagógicas norteadas pelo método ativo, o estudante passa a assumir uma postura ativa (Berbel, 2011; Souza; Iglesias; Pazin-Filho, 2014), exercitando uma atitude crítica e construtiva que fará dele um profissional melhor preparado.

De acordo com Berbel (2011, p. 29) corrobora com esse entendimento, acrescentando que essa característica da autonomia é fundamental, no futuro, para o exercício da autonomia:

O engajamento do aluno em relação a novas aprendizagens, pela compreensão, pela escolha e pelo interesse, é condição essencial para ampliar suas possibilidades de exercitar a liberdade e a autonomia na tomada de decisões em diferentes momentos do processo que vivencia, preparando-se para o exercício profissional futuro.

Segundo o autor a perspectiva de Freire (2015) coincide com a abordagem envolvendo o método ativo. De acordo com o educador, um dos grandes problemas da educação paira no fato de os alunos praticamente não serem estimulados a pensarem autonomamente. Para

amenizar esse contexto, o professor deve:

[...] assegurar um ambiente dentro do qual os alunos possam reconhecer e refletir sobre suas próprias ideias; aceitar que outras pessoas expressem pontos de vista diferentes dos seus, mas igualmente válidos e possam avaliar a utilidade dessas ideias em comparação com as teorias apresentadas pelo professor (Jófilo, 2002, p. 196).

Com base nessa citação de Jófilo (2002), reportando-se aos pensamentos de Freire, é possível inferir que a postura do docente é significativa nesse processo de exercício da autonomia do estudante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho com metodologias ativas de ensino favorece a interação constante entre os estudantes. A aula expositiva, na qual os alunos sentam-se em carteiras individuais e em que são “proibidos” de trocar ideias com os colegas, dá lugar a momentos de discussão e trocas. Nessa abordagem, “o ponto de partida é a prática social do aluno que, uma vez considerada, torna-se elemento de mobilização para a construção do conhecimento” (Anastasiou; Alves, 2004, p. 6).

Esse movimento de interação constante com os colegas e com o professor leva o estudante a, constantemente, refletir sobre uma determinada situação, a emitir uma opinião acerca da situação, a argumentar a favor ou contra, e a expressar-se. Koch (2002) complementa essa ideia ao mencionar que o aluno deve saber entender sua realidade. Ao professor cabe a tarefa de despertar no educando uma atitude crítica diante da realidade em que se encontra inserido, preparando-o para “ler o mundo”: a princípio, o seu mundo, mas daí em diante, e paulatinamente, todos os mundos possíveis (KOCH, 2002, p. 159, grifos do autor).

REFERÊNCIAS

ANASTASIOU, L. G. C.; ALVES, L. P. (Orgs). Estratégias de ensinagem. In: **Processos de ensinagem na Universidade**. Pressupostos para estratégias de trabalho em aula. 3. ed. Joinville: Univille, 2004. p. 67-100.

BASSALOBRE, Janete. Ética, Responsabilidade Social e Formação de Educadores. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 29, n. 01, p. 311-317, mar. 2013.

JÓFILI, Zélia. Piaget, Vygotsky, Freire e a construção do conhecimento na escola. **Educação: Teorias e Práticas**. v. 2, n. 2, p. 191-208, dez 2002.

KOCH, Ingedore. G. V. **Argumentação e linguagem**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MORÁN, José. Mudando a educação com metodologias ativas. In: SOUZA, Carlos Alberto de; MORALES, Ofelia Elisa Torres (orgs.). **Coleção Mídias Contemporâneas**. Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens. Vol. II. PG: Foca Foto-PROEX/UEPG, 2015. Disponível em:
<http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/mudando_moran>. Acesso em: 27ago. 2015.

SOUZA, Cacilda da Silva; IGLESIAS, Alessandro Giralde; PAZIN-FILHO, Antonio. Estratégias inovadoras para métodos de ensino tradicionais –aspectos gerais. **Medicina**,v. 47, n. 3, p. 284-292, 2014.

DEWEY, J. **Vida e Educação**. São Paulo: Nacional. 1959a

FERNANDES, Elisângela. **David Ausubel e a aprendizagem significativa**. Dez.2011. Disponível em
<<https://novaescola.org.br/conteudo/262/david-ausubel-e-a-aprendizagem-significativa>>. Acesso em 28 jul. 2018.

Capítulo 50 - DOI:10.55232/1084002050

**APROPRIAÇÃO DO CINEMA E MATERIAL
AUDIOVISUAL COMO RECURSO DE ENSINO E
APRENDIZAGEM EM UM CURSO DE ENGENHARIA DA
PRODUÇÃO**

Rafael Augusto Moreira Silva, Marinete Aparecida Martins

RESUMO: O presente artigo apresenta uma pesquisa sobre a efetividade do uso de filmes da indústria cinematográfica, documentário e artigo científico no processo de ensino-aprendizagem, em ambiente virtual de aprendizagem (AVA), com uma turma do primeiro semestre de 2021, do curso de Engenharia da Produção, de uma universidade do interior de São Paulo. O principal objetivo que a presente investigação procura atingir é conhecer as percepções dos estudantes sobre a utilização de diferentes estratégias, na construção do conhecimento. A análise quantitativa indicou que 82% dos estudantes se sentiram satisfeitos e deram preferência aos conteúdos que envolviam os filmes e filmes com artigos e 63% sugeriam aumentar essa prática. Na análise qualitativa, observou-se que os estudantes consideraram boas estratégias de ensino e aprendizagem as atividades que envolviam filmes porque eram interativas, conectavam referencial teórico com a realidade e de fácil compreensão.

Palavras-chave: Cinema, Educação à distância, Processo de ensino-aprendizagem.

INTRODUÇÃO

O debate sobre a efetividade das estratégias de ensino e aprendizagem tem sido recorrente no âmbito da educação, segundo Lacanalo *et al.* (2007), esse processo tem como objetivo viabilizar aprendizagem a todos levando em consideração os elementos da contemporaneidade, sem deixar a multiplicidade de sujeitos, saberes, espaços e tempos em segundo plano.

Bacich; Neto; Trevisani (2015) complementam que existe uma mobilidade e conectividade maior na atualidade, podendo assim, ensinar e aprender de inúmeras formas, em todos os momentos, em múltiplos espaço, que é uma característica híbrida da educação, compreendida como o processo de ensino-aprendizagem que incorpora o presencial e o orientado a distância, utilizando como suporte às Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) (GONTIJO; DE CARVALHO, 2018).

O hibridismo da educação aliado aos métodos de ensino e aprendizagem trazem o centro da pesquisa deste artigo, que é a utilização do cinema, de documentário e de artigo científico como recurso para a construção do conhecimento em estudantes de um curso de Engenharia da Produção em uma universidade no interior de São Paulo

Discorreremos sobre um referencial teórico do que entendemos como educação, Ensino a Distância (EaD), o que são as TDICs, o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), o cinema, documentários e artigos científicos. Depois, apresentamos a metodologia quantiquantitativa, que analisou as práticas docentes utilizadas no *Moodle* (acrônimo de *Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*), em uma disciplina ministrada por EaD no primeiro semestre de 2021, em uma turma de Engenharia da Produção e descreveremos os resultados obtidos na análise para, no fim, chegarmos as conclusões finais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Corroboramos a ideia de Charlot (2001), de que a educação se constitui em um processo triplo de humanização, socialização e singularização. Ao destacarmos a relevância de analisarmos as percepções dos estudantes na construção do conhecimento, estamos atentos à humanização; ao reconhecer que essa percepção deva ser observada por turma e curso e, posteriormente, ser compartilhada, singularizamos e socializamos para reflexões de professores e demais atores do processo de ensino-aprendizagem.

Para Moran; Valente (2015), a educação e a educação a distância têm por desafio criar condições para que ocorra uma aprendizagem efetiva que se resume na composição de duas concepções: a informação deve ser acessada e o conhecimento que deve ser construído pelo aprendiz.

Além disso, Valente (1999), complementa com três maneiras diferentes de conceber a EaD que são: Abordagem *broadcast*, Virtualização da Escola Tradicional e o Estar Junto virtual, em que o autor discute e exemplifica as três maneiras como mostra o Quadro 1.

Quadro 1: As três concepções da educação a distância

Tipo	Papel do professor	Interação entre professor e estudante	Construção do conhecimento
Abordagem <i>Broadcast</i>	Organiza as informações de acordo com uma sequência que ele entende ser mais adequado e assim enviado para o estudante.	Não há interação, não recebe retorno quanto ao material enviado.	Não garante que há a construção do conhecimento, apenas a disseminação da informação.
Virtualização da Escola Tradicional	Processo educacional centrado no professor, que detém a informação e passa-a para o estudante.	Há interação, o professor passa a informação e aplica situação problema para saber se a informação foi processada.	Tem uma garantia maior, porém ainda há uma incerteza da efetividade porque o estudante pode estar apenas memorizando as informações, sem que atribua um significado ao que está fazendo.
Estar Junto Virtual	Professor participa das atividades de planejamento, observação, reflexão e análise do trabalho que o estudante está realizando.	Há interação, para a realização do ciclo “descrição-execução-reflexão-depuração-descrição”	Um ciclo que mantém o aluno no processo de realização de atividades inovadoras, gerando conhecimento sobre como desenvolver essas ações.

Fonte: Elaborado pelos autores de acordo com Valente (1999)

Com a utilização do ensino à distância para a construção do conhecimento, surge a busca constante por modelos inovadores, redesenhando o projeto, os espaços físicos, as metodologias e propondo atividades, desafios, problemas, jogos etc.; propiciando que cada estudante aprenda no seu tempo e em grupos e projetos, com supervisão de professores (VICTORINO DA SILVA, et al, 2018).

Victorino da Silva (2020), aponta que o termo TDICs trata a evolução das tecnologias de informação e comunicação, para o mundo digital, quando microcomputadores e outros componentes digitais se tornaram predominantes na cultura de produção e consumo de informações.

Apoiar-se nas TDICs é de extrema importância pois, segundo Oliveira; Moura; Sousa (2015), a utilização correta dessas ferramentas melhora o processo de ensino, pois anima o desenvolvimento do pensamento crítico criativo e aprendizagem cooperativa dos estudantes, já que estarão inseridos em um ambiente virtual interativo que transforma o processo de ensino em algo dinâmico.

Segundo Clementino (2007), com o crescimento na utilização de TDICs na educação, surgem os AVA, que são áreas virtuais nas quais é possível realizar diversos cursos gerando uma interatividade maior entre os estudantes e professores, que implica em uma maior capacidade de aprendizagem a todos, a autora ainda complementa:

Os ambientes virtuais de aprendizagem possibilitam o desenvolvimento de cursos *online* com maior interação entre alunos e professores. Cursos colaborativos em que todos os participantes têm voz ativa. Nestes cursos cada aluno é responsável pela sua própria aprendizagem e pelo desenvolvimento de todo o grupo de participantes. Reunidos em pequenos grupos, podem realizar atividades individuais e em grupos procurando superar desafios comuns que possam contribuir para a aprendizagem de todos. Os alunos oferecem colaborações e o curso vai sendo definido de acordo com o desempenho de toda a “comunidade” de professores e alunos envolvidos. (CLEMENTINO, 2007).

Por fim, as TDICs facilitaram a utilização de recursos audiovisuais no ensino e aprendizagem e um deles é o cinema, visto que os filmes e documentários migraram das salas de projeção para os computadores, notebooks, celulares, tablets etc.

Viana; Rosa; Orey (2014), argumentam que o cinema, no contexto escolar, tem um papel importante por conta de sua audiência e amplitude, por ser uma fonte inesgotável de conteúdo que servem, principalmente, para analisar a diversidade cultural presente na atual sociedade.

O uso do cinema para educar as pessoas, possibilita uma prática pedagógica dialógica porque oportuniza uma relação horizontal entre estudantes e professor sem que nenhuma das partes monopolize o saber (ALENCAR, 2007). A autora complementa seu pensamento caracterizando a prática pedagógica dialógica como uma metodologia de ensino e aprendizagem que ajuda na formação do senso crítico e moral do estudante porque aprende a discutir, questionar, a ouvir o outro, a participar, a dividir o que sabe com outra pessoa, gerando coletividade e um viés de conhecimento muito maior.

Há uma certa dificuldade para definir o que é documentário, pois é um conceito de difícil delimitação, porém o termo tem servido para designar trabalhos de diversas naturezas e características, tais como cinema, filmes educativos, relatos de viagens e programas de televisão de diferentes estilos e conteúdos (RIBAS, 2003).

Pesquisar é compreendido como verificar algo de forma minuciosa, é investigar. Contudo, o ponto de partida da pesquisa reside no problema que deve ser definido, avaliado, analisado visando uma solução (LAKATOS; MARCONI, 1990). De acordo com Severino (2002, p. 198) as revistas científicas têm o papel fundamental de comunicação dos resultados dos trabalhos de pesquisa à comunidade científica e à própria sociedade como um todo, com o propósito de registrar, preservar e disseminar as informações disponibilizadas por seus artigos, obedecendo a intervalos de tempo específicos.

MÉTODOS

Para a elaboração desta pesquisa quantiquantitativa, foi selecionada uma turma de estudantes do curso de Engenharia de Produção que uma autora deste artigo ministrou aula no primeiro semestre de 2021. O critério de escolha foi utilizar um curso que já havia sido objeto de pesquisa, divulgada no Congresso Internacional de Educação a Distância, que ocorreu em outubro de 2019, na cidade de Poços de Caldas/MG.

A turma selecionada possuía 17 estudantes, mas apenas 11 responderam à avaliação da prática docente. A disciplina ministrada por EaD foi Sistemas de Informação para a Produção no curso de Engenharia da Produção.

Durante o semestre, foram disponibilizadas, em períodos que variaram entre uma e três semanas, sete atividades avaliativas no AVA que consistiram em três filmes: O Jogo da Imitação, Monstros SA e Decisão de Risco; um artigo científico: Inteligência Coletiva; um documentário: Print the Legend e, uma atividade interdisciplinar realizada

com duas professoras do curso. Todas as atividades tinham relação simultânea ao conteúdo programático lecionado quando eram solicitadas e o estudante tinha em média duas semanas para efetua-la. Como sétima e última atividade, foi solicitada uma avaliação da prática docente, composta por quatro questões: 1) Quais assuntos ou atividades que teve mais dificuldades e por quê?; 2) Quais atividades percebeu que mais auxiliou na fixação do conteúdo e por quê? As alternativas eram: a) as que envolviam o conteúdo e filmes; b) as que envolviam o conteúdo e artigos; c) as que envolviam o conteúdo + artigos + filmes; d) as que envolviam o fórum de discussão; 3) Você tem alguma sugestão de atividades que possa ser desenvolvida para auxiliar na fixação de conteúdo?; 4) Outros comentários livres que tenho a fazer e/ou sugestões para as atividades ou para o componente curricular.

Para identificar e interpretar as respostas, foram tabuladas todas as questões respondidas pelos 11 estudantes que participaram da atividade. Foram analisadas 43 respostas, pois um estudante não participou da última questão dissertativa.

RESULTADOS

Na primeira questão dissertativa sobre os assuntos ou atividades que tiveram mais dificuldade, todos citaram alguma, sendo que um estudante (9%) citou as atividades envolvendo sistemas ciber físicos; três (27%) citaram Sistema de Informação Gerencial (SIG), Sistema de Apoio à Decisão (SAD) e Sistema de Apoio ao Executivo (SIE); dois (18%) citaram o *Enterprise Resource Plainning* (ERP); quatro (37%) tiveram dificuldade no trabalho interdisciplinar e um (9%) alegou que todos tiveram seu grau de complexidade, mas que auxiliaram na construção conhecimento.

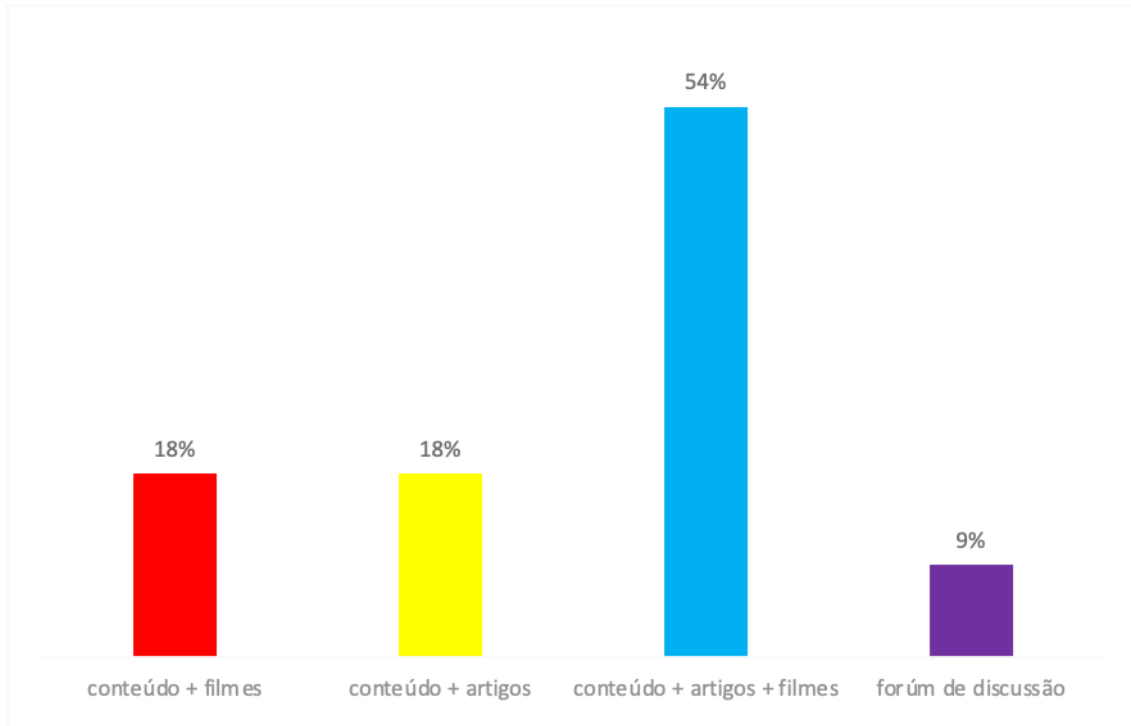
Figura 1 – Atividades que os alunos tiveram maior dificuldade



Fonte: Elaborado pelos autores

Quando arguidos sobre as atividades que mais auxiliaram na construção do conhecimentos, verificamos, como mostra o Gráfico 1, que dois estudantes (18%) escolheram as atividades que envolviam o conteúdo e filmes, por conta da interatividade entre ler algo teórico e verificar na prática, por meio de um filme, a teoria se concretizar; dois (18%) escolheram as atividades que envolviam o conteúdo e artigos pela fato de entenderem ser mais fácil absorver o conteúdo quando era lido e depois escrito; seis (54%) tiveram preferência pelas atividades que envolviam o conteúdo + artigos + filmes pelo fato de abordar de maneira completa o conteúdo colocado em sala de aula, alegaram também que é muito mais fácil fixar quando se lê algum artigo do assunto e consegue vê-lo em um filme; e, por fim, um (9%) preferiu o assunto apresentado em fórum de discussão, por acreditar que ele exige um nível de conhecimento maior para conseguir debater e apresentar textos sobre algum determinado assunto dentro dele.

Gráfico 1 – Quantidade percentual de atividades escolhidas pelos estudantes que mais auxiliaram na construção do conhecimento.



Fonte: Elaborado pelos autores

No momento em que responderam sobre sugestões para auxiliar na construção do conhecimento, notou-se que um estudante (9%) não sugeriu nenhuma atividade, pois acredita que o conteúdo e metodologia foram suficientes para o entendimento; cinco (45%) sugeriam a introdução de mais vídeos para melhorar a absorção do conteúdo, principalmente na integração dos sistemas que envolviam a cadeia de produção; dois (18%) sugeriam continuar com a junção de artigos e filmes, pois acreditavam ser o melhor modo de construir o conhecimento; um (9%) sugeriu uma reunião presencial, após a pandemia do Sars-CoV-2, pois como a matéria foi EaD ele sentia falta de encontros presenciais e dois (18%) elogiaram a atividade interdisciplinar.

Na questão aberta a comentários livres para o conteúdo ou para o componente curricular, um estudante (9%) não respondeu; cinco (45%) agradeceram a professora e argumentaram que estavam apreensivos, no início do semestre, a respeito da aula ser EaD, mas que conseguiram conduzir muito bem a disciplina, alegando principalmente que o futuro da educação está na utilização dessas tecnologias para o desenvolvimento maior do ensino; dois (18%) sentiram falta das aulas presenciais porque acreditam que essa interação física entre os estudantes auxilia nos debates; dois (18%) sugeriram imagens ilustrativas de sistemas de informação para melhor compreensão do conteúdo e

um (9%) propôs a elaboração de um trabalho tendo como premissa o ambiente profissional do estudante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo apresentou uma pesquisa sobre a palpabilidade da utilização de filmes da indústria cinematográfica, documentário e artigo científico no processo de ensino-aprendizagem e na fixação de conteúdo, em uma turma do primeiro semestre de 2021, do curso de Engenharia da Produção, procurando responder se as estratégias utilizadas na aprendizagem ampararam os estudantes na construção do conhecimento

A análise indicou que os estudantes se sentiram satisfeitos e deram preferência aos conteúdos que envolviam os filmes (18%) e filmes com artigos (54%) e alguns sugeriam continuar com a metodologia utilizada e aumentar a utilização de vídeos para auxiliar na aprendizagem (63%).

Esses resultados corroboram com as observações feitas por Martins, Victorino da Silva e Pimenta (2019), em uma pesquisa feita com estudantes de uma disciplina, em EaD, no curso de Engenharia da Produção da Uniso, de que as atividades que tiveram a utilização de filmes e filmes com artigos alcançaram um nível de aceitação maior pelos estudantes, alegando estes que favoreciam o entendimento na construção do conhecimento. Ademais, observamos que 72% dos estudantes entendem e reconhecem que as atividades que envolviam a leitura de artigos contribuem na construção do conhecimento.

Entende-se que esta pesquisa apresenta como limitação a restrita quantidade de estudantes na turma e, em uma próxima pesquisa, poderão ser incluídos outros estudantes de outros cursos de Engenharia para, efetivamente, comprovar, ou não, o que foi encontrado.

Finalmente, destacamos a importância de investimentos na formação continuada de professores com o propósito da apropriação das TIDCs por eles, visto que os estudantes afirmaram que há maior probabilidade de entendimento quando se utiliza materiais audiovisuais, porém sem deixar de lado a importância da leitura que possui um papel importante no desenvolvimento da escrita e da cultura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Sylvia Elisabeth de Paula. **O cinema na sala de aula: uma aprendizagem dialógica da disciplina história.** 2007. 156f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza-CE, 2007.

BACICH, Lilian; NETO, Adolfo Tanzi; DE MELLO TREVISANI, Fernando. **Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação.** 306 p. Penso Editora, 2015.

CLEMENTINO, Adriana. **Comunicação e Interação no Ensino online.** São Paulo: USP – Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em: <https://amtsol.com.br/artigos/congresso_ABED2007.pdf>

CHARLOT, Bernard. In: II Fórum Social Mundial pelo Fórum Mundial de Educação. Porto Alegre, 2001.

DE OLIVEIRA, Cláudio; MOURA, Samuel P.; SOUSA, Edinaldo R. TIC'S na educação: a utilização das tecnologias da informação e comunicação na aprendizagem do aluno. **Pedagogia em ação**, v. 7, n. 1, 2015.

GONTIJO, Elda Jane Almeida; DE CARVALHO, Rose Mary Almas. **Educação Híbrida: Desafios apontados pela avaliação discente.** In: Congresso Internacional de Educação e Tecnologias (CIET) Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância (EnPED), São Paulo, 2018.

LACANALLO, Luciana Figueiredo et al. Métodos de ensino e de aprendizagem: uma análise histórica e educacional do trabalho didático. VII Jornada do HISTEDBR. **O trabalho didático na história da educação. Atas do Evento, Campo Grande**, p. 580-587, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina Andrade. *Técnicas de Pesquisa.* São Paulo: Atlas, 1991. 205p

MARTINS, Marinete Aparecida; VICTORINO DA SILVA, Leo; PIMENTA, Maria Alzira de Almeida. Luz, câmera, ação: Aprendizagem híbrida na educação à distância. **Série Educar-Volume 28 Tecnologia**, p. 42. Belo Horizonte, Poisson, 2020.

MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. **Educação a distância.** São Paulo: Summus Editorial, 2015.

RIBAS, Beatriz. Contribuições para uma definição do conceito de Web Documentário. Grupo de Pesquisa em Jornalismo On-line, FACOM-UFBA, Salvador, 2003. Disponível em: <https://www.facom.ufba.br/jol/pdf/manual/2003_ribas_webdocumentario.pdf>

SEVERINO Antonio J. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez; 2002.

VALENTE, José Armando. Diferentes abordagens de educação a distância. **Artigo Coleção Série Informática na Educação–TV Escola**, p. 1-7, 1999.

Victorino da Silva, L. 2021. Tecnologias digitais de informação e comunicação na educação: três perspectivas possíveis. *Revista de Estudos Universitários - REU*, v. 46,

n. 1, p. 143–159, 2020. DOI: 10.22484/2177-5788.2020v46n1p143-159. Recuperado de <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/reu/article/view/3955>.

VICTORINO DA SILVA, Leo; GARCIA, Daniele O.; VIZENTIM, Rosimeire M.; LEME, Helena G. S.; NAZÁRIO, Kenia R. P. **Gamificação, QR code e aprendizagem no ensino superior híbrido: um recurso e duas propostas pedagógicas.** In: Congresso Internacional de Educação e Tecnologia e Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância, 2018, São Carlos, SP. Ciet: ENPED: 2018 Educação e Tecnologias: Aprendizagem e construção do conhecimento, 2018. p. 1-15.

VIANA, Marger da Conceição Ventura; ROSA, Milton; OREY, Daniel Clark. O cinema como uma ferramenta pedagógica na sala de aula: um resgate à diversidade cultural. **Ensino em Re-Vista**, v. 21, n. 1, p. 137-144, 2014.

Capítulo 51 - DOI:10.55232/1084002051

**A CONTRIBUIÇÃO DA TECNOLOGIA NAS AÇÕES DE
INTERPRETAÇÃO PATRIMONIAL DURANTE A
PANDEMIA DA COVID-19**

Ana Júlia Scortegagna Socal, Marcelo Ribeiro

RESUMO: A pandemia da Covid-19 afetou de forma significativa museus e patrimônios culturais, que tiveram que permanecer fechados por muito tempo. Para continuar se conectando com o público, transmitindo informações e sensibilizando quanto à importância da preservação, o que pode ser chamado de interpretação patrimonial, esses patrimônios precisaram se reinventar. O objetivo geral do estudo é investigar como tem ocorrido as ações de interpretação patrimonial durante a pandemia da COVID-19. Como objetivos específicos, pretende-se: (a) analisar de que forma a tecnologia tem contribuído nesse processo; (b) identificar quais são os meios e técnicas de interpretação utilizados; e (c) analisar como a interpretação patrimonial contribui para a preservação do patrimônio. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório-descritivo, com coleta de dados a partir de pesquisa bibliográfica e documental, principalmente em fontes online. Constatou-se que diversos patrimônios já utilizavam a tecnologia, mas muitos implementaram esses recursos como alternativa durante a pandemia. Os exemplos descritos mostram que é possível continuar aproximando público e patrimônio mesmo quando a interação física não está disponível, e que essas aproximações virtuais podem contribuir para que o público sinta vontade de visitar os patrimônios no futuro de forma presencial.

Palavras-chave: Interpretação Patrimonial, tecnologia, COVID-19

INTRODUÇÃO

A pandemia da COVID-19, que afetou o mundo todo em 2020, provocou uma série de restrições impostas na tentativa de frear a disseminação do vírus. Diversos países fecharam suas fronteiras, estabeleceram lockdowns e interromperam atividades consideradas não essenciais (GÖSSLING et al., 2020), o que paralisou quase todo o setor de turismo e cultura. Como consequência, museus, parques, teatros e outros atrativos turísticos fecharam suas portas, motivados também pela queda drástica no número de viagens e no deslocamento de pessoas.

Segundo um relatório da UNESCO, cerca de 90% dos museus ao redor do mundo foram afetados pela pandemia e forçados a permanecer fechados em algum momento. Ainda conforme o mesmo estudo, que se baseou em dados de aproximadamente 104 mil instituições, o período em que os museus ficaram fechados em 2020 abrangeu, em média, 155 dias do ano (UNESCO, 2021b).

A UNESCO também realizou um monitoramento da situação de seus patrimônios mundiais nos 167 países onde estão localizados. De acordo com o órgão, em abril de 2020, 121 países (72%) mantinham os sítios fechados, enquanto em apenas 17 (10%) os sítios estavam abertos e em 29 países (18%) se encontravam parcialmente abertos (UNESCO, 2021a). O número de patrimônios fechados se manteve maior do que o número de sítios abertos pelo menos até outubro de 2020.

A necessidade de interditar o acesso a serviços não essenciais, como forma de diminuir as aglomerações e incentivar o isolamento social, consequentemente impossibilitando as visitas presenciais, fez com que muitos lugares precisassem se readaptar para continuar se conectando com o público. Dentre essas adaptações, está a forma que muitos patrimônios tiveram que buscar para continuar passando informações aos visitantes, continuar sensibilizando quanto a sua importância e permitindo que as pessoas “visitassem” os lugares sem sair de casa. A essa comunicação entre público e patrimônio dá-se o nome de interpretação patrimonial.

A interpretação patrimonial é um recurso indispensável na busca pela preservação do patrimônio, pois aproxima o visitante do lugar visitado, promove

conhecimentos e instiga sentimentos e comportamentos preservacionistas. Segundo Murta e Goodey (2002, p. 13),

“A interpretação do patrimônio, em sua melhor versão, cumpre uma dupla função de valorização. De um lado, valoriza a experiência do visitante, levando-o a uma melhor compreensão e apreciação do lugar visitado; de outro, valoriza o próprio patrimônio, incorporando-o como atração turística”.

A revisão da literatura atinente ao tema pressupõe o entendimento da interpretação patrimonial como uma ação a ser realizada, primordialmente, *in loco*. A descrição dos meios e técnicas e os exemplos dados, em geral, apontam para atividades e elementos que ocorrem na presença do patrimônio, a exemplo de placas, apresentações e performances, reconstruções, entre outros (COSTA, 2014; MURTA; ALBANO, 2002).

Contudo, há de se considerar que as literaturas que embasam os estudos da interpretação patrimonial foram lançadas há algum tempo, e que os avanços tecnológicos que vieram depois trouxeram impactos significativos às questões do patrimônio e, por consequência, da interpretação patrimonial. As novas dinâmicas impulsionadas pela tecnologia permitem certas vivências que não eram possíveis há décadas atrás, como, por exemplo, realizar um tour com o auxílio de ferramentas de realidade virtual.

Por conta disso, este estudo parte do entendimento de que também é possível falar em interpretação patrimonial quando a interação com o patrimônio não ocorre de forma presencial, mas sim virtual. Afinal, o cerne da interpretação patrimonial é estimular emoções e despertar sentimentos, além de simplesmente transmitir informações, e tais sentimentos podem estar relacionados com a vontade de (re)visitar o patrimônio posteriormente, *in loco*, quando possível.

Considerando a necessidade de isolamento social imposta pela pandemia da COVID-19 e o fato de muitos patrimônios e atrativos turísticos estarem recorrendo cada vez mais à tecnologia para se conectar com o público, o estudo tem como objetivo geral investigar como tem ocorrido as ações de interpretação patrimonial durante a pandemia

da COVID-19. Como objetivos específicos, pretende-se: (a) analisar de que forma a tecnologia tem contribuído nesse processo; (b) identificar quais são os meios e técnicas de interpretação utilizados; e (c) analisar como a interpretação patrimonial contribui para a preservação do patrimônio.

Considerando a interpretação patrimonial como toda a forma de comunicação que estabeleça uma conexão com o visitante, lhe transmitindo informações sobre determinado patrimônio, é fundamental entender como ocorreram essas adaptações na comunicação e quais alterações podem continuar a ser utilizadas mesmo após o retorno das visitas presenciais. A interpretação patrimonial é um importante recurso na sensibilização dos visitantes quanto ao valor o patrimônio, e o seu uso contínuo, mesmo em tempos onde não é possível estar frente a frente com os bens, é fundamental para continuar transmitindo a importância da preservação e conscientizar turistas e moradores sobre a necessidade de se olhar para o patrimônio. Além disso, o uso da tecnologia está cada vez mais presente no cotidiano das pessoas. Compreender como essa tecnologia tem sido utilizada por certos locais permite que esses recursos sejam replicados para outros patrimônios, ampliando o alcance e a conexão com o visitante.

O estudo está baseado em uma metodologia qualitativa, de caráter exploratório-descritivo. Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa classifica-se em bibliográfica e documental (GIL, 2002). A pesquisa bibliográfica foi realizada com o objetivo de construir um aporte teórico sobre o tema, seus principais conceitos e características, servindo posteriormente como base para as análises realizadas. Em um segundo momento, a coleta de dados ocorreu através de pesquisa documental, majoritariamente em fontes online como artigos de jornais e revistas, notícias, websites da área do turismo, e os próprios websites oficiais dos patrimônios. Dessa forma, foi possível identificar exemplos de como a interpretação patrimonial vem acontecendo, além de dados sobre o impacto da pandemia na área do patrimônio.

REFERENCIAL TEÓRICO

Patrimônio Cultural e Turismo

Patrimônio cultural pode ser definido como o conjunto de bens representativos de uma sociedade, materiais ou imateriais, portadores de referência a sua identidade, memória, história e tradições, que são merecedores de serem salvaguardados e passados como legado às futuras gerações (MELO; CARDOZO, 2015). Mais do que simplesmente testemunhos históricos, os patrimônios fazem parte da construção social do meio onde estão inseridos, contribuindo para a formação de sentimentos de pertencimento e identidade. Segundo Rodrigues (2020, p. 17),

[...] além de servir ao conhecimento do passado, os remanescentes materiais da cultura são testemunhos de experiências vividas, coletiva ou individualmente, e permitem aos homens lembrar e ampliar o sentimento de pertencer a um mesmo espaço, de partilhar uma mesma cultura e desenvolver a percepção de um conjunto de elementos comuns, que fornecem o sentido de grupo e compõem a identidade coletiva.

Enquanto lugar de memória social, o patrimônio tem em sua preservação um dos pilares para a manutenção da cultura a qual atua como representante. Preservar é, portanto, uma forma de manter vivo o que é mais representativo daquela sociedade, validando a sua existência e permitindo que a comunidade se conecte com suas tradições e sua identidade. Afinal, o patrimônio desempenha o papel de mediador entre o passado e o presente, atuando como um referencial que permite a identificação com determinada cultura (BARRETTO, 2000). Além disso, a patrimonialização de referências culturais é vista como um direito social, isto é, a comunidade tem direito de salvaguardar aquilo que constrói sua identidade e evoca suas memórias. Da mesma forma, é assegurado a todo indivíduo o direito de conhecer o seu patrimônio e o do outro (RODRIGUES, 2020).

Na esfera da salvaguarda do patrimônio, o turismo, enquanto atividade pautada nas interações entre diferentes povos, com diferentes culturas, configura-se como uma alternativa viável de garantia dos direitos de conhecimento e proteção do patrimônio. Costa (2014) salienta que uma das principais razões para a preservação de sítios

patrimoniais é em função de seu caráter educativo, que tem como objetivo assegurar que o valor e o significado do patrimônio estejam acessíveis e inteligíveis a todos.

A relação entre patrimônio e turismo não é recente. A Carta de Turismo Cultural, publicada em 1976 pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), aponta que o turismo exerce uma importante influência no campo dos monumentos e sítios, o que, por si só, justifica os esforços de manutenção do patrimônio, devido “aos benefícios socioculturais e econômicos que comporta para toda a população implicada” (ICOMOS, 1976, p. 2). Além disso, a Carta ressalta que a proteção do patrimônio cultural é a verdadeira base do turismo internacional, por isso a necessidade de se promoverem meios para salvaguardar o patrimônio e garantir a sua conservação e apreciação.

A atividade turística, ao propiciar o contato entre visitantes e as representações culturais, reveladas na forma de patrimônio, estimula o intercâmbio entre culturas e atua como veículo de aproximação entre povos. Também permite uma apropriação do legado cultural pelos turistas, aumentando o seu conhecimento e o seu senso de preservação (MELO; CARDOZO, 2015). Se bem planejado, o turismo pode atuar como um “catalisador da restauração, conservação e revitalização de ambientes naturais e culturais, reforçando a cultura local” (MURTA; GOODEY, 2002, p. 16).

Interpretação Patrimonial

A valorização e a preservação de um determinado patrimônio passam, fundamentalmente, pela compreensão do que o faz ser patrimônio em primeiro lugar. Possibilitar que o público conheça a história, as características e os significados de tal bem, material ou imaterial, de forma prévia ou durante a visita, não só agrega valor à atividade turística, mas contribui para a construção de sentimentos de pertencimento e identidade que se refletirão em atitudes preservacionistas.

Nesse contexto, a interpretação patrimonial atua como um elo importante entre o público e o patrimônio, resultando em uma maior compreensão, apreciação e envolvimento com os bens por parte de turistas e comunidade local (KÖHLER, 2020). Segundo Tilden, pioneiro no campo da interpretação patrimonial, esta pode ser definida

como “uma atividade educacional que visa revelar significados e relações através do uso de objetos originais, pela experiência de primeira mão e por mídias ilustrativas, ao invés de simplesmente comunicar informações factuais” (2007, p. 163, tradução nossa).

O entendimento da interpretação patrimonial como algo que vai além do mero repasse de informações aos visitantes também pode ser identificado na definição de Murta e Goodey (2002, p. 13), para os quais interpretar o patrimônio é “um ato de comunicação [...] é o processo de acrescentar valor à experiência do visitante, por meio do fornecimento de informações e representações que realcem a história e as características culturais e ambientais de um lugar”.

Percebe-se, portanto, que a interpretação é a arte de explicar ao visitante o significado daquele lugar, estimulando sensações e emoções, e tornando o destino turístico, junto com seus patrimônios, inteligíveis e atrativos ao público que os frequenta (KÖHLER, 2020). O sentido primordial da interpretação é instigando a sua curiosidade do visitante para que este se interesse pelo patrimônio, melhorando assim a qualidade da sua experiência. Cardozo ressalta que, a partir da interpretação patrimonial, é possível “converter uma visita em uma vivência” (2012, p. 191). Ou seja, os sentimentos aflorados por meio da interpretação patrimonial são o ponto chave na utilização dessa ferramenta, pois é aí que reside a diferença entre simplesmente comunicar um fato ou fazer com que esse fato realmente faça sentido para o receptor.

Murta e Albano (2002) apontam que a interpretação patrimonial, ao estabelecer uma conexão entre o patrimônio e sociedade e ampliar o seu conhecimento, visa provocar a curiosidade e estimular as várias formas de olhar do visitante. A partir disso, a interpretação passa a atuar no sentido de convencer as pessoas do valor do patrimônio, encorajando-as a conservá-lo. Segundo Silva e Silveira (2015), a interpretação contribui no sentido de tornar o patrimônio mais do que um mero objeto de contemplação, mas sim um meio para o conhecimento da cultura e da identidade do local visitado.

Existem diversas formas de colocar em prática a interpretação patrimonial. Murta e Goodey (2002) classificam os meios e técnicas de interpretação em três categorias: interpretações ao vivo, textos e publicações, e publicações com base no design. A primeira, também chamada de interpretação pessoal, pressupõe a interação entre os visitantes e um intérprete, que fará a apresentação do patrimônio. Essa

apresentação pode ocorrer de diversas formas, como roteiros guiados, encenações, demonstrações, performances, etc. Ressalta-se a importância de que tais intérpretes sejam profissionais treinados e capacitados, que detenham um amplo conhecimento do patrimônio que estão apresentando, resultando em uma interpretação bem sucedida.

A segunda categoria, textos e publicações, refere-se a materiais como mapas, guias, folders, panfletos, entre outros, que fornecem dados e informações sobre o lugar, sugerem roteiros e relacionam o atrativo com outros no entorno. Segundo Köhler (2020), deve-se ter alguns cuidados na elaboração desses materiais. Em primeiro lugar, é preciso atentar para a quantidade de texto, pois quando muito extensos tendem a ser considerados enfadonho pelos usuários. Além disso, a publicação deve focar em informações que despertem a imaginação e a curiosidade do visitante, ao invés de simplesmente listar dados e fatos sobre a atração (MURTA; GOODEY, 2002).

Por fim, a interpretação com base no design abrange um grande leque de opções, podendo ser realizada por meios estáticos de exibição ou por meios animados de exibição. Os meios estáticos correspondem a placas, painéis, maquetes e outras mídias que contêm textos, ilustrações e representações, mas nos quais não há a interação com o visitante, que se limita a ver e apreciar o conteúdo ali exposto. Já os meios animados de exibição pressupõem “instrumentos mecânicos e eletroeletrônicos, que introduzem som, luz, cheiro e movimento, para acrescentar realismo à exibição e para tornar a comunicação com o visitante mais eficaz” (MURTA; GOODEY, 2002, p. 30). Estão incluídos aqui painéis interativos, hologramas, simulações por computador, modelos de realidade virtual, entre outros. O fato é que tais meios de interpretação vem sendo cada vez mais utilizados pois, ao utilizarem amplamente o design, contribuem para tornar os sítios de visitação mais atraentes e agradáveis ao público.

Costa (2014) propõe outra classificação para as mídias interpretativas, baseado no envolvimento do intérprete: as mídias pessoais e impessoais, também conhecidas como guiadas e autoguiadas. As mídias pessoais, ou guiadas, caracterizam-se pelo envolvimento direto de um intérprete, que faz a ponte entre o público e o patrimônio. Já as mídias impessoais, ou autoguiadas, dispensam a participação do intérprete e, por conta disso, acabam utilizando materiais com uma maior quantidade de texto e imagem, a exemplo de placas, painéis, folders, guias, exposições, etc.

Independente da ferramenta escolhida, a estratégia interpretativa a ser adotada deve levar em consideração uma série de fatores, incluindo: as características culturais e ambientais intrínsecas ao lugar, os recursos disponíveis, os objetivos que se pretende alcançar e a informação que se pretende revelar (COSTA, 2014; MURTA; GOODEY, 2002). Morales Miranda (1998) acrescenta que a interpretação é destinada a um público que se encontra em seu tempo livre e de lazer, e por isso a mensagem utilizada deve ter um significado claro e ser de fácil compreensão, uma vez que não existe, por parte dos visitantes, a obrigação de prestar atenção.

A escolha do recurso também deve considerar o perfil do público-alvo e as características do momento que a interpretação é proposta. Nesse âmbito, cabe destacar a importância cada vez maior que a tecnologia vem adquirindo ao longo das últimas décadas e como o seu uso tem sido difundido nos mais diversos contextos, especialmente na atividade turística. Para Tardivo e Pratschk (2017, p. 3), os meios digitais “abrigam diferentes possibilidades de divulgação do conhecimento, da memória e da história, e o ciberespaço promoveu a ruptura das barreiras e limites impostos pelo espaço/tempo”.

Gutiérrez (2020) salienta que a comunicação online passa a ter um papel fundamental no turismo, ora sendo agente de mudança, ora sendo impactada pelos turistas, que se mostram cada vez mais dispostos a incorporar a tecnologia em suas viagens, desde a escolha do destino até as avaliações do pós-viagem.

Nesse sentido, muitas ações de educação e interpretação patrimonial tem utilizado a tecnologia como aliada, através da incorporação de recursos como internet, inteligência artificial, realidade virtual, dispositivos portáteis, entre outros. Além de terem maior potencial para captar a atenção do visitante, o uso dessas ferramentas torna a visita mais atrativa e interessante aos usuários (COSTA, 2014; MURTA; GOODEY, 2002).

A IMPORTÂNCIA DA TECNOLOGIA FRENTE ÀS RESTRIÇÕES IMPOSTAS PELA PANDEMIA DA COVID- 19

A necessidade de isolamento social, provocada pela pandemia da COVID-19, alterou rotinas e restringiu as opções de lazer. À medida que as pessoas passaram a ficar mais em casa, seja pelas novas dinâmicas de estudo e trabalho, como o home office, ou simplesmente pela impossibilidade de frequentar outros lugares, a procura por novas alternativas de entretenimento aumentou e muitas atividades precisaram ser reinventadas.

Ao mesmo tempo, as medidas de restrições implementadas por diversos países, que incluíram o fechamento de museus, instituições culturais, sítios históricos e outros patrimônios, fez crescer a preocupação em relação a esses lugares. Uma declaração do International Council of Museums (ICOM), em abril de 2020, revelava uma apreensão com o futuro dos museus e dos patrimônios culturais, dada a sua importância na formação da identidade dos povos e nações e seu papel enquanto repositório científico (ICOM, 2020).

Contudo, mesmo com as restrições de acesso, diversas instituições conseguiram se reinventar. Ao contrário do que ocorreu em outros setores, o fechamento dos espaços físicos não significou um encerramento total das atividades, visto que tais instituições “inventaram, criaram, improvisaram e conceberam conteúdos digitais alternativos para que os seus respectivos patrimônios não caíssem em esquecimento” (CADAVEZ, 2020, p. 80).

Em um cenário permeado por dúvidas e incertezas, os recursos tecnológicos serviram como aliados para continuar aproximando o público com o patrimônio. As novas formas de vivenciar a cultura e o turismo durante a pandemia foram impulsionadas pelo uso da tecnologia, a exemplo de eventos realizados de modo online e shows transmitidos através de lives. Também cresceu a busca por visitas e tours virtuais em museus e outros atrativos turísticos. No Museu Oscar Niemeyer (MON), por exemplo, onde é possível fazer um tour 3D em várias exposições, houve um aumento de

1.134% nos acessos entre final de março e final de junho de 2020, comparado com o mesmo período de 2019 (MUSEU OSCAR NIEMEYER, 2020).

Enquanto alguns lugares já disponibilizavam esse recurso, outros implantaram ou melhoraram os acessos digitais como uma forma de continuar se conectando com o público, seja para instigar a curiosidade em visitar presencialmente depois do período de isolamento social, ou como uma forma de proporcionar a experiência para quem ainda não tem condições de comparecer pessoalmente. Segundo uma pesquisa da Network of Museum Organisations acerca do impacto da COVID-19 nos museus da Europa, 80% destes museus ampliaram os seus serviços digitais para alcançar o público durante a pandemia, e quase metade passou a fornecer um ou mais serviços online (EUROPEAN HERITAGE DAYS, 2020).

Diversos órgãos, incluindo os relacionados à proteção do patrimônio, reconhecem que tecnologias digitais estão se tornando um componente-chave para lidar com a pandemia no mundo todo. Para a UNESCO (2020, p. 6, tradução nossa), “a adoção de metodologias digitais oferecem uma oportunidade para desenvolver princípios, diretrizes e protocolos para documentação, monitoramento, interpretação e disseminação que podem ajudar os responsáveis na adoção dessas abordagens”. Ou seja, a contribuição da tecnologia vai além de simplesmente mostrar o patrimônio ao visitante, mas auxilia também os gestores na administração desses lugares, agregando recursos que convergem para a sua preservação.

Para além da pandemia, a tendência é que os recursos tecnológicos estejam cada vez mais presentes no cotidiano de museus e patrimônios culturais. Segundo Cadavez (2020), a ampliação na oferta de atividades digitais durante o confinamento vai ao encontro das mudanças que já vinham ocorrendo nos últimos anos, as quais buscavam tornar a relação entre visitantes e museus mais interativa e dialógica.

O presente estudo constatou que a tecnologia tem sido fundamental para oportunizar as práticas de interpretação propostas pelos sítios patrimoniais. Alguns exemplos dessa relação entre tecnologia e interpretação patrimonial serão mostrados a seguir.

AÇÕES DE INTERPRETAÇÃO PATRIMONIAL DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

A busca por exemplos de ações de interpretação patrimonial pautou-se na revisão de literatura e nos conceitos previamente apresentados. A partir do entendimento da interpretação patrimonial como uma forma de comunicação que envolve mais do que a simples apresentação do patrimônio, buscou-se casos onde os visitantes tivessem acesso a informações sobre o local e nos quais as ações contribuíssem para o desenvolvimento de uma consciência em relação à relevância e a importância da preservação desse patrimônio.

A pesquisa revelou um grande número de museus, sítios históricos e patrimônios ao redor do mundo que aderiram à tecnologia para possibilitar e promover visitas online. Em muitos deles, porém, essas visitas consistiam apenas em percorrer os espaços visualmente, sem a disponibilização de maiores informações. Outra diretriz que norteou a coleta de dados foi selecionar ações que se desenvolveram em razão da pandemia da COVID-19 ou durante o período dela. Nesse sentido, optou-se por focar nos exemplos que criaram novos conteúdos ou aprimoraram os já existentes, com o auxílio da tecnologia e do meio digital, visando disponibilizar esses conteúdos ao público durante o período de restrição de acesso. Os casos selecionados serão apresentados e descritos a seguir.

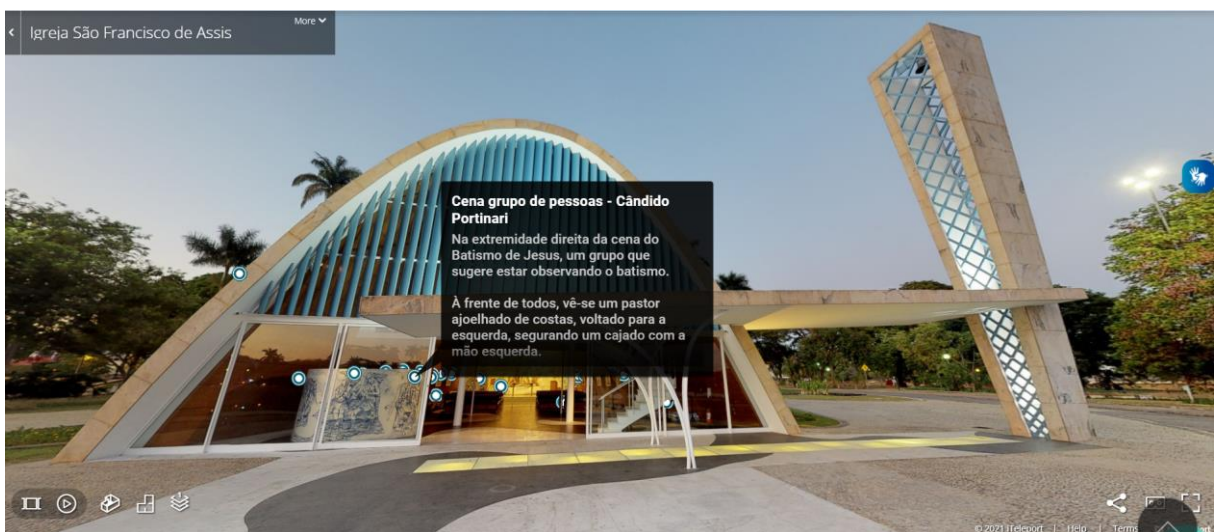
Em abril de 2020, quando a pandemia já tinha chegado no Brasil e muitas cidades já haviam imposto medidas de restrição, Belo Horizonte começou a disponibilizar visitas virtuais em alguns dos principais atrativos turísticos da cidade. O projeto, desenvolvido pela Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A (Belotur), possibilita a visitação em cinco edificações que compõem o Conjunto Moderno da Pampulha, declarado Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO: Igreja São Francisco de Assis, Museu Casa Kubitschek, Casa do Baile, Museu de Arte da Pampulha e Iate Tênis Clube. Também está disponível uma visão geral do conjunto, englobando os cinco patrimônios (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2020).

Acessíveis através do site da Belotur, as visitas ocorrem em um ambiente 3D que reúne imagens aéreas captadas por drones e fotos em 360° feitas em solo. A

navegação ocorre principalmente através dos comandos do mouse ou com as setas do teclado. Além de explorar os ambientes no formato 3D, também é possível visualizá-los em planta baixa ou em dollhouse, uma espécie de maquete eletrônica que combina ambientes internos e externos. Essas diferentes possibilidades permitem que o usuário se situe e compreenda melhor o patrimônio e a relação entre os seus espaços, aprimorando a qualidade de sua visita virtual.

Ao percorrer as edificações, o visitante se depara com inúmeros pontos azuis, tanto na parte interna quanto externa. Ao serem selecionados, esses pontos apresentam informações, detalhes ou curiosidades sobre os atrativos, que podem estar relacionados a aspectos arquitetônicos e construtivos, ou com as obras de arte, mobiliário, paisagismo, dentre outros elementos de relevância (figura 1). Tais informações reforçam a importância do patrimônio apresentado e contribuem para enriquecer a experiência do visitante ao fornecer conteúdos que permitem que este conheça mais sobre o lugar visitado. Os textos, em sua maioria, são claros e concisos, como a literatura da interpretação patrimonial recomenda, e de forma frequente vêm acompanhados de imagens ou links que direcionam para outras páginas, onde podem ser encontradas informações complementares.

Figura 1 - Ambiente 3D da Igreja São Francisco de Assis. Os pontos brancos revelam informações complementares sobre o local.



Fonte: Portal Belo Horizonte, 2020.

Outro lugar que também utiliza os recursos de visitas virtuais é a Jordânia. Através do site Visit Jordan From Home, lançado em maio de 2020, é possível visitar diversos museus e patrimônios do país, incluindo a cidade histórica de Petra, também Patrimônio Mundial pela UNESCO (JORDAN TOURISM BOARD, 2020). Infelizmente não é possível percorrer de forma contínua toda a cidade; ao invés disso estão disponíveis fotos em 360° de seus principais pontos, identificados em um mapa localizado no lado direito da tela. Para cada um desses pontos, o visitante tem acesso a informações em áudio, que apresentam as principais características, fatos históricos e curiosidades daquele local.

As fotografias apresentadas, captadas na perspectiva do observador, possibilitam compreender a escala do patrimônio, observada na magnitude dos paredões de pedras rosadas que circundam os caminhos da cidade. Em cada uma das fotos em 360° também são encontrados pequenos pontos brancos que, assim como no caso de Belo Horizonte, revelam mais detalhes sobre aquele local específico ao serem clicados. Através desse conjunto de técnicas interpretativas, o visitante pode conhecer as particularidades do local e se encantar com o patrimônio.

A combinação de diferentes recursos, como som, texto e imagem, é, inclusive, altamente recomendada na interpretação patrimonial, visto que amplia o acesso ao público e permite uma compreensão integrada do local. Nesse âmbito destaca-se também o conjunto de medidas adotadas pelo Museu do Café em uma série de visitas mediadas online, que foram intituladas “Olhar Educativo” (MUSEU DO CAFÉ, 2020). Ao todo, são cinco opções de tours virtuais assíncronos, apresentados com o intermédio da plataforma Google Arts & Culture. Cada tour aborda questões específicas relacionadas ao patrimônio cultural do café através da exibição de imagens e textos explicativos. O conteúdo desses textos também está disponível em áudios previamente gravados por membros da equipe do museu.

O Museu do Café está localizado no prédio da antiga Bolsa Oficial do Café em Santos, edificação histórica que foi tombada em 2009 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A disponibilização da audiodescrição do acervo de um dos espaços, o Salão do Pregão, onde antigamente eram realizadas as

negociações do grão, foi outra ação implementada pelo museu como forma de ampliar as atrações online. Por meio dessas narrações descritivas e conceituais, o visitante tem acesso a informações sobre os elementos que compõem o Salão, o mobiliário e sobre as atividades que ali ocorreram. Cabe ressaltar que os áudios já faziam parte do material de acessibilidade disponibilizado às pessoas com deficiência visual que visitavam o museu antes da pandemia. O aproveitamento deste material mostra que também é possível ampliar o alcance ao público de forma online sem ter que, necessariamente, criar novos conteúdos.

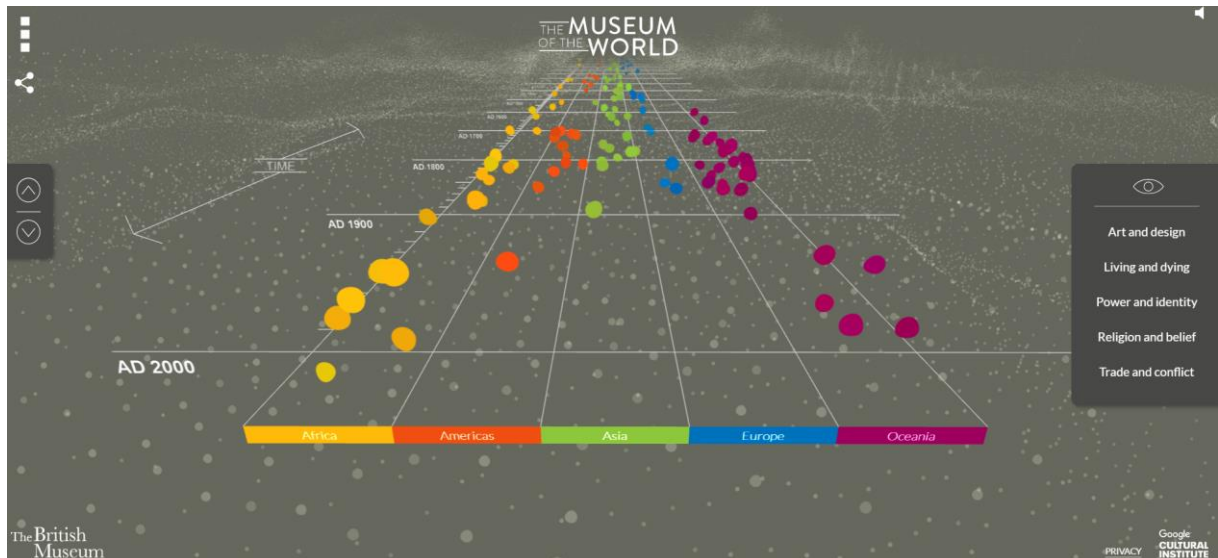
Em consonância com o que foi exposto até aqui, a pesquisa mostrou que as visitas virtuais foram uma das alternativas mais utilizadas para a interpretação patrimonial durante a pandemia. Além dos exemplos já citados, que se baseiam principalmente na utilização conjunta, porém independente, de recursos visuais e sonoros, destacam-se também as técnicas adotadas pelo Parque Histórico de Carambeí.

Quando o parque precisou fechar, em março de 2020, foi lançado o site Em Casa com o objetivo de reunir as atividades do museu e criar conteúdos que promovessem um estreitamento entre o público e o patrimônio (PARQUE HISTÓRICO DE CARAMBEÍ, 2021). Dentre tais conteúdos, foram elaborados tours virtuais guiados, mediados por funcionários do parque, previamente gravados e disponibilizados pela plataforma YouTube. Também está disponível no site um mapa pictórico de todo o parque. Tal mídia se apresenta como um complemento fundamental pois auxilia na compreensão dos outros recursos disponíveis, como os tours virtuais, à medida que possibilita que o visitante se situe e estabeleça relações entre os diferentes espaços do Parque Histórico.

As ações elaboradas também contemplam o público infantil, um diferencial em relação aos outros locais pesquisados. No site Em Casa é possível encontrar jogos online, como palavras cruzadas e jogo da memória, além de atividades infantis para impressão e vídeos com contação de histórias. Os conteúdos abordados envolvem fotos, dados e curiosidades sobre o Parque Histórico, contribuindo para um aprendizado de forma lúdica e divertida. Ademais, esses recursos podem ser utilizados para despertar o interesse das crianças pelo parque e promover o conhecimento que poderá ser complementado, posteriormente, com a visita presencial.

O British Museum, por sua vez, desenvolveu uma plataforma em parceria com o Google Cultural Institute que pode ser considerada atrativa por públicos de todas as idades. O projeto, intitulado Museum of the World, utiliza uma linha do tempo interativa 3D para apresentar boa parte da coleção do museu, incluindo objetos da pré-história até as décadas mais recentes. Nessa linha do tempo, dividida em cinco colunas com cores diferentes onde cada coluna corresponde a um continente, os artefatos da coleção são representados por pequenas manchas arredondadas (figura 2). A localização dessas manchas corresponde ao ano de criação do objeto e seu continente de origem.

Figura 2 - Interface principal do projeto Museum of the World, com a linha do tempo dividida em continentes.

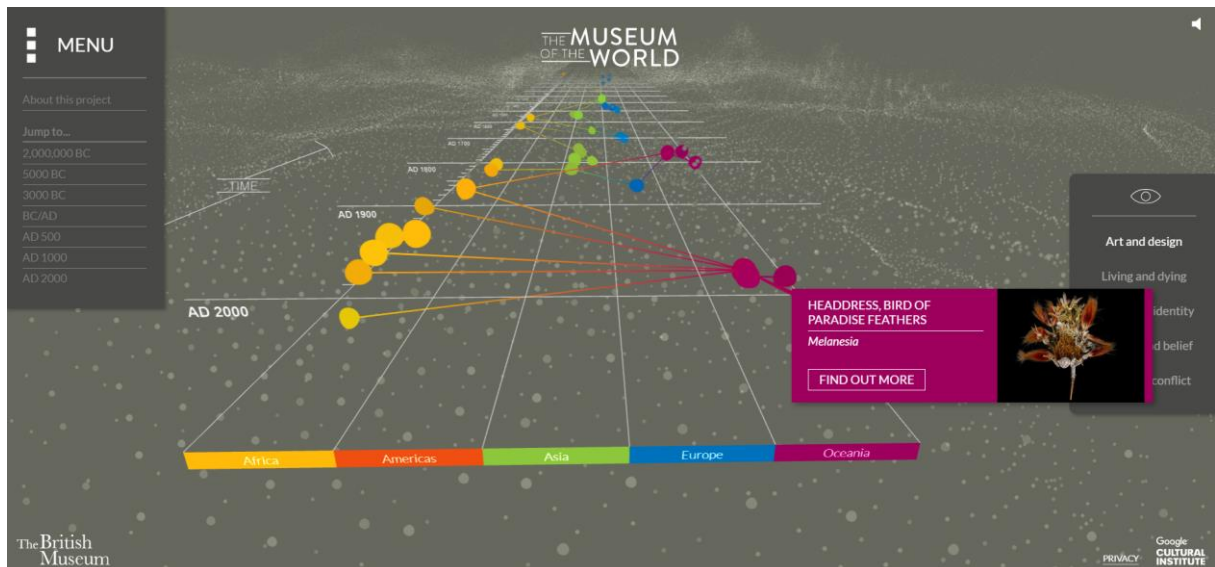


Fonte: The British Museum, 2021.

Com o auxílio do mouse, é possível retroceder na linha do tempo, que engloba desde o ano 2.000.000 A.C. até o ano 2.000 D.C. Também é possível navegar utilizando as cinco categorias pré-definidas que aparecem no lado direito da tela: arte e design; viver e morrer; poder e identidade; religião e crença; e comércio e conflito. Dessa forma, o usuário pode focar em um tipo específico de artefato e estabelecer comparativos entre datas ou entre continentes.

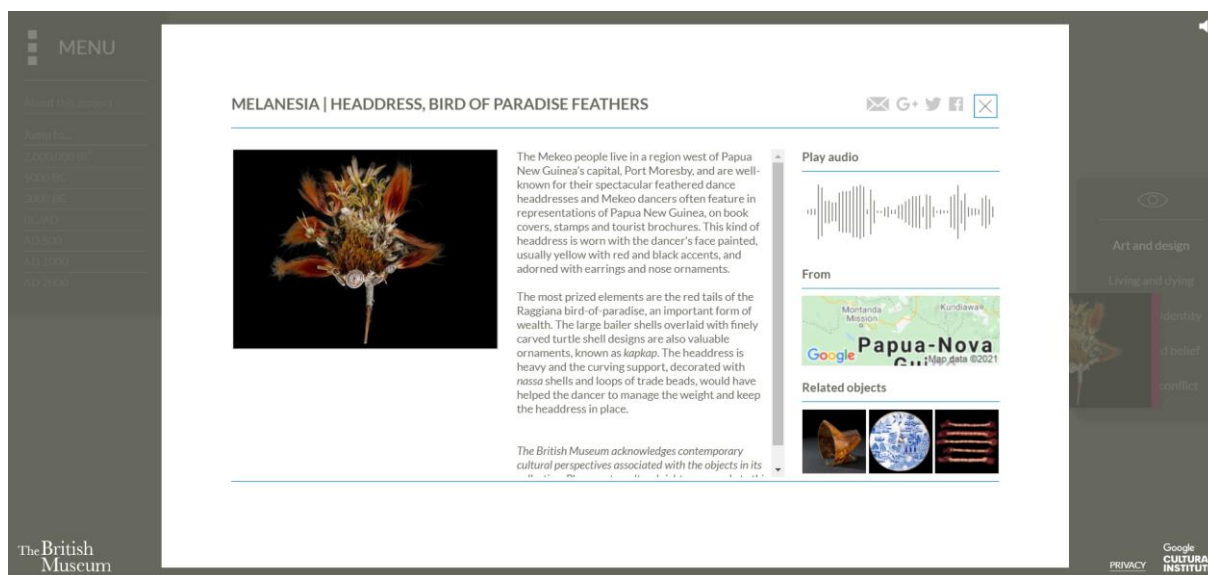
Ao clicar sobre uma das manchas coloridas da linha do tempo, abre-se uma visualização prévia do objeto em questão, onde é possível identificar seu nome, país de origem, imagem e uma opção de “descubra mais” (figura 3). Esta última, por sua vez, direciona a outra interface, onde estão disponíveis informações completas a respeito de aspectos históricos, socioculturais e geográficos, que são apresentadas em formato de texto e áudio. As informações também englobam os materiais utilizados, a finalidade e as particularidades do objeto. Outros recursos à disposição são a visualização em mapa da origem do artefato, por meio do Google Maps, e os objetos relacionados, que também podem ser explorados individualmente (figura 4).

Figura 3 - Interface com a visualização prévia do objeto selecionado.



Fonte: The British Museum, 2021.

Figura 4 - Janela com informações complementares.



Fonte: The British Museum, 2021.

Enquanto a grande maioria dos patrimônios promoveu adaptações com o objetivo de continuar atendendo o público durante o período de isolamento social imposto pela pandemia da COVID-19, houve casos onde tais adequações já foram planejadas considerando, também, o momento da retomada das atividades. A English Heritage, instituição responsável por mais de 400 edificações históricas na Inglaterra, lançou em março de 2020 um programa chamado Agile Interpretation, visando a implementação de intervenções interpretativas de baixo custo, responsivas e focadas no visitante (BOUCHARD, 2020).

O programa, que foi estabelecido inicialmente como uma abordagem de gerenciamento de crise, tinha como objetivo aprimorar as informações disponíveis online, através da criação de novos conteúdos digitais, e identificar novas maneiras de apoiar o aprendizado em casa. No entanto, aos poucos vieram à tona preocupações relacionadas a como minimizar o impacto sobre os visitantes quando os sites fossem reabertos, considerando que certas restrições continuariam em vigor.

Tendo em vista que algumas áreas permaneceriam inacessíveis em vista da dificuldade de manter o distanciamento social, foram elaboradas alternativas para que os visitantes pudessem continuar explorando esses espaços, como a criação de painéis

interpretativos com o uso de QR Codes e textos simples que indicam o tipo de conteúdo disponível. Os painéis, que também visavam complementar lacunas na narração de histórias no local, foram posicionados na entrada de espaços que se encontravam fechados como forma de fornecer acesso digital a essas áreas restritas.

Outra ação implementada foi a transferência de todos os guias de áudio de unidades portáteis para o modelo Bring Your Own Device (BYOD), ou Traga Seu Próprio Dispositivo, em tradução livre. A estratégia foi motivada pela dificuldade no compartilhamento de guias de áudio portáteis, em razão das questões de segurança, e no fato de que muitos visitantes poderiam não se sentir confiantes em pedir um guia de áudio emprestado, mesmo que as condições de segurança possam ser atendidas em certos locais.

A disponibilização de acesso é feita através de um código de download incluso na compra do ingresso. Para os visitantes que se esqueceram de fazer o download antecipado de um guia ou que decidiram utilizá-lo ao chegar ao local, um QR Code na entrada permite o direcionamento para um sistema que transmite paradas individuais do guia de áudio, eliminando a necessidade de baixar ou armazenar qualquer dado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável que a tecnologia vem ganhando cada vez mais espaço e sendo amplamente utilizada em praticamente todas as atividades. Na interpretação patrimonial, o leque de meios e técnicas disponíveis, que já é vasto, se expande ainda mais quando este fator é acrescentado, resultando em novas formas de comunicar o patrimônio e sensibilizar visitantes.

É possível perceber uma tendência de aumento do uso de recursos tecnológicos para a interpretação patrimonial que já vinha ocorrendo nos últimos anos, e a pandemia serviu para impulsionar esse cenário. Enquanto a relação entre tecnologia e interpretação patrimonial se dava principalmente a partir da utilização de realidade virtual, realidade aumentada e painéis interativos, todos esses em ações in loco, a necessidade de promover atividades à distância multiplicou as possibilidades.

Dentre as ações de interpretação patrimonial desenvolvidas no meio digital, destacam-se os tours virtuais, promovidos por diversas instituições e que podem ser encontrados em formatos distintos. Alguns utilizam fotos em 360°, possibilitando que o visitante ‘percorra’ o lugar, e incorporam outros recursos como textos e áudios para complementar a informação. Em outros casos, o tour é gravado em forma de vídeo, no qual um funcionário faz o guiamento, e posteriormente esse vídeo é disponibilizado em alguma plataforma de compartilhamento. De todo modo, os tours se apresentam como boas soluções que envolvem o patrimônio como um todo. Quando aliados a outros recursos, como mapas, permitem que o visitante tenha uma compreensão geral do local, possibilitando que este estabeleça relações e conexões entre os espaços.

De forma geral, as estratégias que foram e estão sendo utilizadas se apresentam como alternativas viáveis para promover visitas em tempos onde o contato presencial não é possível. Mesmo após a pandemia, tais recursos podem continuar atuando no sentido de despertar o interesse para esses lugares, possibilitando que os futuros visitantes tenham um contato prévio com o patrimônio que aumente o seu interesse em conhecê-lo pessoalmente.

Os exemplos discutidos neste estudo representam apenas uma parte do que é possível realizar em termos de interpretação patrimonial, especialmente durante períodos de restrição de acesso aos patrimônios, como é o caso da pandemia da COVID-19. Porém, compreender como essas atividades têm sido realizadas pode abrir portas para que mais ações desse tipo ocorram no futuro, ampliando o acesso aos patrimônios, o conhecimento sobre os mesmos e o incentivo a sua preservação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETTO, M. Turismo e legado cultural. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

BOUCHARD, D. Responding to COVID-19: Agile Interpretation at English Heritage. ICOM, [s.l.], 30 set. 2020. Disponível em: <https://icom.museum/en/news/covid-19-agile-interpretation-icom/>. Acesso em: 22 maio 2021.

CADAVEZ, C. Nem só da COVID-19 é a culpa: museus e comunidades - considerações sobre novas (re)definições e fruições. In: MAGALHÃES, F.; COSTA, L. F. da; HERNÁNDEZ, F. H.; CURCINO, A. (coord.). Museologia e Patrimônio - Volume 3. Portugal: Instituto Politécnico de Leiria, 2020. p. 72-106.

CARDOZO, P. F. A Interpretação do Patrimônio Histórico Romano na cidade de Mainz, Renânia-Palatinado (Alemanha). PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, Santa Cruz de Tenerife, v. 10, n. 1, p. 189-195, 2012.

COSTA, F. R. Turismo e patrimônio cultural: interpretação e qualificação. São Paulo: Senac São Paulo, 2014. 251 p.

EUROPEAN HERITAGE DAYS. How digital technologies enhance the cultural heritage experience during COVID-19 pandemic. Irlanda, 4 jun. 2020. Disponível em: <https://www.europeanheritagedays.com/EHD-Programme/Press-Corner/News/How-digital-technologies-enhance-the-cultural-heritage-experience-during-COVID19-pandemic>. Acesso em: 2 maio 2021.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GÖSSLING, S., SCOTT, D., & HALL, C. M. Pandemics, tourism and global change: a rapid assessment of COVID-19. Journal of Sustainable Tourism, v. 29, n. 1, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/09669582.2020.1758708>

GUTIERRIZ, I. E. O QR Code como ferramenta de comunicação na valorização cultural: estudo intercultural entre as cidades de Bragança (Portugal) e Salvador (Brasil). 2020. Dissertação (Mestrado em Gestão das Organizações) – Instituto Politécnico de Bragança, Bragança, 2020.

ICOM. Statement on the necessity for relief funds for museums during the COVID-19 crisis. [S.l.], 2 abr. 2020. Disponível em: <https://icom.museum/en/news/statement-on-the-necessity-for-relief-funds-for-museums-during-the-covid-19-crisis/>. Acesso em: 13 maio 2021.

ICOMOS. Carta de Turismo Cultural. Bruxelas: ICOMOS, 1976.

JORDAN TOURISM BOARD. Jordan Immersive Experiences. Jordânia, 2020. Disponível em: <https://visitjordanfromhome.com/en>. Acesso em: 15 maio 2021.

KÖHLER, A. F. Interpretação do patrimônio para o turismo cultural: diretrizes básicas, meios e técnicas. Turismo e Sociedade, Curitiba, v. 13, n. 1, p. 43-64, jan./abr. 2020.

MELO, A.; CARDOZO, P. F. Patrimônio, turismo cultural e educação patrimonial. Educação & Sociedade, Campinas, v. 36, n. 133, 9. 1059-1075, 2015.

MORALES MIRANDA, J. La interpretación del patrimonio natural y cultural: todo un camino por recorrer. Boletín PH, Sevilla, n. 25, p. 150-157, 1998.

MURTA, S. M.; ALBANO, C. Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002.

MURTA, S. M.; GOODEY, B. Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual. In: MURTA, S. M.; ALBANO, C. Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002.

MUSEU DO CAFÉ. O que está acontecendo no museu. Santos, SP, 2021. Disponível em: <http://www.museudocafe.org.br/c/noticias/o-que-esta-acontecendo-no-museu/>. Acesso em: 15 maio 2021.

MUSEU OSCAR NIEMEYER. Acesso às visitas em exposições 3D do MON mantém crescimento superior a 1.100%. Curitiba, jul. 2020. Disponível em: <https://museosocarniemeyer.org.br/noticias/2020/07/10/virtual>. Acesso em 02 maio 2021.

PARQUE HISTÓRICO DE CARAMBEÍ. Em casa. Carambeí, [2021]. Disponível em: <https://www.aphc.com.br/emcasa/>. Acesso em: 17 maio 2021.

PORTAL BELO HORIZONTE. Igreja São Francisco de Assis. Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <http://portalbelohorizonte.com.br/visitas-virtuais/conjunto-moderno-da-pampulha/igreja-sao-francisco>. Acesso em: 15 maio 2021.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Belotur disponibiliza visitas virtuais ao Conjunto Moderno da Pampulha. Belo Horizonte, 20 abr. 2020. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/belotur-disponibiliza-visitas-virtuais-ao-conjunto-moderno-da-pampulha>. Acesso em: 15 maio 2021.

RODRIGUES, M. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, P. P.; PINSKY, J. Turismo e patrimônio cultural. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

SILVA, R. R. S.; SILVEIRA, M. A. T. S. Interpretação patrimonial e turismo em centro histórico: uma proposta para o município de Antonina, Paraná, Brasil. *Revista Geografia e Pesquisa, Ourinhos*, v. 9, n. 2, p. 37-47, 2015.

TARDIVO, J.; PRATSCHKE, A. Educação e memória: métodos e experiências digitais. *V!RUS, São Carlos*, n. 15, 2017.

TILDEN, F. *Interpreting our heritage*. 4. ed. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2007.

THE BRITISH MUSEUM. *Museum of the World*. Londres, 2021. Disponível em: <https://britishmuseum.withgoogle.com/>. Acesso em: 20 maio 2021.

UNESCO. Interpretation and COVID-19. *World Heritage*, n. 95, jul. 2020. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/review/95>. Acesso em 3 maio. 2021.

UNESCO. Monitoring World Heritage sites closures. Paris, [2021a]. Disponível em: <https://en.unesco.org/covid19/cultureresponse/monitoring-world-heritage-site-closures>. Acesso em: 7 maio 2021.

UNESCO. *Museums around the world in the face of Covid-19*. Paris: UNESCO, 2021b. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000376729_eng. Acesso em: 7 maio 2021.

Capítulo 52 - DOI:10.55232/1084002052

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DOS ÓBITOS POR COVID-19 DA MACRORREGIONAL LITORAL LESTE, CEARÁ, BRASIL 2020 A 2021

José Edilânio da Costa Silva, Lívia Maria Souza Nascimento, Mayara Silva de Oliveira, Thalita Soares Rimes

RESUMO: Objetivou-se descrever sobre o perfil dos óbitos por COVID-19 da macrorregional litoral leste no período de 2020 a 2021*. Trata-se de uma pesquisa descritiva, retrospectiva de abordagem quantitativa sobre o perfil dos óbitos por COVID-19. O estudo revelou que o pico dos óbitos por COVID-19 aconteceu em abril de 2021, com pessoas predominantemente do sexo masculino, com faixa etária a partir de 60 anos, sendo a regional de saúde de Russas com a maior taxa de letalidade e mortalidade. A partir dessas taxas, é possível acompanhar o curso da doença no Brasil e no mundo, fazendo um alerta para a população sobre a gravidade da COVID-19.

Palavras-chave: Infecções por Coronavírus; Óbitos; Epidemiologia

INTRODUÇÃO

Os Coronavírus são uma grande família viral que causam infecções respiratórias em seres humanos e em animais. Os Coronavírus humanos causam doença respiratória, de leve a moderada, no trato respiratório superior (OPAS, 2020).

O novo agente descoberto em 31 de dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, China, o qual é responsável pela pandemia, faz parte do grupo dos Coronavírus e causa a doença denominada de COVID-19 (JIANG, et. al, 2019).

O paciente com a doença COVID-19 apresenta geralmente os seguintes sintomas e sinais: febre ($>37,8^{\circ}\text{C}$); tosse; dispneia; mialgia e fadiga; sintomas respiratórios superiores; e sintomas gastrointestinais, como diarreia (mais raros). Ressalta-se que existem casos que são assintomáticos, outros casos leves, moderados até graves (BRASIL,2019).

No Brasil, segundo dados do Ministério da Saúde, o primeiro caso da COVID-19 surgiu no dia 26 de fevereiro de 2020, no estado de São Paulo, sendo este o território brasileiro mais afetado pela doença, com aproximadamente 3.006.250 casos confirmados e cerca de 100.854 óbitos (BRASIL, 2021).

Atualmente, o país está próximo da marca de 15.209.990 de casos confirmados, registrando mais de 420.000 óbitos, sendo assim, o índice de mortalidade/habitante no Brasil atinge um valor de 201,4/100 mil habitantes, enquanto a região Nordeste do país apresenta um índice de mortalidade de 152,4/100 mil habitantes (BRASIL, 2021).

O Estado do Ceará apresenta a maior taxa de mortalidade da região Nordeste, sendo 203,0/100 mil habitantes, seguido pelo Estado de Sergipe e Paraíba (BRASIL, 2021).

Frente a essa situação, o Brasil atravessa uma crise sem precedentes na história do Sistema Único de Saúde. Existem desafios enfrentados no cotidiano, agora com a pandemia da COVID-19, ter que dar conta dessa situação aguda e grave, tem acarretado uma sobrecarga ainda maior e de forma abrupta para o nosso sistema de saúde.

Mediante essa realidade faz-se necessário planejamento das ações em todos os níveis de atenção, tendo em vista o imperativo de reorganização dos serviços de saúde em nível federal, estadual e municipal. Para tanto foi realizado um estudo sobre o perfil dos óbitos por COVID-19 da macrorregional litoral leste no período de 2020 a 2021*.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, retrospectivo de abordagem quantitativa sobre o perfil dos óbitos por COVID-19 da macrorregional litoral leste. O estudo foi desenvolvido no período de maio de 2021. A amostra do estudo foi composta por todos os óbitos causados por covid-19 de residentes dos municípios que compõe a macrorregional litoral leste, ocorridos no período de março 2020 a abril de 2021*.

Para a coleta de dados foi utilizado o IntegraSus, uma plataforma de transparência da gestão pública de saúde do Ceará. A ferramenta integra sistemas de monitoramento e gerenciamento epidemiológico, hospitalar, ambulatorial, administrativo, financeiro e de planejamento da Secretaria da Saúde do Estado (Sesa) dos 184 municípios. Esses dados são reunidos, analisados e disponibilizados para conhecimento da população e para auxiliar gestores em ações e políticas de saúde.

Os dados foram extraídos da respectiva plataforma e em seguida exportados para o programa Excel® 2016, onde foi realizada a análise descritiva dos dados. Foram analisadas as variáveis faixa etária e sexo, bem como calculadas as taxas de mortalidade e taxa de letalidade.

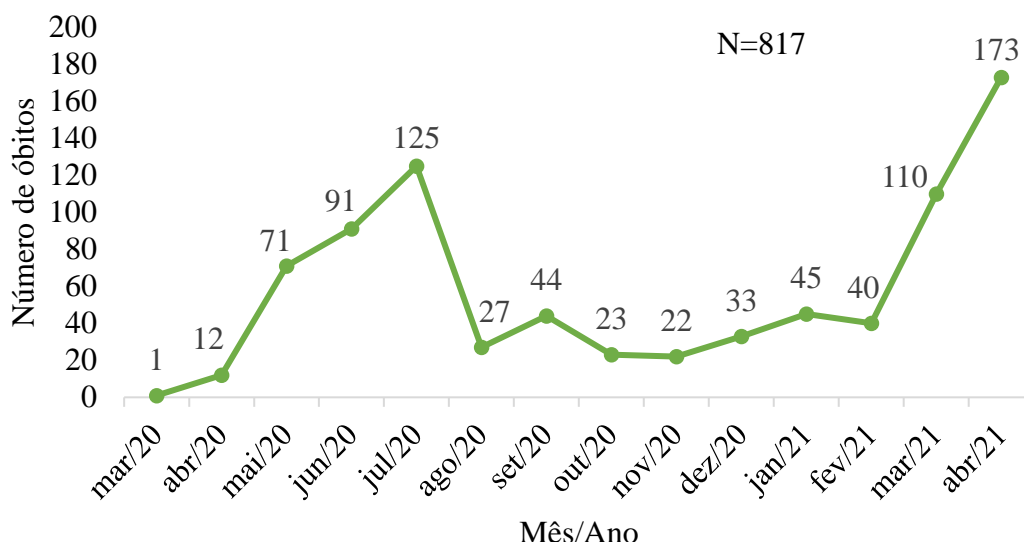
Posteriormente os dados foram apresentados em forma de gráficos e tabelas e realizado análise por meio de frequências absolutas e relativas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para o presente estudo analisamos o perfil dos óbitos pela COVID-19 da macrorregional litoral leste do Estado do Ceará, composta por 20 municípios, em que delimitamos a pesquisa, a fim se obter dados dos meses de março de 2020 a abril de 2021*. Durante esse período ocorreram 817 óbitos por COVID-19, sendo que no ano de 2020 ficaram registradas 449 mortes, equivalente a 54,9% do total, por sua vez, em 2021* ocorreram 368 óbitos, representando 45,1% da amostra.

Ao analisar o gráfico abaixo, observa-se o aparecimento dos primeiros óbitos em março de 2020, com primeiro pico em julho do mesmo, finalizando 2020 com os óbitos em queda. Porém, em fevereiro de 2021 os óbitos apresentam ascensão significativa, com o maior pico da pandemia em abril de 2021 (Gráfico 01).

Gráfico 01: Distribuição do número de óbitos por mês, Macrorregional Litoral Leste, 2020 a 2021*.



Fonte: Integrasus/Ceará. Dados passíveis de alteração. *Abril 2021.

Estudos apontam que a elevação no número de óbitos se deve, sobretudo, pelo surgimento de novas variantes do vírus, sendo elas consequências das mutações do Sars-CoV-2. Devido a predominante circulação de pessoas, acarretando numa maior propagação do vírus, tem-se o aparecimento de “variantes preocupantes” (LANG, 2021). Mediante o comunicado técnico da Fiocruz, o Estado do Ceará é apontado com o maior índice de prevalência de uma mutação da nova variante, sendo que a cada 10 amostras analisadas dos cearenses, mais de sete apresentaram infecção pela mutação E484K, conhecida pela linhagem N9 (CEARÁ, 2021).

Nota-se, diante dos dados obtidos, que a prevalência dos óbitos é majoritariamente em idosos, representando 76,6% do total de óbitos com idade de 60 a 80 anos ou mais. No que concerne a distribuição dos casos por sexo, é possível observar a predominância dos casos do sexo masculino, representando 56,54% (462) (Tabela 01).

Tabela 01: Distribuição do número de óbitos por faixa etária e sexo, Macrorregional Litoral Leste, 2020 a 2021*.

Sexo	Faixa etária														Total	
	0 a 9		10 a 19		20 a 39		40 a 59		60 a 69		70 a 79		80 ou mais		N	%
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%				
Feminino	1	0,2	2	0,5	10	2,8	57	16	57	16	97	27,3	131	36,9	355	43,45
Masculino	1	0,2	0	0	22	4,7	98	21,2	71	15,3	117	25,3	153	33,1	462	56,54

Fonte: Integrasus/Ceará. Dados passíveis de alteração. *Abril 2021.

Os dados acima corroboram com os estudos europeus, onde os óbitos estavam concentrados em pessoas com idade acima dos 65 anos (89%) (BARBOSA, et. al, 2020). Na China, foi demonstrado que pessoas com mais de 60 anos, apresentavam maior risco de morte. (CHEN, 2020). No México, a população maior de 60 anos apresentou uma letalidade de 6,53% para COVID-19 (BELLO-CHAVOLLA, et.al., 2020).

Outros estudos indicam que entre idosos a mortalidade tende a ser nove vezes maior do que nos outros grupos etários. Fato justificado pela maior prevalência de comorbidades, o que determina maiores complicações com apresentações de formas mais severas da COVID-19, elevando a letalidade nesse segmento populacional (COSTA, et.al., 2020).

Em relação ao gênero, estudos apontam que o público masculino foi o mais propício a desenvolver a forma mais grave da doença, sendo que o número de homens que faleceram foi 2,4 vezes maior do que o das mulheres (YANG, J-K, et al., 2020).

Ademais, associa-se também, a diferença encontrada nas respostas imunológicas de enfermos do sexo masculino e feminino, em que houve uma reação positiva das células T das mulheres em relação à dos homens (TAKAHASHI, T, et al., 2020), resultando em um melhor sistema de defesa do corpo contra infecções.

Em relação à taxa de letalidade e mortalidade por COVID-19 é possível perceber que a 9º Regional de Saúde apresenta os maiores números, com letalidade de 1,86% e taxa de mortalidade de 1,79/1000 hab. (Tabela 02).

Tabela 02: Número de casos, taxa de letalidade e mortalidade das Regiões de Saúde da Macrorregional Litoral Leste, 2020 a 2021*.

Regional de Saúde	Número de óbitos	Taxa de Letalidade	Taxa de Mortalidade
7º Região - Aracati	162	1,81%	1,36/1.000 Hab.
9º Região - Russas	361	1,86%	1,79/1000 Hab.
10º Região - Limoeiro do Norte	294	1,47%	1,29/1.000 Hab.
Total	817	1,69%	1,49/1000 Hab.

Fonte: Integrasus/Ceará. Dados passíveis de alteração. *Abril 2021.

Os dados acima contrapõem-se aos números do Estado do Ceará, que apresentam taxa de letalidade de 2,57%.

Para a obtenção dessa taxa de letalidade, faz-se necessário colher o número de óbitos da região determinada e, posteriormente, estar dividindo esse valor com o total de casos confirmados, isto é, a taxa visa comensurar a porcentagem de indivíduos infectados que evoluem para óbito. Já a taxa de mortalidade é o número de óbitos dividido pela população residente em determinado período de tempo.

No Brasil, o Estado do Rio de Janeiro lidera o ranking com a maior taxa de letalidade, em que dos 803.040 casos confirmados, 47.355 resultou em óbitos, com taxa de letalidade de 5,8%. No que concerne a taxa de mortalidade, o Ceará lidera o ranking dos estados nordestinos com a maior porcentagem da taxa de mortalidade, 71 óbitos para cada 100 mil habitantes (BRASIL, 2021).

Todavia, a taxa de letalidade torna-se mais precisa para averiguar o avanço da pandemia, uma vez que ela calcula a proporção de mortes em relação ao número de infectados pela COVID-19.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma similar ao cenário mundial, nacional e estadual, a infecção pela COVID-19 na Macrorregional Litoral Leste configura-se como um problema de saúde pública, sendo necessária atenção à circulação do vírus no interior do estado, alerta aos grupos de risco e intervenções sanitárias efetivas.

Esse estudo possibilitou o conhecimento do perfil epidemiológico dos óbitos por COVID-19, na Macrorregional Litoral Leste, no ano de 2020 a 2021, no qual foi possível observar que dos óbitos por COVID-19 o pico aconteceu em abril de 2021, com pessoas predominantemente do sexo masculino, com faixa etária a partir de 60 anos, sendo a regional de saúde de Russas a com maior taxa de letalidade e mortalidade. A partir dessas taxas, é possível acompanhar o curso da doença no Brasil e no mundo, fazendo um alerta para a população sobre a gravidade da COVID-19.

Para tanto, fica evidente o quanto carecemos da imunização para cessar a doença descrita, sendo ela, até o momento, a única forma de cura. Em contrapartida a vacina já chegou, mas poucas pessoas estão tendo acesso, uma vez que o processo de vacinação caminha de forma lenta em comparação a outros estados e países. Enquanto não ocorre a imunização em massa, precisamos continuar mantendo as medidas sanitárias de segurança impostas pelos órgãos competentes, cujas tem por finalidade, amenizar a sobrecarga no sistema de saúde público e privado.

REFERENCIAS

- BARBOSA, I.R.; et al. Incidência e mortalidade por COVID-19 na população idosa brasileira e sua relação com indicadores contextuais: um estudo ecológico. *Rev Bras Geriatr Gerontol.* V. 23, n.1, 2020.
- BELLO-CHAVOLLA, O.Y.; et al. Unequal impact of structural health determinants and comorbidity on COVID-19 severity and lethality in older Mexican adults: Looking beyond chronological aging. *J Gerontol A Biol Sci Med Sci*, v. 20, n. 20, p.1–8, 2020.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Quais são os sintomas. Reference: coronavírus – COVID-19. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/>. [acessado em: 7 maio 2021].
- BRASIL. Painel Coronavírus. Coronavírus Brasil. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 07 de maio de 2021.
- CEARÁ. Ceará é o estado que tem mais amostras com mutação de variante brasileira entre oito pesquisados, diz Fiocruz. G1. Globo, 05 de mar. 2021. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/g1.globo.com/google/amp/ce/ceara/noticia/2021/03/05/ceara-e-o-estado-que-tem-mais-amostras-com-mutacao-de-variante-brasileira-entre-oito-pesquisados-diz-fiocruz.ghtml>. Acesso em: 08 de maio de 2021.
- CHEN, N.; et al. Epidemiological and clinical characteristics of 99 cases of 2019 novel coronavirus pneumonia in Wuhan, China: a descriptive study. *The Lancet*, v. 395, n. 10223, p. 507-513, 2020.
- COSTA, J.A.; SILVEIRA, J.A.; SANTOS, S.C.M.; NOGUEIRA, P.P. Implicações cardiovasculares em pacientes infectados com Covid-19 e a importância do isolamento social para reduzir a disseminação da doença. *Arq Bras Cardiol* maio, v. 14, n. 5, p. 834-8, 2020.
- JIANG, F.; et. al. Review of the clinical characteristics of coronavirus disease 2019 (COVID-19). *J Gen Intern Med.* 2020. Available from: <http://doi.org/10.1007/s11606-020-05762-w>
- LANG, Pamela. Fiocruz detecta mutação associada a variantes de preocupação no país. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 04 de mar. 2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/fiocruz-detecta-mutacao-associada-variantes-depreocupacao-no-pais>. Acesso em: 08 de maio de 2021.
- ORGANIZAÇÃO PAN AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus). 2020. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:COVID19&Itemid=875. Acessado em: 7 maio 2021.
- TAKAHASHI, T.; et al. Sex differences in immune responses that underlie COVID-19 disease outcomes. *Nature*, 2020.
- YANG, J.K.; et al. Gender Differences in Patients With COVID-19: Focus on Severity and Mortality. *Frontiers in Public Health*, 2020.

Capítulo 53 - DOI:10.55232/1084002053

IMPACTO DA COVID-19 NAS PEQUENAS EMPRESAS À LUZ DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

Isaac da Rocha Silva, Marinés Montano Osinaga, Caroline Gonçalves, Fernando Thiago, Wilson Ravelli Eliseu Maciel

RESUMO: Tendo em vista a atualidade do tema da governança corporativa e da ausência de estudos que aliam esta perspectiva ao cenário da pandemia da Covid-19 com reflexos nas pequenas empresas brasileiras, este estudo visa compreender como as pequenas empresas estão lidando com as práticas de governança corporativa em momentos de crise. O objetivo geral deste trabalho é identificar dentro do contexto de governança corporativa, as principais práticas adotadas pelas empresas de um município brasileiro, para a sobrevivência dos negócios em tempos de pandemia da Covid-19, na visão de seus administradores e colaboradores. O presente estudo adotou como universo de análise as empresas da cidade de Corumbá/MS. Realizou-se, uma pesquisa quantitativa por meio da aplicação de questionário baseado em estudos do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), com uma amostra de 216 entrevistados. Observou-se que 87,5% dos entrevistados relataram que as empresas em que atuam não estavam preparadas para enfrentar a crise causada pela Covid-19. Porém, apenas 44% dos respondentes manifestaram que as empresas em que atuam não possuem políticas e procedimentos formais e/ou um plano de gerenciamento de crises visando direcionar a atuação da organização frente a uma crise. À vista disso, quanto ao tempo de resposta que as empresas levaram para atuar sob a crise causada pela Covid-19, 52,3% dos respondentes relataram que a empresa em que atuam não teve uma rápida atuação. Destacou-se também, assim como nos estudos do IBGC, que a avaliação dos possíveis impactos econômico-financeiros são prioridades de centralização de esforços dos gestores das organizações, representado por 34,3% das respostas dos entrevistados. E nesse mesmo sentido, aprofundando-se no preparo das organizações ao enfrentamento da crise causada pela Covid-19, os respondentes foram questionados sobre o quão preparadas às empresas em que atuam estavam preparadas financeiramente e 61,6% dos respondentes, afirmaram que as empresas em que atuam estão relativamente preparadas, existindo caixa suficiente para suprir as demandas da organização pelo período de no máximo 3 meses no caso de interrupção ou paralisação parcial ou total das atividades.

Palavras-chave: Governança corporativa em pequenas empresas; Práticas empresariais na gestão de crises; Impacto da Covid-19 nas empresas.

INTRODUÇÃO

A notícia da descoberta de um novo vírus potencialmente devastador para os seres humanos abalou a sociedade mundial a partir do ano de 2019. O primeiro alerta dado pela Organização Mundial de Saúde ocorreu em 31 de dezembro de 2019, depois que autoridades da China notificaram casos de uma misteriosa pneumonia na cidade de Wuhan (G1, 2020). Desde então, as relações sociais tomaram um rumo diferente. Iniciou-se uma corrida contra o tempo no trabalho de pesquisadores e cientistas. Moradores de várias cidades do mundo passaram a se isolar em seus domicílios, como forma de evitar a propagação do vírus, e a rotina de quase todos mudou. Desde o avanço - antes subjugado à revelia, agora essencial - do trabalho home office, passando pelas simples compras cotidianas dos itens essenciais de sobrevivência, tudo precisou de adaptação emergida às pressas.

Macedo, Ornellas e Bomfim (2020), afirmam que a maior parte das pessoas se infecta com os coronavírus comuns ao longo da vida, sendo que as crianças possuem maior tendência de se infectarem com o tipo geral do vírus. Os coronavírus mais comuns que infectam humanos são o alpha coronavírus 229E e NL63 e beta coronavírus OC43, HKU1.

Segundo Vabret, Mourez, Gouarin, Petitjean, e Freymuth (2003), o vírus da família Coronaviridae, são RNA vírus de filamento único e senso positivo e não são causa doença grave em humanos. Tinha-se conhecimento sobre dois diferentes tipos de coronavírus humanos: 229E e OC49, ambos promovem um resfriado comum, podendo, casualmente, causar doença respiratória baixa. Epidemias causadas por coronavírus são desconhecidas, mas surtos de doença respiratória baixa, semelhantes até certo ponto à atual pandemia, não são totalmente desconhecidos. Pois, os coronavírus há muito vêm sendo usados como modelo para a investigação de mutações que permitem o salto de espécies (Baric Yount, Hensley, Peel, & Chen, 1997, 1999).

Mesmo não tendo um RNA segmentado, os coronavírus são frequentemente mutáveis, razão pela qual surgiu um novo patógeno, desta vez, mais contagioso e mais devastador (Macedo et al., 2020). Mesmo com todos os dados demonstrados até o presente momento, a verdade é que não se sabe de fato onde ocorreu à primeira

contaminação. O fato é que é que a descoberta da presença do vírus na china fez com que os demais países do globo entrassem em alerta. Isso porque segundo Lana et al. (2020) o nível de propagação da doença excede o de muitas outras enfermidades já conhecidas pela humanidade, sem contar com a taxa letalidade que é uma das maiores.

Quando revelada a extrema periculosidade desta nova pandemia, eclodiu a situação de comodidade sanitária, econômica e científica em que se encontram alguns países que não aplicaram investimentos nessas áreas ao longo dos anos, fazendo diversas nações colidirem com a realidade da calamidade que existem nos principais setores que sustentam os Estados. A Covid-19 veio para expor que existe sim a necessidade de melhorias nos pilares que nutrem a economia mundial. Além disso, ela acelerou um processo de inovação e desenvolvimento tecnológico que era vislumbrado como cenário futuro para o trabalho, o emprego e o comércio. Numa visão otimista desses campos, o período da pandemia, particularmente no Brasil, traz consigo a oportunidade de readequação ao novo cenário comercial para empresas de todos os setores e portes, amparando-se no auxílio das ferramentas digitais e novos processos nos negócios, para sobrepor a crise econômica gerada.

Na cidade brasileira de Corumbá, no estado do Mato Grosso do Sul, algumas medidas foram adotadas para este período. O caso é interessante, pois trata-se de uma cidade fronteira com a Bolívia, que tem sua cidade vizinha brasileira mais próxima a 200km de distância. A cidade conta apenas com três entradas para acesso, uma na fronteira com a Bolívia, uma com acesso à rodovia BR 262, e a outra com a cidade circunvizinha de Ladário (que geograficamente se encontra circundada pelo município de Corumbá), tendo sido possível o fechamento com barreiras sanitárias. Se por um lado as barreiras físicas de acesso dificultaram a chegada do vírus, por outro lado à cidade precisou se adaptar com outras medidas para evitar a propagação quando o esperado aconteceu. Segundo informações divulgadas pela prefeitura da cidade, por meio de sua Secretaria de saúde, o primeiro caso registrado nessa cidade no dia 6 de abril de 2020 (Prefeitura Municipal de Corumbá, 2019).

O receio da propagação do vírus, com um baixo número de leitos disponíveis para atendimento nos hospitais da cidade, fez com que as medidas impostas pela prefeitura de Corumbá ao comércio e à população fossem adotadas antes mesmo destas serem adotadas em grandes capitais do país, com reflexos diretos no comércio local. Por

esses motivos, a pergunta que orienta este trabalho é: Quais aspectos de governança corporativa foram os mais afetados pela pandemia da Covid-19 nas pequenas empresas de Corumbá?

O objetivo geral deste trabalho é identificar dentro do contexto de governança corporativa, as principais práticas adotadas pelos empresários da cidade, seja pela imposição decretada em lei ou pela proatividade dos donos dos estabelecimentos, para a manutenção das vendas e giro da economia local em tempos de pandemia. Especificamente, buscou-se observar questões inerentes ao caráter administrativo, contábil-financeiro, de recursos humanos e de gestão estratégica das pequenas empresas, na visão de seus administradores e colaboradores.

A importância teórica deste trabalho é a de acrescentar aos estudos vigentes em Administração, Economia e Estratégia um caso específico de economia local empresarial diante da necessidade de estudos que reflitam sobre a situação atual do comércio brasileiro e mundial, deparados com contexto nunca antes experimentado que tenha afetado as vendas do comércio desta maneira. De forma prática, este trabalho busca dar luz às estratégias de comerciantes e empresários postas em prática em suas organizações, para que possam refletir ações de manutenção ou recuperação de vendas em seus estabelecimentos comerciais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Estratégia Empresarial e Governança Na Pandemia Da COVID-19

A busca por maior transparência contábil e financeira, credibilidade nas informações transmitidas aos stakeholders e assertividade na tomada de decisões, estão se tornando âmagos para acionistas e investidores que buscam mais do que simplesmente rendimentos monetários. Esse conjunto de abordagens é valioso para o meio corporativo, pois de certa forma visam garantir a prosperidade econômica das partes interessadas. A coletividade dos mecanismos explanados acima, em expressões teóricas é entendida como governança corporativa (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa [IBGC], 2015).

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa em sua mais recente definição descreve a governança corporativa como um sistema ao quais as organizações são

dirigidas, monitoradas e estimuladas, implicando relacionamento entre todos os stakeholders (IBGC, 2015). Em outras palavras, podemos alegar que a governança corporativa organiza os interesses das partes interessadas com o objetivo de conservar e aperfeiçoar o valor econômico de longo prazo das organizações, tendo como propósito a transparência e qualidade da gestão organizacional a longevidade e a segurança fiscal, legal, econômico e social.

A importância da aplicação de práticas de governança corporativa e seu valor vêm sendo estudado sistematicamente durante os anos. Um dos estudos pioneiros do tema foi conduzido pela McKinsey Company (2000). A pesquisa que teve como entrevistados diversos investidores da Europa, Ásia e América Latina, e revelou que 80% destes, estariam dispostos a pagar mais por uma empresa que adotasse boas práticas de governança corporativa. Sendo que quase 75% dos investidores afirmaram que aplicar as boas práticas de governança corporativa é tão importante quanto o desempenho econômico das organizações.

Arelado aos estudos que também versam sobre os impactos econômicos que a atual pandemia da Covid-19 engendra sobre as nações, sobre as empresas nelas presentes e seu povo, o IBGC realizou em 2020 diversos estudos elencando os impactos da Covid-19 nas organizações, o gerenciamento de riscos e as boas práticas de governança corporativa. Este presente artigo foi fundamentado especificamente em dois estudos publicados pelo IBGC sendo eles: “Impactos da Covid-19 nas organizações: a visão de colaboradores e administradores” e “Covid-19 (coronavírus), gerenciamento de crises e o papel dos administradores nas organizações” (IBGC, 2020a, 2020b).

Os estudos lançados pelo IBGC propõem compreender o impacto da crise causada pela pandemia da Covid-19 nas organizações, levando em conta ponto de vista de seus administradores e colaboradores. Analisando as principais mudanças, adaptações e necessidades de melhorias enfrentadas pelas organizações durante esse período. No primeiro estudo foram entrevistadas 519 pessoas, na qual 53% ocupam cargos de administração ou equivalentes, enquanto 47% ocupam outras posições na estrutura organizacional. A pesquisa foi realizada por meio de questionário composto por 26 questões de mensuração administrativa, classificatória e objetivadas, analisando o preparo das organizações para o enfrentamento à crise causada pela Covid-19, o processo de gestão de crise, o engajamento as rápidas mudanças requeridas e suas

dificuldades de implementação (IBGC, 2020b). No segundo estudo foram entrevistadas 205 pessoas que fazem partes das diversas segmentações de administração das empresas. O questionário da pesquisa foi composto por 19 questões de mensuração, administrativa, classificatória e objetiva. Sendo composta principalmente com perguntas que visavam compreender as políticas, práticas e procedimentos adotados pela administração das empresas para o enfrentamento da crise, observando os mecanismos utilizados, esforços direcionados e visão de possíveis oportunidades em meio à crise (IBGC, 2020a).

Inicialmente o questionário identificou o perfil do respondente, cargo, setor de atuação da organização, porte. Após a identificação inicial, os entrevistados foram solicitados a responder sobre: Preparo da organização para o enfrentamento da crise da Covid-19, gerenciamento de crises, gestão de riscos, saúde, responsabilidade socioambiental, adaptação e mudanças nas rotinas, preservação dos empregos, alinhamento do discurso e da prática organizacional, dificuldades e oportunidades em ambiente incerto (IBGC, 2020a, 2020b).

Em um contexto geral, coletivizando os dados dos estudos, pôde-se relatar que as organizações realmente não estavam preparadas tal crise, que a adoção das boas práticas de governança corporativa faz parte da gestão de algumas delas, entretanto se perdem no planejamento de diretrizes de enfrentamento da crise versus a real existência de políticas, procedimentos ou planos formais de gerenciamento de crises (IBGC, 2020a, 2020b).

Alguns resultados merecem destaque. Em relação à adaptação à rotina, verificou-se nas empresas entrevistadas que, o regime de teletrabalho foi adotado em 40,5% dos resultados, seguido pelo item “escalas (folgas e revezamentos) com 16,8% e Redução parcial da jornada de trabalho, com 14,6%. Incorporada a essa nova realidade e às novas rotinas de trabalho, averiguou-se que entre as maiores dificuldades para enfrentá-las, destaca-se a falta de computadores e equipamentos para home office, a prática do trabalho a partir de sistemas obsoletos e escassez de matéria-prima que viabilizem a execução das tarefas. Percentualmente essas dificuldades estão representadas em 35,6 – 22,6 e 17,6% respectivamente na amostra entrevistada (IBGC, 2020a, 2020b).

Ambos os estudos, serviram como base do questionário aplicado no presente estudo, analisando-se as mesmas variáveis no cenário real da cidade de Corumbá-MS, com as pequenas empresas, de acordo com a classificação de porte do IBGC.

Covid-19 e o Comércio Da Região De Corumbá

O município onde se realizou o estudo é Corumbá e está localizado na região do pantanal do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada a 353 km da capital Campo Grande. De acordo com informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), Corumbá, banhada pelo rio Paraguai, já foi consagrada por obter o terceiro maior porto fluvial comercial da América Latina até os anos de 1930. Contida sob a bacia da prata que é a segunda maior bacia hidrográfica do Brasil, Corumbá sempre esteve presente entre os holofotes marítimo comerciais da região, já que desde os primórdios de sua existência a capital pantaneira fez uso de seu porto fluvial como principal meio de escoamento de suas produções e recebimento de mercadorias.

Segundo últimos levantamentos do IBGE, Corumbá possuía um Produto Interno Bruto de mais de R\$ 3 bilhões em 2018, sendo o quarto maior do Estado e posicionando-se entre os 300 primeiros colocados em âmbito nacional. Ainda segundo o instituto, entre as diversas fontes de ativos da cidade, o setor industrial apesar de ser módico, gera uma arrecadação que supera os setores da pecuária e agricultura, que estão entre as principais fontes econômicas do município. Outra atividade importante para a cidade se deriva da exploração de ferro, manganês e calcário. Com base em um relatório da Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO) (2020), constatou-se que até o terceiro trimestre de 2020, as empresas de exploração mineral de Corumbá já haviam faturado juntas mais de 17 milhões de reais pela extração dos principais minerais presentes na cidade. Por intermédio principalmente do comércio de extrativismo oriundo do solo pantaneiro, Corumbá ficou em quarto lugar no ranque de maiores exportadores da esfera estadual, representado monetariamente por mais de 213 mil dólares de movimentação e com participação de 4,84% da balança comercial do Estado (SEMAGRO, 2021).

Dentre outras variantes que sustentam a economia da cidade, estão às compras feitas por bolivianos que por sua vez têm acesso facilitado ao comércio corumbaense,

levando em consideração que Corumbá e as cidades de Arroyo Concepción e Puerto Quijarro – Bolívia são consideradas cidades gêmeas.

Na história mais recente, a pandemia da Covid-19 foi um fator que causou infortúnios ao cenário econômico, e não foi só ao de Corumbá, mas ao do mundo inteiro. Mais de um ano passado desde o primeiro caso, até hoje a pandemia causada pelo vírus vem devastando economicamente pequenas e grandes nações e ceifando vidas de muitas pessoas no mundo inteiro.

Diante deste cenário, governos nacionais, estaduais e municipais em conformidade às indicações dos principais órgãos da saúde, vêm decretando medidas de restrição de circulação de pessoas para tentar barrar a propagação do vírus. Essas medidas restritivas propostas pelos órgãos sanitários auxiliam de certa forma no combate à proliferação em massa do vírus na população, contudo, traz consigo efeitos funestos à economia mundial por meio de fechamento parcial ou total dos comércios, indústrias e do setor de prestação de serviços. Este fato se exemplifica com uma das últimas normas do Governo Estadual de Mato Grosso Do Sul, o Decreto n. 15.638 (2020), que impõe fechamento total ou parcial de vários segmentos do comércio do Estado.

Sob essa perspectiva, busca-se por meio deste estudo identificar as estratégias adotadas pelos comerciantes e empresários de Corumbá para se adaptarem à nova realidade imposta pela pandemia da Covid-19.

MÉTODO DE PESQUISA

Um estudo visa utilizar ou desenvolver técnicas que são consideradas quanto à suas informações, como fontes confiáveis e relevantes. Com isso, os meios metodológicos admitem observar o que se é utilizado na pesquisa e elaborar a coleta dos dados para a análise e discussão do fenômeno a ser estudado. Desse modo, a metodologia proporciona o suporte necessário para a coleta dessas informações e a efetivação da pesquisa (Vergara, 2016).

Conseqüentemente, este trabalho teve como objetivo principal compreender o impacto da crise causada pela pandemia da Covid-19 nas empresas de Corumbá pelo ponto de vista de seus administradores e colaboradores.

A pesquisa realizada, quanto sua abordagem é do tipo quantitativa, no que segundo Richardson et al., (2012), é determinada pelo emprego da quantificação, tanto na coleta quanto no tratamento das informações, fazendo-se o uso de técnicas estatísticas. Para Marconi e Lakatos (2021), nesse tipo de pesquisa, a reprodução dos dados acontece por meio de técnicas quânticas de análise, cujo propósito dos resultados impulsiona o processo de relação entre variáveis.

A pesquisa tem como objetivo a aquisição de resultados que impossibilite quaisquer adulterações de análise e interpretação e que garanta a maximização da margem de segurança (Diehl, 2004). Em outras palavras, a pesquisa quantitativa é sujeita a ser medida em escala numérica (Rosental & Frémontier-Murphy, 2001).

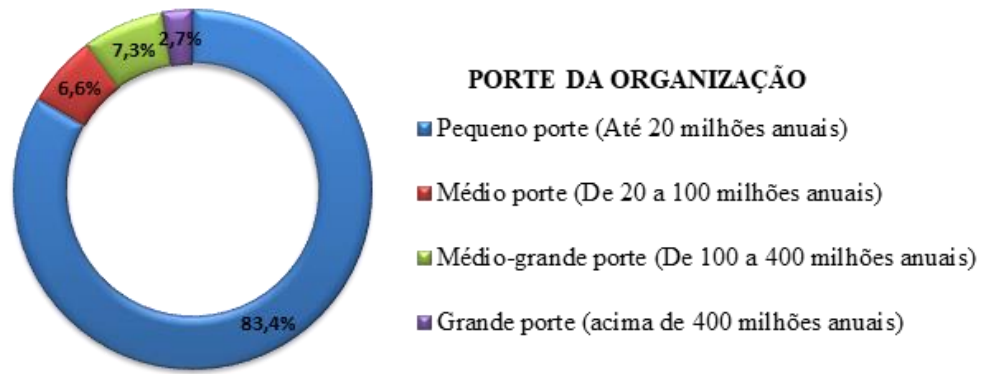
Com o uso da técnica de levantamento de dados, foram consultadas reportagens, documentos, artigos, livros e dados secundários para compor o referencial teórico deste trabalho, e utilizada a coleta de dados primários por meio de questionário aplicado no período de 9 de fevereiro de 2021 a 15 de maio de 2021, com uso da ferramenta Google Forms® sendo divulgado o link por meio de redes sociais e e-mails para profissionais da administração das empresas da cidade de Corumbá e demais colaboradores destas organizações.

O questionário foi baseado nos dois estudos realizados pelo IBGC (2020) e está aqui composto por 20 questões de mensuração distribuídas em: 3 questões para caracterização da amostra versando sobre o tamanho da organização, segmento da empresa e grau de escolaridade dos respondentes; e 17 questões sobre impactos Covid 19 nas organizações, sobre gestão de risco e crise, sanitárias, impactos financeiros e econômicos, na ótica da governança corporativa

ANALISE DOS RESULTADOS

O presente estudo visa analisar especificamente dados de organizações que conforme seus faturamentos anuais são categorizados como de pequeno porte, de acordo com o IBGC. Esta categoria, com 216 respondentes, representa 83,4% de todas as respostas da pesquisa. Com base nas repostas envolvendo empresas de pequeno porte, foi estruturada a amostra, conforme a Figura 1.

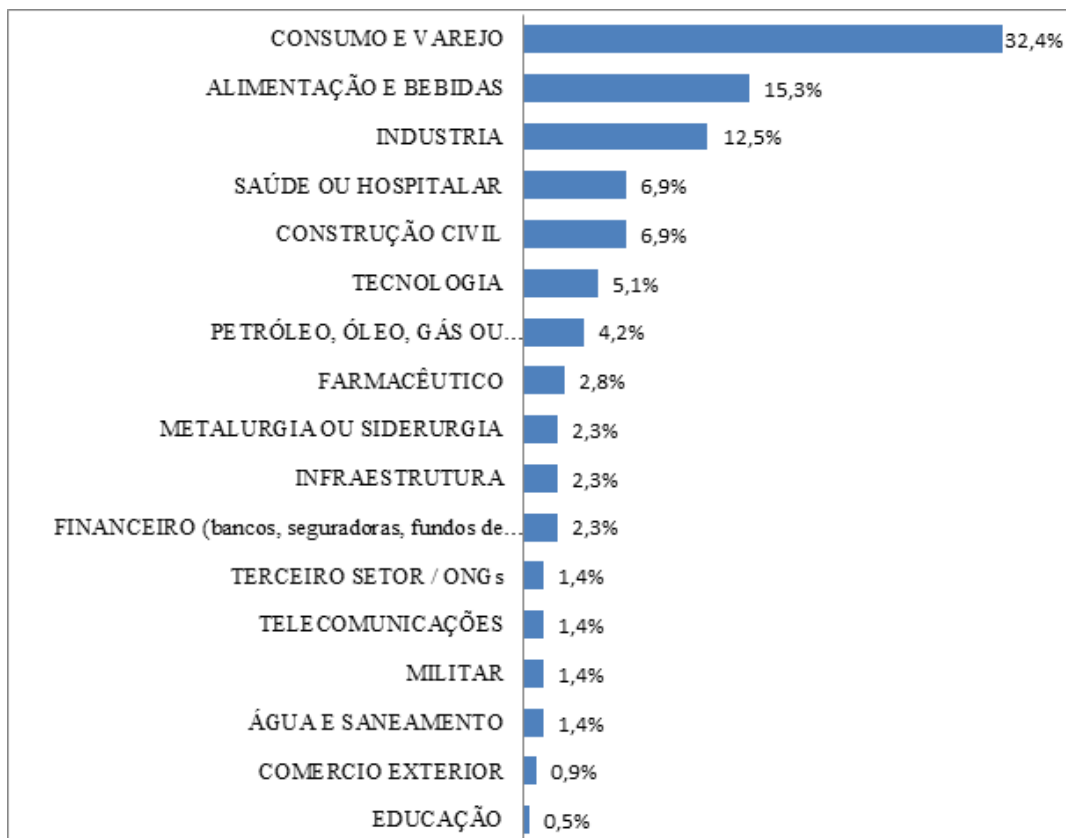
Figura 1. Porte da organização



Fonte: Autoria própria (2021).

Quanto à segmentação de atuação das empresas, pode-se notar uma diversificada relação, com hegemonia nas áreas de consumo e varejo, alimentação e indústria, de acordo com a Figura 2.

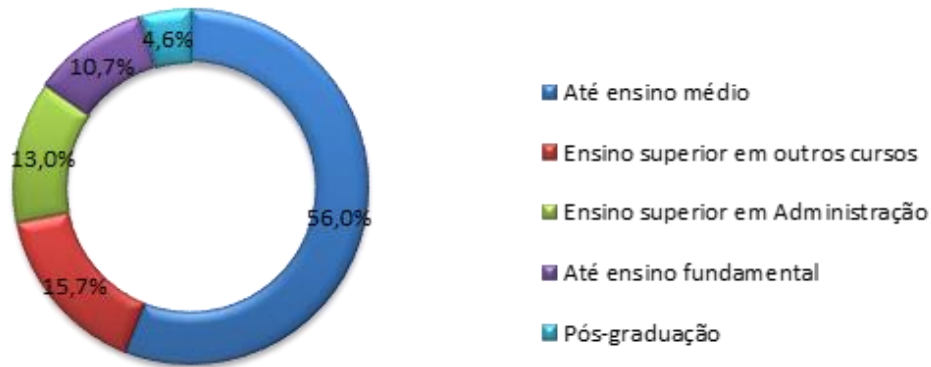
Figura 2. Segmentos de atuação das empresas.



Fonte: Autoria própria (2021).

No que diz respeito à escolaridade, 56% dos respondentes estudaram até o ensino médio. E apenas 4,6% da amostra concluiu alguma pós-graduação, conforme Figura 3.

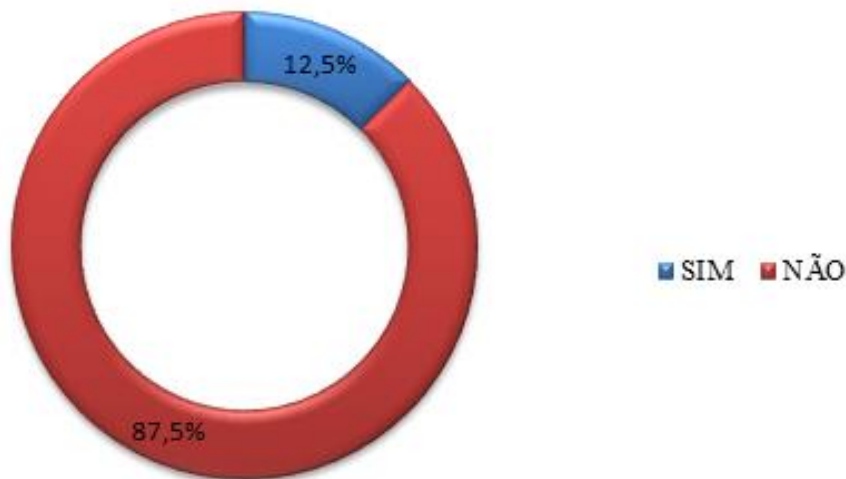
Figura 3. Grau de escolaridade.



Fonte: Autoria própria (2021).

Em relação ao preparo das organizações frente ao enfrentamento da pandemia causada pela Covid-19, pode-se verificar pela Figura 4 que 87,5% dos respondentes relataram que as empresas em que atuam não estavam preparadas para enfrentar a crise causada pela Covid-19 (coronavírus).

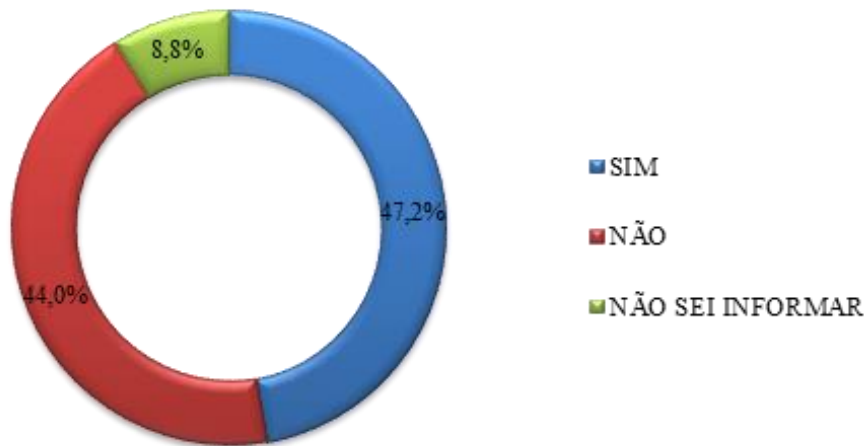
Figura 4. Preparo da organização para o enfrentamento da crise da covid-19



Fonte: Autoria própria (2021).

No que se refere ao gerenciamento de crises, 47,2% dos respondentes manifestaram (Figura 5) que as empresas em que atuam possuem políticas e procedimentos formais e/ou um plano de gerenciamento de crises visando direcionar a atuação da organização frente a uma crise.

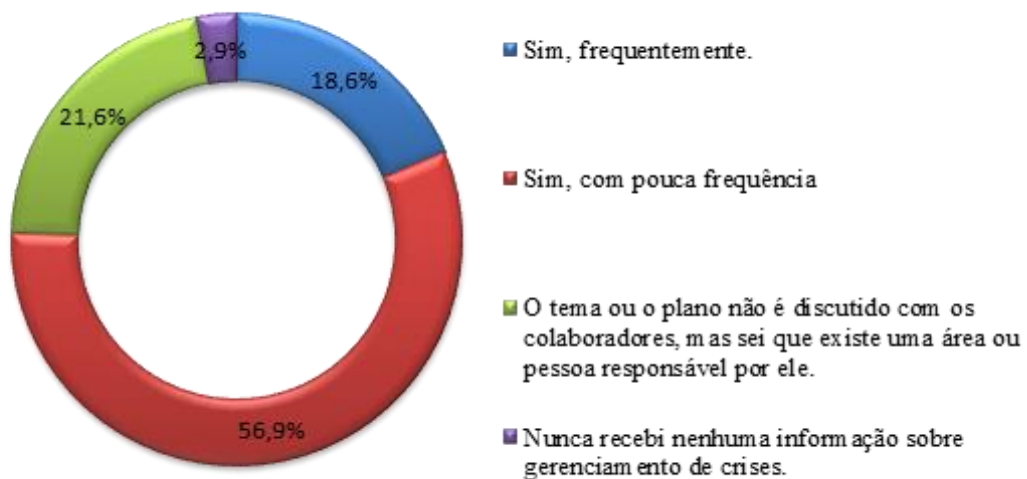
Figura 5. Existência de políticas, procedimentos ou planos formais de gerenciamento de crises.



Fonte: Autoria própria (2021).

Contudo, apenas 18,6% dos respondentes que afirmaram que suas organizações possuem políticas de gerenciamento de risco, relataram o recebimento frequente de informações sobre a essa temática, conforme a Figura 6. Outros 56,9% relataram receber tais informações, mas com pouca frequência.

Figura 6. Disseminação de informações sobre gerenciamento de crises.

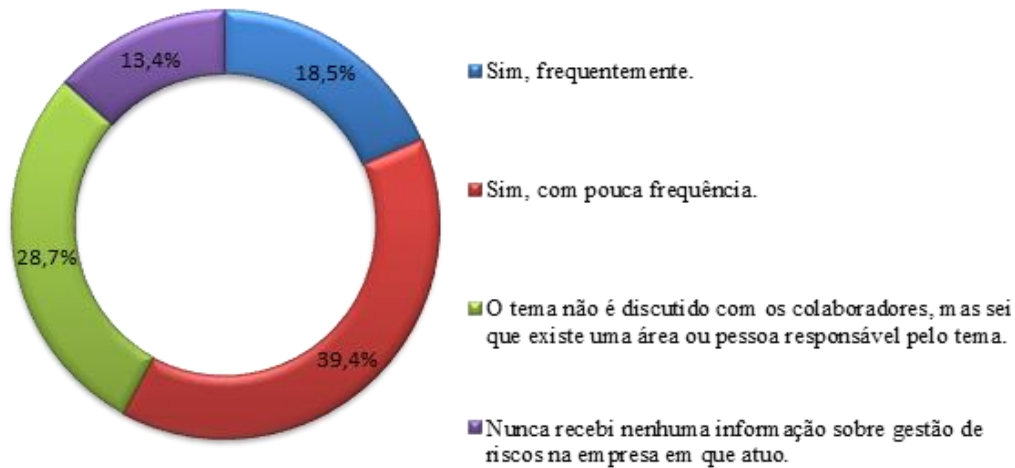


Fonte: Autoria própria (2021).

Quanto à disseminação de informações sobre gestão de riscos, 18,5% dos respondentes relataram que a temática de é apresentada aos colaboradores da

organização frequentemente, e 39,4% informaram que as informações são disseminadas, mas com pouca frequência, de acordo com a Figura 7.

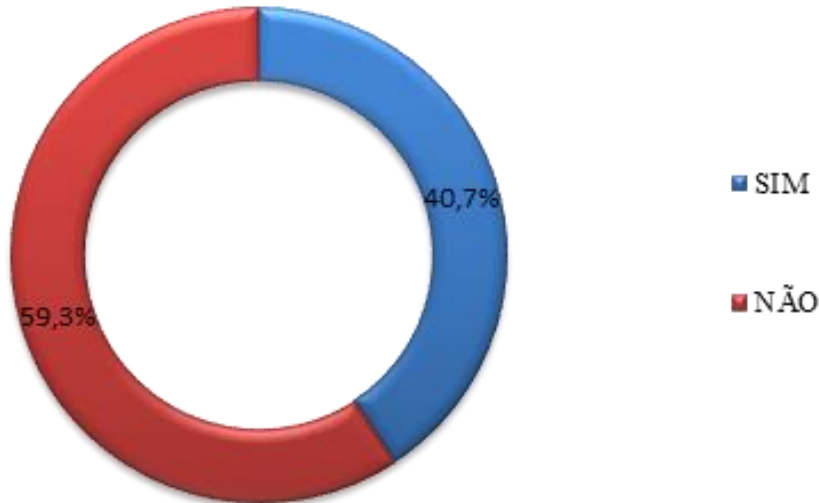
Figura 7. Disseminação de informações sobre gestão de riscos.



Fonte: Autoria própria (2021).

Quando questionados sobre a preocupação da Administração em relação à saúde e segurança dos funcionários, terceirizados, clientes e/ou fornecedores, a maioria dos respondentes, 59,3%, relataram que a administração da empresa (conselheiros, diretores e superintendentes) não demonstrou preocupação com o referido tema, como apontado na Figura 8.

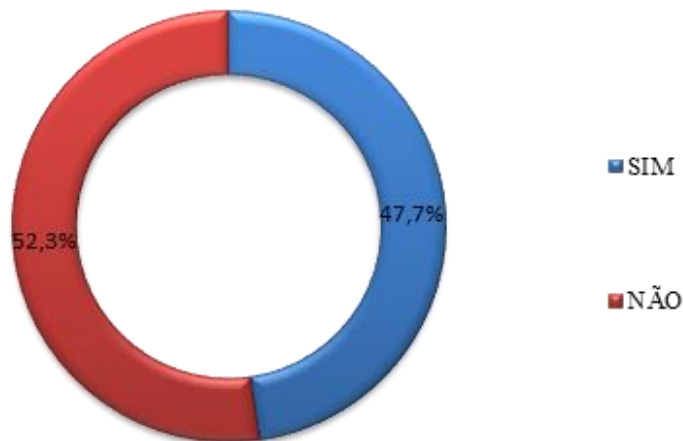
Figura 8. Preocupação da administração em relação à saúde e segurança dos funcionários terceirizados, clientes e/ou fornecedores.



Fonte: Autoria própria (2021).

No que se refere ao tempo de resposta que as empresas levaram para atuar sob a crise causada pela Covid-19, 52,3% dos respondentes relataram que a empresa em que atuam não teve uma rápida atuação, de acordo com a Figura 9.

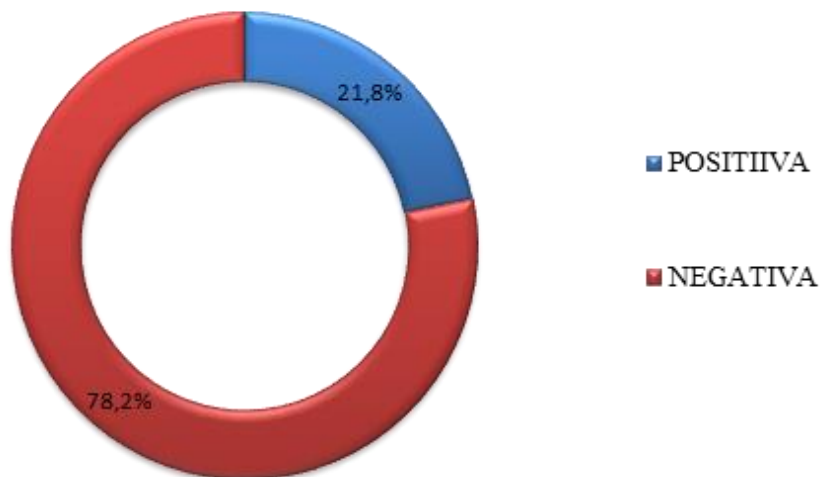
Figura 9. Resposta rápida à crise da Covid-19.



Fonte: Autoria própria (2021).

Quando questionados de que forma a crise afetará as organizações em que atuam, 78,2% dos respondentes disseram ser de maneira negativa (Figura 10).

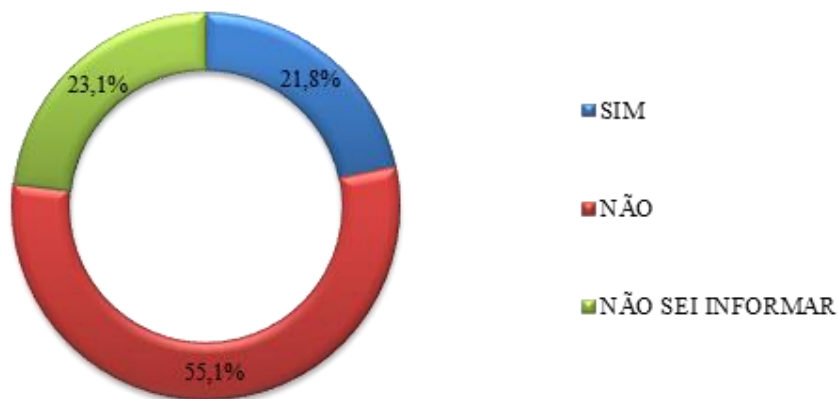
Figura 10. Forma em que a crise afetará as organizações.



Fonte: Autoria própria (2021).

No que diz respeito às políticas de prevenção de empregos, 21,8% dos respondentes relataram que a empresa em que atuam aderiu a alguma iniciativa do governo ou da iniciativa privada visando à preservação de empregos, enquanto que a maioria, 55,1% informou que a organização não adotou tais iniciativas, como se verifica na Figura 11.

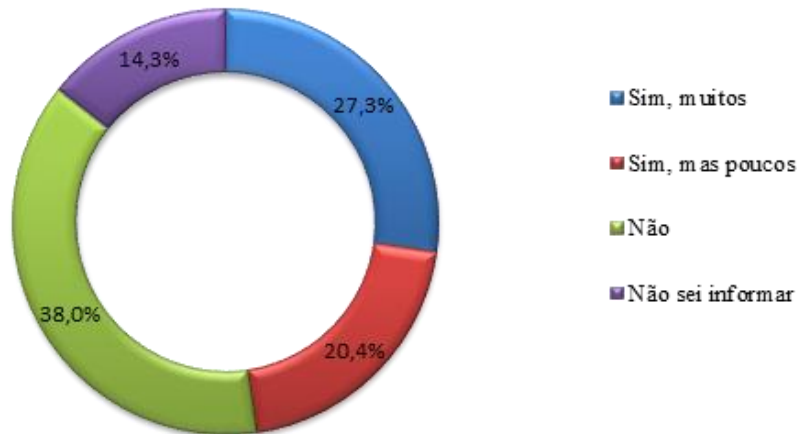
Figura 11. Adoção de iniciativas de preservação de empregos.



Fonte: Autoria própria (2021).

Nessa vertente, 38% dos respondentes relataram que não houve desligamentos desde o início da crise na empresa em que atuam ao passo que 20,4% informaram houve desligamentos pontuais, e 27,3% disseram que houve desligamentos em maior volume, conforme Figura 12

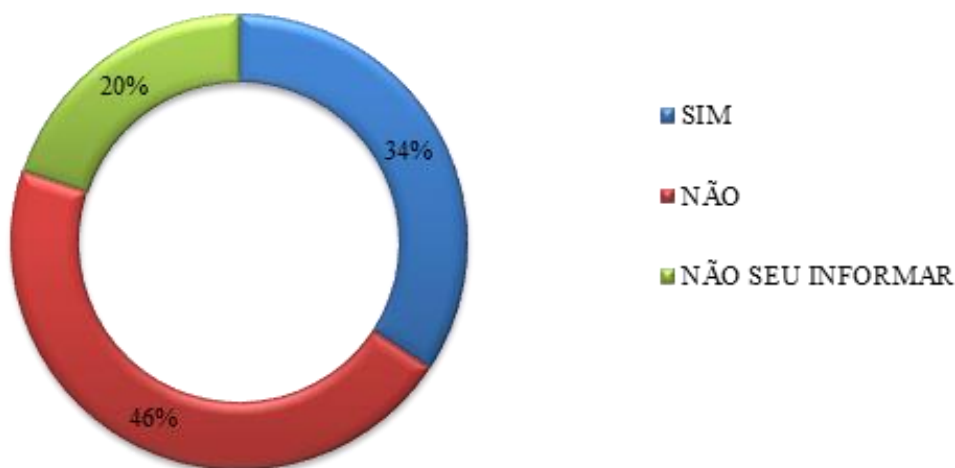
Figura 12. Desligamento de colaboradores.



Fonte: Autoria própria (2021).

Quando questionados sobre a existência de políticas de responsabilidade socioambiental realizadas pela organização as que pertencem, apenas 34% dos respondentes relataram que a empresa em que atuam realizou ou está realizando alguma ação de responsabilidade socioambiental visando ajudar hospitais, profissionais da saúde, comunidades, doentes, fornecedores, colaboradores ou qualquer outro grupo atingido pela Covid-19, o que pode ser observado na Figura 13.

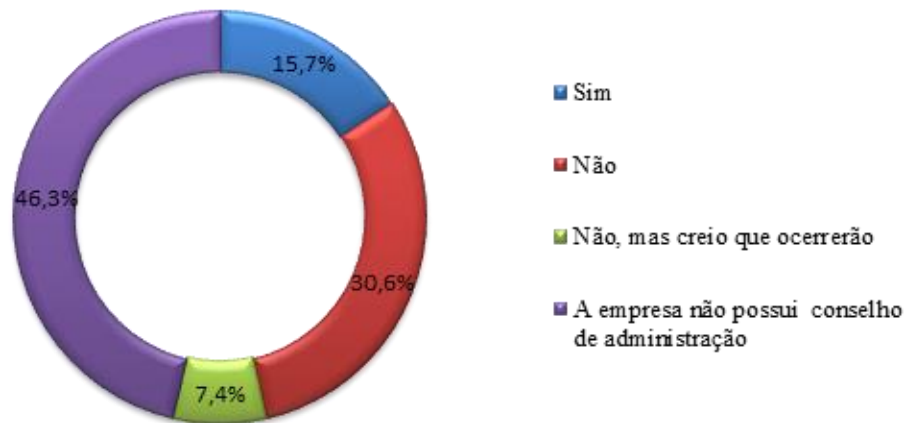
Figura 13. Adoção de ações de responsabilidade socioambiental.



Fonte: Autoria própria (2021).

Quanto às novas rotinas que emergiram durante a crise, apenas 15,7% dos participantes da pesquisa relataram que houve mudança na rotina de reuniões do Conselho de Administração em função da crise da Covid-19. Entretanto, destaca-se o informado de que 46,3% das empresas não possuem Conselho de Administração, conforme Figura 14.

Figura 14. Mudança na rotina de reuniões do Conselho de Administração.



Fonte: Autoria própria (2021).

Quando questionados se a empresa em que atuavam fez algum tipo de pronunciamento ou publicação na imprensa, nas mídias sociais ou internamente para os colaboradores e, na prática, adotaram uma postura diferente da divulgada, em um contexto geral somando todas as diretrizes, 71,3% dos respondentes informaram que sim, de acordo com a Figura 15.

Figura 15. Discurso versus prática.



Fonte: Autoria própria (2021).

Em busca do enfrentamento da crise, e diante da necessidade das empresas se adequarem a uma nova realidade, mostrou-se necessário o replanejamento estratégico e a condução de esforços para novas frentes. Neste sentido, os respondentes da pesquisa foram questionados sobre quais aspectos o Conselho de Administração precisou de atuações dos executivos no enfrentamento à crise, e constatou-se uma centralização de esforços em relação à avaliação de impacto econômico-financeiro, pessoas e comunicação (Tabela 1).

Quadro 1. Direcionamento de esforços

Direcionamento de esforços	Percentuais
Impacto econômico-financeiro – avaliação dos possíveis impactos econômico-financeiros na organização.	34,3%
Pessoas – planos de proteção à saúde de colaboradores, terceiros e fornecedores.	28,7%
Comunicação – revisão da estratégia e do plano de comunicação da organização.	18,5%
Plano de recuperação – alinhamentos e discussões sobre o provável plano de recuperação pós-crise.	8,8%
Indicadores – estabelecimento de parâmetros e indicadores visando à atualização frequente do conselho de administração.	3,2%
Nenhum	6,5%

Fonte: Autoria própria (2021).

Aprofundando-se no preparo das organizações ao enfrentamento da crise causada pela Covid-19, os respondentes foram questionados sobre o quão preparadas as empresas em que atuam estavam, especificamente no que diz respeito a (1) saúde e segurança de seus colaboradores, fornecedores e terceiros, (2) obrigações legais, (3) tecnologia e (4) reserva financeira.

Quanto à saúde e segurança de seus colaboradores, fornecedores e terceiros, a maioria dos respondentes, 61,1%, informaram que a empresa se mostrou preparada, no entanto, o plano de gerenciamento de crises e o plano de contingência contêm lacunas no tocante à necessidade de realização de teletrabalho, jornadas alternativas, atendimento remoto de fornecedores, dentre outras questões, conforme Tabela 2.

Quadro 2. Saúde e segurança de seus colaboradores, fornecedores e terceiros.

Saúde e segurança de seus colaboradores, fornecedores, terceiros.	Percentuais
Bem preparada, com políticas e procedimentos formalizados. O plano de gerenciamento de crises e o plano de contingência preveem todos os requisitos necessários para o pleno funcionamento da empresa e a preservação da saúde e da segurança de seus colaboradores, terceiros e fornecedores.	31%
Preparada, no entanto, o plano de gerenciamento de crises e o plano de contingência contêm lacunas no tocante à necessidade de realização de teletrabalho, jornadas alternativas, atendimento remoto de fornecedores, dentre outras questões.	61,1%
Despreparada, o plano de gerenciamento de crises não prevê procedimentos que visem à saúde e à segurança de seus funcionários, fornecedores e terceiros.	7,9%

Fonte: Autoria própria (2021).

Quanto às obrigações legais (Tabela 3), os respondentes relataram, em sua maioria, 55,1% que a empresa se encontrava preparada, mas com alguns procedimentos e atividades que terão de ser vistos e revistos pontualmente. Não há suporte para que a equipe de colaboradores e/ou terceiros realize as atividades em teletrabalho.

Quadro 3. Obrigações legais.

Obrigações legais	Percentuais
Bem preparada, dispondo de mecanismos implantados que visem ao atendimento de obrigações legais, tais como demandas de reguladores, órgãos de proteção ao consumidor, prazos de atendimento às ações judiciais etc. Os colaboradores estão aptos e dispõem de todos os insumos necessários para atender a essas demandas, inclusive se estiverem em teletrabalho.	38,4%
Preparada, mas com alguns procedimentos e atividades que terão de ser vistos e revistos pontualmente. Não há suporte para que a equipe de colaboradores e/ou terceiros realize as atividades em teletrabalho.	55,1%
Despreparada, sem acesso total às instalações físicas, não possui capacidade para o cumprimento de suas obrigações legais, regulatórias e internas.	6,5%

Fonte: Autoria própria (2021).

No âmbito da tecnologia, 62,1% dos respondentes informaram que a empresa se encontrava preparada, mas existindo falhas de processos concernentes à segurança cibernética e da informação, além de a infraestrutura de tecnologia ser insuficiente para o atendimento da demanda de teletrabalho ou, ainda, de outras demandas como o aumento do uso dos sistemas web, a migração de tecnologias, dentre outras (Tabela 4).

Quadro 4. Tecnologia.

Tecnologia	Percentuais
Bem preparada, dispondo de mecanismos de segurança cibernética, plano de continuidade de negócios eficaz e eficiente, área de segurança da informação e de tecnologia bem estruturada e adequada ao tamanho da organização. Dispõe, ainda, de infraestrutura de tecnologia adequada, incluindo toda a adoção de teletrabalho de seus colaboradores, se necessário.	25,9%
Preparada, mas existindo falhas de processos concernentes à segurança cibernética e da informação, além de a infraestrutura de tecnologia ser insuficiente para o atendimento da demanda de teletrabalho ou, ainda, de outras demandas como o aumento do uso dos sistemas web, a migração de tecnologias, dentre outras.	62,1%
Despreparada, a empresa apresenta falhas de segurança da informação e possui infraestrutura tecnológica insuficiente, defasada ou, ainda, inadequada ao momento que a organização vive.	12%

Fonte: Autoria própria (2021).

No que diz respeito à reserva financeira, destacaram-se em 61,6% as respostas que afirmaram que a empresa se encontrava preparada, existindo caixa suficiente para suprir as demandas da organização pelo período de até 3 meses no caso de interrupção ou paralisação parcial ou total das atividades (Tabela 5). Apenas 12% dos respondentes informaram que a empresa estava despreparada.

Quadro 5. Reserva Financeira

Reserva Financeira	Percentual
Bem preparada, dispondo de reserva financeira suficiente para sua manutenção por no mínimo 6 meses, caso haja necessidade de paralisação ou interrupção parcial ou total das atividades da empresa.	22,2%
Preparada, existindo caixa suficiente para suprir as demandas da organização pelo período de até 3 meses no caso de interrupção ou paralisação parcial ou total das atividades.	61,6%
Despreparada, pois a empresa não dispõe de reserva financeira que suporte a interrupção ou paralisação de suas atividades por mais de 10 dias.	16,2%

Fonte: Autoria própria (2021).

CONCLUSÕES

As práticas de Governança Corporativa baseadas em seus princípios: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, mostram-se úteis ao colaborar com a qualidade da gestão organizacional, longevidade e a segurança fiscal, legal, econômica e social das empresas e ao conceber credibilidade no mercado,

quando adotadas pelas organizações, tratando-se ainda de ferramentas úteis para maximizar o gerenciamento de riscos, crises e resultados.

Por este motivo, para atender o objetivo principal do estudo, de identificar dentro do contexto de governança corporativa, as principais estratégias adotadas pelos comerciantes, seja pela imposição decretada em lei ou pela proatividade dos donos dos estabelecimentos, para a manutenção das vendas e giro da economia local, adotou-se ferramenta de coleta de dados similar à utilizada nos estudos do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

A adaptação de tal ferramenta de coleta de dados voltada para a realidade das pequenas empresas de um único município, mostrou-se útil, embora tenha se destacado o fato de a grande maioria das empresas não possuírem um Conselho de Administração, talvez respondendo por ele, em seu lugar, um ou mais gestores da alta administração da empresa.

No caso de o estudo ter sido realizado na cidade de Corumbá, o fato do fechamento das fronteiras e da adoção das barreiras sanitárias e das medidas de contingenciamento da pandemia terem sido adotadas com rapidez, foram fatores que possibilitaram certa adaptação às empresas - em especial o comércio, setor de destaque - antes da primeira ocorrência da doença na cidade, que demorou a acontecer em comparação com outras cidades brasileiras. Desta maneira, o caso de Corumbá torna-se interessante à medida em que os administradores tiveram relativo tempo para pensar nas práticas (a serem) adotadas.

A coleta e análise de dados, no entanto, demonstra o oposto. Observou-se que 87,5% dos entrevistados relataram que as empresas em que atuam não estavam preparadas para enfrentar a crise causada pela Covid-19. Porém, apenas 44% dos respondentes manifestaram que as empresas em que atuam não possuem políticas e procedimentos formais e/ou um plano de gerenciamento de crises visando direcionar a atuação da organização frente a uma crise.

À vista disso, quanto ao tempo de resposta que as empresas levaram para atuar sob a crise causada pela Covid-19, 52,3% dos respondentes relataram que a empresa em que atuam não teve uma rápida atuação.

Destacou-se também, assim como nos estudos do IBGC, que a avaliação dos possíveis impactos econômico-financeiros são prioridades de centralização de esforços dos gestores das organizações, representado por 34,3% das respostas dos entrevistados. E nesse mesmo sentido, aprofundando-se no preparo das organizações ao enfrentamento da crise causada pela Covid-19, os respondentes foram questionados sobre o quão preparadas às empresas em que atuam estavam preparadas financeiramente e 61,6% dos respondentes, afirmaram que as empresas em que atuam estão relativamente preparadas, existindo caixa suficiente para suprir as demandas da organização pelo período de no máximo 3 meses no caso de interrupção ou paralisação parcial ou total das atividades.

Estes dados manifestam a informação de que não havia total despreparo para a crise, mas sim a carência de práticas de governança corporativa formalmente institucionalizadas nas empresas, e estrategicamente planejadas, para não apenas confrontar possíveis crises existentes, mas também para a regularidade da execução dos preceitos da governança, nos termos das boas práticas empresariais, que podem definir tanto diferenciais competitivos das organizações quanto suas próprias sobrevivências.

Em face do impacto recebido pelas empresas, sugere-se como um caminho para futuras pesquisas a realização do mesmo levantamento em outros municípios e em outros períodos, no ano seguinte, por exemplo. As lições aprendidas pelas pequenas empresas para readequação ao novo cenário comercial poderiam ser o primeiro passo para se pensar cada vez mais na profissionalização e na adoção das práticas afins à governança corporativa, como ferramenta útil nos negócios e sobreposição à crise econômica.

REFERÊNCIAS

BARIC, R.S., Yount, B., Hensley, L., A. Peel, S., & Chen, W. (1997). Episodic Evolution Mediates Interspecies Transfer of a Murine Coronavirus. *Journal of Virology*, 71(3), 1946-1955. Disponível em: <<https://doi.org/10.1128/jvi.71.3.1946-1955.1997>>

BARIC, R.S., Yount, B., Hensley, L., A. Peel, S., & Chen, W. (1999). Persistent Infection Promotes Cross-Species Transmissibility of Mouse Hepatitis Virus. *Journal of Virology*, 73(1), 638-649. Disponível em: <<https://doi.org/10.1128/JVI.73.1.638-649.1999>>

BRASIL. Decreto n. 15.638 de 24 de março de 2020. Diário Oficial Do Estado De Mato Grosso Do Sul, Institui, em caráter excepcional e temporário, medidas restritivas no Estado de Mato Grosso do Sul para evitar a proliferação do coronavírus (SARSCoV-2) e dá outras providências. Disponível em: <https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO10452_24_03_2021>.

CORUMBÁ - Prefeitura Municipal de Corumbá. (2020). Corumbá confirma o primeiro caso de Covid-19. Disponível em: <<https://www.corumba.ms.gov.br/2020/04/corumba-confirma-o-primeiro-caso-de-covid-19/>>

DIEHL, A. A. (2004). Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas. São Paulo: Prentice Hall.

G1 (2020, January 22). Cronologia da expansão do novo coronavírus descoberto na China. G1 Ciência e Saúde. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2020/01/22/cronologia-da-expansao-do-novo-coronavirus-descoberto-na-china.ghtml>>

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2017). Brasil/Mato Grosso Do Sul/Corumbá/História e Fotos. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/corumba/historico>>

IBGC - INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (2015). Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa. 5a ed. São Paulo: IBGC.

Disponível em:
<https://conhecimento.ibgc.org.br/Paginas/Publicacao.aspx?PubId=21138>.

IBGC - INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (2020a). Covid-19 (coronavírus), gerenciamento de crises e o papel dos administradores nas organizações. São Paulo: IBGC. Disponível em:
<<https://conhecimento.ibgc.org.br/Paginas/Publicacao.aspx?PubId=24211>>

IBGC - INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (2020b). Impactos da Covid-19 nas organizações: a visão de colaboradores e administradores. São Paulo: IBGC. Disponível em:
<<https://conhecimento.ibgc.org.br/Paginas/Publicacao.aspx?PubId=24312>>

MACEDO, Y. M., Ornellas, J. L., & Bomfim, H. F. (2020). Covid – 19 no Brasil: o que se espera para população subalternizada? Revista Encantar - Educação, Cultura e Sociedade, 2, 01-10. Disponível em:
<<https://revistas.uneb.br/index.php/encantar/article/view/8189>>

MARCONI, M. A. & Lakatos, E. M. (2021). Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. 9a. ed. São Paulo: Atlas.

MCKINSEY COMPANY (2000). Investor Opinion Survey on Corporate Governance. Disponível em:
<<https://www.oecd.org/daf/ca/corporategovernanceprinciples/1922101.pdf>>

RICHARDSON, R. J., Peres, J. A. S., Wanderley, J. C. V., Correia, L. M., & Peres, M. H. M. (2012). Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas.

ROSENTAL, C.; Frémontier-Murphy, C. (2001). Introdução aos métodos quantitativos em ciências humanas e sociais. Porto Alegre: Instituto Piaget.

MATO GROSSO DO SUL - Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (2021). Carta de Conjuntura n. 62. Disponível em: <<https://www.semagro.ms.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/Setor-Externo-Dezembro-2020-1.pdf>>

MATO GROSSO DO SUL - Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (2020). Relatório da Mineração em Mato Grosso do Sul CFEM Setembro/2020. Disponível em: <https://www.semagro.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/Relatorio_CFEM_2020_Setembro.pdf>

VABRET, A., Mourez, T., Gouarin, S., Petitjean, J. I., & Freymuth, F. O. (2003). An Outbreak of Coronavirus OC43 Respiratory Infection in Normandy, France. *Clinical Infectious Diseases*, 36(8), 959-989. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/374222>.
Vergara, S. C. (2016). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 16a. ed. São Paulo: Atlas.

RECONSTRUINDO SORRISOS

Angelita Prochnow Wilke

RESUMO: A maneira como encaramos os desafios e dificuldades da vida nos apontam para algumas fragilidades em nossas emoções, ao qual neste momento entramos em evidências para algumas discussões. O simples fato de nos aproximarmos deste precipício é um ato de valentia. Além do abismo e das dificuldades, há um mundo de possibilidades que valem a pena. Paramos e pensamos que em muitos momentos de nossas vidas, ao longo do seu ciclo vital, nos deparamos com muitas ocasiões diante de um abismo. São instantes de sofrimento nos quais nos aproximamos do sofrimento psíquico, de um precipício, uma lacuna levados pelas mãos de outras pessoas ou em vezes por nossas decisões. Evidenciamos, sem dúvida, das relações afetivas traumáticas, estas que nos vulneram, nos deixam em situações de extremo descontrole emocional, onde sentimos raiva, ódio, medo, angústia, e até pensamos em esquecer da própria vida, ou seja, uma luz se apaga em nós. Existem momentos que nos aproximamos do limite, atropelamos os sentidos e esquecemos de pensar no outro, este outro que muitas vezes está ali bem ao nosso lado todos os dias – nossos filhos. Filhos que vieram de um sonho, aquele sonho de constituir uma família, uma prole, uma vida, um estado de graça e felicidade. Mas em momentos nos sentimos perdidos e vazios em meio ao todo, não entendemos as mensagens e desperdiçamos o melhor a nos oferecer, nós mesmos e nossa identidade.

Palavras-chave: Reconstruir, ressignificar, ampliar

**Sem sanidade há santidade? alguns constructos sobre a alienação parental e a SAP
- Síndrome de Alienação parental.**

A maneira como encaramos os desafios e dificuldades da vida nos apontam para algumas fragilidades em nossas emoções, ao qual neste momento entramos em evidências para algumas discussões.

O simples fato de nos aproximarmos deste precipício é um ato de valentia. Além do abismo e das dificuldades, há um mundo de possibilidades que valem a pena.

Paramos e pensamos que em muitos momentos de nossas vidas, ao longo do seu ciclo vital, nos deparamos com muitas ocasiões diante de um abismo. São instantes de sofrimento nos quais nos aproximamos do sofrimento psíquico, de um precipício, uma lacuna levados pelas mãos de outras pessoas ou em vezes por nossas decisões.

Evidenciamos, sem dúvida, das relações afetivas traumáticas, estas que nos vulneram, nos deixam em situações de extremo descontrole emocional, onde sentimos raiva, ódio, medo, angústia, e até pensamos em esquecer da própria vida, ou seja, uma luz se apaga em nós. Existem momentos que nos aproximamos do limite, atropelamos os sentidos e esquecemos de pensar no outro, este outro que muitas vezes está ali bem ao nosso lado todos os dias – nossos filhos.

Filhos que vieram de um sonho, aquele sonho de constituir uma família, uma prole, uma vida, um estado de graça e felicidade.

Mas em momentos nos sentimos perdidos e vazios em meio ao todo, não entendemos as mensagens e desperdiçamos o melhor a nos oferecer, nós mesmos e nossa identidade.

Estamos falando de casais que por um motivo ou outro se separam, se divorciam, buscam novos caminhos e não encontram a equidade, o equilíbrio e a congruência de dois seres humanos que tiveram filhos e agora necessitam lidar com isso.

Aqui encontramos em muitos casos os indícios da alienação parental, ou mesmo a própria SAP – Síndrome da alienação parental, onde o sujeito que está neste cenário já sofre as consequências deste sofrimento mental e emocional.

Necessitamos discutir esse assunto, pois encontramos registros de ausência de sanidade nas pessoas que estão à beira desse abismo, desta lacuna que é a separação de corpos, onde muitas vezes a separação emocional não ocorre e aí é que reside o problema, as torturas, as vinganças e o uso dos filhos como objeto de punição ao ex-cônjuge.

A denominada Síndrome da Alienação Parental (SAP) é uma prática utilizada de forma recorrente e irresponsável que põe em risco a saúde emocional e compromete o sadio desenvolvimento de uma criança.

Ao longo do tempo, surgiram no grupo social inúmeros debates significativos e de grande importância para o campo da Psicologia na sua interface com o Direito.

Em razão das inúmeras problemáticas envolvendo a sociedade moderna, como por exemplo, cometimento de crimes, prisões, inquirições e depoimentos de crianças e adolescentes junto ao Poder Judiciário, bem como as divergências familiares que resultam em processo de disputa entre os genitores, abalando diretamente a convivência e os vínculos familiares, é de suma importância a intervenção da Psicologia.

A Lei nº 12.318/2010, conhecida como a Lei da Alienação Parental, bem como, acerca da problemática psicológica que a Síndrome da Alienação Parental traz a criança e/ou adolescente.

A Síndrome da Alienação Parental é uma grave situação que ocorre dentro das relações de família, em que, após o término da vida conjugal, o filho do casal é programado por um de seus genitores para “odiar”, sem qualquer justificativa, o outro genitor. A referida síndrome trata de tema atual, complexo e polêmico que vem despertando atenção de vários profissionais tanto da área jurídica como da área da saúde, pois é uma prática que vem sendo denunciada de forma recorrente (MARTINS, 2012, pg. 18).

A Psicologia pode sim estar presente nestes momentos e contribuir para que esta prática seja trabalhada nos casos de separação conjugal, neste cenário trabalharemos na sociedade de Sorriso – MT este tema através do Projeto “Reconstruindo sorrisos, por uma infância livre da alienação parental”

Costuma-se dizer que precisamos chegar a situações extremas para nos darmos conta, finalmente, de nossa valentia e força interior, nossa equipe técnica busca essa força, para ir em busca da prevenção e alerta aos pais que por motivos tão somente seus acabam por decidir em se divorciar ou separar seus corpos. Mas de suas preciosidades jamais estarão separados.

Referência Bibliográfica

BRASIL. **Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010.** Brasília, DF: Senado Federal, 2010. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12318.htm> Acesso em 15 de setembro de 2014.

BRASIL. **Resolução nº 008, de 30 de junho de 2010.** Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2010. Disponível em <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2010/07/resolucao2010_008.pdf> Acesso em 05/10/2014.

BROCKHAUSEN, Tamara. Alienação parental: caminhos necessários. **Diálogos.** Brasília. pg. 15-16, out. 2012.

BROCKHAUSEN, Tamara. A Lei da Alienação Parental e a Síndrome da Alienação Parental: esclarecimentos. **Diálogos.** Brasília. pg. 17, out. 2012.

GONÇALVES, Hebe Signorini; BRANDÃO, Eduardo Ponte. **Psicologia Jurídica no Brasil.** 3. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2011.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias.** 8 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

Capítulo 55 - DOI:10.55232/1084002055

A DCNEI E O CONCEITO DE EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Débora Paula de Sousa Pinheiro

RESUMO: A experiência é um conceito que está presente nas Diretrizes Curriculares de Educação Infantil e necessita de definição clara. O objetivo da pesquisa foi compreender qual ou quais os conceito/s de experiência e como garanti-la na educação infantil a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, presente nas pesquisas contemporâneas. Como procedimento de investigação foram realizadas pesquisas em base de dados digitais com palavras de referência na busca de estudos, pesquisas, artigos e textos que contribuíssem com a elucidação do objetivo proposto. Como conceito de experiência assumimos, após a pesquisa, que é toda ação que nos passa, que nos afeta, que nos modifica. Desta forma, as experiências na educação infantil devem garantir esses processos.

Palavras-chave: Experiência; Educação Infantil; DCNEI

INTRODUÇÃO

O documento mandatário das ações pedagógicas intitulado Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, refere-se à palavra “experiência” como aquilo que deve ser garantido à todas as crianças matriculadas em instituições de ensino que correspondem à Ensino Infantil, ou seja, crianças que tem idade entre 0 a 5 anos. Em sua estrutura estão disponibilizados tópicos daquilo que deve ser oferecido como experiência, e em momento algum se deixa claro o que esse conceito de fato significa.

É a partir dessa relação estabelecida na DCNEI (BRASIL, 2009) e da importância que existe em proporcionar para as crianças aquilo que está previsto, que se fundamenta a questão que essa pesquisa busca responder. O que é “experiência” e quais são os melhores meios de proporcioná-la na educação infantil, segundo as pesquisas e trabalhos publicados?

Segundo Larrosa (2011, p. 5)

Não há experiência, portanto, sem a aparição de alguém, ou de algo, ou de um isso, de um acontecimento em definitivo, que é exterior a mim, estrangeiro a mim, estranho a mim, que está fora de mim mesmo, que não pertence ao meu lugar, que não está no lugar que eu lhe dou, que está fora de lugar.

A partir dessa observação e tendo em vista o cotidiano e atividades das crianças nas creches e pré-escolas, as relações estabelecidas entre elas e entre os profissionais presentes no ambiente escolar, pode-se constatar que esse ambiente é propício para que se vivencie grande parte das experiências desenvolvidas na infância de forma positiva.

De acordo com Larrosa (2011, p. 7)

Trata-se, portanto, de um sujeito aberto, sensível, vulnerável exposto. Por outro lado, o “princípio da subjetividade” supõe também que não há experiência em geral, que não há experiência de ninguém, que a experiência é sempre experiência de alguém ou, dito de outro modo, que a experiência é, para cada um, a sua, que cada um faz ou padece sua própria experiência, e isso de um modo único, singular, particular, próprio.

O trecho acima ilustra um conceito do termo “experiência” e mostra que dentro da concepção que este autor propõe existem diversos outros conceitos, e uma vez esses conceitos esclarecidos as práticas e atividades que são proporcionadas dentro das creches e pré-escolas poderão promover o desenvolvimento esperado para crianças ao final da Educação Infantil, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI).

A experiência como base para o desenvolvimento do currículo na educação infantil tem como eixos da prática as interações e as brincadeiras (BRASIL, 2010). É frequente que os professores entendam o termo experiência com o fazer algo, gerando excesso de atividade, porém Larrosa (2002) indica que a passividade é uma característica da experiência.

Justamente pelo fato do termo “experiência”, muito importante para a educação infantil, ter um significado ainda abstrato e, por tanto, se concretizar em práticas que nem sempre atendem o que realmente é necessário para o desenvolvimento da criança é que essa pesquisa se faz necessária. Para que seja descontaminado aquilo que já se tem como experiência e seja construído o real conceito, fundamentando assim práticas eficazes e que contribuam para o aprendizado e desenvolvimento das crianças.

É a partir da necessidade citada anteriormente que os objetivos dessa pesquisa se constituem da seguinte forma: como objetivo geral, compreender qual ou quais os conceito/s de experiência e como garanti-la na educação infantil a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, presente nas pesquisas contemporâneas. O que serviu de apoio para que esse objetivo fosse alcançado foram os objetivos específicos, que são: contextualizar e conceituar o termo experiência, investigar nas bases de dados trabalhos sobre experiência na área da educação a partir de 2010 e apontar caminhos para garantir experiências de qualidade na Educação Infantil.

O método utilizado é de caráter qualitativo. Durante o período de desenvolvimento da pesquisa buscou-se por conceitos no que se referem à terminologia “experiência” atrelada a Educação Infantil. Isso foi possível através da pesquisa bibliográfica, buscando nas bases de dados a literatura correspondente a esse termo na área da Educação. Foi utilizado as plataformas de pesquisa “Portal Periódicos CAPES”, “SciELO”, Google Acadêmico e “Biblioteca Digital Brasileira de Teses Dissertação (BDTD)”.

Este relatório está estruturado em quatro etapas, a primeira trás o levantamento bibliográfico de dados sobre o conceito da palavra “experiência” vinculado à educação

infantil. No segundo momento achou-se necessário contextualizar o processo de elaboração da DCNEI e sua resolução. No terceiro momento é abordado o conceito da palavra “experiência” e sua ligação com a educação e transformação dos sujeitos. E por fim uma breve análise do conceito de experiência encontrado na DCNEI e em outros documentos oficiais e norteadores da educação infantil.

METODOLOGIA

Na base de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO) foram encontrados 169 textos utilizando o descritor “experiência and educação infantil”, entretanto muitos deles voltados a área da saúde. Após a filtragem voltada à educação restaram 24, sendo dois selecionados como válidos e relevantes para a pesquisa. O primeiro com título “Experiência e observação: de Rousseau ao Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil” tem como objetivo “resgatar os conceitos de experiência e observação presentes em Emílio, de Jean-Jacques Rousseau, discutindo-os na perspectiva de uma educação para a emancipação, conforme formulada pelos autores da teoria crítica”. (BATISTA, 2011). Nesse artigo encontra-se uma perspectiva de experiência voltada à liberdade da criança, essa que proporciona conhecimento de si mesma e autonomia.

O segundo artigo, “Currículo da Educação Infantil – Considerações a partir das Experiências das Crianças”, Santos analisa (2018, p. 1),

[...] os sentidos produzidos pelas crianças sobre a experiência educativa. A partir de um quadro teórico que articula os Estudos da Infância, a teoria de Walter Benjamin, a Sociologia da Experiência de François Dubet e as Pedagogias da Infância e da Educação Infantil, busca-se compreender como as falas e as ações das crianças contribuem para a proposição de um currículo por campos de experiências.

Esse trabalho proporcionou, através da diferenciação entre experiência adulta e infantil, uma compreensão mais clara sobre a experiência na infância, essa muito mais viva, real, contínua e abundante em possibilidades, principalmente na educação.

No Portal Periódicos CAPES, utilizando o mesmo descritor, foram encontrados 74 resultados após a filtragem, sendo encontrado o mesmo artigo já selecionado anteriormente, “Experiência e observação: de Rousseau ao Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil” de Sueli Soares dos Santos Batista. Na mesma base, utilizando o descritor “conceito and experiência and educação and infância” tiveram 817 resultados sendo 44 filtrados e 3 selecionados. Entre eles “Walter Benjamin e a experiência infantil: contribuições para a educação infantil” que teve como alvo analisar o conceito de experiência no texto benjaminiano tendo em vista a relevância da expressão para o trabalho na educação infantil e sua contribuição no desenvolvimento da infância contemporânea (SANTOS, 2015, p.223). Novamente encontramos aqui um protagonismo da criança em suas próprias vivências, em que,

[...] se reconhecemos que as crianças constroem um mundo cultural que lhes é próprio, num fecundo diálogo com a cultura e a sociedade adultas, as práticas (tanto pedagógicas, quanto de pesquisa) devem, pelo menos, levar em consideração o ponto de vista infantil. Esse empreendimento demanda a desconstrução de práticas planejadas “para” as crianças e a emergência de práticas “das” próprias crianças ou, pelo menos, construídas com a participação dos (as) pequenos (as) (SANTOS, 2015, p. 237).

Os outros dois textos de título “O conceito de experiência social em François Dubet: Possibilidades analíticas” de Rodrigo Manoel Dias da Silva e “Crianças na educação infantil: a escola como lugar de experiência social” de Sandro V. S. Santos e Isabel O. Silva, não foram textos utilizados pois, mesmo falando sobre experiência, traziam ideias inerentes a experiência social, não contendo em sua letra relação com o conceito específico da palavra experiência.

Ainda na CAPES foi pesquisado sobre o tema utilizando de outros descritores, entretanto sem êxito, com muitos resultados voltados a área das ciências sociais, psicologia e tecnologias, sem novas seleções expressivas.

Na base de dados Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) após a utilização de todos os descritores consideráveis, não foi encontrado nenhum trabalho relacionado ao tema desejado.

Foi utilizado também o Google Acadêmico como última ferramenta de busca, onde foram encontradas três pesquisas. A primeira analisada, tendo como título “A Experiência e o Pensar em Dewey e Freire: relações e influências” fez relação entre os pensamentos de Paulo Freire e John Dewey, dois grandes estudiosos da área da educação. Ambos questionavam as práticas educacionais e buscavam em suas reflexões encontrar meios essenciais para um desenvolvimento integral, de modo significativo para os alunos, considerando seu acúmulo de vida cultural e histórico. Também relacionam à experiência a formação do pensar autônomo e reflexivo, como diz Silva (2007, p.9) no artigo analisado “[...] Freire define a autonomia como algo que ‘vai se construindo na experiência de várias, inúmeras decisões, que vão sendo tomadas. (...) A autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser”.

O próximo trabalho analisado foi “Por uma concepção crítica de infância” em que trouxe um aprofundamento de discussões no campo da psicologia a respeito do conceito de infância e seu caráter histórico, voltando - se para a caracterização de Walter Benjamin a cerca da experiência da infância. Para compreendermos um pouco dos pensamentos de Walter Benjamin o pesquisador Ferreira (2015, p. 398) detalha em suas palavras,

Na fase da obra de Benjamin dedicada à formulação de uma metafísica da juventude, o pensador já se preocupa com a crítica a uma concepção limitada de experiência, considerada como “máscara”, através da qual os adultos e, principalmente, os pedagogos modernos lidam com a juventude, arrancando-a de seus devaneios e de suas preocupações com sonhos pueris, lidando com a mesma através de uma perspectiva que busca o “eternamente ontem” no hoje. Os textos de juventude de Walter Benjamin são iluminados por sua continuidade de discussões acerca do conceito de experiência, em que se tratará, gradativamente, de se fazer um diagnóstico do tempo presente, de modo a se poder saber a que distância, efetivamente, nos encontramos em relação ao passado, por exemplo, no que diz respeito à rarefação da arte de narrar e, por decorrência, de intercambiar experiências.

Walter Benjamin acreditava na continuidade da experiência, da reformulação das experiências antigas em novas a partir de sua narração. Acreditava que a experiência deve ser passada a outrem, como forma de memória do passado e conseqüente resignificação das mesmas. Ele critica a atualidade na forma como trata a infância e conseqüentemente

ignora suas ricas e singulares experiências, essa que deve ser tida como um tempo de vida único, sensível e determinante.

O último texto selecionado “O sentido da educação democrática: revisitando o conceito de experiência educativa em John Dewey” como em seu título já diz, é um trabalho de investigação do conceito de experiência educativa desenvolvida por Dewey, o autor Branco (2010, p.599) explica que,

Efetivamente, a sua filosofia educativa está alicerçada numa teoria da experiência na medida em que se assenta numa conexão entre a experiência pessoal e a aprendizagem (...). Neste artigo, e com recurso a algumas das principais obras pedagógicas do autor, procedemos à caracterização do conceito de experiência educativa, começando por distingui-lo do conceito de experiência pura e simples (...) procuraremos de seguida compreender o impacto que essa concepção possui na organização de um ensino indireto, baseado numa busca cooperativa, e nas concepções de currículo e do papel do professor e do aluno.

Além dos textos já mencionados acima, esses que foram selecionados através da pesquisa bibliográfica, foram entregues seis textos bases, que já haviam sido pesquisados e separados, sobre o conceito de experiência, em sua maioria obras de Jorge Larrosa ou estudos de outros pesquisadores sobre seu conceito. Esses trabalhos foram de grande relevância para o desdobramento do conceito experiência e suas possibilidades do pensamento educativo.

O HISTÓRICO DA DCNEI

A obrigatoriedade de fixar em documento as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), sendo umas delas destinadas a Educação Infantil, surge na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 em seu Art. 9º que propõe “estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil (...) que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum” (BRASIL, 1996, Art. 9).

Em 2008 se iniciou o processo que desencadearia a criação definitiva das DCNEIs. Encontramos o processo de concepção e elaboração das Diretrizes no próprio documento finalizado, que diz,

a Coordenação Geral de Educação Infantil do MEC estabeleceu, com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), convênio de cooperação técnica para a articulação de um processo nacional de estudos e debates sobre o currículo da Educação Infantil. Disso resultou uma série de documentos, dentre eles “Práticas cotidianas na Educação Infantil: bases para a reflexão sobre as orientações curriculares” (MEC/COEDI, 2009). Esse processo serviu de base para a elaboração de “Subsídios para as Diretrizes Curriculares Nacionais Específicas da Educação Básica” (MEC, 2009), texto encaminhado ao Conselho Nacional de Educação pelo Senhor Ministro de Estado da Educação. A proposta do MEC foi apresentada pela professora Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, Secretária de Educação Básica do MEC, na reunião ordinária do mês de julho de 2009, da Câmara de Educação Básica. Nessa ocasião foi designada a comissão que se encarregaria de elaborar novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, (BRASIL, 2009).

Em 5 de agosto de 2009, deu-se continuidade ao processo em reunião com diversas entidades nacionais que delimitaram pontos básicos para serem encaminhados para o debate em audiências públicas nacionais, que foram promovidas posteriormente pela Câmara de Educação Básica do CNE, em São Luis do Maranhão, Brasília e São Paulo (DCNEI, 2010).

Para o desenvolvimento relevante das diretrizes, essas que contribuiriam de forma significativa na disseminação dos pensamentos e práticas pedagógicas na Educação Infantil, levou-se a contribuição de diversos “grupos de pesquisa e pesquisadores, conselheiros tutelares, Ministério Público, sindicatos, secretários e conselheiros municipais de educação, entidades não governamentais e movimentos sociais”. (2010, p.34)

Foi fixado então o documento através da Resolução nº 5 de 17 de dezembro de 2009, nomeado de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs). Que é definida em seu próprio documento como,

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil articulam-se às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares de Educação Infantil (2009, p.11).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs), como já citado, é um documento que deve nortear as ações pedagógicas junto ao currículo, esse que de acordo com o Art. 3º da Resolução Nº 5, de 17 de dezembro de 2009, é

concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade (BRASIL, 2009, Art. 3).

Caminhamos no sentido de acreditar e desejar a efetividade do documento, esse que carrega princípios importantes para o desenvolvimento integral da criança, que se mostra aberto a articular os saberes e experiências das mesmas. Os profissionais da educação, assim como pesquisadores da área buscam compreendê-lo em sua totalidade, para que conseqüentemente suas práticas sejam cada vez mais eficazes e tragam avanços a educação do país, prezando por uma formação de qualidade aos alunos.

Nessa perspectiva a pesquisa busca ao olhar para as Diretrizes encontrar na palavra “experiência”, citada no documento, um significado que se relacione de forma mais própria e significativa ao contexto educacional, buscando por meio desta contribuir às futuras práticas educacionais.

SOBRE O CONCEITO DE EXPERIÊNCIA

Jorge Larrosa, professor de Filosofia da Educação da Universidade de Barcelona é um dos principais pesquisadores do tema experiência. Ele busca em algumas de suas obras desmistificar e ampliar o conceito de experiência, que por vezes é utilizado sem

muitas reflexões, sem levar em conta suas enormes possibilidades teóricas, críticas e práticas, de forma a haver uma desvalorização de seus reais significados e possibilidades no campo educativo (LARROSA, 2009).

Para Larrosa (2002, p.21) a experiência é “o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca”. Ele acredita que um acontecimento só se torna experiência se de alguma forma transforma o sujeito, deixa uma marca.

Ele compreende a experiência como sendo “isso que me passa”. A palavra “Isso” seria o acontecimento, esse que independe do sujeito, é externo a ele, não está relacionado à suas próprias ideias, vontades, representações, sentimentos, suas intenções e projetos (LARROSA, 2011). Larrosa (2002, p.21) diz que “não há experiência, portanto, sem a aparição de alguém, ou de algo, ou de um isso, de um acontecimento em definitivo, que é exterior a mim, estrangeiro a mim, estranho a mim, que está fora de mim mesmo”. Nesse sentido a experiência necessita de um acontecimento externo ao sujeito que a vive.

A palavra “me” vai significar que algo “me” passa, ou seja, passa em mim, não passa ao redor, mas em mim. O lugar da experiência é o sujeito, por isso é algo subjetivo, reflexivo e transformador. É um processo que se relaciona entre exterior, pois o sujeito se deixa aberto para receber o novo, é um ser passivo, receptivo, disponível, e interior, pois se permite transformar por meio dos acontecimentos ao parar para vivencia-los de forma significativa (LARROSA, 2011).

Ela é sempre individual, “é sempre experiência de alguém ou, dito de outro modo, que a experiência é, para cada um, a sua, que cada um faz ou padece sua própria experiência, e isso de um modo único, singular, particular, próprio” (LARROSA, 2011, p. 7). A experiência é singular, única e subjetiva. Singular, pois cada um vive sua própria, única pois não se repete, é sempre inédito ao sujeito, e subjetiva pois é pessoal, particular, transforma apenas aquele que a vive. Larrosa vai dizer que experiência em sua realidade singular é inidentificável, irrepitível, irrepresentável, incompreensível, incomparável, extraordinária, única, insólita e surpreendente (LARROSA, 2011).

Alem de individual tem um poder de transformação, todo sujeito que a vive de fato está aberto a ela, “daí que o resultado da experiência seja a formação ou a transformação do sujeito da experiência. Daí que o sujeito da experiência não seja o

sujeito do saber, ou o sujeito do poder, ou o sujeito do querer, senão o sujeito da formação e da transformação” (LARROSA, 2011).

O sujeito da experiência é como um território de passagem. Nesse sentido encaixamos a última palavra da expressão, “passa”. Algo passa pelo sujeito e lhe deixa uma marca, um vestígio, um rastro, uma ferida. O sujeito é um alguém padecente, que é paciente e passional, permite vivenciar o acontecimento de forma a abrir-se aquilo que ainda não se sabe, a alegria ou até mesmo ao sofrimento. Portanto “O sujeito da experiência se define não por sua atividade, mas por sua passividade, por sua receptividade, por sua disponibilidade, por sua abertura”. (LARROSA, 2002, p. 24).

Podemos definir então a experiência como sendo uma conexão significativa entre o sujeito e os acontecimentos, que exige para isso uma complexidade de significações. Um acontecimento significativo não é qualquer vivência, para se tornar significativo necessita dar significado as coisas que nos passa, percebê-las, refletir sobre elas, relacioná-las a vida, de algum modo gera importância, fica na memória. Para o filósofo norte-americano John Dewey (apud CARLESSO, TOMAZETTI, 2011, p.79) “a experiência perde seu potencial na medida em que o sujeito torna-se incapaz de realizar as possíveis conexões entre as coisas com que se ocupa”, para ele também é importante o refletir sobre a vivência, pois assim conseguimos dar continuidade as experiências que construímos. Para Dewey (apud CARLESSO, TOMAZETTI, 2011, p.79), “a função do pensamento reflexivo é, por conseguinte, transformar uma situação de obscuridade, dúvida, conflito, distúrbio de algum gênero, numa situação clara, coerente, assentada e harmoniosa”.

Para Walter Benjamin há um sentido de continuidade na experiência, essa se dá através da narração. Assim a experiência é transmitida, narrada, pensada, torna-se infinita e coletiva, vai além do tempo vivido. Ele acredita que a experiência se tornou escassa na modernidade, pois, os indivíduos não as narram mais uns aos outros, não as tornam coletivas, tornam-nas individuais e por isso perdem sua essência, sua plenitude. Mesmo sabendo que a experiência é algo subjetivo, Benjamin acredita que experiência sem ser transmitida é apenas uma vivência, algo finito, se esgota após sua ação, já a experiência quando transmitida se torna infinita, se resignifica ao sujeito que a viveu e ao outro. Desse modo, “o vivido se resignifica à medida que é ‘narrado’, uma vez que o narrar não apenas apresenta ao outro uma história vivida, mas reapresenta a quem viveu sua própria experiência” (Pereira, 2012, p. 44 apud SANTOS, 2015, p. 230-231).

Para Larrosa (2002) existem alguns fatores que minimizam ou até mesmo excluem a possibilidade do acontecimento da experiência, consequências das condições de vida do sujeito moderno – o excesso de informação, opinião, trabalho e a falta de tempo. Pois enquanto os sujeitos modernos se preocupam em estar sempre informado, não há espaço nesse tempo para a experiência, a pessoa pode saber muitas coisas, mas essas não lhes causam nenhum impacto, não lhes permitem sentir, refletir, dar significado, foram meras informações que serão, com o decorrer dos dias, descartadas e substituídas. Já o excesso de opinião é a necessidade que existe na sociedade de sempre precisar estar pronto para opinar sobre algo, de forma a se anular a possibilidade de um pensar por si mesmo, de uma análise mais profunda sobre os fatos, de uma opinião que não há problemas em se diluir e se modificar, à medida que se aprende coisas novas.

A falta de tempo se dá pela velocidade com que vivemos, fazemos muitas coisas o tempo todo e o tempo sempre parece faltar, dessa forma não há espaço à experiência, Larrosa (2002, p. 23) vai dizer que

O acontecimento nos é dado na forma de choque, do estímulo, da sensação pura, na forma da vivência instantânea, pontual e fragmentada. A velocidade com que nos são dados os acontecimentos e a obsessão pela novidade, pelo novo, que caracteriza o mundo moderno, impedem a conexão significativa entre acontecimentos.

Outro aspecto é o excesso de trabalho que também impossibilita o homem moderno de vivenciar experiências, esse que se vê ansioso por sempre fazer algo, estar em uma atividade de produção, não consegue parar, precisa mostrar sua potencialidade através do trabalho, da ação, chamados ironicamente de sujeitos que possuem a experiência, compreendendo-a como atividade, como diz Larrosa “e por isso, porque sempre estamos querendo o que não é, porque estamos sempre em atividade, porque estamos sempre mobilizados, não podemos parar. E, por não podermos parar, nada nos acontece” (2002, p. 24).

Na ciência moderna a experiência se torna controlável, manipulada, calculada, vinculada ao “experimento”, essa se converteu a um método, uma atividade que busca provar ao homem concreto suas verdades objetivas, verdades que sempre permanecerão externas a ele. Nas palavras sábias de Larrosa (2002, p.28) “A vida humana se fez pobre e necessitada, e o conhecimento moderno já não é o saber ativo que alimentava, iluminava

e guiava a existência dos homens, mas algo que flutua no ar, estéril e desligado dessa vida em que já não pode encarnar-se”.

Encontramos um posicionamento quanto a isso na obra *Emílio* de Jean-Jacques Rousseau (1712 – 1778), esse que acreditava na experiência como instrumento fundamental à emancipação. No artigo pesquisado a autora critica, através da ótica de Rousseau, à utilização do conceito de experiência como experimento, esse que é usado na educação das crianças como ferramenta para comprovar e reforçar conteúdos teóricos, como, o manuseio dos elementos terra, água e tinta para elucidar aos pequenos alunos alguns conhecimentos tidos como fundamentais. A experiência não está na atividade em si, mas na liberdade da criança de se relacionar com o novo, de se interessar e explorar, de viver o presente e ser sensível a ele. Experiência tem haver com liberdade e felicidade, é diferente de momentos automáticos e predeterminados, esses direcionam a uma vida de manipulações, como diz Rousseau (apud BATISTA, 2011, p. 782) “Para armá-la com alguns vãos instrumentos cujo uso nunca entenderá talvez, vós lhe tirais o instrumento mais universal do homem que é o bom senso; vós a acostumais a sempre se deixar guiar, a não passar nunca de uma máquina nas mãos de outrem.”

A experiência real traz autonomia e emancipação. Não são meros procedimentos úteis, prudentes, ordenados, mas é descontínua, às avessas, da sensibilidade e do inconsciente (BATISTA, 2011). Sendo ela um efeito imediato e individual, sem precisar de conduções, regulamentos ou adaptações pedagógicas para a sua existência. A experiência está além do experimental e científico, além do planejado. Rousseau defende uma experiência imediata, onde a criança deve depender o mínimo possível das ações e do controle dos adultos para a tal. Experiência está ligada ao ato de vivenciar por si só, conhecer a si mesmo e ao outro e através disso se apropriar dos conhecimentos para a construção de sua autonomia. Batista (2011, p. 782) vai dizer que “A defesa da infância, em Rousseau, chega à exaltação do moleque sujo, cerrado em si mesmo, cheio de contusões, ignorante, feliz e livre, pois lhe foi permitido – e ele permitiu-se – ser autônomo”.

Já a experiência existencial e estética compreendida por Larrosa não pode ser entendida, igualmente, como experimento, na verdade são bem distintas entre si. Ele explica que um experimento pode acontecer a todos da forma igual, a experiência é sempre singular a cada um que a vive. O experimento pode ser repetido quantas vezes necessitar, já a experiência não é possível de ser repetida. O experimento sempre é o

mesmo a todos que o vivenciam, já a experiência também pode ser compreendida como plural, pois um único acontecimento pode se gerar muitas experiências dado ao fato de cada um ter a sua (LARROSA, 2011).

Compreendemos que a experiência, muitas vezes interpretada erroneamente, relacionada ao experimento, ou meras atividades que por vezes são controladas e determinadas, é na sua realidade um saber particular, subjetivo, relativo, contingente, pessoal, que nos permite apropriar-nos de nossa própria vida. É a formação e a transformação da subjetividade, a ligação entre o sujeito e a vida de uma forma significativa e transformadora, e por ser transformadora tem um caráter educativo.

ANÁLISE DA DCNEI E O CONCEITO DE EXPERIÊNCIA

Nessa etapa da pesquisa irei fazer uma breve análise das Diretrizes assim como outros documentos, com um objetivo não mais de esclarecer as ideias, entendendo que sobre esse tema vale outra pesquisa mais extensa e detalhada. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil a palavra experiência é citada explicitamente por seis vezes, hora pode ser compreendida, de acordo com a pesquisa, como acontecimentos significativos das crianças, hora com um sentido mais voltado a atividade, experimento.

A primeira está na definição de currículo, em que se busca a articulação das “experiências” e saberes das crianças com os conhecimentos tidos como essenciais. Aqui a palavra experiência pode ser compreendida como, de fato, os acontecimentos de vida significativos das crianças, pois usa o termo de forma mais particular, como sendo “coisas” que já passaram pela vida da criança e que podem ser articulados aos conteúdos do currículo.

Mais adiante temos a orientação sobre as práticas pedagógicas, tendo como eixo norteador as interações e brincadeiras, e a garantia de “experiências”. Nessa etapa do documento há uma série de recomendações de como garanti-las. É citada a garantia de “experiências sensoriais, expressivas, corporais” e também “experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita”. Percebe-se que essas experiências podem ser compreendidas como atividades em momentos que o educador pode desenvolver com os alunos. Como é usado o termo “garantia” leva a uma interpretação de que a experiência pode ser algo programado, elaborado e aplicado a todas as crianças da mesma forma.

Também encontramos no documento um trecho que diz “As crianças e o conhecimento matemático: experiências de exploração e ampliação de conceitos e relações matemáticas” como um dos temas para a elaboração de orientações curriculares. A palavra experiência aqui pode ser tranquilamente substituída por experimento ou atividades, o que mostra um sentido diferente do pensado pelos pesquisadores do termo.

Além da DCNEI temos outros documentos norteadores que utilizam do termo experiência, mas não deixa claro seu significado. Temos a Proposta Curricular do Município de São Paulo, que está organizada como apresentado abaixo.

- a. Experiências voltadas ao conhecimento e cuidado de si, do outro, do ambiente.
- b. Experiências de brincar e imaginar.
- c. Experiências de exploração da linguagem corporal
- d. Experiências de exploração da linguagem verbal.
- e. Experiências de exploração da natureza e da cultura.
- f. Experiências de apropriação do conhecimento matemático
- g. Experiências com a expressividade das linguagens artísticas. (SÃO PAULO, 2007, p. 42)

Embora o documento esteja organizado utilizando o termo “experiência” não há uma definição sobre o que é causando a percepção de que experiência é sinônimo de atividade, de tarefa.

Na BNCC, em sua etapa da Educação Infantil temos em sua estrutura os Campos de experiência que “constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural” (BRASIL, 2010). Nesse sentido entendemos que as experiências são da vida cotidiana das crianças, próprias e únicas a cada uma. Entretanto o documento, que desde sua elaboração é alvo de varias críticas, tem em sua organização um viés pragmático e um tanto que despreocupado com aquilo que essa pesquisa traz por experiência, quando em sua estrutura se atenta mais aos conteúdos, as sequencias e resultados esperados para determinadas faixas etárias, de forma um tanto homogênea, massificada, não muito clara para a afetividade do trabalho pedagógico e o real desenvolvimento das crianças no nível da Educação Infantil, essa estrutura de documento de acordo com Barbosa, Silveira e Soares (2019, 84),

Trata-se, pois, de uma visão instrumental, que serve para organizar não só o que a criança deverá aprender como também controlar o trabalho docente. Entende-se, desse modo, o aparecimento no documento da Base a identificação dos campos de experiência e objetivos de aprendizagem por um código alfanumérico, preparando os indicadores que servirão ao controle, abrangendo a condição de uma avaliação objetiva tanto da criança como de cada professor, delimitando o que se alcançou na aprendizagem individual e o que se deu conta de ensinar.

Durante a pesquisa também foi encontrado uma publicação realizada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB-COEDI) chamada Diretrizes em ação – Qualidade no dia a dia da Educação Infantil. Esse documento é resultado de um trabalho realizado em 2011 e 2013, e foi elaborado com o objetivo de auxiliar os municípios brasileiros na implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil e incentiva – lós “a revisitarem suas propostas educativas e oferecer experiências significativas às crianças matriculadas na Educação Infantil” (como citar? BRASIL, 2015, p.11). Usarei um trecho do documento como um exemplo para esclarecer a questão do conceito de experiência, lembrando que esse foi um trabalho excepcional e esclarecedor das Diretrizes que vale nosso estudo e exemplo de prática.

Nesse documento a palavra experiência aparece 22 vezes, em sua maioria relacionada a vivencia da criança, entretanto na pagina 28 há uma fala que diz “experiências de brincar”, aqui vemos a experiência como a própria atividade do brincar e não como sua consequência, digamos que, o correto nesse caso seria “experiências ao brincar”.

A brincadeira pode ser sim um meio para o acontecimento da experiência, mas ela por si só não o é. Por exemplo, ao deixarmos as crianças durante um período da creche brincando com determinados objetos pode ser que algumas tenham experiências significativas, assim como outras não. Pois ela é individual, particular a cada um. A criança pode ter experiências ao comer, na hora do banho, nas relações com seus pares e educadores, mas a palavra experiência não deve ser limitada ao experimento da criança, ela deve ser entendida aos momentos que essa tem relações significativas entre ela e o mundo, entre seu interior e exterior, precisa de tempo e espaço para isso. Como diz

Larrosa (2011, p.24) “A experiência é sempre de alguém, subjetiva, é sempre daqui e de agora, contextual, finita, provisória, sensível, mortal, de carne e osso, como a vida mesma”. Por isso não se pode aprisioná-la a técnica, a algo fechado e programado, ela é livre e única como a vida, ela reside e se manifesta na singularidade de cada ser.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização desta pesquisa compreendemos que a palavra “experiência”, citada por diversas vezes nos documentos mandatórios e norteadores da educação infantil no Brasil, principalmente na DCNEI, traz em seu íterim um significado muito além de atividades planejadas. A experiência está intrínseca a cada criança e se manifesta a cada uma de forma singular. Com isso, ao pensarmos em “garantir experiências” como é citado na DCNEI, não nos prenderemos as atividades como recurso para garanti-la, pois essa não está em um plano de aula, nem mesmo em um recurso didático, em um único momento da aula, ou apenas na brincadeira. A experiência está em cada um que a vive, está na criança quando ela se percebe no espaço, quando se relaciona com o outro, quando ela se assusta com uma situação nova, quando ela ri ou chora por algo que ganhou ou perdeu. E ainda assim não poderemos dizer se ali houve ou não uma experiência significativa, pois somente o sujeito que a viveu que irá guardar dentro de si aquela marca, que vai lembrar-se ou não daquele momento depois de algum tempo ou anos e transmitir a outrem.

Sabemos que na educação infantil existe uma intencionalidade, que temos objetivos junto às crianças, de impulsioná-las em seu desenvolvimento, de ajudá-las a se encontrarem consigo mesmas e com o mundo. Entretanto ao fazermos isso devemos nos atentar a propor momentos que ofereçam a elas conexões significativas entre os acontecimentos, do momento da entrada até a hora da saída, compreender que existem inúmeras possibilidades que podem ser manifestas a cada criança de forma única.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Sueli Soares dos Santos. Experiência e observação: de Rousseau ao Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Educ. Pesqui., São Paulo, v.

37, n. 04, p. 779-792, dez. 2011. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151797022011000400007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 17 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. – Brasília: MEC/SEB, 2010.

CARLESSO, D; TOMAZATTI, E,M. As condições de (im) possibilidade da experiência em John Dewey e Jorge Larrosa: algumas aproximações. *Revista Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v.19, n2, p.75-97, jul./dez. 2011.

Curricular Nacional para a Educação Infantil. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n.4, p. 779 – 792, dez. 2011.

ETO, Ana Paula, E, M; SÁ, N, P. A experiência dentro do processo formador educativo em: Froebel, Freinet e Dewey. *Revista Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v.19, n2, p.56-74, jul./dez. 2011.

FERREIRA, M, S. Por uma concepção crítica de infância. *Psicologia & Sociedade*, Minas Gerais, v. 27, n.2, mai./ago, p. 394-403, 2015.

LARROSA, J.. Experiência e Alteridade em educação. *Revista Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v.19, n2, p.04-27, jul./dez. 2011. Disponível em: <<file:///D:/Usuarios/Usuario/Downloads/2444-9901-1-PB.pdf>>. Acesso em: 28 abr 2019.

LARROSA, J.. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. In: *Revista Brasileira de Educação*. n. 19. Jan - Abr /2002.

LOPEZ, M, V. O Conceito de Experiência em Michel Foucaut. *Revista Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v.19, n2, p.42-55, jul./dez. 2011.

SANTOS, S, V S. Currículo na educação infantil – considerações a partir das experiências das crianças. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 34, p 1-32, 2018.

SANTOS, S, V, S. Walter Benjamin e a experiência infantil: contribuições para a educação infantil. *Pro-Posições*, v. 26, n.2 (77), p. 223-239, mai./ago. 2015.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. Orientações curriculares: expectativas de aprendizagens e orientações didáticas para Educação Infantil/Secretaria Municipal de Educação – São Paulo: SME/DOT, 2007.

SILVIA, U, R. A experiência e o pensar em Dewey e Freire: relações e influências. GT: Filosofia da Educação, n. 17. Disponível em: <
<http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT17-2822--Int.pdf> > Acesso em: 17 fev 2020.

PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE ÓRTESES E PRÓTESES

Micaeli Ramos Pereira

RESUMO: Evoluir sustentavelmente tornou-se um desafio coletivo árduo, que demanda de uma necessidade crítica de contornar os grandes desgastes ambientais já causados de modo econômico, assegurando uma vivência humana digna para todos. O setor saúde tem sido passível à inclusão tecnológica material com finalidade terapêutica, diagnóstica e de qualidade de vida, através de conhecimentos e produtos da informática, novos equipamentos e materiais. A produção de órteses e próteses como produtos auxiliares e substituidores, respectivamente, das funções cinesiológicas humanas, tornaram-se mecanismos inovadores e de suma importância para manter a qualidade de vida dos indivíduos deles necessitados. O presente artigo objetiva relatar os atuais recursos utilizados para a produção de Órteses e Próteses de maneira sustentável. Trata-se de uma revisão bibliográfica realizada por meio de livros e artigos encontrados em plataformas científicas digitais voltados para a produção sustentável de Órteses e Próteses. Os resultados encontrados mostraram que os materiais como as fibras de carbono e de vidro, o PP (polipropileno) e o PVC (policloreto de vinila), além da impressora 3D, são meios de produção sustentáveis e eficazes cinesiologicamente para o usuário de órteses e próteses, representando produtos que aliam a tecnologia, sustentabilidade e saúde, visando o bem-estar do indivíduo. Através do presente estudo, pôde-se concluir que o uso da tecnologia sustentável aplicada à saúde produz resultados muito benéficos para população, como explanado no caso das órteses e próteses, conferindo modos mais eficientes de produção de equipamentos e produtos.

Palavras-chave: Órtese, Prótese, Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

A ocorrência de duas guerras mundiais no século XX gerou uma disputa pelo desenvolvimento de tecnologias que, apesar de gerar destruição, serviu para a melhoria da vida das pessoas. No entanto, essa corrida tecnológica causou a degradação da natureza e evidenciou novas desigualdades. (LORENZETTI et al., 2012)

Lorenzetti et al. (2012) relatam que os temas tecnologia e inovação tecnológica estão em pauta nos meios de comunicação, em pesquisas empresariais e governamentais e em diversas organizações sociais, inclusive com grande ascendência na área da saúde. Os mesmos autores chamam atenção para os recursos e instrumentos tecnológicos utilizados hoje em dia, como energia elétrica, automóvel, avião, computador, telefone fixo e móvel, televisão e internet.

O avanço tecnológico permitiu que as atividades diárias que executamos fossem realizadas de maneira mais prática, rápida e eficiente, influenciando desta maneira no processo contínuo de pesquisas que conferissem novas descobertas voltadas para a garantia de uma melhor qualidade de vida para o ser humano, no entanto, afastando-se da responsabilidade ambiental e sustentável para com o planeta e a sociedade, o que acarretou numa degradação extrema do meio ambiente.

Evoluir sustentavelmente tornou-se um desafio coletivo árduo, que demanda de uma necessidade crítica de contornar os grandes desgastes ambientais já causados de modo econômico, assegurando uma vivência humana digna para todos. Lorenzetti et al. (2012), trazem a concepção do paradigma de sustentabilidade que surgiu propondo a superação do império econômico, equilibrando a dimensão econômica com justiça social, proteção e recuperação ambiental, paradigma este que gerou em 2000 uma formulação dos oito objetivos para o desenvolvimento do milênio pela Organização das Nações Unidas (ONU) a serem alcançados até 2015, dentre os quais estava promover a qualidade de vida e respeito ao meio ambiente.

A agenda 2030, proposta pela Organização da Nações Unidas, estabelece 17 objetivos do Desenvolvimento Sustentável, entre os quais está garantir o acesso à água potável, às energias renováveis e mais baratas e promover a construção de cidades sustentáveis, objetivos que devem ser implementados por todos os países até o ano de 2030. (MELO, 2017)

Lorenzetti et al. (2012) relatam que a tecnologia tanto produziu teorias científicas que a explicam e sustentam quanto deriva da ciência pura que produz conhecimentos aplicáveis. Segundo os mesmos autores, os avanços tecnológicos na saúde apresentam seus resultados ao trazer benefícios e rapidez no diagnóstico e tratamento das doenças. A tecnologia moderna continuamente criada e transformada pelo ser humano a seu próprio serviço, não só melhorou a forma de resolver recorrentes problemas, como pôde fornecer melhores condições de vida e saúde para as pessoas.

A ideia de doença como disfunção de uma parte, órgão ou sistema do corpo, fez desenvolver no indivíduo uma visão focada apenas num único sistema ou em parte dele para diagnóstico e tratamento, tendo o hospital como espaço assistencial privilegiado. O hospital e as clínicas são o panorama dos grandes avanços da ciência moderna, fazendo uso de métodos e tecnologias sofisticadas tanto no diagnóstico quanto no tratamento das

enfermidades. O setor saúde tem sido passível à inclusão tecnológica material com finalidade terapêutica, diagnóstica e de qualidade de vida, através de conhecimentos e produtos da informática, novos equipamentos e materiais. (LORENZETTI et al., 2012)

Segundo Lorenzetti et al. (2012), são admiráveis e em crescimento contínuo os investimentos em avanços e novas descobertas tecnocientíficas na área da saúde, como medicamentos, vacinas, próteses, órteses, robôs cirúrgicos, prontuário eletrônico e etc. Falando de tecnologias de atenção à saúde, os mesmos autores apresentam seus incluíntes como os medicamentos, equipamentos, procedimentos técnicos, sistemas organizacionais, educacionais e de suporte, programas e protocolos assistenciais, que prestam à população atenção e cuidados com a saúde.

De acordo com o Ministério da Saúde (2010), o desenvolvimento, a incorporação e a utilização de tecnologias nos sistemas de saúde, assim como a sua sustentabilidade, estão inseridos em contextos sociais e econômicos, que provêm da contínua produção e consumo de bens e produtos.

A tecnologia assistiva (TA) engloba recursos, estratégias, metodologias, práticas, produtos e serviços que objetivam gerar qualidade de vida e inclusão social para pessoas com incapacidades e deficiência. Refere-se a toda a sucessão de produtos e serviços que auxiliam na ampliação e melhoria da capacidade de pessoas com algum tipo de deficiência, promovendo assim uma maior independência para exercer suas atividades rotineiras de forma natural e mais integradas à sociedade. A TA deve ser entendida como um auxílio que originará a ampliação de uma habilidade funcional deficitária ou permitirá a realização da função desejada e que se encontra impedida por circunstância de deficiência ou pelo envelhecimento (BERSCH, 2017).

Um exemplo de como a tecnologia tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida de pessoas com deficiência é o estudo de novos materiais e aplicações, que colaboram para o desenvolvimento de novos equipamentos ou próteses com melhor qualidade para pessoas com deficiência a um menor custo. O ganho de leveza, melhores condições de locomoção e principalmente a personalização de acordo com os diferentes estereótipos vêm promovendo conforto aos usuários. (MELO, 2017)

Um dos objetivos da Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência (PcD) é fornecer atenção integral à saúde da PcD, incluindo a concessão de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção. As órteses, próteses e meios auxiliares objetivam facilitar o acesso, favorecer maior autonomia e melhorar a qualidade de vida da PcD. (BORGES, 2021)

Como traz o Ministério da Saúde (2019), a definição técnica de órtese elaborada pela Câmara Técnica de Implantes da Associação Médica Brasileira (AMB) é de todo dispositivo permanente ou transitório, utilizado para auxiliar as funções de um membro, órgão ou tecido, evitando deformidades ou sua progressão e/ou compensando insuficiências funcionais, ao passo que a prótese é definida como todo dispositivo permanente ou transitório que substitui total ou parcialmente um membro, órgão ou tecido.

Órtese se refere a todo dispositivo destinado a qualquer parte do corpo, com função de imobilizar ou estabilizar, prevenir ou corrigir deformidades, proteger contra lesões, auxiliar na cura ou maximizar a função. Sua finalidade preliminar é melhorar funcionalidades, permitindo que pessoas sem movimentos ou com mobilidade reduzida possam se locomover com um padrão cinético semelhante a um indivíduo saudável (ARAÚJO, 2010).

Lindemayer (2004) classifica as órteses em simples ou complexas, dinâmicas ou estáticas, pré-fabricadas sob medida para o cliente e produzidas com diversos materiais, como o polipropileno, gesso sintético e o neoprene. Silva et al. (2014) informa que uma órtese deve ser prescrita por um médico ou fisioterapeuta e sua confecção é feita sob medida e de caráter complexo, sendo assim, uma simples alteração no tipo de produto utilizado é capaz de causar consequências prejudiciais ao usuário.

A produção de uma órtese se inicia com o histórico do paciente, seguido da aplicação de técnicas específicas, como a avaliação da força e do movimento passivo e ativo presentes. O conhecimento da patologia, de suas alterações articulares e musculares e de sua relação com o movimento é crucial para a correta prescrição da órtese. (LINDEMA-YER, 2004).

Conforme o Conselho Nacional de Saúde (2010), o Sistema Único de Saúde (SUS) dispõe de alguns modelos de órteses para a população, no entanto, os municípios não têm conhecimento a respeito da aquisição destes equipamentos, além de haver atrasos nas entregas devido as licitações, e comprometimento da qualidade do produto, isto devido à ausência de procedimento padrão de ensaios.

Bem como nas próteses, a fabricação de uma órtese acrescenta diversos processos, necessitando de conhecimentos de anatomia, fisiologia, patologias, cinesiologia, engenharia, e da avaliação de condições de saúde do usuário. (AZEVEDO, 2018)

A produção de órteses e próteses como produtos auxiliares e substituidores, respectivamente, das funções cinesiológicas humanas, tornaram-se mecanismos inovadores e de suma importância para manter a qualidade de vida dos indivíduos deles necessitados. Contrastando com a situação ambiental em que vivemos, nota-se que mundialmente há uma grande devastação dos recursos naturais, e, com o decorrer do tempo, surgiram métodos que podem amenizar ou até mesmo evitar a degradação ambiental, como a reciclagem. Baseando-se neste princípio, utilitários voltados a área da saúde podem ser vislumbrados a uma produção mais ecológica e com menor custo, promovendo benefícios não só ao meio ambiente, mas à população em geral. Desta maneira, o presente artigo objetiva relatar os atuais recursos utilizados para a produção de Órteses e Próteses de maneira sustentável.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica realizada por meio de livros e artigos encontrados em plataformas científicas digitais — Scielo, PUBMED, PEDRO, LILACS e Google Acadêmico — voltados para a produção sustentável de Órteses e Próteses, utilizando como pesquisa os descritores: “órtese”, “prótese”, “sustentabilidade” e “sustentável”. A pesquisa foi realizada durante os meses de setembro e outubro de 2021, incluindo os artigos publicados de 2000 a 2021 e que abordassem a metodologia de produção sustentável das órteses e próteses, e excluindo os artigos que possuíssem data de publicação anterior ao ano 2000, e que não abordassem o meio de produção sustentável na construção do mecanismo locomotor ou auxiliar de locomoção.

RESULTADOS

Os materiais, suas propriedades e seus resultantes físicos, térmicos, químicos e termoquímicos da confecção de órteses e próteses devem ser de total conhecimento para um processo de fabricação adequado. Tal conhecimento confere uma maior confiabilidade, funcionalidade e desempenho do dispositivo produzido e uma melhor qualidade de vida ao usuário (BRASIL, 2014)

Materiais como a fibra de carbono e de vidro, muito utilizadas em próteses ou órteses, cadeiras de rodas mais leves e mais resistentes, softwares ou aplicativos cada vez mais sensíveis são desenvolvidos frequentemente para proporcionar uma locomoção mais eficiente e confortável. (MELO, 2017)

Como traz Azevedo (2018), atualmente o polipropileno (PP) é o material mais utilizado para a confecção de órteses, contudo, o policloreto de vinila (PVC) é uma alternativa de material para a confecção, por ser um polímero termoplástico rígido, mais barato e que apresenta propriedades semelhantes ao polipropileno.

O PP e o PVC são materiais sólidos, classificados na categoria dos polímeros e termoplásticos, que podem ser sintéticos, produzidos de baixo custo. Sua maioria é de polímeros lineares, apresentando estruturas em unidades repetidas unidas entre si. São materiais que quando aquecidos, amolecem, podendo ser moldados para diversos fins e endurecem quando resfriados. As três principais categorias de polímeros são termofixo, elastômeros e termoplásticos (CALLISTER, 2013; ASKELAND, 2013).

O PP é definido como um material termoplástico, obtido através da polimerização do propileno, gás que tem sua origem a partir do craqueamento da nafta, produzido através de uma combinação da tecnologia de processo com a tecnologia de um catalisador (PIATTI, 2005). O polipropileno fundido tem fácil maleabilidade, possibilitando sua aderência a toda a superfície do molde, copiando suas formas e originando a órtese (BRASIL, 2014).

Azevedo (2018) apresenta a fabricação de um protótipo de uma órtese de membro inferior suropodálica rígida, em que um tubo PVC foi convertido em placa, dando origem a órtese. Este tipo de órtese objetiva reduzir os custos com equipamentos ortopédicos, proporcionando uma funcionalidade maior para pessoas com deficiência.

Órteses tornozelo-pé visam corrigir a perda de função fisiológica do movimento e da estabilidade articular e muscular da perna, impedindo deformidades dos pés e possibilitando controlar a estabilidade durante a marcha (LEHMANN, Apud LOIOLA; SILVA, 2017).

O PVC é um material termoplástico com muitas propriedades mecânicas, elevada rigidez, é plastificável em ampla faixa e é resistente à chama elevada (MANO, 1999). É o mais versátil dentre os plásticos, por ter resina totalmente atóxica e inerte, e por se adequar aos mais variados processos de moldagem, sendo utilizado para fabricação de utilitários que vão desde brinquedos à acessórios médico-hospitalares, como cateteres. (JR; NUNES, 2006).

A Técnica de Rodrigues é àquela que utiliza PVC para criação de órteses. Criada pelo professor Jorge Lopes Rodrigues Júnior, surgiu objetivando reduzir os custos para o acesso a equipamentos ortopédicos e de tecnologia assistiva, favorecendo funcionalidade

para pessoas com deficiência. Esta técnica consiste na aferição das medidas antropométricas, coletando marcações anatômicas sobre as proeminências ósseas, contornos de membros, articulações, alinhamentos articulares, diâmetro ósseo e condições de pele, modelando o dispositivo com base nestes dados, diretamente na fonte de calor a 90 ou 100 °C, com a utilização do soprador térmico. (Medola e Paschoarelli, 2018)

Segundo Borges (2021), no contexto da Tecnologia Assistiva, a Impressora 3D se popularizou por promover trabalhos extremamente customizáveis, fazendo uso de medidas e condições individuais, levando a uma melhor adaptação de órteses e próteses, a uma maior qualidade de vida e uma melhor reabilitação.

A impressão 3D é uma tecnologia de fabricação aditiva que produz objetos tridimensionais a partir de modelos digitais. A técnica permite trabalhar com diversas combinações de materiais, adequando-se a funcionalidade desejada do componente (COUTINHO et al., 2018). É uma área da engenharia de manufatura contendo fases de construção de peças por deposição automática camada a camada a partir de um modelo virtual controlado por programas de computador (RODRIGUES et al., 2018).

As impressoras 3D permitem criar produtos talhados detalhadamente para cada paciente, com materiais mais duráveis, leves e menos invasivos. Os modelos digitais são construídos no computador através de um software 3D próprio para modelagem virtual, que depois de pronto, é só transferir o modelo para o software da impressora. Todos os dados necessários são compilados e enviados à máquina de impressão (COUTINHO et al., 2018).

A rapidez e o custo relativamente baixo dos modelos desenvolvidos e o não desperdício de material são as principais vantagens do uso dessa tecnologia. A expiração das patentes e não o registro destas foi essencial para que a tecnologia de impressão 3D se desenvolvesse (BORGES, 2021). Com a utilização de impressoras 3D, próteses à baixo custo podem ser produzidas e em regiões onde o acesso à saúde seja precário, melhorando a qualidade de vida, a funcionalidade e os benefícios para o paciente sem que haja rejeição. O uso de scanners 3D, possibilitou a construção de moldes com mais qualidade, com ótima adaptação ao corpo do usuário. (MELO, 2017)

A tecnologia tem se expandido nos últimos anos e almejamos que ela também revolucione a área da saúde. O uso médico da impressão em 3D pode ser organizado em várias categorias amplas, como na fabricação de tecidos vivos e órgãos, na criação e personalização de próteses, implantes e modelos anatômicos, além do uso farmacêutico (MATOZINHOS et al., 2017 Apud. LIMA, 2019).

CONCLUSÃO

Ciência e tecnologia são instrumentos importantes para a saúde e o tratamento de doenças, assim como para conferir uma vida digna e decente para todos. Através do presente estudo, pôde-se concluir que o uso da tecnologia sustentável aplicada à saúde produz resultados muito benéficos para população, como explanado no caso das órteses e próteses, conferindo modos mais eficientes de produção de equipamentos e produtos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, M. V. d. **Desenvolvimento de uma órtese ativa para os membros inferiores com sistema eletrônico embarcado**. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2010.

ASKELAND, D. R. **Ciência e Engenharia dos Materiais**. CENGAGE Learning. São Paulo: 2013.

AZEVEDO, Heloísa Bárbara Rozário. **Caracterização mecânica de uma órtese de membro inferior produzido com Policloreto de Vinila (PVC)**. UNIVERSIDADE Federal do Recôncavo da Bahia. Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade. Feira de Santana, 2018.

BERSCH, Rita. **Introdução à tecnologia assistiva**. Assistiva. Tecnologia e Educação. Porto Alegre, 2017.

BORGES, Carolina Araújo. **Impressão 3D para órteses, próteses e materiais especiais: cenário da produção e uso potencial de conhecimento no Brasil**. Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde – PPGICS. Rio de Janeiro, 2021.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Política Nacional de Gestão de Tecnologias em Saúde** Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Especializada à Saúde. **Guia para prescrição, concessão, adaptação e manutenção de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção**. Departamento de Atenção Especializada e Temática. Brasília, 2019. 108 p

BRASIL. Ministério da Saúde. **Técnico em órteses e próteses**. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.2014.

CALLISTER, W. D. **Ciência e Engenharia de Materiais: Uma Introdução**. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

COUTINHO, Karilany Dantas. **Tecnologia 3D na Saúde: uma visão sobre Órteses e Próteses, Tecnologias Assistivas e Modelagem 3D**. SEDIS-UFRN. Natal, 2018.

JR, A. R.; NUNES, L. R. **Tecnologia do PVC**. Proeditores/Braskem, v. 2. São Paulo, 2006. p. 450.

LIMA, Diego Silva. **Análise Física e Microbiológica de Biomodelos produzidos em manufatura aditiva para uso em próteses e órteses em animais**. Universidade de Rio Verde – UniRV. Faculdade de Medicina Veterinária. Rio Verde, 2019. 39 f.:

LINDEMAYER, C. K. **Estudo e avaliação de termoplásticos utilizados na confecção de órteses**. Uni-Vap, São José dos Campos, 2004.

LOIOLA, F. D.; SILVA, E. R. da. **Otimização de órtese de membros inferiores para utilização no acometimento de pé caído**. Universidade de Rio Verde. Rio Verde. Goiás, 2017.

LORENZETTI, J.; TRINDADE, L. L.; PIRES, D. E. P.; RAMOS, F. R. S. **Tecnologia, inovação tecnológica e saúde: uma reflexão necessária**. Texto Contexto Enfermagem. 21(2). Florianópolis, 2012. p. 432-9.

MANO, E. B. **Introdução a Polímeros**. 2. ed. São Paulo: Blucher, 1999.

MEDOLA Fausto Orsi; PASCHOARELLI, Luis Carlos. **Tecnologia Assistiva Desenvolvimento e Aplicação**. Canal 6 Editora. 1.ed. Bauru, 2018.

***Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 3***

MELO, Sueli. **Tecnologia: base dos ODS.** In: Tecnologia e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Revista do tecnólogo. N. 14. Ed. 14. 2017

OKAZAKI, Gabriel Akinaga. **Modelo de Negócio de Sevitização em Manufatura Aditiva de Próteses Ortopédicas.** Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Departamento de Engenharia de Produção. São Paulo, 2016. 118 p

RODRIGUES JÚNIOR, J. L.; CRUZ, L. M. S.; SARMANHO, A. P. S. **Impressora 3D no desenvolvimento de pesquisas com próteses.** Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup., Rio de Janeiro. 2018. v.2, n. 2, p. 398- 413.

SILVA, G. G. da et al. **Análise ergonômica do posto de trabalho de uma oficina de órteses e próteses para reabilitação de pessoas com deficiência.** -----, v. 9, n. 12, p. 163 181, 2014.

PROGRAMA MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) COMO FORMA DE INCENTIVO À FORMALIZAÇÃO: UM ESTUDO NA CIDADE DE ARAÇUAÍ-MG

Sabrina Rosa de Oliveira, Kennya de Lima Ribeiro

RESUMO: O presente estudo objetiva levantar os principais motivos que levam a classe trabalhadora empreendedora informal de Araçuaí-MG a se manter na informalidade, sendo a principal hipótese levantada, a falta de conhecimento acerca do programa MEI (Microempreendedor Individual), seus benefícios, facilidade e abrangência, pelos microempreendedores locais. Para atingir ao objetivo proposto, optou-se por uma abordagem qualitativa, em que o universo para análise constituiu-se de microempreendedores informais na cidade de Araçuaí-MG e a amostra é composta por parte desses microempreendedores, escolhidos pelo que se caracteriza escopo “bola de neve”. Os dados foram coletados por meio de entrevista. Para confirmação da hipótese, na medida em que se levantavam questionamentos acerca do MEI, as principais informações sobre o programa foram repassadas aos entrevistados, de forma que se pudessem comparar suas percepções antes e depois das informações adquiridas. Os principais resultados obtidos apontaram para a comprovação da hipótese proposta de que a falta de conhecimento sobre o MEI pode ser considerada um fator determinante para que a classe trabalhadora empreendedora informal da cidade Araçuaí-MG se mantenha na informalidade. Porém, outros fatores contribuem com o quadro.

Palavras-chave: Microempreendedor Individual (MEI), Empreendedorismo, Trabalho Informal

INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido sobre o trabalho informal e as consequências deste para a sociedade, bem como para o próprio trabalhador. O conceito de informalidade engloba os trabalhadores que atuam sem a regulamentação do governo, ficando à margem dos deveres e direitos por ele oferecidos (CRUZ, 2014). No Brasil, o aumento da taxa de desemprego ou da carga tributária, a substituição do trabalho humano por máquinas e a informatização das indústrias são algumas das causas atribuídas ao aumento da informalidade. Este aumento, aliado à redução dos índices de natalidade e de mortalidade infantil e aumento da expectativa de vida do brasileiro podem levar ao colapso da previdência social (SILVA *et al*, 2010).

No regime de previdência social brasileiro, os trabalhadores ativos, por meio do pagamento de suas contribuições sociais, são os responsáveis pela manutenção dos benefícios concedidos aos trabalhadores inativos. O desequilíbrio desta balança coloca em cheque a seguridade social (LEMOS, 2011; FERNANDES, 2012). Na tentativa de evitar este possível problema no futuro, criou-se condições especiais para que o trabalhador, dito informal, pudesse sair desta condição tornando-se um Microempreendedor Individual (MEI), por meio da Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008.

O município de Araçuaí, foco desta pesquisa, possui cerca de 36.000 (trinta e seis mil) habitantes de acordo com dados do IBGE (2016) e aproximadamente 1.500 (mil e quinhentos) microempreendedores individuais devidamente cadastrados, segundo o Portal do Empreendedor (2016). A prefeitura do município, por meio de seu site oficial, estima que a economia informal seja responsável por metade da riqueza que circula na região, porém, sem registros oficiais, o uso destes recursos acaba por restringir o desenvolvimento econômico local.

Portanto, pretende-se, por meio desta pesquisa, levantar os principais motivos que levam a classe trabalhadora empreendedora informal de Araçuaí-MG a se manter na informalidade, levantando a seguinte problemática: Quais os motivos levam os microempreendedores de Araçuaí-MG a se manterem na informalidade? A presente pesquisa justifica-se no âmbito acadêmico pelo contato e troca de informações entre a

comunidade acadêmica e a sociedade e pela geração de informações que poderão servir de base para estudos futuros.

METODOLOGIA

Para responder à problemática proposta, a principal hipótese levantada é a falta de conhecimento acerca do programa MEI, seus benefícios, facilidades e abrangência, pelos microempreendedores locais.

Tendo em vista, que o universo da pesquisa em questão constitui-se de elementos sobre os quais não existem informações precisas a respeito, como quantidade e localização, por se tratar de um grupo informal, adotou-se a técnica de amostragem por exaustão ou saturação que consiste na interrupção da pesquisa quando constatado que nenhum novo elemento permitirá ampliar as propriedades do fenômeno investigado. Os dados foram coletados entre os dias 26 de dezembro de 2016 e 06 de janeiro de 2017, período em que 72 pessoas foram abordadas e, dentre estas, 28 possuíam os requisitos necessários (exercer uma atividade empreendedora de maneira informal no município de Araucaí-MG) e responderam à entrevista.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente, quanto ao perfil dos microempreendedores, em situação de informalidade, entrevistados, puderam-se observar algumas semelhanças com o perfil dos empreendedores formalizados como MEI no Brasil em 2015, traçado pela última pesquisa realizada pelo SEBRAE.

Para verificar se o entrevistado obtinha conhecimento sobre o programa MEI, foram feitas perguntas acerca do faturamento e das categorias que se enquadram no programa, das vantagens, valores para formalização e deveres fiscais do MEI e percebeu-se que 57,14% dos entrevistados não detinham conhecimento algum sobre o programa, ao passo que, 42,86% conheciam apenas parcialmente o MEI. Nenhum dos entrevistados demonstrou conhecimento pleno.

Enquanto procurou-se detectar o nível de conhecimento do entrevistado sobre o MEI, as principais informações sobre os temas levantados foram repassadas aos

entrevistados para verificar se houve mudanças nas perspectivas dos empreendedores antes e depois das informações.

No início da entrevista, apenas 21,43% dos microempreendedores informais declararam ter interesse na formalização e para estes as causas de, apesar do interesse, ainda não terem se formalizado, dividiram-se entre a instabilidade do negócio (50%) e os altos custos para formalização (50%). Nota-se, que como a formalização como MEI apresenta simplificação e baixos custos, já desponta aqui a falta de conhecimento do programa por parte dos entrevistados. Além disso, dentre os que afirmaram que a complexidade do processo de formalização os levou a optar pela informalidade, todos demonstraram interesse na formalização, reforçando a hipótese de que a falta de conhecimento acerca do MEI é um fator determinante para a formalização.

Outro fator que aponta para a falta de conhecimento do programa MEI, é que perguntados, novamente, sobre o interesse na formalização, após o repasse de algumas informações sobre o tema, o percentual daqueles que afirmaram ter interesse subiu de 21,43% para 25%, o percentual daqueles que não demonstraram interesse caiu de 78,57% para 50% e surgiu uma categoria de indecisos (25%) que tendem a se formalizar, mas preferem se informar melhor a respeito.

Para aqueles que demonstraram interesse na formalização após o conhecimento do MEI, pesou na decisão a cobertura previdenciária em 85,71% dos casos e os benefícios de ter um CNPJ em 14,29%. Já dentre aqueles que não demonstraram interesse na formalização, mesmo após o conhecimento do programa MEI, 42,86% já se aposentaram, 35,71% possuem outra (s) fonte (s) de renda e 21,43%, simplesmente não considera vantajosa a formalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu a identificação dos microempreendedores informais na cidade de Araçuaí-MG, de forma que se conseguiu traçar um perfil que em muito se assemelha ao perfil dos microempreendedores formalizados como MEI no cenário nacional.

Durante a coleta de dados, foi apresentado aos microempreendedores informais, o programa MEI e pôde-se detectar que a falta de conhecimento sobre o programa pode

ser considerada um fator determinante para que a classe trabalhadora empreendedora informal da cidade Araçuaí-MG se mantenha na informalidade. Porém, outros fatores contribuem com o quadro. Tendo em vista que o principal benefício percebido pelos microempreendedores em situação de informalidade se refere à cobertura previdenciária e suas vantagens, são fatores que influenciam, também, na decisão de se formalizar ou não, o fato de já possuir essa cobertura, seja por meio de vínculo com a CLT ou outro tipo de contrato ou por já estar aposentado.

Por fim, sugere-se, para estudos futuros, um levantamento acerca do crescimento financeiro anual dos negócios de empreendedores que se formalizaram em relação ao período em que atuaram na informalidade e os principais benefícios percebidos por estes empreendedores.

REFERÊNCIAS

CRUZ, Cleide Ane Barbosa da. O desenvolvimento do mercado informal como elemento de geração de novos empreendedores. *Revista Científica do ITPAC*, 2014.

FERNANDES, Dinorá Carla de O. Rocha. A previdência social e o envelhecimento da população brasileira; *Jornal Carta Forense*, 2012. Disponível em: <<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/a-previdencia-social-e-o-envelhecimento-da-populacao-brasileira/8716>>. Acesso em 08 de maio de 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo IBGE 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_minas_gerais.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2016;

LEMONS, Rafael; Envelhecimento da população acende alerta para a Previdência. *Veja*, 2011. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/envelhecimento-da-populacao-acende-alerta-para-a-reforma-previdenciaria>>. Acesso em: 08 de maio de 2016;

Portal do empreendedor. MEI – Microempreendedor Individual. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.adm.br/>. Acesso em: 19 abr. 2016;

RAMOS, Albenides. *Metodologia da pesquisa científica: como uma monografia pode abrir o horizonte do conhecimento* / Albenides Ramos. – São Paulo: Atlas, 2009;

SILVA, Alessandra Brasiliano da et al. Um estudo sobre a percepção dos empreendedores individuais da cidade de Recife quanto à adesão a lei do microempreendedor individual (LEI MEI – 128/08). *Revista da Micro e Pequena Empresa*, 2010;

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração / Sylvia Constant Vergara. 15. ed. – São Paulo: Atlas, 2014;

Capítulo 58 - DOI:10.55232/1084002058

**OS ENCAMINHAMENTOS PARA COORDENAÇÃO
PEDAGÓGICA. PROFESSOR, COORDENAÇÃO
PEDAGÓGICA OU DIREÇÃO QUEM DEVE RESOLVER?**

Carlos Eduardo Serqueira Feijão, Edjane Santana de Oliveira

RESUMO:

Resumo

O presente trabalho foi desenvolvido através dos registros de ocorrências em livro ata dos encaminhamentos dos professores durante suas aulas para a coordenação pedagógica da Escola Estadual André Antônio Maggi. Escola que oferece ensino integral (Escola Plena) no município de Rondonópolis – MT para 220 estudantes em dez turmas. Este relato de experiência visa demonstrar os motivos que os estudantes são conduzidos para a coordenação pedagógica da escola e avaliar quais deles de fato, são decorrentes a fatores pedagógicos, quais são disciplinares e também aqueles que poderiam e deveriam ser resolvidos em sala de aula pelo próprio professor. As ocorrências de cunho disciplinar são a grande maioria dos relatos desta unidade escolar e essa se resume em dois tipos: aquelas que devem ser levadas às maiores instâncias dentro de uma organização educacional (Diretor e CDCE) e aquelas que poderiam ser resolvidas em sala de aula. Em muitos casos observa-se que os professores acionam a presença da coordenação pedagógica ou direção para resolver problemas que poderiam ser solucionados com uma melhor gestão de aula. A sala de aula é um local onde o professor é autoridade máxima, mas precisa conquistá-la principalmente em suas primeiras aulas, assim estabelece uma boa relação interpessoal que alia-se a sua capacidade de mobilizar o estudante a aprender e conseqüentemente ter êxito em suas aulas. Diante de um cenário onde as ocorrências devem ser solucionadas rapidamente, pela sobrecarga sobre o diretor ou mesmo em suas ausências, as questões disciplinares recaem sobre a coordenação pedagógica e devido ao número excessivo de solicitações acabam dificultando o andamento da condução pedagógica da escola e pode-se refletir sobre o papel de cada um dentro da unidade escolar para uma melhora qualidade de ensino.

Palavras-chave: Gestão de sala, Disciplinas, Ocorrências, Coordenação pedagógica

INTRODUÇÃO

Dentro da estrutura organizacional de uma unidade escolar, nem sempre as atribuições de cada função estão bem claras e diante de um cenário de dinamismo escolar, muitas vezes os profissionais acabam desempenhando atividades que não compete a ele.

A coordenação pedagógica dentro da escola é muitas vezes vista como a sala onde se guarda as coisas, o local onde levam-se os alunos indisciplinados, onde se resolvem problemas de relações interpessoais. Quando se trata de escola de tempo integral, conhecidas no estado de Mato Grosso como Escola Plena, surgem mais três profissionais que são denominados conforme projeto pedagógico desde modelo, como orientadores de área e acabam sendo confundidos como coordenador pedagógico, o que pode dificultar ainda mais o entendimento das atribuições.

Este trabalho foi desenvolvido após três bimestres de registros em livros ata das ocorrências que totalizaram mais de 500 registros onde observou-se diversos tipos de ocorrências.

OBJETIVOS

Avaliar o tipo de situação registrada nos livros de ocorrência, quem fez o atendimento e quem seria o responsável pela solução.

JUSTIFICATIVA

A sala da coordenação pedagógica é vista por muitos como um local onde se resolve todos os problemas da escola. Quando se trata de uma Escola Plena, a presença dos orientadores de área parece que é para unir forças e dividir as responsabilidades depositadas no coordenador pedagógico.

A maior parte do tempo, os orientadores da área e a coordenadora pedagógica estão resolvendo assuntos que em sua maioria não compete à função. Em decorrência, o trabalho pedagógico não consegue ter a fluidez desejada diante de casos de indisciplina, problemas de comportamento dos estudantes, dificuldades de relações interpessoais, seja em relação estudante x estudante, estudante x professor ou até mesmo entre funcionários.

Com um grande número de ocorrências registradas até o final do terceiro bimestre da Escola Estadual André Antônio Maggi que atende 220 estudantes na modalidade Ensino Médio Integral, juntamente pela dificuldade encontrada em conduzir o trabalho pedagógico seja como coordenador pedagógico ou orientadores de área, observou-se a necessidade de compreender as responsabilidades de cada profissional dentro da escola para minimizar a sobrecarga na coordenação pedagógica.

METODOLOGIA

O método empregado para análise consistiu em analisar os três livros de ocorrências da gestão, que totalizam mais de 500 (quinhentos) registros para observar por quem foi feito o registro, assim como os presentes, separar por assuntos e verificar se aquela ocorrência foi resolvida pelos profissionais que de fato são responsáveis na resolução. Considerou-se também os registros que foram feitos em sala de aula no caderno de campo do professor (em algumas disciplinas em que o professor faz seus registros) que também a coordenação pedagógica se fez presente para resolver entraves dentro da aula do professor.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa ainda encontra-se em andamento, mas diante de parte das análises já realizadas, observou-se diversas situações relevantes para análises, dentre elas, uma grande parte que poderiam ser resolvidas em sala de aula pelo próprio professor diretamente com seus alunos.

Vasconcellos caracteriza três dimensões para compor a Gestão de Sala de Aula: o trabalho com conhecimento, relacionamento interpessoal e disciplina, sendo os dois últimos menos explorado pelo professor. Vasconcellos ressalta que o professor deve conhecer seu aluno como indivíduo pois apenas desta forma criará um laço que fortalecerá o relacionamento interpessoal. Em relação à disciplina o professor estabelece as regras, através do contrato didático e através desse acordo coletivo terá autonomia na resolução dos problemas.

Um outro ponto relevante na análise foi o grande número de casos de indisciplinas dentro e fora da sala de aula. A maior parte desses casos, houve uma mobilização parcial ou total da equipe da coordenação pedagógica para resolver esses problemas muitas vezes na ausência do diretor, sendo esses o responsável por esse tipo de situação.

Os casos acima representam a maioria das ocorrências registradas, diante de uma situação a ser resolvida é necessário interromper a atividade em execução, ouvir as partes, registrar e propor soluções. Entretanto pode haver novas ocorrências sem concluir as atividades anteriores inerentes à função.

REFERÊNCIAS

MATO GROSSO. **Projeto pedagógico de educação em tempo integral**: - Escola Plena. Cuiabá - MT: SEDUC-MT, 2019.

VASCONCELLOS, C. S. **Gestão de sala de aula**. Curitiba – PR, Tv Paulo Freire, 2013

Capítulo 59 - DOI:10.55232/1084002059

**JUVENTUDE NEGRA EM PERSPECTIVA: DE UM
CONTEXTO DE VIOLÊNCIA A UMA SAÍDA PELA
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

Matheus Vinicius Duarte de Souza

RESUMO: Em contraste às vulnerabilidades, violências e violações de direitos vivenciado pela juventude negra, objetiva-se aqui discutir a legitimação do jovem negro como sujeito de direitos e protagonista na transformação da sua realidade. A violência tem se apresentando como um grande problema social no Brasil e se manifesta como a principal adversidade do que se entende como contexto sócio-histórico da juventude negra. Os jovens negros são as maiores vítimas desse mecanismo perverso estruturado pelo racismo, que os expõe a uma realidade letal. Desta forma, este artigo articula contribuições advindas do Estatuto da Juventude, de Setores Governamentais e Movimentos Sociais. Este estudo busca refletir sobre maneira que os jovens negros podem contrapor-se a violência e o racismo, passando a operar junto à política e participação. Explorando seus limites e potenciais, em diálogo com as noções de cidadania, sujeito de direitos, sujeito ativo, para impulsionar mudanças nas suas realidades.

Palavras-chave: Juventude negra. Participação política. Violência. Sujeito de direitos. Estatuto da Juventude.

INTRODUÇÃO

As pesquisas que versam sobre a temática da juventude apresentaram um crescimento exponencial nos últimos anos, o que nos leva a apostar que a juventude vem sendo designada enquanto um campo teórico de interesse social. Numa grande parcela dos estudos que trazem questões sobre categorias da juventude e política, prevalece as discussões que relaciona a temática da participação. Trancoso (2012), aponta que do ponto de vista metodológico, corrobora-se com o crescimento das produções científicas sobre o segmento juventude, que vem ascendendo em 23 das 26 áreas dos conhecimentos das Ciências Humanas, incluindo a Linguística, Letras Artes e das Ciências Sociais Aplicadas, especialmente nas áreas de Educação, Sociologia e Psicologia; esta última na qual possuiu uma maior proporção de estudos sobre a categoria teórica da juventude. Ademais, é muito frequente a tônica ser abordada de um modo superficial e homogêneo, o que propicia a produção de discursos e práticas que capturam a juventude de maneira generalizante.

Diante disso, muito se pensou sobre como trataria nesta pesquisa o tema da juventude, abrangendo suas especificidades e pluralidades. Diante das diversas juventudes, a posição nesta pesquisa é abordar, por emergência e relevância primordial, a juventude negra. Isso se expressa na emergência de discussões e ações diante das relações desiguais e racistas nas quais a juventude negra está posta. Segundo a classificação utilizada Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, negro é definido como a soma de indivíduos pretos e pardos. Não negro se refere à soma dos indivíduos de raça/cor branca, amarela e indígena.

A violência tem se apresentando como um grande problema social no Brasil e se manifesta como principal aporte do que se entende como contexto sócio histórico da juventude negra. Os jovens negros, são as maiores vítimas desse mecanismo perverso estruturado pelo racismo. Como aponta Santos e Yamamoto (2018, p.650): “A juventude ainda enfrenta situações concretas de desemprego, baixa qualificação, violência, etc., que configuram um quadro de vulnerabilidade social e econômica perverso.”

Em meio às dificuldades e entraves vivenciados pela juventude negra, também originam momentos importantes na trajetória do movimento negro em que foi possível reinventar suas realidades como propulsora de resistência e transformações: a violação de direitos e violência

foram e são que impulsionam o surgimento de organizações, que vão desde a criação do Movimento Negro Unificado (MNU) até o ano 2000; a violência como tema em letras de *rap* e *hip hop*, que podem ser consideradas expressões da cultura negra; e a expressivas taxas de violência/homicídios que recaem sobre os jovens negros. O que traz uma causa central na articulação da juventude negra como uma nova categoria de ação política (TRANCOSO, 2012).

Numa história repleta de percalços, os jovens constroem caminhos de resistência tracejada pela criatividade, na solidariedade e coletividade. Entre as várias formas de manifestações e organizações dos jovens negros, se reivindica uma posição de protagonismo e de sujeitos de direitos na construção conjunta de ações que deem conta das demandas e políticas de/para/com a juventude negra (SINHORETTO; MORAIS, 2018).

A problemática racial na produção da violência tem se evidenciado a partir de forças dos setores governamentais e Governo Federal em fomentar e incentivar estudos e que abordam sobre essas questões. Assim, o Mapa da Violência, o Índice de Vulnerabilidade Juvenil, o Mapa do Encarceramentos, Indicadores sociais do IBGE, dentro outros Sistemas de Informações disponibilizado pelo poder público, que são importantes instrumentos que atestam e respaldam o artigo no que concerne às vulnerabilidades postas aos jovens negros (SINHORETTO; MORAIS, 2018).

É importante salientar a conjuntura política atual brasileira, que vem avançando num sentido ultra- conservador e neoliberal, e que prolonga uma crise em todos os níveis (social, econômico e político) agravados após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016. Estes processos trazem consequências sociais e políticas para a juventude no sentido em que alguns órgãos importantes que contribuíram para atender as demandas dos movimentos sociais juvenis, como a Secretária Nacional da Juventude e o Conjuve sofrem um processo de desmonte. Não obstante, medidas e projetos de lei que afetam diretamente a juventude estão em trâmite em discussão, como a redução da idade penal e a reforma do ensino médio. Por isso, é ainda mais relevante a articulação juvenil de forma a assegurar direitos e cidadania (SANTOS; YAMAMOTO, 2018).

Ademais, o Estatuto da Juventude é o instrumento legal que determina quais são os direitos dos jovens que devem ser garantidos e promovidos pelo Estado brasileiro. A Lei nº

12.852/2013, Art. 1º Institui o Estatuto da Juventude que dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. O Estatuto será o instrumento legal para permear as discussões e evidenciar tanto a garantia dos direitos como a reivindicação por suas violações. Por isto, a pertinência em se aproximar dos jovens negros, e das suas demandas e práticas sobre a política e campo social e, não obstante, a colocação destes sujeitos como atores e potenciais agentes de transformações.

METODOLOGIA

O presente estudo situa-se no campo das Ciências Humanas e Sociais, mais precisamente na área de Psicologia. De acordo com Gil (2008, p.26) as pesquisas nesta área são definidas, “como o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social.” Diante disso, pretende-se analisar a confluência do contexto sócio-histórico na perspectiva da juventude negra para a política e para a concepção do jovem como sujeito político.

Este artigo possui caráter de pesquisa exploratória que, de acordo com Gil (2008, p.27), “são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”. A composição deste estudo consiste na revisão bibliográfica, que visava analisar periódicos científicos que correspondam a temática referente ao objeto de estudo, e assim responder ao problema em questão: Como o contexto sócio-histórico pode influenciar a perspectiva dos jovens para a política e como sujeitos políticos? Segundo Gil (2007, p. 44), “os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são sobre investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema.” Para isso, Foi realizado um levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de *web sites*. Os artigos foram identificados no banco de dados virtual do *Google Acadêmico* e *Scientific Electronic Library – Scielo* onde foram selecionados 53 artigos que correspondiam as palavras chaves de: juventude e participação política; juventude e sujeito de direitos; juventude negra e participação política, juventude negra e violência; juventude negra e política; juventude negra e sujeito de direitos. Destes encontrados 36 foram escolhidos como material da revisão bibliográfica, outros 17 foram

descartados pois não correspondia a resolução do problema da pesquisa, pois possuíam um conteúdo mais geral sobre a juventude, sendo a questão da pesquisa as/os jovens negros.

Algumas produções acadêmicas vem trabalhando com este segmento populacional, procurando refletir sobre o modo que os jovens negros podem contrapor-se a violência e o racismo, e operando junto a política e os direitos, explorando seus limites e potências, em diálogo com as noções de identidade e relações sociais, para impulsionar mudanças nas suas realidades (RAMOS, 2014; SINHORETTO; MORAIS, 2018).

O primeiro capítulo deste estudo busca se aproximar e discutir as múltiplas concepções de políticas que podem ser aprendidas no campo teórico e social. São perspectivas que abordam evolução do conceito em diferentes épocas e contexto, considerada desde sua natureza relacionada diretamente ao Estado e Governo a suas influências ao urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social (BOBBIO, 1983). Abordando concepções que inserem o cidadão e a comunidade em ações conjuntas na transformação da realidade, aproximando a política de uma prática cotidiana. (ARENDR, 2007; PADRO E TONELLI, 2013; DAGNINO, 2009)

O segundo capítulo busca conceber a juventude como segmento juvenil e a juventude negra como objeto de estudo. Entretanto, se depara com a impossibilidade de definição única, devido às múltiplas contingências que perpassam este segmento. Assim passando a compreender o segmento da juventude como juventudes, reconhecendo as pluralidades existente dentro desta categoria (ALMEIDA, 2014; GROppo, 2000). Da mesma forma, considerando os sujeitos da juventude negra em sua pluralidade que variam de acordo com o contexto e vivenciais que os atravessam. Ademais, o capítulo expõe os estigmas, racismo e dificuldades decorrente da vulnerabilidade socioeconômica que a juventude negra vivência e que impactam diretamente na sua subjetividade, identidade e percepção política. Mas também procurando desmistificar os estigmas e preconceitos trazendo perspectivas e experiências de articulação política na qual a juventude negra foi protagonista e atores na transformação da realidade. (NASCIMENTO, 2014; FRASER, 1995)

No terceiro capítulo é analisado a herança histórica do período escravocrata colonial do Brasil e seus desdobramentos persistentes na atualidade, numa dinâmica que perpetua uma relação violenta e de dominação (FANON, 1968; COIMBRA, 2006). A constatação disso é

apresentado por meio de dados e estudos de organizações e instituições de pesquisa e levantamento de dados, como Mapa da violência, INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA, dentre outros, que apontam a alarmante condição de violência que a juventude negra se encontra. O capítulo analisa como as ações racistas e excludentes que mantém a manutenção e produção de desigualdades e mazelas que recai sobre o povo negro, especialmente os jovens, os expõem a um quadro preocupante de letalidade, que desumaniza e exclui grande parte deste segmento do gozo e exercício dos direitos e exercício da cidadania (CHAUÍ, 1985; LÓPEZ, 2012; RAIMUNDO, 2014).

O quarto capítulo busca analisar as políticas públicas direcionadas a juventude, com base primordial no Estatuto da Juventude e das diretrizes de setores governamentais direcionados a juventude, apontando suas orientações e definições de participação política. Além de discutir junto a diferentes autores o conceito de participação política e suas diferentes manifestações (BOGHOSSIAN & MINAYO, 2009; DE TOMMASI, 2004).

O quinto capítulo discute os percalços e caminhos na construção de uma política de/para/com a juventude, ou seja, que prioriza uma participação e contribuição deste segmento para sua própria categoria (SOUZA; PAIVA; OLIVEIRA; MELLO; ALENCAR, 2014). Analisando como o contexto social de violência e vulnerabilidade socioeconômica pode ser tomado como um entrave e empecilho ou propulsor de ações políticas e de participação na transformação da realidade. É analisado a representação social dos jovens junto a participação política e apresentado diferentes meios e manifestações de participação que podem ser desenvolvidas para superação desses percalços (BITTAR, 2008; DAYRELL, 2002; MARTÍNEZ, 2004; RAIMUNDO, 2014).

O sexto capítulo traz uma discussão junto ao referencial teórico da Psicologia social e social comunitária, apresentando a perspectiva de construção dos sujeitos no contexto socio-histórico, diretamente atravessado pela linguagem, costumes, normas e valores que permeiam o sujeito na cultura. Apontando como a psicologia social contribui para compreender o indivíduo na intersecção da sua história individual com a história de sua sociedade numa perspectiva biopsicossocial (BONIN, 1999; GUARESCHI, 1988; LANE, 1984).

Por último, as considerações finais que sintetiza as propostas dos autores analisados, além de apontar desafios e possibilidades. As reflexões acadêmicas procuram contribuir para delinear o desenho do cenário social para implementação de novas políticas públicas e do despertar da juventude negra como sujeitos políticos em direção a ações de transformação social.

1. CONCEPÇÃO POLÍTICA PARA ALÉM

O termo política é apreendido e aplicado de formas multifacetadas. Certamente não basta conceber a política somente pelo viés partidário ou estadista, perspectiva esta que encontra bastante desgaste e rechaço social, pelas constantes demonstrações de ineficiência governamental e corrupção. Entretanto, é preciso não se limitar a isso, a política não se resume a ações de uma instância, - de um outro distante e superior, de um representante legislativo eleito - ela pode estar muita mais próxima da práxis cotidiana do que se imagina. A intenção primordial do estudo se encontra em desmistificar e ampliar o termo de tal forma, que evidencie a importância que a política exerce nas intersecções da vida cotidiana e dos indivíduos (DAGNINO, 2009).

De acordo com “O Dicionário de Política”, de Norberto Bobbio, o termo deriva do “adjetivo originado de pólis (politikós), que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social [...]” (p.964). O termo Política sofreu uma grande expansão graças a obra de Aristóteles (1252a), nomeada *Política*, considerada como o primeiro tratado sobre a natureza, funções e divisão do Estado, e sobre as várias formas de Governo. Porém com advento da modernidade houve transformações do significado original do termo, passando a ser comumente usados para denotar atividade ou conjunto de atividades tendo como referência o termo pólis, ou seja, o Estado (BOBBIO, 1983).

Conforme Hannah Arendt, a *pólis* não é rigorosamente o aspecto físico da cidade-estado, mas se trata de uma organização da comunidade que resulta do agir e falar em conjunto, “seu verdadeiro espaço situa-se entre as pessoas que vivem juntas com tal propósito, não importa onde estejam” (p.211). Por isso, ao direito de ser cidadão corresponde ao dever de assumir-se como um sujeito ativo, sujeito de direitos, sujeito político que funda e refunda a lei em função da convivência da comunidade. “Todo aquele que, por algum motivo, se isola e não participa dessa

convivência, renuncia ao poder e se torna impotente, por mais válidas que sejam suas razões” (ARENDR, 2007, p.213).

Não há estímulos em formar uma identidade do vir a ser sujeitos políticos e agentes de transformações sociais. Isso se observa desde constituição do currículo educacional até as vivências sócio históricas e culturais. Afinal, dentro desta realidade há uma negação deste direito de vir a ser sujeito de direitos, impostas por contingenciais contrárias. Neste sentido, é válido questionar se existe uma renúncia ao poder, tornando o sujeito impotente, ou se há inviabilização destes sujeitos a vir a serem sujeitos políticos? Assim se faz necessário tomar de forma ainda mais ampla a noção de política e sua relação com os sujeitos, entendendo que a questão do sujeito é crucial para a política e transformação social. (PADRO E TONELLI, 2013).

A política se amplia a concepções que incentiva o direito cidadão, a um compromisso com sua comunidade, com o social e sua realidade e não obstante consigo mesmo, como autor de sua vida, sendo este o meio de outorgar sua existência em movimentos de transformações para além do posto. Desta forma, é importante construir nas estruturas de poder, como a política e linguagem, uma crítica referente às categorias identitárias naturalizadas no social. Nesse sentido, o sujeito político passa a ser discutido como alguém que é construído discursivamente, sempre em acordo com seus contextos sócio-políticos e contingenciais (PADRO E TONELLI, 2013).

2. QUEM É A JUNVENTUDE NEGRA?

A juventude, é entendida neste estudo como grupo social, que se diferencia a partir das suas condições de vida (GROPPO, 2000). É pertinente conceber a juventude a partir de múltiplos olhares e condições que atravessam essa categoria, que vão desde o conceito que a compreende como um período ou ciclo da vida e, concomitantemente, as condições sociais e culturais nas quais os sujeitos estão inseridos, tais como gênero, raça/etnia, local de moradia rural ou urbano, renda, religião, dentre outras. A compreensão do segmento juvenil passa desde o caráter universal, dado pelas transformações do indivíduo ligadas ao desenvolvimento de uma faixa etária, tanto as diferentes construções históricas e sociais inferidas ao jovem (PERALVA, 1997).

Apesar de existirem características comuns entre os jovens, suas vivências e experiências se dão de formas diversas, isto é relacional a subjetividade de cada sujeito e seu

contexto socioeconômico e cultural. Isso nos coloca a conceber a juventude no plural, como juventudes, indicando sua diversidade e reconhecendo que a experiência da juventude é vivenciada em diversas nuances. E para além disso, a juventude pode ser concebida como uma construção social, uma produção que é de acordo os diversos interesses e exigências do contexto social no qual está inserida (ALMEIDA, 2014).

Desta forma, considerando a heterogeneidade e diversidade das juventudes, como conceber a juventude negra no Brasil? As especificidades são inúmeras, considerando-se as diferenças e desigualdades sociais, no que diz respeito à escolaridade, renda familiar, gênero, saúde e diversos outros fatores. É preciso admitir o abismo que separa a juventude negra da juventude branca em diversos aspectos. A vulnerabilidade socioeconômica, combinada aos estigmas decorrentes de um passado escravocrata e racista, que perduram até hoje sob novos moldes, marcam a existência e a construção subjetiva do povo negro. (NASCIMENTO, 2014).

Portanto, o estudo busca apreender sobre o segmento da juventude negra, esta que é atravessada por especificidades impostas de forma histórico-social e político-ideológica por conta da raça. Na questão racial converge os pontos de construção histórico-social que impactam as vidas dos jovens negros, e isso é do âmbito político. De acordo com Munanga (2006), o conceito de raça carrega em si ideologias e relações de poder e dominação. Do ponto de vista biológico não existe raças humanas, considera-se apenas a raça humana *-homo sapiens-*. Entretanto, os conceitos de brancos, negros, e mestiços não significam a mesma coisa no Brasil, no EUA, na Inglaterra, ou África do Sul etc. Mas a importância aqui se encontra no fato da raça representar socialmente como uma categoria etno-semântica e político-ideológica, no qual o sentido e significados dados a determinado segmento racial é relacional as relações de poder e contexto histórico de determinado país/região (p.27). A raça representa uma realidade social, desde que remete a uma organização perceptiva comum de referências à diversidade humana que permite uma sociedade racializada, em que a trajetória de vida dos indivíduos é definida em razão da sua aparência (BONNAFOUS; FIALA, 1992).

Desta forma, é preciso rechaçar os estereótipos que tendem a homogeneizar os sujeitos da juventude negra. Surge assim, a necessidade em falar em juventudes negras, reconhecendo pluralidade dos sujeitos representados por essa categoria. Afinal, o jovem negro dos centros urbanos são diferentes do jovem negro de uma região do interior ou rural. A diferenciação pode

ocorrer até mesmo em uma mesma cidade ou bairro, pois o um determinado jovem negro pode estar envolvido com manifestações culturais de matrizes africanas, como a capoeira, o candomblé, o cangado e outras vivências que pode o diferenciar de outro jovem que está em contato com um cultura mais religiosa vinculada a igrejas evangélicas, como é muito comum. As concepções, subjetividades e vivências destes jovens vão se diferenciar, mas isso não quer dizer que um seja mais ou menos negro que outro. A identidade primária de todos passa pela identificação da raça/cor que é preponderante na intensidade do racismo que estes jovens sofrem. (NASCIMENTO, 2014).

A partir do 1º ENJUNE1 - ENCONTRO NACIONAL DA JUVENTUDE NEGRA, a juventude negra conquistou a primeira participação no espaço da cena pública para contribuição de reivindicações a suas demandas. Desta forma, a juventude negra se apresenta enquanto grupo emergente, no sentido que se aproxima da noção de emergente empregada pelo autor Raymond Williams (1977), no qual qualifica a juventude negra no Brasil como um conjunto de atores ainda em processo de estabelecimento na esfera pública e democrática. A juventude negra também pode ser concebida como um contra público, caracterizando-se tanto pela recente imersão no cenário democrático e de participação política tanto pela dificuldade de inserção e aceitação na esfera pública e social (FRASER, 1995).

É bastante comum a concepção de que o jovem está em fase de transição, é o um sujeito no “vir a ser”, como se o exercício e a realização deste estivesse situada no futuro. É possível considerar a juventude como uma fase de transição, entretanto isso não é suficiente para explicar todas as ações dos jovens a partir dessa concepção. A representação do jovem como um vir-a-ser pode implicar numa dinâmica que exclui e desresponsabiliza os sujeitos jovens da participação e contribuição para sua própria categoria. Isso é bastante expressivo no contexto escolar, uma instituição formadora de subjetividades e que é organizada por adultos. O que se observa neste contexto é a baixa colaboração do jovem na elaboração do projeto pedagógico e da metodologia adotada pela escola. Já que este é representado como um ser ainda em formação e logo despreparado para contribuir. Além de uma concepção da juventude como causadora de problemas, que acaba afastando o jovem dos espaços de contribuições e decisões para sua categoria. (NASCIMENTO, 2014) Por isso, é importante valorizar as expressões e concepções dos jovens sobre suas próprias vivências e existência (PERALVA, 1997).

Todavia, em algumas situações, a ideal do jovem enquanto sujeito em transitoriedade e vir-a-ser é relativizada, podendo variar ou até ser inexistente, passando a responsabilizá-lo como um adulto sob exigências da sociedade, principalmente se este for negro. Um exemplo disto se expressa na demanda de alguns setores populacionais com interesse na redução da maioria penal no Brasil, que está sob intensa discussão nas mídias e falas cotidianas, em decorrência de alguns crimes violentos veiculados pela imprensa, cometidos por jovens menores de dezoito anos (NASCIMENTO, 2014). Nestas situações, parte da sociedade relativiza a transitoriedade juvenil e a possibilidade de superação. Isso é principalmente reforçado pela representação da juventude como causadora de problemas, como ressalta Helena Abramo:

(...) a juventude só está presente para o pensamento e para a ação social como “problema”; como objeto de falha, disfunção ou anomia no processo de integração social; e, numa perspectiva mais abrangente, como tema de risco para a própria comunidade social (ABRAMO, p.29, 1997).

Conotações que desvalorizam a juventude e a representa como um problema a ser enfrentado; um ser incompleto e falho; uma categoria de risco e perigosa que precisa ser controlada; associada a concepções que tomam a juventude como período de crise, fase complicada e marcada por conflitos de personalidade e autoestima; corroboram para uma representação dos jovens como incapaz de decidir, contribuir e se colocar como sujeito ativo e de direitos. E quando lançamos olhar no contexto da juventude negra, esses atributos negativos tendem a ser mais densos e reforçados (NASCIMENTO, 2014).

Mas quando apreendemos o segmento da juventude negra, a mesma adquire noções estereotipadas permeadas por produções midiáticas e constituições racistas que denunciam a tradição do pensamento social brasileiro. São noções que identifica a juventude negra com a imagem de suspeitos, usuários de drogas ilícitas e com trabalho no narcotráfico, periféricos e desqualificados para o mercado de trabalho e todas as esferas educacionais. Ao mesmo tempo, a juventude negra é permeada por efeitos de políticas econômicas neoliberais e desagregadoras, promovendo uma perversa combinação entre violência urbana e desigualdade social (NOVAIS, 2009, p.17).

É preciso desmistificar essas representações estigmatizantes e cristalizadas no imaginário social e reforçar a ideia do jovem como sujeito social, ativo e de direitos, dando lugar

a perspectivas que olhem o jovem negro como pensante, que age e transforma a si e o seu entorno. Exemplo de uma articulação juvenil bem-sucedida é a CUFA - Central única das Favelas, uma organização brasileira reconhecida nacional e internacionalmente por promover ações no âmbito político, social, esportivo e cultural há mais de 20 anos. Foi criada no Rio de Janeiro a partir da união de jovens de várias favelas, principalmente negros, que buscavam espaços de expressão, questionamentos e vontade de viver. O rapper MV Bill, um dos seus fundadores, já foi homenageado com diversos prêmios pela sua participação ativa no movimento *hip hop*, inclusive pela ONU - Organizações das Nações Unidas, o reconhecendo como uma das pessoas mais militantes do mundo. Outra membro homenageada foi Nega Gizza, referência feminina no mundo do rap e reconhecida pela luta e dedicação às causas sociais. A CUFA promove atividade nas áreas de esporte, lazer, educação, cultura, musica, cidadania, grafite, DJ, break, rap, audiovisual, produz, distribui e veicula a cultura do hip hop, através de publicações, discos, vídeos, programas de rádios, shows concursos, festivais de música, cinema, oficinas de arte, exposições, debates, seminários e outros meios. São as principais formas de expressão da CUFA e servem como ferramentas de integração e inclusão social (NASCIMENTO, 2014).

Outro exemplo de organização social e política criado por grupos juvenis é o grupo cultural Afro-Reggae, também localizado no Rio de Janeiro. O projeto tem como missão reduzir as desigualdades sociais e combater o racismo e o preconceito, utilizando a arte e a cultura como ferramentas de transformação social. Para isso, o grupo realiza projetos que possibilitam a formação de mediadores de conflitos e protagonistas sociais, além de ações que objetivam afastar o jovem da influência do tráfico e gerar renda e autoestima. Um dos projetos, chamado “Empregabilidade”, visa a reintegração social de jovens que estiveram reclusos no sistema penitenciário, oferecendo cursos de capacitação e indicações de empregos. Diversas ações de grupos, instituições e movimentos juvenis, como estas, com protagonismo da juventude negra são desenvolvidas e bem-sucedidas em diferentes locais do Brasil, com amplo impacto na realidade social nas quais elas estão inseridas, entretanto isso passa despercebido ou invisibilidade, já que não tem repercussão na grande mídia (NASCIMENTO, 2014).

3. MARCAS HISTÓRICAS SOB A PELE

O atravessamento do racismo institucional na realidade dos jovens negros evidencia a dívida histórica das instâncias do Estado e sociedade em promover serviços de igualdade e

equidade social e medidas que diminuam o abismo entre a população negra em relação a população branca no acesso e gozo aos direitos e a cidadania. Afinal, a escravidão não foi um acidente na história do Brasil, ela foi uma prática política de Estado e a principal força econômica brasileira, com a força de trabalho escravo. Com a abolição, o povo outrora escravizado, não obteve direito a nenhum tipo de indenização ou reparação, ao contrário, tornaram-se alvos de políticas de expurgo e exclusão (LÓPEZ, 2012).

A concessão de terras e incentivos fiscais para imigrantes europeus em detrimento da população negra, são exemplos de uma política desagregadora e desigual, marcas históricas de um racismo estrutural e ativamente praticado pelo Estado. O Brasil reafirmou as condições de subalternidade do povo negro ao excluir o direito ao voto para não letrados e ao implementar uma política de incentivo a imigração europeia, considerando os trabalhadores de origem europeia como civilizador e os de descendência africana como bárbaros e incompetentes. Todos estes fatos corroboram para a constatação de um racismo institucional, noção histórica pelo qual é possível desmistificar o mito da democracia racial existente no Brasil (LÓPEZ, 2012).

Fanon (1968), considera que as estruturas sociais coloniais são introjetadas na subjetividade do colonizado e a mudança dependeria de uma transformação radical das estruturas da sociedade. Os registros históricos evidenciam quão grandes foram os atos de violência praticados contra os negros que foram trazidos da África e aqui escravizados, como ressaltada Moraes:

Violência está em tudo que é capaz de imprimir sofrimento ou destruição ao corpo do homem, bem como o que pode degradar ou causar transtorno à sua integridade psíquica. Resumindo-se, violentar o homem é arrancá-lo da sua dignidade física e mental (MORAIS, 1981, p. 25).

Não obstante, esses constructos históricos impactam até os dias atuais, mesmo que não unicamente causal. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do terceiro trimestre de 2017 o desemprego da população negra é 47,1% maior do que o da população não-negra. A taxa de desemprego da população de pele preta ou parda, segundo a classificação do IBGE, é de 14,6%. A taxa de desemprego média nacional é de 12,4%. Dentre a população jovem, a taxa de ocupação, que se refere a atividades como trabalho e estudo, se

mostra desigual entre a população preta e parda, revelando que 29,1 % desta população não estuda nem trabalha, em comparação a 21,2% da população branca (PNADC, 2017).

De um ponto de vista da demanda por trabalho, o racismo dificulta o acesso a oportunidades e interdita a ascensão profissional, efeitos nocivos se dão também pelo lado da oferta de trabalho. A reprodução do estereótipo construído do negro como inapto para o trabalho qualificado e especializado, e muitas vezes como perigoso e criminoso, não somente agride e violenta a individualidade, identidade e autoestima dos afrodescendentes, sobretudo os jovens, como em prática os coloca num processo de subalternidade das condições de vida e trabalho. A literatura tem amplamente documentado que tais desigualdades resultam não apenas do menor nível de instrução da população preta ou parda, como também de discriminação no mercado de trabalho (CERQUEIRA; MOURA, 2013).

Foi uma prática da República por muito tempo a tentativa de destruição das características físicas e culturais dos negros, suscitando ao branqueamento dos corpos e das mentes (NASCIMENTO, 1978). As feridas históricas ao povo negro não cicatrizaram, permanecem a reverberar. Reflexos aparecem em números, segundo Pesquisa do Sistema de Informações sobre Mortalidade em 2011, revela que dos 27.471 jovens assassinados no país em 2011, 71,74% eram negros (WAISELFISZ, 2014). Os dados do Mapa do Encarceramento: os jovens do Brasil indicam a maior vulnerabilidade dos jovens negros a diligência policial, inferida pela maior taxa de prisão em comparação aos brancos. Os Jovens negros têm quase 1,5 mais chances de serem presos do que os brancos. Ao passo que aumenta o encarceramento, mas ele recair sobre a juventude negra. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2015).

O policiamento e prisões baseiam-se em “identificação de suspeitos” e flagrantes, sem uma devida investigação criminal. Não se trata da polícia está atuando em crimes bárbaros e violentos, apenas 12% da população cumpre pena por homicídios, por exemplo. Os crimes que mais motivam prisões são patrimoniais e drogas, que somados atingem cerca de 70% das causas de prisões. Isto indica que o policiamento e a justiça criminal não têm foco nos crimes mais graves, mas atuam principalmente nos conflitos contra o patrimônio e nos delitos de drogas. O perfil da população carcerária deixa evidente que a seletividade penal recai sobre segmentos específicos (jovens e negros), privilegiando delitos econômicos de pequena gravidade (SINHORETTO, 2015). As diversas violências infligidas aos corpos negros, enfatizam o

extermínio como consequência das formas estruturais de apagamento e desumanização desta população. (FANON, 1968).

Para se ter uma dimensão deste panorama, jovens negros são as principais vítimas da violência e têm 2,5 vezes mais chances de serem assassinados no Brasil do que jovens brancos. O Nordeste é a região com maior distância entre a taxa de homicídios de jovens negros e brancos. Em 2012, foram assassinados 87 negros para cada grupo de 100 mil jovens negros na região, contra 17,4 jovens brancos para cada grupo de 100 mil jovens brancos. Na Bahia, por exemplo, um jovem negro tem 3,54 vezes mais chances de ser vítima de homicídio do que um jovem branco (WAISELFISZ, 2014).

No Atlas da Violência 2019, contata-se a continuidade do processo de aprofundamento da desigualdade racial no Brasil. Apontando a violência letal contra a população negra, como já era evidenciado em estudos anteriores. Em 2017, 75,5% das vítimas de homicídios foram indivíduos negros, sendo que a taxa de homicídios por 100 mil negros foi de 43,1, entretanto a taxa em relação aos não negros (brancos, amarelos e indígenas) foi de 16,0. Isto marcar uma proporcionalidade de 2,7 indivíduos negros mortos em relação em relação aos outros segmentos populacionais (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA, 2019).

O Atlas da Violência 2019 evidência para a grave e alarmante situação da violência contra a juventude no Brasil. No ano de 2017 35.783 jovens foram assassinados no Brasil, este número representa uma taxa de 69,9 homicídios para cada 100 mil jovens no país, apontado pelo estudo como um recorde nos últimos 10 anos. Homicídios foram a causa de 51,8% dos óbitos de jovens de 15 a 19 anos; de 49,4% para pessoas de 20 a 24; e de 38,6% das mortes de jovens de 25 a 29 anos; está cenário faz dos homicídios a principal causa de mortes entre os jovens brasileiros em 2017. O estudo também salienta que este recorde de mortes violentas acontece num período de grande transição demográfica no Brasil, rumo ao envelhecimento, o que estabelece uma maior gravidade ao fenômeno (IPEA, 2019).

Os dados têm demonstrado que a juventude negra, na atual conjuntura, tem sido vitimada por diversas expressões da violência, destacando-se a violência urbana, a segregação socioespacial e o racismo, entendidos como violências sociais. Esse cenário nos leva a inferir que a violência não deve ser estudada considerando apenas um aspecto, mas precisa ser concebida nas suas múltiplas especificidades. Nesse contexto, entende-se que a relação entre a violência

urbana e a dinâmica racial é bem próxima, uma vez que os jovens negros, segundo Silva e Carneiro (2009, p. 10), são as principais vítimas de homicídios (RAIMUNDO, 2014).

O Mito Fundador, discorre sobre algumas concepções que tentam apresentar o brasileiro como povo sensual e sensível, carinho e hospitaleiro, alegre e sobretudo não violento. Tal concepção parece não considerar a violência acometida sobre os povos nativos desde a colonização, tão pouco considera a violência pela qual a população negra foi exposta historicamente. Esta abordagem idealista acaba por ficar no campo das abstrações, de fato. Pois o que o que a realidade mostra, em números e principalmente em materialidade histórica é uma contradição aos pressupostos ideais pelos quais querem representar o povo brasileiro (RAIMUNDO, 2014).

A violência foi e tem sido utilizada para a dominação. Seu fundamento, de acordo com Odalia (2004), está na organização social, no caso do Brasil, a capitalista e elitista, produtora das desigualdades sociais. Os atos violentos articulados a ideias racistas desumanizam e coisifica o negro na medida em que constrói uma relação de dominação. Marilena Chauí, problematiza a questão da violência no processo de dominação:

Em primeiro lugar, como conversão e diferença de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e opressão. Em segundo lugar, como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa (CHAUÍ, 1985, p. 35).

A violência é interligada aos mecanismos que estruturam e organizam as relações sociais, sendo reproduzida no cotidiano de diversos grupos. Desta forma, é necessário entender a violência como um processo que engloba as condições concretas das relações sociais, não apenas como um caráter degenerativo do ser humano. Portanto, segundo Odalia (2004, p.45) toda violência é social “pois engloba a poluição ambiental, o menor abandonado, a discriminação racial, as diferenças entre as classes, a fragmentação do trabalhador etc. Esse tipo de violência rouba a dignidade da pessoa humana negando-lhe a própria razão de viver em sociedade”.

Para uma análise consistente é significativo considerar os aspectos econômicos, principalmente na sociedade contemporânea capitalista, que exerce uma potente influência capaz de reforçar, manter e reproduzir as diversas expressões de desigualdades sociais. Os mais

afetados pelas violações de direitos e desigualdades são os mais pobres, que no contexto brasileiro, tem prevalência maior na população negra.

[...] E esse excesso de pobreza concentrado entre a comunidade negra mantém-se estável ao longo do tempo, em particular na última década. Ocorre que, dos 53 milhões de brasileiros pobres, 19 milhões são brancos, 30,1 milhões pardos e 3,6 milhões, pretos. Entre os 22 milhões de indigentes temos 6,8 milhões brancos, 13,6 milhões pardos e 1,5 milhão, pretos (HENRIQUES, 2011, p. 9)

E quando se volta ao olhar para os sujeitos de em situação de miséria, os jovens e especialmente os jovens negros encontram-se nas condições mais grave, como aponta uma análise publicada pelo CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS:

Embora os/as jovens constituam um quarto da população economicamente ativa, representam metade do total de desempregados/as do mundo. A informalidade, o trabalho precário e o desemprego têm predominado nas relações de trabalho juvenis, expondo os/as jovens a uma vida de desespero e miséria. Ademais, determinados grupos de jovens, como mulheres e negros/as e, em especial, o grupo que surge da sobreposição dessas duas características (jovens mulheres negras), são atingidos/as de forma ainda mais severa pela falta de trabalho. Assim, vivemos uma era de incertezas, de agravamento das expressões da “questão social”, resultantes das transformações e inflexões no padrão de acumulação (CFESS MANIFESTA, 2014).

É possível aferir com referências da alta desigualdade social e racial, tais aspectos como propulsor máximo da exclusão e violência. Certamente, esses fatos estão perpassados por questões históricas de décadas de iniquidades socioeconômicas e racismo que atravessam a realidade da juventude, pelos quais serão discutidas como um possível processo de inviabilização sócio-política nos quais os jovens pobres e/ou negros são alvos, providenciado por um regime de criminalização da pobreza (COIMBRA, 2006).

Seriam esses determinantes sociais capazes de deslegitimar os sujeitos de exercerem seu papel político? Considerando que o contexto social e político influência na forma de pensamento e de percepção sobre o mundo e a realidade, de que forma a política é apreendida no imaginário desta juventude negra? Juventude esta que é atravessada por uma realidade violenta e desigual na cidade de Simões Filho, na qual a pesquisa se desenvolveu, apontada por estudos como a mais vulnerável e desigual da Bahia para jovens e a 2º com maiores taxas de homicídios contra juventude do Brasil (WAISELFSZ, 2016). Diante disso, é importante ir ao encontro desses

jovens a fim de se aproximar da perspectiva da sua realidade e do âmbito social e político que o cerca.

A grande problemática oportuna a crítica é: o próprio setor governamental admite a violência letal contra a juventude, e mais agravante contra a juventude negra. São realizados pesquisas e estudos por institutos e instâncias públicas que comprovam o massacre de pessoas, como foram apontados acima. E aqui, é vital frisar e trazer a magnitude disto, não são apenas números, taxas e dados. Aqui se trata de indivíduos, seres humanos, sujeitos, com subjetividades, com famílias, com sonhos e desejos, mas que são tragados e destruídos por uma conjuntura perversa que os envolve. É inconcebível aceitar que diante deste quadro nefasto não é construído medidas eficazes e resolutivas para a situação. O que se percebe é pouco ou nenhum comprometimento em mudar essa realidade, especialmente vindo destes que detém o poder econômico e político. Afinal isso garante a manutenção de sua hegemonia.

Mas a dinâmica aqui pode se dá de forma reativa, fazendo do problema o ponto central para resistência e articulação da juventude negra. O que se apresenta como uma indolência em promover ações efetivas para o problema da desigualdade racial e social, pobreza e violência, por parte das instâncias de poder, convoca a reconhecer em si, na coletividade e comunidade e em cada sujeito de direito, sua parcela de responsabilidade política, se implicando no fazer-política para transformação desta realidade. O jovem negro, pode e é impelido a lutar para sobreviver, mesmo que ele não perceba isso, a sua realidade lhe impõe uma batalha. Não se pode conformar em apenas sobreviver, é fundamental lutar para viver uma vida com dignidade, com acesso a direitos e cidadania. Isto é uma sociedade verdadeiramente democrática.

Nisto se ancora a concepção de sujeito político e de direito, não mais restrita a instâncias estatais, mas como potenciais agentes (jovens e/ou negros) que se implicam em processos e ações que contribuam para transformação da realidade. Isto não pressupõe um estilo de política individualizante ou autocentrada, e sim o oposto, implica a cada sujeito participar na construção e manutenção; como um autor de sua história e realidade. Aqui também se trata de uma consciência social de si e do outro, do social que o rodeia que o funda e que pode ser editado por uma posição ativa, fortalecendo a dialética. Nenhum indivíduo é uma ilha, a realidade é compartilhada, a certo nível. Inferindo que um ato tem impactos sociais e políticos, de menor a maior grau, reverberando numa realidade coletiva.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUNVENTUDE E PARTICIPAÇÃO JUVENIL

A busca pelas perspectivas que proporcionem a participação e o protagonismo da juventude negra no fazer-político é o caminho primaz deste estudo, em contrastes a noções do senso comum e a constructos sociais estereotipados, tendo como esforço a desmitificação e aproximação das perspectivas e participação do jovem negro contemporâneo diante da política para sua realidade (DAYRELL, 2003).

Nirenberg (2006) ressalta a consonância do conceito de participação entre os estudiosos, aparecendo da forma mais abrangente como “estar envolvido, tomar parte ou influenciar nos processos, nas decisões e nas atividades num contexto ou campo de ação particular” (p.121). Já O’Donoghue e colaboradores (2003) organiza o conceito de forma mais específica em torno de três temas gerais: “acesso às esferas sociais, política e econômica; capacidade decisória no contexto das organizações que influenciam a vida dos sujeitos e planejamento e envolvimento em ações públicas” (p.2). Num sentido mais próximo à política, segundo Bordenave (1994), caracteriza como “um processo de desenvolvimento da consciência crítica e de aquisição de poder”, enfatizando também como necessidade humana fundamental. Para o autor, a participação deve ser apreendida como direito da pessoa.

Ademais, Boghossian e Minayo (2009), ressaltam a inadequação das práticas e dos espaços políticos tradicionais tanto quanto dos indicadores utilizados para avaliar a participação juvenil, estes não possuem relação de identificação com as experiências reais, interesses e demandas dos jovens em suas especificidades.

Portanto, é indispensável numa perspectiva social e política reconhecer a existência do racismo. Os(as) jovens negros(as), através de suas manifestações nos setores políticos, cultural e social, têm alcançado espaços de representação nos diversos segmentos da sociedade brasileira, apresentando-se como atrizes e atores capazes de estabelecer diálogos, oportunidades, conquistas e propostas políticas. Iniciativas governamentais e da sociedade civil articuladas para a construção de Políticas Públicas para a Juventude, apontam para novas perspectivas, desta feita, é oportuno visibilizar ações e práticas efetivas realizadas como consequência da criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR, da Secretaria Nacional da

Juventude - SNJ e do Conselho Nacional da Juventude - CONJUVE, tais como: 1º ENJUNE – Encontro Nacional de Juventude Negra; 1ª Conferência Nacional da Juventude; Fórum Nacional da Juventude Negra, Consórcio Social da Juventude Quilombola (PE); Cotas nas universidades públicas, Programa Universidade para Todos - PROUNI, Comissão intersetorial do Conselho Nacional da Juventude - CONJUVE, Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Política para as Mulheres, Rede Nacional de Juventude Negra – ENAJUNE. (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2010)

Lívia De Tommasi (2004), num estudo realizado sobre as Políticas Públicas para juventude na América Latina, aponta 3 eixos de políticas comumente usadas pelos Governos em relação à juventude. A autora indica 3 possíveis cenários: I- O mais clássico, no qual impõe a *repressão* e o controle social, em que o jovem é considerado problema, principalmente relacionado a violência e a segurança nacional, onde as ações são direcionadas a prevenção de situações de risco e violência em que os jovens se inserem como causadores ou vítimas. 2- A *mobilização social dos jovens*, que pretende um consenso político por meio de grupos da juventude partidária. Intervir aí significa mobilizá-los para alguma eleição ou campanha política, para que colaborem na construção de uma causa política de um partido ou representante político. 3. A *integração social*: o jovem como ator principal no seu desenvolvimento, priorizando seu desejo de fazer da sua ação uma prática política para melhoria do seu contexto social (DE TOMMASI, 2004, p.178).

Neste terceiro eixo se encontra a proposta de política que é confluyente com a proposta do jovem como ator/sujeito político, e que é tema central neste estudo (DAYRELL, 2003). Portanto, é indispensável repensar as estratégias de intervenções e políticas públicas, evitando a ênfase em instituições formais e organizações verticalizadas, mas fortalecendo a participação de organizações com representações democráticas; integrando ações e não somente costurando programas e políticas de forma desarticulada; além de criar e fortalecer redes institucionais entre sociedade civil e instituições públicas (UNESCO, 2004).

O Estatuto da Juventude é o instrumento legal - Lei 12.852/2013 - que determina quais são os direitos dos jovens que devem ser garantidos e promovidos pelo estado brasileiro. Segundo o inciso 1º dessa mesma lei “são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15

(quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.” (BRASIL, Lei 12.852/2013). Para efeito, a seção 1 estabelece os princípios pelo qual a lei será regida, constituindo dentre outros pontos:

I– Promoção da autonomia e emancipação dos jovens; II – valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações; III – promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País; IV – reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares; VII – promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação. (BRASIL, - LEI 12.852/2013)

Posteriormente, no Capítulo II – Dos Direitos dos Jovens, Seção I – Do Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil, indica proposições valiosas para a sustentação argumentativa da pesquisa, no que concerne ao Art. 4 que prevê o “direito à participação social e política e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude. ” Entende-se por participação juvenil:

I – a inclusão do jovem nos espaços públicos e comunitários a partir da sua concepção como pessoa ativa, livre, responsável e digna de ocupar uma posição central nos processos políticos e sociais; II – o envolvimento ativo dos jovens em ações de políticas públicas que tenham por objetivo o próprio benefício, o de suas comunidades, cidades e regiões e o do País; III – a participação individual e coletiva do jovem em ações que contemplem a defesa dos direitos da juventude ou de temas afetos aos jovens; e IV – a efetiva inclusão dos jovens nos espaços públicos de decisão com direito a voz e voto (BRASIL, - LEI 12.852/2013).

O Estatuto da Juventude institui a participação Juvenil nos espaços públicos a partir da inclusão dos jovens como pessoas ativas, livres, responsáveis e dignas de ocupar uma posição central nos processos políticos e sociais. O Estatuto também prevê a participação do jovem na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude. A essência desses direitos consiste em primeiro lugar no reconhecimento do jovem como sujeito político, como sujeito de direito, como ator da sua realidade, ator de transformação social. Reconhecer esse lugar juvenil que se contrapõe a discursos vendidos de que a juventude ainda está em processo de formação e, portanto, não é capaz de emitir opinião e transformar a sociedade (CABRALDOS, 2018).

A afirmação de uma democracia forte passa pela compreensão de que é importante construir espaços políticos de diálogo entre a sociedade, os governos e os diferentes agentes que constroem as políticas públicas no sentido de incentivar ações políticas e programas que sejam coerentes com a realidade do povo. Nesse sentido, construir gradualmente mais processos

participativos, onde as diversas juventudes e pluralidades juvenis, os jovens do campo, os jovens da cidade, os jovens negros, entre outros, possam estar mais conscientes dos direitos e atuando nesse sentido para transformação da realidade (CABRALDOS, 2018). O desafio se encontra em promover e garantir esses direitos outorgados pela Constituição de 88 e pelo Estatuto da Juventude para os jovens negros, para quais há entraves, violações e negação desses direitos.

5. PERCALÇOS E CAMINHOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA DE/PARA/COM A JUVENTUDE NEGRA

As políticas sociais idealizadas sobre a égide capitalista neoliberal propõem minimizar (e não solucionar) as mazelas proporcionadas pelo exuberante montante de riqueza acumulada nas mãos de uma pequena parcela da população. Esta máquina descompensada reflete numa perversa dinâmica de produção de pobreza, desemprego e problemas sociais, tal como a violência. As medidas adotadas diante dos problemas apenas suavizam as tensões, mantendo sob controle a manutenção dos fenômenos estruturais (SOUZA; PAIVA; OLIVEIRA; MELLO; ALENCAR, 2014). A violência toma dimensões centrais nas questões da juventude, pois ela leva a morte milhares de jovens no Brasil, além de agravar as injustiças sociais, ratificada pela Política de Segurança Pública do Estado, permeando a cultura do medo que propicia concepções e medidas conservadoras de combate a violência, que afinal só agrava e intensifica as aflições sociais. (BITTAR, 2008)

É comum ouvir discursos de que a juventude é o futuro da nação. Porém, diante de uma vivência desigual e uma realidade tão violenta, quais as chances reais de futuro para os jovens negros? Quais as possibilidades desses jovens construir espaços que propicie desenvolvimento a partir de vivências e identidades positivas em meio a violação de direitos e da sua cidadania? Diante de tal contexto é possível pensar as juventudes como atores sociais e políticos? (SOUZA et al., 2012). Corroborando a esta perspectiva, a autora Bader Sawaia analisa que:

A desigualdade social, econômica e política na sociedade brasileira chegou a tal grau que se torna incompatível com a democratização da sociedade. Por decorrência, tem se falado na existência da apartação social. No Brasil a discriminação é econômica, cultural e política, além de étnica. Este processo deve ser entendido como exclusão, isto é, uma impossibilidade de poder partilhar o que leva à vivência da privação, da recusa, do abandono e da expulsão

inclusive, com violência, de um conjunto significativo da população, por isso, uma exclusão social e não pessoal. (SAWAIA, 2001, p.20).

Um olhar que não considera estes processos exclusão social da juventude frequentemente cai em reproduções do discurso da “apatia juvenil”, principalmente em relação a participação política no que se compara as gerações anteriores, como as dos anos sessenta e setenta, por exemplo (UNESCO, 2004). Entretanto, em um estudo realizado pelo *Latinobarómetro*, demonstra que existe de fato um distanciamento crítico dos jovens direcionado às instituições públicas (partidos políticos, parlamentos, a justiça, a polícia, dentro outros). Entretanto o estudo destaca que há um distanciamento, também alarmante, dos outros setores populacionais (LATINOBAROMÓTRO, 2004).

À vista disso, se conclui que o problema se encontra muito mais relacionado com a dinâmica que as intuições públicas desenvolvem frente a sociedade, e não a uma questão de um puro distanciamento democrático dos jovens. A dita “apatia juvenil” se relaciona com processos de desilusão política, provocado diante dos recorrentes problemas relacionados a corrupção, crises governamentais, falta de transparência e eficácia na gestão (UNESCO, 2004).

Ademais, uma postura das intuições políticas que não se articulam numa perspectiva de promoção do bem-estar social e a falta de representatividade que abarque e interceda sobre as reais demandas dos cidadãos, relega a população num sentimento de antipatia e até mesmo de rechaço pela política, como se a política se resumisse aos políticos e as suas intuições públicas. A concepção mais ampla da política, isto é, de que somos também agentes políticos se mostra neste sentido vital que nos apoderamos deste papel que é de suma importância para transformação sócio-política.

Também é fundamental a sensibilização pública e das instituições produtoras de opiniões e com poder de decisão sobre a juventude, fomentando pesquisas sobre e com os jovens negros, com avaliação conjunta de ações e programas. Além de ter os jovens como atores-gestores de políticas; enfatizando a construção da autonomia, emancipação, equação estudo-assistência social ou trabalho e direitos a esporte, cultura e lazer como produtores e consumidores; Capacitar os jovens sobre políticas públicas, democratizando conhecimentos para a formulação, a crítica e o acompanhamento de políticas; equacionar estudo e trabalho com formação cultural e ética, diversão e esporte; responder à heterogeneidade de grupos juvenis;

conjugar a uma perspectiva geracional-juvenil com uma perspectiva de gênero; contar com a perspectiva de raça/etnicidade e fomentar ações afirmativas que lidem com as desigualdades sociais (UNESCO, 2004).

Segundo Santos (1982, p.26) “uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade”. Ao refletirmos sobre qual o lugar da política, podemos tomar a vida cotidiana como um território de concretização destas ações. Afinal, é neste mesmo espaço que a juventude sofre toda sorte de violação de direitos corroborada pelo racismo, e nele também que os jovens se organizam coletivamente em resistência, é o lugar sobre o qual podem escrever sua história como sujeitos. Como ressalta Raimundo (2014): “É no espaço onde os acontecimentos da vida se desenrolam, onde as (im)possibilidades se concretizam, desafiando os sujeitos a decifrá-las. É no espaço que o cotidiano se impõe com suas contradições.”

O movimento de resistência urbana da juventude negra na atualidade tem criado espaços que possibilitam a manifestação da sua cultura, por meio de instrumentos e ferramentas que denunciam suas condições sociais. Isso pode se apresentar por meio do grafite, do hip hop, das músicas compostas por DJs, funkeiros e MCs que repercutem em reflexões e discussões que procriam pensar de maneira crítica suas realidades (DAYRELL, 2002). Através das expressões artísticas que a juventude pode falar sobre seu cotidiano e realidade vivida. Na arte é possível despertar a consciência dos profundos obstáculos e desafios acumulados pelo racismo e desigualdade social e de renda. Pela expressão artística também é possível sonhar. O sonho traz a possibilidade de projetar, de pensar o futuro, e assim construir instrumentos criativos de transformação. O desafio encontra-se em questionar e desestruturar as representações construídas que apresentam o jovem negro como sujeitos propenso a atos violentos e passar a atribuir reconhecimento e visibilidade a ações construtivas, como produções culturais e artísticas que possuem impacto social e político de transformação (RAIMUNDO, 2014)

Ao olharmos as tensões sociais, tal e qual violência, como consequência das relações de desigualdade social, inferimos que uma linha possível para a superação deste problema está na formação política e participação comunitária, onde será possível integrar as pessoas afetadas na construção de possíveis soluções, já que são os afetados que conhecem melhor os recursos comunitários disponíveis (MARTÍNEZ, 2004). Assim, ao pensar em políticas públicas para esse

grupo populacional, é preciso considerar sua especificidade, garantindo a proteção e promoção de direitos, não obstante a construção de noções de cidadania e consciência crítica, como propulsor de transformações sociais. Articulando a formação política como um processo de construção coletiva, que tem como objetivo propiciar a juventude a capacidade de uma leitura crítica da sua realidade, impulsionando articulações e mobilizações sociais para garantir seus direitos e cidadania (SOUZA et al., 2014).

Segundo Freire (1993), ser cidadão significa gozar dos direitos civis e políticos de um estado, ao passo que cidadania se refere à condição de cidadão, estando relacionada ao uso dos direitos e o direito de ter deveres de cidadão. A cidadania é uma invenção coletiva. Cidadania é uma forma de visão do mundo (SOUZA et al., 2014, p. 377).

Promovendo assim o empoderamento, numa construção de uma cultura de reivindicações, capaz de articular meios para sua emancipação e autonomia, oportunizando sujeitos protagonistas das suas história e contextos. Numa lógica contrária ao tradicional assistencialismo, que incentiva a dependência, fragmentação e despotencialização política das comunidades e sujeitos. Lógica esta que é produtora do que Freire (2007) chama de “consciência mágica” em que a realidade é concebida com um poder superior, pelo qual os indivíduos se vêm passivos a se submeter com docilidade. Para o autor, é o “cruzar dos braços”, o “nada posso fazer sobre isso” diante do absurdo dos fatos que nos faz por vencidos. Já a consciência crítica promove uma integração com a realidade, que é histórica, e que somos determinados e determinantes. Esta é a leitura dialética, que rege tudo o que é relação humana (SOUZA, et al., 2014).

Necessário se faz, portanto, dar voz àqueles que historicamente vêm seus direitos negados, seja por preconceito geracional – em que a juventude é apontada como culpada pelo *status quo* no qual se encontra a violência incidente sobre a população –, seja por outra motivação social que relegou o papel secundário a essa parcela da população. Garantir expressão à juventude, todavia, significa muito mais que só ouvir, mas fazer ecoar, politizando e materializando as demandas trazidas por esse segmento juvenil (SOUZA et al., 2014, p.378).

Quando se analisa o movimento da violência letal e traz luz à desigualdade social e racial, percebe-se um enorme abismo que ainda separa os jovens negros do pleno exercício de direitos e de cidadania. Os jovens negros acompanham gradualmente a tendência de melhoria das condições sociais, mas ainda ocupam papel secundário no protagonismo político, por falta de

viabilidades e oportunidades. A exclusão social dos direitos básicos de grande contingente de pessoas, suscitado pelo aumento da desigualdade social, solicita estratégias que contribuam para a formação de sujeitos ativos em suas realidades. Nesse sentido, a psicologia tem sido requisitada a contribuir na transformação dessa realidade, cumprindo o papel ético-político.

A CONSTRUÇÃO DO SER NA HISTÓRIA: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA SOCIAL

O ser humano, desde o primeiro momento de vida já está inserido num contexto histórico. Sua existência estar intrinsecamente ligada a existência do outro, comumente isso se inicia pela relação com a mãe ou cuidador, o que já faz deste *infans* membro de um grupo, que em um primeiro momento, se dá como uma díade. Mas logo sucederá que todo indivíduo gradualmente irá integrar-se as relações grupais que vão desde a família a participação de grupos necessários para sua sobrevivência, ou outros que se formam em função de um objetivo. A interação com este outro é o que propicia a transmissão das normas e papéis sociais que foram sendo construídos historicamente por cada sociedade. São práticas consideradas essenciais e que garantem a manutenção do grupo social (LANE, 1994).

Cada grupo possui normas, costumes e valores que regem as relações entre os indivíduos, elas agrupam comportamentos que são valorizados e então reforçados, e comportamentos que são repudiados, suscetível a punição, que quando cristalizadas em Lei, é passível de condenação por autoridades institucionalizadas. Tais construtos determinam e tentam padronizar e normatizar as expressões dos indivíduos em prol da manutenção da sociedade que diz o que é “correto” e “normal”. É neste engodo entre o social e o indivíduo que residem os principais conflitos e contradições que são propulsoras de uma construção subjetiva que se pode chamar de “eu”, é por meio da relação com o outro em que se percebe as semelhanças e diferenças entre o “eu” e o “outro” e que é possível a construção da individualidade, da identidade social e a consciência de si e do outro (LANE, 1994).

É importante refletir sobre a concepção da identidade social, sendo esta forjada por um conjunto de papéis sociais desempenhados. Tais papéis atendem, prioritariamente, a manutenção das relações sociais, que geram uma expectativa do cumprimento comum das normas. Para que esse processo de alienação ocorra de forma mais ou menos harmônica, os papéis exercem uma

mediação ideológica, capaz de criar uma ilusão de que determinados papéis são naturais e necessários. Tal naturalização leva a percepção de que a identidade social é adotada como uma livre opção, ou deliberada por uma constituição biogenética, de caráter ou personalidade. Tais concepções cristalizam e naturalizam o olhar sobre o indivíduo, não considerando a análise de condições sociais que atravessam a história pessoal (LANE, 1994).

Ou seja, os papéis sociais e a identidade social reproduzem, no nível ideológico, relações de dominação, ao inferir um *modus operandi* na configuração social, estabelecendo maneiras de naturalizar e universalizar o ser social. As relações de dominação são funcionais a manutenção da sociedade de classes, nos quais poucos dominam e muitos são dominados através de exploração da força de trabalho. A superação dessa imposição ideológica se dá mediante questionamentos das causas históricas da sociedade e grupo social em intersecção ao indivíduo, pela qual será possível inferir o porquê agimos de determinada forma, assim, propiciando a consciência de si. Desta forma, Lane (1994) defende que a consciência individual do ser humano somente é desenvolvida na medida que este se aproxima da consciência social, proporcionando a possibilidade da consciência de si alterar a identidade social, na medida que:

[...] dentro dos grupos que nos definem, questionamos os papéis quanto à sua determinação e funções históricas — e, na medida em que os membros do grupo se identifiquem entre si quanto a esta determinação e constatem as relações de dominação que reproduzem uns sobre os outros, é que o grupo poderá se tornar agente de mudanças sociais (LANE, p.24, 1994).

Para a psicologia social é preciso compreender o ser humano para além da sua condição física e sua origem biológica. É necessário analisar, principalmente, como ele se constitui no contexto sócio cultural, na relação do indivíduo e sociedade, esta entendida historicamente. O homem é também animal, mas se difere por ser cultural. De forma generalista, entendesse como cultura conjuntos de hábitos normativos e coletivos. A Introdução ao processo cultural se dá a partir da imersão a linguagem, a fala, o que lhes permite processar o simbólico contido nas produções culturais (BONIN, 1999)

Há de se considerar o aspecto biológico que também constitui o ser humano, não obstante, reconhecendo que este é também atravessado por construções sociais. A criança ao nascer, traz consigo determinados comportamentos inatos, relacionados a sua constituição filogenética, e a teoria histórico-cultural reconhece a importância desses processos. Entretanto,

durante o processo de desenvolvimento a criança vai se deparando com um sistema cultural criado por gerações, e neste encontro com instrumentos culturais tais como instituições, crenças e costumes, a expõe a uma assimilação por meio da linguagem. O indivíduo histórico social, que é também biológico, se constitui, portanto, a partir de uma relação dialética e inter-relacional. Desta forma, a psicologia social contribui para abordar o indivíduo na intersecção da sua história individual com a história de sua sociedade numa perspectiva biopsicossocial (LANE, 1984).

Um exemplo de construção social que se sobrepõe a conotações biológicas é a problemática da raça, o que se apresenta de forma bastante nociva. O conceito de raça abre discussões a partir deste viés, pelo qual só existe uma raça, a raça humana - homo sapiens, entretanto, por implicações históricas, determinadas características físicas foram simbolizadas de forma a atribuir uma hierarquia ou superioridade. Qual diferença e detrimento há entre o preto e o branco senão no processo de significação e invenções socioculturais presentes nas sociedades? As discussões sobre cor e raça, mantém sua importância como aspecto político e de identidade. Isso não se dá naturalmente, reafirmando que nenhuma construção é natural em si. Mas se faz essencial na medida em que percebemos como as significações e construções sociais reverberam na vida de milhares de indivíduos, privilegiando alguns e desfavorecendo outros (CARONE, 2002).

Outro paradigma que a psicologia social questiona é a dualidade físico x psíquico, que pressupõe uma concepção idealista do ser humano, numa tradição que separa objetividade e subjetividade, e coloca o indivíduo numa comparação animalística, onde homem e máquina funcionam de forma semelhante um do outro. Tais perspectivas dificultam as manifestações do ser humano como sujeito criativo e transformador. É por meio do materialismo histórico e da lógica dialética que a psicologia social introduz pressupostos epistemológicos para a construção de um conhecimento que suporte a realidade social ao cotidiano dos indivíduos. Tendo como objetivo atingir o indivíduo concreto, manifestado em uma totalidade sócio histórica, as intervenções partem de investigar as redes de relações sociais que define cada indivíduo (LANE, 1984)

A psicologia social entende o ser humano como um ser dialógico, relacional, que vai se construindo a partir das relações que vai estabelecendo com os outros seres humanos. Sem perder a singularidade pois continua sempre sendo um ser único e

repetível. Sua subjetividade é composta dos milhões de relações que ele estabelece durante toda sua existência. (GUARESCHI, 1988, p.56)

A compreensão do indivíduo concreto se dá a partir de dois fatos empíricos que confirmam que: 1) o ser humano é um ser social, mesmo antes do seu nascimento o indivíduo estar inserido num grupo social, e este sobrevive a partir das relações com outros indivíduos, portanto isto refuta a dicotomia indivíduo x grupo. -; 2) O indivíduo é constituído por meio da linguagem, suas ações e interações são alicerçadas pela cultura como um código construído historicamente por cada sociedade, os significados e normas só são apreendidos na relação com outros indivíduos (BONIN, 1999).

Ademais, a psicologia social e social comunitária destaca o desenvolvimento da visão crítica, para o compromisso social e político também do psicólogo (LANE, 1981). O psicólogo social deve se manter atento para ouvir as demandas, linguagens, sentimentos e as representações sociais do grupo, com o propósito de investigar a influência de variáveis ambientais nos comportamentos. Para tanto, a psicologia social demonstra ser uma abordagem ideal para investigar temáticas concernentes a dinâmica de pensamentos e comportamentos sociais.

Dessa forma, diversas temáticas podem ser investigadas, tais como, preconceito, violência, e as pesquisas procuram analisar as repercussões desses fenômenos na esfera social. Lane (1984) destacou que a psicologia social tem o objetivo de identificar a dinâmica da linguagem e as percepções do indivíduo. As representações sociais acerca de uma temática são construídas a partir da interação coletiva e representam a principal fonte de investigação destes psicólogos (AZEVEDO, 2009, p. 66).

Portanto, é por essa concepção de sujeito ativo, de sujeito de direitos, de sujeito ativo e dialético a sua história que a análise partirá das fundamentações teóricas da psicologia social e social comunitária, que apreende os sujeitos como seres sociais, onde o conteúdo psicológico tem conotações também institucionais, sociais, culturais e políticas (VASCONCELOS, 1995).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversos fatores têm contribuído para emergência de se discutir o tema da juventude negra e protagonismo juvenil na sociedade atual. O contexto de violência contra a população negra, conservadorismo, precarização das relações de trabalho e o déficit na educação que acarreta em situações de vulnerabilidade e negação dos direitos fundamentais, garantidos pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Juventude configuram um cenário alarmante.

Tais fatos demandam ações que possibilitem abrir campo para discussões e elaborações de medidas conjuntas dos segmentos juvenis na transformação da realidade.

Não obstante, multiplica-se pedras no caminho para ascensão do jovem negro no espaço político-social, entraves que envolvem as estruturas das instituições, preconceitos, racismo, estigmas, e vulnerabilidades que delineiam uma conjuntura política que engendra formas de exclusão. Reflexo disto é atribuído a percepção recorrente de desinteresse da juventude com as relações tradicionais da política, junto a baixa participação nos congressos e fóruns, no processo eleitoral e até mesmo em projetos direcionados à promoção dos direitos social da juventude. Recai sobre esta juventude o pessimismo quanto à participação juvenil contemporânea, quando comparada a outras gerações. Entretanto, uma análise que não considere os processos de exclusão social que recai sobre a juventude negra, pode outorgar um discurso simplista e causal de “apatia juvenil” em relação à política.

Porém, o que se apresenta em contraste é as diversas expressões de participação política da juventude negra, que se articulam em ações e movimentos de resistência, luta, arte e criatividade e produções culturais. Aqui vale ressaltar não apenas as mazelas vivenciadas pelo povo negro, que já está desgastado de tantos atributos maléficos e desfavoráveis. Mas evidenciar que mesmo diante de tal contexto existe uma produção de conhecimento, de ações e movimentos que expressam, constrói e exaltam a cultura negra. Assim, vemos em ações com grafite, música, *rap* e *hip hop*, *funk*, poesias e diversas manifestações artísticas que a juventude pode falar sobre seu cotidiano e realidade vivida, além de expressar sua subjetividade, desejos e sonhos. Tais produções devem ser legitimados como uma ação política, pois tem poder de transformação da realidade (DAYRELL, 2002). Ademais, existe uma forte organização política em movimentos de militância, coletivos, grupos e instituições articulados a movimentos sociais e setores populacionais para luta contra o racismo, e a garantia dos direitos fundamentais, preservação e manutenção da cultura negra. Nisto se apoiam algumas intervenções e participações da juventude negra no processo de transformação da realidade, que possibilitam meios para sua emancipação, oportunizando sujeitos ativos protagonistas das suas histórias.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. (1997). Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. Número especial: Juventude e Contemporaneidade. São Paulo: ANPED, (5-6), 25-36.

BRASIL. Política Nacional de Juventude. Brasília: Secretaria Nacional da Juventude, 2006.

ALMEIDA, Arthemis Nuamma Nunes de et al . Juventude e violência: o que pensam os jovens de um projoem urbano em Natal/RN. *Temas psicol.*, Ribeirão Preto , v. 22, n. 4, p. 853-869, dez. 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2014000400014&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 03 jun. 2018. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2014.4-14>.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. 341 p.

AZEVÊDO, Adriano Valério Dos Santos. A Psicologia social, comunitária e social comunitária: definições dos objetos de estudo. *Psicologia em Foco*, SE, v. 3, n. 65, dez. 2009.

BRASIL. Dos direitos e das políticas públicas de juventude. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm>. Acesso 05 de maio.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. 11 ed. Brasília: UnB, 1983. 1358 p.

BOGHOSSIAN, Cynthia Ozon; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. *Saude soc.*, São Paulo , v. 18, n. 3, p. 411-423, Sept. 2009 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902009000300006&lng=en&nrm=iso>. access on 24 Aug. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902009000300006>.

BONIN, L. (1999). Indivíduo, cultura e sociedade. Em M. Jacques & M. Strey (Orgs.), *Psicologia Social Contemporânea: Livro-texto* (pp.58-72). Petrópolis: Vozes.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. [S.l: s.n.], 2002.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: o mito fundador*. *Revista da associação psicanalítica de Porto Alegre*, Porto Alegre, n. 19, out. 2000.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. *Direitos Humanos e Criminalização da Pobreza*. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Instituto de Psicologia, Niterói/RJ, jun./out. 2006. Disponível em: <http://www.slab.uff.br/images/Aquivos/textos_sti/Cecília_Coimbra/texto54.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2017.

DE TOMMASI, Livia. Um olhar sobre as experiências de políticas públicas de juventude na América Latina. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro , n. 25, p. 177-181, Apr. 2004 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-

[24782004000100016&lng=en&nrm=iso](https://doi.org/10.1590/S1413-24782004000100016)>. access on 31 May 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782004000100016>.

DAYRELL, Juarez e GOMES, Nilma Lino. Juventude no Brasil: questões e desafios. 2008.

DAYRELL, J. (2002). O rap e o funk na socialização da juventude. *Educação e Pesquisa*, 28(1), 117-136.

IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FANON, Franz. 1968. Os condenados da terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GROPPO, L. A. Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro nas sociedades de classe: Ensaio de interpretação sociológica. 5 ed. São Paulo: GLOBO, 2008. 433 p.

IBGE, Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira : 2017 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2017. 147p. - (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, ISSN 1516-3296 ; n. 37)

LATINOBAROMETRO. La democracia y la economia: latinobarometro, 2003. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/>>. Acesso em: 2004. 295 p.

LANE, Sílvia T. Maurer. O que é psicologia social? 7 eds. São Paulo: Brasiliense, 1981. 87 p.

MANZINI, E.J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial. Londrina:eduel, 2003. p.11-25.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação.

MINAYO, M. C. Social Violence from a Public Health Perspective. *Caderno. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 10, supl. 1, p. 07-18, 1994.

MORAIS, R. O que é violência urbana. São Paulo: Brasiliense, 1981

MATO, Daniel (Coord.). Políticas de ciudadanía y sociedade civil en tiempos de globalización. Caracas: Faces; Universidad Central de la Venezuela, 2004. p. 95-110. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/venezuela/faces/mato/Dagnino.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2009

NASCIMENTO, João Gabriel do. Raça, mídia e juventude : representações da juventude negra. 2014. 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

NIRENBERG, O. Participación de adolescentes em proyectos sociales: aportes conceptuales y pautas para su evaluación. Buenos Aires: Paidós, 2006.

ODALIA, Nilo. O que é violência. São Paulo: Brasiliense, 2004

O'DONOGHUE, J. L.; KIRSHNER, B.; MCLAUGHLIN, M. Moving youth participation forward. *New directions for Youth Development: Theory, Practice and Research*, n. 96, p. 15-26, 2003.

SARRIERA, Jorge Castellá; CAMARA, Sheila Gonçalves; BERLIM, Cynthia Schwarcz. Elaboração, desenvolvimento e avaliação de um Programa de Inserção Ocupacional para Jovens Desempregados. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 189-198, 2000. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722000000100019&lng=en&nrm=iso. access on 03 June 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722000000100019>.

SINHORETTO, Jacqueline; SOUZA MORAIS, Danilo de. Violência e racismo: novas faces de uma afinidade reiterada. *rev.estud.soc.*, Bogotá , n. 64, p. 15-26, Apr. 2018 . Available from http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0123-885X2018000200015&lng=en&nrm=iso. access on 15 July 2019. <http://dx.doi.org/10.7440/res64.2018.02>.

SWAIA, Bader. As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2 eds. Petrópolis: Editora Vozes, 2001. 82 p.

SOUZA, Candida de et al. Formação política como uma forma de enfrentamento à violência na juventude. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v. 14, n. 30, p. 367-383, ago. 2014. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2014000200010&lng=pt&nrm=iso. acessos em 03 jun. 2018.

TRANCOSO, A. E. R. (2012). Juventudes: o conceito na produção científica brasileira. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

UNESCO. Novo índice mostra vulnerabilidade de jovens à violência no brasil. Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/brasil/pt/about-this-office/single-view/news/new_index_shows_vulnerability_of_youth_violence_in_brazil/. Acesso em: 01 jun. 2017.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. O que é psicologia comunitária. 6 eds. São Paulo: Brasiliense, 1995. 100 p.

Capítulo 60 - DOI:10.55232/1084002060

**“O LADO ESCURO DA CIDADE DA LUZ: EXPLORAÇÃO
SEXUAL COMO ATRATIVO TURÍSTICO EM
FORTALEZA/CEARÁ”**

Rita Soares de Araujo Teófilo

RESUMO: Apresenta-se nesse trabalho um estudo sobre o turismo sexual na cidade de Fortaleza/CE. O turismo sexual se concretiza em viagens organizadas dentro do setor turístico ou fora dele, utilizando as suas estruturas, com a principal intenção de estabelecer contatos sexuais com os residentes do destino. Em razão da problemática evidenciada, o estudo tem como objetivo investigar a exploração sexual como atrativo turístico, identificar as motivações que levaram as profissionais a entrarem no ramo, como estão representadas no contexto social, e sua percepção sobre o papel que exercem na demanda turística de Fortaleza/CE. Tem caráter quantitativo, com análise qualitativa, e se constitui em pesquisa de campo, documental e bibliográfica, utilizando métodos descritivos e técnicas apropriadas para a investigação em Ciências Sociais, como questionário estruturado e entrevista semiestruturada. Os resultados comprovam a existência e influência da prostituição na demanda turística da cidade. Para coibir, seria muito importante que os empresários que através do turismo comercializam a sexualidade, principalmente aos estrangeiros, sejam denunciados e punidos, para que esse tipo de turismo não destrua mais famílias e comunidades. Além do surgimento de uma legislação que não permita lacunas para o fortalecimento da exploração sexual.

Palavras-chave: Palavras-chave: Prostituição. Exploração Sexual. Turismo Sexual.

1. INTRODUÇÃO

No encontro entre os turistas e a população local, as desigualdades podem ser reproduzidas pela organização comercial que se faz em torno da atividade, e essa diferença pode ocasionar impactos no âmbito social. O turismo sexual pode representar para algumas pessoas, mesmo que hipoteticamente, a oportunidade de ascensão social e estabilidade financeira para a família (Olivar, 2014; Oliveira, 2013; Costa 2011; Piscitelli, 2007).

O turismo sexual é considerado por Beni (2009) como um segmento do setor, e diante de uma análise mais ampliada, Ocha (2012) apresenta o caso da Tailândia, cujo turismo é um dos setores mais fortes na economia de serviços, considerando o importante incremento do segmento sexual. Apesar de existirem diversos estudos que consideram o turismo sexual como um nicho que mobiliza divisas dentro da abrangente atividade turística, o mesmo é assunto bastante polêmico, já que envolve discussões sobre moral, ética e constituição de valores, e corriqueiramente é considerado pela literatura como uma atividade que degrada e vitimiza os envolvidos (Oliveira, 2013).

É necessário dizer, porém, que a prática do turismo sexual é contrária ao Código de Ética Mundial do Turismo (OMT, 1999), que tem entre os seus princípios a defesa dos direitos humanos, a dignidade dos trabalhadores, o estímulo ao emprego e renda, o fomento à qualificação, ao desenvolvimento social e econômico.

Em razão da problemática evidenciada, o presente estudo tem como objetivo identificar as motivações que levaram as profissionais a entrarem nesta atividade, como estão representadas no contexto social e sua percepção sobre o papel que exercem na demanda turística de Fortaleza. Aplicou-se 62 (sessenta e dois) questionários estruturados, seguido de uma entrevista semiestruturada com gravação de áudio, autorizada pelas inqueridas.

Ao longo do trabalho, adentrou-se na literatura acadêmica que trata da atividade sexual como atividade profissional, representação histórica e social e os conceitos atrelados a prática turística na cidade de Fortaleza.

2. BASES TEÓRICAS PARA A COMPREENSÃO DA PROSTITUIÇÃO

Priore (2000) percebe que a concepção acerca da prostituição varia de acordo com a temporalidade. Inicialmente, a ideia predominante era que as mulheres se prostituíam por promiscuidade ou por necessidade. Somando-se a isso, vive-se numa cultura em que o machismo ainda é operante, na qual as mulheres sofreram historicamente com o processo de exclusão social, como argumenta Bem (2005, p. 36) que trata esse tipo de exclusão como “[...] um fenômeno típico do capitalismo [...] que atinge, sobretudo as mulheres [...] agindo de modo distinto sobre as representações e as práticas envolvendo gêneros”. Dimenstein (1992) afirma que o perfil comum desses profissionais inclui o fato de não possuírem aptidões valorizadas na sociedade ou de não terem oportunidades profissionais equivalentes aos demais.

No século XXI, dado, ao debate sobre a profissionalização dessa área, e as mudanças nos paradigmas morais da atualidade, as prostitutas se assumem, auto afirmando seu lugar social sem maiores constrangimentos. Em algumas sociedades onde a instituição do matriarcado predominou na organização social, a prostituição era vista como sagrada e praticada por mulheres que eram consideradas deusas e responsáveis pelos templos (ROBERT, 1992). Nesse contexto, a prática sexual fazia parte do procedimento de adoração às deusas, mas com o patriarcado, tal prática foi considerada pecaminosa, sendo delimitado que a sexualidade feminina deveria ser restrita ao casamento e à família, não sendo aceita a autonomia sexual exercida pelas prostitutas.

Dessa breve viagem aos tempos passados, pode-se perceber que a prostituição obedece às configurações sociais e temporais, variando de acordo com espaço-tempo, a flexibilidade das relações de trabalho e dos mercados, bem como dos padrões de consumo. Observa-se que atualmente as novas configurações sociais ligadas à globalização e ao capitalismo contemporâneo, as relações sociais, sexuais ou afetivas não obedecem às fronteiras geográficas, nem a padrões rígidos de conceituação.

Piscitelli (2005) ressalta que o mercado do sexo não se restringe apenas à prostituição convencional, mas encontram-se os indicadores de diferentes trabalhos sexuais, dentre eles, os desenvolvidos em bordéis, boates, bares, saunas, linhas telefônicas eróticas, sexo virtual, através da internet, casas de massagem, serviços de acompanhantes, agências matrimoniais, hotéis, motéis, cinemas e revistas pornô, filmes e vídeos, serviços de dominação e submissão/sadomasoquismo e prostituição na rua.

A prostituição de luxo, por exemplo, não se baseia simplesmente pelos altos preços dos programas sexuais, mas por uma rede de serviços ligada a esse tipo de prostituição, tais como a exposição das garotas através de *sites* de acompanhantes, casas especializadas para atender a clientes das classes média-alta e alta; como também exigências de estética corporal, de discricção, e muitas vezes, a necessidade de conhecimentos de etiqueta para serem acompanhantes em viagens e eventos sociais.

A circulação e o acesso a informações de diferentes ordens promovidas pela globalização, através da Internet, parecem facilitar a busca pelo sexo pago, além de direcionar outros destinos em evidência, observa-se que:

Nas décadas de 1980, 1990 e 2000 os percursos dos turistas à procura de sexo se voltam para outros cenários, habitados por ‘novos’ seres apetecíveis para o consumo do sexo, ainda mais exóticos, ainda mais autênticos e, portanto, ainda mais eróticos. Nesse movimento, novas regiões-alvo, na América do Sul, tornam-se almeçados destinos (PISCITELLI, 2005, p. 286).

O sexo por computador também é algo crescente. Na maior parte da atividade sexual, via computador, ocorre por meio de conversas, sejam em *chats*, em salas reservadas, ou não, seja como derivação espontânea de interações pessoais (Beni, 2009). Cada vez mais temerosos de contágios e agressões físicas, os indivíduos procuram alternativas para expressar sua sexualidade, e na cultura brasileira de supervalorização da virilidade, o computador oferece um curto caminho para a fantasia sexual, principalmente porque a interação pode ser ou não visual, e as identidades podem ser preservadas (Belmiro, 2010).

O exercício da prostituição no Brasil não é crime. Porém, apesar de ser uma atividade reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego¹ como ocupação, não é uma profissão regulamentada. Ou seja, as prostitutas têm seus direitos trabalhistas negados e ocupam uma posição de maior vulnerabilidade, o que contribui para que trabalhem em um ambiente de violência e exploração.

1

O Ministério do Trabalho e Emprego é o órgão que regulamenta o trabalho e emprego no Brasil. Em 2002 a Classificação Brasileira de Ocupação foi atualizada e incluída a prostituição como ocupação.

A legislação penal brasileira considera crime, contudo, a indução e a exploração da prostituição, a manutenção de estabelecimentos em que ocorram a exploração sexual e o tráfico de pessoas para este fim.

3. TURISMO SEXUAL

Entende-se por turismo sexual viagens organizadas dentro do setor turístico ou fora dele, utilizando as suas estruturas, com a principal intenção de estabelecer contatos sexuais com os residentes do destino². Esta é a definição da Organização Mundial do Turismo (OMT) para o turismo sexual, portanto compreende-se que o motivo principal do turismo praticado dentro dessa tipologia envolve a existência de comercialização de relações sexuais.

O turismo tem um forte papel transformador desses destinos, além dos equipamentos tipicamente turísticos, também explora outros setores secundários da atividade, como os restaurantes, bares, lavanderia e segurança. Essa exploração também acontece com a população nativa, através da exploração sexual.

Algumas abordagens tentam qualificá-la como decorrência de problemas econômicos, ao passo que determinadas práticas tentam subestimá-la ou mesmo ignorá-la como fenômeno que, refletindo traços específicos das formações socioeconômicas e históricas das sociedades emissoras e receptoras, agregam vários problemas de difícil solução. Cabezas (2004) avalia que a dolarização da economia local devido aos investimentos em infraestrutura de lazer e entretenimento, a supervalorização do trabalho em áreas turísticas e a melhor possibilidade de auferir renda juntos aos visitantes temporários do destinos sejam os principais pontos de decisão para aqueles que se ocupam na prostituição. Autores como Rivers-Moore (2010) e Olivar (2014) apresentam em suas pesquisas que a submissão de mulheres na prostituição está atrelada ao consumo de bens e sustento familiar em regiões cuja atividade turística se desenvolve e torna-se o principal mercado gerador de oportunidades e renda.

2

www.unwto.org World Tourism Organization (Organização mundial do Turismo (OMT)).

Consideravelmente a exploração sexual no turismo tem de ser analisada com o desenvolvimento do próprio turismo, pois a sua existência está intimamente vinculada aos modelos inadequados de desenvolvimento da atividade turística. Sua existência reflete, de fato, a preexistência de problemas bem mais profundos, os quais, por sua vez, estão ligados às sociedades receptoras e emissoras de turistas.

O sociólogo Soares do Bem (2005) afirma que muitas configurações da prostituição estão alicerçadas na pobreza e na ausência de oportunidades. Assim, a classe pauperizada e excluída enxerga a prostituição como algo viável e rentável. O autor ainda esclarece que o turismo sexual é um fenômeno produzido pela exclusão social, sua principal causa, porque a população que sofre com esta dificuldade passa a encontrar nesta prática uma forma de mobilidade social.

Perlongher (1987) levanta uma multiplicidade de fatores que definem o ingresso de um indivíduo no mercado sexual. O fator econômico tende a ser determinante, essas condições fazem com que a prostituição seja visualizada como “estratégia de sobrevivência”. No entanto, a deserção ou expulsão da família e o cenário do trabalho assalariado funciona como alternativa.

Segundo Piscitelli (2005), as implicações sociais da prostituição envolvem a relação das mulheres com sexo, são entendidas como raiz de sua opressão e abuso. As prostitutas são vistas como passivas ou como objeto sexual, vítimas de exploração, por sua condição de carência afetiva, econômica e psicológica.

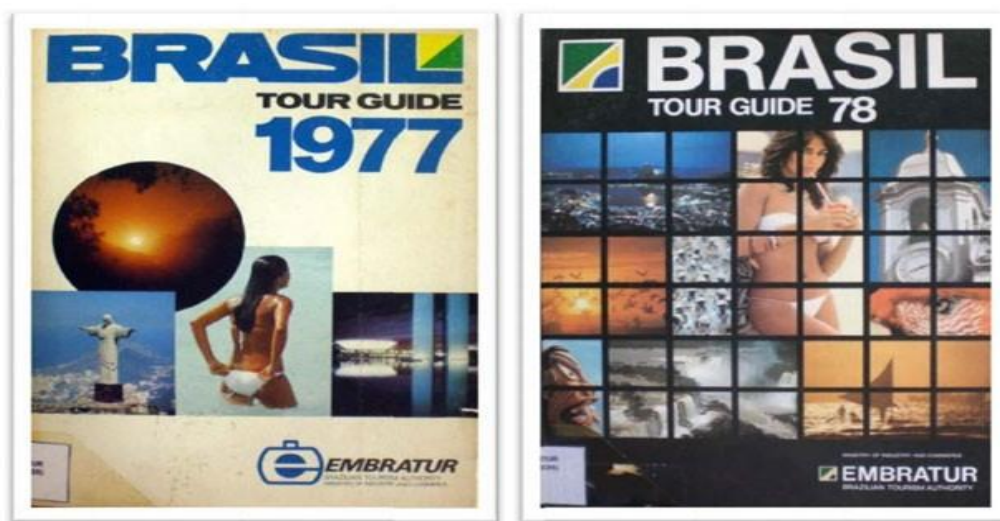
3.2 A MÍDIA A SERVIÇO DO SEXO

O tempo do “não trabalho” faz parte do tempo social, contrapartida do tempo dedicado à produção, daí a importância da indústria turística, uma vez que enormes setores produtivos se constroem a partir do não trabalho (CARLOS, 1999, p.29).

O valioso tempo de consumo do turismo tende a “empacotar” os lugares e, até mesmo, a população do lugar, a partir da criação de estereótipos, sendo o Brasil fruto de *slogans* como o país do futebol, do carnaval e do sexo. Sabe-se que em torno dessa referida imagem deturpada, caricatural e estereotipada do Brasil existe todo um mercado explorado e estimulado pela mídia.

Em seu estudo intitulado *A imagem do Brasil no Exterior*, a pesquisadora Kelly Kajihara (2008) confirma que essa imagem de país sexual foi associada ao Brasil, dentro do próprio órgão que regula o turismo no Brasil, a EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo). Desde a criação do órgão, em 1966, principalmente nas décadas de 70, 80 e meados de 90, as campanhas publicitárias internacionais tinham, na maioria das vezes, imagens de mulheres sensualizadas, habitando cenários paradisíacos, portanto ficando clara a associação do Brasil ao paraíso do sexo fácil.

Figura 1 - Material de divulgação da EMBRATUR usadas em 1977 e 1978



Fonte: Reprodução- Adaptado de Kajihara (2008).

A figura 1 é composta por dois *folders*; o primeiro com o nome do Brasil, o ano de 1977 com a frase em inglês *Tour Guide* (Guia de Turismo) e a logomarca da EMBRATUR. Com quatro fotos apresentando as belezas brasileiras, salta aos olhos, instintivamente, a figura da mulher, centralizada no cartaz. No segundo exemplo, fica ainda mais evidente o apelo feminino para a visita ao país.

Contemporaneamente, Bignami (2002) e Bem (2005) asseguram que as imagens do país, no exterior, são também reflexos da televisão brasileira que, no conteúdo dos seus programas, arquiteta um povo sensual.

No caso do turismo sexual [...] é evidente que os discursos físicos continuam a ter funcionalidade, mas em uma positivação do 'outro' corpo. As preferências físicas, associadas às características do temperamento e das especificidades culturais, constroem cenários imaginários e fantasias que participam mesmo da definição dos roteiros turísticos, [...] Tais discursos estão presentes nos roteiros turísticos publicados, nas representações midiáticas em geral, na presença 'confirmadora' de integrantes de minorias étnicas e até mesmo no *marketing* institucional realizado por alguns países (BEM, 2005, p. 56).

Dessa forma parece impossível desassociar a imagem do Brasil com a sensualidade de suas mulheres. Porém, ultimamente, reconhecendo os malefícios dessa postura, a EMBRATUR vem travando uma luta contra a mídia para que essa prática seja esquecida e adota atualmente uma política inversa a anterior.

Piscitelli (2006) lembra que, mesmo com as diversas ações da sociedade, as quais promoveram o abandono das imagens de sensualidade feminina na publicidade turística oficial, ainda existe uma tendência em apresentar os lugares turísticos com imagens feminizadas, que às vinculam a noção de erotismo, em um apelo ao consumo através das metáforas construídas: “a sexualização [...] também ‘age’ através da linguagem com que se descrevem as belezas naturais” (PISCITELLI, 2006, p. 233).

4. FORTALEZA E O TURISMO SEXUAL

A cidade de Fortaleza possui população estimada em 2.571.896 habitantes, é a quinta cidade mais populosa do Brasil. Com 34 km de faixa litorânea, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) 2014. Tem no turismo uma das suas principais atividades econômicas, junto ao comércio e à indústria. Com isso, é considerada uma cidade turística, estando em 7º lugar no *ranking* das cidades mais bem avaliadas pelos visitantes do Brasil, segundo *site* de viagens TripAdvisor 2014³. Considerada a capital da luz, Fortaleza tem sol quase o ano todo, sendo assim uma cidade propensa ao turismo de sol e mar (Lazer). Como toda cidade turística, a capital cearense

3

www.tripadvisor.com.br 2014.

vem sofrendo as consequências do turismo. Entre esses impactos negativos está o Turismo Sexual.

Segundo um levantamento no Ministério do Turismo sobre a Demanda Turística Internacional de Fortaleza de 2005 a 2011⁴, os turistas que mais visitam a cidade são os italianos com 25,7%, os portugueses 14,5% e americanos (EUA) com 6,9%. Esses estrangeiros são de maioria masculina 69,4%, com idade entre 41 e 50 anos e com intenção de retorno 94,1%. Vêm, principalmente, à procura do turismo de lazer, 48,7%, seguido pelo turismo de negócio, com 13,1%.

A história do Turismo Sexual em Fortaleza está intimamente ligada aos voos *charter* (voos fretados). Segundo a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) criada no Congresso Nacional em dezembro de 2013 para investigar o turismo sexual, existem agências de turismo na Europa, principalmente na Alemanha e Itália, especializadas em vender pacotes turísticos sexuais, principalmente para cidades do nordeste brasileiro. Esses voos geralmente apresentam um percentual significativamente maior de homens, solteiros, de classe médio-baixa, com idade entre 30 e 50 anos.

Presencia-se abertamente a prostituição nas avenidas próximas à Beira-Mar, espaço turístico por excelência, onde se localizam os melhores hotéis, locadoras de veículos, sede de agências de turismo, bares, restaurantes e boates.

As profissionais do sexo atuam nessa área em busca de turistas de origem internacional, e que além dos pontos de encontros nas esquinas, algumas delas percorrem pontos turísticos da orla em busca de visitantes propenso ao comércio sexual.

Em paralelo a esta prática, comumente observam-se casais formados por estrangeiros e prostitutas. O estudo intitulado *Visitantes e visitados: um retrospecto dos estudos socioantropológicos* aborda essa realidade como um "turismo sexual não relacionado com retribuição comercial, que não configura prostituição, que constitui apenas o exercício da liberdade sexual" (BARRETTO, 2005, p. 11). A autora ainda informa que nesses relacionamentos, a moça é tratada como a "namorada ocasional", enfatizando a prática como uma atividade extra entre pessoas de baixa renda.

4

Demanda Turística Internacional divulgada em outubro de 2012.

Em oposição à crença de que nos serviços de prostituição não deve existir o sentimento amoroso, há estudos que apontam tendências tanto por parte da prostituta quanto do contratante de se estabelecerem a construção do aspecto social, marital e de convívio com novas possibilidades (Piscitelli, 2007; Oliveira, 2013).

O turista que procura o Turismo Sexual consome serviços que, além do transporte, hospedagem e alimentação, incluem o sexo com a população nativa do destino. Pode estar acertado no pacote de viagem, pode ser contratado no destino turístico, pode, também, acontecer na casualidade dos relacionamentos fugazes, nos "amores de verão", sem abranger, necessariamente, a exploração sexual. É uma atividade aparentemente marginal do turismo, que parece surgir da pobreza e da submissão sociocultural, a qual pode se organizar de diversas maneiras nos destinos turísticos e não precisa estar diretamente atrelada à prostituição e ao comércio do sexo.

O Turismo Sexual está incluso em uma cadeia marginalizada que envolve a prostituição, uso de bebidas alcoólicas, drogas, violência física, exploração de crianças e adolescentes e tráfico internacional de mulheres. Por conta disso é muito difícil o contato com essas mulheres, é um público muito fechado e, apesar do senso comum imaginar ser uma opção delas estarem ali (nas ruas), muitas culpam a sociedade por estar nessa condição.

A partir do que foi tratado, entende-se que a questão do turismo sexual precisa ser abordada em uma “escala multidimensional”, conforme propôs Opermann (1999). Nesse sentido, em razão da problemática evidenciada, o estudo tem como objetivo identificar as motivações que levaram as citadas profissionais a entrarem no ramo, como estão representadas no contexto social, e sua percepção sobre o papel que exercem na demanda turística de Fortaleza. Tem caráter metodológico quantitativo, com análise qualitativa, e se constitui em pesquisa de campo, utilizando técnicas apropriadas para a investigação em Ciências Sociais, com aplicação de questionário estruturado, contendo 12 perguntas fechadas, e entrevistas semiestruturada com permissão para gravação do áudio no seu ambiente de trabalho, durante 4 (Quatro) dias consecutivos e em horário noturno. A pesquisa foi limitada a profissionais que atuam nas ruas, sem facilitadores entres elas e clientes ou contatos institucionais.

No estudo participaram 62 profissionais do sexo, femininas, com faixa etária heterogênea, a partir de 18 anos; foi aplicado o questionário com 12 perguntas fechadas. As perguntas foram: 1 - O que motivou a entrada nesse ramo? 2 - Com que idade iniciou nesse ramo? 3 - Quanto tempo atua nesse ramo? 4 - Grau de estudo? 5 - Naturalidade dos clientes na sua maioria? 6 - Onde acontece a abordagem aos/dos clientes? 7 - Já foi explorada (o) financeiramente por algum facilitador? 8 - Você acredita na possibilidade de estabelecer relação amorosa duradoura com o cliente? 9- Já houve relacionamento amoroso com algum cliente? 10 - Você acredita existir turista que vem a Fortaleza em busca de sexo como atrativo? 11 - Como você vê o turismo para a prostituição? e 12 - Qual o cliente mais lucrativo? Os locais escolhidos para a aplicação da pesquisa foram as Avenidas Beira-Mar e Abolição, no Bairro Meireles, em Fortaleza. Nas datas de 22, 25, 27 e 28 de outubro de 2014, entre 19:00 e 23:00hs.

Contrariando os estudos de Bem (2005), que constatou a pobreza como motivação para o ingresso na atividade, 50% das entrevistadas alegaram alta remuneração como principal motivo, seguido de 29% para facilidade do mercado, 13% falta de emprego e incentivo familiar com 8%. Pode-se perceber que as profissionais do sexo que atuam no turismo sexual (Área Litorânea) de Fortaleza não entraram no ramo por miséria ou falta de emprego; na realidade, buscam ascensão social e qualidade de vida. Em uma conversa com a Kelly (nome fictício), que trabalha na área há quase cinco anos, obteve-se o seguinte depoimento:

Quando comecei a pensar em entrar nessa área, eu trabalhava de garçonete em um restaurante do calçadão da praia de Iracema, naquela época eu ganhava um salário mínimo R\$ 465,00 por mês e morava no Bom Jardim (Bairro Periférico da Capital), hoje eu moro no Flet Porto de Iracema aqui mesmo na beira mar, ganho entre 5 e 8 mil por mês e estou no 4º semestre de fisioterapia na Faculdade Integrada do Ceará (FIC). Você acha mesmo que quero deixar essa vida?

Questionada sobre seu alto padrão de vida, a citada depoente reafirma que o mesmo foi proporcionado pela prostituição: “Quando entro no meu New Fiesta (Carro) com minhas joias e roupas de grife, as pessoas me olham com respeito, nem querem

saber de onde veio”. Alegando que conseguiu atingir o padrão de vida desejado e que não abandonar a atividade.

O culto ao corpo jovem, precocidade das crianças e a erotização dos programas infantis através da mídia podem ter influenciado no resultado da segunda pergunta. Um dado preocupante, pois os resultados apontam que 61% das entrevistadas entraram na prostituição entre 16 e 20 anos, seguido por 20% de 10 a 15 anos, entre 21 a 25 anos ficou com 16% e apenas 3% iniciaram na fase adulta. Vale lembrar que prática de sexo com menores de 14 anos é considerada estupro ou atentado violento ao pudor pelo Código Penal brasileiro, com pena de 6 a 10 anos de prisão. Sexo vaginal com meninas de 14 a 18 anos é “sedução de menores”, com penalidade que pode variar de 2 a 4 anos de prisão. Já a prática de sexo oral ou anal com meninos enquadra-se em corrupção de menores, cuja pena de prisão pode variar de 1 a 4 anos.

Conforme se observou na história da prostituição, vários estudiosos afirmam que as mulheres entram na prostituição como ‘forma de sobrevivência’, porém essa forma de sobrevivência das prostitutas do turismo sexual perdura por vários anos, 66% das entrevistadas afirmaram estar na atividade entre três a dez anos. Mais de dez anos com 19% e 15% com até três anos. O que pode significar que a atividade é satisfatória, duradoura e lucrativa.

Na prostituição a pobreza, falta de acesso à educação, a falta de informação, a desestrutura familiar e a gravidez cada vez mais precoce (que conseqüentemente ocorre o abandono escolar), sempre estiveram entre os principais fatores motivacionais. Porém, na pesquisa com as prostitutas do turismo sexual a falta de acesso à educação também não foi motivação para elas, a pesquisa aponta que 34% delas frequentaram a escola entre a alfabetização a 9ª (nona) série, 30% cursaram do 1º ao 3º ano do ensino médio, 26% frequentaram nível superior e apenas 10% não são alfabetizadas. Em contrapartida aparece um resultado muito satisfatório, que mesmo envolvida em um cenário tão marginalizado elas estão cada vez mais, buscando o nível superior. O que comprova também que não é a falta de informações e de emprego que as mantem nessa função.

O Turismo Internacional é o preferido por todos os agentes do turismo, por ser realizado por clientes que, geralmente, têm um poder aquisitivo maior e estão dispostos a gastar mais. (devido à valorização da moeda estrangeira em relação à moeda brasileira).

Essa preferência também acontece entre as profissionais do sexo, o cliente preferencial é o estrangeiro com 71%, seguido pelo turista nacional com 19% e 10% nativos. Flor (Nome de fictício), uma das profissionais que atuam na Avenida Abolição, afirma:

O espaço aqui nas esquinas da praia é disputadíssimo, pois sempre têm turistas circulando, uns períodos mais outros menos, mas sempre tem. Os melhores meses são as férias europeias que acontece entre agosto e outubro. Eles (Europeus) são os melhores, pagam sempre mais do que cobramos [...] Eles não tem 'miséria', até porque a moeda deles, o euro (€) esta custando três vezes mais que o real.

Segundo o Ministério do Turismo, as cidades consideradas porta de entrada do turismo no Brasil são as mais beneficiadas com a presença desses estrangeiros, Fortaleza é uma delas, devido à proximidade com o continente Europeu.

Pode-se perceber que as prostitutas têm preferência por abordagens na rua com 79%, pois alegam que nelas, de forma independente, não têm que pagar porcentagem aos facilitadores. Bares e boates com 13% da preferencia, 3% hotéis e outros com 5%. No período de baixa estação, quando o fluxo de turistas diminui em Fortaleza, elas procuram se associar a algum estabelecimento, como bares, restaurantes e hotéis e a taxistas. Como alega Penélope (Nome Fictício), profissional que atua na Beira-Mar há quase cinco anos:

“Claro que eu prefiro esta nas ruas sem pagar comissão a ninguém, mas quando o ‘bicho pega’, eu falo com uns taxistas conhecido que me indicam. Eles me levam ao encontro do cliente. Pago 20% com a corrida inclusa”.

Quando perguntada se ela classifica isso como exploração, ela alega que não, prefere definir como ‘parceria’.

Apesar de Penélope alegar não ser explorada por taxistas, a grande maioria alega já ter sido explorada por algum agente da cadeia turística. Entre os agentes mais atuantes estão os hotéis e taxistas com 50%, 29% bares e boates, seguido por cafetões com 19% e apenas 2% nunca foram exploradas. Essa exploração acontece em forma de indicação, as profissionais se associam aos recepcionistas dos hotéis, os quais as indicam e recebem

uma porcentagem do valor cobrado pelo programa. Com os taxistas acontece da mesma forma, porém de maneira mais intensa e liberal.

Conforme se observou na contextualização da pesquisa, além da ascensão social, o turismo sexual pode envolver relacionamento amoroso e sonho de casamento, 89% das entrevistadas acreditam na possibilidade de relacionamento amoroso com clientes, 6% acreditam raridade e apenas 5% não acreditam. Esse alto índice de crença se deve a constância com que isso acontece, pois 66% alegam já ter tido relacionamento sério com clientes estrangeiros, 19% com clientes nacionais, 10% com fortalezense e apenas 5% nunca tiveram envolvimento pessoal. A preferência por ‘gringos’ é em decorrência da valorização da moeda estrangeira, da possibilidade de casamento, conseqüentemente morar em países de primeiro mundo e de tornarem-se damas da sociedade.

Quando perguntadas se acreditam que tem turista (homem) que vêm a Fortaleza em busca de sexo como atrativo turístico, 61% acreditam que muitos, 26% poucos e 13% responderam que todos. **Complementar**

Quando perguntadas sobre qual a importância do turismo para a prostituição na cidade de Fortaleza, 90% das entrevistadas afirmaram que é muito bom, seguido por bom com 7%, e indiferente com 3%. Esse alto índice de aprovação deve-se pelo fato que quem alimenta a prostituição da área litorânea da cidade são, na grande maioria, os turistas nacionais e internacionais. Pamela (nome fictício) revela:

Eu peguei meu ponto aqui há quase um ano, e confesso que só entrei nisso por conta na facilidade em obter clientes de fora. Se fosse pra nos dependermos dos clientes daqui (Fortaleza) morreríamos de fome, pois os salários são muito baixos, muitas vezes só da nem pra sobreviver.

Pamela afirma ainda que se houvesse uma intervenção do Estado para coibir a prostituição nas áreas turísticas, muitas profissionais seriam ‘obrigadas’ a abandonar a ocupação e com certeza o fluxo turístico de lazer em Fortaleza diminuiria consideravelmente.

Referente à importância que essas profissionais atribuem aos turistas internacionais –foram unânimes – definindo-os como clientes mais lucrativos com 100% das respostas. Raissa, prostituta há três anos, explica o porquê:

Os ‘gringos’ são mais educados, gentis e até preocupam-se em ‘criar um clima’, isso é muito bom para minha alto-estima [...] Eu já namorei vários deles, fui conhecer a Alemanha, Itália e Holanda, até gostei, mas não quero abrir mão disso (prostituição) agora.

Revela Bruna de 23 anos, profissional que atua há três anos na Beira Mar.

5. CONCLUSÃO

A exploração sexual no turismo é produzida por uma série de fatores, na grande maioria a pobreza, o desemprego, a falta de estrutura familiar, principalmente quando a vítima é violentada sexualmente ou sofre maus-tratos dentro do próprio lar, não tem acesso à educação, à moradia, nem a uma alimentação de qualidade. Por este motivo, recorre ao “dinheiro fácil”, na busca de uma vida melhor ao se relacionar com um turista estrangeiro ou se envolver na cadeia criminal.

Acredita-se que a desigualdade social entre o visitante e a visitada também influencia esse tipo de turismo indesejado. Outro fator que estimula a disseminação desse tipo de turismo é a inegável associação do Brasil, de sua população, especialmente a feminina, a estereótipos que reduzem o país à sua tradição futebolística, ao Carnaval e, conseqüentemente, ao acesso ao sexo fácil. Como observado, essa imagem não é atual, porém foi algo que os próprios representantes do turismo fizeram questão de implantar ao longo dos tempos. Para que essa imagem seja esquecida, é necessário muito mais do que vem sendo feito.

Não se pode afirmar com certeza que existam turistas que venham a Fortaleza, exclusivamente, para esse tipo de turismo, mas pode-se afirmar que eles

acabam o utilizando como qualquer outro atrativo turístico. É quase impossível que esses turistas não percebam a oferta desse serviço, já que as profissionais do sexo estão visíveis nas calçadas dos hotéis e nas esquinas dos grandes restaurantes, expondo todos os seus atributos, com roupas minúsculas ou, mostrando suas partes íntimas e fazendo gestos obscenos.

Em alguns destinos turísticos, este problema ocorre devido à falta de planejamento turístico de qualidade, mais oportunidade de emprego para a comunidade local, descaso do poder público no incentivo à capacitação e melhoria de vida dessas pessoas, mesmo com a chegada de grandes equipamentos turísticos, percebe-se a ausência de políticas públicas capazes de inserir essas pessoas nas oportunidades proporcionadas pelo turismo.

Mas a responsabilidade não é apenas do poder público; associações, instituições públicas e privadas, os agentes do turismo também precisam se articular com o objetivo de buscar novas alternativas, para que a cidade não se torne alvo do turismo sexual.

Entretanto, este é um assunto polêmico que envolve outros fatores causados pela falta de incentivos dos governantes, a sociedade que não se empenha em trazer uma melhoria na qualidade de vida dos cidadãos que merecem dignidade ao poder ter um emprego através do qual possam viver dignamente e sustentar seus familiares, principalmente sem a necessidade de ingressarem nesse círculo criminoso de drogas, violência física, tráfico internacional de mulheres, exploração infanto-juvenil e doenças sexuais.

Para coibir, seria muito importante que os empresários que através do turismo comercializam a sexualidade, principalmente aos estrangeiros, sejam denunciados e punidos, para que esse tipo de turismo não destrua mais famílias e comunidades. Além do surgimento de uma legislação que não permita lacunas para o fortalecimento da exploração sexual.

Almeja-se, por fim, com este estudo contribuir para que essa imagem de país sexual seja esquecida e que o Turismo Sexual não mais seja uma característica da cidade de Fortaleza/CE

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

ARAÚJO, Cíntia Moller. **Ética e qualidade no turismo do Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

BARRETTO, Margarita. Visitantes e visitados: um retrospecto dos estudos socioantropológicos. **Revista Turismo em Análise**, v.15, n.2, p.133-149, nov. 2004.

BELMIRO, Marcus. **O Amor na Rede: Um estudo fenomenológico dos namoros virtuais**. Dissertação Mestrado, Unifor, 2010.

BEM, Arim Soares do. **A dialética do turismo sexual**. Campinas: Papyrus, 2005.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 9. Ed. São Paulo: SENAC, 2003.

BIGNAMI, Rosana. **A imagem do Brasil no Turismo. Construção, desafios e vantagem competitiva**. São Paulo: Aleph, 2002.

_____. Prefácio. In: **A dialética do turismo sexual**. Campinas: Papyrus, 2005.

CABEZAS, AL. **Between Love and Money: Sex, Tourism, and Citizenship in Cuba and the Dominican Republic**. *Signs: Journal of Women in Culture & Society*. 29, 4, 987, 2004. ISSN: 00979740.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O turismo e a produção do não lugar. In: YÁZIGI, Eduardo *et al.* **Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura**. São Paulo: Hucitec, 1999.

COSTA, Jean. **O (in)compreendido turismo sexual: algumas notas metodológicas para se pensar o comércio do corpo**. *Revista Espaço Acadêmico*, N 123, p. 170-179, 2011.

DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Meninas da Noite: a prostituição de meninas-escravas no Brasil**. 13. ed. São Paulo: Ática, 1992.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes e a Construção de Indicadores: a Crítica do Poder, da Desigualdade e do Imaginário**. Brasília: CECRIA, 1997.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home>>. Acesso em: 06 out. 2014.

INSTITUTO Brasileiro de Turismo – EMBRATUR. Disponível em <<http://www.embratur.gov.br>>. Acesso em: 15 out. 2014.

KAJIHARA, Kelly Akemi. **A imagem do Brasil no Exterior: Análise do material de divulgação oficial da EMBRATUR, desde 1966 até os dias atuais.** São Paulo, 2008 (Pesquisa para Bacharelado)

LAGENEST, J.P Barruel de. **Mulheres em leilão: Um estudo da prostituição no Brasil.** Petropolis: Vozes, 1973.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento, execução e análise,** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.v.2.

OCHA, Witchayanee. **Transsexual emergence: gender variant identities in Thailand.** Culture, Health & Sexuality Vol. 14, No. 5, May 2012, 563–575

OPPERMAN, Martin. **Sex tourism. Annals of tourism research.** Nova Iorque: Elviesier Foundation, v.26, n.2, p. 251-266, 1999.

OLIVAR, José. **Adolescentes e jovens nos mercados do sexo na tríplice fronteira Brasil, Peru, Colômbia: três experiências, um tour de force e algumas reflexões.** Revista Artemis.v18 n1 p.87-102, 2014.

OLIVEIRA, Alexandra. **Prostituição Feminina, Feminismos e Diversidade de Trajetórias.** Revista Ex aequo, n.28, p. 17-30, 2013

PERLONGHER, Néstor Osvaldo. **O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

PISCITELLI, Adriana. **Asas do desejo.** Entrevista concedida a Manuel Alves Filho. Jornal da UNICAMP, edição 269, outubro de 2004. Disponível em: <www.unicamp.br>. Acesso em: 13 ago. 2014.

_____. **Sexo tropical em um país europeu: migração de brasileiras para amigração de brasileiras para a Itália no marco do “turismo sexual” Itália no marco do internacional.** Revista Estudos Femininos. Florianópolis, 15 (3)336, 2007

_____. **Viagens e sexo on-line: a Internet na geografia do turismo sexual.** Cadernos Pagu, n.25, p.281-326, Campinas jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332005000200011&script=sci_abstra ct&tlng=pt>. Acesso em: 13 out. 2014.

_____. **Diálogos de Turismo:** uma viagem de Inclusão. Ministério do Turismo. p.205-245. Rio de Janeiro: IBAM, 2006. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/391/1/2008_PatriciaYukariAndradeKato.pdf>. Acesso em: 14 out. 2014.

RIVERS-MOORE, M. **But the kids are okay: motherhood, consumption and sex work in neo-liberal Latin America.***The British Journal Of Sociology.* England, 61, 4, 716-736, Dec. 2010. ISSN: 1468-4446.

ROBERTS, N. **As Prostitutas na História.** Tradução de Magda Lopes. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 1992.

SECRETARIA de turismo de Fortaleza. Disponível em <<http://www.fortaleza.ce.gov.br/turismo>>. Acesso em: 06 out. 2014.

Capítulo 61 - DOI:10.55232/1084002061

**A PRÁTICA DE PROJETO COMO RECURSO
PEDAGÓGICO NA PERSPECTIVA DA ESCOLA
INCLUSIVA**

Lucineide Silva Magalhães

RESUMO: “A Prática de Projeto como Recurso Pedagógico na Perspectiva da Escola Inclusiva” foi desenvolvido no CASIES (Centro de Apoio e Suporte à Inclusão da Educação Especial – SEDUC/MT), como um dos temas ofertados na formação continuada para os professores da sala de recurso multifuncional das Escolas Estaduais dos Municípios de Cuiabá e Várzea Grande, que atendem estudantes do ensino fundamental e médio. As atividades ocorreram no mês de abril de 2019, tendo como ponto de partida o tema para formação continuada que foi gerado pelos resultados da investigação, avaliação pedagógica, demanda atendida e solicitação de orientações para os professores. A orientação dos professores acontecia em virtude das necessidades de conhecimentos e compreensão dos novos alunos que se apresentam na realidade escolar. Assim iniciou-se o projeto de intervenção como recurso pedagógico na prática de ensino, e está sendo desenvolvido em 3 Escolas Estaduais do Município de Várzea Grande e 2 Escolas Estaduais do Município de Cuiabá, com objetivo de integrar e envolver todos os componentes curriculares, com probabilidade de fixação do objeto de conhecimento mais eficaz. Como reflexo, o exercício possibilitará que a comunidade perceba o estudante capaz de produzir e ser autor de suas criatividade com independência e autonomia. A METODOLOGIA teve caráter qualitativo, com pesquisas e revisão bibliográfica, mediante leitura sistemática, fichamento e diálogo. Em algumas escolas os trabalhos foram desenvolvidos de forma individual, em outras escolas em dupla ou grupo. Sendo direcionados de acordo com o cronograma, despertando curiosidade, entusiasmo e inclusão dos alunos. Considerando que a Pedagogia de Projetos gera atividades coletivas e cooperativas, permitindo viver em uma escola aberta ao real e suas múltiplas relações com o mundo exterior, sendo uma intervenção pedagógica específica que promove avanços e que só podem ser obtidos quando são planejadas.

Palavras-chave: Prática de Projeto, Recurso Pedagógico, Escola Inclusiva.

INTRODUÇÃO

Este tema surgiu da necessidade observada no desenvolvimento das atividades realizadas em sala de recurso, nas avaliações e visitas as escolas de ensino regular e, principalmente, da preocupação com a inclusão dos estudantes e o desenvolvimento das atividades propostas pelos professores da sala de recurso multifuncional e a resistência dos professores da sala regular em adaptar/adequar as atividades, conforme as limitações dos estudantes e o conteúdo trabalhado em sala, motivo pelos quais culminaram em debates, pesquisas, estudos e tema de formação.

Diante desta realidade, a ênfase é de apresentar propostas envolvendo projetos que contemplem a prática pedagógica e alcancem os objetivos almejados, que é o desenvolvimento dos estudantes e o reconhecimento sobre a capacidade de se tornar independente, realizando ações e sendo criativo a sua maneira. Apesar de suas limitações e dificuldades, é necessário se sentir útil e mostrar que barreiras existem, mas podem ser superadas com dignidade e respeito.

Desta forma, o projeto foi desenvolvido como um dos temas ofertados na formação continuada para os professores da sala de recurso multifuncional das Escolas Estaduais dos Municípios de Cuiabá e Várzea Grande, no estado de Mato Grosso. Essas escolas atendem estudantes do ensino fundamental e do ensino médio. As atividades ocorreram durante o mês de abril de 2019, tendo como ponto de partida o tema para formação continuada, que foi gerado pelos resultados da observação, sondagem e investigação resultantes da avaliação pedagógica dos estudantes, da demanda atendida e da solicitação de orientações para os professores. A orientação dos professores acontecia em virtude das necessidades de conhecimentos e compreensão dos novos estudantes que se apresentam na realidade escolar, direcionando o desenvolvimento da aprendizagem.

Assim iniciou-se o projeto de intervenção como recurso pedagógico na prática em sala de aula. A prática está sendo desenvolvida por 3 Escolas Estaduais do Município de Várzea Grande e 2 Escolas Estaduais de Cuiabá, com o objetivo de integrar e envolver todos os componentes curriculares, com probabilidade de fixação do objeto de conhecimento mais eficaz. Como reflexo, o exercício possibilitará que a comunidade perceba o estudante capaz de produzir e ser autor de suas criações com independência e autonomia.

O termo projeto pode ser empregado e desenvolvido de diversas e relevantes formas. No entanto, as diferenças se encontram nas concepções e nas abordagens, que vão muito além, e possibilitam meios de conceber uma nova educação, principalmente quando são utilizados como recurso pedagógico. A ação de ruptura para criação do novo agrega ao planejamento, que se completa com a incorporação da teoria.

Sendo o planejamento um dos instrumentos teórico-metodológicos da prática pedagógica, é preciso traçar um caminho, um direcionamento específico para cada estudante e suas necessidades. Logo, esse desafio dependerá do compromisso que o professor estabelece com a educação e o estudante, depende de sua formação, das informações e experiências que dispõe de seus conhecimentos, seus valores e, principalmente, sua sensibilidade. De acordo com Moretto (2012, p.12), “o professor que se conhece e conhece seus alunos precisa planejar estratégias pedagógicas que favoreçam a aprendizagem significativa de conteúdos relevantes”.

Cabe ressaltar que, o planejamento por projeto possibilita o trabalho no coletivo, favorece a participação das diversas áreas do conhecimento ao mesmo tempo e em uma mesma ação, transformando ideias, oportunizando práticas inovadoras e significativas. Essa iniciativa permite a apropriação de conhecimentos, aprendizagens e articula a construção da cidadania e cultura, onde o estudante e o professor se percebam como protagonistas do processo. Conforme Moretto (2012, p. 103):

O plano resultante do planejamento deixa de ser uma peça apenas técnica e engessadora elaborada pelo professor, para ser uma dinâmica diversificada de situações de aprendizagem, com a inclusão do aluno com suas curiosidades, seus obstáculos epistemológicos, seus conhecimentos prévios etc. Neste caso o aluno é co-autor do planejamento pedagógico e, como tal, co-responsável por seu sucesso. (MORETTO, 2012, p.103)

DESENVOLVIMENTO

A prática de projetos gera ação coletiva e cooperativa e envolve os vários componentes curriculares, permitindo viver em uma escola aberta ao real e suas múltiplas relações com o mundo exterior. De acordo com Nogueira (2007, p. 80):

Um projeto temático não precisa ser desconectado da programação acadêmica. Ele pode e até deve ser programado e proposto juntamente com os alunos, de

tal forma a intensificar o processo de aprendizagem dos conteúdos e, principalmente, possibilitar diversificação de ações, formas e vivências que venham ainda propiciar uma amplitude de desenvolvimento das diferentes competências. (NOGUEIRA, 2007, p.80).

Consiste em um recurso pedagógico que permeia intervenções específicas de forma prazerosa, produtiva, interessante, aplicáveis para estudantes de qualquer nível de escolaridade, em qualquer disciplina de qualquer currículo, visando promover avanços que só podem ser obtidos quando são planejados. Ressalta Nogueira (2007, p. 81):

O projeto ainda pode propiciar diferentes mecanismos de trabalhar o processo de aprendizagem não só na área cognitiva, mas também na motora, quando colocamos o corpo para resolver determinadas situações problema, assim como nas áreas afetiva, social, emocional etc. ao buscar o equilíbrio e o desenvolvimento das inteligências inter e intrapessoal. (NOGUEIRA, 2007, p. 81).

Um projeto pode ser compreendido como forma de investigação ou pesquisa, desenvolvida com clareza, delineando objetivos a serem aferidos, podendo ser executado individualmente, em dupla, em grupo ou no coletivo. Havendo situações em que a classe inteira se envolve, podem ser também realizadas por duas ou mais classes, ou mesmo, em algumas condições, por todos os estudantes da escola que estejam integrados na busca e concretização dos objetivos planejados.

O que diferencia a aula expositiva convencional de um projeto são as transformações oferecidas aos estudantes em efetivo protagonismo na busca pela pesquisa-ação, onde faz uso expressivo de suas habilidades, de modo operatório, sistematizado pelo professor, onde vão analisar, comparar, classificar, localizar, relacionar, contextualizar nas mais variadas medidas, formas e espécies.

Além disso, o estudante, ao se descobrir como personagem central da pesquisa, estimula-se e é estimulado pelo grupo, destacando aqui a motivação, participação, interação ao socializar com os demais participantes. Desse modo, a construção da aprendizagem significativa é desenvolvida de maneira globalizada, e conseqüentemente, sentindo que a autonomia e independência de sua experiência vale não apenas para aquela ação naquele momento, mas para seu uso em outros níveis de aprendizagem.

O professor revela-se como mediador entre a perspicácia e sabedoria dos estudantes que possuem suas experiências e o universo de conhecimentos que anseiam compartilhar. Sendo conhecedor de todas as etapas e procedimentos do projeto, o professor organizando cronograma, planejando as ações conforme potencialidade do aluno, sugerindo criatividade, iniciativa, fornecendo e direcionando fontes e fazendo de respostas novas perguntas.

O relevante papel do planejamento por projeto inclui o preparo das etapas de desenvolvimento como esboço do percurso e envolve as diferentes linguagens (verbal, corporal, gestual, musical, lúdica, artística, plástica, estética...), organização do espaço, os materiais utilizados como recursos básicos, as situações e ocasiões de aprendizagem, fontes de pesquisa, expressão, discussão e opiniões como tempestades de ideias, articulações, escolhas a serem feitas, sistematização e representação do que foi aprendido. De acordo com o conceito de planejamento para Libâneo (2013, p. 245):

Uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos da sua organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino. O planejamento de ensino é um meio de programar as ações docentes, mas é também um momento de pesquisa e reflexão intimamente ligada à avaliação (LIBÂNEO, 2013, p. 245)

Para a organização do projeto, a avaliação, realizada de forma coletiva e colaborativa, é entendida como ferramenta de gestão que possibilita analisar em que medida as ações desenvolvidas estão sendo efetivas. A avaliação permite acompanhar e aprimorar as ações desenvolvidas, construir metodologias, mensurar e comunicar resultados dos projetos em execução, corrigir rumos e planejar o futuro.

Durante execução dos projetos, as avaliações foram realizadas com os professores através de acompanhamentos e orientações quanto às atividades executadas com os estudantes e, em outro momento, mediante registros, relatório, planilha de ações, vídeos e fotos. Essa ação permite a promoção de experiências significativas de aprendizagem de forma lúdica e prazerosa, bem como, atividades que respondam, ao mesmo tempo, às especificidades do grupo e às individualidades de cada um, respeitando suas necessidades e ritmos individuais aliados ao ambiente acolhedor e afetivo.

METODOLOGIA

A metodologia teve caráter qualitativo, com pesquisas e revisão bibliográfica mediante leitura sistemática, fichamento, diálogo e prática. Os projetos foram desenvolvidos nas escolas pelos professores da sala de recurso e executado pelos estudantes na prática. Em algumas escolas, os trabalhos foram desenvolvidos de forma individual, em outras em dupla ou grupo/coletivo, com oficinas temáticas, pesquisas e visitas a outros órgãos pertinentes e relacionadas ao projeto fora do ambiente escolar, direcionando a participação de forma ativa e organizada na construção do projeto, despertando a curiosidade, entusiasmo, harmonia, autonomia, independência e inclusão dos alunos. Assim, percebe-se que, segundo Nogueira (2007, p. 95):

Note que a bibliografia, por ser altamente específica, não poderia se limitar apenas às enciclopédias existentes na biblioteca da escola, portanto se fez necessário ir em busca de órgãos especializados na área afim. Mais uma vez estamos demonstrando o que é romper os limites das paredes da escola, pois ela não é o único centro detentor de todos os conhecimentos. (NOGUEIRA, 2007, p.95).

O Projeto teve início em abril de 2019, quando foi realizada a formação com o tema voltado para a prática pedagógica de forma inclusiva, momento em que se formaram grupos de professores da sala de recursos multifuncionais para elaboração do projeto, pensando na realidade de cada escola.

Em seguida, foram realizadas várias reuniões entre os professores para diálogo sobre a execução dos projetos nas escolas e articulação da participação de outros professores da sala regular de ensino.

Houve, no decorrer do processo, visitas e orientações à comunidade escolar sobre os desenvolvimentos das ações e aplicabilidade em sala de aula, sendo os professores e suas práticas também avaliadas quanto ao envolvimento de toda comunidade escolar, troca de experiências, respeito às opiniões diversas e colaboração de todos com uma só meta “o desenvolvimento do estudante”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de suma importância registrar a relevância e a repercussão observada nas comunidades escolares durante o desenvolvimento dos trabalhos, o ânimo do professor da sala de recurso multifuncional em relação a cada parceria conquistada no ambiente

escolar para a realização dos trabalhos, e ressaltar o desenvolvimento na construção das competências e habilidades dos estudantes, diante da superação das dificuldades e barreiras, servindo de apoio para enfrentamento dos desafios do ensino aprendizagem em suas diversas categorias. Alcançando os objetivos almejados, sendo capazes de impulsionar à inclusão escolar, proporcionando o direito efetivo da aprendizagem aos estudantes com deficiência/transtorno, de maneira que o professor utilize de estratégias diversificadas, cujo propósito é de eliminar barreiras no processo de escolarização. E, principalmente, propondo conteúdos muito mais eficazes, possibilitando que a comunidade perceba o estudante capaz de produzir e ser autor de suas criações com independência e autonomia.

Todavia, existe uma programação de encerramento para o mês de novembro/2019, no formato de Workshop, com a apresentação dos trabalhos realizados, elaborados e concluídos pelos estudantes que farão as apresentações e o relato do desenvolvimento das atividades, conforme os temas abordados por cada escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Celso. *Novas Maneiras de Ensinar, novas formas de aprender*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação – Mito e desafio: uma perspectiva construtivista*. Porto Alegre: Mediação, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. *2. e d. Didática*. São Paulo: Cortez, 2013.

MORETTO, Vasco Pedro. *Planejamento: Planejando a educação para o desenvolvimento de competências*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. *Aprendizagem com Projetos: Projeto Lixo*. São Paulo: Érica, 1998. NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. *Pedagogia dos projetos: uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências*. 7. ed. São Paulo: Érica, 2007.

OLIVEIRA, Ethel Silva; GONZAGA, Amarildo Menezes. *Pedagogia de Projetos: uma alternativa didática ao ensino de ciências*. Disponível em <http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/viiienpec/resumos/R1540-1.pdf>. Acesso em 9 jun. 2018

Capítulo 62 - DOI:10.55232/1084002062

**ENTRE O PLANEJADO E O VIVIDO: PROJETO,
PERTENCIMENTO E CONTRADIÇÕES DO/NO SETOR
CENTRAL DE GOIÂNIA-GO**

Jordana Gouveia e Silva, Wilton de Araújo Medeiros

RESUMO: A partir de estudos acadêmicos sobre a fundação de Goiânia-GO, este trabalho pesquisa os processos de apropriação dos espaços públicos do Setor Central, núcleo original da capital goiana. Nesse sentido, analisou-se a cidade em dois momentos históricos: primeiro em seus anos iniciais, de 1930 de 1940; em seguida, no contexto contemporâneo atual. Metodologicamente, o trabalho é construído através da revisão bibliográfica de estudos sobre o espaço urbano em suas dimensões social e cultural, bem como sobre o Setor Central e Goiânia. Através da pesquisa, ainda em construção, percebe-se a existência de paradoxos entre a cidade idealizada, representada neste pelo plano urbanístico original e pelos recentes projetos de requalificação urbana; e a cidade vivida, produzida por seus sujeitos e as diversas formas de apropriação social e cultural dos espaços públicos da urbe.

Palavras-chave: Espaços Públicos, Intervenções Urbanas, Setor Central

INTRODUÇÃO

Analisar a cidade a partir das relações e ações dos sujeitos que nela vivem é um exercício que nos permite perceber as complexas teias que compõem o espaço urbano - conexões sociais, culturais, espaciais, materiais, imateriais, entre outras, produzidas e reproduzidas no espaço físico da cidade, seja através dos discursos ou por meio das estruturas de poder que remontam ao próprio sistema capitalista no qual estamos inseridos. Esse exercício de análise pode ser feito por meio da multiplicidade de áreas que compõem as Ciências Sociais, como é o caso deste trabalho.

Segundo Carlos (2020) o espaço público “é, sobretudo, social” e a análise da cidade enquanto produto social se faz necessária para entender os diversos conceitos que permeiam o tema neste abordado. Assim, o espaço pode ser visto como “(...) condição, meio e produto da reprodução social: produto resultante da história da humanidade, reproduzindo-se ao longo do tempo histórico (...), em função de estratégias e virtualidades contidas de cada sociedade” (CARLOS, 2020, p. 63).

A partir de estudos¹ de História, Geografia Urbana e Patrimônio Cultural, o estudo aqui apresentado é um recorte da pesquisa de mestrado (ainda em construção) cujo objetivo principal é analisar a cidade através da ótica dos sujeitos que nela vivem, buscando entender a forma como os indivíduos entendem e produzem os espaços públicos em suas dimensões subjetivas e afetivas. Nesse sentido, o presente exercício tem como objeto de estudo o Setor Central de Goiânia-GO, analisado em dois contextos histórico-temporais: (1) a “nova” capital do estado de Goiás, em seus primeiros anos de existência, nas décadas de 1930 e 1940; e (2) a cidade contemporânea, que atualmente passa por obras de revitalizações e requalificações urbanas no Setor Central.

METODOLOGIA

Como citado, o estudo apresentado neste texto é um recorte da pesquisa de mestrado em desenvolvimento, deste modo as metodologias utilizadas no estudo seguem

¹ As reflexões propostas neste trabalho surgiram, principalmente, a partir das aulas da disciplina “Visualidades e Patrimônio”, ministrada pelos docentes Prof.^a Dr.^a Raquel Miranda Barbosa e Prof. Dr. Thiago Fernando Sant’Anna e Silva, e ofertada no programa de Pós-graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG).

as mesmas etapas de trabalho definidas para a pesquisa principal. Para este recorte em específico, as etapas definidas foram elas:

- a. Análise do Setor Central, por meio de revisão bibliográfica e pesquisa histórica-documental da cidade e seu projeto original, bem como entendimento dos discursos presentes no plano original, dos conflitos existentes entre o patrimônio cultural estabelecido e as modificações socioespaciais e de usos que seus espaços públicos tiveram ao longo do tempo até os dias atuais;
- b. Pesquisa de campo junto a moradores e usuários (realização de entrevistas, aplicação de questionários e pesquisa *in loco*), buscando investigar quais as perspectivas dos sujeitos que vivenciam ou vivenciaram as transformações nos espaços públicos decorridas de projetos de revitalização ou requalificação urbana, bem como identificar a produção de uma memória coletiva associada a esses espaços.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A concepção da cidade de Goiânia-GO, cujo principal representante e idealizador é Pedro Ludovico Teixeira, governador do estado à época e apoiado por Getúlio Vargas, está vinculada ao projeto nacional de modernização e ocupação do interior do país na chamada “marcha para o oeste” (CHAUL, 2009). Segundo Chaul (2009), os anos iniciais de Goiânia foram marcados pelas disputas políticas e econômicas e pelo conflito desencadeado pela mudança da capital do estado da cidade de Goiás para a nova cidade a ser construída no sertão goiano:

As aspirações dos grupos políticos em ascensão, reunindo os anseios das camadas médias urbanas e dos proprietários rurais, embebidos nas promessas de desenvolvimento, encontraram na mudança da capital o símbolo do almejado progresso. Por isso, Goiânia seria o símbolo unificador dos grupos em ascensão, servindo, ao mesmo tempo, de plataforma política ao seu mentor contemporâneo. Significava, ainda, o processo de unificação do sul e do sudoeste de Goiás em torno do poder representado por Pedro Ludovico Teixeira. (CHAUL, 2009, p. 104)

O ideal de modernização e progresso simbolizado pela nova capital se refletiu no estilo escolhido para as edificações, o *Art Decó*, e principalmente em seu plano urbanístico. Conforme explica Daher (2009), o projeto urbano de Goiânia foi elaborado pelo urbanista Atílio Correa Lima, que se baseou em preceitos da escola francesa de

urbanismo, e posteriormente modificado pelo engenheiro Armando de Godói, que optou por seguir o modelo das cidades-jardim inglesas; todavia, mesmo sendo divergentes em seus preceitos e de escolas diferentes, ambos os projetos se encontravam dentro do conceito racional e moderno que era o mote principal do desenvolvimento assumido por Pedro Ludovico Teixeira e suportada pela própria estrutura do Estado Novo, do qual a cidade pode ser vista como sua materialização:

Assim, este símbolo maior da Marcha para Oeste, possibilitou o avanço capitalista para o interior do país, consolidando os planos político-econômicos de Vargas e Pedro Ludovico, legando-nos uma herança de agrário e urbano que permeia todo o processo sócio-cultural da capital e fundamentou a criação de símbolos capazes de traduzir sua heterogeneidade, capazes de construir, juntamente com a nova capital, a representação de sua face mais dinâmica, de sua existência mais justificada: a modernidade (...). (CHAUL, 2009, p. 101)

O plano racional urbano foi sendo apropriado e reinterpretado pelos sujeitos que compuseram a população primeira de Goiânia: pessoas de origens e culturas diversas, vindas para a construção da nova cidade. Destarte, segundo Chaul (2009), a dualidade contraditória entre moderno/antigo e rural/urbano compôs (e ainda compõe) a identidade goianiense do espaço urbano e de seus indivíduos:

Goiânia mesclava o urbano e o rural, expressava a modernidade e o progresso. Uma parcela da sociedade da época, que tinha voz na política local, escondia o fazendeiro por trás do profissional liberal. O médico, o advogado, o farmacêutico, o engenheiro, o bacharel etc., quase todos ligados à estrutura fundiária, procuravam, por si mesmos, ou por meio de seus representantes, uma mudança nos quadros da política estadual. Faziam crer que o ‘velho’ – os grupos políticos depostos – tinha cedido lugar a uma nova ordem, de novos homens, entre jalecos e leis, remédios e construções, que, assim, dirigiam o Estado orientados por uma nova mentalidade: mais progressista, mais moderna, mais dinâmica. Tratava-se de uma mentalidade urbana com os pés plantados em solo rural. Tal mesclagem (urbano rural) pode, até os dias atuais, ser notada nas várias facetas da cidade que se tornou Goiânia. (CHAUL, 2009, p. 107)

As contradições relacionais entre espaço e sujeitos em Goiânia identificados por Chaul (2009) continuaram nas décadas seguintes, sendo recorrentes na cidade e no seu Setor Central, marcado por seu caráter popular e de centralidade, como pode ser visto em Oliveira e Chaveiro (2008), em específico sobre a década de 1980:

Movimentos sociais foram responsáveis por uma nova ordem da cidade, a ordem dual: de um lado, a cidade planejada pelo Estado – na institucionalidade do poder público municipal –, expressante de uma

lógica de ordenação excludente, na qual as camadas populares se viam restritas ao acesso da urbanidade. De outro, a cidade resultante da ação cotidiana destas mesmas camadas, que na busca de garantia de sua sobrevivência, reinventaram a cidade na produção de seus espaços de referência, contraditórios com a centralidade; produziram uma heterotopia conformada à feição das desigualdades socioespaciais. (OLIVEIRA e CHAVEIRO, p. 193, 2008)

Tais contradições perduram no tempo e no espaço da cidade. Do mesmo modo, a partir de estudos empíricos e observações de campo, percebe-se que as recentes intervenções urbanas ocorridas no Setor Central – ao exemplo da requalificação da Praça Cívica e a revitalização da antiga Estação Ferroviária e da Praça do Trabalhador – são casos nos quais é possível identificar as mesmas contradições: o espaço planejado e executado de forma funcional e estética é apropriado no cotidiano citadino por indivíduos diversos, que fazem e criam usos do espaço que extrapolam o planejamento urbano racional. Logo, por meio dos estudos empíricos realizados, a análise dos anos iniciais da cidade de Goiânia neste proposto será parte importante na pesquisa em desenvolvimento no mestrado.

CONCLUSÃO

O objetivo principal deste estudo foi alcançado na medida em que foram feitas análises profundas e o estudo de caso único sobre a empresa Real Inteligência em Negócios, permitindo conhecer a realidade dela e estudar a relação entre o BSC aplicado em seu planejamento estratégico e a gestão do conhecimento aplicada na empresa.

A reflexão sobre os anos iniciais de Goiânia nos permitiu entender um pouco o conflito existente no Setor Central e a população goianiense atualmente, bem como questões sobre sua identidade e sua memória coletiva. O ideal de cidade “moderna” e a necessidade de estar em constante progresso são intrínsecos à cidade, desde sua concepção até as diversas imagens assumidas ao longo dos anos: da cidade do progresso, na década de 1930, à Goiânia do Futuro, indicada na revisão do Plano Diretor atual².

Logo, o projeto de pesquisa em andamento e seu produto (a ser definido e obrigatório para a finalização do curso), ao se desdobrarem além de seu caráter acadêmico – por se tratar de um mestrado profissional – poderão ser ferramentas que contribuam

² Disponível em: <https://www.goiania.go.gov.br/sing_servicos/plano-diretor-goiania-do-futuro/>.

para a elaboração de políticas públicas e ações práticas para Goiânia e sua população, sobretudo no momento atual de revisão da legislação urbana vigente e em meio a diversas obras e projetos de intervenções nos espaços públicos da cidade.

Nesse sentido, uma visão de planejamento urbano que leve em consideração as dimensões social e cultural do espaço da cidade, de forma multidisciplinar e que englobe em seu processo metodológico os sujeitos que compõem e produzem a urbe, é parte importante para a efetivação de uma nova visão sobre o desenvolvimento das cidades na América Latina, como enfatizado por Costa (2021):

El sujeto urbano es el que mejor puede definir sus necesidades y dirigir su proyecto propio (anclado a planes urbanos tecnico-humanistas), agudizado por el imaginario, produto y productor de la razón instrumental y la propia experiencia. (COSTA, 2021, p. 108)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORELA, M. A. Experiência moderna nas artes plásticas em Goiás: fronteira, identidade e história (1942-1962). Goiânia, GO: Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (UFG), 2010.

CARLOS, A. F. A. Da organização à produção do espaço no movimento. In: A. F. CARLOS, M. L.; SOUZA; M. E. SPOSITO, A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, p. 53-74, 2020.

CHAUL, N. F. Goiânia: a capital do sertão. Goiânia, GO: Revista UFG, v. 11, n. 6, p. 100-110, 2009. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48235/23591>>. Acesso em: 01/11/2021.

COSTA, E. B. Planificación urbana posible, imaginario, existencia y cultura. São Paulo, SP: USP, Tempo Social - Revista de Sociologia, v. 33, n. 1, p. 91-120, 2021. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/164522/170818>>. Acesso em: 02/11/2021.

DAHER, T. O projeto original de Goiânia. Goiânia, GO: Revista UFG, v. 11, n. 6, p. 77-90. 2009. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48233/23589>>. Acesso em: 01/11/2021.

OLIVEIRA, A.F; CHAVEIRO, E.F. Desigualdades sócio-espaciais, democracia e gestão metropolitana: análise do desempenho institucional em Goiânia (1997-2007). Boletim Goiano de Geografia, v. 28, n. 2, p. 187-202, 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/bgg/article/view/5743/4538>>. Acesso em: 02/11/2021.

Capítulo 63 - DOI:10.55232/1084002063

**DIAGNÓSTICO AMBIENTAL NO CONTEXTO
PERIURBANO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO
PAULO – RMSP - COMO FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO
DOS IMPACTOS SOBRE A GESTÃO SUSTENTÁVEL DA
ÁGUA**

Alejandro Dorado, Milton G.Melero

RESUMO: No âmbito da implantação dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) e do Programa de Pesquisa Cidades Globais, do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP), a saúde e a sustentabilidade em cidades, junto com a gestão urbana são duas linhas de pesquisa no cenário de preservação dos serviços ecossistêmicos e mudanças climáticas. Hoje é conhecida a relação que existe entre qualidade ambiental, serviços ambientais e governança socioambiental, mas há poucos trabalhos que permitam estabelecer comparações de cenários entre essas variáveis, no espaço geográfico periurbano. Esta pesquisa buscou diagnosticar as condições ambientais do contexto periurbano da Região do Sistema de Abastecimento de Água da Represa Paiva Castro, Mairiporã, São Paulo, sua relação com os serviços ambientais, notadamente a segurança da água potável e o desenvolvimento de ferramentas para sua gestão e a avaliação dos impactos ambientais dos processos de urbanização.

Palavras-chave: Governança Socioambiental, Gestão de Bacias Hidrográficas, Plano de Segurança da Água

1. INTRODUÇÃO

A necessidade de identificar e caracterizar, no âmbito dos processos de gestão ambiental, os principais problemas relacionados à saúde ambiental nos centros urbanos brasileiros e no seu entorno tornou-se uma questão de fundamental importância para discutir as bases conceituais e práticas do planejamento, suas políticas, projetos e estratégias. Esta pesquisa visou atender esse objetivo, através da avaliação ambiental dos serviços ambientais no contexto periurbano, com foco na disponibilidade de recursos hídricos e o Plano de Segurança da Água, na região do sistema de abastecimento Paiva Castro, SP e a identificação e o estabelecimento de metodologias e indicadores, para implementar um modelo de avaliação e monitoramento da saúde ambiental da área estudada.

1.1 Os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável

Em agosto de 2015 a Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável finalizou as negociações para a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) ou Objetivos Globais, seguindo mandato originado na Conferência Rio+20 (PNUD, 2019). Assim, os ODS, que são ações globais contra a pobreza, proteção do planeta e garantia de paz e prosperidade, orientam as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional, para os próximos quinze anos, sucedendo e atualizando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Os ODS estão divididos em 17 Objetivos e 169 metas, envolvendo temáticas diversificadas, como erradicação da pobreza, segurança alimentar e agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, água e saneamento, energia, crescimento econômico sustentável, infraestrutura, redução das desigualdades, cidades sustentáveis, padrões sustentáveis de consumo e de produção, mudança do clima, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, sociedades pacíficas, justas e inclusivas e meios de implementação.

Nesse contexto, o Brasil tem um papel importante a desempenhar na promoção da Agenda 2030 e as inovações brasileiras, em termos de políticas públicas, também são vistas como contribuições para a integração das dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável. A posição brasileira em torno da negociação da Agenda e dos ODS, após seminários e oficinas de discussão onde participaram todas as partes interessadas, deu como resultado um

documento chamado "Elementos Orientadores da Posição Brasileira" e, em 2016, a criação da Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (CNODS). Essa Comissão, colegiada, paritária e consultiva é um mecanismo de coordenação e de acompanhamento nacional da Agenda 2030 (Plataforma Agenda 2030, 2019) e do alinhamento entre as políticas públicas nacionais e os ODS e que tem como meta a articulação, mobilização e o diálogo entre os entes federativos, a sociedade civil e o setor privado.

Este trabalho adere aos ODS e às linhas de pesquisa: i) ambiente, saúde e sustentabilidade e ii) gestão urbana e sustentabilidade e têm como marco os ODS e objetivos enunciados a continuação.

- Objetivo 3: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
- Objetivo 6: Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
- Objetivo 11: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
- Objetivo 13: Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.

Especificamente, as metas do Objetivo 6 visam alcançar, até 2030, o acesso universal e equitativo à água potável, segura e acessível para todos, assim como o saneamento universal a melhora na qualidade da água, aumentar a eficiência do uso do recurso e implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis.

Por outro lado, os objetivos acima elencados, em áreas como a Região do Sistema de Abastecimento de Água Paiva Castro, São Paulo visam a que as pessoas que habitam nesse espaço geográfico possam enfrentar os impactos socioambientais do processo de urbanização crescente e aumentar a qualidade de vida na região.

A abordagem dessa problemática requer uma visão transdisciplinar que busque o conhecimento necessário, para embasar a criação de um modelo de metrópole e seu entorno (espaço periurbano), que atenda à demanda da sociedade por uma melhor qualidade de vida da forma mais justa, plena e sustentável possível.

1.2 O Espaço Periurbano

Inserido no âmbito da expansão de áreas agrícolas, diminuição de áreas naturais e aumento da urbanização, o tradicional binômio rural - urbano, com mais de dez mil anos de interação (Gutman, 2007) e seu histórico intercâmbio de produtos, pessoas, serviços e governança, hoje não está dando resposta aos crescentes problemas dos impactos associados à demanda energética (entendida como insumo), do (até agora), irreversível processo de urbanização. Nesse contexto rural x urbano existe um aumento da marginalização da população rural e o deterioro de recursos naturais.

No espaço delimitado entre as cidades e as áreas de produção energética (alimentos, combustíveis, etc.) para seu sustento há um *mix* de situações, com diferentes usos e cobertura do solo, que pode ser definido como espaço periurbano. Neste espaço a cidade torna-se difusa e fragmentada (suburbanização e periurbanização). Aqui é onde hoje se observam os conflitos entre os usos do solo urbano e rural (Vale & Gerardi, 2006) e consumo da base de recursos naturais.

Neste espaço geográfico, o periurbano, é onde se observam conflitos ambientais com mais intensidade, como consequência do consumo do solo, água, deterioro da qualidade do ar, da água, do solo, a perda de biodiversidade, o aumento da vulnerabilidade socioambiental a eventos extremos, principalmente mudanças climáticas locais e adensamento de áreas de risco, dentre outros. Esse consumo de funções naturais está hoje no centro do debate, assim como a capacidade de provisão, por parte do ambiente natural, para seu uso e com o menor custo possível para sua reposição (seja ela natural ou antrópica).

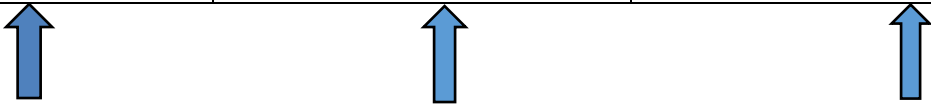
Estas funções da natureza foram foco de atenção de vários trabalhos no final do século passado (Groot, 1992; Costanza *et al.*, 1997; Daily, 1997) e forneceram o marco teórico para a avaliação dos chamados serviços ecossistêmicos ou ambientais (SE).

1.3 Os Recursos Hídricos e os Serviços Ambientais

Os câmbios no uso e na cobertura das terras nas regiões de transição urbano-rural (periurbanas) modificam o acesso aos serviços ambientais (provisão, regulação, manutenção e culturais) (**Figura 1.3.a**). As consequências dessas mudanças traduzem-se em impactos socioambientais, que precisam de métodos para sua detecção, avaliação e mitigação.

Figura 1.3.a

Classificação dos Serviços Ecossistêmicos

Serviços de provisão	Serviços de regulação	Serviços culturais
<i>Produtos obtidos dos ecossistemas</i> Ex.: alimentos, água potável, fibras, matérias-primas, recursos genéticos, combustíveis	<i>Benefícios obtidos da regulação de processos naturais</i> Ex.: qualidade do ar, da água e do solo, clima, ciclo hidrológico, saúde, prevenção de riscos naturais, polinização	<i>Benefícios imateriais obtidos dos ecossistemas</i> Ex.: recreação, turismo, valores éticos e espirituais, valores educacionais, religiosos e de inspiração, herança cultural
 <p>Serviços de suporte</p>		
<p><i>Base para a produção e manutenção dos outros serviços</i></p> <p>Ex.: Hábitat, ciclos biogeoquímicos, ciclo da água, produção primária, formação do solo</p>		

Fonte: Dorado, 2018

Hoje, entender os assentamentos urbanos e sua estrutura de organização no território, assim como sua interferência no meio ambiente tornam-se desafios dentro da lógica da sustentabilidade. Nesse contexto, a compreensão dos processos de urbanização e os impactos que a cidade produz na região na qual está inserida são de vital importância.

Nesse sentido, no Brasil, já na década de 1990 o geógrafo Milton Santos analisava o processo de concentração de pessoas nas cidades não como a urbanização da sociedade e sim, como a urbanização do território. Assim, é o território e sua leitura como paisagem¹, onde o grande desafio é a análise das correlações ou *trade-offs* entre o uso e a cobertura, seus câmbios e as análises espaciais e temporais.

Assim, dentro de uma abordagem política e econômica, o processo de urbanização é reflexo da relação direta que existe entre a cidade e a região onde está inserida. Esse processo traz consigo a consequente mudança nos usos do solo, impactos socioambientais e pressão por recursos naturais (Limonad, 2005). Já do ponto de vista ecológico, esse processo de urbanização produz mudanças na paisagem, altera a composição da diversidade biológica e aumenta a pressão sobre os serviços ambientais.

¹ Paisagem para Forman & Godron (1986) refere-se a uma área heterogênea formada por agrupamentos de ecossistemas que se repetem de uma maneira similar de uma região a outra e interagem entre si.

Nesse contexto, a capacidade de carga dos ecossistemas para dar resposta às demandas por recursos naturais, para o consumo da sociedade está atingindo níveis que colocam os serviços ambientais no centro do debate sobre a sustentabilidade. Os diferentes tipos de impactos ambientais da espécie humana (urbano industrial, energético minerador e agrossilvopastoril) geram perguntas sobre a irreversibilidade do deterioro socioambiental crescente (Dorado, 2017). Por outro lado, para uma correta definição desses serviços também devem ser consideradas as escalas temporal e espacial. Obviamente um serviço ambiental obtido, por exemplo água, deve ser avaliado no contexto da bacia hidrográfica e ao longo do tempo. Neste sentido, os serviços ambientais se apresentam com um grau de dificuldade, em termos de avaliação, similar à sustentabilidade (Dorado, 2014).

Neste trabalho são propostas ferramentas metodológicas e formas de produzir indicadores viáveis para a gestão desses serviços ecossistêmicos, notadamente os recursos hídricos, dentro de um contexto de urbanização crescente, onde os espaços de transição entre as áreas urbanas, agrícolas e naturais exerce um papel cada vez mais importante.

1.4 O Plano de Segurança da Água

O Anexo XX da Portaria de Consolidação Nº 5/17, do Ministério da Saúde, abriu o debate sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. Seu principal objetivo era garantir a qualidade da água para consumo humano.

Hoje, mediante a Portaria 888/21 do GM/MS, que altera o Anexo XX da Portaria 5/17, insere-se no Brasil o Plano de Segurança das Águas (PSA), com base nos conceitos e nas definições da Organização Mundial da Saúde (OMS), para identificar e priorizar riscos que possam surgir em um sistema de abastecimento de água, desde a captação da água bruta até a entrega no cavalete.

O Plano de Segurança da Água é um documento que descreve o método e as ações a desenvolver para a gestão de riscos de um sistema de abastecimento de água para consumo humano, contemplando aspectos referentes à captação, adução, tratamento, reservação e distribuição, além de indicar ações preventivas e corretivas de proteção à saúde coletiva e ao meio ambiente.

Nesta perspectiva, a implementação de planos de segurança da água (PSA) em mananciais de abastecimento, a identificação de perigos e a avaliação e gestão de riscos na escala da bacia

hidrográfica constituem elementos essenciais para a implementação de estratégias em planos de gestão de bacias.

O PSA como ferramenta de gerenciamento da qualidade da água, com base na prevenção de risco requer, conforme preconizado pela OMS, o desenvolvimento de planos de gestão que sejam capazes de proteger e controlar o processo de abastecimento da água. Esse processo associa e adapta ferramentas metodológicas de avaliação e gerenciamento de risco à saúde humana e os sistemas de abastecimento de água desde a captação até o consumidor.

2. JUSTIFICATIVA

São conhecidas as limitações que as regiões periurbanas apresentam em termos de universalização de qualidade de vida. Assim, os objetivos gerais do Centro de Síntese Cidades Globais (CSCG) do IEA/USP podem ser a base para a elaboração de metodologias interdisciplinares, com vistas à geração de conhecimento para a elaboração de propostas de modelos que dêem respostas às necessidades da população por qualidade de vida, na forma mais eficaz e eficiente. Nesse sentido, o acesso aos SE e em particular a água torna-se fundamental.

Ao mesmo tempo, a execução desta pesquisa visou o alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU para permitir a reflexão nos grupos de estudo do IEA sobre o papel das cidades e a ocupação do seu entorno, na qualidade de vida da população, assim como a discussão de tecnologias sociais, ambientais e urbanas inovadoras, principalmente no desafio urbano da segurança hídrica.

Por outro lado, as análises dessa problemática, até agora, tiveram poucas iniciativas e, no âmbito do Programa Cidades Globais, esse espaço geográfico precisa estar no mesmo nível de debate que as áreas urbanas.

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo Geral

Diagnosticar a situação ambiental das áreas periurbanas da região do sistema de abastecimento da represa Paiva Castro, em termos dos ODS, visando à obtenção de um marco

referencial para a avaliação dos serviços ambientais em geral e os hídricos em particular, no âmbito do espaço geográfico urbano - rural.

3.2. Objetivos Específicos

- Desenvolver uma metodologia de identificação, caracterização e análise do vínculo entre a qualidade ambiental, com foco nos recursos hídricos, através de modelos qualitativos e quantitativos para simulação de cenários evolutivos e novas situações no espaço periurbano da região do sistema de abastecimento Paiva Castro;
- Elaborar modelos de segurança da água para a implementação de políticas de saúde ambiental de âmbito regional e em particular no espaço periurbano da represa Paiva Castro;
- Desenvolver uma metodologia de avaliação da segurança da água, para incentivar o processo de desenvolvimento sustentável, no espaço periurbano do sistema de abastecimento de água da represa Paiva Castro;

4. A ÁREA DE ESTUDO

O Sistema Cantareira, com capacidade de abastecer 9 milhões de pessoas na RMSP (**Figura 4.a**) tem capacidade de produzir 33.000 l/s para a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Este sistema foi construído para captar e fornecer água para vários municípios próximos à cidade de São Paulo e à região norte da capital paulista. Assim, entre 1965 e 1975 foram executadas obras para formar os reservatórios Cachoeira, Atibainha e Paiva Castro. Entre 1975 e 1981 foram acrescentados os reservatórios Jaguarí e Jacaréí. Todo esse sistema faz a transposição das águas entre as bacias do rio Piracicaba e do Alto Tietê (IPÊ, 2017). O rio Juqueri recebe a água de transposição e escoar até o reservatório Paiva Castro, onde a água é bombeada na estação elevatório Santa Inês até o reservatório de Águas Claras, ETA Guaraú e posterior distribuição para a Grande São Paulo (**Figura 4.b**).

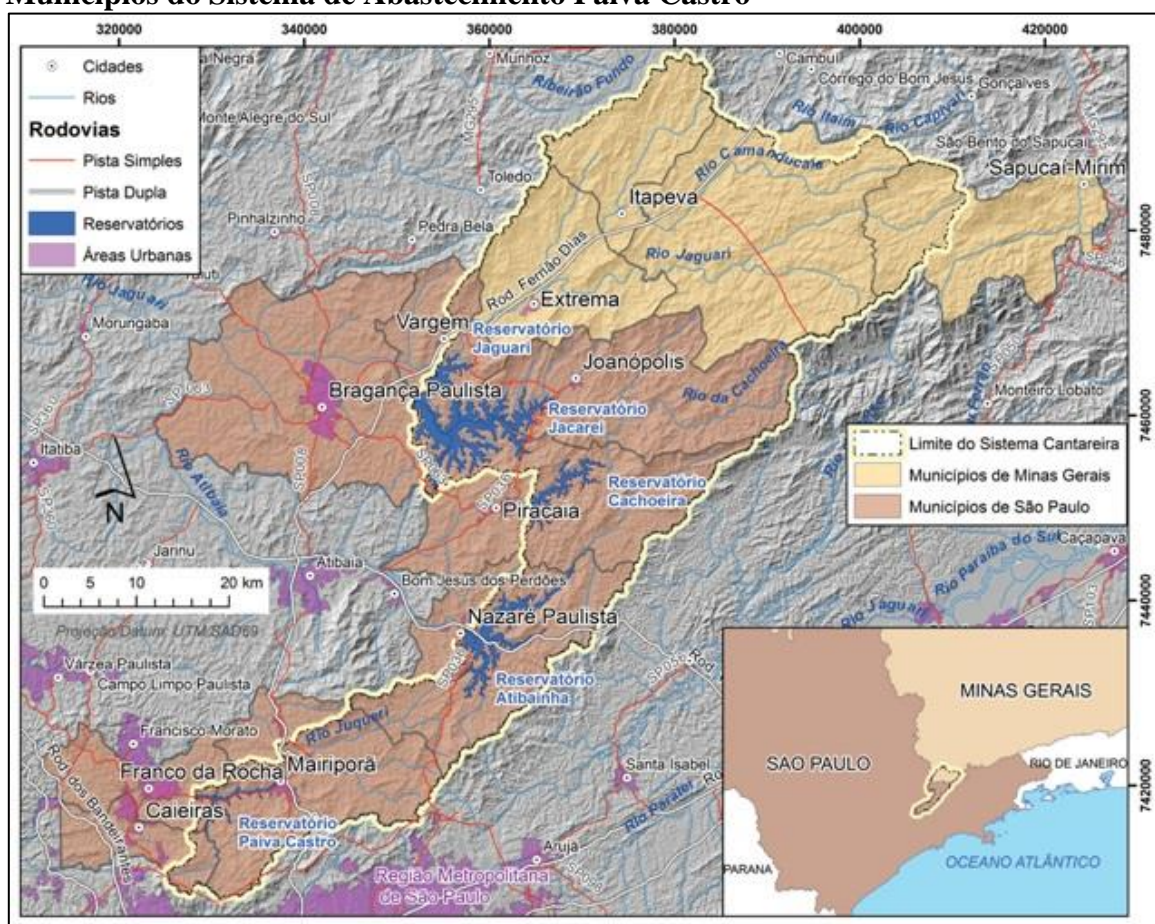
Da capacidade total do Sistema Cantareira (33 mil l/s), 31 mil tem origem na Bacia do Rio Piracicaba e 2 mil são produzidos pela Bacia do Alto Tietê (rio Juqueri). A área de contribuição deste sistema de abastecimento é de 227.802 ha (**Tabela 4.a**).

Tabela 4.a
Características dos reservatórios do Sistema Cantareira

Reservatório	Ano de Operação	Área alagada (ha)	Área de contribuição	Vazão para o sistema (l/s)	Vazão afluente média (l/s)
Paiva Castro	1973	445	33.715	2.000	4.700
Atibainha	1975	2.035	31.434	4.000	6.000
Cachoeira	1972	809	39.202	5.000	8.400
Jaguari-Jacareí	1982	4.895	123.452	22.000	25.100
TOTAL		6.653	227.802	33.000	44.200

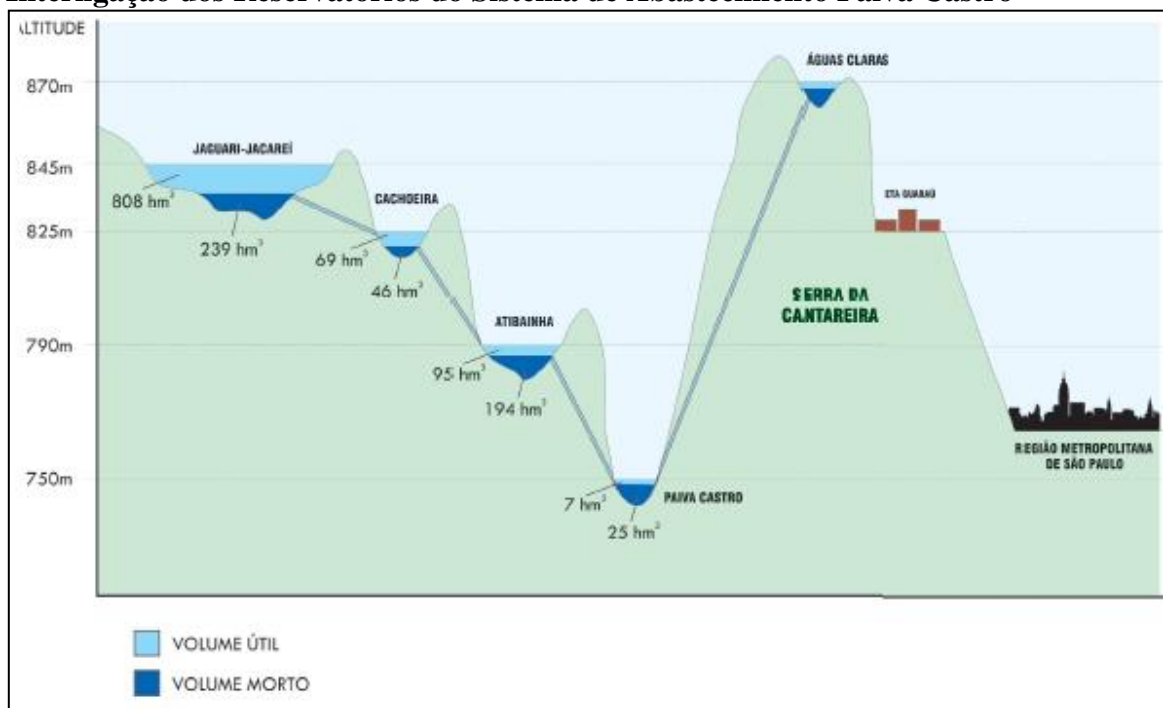
Fonte: ANA/DAEE, 2013

Figura 4.a
Municípios do Sistema de Abastecimento Paiva Castro



Fonte: IBGE, *apud* IPÊ, 2017.

Figura 4.b
Interligação dos Reservatórios do Sistema de Abastecimento Paiva Castro

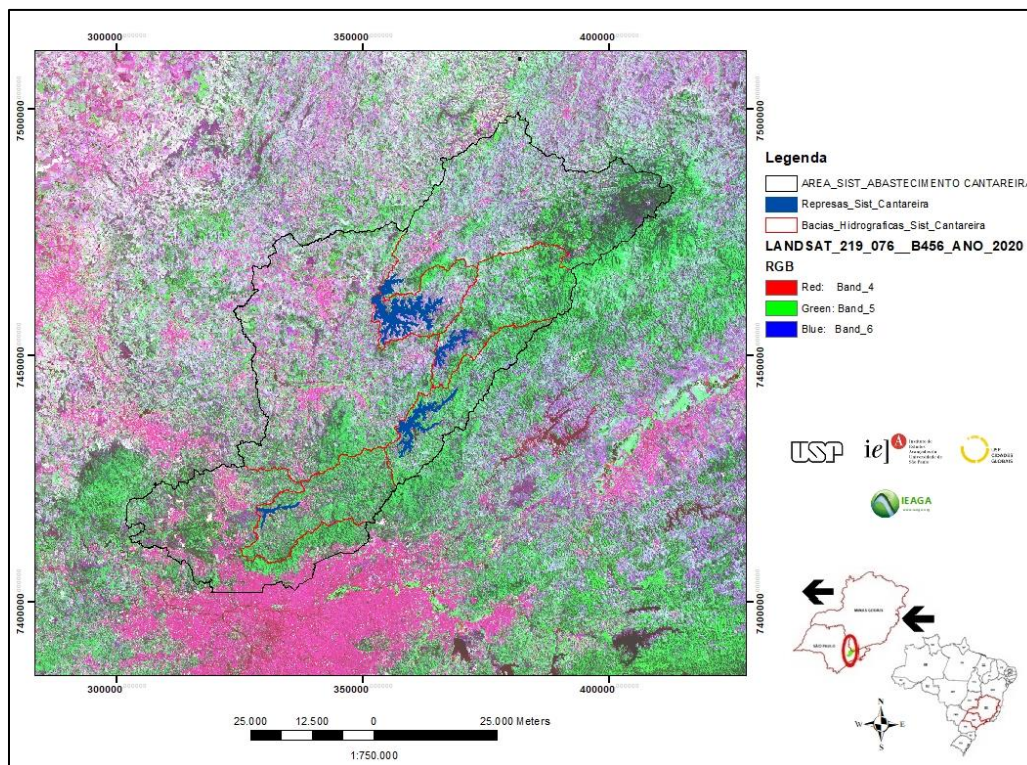


Fonte: ANA/DAEE, *apud* IPÊ, 2017.

O Sistema Cantareira abastece 9 milhões de pessoas na RMSP, dentro de 12 municípios dos Estados de São Paulo (Bragança Paulista, Caieiras, Franco da Rocha, Joanópolis, Nazaré Paulista, Mairiporã, Piracaia e Vargem) e Minas Gerais (Extrema, Camanducaia, Itapeva e Sapucaí-Mirim). Os municípios de Extrema, Itapeva e Joanópolis tem a totalidade dos territórios inseridos no Sistema e os municípios de Bragança Paulista, Caieiras e Franco da Rocha tem menos de 1% da sua área dentro do Sistema (IPÊ, 2017).

Na **Figura 4.c** podem ser observadas as 7 bacias hidrográficas que compõem o Sistema Cantareira. A imagem de satélite Landsat do ano 2000, em composição cor verdadeira permite identificar os quatro reservatórios do sistema, assim como as áreas urbanas.

Figura 4.c
Bacias Hidrográficas do Sistema de Abastecimento Paiva Castro

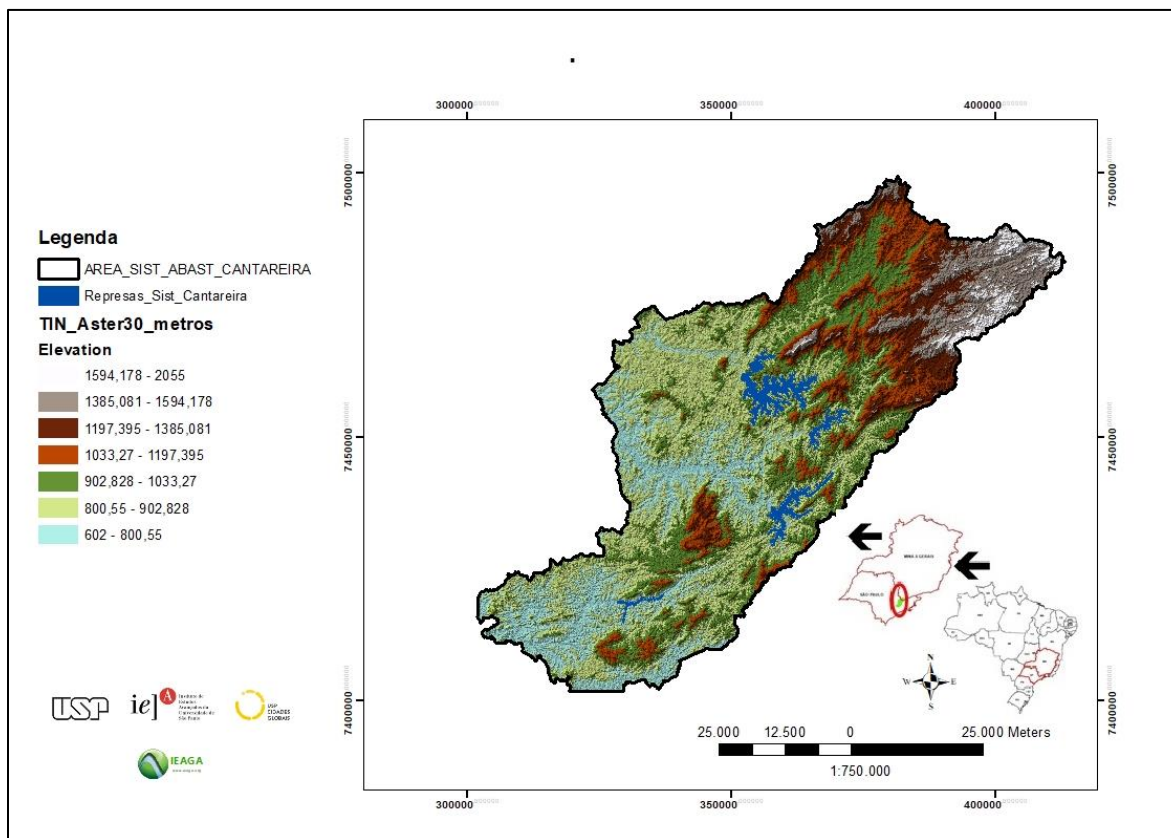


Fonte: INPE, 2021

O modelo numérico do terreno, criado a partir da manipulação de dados no ambiente de informações geográficas, ArcGis, com base em malha triangular (*grade TIN - Triangular Irregular Network*) permite visualizar a região objeto em forma tridimensional. Assim, as áreas mais altas são registradas na região nordeste do Sistema Cantareira (municípios de Camanducaia e Sapucaí-Mirim). As áreas com maiores declividades são importantes para o escoamento superficial das águas de chuva e deixando os solos mais susceptíveis à erosão e movimentos de massa com impactos na qualidade da água (**Figura 4.d**). A altitude varia entre 745 a 2.038 m. As áreas mais baixas (menores a 800m se localizam nos municípios de Mairiporã e Nazaré Paulista.

Figura 4.d

Modelo Numérico do Terreno (MNT) da região do Sistema de Abastecimento Paiva Castro



A região do Sistema de Abastecimento Paiva Castro, sob o ponto de vista geológico, é resultante de processos orogênicos com grande variabilidade de rochas e apresenta grande fragilidade aos processos erosivos. Os solos (**Figura 4.e**) que ocorrem na região são, principalmente, Latossolos-Vermelho-Amarelo (distrófico e ácrico) e Argissolos Vermelho-amarelo (alúmico e distrófico).

Toda a área da região está recoberta por sedimentos recentes, depósitos Quaternários, onde predominam planaltos, planícies e depressões (**Figura 4.f**), do Cinturão Orogrênico do Atlântico com grande complexidade geológica (Governo do Estado de São Paulo, 2020).

Na região existem quatro unidades de conservação de proteção integral (Parques Estaduais Cantareira, Itapetinga, Itaberaba, Juquery e o Monumento Natural da Pedra Grande) e duas de uso sustentável (APA Fernão Dias e APA Cantareira) (**Figura 4.g**).

Com o objetivo de proteger os recursos hídricos desta região foi criada, em 04/12/98 a Área de Proteção Ambiental (APA) do Sistema Cantareira (lei nº 10.111/98) abarcando os municípios

de Mairiporã, Atibaia, Nazaré Paulista, Piracaia, Joanópolis, Vargem e Bragança Paulista, totalizando uma área de 254.027,50 ha (**Figura 4.h**). O Plano de Manejo da APA prioriza 4 linhas de pesquisa prioritárias: i) proteção de recursos hídricos, ii) influência de rodovias sobre o território da APA, iii) gestão participativa - influência do Conselho Gestor e iv) serviços ambientais. A APA está inserida no ecótono entre florestas ombrófilas e estacionais e com grande influência na estabilidade hídrica e geológica de mananciais e formando parte de um corredor entre Floresta Atlântica, Serra da Cantareira, Serra do Mar, Paranapiacaba e Serra da Mantiqueira (ESP, 2020).

Figura 4.e
Classes de solo na região do Sistema de Abastecimento de Água Paiva Castro

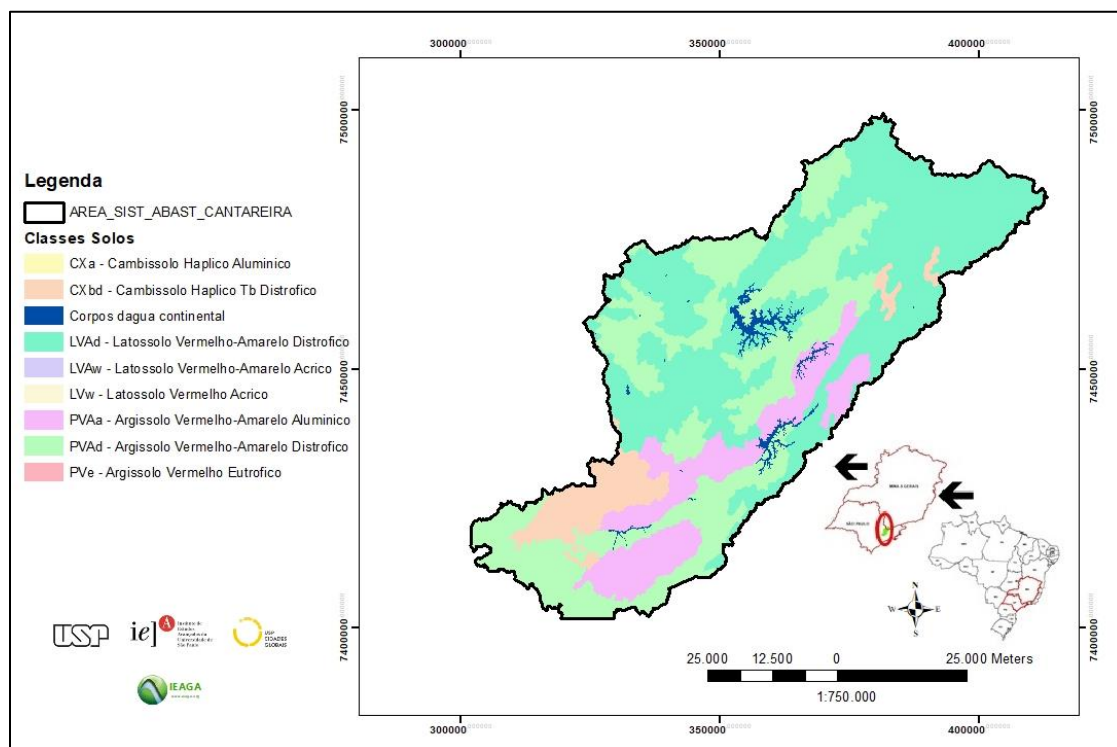


Figura 4.f
Geomorfologia regional do Sistema de Abastecimento de Água Paiva Castro

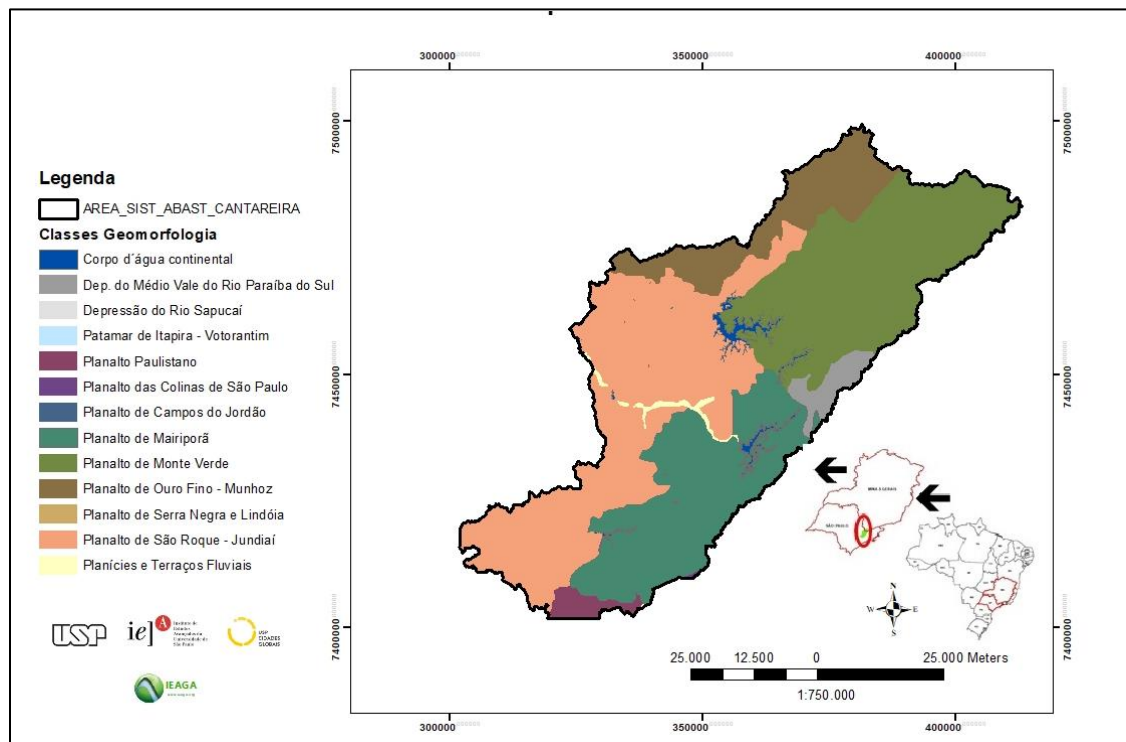
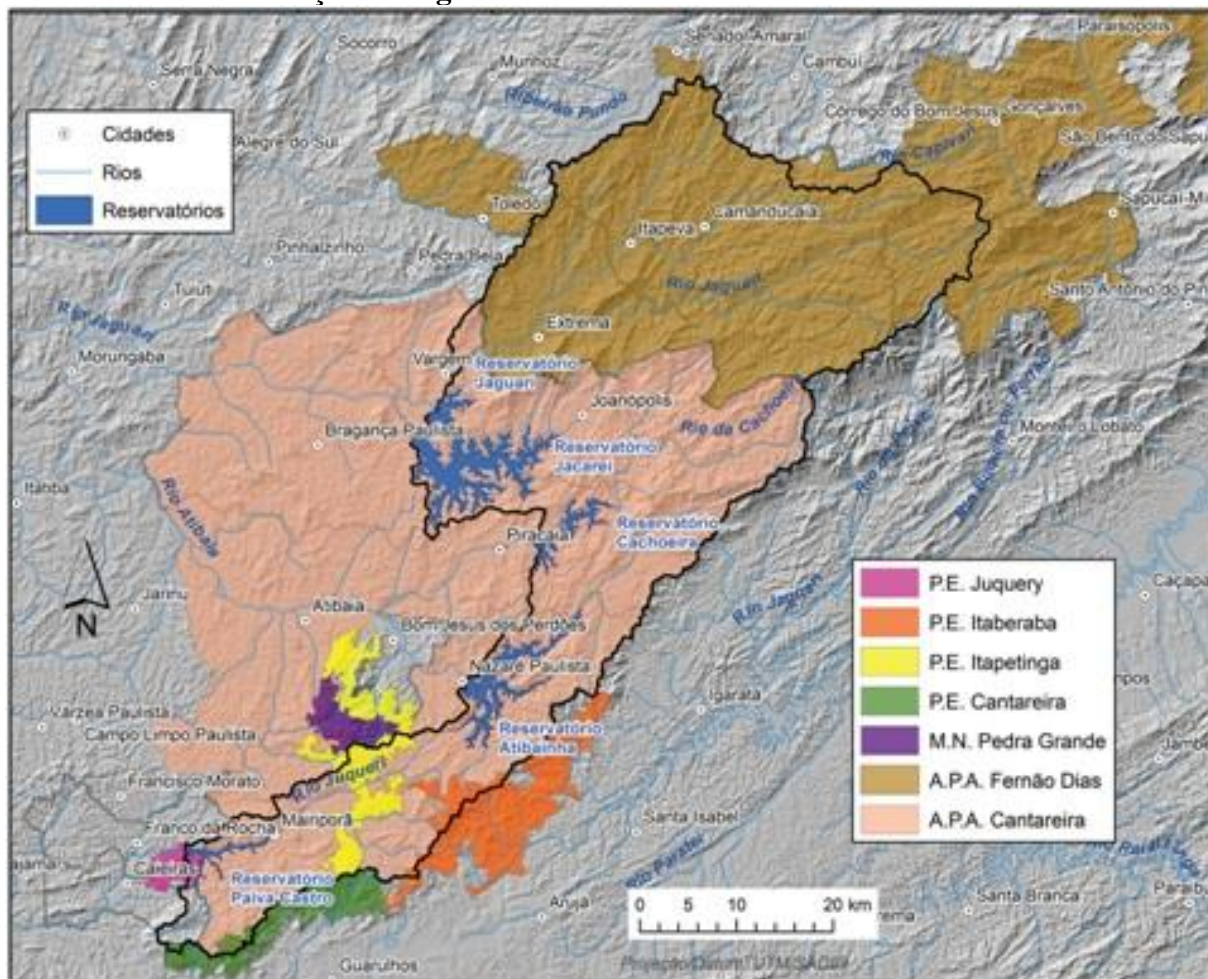
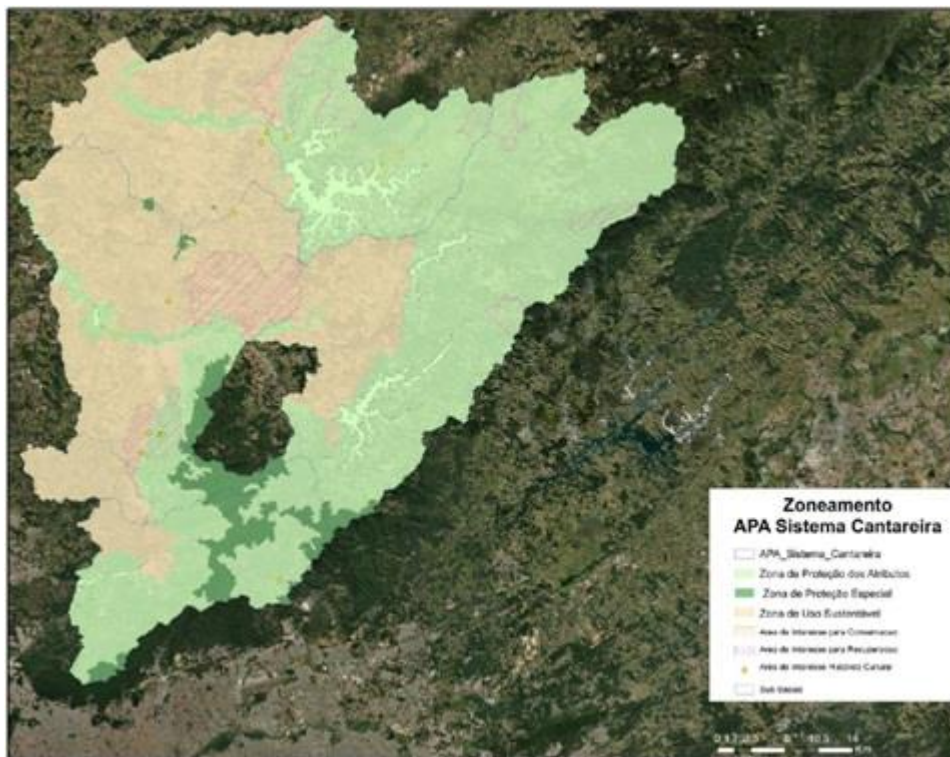


Figura 4.g
Unidades de Conservação na região do Sistema Cantareira



Fonte: IPÊ, 2017.

Figura 4.h
APA Sistema Cantareira



Fonte: Adaptado de ESP, 2020.

Através de tratamentos digitais de imagens de satélite entre os anos 1985 e 2019 foram obtidas as principais classes de uso e ocupação do solo na APA do Sistema Cantareira e observadas as principais mudanças e atuais vetores que modificam a paisagem do território. A **Tabela 4.b** apresenta a evolução das classes de uso para o período 1985/2000.

Tabela 4.b
Matriz de confusão para uso e cobertura das terras na APA do Sistema Cantareira, período 1985-2000 (em ha)

Classe	Árbóreo	Miner.	Mosaico Agropecuária	Reflorestamento	Rio ou Lago	Solo Exposto	Urbano	Área Total 2000
Árbóreo	1.606,32	0,0035	182,79	13,55	0,26	0,37	0,07	1.803,35
Mineração	00,01	0,8535	0,06	0,00	0,00	0,00	0,00	1,01
Mosaico Agropecuária	243,52	0,0520	1.870,70	6,31	1,01	4,00	0,32	2.125,88
Reflorestamento	27,04	0,0000	42,72	34,75	0,00	0,02	0,00	104,53
Rio ou Lago	1,095	0,0002	02,58	0,00	74,33	0,07	0,00	78,06
Solo Exposto	2,56	0,0088	05,03	0,06	0,44	2,50	0,01	10,6
Urbano	11,42	0,0262	79,84	0,08	0,072	2,62	129,38	223,43
Área Total 1985	1.892	0,94	2.183,71	54,75	76,11	9,58	129,77	4.346,86

A classe predominante para o período em foco é o mosaico de uso agrícola e pastoril, com uma leve diminuição no período analisado. O mesmo comportamento observa-se para o segundo uso, classe arbóreo. Já o reflorestamento duplicou a área no período e a área urbana teve um crescimento de mais de 72%.

Já para o período 2000-2019, a **Tabela 4.c** mostra que houve diminuição das classes arbóreo, mineração, mosaico de agricultura e solo exposto. Já as classes reflorestamento e urbano aumentaram.

Tabela 4.c

Matriz de confusão para uso e cobertura das terras na APA do Sistema Cantareira, período 2000-2019 (em ha)

Classes	Arbóreo	Miner.	Mosaico Agropecuária	Reflorestamento	Rio ou Lago	Solo Exposto	Urbano	Área Total em 2019
Arbóreo	1.557,12	0,01	212,51	5,22	0,35	1,99	0,33	1.777,54
Mineração	0,11	0,61	0,09	0,00	0,00	0,01	0,01	0,83
Mosaico Agropecuária	141,57	0,04	1.720,87	3,81	1,27	3,24	0,83	1.871,64
Reflorestamento	87,77	0,00	117,41	95,36	0,00	0,59	0,00	301,14
Rio ou Lago	0,51	0,01	2,19	0,00	75,78	0,42	0,00	78,91
Solo Exposto	1,21	0,00	3,02	0,00	0,50	3,01	0,01	7,75
Urbano	15,05	0,34	69,78	0,12	0,16	1,35	222,25	309,05
Área Total em 2000	1.803,35	1,01	2.125,88	104,53	78,05	10,61	223,43	4.346,86

A pesar do grau de antropização crescente, na região do Sistema Paiva Castro existem diversas espécies animais e vegetais ameaçadas de extinção. Porém, a perda de habitats naturais e sua fragmentação, assim como incêndios, queimadas, assoreamento dos cursos d'água, espécies invasoras, aumento de estradas e vias e ocupações humanas são uma ameaça à biodiversidade.

Em termos socioeconômicos, os municípios do Sistema Paiva Castro são bastante desiguais. Extrema (MG) apresenta um PIB 21 x maior que Vargem (SP). A média do PIB dos 12 municípios é de R\$ 48.871,28 (**Tabela 4.d**). Assim, todos os municípios se encontram por cima do valor do PIB/capita nacional de R\$ 5.788². Cabe agregar que o PIB/capita do município de Extrema (MG) é extremamente elevado, em comparação com os outros municípios. Atualmente Extrema tem um polo industrial e de comércio eletrônico muito desenvolvido. O IDHM varia entre 0,678 (Nazaré Paulista) e 0,788 (Mairiporã).

² IBGE, 2015. <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1193#resultado>

Tabela 4.d

Produto Bruto Interno (p/c) e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal dos Municípios do Sistema Paiva Castro

Município	PIB/capita (R\$)	IDHM ³	Posição Nacional (IDHM)
Extrema (MG)	268.459,18	0,732	93
Piracaia (SP)	65.896,34	0,739	86
Itapeva (MG)	53.063,75	0,720	105
Bragança Paulista (SP)	37.813,45	0,776	49
Caieiras (SP)	35.517,31	0,781	44
Camanducaia (MG)	25.876,92	0,689	136
Franco da Rocha (SP)	19.650,05	0,731	94
Nazaré Paulista (SP)	18.651,19	0,678	147
Mairiporã (SP)	17.774,55	0,788	37
Joanópolis (SP)	16.262,42	0,699	126
Sapucaí-Mirim (MG)	14.784,21	0,680	145
Vargem (SP)	12.706,02	0,699	126

Fonte: IBGE, 2018.

Estima-se que residam na região aproximadamente 158.000 pessoas, com maior concentração nas sedes municipais e seu entorno (Governo do Estado de São Paulo, 2020).

5. MÉTODOS

As metrópoles modernas são as mais complexas estruturas jamais construídas pelo homem. Apesar disso, acostumamo-nos a vê-las unicamente como espaços econômicos ou como ambientes físicos ou como sedes do poder político ou como lugares onde se codifica e decodifica a cultura ou como fenômenos demográficos ou como estruturas sociais ou administrativas. Raramente as vemos como ecossistemas artificiais ou como sistemas complexos nos quais a forma física é sempre a resultante de longos processos de sedimentação cultural; como lugares no espaço e no tempo nos quais se constrói e reconstrói incessantemente o habitat da espécie humana. Neste espaço é possível perceber um “trade off” entre vantagens econômicas e sociais, de um lado e custos ambientais, de outro. A sociedade da atualidade apresenta um panorama das condições ambientais bastante afetado pela ação humana, sendo que a degradação do meio ambiente chegou no nível de transformar o ecossistema global e colocar em risco a própria sobrevivência humana.

³ <http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>

Assim a qualidade de vida urbana e ambiental, apesar dos avanços tecnológicos e científicos, ainda não é satisfatória, pois existem as disparidades sociais que aumentam cada vez mais. Estas são muito visíveis nas metrópoles e nas áreas periurbanas, já que estas concentram um maior contingente de população e apresentam desigualdades sociais extremas.

A atual tendência de expansão urbana, a procura por fontes energéticas e a dinâmica dos usos e coberturas das terras nesta área carecem de informações abrangentes. Sob o ponto de vista do desenvolvimento sustentável, qualquer projeto de intervenção deve ser baseado em um diagnóstico socioambiental, que fundamente as necessidades de aliar o desenvolvimento com o planejamento das ações de manejo e preservação ambientais das unidades de paisagem analisadas. Nesse contexto, é fundamental o conhecimento da área de estudo para subsidiar iniciativas de inserção local através de projetos de atuação do poder público em todos os níveis. Assim, para conhecer e diagnosticar o ambiente na área periurbana do Sistema Cantareira e mesmo para mitigar os impactos já existentes ou os que serão produzidos por futuras intervenções, é necessário elaborar um planejamento eficiente e orientado por subsídios técnico-científicos.

Além disso, existe uma carência na administração pública, para a elaboração de um planejamento ambiental estratégico, fato que acirra os problemas urbanos e ambientais prejudicando a qualidade de vida da população.

As cinco etapas metodológicas propostas para a elaboração desta pesquisa são:

- **Avaliação do processo urbano - rural no Sistema Cantareira**

Para esta etapa foram utilizadas informações orbitais, de domínio público e sistemas de informações geográficas. Foi avaliado o processo de urbanização e seus vetores, tendências atuais e futuras, assim como as pressões exercidas sobre o espaço periurbano da região alvo.

- **Análise da Segurança da Água no espaço periurbano do Sistema Cantareira**

Os resultados obtidos na etapa anterior foram a entrada de informação para avaliar o impacto exercido sobre os serviços ambientais, com foco na segurança da água. A análise e avaliação do processo utilizou como base as metodologias já consagradas pela OMS, conforme **Anexo 1**.

- **Oficinas de trabalho**

Certamente podemos relacionar certas condições necessárias para uma saúde ambiental mínima, relacionada às questões acima apresentadas. Para uma primeira aproximação ao problema foi fundamental promover espaços de discussão que possibilitaram debater os temas acima apresentados. Os Seminários de Discussão, promovidos no espaço do IEA/USP contaram com a presença de estudiosos do problema, grupos de estudo já consolidados no assunto, professores e alunos do Instituto, foram uma etapa importante desta pesquisa.

Nesta fase foram valorizadas as parcerias e convênios que o IEA já dispõe, assim como novas parcerias. Os parceiros participaram de oficinas de trabalho e seminários realizados no âmbito do projeto.

- **Difusão**

Observou-se que as atividades de pesquisa propostas tiveram uma ampla interface com as atividades de ensino e extensão do Instituto e Faculdades, assim como com os seus parceiros e com a sociedade civil. Desta forma foi valorizada a competência técnica e operacional e a capacidade instalada do IEA, dando como resultado um investimento pequeno para atingir esta etapa dos objetivos propostos.

6. RESULTADOS

6.1 APA Sistema Cantareira

A dinâmica do uso e ocupação do solo, no contexto da APA do Sistema Cantareira, entre os anos 1985 e 2000 (**Capítulo 4**) mostram que classe principal de cobertura do solo era o mosaico de agricultura e pastagem (agropecuário) seguida pela classe arbóreo (áreas de mata em diferentes estágios de sucessão).

Em 1985 a classe arbórea ocupava mais de 43% da área total do contexto da APA do Sistema Cantareira. Em 2000 essa classe representava pouco mais de 41% da área total em foco, sendo que o mosaico de agropecuária foi a classe que mais cresceu sobre a cobertura arbóreo. Rios e lagos tiveram poucas mudanças (aumento de pouco menos de 2 km²).

Uma primeira análise qualitativa e quantitativa mostra que a classe arbóreo perdeu 89 km² em quinze anos e o reflorestamento teve um incremento de quase 100%, passando de 54 para 104 km². Já a área urbana, no período, teve um aumento de mais de 72% da área ocupada em 1985.

A dinâmica do uso e ocupação do solo, no contexto regional do Sistema Cantareira, entre os anos 2000 e 2019 mostram que classe principal de cobertura do solo continuava sendo o mosaico de agricultura e pastagem (agropecuário), seguida pela classe arbóreo (áreas de mata em diferentes estágios de sucessão).

Por outro lado, a análise da paisagem mostra que as classes arbóreo e reflorestamento predominam nas regiões com declividade acima de 30% e o mosaico de agropecuária em áreas de até 20%. Já as áreas urbanas se localizam nos eixos das estradas e rodovias.

A dinâmica da cobertura e uso das terras para o período 2000 a 2019 mostra que as tendências observadas para o período anterior se mantiveram. Assim, houve perda das classes arbóreo e mosaico de agropecuária, aumento da área urbana e reflorestamento e estabilidade das áreas cobertas por massas aquáticas. Por outro lado, uma análise mais detalhada dos aumentos das áreas de reflorestamento verifica um aumento de quase 200%. Esse aumento se deu, principalmente sobre as classes agropecuária e arbóreo.

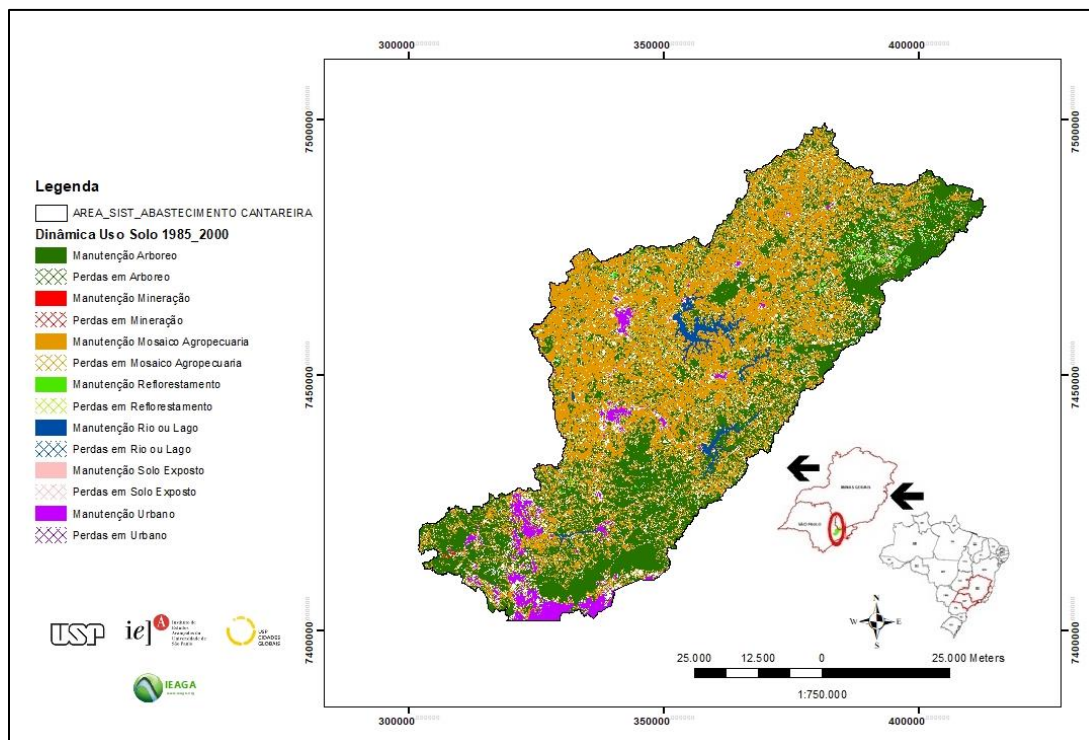
As áreas antropizadas (mineração, mosaico agropecuária, reflorestamento, solo exposto e área urbana), em 2000 ocupavam 2.465,45 km², ou quase 57% da APA do Sistema Cantareira. Já em 2019 o grau de antropização foi de 57,30% (2.490,41 km²).

6.2 Sistema de Abastecimento de Água Paiva Castro

As **Figuras 6.2.a, 6.2.b, 6.2.c, 6.2.d** apresentam o uso e ocupação do solo no Sistema Paiva Castro entre 1985 e 2019, assim como as declividades e os eixos rodoviários.

Figura 6.2.a

Uso do Solo na região do Sistema de Abastecimento Paiva Castro (1985-2000)



A análise espacial permite visualizar que as áreas de expansão da classe reflorestamento se localizam na região nordeste e centro/leste do Sistema Cantareira (**Figura 6.2.b**).

Figura 6.2.b
Uso do Solo na região do Sistema de Abastecimento Paiva Castro (2000-2019)

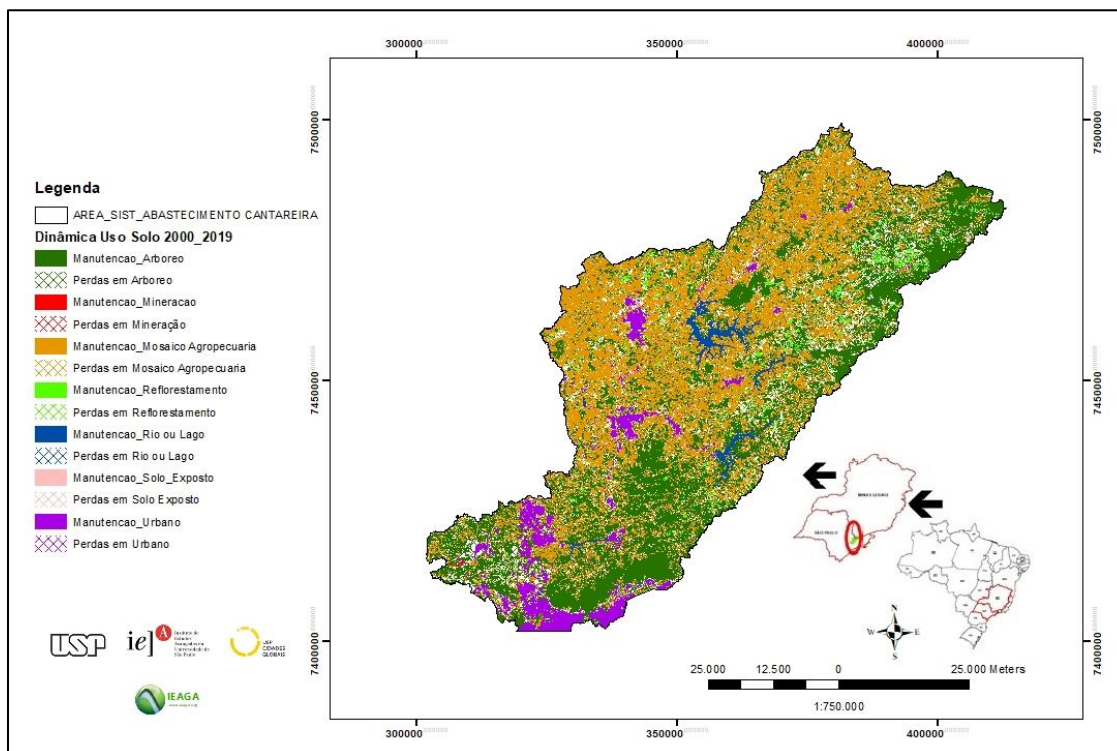


Figura 6.2.c
Declividades na região do Sistema de Abastecimento Paiva Castro

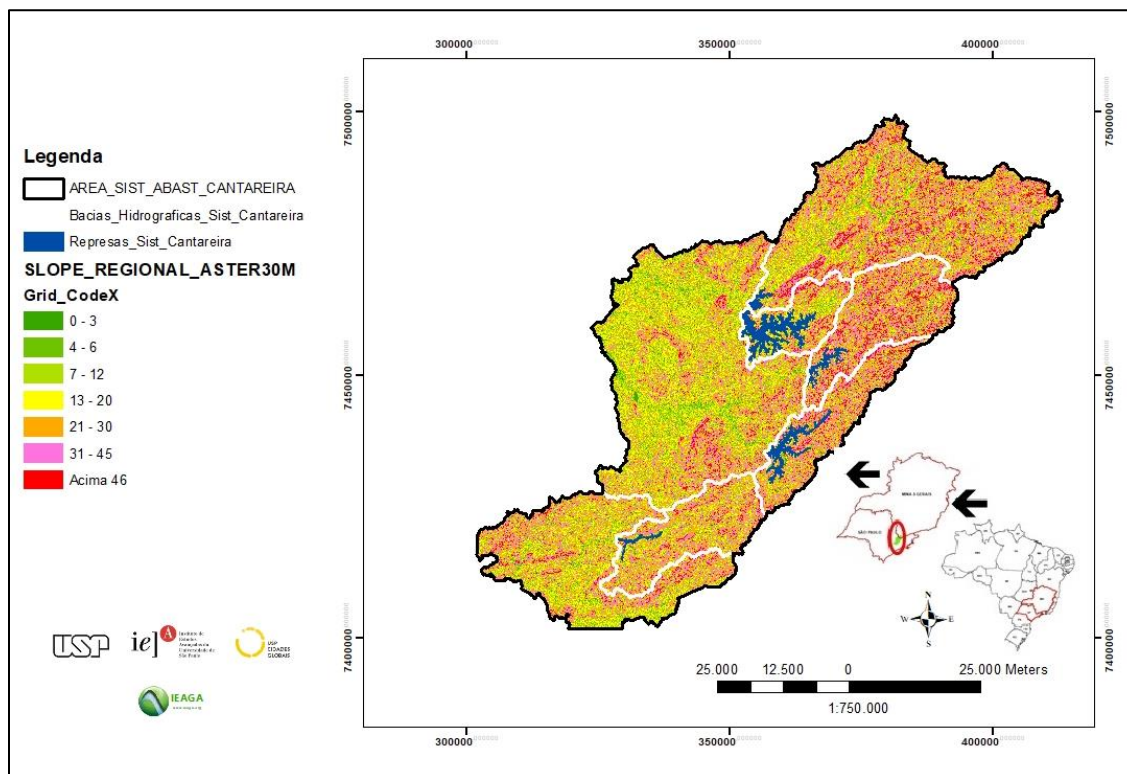
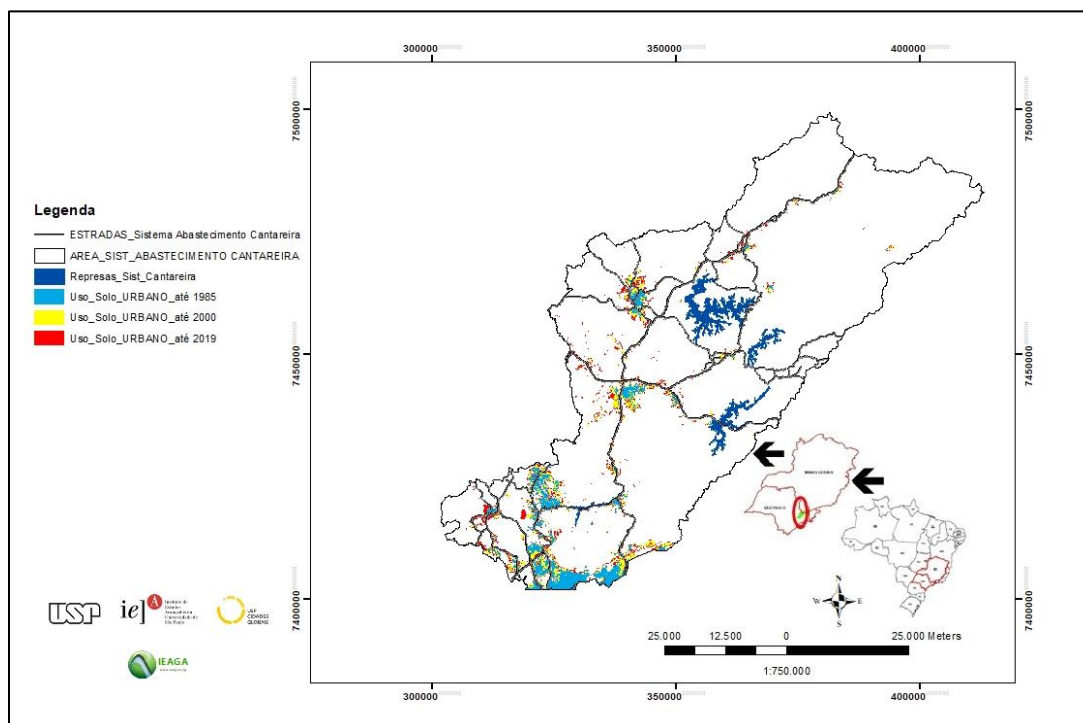
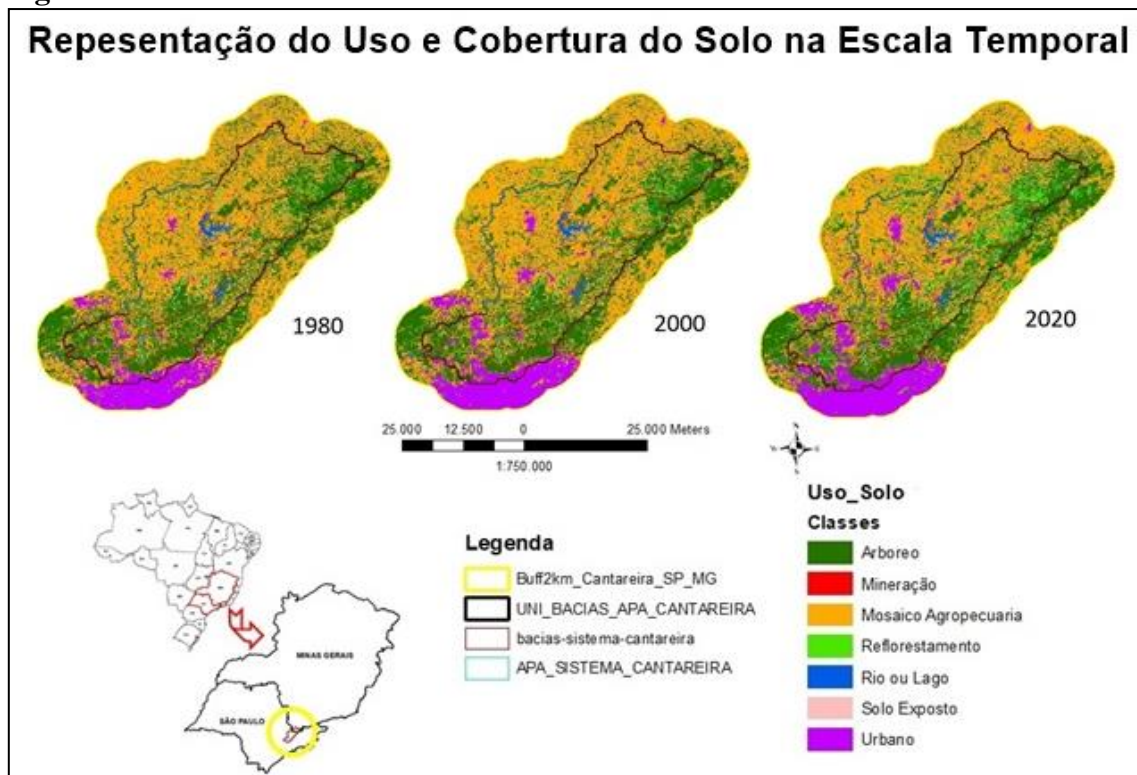


Figura 6.2.d
Eixos rodoviários e áreas urbanas na região do Sistema de Abastecimento Paiva Castro



Na **Figura 6.2.e** são apresentados três cortes temporais (1980, 2000 e 2020) com a dinâmica do uso do solo no período de quarenta anos. Observa-se o crescimento das classes área urbana, agropecuária e reflorestamentos e a diminuição da classe arbóreo.

Figura 6.2.e



As funções ecossistêmicas estão associadas à paisagem na região do Sistema Cantareira. Assim, os serviços ambientais refletem a interação entre seus diferentes componentes. No período analisado fica evidente a fragmentação dos habitats naturais que é uma das principais causas da diminuição da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos. Assim, as variáveis tamanho e isolamento dos fragmentos florestais e a conectividade da paisagem são fundamentais para compreender a oferta de SE.

Em termos gerais, a redução de proporção de habitats em um gradiente de perda e fragmentação da paisagem produzem a redução da biodiversidade, conectividade, tamanho dos fragmentos, proteção dos corpos d'água, carbono armazenado e polinização. Ao mesmo tempo, verifica-se um aumento do efeito de borda, isolamento dos fragmentos, emissões de carbono e espécies invasoras.

O caso em foco, onde as áreas naturais foram modificadas ou perdidas, os habitats tornam-se fragmentados e seu tamanho e grau de isolamento tem relação direta sobre a ocorrência de espécies. A conectividade entre os fragmentos fornece uma medida da movimentação das populações faunísticas. Assim, quanto maior for a diferença entre a matriz original da paisagem e a atual, maior será a resistência dessa paisagem em relação à movimentação das espécies. No caso em foco, as maiores alterações da paisagem encontram-se nos usos agropecuário e urbanização.

Na **Tabela 4.b** observa-se que a classe arbóreo representa pouco mais de 40% da matriz da paisagem da área do Sistema Cantareira. Esta classe está formada, principalmente, por florestas secundárias. Por outro lado, esta cobertura do solo não é homogênea e os maiores remanescentes se localizam nas regiões sul e nordeste da área. Proporcionam, dentro desta lógica, a maior conectividade da paisagem e, provavelmente, onde exista maior número de espécies (**Figuras 6.2.a e 6.2.b**).

Já para uma análise da estabilidade das unidades ecodinâmicas (Tricart, 1977; Ross, 1994) foram utilizados os diferentes *layers* georreferenciados obtidos nas etapas anteriores (uso, declividade, solos, clima, erodibilidade). A **Tabela 6.2.a** apresenta as variáveis utilizadas, para a geração do arquivo de regras (**Figura 6.2.f**).

Tabela 6.2.a
Variáveis

Grau de Instabilidade	Uso	Declividade (%)	Solo
1	Arbóreo	< 6	
2	Rio/Lago	7 a 12	Argissolos
3	Reflorestamento	13 a 20	Latossolos
4	Mosaico Agropecuária	21 a 30	Cambissolos
5	Urbano/Solo Exposto/Mineração	> 30	

Figura 6.2.f

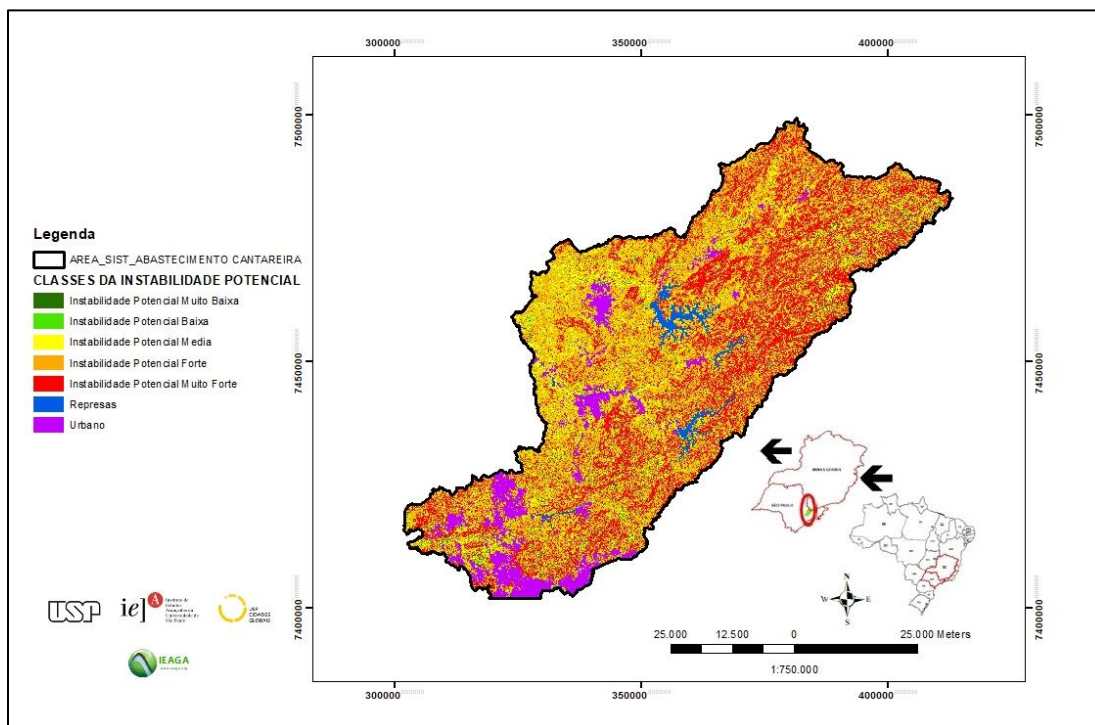
Arquivo de regras utilizado para a definição dos graus de instabilidade na região do Sistema de Abastecimento Paiva Castro

112	212	312	412	512
113	213	313	413	513
114	214	314	414	514
122	222	322	422	522
123	223	323	423	523
124	224	324	424	524
132	232	332	432	532
133	233	333	433	533
134	234	334	434	534
142	242	342	442	542
143	243	343	443	543
144	244	344	444	544
152	252	352	452	552
153	253	353	453	553
154	254	354	454	554
	Instabilidade Potencial Muito Baixa			
	Instabilidade Potencial Baixa			
	Instabilidade Potencial Média			
	Instabilidade Potencial Forte			
	Instabilidade Potencial Muito Forte			

Como resultado do cruzamento dos *layers* obtêm-se conjuntos de três números arábicos que variaram de 112 até 554, esse gradiente possibilitou a classificação do espaço em Unidades Ecodinâmicas (Estáveis e Instáveis) entretanto, para a atribuição de pesos que ordenam as variáveis foi aplicada uma sequência para a combinação numérica (Ross, 1994) onde o primeiro dígito deve referir-se ao uso do solo, o segundo deve representar a declividade do terreno e o terceiro o tipo de solo, assim, a combinação arábica 112 indica que a cobertura do solo é da classe arbórea, a declividade está no intervalo de até seis graus e o tipo de solo é argissolo, por assim, corresponde a uma Unidade Ecodinâmica Estável ou Instabilidade Potencial Muito Baixa. Já a sequência 554 indica uma Unidade de Instabilidade Emergente Muito Forte onde a cobertura do solo é significativamente antropizada, o relevo tem alta declividade e o tipo de solo é mais frágil a processos erosivos (cambissolo).

A **Figura 6.2.g** apresenta as áreas com instabilidade potencial, onde se observa o predomínio de áreas com instabilidade forte a muito forte. Essa classificação leva em consideração as características naturais do ambiente e as possíveis interações antrópicas.

Figura 6.2.g
Fragilidade das Unidades Ecodinâmicas de Instabilidade Potencial na Região do Sistema Cantareira



6.3 Análise da Segurança da Água no espaço periurbano do Sistema Cantareira

As sub-bacias do Sistema Cantareira englobam os rios Camanducaia, Jaguari, Atibaia e Jundiá (UGRHI 5) e o rio Juquery (UGRHI 6). O Relatório de Qualidade das Águas Interiores no Estado de São Paulo (CETESB, 2021) apresenta dados sobre o comportamento dinâmico dos reservatórios iniciais do SC (Jaguari/Jacareí, Cachoeira e Atibainha) chamados de Sistema Equivalente. Em 2020, o volume do Sistema Equivalente teve um aumento significativo entre janeiro e março, ultrapassando 60% da capacidade e reduzindo até alcançar 30% em novembro. O perfil da qualidade da água⁴ (IQA) para o Sistema Cantareira, durante 2020, entre os reservatórios Jaguari e Águas Claras (**Figura 6.3.a**) esteve sempre acima de 80 (ótima).

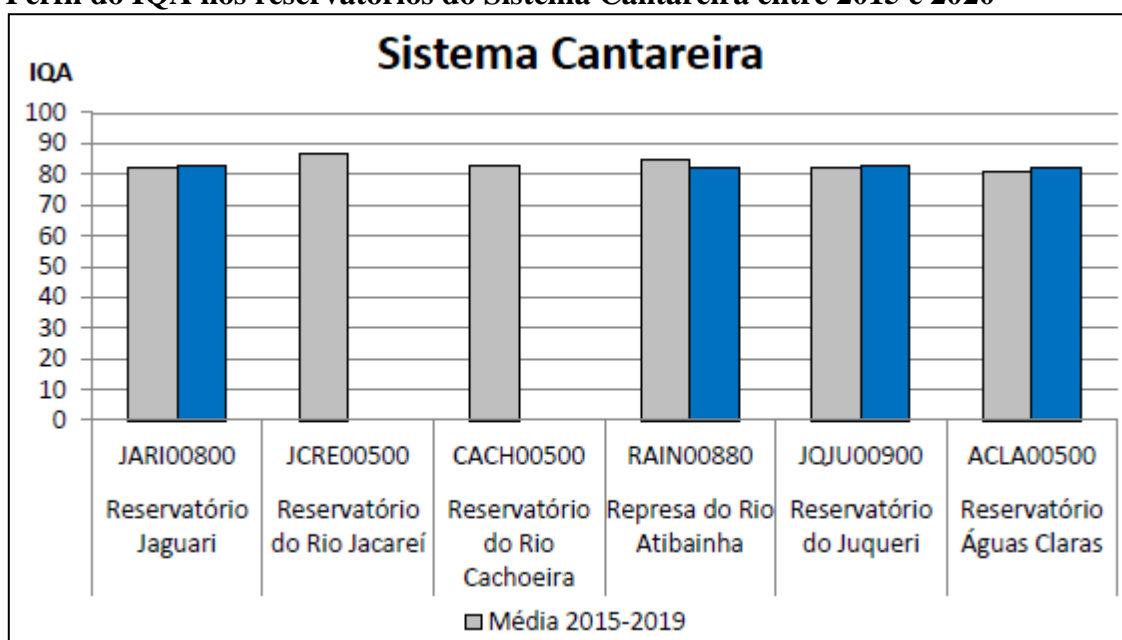
O nível médio de operação do reservatório Águas Claras, em 2020, foi de 38% da sua capacidade. Ao mesmo tempo, em 56% do tempo o reservatório atendeu o padrão de qualidade

⁴ IQA - Índice de Qualidade da Água é calculado pelo produtório ponderado das qualidades de água correspondentes às nove variáveis que integram o índice, variando entre 0 e 100.

para oxigênio dissolvido (CONAMA 357/05, corpos de água Classe 1). Para concentrações de fósforo, em fevereiro e dezembro de 2020 o reservatório superou os limites da Resolução CONAMA 357. Porém, pela média anual para o IET⁵, foi classificado como oligotrófica (ambiente de baixa trofia).

Assim, em termos gerais, a qualidade das águas do Sistema Cantareira pode ser considerada boa. Porém, os índices de remoção de cargas orgânicas de origem sanitária são baixos e o aporte de nutrientes de fontes pontuais e difusas deveria ser reduzido.

Figura 6.3.a
Perfil do IQA nos reservatórios do Sistema Cantareira entre 2015 e 2020



Fonte: CETESB, 2020.

Já em termos de quantidade, o cenário dos últimos anos é preocupante. Em janeiro de 2021, o nível do reservatório era de 39,5%. Durante a última crise hídrica, em 2014, o volume era de 24,5% e em janeiro de 2022 o nível ficou em 29,5%⁶

⁵ IET - Índice de Estado Trófico classifica os corpos d'água em diferentes graus de trofia, ou seja, avalia a qualidade da água quanto ao enriquecimento por nutrientes e seu efeito relacionado ao crescimento excessivo das algas e cianobactérias.

⁶ <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2022/01/15/chuva-nivel-cantareira-volume-menor-do-que-ano-passado.htm>

7. CONCLUSÕES

Este projeto teve como objetivo geral a elaboração de metodologias interdisciplinares, para a elaboração de propostas de modelos que dêem respostas ao acesso dos SE e em particular a água. Até o momento, o projeto executou as atividades propostas para permitir a reflexão sobre o papel das cidades e a ocupação do seu entorno, na qualidade de vida da população. Novas crises de abastecimento não estão descartadas⁷. Em janeiro de 2022 o sistema ainda permanece com nível abaixo (33,6%) do registrado em janeiro de 2021 (42,6%)⁸.

Obviamente não se pode classificar a atual situação do Sistema Cantareira como “crise hídrica” e sim como o ‘novo normal’ para o Sistema de Abastecimento de Água Paiva Castro. Assim, torna-se necessária a adoção de procedimentos adequados para regulamentar o uso e ocupação do solo, com a utilização de ferramentas eficientes e a participação de todos os atores sociais envolvidos no processo.

Este trabalho não pretende dar soluções definitivas e, sim, mostrar caminhos que devem ser aprofundados para evitar “tragédias anunciadas” e que terão custos socioambientais elevados.

8. BIBLIOGRAFIA

- BRASIL. Ministério da Saúde. 2012. Plano de segurança da água: garantindo a qualidade e promovendo a saúde. Um olhar do SUS. Brasília (DF) : MS/SVS. 60p.
- CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. 2020. Qualidade das Águas Interiores no Estado de São Paulo. Série Relatórios. São Paulo : CETESB. 246p.
- Cook, B.R. & Spray, C.J. 2012. Ecosystem services and integrated water resources management: different paths to the same end? In: J. Environ. Manage, 109: 93-100. Oct. 30.
- Daily, G.C. 1997. Nature's services societal dependence on natural ecosystem. Washington (DC) : Island Press.
- Dorado, A.J. 2017. Princípios do Equador e desempenho socioambiental do setor financeiro. In: A. Philippi Jr. *et al.* (org.), Gestão Empresarial e Sustentabilidade. 1ª ed. Barueri - SP : Manole,

⁷ <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-brasil/2022/02/02/apesar-de-chuvas-em-janeiro-cantareira-tem-nivel-menor-que-em-2021.htm>

⁸ <https://www.nivelaguasaopaulo.com/cantareira>

- 2017, p. 269-284.
- Dorado, A.J. 2018. Serviços ecossistêmicos no contexto periurbano. In: A. Philippe Jr. & G. Collet Bruna (org.), *Gestão Urbana e Sustentabilidade*. 1ª ed. Barueri, São Paulo : Manole. p. 536 – 561.
- Governo do Estado de São Paulo. Plano de Manejo. Área de Proteção Ambiental Sistema Cantareira. São Paulo : Fundação Florestal, 2020. 209p.
- Grizzeti, B.; Lanza, D.; Liqueste, C.; Reunaud, A. & Cardoso, A.C. 2016. Assessing water ecosystem services for water resource management. In: *Environmental Science & Policy*, 61: 194-203. Elsevier. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2016.04.008>.
- Groot, R.S. de; Alkemade, R.; Braat, L. *et al.* 2010. Challenges in integrating the concept of ecosystem services and values in landscape planning, management and decision making. In: *Biological Complexity*, 7: 260-273.
- Gutman, P. 2007. *Ecosystem services: foundations for a new rural-urban compact*. Science Direct. Washington (DC) : Elsevier.
- Hering, D.; Carvalho, L.; Argillier, C. *et al.* 2.15. Managing aquatic ecosystems and water resources under multiple stress - An introduction to the MARS project. In: *Sci. Total Environ*, 503:10–21. doi: 10.1016/j.scitotenv.2014.06.106.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2019. Censo 2016. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>.
- IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas. *Atlas dos serviços ambientais do sistema Cantareira*. 1ª ed. São Paulo : Memnon Edições Científicas, 2017.
- Leal, A.C. 2012. Planejamento Ambiental de bacias hidrográficas como instrumento para o gerenciamento de recursos hídricos. In: *Entre-Lugar*, ano 3, (6): 65-84. Dourados (MS).
- Limonad, E. 2005. Entre a urbanização e a sub-urbanização do território. In XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR). Salvador (BA) : ANPUR.
- Liu, S.; Crossman, N.D.; Nolan, M. & Ghirmay, H. 2013. Bringing ecosystem services into integrated water resources management. In: *J. Environ. Manage*, 129: 92-102. Nov. 15.
- MA - Millenium Ecosystem Assessment. 2005. *Ecosystem and human well-being: a framework for assessment*. Washington (DC) : Island Press.
- OMS - Organização Mundial da Saúde. 2015. *A practical guide to auditing water safety plans*. In:

- http://www.who.int/water_sanitation_health/publications/auditing-water-safety-plans/en/.
- OMS - Organização Mundial da Saúde. 2015. A practical guide to *auditing water safety plans*. In:
http://www.who.int/water_sanitation_health/publications/auditing-water-safety-plans/en/.
- Plataforma Agenda 2030. Uma Plataforma de Ação para Acompanhar a Implementação da Agenda
2030 no Brasil. <http://www.agenda2030.com.br/>. Acesso outubro 2019.
- PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável. <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals.html>. Acesso outubro 2019.
- Ross, J.L.S. 1994. Análise empírica da fragilidade dos ambientes naturais e antropizados. Revista
do Departamento de Geografia. v.8.
- Ruhoff, A.L. 2004. Gerenciamento de recursos hídricos em bacias hidrográficas: modelagem
ambiental com a simulação de cenários preservacionistas. Dissertação de Mestrado. Programa
de Pós-graduação em Geomática. Santa Maria (RS) : Universidade Federal de Santa Maria.
- Tricart, J. 1977. Ecodinâmica. Rio de Janeiro : IBGE, Diretoria Técnica, SUPREN.
- Vale, A.R. & Gerardi, L.H.O. 2006. Crescimento urbano e teorias sobre o espaço periurbano:
analisando o caso do município de Araraquara (SP). In: Gerardi & Carvalho (orgs.) Geografia:
ações e reflexões. Rio Claro : UNESP/AGETEO. 434p.
- Vieira, J.M.P. & Morais, C. 2005. Manual para a elaboração de planos de segurança da água para
consumo humano. Minho : Instituto Regulador de Águas e Resíduos, Universidade do Minho.
175p. (Série Guias Técnicos, 7). Nd. edition. Volume 1.

ANEXO 1

Plano de Segurança da Água - PSA

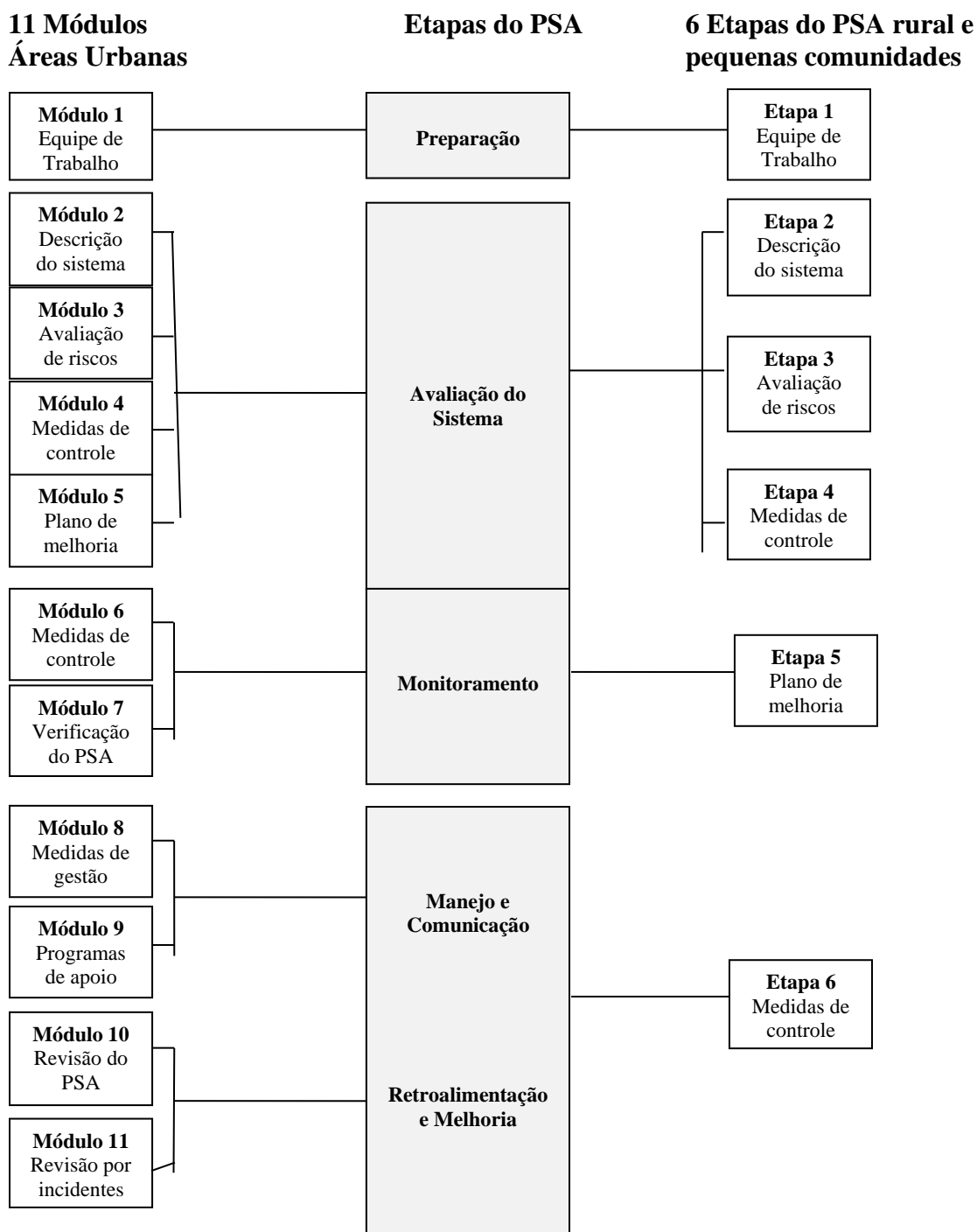
A OMS (2009) publicou 11 etapas para o desenvolvimento do PSA, para as áreas urbanas:

1. Montagem da equipe e eleição da metodologia para o desenvolvimento do PSA;
2. Descrição do sistema de abastecimento de água do manancial ao consumidor;
3. Identificação e avaliação de riscos que podem afetar o sistema de abastecimento;
4. Definir e validar medidas de controle, reavaliação e severidade de riscos;
5. Desenvolvimento, implantação e manutenção de um plano de melhoria;
6. Definição de medidas de monitoramento e controle;
7. Verificação da eficácia do PSA;
8. Preparação de procedimentos de gestão;
9. Desenvolvimento de programas de apoio;
10. Planejar e desenvolver revisões periódicas do PSA;
11. Revisão do PSA conforme incidentes.

Na comparação das tarefas entre as abordagens da OMS para pequenas comunidades (menores a 50.000 habitantes) e áreas urbanas, acima enunciadas (Figura 1), as etapas adicionais focam nos processos de revisões periódicas e na gestão do sistema (Figura 2). Assim, é possível a verificação constante do PSA, através de ações que devem ser tomadas e que determinam a operação normal e, aquela em condições excepcionais (quando ocorrerem incidentes). Os planos de gestão, através de protocolos de ações, também permitem a comunicação do risco à saúde humana e o suporte e validação/verificação periódica do Plano de Segurança da Água.

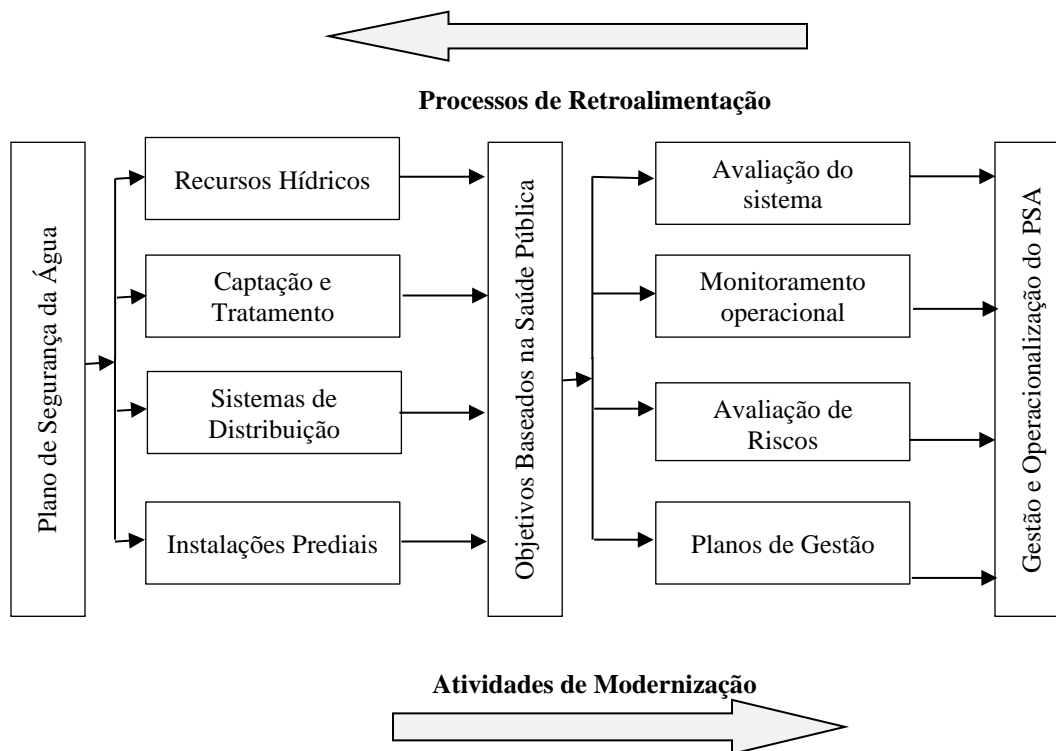
Figura 1

Equivalências dos módulos de implantação do PSA para áreas urbanas e etapas de implantação para pequenas comunidades e áreas rurais



Fonte: adaptado de OMS, 2009; 2012.

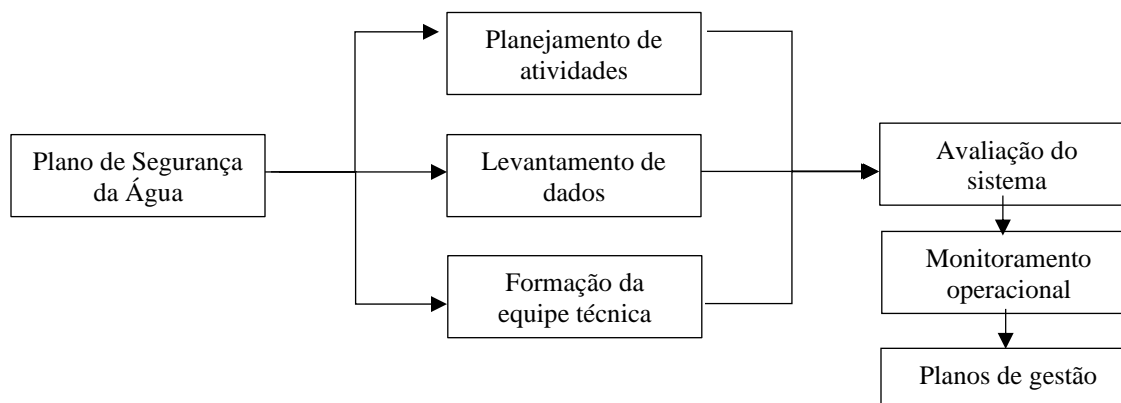
Figura 2
Implantação, Gestão e Operacionalização do Plano de Segurança da Água



Fonte: adaptado de SANASA, 2016.

A sequência das etapas (fases preliminares y etapas de avaliação, monitoramento e planos de gestão) acima citadas pode ser resumida conforme a figura 3, abaixo.

Figura 3
Resumo das fases do Plano de Segurança da Água



Fonte: adaptado de Brasil, 2012.

Na proposta da OMS (áreas rurais/pequenas comunidades e áreas urbanas), atividades equivalentes que se relacionam com: i) a preparação, avaliação do sistema, ii) monitoramento, iii) comunicação e gestão e iv) melhoria contínua. Verifica-se que essas visões da OMS apresentam ações de avaliação de riscos proativas, com elaboração de Planos de Contingência, que acompanham todo o sistema (da captação à torneira do consumidor) e compartilha várias similaridades com a ISO 22.000 (indústria alimentícia) e com a certificação HACCP (segurança alimentar). Porém, tanto a HACCP como a ISO 22.000 são em geral mais aplicáveis aos processos de produção de alimentos, que para as ações de operação contínua, como são as atividades de produção de água potável.

Capítulo 64 - DOI:10.55232/1084002064

ANÁLISE DE UM CURSO HÍBRIDO PARA O ENSINO DE ASTRONOMIA E ASTRONÁUTICA

Leandro Donizete Moraes

RESUMO: Neste trabalho são apresentados os resultados de um curso híbrido preparatório para a Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica. Doze alunos de uma escola pública de Minas Gerais participaram deste curso. Foram usados formulários, testes, um site criado para o curso, atividades práticas, softwares, aplicativos e observações do céu. Como referencial teórico, foram utilizados os Três Momentos Pedagógicos à luz de Delizoicov e Angotti. Dentre os resultados, o uso de um site com os conteúdos estudados possibilitou aos alunos revisarem os conteúdos e aprofundarem seus conhecimentos; o software Stellarium e o aplicativo SkyMap incentivaram a observação do céu e os alunos mudaram suas concepções sobre diversos fenômenos, como as estações do ano. Esses e demais resultados demonstram as potencialidades de cursos híbridos para o ensino de Astronomia e Astronáutica e a necessidade de conciliação entre a tecnologia e atividades tradicionais, como a observação do céu a olho nu.

Palavras-chave: Ensino de Astronomia, Ensino de Astronáutica, Curso híbrido.

INTRODUÇÃO

Apesar da importância do estudo da Astronomia e Astronáutica para o desenvolvimento humano, existem diversos problemas enfrentados pelo ensino destas ciências. Langhi e Nardi (2012), por exemplo, explicaram que os estudos sobre os fenômenos celestes são incipientes em muitas instituições de ensino; Barbosa e Voelske (2016) analisaram o baixo nível de aprendizado de estudantes em questionários sobre fenômenos astronômicos; Langhi (2011) elaborou um catálogo com dezenas de concepções alternativas relacionadas com estas ciências e Amaral e Oliveira (2011) encontraram erros conceituais em livros didáticos sobre Astronomia.

Diante dos problemas enfrentados pelo ensino destas ciências, o uso da tecnologia é uma das possibilidades para que os alunos aprendam conceitos sobre Astronomia e Astronáutica. Neres (2017), por exemplo, analisou que o uso de softwares facilita a compreensão de conceitos estudados por estas ciências e Araújo (2017) observou que as simulações auxiliam na compreensão de fenômenos que demorariam muito tempo para serem observados e analisados.

Os cursos on-line também apresentam possibilidades para o aprendizado destas ciências. Costa (2014), por exemplo, analisou a criação de um ambiente virtual de aprendizagem e constatou que os alunos se interessaram mais pelos conteúdos e Araújo (2020) observou que o ensino híbrido sobre Leis de Kepler e Gravitação Universal foi importante para o favorecimento da autonomia dos alunos, mediação do professor e interação e colaboração entre os alunos.

Diante dos problemas enfrentados pelo ensino de Astronomia e Astronáutica nas escolas e as potencialidades de atividades na internet, o presente trabalho analisa a aplicação de um curso híbrido preparatório para a Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica – OBA. Para Canalle (2013), a OBA tem vários objetivos, como encantar o interesse dos alunos pela Ciência, promover a Astronomia e revelar talentos precoces. Para Sá (2009), a OBA contextualiza conteúdos por meio de atividades interessantes e lúdicas e contribui para a elevação da qualidade da educação no Brasil.

Sobre as pesquisas relacionadas com os cursos preparatórios para a OBA, Felicetti et al. (2017), por exemplo, elaboraram uma oficina com os alunos através de atividades

experimentais, vídeos, imagens e debates e Barai et al. (2016) usaram a OBA como motivação para um curso de aperfeiçoamento de professores e palestras voltadas para estudantes universitários.

Ao analisar estes e demais cursos voltados para a OBA, observamos que geralmente os cursos apresentam aulas expositivas e algumas atividades práticas, como a observação do céu. Um dos recursos tecnológicos usados nesses cursos é o software Stellarium que simula o céu para diferentes localidades e horários. Outros recursos tecnológicos como o uso de sites, formulários e aplicativos são pouco utilizados. Além disso, os cursos normalmente não disponibilizam um ambiente virtual para aulas e outros recursos. Por estes e demais motivos, neste trabalho são analisados os resultados de um curso híbrido para o ensino de Astronomia e Astronáutica.

METODOLOGIA

Os alunos de uma escola pública de Minas Gerais participam da OBA todos os anos, porém as poucas aulas de Física semanais não eram suficientes para conciliar os conteúdos de Física e a preparação dos alunos para a OBA. Desse modo, os alunos foram convidados a participarem de um curso híbrido, com aulas presenciais no contraturno e atividades na internet em um site criado para este curso.

Inicialmente foi elaborado um formulário nos Formulários Google com algumas perguntas aos alunos sobre o interesse dos mesmos pela Astronomia, Astronáutica e pela OBA. 36 alunos responderam a este formulário, porém apenas 12 alunos possuíam disponibilidade para frequentarem as aulas no contraturno. Entretanto, os conteúdos ficaram disponíveis no site do curso, criado no Google Sites, para todos os alunos, até mesmo para aqueles que não iriam participar das aulas presenciais.

Os Três Momentos Pedagógicos (TMP) de Delizoicov e Angotti (1991) foram utilizados para a produção, aplicação e análise do curso. A inspiração para os TMP está nos chamados temas geradores de Paulo Freire. De acordo com Freire (1975), estes temas geradores são estabelecidos através dos processos de codificação-problematização-descodificação. Desse modo, os 3MP são: Problematização Inicial, Organização do Conhecimento e Aplicação do Conhecimento.

Segundo Delizoicov, Angotti e Pernambuco (2002), na Problematização Inicial são apresentados aos alunos problemas ou discussões problematizadoras para a identificação de concepções alternativas. Na Organização do Conhecimento o professor aborda os conceitos científicos por meio da estruturação do conteúdo e da aprendizagem dos alunos em temas e situações significativas. Na Aplicação do Conhecimento os alunos são incentivados a empregarem os conhecimentos científicos em novas situações, para a identificação e emprego da conceituação científica.

O curso híbrido foi dividido em doze aulas presenciais e atividades no site do curso, distribuídas segundo os TMP. Desse modo, na Problematização Inicial foi aplicado um formulário inicial on-line e os alunos tiveram uma aula na qual foi realizado um pré-teste e existiram discussões sobre Astronomia e Astronáutica. A Organização do Conhecimento consistiu em seis aulas com a apresentação do site, de conteúdos da OBA e sobre Astronomia básica e moderna. Para a Aplicação do Conhecimento, os alunos realizaram atividades práticas em sala de aula e no laboratório de informática, lançaram foguetes da Mostra Brasileira de Foguetes (MOBFOG), observaram o céu a olho nu e pelo telescópio, fizeram um pós-teste, discutiram sobre os aprendizados oriundos da participação e responderam a um formulário on-line final.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para iniciar a Problematização Inicial, foi enviado um formulário on-line para os alunos que mostraram interesse em participarem da OBA. Foi perguntado sobre o interesse dos alunos pela OBA, Astronomia e Astronáutica e o que poderia ser feito nas escolas para que os alunos aprendessem mais sobre estas ciências.

O formulário inicial foi respondido por 36 alunos e houve convergências entre as respostas, pois 13 alunos (36%) explicaram que a OBA oferece oportunidades de aprender mais, 7 alunos (19%) iriam fazer a OBA por se interessarem pela Astronomia, 4 alunos (11%) queriam testar seus conhecimentos, 6 alunos (17%) explicaram que a OBA possibilita uma maneira diferente de aprender, 4 alunos (11%) se interessaram pelos prêmios da OBA e 2 alunos (6%) fariam a OBA por gostarem de olimpíadas.

Além de perguntas sobre a OBA, os alunos também responderam sobre o que mais gostam em Astronomia. Dentre as respostas, os alunos explicaram que se interessam

pelos astros, Universo, planetas, estrelas, cálculos relacionados com a Astronomia, constelações, galáxias, cometas, fenômenos astronômicos, foguetes, nebulosas e observações do céu. A diversidade de respostas a esta pergunta mostra que a Astronomia possibilita a introdução dos alunos ao conhecimento científico e desperta o interesse pelos conteúdos e fenômenos estudados pela Ciência, em geral. Além disso, a presença de foguetes entre as preferências dos alunos ressalta a importância da Astronáutica e do seu ensino nas escolas.

Sobre o que poderia ser feito na escola para que os alunos aprendam mais Astronomia, 16 alunos (44%) gostariam de aulas específicas de Astronomia; 7 alunos (19%) queriam aulas práticas de Astronomia, em geral, 4 (11%) gostariam de observar o céu pelo telescópio e 3 alunos (8%) queriam aulas de Astronomia fora do horário escolar. Além destas respostas, os alunos gostariam de aulas de Física interdisciplinares com a Astronomia, grupos de estudo e a construção de um observatório na escola.

As respostas apresentadas no formulário on-line inicial demonstram o interesse dos alunos pela Astronomia, Astronáutica e OBA. Caniato (1974) observou que o estudo dos céus é importante por permitir uma visão global do desenvolvimento humano, sobre o funcionamento do Universo e a pequenez do homem diante do Universo. O autor também explicou que podem ser realizadas atividades ao ar livre, por exemplo, que não precisam de materiais e laboratórios caros. Desse modo, o uso de atividades práticas, aulas diversificadas e recursos tecnológicos disponíveis na internet gratuitamente são algumas das possibilidades de ensino destas ciências.

Na primeira aula presencial, os 12 alunos presentes responderam a um pré-teste que tinha como objetivo a identificação de concepções alternativas sobre fenômenos e conceitos astronômicos. Dentre as perguntas, os alunos responderam sobre as causas das estações do ano, ocorrência de eclipses e das fases da Lua. Os alunos também responderam sobre as diferenças entre planetas e estrelas.

Como resultados do pré-teste, 58% explicaram corretamente a ocorrência das estações do ano. Os demais alunos associaram a distância entre a Terra e o Sol como causa das estações do ano. Segundo Camino (1995), esta concepção alternativa é comum entre alunos e até professores. Alguns livros didáticos colaboram para esta concepção ao

apresentarem a órbita terrestre com grande excentricidade. 75 % dos alunos acertaram as questões referentes aos eclipses do Sol e da Lua.

Sobre as fases da Lua, foi apresentada uma imagem fora de escala do sistema Sol-Terra-Lua com setas mostrando o sentido de rotação dos três astros e os alunos precisavam explicar qual a fase da Lua que estava sendo representada. 58% dos alunos responderam corretamente que a fase da Lua apresentada era a fase Quarto-minguante. Langhi e Nardi (2007) analisam que vários alunos não compreendem que as fases da Lua são oriundas da posição relativa entre o Sol, Terra e Lua. Os autores observam que alguns livros didáticos apresentam o Sol, a Terra e a Lua fora de escala e como consequências dos eclipses, podendo contribuir para concepções alternativas.

Ao serem perguntados sobre a estrela mais próxima da Terra, 58 % dos alunos acertaram que o Sol é a estrela mais próxima. Sobre as diferenças entre planetas e estrelas, apenas 1 aluno (8%) acertou esta questão. Para Rodrigues (2007), os conteúdos sobre planetas e sistema solar são tratados com superficialidade e imprecisão em livros didáticos e Iachel (2011) observou que os alunos possuem dificuldades na compreensão sobre as estrelas. Estes fatos podem colaborar para a ausência de compreensões sobre os planetas e as estrelas.

Após identificar concepções alternativas no formulário on-line inicial e no pré-teste, a Organização do Conhecimento foi iniciada através de aulas teóricas e práticas. Desse modo, a próxima aula foi realizada na sala de informática da escola, na qual os alunos acessaram o site do curso e tiraram dúvidas sobre os conteúdos e recursos presentes no site. Além disso, foram incentivados a acessarem o site em casa e discutirem nas próximas aulas sobre o que aprenderam através do site.

Na terceira aula os alunos relataram que não conheciam a maioria dos documentários, vídeos, canais do Youtube, bibliografias de cientistas e demais recursos disponíveis no site. Após discussões sobre o site do curso, os alunos aprenderam conteúdos presentes na OBA por meio de questões anteriores através de slides, vídeos, debates, softwares, uso do quadro negro e de projetores. Como tarefa de casa, os alunos

deveriam acessar a página do site referente aos conteúdos da OBA para complementarem os estudos da aula presencial.

No início da quarta aula, os alunos explicaram que foi importante a disponibilização dos conteúdos da aula e de conteúdos complementares no site. Também não conheciam a maioria dos conteúdos presentes no site relacionados com a Astronomia e a Astronáutica. A quarta e a quinta aula foram destinadas aos conteúdos sobre Astronomia básica e a sexta e sétima aula sobre Astronomia moderna.

O segundo momento pedagógico contou com diversos recursos tecnológicos, como vídeos, slides, computadores da sala de informática, projetores, site do curso e softwares. Os alunos também realizaram atividades na internet, em casa, que eram discutidas posteriormente em sala de aula. Foi observado que os alunos acessaram as páginas do site continuamente, comentando sobre os conteúdos presentes no site, nos vídeos e nos canais do Youtube indicados. Desse modo, o uso de um site foi um importante complemento às aulas presenciais, pois permitiu aos alunos a revisão e aprofundamento dos estudos. Além disso, as informações e conceitos apresentados pelo professor foram ampliados através do uso do site e de seus diferentes recursos.

A Aplicação do Conhecimento foi iniciada através de atividades práticas, como a produção de um sistema solar proporcional ao tamanho e a distância dos planetas e do Sol. Os alunos acharam interessantes estas proporções, principalmente sobre as distâncias, pois conciliaram os conteúdos estudados sobre Astronomia básica e moderna com as distâncias no sistema solar. Os alunos discutiram sobre os desafios das viagens espaciais, distâncias no espaço e teorias apresentadas em aulas anteriores, como buracos negros, ano-luz e relatividade geral.

A segunda aula da Aplicação do Conhecimento ocorreu na sala de informática, através de atividades como cruzadinhas virtuais, testes, vídeos, preenchimento de textos sobre os conteúdos abordados no curso, vídeos e uso do site. Os alunos também participaram da MOBFOG, relacionando os conteúdos discutidos nas aulas sobre Astronáutica e as questões da OBA relacionadas com foguetes.

As próximas aulas ocorreram ao ar livre, através da observação do céu pelo telescópio e a olho nu. Também foram utilizados o software Stellarium e o aplicativo

SkyMap. Os alunos tiveram a oportunidade de simularem o céu para a localização da cidade no exato momento em que estavam observando o céu a olho nu e pelo telescópio. Desse modo, compararam o software e a configuração celeste, aprendendo o nome de estrelas, planetas e constelações. A Figura 1 apresenta os alunos observando a projeção do Stellarium na escola.

Figura 1. Observação do céu na escola.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Além da simulação do céu pelo Stellarium, os alunos usaram o aplicativo SkyMap para localizarem estrelas, planetas e constelações. Usaram o telescópio, observando as crateras da Lua e o planeta Júpiter com suas quatro maiores luas. Também observaram o céu a olho nu, tiraram dúvidas sobre o céu e foram incentivados a ensinarem o que aprenderam aos seus amigos e familiares.

Para finalizar a Aplicação do Conhecimento, na próxima aula os alunos responderam a um pós-teste que possuía perguntas diferentes das perguntas do pré-teste e relacionadas com as concepções alternativas apresentadas durante o curso. Inicialmente foi apresentada uma figura com grande achatamento da órbita terrestre aos alunos, dando a impressão de que a Terra fica muito próxima do Sol em um período e muito afastada em outro. Porém, 92% dos alunos relacionaram corretamente as estações do ano com a inclinação terrestre em sua órbita e não com a distância entre a Terra e o Sol. Durante as aulas, foram apresentadas simulações e os alunos compreenderam que esta distância entre a Terra e o Sol não varia muito durante o ano.

Os eclipses foram abordados no pós-teste através de uma figura que representava

o eclipse solar. Além disso, nesta mesma pergunta os alunos precisavam analisar a fase da Lua correspondente à representação. Nesta pergunta, 50 % dos alunos responderam corretamente o tipo de eclipse e fase da Lua correspondente.

75 % dos alunos responderam corretamente uma pergunta sobre as constelações. Também deram como exemplos as constelações de Órion, Cruzeiro do Sul, Cão Maior, Escorpião, Cão Menor e Virgem. Estas constelações foram ensinadas nas aulas, no site e na observação do céu.

Após a aplicação do pós-teste, houve discussões sobre os conceitos estudados e a importância do site, das aulas e das atividades práticas. Foram feitas resoluções do pré-teste e do pós-teste, permitindo que os alunos compreendessem suas evoluções durante o curso. Após as discussões, os alunos responderam a um formulário on-line final, no qual a maioria explicou que o uso do site foi importante e que muitos conteúdos abordados não são ensinados na escola. Também acharam importante o uso de aulas práticas, da observação do céu e de recursos tecnológicos. Como partes negativas, os alunos analisaram que houve pouco tempo de aulas e que não possuíam bases teóricas necessárias para aprenderem conteúdos complexos, principalmente de Astronáutica.

CONCLUSÃO

A OBA incentiva os alunos a estudarem conteúdos que não são ensinados nas escolas ou que são ensinados de maneira superficial. Diante dos relatos dos alunos, é possível observar que 75 % dos alunos se interessaram pelos conteúdos abordados no curso e 50 % usaram o site proposto para revisarem e aprofundarem os conhecimentos sobre Astronomia e Astronáutica e várias concepções alternativas foram sanadas.

75 % dos alunos relataram que muitos conteúdos estudados não haviam sido abordados na escola, mesmo que estivessem nos currículos de anos anteriores. Este fato reforça a necessidade de ações voltadas para o ensino e divulgação de Astronomia e Astronáutica nas escolas.

Diante dos resultados do curso proposto, também é possível analisar que 50% dos alunos possuíam várias dificuldades nas aulas formais da escola, porém demonstraram comprometimento com o curso, mostrando que atividades diversificadas podem auxiliar

os alunos para que se interessem pelos conteúdos estudados. Do mesmo modo, a MOBFOG, resolução de questões da OBA, vídeos, documentários e demais recursos presentes no site do curso contribuíram para que os alunos aprendessem pelo menos conceitos básicos de Astronáutica.

Através do uso da tecnologia e de atividades presenciais e virtuais, foi possível incentivar os alunos a aprenderem além das aulas tradicionais. O curso híbrido trouxe novos olhares sobre o processo educacional, no qual as aulas formais são importantes, porém também é possível aproveitar a tecnologia para que os alunos aprendam de forma diversificada e com diferentes recursos na escola e em outros lugares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, P.; OLIVEIRA, C. E. Q. V. Astronomia nos livros didáticos de ciências: uma análise do PNLN 2008. *Revista Latino-Americana de Educação em Astronomia*, n. 12, p. 31-55, 2011.

ARAÚJO, E. J. D. Ensino híbrido: uma proposta para a abordagem das Leis de Kepler no Ensino Médio. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

ARAÚJO, M. L. Simuladores experimentais de radiotelescópios para o ensino de Astronomia no nível médio. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2017.

BARAI, A. et al. Astronomia nos anos iniciais do Ensino Fundamental: uma parceria entre universidade e escola. *Caderno Brasileiro de Ensino de Física*, v. 33, n. 3, p. 1009-1025, 2016.

BARBOSA, J. I. L.; VOELZKE, M. R. Questionário-diagnóstico sobre conceitos básicos de Astronomia por alunos do Ensino Médio Integrado. *Revista de Ensino de Ciências e Matemática*, v. 7, n. 2, p. 25-38, 2016.

CAMINO, N. Ideas previas y cambio conceptual en Astronomía. Un estudio com maestros de primaria sobre el día y la noche, las estaciones y las fases de la luna. *Enseñanza de las Ciencias*, v.13, n.1, p.81-96. 1995.

CANALLE, J. B. G. Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica (OBA). In: MATSUURA, O. T. (Org.). *A história da Astronomia no Brasil*. Recife: CEPE, 2013. v. 2, p. 420-448.

CANIATO, R. Um projeto brasileiro para o ensino de física. Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1974.

COSTA, R. D. A. O uso de um ambiente virtual de aprendizagem no ensino de ciências: explorando ferramentas da web para a elaboração de uma sala de aula virtual. Dissertação de Mestrado – Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2014.

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A. Conhecimento, tensões e transições. Tese de doutorado – Universidade de São Paulo, 1991.

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. Ensino de ciências: Fundamentos e Métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

FELICETTI, S. A.; ISABEL, I. C. M. L.; OHSE, M. L. Aprendizagem de conceitos de astronomia no ensino fundamental: uma oficina didática em preparação para a OBA. *Góndola, Enseñanza y Aprendizaje de las Ciencias: Góndola, Ens Aprend Cienc*, v. 12, n. 2, p. 32-49, 2017.

FREIRE, P. Extensão ou Comunicação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

IACHEL, G. O conhecimento prévio de alunos do ensino médio sobre as estrelas. *Revista Latino-Americana de Educação em Astronomia*, n. 12, p. 7-29, 2011.

LANGHI, R. Educação em Astronomia: da revisão bibliográfica sobre concepções alternativas à necessidade de uma ação nacional. *Caderno Brasileiro de Ensino de Física*, v. 28, n. 2, p. 373-399, 2011.

LANGHI, R.; NARDI, R. Educação em astronomia: repensando a formação de professores. São Paulo: Escrituras Editora, 2012.

LANGHI, R.; NARDI, R. Ensino de Astronomia: Erros conceituais mais comuns presentes em livros didáticos de ciência. *Caderno Brasileiro de Ensino de Física*, v. 24, n. 1, p. 87-111, 2007.

NERES, L. B. O Stellarium como estratégia para o ensino de Astronomia. 2017. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2017.

RODRIGUES, M. A. Os planetas do sistema solar em livros didáticos de ciências da quinta série do ensino fundamental. *Experiências em Ensino de Ciências*, v. 2, n. 2, p. 1-10, 2007.

SÁ, K. K. A Olimpíada Brasileira de Física em Goiás Enquanto Ferramenta para a Alfabetização Científica: Tradução de Uma Educação não Formal. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2009.

ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Fernando de Sousa Santana

RESUMO: O presente artigo concentra-se no estudo do Estado de Direito, apresentando sua origem, evolução histórica, conceitos fundamentais e caracterização. Para realização do estudo, utilizou-se da metodologia de pesquisa bibliográfica, através dos dados advindos dos renomados autores sobre o tema e alcançou-se como resultado que para constituição de um Estado se faz necessário a conjunção de três elementos fundamentais: Povo, Território e soberania., bem como conclui-se que o Estado de Direito Estado de Direito tem sua origem nas ideias liberais e foi concebido como forma de limitar o poder do soberano e garantir as liberdades individuais.

Palavras-chave: Estado, Democrático, Liberdade, Direito, Garantia.

1 - INTRODUÇÃO

O termo “Estado Democrático de Direito”, embora venha sendo largamente utilizado em nossos dias, é pouco compreendido e de difícil conceituação em face das múltiplas facetas que ele encerra. No Estado contemporâneo, em virtude da maximização do papel do poder público, que se encontra presente em praticamente todas as áreas das relações humanas, a expressão “Estado Democrático de Direito” ganha uma extensão quase que ilimitada, mas, conseqüente, perde muito em compreensão.

O fato deste termo ter sido incluído em nosso atual texto constitucional, no seu primeiro artigo, adjetivando a República Federativa do Brasil, torna obrigatório a sua interpretação, com todas as conseqüências que dela podem e devem advir.

O Estado Democrático de Direito, que significa a exigência de reger-se pelo Direito e por normas democráticas, com eleições livres, periódicas e pelo povo, bem como o respeito das autoridades públicas aos direitos e garantias fundamentais, proclamado no caput do artigo 1º da Constituição Federal de 1988, adotou, igualmente em seu parágrafo único, o denominado princípio democrático, ao afirmar que “todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

No Estado Democrático Brasileiro, as funções típicas e indelegáveis do Estado são exercidas por indivíduos eleitos pelo povo para tanto, de acordo com regras pré-estabelecidas que regerão o pleito eleitoral.

Assim, o presente trabalho objetiva refletir sobre os elementos constituintes de um Estado Democrático de Direito, analisando a origem do termo, os princípios norteadores do mesmo, bem como sua caracterização e conceituação.

A justificativa para a realização desse estudo é a constatação de que conhecer profundamente o significado da expressão Estado Democrático de Direito, se mostra como importante ferramenta para colocar a pessoa humana no centro do sistema, em uma posição de grande destaque.

Para alcançar o objetivo proposto neste estudo, o tipo de pesquisa utilizada, quanto aos seus fins, foi a descritiva, na medida em que apresenta o significado e a classificação de determinado termo, envolvendo técnicas padronizadas e bem estruturadas de coletas dos dados.

Já quanto aos seus meios foi utilizada a pesquisa bibliográfica, tendo em vista que se fez uso de material publicado em livros, jornais, revistas e sites na rede mundial de computadores, disponibilizados ao público em geral, no intuito de elaborar-se uma plataforma

teórica capaz de descrever os conceitos inerentes à expressão Estado Democrático de Direito, de forma clara e objetiva.

2 – DESENVOLVIMENTO

São vários os meios para se formar o conceito de Estado, onde pode-se abranger as suas evoluções e, até mesmo suas regressões para tentar-se chegar a um conceito chave.

Para se construir o conceito de Estado, há de observar-se à mudança de seus paradigmas no processo histórico, promovendo-se, à luz dos direitos fundamentais, uma reflexão sobre a gênese do Estado moderno, as suas transformações, os seus elementos constitutivos e a diluição de seus conceitos clássicos, (Soares, 2004). Nos tempos atuais, os Estados democráticos possuem constituições democráticas, assim consideradas as promulgadas pelo poder constituinte, que se origina e emana tão somente do povo, que é a única fonte legítima da soberania.

2.1 – Origens e Evolução Histórica do Estado

Sob o aspecto da época do surgimento do Estado existem três posições fundamentais:

- ✓ O Estado, assim como a própria sociedade, sempre existiu visto que o homem desde que vive na terra está integrado numa organização social, dotada de poder e com autoridade para determinar o comportamento social de todo o grupo;
- ✓ Outra corrente defende que a sociedade existiu sem o Estado durante certo período e depois, por diversos motivos, foi se constituindo o Estado para atender às necessidades dos grupos sociais;
- ✓ Por último existe uma corrente que admite como Estado a sociedade política dotada de certas características bem definidas, o que só ocorreu a partir do século XVII.

Por outro lado, existem duas teorias sobre a formação originária do Estado: a formação natural, que afirma que o Estado se formou naturalmente e não por ato voluntário e a formação contratual, afirmando que um acordo de vontades de alguns homens levou à criação do Estado.

Quanto às causas determinantes do aparecimento do Estado existem as seguintes teorias:

- ✓ Origem familiar ou patriarcal: cada família primitiva se ampliou e deu origem a um Estado;
- ✓ Origem em atos de força, de violência ou conquista: a superioridade de força de um grupo social permitiu-lhe submeter um grupo mais fraco, nascendo o Estado dessa conjunção de dominantes e dominados;
- ✓ Origem em causas econômicas ou patrimoniais: o acúmulo de riquezas individuais deteriorou a convivência harmônica, surgindo assim a necessidade do reconhecimento de novas formas de aquisição da propriedade, que se desenvolviam umas sobre as outras, num acúmulo acelerado de riquezas que dividia a sociedade em classes, sendo a classe possuidora exploradora da não-possuidora, dominando-a, nascendo a instituição Estado;
- ✓ Origem no desenvolvimento interno da sociedade: é o próprio desenvolvimento espontâneo da sociedade que deu origem ao Estado.

O Estado sendo uma organização destinada a manter, pela aplicação do Direito, as condições universais da ordem social, vem sempre evoluindo desde o seu aparecimento como organização. Sobre a evolução do Estado é possível traçar a seguinte linha cronológica:

- ✓ ***O Estado Oriental, Antigo ou Teocrático:*** Antigas civilizações no Oriente ou do Mediterrâneo. A família, a religião, o Estado, a organização econômica formavam um conjunto confuso, não se distinguindo o pensamento político da religião, da moral, da filosofia ou outras doutrinas econômicas, sendo marcas características a natureza unitária e a religiosidade. O Estado aparece como uma unidade geral, sem divisão interior, territorial ou de funções. A religiosidade denomina este Estado de Teocrático, onde a autoridade dos governantes e as normas de comportamento individuais e coletivos são a expressão da vontade de um poder divino. Em alguns casos o governante é considerado representante do poder divino e, noutros, o poder do governante é limitado pela vontade divina.
- ✓ ***O Estado Grego:*** A característica fundamental é a Cidade-Estado, a polis, cujo ideal era a autossuficiência, a autarquia. Há uma elite que compõe a classe política, com intensa participação nas decisões de caráter público do Estado, sendo restrita a autonomia individual nas relações de caráter privado. Quando citado como governo democrático significava que uma parte restrita da população

– os cidadãos – é que participavam das decisões políticas, pois, além destes, habitavam a cidade os Metecos (estrangeiros) e os escravos, que não participavam do poder político.

✓ ***O Estado Romano:*** A família é a base da organização, dando-se aos descendentes dos fundadores do Estado privilégios especiais. O povo, que compreendia uma pequena parte da população, participava diretamente do governo que era exercido pelo Magistrado. Com o tempo, novas camadas sociais surgiram, adquirindo e ampliando direitos. Com a ideia do surgimento do Império, Roma pretendeu a integração dos povos conquistados, mantendo um sólido núcleo de poder político para assegurar a unidade e ascendência da Cidade de Roma. Com a liberdade religiosa assegurada por Constantino (Edito de Milão) a noção de superioridade dos romanos desapareceu em face do cristianismo.

✓ ***O Estado Medieval:*** A caracterização se dá pelo Cristianismo, invasões dos bárbaros e o feudalismo. O Cristianismo é a base da aspiração à universalidade, superando a ideia de que os homens valiam diferentemente, de acordo com a origem de cada um, sendo todos iguais, inclusive os ainda não convertidos. O alvo era que todos fossem cristãos e adotassem mesma norma de comportamento público e particular. Com este intuito o Papa Leão III confere a Carlos Magno o título de Imperador, que tinha sua autoridade contestada em face multiplicidade de centros de poder (os reinos, os senhorios, as comunas, as organizações religiosas).

✓ ***O Estado Moderno:*** A soberania, a territorialidade e o povo são as características do Estado Moderno que se originou da necessidade de unidade, a busca de um único governo soberano dentro do território delimitado.

2.2 – Elementos constitutivos do Estado

Para se caracterizar o Estado, é necessário existirem os três elementos básicos, que são a população ou o povo, o território e, a soberania.

Sobre a teoria dos três elementos constitutivos do Estado, Kelsen diz que:

Como desdobramento da teoria dos três elementos, KELSEN reduz o conceito de Estado a ordenamento jurídico de tal forma que o poder soberano se torna poder de aplicar/criar direito num determinado território para um povo – poder que recebe sua validade da norma fundamental e da capacidade de se fazer valer, recorrendo, em

derradeira instância, a força e, portanto, do fato de não ser apenas legítimo, mas, também, eficaz (apud, Soares, 2001, p. 138).

O povo e o território são considerados os elementos materiais do Estado, enquanto soberania é o elemento formal, mas todos são elementos essenciais por serem indispensáveis para a existência do Estado (Dallari, 2003).

Assim, vê-se que os três elementos se relacionam entre si, uma vez que o povo vive no território e é nesse território que existe a soberania que, de certo modo, é exercida pelo povo que elege seus representantes, através de eleições periódicas.

2.2.1 Povo

O povo é considerado o principal elemento para a caracterização de um Estado, pois é unânime a aceitação da necessidade do elemento pessoal para a constituição e a existência do Estado, uma vez que sem ele não é possível haver Estado e, é para ele que o Estado se forma.

Segundo o que refere Kriele (apud, Soares, 2001, p.210), “integram a população todas as pessoas residentes no território estatal ou todas as pessoas”. O mais comum é a identificação desse último elemento com o poder ou alguma forma de suas expressões.

Ainda existem outros autores que colocam como um quarto elemento a finalidade, uma vez que em primeiro lugar, que as pessoas só se integram numa ordem e vivem sob um poder, em função de um fim a atingir.

Como povo são considerados os natos e os naturalizados e estes formam a nação de um país. Segundo Caetano (apud, Soares, 2001, p. 210), “em síntese, população é mera expressão numérica, demográfica ou econômica que abrange conjunto de pessoas que vivam no território estatal ou mesmo que permaneçam nele temporariamente”.

Atualmente, o povo é visto como uma sociedade formadora de diversos atos e costumes, eis que:

[...] nas democracias atuais, o povo concebe-se como uma “grandeza pluralística”, ou seja, como uma pluralidade de forças culturais, sociais e políticas tais como partidos, grupos, igrejas, associações, personalidades decisivamente influenciadoras da formação de “opiniões”, “vontades”, “correntes” ou “sensibilidades” políticas nos momentos préconstituintes e nos procedimentos constituintes, (Canotilho, 2002, p.75).

Na Constituição brasileira, o povo é visto como o titular do poder soberano, através de seus representantes ou diretamente, caracterizando assim o Estado Democrático de Direito (Soares, 2001).

Deste modo pode-se ver que o povo é um dos principais elementos, pois é para ele que o Estado existe e sem ele, não haveria Estado, sendo elemento humano dentro do Estado, estando unido ao Estado pelo vínculo jurídico da nacionalidade, (Moraes, 2005).

2.2.2 Território

O território é considerado outro elemento importante para a constituição de um Estado, uma vez que é neste território que o povo vive e é neste território que o Estado exerce a soberania.

A caracterização do cidadão se dá, quando este habita o território nacional, e neste passa a adquirir direitos políticos.

O território é composto pelo solo, subsolo, espaço aéreo, plataforma submarina e mar territorial. Conforme definição de Silva (2005, p. 98) “território é o limite espacial dentro do qual o Estado exerce de modo efetivo e exclusivo o poder de império sobre pessoas e bens”.

O território teve sua concepção de elemento indispensável ao Estado, reconhecida somente com o advento do Estado moderno, uma vez que a partir desse momento, é que se insculpiu o conceito de soberania, aonde o território passou a ser compreendido como a superfície terrestre, onde o Estado exerce seu poder (Soares, 2004).

Segundo Soares (2001, p. 181) “[...] o território é o elemento que intervém intrinsecamente na configuração do aparato estatal, além de afirmar-se como espaço concebido em três dimensões, no qual o Estado exercita a sua atividade soberana”.

Segundo Carre de Malberg, para se formar um Estado, é essencial a presença do território, uma vez que:

A condição essencial de todo poder estatal é que o Estado tenha seu próprio território, pois uma comunidade nacional tão-somente está apta a formar um Estado quando possui um solo, i.e., uma superfície de terra sobre a qual possa afirmar-se simultaneamente, como dona de si mesma (impor o seu próprio poder soberano) e independente (rechaçar a intervenção de todo poder soberano alheio), (apud, Soares, 2001, p. 181).

Sobre essa perspectiva, não existe Estado sem território, sendo que o Estado é o campo de atuação do poder soberano, implicando sua proteção pelo princípio da impenetrabilidade que caracteriza o monopólio estatal da ocupação do território.

2.2.3 Soberania

Por fim o último elemento indispensável para a constituição do Estado é a soberania, que consiste:

Um poder político supremo e independente, entendendo-se por ordem supremo aquele poder que não está limitado por nenhum outro na ordem interna e por poder independente aquele que, na sociedade internacional, não tem de acatar regras que não sejam voluntariamente aceites e está em pé de igualdade com os poderes supremos dos outros povos. É a capacidade de editar suas próprias normas, sua própria ordem jurídica (a começar pela Lei Magna), de tal modo que qualquer regra heterônoma só possa valer nos casos e nos termos admitidos pela própria Constituição, (Moraes, 2005, p.16).

Conforme Moraes (2002, p. 59) a soberania “é a capacidade de editar normas, sua própria ordem jurídica (ao começar pela Lei Magna), de tal modo que qualquer regra heterônoma só possa valer nos casos e nos termos admitidos pela própria Constituição”.

Ao analisarmos a soberania, devemos ter os cuidados de reverenciar seu conceito, alguns autores se referem a ela como um poder do Estado, outros preferem caracterizá-la como qualidade do Estado.

O conceito de soberania tem sido modificado com o passar dos anos, desde a Primeira Guerra Mundial até hoje, de forma que os Estados começassem a adquirir direitos e contraíssem obrigações, criando-se organizações internacionais através de tratados internacionais.

Conforme Soares (2001, p. 157) são características do poder soberano:

- ✓ A soberania é una, pois podem existir vários Estados soberanos, mas não se admite, no mesmo Estado, a convivência de duas ou mais soberanias.
- ✓ A soberania é indivisível, não se admitindo a existência de varias partes separadas do poder soberano, aplicando-se a universalidade dos fatos ocorridos no Estado.
- ✓ A soberania é inalienável, pois quem a detém (povo, nação ou Estado) desaparece quando fica sem ela.

Para compreender melhor as características do poder soberano basta recorrer às lições de Rousseau, em “O Contrato Social”, parte transcrita a seguir:

A soberania, por ser apenas o exercício da vontade geral, não pode jamais se alienar, é que o soberano, que não é senão um ser coletivo, só pode ser representado por sim mesmo. O poder pode ser transmitido, não a vontade. Assim, a soberania inalienável por ser o exercício da vontade geral, não podendo esta se alienar e nem ser representada por quem quer que seja, sendo também indivisível, pois a vontade só e geral se houver a participação do todo. O pacto social da ao corpo político um poder absoluto sobre todos os seus membros, e, este poder é aquele que, dirigido pela vontade geral, leva o nome de soberania. O poder soberano completamente absoluto, sagrado e inviolável não ultrapassa e nem pode transgredir os limites das convenções gerais, (Soares, 2001, p.158).

A soberania popular é caracterizadora do Estado Democrático de Direito, eis que o povo é a única fonte do poder onde, e observada a regra de que todo poder emana do povo (Silva, 2005).

2.3 – Princípios Norteadores do Estado Democrático de Direito

No estudo da evolução do Estado moderno, verificamos que o Estado de Direito tem sua origem nas ideias liberais e foi concebido como forma de limitar o poder do soberano e garantir as liberdades individuais. Portanto, o Estado Liberal de Direito tem por características a submissão do poder político ao império da lei, a divisão dos poderes de forma independente e harmônica e o enunciado dos direitos individuais e suas garantias (princípios norteadores).

Os princípios norteadores do Estado Democrático de Direito, conforme Streck e Morais (2000, p. 90) são:

- ✓ Constitucionalidade: respaldado na supremacia da constituição, vincula o legislador e, todos os atos estatais à constituição, estabelecendo o princípio da reserva da constituição e, revigorando a força normativa da constituição, instrumento básico da garantia jurídica;
- ✓ Organização Democrática da Sociedade;
- ✓ Sistema de direitos fundamentais individuais e coletivos seja como Estado de Distância, por que os direitos fundamentais asseguram ao homem a autonomia perante os poderes públicos, seja como um Estado antropologicamente amigo, pois respeita a dignidade da pessoa humana e empenha-se na defesa e garantia da liberdade, da justiça e solidariedade;

- ✓ Justiça Social como mecanismo corretivo das desigualdades;
- ✓ Igualdade não apenas como possibilidade formal, mas, também, como articulação de uma sociedade justa;
- ✓ Divisão dos poderes ou de funções;
- ✓ Legalidade que aparece como medida de direito, isto é, através de um meio de ordenação racional, vinculativamente prescrito, de regras, formas e procedimentos que excluem o arbítrio e a prepotência;
- ✓ Segurança e certeza jurídica.

. 2.4 – Caracterização e conceito do Estado Democrático de Direito

A Constituição Federal de 1988 estabelece em seu artigo 1º que “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos à soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais e da livre iniciativa”.

Conforme Streck e Morais, (2006, p. 104) a Constituição de 1998, parte do pressuposto de que o Brasil não passou pela etapa do Estado Social, uma vez que o Estado Democrático de Direito começa a apresentar as condições de possibilidade para a transformação da realidade, sendo considerado inovador e não meramente uma continuidade dos outros estágios do Estado de direito.

Assim, pode se ver que o Estado Democrático de Direito é o Estado que veio com a Constituição Federal de 1988, para tentar tornar a sociedade brasileira, o mais possível organizada, subordinando os cidadãos a esta Constituição e, fazendo desta um meio para tentar alcançar a igualdade e, a organização dentro da sociedade.

Este Estado Democrático de Direito é caracterizado pela democracia, onde o cidadão é o legítimo titular do poder embora o exerça por representantes.

Conforme Soares (2001, p. 305), “o Estado constitucional molda-se pelos conceitos de direito fundamental, democracia, Estado de direito, primazia do direito e distribuição de competências e poderes do Estado, formulando sua imagem integral”.

Canotilho vê o Estado Democrático de Direito, como sendo uma forma de racionalização e generalização do político das sociedades modernas, onde a política é o campo das decisões obrigatórias, que tem como objetivo o estabelecimento e a conservação da ordem, da paz, segurança e justiça na comunidade (apud, Soares, 2004).

O conceito de Estado Democrático de Direito, conforme Soares (2004, p. 221), deve

ser analisado ao pé da letra, pois “pressupõe a pré-compreensão do conceito de direito fundamental como categoria básica do modelo constitucional ocidental”.

Este Estado constitucional é subordinado aos conceitos de direito fundamental, democracia, Estado de direito, primazia do direito e distribuição de competências de poderes do Estado, moldando-se assim sua imagem de democracia (Soares, 2004).

Ainda conforme entendimento do mesmo autor, o Estado Democrático de Direito, distribui e racionaliza o poder igualitariamente, tendo como ideia a racionalização da violência para que esta seja combatida através da lei, que é a garantidora da harmonia e da justiça na sociedade, obtendo assim a organização da sociedade.

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como enfoque principal estudar o Estado de Direito, apresentando sua origem, evolução histórica, conceitos fundamentais e caracterização.

Partindo-se dos conceitos estudados, podemos afirmar que para constituição de um Estado se faz necessário a conjunção de três elementos fundamentais: Povo, Território e soberania.

É possível constatar-se ainda que o Estado de Direito Estado de Direito tem sua origem nas ideias liberais e foi concebido como forma de limitar o poder do soberano e garantir as liberdades individuais.

Assim, pode se observar que o Estado Democrático de Direito é o Estado que veio com a Constituição Federal de 1988, para tentar tornar a sociedade brasileira, o mais possível organizada, subordinando os cidadãos a esta Constituição e, fazendo desta um meio para tentar alcançar a igualdade e, a organização dentro da sociedade.

Este Estado Democrático de Direito é caracterizado pela democracia, onde o cidadão é o legítimo titular do poder embora o exerça por representantes.

4 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. 27. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação das Publicações, 2007.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 6 ed., Coimbra/Portugal: Livraria Almedina, 2002.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos da Teoria Geral do Estado**. 24 ed. atual., São Paulo: Saraiva, 2003.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2005

HORTA, Raul Machado. **Direito constitucional**. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2000

_____. Alexandre de. **Direitos Humanos Fundamentais: teoria geral, comentários aos arts. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, doutrina e jurisprudência**. 4 ed., São Paulo: Atlas, 2002.

_____. Alexandre de. **Direito Constitucional**. 18 ed., São Paulo: Atlas, 2005.

PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito Constitucional Descomplicado**. 4. ed. Rio de Janeiro: Método, 2009

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. São Paulo, SP: Ed. Malheiros, 2005

SOARES, Mário Lúcio Quintão. **Teoria do Estado: o substrato clássico e os novos paradigmas como pré-compreensão para o direito constitucional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001. 566p.

_____. **Teoria do Estado**. 2 ed. Ver. Atual. Belo Horizonte: Del Rey, 2004

STRECK, Lênio Luiz; MORAIS, José Luís Bolzan. **Ciência Política e Teoria Geral do Estado**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000. 183 p

Capítulo 66 - DOI:10.55232/1084002066

**GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU) EM
EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS NO DISTRITO DE
MOSQUEIRO: UM ESTUDO DE CASO DAS PRAIAS DO
FAROL, CHAPÉU VIRADO E PORTO ARTUR.**

**Aderson de Jesus Brito Castro, Ana Amélia Buseli, André Luiz Silva da
Silva, Mike da Silva Pereira, Ana Amélia Arias Corrêa, José Antônio
Santos Pedado**

RESUMO: O presente artigo objetiva diagnosticar a forma de gestão dos resíduos sólidos urbanos (RSU), por empreendimentos comerciais, nas praias do farol, Chapéu Virado e Porto Artur, no Distrito de Mosqueiro. Os objetivos específicos, relacionam-se as formas de disposições internas e externas dos resíduos sólidos urbanos, a infraestrutura de saneamento básico e a política do poder público, o nível de percepção ambiental dos empresários, assim como apresentar alguns possíveis impactos negativos ambientais e sociais e propor medidas mitigadoras. Adotou-se como metodologia, o estudo de caso, a pesquisa bibliográfica e a técnica de coleta de dados da entrevista. Quanto aos resultados, percebeu-se um descaso e uma falta de sensibilidade dos empreendimentos comerciais, quanto ao gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos, a gestão deficiente do poder público municipal, quanto a disposição e tratamento dos resíduos e a infraestrutura de saneamento básico ineficiente que não contempla toda a extensão territorial urbanizada da Ilha.

Palavras-chave: Gestão; Resíduos sólidos urbanos; Empreendimentos comerciais.

1 – INTRODUÇÃO

Com o crescimento dos centros urbanos, os resíduos sólidos, apresentam-se como uma das grandes problemáticas de difícil solução. A transferência da população do campo para as cidades se intensificou o processo de urbanização, gerando um aumento de resíduos sólidos urbanos.

No Brasil, segundo estimativas, cada pessoa produz, em média, cerca de 500g de resíduos por dia (RODRIGUES; CAVINATTO, 1997).

A análise da gestão de resíduos sólidos urbanos nos empreendimentos, constitui-se em verificar como os empresários estão dispendo seus resíduos urbanos, tanto internamente, como externamente em seus estabelecimentos, a infraestrutura de saneamento básico, bem como, saber o nível de consciência ambiental e apresentar alguns aspectos ambientais da questão social na atividade comercial, sem expor os problemas em sua totalidade e propondo medidas mitigadoras que possam amenizar os impactos ambientais e sociais.

Para Lima (2013) a preocupação com os Resíduos Sólidos Urbanos no Brasil surge quando o problema causado pela falta de gerenciamento passa a influenciar de forma negativa na qualidade de vida da população.

Em Belém/PA, a SESAN – Secretaria Municipal de Saneamento, é incumbida, desde a Constituição de 1988 e ratificada pela Lei nº 12.305 de 2010 – PNRS, da administração municipal e a responsável pela gestão integrada dos resíduos sólidos em seu território (SILVA; LIMA, 2015)

Segundo Miranda (2015), o aumento da população, aliado ao processo de urbanização desordenado e ao turismo, é responsável por vários impactos ambientais, com destaque para a deterioração dos corpos hídricos localizados nas áreas de praia.

Acredita-se que em função do fluxo de turistas que aumentam durante a alta temporada considerada nos períodos de férias escolares, carnaval e alguns feriados, como também dias próximos de final de semana, os danos ambientais podem ser acentuados pelo aumento do volume de resíduos sólidos urbanos e do consumo de água que não tem um destino final adequado.

Segundo a Prefeitura Municipal de Belém, por meio da Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém (SEMOB), aproximadamente 60 mil foliões optaram por passar o carnaval na ilha de Mosqueiro, nos quatro dias de carnaval. (SEMOB, 2016).

De acordo com a agência distrital de Mosqueiro, com base em dados do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar, nos dois primeiros finais de semana de julho de 2015, a ilha

recebeu aproximadamente 300 mil visitantes, e este número chegou a dobrar nos dois últimos finais de semana (SEMOB, 2015).

De acordo com os dados fornecidos pelo Chefe de serviços urbanos municipal, da Divisão Operacional da Agência Distrital de Mosqueiro, o volume normal de resíduos sólidos urbanos é 24 toneladas por dia. Durante o período de carnaval e férias, o volume chega 80 toneladas por dia.

A falta de saneamento básico, a ausência de limpeza, que é visível em algumas das praias da ilha de mosqueiro, são graves problemas que justificam a preocupação com os impactos nos ambientes negativos e impactos sócio-econômicos. Esses impactos atingem a população local, os visitantes e devem ser discutidos pela sociedade.

Durante o período de férias escolares, o aumento da população da ilha é bastante expressivo, visto que, a mesma se torna bastante acessível para a população de baixa renda, que se desloca, principalmente, nos fins de semana.

Observa-se que as atitudes emergenciais realizadas pelo poder público municipal não são suficientes para evitar as consequências negativas sobre os sistemas ambientais locais. Dessa forma, algumas questões devem ser observadas e discutidas, como por exemplo: Será que a sensibilização, por meio da educação ambiental, aos agentes empreendedores pode amenizar os impactos sócio-ambientais que, possivelmente, ocorrem durante este período? O que pode ser feito neste sentido? São indagações que se pretende responder ao final da pesquisa.

Neste sentido, este diagnóstico visa evidenciar a percepção dos atos, a forma como armazenam os resíduos sólidos urbanos e o destino final dos mesmos, considerando como fator de importância no exercício da cidadania e na melhoria da qualidade de vida da população residente e de visitantes, na Ilha de Mosqueiro.

3 - OBJETIVOS:

O objetivo geral deste artigo é diagnosticar as formas de gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos (RSU), em estabelecimentos comerciais, verificando a percepção e o nível de consciência ambiental dos proprietários desses empreendimentos, em três¹ praias do Distrito de Mosqueiro. Como objetivos específicos propõem-se:

- Identificar, por meio da observação direta e registro fotográfico, como os empreendedores estão armazenando interna e externamente os seus resíduos sólidos urbanos;

¹ Praias do Chapéu Virado, Porto Artur e Farol, no Distrito de Mosqueiro.

Identificar, junto ao órgão responsável, pela infraestrutura de saneamento básico local sua política nas praias do Distrito; Evidenciar a percepção e o nível de consciência ambiental dos empreendedores comerciais, com relação ao destino final dos resíduos sólidos urbanos; Apresentar alguns impactos negativos ambientais e sociais da forma de gestão dos empreendimentos comerciais; Apresentar algumas propostas como medidas mitigadoras, que possam contribuir para amenizar os impactos negativos ambientais e sociais.

4 - METODOLOGIA:

4.1 – Área de estudo

A Ilha de Mosqueiro, com superfície aproximada de 220 km², é a maior das 39 ilhas que, juntamente com a área continental, compõem o município de Belém, capital do Estado do Pará. Localizada a 85 km de Belém (ROCHA; GUIMARÃES, 2007).

4.2 – Tipologia e desenvolvimento da pesquisa.

A metodologia compreendeu de pesquisa bibliográfica, que foi desenvolvida a partir de materiais publicados em livros, artigos, dissertações e teses.

Os métodos utilizados na análise ambiental foram:

- Elaboração de questionário ambiental; Visita às praias para a observação direta e registro fotográfico; Visita aos empreendimentos comerciais para aplicação das entrevistas; Identificação dos tipos de empreendimentos comerciais; Visita aos órgãos públicos, para obtenção de informações sobre a infraestrutura de saneamento básico nas praias do Distrito de Mosqueiro.

A etapa de entrevista possibilitou a tipificação dos empreendimentos comerciais, as formas de gestão dos resíduos sólidos urbanos, a infraestrutura de saneamento básico nas praias, o perfil do empreendedor e a percepção e o nível de consciência ambiental dos empreendedores.

5 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 - DIAGNÓSTICO DO GERENCIAMENTO DOS EFLUENTES DE LAVAGENS E VASOS SANITÁRIOS E DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA PRAIA DO FAROL;

Na praia do Farol foram identificados 20 empreendimentos comerciais em atividade, sendo 17 tipificados como Barraca de Praia, 02 como Bar e Restaurante e, apenas 01, como Hotel – Bar e Restaurante, conforme Tabela 1:

Tabela 1 – Tipos de empreendimentos comerciais

Barraca de Praia	17
Bar e Restaurante	02
Hotel – Bar e Restaurante	01
Total de empreendimentos	20

A praia do Farol é uma das que apresenta boa infraestrutura urbana, tais como: sistema urbano de rede de esgoto, rede drenagem de água pluvial e abastecimento de água. Apesar de toda esta infraestrutura, dos 20 empreendimentos entrevistados (Tabela 2) 13 dos estabelecimentos comerciais destinavam suas águas servidas utilizadas na lavagem de louças e alimentos para a rede de esgoto, 06 canalizavam suas águas dispensadas após o uso carregadas com restos de alimentos, sabões e detergentes, direto para a areia da praia (Figura 1) e apenas 01 afirmou despejava na sarjeta da rua que, posteriormente, escorria para o sistema de drenagem pluvial e, conseqüentemente, para a praia.

Tabela 2 – Destino dos efluentes de lavagem de louças e alimentos

Despejada na rua	01
Despejada na praia	06
Despejada na rede de esgoto	13
Despejada na rede de drenagem	-
Total	20



Figura 1- Águas servidas despejada na praia.

Fonte: Registro do autor, 2016.

Durante o período de observação e registro fotográfico, constatou-se a falta de sensibilidade, de um número considerado de empreendimentos, pois, ainda, destinavam, as

águas servidas da lavagem de alimentos, louças e pias externas, para a areia da praia, apesar da existência do sistema de esgoto.

Vale ressaltar que, a maioria dos entrevistados, não sabe diferenciar sistema de coleta de esgoto de rede de drenagem de água pluvial, ou ainda, não realizaram a ligação ao sistema de esgotamento sanitário, o que compromete a veracidade dos dados abaixo (Tabela 3), já que a maior parte afirmou que não estava utilizando a rede de esgoto para o destino de sua água servida originária de vasos sanitários.

Tabela 3 – Destino dos resíduos líquidos de vasos sanitários

Fossa Séptica	15
Fossa Negra	-
Rede de Esgoto	04
Rede de Drenagem	-
Não há	01
Total	20

O fato da tubulação do sistema de drenagem pluvial (Figura 2) estar exposto na praia, torna-se um impacto visual para os banhistas, pois, imagina-se que a tubulação é de rede de esgoto, sendo que a mesma, é de rede de drenagem pluvial. Segundo alguns entrevistados, há famílias que despejam esgotos sanitários em tubulações de coleta de águas pluviais.



Figura 2: Tubulação de Rede de drenagem de água pluvial

Fonte; Registro do Autor.

Para destinar suas águas servidas de origem de vasos sanitários, a maioria dos estabelecimentos utilizava fossas sépticas², o que se constatou em 15, 04 afirmaram que

² Vem a ser um reservatório, feito em geral de concreto ou de tijolos, que fica enterrado no chão, pronto para receber os esgotos (STRAZZACAPPA e MONTANARI, 2003, p. 36).

destinavam para a rede de esgoto e em apenas um dos empreendimentos não disponibilizava banheiro para os clientes.

Porém, todos aqueles que utilizavam fossas sépticas responderam que o sistema de coleta de esgoto existe, mas não tinham tubulações ligadas ao sistema. Tais informações reforçam, ainda mais, que os comerciantes não sabem diferenciar o sistema de esgotamento sanitário da rede de drenagem pluvial, pois, quando se refere aos resíduos efluentes, provenientes da lavagem de louças e alimentos, 13 empreendimentos afirmaram como destino a rede de esgoto e, quando se refere aos resíduos efluentes de vasos sanitários, somente 04 empreendimentos, tinham como destino o sistema de esgotamento sanitário.

De acordo com Rocha & Guimarães (2007), o Sistema de Esgotamento Sanitário de Mosqueiro foi concebido em 02 sistemas independentes: O Sistema Vila, beneficiando as praias do Areião, Bispo, Praia Grande, Prainha do Farol e o Sistema Aeroporto atendendo as praias do Farol e Chapéu Virado.

Em entrevista ao Técnico Industrial de Saneamento da AMAE/COSANPA³, constatou-se que as redes de coleta de águas servidas, que estão escondidas sob as ruas e calçadas da ilha, estão preparadas para recolher todas as águas que chegam até elas. Porém, o sistema não está mais em funcionamento.

De acordo com o Chefe de Serviços Urbanos, da Agência Distrital de Mosqueiro, as ETE's⁴ não estão em operação, porém, quando o sistema transborda, a empresa terceirizada drena o sistema. O mesmo não sabe o destino final dos resíduos.

Na Tabela 4, são apresentadas as formas de disposições internas dos resíduos sólidos, nos estabelecimentos comerciais na praia do Farol, sendo constatado que 17 depositavam em lixeiras revestidas de sacos plásticos, 02 não tinham lixeiras internas, por isso, armazenavam os resíduos sólidos, somente, em sacos e, apenas 01 depositava diretamente na lixeira.

Tabela 4 – Disposição interna dos resíduos sólidos nos empreendimentos comerciais na praia do Farol.

Diretamente na lixeira	01
Na lixeira, dentro de saco plástico	17
Somente em saco plástico	02
Total	20

³ Agência Reguladora Municipal de Água e Esgoto (Antiga SAAEB) e Companhia de Saneamento do Pará.

⁴ Estações de Tratamento de Esgotos.

Quanto à frequência da coleta do resíduo sólido urbano, há uma incerteza em relação ao dia e horário de recolhimento, pois 07 afirmaram que o carro-coletor passa diariamente, 06 que a coleta é realizada de 2 ou 3 vezes por semana, 05 disseram que o carro-coletor passa 04 vezes e apenas um não soube responder nem o dia e horário de coleta.

Dos entrevistados 12 revelaram que mantém as lixeiras internas tampadas (Figura 4), o que, segundo os mesmos, caracteriza-se um método higiênico, pois lidam com alimentação e, somente, 02 realizam a separação de resíduos orgânicos e inorgânicos apesar de durante o período de coleta de dados não foi constatado junto aos entrevistados qualquer sensibilização do poder público quanto à coleta seletiva. Constatou-se também que o número de lixeiras existentes na orla da praia é insuficiente o que ocasiona o acúmulo dos resíduos nos contêineres doados pela prefeitura.



Figura 4: Lixeira interna tampada

Fonte: Registro do Autor.

Quando questionados sobre a forma de disposição dos resíduos sólidos externamente (Tabela 5), 16 estabelecimentos responderam que armazenavam diretamente na lixeira da prefeitura, 02 empreendimentos em lixeira construída pelo proprietário e 02 dispõem seus resíduos na rua, em calçadas ou na pista de rolamento.

Tabela 5 – Disposição externa dos resíduos sólidos nos empreendimentos comerciais na praia do Farol.

Diretamente na lixeira da Prefeitura	16
Na lixeira construída pelo estabelecimento	02
Na rua, na calçada ou na pista de rolamento	02
Total	20

Conforme o relato de alguns empresários, após retirarem os resíduos sólidos de seus estabelecimentos, os mesmos são dispostos em sacos plásticos em frente ou ao lado dos estabelecimentos, pois os contêineres foram roubados.

Contudo, observou-se que, muitos dos comerciantes não têm preocupação quando se trata de dispor seus resíduos sólidos externamente. Ficou evidente, em campo, onde se percebeu a falta de sensibilidade, da maioria dos barraqueiros, pois ainda armazenavam de forma inadequada seus resíduos, sejam pendurados em árvores ou ao redor das mesmas e, quando utilizavam as lixeiras públicas, não obedeciam à capacidade de armazenamento, o que gerava o transbordamento (Figura 5). Tais atitudes geram impactos ambientais negativos, pois, os resíduos sólidos dispostos inadequadamente podem contribuir para o acúmulo e obstrução da rede de drenagem, podendo atrair animais, como: cachorros, ratos, urubus, mosquitos e baratas, além de, possivelmente, parte de seu destino final seria a praia, por meio da rede de drenagem pluvial. Vale ressaltar, também, que é visivelmente desagradável para os residentes e visitantes e, ainda, o odor forte, pois, normalmente, é formado por restos de alimentos.



Figura 5 - Disposição externa dos resíduos sólidos

Fonte: Registro do Autor, 2016.

Neste cenário, a quantidade de resíduos orgânicos nas lixeiras, pode atrair vários insetos e animais que [...] “pegando uma “carona” na pata de uma mosca ou no pelo de um rato, os micróbios patogênicos⁵ conseguem viajar com rapidez para locais distantes dos montes de lixo e chegar, inclusive, a casa onde você mora”. (RODRIGUES e CAVINATTO, 1979, p. 33)

Com relação ao óleo vegetal queimado (Tabela 06), verificaram-se várias maneiras de se descartar. Dos empreendimentos entrevistados, 06 despejavam o óleo queimado em

⁵ Capazes de provocar doenças (RODRIGUES e CAVINATTO, 1997, p. 31)

buracos cavados na areia da praia o que se torna uma prática bastante nociva ao meio ambiente, pois o óleo será absorvido pela areia ou será levado para dentro do rio através da água da chuva, 07 misturavam com os resíduos sólidos colocados em recipientes variados, 03 despejavam no sistema de coleta de esgoto, 02 na sarjeta da rua que, possivelmente, irá para o bueiro e, conseqüentemente, para a rede de drenagem pluvial que tem como destino, à praia. E em um estabelecimento o óleo queimado é depositado em caixa de gordura e, em outro, é doado a terceiros.

Tabela 6 – Disposição do óleo vegetal queimado na produção de alimentos

Despejada na praia	06
Despejada na rua	02
Misturado ao lixo	07
Rede de esgoto	03
Caixa de gordura	01
Doado a terceiro	01
Total	20

Em relação à percepção e nível de consciência ambiental dos comerciantes na praia do Farol, dos 20 empreendimentos pesquisados, somente 01, informou que a água que utiliza no seu empreendimento vinha de poço artesiano, porém, a maior parte, o que corresponde a 19, informou que a água utilizada vinha da rede de abastecimento público.

A maioria dos empresários, que correspondem a 13, respondeu que os seus resíduos efluentes tinham como destino o sistema de esgoto e, conseqüentemente, iam para a estação de tratamento de esgoto, porém, os mesmos, não souberam responder se os resíduos estavam sendo tratados. Seis (06) comerciantes relataram que, somente, os resíduos efluentes da lavagem de alimentos e louças, iam diretamente para a área da praia e, somente, 01 estabelecimento informou que despejava as águas servidas na rua, a céu aberto, não sendo informado por nenhum dos empreendimentos o reaproveitamento dos resíduos efluentes para o reuso.

Para 17 empresários, os resíduos sólidos eram recolhidos pela Prefeitura e iam diretamente para o lixão, para 01 comerciante, os resíduos sólidos iria para o aterro sanitário e 02 empresários informaram que não sabiam o destino final dos resíduos.

5.2 - DIAGNÓSTICO DO GERENCIAMENTO DOS EFLUENTES DE LAVAGENS E VASOS SANITÁRIOS E DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DAS PRAIAS DO CHAPÉU VIRADO E PORTO ARTUR.

Nas praias do Chapéu Virado e Porto Artur, foram identificados 21 empreendimentos comerciais em atividade, sendo 11 identificados como Barraca de Praia, 08 como Barraca de Tapioca e 02 como Bar e Restaurante, conforme Tabela 8, abaixo:

Tabela 8 – Tipos de empreendimentos comerciais

Barraca de praia	11
Posto de combustível	-
Barraca de tapioca	08
Hotel – Bar e Restaurante	-
Bar e Restaurante	02
Pousada – Bar e Restaurante	-
Total	21

Dos empreendimentos pesquisados, 02 estavam localizados na praia do Porto Artur e as 08 barracas de tapioca pesquisadas, localizavam-se em frente ao Mercado Municipal e os demais na praia do Chapéu Virado.

Portanto, foram verificadas as seguintes alternativas em relação ao destino das águas efluentes de lavagens (Tabela 9):

Tabela 09 - Destino dos resíduos líquidos afluentes de lavagem de louças e alimentos

No sistema de esgoto	07
Despejado na rua	09
Despejado na praia	05
Total	21

Dos 21 estabelecimentos entrevistados, 07 informaram que a água efluente escoava para o sistema de esgoto, 09 disseram que ela vai direto para a sarjeta da rua que, posteriormente, tem como destino a praia, pela rede de drenagem e 05 responderam que a água vai direto para a área da praia, sem qualquer tratamento prévio.

Em relação ao destino das águas provenientes de vasos sanitários (Tabela 10), 05 disseram que é despejada direto para o sistema de esgoto, 08 utilizavam fossa séptica e 08 barracas de tapioca, no Mercado do Chapéu Virado, que não dispõem de banheiros, pois utilizavam o banheiro do mercado que possui fossa séptica.

Tabela 10 – Destino dos resíduos líquidos de vasos sanitários

Rede de esgoto	05
Fossa séptica	08
Fossa negra	-
Total	13

A análise, dos dados, mostra que a maioria, dos empreendimentos, utilizava, ainda, fossa séptica, apesar da existência do sistema de esgotamento sanitário.

De acordo com a pesquisa em campo (Tabela 11), em 17 empreendedores, os resíduos sólidos eram armazenados em lixeiras revestidas com saco plástico, porém este dado é passível de uma observação, em algumas lixeiras o saco foi colocado de maneira incorreta tornando os resíduos à mercê de moscas e baratas e 04 informaram que jogavam os resíduos direto nas lixeiras (Figura 6). Do total, 09 revelaram que mantinham as lixeiras tampadas e, segundo alguns entrevistados, em períodos de grande movimento, em que ocorre o aumento do volume dos resíduos sólidos, nem sempre é possível, armazená-lo corretamente.

Tabela 11 – Disposição interna dos resíduos sólidos

Lixeira, dentro do saco plástico	17
Diretamente na lixeira	04
Somente no saco plástico	-
Total	21



Figura 6 - Lixeira aberta e sem saco

Fonte: Registro do Autor, 2016

Nas praias do Chapéu Virado e Porto Artur, com relação à forma de disposição dos resíduos sólidos externamente (Tabela 12), 15 estabelecimentos relataram que armazenavam diretamente na lixeira da Prefeitura, 03 depositavam em lixeira construída pelo proprietário e 03 depositavam na rua, em calçadas ou na pista de rolamento.

Tabela 12 – Disposição externa dos resíduos sólidos nos empreendimentos comerciais nas praias do Chapéu Virado e Porto Artur

Diretamente na lixeira da prefeitura	15
Na Lixeira construída pelo estabelecimento	03
Na rua, na calçada ou na pista de rolamento	03
Total	21

Conforme, foi observado em campo (Figura 7), as lixeiras estavam bastante danificadas e, mesmo assim, eram depositados os resíduos em sacos plásticos, porém, ficavam à mercê da ação de animais que os rasgavam a procura de alimentos.



Figura 7: Lixeira da Prefeitura

Fonte: Registro do Autor, 2016

No que se refere ao destino do óleo queimado (Tabela 13), 03 entrevistados responderam que destinavam para o sistema de esgoto, 01 informou que jogava na rua, 05 misturavam com os resíduos sólidos, armazenados em latas e garrafas e, em 04 empreendimentos, os destinos eram variados, sendo que em 01 o óleo queimado era doado para terceiros, 01 jogava na raiz de plantas ou coqueiros e 02 despejavam no quintal. As 08 barracas de tapiocas informaram que não trabalhavam com óleo vegetal, pois, utilizavam manteiga ou margarina para frituras.

Tabela 13 – Disposição do óleo vegetal queimado na produção de alimentos

Na Rede de esgoto	03
Despejado na rua	01
Despejado na praia	-
Misturado ao lixo	05
Outros	04
Total	13

Nestas praias, segundo a maioria dos entrevistados, a coleta dos resíduos sólidos era realizada regularmente, cerca de 4 a 5 vezes por semana, os resíduos eram depositados pelos

donos de barracas nos contêineres cedidos pela prefeitura que ficavam sob a responsabilidade de cada proprietário.

Dos 21 estabelecimentos comerciais, todos afirmaram que a água utilizada vinha da rede de abastecimento público.

Para 10 comerciantes, os resíduos efluentes tinham como destino o sistema de esgotamento sanitário, 09 empreendimentos afirmaram como destino a rede de drenagem de águas pluviais, ou seja, era despejada na rua, a céu aberto e, 03 empresários, destinavam suas águas servidas na areia da praia. Porém, vale ressaltar, que a pergunta se referia os resíduos efluentes, sem a identificação da origem dos efluentes se eram de lavagem de alimentos ou de vasos sanitários.

Quanto, indagados sobre os resíduos sólidos, 100% dos entrevistados informaram que eram recolhidos pela Prefeitura, mas não souberam precisar para onde eram enviados.

6 – PROPOSTA DE MEDIDAS MITIGADORAS PARA AMENIZAR OS IMPACTOS NEGATIVOS AMBIENTAIS E SOCIAIS

Para mudar este cenário, descrito no diagnóstico, são propostas medidas mitigadoras para que possam traçar estratégias que minimize os impactos negativos ambientais e sociais na Ilha de Mosqueiro, tais como:

- Implantação de sistema de abastecimento de água para o uso doméstico nas praias onde o sistema é inexistente; Implantação de sistema adequado de saneamento básico, a coleta seletiva e a reciclagem dos diversos tipos de resíduos sólidos para o máximo reaproveitamento de materiais; Interligar 100% os empreendimentos comerciais ao Sistema de Esgotamento Sanitário disponível e ampliar o sistema para todas as praias; Educação Ambiental.

7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os dados apresentados neste trabalho, observa-se que existe muito descaso, tanto da parte dos comerciantes, como da parte do poder público municipal, na gestão dos resíduos sólidos urbanos nas praias pesquisadas. Os empresários apresentam, em sua maioria, pouca sensibilidade, quando o assunto são os resíduos sólidos urbanos, pois, apesar de as praias apresentarem o sistema de esgotamento sanitário, não se constatou a adesão de 100% dos empreendimentos ao sistema e nem com a disposição correta, interna e externamente, dos resíduos sólidos. As pesquisas permitiram identificar, também, a falha na gestão pelo poder

público municipal, quanto se trata dos resíduos líquidos efluentes, pois, o sistema de esgotamento sanitário, não está em funcionamento, além de não abranger todas as praias e, não existir, pela Agência Distrital, qualquer sensibilização, através da educação ambiental, quanto ao gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos, junto aos empreendimentos. Por fim, esse artigo visa apenas diagnosticar a prática e atitudes dos empresários e propor algumas medidas mitigadoras que possam amenizar os impactos ambientais e sociais, não tendo a pretensão de encerrar o assunto e, mostrar-se como o único caminho a ser seguido, mas pretende ser mais uma fonte de pesquisa, que permita dar sustentação bibliográfica para futuros estudos de caso.

8 – REFERÊNCIAS

LIMA, M. F. ARAÚJO, A. A. A. SILVA, F. L. **Resíduo Sólido Urbano e suas implicações nas despesas com saúde pública na Região Metropolitana de Belém: uma análise via modelos e regressão com ajuste autorregressivo.** Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/cccss/26/residuos-solidos.html>. Acesso às 14:47 h, do dia 11/03/2016.

MIRANDA, Marcos V. T. **Índices de qualidade da água da Ilha de Mosqueiro – PA.** Revista DAE. Edição nº 201, ano 2015. Disponível em: http://revistadae.com.br/artigos/artigo_edicao_201_n_1618.pdf. Acesso às 11:41h, do dia 11/03/2016.

ROCHA, S. T. C. & GUIMARÃES, M. L. M. **Avaliação da Pós-Implantação do sistema de Esgotamento Sanitário (SES) da Ilha de Mosqueiro.** XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Belém. 2007. <http://www.2403-4790-1SM.pdf>. Acesso às 15:27 h, do dia 17/03/2016.

RODRIGUES, F. L. CAVINATTO, V. M. **Lixo: de onde vem? Para onde vai?**. Ed. Moderna (coleção desafios). São Paulo, 1997. p. 31 e 33.

Secretaria Executiva de Mobilidade Urbana de Belém (SEMUB). **Prefeitura de Belém apresenta resultados da Operação Verão 2015.** Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/semob/site/?p=3706>. Acesso às 15:57 h, no dia 11/03/2016.

STRAZZACAPA, C. MONTANARI, V. **Pelos caminhos da água.** Ed. Moderna (Coleção desafios). 2 ed. São Paulo, 2003. p. 30.

SILVA, E. D. A. da. LIMA, I. M. **Avaliação da atual gestão dos RCD gerados no Município de Belém-PA.** Faci Devry, 2015. p. 45.

PROFISSIONAIS DIGITAIS DA EDUCAÇÃO O PODER DA FORMAÇÃO MEDIADA PELO EXEMPLO DE LÍDERES GESTORES

Elisangela Alves Pinto

RESUMO: Em um mundo pós covid, entramos em uma nova era da educação e não há espaço para retrocessos. Nesse sentido, é inegável a necessidade que os profissionais procurem ressignificar-se, ajustando-se em uma realidade digital, na qual o poder de uma boa formação proporciona novos papéis no constructo docente e na postura discente. Mais do que nunca, torna-se imprescindível uma capacitação significativa, contextualizada com os interesses de uma geração digital. Não obstante, é vital que haja um exercício docente mediador, realizado por líderes plenamente capacitados e dotados de habilidade na Gestão de Pessoas. Nesse sentido, o presente trabalho aborda um conjunto de técnicas e metodologias que viabilizam práticas digitais, sem perder de vista o desenvolvimento de capacitações cognitivas, intra e interpessoais exigidas do profissional do presente século. Por fim, também procura-se abordar a questão do papel que cabe aos governantes, no sentido da responsabilidade que têm de proporcionar uma reestruturação educacional para que nos possibilite transformar as múltiplas realidades existentes em solo nacional. Para a elaboração deste Artigo foi feita uma pesquisa qualitativa, com ênfase na observação e estudo documental, ao mesmo tempo em que promoveu-se um necessário cruzamento dos levantamentos de toda pesquisa bibliográfica apontadas nas Referências Autorais.

Palavras-chave: .Disrupção. Formação. Liderança. Intencionalidade. Resultados.

1 Introdução

Na presente era, uma série de competências e habilidades têm sido exigidas dos profissionais digitais, sobretudo os que atuam na área da educação. Para o alcance de uma formação eficaz, faz-se necessária a existência de uma liderança mediadora que tenha intencionalidade pedagógica e busque lograr êxito na gestão de equipes através de metodologias disruptivas e inovadoras. Para conduzir o aluno à aquisição da aprendizagem significativa, o imprescindível é construir uma práxis na qual as mediações possam ocorrer de modo relacional.

Infelizmente, embora esteja passando por transição, a prática da conscientização de uma didática libertadora, baseada em gestão de equipes não é muito comum de se encontrar nas formações profissionais docentes (sobretudo no Brasil). MORIN (2005) levanta uma questão fundamental quando pergunta: “quem educará os educadores”? Afinal, para que educadores exerçam um fazer eficaz, necessita haver a garantia de uma formação que possa gerar requisitos fundamentais para a compreensão da ação pedagógica consciente.

No compasso dessa reflexão, cabe aos docentes adotar uma emergencial redefinição da atuação pedagógica e uma visão clara do contexto hodierno tecnológico no qual estamos imersos. Da mesma forma, o educador deve entender o papel que as tecnologias ocupam na educação, para que haja um uso consciente e responsável. ALMEIDA & PRADO (2006) também afirma que é preciso superar o uso ingênuo dessa tecnologia, para que seja possível conhecer as novas formas de aprender e ensinar, além de produzir conhecimentos que são possibilitados através desses recursos e que favorecem a democracia e a integração social.

2 O Poder da Educação Digital

Como dissemos, é inegável o poder que a Educação Digital exerce sobre a vida dos discentes, sobretudo os que pertencem à Geração Alpha. Dessa forma, é vital gerar profissionais capacitados com o que há de mais moderno em termos de metodologia e recursos digitais. Além disso, para que o professor se permita à uma ampla reflexão e conhecimento sobre a digipedagogia (termo relativamente novo que faz referência à

Pedagogia Digital), é preciso que ele esteja aberto a superar limitações e também a promover uma educação acessível e integrada.

Abrir-se para as possibilidades pedagógicas digitais permite ao docente alcançar o perfil do aluno da nova era. Afinal, não se pode olvidar que as necessidades do aprendiz contemporâneo são muito diferentes, pois eles necessitam de uma extensão de sua realidade interativa com os recursos digitais. Conforme JENKINS (2008) afirma: “Ser educado hoje em um entorno escolar desconectado da vida cotidiana é frustrante para qualquer aluno ou aluna”.

Essa frustração mencionada acima é produto de décadas na prevalência de um estilo arbitrário educacional. Por anos criou-se entre professores e alunos um enorme abismo relacional e esse fator foi/é a causa da preponderância de necessárias interferências no processo de ensino-aprendizagem. Sendo assim, professores precisam analisar melhor o chão da escola e suas múltiplas possibilidades, pois os alunos alteraram seu jeito e vontade de aprender. Consequentemente, a práxis educacional moderna requer que o professor vá ao encontro do aluno e não o oposto, como sempre ocorreu no estilo tradicional educacional.

“No passado, os alunos tinham que se adaptar aos métodos dos professores, mas atualmente o professor deve procurar ir ao encontro dos interesses e da linguagem dos alunos, sendo flexível [...] (JESUS, 2008, p.22)”.

Sendo necessário esse movimento de ir ao encontro dos interesses discentes, é inegável que devemos, então, utilizar como instrumentos pedagógicos os recursos que fazem parte da sua zona de realidade vivida. Dessa forma, ao praticar a digipedagogia inovadora, o professor se aproxima da linguagem tecnológica dos alunos, tornando possível um espaço interrelacional, tornando o ensino mais prazeroso e contextualizado. Apesar de serem grandes os desafios, PRUDÊNCIO, CARVALHO e FERREIRA (2007), asseguram que são inúmeras as possibilidades de exploração do espaço virtual, bem como a potencialização da aprendizagem.

2.1 Formação de Profissionais Digitais na Educação

Todo o processo de formação docente, bem como a ressignificação das suas respectivas práticas cotidianas, readequação às exigências pós pandêmicas e inovações nas práxis contextualizadoras, apresentam variáveis de resiliência, readaptação e reinvenção do fazer docente. Dentro dessa readequação, o docente comprometido com o

ensino compreendeu que as tecnologias aplicadas à educação são de suma importância pois correspondem ao perfil do aluno contemporâneo e valorizam o cenário pedagógico contextualizado.

Dessa forma, é necessário que o professor/educador busque o conhecimento das diversas ferramentas tecnológicas educacionais, sobretudo as que possam valorizar o que os alunos já sabem, provendo um contínuo processo de conhecimento e superação cognitiva. Não obstante, de acordo com VALENTE (2003), a efetiva aprendizagem ganhará espaço e se tornará mais adaptada às necessidades individuais discentes, promovendo o desenvolvimento e não apenas sendo fonte superficial na tentativa de criar uma atmosfera de professor moderno e conectado, sem que o seja de fato (comumente encontrado nas mais diferentes instituições).

Destarte, é fundamental a experiência pedagógica com o uso das possibilidades digitais, a fim de criar uma digipedagogia que seja concernente com o mundo discente. Portanto, faz-se urgente, no atual mundo pós-pandêmico (no qual avanços na compreensão e utilização de recursos digitais foram forçosamente incorporados), estabelecer novos parâmetros didáticos. REIMERS (2017) afirma que para o futuro, estudiosos afirmam que haverá uma grande prioridade para garantir que a educação combine o digital com o presencial (o que já está sendo feito no contexto do ensino híbrido, por normas de segurança frente a pandemia).

2.2 O Docente no Papel de Líder Mediador

Em sintonia com as teorias de VYGOTSKY (1993), no que diz respeito à aquisição de novas capacidades intelectuais através do modelo de zona proximal, podemos considerar que se o professor for referência significativa como modelo de liderança a ser imitado, esta será a peça-chave para o empoderamento de crianças e jovens em seu próprio papel enquanto líder, cidadão global e contribuinte para o bom funcionamento da sociedade.

“A única liderança capaz de se sustentar com o tempo é aquela baseada no exemplo, onde o líder mostra como se faz para que os outros possam repetir a tarefa em nível semelhante ou até mesmo acima.” (REZENDE, 2006, p.43)”.

De acordo com Soria e García (2015), inúmeros relatórios destacam a interface entre gestão, processos de liderança e conquistas na qualidade da educação. Para as pesquisadoras espanholas, é preciso destacar a importância da liderança docente como

objetivo central de gestão nas escolas, desde que seja de cunho democrático e que visem o protagonismo individual, pois é fundamental que os educandos sejam proprietários e mestres de si mesmos.

Rodríguez (2013) afirma que a função da educação é ajudar os alunos a amadurecerem, expandirem seus conhecimentos, desejarem o bem, buscarem o autoconhecimento, virtudes, prudência, liderança, controle emocional, eticidade, integridade. É salutar que tais aspirações advenham de uma formação eficaz, para que os professores tenham segurança em mediar as interações de um processo de ensino aprendizagem significativo, transformador e libertador.

2.3 Gestão de equipes em Sala de Aula

É salutar que um líder eficaz saiba exercer uma gestão exímia de pessoas. Afinal, gerir significa administrar, coordenar, engajar, compartilhar metas, determinar qualidade no cumprimento de tarefas, promover o comprometimento da equipe /time. REZENDE - conhecido como Bernardinho (2006), é uma das maiores referências mundiais sobre liderança coletiva e ele apregoa que o centro de todo sucesso é a busca constante da excelência.

Como premissa, ele nos deixa um legado sobre a intitulada “Roda da Excelência” na gestão de equipes: liderança, motivação, planejamento, meta, perseverança, obstinação, comprometimento, cumplicidade, disciplina, ética, valores e superação. Nesse compasso, torna-se fundamental que o gestor de equipes saiba dividir funções, prover orientação, estabelecer objetivos, entrelaçar relacionamentos, definir prioridades, cultivar autonomia e entusiasmo.

No contexto educacional, promover a gestão de equipes significa proporcionar ao educando a oportunidade de interagir, trabalhar em coletividade, trocar ideias e experiências, aprender a lidar com diferenças e, principalmente, com situações adversas. Além disso, também deve estimular o debate de conceitos, a superação de preconceitos, trabalhar a homeostase, desenvolver a oralidade por meio da persuasão e exercer a visão democrática. Não obstante, também deve cultivar a habilidade interpessoal, intrapessoal, colaborativismo, exterminar estereótipos, destruir o efeito de Halo e abrir a janela de Johari.

“A segunda grande dimensão da Gestão da Sala de Aula é a Organização da Coletividade, aquilo que, muitas vezes, chamamos de clima de trabalho ou disciplina. A situação pedagógica, apesar de não dispensar, de forma alguma, o momento de elaboração individual — condição para a

construção do conhecimento no sujeito—, é marcada pela dinâmica do coletivo, já que não se trata de apenas um aluno adquirindo conhecimento, mas toda uma classe. ” (VASCONCELOS, 2017, p. 23)

A Organização da Coletividade deve ser priorizada como prática contínua, apoiando-se em técnicas e metodologias de aprendizagem em grupo. No mundo contemporâneo, não mais cabe o método tradicional de ensino expositivo, pois é fato que a tecnologia vem transformando a educação de forma significativa. A partir desse entendimento, compreende-se que é fundamental buscar alternativas de ensino condizentes com a demanda da sociedade atual e com a velocidade do compartilhamento de um mundo cada vez mais globalizado.

Nesse sentido, promover uma aprendizagem significativa para que o aluno realmente aprenda e aplique seus saberes na sociedade deve ser um dos objetivos do educador. É possível prover tal saber através da implementação de metodologias ativas, pois elas visam preparar cidadãos atuantes e comprometidos socialmente. Dentre as metodologias mais indicadas estão:

Team Based Learning (Aprendizagem baseada em equipes – doravante conhecida como ABE), *Classroom Discussions* (Discussões em Classe), *Colaborativas Learning* (Aprendizagem Colaborativa), *Paired Annotations* (Anotações Emparelhadas), *Double Entry Journal* (Diário – Dupla Função), *Send-A-Problem* (Resolução de Problemas), *One Minute Paper* (Artigo de Um Minuto), *Value Line* (Linha de Valor), *Project Based Learning* (Aprendizado Baseado em Projetos), *Peer Instruction* (Instrução em Pares), *Station Rotation* (Rotação por Estações de Aprendizagem) e *Flipped Classroom* (Sala de Aula Invertida).

A fim de sintetizar as Metodologias Ativas acima indicadas, podemos conceituá-las da seguinte forma: *Team-Based Learning*: consiste em criar grupos de aprendizagem formados por cinco a sete estudantes, que devem trabalhar num mesmo espaço físico. *Classroom Discussions*: metodologia que prioriza debates e exposição de ideias de forma oral. *Paired-Annotations*: técnica que fortalece a discussão entre os participantes em prol de uma ideia conjunta. *Double Entry Journal*: trata-se de uma técnica que desenvolve a capacidade de assimilação de conteúdo. *Send-A-Problem*: Pode ser usada para engajar os alunos em um processo de resolução de problemas. *One Minute Paper*: pode ser usada para avaliar o aprendizado dos estudantes ao fim da aula e pode também

fornecer um feedback importante sobre o processo envolvido na realização das atividades em grupo. *Value Line*: técnica de formação de grupos heterogêneos.

Cabe ressaltar que a *Project Based Learning* é uma derivação da Metodologia *Send-A-Problem*, uma vez que ambas pensam o aluno como protagonista e a aprendizagem é realizada na prática, preferencialmente estabelecida em conjunto. No lugar dos problemas, a PJBL propõe projetos de execução que podem durar um número pequeno de aulas ou até um semestre. *Peer Instruction*: Pares de alunos debatem entre si sobre um problema criado pelo professor, um mesmo objeto ou componente curricular. *Station Rotation*: modalidade do ensino híbrido que permite circuitos em sala de aula e cada grupo circula por estações diferentes. *Flipped Classroom*: oposta ao sistema tradicional (em que o aluno aprende em uma aula expositiva primeiro e faz a tarefa de casa sozinho), é realizado um estudo prévio em casa, por meio de materiais digitais e, após esse estudo individual, os alunos vão para a aula para tirar dúvidas, debater, trazer assuntos complementares, desenvolver projetos e atividades em grupos.

Além de funcionarem melhor quando apoiadas em tecnologias digitais, vale ressaltar que os papéis desempenhados por docentes e alunos sofrem alterações em relação à proposta de ensino tradicional, pois essas metodologias favorecem momentos de interação, colaboração e envolvimento com as tecnologias (seja presencial ou online). No entanto, é necessário dizer que de nada adianta a implementação de tecnologias digitais na rotina escolar adotando computadores, *tablets* e outros equipamentos, se não houver uma reconfiguração metodológica.

Infelizmente, não são poucos os docentes que fazem uma transposição das aulas “tradicionais” para o modelo *online* e insistem na valorização da exposição do conteúdo “de um para muitos”. Agindo assim, a práxis pedagógica continuará inócua, descontextualizada, ultrapassada e sem o exercício do que, de fato, significa a digipedagogia. Ademais, é vital que a prática docente seja de fato orientadora não para a reprodução ou repetição, mas para a promoção do protagonismo, da autoria, da compreensão, reflexão e entendimento.

GIL (2017), catedrática da Universidade de Barcelona, é enfática ao dizer que a transformação provém de atitudes. Ao passo que os professores primem em planejar suas aulas, utilizem novas ferramentas, modifiquem a maneira de enxergar o processo de ensino e modifiquem sua postura frente aos discentes, os alunos tornar-se-ão mais receptivos, engajados, conscientes, colaborativos, comprometidos.

2.4 Mensuração de Aproveitamento Individual e de Equipes

Inicialmente, vale ressaltar que, na atual conjuntura, não mais cabem avaliações de caráter punitivo, nas quais alunos são “premiados” de acordo com a quantidade do que conseguem decorar dos conteúdos aplicados expositivamente. No entanto, todo profissional comprometido com resultados necessita estabelecer metas, planejar métodos e também adotar instrumentos de mensuração de resultados para refletir sobre estratégias. REZENDE (2006) afirma que sempre percebeu uma lógica elementar: é melhor lapidar até à exaustão o talento médio (e determinado) do que tentar polir o diamante preguiçoso que não deseja polimento. E, nessa lapidação, requer-se avaliar o desempenho e continuamente prover o crescimento.

Não é diferente na área educacional, haja vista ser fundamental refletir sobre o cumprimento da missão, visão e valores da instituição. A gestão da qualidade deve ser uma prática também nos espaços escolares, afinal é aconselhável que escolassejam vistas como empresas que oferecem serviços, os conteúdos como produtos e alunos como clientes.

A escola é uma empresa feita por e para pessoas, é um organismo vivo, dinâmico e em permanente transformação. Ela é um importante instrumento que pode e deve ser utilizado na busca de uma transformação social, por isso, ao assumir sua posição de empresa prestadora de serviços, deve focar nos interesses humanos e em suas múltiplas necessidades. (PESTANA, 2003, p. 37).

Dessa forma, para além de dados somativos, instrumentos avaliativos têm inúmeras utilidades:prover relatórios, avaliar práticas, estabelecer metas, engajar a execução das funções, aperfeiçoar a práxis de liderança, melhorar práticas de gestão, identificar múltiplas inteligências, personalizar o ensino, promover o desejo de aprender, oferecer novas formas de conhecimento e alcançar melhores desempenhos de cada ator da comunidade escolar.

É salutar que a avaliação do ensino e da aprendizagem seja vista como um processo sistemático e contínuo com estratégias, testes de intervenções diferenciadas e que valorizam cada ser humano como um ser único, com seus particulares processos formativos, limitações e trajetórias de vida.Da mesma forma como nossos docentes necessitam de variados tipos de aplicação de conteúdos, também precisam de variadas técnicas de apuração da aprendizagem, sendo que em todas elas não podemos esquecer

a importância da rubrica, para que os avaliados saibam o que se espera e entendam como são/foram cobrados.

THOMAZINHO (2020), nos orienta a exercermos uma tática disruptiva, provendo continuamente aos educandos experiências de testagem e instantâneos feedbacks, identificando em cada um gaps e necessárias intervenções (sejam ações orientadoras ou revisoras), a fim de fazer as equipes interagirem e todos caminharem juntos. O estudioso ressalta ainda que avaliações constantes diminuem substancialmente o medo que o aluno tem de tradicionais provas punitivas, pois em todo tempo sendo testado, ele também ganha confiança, segurança, entusiasmo, motivação, crescimento cognitivo intelectual e emocional. Como sugestão metodológica avaliativa, o autor nos aconselha a adotarmos as técnicas de Didáticas Assimétricas, que têm como base Neurociências da Aprendizagem.

De forma prática, apresento alguns dos variados instrumentos avaliativos que o autor nos orienta a adotar: averiguação sobre o conhecimento do aluno antes de explicar conteúdos, pergunta de opinião, questão aberta e projeção futura, dar respostas e solicitar pergunta correspondente, comentário síntese, podcast, quiz de verdadeiro ou falso, palavras-chave, hashtag, perguntas de aprendizagem, causa e efeito, consequências. Todas essas estratégias funcionam melhor quando aplicadas em seu momento definido de aula (início, meio e fim).

2.5. Estrutura Para Formação Eficaz

Como visto acima, uma excelente infraestrutura tecnológica não é o suficiente, pois a mudança da cultura escolar não ocorre do dia para a noite e requer espaço de experimentação e de reflexão do grupo para que surta efeito. E, apesar de nos encontrarmos na Revolução 5.0, é alarmante a larga carência de líderes mediadores no processo da formação educacional digital. SALLIT (2010) aponta que 49% dos docentes alegam falta de formação condizente e 46% relatam falta de conhecimento de ferramentas virtuais eficazes, o que impossibilita a geração Alpha de ter referência educacional digital, por conta da precária existência de líderes formadores.

Não obstante, pensar em formação eficaz dentro da realidade brasileira é um grande desafio, principalmente se considerarmos o uso de metodologias ativas tão diferentes das práticas existentes em solo nacional. Quando falamos sobre realidade brasileira, vale ressaltar que não há uma só, mas múltiplas. Algumas mais privilegiadas,

outras medianas e muitas são as carentes e desprovidas da presença ou do uso de tecnologias digitais.

Nessas múltiplas realidades, é possível pensar em metodologias ativas desde que seja desenhada uma forma sustentada de implementação, não como uma forma puramente disruptiva em relação ao modelo de ensino considerado “tradicional”, mas caminhando em direção a essa possibilidade (HORN e STAKER, 2015, p. 47).

Para além da postura pedagógica, esbarramos no problema da estrutura que o Sistema não viabiliza (ou viabiliza muito precariamente), sobretudo nos sistemas públicos de ensino. Falar teoricamente como deve ser a pedagogia de um docente líder mediador digital sem demonstrar isso na prática afasta -se das prerrogativas da UNESCO (DELORS, 1999), que orienta um ensino do “Aprender a Fazer”.

Não obstante, tal prática também vai de encontro aos pilares da Pirâmide de GLASSER (1998), que determina níveis para que a aprendizagem ocorra (tais como o expressar, comunicar, praticar, reproduzir). Ademais, nossa realidade educacional também esbarra na teoria de DALE (1969), que ressalta os percentuais na taxa de aprendizagem relativa, a qual depende de discussões e aprofundamentos através da prática do educando.

Sendo assim, vemos que é desde a base que a transformação deve ser provida e é muito fácil colocar sobre os ombros dos professores uma adaptação às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) quanto à reformulação do ensino, quando nem sequer existem aparatos mínimos na formação basilar. Visto isso, é necessário abrir esse parênteses e desafiar o Sistema para que haja viabilização para a implantação de efetiva formação digital, revolução educacional disruptiva, transformação no fazer docente e alcance significativo do mundo dos aprendizes para a facilitação da construção de sinapses e desenvolvimento de competências e habilidades.

3 Considerações Finais

Se há algo de positivo que podemos destacar nesse caos pandêmico que estamos imersos desde 2020, foi a imensa lupa que nos permitiu enxergar os problemas educacionais em que nos encontrávamos e a necessidade que tínhamos de criarmos soluções para adotarmos novas práticas no compasso do perfil discente da nova era. É inegável que a pandemia proporcionou perdas, sofrimentos e tragédias. No entanto, alguns de nós, como seres resilientes que somos, conseguimos observar o ganho que

obtivemos ao avançarmos anos luz no entendimento de que não mais podemos retroceder ou permanecer utilizando as mesmas táticas ultrapassadas pertencentes aos séculos anteriores.

Uma postura docente que zele pela liderança mediadora educacional, calçada na intencionalidade pedagógica, no exercício eficaz da gestão de equipes e em consonância com a revolução tecnológica tem o poder de promover a homeostase, proporcionar consciência coletiva, desenvolver valores humanos, capacitar profissionalmente, derrubar paradigmas e transformar realidades desprivilegiadas.

Buscar a aplicação de metodologias inovadoras e ativas, mesclando-as com estratégias didáticas assimétricas e o entendimento sobre a neuroaprendizagem, faz com que o processo de formação dos profissionais digitais (e qualquer processo de ensino) se efetue significativa e empiricamente. Tal aplicabilidade proporciona melhores práxis educativas, garante qualidade na entrega de serviços e conduz um exercício laboral científico, a favor da educação.

No entanto, embora o desenvolvimento profissional contínuo deva ser buscado, a reformulação do cenário educacional deve ser proporcionada desde os pontos basilares, através do cumprimento real das prerrogativas constitucionais. Os poderes executivo e legislativo devem andar em consonância para exercerem e fiscalizarem o direito de uma formação de qualidade para todos, que proporcione dignidade, igualdade, participação e inclusão.

4. Referências Bibliográficas

ALMEIDA & PRADO, MAIA E. B. B. Integração Tecnológica, Linguagem e Representação. Disponível em: <<http://www.tvbrasil.com.br/> salto. Acesso em: 19 abr. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF, 2018.

DALE, E. Métodos Audiovisuais no Ensino. México: Editorial Reverte Mexicana, v. 35, P. 69, 1966

DELORS, J. Educação: um tesouro a descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Brasília, DF. MEC, 1999.

- GIL, Juana M. La perspectiva DIY en la universidad: ¡hazlo tú mismo y en colaboración!: Implicaciones pedagógicas y tecnológicas: Educación universitária. Madri: Editorial Octaedro, SL. 2017.
- GLASSER, W. Choice theory: A new psychology of personal freedom. Los Angeles: HarperCollins, 1998b
- HORN, Michael B. e STAKER. Blended: usando a inovação disruptiva para aprimorar a educação. Porto Alegre: Penso, 2015.
- JENKINS, H. Cultura da Convergência. São Paulo: Aleph, 2008.
- JESUS, Saul Neves de. Estratégias para Motivar os Alunos. Educação, Porto Alegre, Jan/Abr. 2008.
- MORIN, E. Educação e Complexidade: os Sete Saberes e Outros Ensaio. Trad. Edgard de Assis Carvalho. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- PESTANA, André. Gestão e educação: uma empresa chamada escola. Petrópolis, RJ: Catedral das letras, 2003.
- PRUDÊNCIO, Erivelto Alves; CARVALHO, Jairo de; FERREIRA, José Luis. As Novas Tecnologias de Informação e Comunicação e o Sistema de Gerenciamento de Cursos Moodle. In: Formação de Professores em EAD. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2007, Módulo 11, Unidade 4.
- REIMERS, F. M. Leading educational change during a pandemic (Reflections, Hope and Possibility). Independet Publisher. Jan. 2021.
- REZENDE, Bernardinho R. Transformando Suor em Ouro. Rio de Janeiro, RJ: Sextante, 2006.
- RODRÍGUEZ, E.U. (2013) La importancia del cuidado de los padres para la formación en el liderazgo de los hijos. Tesis doctoral. Madrid: Universidad Complutense de Madrid. Disponível em:<<http://eprints.ucm.es/22517/1/T34712.pdf>>. Acesso em: 16/02/2018.
- SALLIT. M. (2010). Professores esbarram em falta de estrutura e formação para uso da tecnologia no ensino. Disponível em <https://querobolsa.com.br/revista/Professores-Esbarram-em-Falta-de-Estrutura-e-Formação-Para-Uso-da-Tecnologia-no-Ensino>. Acesso em: 26.09.2021
- SORIA, A.B.M. & GARCIA, S.I.Revista Iberoamericana de Educación. N.º 67/2015.
- THOMAZINHO, P. H. Didáticas Assimétricas: Como Transformar Ensino em Aprendizagem. 21 ed. Curitiba: Meta Aprendizagem, 2020.

VALENTE, José Armando. O Papel do Computador no Processo Ensino-Aprendizagem. Artigo série Pedagógica de Projetos e Integração de Mídias. Programa Salto para o Futuro/TV Escola, Set. 2003.

VASCONCELOS, Celso. Desafio da Qualidade da Educação: Gestão da Sala de Aula https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2017/02/celsovasconcellos-seesp_qualed_gesto_sa_1_1.pdf . Acesso em 19 de setembro de 2021.

VYGOSTSKY, L.S. Obras escogidas II. Madrid, Centro de Publicaciones del M.E.C. y Visor Distribuciones, 1993.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO: PARA ALÉM DA LEGISLAÇÃO

Helena Mancebo Soares

RESUMO: O artigo visa trazer à tona a urgente reflexão acerca do Atendimento Educacional Especializado (AEE), na perspectiva da Educação Inclusiva, voltado para indivíduos com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD). Apesar de o AEE ser um direito legalmente garantido ao público-alvo da Educação Especial, questiona-se sobre seus métodos, procedimentos e aplicabilidade na escola regular de forma a proporcionar de fato o necessário enriquecimento curricular ao estudante superdotado. Procura-se refletir se, a despeito de tão vasta legislação que garanta seus direitos, o aluno com Altas Habilidades/Superdotação muitas vezes encontra-se realmente negligenciado no ambiente escolar, acarretando um desperdício de potencial de formas diversas. Pretende-se expor brevemente legislações nacionais que tenham historicamente garantido direitos a essa população, assim como os propósitos da identificação da condição de Altas Habilidades/Superdotação, o abismo existente entre a lei e a realidade, e conceituar, de acordo com o que dizem teóricos e pesquisadores da área e a legislação vigente, termos muitas vezes erroneamente associados ao tema, como genialidade, precocidade e prodígio, que muitas vezes permeiam o imaginário coletivo e fazem parte do senso comum para designar a condição. Considera-se ainda o fato de que esses indivíduos apresentam diversas particularidades de acordo com suas próprias multidimensionalidades, características comuns entre eles, mostrando-se urgência na adequada aplicação do Atendimento Educacional Especializado voltado especificamente para esse alunado, visto que estes possuem necessidades educacionais especiais a que a sala de aula comum pode não ser capaz de atender devido a suas singularidades conforme suas áreas de interesse e habilidades acima da média, a fim de garantir total aproveitamento de seus potenciais.

Palavras-chave: Potencial. Direitos educacionais. Enriquecimento curricular.

INTRODUÇÃO

O presente artigo se propõe a discorrer a respeito das Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) no que tange ao paradigma do Atendimento Educacional Especializado (AEE) destinado a alunos com essa condição no Brasil, perpassando pelas legislações nacionais que garantam direitos, atual e historicamente, a esses indivíduos, os propósitos de sua devida identificação e o abismo existente entre a lei e a realidade. Pretende-se também conceituar nomenclaturas associadas ao tema, como genialidade, precocidade e prodígio, baseando-se no que dizem teóricos e pesquisadores da área, assim como na legislação vigente.

Considerando que alunos com comportamentos de AH/SD apresentam particularidades em diversos aspectos, mostra-se necessária a correta aplicação do AEE, já que estes possuem necessidades educacionais especiais a que a sala de aula comum pode não ser capaz de atender. Tais alunos possuem características singulares conforme suas áreas de interesse e habilidades acima da média.

Baseando-se principalmente no modelo de Renzulli, por ser o teórico da área com mais materiais produzidos sobre o tema, o processo de identificação desses alunos é feito em diferentes estágios de análise. Após a identificação, realizada através de trabalho colaborativo entre equipe multidisciplinar e família dos estudantes, estes devem ser direcionados de forma que recebam o AEE que ofereça, aprofunde e enriqueça os conteúdos a ser trabalhados em atividades que abranjam suas necessidades individuais, a fim de exaltar e encorajar seus talentos.

Destarte, pretende-se refletir sobre se estudantes assim devidamente identificados de fato recebem o AEE. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no ano de 2018 foram matriculados em escolas de todo o país pouco mais de 22 mil alunos identificados com Altas Habilidades/Superdotação (INEP, 2019), mesmo ano em que pesquisa da Organização Mundial da Saúde (OMS) foi divulgada estimando que aproximadamente 5% da população brasileira apresentasse AH/SD, por volta de 10 milhões de brasileiros à época (PÉREZ, 2007).

Sendo o Brasil signatário da Declaração de Salamanca que, segundo Menezes e Santos (2001), sugere aos governos que concebam e viabilizem programas de inclusão

que propiciem que todos os alunos sejam incluídos em um único sistema de ensino, mostra-se considerável e alarmante a discrepância entre os dados divulgados pelo INEP e pela OMS respectivamente, evidenciando que a despeito de ricas legislações que garantam os direitos dessa população e parcas políticas públicas para tanto, a subnotificação devido à carência de informação tanto para profissionais quanto para a população geral é um dos problemas mais graves a atingir a educação de indivíduos com AH/SD.

METODOLOGIA

A pesquisa tem natureza exploratória e o método de coleta de dados é bibliográfico e documental. Severino (2007, p. 122), define a pesquisa bibliográfica como sendo “aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.”. O artigo se baseia em análise documental de literatura específica a respeito de Altas Habilidades/Superdotação, por meio de pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos na área de Educação e Educação Especial, documentos oficiais do Ministério da Educação (MEC), manuais da Secretaria de Educação Especial (SEESP) e legislações brasileiras.

De acordo com Boccato (2006), a pesquisa bibliográfica objetiva o levantamento e análise crítica dos documentos publicados sobre o tema a ser pesquisado a fim de atualizar, desenvolver o conhecimento e contribuir com a realização da pesquisa. Estando definida e delimitada a temática, cabe ao pesquisador estabelecer os caminhos necessários para desenvolver seu argumento. A pesquisa bibliográfica é fundamentada em livros, teses, artigos e outros documentos publicados que auxiliem na prospecção da problemática a que a pesquisa destaque. Pode-se resumir a pesquisa bibliográfica a procedimentos a serem executados pelo pesquisador na investigação de obras já estudadas na solução da problemática através do estudo do tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ampara-se no artigo 205 da Constituição Brasileira de 1988 que a Educação é direito de todos os brasileiros (BRASIL, 1988). Todavia, a partir da concepção da Política

Nacional de Educação Especial de 1994 passa-se a identificar que existem pessoas na população brasileira que possuem necessidades educacionais especiais. Logo, a população que apresenta o quadro de Altas Habilidades/Superdotação passa a ser identificada como possuindo necessidades educacionais especiais e é contemplada pelo atendimento especializado oferecido pela Educação Especial como direito constitucional (BRASIL, 1996).

Lançando um olhar minucioso sobre a trajetória legal nacional voltada para o alunado com Altas Habilidades/Superdotação, destaca-se algumas leis. Através da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), por meio da Lei n. 4.024, de 21 de dezembro de 1961 (BRASIL, 1961), sujeitos com AH/SD tiveram seus direitos garantidos por vez primeira, sendo estes mantidos nas LDBs seguintes pelas Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, e Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1971, 1996).

Segundo Sant'Anna et al. (2015, p. 37.418), as primeiras preocupações por parte do Estado a respeito da área de Altas Habilidades/Superdotação surgiram com a promulgação da Lei 5.692/1971, que determinou quais necessidades educacionais especiais deveriam ser atendidas por essa modalidade da educação.

Durante os anos 1970 houve significativa evolução em relação ao reconhecimento da condição de AH/SD no Brasil, sendo relevantes a concepção dos Pareceres do Conselho Federal de Educação n. 255, de 9 de março de 1972, n. 436, de 9 de maio de 1972 e n. 681, de maio de 1973; e a fundação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), em 1973, que passou a incentivar pesquisas para o Atendimento Educacional Especializado a indivíduos com AH/SD (Brasil, 1995a). Tais estudos resultaram em dois seminários sobre superdotação em Brasília nos anos de 1974 e 1977, durante os quais foram definidos os conceitos para a identificação de alunos com AH/SD, admissão antecipada desses alunos no Ensino Superior e a primeira possibilidade de aceleração do currículo (SANT'ANNA et al., 2015, p. 37.419).

Todavia, apesar dos alicerces construídos ao longo da década de 1970, o furor sobre o tema passou a ser deixado de lado décadas depois. De acordo com Reynaud e Rangni (2017, p. 72), ao longo das décadas de 1980 e 1990 não foram implementadas políticas públicas relevantes nem foi devidamente disseminada informação a respeito da identificação e do AEE correspondentes a esse alunado.

Somente a partir da Declaração Mundial de Educação Para Todos, que ocorreu em Jomtien, Tailândia, no ano de 1990, e da Declaração de Salamanca, realizada em 1994 na Espanha, é que as políticas públicas brasileiras passaram a ser modificadas. Promulgada a LDB n. 9.394/1996, em 20 de dezembro de 1996, que versava sobre a possibilidade de aceleração de currículo a partir da verificação de aprendizado, explicita-se a possibilidade de conclusão do programa escolar em menor tempo para superdotados (BRASIL, 1996). Tal LDB foi modificada novamente pela Lei n. 12.976, em 4 de abril de 2013, passando a garantir como dever do Estado na educação pública o Atendimento Educacional Especializado gratuito a todo o público-alvo da Educação Especial, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades. Passa a definir também o que é a Educação Especial e determina a ampliação de atendimento a todo seu público-alvo (BRASIL, 2013).

Em 29 de dezembro de 2015, a LDB n. 9.394/1996 foi novamente modificada a partir da Lei n. 13.234/2015, que passa a prolongar o atendimento ao alunado com AH/SD até a educação superior, determinando que o poder público deve instituir um cadastro nacional para esses estudantes a fim de promover políticas públicas para eles (BRASIL, 2015a).

No ano de 2005, instaurou-se em todos os Estados e no Distrito Federal os chamados Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S), projeto concebido em parceria MEC/UNESCO e então Secretarias de Estado da Educação, cuja proposta objetiva o atendimento a professores, familiares e alunos (BRASIL, 2008).

Cita-se também a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que visa garantir a inclusão escolar de todo o alunado público- alvo da Educação Especial, assegurando seu acesso ao ensino regular, transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior, oferta de atendimento educacional especializado, formação continuada de professores e profissionais da educação para o AEE, participação familiar e comunitária, acessibilidade arquitetônica e articulação intersetorial na concretização de políticas públicas (BRASIL, 2008).

A Resolução n. 4, de 2 de outubro de 2009, também garante os direitos da população com AH/SD, na medida em que estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na modalidade Educação Superior da Educação

Básica. O documento assegura a esses indivíduos o direito ao enriquecimento curricular voltado para suas diferentes possíveis áreas de interesse (BRASIL, 2009).

Entretanto, Maia Pinto e Fleith (2004, p. 55) advertem para a subnotificação e carência de identificação do aluno com AH/SD no ambiente escolar, fato que prejudica seu desenvolvimento e interesse por suas áreas de habilidade a despeito de tantas leis que lhes garantam o devido atendimento.

A Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 1994, p. 13) identifica o aluno com AH/SD como sendo aquele que demonstra significativo desempenho e alta potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos isolados ou combinados:

- capacidade intelectual geral
- aptidão acadêmica específica
- pensamento criativo ou produtivo
- capacidade de liderança
- talento especial para as artes e capacidade psicomotora

Uma concepção amplamente reconhecida pela literatura internacional é a teoria de Renzulli (1986), denominada Modelo dos Três Anéis, segundo a qual o comportamento do sujeito com AH/SD consiste na interação de três traços principais: habilidades gerais e/ou específicas acima da média, alto comprometimento com a tarefa e níveis elevados de criatividade. Existem outros modelos comumente aceitos, porém cita-se o modelo de Renzulli pelo fato de ser a teoria na qual é baseada a definição adotada pelo Ministério de Educação nas Diretrizes Gerais para o Atendimento Educacional aos alunos com AH/SD (BRASIL, 1995a). Segundo esse modelo, os sujeitos com AH/SD são aqueles que possuem ou podem desenvolver estes conjuntos de traços e que os empregam a qualquer área relevante do desempenho humano.

De acordo com Farias (2020), não existe um conceito único que defina AH/SD, porém nota-se que em alguns deles são destacados os aspectos intelectuais, em outros, os emocionais, visto a heterogeneidade desse grupo e dos vieses de pesquisas acerca do tema, mas dentre as características comuns a quase todos destacam-se os termos inteligência, desempenho e potencialidade elevada.

As Diretrizes Gerais para o Atendimento Educacional aos Alunos Portadores de Altas Habilidades/ Superdotação e Talentos, documento oficial publicado pela Secretaria de Educação Especial (Seesp) do Ministério da Educação, define que:

Altas Habilidades referem-se aos comportamentos observados e/ou relatados que confirmam a expressão de traços consistentemente superiores em relação a uma média (por exemplo: idade, produção, ou série escolar) em qualquer campo do saber ou do fazer" (Brasil, 1995a, p. 13, grifo do original).

O Censo Escolar/Inep descreve indivíduos com altas habilidades/superdotação como sendo:

aqueles que demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse (citado por Brasil, 2015b, p. 47).

Silverman (citado por Virgolim, 2003, p. 16, grifo do original) aponta aspectos emocionais da superdotação, aludindo que a condição é marcada por

um desenvolvimento assíncrono no qual habilidades cognitivas avançadas e grande intensidade combinam para criar experiências internas e consciência que são qualitativamente diferentes da norma. Essa assincronia aumenta com a capacidade intelectual. A unicidade do superdotado os torna particularmente vulneráveis, e são necessárias modificações na educação parental no ensino e no aconselhamento psicológico, a fim de que possam alcançar um desenvolvimento ótimo.

Virgolim ainda esclarece que assincronia não é sinônimo de precocidade, mas "ter um desenvolvimento desigual da idade mental com relação à idade cronológica, o que pode se dar tanto interna quanto externamente" (VIRGOLIM, 2010).

A fim de elucidar o exposto e evitar a perpetuação de mitos acerca da superdotação, por vezes confundida com outros termos, segundo Farias (2020), define-se crianças precoces como sendo aquelas que têm um desenvolvimento além do esperado para sua idade cronológica. É comum que demonstrem antecipação da maturidade em dados aspectos. Geralmente crianças superdotadas são precoces, mas a autora alerta que precocidade não é um indicativo de AH/SD.

Ainda de acordo com Farias (2020), crianças prodígio são aquelas que apresentam um desempenho elevado para sua idade em habilidades específicas, como leitura, pintura ou música, sendo esse comparado ao padrão de desempenho de um adulto. Para Virgolim (2007, p. 24), o prodígio "é relativamente raro e necessita da convergência de um número de circunstâncias únicas para permitir uma completa e especializada expressão de um poderoso potencial." A autora ainda define o gênio como sendo "um indivíduo com desenvolvimento elevadíssimo em determinada área do saber, alguém que deixou uma contribuição para a sociedade em determinado ramo, como Albert Einstein e Pablo Picasso." É importante conhecer e diferenciar esses termos a fim de que os mitos perpetrados pelo senso comum não mais sejam erroneamente associados ao quadro de Altas Habilidades/Superdotação e o alunado em questão possa ser devidamente identificado.

A Secretaria de Educação Especial, sugere que:

a identificação seja feita, principalmente, por meio da observação sistemática do comportamento e do desempenho do aluno, sempre que possível com foco em seu dia a dia, como em passeios, no recreio, em jornadas e atividades de lazer. Um acompanhamento sistemático, como parte desse processo, possibilitará conhecer os traços peculiares do aluno e verificar a intensidade, a frequência e a consistência desses traços ao longo de seu desenvolvimento. É importante também conhecer sua história de vida, familiar e escolar (se houver), bem como seus Interesses, preferências padrões de e comportamento social em variadas oportunidades e situações (Brasil, 1995a, p. 17).

A identificação do sujeito com AH/SD "é um processo dinâmico que engloba avaliação e acompanhamento abrangentes e contínuos" (Brasil, 1995a, p. 17), mostrando-se imprescindível contemplar também o contexto socioeconômico e cultural do estudante, assim como outras variáveis. O processo de identificação pode variar de acordo com o programa proposto.

Em um programa na área artística, a identificação certamente implicará em uma metodologia que avalia aspectos diversos do talento em questão. De forma similar, se a proposta do programa é atender aqueles alunos que se destacam na área de matemática ou ciências, isto irá implicar na identificação de habilidades específicas relativas a estas áreas (Alencar, 1992, p. 26)

Hany (1993) condensou cinco principais pontos de convergência entre autores sobre a identificação dos alunos com AH/SD:

- É imprescindível para detectar alunos cujos potenciais não são suficientemente desenvolvidos ou desafiados pelo ensino regular. Não se deve submeter ao processo de identificação apenas os que possuem superdotação manifesta, mas também os que demonstram potencial desenvolvimento do quadro.
- Deve ser feita a partir de parâmetros que reflitam o conceito de superdotação adotado, tipos de habilidades a serem comprovadas e conteúdos e objetivos propostos pelo programa escolhido.
- Deve incluir o máximo de alunos possível, garantindo o direito desse grupo ao serviço especial. Sugere-se que o processo seja amplo e inclusivo, baseando-se em diversas fontes de informação.
- Um grupo de especialistas e equipe multidisciplinar devem supervisionar o ingresso ao programa especial, devendo cada caso ser discutido a partir dos dados de cada estudante.
- A avaliação de aprendizagem dos alunos selecionados deve ser realizada rotineiramente, para averiguar constantemente se os critérios para admissão ao programa foram adequados.

O Parecer 17/2001 da Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE) determina como deve ser realizada a organização do AEE para alunos com AH/SD:

- a) organizar os procedimentos de avaliação pedagógica e psicológica de alunos com características de superdotação;
- b) prever a possibilidade de matrícula do aluno em série compatível com seu desempenho escolar, levando em conta, igualmente, sua maturidade socioemocional;
- c) cumprir a legislação no que se refere: ao atendimento suplementar para aprofundar e/ou enriquecer o currículo; aceleração/avanço regulamentados pelos respectivos sistemas de ensino, permitindo, inclusive, a conclusão da Educação Básica em menor tempo; registro do procedimento adotado em ata da escola e no dossiê do aluno;
- d) incluir no histórico escolar as especificações cabíveis;
- e) incluir o atendimento educacional ao superdotado nos projetos pedagógicos e regimentos escolares, inclusive por meio de convênios

com instituições de ensino superior e outros segmentos da comunidade (Brasil 2001a. p. 23)

Segundo Farias (2020), recomenda-se que o aluno com Altas Habilidades/Superdotação seja acompanhado tanto em classes comuns, de forma a garantir o enriquecimento curricular, quanto em salas de recursos multifuncionais, a fim de abarcar suas áreas específicas de interesse, estimulando suas potencialidades. Ainda segundo a autora, o AEE nas salas de recursos deve ocorrer no contraturno, de forma que esses estudantes também possam conviver com outros colegas em classes comuns.

De acordo com Alencar e Fleith (2001), há um abismo entre as políticas educacionais propostas pelo governo e o que ocorre no ambiente escolar. Tal fato se deve a preconceitos e mitos sobre o quadro de AH/SD, recursos inadequados e subutilizados, barreiras atitudinais e carência de implementação e manutenção dessas políticas.

Existem diversos programas de AEE para alunos com AH/SD, variando de acordo com o tipo de AH/SD apresentado por cada aluno e os objetivos de cada programa. Conforme Martins e Pedro (2013), destacam-se os programas de aceleração e os de enriquecimento curricular. O programa de aceleração equivale a pular etapas da escolarização regular, cumprindo o currículo previsto em menor tempo, enquanto que os programas de enriquecimento consistem no oferecimento de experiências diversas a partir do currículo regular, sendo principalmente utilizado o acréscimo de conteúdos mais aprofundados e abrangentes. A aceleração curricular, entretanto, sofre críticas relativas à assincronicidade dos alunos com AH/SD, mostrando-se indispensável verificar se a criança detém condições psicológicas e os conhecimentos necessários para a interação com colegas mais velhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a trajetória legal nacional no que tange à Educação Especial, pontualmente a respeito das Altas Habilidades/Superdotação, seja ainda mais rica do que foi aqui longamente apresentado, é palpável a invisibilização latente de estudantes que apresentam esse quadro. Percebe-se que tal sintoma da falência de políticas públicas educacionais mal aplicadas se deve, entre outras variáveis, à falta de informação tanto de profissionais da educação, que muitas vezes não têm acesso à formação continuada,

quanto da população geral, mantendo, assim, o aluno superdotado segregado em diversos ambientes de convivência por não ser devidamente identificado por equipe qualificada e/ou não ser corretamente atendido.

O desenvolvimento assíncrono de pessoas com AH/SD é muitas vezes um fator preponderante de sofrimento psíquico, pois estas muitas vezes podem não compreender o que os torna diferentes ou os motivos pelos quais seus pares podem não possuir as mesmas habilidades que elas. Aliado a isso, profissionais sem preparo para atender esse alunado e familiares sem o devido conhecimento podem acabar sujeitando esses alunos à hiperestimulação, erroneamente associada ao modelo de enriquecimento curricular, o que pode acarretar em alterações psicológicas e/ou desistência escolar devido à excessiva autocobrança. Tão grave quanto, é a falta de identificação e atendimento a esses estudantes, pois o conteúdo do currículo regular pode se tornar maçante e cada criança cria seus próprios mecanismos para lidar com o tédio intelectual resultante da falta de estímulos, podendo levar a diagnósticos incorretos.

A fim de desmitificar a condição de Altas Habilidades/Superdotação, a pesquisa se debruçou sobre a legislação nacional que garante o direito dessa parcela público- alvo da Educação Especial, elucidação de termos associados e breve apresentação de estratégias de identificação e atendimento especializado ao público com AH/SD.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, E. M. L. S. de; FLEITH, D. de S. Superdotados determinantes. educação e ajustamento 2 ed. São Paulo: EPU, 2001

BRASIL, Constituição (1988). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 10 mai. 2021

_____, Lei n. 12 796, de 4 de abril de 2013. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF 5 abr 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm>. Acesso em: 14 fev 2020.

_____, Lei n. 13.234, de 29 de dezembro de 2015. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF 30 dez. 2015. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13234.htm#art2>

Acesso em: 17 fev. 2020

_____, Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm>. Acesso em: 10 mai. 2021.

_____, Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em 13 mai. 2021.

_____, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Gerais para o Atendimento Educacional dos Alunos Portadores de Altas Habilidades/Superdotação e Talentos. Brasília, 1995. (Série Diretrizes, 10). Disponível em:

<<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?selectaction=&coobra=27407>>. Acesso em: 10 mai. 2021.

_____, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

_____, Resolução CEB/CNE n. 2, de 11 de setembro de 2001, Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 set. 2001. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2021

_____, Resolução n. 4, de 2 de outubro de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 2009. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2021.

_____, Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 27 dez. 1961 Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm>. Acesso em: 10 mai. 2021.

FARIAS, E. R. S. Mitos, teorias e verdades sobre Altas Habilidades/Superdotação. 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2020.

HANY, E. A. Methodological Problems and Issues Concerning Identification. In: HELLER, K. A. MONKS, F. J. PASSOW, A. H. (Ed.). International Handbook of

Research and Development of Giftedness and Talent. Oxford: Pergamon Press, 1993, p. 209-232.

INEP (instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira). Sinopse Estatística da Educação Básica 2018. 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 20 jun. 2021

MAIA PINTO, R. R.; FLEITH, D. de S. Avaliação das práticas educacionais de um programa de atendimento a alunos superdotados e talentosos. *Psicologia Escolar e Educacional*, Campinas, v. 8, n. 1, p. 55-66, jun. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-5572004000100007>. Acesso em: 15 jun. 2021.

MARTINS, B. A.; PEDRO, K. M. Atenção educacional a alunos com altas habilidades/superdotação: acelerar é a melhor alternativa? In: Encontro da associação Brasileira de pesquisadores em Educação Especial, 8., 2013, Londrina. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/papah/anais-barbara-e-ketilin.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2021.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete necessidades educacionais especiais. 2001. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/necessidades-educacionais-especiais/>>. Acesso em: 23 jun. 2021

PÉREZ, S.G.P.B. Inclusão para Superdotados, *Ciência Hoje*, v.41, n.245, 2007.

RENZULLI J. S REIS, S. M. (Ed.). *The Triad Reader*. Mansfield Center Creative Learning Press, 1986.

REYNAUD, M. L. D.; RANGNI, R. de A. O atendimento aos alunos com altas habilidades à luz da legislação brasileira. In: RANGNI, R. de A.; MASSUDA, M. B.; COSTA, M. da P. R. da. (Org.). *Altas habilidades/superdotação: temas para pesquisa e discussão*. São Paulo: EdUFSCar, 2017. p. 68-85.

SANTANNA, C. et al. Debates científicos: compreendendo a identidade das altas habilidades/superdotação no Brasil. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (EDUCERE), 12., 2015, Curitiba. Anais... Curitiba: PUCPR, 2015. <<http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/160577556.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. Ed. 23. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVERMAN, L. Personality Development and the Gifted. Gifted Development Center. MENSA Bulletin, C-175, 1986.

VIRGOLIM, A. M. R. Aspectos emocionais e assíncronicos da superdotação. In: ENCONTRO NACIONAL DO CONBRASD, 4.; CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO, 1. SEMINÁRIO SOBRE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO DA UFPR, 4., 2010, Curitiba. Anais... Curitiba: Ed. da UFPR, 2010. Disponível em: <<http://cursoaltshabilidades.blogspot.com/2015/04/assincronismo.html>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

AS CONCEPÇÕES DE PODER NA RELAÇÃO ALUNO- PROFESSOR: A QUEM ELE REALMENTE PERTENCE?

Ana Paula Grapiglia, Karla Caroline Araújo Silva

RESUMO: Este artigo propõe a discussão acerca do real poder da educação nos processos de ensino-aprendizagem. Trata-se uma pesquisa bibliográfica, na qual foi realizada uma contextualização das concepções de poder e educação descritas por Vitor Henrique Paro em sua obra “Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação”, assim como as descrições de outros renomados autores que enfatizam os preceitos do poder frente a educação. Objetivou-se neste descrever as concepções de poder diante da educação e sua abordagem/aplicabilidade pelos diferentes envolvidos. Buscou-se ainda, compreender a interferência do poder na formação social do indivíduo no que concerne a sua condição como sujeito em busca de emancipação. Frente a tal contextualização, tem-se o entendimento da educação como uma prática de poder, por meio da qual se pode obter uma ação pedagógica efetiva, proporcionando um processo de ensino-aprendizagem mais democrático e participativo de ambos os lados envolvidos. Diante da discussão deste estudo, percebe-se a extrema necessidade de poder por parte de todos os envolvidos neste processo, o que vem a permitir uma transformação/construção diferenciada tanto para o educador quanto para o educando, sendo que ambos passam a agir como sujeitos em busca de emancipação através do poder que possuem em seu processo de formação.

Palavras-chave: Poder, professor, aluno.

INTRODUÇÃO

O presente artigo descreve a necessidade da inter-relação entre os diferentes indivíduos envolvidos no processo de ensino, corroborando com a presença de poder para ambos na busca pela construção de saberes e de formação social humana.

Paro (2008) subentende que é por meio de uma compreensão de educação como uma prática de poder que se pode obter uma ação pedagógica efetiva, assim como proporcionar um processo de ensino-aprendizagem mais democrático e participativo para todos os envolvidos.

De acordo com a descrição do autor em sua obra “Educação como exercício do poder”, o poder na educação deve ir além da transmissão do conhecimento/conteúdos por parte do professor ao aluno, o poder deve vir a ser utilizado para a promoção de uma prática que busque a liberdade frente as inúmeras condições de rigidez e imposição trazidas pela educação culturalmente ao longo dos anos. Ressalta-se que a busca pelo poder diante dos processos de ensino, devido as inúmeras condições culturais vividas por longos períodos, estará previamente direcionada ao professor, contudo em sua obra, Paro (2008) discorda de tais pressupostos e coloca o aluno também como detentor de poder.

Diante de tais preceitos, objetivou-se neste artigo destacar as principais concepções da educação como exercício de poder descritas por Vitor Henrique Paro, enfatizando nas ações a serem realizadas tanto por professores quanto por alunos para a obtenção real de poder diante das ações de ensino, assim como explicar as descrições pertinentes de demais autores relacionados ao tema. Buscou-se ainda, compreender a interferência que as diferentes concepções de poder dentro da educação podem vir a influenciar na formação social do indivíduo no que concerne a sua condição como sujeito em busca de emancipação. Desta forma apresenta-se como problemática deste estudo a necessidade de descrever que o poder deve vir ocorrer de modo linear e não como é visto culturalmente de forma verticalizada.

MÉTODOS

Para a realização deste artigo, foi utilizado como enfoque a obra de Vitor Henrique Paro - Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação (2008). Na construção deste são enfatizadas contribuições do autor referente às concepções de poder diante da educação, assim como a ênfase na utilização deste por todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

No decorrer do desenvolvimento deste estudo, fez-se o uso do método de pesquisa bibliográfica, no qual além das concepções de Paro, são descritas algumas pontuações de outros renomados autores que referenciam os processos de ensino. Enfatiza-se que as principais discussões em concordância com Paro são trazidas pelo Patrono da Educação Paulo Freire.

BREVES CONCEITOS: EDUCAÇÃO E PODER

A priori, para melhor entendimento deste artigo, faz-se necessário a conceituação de algumas concepções do que vem a ser educação e poder, assim como a relação dos mesmos. Para tal, considerando as significações descritas pelo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, temos a conceituação de educação como sendo a “ação ou efeito de educar, de aperfeiçoar as capacidades intelectuais e morais de alguém” (FERREIRA, 2010).

Não muito distante desta concepção, Paro (2008, p. 23) conceitua a educação como sendo “a apropriação da cultura [...] esta envolve conhecimentos, informações, valores, crenças, ciência, arte, tecnologia, filosofia, direito, costumes, tudo enfim que o homem produz em sua transcendência com a natureza”.

Observa-se, diante de tais conceituações que a educação vem representar todos os processos que envolvem a formação humana, sejam estes relacionados a questões científicas ou até mesmo a valores culturais estabelecidos pelo meio social em que o indivíduo convive.

Ao nos remetermos a conceituação de poder, temos o conceito deste como sendo a “capacidade ou a oportunidade de realizar algo” (FERREIRA, 2010). Para Paro (2008) este é compreendido de duas formas, sendo como capacidade de agir sobre as coisas ou como capacidade de determinar o comportamento de outros indivíduos envolvidos.

Relacionado os conceitos de educação e poder, propondo que estes caminhem juntos, nota-se que os processos de educação sempre envolveram alguma espécie de poder, sendo o posicionamento deste determinado pelos envolvidos.

QUEM DETÊM O PODER DA EDUCAÇÃO?

Nos processos de ensino-aprendizagem sempre ocorrerá algum envolvimento de aspectos de poder, sendo que estes podem ser desenvolvidos por duas vias básicas. Tais vias são denominadas por Paro (2008) como, poder-sobre e poder-fazer. O poder-sobre caracteriza-se no momento em que o educador objetiva impor aspectos culturais sem interesse do educando, propondo assim um ambiente de coerção ou até mesmo manipulação. Já o poder-fazer pode ser descrito como tendo bases de persuasão, podendo assim ser considerado compatível com uma educação que almeja a formação histórico-cultural do indivíduo por meio de uma prática democrática de educação.

Com enfoque nos preceitos de poder, Paro (2008) ressalta que nos processos educativos sempre haverá a possibilidade de ter alguém com a pretensão de modificar comportamentos (educador) e alguém que se supõem que os comportamentos sejam passíveis de modificações (educandos). Fator este que mais uma vez caracteriza a presença do poder frente as ações de educação, o qual é exercido tanto por parte do educador quanto do educando, e se dá tanto por meio da capacidade de agir sobre as coisas, quanto pela capacidade de determinar o comportamento de outros.

Paro (2008), ao considerar o educando, remete o poder a este a partir do momento em que se dispõe a agir intencionalmente diante do seu processo de apreender a realidade, tornando-se sujeito de seu aprendizado, transformando-se em “poderoso” à medida que alcança a capacidade de agir e fazer-se sujeito. Neste sentido, Freire (2011) descreve que deve-se permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história. Em consonância a tais seguimentos, pressupõe-se que o indivíduo se torne mais ativo por meio da real participação em sua formação, assim como nas intervenções que pode ocasionar nas ações do educador.

Diante do estabelecimento de tal relação entre aluno e professor, Paro (2008) descreve esta como relação dialógica, na qual o professor permite que sua aula não esteja engessada, permite que esta tenha flexibilidade de acordo com as respostas e

questionamentos do aluno no processo de ensino. Corroborando com Paro, Freire (2016, p. 48) nos traz que o professor deve “defender uma prática docente em que o ensino rigoroso dos conteúdos jamais se faça de forma fria, mecânica e mentirosamente neutra”. Neste mesmo contexto, Libâneo (1994) descreve que as aulas devem favorecer os processos de ensino e aprendizagem, para que tal processo venha a acontecer, se faz necessário que o professor mantenha a criatividade e flexibilidade diante das mais variadas situações.

Frente a tais contextos, torna-se notório que ambos os lados (aluno e professor) do processo de ensino devem deter poder, contudo o que prevalece em nossas escolas e universidades são conceitos de extrema resistência quanto ao aluno tornar-se “poderoso” diante de sua formação. Mesmo com anos de diversas lutas, o que predomina é a via de mão única nas bases de ensino, onde o professor apenas deposita conteúdos, cabendo ao aluno apenas aceitar de forma passiva o que lhe é repassado. Tal condição já viera a ser descrito há anos pelo Patrono da Educação Paulo Freire (1987) caracterizando como educação bancária, na qual ao invés de comunicar-se com o aluno, o professor faz “comunicados” e depósitos, os quais são recebidos pacientemente pelos alunos, que memorizam e repetem, tendo estes o direito de apenas receber os depósitos, guardá-los e arquivá-los.

Ainda considerando os argumentos freirianos, nesta concepção da participação do professor como mediador da formação de um sujeito protagonista de seu ensino, Freire (2018, p. 70) nos traz que:

Ensinar já não é, na perspectiva democrática, a transferência bem-feita, não é a descrição bem-feita do perfil dos objetos. Ensinar é, sobretudo, desafiar o aluno para que o aluno saiba o que o professor já sabe. Que é exatamente ter a compreensão de conteúdo ou do objeto. Todo ato de ensinar implica no ato de aprender e os dois se juntam, na compreensão mais ampla do ato de conhecer. O ato de aprender casado com o ato de ensinar se prolonga no ato de conhecer (FREIRE, 2018, p. 70).

Diante de tais contextos, torna-se notório o quanto o reconhecimento da real função de seu poder como educador por parte do professor, pode vir a interferir na conduta conhecida e reconhecida pelo aluno para direção que este virá a obter em sua formação de sujeito histórico-social.

O PODER DA EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO COMO SUJEITO

Em concordância com as descrições anteriores, Paro (2008) enfatiza a grande importância do processo de ensino com dialogicidade para formação do professor/educador também, uma vez que todo processo de ensino para com o outro é ao mesmo tempo processo de aprendizado para si próprio, este aprende enquanto ensina, cresce, reafirma sua intelectualidade e enriquece sua personalidade. Corroborando, Lacerda (2009, p. 11) descreve que “aprende quem conta, quem escuta, quem escreve, quem lê. Aprendem todos os que sabem o valor de restituir, ao outro, um saber que não resulta de pertencimentos ou apropriações, mas de envolvimento”.

Vale ressaltar, que o papel mais importante do professor ainda é o de precursor de estímulo ao aluno na busca de sua formação como sujeito. Tal papel torna-se primordial a partir do momento em que as ações desenvolvidas por este podem vir a modificar o comportamento do aluno, no qual o professor por meio de sua mediação propõe a modificação, a busca para o além de si, para a construção de sua própria individualidade. Freire (2016, p. 49) nos traz que “o educador progressista, capaz e sério, não apenas deve ensinar muito bem sua disciplina, mas desafiar o educando a pensar criticamente a realidade social, política e histórica”.

Neste sentido, Libâneo (1994) descreve que ocorre uma inter-relação entre os momentos do processo de ensino, nos quais supõe-se o confronto entre os conteúdos trazidos pelo professor e a experiência sociocultural do aluno e suas formas de conhecimento, as quais passam a ser relacionadas com as situações escolares de aprendizagem por meio da orientação do professor e sua mediação.

Conforme é descrito por Paro (2008), o professor somente exerce de fato seu poder, se este desempenhar sua função social, a de construir personalidades humano-históricas, o qual por meio de sua ação no processo de ensino promove no aluno o desejo de aprender, o que permite ao aluno tornar-se autor de sua educação. Vigotsky (1998) descreve que este tipo de aprendizagem, permite ao aluno torna-se o protagonista de seu próprio processo de ensino-aprendizagem e é por meio desta que desenvolve no aluno o estímulo para buscar seu próprio conhecimento, criando estratégias de ensino e construindo juntamente com ele um ambiente adequado à aprendizagem de forma mais individualizada, considerando as necessidades dos indivíduos em formação.

A partir do momento em que o professor assume tal postura, demonstrando que ambos os lados, educador e educando, complementam-se neste processo e que ambos têm a “ganhar” considerando-se detentores do poder, passa então a ocorrer uma cumplicidade entre os dois, tornando-se o processo educativo como uma ação compartilhada e não apenas recebida.

Apesar de todas estas condições necessariamente claras para uma formação efetiva do indivíduo como sujeito, as escolas, lamentavelmente, são ainda permeadas por concepções tradicionalistas, nas quais acredita-se que irão promover o interesse do aluno para estudar com a utilização de chantagens de reprovação. Paro (2008) traz que tais concepções distorcem completamente a verdadeira posição do aluno como autor de sua própria formação, pois esta acredita que o poder do aluno está em tirar notas boas para não reprovar e do professor está na ação de reprovar ou aprovar.

Freire (2019), descreve que tais concepções de aprovação e reprovação, remetem-se a conceitos de ideologias dominantes, levando a manifestações de poderes do superior diante do “fracasso escolar” de determinado aluno. Destaca que a culpabilização de tal fracasso sempre estará voltada a deficiência individual de cada aluno, nunca a escola será a responsável por este resultado.

Considerando a errônea ação de reprovar como estímulo para aprender, Paro (2008) ainda discorre que este posicionamento da escola se caracteriza como forma autoritária, na qual a escola impõe formas de portar-se para alcançar os resultados almejados. Afirma ainda que o autoritarismo da escola tradicional, traz como grande prejuízo ao educando não só o fracasso em não obter notas em determinado conteúdo, mas implica também nas questões de natureza política, ao deixar de contribuir para a formação de personalidades democráticas participativas.

Percebe-se que tal posicionamento da escola, contribui para formação de indivíduos autoritários, uma vez que como é descrito por Paro (2008) a escola passa a impor aos alunos um ensino desinteressante no qual cabe a criança apenas obedecer às determinações do professor e da escola, não é valorizado a sua vontade e interesse, promove-se assim um tipo de obediência e passividade, o que não é compatível com o exercício democrático de cidadãos autônomos.

Diante de tal contexto, Paro (2008) nos traz uma linha de esperança, ao destacar que se a escola não está apta para a formação de um indivíduo democrático, participativo de sua formação, faz-se necessário transformar a escola, não que esta venha a ser suficiente, porém torna-se de extrema necessidade para a execução de todo processo

educativo. Para tanto, Freire (2019) nos relembra que o ensino dos conteúdos, criticamente realizado, deve envolver a abertura total do educador, pois somente assim o educando terá em suas mãos a responsabilidade de sujeito construtor de seu conhecimento.

Observa-se que é por meio do real conhecimento das ações das escolas e dos professores, que podemos promover medidas que objetivem a transformação desta para assim dispor de condições que propiciem uma prática democrática participativa. Deve-se assim, estimular a instituição a ser formadora de uma sociedade autônoma, pois somente através destes pressupostos é que pode se alcançar a real formação do indivíduo como sujeito emancipador de seu conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de toda a contextualização realizada, observa-se que o educador deve sim manifestar seu poder, porém não da forma que se estabeleceu ao longo dos anos como mero transmissor de conteúdo, mas sim nas ações de persuadir os alunos com o intuito de estimular/mediar o diálogo entre todos os componentes dos processos educativos. O educador/professor permite desta forma que os alunos promovam seu autodesenvolvimento, construindo conhecimentos entrelaçados com sua história.

Ao desenvolver tal posicionamento dentro dos processos educativos, no qual ambos os lados, professor e aluno, detêm poder, almeja-se a construção de novas formas de aprendizagem para ambos, uma vez que o professor aberto, flexível às condições do aluno passa a enfrentar novas experiências, fazendo com que venha a desenvolver novas aptidões diante de suas aulas.

Desta forma percebe-se que tais posicionamentos, só vem a otimizar tanto na construção do aluno como sujeito de seu conhecimento na busca por emancipação, quanto como para o professor como mediador do ensino.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, A.B. de H. Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 5 ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FREIRE, P.; SHOR, I. Medo e ousadia: o cotidiano do professor. 13 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, P. Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

_____. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____. Pedagogia do compromisso: américa latina e educação popular. 1 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

_____. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 58 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

LACERDA, M.P. (Org.) A escrita inscrita na formação docente. Rio de Janeiro: Rovel, 2009.

LIBÂNEO, J. C. Didática. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

PARO, V.H. Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação. São Paulo: Cortez, 2008.

VIGOTSKY, L.S. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. Trad. de Maria da Penha Villa lobos. São Paulo: Ícone/Editora da USP. 1988.

POLÍTICA ECONÔMICA E ELEIÇÕES DE 1982: O CICLO POLÍTICO INSTITUCIONAL DO GOVERNO FIGUEIREDO (1979-1985)

Christian Velloso Kuhn

RESUMO: O objetivo desse artigo é analisar como a política econômica do governo Figueiredo se encontrava intrincada ao processo de abertura política. Primeiro, contextualizar-se-á a política econômica do governo Figueiredo e as eleições de 1982. Após, analisar-se-ão os discursos do presidente, observando como a política econômica estava intrincada às eleições de 1982. Finalmente, interpretar-se-á as medidas e decisões no tocante à política econômica do período, bem como pelo governo em outras ações. Conclui-se que o governo Figueiredo, por meio da política econômica, obras e discursos do presidente, tentou manipular as eleições de 1982, visando dar continuidade à abertura política, oferecendo vantagem aos candidatos do PDS na formação do colégio eleitoral que votaria no sucessor civil da Presidência da República.

Palavras-chave: Governo Figueiredo, Política econômica, Ciclo político

Quanto ao futuro, devo dizer que nunca tive ambição política. Fui criado e educado para ser soldado. E gostava de sê-lo. E foi como soldado que recebi a escolha do meu nome para a Presidência da República: como mais uma missão a cumprir e cujo desempenho tem-me trazido muito mais amarguras e desencantos do que satisfação (FIGUEIREDO, J. B., in: BRASIL, 1983, p. 54).

1. INTRODUÇÃO

Para entender a interação de Economia e Política nos períodos eleitorais, economistas desenvolveram o conceito de **Ciclo Político**. O pioneirismo sobre o tema é o artigo de Downs (1957a), cuja hipótese estudada é que partidos políticos em uma democracia formulam políticas estritamente para ganhar votos, o que implica que o governo sempre age tão somente para maximizar o número de votos que receberá.

Principalmente a partir de meados dos anos 1970, com a publicação do seminal artigo de Nordhaus (1975), e de Hibbs (1977), surgem os primeiros modelos em que se estudava, com uso de método econométrico, o comportamento oportunista dos *policy makers* em usar instrumentos de política econômica para influenciar no desempenho das variáveis econômicas, de modo a induzir eleitores a votarem favoravelmente no candidato do governo. Após, na década de 1980, aperfeiçoou-se a teoria com novos modelos, dando maior importância para a política fiscal e outros fatores¹.

A restrição desses modelos é que requerem um bom volume de dados, para construção de uma série histórica suficiente para rodarem modelos econométricos e apresentarem a devida significância estatística. Por esse motivo, para aprofundar a ocorrência de ciclo político num único evento ou eleição, tais modelos se mostram inadequados e limitados. Desse modo, resta recorrer a outros métodos para um exame mais detalhado de como o comportamento do governo pode ter influenciado as preferências dos indivíduos nas eleições, adicionando outros elementos não contemplados em meros dados de instrumentos de política econômica, como nível da

¹ Para saber mais sobre esses modelos, sugere-se a leitura de ALESINA, ROUBINI e COHEN (1997) e BORSANI (2003).

taxa de juros, quantidade de moeda, receitas e despesas governamentais, etc, ou de variáveis macroeconômicas, como PIB, taxa de desemprego, inflação, dentre outras.

É o caso, por exemplo, das eleições brasileiras de 1982. Ainda sob a égide da ditadura civil-militar de 1964-1985, dada o próprio caráter “híbrido” daquele regime, convive-se a escolha de presidentes da república nomeados por militares e sabatinados pelos Congresso Nacional, com eleições em níveis estaduais e municipais. Particularmente em 1982, com o início da abertura política do regime, as eleições definiriam os membros do colégio eleitoral que em 1985, estaria incumbido de eleger quem seria o novo presidente da república, um civil depois de 21 anos.

Baseado em Kuhn (2020), esse capítulo tem por objetivo demonstrar como o governo brasileiro, mediante a própria política econômica, mas também obras e discursos presidenciais, buscou influenciar o desempenho das eleições de 1982, de modo a beneficiar a formação de uma maioria pró-governo no colégio eleitoral responsável pela escolha do novo presidente em 1985.

Para tanto, esse capítulo está subdividido nas seguintes seções: além dessa introdução, na seção dois, contextualiza-se brevemente a política econômica do Governo Figueiredo em 1979-1985. Após, na seção seguinte, aborda-se as eleições de 1982. Depois, analisa-se os discursos presidenciais de Figueiredo na seção quatro, buscando demonstrar como o teor de seus discursos e sua participação em eventos visava induzir o desempenho das eleições de 1982. Na seção cinco, avalia-se como a política econômica estava atrelada à abertura política e às eleições de 1982. Finalmente, a última seção são as considerações finais desse capítulo.

2. DANÇA DAS CADEIRAS NO MINISTÉRIO DE FIGUEIREDO: A POLÍTICA ECONÔMICA TITUBEANTE DE 1979-1985

Crê-se que a gestão de Figueiredo deu continuidade à orientação da política econômica do governo Geisel, à distensão política e aos projetos do II PND por três motivos (KUHNS, 2020). O primeiro é que ambos se afinavam nos âmbitos militar (a mesma corrente dos Moderados, também chamados de Castelistas) ou político (fizeram parte do mesmo governo e Figueiredo foi indicado por Geisel para sucedê-lo). Logo,

não obstante a nova composição do ministério nas pastas pertencentes à equipe econômica, a transferência de Simonsen para a SEPLAN, um economista de orientação ortodoxa, acenava para a intenção do novo governo em corrigir os desequilíbrios causados pelo recrudescimento da inflação e da ascensão desenfreada da dívida externa.

Em segundo, os projetos do II PND, em que pese em avançado processo de maturação, ainda requeriam recursos públicos para a sua conclusão, a despeito de a nova equipe econômica apregoar a redução dos investimentos públicos, buscando uma “coerência entre a política monetária e fiscal” do governo (CARNEIRO, 1990, p. 309).

Finalmente, o terceiro motivo residia na crise econômica, que resultava no agravamento da crise política, aguçando o problema de legitimidade do regime no governo Figueiredo. Se Geisel já havia instituído o II PND e o processo de abertura política como resposta ao primeiro choque do petróleo em 1973, com o advento da segunda elevação dos seus preços em 1979, a continuidade das medidas do seu antecessor se faziam ainda mais prementes para sustentação de tal fim.

Adicionalmente, a oposição mantinha sua posição crítica à condução da política econômica desde Geisel. Por conseguinte, causaria um custo muito grande não só político desaquecer a economia, haja vista os dispêndios com os projetos do II PND, em estágio de maturação, sem contar que, ao estimularem a demanda agregada, iam ao encontro do propósito do governo de manter o ritmo de crescimento.

Por conseguinte, em 1979, iniciou a primeira fase da política econômica do governo Figueiredo, que se estende até o pedido de demissão de Simonsen da SEPLAN. Um aspecto pertinente é a composição do ministério nas pastas relacionadas à economia daquele governo no período. Segundo Tavares e Assis (1986):

A reconcentração sob o comando único de forças tão divergentes obedecia a um plano estratégico que levava em conta o novo cenário em que se travaria a batalha econômica: a *abertura* política. Nessas condições, sem os instrumentos discricionários do autoritarismo cabal para silenciar as oposições, podia-se supor que a simples oposição aos ataques do adversário externo contribuísse para reforçar a coesão e a disciplina interna nas hostes governamentais (TAVARES; ASSIS, 1986, p. 65).

Assim, ao assumir a SEPLAN, Simonsen recomendou uma política recessiva para conter a inflação e o déficit externo, o que causou desagrado aos sindicatos dos trabalhadores, aos empresários e à oposição, e inclusive a setores do próprio governo, como militares da linha-dura e ministros como Delfim, da Agricultura, e Andreazza, do Interior (LACERDA ET AL, 2003). A recessão implicava um custo muito elevado para o governo em seu desígnio de gerir o processo de transição para a democracia. Em virtude disso, Simonsen é substituído na SEPLAN por Delfim, que Baer (2009) explica:

Considerando-se as pressões existentes sobre as políticas restritivas e o fato de que o crescimento mais lento era visto como fator que dificultava a abertura política, essas políticas foram radicalmente modificadas em agosto de 1979, quando o ministro do Planejamento, Simonsen, renunciou e Delfim Netto, que havia conduzido a economia durante ‘os anos do milagre’ de 1968-73, ocupou o seu lugar (BAER, 2009, p. 117).

Consequentemente, conclui-se que Simonsen possuía parca autonomia sequer na escolha dos instrumentos - uso de meios ortodoxos -, tampouco das metas a serem atingidas - no caso, a recessão. Por sua vez, isso corroborou para a sua demissão “voluntária” e, para sua posterior substituição pelo seu principal adversário político no governo, a dizer, o *czar* Delfim Netto.

A segunda fase, então, inicia no intervalo entre a alocação de Delfim para a SEPLAN e as medidas econômicas implementadas a partir do 1º semestre de 1980. No entanto, na segunda quinzena de agosto de 1979, ao ser nomeado para o Planejamento, Delfim foi aclamado pelo empresariado como capaz de reconduzir a economia ao nível de expansão similar ao período do “milagre” econômico (1968-73), quando dirigia a pasta da Fazenda (SKIDMORE, 1988). Todavia, os empresários desconheciam a real responsabilidade do *policy maker* no desempenho da economia durante o “milagre”.

Porém, é nos resultados a partir de tanto na política econômica equivocada adotada - a famosa *heterodoxia delfiniana* - quanto no objetivo a ser alcançado - crescimento econômico a qualquer custo - que residem as principais causas da perda de credibilidade da política econômica conduzida por parte de Delfim. Ao lançar um conjunto de ações que não logrou corrigir os fatores geradores da dívida externa, nem ao menos estabilizar os preços, o ministro da SEPLAN viu decair uma parte de sua reputação frente às elites empresariais. O resultado foi a recessão no período 1981-1983,

com disparo da inflação e piora nas contas públicas e externa, melhorando esse quadro somente em 1984, quando o PIB cresceu 5,7% (KUHN, 2020).

3. O CAMINHO PARA O RETORNO DOS CIVIS AO PODER: AS ELEIÇÕES DE 1982

Um dos desígnios da abertura política era incentivar a participação dos eleitores, visando impedir novamente o grande volume de abstenções e votos nulos de eleições anteriores, o que comprometia a legitimidade do regime e sua “fachada de democracia” (KUHN, 2020).

Em 1981, um ano antes das novas eleições, o governo encaminhou para aprovação uma lei para implantar a reforma política, com o fim da figura do senador “biônico” e eleições diretas para governador. Como os congressistas perderam o prazo para a votação, acabou sancionada pelo presidente da República. Em 15 de novembro de 1982, as eleições gerais foram para governadores, deputados estaduais, deputados federais e renovação de um terço do Senado, assim como para prefeitos e vereadores.

Com a extinção da ARENA e do MDB, instituiu-se o pluripartidarismo no país. Segundo Victorino (2000, p. 278),

O pluripartidarismo fazia parte da estratégia governamental. Com a volta das antigas lideranças, após a anistia, a oposição rachou em várias facções, quebrando sua unidade. Foram proibidas as coligações entre partidos e estabeleceu-se o voto vinculado, ou seja, governador e vice, prefeito e vice, etc., tinham de ser escolhidos dentro do mesmo partido, limitando a opção do eleitorado.

Na prática, o pluripartidarismo fragmentou a oposição, favorecendo a situação e o governo, haja vista que este passou a congregar todas as forças situacionistas em um único partido, o PDS, ao passo que a oposição se fragmentaria em mais legendas.

Enquanto o novo partido da situação contava com o apoio do governo (inclusive do aparelho do Estado), os oposicionistas também possuíam algumas vantagens, conforme destaca Victorino (2000, p. 279):

Os governistas, de roupa nova, com a sigla do PDS (a imagem da Arena ficara profundamente desgastada) realizavam sua campanha por todo o país,

utilizando a estrutura já existente. Enquanto isso, a oposição, fracionada em várias legendas, tinha a seu favor a rejeição popular ao governo em face da crise econômica.

Tabela 1. Resultado por bancadas partidárias nas Eleições de 1982 no Brasil

	Cadeiras	PMDB	PDS	Demais partidos
Senado	25	9	15	1
Câmara Federal	479	200	235	44
Assembleias Legislativas	947	404	476	67

Fonte dos dados: IBGE. Elaboração própria, 2012

Ao final das eleições, o resultado foi um preenchimento da maioria das vagas do Senado pelo PDS - 15 das 25 cadeiras, ou, em termos percentuais, 60% - enquanto o PMDB ficou com 36% (nove cadeiras) e os demais partidos (neste caso, o PDT) apenas 4% (apenas uma). Somando com a bancada formada (2/3) nas eleições de 1978, a distribuição de cadeiras ficava sendo 53 para o PDS (75%), 17 para o PMDB (24%) e uma para o PDT (1%), garantindo a supremacia do partido do governo no Senado. Já na Câmara Federal, das 479 vagas, o PDS ocupou 235 (49%), enquanto o PMDB ficou com 200 deputados (42%) e os demais partidos - PDT, PTB e PT - apenas 44 (9%). A oposição, nesse caso, acabou sendo a maioria na Câmara de Deputados. Com isso, o Colégio Eleitoral estava formado por 288 membros do PDS (52%) e 262 pertencentes ao PMDB e demais partidos menores (48%), tornando o governo mais capacitado a fazer o seu sucessor na Presidência da República. Todavia, a dissidência de políticos do PDS próximo das eleições de 1984 mudaria consideravelmente esse panorama.

4. A SIMBIOSE ENTRE GOVERNO E PARTIDO: OS DISCURSOS DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Nesta seção, pretende-se analisar e interpretar os discursos oficiais do presidente João Figueiredo entre 1979-1984. O objetivo é confirmar a tese de Kuhn (2020) de que Figueiredo e seu governo estavam comprometidos em elegerem o seu sucessor, dando continuidade à abertura política do regime. Para tanto, adotar uma estratégia vitoriosa nas eleições de 1982 seria fundamental, garantindo maioria do partido da situação, o

PDS, no colégio eleitoral responsável pelas eleições indiretas para presidente da República.

Como em Kuhn (2020), a publicação escolhida foi os discursos do presidente de 1979-1984. O propósito foi captar as intenções de Figueiredo nas mensagens direcionadas à população, bem como as justificativas de suas medidas econômicas e políticas. Em vez do emprego de métodos como Análise do Discurso (AD)², costumeiramente aplicada em estudos da Comunicação Social e História, preferiu-se uma interpretação de texto mais simples e objetiva, a qual se julga suficiente para os objetivos do presente trabalho (KUHN, 2020).

João Figueiredo iniciava seu primeiro discurso como presidente do país já anunciando qual a sua principal missão no cargo:

Reafirmo: é meu propósito inabalável - dentro daqueles princípios - fazer deste País uma democracia. As reformas do eminente Presidente Ernesto Geisel prosseguirão até que possam expressar-se as muitas facetas da opinião pública brasileira, purificando o processo das influências desfigurantes e comprometedoras de sua representatividade (FIGUEIREDO, 1979, p. 5-6).

Ao proferir a frase que seria a tônica da grande maioria de seus discursos, o seu “*propósito inabalável [...] de fazer deste País uma democracia*”, Figueiredo revela qual o seu grande projeto de governo, a despeito de que “seu” propósito, se atingido, significasse a mudança e, por que não, o fim do próprio regime. Ainda, o presidente recém-eleito demonstrava o temor do crescimento da oposição (MDB) nas eleições ocorridas desde 1974. Mostrava, igualmente, a fragilidade do regime que busca se legitimar num período nada próspero economicamente, diferente do primeiro decênio do regime civil-militar, principalmente entre 1968-1974.

Nesse cenário, era estratégico o apoio do partido do presidente, o PDS, nas iniciativas do governo. Mais do que isso, mesmo nos discursos do presidente, principalmente pouco antes das eleições de 1982, o partido e o governo se confundiam e se tornavam, por vezes, quase sinônimos. Isso se evidenciava em manifestações como a

² Christofolletti (2000), por exemplo, usa esse método adotando técnicas da Comunicação Social, atendo-se a aspectos linguísticos para analisar os discursos não só do presidente Figueiredo, mas também dos membros da Frente Liberal, como Paulo Maluf, José Sarney e Delfim Netto, além de Tancredo Neves.

realizada em Brasília/DF, em 28 de agosto de 1980, recebendo líderes do PDS, em que Figueiredo falou pela primeira vez das eleições e da expectativa sobre seu partido:

Eu nunca desacreditei da possibilidade de o Partido sair-se bem nas próximas eleições. Mas, também, sempre tive presentes as dificuldades que iríamos encontrar, porque, se a Oposição faz oposição, como é seu dever - e o faz bem feito -, há também aquela Oposição que faz apenas (...) para desestabilizar o Governo (FIGUEIREDO, 1980, p. 220-221).

Nesse trecho, o presidente se mostrou preocupado com o desempenho do seu partido nas eleições, cujo resultado corria risco com os ataques ao seu governo. Figueiredo deixava transparecer a inter-relação entre o partido e o governo, mais típica de uma ditadura do que de um governo empenhado na abertura política. No discurso de 30 de novembro de 1980, no encerramento da convenção nacional do PDS, Figueiredo tratou novamente das eleições diretas de 1982: “Em novembro de 1982, teremos as eleições diretas que prometi. [...] Nesse dia, vamos conquistar [...], legitimamente, a maioria do colégio eleitoral que elegerá meu sucessor” (FIGUEIREDO, 1980, p. 370).

Percebe-se que, a partir do final de 1981, o governo passou a lançar alguns programas que exigiriam a aplicação de um considerável aporte financeiro, além de conferir maior visibilidade às ações de sua gestão, justamente em um ano eleitoral:

[...] é lançado, neste momento, o Programa Nacional de Rodovias Alimentadoras [...] para estimular a economia e oferecer aos brasileiros melhor nível de vida.

O Governo Federal pretende aplicar nesse programa, somente no exercício de 1982, vinte e cinco bilhões de cruzeiros³, aos quais se somarão recursos proporcionados pelos Estados, para cooperar no custeio de estradas do seu interesse (FIGUEIREDO, 1981, p. 340-341).

Cabe ressaltar, de início, o alcance do programa, voltado “*para estimular a economia*” em um ano eleitoral, com o governo desembolsando bilhões de cruzeiros na época, certamente nos dias atuais seria uma medida considerada **ciclo político** - vulgarmente chamada de “eleitoreira”.

³ Equivalente a R\$ 1,730 bilhão em valores de janeiro de 2020, atualizando pelo IPCA. Esse valor representava 3% de toda a despesa do governo Figueiredo no ano de 1982.

Antes de mencionar os discursos de Figueiredo em 1982 - ano eleitoral – estes merecem alguns ressaltos (Tabela 2). De todos os volumes dos discursos do presidente de 1979 a 1984, a compilação de 1982 é a única que possui dois tomos. Cada tomo possui mais páginas (I - 360 e II - 379) do que as publicações de 1981 e 1983 (352 e 220, respectivamente). Ou seja, nos últimos quatro meses do ano de 1982, a partir de pouco mais de dois meses antes das eleições que ocorreriam em 15 de novembro desse ano, Figueiredo discursou mais do que no decorrer de todos os anos de 1981 e 1983. Em termos de frequência, somente o tomo I de 1982 contém 50% mais páginas por dia do que 1981 e quase três vezes mais que 1983, enquanto que o tomo II de 1982 possui mais que o dobro de páginas por dia do que dos oito meses iniciais daquele ano.

Tabela 2. Número de páginas das publicações dos discursos do presidente Figueiredo – 1981-1983

Páginas	1981	1982 – Tomo I (06/01 – 28/08)	1982 – Tomo II (03/09 – 30/12)	1982 – Total	1983
Nº de páginas	352	360	379	739	220
Nº de páginas/dia	1,0	1,5	3,1	2,0	0,6

Fonte dos dados brutos: FIGUEIREDO (1981, 1982a, 1982b e 1983). Elaboração própria.

Todavia, não foi somente em termos quantitativos que chamam a atenção os discursos de Figueiredo em 1982. Nesse ano, viajou muito mais pelo interior do país, fazendo apenas oito discursos fora do país (em três cidades diferentes). No ano seguinte, discursou 14 vezes em seis cidades; em 1981, foram 34 discursos em sete cidades. A maioria dos discursos de 1982 ocorreu durante solenidades de assinatura de atos e convênios com governantes locais, inauguração de obras, divulgações de programas, etc.. Ou seja, em um ano eleitoral, tudo sugere que Figueiredo discursou mais para obter dividendos eleitorais do que para promover o seu próprio governo. Aliás, pode-se afirmar que ele destinou mais tempo e dedicação ao seu partido, o PDS, cuja sigla foi, inclusive, bastante articulada quanto mais próximo das eleições, mesmo nos discursos

para a população. Segundo KUHN (2020), em 1982, o termo foi pronunciado em 17 páginas, enquanto em 1983 aparece em apenas cinco⁴.

Todas as observações acima só demonstram a importância do período pré-eleitoral em 1982, tanto para o presidente Figueiredo quanto, por que não depreender, para todo o governo, o seu partido e para o próprio regime civil-militar.

Figueiredo não media esforços para que o seu partido tivesse um bom desempenho nas eleições. Como em 1981, no lançamento do Programa de Rodovias, em 4 de março de 1982, em Recife/PE, na entrega de 400 títulos de propriedade de terrenos, o que era para ser a divulgação de um programa do governo, acabou se tornando um palanque para angariar votos e convencer os presentes sobre a necessidade de dar continuidade ao seu governo por meio do seu partido:

E eu quero que essa rebeldia da gente pernambucana (...) venha a ser demonstrada através da confiança que deposita na minha palavra ao invés de desaforos, ao invés de injustiças e de mentiras, apresentem essa confiança através do voto a 15 de novembro de 1982.

É verdade de que necessito de algum apoio para continuar aqueles empreendimentos já iniciados e desenvolver outros que os recursos até agora não o permitiram. (...) Não há apoio maior do que este que estou presenciando aqui (...) para que eu possa enfrentar a 15 de novembro a mentira oficializada da Oposição (FIGUEIREDO, 1982a, p. 41).

Veja-se que o presidente pedia que a população local apresentasse a sua “confiança” no governo “através do voto a 15 de novembro de 1982” não em um evento do partido, mas do seu governo, mais uma vez confundindo ambos. A continuidade necessária é ressaltada quando afirma que precisa “de algum apoio para continuar aqueles empreendimentos já iniciados e desenvolver outros que os recursos até agora não o permitiram”, no caso, “através do voto a 15 de novembro de 1982”.

Figueiredo não se isenta no período pré-eleitoral, conforme discurso na inauguração de obras em Niterói/RJ, no dia 15 de abril de 1982:

Ouçó vozes e vejo escritos condenando a minha participação como Chefe do Governo na campanha política em prol do meu partido. Não vejo por que: em

⁴ A contagem de vezes que o termo “PDS” aparece nos dois livros foi realizada pelo recurso de pesquisa no site da Google Books, no endereço books.google.com.br.

todas as democracias, dos países mais adiantados do Mundo, eu vejo os chefes de governo darem o exemplo e irem à praça pública.

E não compreendo porque esses que são da Oposição, e que tanto falam em democracia, querem me afastar do povo. [...] Até 15 de novembro, e por mais de dois anos e tanto, eles vão ter que me engolir como eu sou, no meio do povo (FIGUEIREDO, 1982a, p. 106).

A sete meses das eleições gerais, o presidente defendia a sua “*participação como Chefe do Governo na campanha política em prol*” do seu partido, enquanto que o correto seria separar suas funções de “*Chefe do Governo*” e cabo eleitoral do PDS nos discursos sobre ações de governo para o povo. Justificava seu comportamento como usual de outros “*chefes de governo*”, o que legitimaria a sua participação, que por ser desprovida de base estatística, resumia-se em um mero exercício de retórica. Tampouco se tratava de uma condenação ao modo de ser do presidente, cuja predileção consistia em se manter “*no meio do povo*”; porém, a oposição reprovava o uso político das obras do governo para aliciar votos ao seu partido (KUHN, 2020).

À medida que se aproximava das eleições, Figueiredo associava em seus discursos os programas de governo e a plataforma política do PDS. Em Cuiabá/MT, na inauguração de conjunto habitacional financiado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), em 25 de junho de 1982, o presidente mencionava o nome do seu partido pela primeira vez durante um evento do governo, quase cinco meses antes das eleições gerais: “É este programa de Governo, este programa de paz e de democracia, que requer o vosso apoio. [...] em eleições democráticas, tereis a oportunidade de dar vosso voto ao programa do PDS” (FIGUEIREDO, 1982a, p. 178). Complementa dizendo: “[...] deveis escolher para o vosso voto, em apoio ao PDS, que representa apoio ao programa do meu Governo [...]” (FIGUEIREDO, 1982a, p. 179). Em ambas as declarações, Figueiredo usa como sinônimos governo e partido, que têm um mesmo programa, e o voto no segundo representa legitimar e chancelar o primeiro. Deixava transparecer que as ações e programas executados pelo governo serviam de dividendos políticos para o partido.

Acusado pela oposição de implantar o FINSOCIAL com vistas às eleições, Figueiredo (1982, p. 670) respondia: “Mais uma vez desminto os destratores que me acusaram de uma iniciativa eleitoreira. O FINSOCIAL é um instrumento de política de longo prazo, não um recurso oportunístico”. Se o programa era “*um instrumento de*

política de longo prazo”, e, portanto, não se enquadravam como “*oportunistas*”, todavia, o mesmo não se pode dizer de sua implantação em um ano eleitoral. Figueiredo se esquece - muito provavelmente de propósito - do aspecto institucional desse programa e da sua publicidade, demonstrando um conjunto de medidas “*em benefício das camadas sociais que necessitam de assistência*”. Nesse ponto de vista, não eram só as camadas sociais mais pobres que se beneficiavam do FINSOCIAL; o partido acabava em seu principal beneficiário indireto.

Mais do que isso, votar no PDS continha um significado mais amplo: “Peço apoio do povo ao PDS e a seus candidatos [...], que crie a base parlamentar de continuidade na política de meu Governo” (FIGUEIREDO, 1982b, p. 563). Nesse discurso de outubro de 1982, Figueiredo omitia ou deixava implícito que “*a base parlamentar de continuidade*” não se restringia apenas para garantir a continuidade de seu governo, mas principalmente a **continuidade do seu partido no governo**.

Após as eleições, o Brasil acordou empréstimo junto ao FMI, apresentando sete cartas de intenções nos anos de 1983 e 1984. Sobre esse assunto, em fevereiro de 1983, Figueiredo justifica que:

Membros do Fundo Monetário Internacional, a ele, diante dos problemas financeiros que nos afligiam, tivemos que recorrer. Com o apoio de nações amigas, estamos negociando com o sistema bancário internacional o fluxo de empréstimos que permita ao Brasil superar essa grave e prolongada crise (FIGUEIREDO, 1983, p. 27).

Se a tomada de empréstimos junto ao FMI se justificavam por “*problemas financeiros que nos afligiam*”, o mesmo não se pode dizer do seu momento, motivado por razões político-eleitorais, em que o governo aguardou o final das eleições para só então firmar a negociação, resultando em um **ciclo político** pelo lado institucional.

No dezembro de 1983, dada as dificuldades na coordenação do partido, Figueiredo tomou uma importante decisão, abdicando da função por não “alcançar o consenso que almejava” para que o PDS obtivesse a “sagração do Colégio Eleitoral” (FIGUEIREDO, 1983, p. 219). A função de coordenador da escolha do candidato do PDS na eleição de 1985 se mostrava inconciliável com o seu cargo de presidente da República. Cabe frisar outros argumentos de Figueiredo para a sua desistência da função de coordenador da candidatura do PDS em 25 de junho de 1984:

[...] queria me afastar absolutamente do processo sucessório a fim de que o problema, tal como está na Constituição, estivesse entregue aos políticos. Com esta minha isenção eu quis dar uma demonstração à Nação de que este era o primeiro passo para que de fato o Palácio do Planalto não tivesse mais ingerência no problema político do País. Quis dar um exemplo de que o Executivo é o Executivo, e que o problema político cabe aos políticos resolver (FIGUEIREDO, 1984, p. 122).

Se antes a razão do seu afastamento da coordenação se justificava pela falta de “*consenso*”, nesse trecho de seu discurso, Figueiredo declarava que tais funções não eram conciliáveis, devendo ser “*entregue[s] aos políticos*”. Conforme se percebe em seus discursos de anos anteriores, principalmente no período pré-eleitoral de 1982, Figueiredo não convencia demonstrar essa “*isenção*”, haja vista que não se afastou do processo eleitoral. Enquanto Figueiredo deveria dar o “*exemplo de que o Executivo é o Executivo*”, durante aquele período, **o Executivo era o seu Partido, e vice-versa**.

Como sabido, a formação do Colégio Eleitoral havia sido definida nas eleições gerais de 1982. Figueiredo e o PDS também sabiam da importância dessas eleições para a sua sucessão a partir de março de 1985. Em Brasília/DF, no dia 31 de março de 1984, Figueiredo disse, em discurso à nação brasileira, por ocasião do 20º aniversário da “Revolução” de 1964: “O mundo político não ignorava, [...] que, nas eleições de 1982, estava em jogo a escolha, pelo voto, do Colégio Eleitoral a quem competia eleger o novo Presidente da República” (idem, 1984, p. 45, grifos nossos).

Cabe destacar que é nessa sua declaração que Figueiredo é mais explícito com relação à relevância dos seus propósitos, e de seu Partido, relativamente às eleições de 1982. Isso que realmente “*estava em jogo*” para esses dois agentes - e para a oposição; algo que “*o mundo político*” não só não ignorava, como se mostrava crucial para os partidos: para a situação, significava se manter no poder; para a oposição, fazer parte dele. Era o prêmio do vencedor do “*jogo*” político de 1985.

Em discursos posteriores, o presidente seguiu explanando sobre suas realizações, divulgando os programas e ações de seu governo. Figueiredo intentava dar sustentabilidade a sua gestão, configurada em ação estratégica de conferir popularidade no período pré-eleitoral de 1985.

5. POLÍTICA ECONÔMICA E CICLO POLÍTICO NO GOVERNO FIGUEIREDO

Em 1979, quando Figueiredo assumiu o governo, discursando a favor da continuidade da abertura política, clarificava a importância desse fim para a sua gestão. Crê-se que o agravamento das contas externas e pública, acrescido da desestabilidade nos preços internos e a conjuntura recessiva internacional, se tratava de forte empecilho para a realização dessa meta. No entanto, em vez de optar por um ajustamento contracionista, conforme Simonsen apregoava, promoveu uma tentativa de reeditar e dar prosseguimento aos programas e políticas em prol do crescimento econômico dos governos militares anteriores, com Delfim como ministro do Planejamento. Porém, ao contrário do período em que aquelas ações e programas foram implementados, o biênio 1979-1980 era intensamente desfavorável, tanto em nível internacional como nacional.

Face à credibilidade que recebera ao assumir a SEPLAN, Delfim não soube aproveitá-la e gerou um forte clima de incerteza na condução da política econômica até 1980, ao cometer uma série de equívocos. Assim, o intento do governo em promover um ajuste dos desequilíbrios internos e externos mediante uma política de crescimento econômico foi substituído por medidas mais austeras de controle dos instrumentos econômicos. Mais do que isso, frustrava também o ensejo do governo em criar um ambiente mais propício para obter melhores resultados nas eleições estaduais e municipais de 1982. A importância dessas votações residia, por sua vez, na garantia de melhor desempenho na definição do novo presidente da República em janeiro de 1985.

Ainda, mesmo com a recessão de 1981-83 e a posterior intervenção do FMI na política econômica, essa meta permaneceu conforme concebida pelos militares, passível de ser considerada, inclusive, como sendo a primordial para o governo Figueiredo, de acordo com discursos do presidente de 1979 a 1984.

Analisando a política econômica a partir de 1981, Bonelli (1995, p. 137) constata que “um conjunto de medidas visando contrair a absorção interna e incentivar as exportações [...] foi adotado ao longo do quadriênio 1981-1984, com a intensidade suavizada durante um breve interregno no ano eleitoral de 1982”, o que claramente aponta para **as eleições daquele ano influenciaram a política econômica no período.**

Curiosamente, a negociação do governo com o FMI ocorreu de forma bastante discreta, adequando a política econômica aos “cânones ortodoxos”, haja vista as eleições de 15 de novembro de 1982, nas quais “o regime, lembre-se, jogava todas as suas fichas” (MACARINI, 2008, p. 39). Desse modo, se a negociação ocorresse antes, comprometeria o uso de alguns instrumentos de política econômica para fins eleitorais em 1982, resultando em **ciclo político** (KUHN, 2020).

Nas palavras de Macarini (2008, p. 31), “[...] efetivamente havia a expectativa de equacionar a questão do financiamento externo e com isso abrir espaço para flexibilizar a política econômica recessiva (a tempo de enfrentar, em melhores condições, o desafio eleitoral de 1982)”. O mesmo autor sustenta que:

É plausível supor que os planos acalentados pelos executores da política econômica contemplassem a adoção no decorrer do ano de alguma flexibilização, mesmo porque o calendário político previa importantes eleições para o regime (dela sairia o colégio eleitoral que iria decidir em janeiro de 1985 o sucessor de Figueiredo) - e, naquela época, ainda se imaginava a abertura política como um processo de longo curso futuro (MACARINI, 2008, p. 33-34).

Já em 1982 as eleições se obstaram à prescrição política. Em consonância ao ponto de vista de Skidmore, confia-se que:

Delfim, um animal visceralmente político, manobrou para maximizar a vantagem do governo na campanha política. Com a economia ainda apresentando certa folga, o ministro procurou suavizar os controles para mostrar melhor desempenho econômico [...] por ocasião do pleito de novembro, e foi bem-sucedido (SKIDMORE, 1988, p. 451).

Tal afirmação reitera a hipótese de o governo ter incorrido em **ciclo político** no período das eleições de 1982. Assim, até as eleições de novembro, o ministro contradizia as especulações em torno de uma suposta visita ao Fundo Monetário Internacional. Prontamente ao final das votações, a suposição se transforma em fato, quando o governo assume a abertura das negociações junto ao instituto (BARROS, 1992; SKIDMORE, 1988). Mais do que isso, essa foi uma estratégia oportunista do governo em somente solicitar empréstimo junto ao FMI após as eleições, o que igualmente pode ser compreendido como **ciclo político**.

Os militares não desejavam com a distensão e a abertura tão somente entregar aos civis o poder de governar sob um regime democrático, mas também assegurar que, através desse processo, a sua corporação permanecesse representada pelo próximo governo, o que só ocorreria se o PDS conquistasse a vitória nas eleições de 1985.

O “passar de bastão” requeria a sustentação política das classes dominantes e hegemônicas que compuseram os governos militares desde então. Assim, num primeiro momento, a política econômica parecia condicionada à satisfação e garantia dos interesses das elites, para que após a liberalização as mesmas pudessem assumir o Estado com a inclusão dos militares. Porém, com os problemas nas contas externas, o governo se obrigou a adotar uma política econômica mais coerente com a preconizada pelo FMI e pelos banqueiros internacionais. O resultado maior dessa política foi a recessão agravada em 1983. Com isso, o governo acabou perdendo apoio dessas classes, comprometendo seu projeto político (MACARINI, 2008):

Pode-se afirmar, mesmo mediante o risco de austeridade excessiva, que o governo Figueiredo teve pouco sucesso nos seus objetivos econômicos. No âmbito econômico, o crescimento do PIB foi irregular, a inflação permaneceu elevada - e, pior, foi mais que o dobro do patamar do final dos anos 70 - e as dívidas externa e pública continuaram minando a economia do país. Por sua vez, no âmbito político, o governo perdeu as eleições legislativas e para governador na maioria dos Estados. Contudo, por outro lado, sua maior vitória foi conseguir impedir a ocorrência das eleições diretas para presidente do país no decorrer da liberalização política. Para seus pares, infelizmente, esse êxito não foi suficiente para assegurar que fosse sucedido por um pedessista.

Um último fator igualmente importante reside na existência de eleições para o Congresso no período 1970-1982, por meio de voto popular a cada quatro anos. O Colégio Eleitoral elegeria o presidente do país. Assim, nesse sistema as eleições proporcionais se tornaram relevantes tanto para o poder executivo quanto para o próprio legislativo. Skidmore (1988) ressalta esta aparente contradição no regime civil-militar, com interesses eleitorais:

Dada sua posição e seus poderes, por que então o governo não aboliu as eleições? Ou simplesmente não apelou para eleições indiretas...? A resposta é que os militares (e seus colaboradores civis) ainda viam as eleições como um

importante processo legitimador. Elas tinham que ser mantidas, e manipuladas se necessário (SKIDMORE, 1988⁵ apud PAIVA, 1994, p. 37).

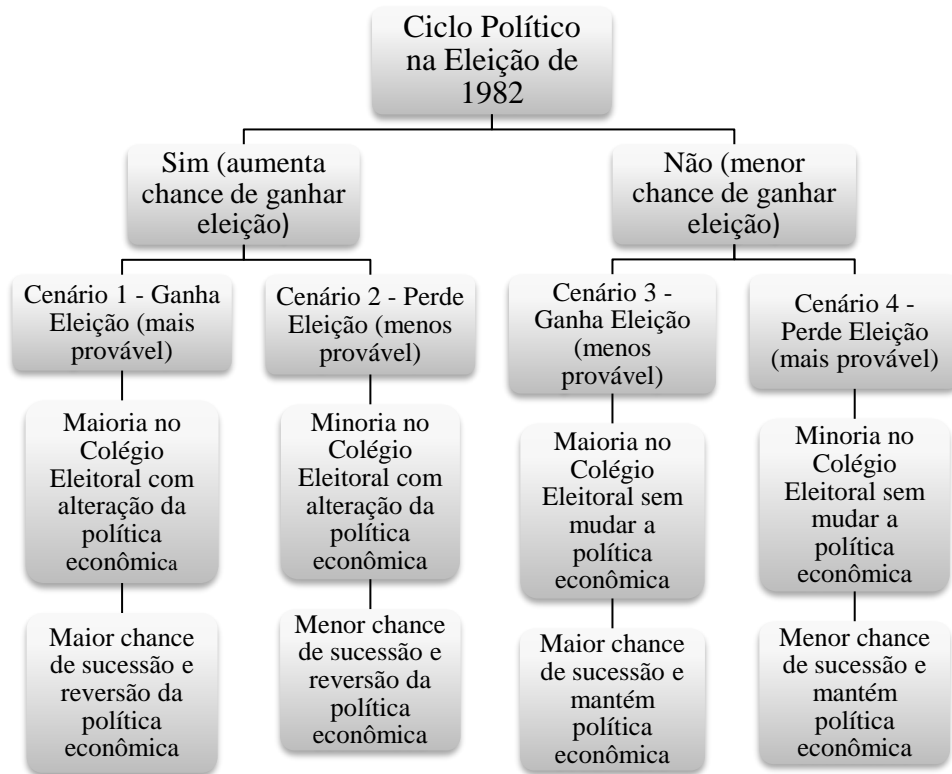
Nesse sentido, a legitimidade do governo estava condicionada ao desempenho eleitoral do partido de situação. Quando Skidmore sugere uma manipulação das eleições, percebe-se que os militares poderiam fazer uso delas para manter no poder (ou o seu acesso) a sua base de sustentação, os representantes das classes dominantes, com o objetivo de se perpetuarem hegemônicas. Para tanto, o emprego dos instrumentos de política econômica serviam como um dos tantos mecanismos para esse intento.

Analisando o mapa de decisões do ciclo político da eleição de 1982 (Figura 1), a melhor estratégia de definição da política econômica seria o governo ter comportamento oportunista (ciclo político) nas eleições de 1982. Se vencesse as eleições (Cenário 1), obteria a maioria no Colégio Eleitoral, aumentando a probabilidade de eleger o sucessor presidencial em 1985. Por outro lado, a alteração da política econômica no período pré-eleitoral requereria uma reversão das medidas adotadas após as eleições. Caso não incorresse em ciclo político, o governo teria menos chance de ganhar a eleição. Se mesmo assim tivesse êxito (Cenário 3), também obteria maioria no Colégio Eleitoral, o que auxiliaria a vencer o pleito de 1985. Essa só não é a melhor alternativa (estratégia dominante) por ser o cenário menos provável no caso de não haver ciclo político.

Com relação aos cenários em que o governo perdesse as eleições (Cenários 2 e 4), a probabilidade de ocorrência é superior sem a existência de ciclo político, no caso, o Cenário 4. Nesse cenário, não haveria o custo com a mudança de política econômica; por outro lado, reduziria a sua chance de seu partido eleger o sucessor de Figueiredo.

⁵ SKIDMORE, T. E. **Brasil**: de Castelo a Tancredo, 1964-1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Figura 1. Mapa de decisões do Ciclo Político na Eleição de 1982



Fonte: KUHN (2020).

Logo, sustenta-se a tese de KUHN (2020) que a política econômica servia ao propósito maior da abertura política nos moldes concebidos pelos militares, ou seja, **o uso de instrumentos de política econômica para a obtenção da maioria no Colégio Eleitoral nas eleições de 1982, com o objetivo de garantir a eleição do sucessor do presidente da República em janeiro de 1985.**

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O governo Figueiredo, sem dúvida, foi um dos que enfrentou mais crises e eventos adversos na recente história brasileira. Ao mesmo tempo em que precisava debelar a inflação crônica e o desequilíbrio no Balanço de Pagamentos, por conta da crise da taxa de juros norte-americana de 1979, do choque do petróleo no mesmo ano e da crise da moratória mexicana em 1982, Figueiredo era responsável por conduzir o processo de abertura política e dar continuidade aos projetos do governo anterior.

Sua política econômica tinha que, concomitantemente, considerar todos esses fatores supracitados. Porém, com o processo de abertura política em curso, as eleições gerais de 1982, parte integrante desse processo, foram uma variável significativa na tomada de decisões do rumo da política econômica do governo.

Por isso, os motivos de um ciclo político em 1982 passam a ter sua relevância na presente análise em virtude do seu contexto. Como numa ditadura a incerteza sobre quem será o próximo governo é menor, o que se mostrou intrigante foi compreender que razões tinha o governo Figueiredo para manipular os resultados da eleição de 1982.

Pode-se destacar, além disso, três outros aspectos que apontam na explicação da ocorrência de ciclo político nas eleições de 1982, sem esquecer que ao longo do trabalho empregou-se o termo em um sentido mais amplo que o utilizado pela literatura, não restrito apenas ao uso de instrumentos de política econômica de curto prazo.

Em primeiro lugar, a postergação do acordo de empréstimo junto ao FMI, para depois das eleições de novembro de 1982, também é possível de ser caracterizada como ciclo político. O material empírico analisado mostra que havia a percepção pelos membros do governo que se fosse anunciada antes, poderia comprometer o resultado das eleições, corroborando para o discurso da oposição.

Um segundo fator foram as obras inauguradas e programas econômicos no período pré-eleitoral. Um exemplo foi a criação do FINSOCIAL. Apesar de ser “um instrumento de política de longo prazo”, Figueiredo se aproveitou do apelo institucional desse programa e da sua publicidade, beneficiando indiretamente o seu partido. Igualmente, o mesmo se pode dizer da inauguração de obras do BNH, no caso, os conjuntos habitacionais, do Programa Nacional de Rodovias Alimentadoras, bem como de outros atos assinados entre os governos federal e estaduais.

Por último, outro elemento primordial que caracteriza a estratégia do governo como ciclo político foram os discursos de Figueiredo. Com a proximidade das eleições de 1982, verifica-se uma transformação, em que o presidente proferiu mais discursos (e mais longos), e, principalmente, mencionou o nome de seu partido, o PDS, mais frequentemente. Pode-se depreender, até, que aquilo que afetasse ou influenciasse o governo faria o mesmo ao PDS. Nos seus discursos, nota-se uma espécie de simbiose entre governo e partido, como quando ele falava sobre o PDS em inaugurações de obras

e solenidades de assinatura de atos do Governo Federal previamente às eleições de 1982. Isto é, **o Executivo era o seu Partido, e vice-versa**. A missão do governo se definia em garantir a **continuidade do PDS no governo seguinte** (KUHN, 2020).

Para concluir, confirma-se a tese de KUHN (2020) que o governo Figueiredo, comprometido com sua intenção de conduzir o processo de abertura política, **manipulou instrumentos de política econômica e outras medidas e ações econômicas e políticas** (empréstimo do FMI, obras e programas do governo e discursos presidenciais) **com a finalidade de favorecer o partido da situação, o PDS, nas eleições gerais de 1982**, em que se elegeram também os membros do Colégio Eleitoral, os quais por sua vez escolheriam o sucessor civil da Presidência da República em janeiro de 1985. **O governo fez uso político de todos os meios que possuía**, inclusive a política econômica, desencadeando no **ciclo político** no qual se inserem as eleições de 15 de novembro de 1982.

REFERÊNCIAS

ALESINA, A., ROUBINI, N., COHEN, G. Political cycles and the macroeconomy. Cambridge: The MIT Press, 1997.

BAER, W. A economia brasileira. São Paulo: Nobel, 4 ed., 2009.

BARROS, E. L. de. Os governos militares. São Paulo: Contexto, 2 ed., 1992.

BONELLI, R.. Ensaio sobre política econômica e industrialização no Brasil. Rio de Janeiro, SENAI/DN/DITEC/DPEA, CIET, 1995.

BORSANI, H. Eleições e economia: instituições políticas e resultados macroeconômicos na América Latina (1979-1998). Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. O povo e o presidente. Brasília, Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1983.

CARNEIRO, D. D. Crise e esperança: 1974-1980. In: ABREU, M. de P. (org.), A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

CHRISTOFOLETTI, R. O discurso da transição: mudança, ruptura e permanência. Itajaí: Ed. Univali, 2000.

- COUTO E SILVA, G. Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1981.
- DOWNS, A. An economic theory of political action in a democracy. *The Journal of Political Economy*, Chicago, v. 65, n. 2. p. 135-150, Apr., 1957a.
- _____. An economic theory of democracy. New York: Harper and Row, 1957b.
- FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 1976.
- _____. Nova república? Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 1986 (Coleção Brasil: os anos de autoritarismo).
- FIGUEIREDO, J. B. Discursos. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Imprensa e Divulgação, v. 1., 1979.
- _____. Discursos. Brasília, Presidência da República, Secretaria de Imprensa e Divulgação, v. 2., 1980.
- _____. Discursos. Brasília, Presidência da República, Secretaria de Imprensa e Divulgação, v. 3., 1981.
- _____. Discursos. Brasília, Presidência da República, Secretaria de Imprensa e Divulgação, v. 4., tomo I, 1982a.
- _____. Discursos. Brasília, Presidência da República, Secretaria de Imprensa e Divulgação, v. 4. tomo II, 1982b.
- _____. Discursos. Brasília, Presidência da República, Secretaria de Imprensa e Divulgação, v. 5, 1983.
- _____. Discursos. Brasília, Presidência da República, Secretaria de Imprensa e Divulgação, v. 6, 1984.
- HIBBS, D. A. Political parties and macroeconomic policy. *American Political Science Review*, Denton, v. 71, n. 4, p. 1467-1487, dec. 1977.
- KUHN, C. V. Governo Figueiredo (1979-1985): política econômica e ciclo político-eleitoral. 1 ed.. Jundiaí (SP): Paco Editorial, 2020.
- LACERDA, A. C. et al. Economia Brasileira. São Paulo: Saraiva, 2 ed., 2003.
- MACARINI, J. P. Crise e política econômica: o governo Figueiredo (1979-1984). Campinas: IE - UNICAMP, n. 144, jun. 2008 (Texto para Discussão).

NORDHAUS, W. The political business cycle. *Review of Economic Studies*, Stockholm, v. 42, p. 169-90, 1975.

PAIVA, C. A. C. Interesses eleitorais e flutuações de preços em mercados regulados. *Revista de Economia Política*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4 (56), p. 31-40, out-dez 1994.

SKIDMORE, T. E. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TAVARES, M. da C.; ASSIS, J. C. de . *O grande salto para o caos: a economia política e a política econômica do regime autoritário*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 1985 (Coleção Brasil: os anos de autoritarismo).

VICTORINO, P. (2000). *História do Brasil - segunda parte; Brasil - cem anos de república (1889-1989)*. Registrado na Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em <http://www.pitoresco.com/historia/index_republ.htm>. Acesso em 15 de novembro de 2012.

Capítulo 71 - DOI:10.55232/1084002071

**PERCEPÇÃO DOS ALUNOS SOBRE O ESPORTE
ORIENTAÇÃO EM AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA
ESCOLAR**

Edson de Oliveira Silva Júnior, Silvana Diniz Gomes, Luis Gustavo Rabello

RESUMO: Este trabalho analisa a percepção dos alunos sobre o esporte Orientação em aulas de Educação física Escolar. Tal abordagem é devida ao fato desse esporte ser um conteúdo relevante para a Educação Física escolar por proporcionar convívio com a natureza e pregar a diversidade e interrelação com outras matérias da grade escolar juntamente a atividade física. Justifica-se também por ter potencial de auxílio e melhora da noção espaço temporal dos praticantes. O objetivo desta pesquisa foi o de verificar a relevância do esporte Corrida de Orientação para o desenvolvimento interdisciplinar dos alunos do primeiro ano de ensino médio na visão deles. Este propósito será conseguido através do de uma pesquisa de campo realizada com estudantes do primeiro ano do Ensino Médio do CEFET-Campus Varginha. A pesquisa demonstrou que o nível de conhecimento dos alunos em relação ao esporte Corrida de Orientação se deu, em sua maioria, após a prática nas aulas de Educação Física escolar. Nesse sentido, tornou-se clara a viabilidade desse conteúdo para as aulas, em qualquer segmento escolar.

Palavras-chave: Corrida de Orientação. Educação Física. Interdisciplinaridade.

1 INTRODUÇÃO

A corrida de orientação é um esporte que nasceu nos países nórdicos por volta do ano 1850 e foi trazido para o Brasil pelos militares na década de 70, sendo fundada, em janeiro de 1999, a Confederação Brasileira de Orientação (CBO). É um esporte em que o praticante tem que passar por pontos de controle marcados em um determinado terreno, com o auxílio de um mapa e de uma bússola. Além disso, é uma modalidade esportiva que usa a própria natureza como campo de jogo, com isto criou-se o conceito da preservação do meio ambiente entre seus praticantes.

Sua aplicação como conteúdo na Educação Física escolar pode auxiliar no processo pedagógico e interdisciplinar, por se caracterizar por uma atividade onde todos praticam, sem exclusão de qualquer indivíduo, tendo em foco saber se localizar em qualquer área sendo dentro do espaço escolar ou fora do mesmo. É possível também se trabalhar em conjunto a outras matérias (exemplo: Geografia e Matemática) da grade curricular. Além disso, esse esporte estimula os mesmo a utilizarem e conhecerem ferramentas que não são de costume diário como uma bússola e incentiva toda preservação do meio que vivemos, ressaltando a importância do cuidado e preservação da natureza.

Essa pesquisa ressaltou a importância da aplicação do esporte Corrida de Orientação (também conhecido como esporte Orientação) em aulas de Educação Física, que é uma modalidade onde abrange a grade de aventura no âmbito escolar, sob a visão dos alunos. Foi realizada através de uma pesquisa de campo onde foram abordados em torno de 90 alunos, do primeiro ano do Ensino Médio/Técnico do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – Campus Varginha.

A pesquisa, realizada através de questionário direto e objetivo, buscou verificar a relevância do esporte Orientação para o desenvolvimento interdisciplinar dos alunos do primeiro ano de ensino médio do CEFET, levantando o nível de conhecimento dos alunos acerca do esporte. Dessa forma ela também procurou despertar a curiosidade e a reflexão sobre a relevância desse conteúdo nas aulas de Educação Física escolar e ainda enumera

benefícios e possibilidades da Orientação como atividade interdisciplinar nas aulas dessa disciplina no Ensino Médio.

2 ESPORTE CORRIDA DE ORIENTAÇÃO

O esporte Corrida de Orientação é uma modalidade que se encaixa na unidade temática Práticas corporais de aventura, podendo fazer a ligação direta entre esportes e natureza. “As práticas de aventura na natureza se caracterizam por explorar as incertezas que o ambiente físico cria para o praticante na geração da vertigem e do risco controlado, como em corrida orientada” (BNCC, 2017, p.218).

Como esporte, ele tem sua prática constante em países da Europa e com uma grande inserção no Brasil nos seus últimos anos com o aumento da visibilidade da modalidade no país, sendo inserida em primeira circunstância em Escolas Militares, mas pode ser aplicado em diversos contextos com o estabelecimento do grau de dificuldade variando com a idade de cada grupo de participantes (SOARES, 2013).

Ainda segundo Soares (2013, p.12) “Orientação foi iniciada para encorajar os jovens a utilizarem a natureza como meio para o desenvolvimento físico e mental.”, tendo como interação, atividades físicas, cálculos e noções básicas de geografia, como por exemplo, noção espaço temporal ou estar se localizando através dos fenômenos comuns da natureza.

Juntamente com o objetivo maior da modalidade, que é chegar em um Ponto Final no seu menor tempo possível, o participante recebe um mapa rico em detalhes, e assim com ele passando pelos postos de controles que são marcados por prismas em diversas áreas diferentes do local que será aplicada a atividade. Estarão, junto aos prismas, os picotadores ou identificadores eletrônicos para que cada praticante possa marcar em seu cartão de orientação e confirmar a sua passagem por aquele ponto. Os praticantes podem ter auxílio de uma Bússola, para melhor performance. Sempre existem características diferentes de terreno em cada percurso de provas, lembrando muito com uma brincadeira, Caça ao Tesouro.

A Orientação é uma espécie de “Cross humano” onde o praticante deve percorrer variados tipos de terreno, como campos, matas, rios e trilhas. É importante lembrar que a Orientação pode ser praticada em qualquer lugar, inclusive em zonas urbanas, desde que se tenha um mapa, croqui ou esboço da área onde será praticada. (SILVA, 2011, p. 13)

Sendo assim, a orientação é considerada uma atividade que sempre coloca o praticante com um meio de maior relação em situações e hábitos naturais de acontecimentos para o ser humano. Possui uma grande variedade de formas de competições, como caminhadas, corridas, provas com bicicletas ou até mesmo esqui em caso de neve, além de também conter com a opção de provas para cadeirantes promovendo a integração e diversidade da modalidade.

temos a vertente pedagógica, a qual busca a melhor qualidade do ensino e motivação do aluno, não importando a performance, mas sim a participação, visando a formação do indivíduo para o exercício da cidadania e para a prática do lazer. Nela o enfoque está na aprendizagem e no desenvolvimento de aspectos cognitivos, motores e sociais (MELLO, 2004; LEMOS et al., 2008; MELLO; MELLO; RODRIGUÊS, 2010).

Conforme descreve Dornelles (2005) a Orientação exige habilidades específicas, tais como: leitura precisa do mapa, avaliação e escolha da rota, uso da bússola, concentração durante o deslocamento, cálculo lógico de conversão da distância em quantidade de passos duplos, tomada de decisão rápida, correr em terreno natural etc. Para a Escola de Educação Física do Exército (1992, p.1) a Orientação é “a habilidade de encontrar um caminho rápido e seguro de um lugar a outro, sempre em sítio desconhecido para o praticante”.

Finalizando, de acordo com Pasini e Dantas (2003, p.2), “o orientador deve ter em conta sua condição física e sua habilidade de orientação, ao escolher uma rota (caminho) correta e ter habilidade de segui-la até o próximo ponto sem perder tempo, isto é a arte da Orientação”.

2.1 As possibilidades da corrida de orientação em escolas e no Ensino Médio

Conforme descreve Silva (2010, p.13), “No caso do Esporte Orientação o prazer de descobrir como funciona a bússola ou estar em ambiente natural, fora dos muros da escola, entra como facilitador para o professor motivar seus alunos”. Ela é um atrativo para despertar os interesses de todos aqueles praticantes, de algo que está para somar não

só na Educação Física, mas por um todo dentro do ambiente escolar, ainda se apresenta como uma rica modalidade quando passa a ser praticada em prol da Educação.

Neira (2014) afirma que inclusão de outros conhecimentos no currículo torna fácil de visualizar os hibridismos e mestiçagens que caracterizam a cultura corporal. Além disso, segundo a mesma autora, desencadeia novos olhares dos alunos sobre si próprios e sobre aqueles com os quais convivem e facilitam o fluxo entre o local e o global, entre a comunidade de prática e a sociedade mais ampla.

Segundo Silva (2010) a Orientação proporciona além da atividade física, a rapidez de raciocínio, autocontrole e tomada rápida de decisão num desafio que ocorre num ambiente natural descrito de forma simbolizada no mapa. O mesmo autor complementa dizendo que:

As atividades têm por finalidade conduzir os alunos ao reconhecimento do local onde vivem, todo seu contexto, população, dimensões e possibilidades de recuperar e ou preservar áreas naturais. Na condução da iniciação ao Esporte Orientação, os professores têm uma ferramenta em que podem apresentar através dos mapas, na fase de iniciação, todos os aspectos do conhecimento inerente ao relevo, rios, florestas e explorar as causas de erosão, a importância da preservação das florestas e nascentes, permitindo que os alunos analisem a interdependência do ciclo de vida na região onde habitam. Com isso desenvolveriam nos alunos não só a consciência de cidadania exercida em sua plenitude que compreende os direitos e deveres, mas a relação mais próxima da realidade que é vivenciada somente quando o homem retorna para sua origem, a floresta, e dela passa a fazer parte (2010, p.11).

Em conclusão a sua pesquisa, Da Silva (2018) relata que, a partir do fomento da Prática Corporal de Aventura - Esporte Orientação na escola, as possibilidades de uma Educação Física Interdisciplinar se apresentaram através do desenvolvimento de competências e habilidades que viabilizaram uma formação significativa para os alunos.

Dessa forma, pode-se perceber que a contribuição da Orientação dentro da escola é algo, que une os interesses e é claramente grande auxiliador na formação de cidadãos com uma percepção e desenvoltura corporal, quando se trata de práticas corporais de aventura e formação pessoal.

2.2 O esporte corrida de orientação como prática interdisciplinar

A Orientação ganha seu destaque por sua contribuição não apenas com as aulas de Educação Física, mas também com todo auxílio e colaboração, em matérias como geografia, matemática etc, onde esse esporte ganha seu destaque pelo amplo espaço que esta modalidade pode ter na fase de aprendizagem, contribuindo com a prática interdisciplinar do colégio que ali será inserido (DE ALBUQUERQUE, 2018).

Esta modalidade é uma atividade pedagógica, que tem a capacidade de desenvolver consciência ecológica nos praticantes. Utilizando de forma lúdica a natureza como campo de jogo, conscientizando os alunos a preservação do meio que ele se encontra (DE ALBUQUERQUE, 2018).

A Confederação Brasileira de Orientação, tem total reconhecimento da preservação do meio ambiente, tanto que estabeleceu alguns princípios em suas regras. Por meio da prática da orientação na sua diversidade de sua localização, promove:

Conscientização da necessidade de preservar o meio ambiente e integrar este princípio na conduta fundamental da orientação; respeito à propriedade privada, às normas governamentais e organizações ambientais de forma a promover a prática com o mínimo de impacto possível na natureza; manter a natureza livre do lixo produzido na competição de orientação com adoção de medidas práticas para evitar a poluição; inclusão de educação ambiental na iniciação desportiva e treinamento de atletas e funcionários (Confederação Brasileira de Orientação – CBO e o meio ambiente).

A contribuição da modalidade de Orientação dentro das escolas, pode ser algo tão relevante e com uma exploração grande de fatores dentro de uma atividade, que podemos trabalhar sempre em aulas de Educação Física. Busca-se também uma contribuição em leituras e entendimentos de mapas ou objetos de semelhança, ressaltando o aprendizado de saber lher dar com medições, tanto espacial como de distâncias com utilização de escalas (MELLO, MELLO, 2010).

Segundo De Albuquerque (2018, p.3), “aprendizagem do praticante, levado em consideração a Cartografia na Educação Básica, melhora e trabalha uma serie de competências e habilidades necessárias”. Afirmo também que seus conteúdos apresentados trabalham em conjunto auxiliando em diversos problemas da realidade, sendo isso fundamental para novas formas de comunicação e tomada de decisão. Tendo

como exemplo, a melhora de uma definição de rota de viagem ou até a melhor localização de um imóvel frente a posição do sol.

E de acordo com o mesmo autor acima citado, o esporte Orientação irá proporcionar aos alunos participantes, orientação de cartas através de bússola; cálculo de escala cartográfica e conversão de unidades de medida de comprimento; simbologia cartográfica através de legendas.

Já Júnior (2019), enfatiza a ideia de implementar a orientação, como prática em anos anteriores ao Ensino Médio, precisamente no Ensino Fundamental II. Esse autor relata em sua pesquisa que foram realizadas atividades práticas em relação ao Esporte e foi observado, quanto dinâmica a aula, sua relação com a Geografia, por ser uma disciplina que tem total contato e ligação com a esta prática esportiva. Segundo o autor da pesquisa, essa seria uma prática inovadora em que todos os alunos tiveram o interesse no desenvolver das atividades, ocorrendo uma participação significativa de alunos de livre espontânea vontade, e que esses consequentemente conseguiram progredir na aprendizagem do conteúdo.

3 MATERIAL E MÉTODO

Nessa pesquisa bibliográfica foi utilizado o método hipotético dedutivo, tendo como materiais, livros, sites, artigos científicos e revistas da área. Foi realizada também uma pesquisa de campo com aplicação de questionários com cinco perguntas objetivas que foram analisados de forma qualitativa e quantitativa.

3.1 População

Foram convidados a fazerem parte dessa pesquisa cerca de 130 alunos do primeiro ano do Ensino Médio/Técnico do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – Campus Varginha. Entretanto houve perda amostral e foram colhidas respostas de 88 estudantes.

3.2 Instrumentos de Pesquisa

Análise de documentos da literatura, artigos de científicos e bibliografias referentes ao tema e aplicação do questionário com 05 questões de “sim ou não”, validado por mestres e doutores de diferentes instituições de ensino (Centro Universitário do Sul de Minas, UFLA e CEFET-MG)

3.3 Procedimentos de Coletas de Dados

O projeto foi aprovado pelo Comitê de ética e Pesquisa (CEP) do Centro Universitário do Sul de Minas sob o parecer nº 3.935.847.

Para aplicação do questionário utilizou-se da forma digital, em virtude do período de afastamento pela COVID-19. Foi informado aos responsáveis pelos alunos sobre a pesquisa e seus objetivos, obtendo a autorização por meio eletrônico e o questionário foi respondido virtualmente.

Os questionários não foram identificados, garantindo, assim, o sigilo dos pesquisados e os participantes estavam cientes de que poderiam se retirar da pesquisa a qualquer momento, se assim o desejassem.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram colhidas respostas de 88 estudantes, separadas em cinco questões distintas que buscaram perceber a visão e o conhecimento dos alunos acerca do esporte Orientação.

A primeira pergunta buscou identificar se o aluno conhecia ou não o esporte orientação antes dele ser aplicado nas aulas de Educação Física escolar. 93,2% respondeu que não conhecia e apenas 6,8% já havia tido contato com esse esporte de alguma forma.

Já conhecia o esporte Corrida de Orientação antes das aulas de Educação Física?

88 respostas

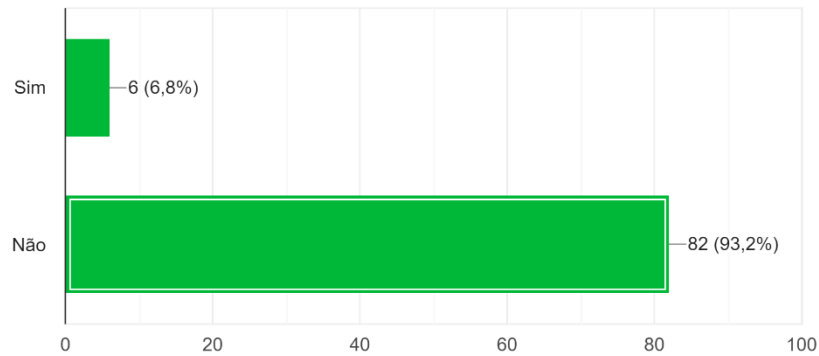


GRÁFICO 1; Conhecimento do esporte antes das aulas

Esse gráfico valoriza a inserção do esporte nas aulas de Educação Física escolar, como ressaltam Mello e Mello (2010), quando afirmam que a contribuição da modalidade de Orientação dentro das escolas é relevante.

A segunda pergunta busca entender se o esporte dentro das aulas, quando aplicado, teve alguma importância para os alunos. Nessa questão, 95,5% dos alunos acharam que o esporte, dentro das aulas, foi importante, enquanto apenas 4,5% não achou importante, conforme gráfico abaixo:

Esse esporte aplicado nas suas aulas foi uma experiência válida e de alguma importância?

88 respostas

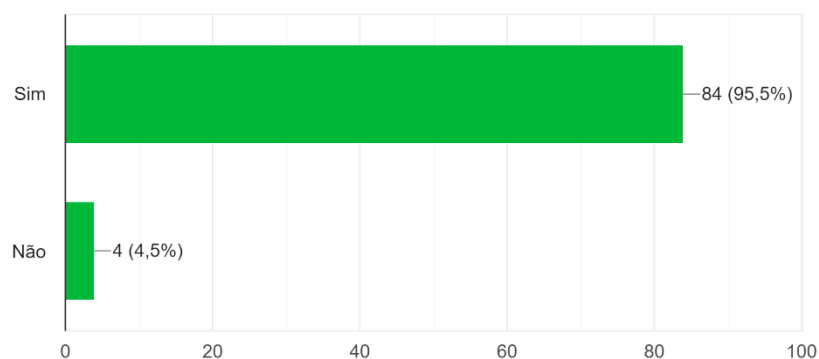


GRÁFICO 2: Importância do esporte orientação nas aulas de Educação Física escolar

Isso confirma o que Silva (2018) relata, a partir do fomento da Prática Corporal de Aventura - Esporte Orientação na escola, as possibilidades de uma Educação Física

Interdisciplinar se apresentaram através do desenvolvimento de competências e habilidades que viabilizaram uma formação significativa para os alunos.

O terceiro gráfico traz o levantamento acerca da questão que pretende saber se o esporte Corrida de Orientação contribuiu de alguma forma para outras situações fora da escola. O resultado obtido foi o seguinte:

A Corrida de Orientação contribuiu de alguma forma fora da escola? Por exemplo: Localização de uma rota de viagem ou até a melhor localização de um imóvel frente a posição do sol?

88 respostas

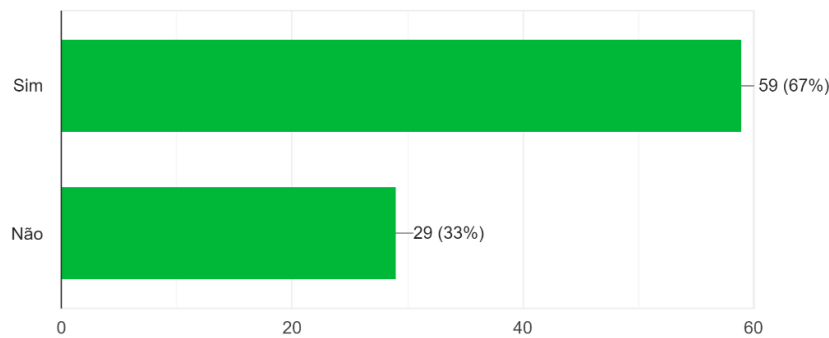


GRÁFICO 3: Contribuição do esporte Corrida de Orientação fora do contexto escolar

Obteve-se o percentual de 67% indicando que houve aproveitamento desse conteúdo fora do espaço escolar e 33% não perceberam esse auxílio. Isso vai ao encontro de que segundo Soares (2013, p.12) “Orientação foi iniciada para encorajar os jovens a utilizarem a natureza como meio para o desenvolvimento físico e mental.”,

Na quarta pergunta buscou-se saber se a prática do esporte Corrida de Orientação auxiliou ou foi relacionado com outras disciplinas. Nesse sentido, 84,1% afirmou ter havido essa correlação e 15,9% não percebeu ajuda ou relação em outros conteúdos.

Aprender e praticar esse esporte nas aulas de Educação Física auxiliou ou lembrou outras disciplinas?

88 respostas

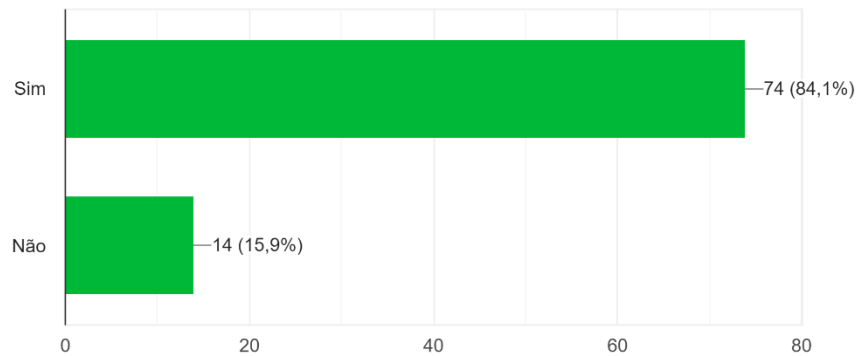


GRÁFICO 4: Contribuição do esporte Corrida de Orientação para outras disciplinas

Júnior (2019) já havia comprovado essa questão em sua pesquisa onde correlacionou o esporte Orientação com as aulas de Geografia, observando uma melhora de desempenho dos alunos pesquisados nessa disciplina.

A última pergunta quis saber se, para os pesquisados, teria sido importante o conhecimento e a aplicação desse esporte antes do Ensino Médio. Nesse quesito, a maioria (90,9 %) afirmou que seria importante essa aplicação mais cedo e apenas 9,1% dos entrevistados não acharam importante esse esporte ser trabalhado antes.

Na sua opinião teria sido interessante e importante ter conhecido a Corrida de Orientação mais cedo (Exemplo: no Ensino Fundamental I)?

88 respostas

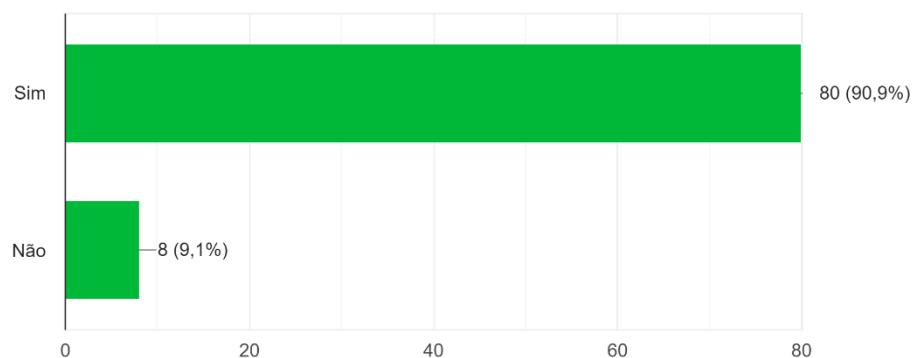


GRÁFICO 5: Aplicação do esporte Corrida de Orientação antes do Ensino Médio

Júnior (2019), também enfatiza a ideia de implementar a orientação, como prática em anos anteriores ao Ensino Médio, precisamente no Ensino Fundamental II.

5 CONCLUSÃO

Com base nos estudos realizados, fica claro que o nível de conhecimento dos alunos em relação ao esporte Corrida de Orientação se deu, em sua maioria, após a prática nas aulas de Educação Física escolar.

Os estudos também mostraram que a aplicação desse esporte para o desenvolvimento interdisciplinar dos alunos do primeiro ano de ensino médio do CEFET, na visão deles, é de grande relevância.

Foram apontados, durante a pesquisa, vários benefícios e possibilidades da Orientação como atividade interdisciplinar nas aulas de Educação Física no Ensino Médio.

Nesse sentido, torna-se clara a viabilidade desse conteúdo para as aulas, em qualquer segmento escolar. E ainda se confirma a Interdisciplinaridade, que a modalidade contribui e enriquece na formação dos alunos.

REFERÊNCIAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular, 2017.

Confederação Brasileira de Orientação. CBO e o Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.cbo.org.br/site/meio%20ambiente/index.php>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

DA SILVA, Marion Costa. A PRÁTICA CORPORAL DE AVENTURA ORIENTAÇÃO NA ESCOLA ESPECIAL. **Temas em Educação Física Escolar**, v. 3, n. 1, p. 92-95, 2018.

DE ALBUQUERQUE, Francisco Nataniel Batista. A prática da orientação na geografia escolar: da vertente esportiva à pedagógica. **Pindorama**, v. 3, n. 03, p. 17-17, 2018.

DORNELLES, J. O. F. Histórico do esporte orientação nos currículos escolares no brasil. Confederação Brasileira de Orientação - CBO, Santa Maria, 2005.

ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO EXÉRCITO – EsEFEx. Orientação. Rio de Janeiro: EsEFEx, 1992.

JUNIOR, Antonio Moraes; DA SILVA, Adryne Amud; WACHHOLZ, Flávio. A IMPORTÂNCIA DE ATIVIDADES PRÁTICAS SOBRE ORIENTAÇÃO E LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA NO ENSINO FUNDAMENTAL II. **Revista Tocantinense de Geografia**, v. 8, n. 14, p. 01-15, 2019.

LEMOS, P. R. A. et al. Corrida de orientação: vivências em comunidade de vulnerabilidade social. Coleção Pesquisa em Educação Física, Jundiaí, v.7, n. 1, p. 205-210, 2008

MELLO, L. A. C. de. Desporto Orientação: ferramenta pedagógica para a educação. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Educação, Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações, Três Corações, 2004.

MELLO, N. C. da S.; MELLO, L. A. C. de; RODRIGUÊS, E. T. Desporto de orientação como pratica educativa. Em Extensão, Uberlândia, v. 9, n. 2, p. 87100, jul./dez., 2010.

NEIRA, M. G. O currículo da Educação Física e a construção de identidades: um estudo das representações dos sujeitos acerca das manifestações corporais e dos seus praticantes. Relatório de Pesquisa, 2014.

PASINI, C. G. D.; DANTAS, M. Disciplina de orientação e o currículo de Educação Física do ensino superior: uma inclusão necessária. Três Corações, MG: Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações, 2003.

SILVA, João Carlos. O esporte orientação: na visão de acadêmicos de educação física da UCDB quanto à possibilidade de inserção na escola. **Monografia (Graduação em Educação Física). Universidade Católica Dom Bosco**, 2010.

SILVA, Marco Antonio Ferreira da. Esporte orientação: conceituação, resumo histórico e proposta pedagógica interdisciplinar para o currículo escolar. 2011.

SOARES, Suelen Silva. Uma história do esporte de orientação no Rio Grande do Sul. 2013.

Capítulo 72 - DOI:10.55232/1084002072

**RELAÇÃO ENTRE REPUTAÇÃO E CONFIANÇA E AS
SUAS INFLUÊNCIAS NA FORMAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DE ALIANÇAS ESTRATÉGICAS:
UM ESTUDO DE ESCOPO**

**Cassiano de Andrade Ferreira, Luiz Marcelo Antonialli, Douglas José
Mendonça**

RESUMO: As organizações contemporâneas enfrentam um mercado altamente competitivo e têm necessidade de inovar para se adaptarem a esse novo modelo de economia. Diante deste cenário, as empresas que possuem capacidade de fazer parceria com outras empresas, as chamadas alianças estratégicas, conseguem benefícios adicionais através dos recursos, conhecimento e informações trazidos por seus parceiros. O objetivo do presente trabalho foi, a partir de um estudo de escopo, avaliar o que vem sendo publicado sobre a influência da reputação e confiança transmitidas pelas empresas na formação e desenvolvimento de alianças estratégicas. Como resultado identificou-se que a reputação organizacional e a confiança transmitida por uma empresa são requisitos fundamentais para a formação e desenvolvimento de alianças estratégicas, uma vez que esta premissa foi praticamente unanimidade entre os trabalhos encontrados e nenhuma das obras trouxe qualquer evidência ou mesmo mencionou algo que fosse contrário a essa proposição.

Palavras-chave: Reputação Organizacional, Confiança, Alianças Estratégicas.

INTRODUÇÃO

As organizações contemporâneas enfrentam um mercado altamente competitivo e têm necessidade de inovar para se adaptarem a esse novo modelo de economia (VIEIRA, NASCIMENTO, e CALVO, 2016). Diante deste cenário, as empresas que possuem capacidade de fazer parceria com outras empresas, as chamadas alianças estratégicas, conseguem benefícios adicionais por meio dos recursos, conhecimento e informações trazidos por seus parceiros (BROUTHERS, NAKOS e DIMITRATOS, 2014).

A reputação corporativa é um tema estudado por várias áreas das ciências sociais, como por exemplo, a administração, o marketing, a economia, a comunicação corporativa e as relações públicas (SANDA, 2016). Diferentes são os tipos de *stakeholders* que envolvem a reputação organizacional e entre os principais deles estão: os consumidores, os vendedores e as empresas envolvidas (SANDA, 2016). Logo, entende-se que existem diferentes interesses relacionados à criação e à manutenção dos sistemas de reputação organizacional (WU, CHENG e YEN, 2014).

Muitos são os estudos destinados ao estudo sobre as diferentes maneiras de uma organização conquistar confiança frente ao mercado (MCKNIGHT, CHOUDHURY e KACMAR, 2002). Para adquirir confiança, uma empresa precisa que a sua marca seja associada à qualidade (GREGG e WALCZAK, 2010; SANDA, 2016; VIEIRA, 2010; VIEIRA e SLONGO, 2008), à justiça no relacionamento com os consumidores; experiência prévia e familiaridade; usabilidade, segurança e privacidade percebidas; e censura de *feedbacks* negativos (BAE e LEE, 2011; CHIU, HUANG e YEN, 2010; EID, 2011; PIZZUTTI e FERNANDES, 2010; SANDA, 2016). Os aspectos técnicos do produto também são importantes (KIM, TAO, SHIN E KIM, 2010; SANDA, 2016).

Diante do exposto, o objetivo do presente trabalho foi avaliar o que vem sendo publicado sobre a influência da reputação e confiança transmitidas pelas empresas na formação e desenvolvimento de alianças estratégicas, uma vez que vários estudos apontam que essas alianças são fonte de estratégias competitivas (BROUTHERS, NAKOS e DIMITRATOS, 2014; CARVALHO, GANDIA, FERREIRA e SUGANO, 2015; LOPES, 2004) e têm se tornado cada vez mais comum no mundo organizacional.

Como opção metodológica para operacionalização da pesquisa adotou-se o estudo de escopo, que é uma técnica de revisão de literatura utilizada para mapear as produções relevantes relacionadas com temáticas específicas e complexas que ainda não tenham sido suficientemente exploradas (ARKSEY e O'MALLEY, 2005). O estudo de escopo é

importante porque é impossível comunicar ciência e novos conhecimentos em textos confusos, desorganizados, sem um foco evidente (FERREIRA, 2014). Quando se apresenta uma síntese das principais publicações sobre um determinado tema, se evita a repetição inútil de esforços por parte de pesquisadores e gestores (SANDA, 2016).

A temática trazida por este estudo é incipiente e necessita-se realizar novos estudos para compreensão dos vieses e variáveis inerentes aos sistemas de reputação, considerando-se a realidade brasileira, contribuindo para o aprofundamento teórico da relação entre os construtos confiança e reputação (FEITOSA e GARCIA, 2016). Há evidências na própria literatura científica sobre a falta de estudos que combinam a reputação e a confiança de empresas que atuam em parceria com outras organizações (BASOLE e BELLAMY, 2014). Segundo Kayo, Kimura, Patrocínio e Oliveira Neto (2010) a grande maioria dos estudos envolvendo alianças estratégicas estão focados estritamente nos retornos anormais acumulados pelas empresas a partir da formação da aliança, o que ele denomina como “análise de criação de valor”. A partir das motivações supracitadas se desenvolve o presente estudo, com o intuito de superar esta lacuna científica.

Na próxima seção será apresentada a metodologia utilizada na realização do estudo, na revisão de escopo e os passos detalhados para a construção da mesma. Na terceira seção se apresenta uma síntese dos resultados encontrados e na quarta e última seção as considerações finais com relação ao estudo. As referências bibliográficas utilizadas na construção deste artigo são trazidas ao final do texto.

METODOLOGIA

O estudo de escopo é o procedimento metodológico utilizado na presente pesquisa, a qual foi inspirada no trabalho de Costa, Castro Júnior, Silva, Tonelli e Benedicto (2016). Os estudos de escopo contribuem para o apontamento dos conceitos fundamentais, que sustentam uma determinada área de pesquisa, apontando fontes e evidências científicas (MAYS, ROBERTS e POPAY, 2001).

Por ser uma técnica de revisão de literatura que faz o mapeamento de produções científicas que sejam importantes para uma determinada área temática e que ainda não foram estudadas (ARKSEY e O'MALLEY, 2005), os estudos de escopo podem ser utilizados para identificar *gaps* de pesquisa, fazer uma síntese do material encontrado e/ou

avaliar a produção científica de um campo específico de pesquisa (ARMSTRONG, 2011).

Segundo Costa et al. (2016, p. 3) “A revisão de escopo pode ser bastante variável quanto aos graus de profundidade e quantidade de informações extraídas dos estudos [...]”. Ilic, Rajic, Britton, Grasso, Wilkins, Totton, Wilhelm, Waddell e Lejeune (2012) afirmam que a revisão de escopo se diferem das revisões sistemáticas porque apresentam sínteses com o enfoque qualitativo, não quantitativo, e os critérios de inclusão e exclusão dos trabalhos podem ser aplicados *a posteriori*, o que inclui o curso da investigação.

O processo de estudo de escopo não é linear. Os pesquisadores precisam se envolver em cada etapa de maneira reflexiva e, caso haja necessidade, podem repetir alguns passos para garantir a cobertura total e abrangente da literatura em questão (COSTA et al., 2016).

Esta revisão foi conduzida a partir da execução de três fases principais, conforme modelo sugerido por Thorpe e Hold (2005):

- 1 – *Planejamento*: delimitação do problema de pesquisa, objetivos e critérios de seleção e classificação das publicações;
- 2 – *Operacionalização*: organização, estruturação e sistematização do trabalho e suas fases de execução;
- 3 – *Produção*: construção da síntese de resultados obtidos por meio da realização da revisão de literatura.

O processo de estudo de escopo, para adquirir validade, confiança e rigor científico, deve ser documentado detalhadamente, de modo que permita a sua replicação (COSTA et al., 2016). Desta forma, serão descritos abaixo os procedimentos adotados na coleta, organização e análise do material encontrado, em detalhes.

A base de dados escolhida para a realização da pesquisa foi a “*Web of Science*”. Esta base de dados foi escolhida pelo fato de ser uma das mais completas e internacionalmente reconhecida (MARIANO, CRUZ e GAITÁN, 2011). Realizou-se uma busca com as palavras-chave, em português e inglês, “reputação organizacional” (*organizational reputation*) ou “reputação corporativa” (*corporate reputation*) ou “reputação empreendedora” (*entrepreneur reputation*) e “confiança” (*trust*) e “alianças estratégicas” (*strategic alliances*), todas entre aspas, para assegurar que a sequência das palavras fosse mantida.

Os conectivos “ou” e “e” foram utilizados para encontrar as palavras-chave, sinônimas ou parecidas, no caso do “ou” e, simultaneamente, no caso do “e”. Feito isso,

com o intuito de refinar ainda mais os resultados encontrados, aplicou-se um novo filtro nas categorias do *Web of Science*, selecionando apenas os campos “*management*” e “*business*”.

Por fim, na seleção das obras, utilizou-se o critério proposto por Costa et al. (2016), onde se avaliou primeiramente os títulos e resumos dos artigos e, posteriormente, à medida que se tinha dúvidas sobre a inclusão ou não do artigo na temática em assunto, era realizada a leitura completa dos trabalhos. Analisou-se ainda a lista de referências dos artigos com o intuito de encontrar mais trabalhos relevantes que poderiam não ter sido encontrados nas buscas iniciais.

RESULTADOS

Uma vez apresentados os critérios de seleção e análise dos trabalhos encontrados, apresenta-se um quadro com os textos utilizados na realização deste estudo de escopo contendo, respectivamente: o título da obra; local e ano de publicação.

Quadro 1: Artigos selecionados em português

Título	Periódico/Editora/Evento	Ano
A Reputação Corporativa On-Line: Uma Revisão Sistemática de Literatura	XL Encontro da ANPAD - EnANPAD	2016
Sistemas de Reputação: Um Estudo sobre Confiança e Reputação no Comércio Eletrônico Brasileiro	Revista de Administração Contemporânea - RAC / ANPAD	2016
Reputação corporativa e desempenho econômico-financeiro: um estudo em cinco grandes grupos empresariais brasileiros.	Revista Eletrônica de Gestão Organizacional	2011
Formação e gestão de redes de cooperação empresarial	Repositório USP / Tese	2009
Reputação organizacional: a importância de parâmetros para o seu gerenciamento	Organicom	2005
Redes de cooperação empresarial: ganhos competitivos - um estudo de caso do projeto empreender, do núcleo setorial de móveis e serralherias da cidade de Gurupi, estado do Tocantins	XXXI Encontro Nacional de Engenharia de Produção - ENEGEP	2011
Redes empresariais e gestão da qualidade	Editora Unijuí da Universidade Regional do Noroeste do Estado do RS	2009
Empreendedorismo e redes de cooperação	Editora Unicentro - PR	2014
A pesquisa em administração estratégica nos primeiros anos do milênio: Um estudo	Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios	2012

bibliométrico no Strategic Management Journal entre 2001 e 2007		
O Campo de Estudo sobre Redes de Cooperação Interorganizacional no Brasil	Revista de Administração Contemporânea - RAC / ANPAD	2010
Redes de cooperação interorganizacionais: a identificação de atributos e benefícios para um modelo de gestão	Repositório UFRS - Tese	2006

Fonte: elaborado pelos autores

Quadro 2: Artigos selecionados em inglês

Título	Periódico/Editora/Evento	Ano
Small-Firm Networks: hybrid arrangement or organizational form?	Revista Organizações & Sociedade	2014
Being good or being known: An empirical examination of the dimensions, antecedents, and consequences of organizational reputation	Academy of Management Journal	2005
An examination of differences between organizational legitimacy and organizational reputation	Journal of management Studies	2005
The liability of good reputation: A study of product recalls in the US automobile industry	Organization Science	2006
Corporate reputation and social performance: The importance of fit	Journal of Management Studies	2006
Customer-based corporate reputation of a service firm: scale development and validation	Journal of the academy of marketing science	2007
A tale of two assets: the effects of firm reputation and celebrity on earnings surprises and investors' reactions	Academy of Management Journal	2010
Organizational Reputation: A Review	Journal of Management	2011
Corporate reputation: Meaning and measurement	International Journal of Management Reviews	2005
The impact of market actions on firm reputation	Strategic Management Journal	2006
Customer perceived value in B-t-B service relationships: Investigating the importance of corporate reputation	Industrial Marketing Management	2008
The effect of layoffs on firm reputation	Journal of management	2005
Corporate Reputation: A Combination of Social Responsibility and Industry	Corporate social responsibility and environmental management	2012
Corporate reputation: disentangling the effects on financial performance	European Journal of Marketing	2005
An Organizational Impression Management Perspective on the Formation of Corporate Reputations	Journal of Management	2009

Fonte: elaborado pelos autores

Uma vez apresentados os artigos selecionados, partir-se-á para a explanação do processo de análise. Primeiramente, buscou-se agrupar todos os temas relacionados ao objeto de pesquisa, os principais autores e teorias que cercam esse campo científico. A partir daí, as discussões foram fragmentadas em subtemas considerados fundamentais para a formação e manutenção de alianças estratégicas, sua tipificação e as possíveis influências e/ou impactos que eles poderiam causar nos resultados organizacionais. Chegou-se aos seguintes subtemas: confiança transmitida; reputação organizacional; motivações que levam a formação de alianças estratégicas; as tendências futuras para o campo; os diferentes tipos de alianças estratégicas que podem existir; e os principais desafios a serem enfrentados pelas empresas que optam pela realização de projetos conjuntos.

Confiança Transmitida

Inúmeros são os estudos que falam sobre a relação da confiança transmitida por uma empresa em suas interações com outras empresas ou atores sociais. Como alguns exemplos, pode-se citar os trabalhos de BERTOLI, 2014; BEUGELSDIJK, 2006; BOEHE e BALESTRO, 2006; CARBONE et al., 2009; DAS e TENG, 2004; FEITOSA e GARCIA, 2016; GIGLIO, RIMOLI e SILVA, 2008; HERNANDEZ e MAZZON, 2005; HOFFMANN e MORALES, 2004; LOURENZANI, SILVA e AZEVEDO, 2006.

Ao avaliar os trabalhos, observou-se que a definição da palavra confiança possui incontáveis definições, que estão relacionadas a diferentes ontologias (BUTLER, 1991; FEITOSA e GARCIA, 2016; REMPEL, HOLMES, e ZANNA, 1985; ROTTER, 1971). De acordo com Feitosa e Garcia (2016, p. 87):

Do ponto de vista da psicologia, confiança é definida como uma tendência de confiar em outros indivíduos; do ponto de vista da psicologia social, confiança é definida como uma cognição acerca da entidade em questão; já do ponto de vista da sociologia, confiança é entendida como uma característica do ambiente institucional.

Acredita-se que a transmissão e, principalmente, a percepção de confiança são cruciais na formação de alianças estratégicas, redes ou *joint ventures* (FERREIRA, GANDIA, ANDRADE, VERONEZE, ANTONIALLI e ANTONIALLI, 2017 p. 5). A confiança é um elemento vital para a formação de parcerias flexíveis e eficientes (CUNHA, 2006), principalmente se estiver relacionada à formação de parcerias entre empresas que trabalham com inovação (CUNHA, 2006; DODGSON, 1993; FERREIRA et al., 2017; STUART, 1998).

De acordo com a análise dos textos encontrados, a confiança é um pré-requisito fundamental para a existência de cooperação (MELLAT-PARAST e DIGMAN, 2008). Segundo, Pereira, Andrade e Reis (2013), a confiança que uma empresa adquire em uma aliança está diretamente relacionada à contribuição oferecida pela mesma, que pode ser observada na forma de conhecimento, competência, habilidades, tecnologia ou inovação. Quanto mais confiança existe em uma aliança, mais estreitas e estáveis são as relações (LIMA e LIMA, 2014).

Reputação Organizacional

A partir da análise dos artigos, pode-se dizer que o conceito de reputação organizacional é ao mesmo tempo simples e complexo, desempenha um papel importante nos estudos de gestão e é uma tendência crescente nesta corrente literária (LANGE, LEE, e DAI, 2011). Também foi constatado que a reputação organizacional é um ativo intangível bastante valioso sob o ponto de vista de muitos CEOs (INSTITUTE OF DIRECTORS, 1999). A reputação corporativa afeta a forma como várias partes interessadas se comportam em relação a uma organização, como por exemplo, a retenção de empregados, a satisfação e fidelização de clientes (CHUN, 2005).

Ao desenvolver este estudo de escopo, observou-se que não é recente o reconhecimento da importância de uma boa reputação organizacional para o sucesso e perenidade de uma organização. Isso foi constatado, por exemplo, a partir da análise de Markham (1972), que afirma que uma boa reputação atrai investidores, acionistas, bons funcionários e mantém clientes. Neste sentido, Vergin e Qoronfleh (1998) corroboram esta visão quando afirmam que uma reputação corporativa positiva aumenta de forma preponderante os resultados globais de uma organização em comparação ao mercado.

Ao avaliar os artigos que relacionavam, diretamente, o efeito da reputação organizacional e os resultados financeiros futuros de uma empresa, encontrou-se divergências significativas. Roberts e Dowling (2002), por exemplo, afirmam que uma boa reputação organizacional se reflete em bons resultados financeiros no futuro. Eberl e Schwaiger (2005), por sua vez, apresentam resultados que vão de encontro a essa afirmação. O estudo destes últimos autores inferiu ainda que uma boa reputação não necessariamente é refletida em resultados financeiros positivos no futuro e concluiu que o componente cognitivo e afetivo da reputação corporativa pode funcionar em diferentes direções.

Melo e Garrido-Morgado (2012) trouxeram uma concepção de reputação organizacional que faz uma boa síntese do que foi encontrado, de uma maneira geral, em boa parte dos trabalhos analisados. Segundo estes autores, a ideia de utilização da reputação organizacional como fonte de vantagem competitiva consiste na capacidade da empresa de se comportar e atuar na ratificação das performances passadas e, em concomitante, de atender as expectativas futuras de seu público.

Por fim, pode-se dizer que, apesar de tentarem realizar a manutenção de suas respectivas reputações, as empresas estão sujeitas às avaliações de entidades externas a ela (FEITOSA e GARCIA, 2016). Ou seja, uma boa reputação é laureada pelo reconhecimento das partes interessadas e analisada de diferentes ângulos (MELO e GARRIDO-MORGADO, 2012).

Motivações que Levam a Formação de Alianças Estratégicas

Quando as análises dos textos estiveram direcionadas ao entendimento dos motivos que levam as organizações a estabelecerem parcerias com outras empresas, os resultados não foram muito surpreendentes. Segundo Kogut (1988), as organizações podem se unir para desenvolver projetos conjuntos com o intuito de reduzir custos de transação, para conferir aprendizagem organizacional, por comportamento estratégico, para se posicionar melhor frente aos consumidores ou concorrentes em um dado mercado, etc.

Entre as motivações que levam as empresas a formar alianças pode-se citar a obtenção de vantagem competitiva, a aquisição de patentes ou propriedades tecnológicas, o *benchmarking* de gestão, o acesso a canais estruturados de mercados, a aprendizagem da legislação e de práticas administrativas locais (LOPES, 2004; *Apud* FERREIRA et al. 2017). Segundo este mesmo autor, as empresas unem os seus recursos e informações para diminuir riscos e incertezas.

Segundo Giglio e Macau (2015) a interdependência, a necessidade de troca, a complexidade, a consciência da força da ação coletiva na busca de objetivos comuns e a necessidade de organização, com normas e regras comuns, são alguns dos elementos importantes e característicos destas formas organizacionais. Ideias encontradas, separadamente, em vários dos textos analisados. As alianças surgem da necessidade de organização do conhecimento dos membros para que os objetivos sejam alcançados de maneira mais fácil do que seria por esforço individual (ALVES, PEREIRA, de ANDRADE e dos REIS, 2013).

Diante de tantos benefícios mencionados nos parágrafos anteriores, Ferreira et al. (2017) corrobora uma percepção unânime observada na leitura dos textos ao afirmar que “O número de empresas que se unem para desenvolver o mesmo produto, projeto ou para aperfeiçoar uma tecnologia é crescente” (FERREIRA et al., 2017 p. 2). É como se fosse uma “válvula de escape” para enfrentar o novo modelo de competição proposto pelo mercado.

Os Tipos de Aliança Estratégica e as Novas Tendências para o Tema

Existem inúmeras formas de se estabelecer uma aliança estratégica (MENARD, 2004) e a análise dos textos confirmou isso. Entre as nomenclaturas mais comuns estão: redes, redes interorganizacionais, redes inter-firmas, *joint ventures*, relações de terceirização, APLs (Arranjos Produtivos Locais), distritos industriais e as redes de cooperação. Segundo Tálamo (2008), as redes de cooperação entre empresas se sobressaem por já terem mostrado a sua eficácia como modelo de gestão, principalmente no relacionamento entre micro, pequenas e médias empresas.

“As redes de cooperação entre empresas apresenta-se como uma rede de natureza social que busca o equilíbrio entre a competição e a cooperação entre empresas de um mesmo porte” (TALAMO, 2008 p. 21) Apesar de ágeis e flexíveis, as micro, pequenas e médias empresas não dispõem de estrutura organizacional e financeira para tocarem projetos inovadores sozinhas (TALAMO, 2008).

A partir das análises da literatura encontrada, observou-se que as novas exigências competitivas levaram as empresas a se organizarem em redes para alcançar vantagens estratégicas. De acordo com Snow (2015) as novas exigências competitivas estão relacionadas com as mudanças econômicas e podem ser divididas em três eras: de competição, de cooperação e de colaboração.

Apesar de as redes interorganizacionais terem surgido no campo das teorias organizacionais nos anos 1980 (MILES e SNOW, 1986), a partir da década de 1990 a temática ganhou o âmbito internacional e a literatura relacionada foi evoluindo constantemente (BALESTRIN, VERSCHOORE e REYES JUNIOR, 2010).

Em terras tupiniquins, os estudos sobre redes começam a ganhar forças no século XXI, aproximadamente 2004, quando houve uma expansão da publicação de artigos científicos. Essa tendência do crescimento da organização das empresas em redes fez com que em 2006 a Revista de Administração de Empresas (RAE – FGV) dedicasse uma

edição especial às redes sociais e interorganizacionais (VERSCHOORE, BULGACOV, SEGATTO e BATAGLIA, 2014).

Desafios da Formação e Manutenção de Alianças Estratégicas

Muitos foram os desafios mencionados nos textos escolhidos para a realização deste estudo de escopo sobre a formação e manutenção de alianças estratégicas. De acordo com Mowery, Oxley e Silverman (1996), entre os principais aspectos geradores de conflitos na relação entre empresas que estabelecem alianças estratégicas estão: o compartilhamento de conhecimento, tecnologias e informações; as diferenças culturais; e a distância geográfica.

A falta de confiança foi citada repetidas vezes como um fator complicador para a formação e, principalmente, para o desenvolvimento de alianças estratégicas bem sucedidas. A confiança é um pré-requisito básico para a existência de cooperação e, por conseguinte, de alianças entre organizações (HAKANSSON, KJELLBERG e LUNDGREN, 1993; HOFFMANN e SCHLOSSER, 2001; MELLAT-PARAST e DIGMAN, 2008).

Por fim, seguindo a mesma linha de raciocínio, muitas foram as críticas encontradas nos trabalhos analisados referentes à “má” reputação organizacional, que também pode comprometer o relacionamento entre empresas e a formação/manutenção de alianças estratégicas (LANGE, LEE, e DAI, 2011). Por outro lado, uma boa reputação organizacional atrai investidores, diminui custos de capital, conquista clientes e mantém a cartela atual, atrai bons funcionários e motiva a equipe, atrai coberturas positivas da imprensa, o que afeta de forma favorável as análises financeiras sobre a empresa (ALMEIDA, 2005; FOMBRUN e VAN RIEL, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vale ratificar que a análise de escopo tem o foco de análise voltado para o aspecto qualitativo e o aprofundamento na leitura dos artigos científicos escolhidos é uma de suas principais características. O critério de seleção ou exclusão dos trabalhos pode ser aplicado *a posteriori*, é o curso da investigação, e a quantidade de obras analisadas não é o mais importante. Neste sentido, deve-se reconhecer que os resultados deste artigo são mais úteis sob um prisma exploratório, que busque a identificação de tendências e lacunas na literatura científica. O poder de generalização dos resultados encontrados é baixo.

Este estudo de escopo mostrou que o mercado nunca foi tão competitivo como agora, no Século XXI. Por outro lado, como estratégia de defesa a esta competição, a maneira das organizações se posicionarem frente a esse mercado mudou drasticamente. O estilo de competição “olho por olho e dente por dente” ou a ideia de que é necessário superar e/ou aniquilar os concorrentes a qualquer custo vem sendo substituída por ações cooperativas ou, até mesmo, colaborativas, onde os *stakeholders* se tornam parceiros e muitas vezes ajudam no alcance dos objetivos e resultados organizacionais.

Após a realização desta revisão de literatura, nota-se que estudos sobre redes sociais, redes interorganizacionais, redes inter-firmas, redes colaborativas empresariais e afins, é uma tendência manifesta para a realização de novas pesquisas. Trata-se de um campo de estudos incipiente e frutífero que busca reconhecimento, que tenta evoluir e se transformar em uma disciplina ou um campo de estudos específico.

Como durante a avaliação dos artigos que relacionavam, diretamente, o efeito da reputação organizacional e os resultados financeiros futuros de uma empresa, encontrou-se divergências significativas, notadamente entre os trabalhos de Roberts e Dowling (2002) e Eberl e Schwaiger(2005), sugere-se trabalhos futuros que abordem tal temática. Seria importante a realização de estudos de caso exploratórios, seguidos de trabalhos quantitativos em que se analisem os fatores mediadores e moderadores que auxiliem a desvelar quais desses são maximizadores do efeito da reputação organizacional sobre os resultados financeiros futuros.

Finalmente, quanto à reputação e confiança transmitida por uma empresa, pode-se afirmar com razoável segurança que estes são requisitos fundamentais para a formação e desenvolvimento de alianças estratégicas, uma vez que esta premissa foi praticamente unanimidade entre os trabalhos encontrados e nenhuma das obras pesquisadas trouxe qualquer evidência ou mesmo mencionou algo que confronte essa proposição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. L. C. Reputação organizacional: a importância de parâmetros para o seu gerenciamento. *Revista Organicom*, v. 2, n. 2, 2011.

ALVES, J. N.; PEREIRA, B. A. D.; DE ANDRADE, T.; DOS REIS, E. Confiança, aprendizagem e conhecimento nos relacionamentos interorganizacionais: diagnóstico e análise dos avanços sobre o tema. *REAd. Revista Eletrônica de Administração*, v. 19, n. 3, p. 709-737, 2013.

ARKSEY, H.; O'MALLEY, L. Scoping Studies: Towards a Methodological Framework. *Social Research Methodology*. Vol. 8, No. 1, pp. 19-32, February, 2005.

ARMSTRONG, R.; HALL, B.; DOYLE, J.; WATERS, E. 'Scoping the scope' of a cochrane review. *Journal of Public Health*, v. 33, n. 1, p. 147-150, 2011.

BAE, S.; LEE, T. Gender differences in consumers perception of online consumer reviews. *Electronic Commerce Research*. Vol. 11, No 2, 201-214, 2011.

BALESTRIN, A.; VERSCHOORE, J. R.; REYES JÚNIOR, E. O campo de estudo sobre rede de cooperação interorganizacional no Brasil. *Revista de Administração Contemporânea*. Curitiba, v. 14, n. 3, pp. 458-477, mai./jun, 2010.

BASOLE, R. C.; BELLAMY, M. A. Visual analysis of supply network risks: Insights from the electronics industry. *Decision Support Systems*, v. 67, p. 109-120, 2014.

BERTOLI, N. C. A confiança e o comprometimento como eixos organizadores dos estados de redes: proposta conceitual e estudo de casos do agronegócio do norte do Paraná. (Dissertação) Universidade Paulista, São Paulo. 184 p., 2014.

BEUGELSDIJK, S. A note on the theory and measurement of trust in explaining differences in economic growth. *Cambridge Journal of Economics*, London, v. 30, p. 371-387, 2006.

BOEHE, D.; BALESTRO, M. A dimensão nacional dos custos de transação: oportunismo e confiança institucional. *Revista Eletrônica de Administração-REAd*. Porto Alegre, ed. 49, v. 12, n. 1, p. 1-20, 2006.

BROUTHERS, K. D.; NAKOS, G.; DIMITRATOS, P. SME entrepreneurial orientation, international performance, and the moderating role of strategic alliances. *Entrepreneurship Theory and Practice*, Vol. 39, No 5, 1161-1187, 2014.

BUTLER JR, J. K. Toward understanding and measuring conditions of trust: Evolution of a conditions of trust inventory. *Journal of management*, v. 17, n. 3, p. 643-663, 1991.

CARBONE, A.; GALLI, F.; SORRENTINO, A. Coordination mechanisms along the supply chain: A key-factor for competitiveness. In: 113th Seminar, September 3-6, 2009. Chania, Crete, Greece. European Association of Agricultural Economists, 2009.

CARVALHO, E. G.; GANDIA, R. M.; FERREIRA, C. de A.; SUGANO, J. Y. Entrepreneurial orientation in Brazil: a meta-analysis of quantitative studies. In: *Anais eletrônicos do XXXIX Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração*. Belo Horizonte / MG. EnANPAD, 2015.

CHIU, C. M.; HUANG, H. Y.; YEN, C. H. Antecedents of trust in online auctions. *Electronic Commerce Research and Applications*, Vol. 9, No 2, 148-159, 2010.

CHUN, R. Corporate reputation: Meaning and measurement. *International Journal of Management Reviews*, v. 7, n. 2, p. 91-109, 2005.

COSTA, C. H. G.; CASTRO JUNIOR, L. G. de; SILVA, E. C.; TONELLI, D. F.; BENEDICTO, G. C. de. Gestão de Organizações Tríplice Hélice: Um estudo de escopo. *Revista ESPACIOS*. Vol. 37, N° 12, Pág. 8-19, 2016.

CUNHA, C. R. A confiança nos relacionamentos interorganizacionais: o campo da biotecnologia em análise. *RAE-eletrônica*, v. 5, n. 2, 2006.

DAS, T.; TENG, B. The risk-based view of trust: a conceptual framework. *Journal of Business and Psychology*, v. 19, n. 1, p. 85-116, 2004.

DODGSON, M. Learning, trust and technological collaboration. *Human relations*, v. 46, n. 1, p. 77-95, 1993.

EBERL, M.; SCHWAIGER, M. Corporate reputation: disentangling the effects on financial performance. *European Journal of Marketing*, v. 39, n. 7/8, p. 838-854, 2005.

EID, M. I. Determinants of e-commerce customer satisfaction, trust, and loyalty in Saudi Arabia. *Journal of Electronic Commerce Research*, Vol.12, n 1, 78-93, 2011.

FEITOSA, D. de L.; GARCIA, L. S. Sistemas de Reputação: Um Estudo sobre Confiança e Reputação no Comércio Eletrônico Brasileiro. *Revista de Administração Contemporânea - RAC*, Vol. 20, n 1, 84-105, 2016.

FERREIRA, C. de A.; GANDIA, R. M.; ANDRADE, H. C. C. de; VERONEZE, R. B.; ANTONIALLI, F.; ANTONIALLI, L. M. A reputação e a confiança das empresas e as suas influências na criação e no desenvolvimento de alianças estratégicas: Um estudo bibliométrico. *Revista ESPACIOS*. Vol. 38, N° 13, Pág. 1-13, 2017.

FERREIRA, M. P. Como estruturar e escrever um artigo em administração. *Revista Ciências Administrativas*, Vol. 20, n 2, 423-45, 2014.

FOMBRUN, C. J.; VAN RIEL, C. BM. *Fame & fortune: How successful companies build winning reputations*. FT Press, 2004.

GIGLIO, E. M.; MACAU, F. R. *Networks: the facts, the format, the concepts*. In Giglio (Org.). *Business Networks: concepts, methodologies & research*. Rockville: GlobalSouth Press, 2015.

GIGLIO, E. M.; RIMOLI, C.; SILVA, R. Reflexões sobre os fatores relevantes no nascimento e crescimento de redes de negócios na agropecuária. *Revista Organizações Rurais & Agroindustriais*, v. 10, n. 2, p. 279-292, 2008.

GREGG, D. G.; WALCZAK, S. The relationship between website quality, trust and price premiums at online auctions. *Electronic Commerce Research*, Vol. 10, n 1, 1-25, 2010.

HÅKANSSON, P.; KJELLBERG, H.; LUNDGREN, A. Strategic alliances in global biotechnology—a network approach. *International Business Review*, v. 2, n. 1, p. 65-82, 1993.

HERNANDEZ, J.; MAZZON, J. Trust development in e-commerce and store choice: model and initial test. In: *Anais eletrônicos do XXIX Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração Brasília, DF: ANPAD*, 2005.

HOFFMANN, V.; MOLINA-MORALES, F.; MARTINEZ-FERNANDEZ, M. Redes de empresas: uma proposta de tipologia para sua classificação. In: Anais eletrônicos do XXVIII Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração - Curitiba, PR: ANPAD, 2004.

HOFFMANN, W. H.; SCHLOSSER, R. Success factors of strategic alliances in small and medium-sized enterprises—An empirical survey. *Long range planning*, v. 34, n. 3, p. 357-381, 2001.

ILIC, S.; RAJIC, A.; BRITTON, C. J.; GRASSO, E.; WILKINS, W.; TOTTON, S.; WILHELM, B.; WADDELL, L.; LEJEUNE, J. T.A scoping study characterizing prevalence, risk factor and intervention research, published between 1990 and 2010, for microbial hazards in leafy green vegetables. *Food Control*, v. 23, p. 7-19, 2012.

INSTITUTE OF DIRECTORS (IOD). Reputation Management: Strategies for Protecting Companies their Brands and their Directors. London: Director Publications (Director's Guide Series), 1999.

KAYO, E. K.; KIMURA, H.; PATROCÍNIO, M. R.; OLIVEIRA NETO, L. E. D. Acquisitions, joint ventures or arm's-length alliances? Analyzing the determinants of the choice of growth strategy in Brazil from 1996 through 2007. *BAR-Brazilian Administration Review*, Vol. 7, n 4, 397-412, 2010.

KIM, C.; TAO, W.; SHIN, N.; KIM, K. S. An empirical study of customers' perceptions of security and trust in-payment systems. *Electronic Commerce Research and Applications*, Vol. 9, n 1, 84-95, 2010.

KOGUT, B. Joint ventures: Theoretical and empirical perspectives. *Strategic management journal*, v. 9, n. 4, p. 319-332, 1988.

LANGE, D.; LEE, P. M.; DAI, Y. Organizational reputation: A review. *Journal of Management*, v. 37, n. 1, p. 153-184, 2011.

LIMA, G. A. N.; LIMA, J. B. de. Consórcios de exportação: um processo de aprendizagem organizacional em PMEs. *Organizações & Sociedade*, v. 12, n. 34, 2014.

LOPES, F. D. Perspectivas teóricas contemporâneas nos estudos das organizações: apresentação de um modelo de análise da formação de *joint ventures* internacionais. *Cadernos EBAPE. BR*, v. 2, n. 3, p. 01-21, 2004.

LOURENZANI, A.; SILVA, A.; AZEVEDO, P. O Papel da Confiança na Construção de Ações Coletivas: um estudo em Redes de suprimentos de alimentos. In: Anais eletrônicos do XXX Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração Salvador, BA: ANPAD, 2006.

MARIANO, A. M.; CRUZ, R. G.; GAITÁN, J. A. Meta análises como instrumento de pesquisa: Uma revisão sistemática da bibliografia aplicada ao estudo das alianças estratégicas internacionais. In: Congresso Internacional de Administração-Inovação Colaborativa e Competitividade, Ponta Grossa. Anais do ADMPG. 2011.

MARKHAM, V. *Planning The Corporate Reputation*. London: George Allen & Unwin, 1972.

MAYS, N.; ROBERTS, E.; POPAY, J. Synthesising research evidence. In N. Fulop, P. Allen, A. Clarke, & N. Black (Eds.), *Studying the organisation and delivery of health services: Research methods*. London: Routledge, 2001.

MCKNIGHT, D. H.; CHOUDHURY, V.; KACMAR, C. Developing and validating trust measures for e-commerce: an integrative typology. *Information Systems Research*, Vol. 13, n 3, 334-359, 2002.

MELLAT-PARAST, M.; DIGMAN, L. A. Learning: the interface of quality management and strategic alliances. *International Journal of Production Economics*, Vol. 114, n 2, 820-829, 2008.

MELO, T.; GARRIDO-MORGADO, A. Corporate reputation: A combination of social responsibility and industry. *Corporate social responsibility and environmental management*, v. 19, n. 1, p. 11-31, 2012.

MENARD, C. The economics of hybrid organizations. *Journal of Institutional and Theoretical Economics JITE*, v. 160, n. 3, p. 345-376, 2004.

MILES, R. E.; SNOW, C. C. Organizations: New concepts for new forms. *California management review*, v. 28, n. 3, p. 62-73, 1986.

MOWERY, D.; OXLEY, J.; SILVERMAN, B. Strategic alliances and interfirm knowledge transfer. *Strategic Management Journal*, New York, v.17, Special Issue, p.77-91, Winter 1996.

PIZZUTTI, C.; FERNANDES, D. Effect of recovery efforts on consumer trust and loyalty in e-tail: a contingency model. *International Journal of Electronic Commerce*, Vol. 14, n 4, 127-160, 2010.

REMPEL, J. K.; HOLMES, J. G.; ZANNA, M. P. Trust in close relationships. *Journal of personality and social psychology*, v. 49, n. 1, p. 95, 1985.

ROBERTS, P. W.; DOWLING, G. R. Corporate reputation and sustained superior financial performance. *Strategic management journal*, v. 23, n. 12, p. 1077-1093, 2002.

ROTTER, J. B. Generalized expectancies for interpersonal trust. *American psychologist*, v. 26, n. 5, p. 443, 1971.

SANDA, C. R. A Reputação Corporativa On-Line: Uma Revisão Sistemática de Literatura. In: *Anais eletrônicos do XL Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração*, Costa do Saúpe – BA, 2016.

SNOW, C. C. Organizing in the age of competition, cooperation, and collaboration. *Journal of Leadership & Organization Studies*. V.22, n.4, pp.1-10, 2015.

STUART, T. E. Network positions and propensities to collaborate: an investigation of strategic alliance formation in a high-technology industry. *Administrative Science Quarterly*, v. 43, n. 3, p. 668-698, 1998.

TALAMO, J. R. Formação e gestão de redes de cooperação empresarial. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2008.

THORPE, R.; HOLT, R. Using knowledge within small and medium sized firms: A systematic review of the evidence. *Journal of Management*, v. 7, n. 4, p. 257–281, 2005.

VERGIN, Roger C.; QORONFLEH, M. Walid. Corporate reputation and the stock market. *Business Horizons*, v. 41, n. 1, p. 19-26, 1998.

VERSCHOORE, J.; BULGACOV, S.; SEGATTO, A. P.; e BATAGLIA, W. Concepções teóricas e verificações empíricas sobre a cooperação entre firmas no Brasil: uma introdução ao fórum alianças estratégicas e redes de alianças. *RAM - Revista de Administração Mackenzie*, v. 15, n. 3, p. 14-20, 2014.

VIEIRA, I.; NASCIMENTO, F. C.; CALVO, W. A. Strategic planning as competitive advantage by using the BSC as a management tool: A case study in application of radioisotope technology at IPEN. *Journal of Physical Science and Application*, v. 6, n. 3, p. 1-10, 2016.

VIEIRA, V. A.; SLONGO, L. A. Um modelo dos antecedentes da lealdade no varejo eletrônico. *Revista de Administração Contemporânea [Edição Especial]*, Vol. 12, 65-87, 2008.

VIEIRA, V. A. Mensuração da qualidade de serviço no varejo eletrônico e seu impacto sobre as intenções comportamentais. *Revista de Administração de Empresas*, Vol. 50, n. 2, 199-214, 2010.

WU, C. S.; CHENG, F. F.; YEN, D. C. The influence of seller, auctioneer, and bidder factors on trust in online auctions. *Journal of Organizational Computing and Electronic Commerce*, Vol. 24, n. 1, 36-57, 2014.

Capítulo 73 - DOI:10.55232/1084002073

**TRÁFICO SEXUAL DE MULHERES NO BRASIL:
ANÁLISE DE CONVENCIONALIDADE DA LEI DE
TRÁFICO DE PESSOAS FRENTE AO PROTOCOLO DE
PALERMO**

Cristina da Silva Soares, Manoel Rufino David de Oliveira

RESUMO: O presente estudo objetiva averiguar em que medida a lei de tráfico de pessoas se adequa aos parâmetros legais do Protocolo de Palermo, visando compreender melhor o fenômeno do tráfico sexual de mulheres e, ainda, analisar a evolução da legislação internacional que seja pertinente ao tráfico de pessoas, em especial ao gênero feminino. Adotou-se como método de abordagem o dialético; e como ferramentas metodológicas a revisão bibliográfica: baseada em autoras como Andreza Smith e Ela de Castilho, e documental: baseada em documentos legislativos, como Protocolo de Palermo, Lei de Tráfico de Pessoas. Para tanto, decidiu-se, em primeiro lugar, compreender o fenômeno social do tráfico sexual de mulheres com enfoque específico na realidade local. Em seguida, buscou-se analisar a evolução da legislação internacional pertinente ao tráfico de pessoas, em especial no que tange ao tráfico sexual de mulheres. Em terceiro lugar, investigou-se em que medida a Lei de Tráfico de Pessoas se adequa aos parâmetros convencionais do Protocolo de Palermo. Ao final, concluiu-se que as medidas previstas no Protocolo de Palermo não estão sendo seguidas rigorosamente na Lei de Tráfico de Pessoas nº 13.344/16, uma vez que a exploração sexual ainda é tratada de maneira superficial na legislação brasileira, o que torna a lei insuficiente, e, conseqüentemente, ineficaz para os crimes de Tráfico Sexual de Mulheres no Brasil.

Palavras-chave: Tráfico Sexual de Mulheres, Protocolo de Palermo. Convencionalidade, Lei de Tráfico de Pessoas

1 INTRODUÇÃO

O Tráfico Sexual de Mulheres é um fenômeno social em expansão à nível mundial, atingindo tanto os países de terceiro mundo como os de primeiro mundo.

Nesse sentido o site Último Segundo fornece dados baseados nos dados do Escritório de Estatísticas da União Europeia:

As mulheres constituem 95% das vítimas de exploração sexual, enquanto 70% das vítimas de trabalhos forçados são homens. Quanto à origem das pessoas traficadas, 56% são provenientes da Ásia e Pacífico; 18% da África; 9% da América do Sul e Caribe; 7% da União Europeia e países desenvolvidos; 7% do resto da Europa e Ásia Central e 3% do Oriente Médio. (ÚLTIMO SEGUNDO, 2016)¹.

As mulheres são o principal alvo para os aliciadores de tráfico sexual, que têm como objetivo a exploração de cunho sexual, com o fulcro de obter vantagens econômicas mediante a exploração dessas pessoas. Um dos fatores que levam essas vítimas a serem traficadas, é apenas o desejo por novas oportunidades de vida. É patente que o tráfico de mulheres vai contra o princípio da dignidade da pessoa humana, além de diversos outros direitos garantidos constitucionalmente.

No Brasil, atualmente, há inúmeras organizações criminosas especializadas no tráfico sexual. Esse tipo de crime tomou uma proporção assustadora no país, pois todos os dias mulheres são traficadas. As vítimas dessa prática são tratadas como mercadorias, vítimas desse comércio negro, que tem como objetivo a comercialização sexual. É uma prática inaceitável nos dias de hoje, violando os direitos humanos de forma direta e brutal.

Essas vítimas caem nessa prática por total vulnerabilidade, seja social, emocional, econômica, são mulheres fragilizadas. Esse tema é de suma importância e merece ser pesquisado, e discutido com uma atenção especial, para podermos fazer com que esse tipo de crime perca suas forças, e possa ser tratado de forma mais severa através da nossa legislação. E assim fazendo com que as vítimas se sintam um pouco mais protegidas e cuidadas pelo Estado. Sem dúvidas, o presente tema precisa de novos estudos, principalmente acerca do tratamento convencional e legal voltado à coibir a prática, como a tutela jurídica reconhecida no Protocolo de Palermo, instrumento (informações de publicação e ratificação).

¹ ÚLTIMO SEGUNDO. 21 milhões de pessoas são vítimas de tráfico humano, revela Parlamento Europeu. 2016. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2016-10-20/trafico-humano.html>>. Acesso em: 4 de fev. 2018.

A pesquisa sobre o tema questão possui grande relevância científica, jurídica e social, ao trazer como contribuição acadêmica o esclarecimento do tema tráfico sexual de mulheres para os estudiosos da área jurídica e de relações internacionais, agregando novos conhecimentos para as pessoas em relação ao Protocolo de Palermo, importante instrumento convencional de direito internacional público que é tão pouco estudado no campo acadêmico. É tornando esse assunto cada vez mais público, e discutindo, social, acadêmica e, em especial, politicamente no Brasil, será possível trazer luz à importância desse Protocolo para a proteção das vítimas de tráfico sexual.

Com base na problemática arguida anteriormente, adotou-se como indagação de pesquisa o seguinte questionamento: **em que medida a lei de tráfico de pessoas se adequa aos parâmetros convencionais do Protocolo de Palermo?**

Para tanto, foi escolhido como objetivo geral do trabalho averiguar em que medida a lei de tráfico de pessoas se adequa aos parâmetros legais do Protocolo de Palermo e, como objetivos específicos:

- a) Compreender o fenômeno do tráfico sexual de mulheres, com enfoque específico na realidade brasileira;
- b) Analisar a evolução da legislação internacional pertinente ao tráfico de pessoas, em especial no que tange ao tráfico sexual de mulheres;
- c) Investigar em que medida a lei de tráfico de pessoas se adequa aos parâmetros do Protocolo de Palermo.

O método de pesquisa empregado é o dialético, que se forma através de um processo em constante mudança, movimento e transitório. Para o método dialético nada é absoluto, definitivo, ou imutável. O pensador Hegel diz que existe uma composição para esse método que é a tese, a antítese e pôr fim a síntese. Justifica-se a escolha desse método considerando que, no presente trabalho, parte-se de duas premissas principais: de um lado, as disposições do Protocolo de Palermo e, de outro lado, as disposições da Lei de Tráfico de pessoas, para se chegar a uma síntese, ou seja, a convencionalidade da Lei de Tráfico de Pessoas frente aos parâmetros do referido Protocolo.

As ferramentas metodológicas escolhidas para a realização do trabalho consistem na revisão bibliográfica, por meio de análise de publicações científicas, seja monografias, artigos, livros, baseando-se em autores como Andreza Smith e Ela Castilho. Utilizou-se ainda a revisão documental, analisando-se diversas peças documentais informativas e legislativas, como aquelas produzidas por meios de comunicação, tais como vídeos, reportagens, e pelo poder legislativo e judiciário, como jurisprudências, legislações, em

especial no que tange ao Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004, e à Lei nº 13.344, de 6 de outubro de 2016.

Posto isto, o presente trabalho organiza-se da seguinte forma:

Na primeira seção, intitulada “Tráfico de Pessoas e sua interseccionalidade de gênero: compreendendo o Tráfico Sexual de Mulheres”, se conceituará o crime de tráfico de pessoas, os tipos de tráficos existentes e recorrentes no mundo, abordar mais a fundo sobre o tráfico sexual de mulheres, e explicar a situação do Brasil diante do tráfico sexual de mulheres baseados em dados.

Na segunda seção, nomeada “Tutela convencional do Tráfico Sexual de Mulheres no sistema Universal de Proteção de Direitos Humanos e a relevância do Protocolo de Palermo”, será apresentada a evolução dos tratados internacionais que versam sobre o tráfico de pessoas e tráfico sexual de mulheres, um destaque para o posicionamento do Brasil frente aos tratados, como o Protocolo de Palermo.

Por fim, a última seção, ou seja, a terceira, denominada “Análise da convencionalidade da Lei de Tráfico de Pessoas (Lei nº 13.344/16) frente ao Protocolo de Palermo”, tratará da análise da convencionalidade da tutela jurídica nacional do tráfico sexual de mulheres no Brasil, em especial o Lei de Tráfico de Pessoas, frente às disposições convencionais do Protocolo de Palermo.

2 TRÁFICO DE PESSOAS E SUA INTERSECCIONALIDADE DE GÊNERO: COMPREENDENDO O TRÁFICO SEXUAL DE MULHERES

O Tráfico de Pessoas ou Tráfico Humano é uma violação à pessoa humana que existe desde os primórdios da história, tendo nascido como uma modalidade exploratória de corpos e de vidas. À guisa de exemplificação, cabe citar que um dos maiores crimes contra a humanidade foi o Tráfico Negreiro ou Tráfico de Negros, que se tratava do fornecimento de mão de obra laboral forçada, e não remunerada para os grandes países de primeiro mundo e suas colônias. Logo após, com o decaimento do uso da prática a partir da revolução industrial, surgiu o tráfico de escravas brancas, com o êxodo forçado de pessoas que eram trazidas a força da Europa para serem exploradas sexualmente nas Américas, obrigadas a se prostituir.

Esse tipo de violação de direitos humanos atinge todo o mundo, sem distinção de classe, cor, gênero, idade, ou nacionalidade. Se tornou um dos grandes problemas sociais, pois é um comércio ilegal de pessoas, geralmente realizado por um determinado grupo de pessoas, reunido em torno do crime organizado. A maioria das vítimas do tráfico de pessoas são exploradas, comercializadas como um objeto, ou escravizadas sexualmente. Todos os seus direitos e garantias são violados, como o direito à liberdade, dignidade, saúde, e à vida que se encontram no artigo 5º da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

A Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado, ratificado pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo nº 5.015, de 12 de março de 2004 no artigo 2, alínea “a”, prevê o conceito de crime organizado como sendo:

Grupo criminoso organizado - grupo estruturado de três ou mais pessoas, existente há algum tempo e atuando concentradamente com o propósito de cometer uma ou mais infrações graves ou enunciadas na presente Convenção, com a intenção de obter, direta ou indiretamente, um benefício econômico ou outro benefício material (BRASIL, 2004).

Esse crime organizado é praticado com extrema violência, condições subumanas, abusos, ameaças psicológicas e físicas. É um dos crimes mais lucrativos, onde movimenta muito dinheiro em torno dessa atividade que usa seres humanos. O fator principal para o crescimento do Tráfico de Pessoas é a desigualdade social em muitos países, a pobreza em excesso, problemas sociais e políticos, educação precária e a falta de oportunidade de emprego para todos.

Nesse sentido, o protocolo adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças que age contra o crime organizado, no artigo 3º, alínea “a” define o Tráfico de Pessoas:

A expressão "**tráfico de pessoas**" significa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos (grifo da autora) (BRASIL, 2004b).

Existem diversos tipos de tráfico, mas os crimes mais recorrentes e conhecidos que envolvem diretamente o ser humano são:

a) **Tráfico de Órgãos e tecidos**, que consiste na comercialização de córneas, rins, fígado, coração, estômago, e remoção de tecidos. Tendo em vista que hoje a procura por órgãos em busca de salvar vidas é grande, então as organizações criminosas usando da esperança das pessoas começaram a remover órgãos de pessoas, mortas ou vivas, também sequestrando crianças, para traficar órgãos e vender ilegitimamente no comércio ilegal. A maioria das vítimas são forçadas, e mutiladas cruelmente.

Dispõe na Lei nº 9.434/1997, em seu artigo 1º: “a disposição gratuita de tecidos, órgãos e partes do corpo humano, em vida ou post mortem, para fins de transplante e tratamento, é permitida na forma desta Lei” (BRASIL, 1997). No Brasil é permitido o transplante de órgãos entre membros de uma mesma família, e órgãos que sejam duplos ou partes renováveis do corpo. A venda de órgãos é completamente ilegal, esse tipo de doação deve ser totalmente gratuita, e consentida por algum representante da família;

b) **Tráfico de Drogas ou Narcotráfico** é um problema desenfreado que existe há décadas. No Brasil a produção e comercialização de drogas ilícitas é proibido conforme prevê o Art. 2º da Lei do Tráfico de Drogas nº 11.343/2006:

Ficam proibidas, em todo o território nacional, as drogas, bem como o plantio, a cultura, a colheita e a exploração de vegetais e substratos dos quais possam ser extraídas ou produzidas drogas, ressalvada a hipótese de autorização legal ou regulamentar, bem como o que estabelece a Convenção de Viena, das Nações Unidas, sobre Substâncias Psicotrópicas, de 1971, a respeito de plantas de uso estritamente ritualístico-religioso (grifo da autora) (BRASIL, 2006).

Só é condenado aquele que vende, o usuário não é penalizado apenas é advertido, e encaminhado para projetos sociais que cuidam de dependentes químicos, com medidas educativas, o que torna ainda mais rentável e lucrativa esse tipo de atividade. E como consequência do alto índice de uso de drogas, gera o maior número de criminalização, e violência no país.

c) **Trabalho Escravo** é um dos primeiros tipos de tráfico existentes, que dura até os dias atuais. Se trata de alguém que tenha total poder sobre os direitos de uma outra pessoa que o serve, trabalha de maneira forçada em situações degradantes, com exploração de mão de obra, jornadas exaustivas e intensas, regime severo, ameaças, maus tratos, e de total violência.

A punição para o trabalho escravo no Brasil é prevista no artigo 149 do Código Penal. Sua definição está no caput do artigo, onde se pode ler o seguinte:

Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto (BRASIL, 2018, p. 544).

Os escravizados adquirem dívidas que nunca conseguirão pagar, e como forma de pagamento exercem seus serviços e se tornam reféns desse crime.

d) **Tráfico de Crianças e Adolescentes** se baseia em adoções que não obedecem aos trâmites legais, venda de crianças, exploração infantil, casamentos e sequestros. Crime que tira a inocência das crianças contrabandeadas, e que também envolve muito dinheiro. No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) previsto no artigo 239 diz: “promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro” (BRASIL, 1990).

e) **Tráfico Sexual de Pessoas**, um dos tráficos mais praticados em todo o mundo, e que se tornou a grande indústria da prostituição. É um crime que atinge a todo e qualquer gênero, mas o maior índice de pessoas traficadas são mulheres. Com base nessa afirmação, o site Agencia Brasil publicou: “Do total de 488 casos identificados pelo Ligue 180 para exploração sexual, 317 eram mulheres e cinco homens” (AGÊNCIA BRASIL, 2017). Fruto da própria cultura que sempre viu o homem como o provedor e a mulher como dependente, e com isso até hoje a imagem da mulher é posta como um objeto sexual, comercializada e vendida como um produto qualquer. Fatores como a desigualdade de gênero, os sociais e os econômicos também são motivos que direcionam milhares de mulheres ao tráfico.

Antes, no Código Penal, o artigo 231-A já era previsto como crime a exploração sexual, mas ainda assim era insuficiente, haviam lacunas para esse crime que é tão diverso. E com isso surgiu a Lei nº 13.344/2016 que supriu o que ainda faltava no Código em relação ao Tráfico de Pessoas. Mas que ainda não está totalmente de acordo com a realidade enfrentada a respeito do Tráfico Sexual de Mulheres no Brasil.

De acordo com publicação do site Tribuna PR, baseado em pesquisas realizadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), agência das Nações Unidas, sobre o Tráfico de Pessoas:

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que cerca de 2,4 milhões de pessoas foram traficadas para serem submetidas a trabalho forçado. A OIT calcula que 43% dessas vítimas sejam subjugadas para exploração sexual e 32% para trabalhos forçados enquanto 25% submetidas a uma combinação dessas duas formas. No Brasil, o tráfico para fins sexuais é, predominante, de mulheres e adolescentes, afrodescendentes, com idade entre 15 e 25 anos (AGÊNCIA BRASIL, 2005)².

Tendo em vista que os números de Tráfico de Pessoas são considerados extremamente altos, o Estado brasileiro é conduzido a desenvolver ações para melhorar, fortalecer e reformar nossas leis que ainda são falhas em relação as garantias dos Direitos Humanos com o Tráfico de Pessoas para evitar que mais pessoas sejam vítimas. O combate ao tráfico sexual evidencia-se como um desafio para o país, levando em consideração que os aliciadores, na maioria das vezes, constroem laços de confiança com a vítima, usam estratégias, e assim, buscam vítimas com baixa escolaridade, com filhos para criar, família, mulheres que sofrem agressões em casa ou que exercem atividade de baixa remuneração.

A forma como o aliciamento de mulheres ao tráfico sexual internacional segue um determinado padrão, uma vez que os aliciadores, ao encontrar vítimas em potencial, oferecem um mundo de ilusões, propostas tentadoras como um ótimo salário, emprego rápido como de domésticas, ou trabalhar em fábricas, uma boa vida, e gerando grandes expectativas. Para quem pratica esse tipo de atividade, o Tráfico Sexual de Mulheres é bastante rentável e oferece poucos riscos, pois a investigação do crime de Tráfico Sexual de Mulheres se torna mais difícil pela vergonha e medo das vítimas. Os criminosos se beneficiam das fraquezas das vítimas diante das necessidades de ter ou garantir uma vida melhor.

Ao final, após serem traficadas, a realidade encontrada pelas vítimas é bem diferente da esperada, pois são obrigadas a cumprir com tudo que a organização criminosa impõe como diversas relações sexuais em um único dia, ainda que doentes, e cansadas. Muitas vítimas vão conscientes dos riscos, mas não imaginam que teriam sua liberdade perdida. São submetidas a prostituição forçada, violência, mantidas em cárcere privado, vivem em condições precárias e desumanas, e tem todos os seus documentos retidos pelos criminosos. Situação que dificilmente conseguem se livrar. A prostituição não é ilegal no país, mas também não é uma profissão regulamentada, o que confunde a cabeça das

² AGÊNCIA BRASIL. OIT estima 2,5 milhões de pessoas traficadas para exploração sexual. 2005. Disponível em: <<http://www.tribunapr.com.br/noticias/oit-estima-25-milhoes-de-pessoas-traficadas-para-exploracao-sexual/>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

peessoas que associam a prostituição como uma prática ilícita, como previsto no Art. 228 do Código Penal Brasileiro: “induzir ou atrair alguém à prostituição, facilitá-la ou impedir que alguém a abandone” (BRASIL, 2018, p. 555). É perceptível que no país, há um grande descaso da parte do Estado, pois a política não é suficiente o bastante para diminuir o número de vítimas.

O Brasil é um dos países que tem grandes fluxos migratórios, e que vêm tomando maiores proporções, logo, demonstra dificuldade em ter precisão de dados em relação ao número de vítimas e as rotas desse tráfico. Em pesquisa realizada pela autora Smith (2010), é afirmado que a grande maioria é traficada para o exterior do país: “com destinos como Espanha, Holanda, Venezuela, Itália, Portugal, Paraguai, Suíça, Estados Unidos, Alemanha e Suriname. Foram identificadas 241 rotas de tráfico de pessoas, sendo 131 para o exterior e 110 em âmbito interno do país” (SMITH, 2010, p. 76).

A região norte brasileira tem um dos maiores índices de rotas de tráfico em âmbito nacional. Smith (2010) em seus estudos sobre as rotas Paraenses concluiu que, “no Pará foram identificadas três rotas, partindo de Belém para Fortaleza (CE), Amapá/Oiapoque (AP), Suriname/Holanda” (SMITH, 2010, p. 88). Com base nesses números significativos de rotas, o Pará mostra-se como uma rota estratégica, razão pela qual aponta-se uma falha do Estado em fiscalizar e combater ao Tráfico de Pessoas nesse contexto local, o que pode se dar, muito possivelmente, em razão do tráfico sexual ser um crime pouco notificado e invisível, uma escravidão contemporânea velada. Apesar de desconhecido, se faz cada vez mais presente, junto a falta de informação a respeito do crime é um dos maiores obstáculos enfrentados.

3 TUTELA CONVENCIONAL DO TRÁFICO SEXUAL DE MULHERES NO SISTEMA UNIVERSAL DE PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E A RELEVÂNCIA DO PROTOCOLO DE PALERMO

Os instrumentos internacionais surgiram com a preocupação de proteger o ser humano, e assim conceituando o que é o Tráfico de Pessoas. O primeiro tratado foi o de Paris, entre Inglaterra e França em 1814, no qual negros eram traficados e tratados como objeto de servidão, baseado em trabalho forçado. Castilho ([201-?]) afirma, em seu artigo:

O esforço diplomático culminou, em 1926, com a Convenção firmada pela Sociedade das Nações, reafirmada, em 1953, pela ONU. Para os fins dessa

Convenção o tráfico de escravos “compreende todo ato de captura, aquisição ou cessão de um indivíduo para vendê-lo ou trocá-lo; todo ato de cessão por venda ou câmbio de um escravo, adquirido para vendê-lo ou trocá-lo e, em geral, todo ato de comércio ou de transporte de escravos”. Por sua vez escravidão é conceituada como “estado ou condição de um indivíduo sobre o qual se exercitam os atributos do direito de propriedade ou de alguns deles (CASTILHO, [201-?])

Dessa forma a Convenção de Genebra fixou como obrigação dos Estados membros de tomar medidas que mudassem a prática de escravizar pessoas, mulheres e crianças. E definiu como crime o transporte, e a tentativa de transportar escravos, mutilar, castigar ou alguém que tente cessar sua liberdade.

Durante as últimas décadas foram assinados os seguintes acordos em relação ao Tráfico de Mulheres:

a) **Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres Brancas (Paris, 1910):** A partir da Convenção de 1910, conceituou-se e criaram-se meios de proteção e sanções de caráter punitivo para o Tráfico, bem como a exploração de mulheres para fins de prostituição. A maior preocupação era uma maneira mais eficiente de proteger todas as mulheres da Europa, se estendendo às crianças e adolescentes.

b) **Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres e Crianças (Genebra, 1921):** Antes da Convenção de 1921, a maioria era os 20 anos, após essa, passou a ser 21 anos e a incluir o direito das crianças.

c) **Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres Maiores (Genebra, 1933):** Em regra, mulheres solteiras ou casadas não se enquadravam à infração, mas com a Convenção de 1933, houve alterações no artigo, o qual não permitia a libertinagem, aliciar mulheres, mesmo que com o consentimento das mesmas em outros países, e punições.

d) **Protocolo de Emenda à Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres e Crianças e à Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres Maiores (1947):** Não houveram muitas alterações, apenas validou as Convenções na nova ordem pós-Guerra. E a prostituição na época era vista como uma violação à moral.

e) **Convenção e Protocolo Final para a Repressão do Tráfico de pessoas e do Lenocínio (Lake Success, 1949):** A Convenção de 1949 veio com o objetivo de valorizar a pessoa humana, garantir o bem-estar da vítima, a dignidade, valores, e direitos constitucionais, que eram afetados devido ao Tráfico de Pessoas.

Posto isso, ao longo dos anos, surgiu a necessidade de uma Convenção que fosse totalmente contra o crime organizado transnacional. Dessa maneira, foi aprovado o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças, também conhecido como Protocolo de Palermo, documento convencional publicado no ano de 2000.

Muitos países, entre eles o Brasil assinaram a Convenção que combate os crimes organizados internacionais, em Palermo, na Itália. O Protocolo de Palermo é um texto adicional que foi aprovado pela Assembleia das Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York em 15 de novembro de 2000. Mas só ficou à disposição dos Estados para o aceite em 29 de setembro de 2003. É um instrumento internacional que contém medidas relacionadas ao Tráfico de Pessoas, como a prevenção, combate ao tráfico, assistência e proteção às vítimas de abusos.

De acordo com Países (2000)³ cerca de 118 países assinaram a Convenção e 72 assinaram o Protocolo de Palermo, inclusive o Brasil, apesar de ficar a cargo dos países membros as medidas legais cabíveis, existem orientações como adotar medidas, técnicas, contar com ações de prevenção e combate, que deveriam ser tomadas contra ao crime organizado, juntamente mudanças que fossem necessárias na legislação ou adotando medidas mais rígidas. O governo brasileiro ratificou o Protocolo em 29 de janeiro de 2004, por meio do Decreto nº 5.017/2004, que é dividido em quatro capítulos e 20 artigos.

Em seu preâmbulo, os Estados partes ficam responsáveis por tomar medidas voltadas à proteção das vítimas e de todos os seus direitos. Apesar de existirem diversos instrumentos que já continham medidas para o combate ao tráfico e a exploração de pessoas, ainda não existia nenhum que fosse mais preciso e que tratasse de todos os pontos relativos ao assunto como prevenir, punir e reprimir o Tráfico de Pessoas, principalmente mulheres e crianças.

Dentre os artigos importantes, o artigo 2 prevê como objetivo do Protocolo a cooperação dos Estados-membros em combate ao Tráfico de Pessoas:

Os objetivos do presente Protocolo são os seguintes: a) Prevenir e combater o tráfico de pessoas, prestando uma atenção especial às mulheres e às crianças; b) Proteger e ajudar as vítimas desse tráfico, respeitando plenamente os seus

³ PAÍSES ratificam convenção contra crime internacional. BBC, 2000. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2000/001215_mafia.shtml>. Acesso em: 17 de abril de 2018. Não paginado.

direitos humanos; e c) Promover a cooperação entre os Estados Partes de forma a atingir esses objetivos (BRASIL, 2004b).

Nesse artigo as medidas definidas são de prevenir, proteger e promover a cooperação entre os Estados, em especial o gênero feminino e às crianças que são consideradas desamparadas e vulneráveis, também protegendo e garantindo as vítimas todos os seus direitos constitucionais. E por fim, formas de que os Estados-membros consigam avançar com os objetivos previstos nesse mesmo Protocolo.

O artigo 3 define o significado de Tráfico de Pessoas e sobre o consentimento da vítima:

a) A expressão "**tráfico de pessoas**" significa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos; b) **O consentimento dado** pela vítima de tráfico de pessoas tendo em vista qualquer tipo de exploração descrito na alínea a) do presente Artigo será considerado irrelevante se tiver sido utilizado qualquer um dos meios referidos na alínea a); c) O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de uma criança para fins de exploração serão considerados "tráfico de pessoas" mesmo que não envolvam nenhum dos meios referidos da alínea a) do presente Artigo; d) O termo "criança" significa qualquer pessoa com idade inferior a dezoito anos (grifo da autora) (BRASIL 2004b).

Toda e qualquer pessoa que retirar do território, por meio de coação, e violência para submetê-la a qualquer forma de abuso, trabalho forçado, ou se aproveitando para fins lucrativos, está cometendo o crime de Tráfico de Pessoas. O consentimento ou não da vítima, não é levado em consideração, pelo fato de muitas das vezes não se atentarem de que esse tipo de tráfico sacrifica a liberdade das vítimas.

Buscando então, uma maneira de garantir a proteção das vítimas de tráfico o artigo 6 e 9 trata especificamente sobre formas de como proteger as vítimas:

1. Nos casos em que se considere apropriado e na medida em que seja permitido pelo seu direito interno, cada Estado Parte protegerá a privacidade e a identidade das vítimas de tráfico de pessoas, incluindo, entre outras (ou inter alia), a confidencialidade dos procedimentos judiciais relativos a esse tráfico.
2. Cada Estado Parte assegurará que o seu sistema jurídico ou administrativo contenha medidas que forneçam às vítimas de tráfico de pessoas, quando necessário: a) Informação sobre procedimentos judiciais e administrativos aplicáveis; b) Assistência para permitir que as suas opiniões e preocupações sejam apresentadas e tomadas em conta em fases adequadas do processo penal instaurado contra os autores das infrações, sem prejuízo dos direitos da defesa.

3. Cada Estado Parte terá em consideração a aplicação de medidas que permitam a recuperação física, psicológica e social das vítimas de tráfico de pessoas, incluindo, se for caso disso, em cooperação com organizações não-governamentais, outras organizações competentes e outros elementos de sociedade civil e, em especial, o fornecimento de: a) Alojamento adequado; b) Aconselhamento e informação, especialmente quanto aos direitos que a lei lhes reconhece, numa língua que compreendam; c) Assistência médica, psicológica e material; e d) Oportunidades de emprego, educação e formação. 4. Cada Estado Parte terá em conta, ao aplicar as disposições do presente Artigo, a idade, o sexo e as necessidades específicas das vítimas de tráfico de pessoas, designadamente as necessidades específicas das crianças, incluindo o alojamento, a educação e cuidados adequados. 5. Cada Estado Parte envidará esforços para garantir a segurança física das vítimas de tráfico de pessoas enquanto estas se encontrarem no seu território. 6. Cada Estado Parte assegurará que o seu sistema jurídico contenha medidas que ofereçam às vítimas de tráfico de pessoas a possibilidade de obterem indenização pelos danos sofridos (BRASIL, 2004b).

O Protocolo determina normas, assegura que cada Estado protegerá as vítimas em seu ordenamento jurídico e aplica normas para que as vítimas tenham todo suporte físico, psicológico e de inclusão social dentro da sociedade. É de competência do Estado fornecer alojamento, informação às vítimas sobre os seus direitos constitucionais, assistência médica, educação e trabalho.

O capítulo que trata sobre a prevenção, cooperação em seu artigo 9, dispõe requisitos e funções para o combate ao Tráfico de Pessoas mantendo a sociedade informada através de meios de comunicação. Assim, prevenindo e protegendo:

1. Os Estados Partes estabelecerão políticas abrangentes, programas e outras medidas para: a) **Prevenir e combater** o tráfico de pessoas; e b) **Proteger** as vítimas de tráfico de pessoas, especialmente as mulheres e as crianças, de nova vitimação. 2. Os Estados Partes envidarão esforços para tomarem medidas tais como pesquisas, campanhas de informação e de difusão através dos órgãos de comunicação, bem como iniciativas sociais e econômicas de forma a prevenir e combater o tráfico de pessoas. 3. As políticas, programas e outras medidas estabelecidas em conformidade com o presente Artigo incluirão, se necessário, a cooperação com organizações não-governamentais, outras organizações relevantes e outros elementos da sociedade civil. 4. Os Estados Partes tomarão ou reforçarão as medidas, inclusive mediante a cooperação bilateral ou multilateral, para reduzir os fatores como a pobreza, o subdesenvolvimento e a desigualdade de oportunidades que tornam as pessoas, especialmente as mulheres e as crianças, vulneráveis ao tráfico. 5. Os Estados Partes adotarão ou reforçarão as medidas legislativas ou outras, tais como medidas educacionais, sociais ou culturais, inclusive mediante a cooperação bilateral ou multilateral, a fim de desencorajar a procura que fomenta todo o tipo de exploração de pessoas, especialmente de mulheres e crianças, conducentes ao tráfico. (grifo da autora) (BRASIL, 2004b)

Tendo em vista o grande avanço do Tráfico de Mulheres, com um número alarmante de vítimas, a Convenção de Palermo e seus Protocolos teve grande aceitação por conter instruções e sugestões em relação ao crime organizado. As pessoas mais

vulneráveis a esse tipo de tráfico ainda não estavam suficientemente protegidas por lei e com o Protocolo amplia-se a proteção às vítimas.

4 ANÁLISE DA CONVENCIONALIDADE DA LEI DE TRÁFICO DE PESSOAS (Lei nº 13.344/16) FRENTE AO PROTOCOLO DE PALERMO

A Lei nº 13.344/2016 com o objetivo de se adequar ao Protocolo de Palermo precisou passar por algumas alterações em seus artigos para combater o Tráfico de Pessoas de acordo com algumas medidas previstas no Protocolo. Em seguida será feita a análise e comparação da Lei 13.344/16 com o Protocolo nos quesitos relacionados à criminalização, o tratamento específico de gênero no Tráfico Sexual de Mulheres, e sobre o repatriamento das vítimas ao seu local de origem.

O Protocolo de Palermo dispõe em seu Decreto nº 5.017/2004 o artigo 5 que trata da criminalização do tráfico de pessoas:

1. Cada Estado Parte adotará as medidas legislativas e outras que considere necessárias de forma a estabelecer como infrações penais os atos descritos no Artigo 3 do presente Protocolo, quando tenham sido praticados intencionalmente. 2. Cada Estado Parte adotará igualmente as medidas legislativas e outras que considere necessárias para estabelecer como infrações penais: a) Sem prejuízo dos conceitos fundamentais do seu sistema jurídico, a tentativa de cometer uma infração estabelecida em conformidade com o parágrafo 1 do presente Artigo; b) A participação como cúmplice numa infração estabelecida em conformidade com o parágrafo 1 do presente Artigo; e c) Organizar a prática de uma infração estabelecida em conformidade com o parágrafo 1 do presente Artigo ou dar instruções a outras pessoas para que a pratiquem. (grifo da autora) (BRASIL, 2004b).

No Código Penal Brasileiro, os artigos que tratavam anteriormente do Tráfico Internacional para fim de exploração eram os artigos 231 e 231-A do Código Penal, que foram revogados pela Lei nº 13.344/ 2016 que dispõe sobre prevenção, repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas, especificamente nos artigos 13 e 16 que acrescentou o artigo 149-A, vem a ser:

Agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de: I - remover-lhe órgãos, tecidos ou partes do corpo; II - submetê-la a trabalho em condições análogas à de escravo; III - submetê-la a qualquer tipo de servidão; IV - adoção ilegal; ou **V - exploração sexual.** Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa. § 1º A pena é aumentada de um terço até a metade se: I - o crime for cometido por funcionário público no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las; II

- o crime for cometido contra criança, adolescente ou pessoa idosa ou com deficiência; III - o agente se prevalecer de relações de parentesco, domésticas, de coabitação, de hospitalidade, de dependência econômica, de autoridade ou de superioridade hierárquica inerente ao exercício de emprego, cargo ou função; ou IV - a vítima do tráfico de pessoas for retirada do território nacional. (grifo da autora) (BRASIL, 2016).

Averiguando os artigos decretados anteriormente, o Protocolo de Palermo declara que o Estado membro tem total liberdade para tomar as medidas cabíveis e necessárias para o crime do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças. E o artigo 5 prevê que as infrações devem estar em acordo com a Convenção. Na Lei de Tráfico de Pessoas, o artigo 149-A trata de diversas ações, que são tratados de forma abrangente, englobando todas as vítimas de qualquer tipo de tráfico, inclusive as de exploração sexual. Acrescentando que vários crimes mencionados estão no Código Penal, mas de maneira separada.

É importante ressaltar que em seus incisos há concurso material, ou seja, diversos crimes se misturam e se acumulam, sendo que a maioria das vítimas são mulheres. Ainda que os decretos acima falem a respeito da exploração para fins sexuais de forma superficial, há um desacordo, pois não fica expresso em relação a vítima que conceda o seu consentimento para a prática de exploração sexual, se este é considerado ou não como crime, já no Protocolo o consentimento da vítima é irrelevante.

Apesar do grande passo que foi dado em nossa legislação através da chegada da Lei nº 13.344/16, que é um instrumento importante, que dispõe de efetivação de campanhas, conscientização e ações do governo, ainda é preciso garantir de fato a prevenção, repressão, segurança das vítimas e políticas mais severas para o combate ao tráfico internacional, especificamente no gênero feminino.

Há uma expressa necessidade de criminalização específica ao Tráfico Sexual de Mulheres, essas vítimas são escravas sexuais, desrespeitadas e invisíveis diante da sociedade e da justiça. Infelizmente o problema ainda existe e as medidas tomadas não foram totalmente eficazes e justas, tendo em vista que estas não estão a favor das vítimas, como a indenização, pois a mulher só é protegida caso seja ameaçada.

A respeito da prevenção, cooperação e outras medidas específica às mulheres, a Convenção em seu o artigo 9 alinha:

1. Os Estados Partes estabelecerão políticas abrangentes, programas e outras medidas para: a) Prevenir e combater o tráfico de pessoas; e **b) Proteger as vítimas de tráfico de pessoas, especialmente as mulheres** e as crianças, de nova vitimação. 2. Os Estados Partes envidarão esforços para tomarem

medidas tais como pesquisas, campanhas de informação e de difusão através dos órgãos de comunicação, bem como iniciativas sociais e econômicas de forma a prevenir e combater o tráfico de pessoas. 3. As políticas, programas e outras medidas estabelecidas em conformidade com o presente Artigo incluirão, se necessário, a cooperação com organizações não-governamentais, outras organizações relevantes e outros elementos da sociedade civil. 4. Os Estados Partes tomarão ou reforçarão as medidas, inclusive mediante a cooperação bilateral ou multilateral, para reduzir os fatores como a pobreza, o subdesenvolvimento e a desigualdade de oportunidades que tornam as pessoas, especialmente as mulheres e as crianças, vulneráveis ao tráfico. 5. Os Estados Partes adotarão ou reforçarão as medidas legislativas ou outras, tais como medidas educacionais, sociais ou culturais, inclusive mediante a cooperação bilateral ou multilateral, a fim de desencorajar a procura que fomenta todo o tipo de exploração de pessoas, especialmente de mulheres e crianças, conducentes ao tráfico. (grifo da autora) (BRASIL, 2004b).

O artigo 2º trata dos princípios e o artigo 6º sobre a proteção e assistências às vítimas, da Lei 13.344/16:

Art. 2º. O enfrentamento ao tráfico de pessoas atenderá aos seguintes princípios: I - respeito à dignidade da pessoa humana; II - promoção e garantia da cidadania e dos direitos humanos; III - universalidade, indivisibilidade e interdependência; **IV - não discriminação por motivo de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, procedência, nacionalidade, atuação profissional, raça, religião, faixa etária, situação migratória ou outro status;** V - transversalidade das dimensões de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, procedência, raça e faixa etária nas políticas públicas; VI - atenção integral às vítimas diretas e indiretas, independentemente de nacionalidade e de colaboração em investigações ou processos judiciais; VII - proteção integral da criança e do adolescente. **Art. 6º.** A proteção e o atendimento à vítima direta ou indireta do tráfico de pessoas compreendem: I - assistência jurídica, social, de trabalho e emprego e de saúde; II - acolhimento e abrigo provisório; **III - atenção às suas necessidades específicas, especialmente em relação a questões de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, procedência, nacionalidade, raça, religião, faixa etária, situação migratória, atuação profissional, diversidade cultural, linguagem, laços sociais e familiares ou outro status;** IV - preservação da intimidade e da identidade; V - prevenção à revitimização no atendimento e nos procedimentos investigatórios e judiciais; VI - atendimento humanizado; VII - informação sobre procedimentos administrativos e judiciais. § 1º. A atenção às vítimas dar-se-á com a interrupção da situação de exploração ou violência, a sua reinserção social, a garantia de facilitação do acesso à educação, à cultura, à formação profissional e ao trabalho e, no caso de crianças e adolescentes, a busca de sua reinserção familiar e comunitária. § 2º. No exterior, a assistência imediata a vítimas brasileiras estará a cargo da rede consular brasileira e será prestada independentemente de sua situação migratória, ocupação ou outro status. § 3º. A assistência à saúde prevista no inciso I deste artigo deve compreender os aspectos de recuperação física e psicológica da vítima. (grifo da autora) (BRASIL, 2016).

Entende-se, por tanto, que há uma dificuldade de especificação à proteção as mulheres vítimas de tráfico, pois o Protocolo determina que as mulheres vítimas sejam protegidas de todas as formas possíveis, e tem como intuito preencher lacunas existentes

em nossa legislação e a Lei de Tráfico de Pessoas dispõe sobre dar uma atenção maior e não discriminação de gênero.

É perceptível a necessidade de ter uma análise específica da questão de gênero ao tutelar juridicamente o Tráfico Sexual, uma vez que fica claro em diversas pesquisas que a maioria das vítimas são do sexo feminino e não recebem esse tipo de proteção específica do país, que deveria compreender as mulheres como um grupo mais vulnerabilizado frente essa prática. Seria interessante juntar algumas normas previstas no Protocolo com a Lei nº 11.340/ 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, já que trata exclusivamente de crimes contra a mulher, para manter as leis de forma mais organizada e clara, ou até mesmo inserir incisos mais específicos na Lei de Tráfico de Pessoas.

O Brasil faz fronteira e é vizinho de diversos países, o que facilita e torna mais vulnerável ao Tráfico Sexual de Mulheres. Neste sentido, em uma pesquisa realizada pela UNODC afirma:

O tráfico transfronteiriço na região ocorre majoritariamente entre países vizinhos. Entre 2012 e 2014, vítimas traficadas da Bolívia foram detectadas na Argentina e no Chile, e vítimas do Paraguai foram encontradas na Argentina. **Cidadãos do Paraguai, Peru e Bolívia foram encontrados no ou repatriados do Brasil.** Vítimas colombianas foram detectadas no Equador e no Peru. (grifo da autora) (UNDOC, 2017)⁴.

O Protocolo de Palermo, como exposto em seu artigo 8, determina normas de repatriamento das vítimas de Tráfico de Pessoas, que tem por objetivos:

1. O Estado Parte do qual a vítima de tráfico de pessoas é nacional ou no qual a pessoa tinha direito de residência permanente, no momento de entrada no território do Estado Parte de acolhimento, facilitará e aceitará, sem demora indevida ou injustificada, o regresso dessa pessoa, tendo devidamente em conta a segurança da mesma. **2. Quando um Estado Parte retornar uma vítima de tráfico de pessoas a um Estado Parte do qual essa pessoa seja nacional ou no qual tinha direito de residência permanente no momento de entrada no território do Estado Parte de acolhimento, esse regresso levará devidamente em conta a segurança da pessoa bem como a situação de qualquer processo judicial relacionado ao fato de tal pessoa ser uma vítima de tráfico, preferencialmente de forma voluntária.** 3. A pedido do Estado Parte de acolhimento, um Estado Parte requerido verificará, sem demora indevida ou injustificada, se uma vítima de tráfico de pessoas é sua nacional ou se tinha direito de residência permanente no seu território no momento de entrada no território do Estado Parte de acolhimento. 4. De forma

⁴ UNDOC. Quase um terço do total de vítimas de tráfico de pessoas no mundo são crianças, segundo informações do Relatório Global sobre Tráfico de Pessoas 2016. 2017. Disponível em: <<https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2017/03/quase-um-terco-do-total-de-vitimas-de-trafficco-de-pessoas-no-mundo-sao-criancas-segundo-informacoes-do-relatorio-global-sobre-trafficco-de-pessoas.html>>. Acesso em: 24 abr. 2018. Não paginado.

a facilitar o regresso de uma vítima de tráfico de pessoas que não possua os documentos devidos, o Estado Parte do qual essa pessoa é nacional ou no qual tinha direito de residência permanente no momento de entrada no território do Estado Parte de acolhimento aceitará emitir, a pedido do Estado Parte de acolhimento, os documentos de viagem ou outro tipo de autorização necessária que permita à pessoa viajar e ser readmitida no seu território. 5. O presente Artigo não prejudica os direitos reconhecidos às vítimas de tráfico de pessoas por força de qualquer disposição do direito interno do Estado Parte de acolhimento. 6. O presente Artigo não prejudica qualquer acordo ou compromisso bilateral ou multilateral aplicável que regule, no todo ou em parte, o regresso de vítimas de tráfico de pessoas. (grifo da autora) (BRASIL, 2004).

E o artigo 6, da Lei de Tráfico de pessoas dispõe:

A proteção e o atendimento à vítima direta ou indireta do tráfico de pessoas compreendem: I - assistência jurídica, social, de trabalho e emprego e de saúde; **II - acolhimento e abrigo provisório**; III - atenção às suas necessidades específicas, especialmente em relação a questões de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, procedência, nacionalidade, raça, religião, faixa etária, situação migratória, atuação profissional, diversidade cultural, linguagem, laços sociais e familiares ou outro status; IV - preservação da intimidade e da identidade; V - prevenção à revitimização no atendimento e nos procedimentos investigatórios e judiciais; VI - atendimento humanizado; VII - informação sobre procedimentos administrativos e judiciais. (grifo da autora) (BRASIL, 2016).

Dessa forma, o tratamento dado às vítimas de tráfico sexual, de acordo com o Protocolo, deve consistir na acolhida de forma ágil e célere, mantendo a segurança total da vítima ainda que a mesma não possua os documentos necessários para estar no território. E a Lei de Tráfico de Pessoas, mais uma vez, de forma breve, menciona o acolhimento e abrigo provisório das vítimas de tráfico, que claramente não está adequada ao Protocolo de Palermo.

Evidencia-se, portanto, mais uma questão a ser discutida, o repatriamento da vítima ao seu país, independentemente do local que a vítima esteja, é importante que a traficada, abalada psicologicamente, receba todo o tratamento médico necessário e total apoio para sua estadia, tendo a sua disposição as informações necessárias para conseguir o repatriamento, e o apoio de cada consulado existente no mundo.

Muitas vítimas têm dificuldade em voltar ao país de origem por vergonha da família, ou de retornar doentes, debilitadas, com dificuldades financeiras, e sem perspectivas de vida. Portanto, defende-se que, em relação ao repatriamento das vítimas de tráfico sexual, ainda há muito a ser avançado no Brasil no que tange ao tratamento legislativo e executivo mediante políticas públicas, pois deve ser garantido às vítimas

seu direito à informação, à assistência e à participação em programas sociais existentes no país.

Posto isto, verifica-se que a Lei nº 13.344/16 foi um grande avanço para a política de combate à prática do Tráfico de Pessoas, mas há muito o que melhorar e ser revisado na tutela jurídica nacional desse fenômeno. Como visto, em apenas um único artigo são tipificados todas as modalidades de crimes de Tráfico de Pessoas, o que ocasiona dúvidas em respeito às condutas, gera lacunas acerca de possíveis novas formas de realizar o tráfico e silencia-se acerca do aspecto interseccional de gênero que permeia a prática do tráfico sexual.

De fato, a Lei de Tráfico de Pessoas precisa ser melhor adequada aos parâmetros convencionais do Protocolo de Palermo, de forma a melhor concretizar o objetivo da lei, dar maior eficácia às medidas de proteção previstas, avançar na identificação e punição dos criminosos e facilitar a participação do Estado na atenção às mulheres vítimas do tráfico sexual, propiciando um cuidado maior à sua saúde física, mental e a sua reintegração na sociedade para uma vida normal e digna.

O grande passo foi dado, mas ainda falta bastante para que as centenas de mulheres brasileiras, vítimas desse crime sejam acolhidas, protegidas, e sejam verdadeiramente defendidas para que o número de Tráfico Sexual de Mulheres possa diminuir. Falta a união dos Estados membros, e dos países vizinhos para o combate ao Tráfico de Pessoas, em especial às mulheres e, principalmente, falta uma maior adequação da Lei de Tráfico de Pessoas aos parâmetros convencionais colocados no Protocolo de Palermo, documento internacional que prevê medidas mais adequadas às necessidades atuais de coibição e repressão à prática de tráfico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas questões expostas ao longo do trabalho e, a partir da análise aprofundada acerca do tráfico sexual de mulheres, concluiu-se que essa prática de tráfico de pessoas é um dos crimes transnacionais mais praticados no mundo, afetando todos os gêneros, sem distinção, mas a sua modalidade de tráfico sexual volta-se, em grande parte, às vítimas do sexo feminino. Geralmente, o tráfico sexual ocorre com vítimas consideradas mais vulneráveis em razão do seu gênero, que são as mulheres; devido à desigualdade social, o prejuízo da educação, os problemas políticos do país, a violência doméstica e familiar e a falta de oportunidade de emprego. E assim, as vítimas são

aliciadas e convencidas por promessas falsas, e a partir disso inicia-se o pesadelo na vida das mulheres traficadas.

Além disso, foi possível concluir que, frente a grande incidência internacional da referida prática, o sistema universal de proteção de direitos humanos passou a prever, ao longo das décadas, uma série de instrumentos convencionais de forma a tutelar juridicamente e coibir e reprimir o tráfico de pessoas, cabendo citar o Protocolo de Palermo como o instrumento convencionais mais atual e completo acerca dos parâmetros legais mínimos a serem adotados pelos países signatários na proteção de vítimas dessa prática e na criminalização de grupos criminosos organizados que lucram com essa prática.

Nesse sentido, concluiu-se ainda, que, em razão do grande aumento do número de casos de tráfico sexual de mulheres no Brasil, houve a ratificação do Protocolo de Palermo pelo país e a produção de uma lei federal acerca do tema, a Lei nº 13.344/2016. Ao ser realizada a análise da convencionalidade da Lei de Tráfico de Pessoas frente ao Protocolo, verificou-se a incompatibilidade da legislação brasileira com o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças que obtém diretrizes e medidas para preencher possíveis lacunas existentes nas Leis. A Lei do Tráfico de Pessoas criou um único artigo que tratasse de todos os tipos de tráficos com diversas finalidades, que se tornou em mais uma brecha para a exploração sexual, já que o artigo não trata de maneira exclusiva.

Dessa forma, retomando a indagação principal que motivou a realização da pesquisa, isto é, saber em que medida a lei de tráfico de pessoas se adequa aos parâmetros convencionais do Protocolo de Palermo, foi possível responde-la ao averiguar que os direitos das vítimas ainda não estão expressos e claros nas leis brasileiras, o que ocasiona que seja um crime organizado lucrativo com a exploração sexual de outrem, pela falta de proteção às vítimas, que se sentem desamparadas e inseguras o suficiente para denunciar.

Sem dúvidas, ainda há muito para ser alterado, inclusive sobre manter a sociedade informada, a não discriminação de gênero, acolhimento, promover a cooperação dos Estados membros da Convenção para auxiliar no repatriamento das vítimas traficadas, políticas de enfrentamento ao tráfico sexual, disponibilidade de uma assistência medica preparada para lidar com esse tipo de situação, apoio psicológico, e a proteção de forma especial às mulheres como está decretado no Protocolo de Palermo.

De um modo geral, a Lei de Tráfico de Pessoas parecia ter bastante efetividade por ser rígida em alguns pontos, buscou estar compatível com o Protocolo de Palermo

no qual o Brasil é signatário, estendeu verbos para a punição, medidas protetivas e de assistência as vítimas. Mas analisando profundamente, é certo que a Lei de Tráfico de Pessoas não tratou de forma específica as modalidades do tráfico sexual de mulheres, e da criminalização. É insuficiente pois o crime contra a mulher tem se expandido, e se tornado cada vez mais recorrente no Brasil. É necessário que o Brasil elabore mais ações para reduzir esse número de vítimas, meios de combate, reintegração, conscientização, e a maior valoração dos direitos humanos garantidos por lei.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código Penal**. São Paulo: Saraiva, 14 ed., 2018.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Decreto nº 5.015, de 12 de março de 2004. Promulga a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. **Lex**: 2004a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5015.htm> Acesso em: 1 fev. 2018. Não paginado.

BRASIL. Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004. Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. **Lex**: 2004b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm>. Acesso em: 28 set. 2017. Não paginado.

BRASIL. Lei nº 13.344, de 6 de outubro de 2016. Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; altera a Lei no 6.815, de 19 de agosto de 1980, o Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). **Lex**: 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13344.htm> Acesso em: 16 fev. 2018. Não paginado.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Lex**: 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 15 abr. 2018. Não paginado.

BRASIL. Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997. Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências. **Lex:** 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19434.htm> Acesso em: 4 de fevereiro de 2018. Não paginado.

CASTILHO, Ela Wiecko Volkmer de. **Tráfico de pessoas:** da Convenção de Genebra ao Protocolo de Palermo. [201-?]. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/trafico-de-pessoas/artigo_trafico_de_pessoas.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2018. Não paginado.

SMITH, Andreza do Socorro Pantoja de Oliveira. **Direitos Humanos, Tráfico de Pessoas e Exploração Sexual de Mulheres, em Belém-Pará-Brasil.** 2011. 151 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Direito, Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/7300/1/Dissertacao_DireitosHumanosTrafico.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2018.

Capítulo 74 - DOI:10.55232/1084002074

**A COMPREENSÃO DO TERRITÓRIO E O TURISMO DE
BASE COMUNITÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Liliane da Cruz Caldas

RESUMO: O presente ensaio busca demonstrar a importância do processo de compreensão do território e as consequências da falta deste entendimento na atividade turística. Através da apresentação dos casos de Balneário Camboriú e Cancun, destinos turísticos que tiveram seu território totalmente descaracterizados devido a pressão imobiliária e mercadológica, expõe-se o Turismo de Base Comunitária como uma ferramenta de desenvolvimento e de valorização da diversidade regional, levando em consideração o respeito e a compreensão do território.

Palavras-chave: Turismo. Desenvolvimento regional. Território. Gestão turística.

TERRITÓRIO E O TURISMO

Apresentar um conceito fechado sobre território é desconsiderar que ele está interligado com o processo de compreensão e amadurecimento do homem com seu entorno, com seu significado, com suas capacidades, suas evoluções e potencialidades. Para o autor Milton Santos, “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro” (SANTOS, 2012, p. 137).

O território e o homem estão interligados e não é possível estudar o território sem considerar suas formas, seu uso, os objetos. Ele é o espaço humano habitado somado às todas e constantes mudanças e influências.

O Turismo não existe sem o território, já que é nele em que este acontece. De acordo com a Organização Mundial do Turismo- OMT, turista é aquele visitante que pernoita ou permanece em um lugar que não é o seu habitat de residência (e por não mais que um ano) e este, por sua vez, realiza diferentes atividades no local visitado. Compreende-se assim, que turismo é toda atividade realizada por este turista em determinado território, seja ela por qual motivação. Com a massificação do turismo nas últimas décadas, atualmente, surge uma nova tendência sobre o tipo e quais atividades que este turista deseja realizar, transformando-se do turismo de “fachada” - aquele em que a atividade principal é observar os prédios, olhar as paisagens- para o turismo da experiência - onde ele quer entender o processo de formação, quer experimentar as diferentes sensações de estar naquele lugar, quer entender como pensa e vive o morador local. Passou do turismo de massa, para o turismo exclusivo; do turismo de pacotes fechados e organizados por agências, para o turismo pensado e planejado pelo próprio turista. A globalização, a mundialização e o acesso à informação, influenciam diretamente nesta mudança de postura.

O mundo globalizado possui a evidente tendência à homogeneização das atividades, dos produtos e serviços, e é justamente a falta da compreensão sobre o que é território, que empurrou a muitos destinos a realizarem grandes transformações em sua infraestrutura, despirem-se de suas características históricas -por algumas vezes serem estas consideradas simples ou sem muito atrativo- para uma modificação, até certo ponto, irreversível, causando tremendos transtornos urbanos por meio da sobrecarga do sistema

das vias de acesso, do saneamento, do meio ambiente, na economia, acarretando danos profundos não somente ao território, mas ao homem que se viu transformado.

É justamente a falta de compreensão destacada por Milton Santos, que empurrou a muitos destinos turísticos à alienação, à perda do sentido da existência individual e coletiva, uma verdadeira renúncia ao futuro, já que o voltar atrás torna-se muito difícil ou impossível. Para exemplificar, podemos destacar alguns destinos, nacionais e internacionais, como o caso do Balneário Camboriú em Santa Catarina. A cidade outrora procurada pelos turistas para banhos e pela natureza, hoje o principal enfoque dos gestores é a divulgação de seu imenso setor imobiliário e sua infraestrutura.

Para os que ainda buscam a praia e as belezas naturais do lugar, deparam-se com seus inúmeros arranha-céus à beira mar, que impedem aos visitantes o acesso ao bem muito apreciado no verão: a incidência da luz solar na orla. Esta situação chamou a atenção da imprensa internacional através da reportagem da editora britânica BBC sob a manchete “A praia que perdeu o sol (e como planeja recuperá-lo)”, tal notícia repercutiu, também, em outros países.

Será possível a este destino voltar à sua essência? É possível reverter esta alienação e voltar à originalidade de seu território? É evidente que é um caminho sem volta e as tentativas de retorno, resultam em impactos ainda maiores.



Figura 1: Foto aérea do Balneário Camboriú

Fonte: BBC News

Outro exemplo que se pode destacar são as praias de Cancun, com seus resorts à beira mar. Em meados do ano de 1968, o México passou por uma grave crise política, social e econômica e Cancun, até a década de 70 era um simples vilarejo de pescadores com cerca de 2 mil habitantes. Com o intuito de desenvolver o turismo internacional, o governo local optou por fomentar o setor imobiliário, voltado ao público de alto poder

aquisitivo, o que GONZALEZ (2011) enquadra perfeitamente em um produto turístico mercantilizado.

Consequência disto hoje, é que o local transformou-se em uma das praias mais procuradas e visitadas pelos turistas do mundo todo e ao mesmo tempo, excluída aos próprios moradores por meio da instalação de inúmeros resorts que restringem, e até mesmo excluem, à população ao acesso ao seu bem natural, pois para acessar a praia é necessário hospedar-se em um.

Outra característica encontrada é que, tampouco, contou-se com a mão de obra local para os serviços oferecidos nos empreendimentos. Profissionais qualificados de fora deste território, foram contratados para atuarem nas megaestruturas, ao invés de qualificar os nativos que, além de serem “banidos” de seu patrimônio natural, também foram excluídos dos resultados da atividade exploratória do mesmo. “Empurrou-se” a para o interior a esta população, para “ocultar” aos olhos do visitante o verdadeiro uso deste território, para simplesmente expor e explorar seu aspecto geográfico tão belo: suas praias.



Figuras 2 e 3: Cancun antes da instalação dos resorts (a esquerda) e atualmente (à direita).

Fonte: Secretaria de Turismo – Quintana Roo, México

Verdadeiras brutalidades ocorrem no território quando este não é compreendido e valorizado, descaracterizando e fragmentando não só a ele mesmo, mas a região e o processo de regionalização do qual deveria fazer parte.

Apesar das más notícias, há que alegrar-se com as boas novas. Depois de anos de impactos avassaladores aos territórios, uma nova abordagem e percepção daquele que o

faz- a saber o homem - vem se transformando e reavaliando suas marcas, compreendendo que basear seu processo de uso do território, nas mesmas e constantes práticas degradantes há anos aplicadas, acarretará que ele mesmo perderá seu sentido de existência individual e coletiva, renunciando ao seu próprio futuro. Percebe-se, então, a inter-relação entre o avanço na compreensão do território, com uma mudança, por sua vez, do perfil e atitude deste turista. E esta mudança está influenciando aos gestores, levando a uma quebra de paradigmas. Sua demanda – o turista- está requerendo novas formas de usos e fazeres do território, e isso gera impactos positivos a estes e aos novos destinos turísticos.

Compreender o território, gera a oportunidade de diversificação na oferta de serviços e produtos a este visitante. Já que o turismo tem o território como objeto de consumo e de apropriação, é justamente, como fundamentado no conceito de Milton Santos, a importância da compreensão do território é que se alcançará a capacidade de desenvolver novos e singulares atrativos turísticos, desenvolvidos por meio da verdadeira essência da população. Desconsiderar a compreensão do território, é extinguir a possibilidade de valorizar e ofertar a diversificação de atrativos, produtos e serviços. Apoderando-se de que nenhum lugar é igual, maior será a valorização, proteção, inclusão, participação, integração e diversidade deste território.

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Há novas formas de uso do território impulsionadas pelo turismo. Como explica Galvão Filho (2005),

No Brasil, basta lembrarmos do embate entre o paradigma do neopositivismo, representado pela Geografia Teorética, e do materialismo histórico, representado pela Geografia Crítica, para pensarmos como podem ocorrer as divergências. Atualmente, temos uma crescente expansão da chamada Geografia Humanística e uma nova proposta de compreensão dos fatos geográficos. Temos então que, existindo diferentes entendimentos sobre a Geografia, as abordagens geográficas são variadas, podendo então o recorte do objeto estudado variar com o tempo. Com novas geotecnologias, inova-se a forma de estudar o meio natural; com a aparição de novas atividades sociais, aparecem novos objetos para o estudo do meio social (GALVÃO, 2005, p6).

É nesse sentido que o turismo se apresenta como uma nova atividade e, portanto, novo objeto de estudo no meio social, além de ser uma poderosa ferramenta de

desenvolvimento e um dos aspectos mais influentes da sociedade moderna. Para Almeida (2000, p. 60), “o turismo é híbrido, sendo simultaneamente um enorme potencial de desenvolvimento econômico e, igualmente, de degradação do ambiente. Híbrido também, no sentido de ser o turismo um produtor e consumidor do ambiente”. Portanto, a atividade turística deve levar em consideração, em sua formatação, a responsabilidade com o território, como já tratado no capítulo anterior. E para isto, surgem diversos modelos e formatos de implementação turística, que por sua vez, também sofrem modificações e avanços com o passar dos anos.

Em 2019, através do Decreto nº 9.763, de 11 de abril de 2019, o Governo Federal apresentou o Turismo de Base Comunitária (TBC) como “Um modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, que gera benefícios coletivos, promove a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura dessas populações e a utilização sustentável para fins recreativos e educativos, dos recursos da Unidade de Conservação”.

O TBC não é um segmento turístico, e sim, uma forma de organização e de desenvolvimento turístico em uma determinada localidade, independente do segmento que faça parte, sendo que a comunidade do entorno é altamente ativa desde o planejamento à execução da atividade, sendo participe, também, dos resultados econômicos e sociais da atividade.

De acordo com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), seriam estes os princípios norteadores para a implementação do TBC: Conservação da Biodiversidade; Valorização da História e da Cultura; Protagonismo Comunitário; Equidade Social; Bem Comum; Transparência; Partilha cultural; Atividade complementar; Educação; Dinamismo cultural e Continuidade. Considerando que significativa fração dos empreendimentos turísticos no território brasileiro, ainda são concentrados por grandes empresas, resultando também, a concentração dos benefícios econômicos a esta pequena parcela, a implementação do TBC traz resultados econômicos de forma mais justa para a comunidade. Uma alternativa altamente significativa para o turismo nacional, já que pode utilizar-se desta forma de gestão para alcançar o Desenvolvimento Regional com benefícios diretos à população local, sejam eles

econômicos e sociais, de preservação ambiental e patrimonial e de valorização da cultura local.

Compreende-se que,

gerir um território, é garantir que em primeiro lugar, o tempo acelerado, acentuando a diferenciação dos eventos, aumentando a diferenciação dos lugares; em segundo lugar, já que o espaço se torna mundial, o ecúmeno se redefine, com a extensão de todo ele do fenômeno de região. As regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizam. Agora, exatamente, é que não se pode deixar de considerar a região, ainda que reconhecamos como um espaço de conveniência mesmo que a chamemos por outro nome. (SANTOS, 1997, p.196)

Sendo assim, o turismo deve ser planejado, organizado e produzido partindo-se do espaço, com suas características sociais, históricas, econômicas e culturais, com base nas seguintes categorias: Território, região, paisagem e lugar (PADILHA 2018, p.7). Em consonância a esta compreensão, o Ministério do Turismo (MTur), em 2004, lançou o Programa de Regionalização do Turismo embasado na Política Nacional de Turismo, estabelecida pela lei 11.771/2008, cujo objetivo principal é apoiar a estruturação dos destinos, a gestão e a promoção do turismo no País, com vistas à promoção do desenvolvimento de regiões e não apenas com a unidade município.

Entretanto, o território continua a sendo usado como palco de ações isoladas e no interesse conflitante de atores isolados” (SANTOS, 1987). Apesar das mudanças, há que atentar-se para a legislação e para os debates sobre planejamento e desenvolvimento regional no Brasil, pois têm se concentrado em questões de ordem social, econômica e ambiental, enquanto que o turismo e o patrimônio cultural são abordados de forma superficial nos Planos Diretores Municipais e de Desenvolvimento Regional, favorecendo que o patrimônio material e imaterial sofra com o descaso, com a pressão do mercado imobiliário e com a falta de investimentos para sua preservação e divulgação.

Enquanto o homem não travar de vez a luta pela defesa de seu território, a investida do sistema capitalista seguirá rendendo grandes vitórias. É com o empoderamento de sua população, que se alcançará a conquista sob o uso consciente do espaço humano habitado.

CONCLUSÃO

Este artigo buscou correlacionar a falta de compreensão e valorização do território quando, na prática da atividade turística o território é objeto de consumo e de apropriação, “consumo” este que promove e realiza drásticos impactos, muitas vezes irreversíveis, ao meio ambiente, mas principalmente ao próprio território que é descaracterizado, adotando novos tipos de uso, causando alienação e a perda do sentido da existência individual e coletiva, até mesmo o risco de renúncia ao futuro (SANTOS, 2012, p. 137) por parte de sua população.

Por meio das bibliografias apresentadas, promoveu-se como instrumento de desenvolvimento e proteção deste território, o Turismo de Base Comunitária e seus princípios norteadores, como fonte de orientação capaz de desenvolver o turismo de forma a não descaracterizar, mas pelo contrário, fortalecer estas diversidades e características únicas que serão a base para a geração de novos produtos e serviços intrínsecos àquele território ou região, e por consequência, maior atratividade a este novo perfil de consumidor.

O ensaio possui algumas limitações, entre elas quando não apresentou de forma completa a evolução da legislação e práticas por parte da gestão pública brasileira no desenvolvimento do turismo; a falta de apresentação de outras técnicas que não o TBC para o turismo participativo, mas também capazes de inserir a população no desenvolvimento desta atividade econômica. Porém, o objetivo era justamente principiar o TBC e contrapô-lo às consequências para os destinos que desconsideram o estudo do território em sua base de desenvolvimento desta atividade considerada híbrida, capaz de ser geradora de tantos benefícios, contrapondo a tendência à homogeneização apresentada e imposta pelo capitalismo, quanto aos malefícios muitas vezes irreparáveis e irreversíveis ao meio ambiente, à economia, ao homem.

REFERÊNCIAS

Leis

BRASIL. Ministério do Turismo. Portaria nº 105, de 16 de maio de 2013. Institui o Programa de Regionalização do Turismo e dá outras providências. Diário Oficial da União. 16 mai. 2013.

_____. Ministério do Turismo. Introdução à regionalização do turismo. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

_____. DECRETO 9.763/2019. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, com vistas a desenvolver, a ordenar e a promover os segmentos turísticos relacionados com o Patrimônio Mundial Cultural e Natural do Brasil. Brasília, 17 de setembro de 2008.

_____. LEI 11.771/2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991.

Livros

_____. Algumas inquietações sobre ambiente e turismo. In: MENEZES, A. V.; PINTO, J. E. S. S.. (Org.). Geografia 2001. 1 ed. Aracaju: NPGeo/UFS, 2000, v. , p. 51-64.

AZEVEDO, F. F. FIGUEIREDO, S.L; NÓBREGA, W. R. de. M; MARANHÃO, C. H.da. S. Turismo em foco. Belém: NAEA, 2013. 351p.

GALVÃO FILHO, C. E. P.; CALVENTE, M. C. M. H. A geografia brasileira e os estudos relacionados ao turismo: uma análise dos trabalhos de dois eventos nacionais (2005). In: Geografia. Londrina. v.15, n.1.

KOSIK, K. Dialética do concreto. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 8.reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

MIORIN, V. M. F. Uma abordagem dialético-materialista para a organização do espaço. Geografia, Londrina, v. 6, p. 07-54, 1991.

PADILHA, Marcela do Nascimento. Geografia do Turismo. Volume único / Marcela do Nascimento Padilha. – Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2018. Disponível em: http://www.nupette.uerj.br/wp-content/uploads/2019/04/Geografia_do_Turismo_vol_unico.pdf. Acesso: 26/05/2021.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: Da Totalidade ao Lugar. São Paulo: Edusp. 2005, p. 138. Adaptado.

_____. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 10. ED. RIO DE JANEIRO: RECORD, 2003.

_____. O espaço do cidadão. São Paulo, Hucitec, 1987.

SPOSITO, E. S. A questão do método e a crítica do pensamento geográfico. In: CASTRO, I. E. ; MIRANDA, M. ; EGLER, C. A. Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: FAPERJ, 2010. p. 347-359.

_____. Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

Sites

U.N. World Tourism Organization (UNWTO). «Concepts and definitions» (em inglês). Disponível em: <https://www.unwto.org/es/glosario-terminos-turisticos>. Consultado em 317 de maio de 2021.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO). Turismo de base comunitária em unidades de conservação federais: princípios e diretrizes. Ministério do Meio Ambiente, 2018.

VIRGÍNIO, D. F.; FERREIRA, L. V. F. Gestão pública do turismo: uma análise da política de regionalização no período 2004-2011 no Rio Grande do Norte. Caderno Virtual de Turismo, n. 13, v. 2, 2013, p. 162-182.

Trabalhos apresentados em congressos

ALMEIDA, M. G. de. Desenvolvimento turístico ou desenvolvimento local? Algumas reflexões. In: ENTBL – Planejamento para o desenvolvimento local, Curitiba. Anais Curitiba. 2004.

Revistas

GONZALEZ, Priscilla; SALLES, Maria do Rosário Rolfsen. Planejamento turístico e hospitalidade: o caso de Cancún, México. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo. v.5, n.1, p.45-62, abr. 2011.

Capítulo 75 - DOI:10.55232/1084002075

**O INSUCESSO E A BANALIZAÇÃO DAS MEDIDAS
CAUTELARES IMPLANTADAS PELA LEI 12.403/2011**

Tássia Louise de Moraes Oliveira

RESUMO: Diante do grave cenário do sistema carcerário brasileiro, o legislador optou por introduzir no ordenamento jurídico pátrio as medidas cautelares alternativas à prisão, previstas expressamente no art. 319 do Código de Processo Penal. Contudo, após 05 (cinco) anos de vigência da referida Lei, constata-se que não houve qualquer mudança nas estatísticas das prisões processuais, tendo, inclusive, aumentado o número de presos provisórios no Brasil neste ínterim, assim como as ferramentas cautelares diversas do cárcere revelaram-se, na prática, como verdadeiros instrumentos de antecipação da punição estatal e expansão do controle penal. Desta forma, a metodologia deste trabalho consistiu no levantamento bibliográfico e revisão da literatura especializada sobre o processo penal e medidas cautelares previstas na legislação pátria, bem como dados sobre a atual situação do cárcere brasileiro, de forma a possibilitar a construção teórica e análise sobre as mudanças trazidas pela reforma de 2011 e a ausência de efetividade destas no patamar prático.

Palavras-chave: Medidas cautelares; prisão; processo penal.

1 INTRODUÇÃO

A prisão consiste no cerceamento de um dos maiores bens do indivíduo, qual seja, a liberdade de locomoção. A Carta Magna brasileira, em seu art. 5º, inciso LXI, determina que “ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime”, de forma que, por ordem constitucional, o encarceramento do cidadão somente ocorrerá em situações excepcionais, sendo a liberdade a regra.

No atual cenário jurídico brasileiro, no âmbito criminal, pode-se afirmar que há dois tipos de prisão: a prisão pena, sendo que esta consiste na segregação cautelar após uma sentença condenatória, e as prisões processuais, consistentes naquelas que ocorrem antes e durante o curso processual, tendo por finalidade precípua garantir a eficácia do processo penal.

Destarte, com o advento da Lei 12.403/2011, privilegiando o princípio constitucionalmente previsto da dignidade da pessoa humana, passou-se a adotar o modelo polimorfo das prisões cautelares, rompendo com o antigo modelo binário, que oferecia somente as opções de liberdade provisória ou segregação, sendo que, com as alterações trazidas pela novel legislação, renovou-se o Código de Processo Penal, tendo sido concebido um rol de medidas cautelares alternativas à segregação provisória.

Diante desse cenário, constata-se que, após a edição da Lei 12.403/2011, a prisão provisória somente se faz necessária quando as medidas cautelares alternativas à prisão, aplicadas de forma isolada ou cumulativa, se mostrarem inadequadas ou insuficientes.

Todavia, após 05 (cinco) anos de vigência do sistema polimorfo, constata-se que as medidas cautelares alternativas à prisão sofreram grande degeneração e banalização, passando a serem utilizadas de forma indiscriminada e arbitrária, bem como, de forma paradoxal, não atingiram os resultados esperados, sendo utilizadas não como ferramenta cautelar do processo e sim, como instrumento de punição antecipada.

A constatação do desvirtuamento das medidas cautelares introduzidas pela Lei 12.403/2011 foi o motivo que justificou a escolha do tema do presente artigo, que buscará analisar as mudanças, ou ausência destas, alcançadas após a reforma do Código de Processo Penal.

Desta forma, em um primeiro momento, dissertar-se-á sobre as medidas cautelares alternativas à prisão no panorama processual penal brasileiro, analisando-se, ainda, a difícil coexistência destas com o princípio constitucional da presunção de inocência.

Em seguida, busca-se investigar a possibilidade do emprego do famigerado Poder Geral de Cautela no processo penal, examinando-se a validade do intercâmbio entre institutos dos processos civil e penal.

Prosseguindo, visando alcançar os fins a que se propõe este trabalho, pretende-se dissecar as alterações introduzidas pela reforma processual ocorrida no ano de 2011, que alterou profundamente o cenário das medidas cautelares à prisão, assim como examinar de forma pormenorizada os incisos do art. 319 do Código de Processo Penal. além de analisar as medidas cautelares previstas na legislação criminal extravagante.

Por fim, objetiva-se a análise do insucesso e banalização das medidas cautelares alternativas à prisão, concluindo-se que, em que pese a louvável reforma normativa, não houve, ainda, significativa mudança cultural, de modo que a doutrina encarceradora dominante ainda persiste e domina o panorama processual penal brasileiro.

2 MEDIDAS CAUTELARES NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO

Com o advento da Lei 12.403/2011, houve uma profunda mudança no cenário das medidas cautelares no Brasil. A legislação em análise trouxe inovações para o processo penal, alterando o Código de Processo Penal, criando as denominadas medidas cautelares alternativas à prisão no intuito de buscar diminuir a problemática do excesso de presos provisórios no sistema carcerário nacional.

Previstas expressamente no art. 319 do Código de Processo Penal pátrio¹, as medidas cautelares alternativas à prisão significam um importante avanço na garantia dos direitos individuais do cidadão, posto que rompem com o antigo modelo no qual as únicas opções eram conceder a liberdade provisória ou manter o sujeito encarcerado durante o decurso processual, e ainda, com algumas exceções, conseguem atingir o seu escopo principal: garantir a eficácia do processo penal. Neste sentido, de forma didática, afirma Lopes Jr. que “as medidas

¹ São medidas cautelares diversas da prisão: I – comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades; II – proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações; III – proibição de manter contato com pessoa determinada quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado permanecer dela distante; IV – proibição de ausentar-se da Comarca quando a permanência seja conveniente ou necessária para investigação ou instrução; V – recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos; VI – suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais; VII – internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável (art. 26 do Código Penal) e houver risco de reiteração; VIII – fiança, nas infrações que admitem, para assegurar o comparecimento a atos do processo, evitar a obstrução do seu andamento ou em caso de resistência injustificada à ordem judicial; IX – monitoração eletrônica.

cautelares de natureza processual penal buscam garantir o normal desenvolvimento do processo e, como consequência, a eficaz aplicação do poder de penar” (2013, p. 786).

As medidas cautelares diversas da prisão, tal como indica a própria nomenclatura, possuem perfil substitutivo, isto é, mostram-se como alternativas ao encarceramento antecipado do indivíduo, reservando-se a prisão preventiva a casos excepcionais.

Nesse contexto, faz-se importante registrar que, embora representem uma intervenção estatal menos lesiva aos direitos fundamentais individuais, as medidas de controle previstas no art. 319 da Lei Adjetiva Penal possuem caráter cautelar, de forma que não podem ser utilizadas de forma arbitrária, sendo somente cabíveis quando houver a presença simultânea do *fumus comissi delicti* e do *periculum libertatis*, não podendo, ausentes os referidos requisitos, serem impostas.

Diante desse cenário, conclui-se que as medidas alternativas deverão ser aplicadas utilizando-se os mesmos parâmetros balizadores da prisão preventiva, expresso no art. 312 do Código de Processo Penal. Contudo, ressalte-se que embora a segregação cautelar somente se mostre possível para os crimes cuja pena máxima seja superior a 4 (quatro) anos, as cautelares diversas da prisão terão cabimento nos delitos cuja sanção máxima cominada em abstrato seja igual ou inferior a 4 (quatro) anos, desde que presentes os requisitos autorizadores das medidas cautelares.

Ademais, convém pontuar que as medidas de intervenção penal em análise são pertinentes, a qualquer tempo, no curso da investigação ou do processo, quando presentes cumulativamente os requisitos autorizadores; ou no curso da investigação ou do processo, como alternativa à prisão preventiva já decretada, sendo segregação desnecessária e desproporcional para a tutela da situação fática; e aplicadas simultaneamente com a liberdade provisória, quando da homologação da prisão em flagrante pelo juiz, como contracautela. Em síntese, podemos afirmar que as cautelares alternativas são cabíveis, de forma isolada ou cumulada, em qualquer momento do curso processual ou da apuração criminal policial, desde que se faça necessário para preservar a eficácia do processo, e não apenas como uma medida de punição antecipada do indivíduo.

Outrossim, cumpre informar que inexistente prazo para cumprimento da medida cautelar imposta, de forma que, enquanto o juiz entender pela necessidade da sua manutenção, a medida subsistirá. Da mesma forma, caberá ao magistrado observar o caso concreto de cada situação e, quando julgar não mais necessária a medida de controle, poderá substituí-la por outras menos onerosas ou até mesmo revogá-las por inteiro.

Por fim, mostra-se importante destacar que o panorama cautelar do processo penal brasileiro atualmente informa-se pelos princípios da jurisdicionalidade e motivação, contraditório, provisoriedade, excepcionalidade, necessidade e proporcionalidade, estando as medidas cautelares alternativas à prisão igualmente submetidas a tais diretrizes principiológicas.

2.1 MEDIDAS CAUTELARES E PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA: UMA DIFÍCIL COEXISTÊNCIA

O princípio da presunção da inocência vem consagrado no art. 5º, inciso LVII, sendo, indubitavelmente, o princípio basilar do processo penal brasileiro. Para Lopes Jr., a presunção da inocência reflete a evolução civilizatória do processo criminal (2013, p. 23). Seguindo por esta esteira de raciocínio, podemos afirmar que a sistemática constitucional penal brasileira é regida pela regra segundo a qual é melhor inocentar um culpado do que condenar um inocente.

Registre-se, outrossim, que o art. 8º, inciso I, do Pacto São José da Costa Rica, recepcionado pelo ordenamento jurídico pátrio², reafirma, em sua real dimensão, o princípio da presunção da inocência, pedra angular do processo penal democrático, o qual afirma que “toda pessoa acusada de delito tem direito a que se presuma sua inocência enquanto não se comprova legalmente sua culpa”.

Diante desse cenário, levando-se em consideração que a presunção impõe que o indivíduo seja tratado como inocente até que contra ele seja proferido um édito condenatório definitivo, indaga-se: qual o fundamento de restringir os direitos, seja mantendo-o segregado cautelarmente ou impondo uma medida cautelar alternativa à prisão, de alguém que é presumivelmente inocente?

Ainda nesse contexto, dissertando sobre a temática, Lopes Jr. aduz que:

É um princípio fundamental de civilidade, fruto de uma opção protetora do indivíduo, ainda que para isso tenha-se de pagar o preço da impunidade de algum culpável, pois sem dúvida o maior interesse é que todos os inocentes, sem exceção, estejam protegidos. Essa opção ideológica (pois eleição de valor), em se tratando de prisões cautelares, é da maior relevância, visto que decorre da consciência de que o preço a ser pago pela prisão prematura e desnecessária de alguém inocente (pois ainda não existe sentença definitiva) é altíssimo, ainda mais no medieval sistema carcerário brasileiro (2013, p. 23).

A Carta Magna presume a inocência do cidadão, devendo o mesmo ser respeitado enquanto ser individual e coletivo, assim como protegido da estigmatização negativa trazida

² Art. 5º, § 2º da Constituição da República Federativa do Brasil; Decreto Executivo 678/1992 e Decreto Legislativo 27/1992).

por um processo criminal. Outrossim, destaque-se que é do interesse de toda a coletividade que o devido processo penal seja observado para que, ao final do feito, e caso seja a pretensão punitiva considerada procedente, o sujeito seja condenado e cumpra a sanção penal que lhe foi imposta. Para tanto, faz-se necessário que o processo seja eficaz. Nesse aspecto reside a necessidade das medidas cautelares: garantir a eficácia do processo penal.

Convém pontuar, ademais, que as medidas processuais de controle penal não podem ser confundidas com penas antecipadas, uma vez que, consoante demonstrado alhures, até que seja proferida uma sentença condenatória sem possibilidade de modificação, o sujeito é inocente.

Neste viés, registre-se que atualmente, influenciados por uma mídia sensacionalista e pela insegurança pública generalizada, vivenciamos a síndrome da pressa (BARROS, 2011), isto é, transformamos as ferramentas cautelares em sanção antecipada, haja vista que, diante da crise de credibilidade do Poder Judiciário, não conseguimos aguardar o desfecho de um processo penal, que pode alongar-se por tempo indefinido, para ver o cidadão infrator, algoz da sociedade, finalmente condenado.

Prosseguindo por esta esteira de raciocínio, verifica-se que atualmente as medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal simbolizam um verdadeiro mecanismo de controle social imediato, uma vez que, na visão da sociedade do espetáculo influenciada pelos órgãos de comunicação em massa, o sujeito não pode responder a um processo criminal estando plenamente livre, gozando de todos os seus direitos enquanto cidadão.

Neste sentido, segundo Gustavo Noronha de Ávila:

Constitucionalmente, sabemos, “ninguém será considerado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. A presunção de inocência foi morta? Morreu de quê? Suspeitamos que ainda resista. Mesmo tendo sido sistematicamente violentada pelos sentimentos punitivistas. Cabe a todos nós, que também somos o Sistema Penal, revigorá-la e protegê-la. Sabendo, porém, que o garantismo penal serve maximamente como estratégia, jamais como finalidade em si mesma (2015, p. 01).

Desse modo, verifica-se que o grande ponto de tensão entre a presunção da inocência, pedra angular de todo o processo penal democrático, e a cautelaridade no âmbito criminal reside nos objetivos que se buscam alcançar: garantir a eficácia do processo criminal, manutenção da segurança pública e, de forma simultânea e paradoxal, respeitar os direitos e garantias individuais do cidadão.

Diante desse cenário, considerando o processo penal como um meio garantidor de liberdade e de direitos subjetivos, urge questionar acerca dos fundamentos que justificam a cautelaridade no âmbito penal, posto que a busca entre o equilíbrio social e a garantia dos

direitos individuais se mostra, na prática, uma tarefa árdua, mormente quando se leva em consideração a quantidade de processos criminais em andamento no Brasil. Dessa forma, cabe a todos os atores judiciais (magistrados, membros do Ministério Público e defensores) tomar como vetor no seu desempenho profissional o respeito aos princípios constitucionalmente assegurados e, mais importante, a valorização do ser humano enquanto ser coletivo e individual.

2.2 PODER GERAL DE CAUTELA NO PROCESSO PENAL?

Previsto e concebido no âmbito do direito processual civil, o poder geral de cautela consiste na possibilidade de o magistrado estabelecer, visando garantir a eficácia do processo, as denominadas medidas cautelares atípicas, isto é, que não estejam legalmente determinadas.

Dissertando sobre a temática, Daniel Amorim Assumpção Neves afirma que:

Poder geral de cautela, nesse sentido, significa o generalizado poder estatal de evitar no caso concreto que o tempo necessário para a concessão da tutela definitiva gere a ineficácia dessa tutela. Essa amplitude de proteção jurisdicional no âmbito cautelar impõe que nenhuma restrição seja admitida no tocante ao direito concreto da parte em obter essa espécie de medida quando demonstra os requisitos necessários previstos em lei. São tranquilas a doutrina e jurisprudência na aceitação do entendimento de que as cautelares especificamente previstas pelo Código de Processo Civil, chamadas de ‘cautelares nominadas’ ou ‘cautelares típicas’, não são arroladas de forma exauriente, porque seria impossível ao legislador prever, por mais imaginativo que fosse, todas as hipóteses em que concretamente se faz necessária a concessão da tutela cautelar. Dessa forma, admitem-se as chamadas ‘cautelares inominadas’ ou ‘cautelares atípicas’, que são aquelas não previstas de forma específica no Código de Processo Civil, como decorrência do poder geral de cautela do juiz (2012, p. 1227).

Postas tais informações preliminares, cumpre indagar: podemos conceber a noção de poder geral de cautela na esfera processual penal? Levando-se em consideração que o processo penal serve, dentre outros objetivos, para proteger o cidadão da arbitrariedade estatal, assim como a natureza simbólica e perversa do direito penal, além da presunção de inocência constitucionalmente assegurada, a resposta há de ser necessariamente negativa. Segundo o escólio de Fauzi Hassan Choukr, “a tipicidade das normas cautelares penais é uma decorrência lógica das premissas de um processo consentâneo com o Estado de Direito” (2011, p. 44).

Nesse contexto, pontue-se que a ideia de cautelaridade reveste-se de garantia da eficácia, ou seja, somente foram estabelecidas as medidas cautelares como instrumentos de assegurar o êxito do processo penal, que pode prolongar-se por tempo indeterminado pelas mais diversas razões.

Dessa forma, constata-se que, em observância ao princípio da legalidade que rege o Direito Processual Penal, o juiz está adstrito às ferramentas cautelares exaustivamente previstas no art. 319 do Código Penal.

Discordando do entendimento acima exposto, Brasileiro entende que

Havendo concreta possibilidade de esvaziamento do exercício da função jurisdicional, em virtude de situação de perigo que possa comprometer a eficácia e utilidade do processo principal, deve o magistrado servir-se de medidas cautelares atípicas ou inominadas, as quais derivam do denominado poder geral cautela do juiz, previsto expressamente no art. 798 do Código de Processo Civil (2014, p. 368).

Segundo o referido autor (2014), o princípio da legalidade limita-se a impedir que se imponha ao acusado uma medida restritiva de direito fundamental mais gravosa e que não tenha previsão legal, não havendo qualquer óbice à utilização de medidas alternativas menos gravosas ao agente, ainda que não previstas no texto legal.

Destarte, faz-se importante ressaltar que o Supremo Tribunal Federal, antes mesmo da edição da Lei 12.403/2011, já firmava entendimento no sentido de admissão da utilização do poder geral de cautela pelo magistrado na esfera penal, com a conseqüente imposição de medidas cautelares inominadas tendentes a garantir a instrução, assim como a aplicação da legislação criminal. Consoante entendimento esposado pela Ministra Ellen Gracie, “não há direito absoluto à liberdade de ir e vir e, portanto, existem situações em que se faz necessária a ponderação dos interesses em conflitos na apreciação do caso concreto”. Neste viés, destaque-se:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. FACILITAÇÃO DE DESCAMINHO. CORRUPÇÃO ATIVA E PASSIVA. RESTITUIÇÃO DE PASSAPORTES: CAUSA DE PEDIR PRÓXIMA. LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO: CAUSA DE PEDIR REMOTA. APREENSÃO DE PASSAPORTES COMO MEDIDA ACAUTELATÓRIA. CONSTITUCIONALIDADE. 1. O habeas corpus não tutela “direitos que têm na liberdade física apenas a sua condição de exercício, objeto, não imediato, mas mediato, do pedido, não estando, assim, afetada imediatamente, mas apenas de modo oblíquo, a liberdade de locomoção” (HC n. 81.814-AgR/SP, Relator o Ministro MOREIRA ALVES, Pleno, DJ de 08.05.2002). 2. Pedido é “o bem da vida pretendido pelo autor (...). Divide-se em pedido imediato (sentença) e pedido mediato (bem da vida). Pede-se a prolação de uma sentença (imediato) que garanta ao autor o bem da vida pretendido (mediato)” (Código de processo civil comentado e legislação extravagante. Nery Júnior, Nelson e Nery, Rosa Maria de Andrade – 10ª ed. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008, págs. 550). 3. Na hipótese dos autos, o pedido mediato é a devolução definitiva dos passaportes; a liberdade de locomoção constitui apenas o pedido imediato. Pleiteia-se a restituição dos passaportes (pedido mediato) a fim de que possam realizar viagens ao exterior, exercendo seu direito de liberdade de locomoção (pedido imediato). 4. É cediço na Corte, consoante destaca o Membro do Parquet, a constitucionalidade da

apreensão de passaportes como medida acautelatória no processo penal (Precedente: HC n. 94.147/RJ, Relatora a Ministra Ellen Gracie, 2ª Turma DJ de 12.06.2008). 5. É o que registrou o parecer da Procuradoria Geral da República, verbis: “HABEAS CORPUS. APREENSÃO DE PASSAPORTE. PODER GERAL DE CAUTELA DO JUIZ. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PELO CONHECIMENTO E/OU DENEGAÇÃO DA ORDEM. 1. A retenção de passaporte pelo magistrado de primeiro grau tem clara natureza acautelatória, inserindo-se, portanto, no poder geral de cautela, o qual é depreendido de normas processuais dispostas no art. 3º do CPP, e do art. 798 do CPC. 2. 'Se o direito brasileiro admite a decretação da prisão temporária e preventiva, entre outras medidas constritivas da liberdade de locomoção da pessoa, no momento anterior ao trânsito em julgado de sentença condenatória, com muito mais razão revela-se admissível a imposição de condições para o acusado durante o processo, como a entrega do passaporte, a necessidade de obtenção de autorização judicial para empreender viagens ao exterior, entre outras' (HC 94.147/RJ, Rel. Min. Ellen Gracie, Dje 13.06.2008) 3. Parecer pelo conhecimento e indeferimento da ordem.” 7. Ordem indeferida.

Cabe, nesse aspecto, ressaltar que a ideia de cautela no âmbito processual criminal origina-se na importação indevida de institutos do Processo Civil para o Processo Penal. Assim, tendo em vista que o Processo Civil visa regular relações eminentemente privadas e o penal objetiva julgar a pretensão punitiva do Estado e restringir direitos fundamentais do cidadão, devemos diferir a aplicação de regras e princípios do Direito Processual Civil ao Processo Penal, sob pena de fazermos uma “processualização civil” do Direito Processual Penal (MOREIRA, 2013, p. 11).

Prosseguindo por esta esteira de raciocínio, Eugenio Florian, citado por Moreira em sua obra *Uma Crítica à Teoria Geral do Processo*, já afirmava a ausência de identidade entre os institutos processual civil e penal. Neste viés, segundo o referido doutrinador:

A nosso juízo, o processo penal e o civil são duas instituições distintas. O objeto essência do processo penal é, como vimos, uma relação de direito público, porque nele se desenvolve outra relação de direito penal. Já no processo civil o objeto é sempre ou quase sempre uma relação de direito privado, seja civil ou mercantil. [...] O processo penal é o instrumento normalmente indispensável para a aplicação da lei penal em cada caso; o civil, ao contrário, não é sempre necessário para atuar as relações de direito privado. [...] No processo civil o juízo está regido exclusivamente por critérios jurídicos puros [...], ao contrário do processo penal em que se julga um homem e, por isso mesmo, o juiz deve inspirar-se em critérios eticossociais. [...] O processo civil tem caráter estritamente jurídico, e o penal, no qual se trata de julgar um homem, tem também caráter ético. [...] Leva-se em consideração, equivocadamente, algumas formas comuns entre o processo civil e o processo penal de mínima importância, descuidando-se de elementos diferentes, que são decisivos (2013, p. 11-12).

Por fim, faz-se importante ressaltar que, ao realizar o intercâmbio indevido entre as categorias do Processo Civil e do Processo Penal, transplanta-se para o âmbito criminal, sob a máscara de tutela cautelar, o instituto da tutela antecipada, em flagrante inconstitucionalidade e violação ao princípio da presunção da inocência.

3 AS ALTERAÇÕES NO PANORAMA CAUTELAR TRAZIDAS PELA LEI 12.403/2011

É cediço a grave situação de superlotação do medieval sistema carcerário pátrio, sendo que no ano de 2014, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça, atingimos a impressionante e infeliz marca de 191.949 presos provisórios. Ainda conforme o diagnóstico realizado pelo CNJ, dos 446 mil presos no país, o percentual de provisórios é de 42,97%, contra 57,03% de presos condenados (254.738).

Desse modo, visando alterar esse triste panorama, a Lei 12.403/2011 realizou relevante reforma no sistema processual penal brasileiro. Indubitavelmente, a maior inovação dessa mudança consiste no rompimento do antigo sistema bimorfo, que se limitava entre dois extremos: prisão preventiva ou liberdade provisória, criando o sistema polimorfo, de forma que a partir de 2011, houve a criação do rol taxativo das medidas cautelares alternativas à prisão, previsto no art. 319 da Lei Adjetiva Penal. Dissertando sobre a temática, Renato Brasileiro de Lima afirma que:

Na busca de alternativas para o cárcere cautelar, ou seja, a previsão legal de outras medidas coercitivas que o substituam com menor dano para a pessoa humana, porém como similar garantia de eficácia do processo, o art. 319 do CPP passou a elencar 09 (nove) medidas cautelares diversas da prisão, tendo o art. 320 do CPP passado a autorizar expressamente a retenção de passaporte (2014, p. 342).

Neste sentido, pontual a crítica formulada pelo jurista Luís Flávio Gomes:

O problema se tornou ainda mais grave com a vigência da nova Lei das Prisões e Medidas Cautelares (12.403). Desde o dia 4 de julho, presos definitivos e provisórios não podem mais ficar juntos. A situação, diga-se, já era inconstitucional. Com o reforço da lei, no entanto, evidencia-se a obrigação do governo de remover, imediatamente, cerca de 220 mil detentos das cadeias. Significa quase dobrar o déficit atual de 200 mil vagas. Seria preciso erguer nada menos que 840 prisões com capacidade para 500 detentos cada, algo impraticável no curto prazo. O número de prisões desnecessárias é que deve diminuir. A aplicação rigorosa da nova lei, sim, aliviaria o sistema. Em tese, cerca de 110 mil presos, 50% do total de provisórios, poderiam ter seus casos revistos. Em vários casos, como prevê a nova lei, os juízes poderiam determinar o monitoramento eletrônico e o recolhimento domiciliar. As penas alternativas representam irrisórios 5% no atual sistema penitenciário (2011, p. 01).

Destarte, pode-se afirmar que as cautelares alternativas somente terão cabimento quando cabível a prisão preventiva, mas, em razão de critérios de proporcionalidade e razoabilidade, mostram-se suficientes para tutelar determinadas situações. Neste sentido, convém destacar, conforme nos alerta Lopes Jr., que “não se trata de usar tais medidas quando não estiverem presentes os fundamentos da prisão preventiva. Nada disso. São medidas cautelares e, portanto, exigem a presença do *fumus commissi delicti* e do *periculum libertatis*, não podendo, sem eles, serem impostos” (2013, p. 145).

Contudo, ainda no ano de 2016, não obstante a considerável alteração legislativa, após 05 (cinco) anos de vigência das medidas cautelares alternativas, observa-se que o panorama fático do sistema cautelar do processo penal brasileiro permaneceu incólume em razão da manutenção da cultura do cárcere, além do desinteresse estatal em investir em ferramentas descarcerizadoras, o que inviabiliza a eficácia prática dos instrumentos cautelares diversos da prisão.

4 MEDIDAS CAUTELARES EM ESPÉCIE PREVISTAS NO ART. 319 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

4.1 Comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades

Inicialmente, cumpre destacar que o comparecimento periódico em juízo não se confunde com o dever de comparecer a todos os atos processuais quando da concessão da liberdade provisória, tal como disposto no parágrafo único do art. 310 do CPP, sendo que o dever de comparecer a todos os atos processuais consiste na única restrição imposta àquele que foi beneficiado com a liberdade provisória, não tendo nenhuma relação com o rol taxativo das medidas cautelares do art. 319 do mesmo diploma legal.

A medida cautelar ora em análise é também uma ferramenta consagrada nas ordens processuais penais portuguesa³ e italiana⁴. Contudo, cumpre destacar que, divergindo dos

³ Art. 198 do Código de Processo Penal português - Se o crime imputado for punível com pena de prisão de máximo superior a 6 meses, o juiz pode impor ao arguido a obrigação de se apresentar a uma entidade judiciária ou a um certo órgão de polícia criminal em dias e horas preestabelecidos, tomando em conta as exigências profissionais do arguido e o local em que habita.
2 - A obrigação de apresentação periódica pode ser cumulada com qualquer outra medida de coacção, com a excepção da obrigação de permanência na habitação e da prisão preventiva.

⁴ Art. 282 do Codice di Procedura Penale- 1. Con il provvedimento che dispone l'obbligo di presentazione alla polizia giudiziaria, il giudice prescrive all'imputato di presentarsi a un determinato ufficio di polizia giudiziaria.

referidos sistemas alienígenas, o ordenamento jurídico brasileiro, por opção legislativa, somente prevê o comparecimento do réu em juízo, ao passo que nos citados sistemas, é possibilitada a apresentação do réu perante a polícia judiciária. Neste aspecto, segundo Lopes, par Jr. “teria andando melhor o legislador se tivesse permitido ao juiz fixar dias e horas, conforme a jornada de trabalho do imputado, para não prejudicá-la, admitindo a apresentação na polícia mais próxima do seu domicílio” (2013, p 149).

O comparecimento periódico em juízo assemelha-se a uma das condições impostas quando da concessão da suspensão condicional do processo, prevista no art. 89 da Lei 9.099/1995⁵. Embora bastante semelhantes, exigindo ambos que o denunciado se apresente em cartório para informar e justificar suas atividades, tais institutos não se confundem, sendo que um visa tutelar a eficácia da perseguição criminal judicial, enquanto o outro corresponde a uma das condições do período de prova ao qual deverá ser submetido o réu, quando preenchidos os requisitos cumulativos e houver a suspensão do processo penal.

Ademais, ainda analisando a cautelar em questão, faz-se importante salientar que a lei processual penal não determina especificamente qual deverá ser a frequência do acusado, podendo o juiz estabelecer o comparecimento mensal, semanal ou até mesmo diário, conforme exijam as circunstâncias do caso concreto.

Por fim, saliente-se que esta, em sua simplicidade, mostra-se como uma eficiente medida cautelar, uma vez que permite ao mesmo tempo o controle da vida cotidiana do denunciado, devendo o mesmo comparecer para informar suas atividades e endereço atualizado, consistindo, portanto, em um verdadeiro instrumento cautelar, objetivando garantir a eficácia da aplicação da lei penal.

Ressalte-se que esta é, seguramente, a medida cautelar mais utilizada pelos juízes brasileiros, sendo que muitas vezes o seu descumprimento injustificado, o que ocorre frequentemente no cotidiano forense, leva à decretação da custódia preventiva do réu.

2. Il giudice fissa i giorni e le ore di presentazione tenendo conto dell'attività lavorativa e del luogo di abitazione dell'imputato.

⁵ Art. 89 da Lei 9.099/95 – Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a 1 (um) ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão condicional do processo, por 2 (dois) a 4 (quatro) anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (art. 77 do Código Penal).

§ 1º - Aceita a proposta pelo acusado e seu defensor, na presença do juiz, este, recebendo a denúncia, poderá suspender o processo, submetendo o acusado a período de prova, sob as seguintes condições:

[...]

IV – Comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, mensalmente, para informar e justificar suas atividades.

4.2 Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado permanecer distantes desses locais para evitar o risco de novas infrações

Por sua vez, a medida cautelar ora submetida à análise possui um caráter preventivo, pois objetiva restringir a frequência do réu a determinados locais que permitam a reiteração delitiva do agente. Tal ferramenta encontra grande incidência em relação a acusados integrantes de torcidas organizadas, a crimes habitualmente cometidos em bares e boates, podendo também ser aplicada a crimes relacionados à violência doméstica.

Destaque-se, outrossim, que tal medida deve ser usada com razoabilidade e prudência, uma vez que o seu uso desarrazoado poderá constituir em uma verdadeira pena de banimento, sendo esta sanção expressamente vedada pela Constituição Federal⁶.

Ademais, faz-se importante sublinhar que tal medida mostra-se destinada ao fracasso, uma vez que o Estado não dispõe de condições e meios de fiscalização de cumprimento da restrição, ou seja, somente em casos excepcionais chegará ao conhecimento do juiz ou do Ministério Público de que o agente descumpriu a medida imposta.

4.3 Proibição de manter contato com pessoa determinada quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado dela permanecer distante

A medida cautelar em análise tutela situações mais específicas, visando proteger pessoas relacionadas ao fato criminoso: vítimas, testemunhas ou eventualmente um coautor do delito. Neste viés, vislumbra-se perfeitamente a cautelaridade desta ferramenta, que objetiva resguardar as provas do processo.

Outrossim, em uma sociedade marcada pela tecnologia, o professor Renato Brasileiro nos adverte que

o dispositivo não estabeleceu a forma de contato que poderá ser proibida. Evidentemente, o contato pessoal é sempre o mais importante, porém não se pode destacar a possibilidade de utilização da medida para fins de se impedir eventuais contatos telefônicos, por meio de msn, messenger, Skype, e-mail, enfim, por qualquer meio de comunicação (2014, p. 347).

⁶ Art. 5º, inciso XLVII, CRFB – Não haverá penas:
[...]
d) de banimento.

Saliente-se que a ferramenta em questão possui maior eficácia prática do que a prevista no inciso anterior, posto que, em caso de descumprimento, a própria pessoa protegida encarregar-se-á de denunciar o não cumprimento da ordem judicial.

4.4 Proibição de ausentar-se da comarca ou do país ou quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução

Por sua vez, a medida em questão, possui evidente natureza cautelar, servindo, por via reflexa, para a tutela de aplicação da lei penal, uma vez que busca evitar eventual fuga do réu. Convém pontuar que a mesma deve ser conciliada com o quanto disposto no art. 320 do Código de Processo Penal, que afirma que a proibição de se ausentar do País será comunicada pelo juiz às autoridades encarregadas de fiscalizar as saídas do território nacional, intimando-se o indiciado ou acusado para entregar o passaporte, no prazo de vinte e quatro horas.

Destarte, verifica-se que enquanto sujeito do processo penal, e não um mero objeto de prova, o denunciado ou indiciado deverá abster-se de deixar a comarca ou país no qual responde à ação penal. Tal restrição, todavia, não significa que o agente esteja permanentemente proibido de sair do país ou da comarca, devendo, caso seja necessário, como em casos de viagens profissionais, pedir autorização ao magistrado, que avaliará e decidirá se o agente poderá ou não se ausentar, conforme as peculiaridades de cada caso.

Cabe, neste viés, observar que não se vislumbra o fundamento legal de obrigar o réu a permanecer na comarca ou país em nome da “conveniência ou necessidade para investigação ou instrução”, na medida em que o mesmo pode usar o direito de silêncio em relação a qualquer ato probatório (LOPES Jr., 2013, p. 154).

Por fim, cabe observar que a medida cautelar sob análise se aproxima da restrição de ausentar-se da comarca prevista no período de prova da suspensão condicional do processo⁷, sendo, contudo, dois institutos jurídicos distintos, uma vez que a medida cautelar visa preservar a eficácia processual, ao passo que as condições do *sursis* processual são impostas para que o acusado cumpra as restrições por determinado período para fazer jus à extinção da punibilidade, por razões de opção legislativa.

⁷ Art. 89 da Lei 9.099/95 – Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a 1 (um) ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão condicional do processo, por 2 (dois) a 4 (quatro) anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (art. 77 do Código Penal).

§ 1º - Aceita a proposta pelo acusado e seu defensor, na presença do juiz, este, recebendo a denúncia, poderá suspender o processo, submetendo o acusado a período de prova, sob as seguintes condições:

III – Proibição de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorização do juiz.

4.5 Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o acusado tenha residência e trabalho fixos

Por sua vez, o recolhimento domiciliar é uma medida que restringe parcialmente a liberdade do acusado, mantendo-o nos limites trabalho-domicílio, que, não obstante possua natureza cautelar, visando evitar eventual fuga do denunciado, guarda em sua essência objetivos extracautelares, funcionando, em muitos casos, como uma espécie de sanção penal antecipada.

Outrossim, destaque-se esta medida não se confunde, em nenhuma hipótese, com a prisão domiciliar prevista nos arts. 317 e 318 do Código de Processo Penal⁸.

Convém pontuar que esta é uma ferramenta cautelar que se fundamenta no senso de responsabilidade e autodisciplina do acusado, podendo, para vir alcançar maior eficácia, ser cumulada com a medida cautelar de monitoramento eletrônico. Neste viés, caso seja aplicada de forma isolada, poderá fracassar em seus escopos em razão da deficiência de fiscalização por parte do Estado.

4.6 Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais

Por sua vez, a medida cautelar ora analisada é uma medida de discutível constitucionalidade, aproximando-se da função da prevenção especial da pena, tendo natureza de sanção antecipada. Desse modo, deve ser aplicada, em razão da sua gravidade, com razoabilidade e prudência.

Outrossim, a ferramenta em tela visa tutelar o risco de reiteração delitiva. Destaque-se, ademais, que a mesma tem como campo de incidência crimes econômicos, crimes ambientais ou crimes contra a Administração Pública por servidores no exercício da função, visando a prevenção de crimes futuros.

⁸ Art. 317. A prisão domiciliar consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência, só podendo dela ausentar-se com autorização judicial.

Art. 318. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for:

I - maior de 80 (oitenta) anos;

II - extremamente debilitado por motivo de doença grave;

III - imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência;

IV - gestante a partir do 7^º (sétimo) mês de gravidez ou sendo esta de alto risco.

Parágrafo único. Para a substituição, o juiz exigirá prova idônea dos requisitos estabelecidos neste artigo

Destarte, cumpre ressaltar que o sistema processual cautelar penal brasileiro não determina prazos de duração das medidas, de forma que a aplicação arbitrária desta ferramenta pode consistir em uma grave restrição de direitos fundamentais. Neste sentido, destaca Lopes Jr. que

o inciso em tela bem evidencia o imenso problema dessa indeterminação temporal, pois a suspensão do exercício de função pública e, mais grave ainda, da atividade de natureza econômica ou financeira, poderá representar uma antecipação de pena, e principalmente, a morte econômica de pessoas e empresas por um lento processo de asfixia (2013, p. 156).

4.7 Internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável (art. 26 do Código Penal) e houver risco de reiteração

Ao seu turno, a medida alternativa em análise consiste em verdadeira medida de segurança cautelar, aplicável quando presentes os requisitos cumulativos, quais sejam, crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa; inimputabilidade ou semi-imputabilidade demonstrada por perícia; e risco de reiteração delitiva.

Dissertando sobre a cautelar em análise, Renato Brasileiro, com propriedade, afirma que:

Como se percebe, a internação provisória somente será aplicável ao inimputável ou semi-imputável nas hipóteses de fatos típicos e ilícitos cometidos com violência ou grave ameaça, quando houver risco de reiteração, o que demonstra que essa medida deve ser aplicada com a finalidade de proteção da sociedade contra a possível prática de crimes graves. O dispositivo não estabelece distinção entre quem já era inimputável ou semi-imputável à época do crime e aquele cuja doença mental sobreveio à infração. Logo, a medida pode ser aplicada em ambas as hipóteses, jamais como medida de segurança provisória, mas sim como instrumento de natureza cautelar destinado à tutela de garantia de ordem pública, para evitar a prática de novas infrações penais com violência ou grave ameaça (2014, p. 357).

Neste sentido, a primeira deficiência dessa medida reside na ausência de limitação de duração, fato este que pode vir a gerar uma série de situações absurdas, de discutível constitucionalidade.

Outro aspecto questionável dessa ferramenta consiste na perícia exigível para demonstrar a inimputabilidade ou semi-imputabilidade, uma vez que os peritos deverão realizar uma avaliação urgente e provisória a fim de afirmar se o agente era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Dessa forma, há o risco de criar-se situações de inimputáveis temporários, sendo possível que, após a realização do exame definitivo, o diagnóstico seja diferente.

Convém pontuar que, sendo uma medida cautelar, a internação deve ser provisória, de modo que, desaparecendo os fundamentos que legitimaram a medida, deve o agente ser imediatamente posto em liberdade.

4.8 Fiança, nas infrações que a admitem, para assegurar o comparecimento aos atos do processo, evitar a obstrução do seu andamento ou em caso a resistência injustificada a ordem judicial

A fiança sempre foi prevista no ordenamento jurídico pátrio como uma espécie de medida de contracautela, figurando como uma espécie de medida substitutiva da prisão em flagrante, ou seja, após a prisão em flagrante, o indivíduo pagaria a fiança, caso esta coubesse nas circunstâncias fáticas e responderia ao processo em liberdade.

Contudo, com o advento da Lei 12.403/2011, a fiança passou por um processo de revitalização, agora funcionando também como medida cautelar autônoma, podendo ser imposta, de forma isolada ou cumulativa, nas infrações penais cabíveis, para assegurar o comparecimento aos atos processuais, evitar a obstrução em seu andamento ou em caso de resistência injustificada à ordem judicial. Desse modo, razão assiste a Antônio Scarance Fernandes, citado por Fauzi Hassan Chourk, ao afirmar que:

Aquela posição anterior, que via a fiança como contracautela, era, de certa forma, resquício da premissa de a regra ser a prisão durante o processo, principalmente se se tratasse de manter o agente pilhado em flagrante. A fiança tem, portanto, natureza cautelar. Figura ela em uma escala de possíveis medidas cautelares, que substituem a prisão em flagrante, restringindo a liberdade. Impõem-se ao réu, para que fique ou permaneça livre, o pagamento de determinada importância em dinheiro e outros ônus processuais (2011, p. 117).

Nesta esteira de raciocínio, nos termos do art. 319⁹, em seu parágrafo 4º, a fiança poderá ser aplicada de acordo com as disposições do Capítulo VI, podendo, caso haja compatibilidade, ser cumulada com outras medidas cautelares. Convém pontuar, neste sentido, que não se mostra possível conciliar a fiança com a prisão preventiva, com a prisão temporária ou prisão domiciliar do agente, uma vez que estas são ferramentas cautelares que restringem totalmente a liberdade do agente.

⁹ Art. 319, § 4º - A fiança será aplicada de acordo com as disposições do Capítulo VI deste Título, podendo ser cumulada com outras medidas cautelares.

Ressalte-se que a essência da fiança reside na ideia de “fazer doer no bolso do agente”, sendo que sua adoção não se revela eficaz como providência cautelar, visto que a mesma não visa garantir a eficácia do processo e sim, sob uma análise mais refinada, impor alguma sanção antecipadamente ao indivíduo.

Ainda assim, na prática, a fiança é amplamente utilizada como medida cautelar, sendo, em regra, aplicada cumulativamente a outra medida. Ressalte-se, ainda, que a determinação do valor da fiança deve ainda obedecer a parâmetros legalmente definidos, quando presentes os pressupostos autorizadores das ferramentas cautelares, não podendo ser utilizada como obstáculo à concessão da liberdade provisória do sujeito.

4.9 Monitoração eletrônica

Por fim, a monitoração eletrônica consiste, indubitavelmente, em uma das medidas cautelares mais eficazes, uma vez que torna viável a vigilância do réu em tempo integral, sem, contudo, restringir tão gravemente a sua liberdade, sintonizando, assim, a legislação processual penal com o avanço tecnológico.

Dissertando sobre a temática, Mariath nos explica a origem da medida ora comentada:

O primeiro dispositivo de monitoramento eletrônico foi desenvolvido nos anos 60 pelo psicólogo americano Robert Schwitzgebel. O Dr. Robert entendeu que sua invenção poderia fornecer uma alternativa humana e barata à custódia para pessoas envolvidas criminalmente com a justiça. A máquina consistia em um bloco de bateria e um transmissor capaz de emitir sinal a um receptor. Em 1977, o Juiz de Albuquerque, Novo México/EUA, Jack Love, inspirado por um episódio da série Spideyman (Homem-Aranha), persuadiu o perito em eletrônica, Michael Goss, a projetar e manufaturar um dispositivo de monitoramento. Em 1983, o Juiz Love sentenciou o primeiro criminoso a usar o monitoramento eletrônico. A partir de então, a solução foi implementada de tal sorte que, em 1988, havia 2.300 presos monitorados eletronicamente nos Estados Unidos. Dez anos mais tarde (1998), o número de monitorados havia alcançado a impressionante marca de 95.000 (2011, p. 04).

Destarte, o monitoramento eletrônico pode vir a ser utilizado para fiscalizar a localização dos acusados, visando observar se os mesmos estão cumprindo as determinações judiciais que lhe foram impostas, ou seja, pode e deve ser utilizada cumulativamente com outras medidas cautelares.

Contudo, por razões de política criminal e econômica, no Brasil, o monitoramento eletrônico de presos ainda é ferramenta pouco utilizada, uma vez que o Estado se mostra desinteressado em investir em alternativas descarcerizadoras, nutrindo a cultura da prisão

preventiva e ampliando a distância entre as medidas legalmente previstas e a realidade da justiça criminal pátria.

5 MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS À PRISÃO PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE

Ademais, faz-se importante destacar que as medidas cautelares alternativas à prisão não se exaurem no Código de Processo Penal, existindo no ordenamento jurídico outras medidas concebidas antes mesmo do advento da Lei 12.403/2011. Assim sendo, em observância ao princípio da especialidade, tais medidas permanecem plenamente válidas. Neste contexto, segundo as lições de Brasileiro:

Apesar da pobreza do Código de Processo Penal em relação às medidas cautelares de natureza pessoal antes da entrada em vigor da Lei 12.403/2011, a legislação extravagante já se apresentava mais rica em alternativas dadas do magistrado para salvaguardar a eficácia do processo criminal, sem ter que recorrer à medida extrema da prisão cautelar (2014, p. 264).

Deste modo, a primeira hipótese de medida cautelar alternativa à prisão prevista no ordenamento jurídico brasileiro consiste no afastamento do Prefeito no cargo nos crimes de responsabilidade ou até mesmo nos casos de prática de crimes comuns, listados no art. 1º do Decreto-Lei nº 201/67¹⁰.

Outro exemplo de medida cautelar prevista na legislação penal extravagante consiste na suspensão da permissão ou habilitação para dirigir, estabelecida pelo art. 294 do Código de Trânsito Brasileiro¹¹.

Outrossim, faz-se importante destacar as medidas cautelares introduzidas no ordenamento jurídico pátrio pela Lei 11.340/2006, a vulgarmente conhecida como Lei Maria da Penha. Neste sentido, o art. 22¹² da referida Lei traz um rol de ferramentas cautelares para os casos de violência praticada contra a mulher no âmbito doméstico.

¹⁰ Art. 2º do Decreto Lei 201/67 - O processo dos crimes definidos no artigo anterior é o comum do juízo singular, estabelecido pelo Código de Processo Penal, com as seguintes modificações:

II - Ao receber a denúncia, o Juiz manifestar-se-á, obrigatória e motivadamente, sobre a prisão preventiva do acusado, nos casos dos itens I e II do artigo anterior, e sobre o seu afastamento do exercício do cargo durante a instrução criminal, em todos os casos.

¹¹ Art. 294 do CTB – Em qualquer fase da investigação ou da ação penal, havendo necessidade para a garantia da ordem pública, poderá o juiz, como medida cautelar, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público ou ainda mediante representação da autoridade policial, decretar, em decisão motivada, a suspensão da permissão ou da habilitação para dirigir veículo automotor, ou a proibição de sua obtenção.

¹² Art. 22 da Lei 11.340/2006 - Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas

Não se olvide, ademais, da medida cautelar de natureza pessoal determinada no art. 56, § 1º da Lei 11.343/2006, a Lei de Drogas, que prevê, nos casos da prática do crime de tráfico, caso o agente seja funcionário público, o seu afastamento das suas atividades. Destaque-se a semelhança desta medida cautelar com àquela prevista no inciso VI do art. 319 do Código de Processo Penal.

6 O INSUCESSO E A BANALIZAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES

Diante das alterações introduzidas no ordenamento jurídico brasileiro pela Lei 12.403/2011, cumpre indagar: quais foram as foram os resultados práticos trazidos pela reforma do sistema processual penal?

Inicialmente, visando analisar o panorama fático do sistema cautelar do processo penal brasileiro nos 05 (cinco) anos de vigência da Lei, utilize-se a expressão utilizada pela professora mineira Flaviane Barros (2011) denominada de “síndrome da pressa”, segundo a qual, no âmbito que processo penal, a sociedade, marcada pela insegurança e influenciada pelos órgãos de comunicação em massa, não consegue esperar pelo trânsito em julgado da sentença condenatória, de forma que se clama por uma punição antes mesmo do processo criminal.

Assim sendo, constata-se que em alguns casos nos quais inexisteria, até mesmo pela desnecessidade em razão do menor potencial ofensivo, qualquer instrumento de restrição penal, passaram a ser objetos de intensa incidência de severa restrições sociais, de forma que se pode afirmar que, embora louvável a intenção legislativa de criar as medidas diversas, no intuito de reduzir o número de presos provisórios, na prática, o que se observou foi a expansão arbitrária e indiscriminada do poder estatal sobre a liberdade individual.

Dessa forma, após 05 (cinco) anos de existência das medidas cautelares alternativas à prisão, o panorama fático do sistema prisional brasileiro permanece o mesmo, até mesmo pior, visto que, não obstante a importante reforma legislativa, não se conseguiu alterar a mentalidade dos atores judiciários, muito menos romper com a cultura encarcerizadora dominante.

Corroborando tal entendimento, Brasileiro afirma que:

protetivas de urgência, entre outras: I – suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003; II – afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida; III – proibição de determinadas condutas, entre as quais: a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor; b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação; c) frequentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida; IV – restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar; V – prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

Além do menor custo pessoal e familiar dessas medidas cautelares de natureza pessoal diversas da prisão, o Estado também é beneficiado com a sua adoção, porquanto poupa vultosos recursos humanos e materiais, indispensáveis à manutenção de alguém no cárcere, além de diminuir os riscos e malefícios inerentes a qualquer encarceramento, tais como a transmissão de doenças infectocontagiosas, estigmatização, criminalização do preso, etc. Essas mudanças, no entanto, não serão automáticas. Com efeito, a efetividade das alterações produzidas pela Lei nº 12.403/2011 e a consequente modernização do Código de Processo Penal passam, obrigatoriamente, pela fundamental contribuição dos operadores do direito e, sobretudo por uma mudança de mentalidade, em busca do ponto de equilíbrio entre a exigência de se assegurar ao investigado e ao acusado a aplicação das garantias fundamentais do devido processo legal e a necessidade de maior efetividade do sistema persecutório par a segurança da coletividade (2014, p.1).

Prosseguindo por esta trilha, cumpre informar que, no ano de 2014, segundo o último diagnóstico realizado pelo Conselho Nacional de Justiça, no Relatório intitulado “Novo diagnóstico de pessoas presas no Brasil”, a nação brasileira atingiu o patamar de 715.655 presos, ostentando o triste título de terceira maior população carcerária do mundo, ultrapassando a Rússia, “perdendo” apenas para os Estados Unidos e a China.

Neste contexto, faz-se importante salientar que a esmagadora maioria dos presos brasileiros são aqueles que pertencem às classes empobrecidas da sociedade.

Destarte, pode-se afirmar que houve uma distorção do sentido das ferramentas alternativas à prisão, sendo que, na prática, não se verificou qualquer redução efetiva nas estatísticas das prisões processuais, permanecendo a segregação cautelar como o principal instrumento de cautela, em razão do seu nítido caráter punitivo e simbólico. Neste viés:

Infelizmente as prisões cautelares acabaram sendo inseridas na dinâmica da urgência, desempenhando um relevantíssimo efeito sedante da opinião pública pela ilusão de justiça instantânea. O símbolo da prisão imediata acaba sendo utilizado para construir uma (falsa) noção de “eficiência” do aparelho repressor estatal e da própria justiça. Com isso, o que foi concebido para ser “excepcional” torna-se um instrumento de uso comum e ordinário, desnaturando-o completamente. Nessa teratológica alquimia, sepulta-se a legitimidade das prisões cautelares. Conclui-se, portanto, que o problema não é legislativo, mas cultural (LOPES Jr., 2013, p. 801).

Diante dessa crônica de uma tragédia anunciada, constata-se que as medidas cautelares alternativas à prisão, não obstante os seus nobres objetivos, não foram capazes de aliviar o sistema carcerário, assim como revelaram-se como uma ferramenta de aumento do controle penal sobre o indivíduo, sendo que até mesmo os casos nos quais seria possível a concessão da liberdade provisória, sem qualquer imposição de restrições aos direitos fundamentais do indivíduo, passaram a ser tutelados pelas medidas cautelares diversas da prisão, não como uma

forma de resguardar o processo penal, e sim como verdadeiras hipóteses de antecipação da punição estatal.

Assim sendo, conforme o escólio de Lopes Jr., constata-se que de nada adianta uma evolução legislativa de tal magnitude se não houver o principal: o rompimento da cultura encarcerizadora dominante. Ainda, segundo o referido doutrinador, “se não houver uma mudança na mentalidade dos atores judiciários, não haverá qualquer evolução democrática, e mudaremos tudo para que a situação continue como sempre esteve. Ou que fique ainda pior” (2013, p. 16).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O monopólio da jurisdição pertence ao Estado, sendo este o único detentor da pretensão punitiva, sendo o responsável pela aplicação das respostas punitivas às infrações penais cometidas. Contudo, diante da superlotação do sistema penal, o legislador pátrio, visando amenizar a grave situação, introduziu no ordenamento jurídico pátrio as medidas cautelares alternativas à prisão, medidas estas que, conforme exposto, ainda não se mostraram aptas a alterar o cenário da justiça criminal brasileira.

Neste viés, destaque-se que, inobstante a louvável mudança legislativa, não houve, por parte dos atores judiciários, qualquer mudança de postura, de forma que se continua a reproduzir a cultura encarcerizadora dominante, um reflexo da “síndrome da pressa” da punição, exigida pela sociedade. Não se pode aguardar pelo desfecho do processo criminal, não se confia no Poder Judiciário, de modo que se espera a sanção antes mesmo do processo.

Assim sendo, verifica-se que, em que pese os seus objetivos potencialmente nobres, as medidas cautelares alternativas à prisão, embora reflitam um avanço legislativo, na prática, conduziram à expansão do controle penal sobre o sujeito, posto que, após o advento da Lei 12.403/2011, casos passíveis de concessão da liberdade provisória, sem a imposição de qualquer restrição aos direitos fundamentais do indivíduo, são atualmente tutelados pelas medidas cautelares diversas à prisão, como uma forma de sanção antecipada, desvirtuando-se a noção de cautelaridade e tutela do processo penal.

Por fim, cumpre refletir que não se pode esperar que a Lei, de forma isolada, como num passe de mágica, venha alterar a realidade fática social, posto que é a sociedade que tem o condão de modificar as leis, e não o contrário. Neste sentido, conclui-se que não se pode esperar que as leis, por si só, venham a alterar a mentalidade e a postura da sociedade, máxime perante o estigma trazido intrinsecamente pelo crime e pelo processo criminal.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Gustavo Noronha de; BRANCO, Thayara Castelo. **Temos uma Política Cautelar Criminal do Brasil?** Disponível em: < <http://justificando.com/2014/12/11/temos-uma-politica-criminal-cautelar-no-brasil/>>. Acesso em 06 de fevereiro de 2015.

BARROS, Flaviane de Magalhães; AMORIM, Felipe Daniel. **Prisões e medidas cautelares**. 1ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.

BEDÊ Jr., Américo Freire Mirana; SENNA, Gustavo. **Princípios do Processo Penal: entre o garantismo e a efetividade da sanção**. 1ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

BRASIL, Conselho Nacional de Justiça. **Novo diagnóstico de pessoas presas no Brasil**. Disponível em <www.cnj.jus.br/images/imprensa/pessoas_presas_nobrasil_final.pdf>. Acesso em 12 de fevereiro de 2015.

BRASÍLIA, Supremo Tribunal Federal. HC 94.147/RJ. 1ª T. Relatora. Min. Ellen Gracie, Julgado em 13.06.2008.

BRASÍLIA, Supremo Tribunal Federal. HC 73338, 1ª T. Relator: Celso de Mello. Julgado em 13.08.1996.

CHOURK. Fauzi Hassan. **Medidas cautelares e prisão processual: comentários à Lei 12.403/2011**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

GOMES, Luís Flávio. **Presos provisórios: aumento de 1253% em 20 anos**. Disponível em <<http://institutoavantebrasil.com.br/presos-provisorios-aumento-de-1253-em-20-anos/>>. Acesso em 17 de março de 2015.

LOPES Jr., Aury. **Direito Processual Penal**. 10ª ed. São Paulo: Saraiva: 2013.

LOPES Jr., Aury. **Prisões cautelares**. 4ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2013.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Nova prisão cautelar: doutrina, jurisprudência e prática.** 3ª ed., ver. ampl., e atual. Salvador: Juspodvium, 2014.

MINAGÉ, Thiago. **Prisões e medidas cautelares à luz da Constituição.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

MOREIRA, Rômulo de Andrade. **Uma crítica à teoria geral do processo.** Porto Alegre: Magister, 2013.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil.** 4ª ed. ver., atual e ampl. Rio de Janeiro: Forense; 2012.

Capítulo 76 - DOI:10.55232/1084002076

A AMBIENTALIZAÇÃO COMO PROPOSTA PARA A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESPAÇOS FORMAIS DE APRENDIZAGEM

Edicarlo Ferreira, Rita de Cássia Frenedo

RESUMO: Introdução: Este trabalho teve como objetivo fazer uma revisão de literatura sobre a temática ambiental no ensino formal realizado no Estado de São Paulo. O problema de pesquisa é: como está sendo trabalhada a educação ambiental nos espaços formais de ensino e aprendizagem? Objetivos específicos: investigar a adoção de atividades educativas ambientais por parte das escolas públicas; perceber como as iniciativas ambientais conduzidas nas escolas públicas podem impactar na conduta cidadã. Para a revisão de literatura adotou-se nesse estudo a Revisão Bibliográfica Narrativa. O levantamento bibliográfico considerou artigos publicados entre 2015 e 2020 nas bases de dados (Google scholar, na plataforma Scielo e no banco de teses e dissertações da CAPES). Para a busca, foram utilizadas as palavras-chave: Ambientalização, Espaço Formal e Ensino. Há escolas apropriadas com locais disponíveis a cumprir o estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Ambiental, permitindo o desenvolvimento de projetos, com espírito participativo e coletivo.

Palavras-chave: Ambientalização; Espaço Formal; Ensino.

INTRODUÇÃO

A educação contemporânea deve assumir uma concepção mais ampla, usando a educação informal e não formal como complemento à educação formal. As expressões formal, não formal e informal surgiram a contar da década de 1960, ancorada na referência do espaço escolar. As aprendizagens formais seriam as realizadas dentro do ambiente escolar e as conduzidas fora do espaço seriam as não formais e informais. Os espaços não formais podem ser museus, centros culturais e Organizações Não Governamentais (ONGs) (GOHN, 2016).

A expressão ‘ambientalização’, segundo Lopes (2006), é um neologismo das ciências sociais, designando novos fenômenos, ou percepções desses, sob uma perspectiva processual. Dentro da sociedade, agrega a grandeza histórica, adjunta à constituição de novos fenômenos, em uma assumpção dos diferentes atributos da questão pública ambiental. E nesse ínterim, a ambientalização curricular surge como um modo de entender o ambiente inserido em sua ótica cultural e política, considerando que se articula ao conceito curricular, considerando que o currículo é um artefato social.

De acordo com Soares e Frenedo (2019, p. 98), “surge no campo educacional uma tendência de inserir debates sobre a questão ambiental nas instituições de ensino, dando origem ao termo conhecido como ambientalização curricular”. Percebe-se que o termo é algo novo e passível de discussão.

Em sua tese de doutorado, Miyazawa (2018, p. 56) afirma que “ambientalizar o ensino significa inserir a dimensão ambiental onde ela não existe ou está tratada de forma inadequada”. Portanto, é preciso haver um compromisso sério entre os envolvidos neste processo.

A Educação Ambiental é vital na elaboração de significados e ações que sobrelevam a equidade e a redução do consumismo de produtos industrializados, respaldando a almejada sustentabilidade. Na visão de Oliveira e Neiman (2020), objetiva conscientizar as pessoas de que as questões ambientais se vinculam às suas rotinas e que a resolução de tais questões solicita o comprometimento e a cooperação de todos, desenvolvendo posturas cidadãs e sustentáveis. Alves (2014) salienta que apesar das ‘boas intenções’ as atividades antrópicas degradam a natureza e não propõem soluções concretas quanto ao iminente colapso ambiental, essa seria, sem dúvida, a temática mais sensível e urgente da contemporaneidade.

Para Inocêncio (2012), a EA surge como uma área de conhecimento capaz de atuar sobre o conflito civilizatório, maior que o ambiental. Apesar de políticas educacionais existirem, é frequente a visão convencional de transmitir conteúdos, com atividades isoladas, e não em prol da transformação social. Dias e Bomfim (2011) classificam a EA em Conservadora e Crítica, a primeira voltada para mudanças de comportamento e atitude, e a segunda problematizaria as reais raízes do problema. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA), Resolução nº 2 (BRASIL, 2012), considera o trabalho, a produção e o consumo vinculado às questões ambientais, ressaltando no artigo 5º, que a EA não é uma atividade imparcial, e sim envolta em valores e visões de mundo e, assim, assume na prática educativa suas dimensões política e pedagógica. Ainda, ressaltam uma abordagem interdisciplinar e transversal, não adstrita à uma disciplina, e sim, consoante o artigo 6º, superando a visão despolitizada, acrítica, ingênua e naturalista.

Segundo Ruscheinsky (2014), a ambientalização curricular é uma maneira de inserir a temática do ambiente no currículo escolar, conectado à práxis de formação do ensino superior, desde o ano 2000. Esse é um processo permanente e dinâmico, um compromisso institucional e transversal quanto ao ensino, pesquisa, extensão e gestão, integrando os setores e a comunidade universitária (FIGUEIREDO; GUERRA; CARLETTO, 2014).

As políticas públicas produzem, a contar dos pressupostos admitidos, como um direito de todos a educação que considere a reflexão crítica do meio ambiente, e é função da universidade possibilitar tais espaços, pautados na ética e na integridade ambiental. No que concerne à formação docente, a formação inicial é capaz de compor um caminho para construir um educador que leia e interprete as necessidades do seu espaço e planeje ações contemplando o ambiente em suas múltiplas dimensões. Destarte, observa-se um amparo legal quanto à necessidade de abordar esse tema, apesar de a EA não se restringir à esfera do ensino formal, as escolas ainda são o espaço onde os indivíduos passam parte de seu tempo, formam-se enquanto sujeitos, elaboram conhecimentos, experimentações e visão crítica, de onde advém a necessidade de pontuar o assunto em tais espaços, exercendo a cidadania. A falta de capacitação dos professores corrobora a questão da formação inicial, para a qual as DCNEA, no artigo 11º, dispõe sobre a necessidade de uma formação inicial e continuada para a temática socioambiental (BRASIL, 2012).

Os maiores desafios da Educação Ambiental residem no baixo estímulo à pesquisa e à não integração do corpo docente, ou seja, basicamente falta de informação, investimento e capacitação. Nesse seguimento, atividades de campo e projetos ambientais interdisciplinares poderiam ser bastante promissores. As crianças poderiam adquirir hábitos ambientalmente adequados, tomando por exemplo seus professores, não só os de ciências, e levando tais hábitos para sua casa e seus familiares. O docente deve compreender da responsabilidade que assume em uma sala de aula, e fora desta também afeta francamente seus alunos, especialmente as crianças. Para tanto, uma vez que nem todos os professores têm formação em ciências, são necessários cursos de capacitação para docentes, permitindo que ensinem os preceitos básicos, e com a continuidade dos cursos, possam se aperfeiçoar (REIS; SEMÊDO; GOMES, 2012).

De acordo com Sauv  (2016, p. 290-291) torna-se necessário uma Educa o Ambiental voltada para a aquisi o de valores fortalecendo um relacionamento saudável e de respeito entre o ser humano e o meio ambiente:

A educa o ambiental nos desafia em torno de questões vivas; ela responde às inquietudes maiores. Ela nos faz aprender a reabitar coletivamente nossos meios de vida, de modo responsável, em fun o de valores constantemente esclarecidos e afirmados: aprender a viver juntos – entre nós, humanos, e também com outras formas de vida que compartilham e compõem nosso meio ambiente. De uma cultura do consumismo e da acumula o, impulsionada por ideias pré-fabricadas, ela pode nos levar a uma cultura do pertencimento, do engajamento crítico, da resistência, da resiliência e da solidariedade.

Schanbach (2010) defende que para existir uma consciência ambiental,   necessário unir todas as áreas do conhecimento, afora a tecnologia, com vistas   uma a o integral do corpo social em defesa do meio ambiente. Embora todas as espécies tenham direito   vida, a espécie humana tem usado todas as demais em seu benefício próprio, manipulando os processos físicos e químicos e destruindo a natureza. Existem inúmeros desafios nesse seguimento, e um   elaborar uma nova  tica cidadã, e a EA se faz obrigatória, curricularmente e nas capacita es, de modo que possam desafiar-se e planejarem atitudes transformadoras.

Considerando essa conjuntura, ressalta-se o seguinte problema de pesquisa: como está sendo trabalhada a educa o ambiental nos espaços formais? O objetivo geral   analisar a importância da educa o ambiental formal na conscientiza o cidadã. Sobre a defini o dos objetivos específicos, estabeleceu-se o seguinte: investigar a ado o de

atividades educativas ambientais por parte das escolas públicas; perceber como as iniciativas ambientais conduzidas nas escolas públicas podem impactar na conduta cidadã; investigar questões positivas e negativas de experiências docentes com a temática ambiental, realizadas em espaços formais de ensino.

2 A Educação Ambiental em Espaços Formais.

A crise ambiental exige a participação de cada indivíduo e a escola é um ambiente distinto para formar cidadãos e desenvolver valores, no que concerne ao consumo e ao descarte de resíduos, embora ainda não tenha atingido seu potencial. No ensino formal, a EA é desenvolvida curricularmente em instituições públicas e privadas, sendo uma prática educacional permanente, inter e transdisciplinar, para qualquer nível e modalidade de ensino. Os conteúdos do nível fundamental e médio compõem-se nos PCNs, as políticas públicas também podem fomentar campanhas educacionais e informativas sobre o tema, como ações não formais, do mesmo modo que conteúdos que propiciem sensibilizar e capacitar a sociedade para as Unidades de Conservação, à sensibilização de agricultores e atividades voltadas ao ecoturismo (HENDGES, 2010).

Chassot (2003) salienta a escola como entidade formal, mas que em um mundo globalizado, exterioriza-se, parece haver uma contraversão no fluxo do saber, se dando da comunidade em direção à escola. Com efeito, a escola deve rever seu papel. Conquanto a ciência e a tecnologia são fundamentais ao crescimento econômico e social, as ciências influenciaram reformas educacionais, e os tópicos da educação ambiental, saúde e educação sexual passaram a incorporar os currículos como temas transversais (FERREIRA, 2013).

Um dos maiores desafios das escolas é o prosseguimento dos projetos propostos, e vários são os fatores influenciadores disso, como o tamanho da escola, a quantidade de estudantes e docentes, a disposição docente à capacitação, a boa vontade da gestão, alteração da rotina escolar, investimentos, entre outros. Além disso, muitas vezes os projetos não são aceitos por serem entendidos como uma ordem, uma tarefa a mais a ser cumprida pelos professores já sobrecarregados. Silva (2017) indica algumas técnicas multidisciplinares partindo de um Projeto Político-pedagógico que conjecture o espaço onde está inserido, o arrolamento dos problemas enfrentados pela comunidade, reflexão e busca de soluções, debates entre docentes e conteúdos, dentre outros. A depender do

espaço escolar, o próprio espaço escolar seria útil, como áreas verdes, hortas, composteiras, reciclagem de lixo, trilhas ecológicas, recuperação de nascentes, entre outras.

Um projeto de educação ambiental só terá sucesso se for prazeroso, caso contrário nenhuma mentalidade individual será modificada. Cabe à escola a correlação entre as questões do ambiente e a realidade comunitária, de modo que os estudantes percebam o mundo real. Tal visão deverá se dar em todos os níveis de estudo, transformando-se a escola em um espaço social, no qual o aprendiz se sensibiliza com as crises ambientais, de modo que coloque em prática o que aprendeu na escola. Cidadãos responsáveis derivam de cotidianos escolares ambientalmente corretos (NARCIZO, 2009). As ações podem ser variadas, com palestras, oficinas e saídas de campo, sempre tendo em vista projetos que melhorem a qualidade de vida da comunidade.

3 As Experiências da Educação Ambiental nos Espaços Formais

Apesar de divergências entre opiniões e localidades, a EA experimentada nas escolas ainda é hipotética, concretizada em projetos temáticos, e não articulada com o currículo e as demais áreas do conhecimento. Freitas (2016) desenvolveu uma pesquisa em 651 escolas da rede pública no Distrito Federal e na Secretaria de Educação, entre fevereiro e novembro de 2014, para observar a existência e a prática da EA. Observou-se que a EA permanece com as características da educação convencional, faltando reais alterações curriculares, e mantendo-se a fragmentação; a desarticulação entre ações; a descontinuidade dos projetos iniciados e a objeção dos docentes em trabalhar a EA. A interdisciplinaridade e a transversalidade são preceitos almejados nas atividades de EA em escolas, o que não foi possível de ser percebido na rede pública avaliada, provavelmente por formação continuada insuficiente, falhas nos planejamentos e restrição às disciplinas de Ciências Naturais, Geografia, Língua Portuguesa e Matemática, superficialmente, não alcançando a proposta. Também foram observados obstáculos, como o levantamento de informações, os contatos com as secretarias e falta de interesse da gestão escolar.

Viegas e Neiman (2015) conduziram uma pesquisa bibliográfica sobre práticas de EA no espaço de ensino formal, entre 2007 a 2012, e observaram que foram publicados 317 artigos, onde 34,4% eram sobre concepções teóricas, 25,6% sobre práticas no ensino

formal, 81,5% dos estudos foram em escolas públicas e 6,2% em particulares, os demais em ambas. Quanto ao nível de ensino, 30,9% dos trabalhos se dedicava ao ensino fundamental, onde as DCNs advogam o ensino, e somente 2,5% ao ensino infantil, denotando reduzido interesse, o que contradiz o discurso geral da EA. Nessa questão, Montanhim, Caron e Cinquetti (2011) ressaltam a dificuldade de docentes da educação infantil em propor atividades ambientais para crianças, e a partir delas mudar as atitudes delas, sendo essa uma deficiência a ser sanada.

Um outro estudo analisou os trabalhos apresentados no IX Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA) em 2017, com 128 trabalhos aprovados, o Grupo de Discussão de Pesquisas (GDP) em EA e Contexto Não Escolar contou com doze estudos, somente 8,5% do total, uma parte dos trabalhos dedicou-se às áreas ambientais protegidas, projetos de extensão em universidades, e outros pareciam não se enquadrar nos critérios de investigação. Também foram admitidos trabalhos sobre políticas públicas, sobrepostos a unidades de conservação e licenciamento ambiental, além de oficinas comunitárias e projetos municipais de educação ambiental. As reflexões realizadas permitiram observar que a EA tem se expandido anualmente, despertando novos estudos e alunos, cuja continuidade é significativa para a pesquisa em EA, uma área múltipla, que suporta distintas práticas pedagógicas, com vistas a superar a crise ambiental moderna (LOPES; BUENO; SAISSE, 2018).

Uma pesquisa foi conduzida com professores formados em Ciências Biológicas, Geografia, Química e Pedagogia, com tempo de profissão entre cinco e 25 anos. Os profissionais relataram dificuldades sobre o EA sob a perspectiva escolar, e os espaços não formais funcionavam como um suporte, também foi aventada a interdisciplinaridade, especialmente via resistência e outras disciplinas com a temática; a carga horária; os amplos conteúdos a serem cumpridos; e a falta de espaço apropriado nas escolas. A falta de atratividade para o estudante foi reiterada, o que corrobora a questão da falta de preparo do docente (MARTINS; TEIXEIRA; SOUSA, 2017). Isto posto, tais dificuldades culminam na superficialidade da educação ambiental. Aparentemente, a baixa efetividades das ações educativas relaciona-se à resistência ou desconhecimento da transversalidade e interdisciplinaridade. A ausência de espaço adequado nas escolas poderia ser complementada pelos espaços não formais, especialmente na área ambiental, Silva e Grynszpan (2015) defendem essa ideia, de forma que os espaços não formais

ultrapassem as possibilidades que a educação formal permite, pois o tempo e o espaço seriam mais apropriados, contemplando mais transversalmente os assuntos. Nesse sentido as parcerias são primordiais.

No ano de 2020, durante a pandemia de COVID-19, a temática dos professores no ensino à distância tem se aviltado. Um ponto salientado é a falta de ferramentas necessárias ao EaD; quanto aos docentes, encontram-se sobrecarregados e com imensas dificuldades com as ferramentas disponíveis, especialmente na rede pública. Alves e Mamede (2020) investigaram a rede municipal em Campo Grande-MS e observaram que o acesso on-line não era tão frequente quanto imaginado, muitas vezes sendo os materiais impressos e retirados pelos alunos na escola; alguns docentes se sentiram desconfortáveis em usar suas mídias pessoais para as aulas; as devolutivas dos estudantes têm sido evasivas e levianas; e a questão da avaliação permanece obscura. Basicamente, o que se observa é a aplicação da mesma matriz presencial com recursos de tecnologia, talvez seja o momento de a contribuição da EA ser ativa na elaboração de relações sociais capazes de superar as desigualdades observadas.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desse estudo realizou-se uma revisão de literatura publicada de 2006 a 2020 nas bases de dados Google scholar, na plataforma Scielo e no banco de teses e dissertações da CAPES. Para a busca, foram utilizadas as palavras-chave: Ambientalização, Espaço Formal, Educação Ambiental e Ensino e suas correspondentes em inglês Environmentalization, Formal Space, Environmental Education and Teaching. Foram critérios de exclusão: artigos que não apresentaram contribuições significativas para este trabalho ou que abordavam o assunto de forma irrelevante.

Para a escolha dos artigos fez-se a leitura crítica, questionadora e seletiva das publicações selecionadas de forma a destacar os aspectos mais relacionados ao problema de pesquisa (BENTO, 2012). O referencial teórico é essencial para fornecer o embasamento teórico necessário à robustez do trabalho, permitindo a discussão de ideias entre os autores mais relevantes na área pesquisada. Segundo Martins e Pinto (2001), tal procedimento é essencial a compreensão de conceitos, bem como para a condução de novos estudos sobre o tema.

No que tange ao tipo de pesquisa, optou-se pela pesquisa qualitativa, um importante ponto de referência ao pesquisador, o qual é responsável pela pesquisa extensa e sua avaliação crítica (CAJUEIRO, 2012). Deste modo, um procedimento metodológico orientado por uma pesquisa qualitativa avalia as informações obtidas e é capaz de apresentar conclusões relevantes, de acordo com um dado problema de pesquisa pré-determinado (ROTHER, 2007).

A pesquisa qualitativa nesse estudo é exploratória, pois é o método que possui maior identificação com a metodologia de Revisão Bibliográfica Narrativa (Revisão de Literatura), cuja metodologia foi adotada para o desenvolvido deste artigo. Ressalta-se um importante conceito sobre pesquisa exploratória:

Pesquisa exploratória é quando a pesquisa se encontra na fase preliminar, tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto. Assume, em geral, as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 51-52).

A metodologia de Revisão Bibliográfica Narrativa objetiva buscar em bases de dados, identificar os artigos, avaliá-los e proceder à sua discussão. Verifica-se que a Revisão Bibliográfica Narrativa, método de escolha adotado, visa a apreensão e a análise dos fundamentos de natureza científica, isto é, de trabalhos de impacto científico, publicado em periódicos, jornais e/ou outros meios científicos nacional e/ou internacional (DEMO, 2009; SOUSA et al. 2018).

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Por meio da Educação Ambiental, há muitas possibilidades de se interferir no comportamento do ser humano de modo a contribuir para que este se torne crítico e consciente de seus atos. Um dos espaços em que há grande possibilidade de se trabalhar a Educação Ambiental é a escola, reconhecida como lugar privilegiado para a construção de diálogos, valores e princípios que auxiliam na formação discente.

Com base nos vinte trabalhos analisados percebeu-se algumas barreiras para não se trabalhar com a ambientalização nas escolas, destas barreiras, cinco trabalhos apontam para a resistência do professor em inserir a dimensão socioambiental em suas aulas, visto que estão acostumados a trabalhar o currículo de forma engessada e sem interesse em sair do comodismo, mas que é possível, desde que se trabalhe seriamente para isto. Em relação à falta de políticas públicas para a implementação de temas socioambientais nos currículos, dez trabalhos mostraram que pouco se tem feito nas últimas décadas e que são necessárias ações urgentes para que se consiga enxergar o meio ambiente como prioridade, sabendo que a relação deste com o homem é uma questão de vida. Dois trabalhos mostraram que é possível realizar a ambientalização em escolas e apontam possíveis caminhos para sua concretização. Um deles é a participação coletiva e ativa de todos os envolvidos no processo ensino e aprendizagem.

Ainda sobre a ambientalização, três trabalhos registraram a falta de interesse das equipes gestoras que não demonstraram interesse no desenvolvimento de projetos sobre ambientalização e que trabalham as questões ambientais com seu corpo docente apenas em datas comemorativas.

Contudo, esta revisão concluiu que o processo de ambientalização em espaços formais de ensino ainda é algo novo e passível de discussão. Com a participação mais efetiva dos docentes, o trabalho com a ambientalização mostra-se mais eficiente, visto que muitos professores apenas cumprem o disposto nos planos anuais de ensino.

CONCLUSÃO

De acordo com o exposto, existem escolas que dispõem de enorme potencial de apoio ao ensino formal, com espaços apropriados e parcerias com outros locais, de forma que podem cumprir o estabelecido nas DCNEA, incluindo observar a natureza, compreender as extensões éticas e políticas, desenvolver projetos e ações responsáveis quanto ao ambiente, realizar trabalhos coletivos, consolidando o espírito participativo e coletivo. No entanto, outras escolas e docentes identificam ser necessários trabalhos de capacitação, onde os próprios educadores conhecerão os espaços não formais de ensino ambiental, de forma a adotá-los na educação formal e não formal, beneficiando o ensino dos estudantes.

A Educação ambiental vem sendo elaborada a partir de várias concepções e abordagens, com caminhos e modalidades distintas para o fazer educacional. Tal qual as demais áreas do saber, tem falhas e pode ser generalista, sem contribuir aos objetivos, embora represente a mudança e a inserção da extensão ambiental como um novo conceito. As práticas de EA, no espaço formal, mostram um contorno predominantemente público e voltado ao ensino fundamental, especialmente em algumas regiões do país, como a Sudeste. Tais práticas são propostas por pesquisadores, sendo apoiadas pelo governo ou pela iniciativa privada, as quais incluem alunos no espaço escolar. Destarte, deveriam incluir temáticas interdisciplinares e transversais, sob uma perspectiva crítica, vinculado ao planejamento metodológico de educação baseada em projetos, por exemplo. Na realidade, tais propostas ainda se mostram não integrais ou não reproduzíveis, com lacunas metodológicas e de execução do disposto na legislação no que tange à interdisciplinaridade. O conhecimento de tais práticas poderia ser um dos pressupostos fundamentais na avaliação do panorama acadêmico e científico, bem como um critério norteador aos especialistas da área.

O papel do educador, do professor, é crucial na EA, o qual deve abandonar o paradigma convencional de transmissão de conteúdo para adotar novas ferramentas de investigação, distintas técnicas dentro e fora da escola, como mídias sociais, trilhas e debates, com vistas a sensibilizar os estudantes para a proteção do meio ambiente. Enfrentar os problemas sociais é mais importante que a memorização de conteúdos, evitar o desperdício de água é mais relevante que notas elevadas. Não se pode separar a vida da natureza, todos devem se comprometer com o mundo. Só assim, a educação poderá transformar o mundo, e para tanto, os docentes devem se preparar para as dificuldades contemporâneas, e esse dever não é dos professores de ciências ou de biologia, mas de todos, de forma a entender-se como partícipe do ambiente. A proposição de soluções aos problemas, de forma a respeitar a própria natureza e não gerar mais danos a longo prazo é urgente, e é na juventude acadêmica que estas soluções poderão surgir.

Nesse ínterim, o espaço escolar é o lugar onde o aluno reflete sobre os conceitos e os conteúdos, mas também deve ser desafiado à ação, ampliar suas interações, assumir uma posição crítica. O uso das tecnologias e mídias sociais também pode ser uma alternativa para incluir os jovens em ações pedagógicas e ambientais, além da necessidade

de incluir os próprios professores nessa temática, os quais mostram muita resistência, mas que poderia ser um dispositivo de inter-relacionamento valioso.

Com efeito, a sociedade, o Governo e a escola devem firmar parcerias para responder à demanda ambiental, as disparidades e os casos exitosos devem ser divulgados; bem como a alteração dos espaços criando ambientes educativos; o investimento na capacitação dos recursos humanos, infraestrutura, ferramentas e suporte que possam manter a EA como uma extensão primordial da educação.

Assim, em síntese, o presente estudo analisou a educação ambiental em espaços formais, especialmente na escola pública. Sugere-se, ainda, que outros estudos sejam desenvolvidos para discutir e fortalecer o tema da presente pesquisa, levando-se em consideração a evolução da sociedade e do próprio ambiente, bem como os principais autores da área da educação e da educação ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, J. E. D.. População, desenvolvimento e sustentabilidade: perspectivas para a CIPD pós2014. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 31, n. 1, p. 2019-230, 2014. ISSN: 0102- 3098.

ALVES, G. L.; MAMEDE, S.. Quando uma pandemia expõe as limitações da escola e da educação ambiental formal. *Revista Brasileira de Educação Ambiental - Revbea*, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 175-189, 2020. ISSN: 1981-1764.

BENTO, A. V. Como fazer uma revisão da literatura: considerações teóricas e práticas. *Revista da Associação Académica da Universidade da Madeira*, Funchal, n. 65, ano VII, p. 42-44, maio 2012. ISSN: 1647-8975.

BRASIL. (2012). Resolução nº 02 de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília-DF: Diário Oficial da União, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf. Acesso em: 22 ago. 2020.

CAJUEIRO, R. L. P. Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos: guia prático do estudante. 3. ed. [S. l.]: Vozes, 2012. 112 p. ISBN-10: 853264354X. ISBN-13: 978-8532643544.

CHASSOT, A. Alfabetização Científica – Questões e Desafios para a Educação. Ijuí: Editora Unijuí. 3ªed. 2003.

DEMO, P.. Aprendizagens e novas tecnologias. *Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 53-75, ago. 2009. ISSN 2175-8093. Disponível em: <http://www.pucrs.br/famat/viali/doutorado/ptic/textos/80-388-1-PB.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2020.

DIAS, B. de C.; BOMFIM, A. M. do. A “teoria do fazer” em Educação Ambiental Crítica: uma reflexão construída em contraposição à Educação Ambiental Conservadora. In: *Atas do Encontro Nacional de pesquisa em educação em ciências*, 8. ed., 2011. Campinas: Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, 2011.

FIGUEIREDO, M. L.; GUERRA, A. F. S.; CARLETTO, D. L.. Ambientalização nas instituições de Educação Superior: reflexões do IV Seminário Sustentabilidade na Universidade. In: RUSCHEINSKY, Aloisio (Org.). *Ambientalização nas Instituições de Educação Superior no Brasil*. São Carlos: EESC/USP, 2014. p. 337-349. ISBN: 978-85-8023-021-5.

FREITAS, D. M. da S. Na era da tecnologia ou da poluição: a educação ambiental praticada nas escolas públicas do Distrito Federal. 2016. 115 f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

GOHN, M. da G. Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2016. 104 p. ISBN-10: 8524915935. ISBN-13: 978- 8524915932.

HENDGES, A. S. Educação Ambiental no Ensino Formal e Não Formal, Lei 9.795/1999. *Ecodebate cidadania e meio ambiente*, 2010. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2010/09/13/educacao-ambiental-no-ensino-formal-e-nao-formallei-9-7951999-artigo-de-antonio-silvio-hendges>. Acesso em: 22 ago. 2020.

INOCÊNCIO, A. F. Educação ambiental e educação não formal: um estudo de caso na perspectiva de um museu interdisciplinar. In: *Anais do Seminário de pesquisa em educação da Região Sul*, 9 ed., 2012. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012.

LOPES, J. S. L. Sobre os processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas de participação. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, a. 12, n. 25, p. 31-64, 2006. e-ISSN: 1806-9983.

LOPES, P. A.; BUENO, F. P.; SAISSE, M. V. Contextos não escolares e pesquisa em educação ambiental: questões e desafios observados nos encontros de pesquisa em educação ambiental. (EPEAS). *Pesquisa em Educação Ambiental*, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 196-207, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.18675/2177-580X.vol13.n1.p196-207>.

MARTINS, B. T. A.; TEIXEIRA, C.; SOUSA, F. F. de. Centro de Educação Ambiental: um espaço não formal de Educação Ambiental na visão de professores das escolas estaduais de Itaúna – MG. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, Rio Grande, v. 34, p. 320- 339, set./dez., 2017. ISSN: 1517-1256.

MARTINS, G. de A.; PINTO, R. L. Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2001. 96 p. ISBN: 8522430047. ISBN-13: 9788522430048.

MIYAZAWA, G. C. M. C. A inserção da temática ambiental no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Câmpus São Roque. 2018. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática). Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo, 2018.

MONTANHIM, G. C.; CARON, M. F.; CINQUETTI, H. C. S. Aspectos linguísticos e Educação Ambiental na aprendizagem infantil. *Pesquisa em Educação Ambiental*, São Carlos-SP, v. 6, n. 2, p. 11-32, jul./dez. 2011. ISSN: 2177-580X.

NARCIZO, K. R. S. Uma análise sobre a importância de trabalhar educação ambiental nas escolas. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*. v. 22, 2009. 86-94p.

OLIVEIRA, L.; NEIMAN, Z.. Educação Ambiental no Âmbito Escolar: Análise do Processo de Elaboração e Aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). *Revista Brasileira de Educação Ambiental - RevBEA*, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 36-52, 2020. ISSN: 1981-1764.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013. 277 p. ISBN: 978-85-7717-158-3.

REIS, L.C.L.; SEMÊDO, L.T.A.S.; GOMES, R.C. Conscientização Ambiental: Da Educação Formal a Não Formal. *Revista Fluminense de Extensão Universitária*, Vassouras, v. 2, n. 1, p. 47-60, jan/jun., 2012.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática x revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 5-6, 2007.

RUSCHEINSKY, A. (Org.). *Ambientalização nas Instituições de Educação Superior no Brasil*. São Carlos: EESC/USP, 2014. ISBN: 978-85-8023-021-5.

SAUVÉ, L. Viver juntos em nossa terra: desafios contemporâneos da educação ambiental. *Revista Contrapontos*, Itajaí, v. 16, n. 2, mai.-ago. 2016.

SILVA, E. da. (Org.). *Temas em ecologia e educação ambiental*. Rio de Janeiro: Gramma, 2017. 236 p. ISBN-10: 8559682414. ISBN-13: 978-8559682410.

SILVA, L. N. da; GRYNSZPAN, D. A parceria educação formal – não formal para a apropriação da Química no cotidiano. In: *Anais do X Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências*, 10. ed., 2015. Águas de Lindoia-SP: ABRAPEC, 2015.

SOARES, M. B.; FRENEDOZO, R. de C. Educação Ambiental: um estudo sobre a ambientalização no ensino fundamental. *Revista De Ensino De Ciências E Matemática -*

Rencima. São Paulo, v. 10 n. 6, 2019 p. 95-113. DOI:
<https://doi.org/10.26843/rencima.v10i6.2499>.

VIEGAS, P. de L.; NEIMAN, Z. A prática de educação ambiental no âmbito do ensino formal: estudos publicados em revistas acadêmicas brasileiras. Revista Pesquisa em Educação Ambiental, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 45-62, 2015. ISSN: 2177-580X.

BOTAÇÃO DE “FIGURÁS” NO GUERREIRO ALAGOANO: UMA “BRI(N)COLAGEM” ARTÍSTICA COGNITIVA

Claudio Antonio Santos da Silva

RESUMO: Os entremeios, bichos, figuras ou “figurás” são pequenas cenas teatrais ou danças, sendo realizado por um artista solo no Guerreiro Alagoano, pelo “botador de figurás”, e por diversos vetores, econômico-político-sociais, não são mais encenados. O seu desaparecimento na apresentação da brincadeira, de acordo com a pesquisa se deve, principalmente, ao encurtamento do tempo de sua encenação. Outro causador de seu sumiço, deve-se ao fato destas práticas e comportamentos espetaculares organizados – os PCHEOs, manter-se com a sua estrutura viva, através da oralidade e pela memória dos mestres, quando estes morrem, levam consigo os seus conhecimentos. O presente estudo situou os entremeios como cenas realizadas por desfigurações, cenas modificadas, quando efetivadas pelos “botadores de figurás” denotadas como uma “bri(n)colagem” artística cognitiva, uma inteligência elaborada em seus saberes locais, usando os etnoartistas de materiais subjetivos disponíveis a eles. As letras de músicas recolhidas e transcritas, contribuíram para que fossem descritos por suas multirreferências, para que possamos assim, visualizar as suas representações. Os entremeios e suas cenas sendo amparados pela bibliografia de Théo Brandão e pela pesquisa de campo, demarcou a execução na brincadeira do Guerreiro Alagoano como cenas curtas decalcadas a partir dos Reisados, alcançando o número de 31 personagens, entremeios, bichos, figuras ou “figurás”, sendo “botados”, montados no Guerreiro de Alagoas. A representação dos entremeios do Guerreiro Alagoano neste estudo, ocorreu por meio de registro documental. Em todos os textos pesquisados sobre a etnografia do Guerreiro Alagoano, sempre são citados os nomes dos entremeios com poucas informações da maneira como eram encenados, o único registro musical, dramático, estético, foi realizado por Théo Brandão, no seu livro: o Reisado Alagoano (2007). As entrevistas para decalcar a encenação dos entremeios foram concedidas com a pesquisa de campo e através dos relatos orais dos brincantes e pesquisadores em Alagoas. Outros bichos, entremeios, ou, “figurás”, foram relatados pelo mestre André Joaquim, “botados”, ou seja, encenados pelo seu “botador de figurás”, no seu grupo de Guerreiro Mensageiro Padre Cícero, assim como, outros “figurás”, ele relatou devido ter presenciado a sua encenação.

Palavras-chave: Guerreiro Alagoano; Entremeios; “Botar Figurás”; Desfiguração; “Bri(n)colagem”

INTRODUÇÃO

O Guerreiro Alagoano surge como uma modificação dos Reisados, e ambos, são folguedos natalinos (BRANDÃO, 2003), originários nos engenhos de açúcar, na zona rural, conseguindo alcance nas cidades de Alagoas, em transição. Também, está demarcado como uma prática espetacular de matriz africana (DUARTE, 1975). O primeiro a fazer o registro, segundo Théo Brandão, o “Auto dos Guerreiros”, como uma junção das três matrizes estéticas: a portuguesa, os Reisados; a africana, os Congos; e a indígena, os Caboclinhos, foi o médico e pesquisador Arthur Ramos (1903-1947).

A transição do Reisado para o Guerreiro Alagoano (VASCONCELOS, 2001), (BRANDÃO, 2003), se deu por volta de 1920 e 1930; e ainda, para Théo Brandão, o Guerreiro Alagoano é uma invenção do vendedor de sururu, o “Preto Patrício”, residente no bairro Fernão Velho, em Maceió, Alagoas. A brincadeira foi criada com referências do livro *Iracema*, de José de Alencar, sendo esta informação dada pelos mestres: Manoel Lourenço, João Grosso, Pedro Mendes e João Inácio, discípulos do “Preto Patrício” (BRANDÃO, Apud Souza, 2019)¹

A sua dramaturgia estrutura-se pelo tema da guerra, a batalha entre dois grupos, os Guerreiros e os Caboclos e a sua encenação possuem quatro momentos, as embaixadas, os etnotextos, que ao serem narrados, vão construindo o desenvolvimento do drama; as peças, músicas cantadas e dançadas; as partes, que são artifícios de maior duração, compostas por peças, embaixadas e diversos personagens, convocados como “figuras”. E ainda, vão aparecendo como intervalos no drama, os entremeios, chamados de curtas representações dramáticas, bichos, figuras ou “figurás”.

A vivência com o Guerreiro Alagoano e os seus “figurás”, os entremeios, pelo artista-pesquisador, iniciou-se no ano de 2000, na cidade de Maceió, Alagoas, atuando como espectador-participante-curioso, no grupo de Guerreiro Mensageiro Padre Cícero. A brincadeira efetivou-se como pesquisa acadêmica no Projeto de Iniciação Científica - PIBIC-CNPq, intitulado: Epistemologia do Corpo na Dança do Guerreiro de Alagoas (SILVA, 2006), sob orientação da profa. Dra. Eloisa Domenici, na Escola de Dança, na Universidade Federal da Bahia, no período de 2005 a 2006.

¹ Segundo a autora, o documento pertence à pasta E 54.2 do acervo etnográfico de Théo Brandão.

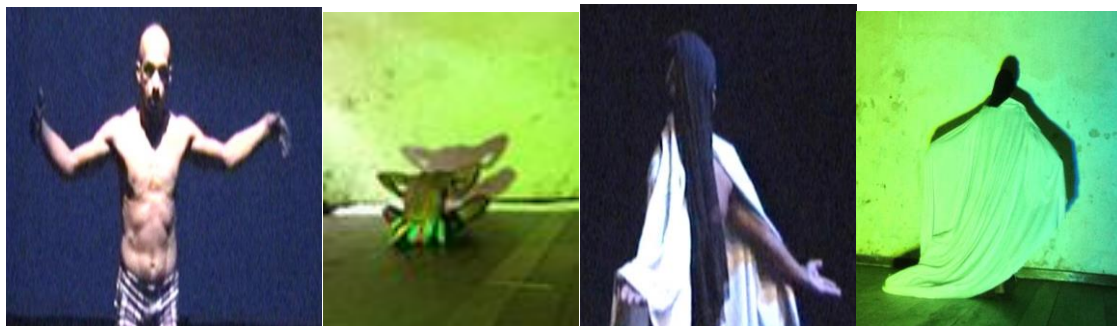


Figura 1. Borboleta/Zabelê. Painel Coreográfico. Artista: Cláudio Antônio. Foto: Márcia Sobral. Ano. 2008

Figura 2. Borboleta/Zabelê. Casarão Barabadá. Artista: Cláudio Antônio. Foto: Telma Gualberto. Ano. 2015

Figura 3. A Sereia. Painel Coreográfico. Artista: Cláudio Antônio. Foto: Márcia Sobral. Ano. 2008

Figura 4. A Sereia. Casarão Barabadá. Artista: Cláudio Antônio. Foto: Telma Gualberto. Ano. 2015

Os resultados iniciais desse estudo, a partir do ano de 2008, até o presente momento, reverberaram no procedimento *work progress*, em solos de dança pessoal, intitulado: Entremeios em Desfigurações. Os solos de dança impulsionaram o início da elaboração da etnometodologia de ensino em dança pessoal, testada no estágio docente com alunos portadores de necessidades especiais e desaguando no trabalho de conclusão do curso de Dança- Licenciatura, Entremeios no Corpo Especial (SILVA, 2009), sob orientação da profa. Dra. Suzana Martins.



Figura 5. O Fúria. Painel Coreográfico. Artista: Cláudio Antônio. Foto: Márcia Sobral. Ano: 2009

Figura 6. O Fúria. Casarão Barabadá. Artista: Cláudio Antônio. Foto: Telma Gualberto Ano: 2015.

Figura 7. O Louco. Painel Coreográfico. Artista: Cláudio Antônio. Foto: Márcia Sobral. Ano: 2009

Figura 8. O Louco. Teatro Gamboa Nova. Artista: Cláudio Antônio. Foto: Cláudio Manoel. Ano: 2014

O Guerreiro Alagoano e seus “figurás”, os entremeios, com este procedimento de criação das corporalidades em dança pessoal, tornou-se projeto de mestrado com encenação, sob orientação da profa. Dra. Suzana Martins, surgindo a dissertação: O Guerreiro Alagoano, Corpo e Pedagogia Multirreferencial (SILVA, 2015). Dessa maneira, foi aprofundado os estudos etnográficos sobre a brincadeira e a descrição das corporalidades entremeios da Cia Cínica Dança no corpo da dissertação, em paralelo, efetivava-se a apresentação dos solos em espaços culturais, eventos artísticos e acadêmicos (SILVA, 2016).

As corporalidades elaboradas em dança pessoal com os “figurás” pela Cia Cínica Dança, em novas configurações, ocorreram sem o conhecimento da maneira como eram encenados, ou seja, “botados”, no Guerreiro de Alagoas. Nesta direção, os entremeios, ou “figurás”, estão desaparecidos, e atualmente, não são mais encenados pelos “botadores de figurás”, ocorrendo o alcance do jeito que eram “botados os figurás”, encenados na brincadeira, através do estudo doutoral.

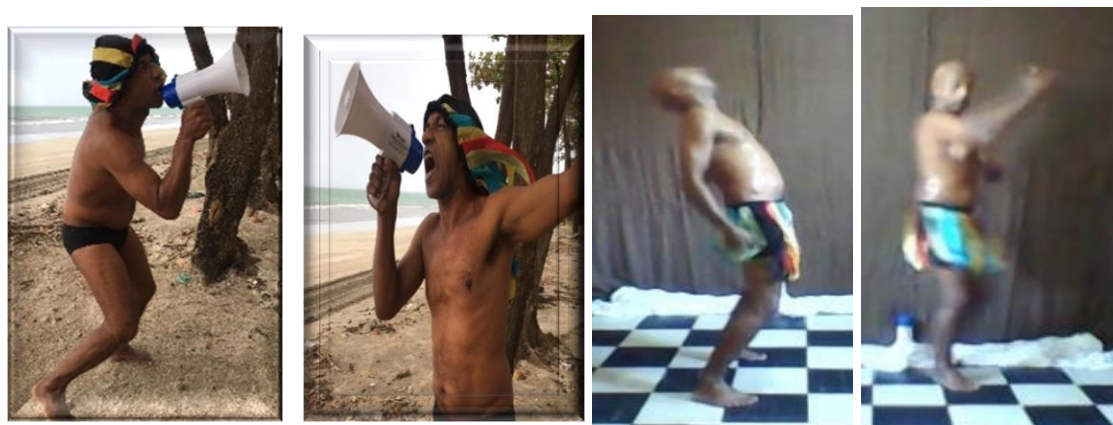


Figura 9 e 10. Contra todas as catequeses! Dizia, O Messias em ensaios de Pandemia. Praia da Pajuçara. Foto: Anderson Barros. Ano: 2020.

Figura 10 Os males do Brasil são: Muito mosquito e pouca saúde! Dizia o Mata Mosquito parodiando Mário de Andrade nos ensaios de Pandemia. Barril da Cia Cínica Danças. Foto e Performer: Cláudio Antônio. Ano 2021.

“Botar Figurás”

Botar, tem por sinônimos: 1. lançar, jogar, atirar; 2. colocar, pôr; 3. vestir; 4. calçar; 5. deitar, estender, estirar; 6. enfiar, introduzir, meter; 7. atrever-se. (BOTAR, 2020). Já, figuras, significa: 1. aparência, forma; 2. aspecto, configuração, feição, feito;

3. aspecto, compleição, constituição, corpo, corporatura, presença, vulto; 4. ilustração; 5. efeito, figuração, impressão (FIGURAS, 2020).

A expressão, “botar figurás”, está demarcada como fala coloquial utilizada pelos etnoartistas, os brincantes, ou, os “botadores de entremeios”, “botar figurás” significa o momento em que eles encenam os “figurás”, as figuras, os bichos, os entremeios, ou, as curtas representações dramáticas.

A encenação dos entremeios na brincadeira possui como fato curioso, a característica de serem cenas criadas pelo referencial de corpo do brincante, o “botador de figurás”, bichos ou figuras. Assim, os entremeios são transportados pela inventividade do “botador” que concebe o personagem modificando ao seu jeito, surgindo por modificação, desfigurados, até novos entremeios.

A desfiguração neste contexto está demarcada pelo termo, “desfigurar a moeda”, do movimento filosófico cínico da Antiguidade, cunhar uma outra moeda, a desfiguração sendo estendida pelo procedimento de criação da Cia Cínica Dança, realizando as corporalidades entremeios, compondo cenas em dança pessoal por multirreferências (ARDOINO, 1998), do artista-pesquisador em imersão com o estudo com o Guerreiro de Alagoas e pelos *etnoartistas*.

Desfigurado é aquilo que foi alvo de desfiguração, o seu aspecto exterior foi alterado, deformado; o que se transformou ganhando traços próprios quando modificados, ou deturpados, feitos de uma outra maneira (DESFIGURADO, 2020). Aquilo que se conseguiu desfigurar, foi alvo de desfiguração, algo cujo aspecto demudou e criou outro corpo, ou, outras corporalidades. Dessa maneira, os “figurás”, os entremeios, são encenados por desfiguração, principalmente, por serem cenas que faziam parte dos Reisados, Pastoris e Caboclinhos, adaptadas pelos “botadores de figurás” no Guerreiro Alagoano.

A ação de desfigurar, ou, montar os entremeios pelos “botadores de figurás” e pela Cia Cínica Dança, da sua maneira, situam-se como um saber realizado por bricolagem (ARDOINO, 1998); (BORBA, 1997), (LAPASSADE, 1998), uma inteligência automática, tanto do brincante, quanto do pesquisador, ambos, agindo como artistas *bricoleurs*, artesãos do seu próprio corpo.

Neste caminhar, o sujeito artista-pesquisador-professor, atravessado pelo Guerreiro Alagoano, direcionou para alcançar as suas práticas, em suas ações sociais, políticos, culturais, em seus símbolos. As ciências dos etnométodos (GARFINKEL,

2018) e a etnometodologia (COULON, 1995), configurando-se como a ossatura do corpo do estudo, harmonizou a análise das fases dos seus procedimentos envoltos transdisciplinarmente por teorias que se ajustam, reverberando-se como uma bri(n)colagem epistemológica as ações dos métodos.

A “bri(n)colagem” epistemológica está demarcada pelas práticas do autor em educação e artes cênicas, atravessadas pela multirreferencialidade (ARDOINO, 1998); (BORBA, 1997), (LAPASSADE, 1998); pela etnometodologia (COULON, 1995); incorporando a etnocenologia (BIÃO, 2007), e o movimento cínico da Antiguidade (GOULET-GAZET; BRANHAM, 2007), (SLOTERDIJK, 2012), (FOUCAULT, 1990) (ANTISERI; REALE, 1989). Nesta direção, a bri(n)colagem epistemológica, nomeia-se na junção dos termos, epistemologia do corpo brincante (DOMENICI, 2009), e o conceito multirreferencial, bricolagem, (ARDOINO, 1998), (BORBA, 1997), (DERRIDA, 1971), (LEVI-STRAUS, 1986), (LAPASSADE, 1998).

O “corpo brincante”, para Domenici (2009), está sustentando neste estudo, que práticas e comportamentos humanos espetaculares organizados, os PCHEOs (BIÃO, 2007), fixam-se como produtoras de epistemologias locais. São corporalidades possuidoras de expressões, imersas em tecituras imagéticas, e simbólicas de significados (Ibid). Prontamente, a bricolagem, surge com Levi-Strauss (1986), elaborada em suas reflexões antropológicas, em contato com os povos *Cadiuéus*, *Kadiwéu* ou *Mbayá-Guaikurú*, na fronteira com o Paraguai, e os Bororós, no Mato Grosso do Sul, narrada no livro, *Tristes Trópicos*, de 1955, edição francesa, e no livro, *Pensamento Selvagem* (1986).

A bricolagem estendeu-se para incluir padrões característicos do pensamento mitológico, pois, acreditava-se que os povos ditos “primitivos”, nomeavam as coisas de acordo com as suas necessidades, não obedecendo o rigor do pensamento científico. Em relação ao pensamento destes povos indígenas, Levi-Strauss, aferiu em conclusão de avisos, acontecimentos e promoções intelectuais das linguagens, que a maneira de refletir, constituir as imagens e significações no mundo, não tem diferença. Ele provocou, igualmente, o debate para a questão do pensamento corriqueiro, versus o pensamento científico, “nos dois casos, o universo é objeto de pensamento, pelo menos, como meio de satisfazer as necessidades (1986, p.17)”.

A prática científica foi direcionada para desenvolver ações formativas e estar inserida na dupla perspectiva: o conhecimento comum, aliado ao saber científico, como

prática social e histórica (FONSECA, 2008). Nesta perspectiva, o termo bricolagem, direciona para ver, que a maneira de articulação do pensamento “primitivo”, neste caso, das práticas e comportamentos, humanos, espetaculares organizados, os PCHEOs, são configurações de atividades que no plano técnico, poderia ser chamado de “primeira”, elementar, e não primitiva, incivilizada. A perspectiva de Lévi-Strauss, contraria o pensamento homogeneizante das pronunciadas ciências, que se colocam supra, ao modo de pensar desses povos, diminuindo os atributos de articulação de suas inteligências. Para ele, a bricolagem, é a inteligência automática, chegando ao juízo que a classificação das coisas, não é apenas, característica das ciências.

A bricolagem é o jeito como nós, povos, atuamos na natureza, ordenando-a e classificando-a, pois, classificar e analisar, é a base de todo o pensamento, “primitivo” ou “civilizado”. O bricolar como inteligência automática, como cognitivo do corpo em interação funcional com o ambiente, a inteligência humana em suas diferentes culturas, elaborando as suas práticas e comportamentos humanos espetaculares organizados – os PCHEOS, por procedimentos estéticos próprios, comuns ao seu ambiente cultural, organizando os seus materiais heteróclitos subjetivos, pelo corpo que bricola, organiza informações e cria.

Para Ardoino, a bricolagem, está definida da seguinte maneira:

A etimologia ensina-nos que, se a acepção atualmente dominante permanece aquela de pouca importância (entendida aí no sentido livre), houve, na passagem de sentido mais técnico (jogos que exigem habilidade, péla, bilhar), outra designação constante de pequenos trabalhos manuais pouco remunerados. As ideias de esperteza e astúcia, ficam aí, geralmente ligadas. Usar de subterfúgios é, contudo, essencialmente ir aqui e lá, eventualmente procurar obter pelo desvio, indiretamente, aquilo que não se pode esperar mais diretamente. (ARDOINO, 1998, p.30)

Para Borba, a bricolagem é “a arte, não importa em qual ciência, (...) parte por parte, da situação que criamos pouco a pouco, e primeiro na imaginação. É a regulação e a adequação em permanência das ações, das coisas, das ferramentas, na construção de um objeto, de uma ideia.” (BORBA, 1997, p. 149).

Os “Figurás” como Objeto ou Entremeios / Entremezes em Trajeto

O léxico da palavra entremeio, na maioria dos dicionários, está grafado com mais frequência no singular, no entanto, para (HOLANDA, 1986, p. 667), entremeio possui três significados: “1. aquilo que está de permeio; intermédio; 2. espaço, ou espaço de tempo entre dois extremos, intervalo; 3. renda ou tira bordada entre duas peças lisas”.

O termo entremez, durante os séculos XIV e XV, começa a ser utilizado nas cortes do ocidente latino, porém, com significados confusos. No conjunto teatral, *foi* batizando muitos aspectos cênicos, obtendo sua importância na concepção da arte teatral brasileira (BIÃO, 2009).

A expressão, entremez, é geradora do léxico entremezes, que culminou na corruptela entremeios, por sua vez, entremezes, deriva do termo francês *entremets*, que *significa*: “pratos do meio de uma refeição que são servidos entre o assado e a sobremesa” (REY, 2009, p. 474,475).

Segundo Moura (2000: 73), há divergências sobre a etimologia da palavra entremez, usada para designar representações teatrais em Portugal, já no século XV: “Alguns dão a palavra como derivada do italiano *intermezzo* [...outros...] do francês *entremets*, ‘prato que se serve entre dois outros [...] um espetáculo que se dava entre os diferentes serviços de um festim’”. Assim, a palavra entremezes poderia ser usada em português, tanto no sentido de entremeios, quanto de entremesas. Bastos (1994: 58), em seu dicionário de referência, informa: “Entremez – Classificação que n’outro tempo se dava às farças (sic) ou comedias (sic) pequenas e jocosas (MOURA 2000: 73; BASTOS, 1994, 58 Apud (BIÃO, 2009, p. 327)

O professor Bião, destaca os entremezes, como:

Considerado frequentemente como gênero menor, de caráter apenas complementar, posto que historicamente associado a divertimentos entre os pratos de um banquete, ou destinado a ser apresentado – entre ou – após – peças do teatro dito sério, o entremez, pode ser classificado como um subconjunto da literatura dramática do gênero cômico, podendo ainda ser identificado ao chamado teatro ligeiro, incluindo, constantemente, números musicais. Vale ainda que se registre que

os entremezes, no mundo lusófono, não se restringem à sua identificação com o teatro de cordel lisboeta, dos séculos XVIII e XIX, podendo ser encontrados, antes e depois destes séculos em contextos diversos. (BIÃO, 2007, p.135)

O atual estado da arte dos entremeios no Guerreiro Alagoano está demarcado pelo itinerário do entremez, como gênero teatral, atrelado historicamente à bibliografia dramática em Portugal e Espanha. Os dramaturgos representativos do momento na Espanha foram: Lope de Rueda (1510–1565), Juan de Timoneda (1518-1520), Pedro Calderon de La Barca (1600–1681), aparecendo ainda, de acordo com (ASCENSIO, 1971), na literatura de Miguel de Cervantes (1547-1616). No Brasil, aportaram nas obras de Martins Pena (1815-1848), segundo (LIMA-NETO, 2020), (LEVIN, 2013) e (SANNAZARO, 2016); nas criações de Arthur de Azevedo (1855-1908), e ainda, (LEVIN, 2008), estão na dramaturgia de Lopes Neto (LOPES NETO, 1976); Também, adentraram pela perspectiva instrumental sonora (BUDASZ, 2008), apoiando a construção de nossa musicalidade.

Os entremezes eram representados em Portugal e Espanha, durante o Século de Ouro Espanhol, no final do século XVI, até o século XVIII. O gênero adquiriu um charme em Espanha e Portugal, nos séculos XVI à XVII, e o seu clímax, foi alcançado como maneira de fazer teatro, apenas, nos séculos XVII e XVIII, ocorrendo a sua decadência, a partir daí.

A trajetória do entremez português, até chegar no Brasil, no início do século XIX, deu-se com a vinda da corte portuguesa, em 1808, reverberando aqui como modos de fazer teatral de Portugal, os entremezes. Versões de comédias e tragédias eram adaptadas no Brasil do vernáculo lisboeta, suas representações eram atravessadas pelos divertimentos ligeiros, ou, pelos entremezes. Para Levin: “(...) é bem possível que Martins Pena, tivesse se utilizado dos referenciais dos entremezes portugueses, para criar suas peças cômicas, como, o Juiz de Paz da Roça, A Família e a Festa da Roça (Idem, p.182).

Os entremezes, de uma certa maneira, foram desfigurados, deformados, redesenhados, modificados em seu trajeto, saindo de Portugal até nós. Budasz, situa que no teatro cômico português, em três atos, no fim do século XVIII e início do século XIX, havia à inclusão de “entremezes e farsas em português, com diálogos falados, modinhas

cantadas e coreografias nacionais” (BUDAZ, 2008, p. 91). Também, ele já falava dos modos de encenações no Brasil por desfiguração:

Já os espetáculos da Companhia Italiana esforçavam se em trazer ao público carioca a ópera italiana no sentido estrito do termo, ou seja, enredos representados em italiano e integralmente postos em música, embora, pelo menos aos olhos de viajantes estrangeiros, estes fossem quase sempre mutilados, estropiados e desfigurados. (BUDASZ, 2008, p. 19).

É neste caminho que o presente estudo demarca o fluxo realizado pelo entremez, enquanto estilo dramático, desembocando na etnografia das danças tradicionais alagoanas, Reisados e Guerreiros (BRANDÃO, 2007), sendo “botados” como entremeios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os entremeios nestas considerações finais foram demarcados como pequenos solos, com cenas teatrais e danças, sendo realizados pelos brincantes do Guerreiro Alagoano, e por diversos vetores, econômico-político-sociais, não são mais encenados. O seu desaparecimento na brincadeira se deve, principalmente, ao encurtamento do tempo de sua encenação. Outro causador de seu sumiço deve-se ao fato das práticas e comportamentos espetaculares organizados – os PCHEOs, manter-se viva através da oralidade, pela memória dos mestres, infelizmente, quando os mestres morrem, levam consigo os seus conhecimentos.

Neste caminhar, a pesquisa situou os entremeios realizados como cenas em desfigurações, modificadas, quando efetivadas pelos “botadores de figurás”, denotadas como uma “bri(n)colagem” artística cognitiva, uma inteligência corporal elaborada por saberes locais, usando os etnoartistas de materiais heteróclitos e subjetivos, disponíveis a eles.

A encenação dos entremeios tem como fato importante, a característica de serem cenas criadas pelo referencial de corpo do “botador de figurás”, o mote principal a considerar é o modo de fazer de cada brincante, neste caso, os entremeios, são

transportados pela inventividade do “botador de figurá”, que concebe o personagem modificando ao seu jeito, surgindo até novos entremeios. Desfigurados ao seu modo, tornaram-se criações diferentes das ocorridas no local da brincadeira, completamente modificadas pelas proposições dos etnoartistas.

Este fator de autonomia na encenação dos entremeios no Guerreiro de Alagoas, foi o estimulador das criações de curtos solos, na linguagem de dança pessoal, trabalho cênico em processo da Cia Cínica Dança. Dessa maneira, os entremeios e o Guerreiro Alagoano, enquanto objeto de investigação, assumiram uma perspectiva pouco explorada no contexto das artes cênicas, pelo fato de sua aparição coexistir num evento de cunho popular, vivenciado no nordeste brasileiro, no Estado de Alagoas, e ainda, situado dentro de um país multifacetado culturalmente, enviesado por referenciais artísticos eurocêntricos.

O presente texto, neste contexto, destaca estas cenas curtas, os “figurás”, os entremeios, como status artísticos, vistos como potenciais estéticos, muito além de meras cenas realizadas dentro da brincadeira. Eles devem ser olhados desvencilhando-se do seu caráter transitório, dotados de estilos e significações, muito além de “costuras” existentes na brincadeira. Neste contexto, a “botação de figurás” está efetivada como uma “bri(n)colagem” artística e cognitiva, e ainda, o seu assunto é atual, permanecendo algo específico e genuíno, tornando o objeto expandido pela tradição, pela memória, pela ancestralidade na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTISERI, G.; REALE, D. **História da Filosofia**. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.

ARDOINO, J. **Abordagem Multirreferencial (Plural) das Situações Educativas e Formativas**. 1º. ed. São Carlos: Editora da UFSCAR, 1998.

ASCENSIO, E. **Itinerario del Entremés: Desde Lope de Rueda a Quiñones de Benavente : Con Cinco Entremeses de D. Francisco de Quevedo**. 2. ed. Madri: Gredos, 1971. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra/itinerario-del-entremes-desde-lope-de-rueda-a-quinones-de-benavente-con-cinco-entremeses-de-d-francisco-de-quevedo/>. Acesso em: 18 março 2020.

BIÃO ₁, A. **Um Léxico para a Etnocologia**: Proposta Preliminar. Salvador: FastDegin Editora, 2007. 79-94 p.

BIÃO ₂, A. BIÃO, Armindo. **As artes do Espetáculo no Brasil Contemporâneo**. Revista de Estudios Culturales / A Journal of Cultural Studies. p. 323-345, 2009. ISSN 23. Disponível em:

<https://digitalcommons.conncoll.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1266&context>. Acesso em: 17 janeiro 2021.

BORBA, S. D. C. **Multirreferencialidade na Formação do Professor-Pesquisador “da Conformidade à Complexidade**. 1. ed. Maceió: Gráfica PSE, 1997.

BRANDÃO¹, T. **Folguedos Natalinos**. 1. ed. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2003.

BRANDÃO², T. **O Guerreiro. Folguedos Natalinos**. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, Museu Théo Brandão, 2003.

BRANDÃO³, T. **O Reisado Alagoano**. 2º. ed. Maceió: EDUFAL. Universidade Federal de Alagoas, 2007.

BUDASZ, R. **Teatro e Música na América Portuguesa**. 2. ed. Curitiba: DeArts-UFPR, 2008.

COULON, A. **Etnometodologia**. Petrópolis: Vozes, 1995.

DERRIDA, J. **A Escritura e a Diferença**. São Paulo: Perspectiva, 1971. 229-249 p. Disponível em: <https://iedamagri.files.wordpress.com/2017/08/derrida-jacques-a-estrutura-o-signo-e-o-jogo-nas-ciencias-humanas.pdf>. Acesso em: 17 março 2020.

DESFIGURADO. Dicionário Online de Português, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/desfigurado>. Acesso em: 12 fevereiro 2020.

DOMENICI, E. L. **A Pesquisa das Danças Populares Brasileiras: Questões Epistemológicas para as Artes Cênicas**. Cadernos GIPE-CIT, Salvador, p. 0.7-17, 2009.

DUARTE, A. **O Folclore Negro de Alagoas**. Maceió: Departamento de Assuntos Culturais, 1975.

FIGURAS. Dicionário Criativo, 2020. Disponível em: <https://dicionariocriativo.com.br/sinonimos-e-antonimos/figuras>. Acesso em: 12 Dezembro 2020.

FONSECA, D. M. D. **A Pedagogia Científica de Bachelard: Uma Reflexão a Favor da Qualidade da Prática e da Pesquisa Docente**. Centro Universitário de Brasília. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 34, n. 2, p. 361-370, maio/ago 2008.

FOUCAULT, M. **A Coragem da Verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

GARFINKEL, H. **Estudos em Etnometodologia**. Petrópolis: Vozes, 2018.

GOULET-GAZET, M. O.; BRANHAM, R. B. **Os Cínicos: O Movimento Cínico na Antiguidade**. Tradução de Cecília Camargo Bartalotti. 1º. ed. [S.l.]: Loyola, 2007.

HOLANDA, A. B. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2. ed. [S.l.]: Editora Nova Fronteira, 1986.

LAPASSADE, G. **Da Multirreferencialidade como “Bricolagem. In Multirreferencialidades nas Ciências e na Educação**. São Carlos: EdUFSCar, 1998.

LEVIN¹, O. M. **Teatro de papel – Certa Dramaturgia de Artur Azevedo**. Remate de Males, n. 28, p. 43-52, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br>. Acesso em: 24 Fevereiro 2020.

LEVIN², O. M. **A Rota dos Entremezes: entre Portugal e Brasil**. ArtCultura, Uberlândia, v. 15, p. 181-192, jul.-dez. 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/29344>. Acesso em: 21 fevereiro 2020.

LEVI-STRAUS, C. **O Pensamento Selvagem**. Campinas: Companhia das Letras, 1986.

LIMA-NETO, L. C. **A Dramaturgia Musical das Comédias de Luiz Carlos Martins Penna (1838-1874): Companhias, Artistas e Repertórios**. Dossiê Dramaturgia Musical Revista do Laboratório de Dramaturgia - LADI - UnB, Brasília, v. 2 e 3, p. 93-119, 2020. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/1b46/64cde2318394855b730ef6e2744498d850ef.pdf>. Acesso em: 15 março 2020.

LOPES NETO, J. S. **Contos Gauchescos**. 9ª. ed. Porto Alegre: Globo, 1976. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000121.pdf>. Acesso em: 18 fevereiro 2020.

PÁDUA, E. M. M. D. **Metodologia da Pesquisa: Abordagem Teórico-Prática**. 17. ed. Campinas: Papyrus, 2012.

REY, A. **Dictionnaire Le Robert Micro**. [S.l.]: Le Robert, 2009.

SANNAZARO, A. R. **Martins Pena um Homem do Teatro na Crítica Literária Braisleira**. Opiniões Revista USP.Br, São Paulo, p. 69-79, 2016. ISSN 08. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/article/download>. Acesso em: 18 Fevereiro 2020.

SILVA¹, C. A. S. D. **Estudo do Corpo na Dança do Guerreiro Alagoano**. Universidade Feral da Bahia. Salvador. 2006.

SILVA², C. A. S. D. **Entremeios no Corpo Especial**. Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2009.

SILVA³, C. A. S. D. **O Guerreiro Alagoano: Uma Pedagogia Multirreferencial**. Salvador: Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas) - Universidade Federal da Bahia, Escola de Teatro, 2015.

SILVA⁴, C. A. S. D. **O Guerreiro Alagoano: Corpo e Pedagogia Multirreferencial**. I Encontro Nacional de Etnocnologia.: O Estado da Arte, Salvador, p. 81-83, 2016.

SILVA⁵, Cláudio Antônio Santos da. **"Botar Figurás" e "Desfigurar a Moeda" Entremeios e Formação para a Cena de uma "Cínica" Dança Pessoal**. 320 f. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas) - Universidade Federal da Bahia, Escola de Teatro, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34665>. Acesso em: 25 fev 2022.

SOUZA, I. F. “**Eu sou alagoano, aonde o Guerreiro mora**” : uma etnografia sobre o compartilhamento de fotografias de Guerreiro do arquivo etnográfico de **Théo Brandão**. Universidade Federal de Alagoas. Maceió, p. 172. 2019.

SLOTERDIJK, P. **Critica Da Razao Cinica**. [S.l.]: Estacao Liberdade., 2012.

VASCONCELOS, T. **Transição: Reisado X Guerreiro**. Boletim Alagoano do Folclore, Maceió/Alagoas, n. Comissão Alagoana de Folclore. Século XXI, 2001. ISSN 1.

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DESCENTRALIZADA E A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO: UM ESTUDO SOBRE AS AGÊNCIAS REGULADORAS NO BRASIL

Ingrid Harmony Cabral da Silva

RESUMO: Sob a ótica do Estado de Direito, nasce a Administração Pública, com a finalidade precípua de atuar na defesa dos interesses da coletividade. Ao longo dos anos, tal finalidade foi deturpada em face de vícios no aparelho estatal, culminando, no Brasil, em três reformas que contribuíram de modo crucial na construção de uma nova Administração Pública, pautada na eficiência e na gestão por resultados. Deste contexto, nasce a Administração Pública Descentralizada, a fim de pôr em prática os planos objetivados pela Reforma Gerencial de 1995. Frente a isso, o presente artigo objetiva perpassar a evolução da máquina pública, até alcançar o modo como hoje é concebida. Sobretudo, dar ênfase a estrutura que compõe essa máquina, para assim obter melhor compreensão acerca dos seus mecanismos, e de como funcionam. Ainda, visa tratar, de forma específica, as Agências Reguladoras, esmiuçando suas características e peculiaridades, a fim de definir a sua importância, no Brasil, para a manutenção do Estado Democrático de Direito. Para isso, realizou-se um estudo de natureza exploratória, feito através de pesquisa bibliográfica e documental para embasamento teórico, e por meio da análise de dispositivos legais, relacionados ao tema. Por fim, evidenciou-se a valiosidade das Agências Reguladoras para o funcionamento da máquina pública, assim como para a manutenção da democracia.

Palavras-chave: Reforma Gerencial do Estado, Administração Indireta, Teoria da Captura.

INTRODUÇÃO

A Administração Pública mostrou-se multifacetária ao longo dos anos, de modo a alcançar voo para o modo como hoje é concebida, tornando-se de fundamental importância na manutenção do Estado de Direito. Estado, pois, constituído sob a égide de um sistema tripartite: governo, povo e território.

Com o surgimento do Estado Moderno, a partir do século XVI, o termo soberania ganha destaque, por ser uma indicação do poder estatal, além de figurar como sujeito único e exclusivo da política, o qual constitui poder perpétuo. Torna-se, portanto, fundamento de todo e qualquer tipo de Estado democrático ou territorial, monárquico, republicano federativo ou unitário, já que se apresenta como um sinal característico de independência no âmbito externo ou internacional e, também, na seara interna, fazendo-se presente na Carta Magna brasileira.

Estado- de Direito- já que, como detentor legítimo do uso da força, responsável pela organização e pelo controle social, deve submeter-se às regras e ao direito que ele mesmo instituiu, com a finalidade de fazer valer os anseios da sociedade sem que haja uma violação às normas vigentes no país por parte do Estado. Assim, em um Estado de Direito, prevalecem as normas jurídicas abstratas e gerais, não a vontade do governante.

Neste contexto, nasce a Administração Pública como atuante na defesa dos interesses da coletividade. A doutrina traz, contudo, quatro incumbências destinadas a ela: função ordenadora, prestacional, de controle, e regulatória ou de fomento. São as funções precípua da Administração Pública. Ganha relevância para o presente artigo tão somente a função regulatória ou de fomento, como resultado da transferência para o setor privado de atividades anteriormente exercidas exclusivamente pelo Estado, fruto da Reforma Gerencial de 1995. Questões pertinentes à estrutura do Estado, ou organização administrativa, como é chamada pela doutrina, serão tratadas no presente artigo.

Objetiva-se, então, esclarecer os pormenores que ensejaram o fenômeno da descentralização, bem como entender o papel crucial da administração indireta no que diz respeito a eficiência da máquina pública brasileira, perpassando a Reforma Gerencial de 1995 e alguns dispositivos legais que surgiram ao longo dos anos. Sobretudo, ganhará destaque o papel das Agências Reguladoras como elemento da organização administrativa, essencial e revolucionário, em prol de um aparelho estatal eficiente, gerencial e fiscalizado. Para isso, realizou-se um estudo de natureza exploratória, por

meio da pesquisa bibliográfica em livros e periódicos, relacionados ao tema, na plataforma Google Acadêmico, além da pesquisa documental em diplomas normativos nacionais. Torna-se pertinente o presente trabalho, pois, apesar de pouco difundida a notabilidade de tais agências, constituem fator primordial na garantia dos interesses da coletividade e contribuem para a manutenção do Estado Democrático de Direito.

A REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO DE 1995

Do latim *refōrmo*, o termo “reforma” encontra sua derivação: mudança, restabelecimento. Para Joseph Schumpeter, a inovação é alcançada através do fomento aos processos de ruptura, que acabam por originar novos processos, novas figuras, e novas instituições de modo que a proliferação de tais institutos correlacionam-se com o avanço em diversos campos da sociedade, quais sejam o campo do conhecimento e da economia (SCHUMPETER, 1934).

Antes de esmiuçar a Reforma do Estado Brasileiro em si, faz-se necessário o conhecimento acerca de outras duas reformas, anteriores à 1995, que também ensejaram o surgimento de características fundamentais para o processo de modernização do Estado brasileiro, e, por conseguinte, a evolução do aparelho estatal.

A primeira reforma administrativa ocorre em 1936, durante o governo de Getúlio Vargas- compreendido entre os anos de 1930 e 1945- e figura como marco inicial da fundação da burocracia moderna brasileira, fazendo nascer uma estrutura forte e centralizada com divisão de tarefas, instauração de concursos públicos, recrutamento dos recursos humanos para o Estado, como também o início das compras públicas e a estruturação dos ministérios. Têm-se, aqui, um embrião do que hoje é conhecida como burocracia federal. De extrema importância, pois foi principiante na construção da Administração Pública brasileira.

Neste contexto, posteriormente, nasce o Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967- advindo da reforma dos governos militares- que delineou paradigmas essenciais para a evolução da máquina pública, ao definir as regras aplicáveis à União e estabelecer normas gerais a serem respeitadas pelos demais entes federativos. Ademais, define ainda a possibilidade de prestação dos serviços diretamente pelos entes federados, além de dispor acerca da criação de pessoas especializadas, sendo a elas transferidas a prestação

dos serviços públicos, demonstrando, pela primeira vez na história da Administração Pública, o fenômeno da descentralização.

Formulada com o intuito de sanar alguns desafios já existentes e persistentes no aparelho estatal, acumulados ao longo dos anos desde a Reforma de 1936, o decreto em apreço visa a flexibilidade e a agilidade do aparelho estatal, por isso a delegação de prestação de determinados serviços às pessoas especializadas como um meio para concretizar o objetivo final.

Com base no exposto, é possível identificar, agora, as raízes da Reforma de 1995, assim como sua finalidade: renovar o processo ou estruturas viciadas que não mais atendiam com excelência as demandas da sociedade, e inserir novos elementos em uma estrutura que necessitava de atualização, a fim de acompanhar o desenvolvimento social da sociedade brasileira à época.

Proposta pelo ex-presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, e liderada pelo ministro Bresser Pereira, a Reforma do Estado Brasileiro constitui aparato crucial para a busca de uma nova administração pública, com a instauração de instrumentos e ferramentas capazes de atender o desígnio da população. Vale salientar que, para Luiz Carlos Bresser Pereira, ocorre a “Reforma Gerencial do Estado”, isto porque, para ele, há grande discussão no debate concernente à modernização, deixando explícito que a reforma se direciona aos aparelhos que o Estado se utiliza para produzir políticas públicas e também administrar a esfera estatal (PEREIRA, 1997). Tornou-se um marco no reposicionamento do papel do Estado.

Objetivava-se, portanto, a saída de uma Administração pública burocrática, que acabaria por resultar em uma série de problemas no desempenho da máquina estatal: são as chamadas *disfunções burocráticas*, trazidas por Robert King Merton como o apego aos regulamentos, o excesso de formalismo e de papeladas, assim como os conflitos com o público (MERTON, 1949).

Para dotar a Gestão Pública de uma capacidade de entregar políticas públicas mais eficientes, satisfazendo os anseios e necessidades da sociedade, tornou-se urgente a adoção de novas medidas e instrumentos capazes de modificar tal cenário. Fortemente influenciada pelo New Public Management, ou simplesmente Nova Gestão Pública-corrente teórica que surgiu no ano de 1970- a Reforma Gerencial de 1995 instaurou seus pilares: a busca pela eficiência e a competição administrada, nunca antes vista na esfera nacional. Como fruto dos ideais defendidos pela reforma, cria-se a EC nº 19 de 4 de junho de 1998, que acaba por trazer questões diversas, fomentando na concretização do que

antes era proposto pela Reforma Gerencial, tal qual o estágio probatório, até então inexistente, e o princípio da eficiência, atualmente considerado pilar do direito administrativo brasileiro.

Houve, então, uma reforma social democrática que visou tornar o estado mais eficiente para entregar à população políticas públicas melhores, calcadas no pilar da gestão por resultado. Trouxe, assim, a ideia de necessidade de uma máquina mais ágil para romper os vícios do burocratismo e do corporativismo- marcados pelo benefício (exclusivo) da própria máquina estatal- e alçar voos para a formulação de um aparelho público voltado para a sociedade. Foi revolucionária, intensa e necessária. Modernizou o papel do servidor público, trazendo-o ao posto de figura central, detentor crucial de um dever: absorver as ferramentas trazidas pela Reforma Gerencial a fim de desempenhar um papel essencial na sociedade, implementando as mudanças por meio de um trabalho melhor em prol dos cidadãos.

O FORNECIMENTO DA ATIVIDADE PÚBLICA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRALIZADA E DESCENTRALIZADA

Desenvolvida por Montesquieu, a Teoria da Tripartição dos Poderes é adotada no Brasil, e traz em seu escopo as funções do Estado divididas entre poderes devidamente organizados, tendo cada um deles a sua atividade principal e outras secundárias, também chamadas de típicas e atípicas, respectivamente. Deste modo, traz a CRFB/88 em seu Art. 2º, o funcionamento de três poderes: legislativo, executivo e judiciário. Todos, por sua vez, exercem suas funções de modo independente e autônomo, porém de maneira harmônica entre si. Tudo isso em prol do afastamento da concentração de poder nas mãos de uma única pessoa, como acontecia no absolutismo, conforme muito bem pontua Pedro Lenza (LENZA, 2012, p. 481-482):

Por meio dessa teoria, cada Poder exercia uma função típica, inerente a sua natureza, atuando independente e autonomamente. Assim, cada órgão exercia somente a função que fosse típica, não mais sendo permitido a um único órgão, legislar, aplicar a lei e julgar, de modo unilateral, como se percebia no absolutismo.

As funções do Estado são, em suma, a função legislativa, judiciária (jurisdicional) e administrativa. A função administrativa do Estado é trazida por Mauro Sérgio dos

Santos, como sendo a atividade desempenhada pelos órgãos e entidades da Administração Pública, bem como por entidades privadas que a exerçam vez ou outra, estas de natureza concreta, exercida a título individual ou geral, submetidas ao regime de direito público e estranha às funções legislativa e judiciária (SANTOS, 2016). Daí a importância de tal estrutura, pois como afirma José dos Santos Carvalho Filho, a função administrativa é dentre todas a mais ampla, haja vista que é através dela que o Estado cuida da gestão de todos os seus interesses e também dos da coletividade (CARVALHO FILHO, 2012). Desta forma, a prestação da atividade pública substancia-se na função administrativa do Estado, podendo ser realizada diretamente pelos entes federativos, ou por particulares/entidades especializadas criadas no âmbito da própria Administração Pública.

Fala-se em prestação centralizada dos serviços públicos, as atividades exercidas diretamente pelos entes políticos, podendo também ser chamada de Administração Direta, pois a atividade é centralizada nas mãos do Estado. Isto é, os Estados, Municípios, União e Distrito Federal executam determinadas atividades, de modo direto, por meio dos seus agentes e órgãos. Nela, o ente federativo não é apenas o titular do serviço, mas também o prestador do mesmo.

Retomando o que antes foi dito acerca da eficiência da atividade administrativa, objetivada pela Reforma Gerencial do Estado de 1995, é de extrema importância relacionar a ligação entre tal propósito e a valiosidade da Administração Indireta. Vejamos porquê: como visto anteriormente, a delegação da prestação de serviços públicos a entidades especializadas vigora ainda antes da reforma de 1995, surgindo com o Decreto-Lei nº 200/67. No entanto, a Reforma Gerencial apenas acentuou a urgência de implementação de entes capazes de tornar a Administração Pública mais eficiente, a fim de desafogar os órgãos da Administração Direta com relação às tarefas prestadas à sociedade, de modo a culminar em resultados mais positivos. É, contudo, neste contexto que a realização de serviços públicos por parte de terceiros especializados recebe o nome de descentralização. O Estado, aqui, atua de forma indireta, através da delegação de algumas de suas atividades a outras pessoas. Assim leciona Celso Antônio Bandeira de Mello, ao dizer que “a atividade é descentralizada quando exercida por pessoas distintas do Estado” (MELLO, 1998, p. 96).

A descentralização, por sua vez, pode ocorrer de duas formas, conforme pontua Matheus Carvalho: para a própria administração, com a criação de pessoas jurídicas especializadas em uma atividade exata; ou para particulares (CARVALHO, 2020). São

entes da Administração Indireta ou descentralizada: as autarquias, empresas públicas, fundações públicas e sociedades de economia mista. Para a doutrina, a descentralização pode ser realizada mediante outorga ou delegação de serviços. Enquanto que na outorga ocorre a transferência de titularidade para execução do serviço público à pessoa jurídica diversa do Estado, na delegação, apenas a execução é transferida, continuando com o Estado a titularidade do serviço.

Vale salientar, ainda, que a descentralização da atividade estatal pode ser dividida em duas espécies: política e administrativa. Esta difere daquela, pois, enquanto aquela refere-se à distribuição de competências entre entidades que possuem autonomia política (trazida pela CRFB/88 em seu Art. 18º ao dividir a competência entre os entes federativos), esta destina-se aos entes personalizados, criados, com poder de autoadministração e capacidade de gerir os próprios negócios, conforme os moldes presentes na legislação expedida por entidade central. Difere uma da outra, sob outra perspectiva, a quais disciplinas figuram como objeto de estudo. Para o Direito Administrativo, importa tão somente a descentralização administrativa.

Conforme explicitado, a Administração Indireta decorre da descentralização de serviços. O Estado, então, por meio de lei, delega a uma pessoa jurídica de direito público ou privado a titularidade e execução de determinada tarefa pública, assim prevê o Art. 4º, do Decreto-Lei nº 200/67, já supracitado. Como consequência, os entes de tal administração, dividir-se-ão conforme o caráter disposto na legislação produzida pelo ente central, consonante ao que leciona José dos Santos Carvalho Filho, ao afirmar que a qualificação como membro da Administração Indireta não é feita levando em consideração o fim ao qual se destina, mas sim a natureza que a compõe (CARVALHO FILHO, 2012). Com relação a tais entes, cabe traçar os pormenores das autarquias, de modo geral, para assim entendê-las melhor a fim de esmiuçar as particularidades das Agências Reguladoras-ponto central do presente artigo- com mais clareza e proficuidade.

A FUNÇÃO REGULATÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AS AGÊNCIAS REGULADORAS

Apesar de possuírem características próprias e regime específico, as autarquias detém aspectos comuns a todos os entes integrantes da Administração Indireta, os quais abarcam: a personalidade jurídica própria, apesar de serem criadas por entes federativos;

a necessidade de leis específicas para a sua criação, tais quais preveem a finalidade de interesse público a ser concretizada, não podendo as autarquias exercerem atribuições livremente, distintas daquelas que lhes foram atribuídas por lei específica; sujeição ao controle realizado pela Administração Direta à qual estão vinculadas.

Sabendo que as autarquias são entes que possuem personalidade jurídica própria e, portanto, são pessoas jurídicas de direito público, destituídas de caráter econômico, além de não serem hierarquicamente subordinadas a qualquer dos entes federativos, observa-se que podem agir com liberdade, desde que respeitados os limites estabelecidos pelas leis específicas que as criaram.

O fato de não serem subordinadas a nenhum ente estatal, não as isenta de sofrerem controle finalístico por parte dos entes da Administração Direta. Tal controle nada mais é que um controle de legalidade, a fim de evitar a prestação de serviço com finalidade distinta da que lhe foi concedida. Com efeito, aponta Fernanda Marinela, qual o propósito de tal controle, ao afirmar que o mesmo deve assegurar o cumprimento dos objetivos fixados nos atos de criação dessas agências, além de zelar pela obtenção de eficiência administrativa, assim como da autonomia administrativa, operacional e financeira (MARINELA, 2012).

Extraída do escopo do Decreto-Lei nº 200/67, têm-se o conceito de autarquia, como o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada (Decreto-Lei nº 200/67, Art. 5º, I). Na origem do termo, substancia-se a sua principal característica: mandar em si mesma. É, pois, deste modo, que Oscar Joseph de Plácido e Silva (SILVA, 1999, p. 100) se posiciona acerca da etimologia da palavra:

Palavra derivada do grego *autos-arkhé*, com a significação de autonomia, independência, foi trazida para a linguagem jurídica, notadamente do Direito Administrativo, para designar toda organização que se gera pela vontade do Estado, mas a que se dá certa autonomia ou independência, organização esta que recebeu mais propriamente a denominação de autarquia administrativa.

Realizada mediante outorga, a descentralização funcional vigora vorazmente nas entidades autárquicas. Sendo elas, por consequência, regidas pelo regime jurídico aplicável também aos entes políticos, isto é, à própria Administração Direta, haja vista que as autarquias não possuem poderes de natureza política. Como espécies do gênero autarquia, têm-se: comum, sob regime especial, fundacional e associação pública. Para o presente trabalho, importam, tão somente, as autarquias sob regime especial.

Recorrendo ao significado do termo *especial*, antes de adentrar qualquer que seja o conceito jurídico dado a ele, sob a ótica do senso comum, denota-se a presença de particularidades, ou peculiaridades. Dito isto, espera-se da espécie de autarquia em pauta, características que lhes são únicas. Sua unicidade concentra-se, então, na liberdade maior de que gozam frente aos entes da Administração Direta, daí o porquê de possuírem regime legal diferenciado. As Universidades Públicas e as Agências reguladoras, integram o rol de entidades dotadas de tal liberdade. Alcança-se, então, o ponto chave da explanação: as agências reguladoras.

Além de possuírem autonomia administrativa, possuem também autonomia financeira, conforme leciona Marçal Justen Filho, ao pontuar que o modelo de agências reguladoras comporta a atribuição de tal autonomia, através de garantia de receitas vinculadas, o que significaria a possibilidade de manutenção da sua estrutura e do seu funcionamento sem dependência de disputas políticas sobre a distribuição de verbas orçamentárias (JUSTEN FILHO, 2009).

Fruto da ideologia de desestatização prevalente no Brasil na década de 90, que visou uma Administração Pública mais gerencial e eficiente, com o Programa Nacional de Desestatização e a Reforma Gerencial de 1995, as Agências Reguladoras são criadas.

Como consequência da expansão desenfreada da transferência dos serviços públicos, visando a redução de gastos e uma maior eficiência na execução das atividades, criou-se outro problema. Ao passo em que ocorreu o fenômeno da descentralização, acabou por fugir do Estado o poder de controle, com a criação de algumas ilhas de excelência, bem como a colonização de algumas áreas de clientelismo.

Neste contexto, nascem as agências aqui tratadas, para desempenhar a função regulatória ou de fomento da Administração Pública e, assim, como muito bem pontua Matheus Carvalho, “fiscalizar, regular, normatizar a prestação de serviços públicos por particulares, evitando a busca desenfreada pelo lucro dentro do serviço público” (CARVALHO, 2020, p. 196). Tais características aqui explicitadas são sintetizadas, com excelência, por Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo (ALEXANDRINO; PAULO, 2017, p. 204), ao descreverem-nas como sendo:

Entidades administrativas com alto grau de especialização técnica, integrantes da estrutura formal da administração pública, instituídas como autarquias sob regime especial, com a função de regular um setor específico de atividade econômica ou um determinado serviço público, ou de intervir em certas relações jurídicas decorrentes dessas atividades, que devem atuar com a maior autonomia possível relativamente ao Poder Executivo e com imparcialidade perante as partes interessadas (Estado, setores regulados e sociedade).

Gozam, ainda, de poder normativo, capaz de permitir a elas o ato de regulamentar e normatizar diferentes atividades de interesse público, através da criação de normas vinculadoras aos prestadores de serviço, a fim de fazer ponte concreta e sólida entre o interesse da coletividade e tais prestações. Criam, então, direitos e obrigações dentro dos limites da lei, sendo fundamentados em obediência aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, precedido de Análise de Impacto Regulatório (AIR). Este poder, por sua vez, vincula apenas os prestadores de serviço, obrigando-os a cumprir o que lhes foi posto. É, todavia, ilegítimo a edição de atos que obriguem particulares que não possuem relação com as prestações de serviço.

A lei nº 9.986 de 18 de julho de 2000, dispõe acerca de normas gerais dirigidas às Agências Reguladoras no âmbito federal. Em contrapartida, é admitida a criação de agências reguladoras no âmbito estadual e municipal, mediante lei específica. Com relação a autonomia administrativa, podem as agências em pauta solicitar diretamente ao Ministério da Economia autorização para realização de concursos públicos, assim como o provimento dos cargos autorizados em lei e, realizar alterações nos planos de carreira de seus servidores. Dentre as características presentes na autonomia administrativa, emerge de modo pertinente a nomeação diferenciada dos dirigentes. Estes, por sua vez, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação prévia do Senado Federal-conforme dispõe o Art. 52, III, f, CRFB/88, com mandato de prazo certo, não sendo cargos de natureza comissionada como ocorre nas demais autarquias.

Sob essa perspectiva, extrai-se um benefício ao dirigente: ele não será exonerado livremente, por mero desejo do órgão de controle. Tal fato faz com que as Agências reguladoras tenham mais liberdade de atuação e estejam menos dependentes dos entes da Administração Direta. A respeito disso, leciona Alexandre Mazza (MAZZA, 2013, p. 197):

Essa proteção contra a exoneração imotivada ou *ad nutum* representa uma estabilidade mais acentuada, permitindo ao dirigente exercer tecnicamente suas funções sem preocupação com influências políticas ou partidárias.

O fato de ser vedada indicação para o Conselho Diretor, de “pessoa que tenha atuado, nos últimos trinta e seis meses, como participante de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral” (CARVALHO, 2020, p. 198), reforça a ideia de imparcialidade, por parte das agências reguladoras, no âmbito político, a fim de evitar que haja repercussões partidárias nas atividades dessa entidade. Outro ponto valioso se trata da proibição que o dirigente-

não mais no exercício do cargo- possui de exercer atividade na iniciativa privada dentro do setor ao qual era vinculado, por seis meses, período chamado de quarentena. Assim prevê, legalmente, o Art. 8º da Lei nº 9986/00. *In verbis*:

Os membros do Conselho Diretor ou da Diretoria Colegiada ficam impedidos de exercer atividade ou de prestar qualquer serviço no setor regulado pela respectiva agência, por período de 6 (seis) meses, contados da exoneração ou do término de seu mandato, assegurada a remuneração compensatória.

Ponto valioso, pois, evita que o ex-dirigente, contratado por empresa privada, forneça informações privilegiadas, adquiridas enquanto Dirigente de determinada agência reguladora, que venham, por ventura, a causar obstrução e prejuízos à fiscalização.

AS ESPÉCIES DE AGÊNCIAS REGULADORAS E A TEORIA DA CAPTURA

Criadas para regulação de normatização de atividades de interesse público, abrange o “controle de prestação de serviços públicos, bem como a exploração de atividades econômicas de interesse coletivo” (CARVALHO, 2020, p. 202), além das atividades de fomento, haja vista seu direcionamento à coletividade.

Deste modo, as Agências Reguladoras encontram-se divididas em quatro grupos, conforme defende Matheus Carvalho, quais sejam: as que regulam a prestação de serviços públicos, que fiscalizam as atividades de fomento, as que controlam a exploração de atividades econômicas e, por fim, as destinadas à regulamentarem serviços de utilidade pública (CARVALHO, 2020). A título de enriquecimento para o presente artigo, cabe esmiuçar cada uma delas.

A primeira, acaba por atuar na fiscalização de serviços públicos em sua literalidade, quais sejam prestados mediante delegação contratual ou diretamente pelo ente estatal, como, por exemplo: a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); a Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT); a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ); a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL); a Agência Nacional de Águas (ANA) e a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

As destinadas à fiscalização de atividades de fomento regulam atividades eminentemente privadas que estão subordinadas à fiscalização estatal, por constituírem interesse da coletividade, cabendo citar a Agência Nacional de Cinema (ANCINE). Em contrapartida, atuam na normatização da exploração de atividades econômicas de

interesse da coletividade as Agências reguladoras controladoras da exploração de atividades econômicas, a exemplo da Agência Nacional de Petróleo (ANP), que dispõe acerca das atividades industriais referentes ao petróleo, gás natural e biocombustíveis no Brasil.

Por fim, mas não menos importante, têm-se as que regulamentam serviços de utilidade pública. Isto é, controlam serviços públicos não exclusivos de Estado, também denominados serviços de utilidade pública, a exemplo da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que possuem o intuito de garantir proteção à saúde do povo.

Atualmente, acende-se uma problemática com relação a possibilidade de as Agências Reguladoras passarem à figura de instrumento para proteção dos interesses privados aos quais a regulação se destina. Disto, surge o fenômeno da captura, indicando, segundo Marçal Justen Filho, a hipótese em que “a agência perde sua condição de autoridade comprometida com a realização do interesse coletivo e passa a reproduzir atos destinados a legitimar a consecução de interesses privados dos segmentos regulados” (JUSTEN FILHO, 2002, p. 369-370).

A Teoria da Captura, como é denominado tal fenômeno pela doutrina, pode advir de duas formas: através de interferência nas atividades de tais agências, por parte do setor privado que presta o serviço regulado, como consequência do seu poderio econômico, ou por meio da interferência do setor público, onde as agências fazem prevalecer os interesses políticos dos próprios agentes públicos, não para beneficiar os cidadãos, mas o próprio aparelho estatal. Em face disto, com a finalidade de evitar que tal fenômeno viesse a ocorrer, atribuiu-se, então, autonomia financeira e orçamentária à essas agências, conforme explanado em tópico anterior, assim como demais características pertinentes a elas, aqui tratadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob a ótica da Reforma Gerencial de 1995, o fenômeno da descentralização tornou-se extremamente necessário para a concretização de uma Administração Pública mais condizente com o Estado Democrático de Direito, que deve prezar por uma administração gerencial, cada vez mais eficiente e profissionalizada. Superada pela EC nº 19/98, a Administração burocrática foi perdendo vez, para dar lugar a uma

Administração Pública desburocratizada, descentralizada e impessoal, constituindo marco histórico no quesito avanço da máquina pública.

Deste contexto, nascem as Agências Reguladoras. Estas, por sua vez, figuram como entes valiosos, capazes de fiscalizar, regular e normatizar a prestação de serviços públicos por particulares, garantindo a manutenção da democracia e o combate à corrupção, ao evitar a busca desenfreada pelo lucro dentro do serviço público.

Apesar da existência do fenômeno da captura, proposto pela doutrina, tais agências constituem papel fundamental na garantia dos interesses da coletividade, exercendo com excelência a função regulatória (ou de fomento) da Administração Pública.

Sendo assim, conclui-se que as Agências Reguladoras possuem meios, características e prerrogativas capazes de sanar os vícios advindos da *captura*, e designam posição essencial de garantia dos interesses do cidadão, fazendo jus a todos os princípios norteadores da Administração Pública, trazidos no Art. 37º, Caput, da CRFB/88, os quais cabem citar: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Sem as Agências Reguladoras, a máquina pública entraria em colapso e os indivíduos passariam a ter a defesa de seus interesses enfraquecida consideravelmente. Daí, extrai-se a proficuidade destas agências para o Estado brasileiro, bem como para a proteção dos direitos e garantias fundamentais inerentes aos indivíduos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito Administrativo Descomplicado. 25ª. ed. São Paulo: Método, 2017.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. 13ª. ed. Brasília: Ed. UnB, 2010. 2v.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1998.

BRASIL. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Brasília, DF: Senado, 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm#view>. Acesso em: 28 nov. 2020.

CARVALHO, Matheus. Manual de Direito Administrativo. 7ª. ed. Salvador: JusPODIVM, 2020.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 23ª. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

JUSTEN FILHO, Marçal. O direito das agências reguladoras independentes. São Paulo: Dialética, 2002.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. 7^a. ed. São Paulo: Editora Forum, 2009.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. 14^a. ed. Belo Horizonte: Editora Forum, 2011.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 16^a. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

MARINELA, Fernanda. Direito Administrativo. 6^a. ed. Niterói: Impetus, 2012.

MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2013.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 10^a. ed. São Paulo: Ed. Malheiros, 1998.

MERTON, Robert K. Social Theory and Social Structure. New York: The Free Press, 1949; rev. ed. 1968.

MORE, Rodrigo F. O moderno conceito de soberania no âmbito do direito internacional. Disponível em: <<http://www.more.com.br/artigos/Soberania.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A Reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. 58 p. (Cadernos MARE da reforma do estado; v. 1).

SANTOS, Mauro Sérgio dos. Curso de Direito Administrativo. Salvador: JusPODIVM, 2016.

SCHUMPETER, J. The Theory of Economic Development. Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, 1934.

SILVA, Oscar Joseph de Plácido e. Vocabulário Jurídico. 15^a. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1999.

Capítulo 79 - DOI:10.55232/1084002079

**O LIXO ELETRÔNICO E A ÉTICA DA SUSTENTABILIDADE
PARA CIVILIZAÇÃO TECNOLÓGICA.**

Luis Antônio Augusto de Oliveira, Ana Paula Martinho

O período atual de desenvolvimento da sociedade humana está caracterizado pelo processo de informatização. A informatização da sociedade é um processo social global, cuja peculiaridade é que o tipo de atividade dominante, no campo da produção social, é a coleta, acumulação, produção, processamento, armazenamento, transmissão e uso de informações realizadas com base na tecnologia da informação, nos mais variados meios de troca e seus acessórios de informática. A informatização da sociedade fornece uso ativo do potencial intelectual em constante expansão da sociedade, concentrado em atividades científicas, educacionais, industriais e outras. Segundo Bunge (2002), citado por Alencastro & Heemann (2004), a Ética para civilização tecnológica envolve questões éticas, morais e ambientais. “a tecnoética é o ramo da ética que investiga os problemas morais levantados pela tecnologia. Trata, entre outras, das questões que envolvem os impactos ambientais e sociais dos megaprojetos tecnológicos, da utilização de máquinas e dispositivos poupadores de trabalho, do uso de recursos da alta-tecnologia (high-tech) [...]” (Alencastro & Heemann, 2004). O processo de informatização também afetou os setores econômicos. Sua radical melhoria e adaptação às condições modernas foram possíveis graças ao uso massivo dos mais recentes equipamentos de informática e telecomunicações, e conseqüentemente a geração destes resíduos. Novas tecnologias baseadas em tecnologia de computadores requerem mudanças radicais éticas, nas estruturas organizacionais de gerenciamento, seus regulamentos, recursos humanos, sistema de documentação, registro, transmissão de informações e descarte dos equipamentos obsoletos. Frogneaux, em entrevista a Junges, afirma que: “Efetivamente, a responsabilidade de nossas ações coletivas deve ser carregada por cada indivíduo: somente uma ética em nível universal será capaz de evitar um risco global.” (Frogneaux, 2011). Com o advento de um computador pessoal, uma nova etapa no desenvolvimento da tecnologia da informação começou. O principal objetivo é satisfazer as necessidades de informações pessoais de um indivíduo, tanto para a esfera profissional quanto para o lar. A tecnologia da informação (TI), entrou firmemente em nossas vidas. O uso de computadores, tablets, celulares se tornaram comuns, outrora uma estação de trabalho “Home office” equipada com um computador fosse uma raridade. A TI abriu novas oportunidades de trabalho e lazer e facilitou muito o trabalho do homem. A sociedade moderna dificilmente pode ser imaginada sem a tecnologia da informação. No planejamento e gerenciamento socioeconômico, educacional, cultural, da produção, transporte, serviços, comércio e, finalmente a Internet - em qualquer lugar a TI não apenas mudou o mundo, mas também criou novos problemas que não estavam previstos, como o “lixo eletrônico”. Hans Jonas, citado por Barchi (2007), “nos convida, portanto, a debater as novas formas de vivência e desenvolvimento desvinculadas do acúmulo e do consumo, responsável para com os seres humanos contemporâneos e futuros.” De acordo com o relatório da PACE - Plataforma para Aceleração da Economia Circular, a produção de

resíduos eletrônicos a nível global alcançará 120 milhões de toneladas ao ano até 2050 (Nações Unidas Brasil, 2019). “De acordo com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 2060, o consumo mundial de matérias-primas deverá dobrar”. (PACE, 2019, p.10). A sociedade moderna dificilmente pode ser imaginada sem as vantagens dos equipamentos eletrônicos e sua tecnologia. Hoje, é difícil imaginar perspectivas limitadoras, para o desenvolvimento da tecnologia da informação e seus acessórios, mesmo para especialistas. No entanto, é claro que algo maior nos espera no futuro. E se o ritmo de desenvolvimento das tecnologias da informação não desacelerar e a demanda por novos equipamentos e acessórios aumentar (e parece não haver dúvidas sobre isso), a produção de resíduos eletroeletrônicos a nível global alcançará valores não desejáveis. Ruediger Kuehr (ONU, 2017), diretor do Programa de Ciclos Sustentáveis da Universidade da ONU, sugeriu, objetivando diminuir o

Palavras-chave: Lixo Eletrônico, Ética, Sustentabilidade, Civilização Tecnológica e Tecnologia da Informação.

Referências Bibliográficas:

- Alencastro & Heemann (2004), Alencastro M.S.C.; e Heemann A.; (2004, p.3), Uma Ética Para a Civilização Tecnológica; disponível em http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT09/mario_alencastro.pdf

- Barchi (2007), Barchi R., O Princípio Responsabilidade: Ensaio De Uma Ética Para A Civilização Tecnológica, (2007, p.172)

- Bunge (2002), Bunge M.; Dicionário de filosofia. São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 375. Citado em Mario Sergio Cunha Alencastro & Ademar Heemann - Uma Ética para a Civilização Tecnológica disponibilizado em http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwiDm4XGnujeAhUGWpAKHSaPAJoQFjAAegQICRAC&url=httpwww.anppas.org.brencontro_anualencontro2GTGT09mario_alencastro.pdf&usg=AOvVaw2A8SoVXMxMO_F2JH4QIZxK

- Frogneaux (2011), Frogneaux, N., filósofa francesa Nathalie Frogneaux, em entrevista concedida por e-mail à Márcia Junges do IHU On-Line sobre o legado de Hans Jonas, <http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao371.pdf>, acessado em 20/06/18.

- Nações Unidas Brasil (2019), 25 Janeiro 2019, Mundo produzirá 120 milhões de toneladas de lixo eletrônico por ano até 2050, diz relatório, <https://brasil.un.org/pt-br/82240-mundo-produzira-120-milhoes-de-toneladas-de-lixo-eletronico-por-ano-ate-2050-diz-relatorio>

- ONU (2017) Nações Unidas Brasil, Publicado em 25/09/2015, Atualizado em 12/04/2017 – disponível em <https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>

- PACE (2019), A New Circular Vision for Electronics, Time for a Global Reboot (2019, p.10), In support of the United Nations E-waste Coalition, disponível em http://www3.weforum.org/docs/WEF_A_New_Circular_Vision_for_Electronics.pdf

Capítulo 80 - DOI:10.55232/1084002080

**A CRISE AMBIENTAL GERADA PELO CAPITALISMO: UMA
ANÁLISE SOBRE A EMERGÊNCIA DA PRÁXIS FEMINISTA
MARXISTA**

Gabriella Leite de Barros, Gabriela Locatelli

Introdução

A lógica amparada pelo ideal identitário e representativo das massas populares não contribui para o fortalecimento na luta social contra o sistema capitalista-patriarcal-racista, uma vez que o caráter reformista e complacente é assumido na teoria e na prática. Sendo assim, o presente estudo debate como as políticas identitárias são limitadas e insuficientes não só ao movimento feminista, mas também à luta pela sustentabilidade e preservação do meio ambiente. Portanto, faz-se aqui um balanço acerca da necessidade do fortalecimento das vertentes e epistemologias críticas materialistas para compreender os atuais fenômenos políticos, sociais, econômicos e ambientais para, enfim, alcançar a superação do capitalismo. Objetivo: O estudo propõe analisar de que maneira as lutas sociais, sobretudo o feminismo, são cercadas de ideais cooptados pelo capital econômico e como isso reflete na busca pela igualdade substantiva. Ainda, apresentar a ligação entre a problemática do feminismo identitário, corporativista e liberal e a crise ambiental presente no cenário mundial hodierno, que recai, principalmente, em países que foram historicamente colonizados. Metodologia: Para a sua desenvoltura, o estudo foi realizado com base na pesquisa bibliográfica, a partir da análise de contribuições de importantes teóricas, em conformidade com os fenômenos sociais tratados e interpretados pela autora e coautora. Resultados e Discussão: O movimento feminista, em suas discussões hodiernas, esquece-se de premissas importantes, que irão garantir a emancipação (de fato) das mulheres. Diante de um neoliberalismo, que intenta incluir e se apropriar de pautas identitárias no cotidiano para gerar lucro, a crítica feita pelo feminismo marxista é essencial. O feminismo está sendo motivado por questões individuais e termos como “empoderamento”, “representatividade”, “cancelamento”, dentre outros, têm afastado o exercício de luta e militância, fazendo com que haja a marginalização das análises de categorias como classe e raça. O caminho até então percorrido não nos deixa dúvida de que se esquecem das construções sociais e históricas para dar vazão às subjetividades, prazeres, corpo e linguagem. Não se trata, pois, de menosprezar tais pautas, mas de compreender a ausência de discussão material e sistêmica da realidade. Essa preocupação transcende também outras lutas, como a superação da crise ecológica atual vivenciada pelo mundo inteiro. O capitalismo sempre buscou fortalecer lucros se apossando dos recursos naturais. Os efeitos colaterais recaem, sempre, nos grupos étnicos minoritários do Sul Global. Não há como se pensar aqui em uma política reformista de combate a desestabilização ecológica, sem pensar em um novo modelo societário que vise, principalmente, a libertação de todas as formas de exploração e opressão. Considerações finais: Apesar de serem pautas importantes para o reconhecimento e a visibilidade de mulheres, as questões identitárias, sozinhas, não são capazes de propulsionar a busca pela erradicação do

sistema capitalista-patriarcal-racista, já que não oferecem estratégias sociais e políticas de confronto e superação. Mais do que isso, neutraliza os ideais que buscam um novo modelo societário capaz de nos fazer questionar a atual crise ecológica fomentada pelas indústrias alimentícias e farmacêuticas, bem como pelo investimento em combustíveis fósseis para o abastecimento de energia em todo o globo.

Palavras-chave: Feminismo. Ecosocialismo. Ecologia. Capitalismo. Feminismo Marxista.

Referências Bibliográficas:

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. Feminismo para os 99%, Um Manifesto. São Paulo, Ed Boitempo, 2019.

CASTRO, Mary Garcia. Marxismo, feminismos e feminismo marxista- mais que um gênero em tempos neoliberais. *Crítica Marxista*, Boitempo. São Paulo, v.1, n 11, 2000, pp. 98-108.

FERNANDES, Sabrina. Sintomas Mórbidos: a encruzilhada da esquerda brasileira. São Paulo, Autonomia Literária, 2019.

GONZÁLEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. *Revista Isis Internacional*. Santiago, v. 9, 1998b, pp. 133-141.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004.

Capítulo 81 - DOI:10.55232/1084002081

A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E A AUSÊNCIA DE LEGISLAÇÃO FEDERAL

Simone Lima dos Santos, Sara Silva Chaga

O presente artigo utiliza a metodologia exploratória-descritiva, através do levantamento bibliográfico e tem como objetivo fornecer informações para melhor compreensão sobre a ausência de legislação específica que verse sobre a violência obstétrica no Brasil. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 garante a todos os cidadãos o direito à plena assistência à saúde, com fulcro no princípio da igualdade, sendo perante a lei mulheres iguais aos homens em direitos e deveres. Dispõe em seu art.5º, III que “ninguém será submetido a tratamento desumano ou degradante”. Nesse sentido, inclui a assistência que deve ser prestada às mulheres gestantes e no pós-parto, e no campo laboral, garantia a licença maternidade. O sistema jurídico brasileiro possui legislações estaduais, como por exemplo, em Santa Catarina e São Paulo, que tratam a respeito das condutas que menosprezam e atacam as mulheres na hora da gestação, parto, nascimento ou pós-parto. No entanto, não existe uma lei federal que trate com especificidade sobre o tema. Embora o Código Penal caracterize alguns fatos como por exemplo, os crimes de homicídio, aborto, lesão corporal, entre outros, é necessário que haja um dispositivo que garanta a erradicação desse tipo de violência e os direitos das mulheres. Um fato que dificulta o controle dessas práticas é o não cumprimento por muitas vezes do direito ao acompanhante, que diferentemente do tema abordado, já é garantido por lei, sendo esta, a Lei 11.108, sancionada em abril de 2005. A execução desse tipo de violência contribui para o aumento de óbitos no País, viola gravemente os direitos humanos, sexuais e reprodutivos das mulheres, e há a carência de uma legislação que regule e garanta as boas práticas nesse âmbito da obstetrícia combinadas à políticas públicas críticas, para uma efetiva punição aos que executam tais condutas, visto que segundo uma pesquisa desenvolvida pela CPMI da Mortalidade Materna em 2001, 98% das mortes maternas seriam evitadas.

Palavras-chave: violência obstétrica. Legislação e políticas públicas. assistência à saúde.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

REDE NACIONAL FEMINISTA DE SAÚDE E DIREITOS REPRODUTIVOS (RNFSDR).
Dossiê Humanização do parto. Disponível em:
://redesaude.org.br/dossies/html/dossiehumanizacaodoparto.html/

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei n.7867/2017. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/pro_mostrarintegra?codteor=1296723.

Capítulo 82 - DOI:10.55232/1084002082

SUICÍDIO E POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

Ivone Almeida da Silva dos Reis, Kassieli Egert Kuster, Eliane Gusmão Ribeiro

INTRODUÇÃO: De acordo com o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), os povos indígenas representam 0,4% da população Brasileira. Caracterizado por sua diversidade, apresentam configurações particulares de costumes, crenças e línguas. A Fundação Nacional de Saúde/Ministério da Saúde (2002), destaca que os povos indígenas enfrentam com frequência situações de tensão social, com ameaças à integridade de seus territórios e saberes. Diante disso, tais inseguranças os colocam em posição de vulnerabilidade frente a uma série de agravos e problemas como: Invasões territoriais, exploração sexual e uso abusivo de álcool. A Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), ressalta que a depressão e o suicídio estão cada vez mais frequentes em várias comunidades indígenas brasileiras. O ministério da saúde por meio do Boletim Epidemiológico (2017), afirma que na população geral do Brasil, o número de óbitos por suicídio aumentou 33,6% de 2002 até 2012. Com taxa geral variando de 5,3 suicídios por 100 mil habitantes em 2011 a 5,7 por 100 mil habitantes em 2015, foram registrados, nesse período, 55. 649 óbitos por suicídio no país, de 2008 a 2012, os suicídios indígenas representaram 1,0% dos óbitos registrados no território brasileiro. De acordo com a Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI (2018), a taxa de suicídio em indígenas brasileiros no ano de 2014 foi de 21,8 por 100 mil habitantes, contabilizando um número praticamente quatro vezes maior do que na população brasileira em geral. Destacando que determinadas comunidades indígenas vivem em contextos sociais de pobreza e violência física ou simbólica. A situação decorrente da restrição do acesso às formas de trabalho e produção usuais como a terra cultivável, caça, rios e outros, aliada ao contexto de violência sofrida na discriminação que sofrem enquanto grupo, gera assim, um contexto social de risco aos eventos de suicídio. Grande parte da população que morrem por suicídio, passaram por eventos estressantes nos três meses anteriores ao suicídio, tais como: Problemas interpessoais ex.: contendas com esposas, família, namorados, amigos, questões relacionadas ao uso abusivo de álcool; Rejeição – ex.: separação da família e amigos; Eventos de perda – ex.: perda financeira, luto; Problemas financeiros e no trabalho – ex.: perda do emprego, aposentadoria, dificuldades financeiras; Mudanças na sociedade – ex.: rápidas mudanças políticas e econômicas; vários outros estressores como vergonha e ameaça de serem considerados culpados (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019). **METODOLOGIA:** As pesquisas foram realizadas em formato de revisão da literatura sobre o tema proposto: Suicídio e povos indígenas no brasil, com o objetivo de trazer ao conhecimento dos leitores, a realidade dos povos indígenas brasileiros no que se refere a saúde mental e os números elevados de suicídio entre eles. Para a revisão bibliográfica, utilizou-se de livros e artigos científicos, publicados em bases de dados, tais como: (SciELO), Google acadêmico entre outros materiais relacionados ao assunto, citados na bibliografia deste artigo. **CONCLUSÕES:** Diante do exposto, percebe-se a necessidade de estratégias de promoção da saúde e prevenção do suicídio, que envolva a

participação comunitária das populações indígenas em sua construção, seguindo assim, em articulação com diferentes políticas públicas nos campos da cultura, proteção territorial, assistência social, esporte, lazer e outras práticas saudáveis, destacando a importância da participação ativa das secretarias municipais, estaduais e, também da Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Deste modo, tais estratégias precisam envolver diferentes determinantes sociais da saúde, aqueles que incluem estratégias de valorização sociocultural das diferentes etnias, promovendo assim, ações como: jogos indígenas, oficinas de promoção de saúde, mobilização social, artesanatos, arte e cultura. Neste contexto, foram constatados resultados positivos que demonstram a efetividade destas ações comunitárias participativas e intersetoriais como forma de promover

Palavras-chave: Suicídio, povos indígenas, saúde mental.

Referências Bibliográficas:

FNS - Fundação Nacional de Saúde. Política nacional de atenção à saúde dos povos indígenas. 2ª ed. Brasília: Fundação Nacional de Saúde/Ministério da Saúde. 2002. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Características Gerais dos Indígenas Resultado do Universo”: Censo Demográfico. Rio de Janeiro: IBGE. 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=795&view=detalhes>.

MS - Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Suicídio. Saber, agir e prevenir. Perfil epidemiológico das tentativas e óbitos por suicídio no Brasil e a rede de atenção à saúde. Boletim Epidemiológico. 2017;48(30). Disponível em: <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/setembro/21/2017-025-Perfil-epidemiologico-das-tentativas-e-obitos-por-suicidio-no-Brasil-e-a-rede-de-atencao-a-saude.pdf>.

MS - Ministério da Saúde. Secretaria especial de saúde indígena. Agenda estratégica de ações de prevenção do suicídio em populações indígenas 2017 – 2018. Brasil: Ministério da Saúde; 2017. Disponível em: <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/setembro/21/Coletiva-suicidio-21-09.pdf>.

MS- Ministério da Saúde. Estratégias de prevenção do suicídio em povos indígenas, Brasília-DF(2019).

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Ivone Almeida da Silva dos Reis, Kassieli Egert Kuster, Eliane Gusmão Ribeiro

INTRODUÇÃO: A adolescência é uma fase marcada pela transição entre a infância e a vida adulta, ocorrendo de maneira rápida e profunda, onde diferentes fatores influenciam na construção da personalidade desse sujeito. Ocasionalmente diversas transformações físicas, mentais, emocionais, bem como, mudanças envolvendo a sexualidade e a descoberta do novo corpo (BUSSMANN CE; PRETTO B, 2017). Dessa forma, compreende-se que a sexualidade é construída e faz parte do desenvolvimento e construção da personalidade do adolescente. Essas transformações psicossociais interferem no convívio familiar e social, por serem parte do processo de formação da identidade (PEREIRA FAF, et al., 2017). Sendo assim, ao iniciar as práticas sexuais, os adolescentes se tornam mais suscetíveis a infecções sexualmente transmissíveis, conflitos entre casais e gravidez na adolescência. Ainda, de acordo com o autor supracitado, um dos principais fatores responsáveis pela gravidez precoce é a desinformação sobre sexualidade, direitos sexuais e reprodutivos. No entanto, outros fatores devem ser considerados, tais como: clínicos, culturais, sociais, emocionais e casos de gestações precoces na família, visto que, muitas vezes as adolescentes grávidas vêm de famílias cujas mulheres engravidaram durante a adolescência. Nesse sentido, engravidar nesta faixa etária pode levar a complicações obstétricas, como ruptura prematura de membranas, transtorno hipertensivo na gravidez, edema e hemorragia no início da gestação, induzindo a cesariana. Podendo afetar o recém-nascido, causando nascimento prematuro, baixo peso ao nascer, macrosomia entre outros (TABORDA JA, et al., 2014). Cruz MS, et al. (2016), pontua que o índice de gravidez na adolescência aumentou nos últimos anos em menores de 19 anos de idade. Assim, corroborando com o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU, 2020), em que a taxa de fecundidade no Brasil entre meninas de 15 a 19 anos é de 62 a cada mil bebês nascidos vivos, acima da média mundial que é de 44 a cada mil. Sendo assim, essa temática se torna importante na saúde pública, tendo em vista sua incidência que vem aumentando mundialmente. De acordo com a pesquisa Nascer Brasil em 2016, uma porcentagem de 66% das gestações não são planejadas, e, cerca de 75% das mães adolescentes estavam fora da escola. Assim, segundo a pesquisa nacional por mostra de domicílio em 2013, o que pode sugerir o aumento dos índices de abandono da escola, mortalidade infantil, pobreza, consequências emocionais e obstétricas, para as mães adolescentes, podendo assim, impactar no futuro de novas gerações. A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), destaca que as adolescentes que engravidam antes de completar 15 anos, apresentam maiores probabilidades de morte por consequências da gravidez precoce, quando comparadas às adultas, devido a fatores biológicos e socioeconômicos, como imaturidade do sistema reprodutivo, acesso precário aos serviços de saúde, desigualdades raciais/étnicas e pobreza (PAHO, 2018).

METODOLOGIA: As pesquisas foram realizadas em formato de revisão da literatura sobre o tema proposto: Gravidez na adolescência, com objetivo de mostrar a importância da prevenção

nesse contexto. Para a revisão bibliográfica, utilizou-se de livros e artigos científicos, publicados em bases de dados, tais como: (SciELO), Google acadêmico entre outros materiais relacionados ao assunto, citados na bibliografia deste artigo. **CONCLUSÕES:** Considerando a alta prevalência de gestação na adolescência, percebe-se a necessidade de mudanças no programa de ações de saúde públicas. Tendo como fatores importantes de prevenção, a discussão sobre sexualidade e saúde reprodutiva no âmbito familiar e escolar, nos programas de educação em saúde, que devem acompanhar o planejamento reprodutivo, e também, incentivar os adolescentes na busca por orientações sobre as formas de prevenções nas Unidades de Saúde da Atenção Primária, onde há acesso de modo gratuito aos métodos contraceptivos.

Palavras-chave: Gravidez, adolescência, saúde.

Referências Bibliográficas:

BUSSMANN CE, PRETTO B. Relato de experiência: percepção acerca do significado dos cortes no corpo do adolescente. *Revista Destaques Acadêmicos, Lajeado*, 2017; 9 (3): 168-185.

CRUZ MS, et al. Perfil Socioeconômico Demográfico, Cultural, Regional e Comportamental da Gravidez na Adolescência no Brasil. *Planejamento de políticas públicas*, 2016; (46): 243-266.

PEREIRA FAF, et al. Desafio das mulheres que foram mães na adolescência quanto a prevenção da gravidez precoce de suas filhas. *Revista Unimontes Científica, Montes Claros*, 2017; 19(2): 73-86.

PAHO. Pan American Health Organization. 2018. In: Part II: The status of the health of adolescents and youth in the Americas. Washington: PAHO/WHO. E-book

TABORDA JA, et al. Consequências da gravidez na adolescência para as meninas considerando-se as diferenças socioeconômicas entre elas. *Cad. Saúde Colet., Rio de Janeiro*, 2014; 22(1):16-24.

Capítulo 84 - DOI:10.55232/1084002084

**APLICAÇÃO DA PROVA PIAGETIANA DE CONSERVAÇÃO
DE MASSA**

Jessica Cristine Costa Alho, Juliana Lopes Madorra, Rayane da Silva Bezerra, Ana Sylvia Colino

Introdução: Durante a disciplina Psicologia do Desenvolvimento, a turma foi instigada a aplicar uma das provas Piagetianas e identificar o estágio de desenvolvimento cognitivo. Problemática: Se através de metodologias ativas seria possível a aprendizagem efetiva pelos alunos. Objetivo: aplicação de provas Piagetianas, segundo o método clínico e identificação do estágio cognitivo. Metodologia: Metodologia ativa descritiva e observação. Após leitura de Sampaio (2009), foi escolhida a prova “Conservação de Massa”, providenciado os materiais e perguntas a serem usadas. Os responsáveis assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) autorizando a participação e divulgação dos resultados em eventos científicos. Participaram três acadêmicas de Pedagogia, sendo uma aplicando e as outras fazendo registros. Um menino de 8 anos, filho único, cursando 3º ano do ensino fundamental, em uma Escola Municipal. O local foi uma sala previamente arrumada para aplicação da prova. Materiais: Massinha de modelar em tiras de tamanhos iguais e cores diferentes. Iniciou-se com o acolhimento do voluntário, em sequência foi apresentado o material e feito seu o reconhecimento, escolheu duas massas de cores diferentes, foi estabelecida a igualdade e perguntado se as duas massas tinham a mesma quantidade, afirmou que sim. Solicitou-se que fizesse uma bola com cada massa, questionando se ambas tinham a mesma quantidade de massa, ele afirmou que sim. Foi solicitado que fizesse uma salsicha com uma das massas, perguntou novamente onde havia mais massa ou se tinham a mesma quantidade, na salsicha, ele afirmou, justificando que por ser maior possuía mais massa, o lembramos que antes havia dito ambas as bolas tinham a mesma quantidade de massa, refizemos pergunta, no entanto, ele reafirmou que por ser mais comprida tinha mais. Foi solicitado que fizesse duas bolas e amassasse uma, para que virasse uma pizza, em seguida questionando onde tinha mais massa, ele respondeu na pizza por ser maior, mantendo o argumento anterior, realizamos a confrontação dizendo que outro menino disse que ambas possuíam a mesma quantidade de massa, só tinha mudado o formato, após um tempo o entrevistado respondeu que estava “mais ou menos certo”, pois o garoto tinha acertado quando as massas eram duas bolas do mesmo tamanho, a quantidade de massa era igual, mas também errou porque quando uma delas virava pizza, ela tinha mais massa por ser maior. Ao finalizarmos, agradecemos a participação, entregamos um brinde contendo bombons e servimos um lanche. Discussão e Resultado: Nos estudos de Piaget existe uma variedade de provas que podem ser utilizadas para avaliar o processo cognitivo de acordo com o estágio. Constatou-se que a criança se encontra no nível pré-operatório intuitivo articulado, estando em transição para o estágio operatório concreto, pois utilizou argumentos de composição, estabeleceu igualdade inicial, respondeu corretamente à pergunta do retorno empírico, ora conserva, ora não conserva. Contudo, não correspondendo ao estágio adequado à sua idade cronológica. O resultado foi entregue aos responsáveis e analisado como culminância das

atividades avaliativas. Conclusão: Concluiu-se que através da aplicação das provas Piagetianas foi possível avaliar o desenvolvimento cognitivo e precisar o estágio de desenvolvimento, identificando se as estruturas mentais acompanham ou não a idade cronológica do discente. O uso de metodologias ativas se mostrou eficaz na apropriação pelos acadêmicos dos instrumentos de avaliação e análise dos estágios de desenvolvimento. Vislumbra-se como desdobramento a aplicação com uma quantidade maior de sujeitos em idades diversas para comparar os resultados e perceber as estruturas presentes em cada fase.

Palavras-chave: Piaget, Prova Piagetiana, Conservação de Massa.

Referências Bibliográficas:

SAMPAIO, Simaia. Manual Prático de Diagnostico Psicopedagógico clinico. Rio de Janeiro, Wak, 2014.

Capítulo 85 - DOI:10.55232/1084002085

**A OBESIDADE NA PERSPECTIVA DO TRATAMENTO
PSICOLÓGICO**

**Ivone Almeida da Silva dos Reis, Kassieli Egert Kuster, Eliane Gusmão
Ribeiro**

INTRODUÇÃO: A contemporaneidade, trouxe um perfil acelerado de ritmo de vida, uma corrida diária contra o tempo, o que vem se tornando uma característica marcante deste século, e com essa pressa, determinadas consequências são inevitáveis. Dentre elas, está a falta do autocuidado em relação à alimentação. Neste ritmo acelerado as pessoas se alimentam de forma prejudicial, tanto na má qualidade dos alimentos, como na ingestão excessiva de alimentos que são prejudiciais à saúde, tais como: Os “fast-food”, doces, enlatados e consumo de vegetais com agrotóxico. Em decorrência disso, surge então, um problema mundial de saúde coletiva e ao mesmo tempo individual, a obesidade (ANJOS, 2006). Ainda de acordo com o autor supracitado, a obesidade ocorre em quadro prolongado de ingestão de nutrientes como carboidratos em grande quantidade e pouco gasto calórico, ou seja, balanço energético descontrolado. Tratando assim, de um grave problema de saúde física em decorrência do excesso de gordura no organismo. No entanto, vale destacar que para além dos prejuízos em relação a obesidade, o indivíduo pode desenvolver problemas psicológicos como consequência do enfrentamento da doença, podendo assim, interferir na saúde de modo geral. A partir do momento que há um grande índice de indivíduos nessa mesma situação, o problema passa a ser do âmbito de saúde pública. Sendo assim, a psicologia dispõe de mecanismos e ferramentas terapêuticas, que podem auxiliar o indivíduo no processo de reeducação alimentar e manejos contra a obesidade, auxiliando tanto no processo de redução de peso, como nas condições de autoaceitação da pessoa. A partir de então, a luta contra a obesidade passa por vários cenários, desde as complicações no processo até a conclusão e alcance dos objetivos. Neste sentido, Lima e Oliveira (2016), afirmam que pessoas obesas em processo de emagrecimento tendem a apresentar sintomas de ansiedade, estresse, perfil cognitivo disfuncional relacionado ao padrão alimentar e autoestima, apresentando ainda, comportamentos não saudáveis, como alimentação compulsiva e baixa adesão a atividades físicas. Visando a luta contra a obesidade, não somente na prevenção, mas também no tratamento daqueles que buscam a redução de peso, a psicologia dispõe de ferramentas que podem auxiliar o indivíduo a alcançar seus objetivos de forma saudável e consistente. A psicoterapia nesses casos, propõe como objetivo, a mudança de estilo de vida em relação a padrões alimentares disfuncionais, agregando atividades físicas e acompanhamento nutricional. Desta forma, o processo psicoterapêutico considera os aspectos psicológicos disfuncionais relacionados à obesidade, propondo assim, manejos e envolvendo diferentes profissionais relacionados ao tratamento da obesidade, visto, ser de extrema importância a atuação conjunta do médico, nutricionista, fisioterapeuta ou educador físico e a intervenção psicológica (LUZ; OLIVEIRA, 2013). **METODOLOGIA:** As pesquisas foram realizadas em formato de revisão da literatura sobre o tema proposto: A obesidade na perspectiva do tratamento psicológico, com o objetivo de esclarecer a importância da

psicologia na prevenção e combate à obesidade. Para a revisão bibliográfica, utilizou-se de livros e artigos científicos, publicados em bases de dados, tais como: (SciELO), Google acadêmico entre outros materiais relacionados ao assunto, citados na bibliografia deste artigo. **CONCLUSÕES:** Foi possível observar, diferentes autores confirmando a eficácia da psicoterapia como auxílio para o paciente obeso no tratamento para a perda de peso. Sendo assim, a psicoterapia resulta em redução significativa da frequência e da gravidade da compulsão alimentar, desempenhando um papel fundamental no processo de emagrecimento. O psicólogo, atuará levando o paciente ao autoconhecimento e autoaceitação, tanto das condições físicas como das características genéticas. Dessa forma, percebe-se a importância da psicologia no processo de redução de peso e reeducação alimentar, oferecendo alternativas de mudanças de comportamentos e pensamentos para melhoria da saúde do paciente.

Palavras-chave: Saúde, Obesidade, Psicologia.

Referências Bibliográficas:

ANJOS, L. A. Obesidade e saúde pública [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ,2006. Temas em saúde Collection. 100 p. ISBN 978-85-7541-344-9.

LIMA, N. A C. R.; OLIVEIRA, A. B. Fatores psicológicos da obesidade e alguns apontamentos sobre a terapia cognitivo-comportamental. *Mudanças-Psicologia da Saúde*. São Paulo, v. 24, n. 1, jan-jun, 2016.

LUZ, Felipe Quinto da; OLIVEIRA, Margareth da Silva. Terapia cognitivo comportamental da obesidade: uma revisão da literatura. *Aletheia*, Canoas, n. 40, p. 159-, abr. 2013. Disponível em .

Capítulo 86 - DOI:10.55232/1084002086

PSICOLOGIA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Kassieli Egert Kuster, Ivone Almeida da Silva dos Reis, Eliane Gusmão Ribeiro

Em decorrência do movimento da Reforma Sanitária, a promulgação da Constituição Federal de 1988 e o estabelecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), a saúde pública emergiu como um novo campo de atuação para os psicólogos (SOUZA; SANTOS, 2012). Um marco importante na dimensão da formação, aconteceu com a articulação entre o ministério da Saúde e da Educação, que em 2004 sucedeu na implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), reconhecendo a Psicologia como um curso da área da saúde, assim aproximando os cursos de formação com as demandas advindas do serviço. Com isso, foram incluídas disciplinas de saúde pública na graduação, fundamentando-se nos princípios do SUS (MS, 2009). Nesta perspectiva, é imprescindível compreender sobre as diferentes formas de atuação do profissional da psicologia no contexto da saúde pública, é essencial para uma atuação de excelência na área. É notado, que a psicologia está cada vez mais ganhando destaque e adentrando em espaços da saúde pública, isso, em decorrência das muitas pesquisas e estudos que vem ressaltando sobre a importância da atuação do psicólogo no âmbito das instituições de saúde pública. Porém, uma área de atuação escassa em formação e qualificação, outrora, muito comum, por vezes ser confundida como os modelos clínicos tradicionais, aprendido durante o processo de aprendizagem curricular. No entanto, as práticas psicoterápicas no âmbito das instituições públicas, são diferenciadas, isso, dado ao contexto da empregabilidade da prática, num sentido mais breve e assistencialista, daí, a necessidade de uma formação mais especializada e continuada (MELLO; TEO, 2019). Entender a relevância do preparo e qualificação profissional para a atuação em psicologia nas áreas da saúde pública, garante efetividade na atuação e até mesmo, promover mudanças significativas para toda a equipe multidisciplinar envolvida. Deste modo, quanto melhor qualificado for o profissional, melhores serão os resultados, impactando significativamente nas equipes de saúde como um todo. A pesquisa na literatura científica ocorreu a partir de buscas realizadas em bases de dados como Google acadêmico, Scientific Electronic Library Online (SciELO), revistas e jornais científicos, entre outros materiais relacionados ao assunto, citados na bibliografia. Sobre a temática: Psicologia no Sistema Único de Saúde, com o objetivo de fomentar discussões sobre o assunto. No âmbito da atuação em saúde pública, tem-se notado a importância e relevância da atuação do profissional psicólogo neste contexto. Assim, para uma atuação efetiva, o psicólogo precisa estar constantemente reinventando e aprimorando a atuação prática, numa constante articulação com os demais profissionais, realizando um trabalho interdisciplinar, quer no suporte às equipes, como nas ações de promoção e prevenção da saúde junto aos usuários. Na esfera da formação, surge essencialmente o fortalecimento de uma educação crítica, fundamentada em metodologias mais atualizadas e contemporâneas, promovendo assim, a inserção qualificada de ensino-aprendizagem dos profissionais mais efetivos neste campo de atuação (MELLO; TEO, 2019). Nesse sentido, faz-se necessário mais pesquisas que aprofundem a atuação do

profissional de psicologia em contextos de saúde pública, para uma melhor compreensão da prática da psicologia na saúde pública, diferenciando-se assim, das práticas clínicas tradicionais, realizadas em consultórios.

Palavras-chave: Psicologia, saúde pública

Referências Bibliográficas:

MELLO, Raquel Antunes de; TEO, Carla Rosane Paz Arruda. Psicologia: entre a Atuação e a Formação para o Sistema Único de Saúde. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 39, 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (2009). Programa nacional de reorientação da formação profissional em saúde pró-saúde: Objetivos, implementação e desenvolvimento potencial. Brasília/DF.

SOUZA, L. V., & Santos, M. A. (2012). Processo grupal e atuação do psicólogo na atenção primária à saúde. *Journal of Human Growth and Development*, 22(3), 388-395. <https://doi.org/10.7322/jhgd.46711>.

Capítulo 87 - DOI:10.55232/1084002087

“GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO DAS PRÁTICAS DE LOGÍSTICA REVERSA EM UM SUPERMERCADO DE POTÉ (MG)”

Ayesha Schwartez Souza, Diego Lage Silva, Jucélia Nunes Lopes Silva, Tallison dos Santos Teles

Este artigo teve com objetivo, verificar e descrever as práticas aplicadas pelo supermercado em Poté (MG) nos seus processos de logística reversa. Inicialmente o meio de investigação utilizado foi a pesquisa bibliográfica e documental. Foram ainda, coletados dados e informações por meio de questionários junto ao supermercado para Gestora e Funcionários (10). Pode-se concluir que a empresa desenvolve algumas práticas de logística reversa, reuso e reciclagem de papelão, porém de maneira empírica, sem planejamento ou padronização dos processos. Em suma, pode-se observar que a logística reversa é um instrumento que pode trazer uma contribuição eficaz para preservar o meio ambiente, principalmente aquelas empresas que têm consciência ambiental e comprometimento social. **INTRODUÇÃO:** A logística reversa e sustentabilidade tem um grande propósito e propõe um novo modelo de gestão de negócios, levando em consideração os impactos ambientais e sociais, além das questões econômicas. As organizações produtivas e as de serviços possuem atividades que podem ser nocivas ao ambiente em que se vive. No entanto, se estas atividades forem organizadas, benefícios podem ser observados, com melhoria significativa nos padrões de vida das comunidades (FERREIRA et al., 2016, p. 1). Estudos anteriores indicam que logística reversa deve estar na pauta constante das organizações, considerando uma análise de valor e o meio em que participam. Colaborando, na busca por relacionamentos produtivos e na transparência da prestação de contas para a sociedade (LEITE, 2009, RAZOLLINI 2009; BALLOU, 2015; FERREIRA et al., 2016). Para alcançar o objetivo de verificar e descrever as práticas aplicadas pelo supermercado em Poté (MG), foi levantada a seguinte pergunta problema: Como a empresa no ramo de supermercados na cidade de Poté (MG), desenvolve os processos da logística reversa? Está pesquisa caracterizou-se como qualitativa, descritiva e exploratória, pois foi realizada em uma região onde há pouco conhecimento acumulada e sistematizado sobre o tema. **METODOLOGIA:** Este artigo é de caráter original e a natureza da pesquisa caracteriza-se como qualitativa, exploratória, pois foi realizada em uma região onde há pouco conhecimento acumulado e sistematizado sobre o tema, e descritiva tendo em vista o objetivo de verificar e descrever as práticas aplicadas pelo supermercado em Poté (MG) nos seus processos de logística reversa. Para a coleta de dados, utilizou-se de dois questionários aplicados a gerente e funcionários (10), realizado pelos autores, no próprio supermercado em Poté (MG) em 2017. E constituiu de uma série ordenada de perguntas, baseadas e estruturadas conforme modelo aplicado por Araújo et al (2010), que foram respondidas discursivamente, tendo como objetivo adquirir informações sobre o objeto desse estudo. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A empresa possui uma gestão conservadora e familiar, em que os cargos estratégicos em sua maioria são

ocupados pelos membros das famílias dos fundadores. Esta característica pode ser vantajosa, pois os gestores com este perfil avaliam bem os riscos que podem correr ao adotar novas estratégias, mas também desvantagens caso seja difícil à prática de investimentos, impedindo o crescimento e expansão da empresa, fato que pode ser avaliado na figura 1. A empresa começou a praticar a logística reversa com os papelões que eram gerados, porém como começaram recentemente, não conseguem calcular o retorno financeiro gerado. São produzidos mais de 5.000 (cinco mil) kg de lixo (papelão e plástico) por mês segundo a gestora. Ressaltou também que a empresa nunca realizou treinamento aos colaboradores sobre a logística reversa. Sobre planejamento, a gestora relatou ainda que possui planejamento estratégico e que este é acompanhado pela mesma. Embora relatasse seguir um planejamento estratégico e não possuir organograma, dados apresentados dizem o contrário (quadro 1), pois afirmam os demais funcionários desconhecerem alguns processos.

Palavras-chave: Logística Reversa, Gestão ambiental e sustentabilidade.

Referências Bibliográficas:

ARAÚJO, Camila Brunassi de et al. Logística Reversa: Um Estudo em Supermercados de Cidades do Interior Paulista. In: VI Fórum Ambiental da Alta Paulista, 2010, São Paulo, SP. São Paulo: Associação Amigos da Natureza da Alta Paulista, 2010.p 369-374

BALLOU, Ronald H. Logística Empresarial: transportes, administração de materiais e distribuição física. Tradução Hugo T.Y. Yoshizaki. 1. ed. 19. reimpr. São Paulo: Atlas, 2015

BRASIL. Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010. Dispõe sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 02 ago. 2010. Disponível em: . Acesso em 14 de mai de 2017 BRASIL. Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010. Dispõe sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 02 ago. 2010. Dispon

FERREIRA, et al. Logística Reversa e Sustentabilidade. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

LEITE, P. R. Logística reversa: meio ambiente e competitividade. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

PEREIRA, A. et al. Logística Reversa e Sustentabilidade. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

RAZOLLINI FILHO, Edelvino; BERTÉ, Rodrigo. O Reverso da Logística: e as questões ambientais no Brasil. 1.ed. Curitiba: IBPEX, 2009.

Capítulo 88 - DOI:10.55232/1084002088

**UM LADO POUCO CONHECIDO DAS EXPERIÊNCIAS DOS
PROFISSIONAIS DA ONCOLOGIA**

Gabriel Lopes Leite, Anamaria Souza Cardoso, Eduardo Silva Xavier, Julia Rebello Souto, Kevin Lourenço Bridges, Letícia Layla Gomes Rocha, Vanessa de Oliveira Passos

UM LADO POUCO CONHECIDO DAS EXPERIÊNCIAS DOS
PROFISSIONAIS DA ONCOLOGIA

Introdução: A saúde mental ou física tornou-se uma pauta importante a ser discutida, principalmente em casos em que pessoas que levavam uma vida normal, tiveram alteração cotidiana após acontecimentos traumáticos, relativos às doenças oncológicas. Porém, uma realidade pouco estudada é a saúde mental de profissionais que tratam de pessoas com câncer. Objetivo: Conhecer sobre a experiência de profissionais que lidam com pacientes oncológicos discutindo a importância de mais estudos a respeito. Métodos: Realizou-se uma pesquisa de natureza exploratória, com pesquisa bibliográfica como procedimento técnico de coleta de dados. Foram utilizadas produções documentais sobre o conteúdo, sobretudo artigos e publicações periódicas pertinentes ao tema. Resultados: Falar sobre as consequências do câncer ainda é algo muito difícil para as vítimas, mas falar das mesmas para os profissionais ainda é algo pouco discutido. Corroborando com Bordignon et al. (2015), uma vertente apontada pelos autores, além de pouco observado por todos é a satisfação dos profissionais com o processo de tratamento, já que estes julgam proporcionar um relacionamento satisfatório tanto ao paciente quanto ao acompanhante. Dessa forma é observado por eles que esse fator está diretamente relacionado a questões individuais como o prazer que é ajudar o outro, oferecendo uma vida mais confortável ou mesmo a quesitos religiosos retomando a empatia e o potencial de visualização da própria finitude, a partir da finitude do outro. Também ressaltado na pesquisa de Bondía (2002 apud CURY; OLIVEIRA, 2016), a experiência de cuidado com pacientes oncológicos pode ser uma experiência ligada à paixão, pois assumir o tratamento de pacientes oncológicos, demonstra uma vocação que não é comum em qualquer profissional da saúde, sendo crucial a valorização e o investimento em casos, tanto para o profissional, quanto para o tratamento humanizado do paciente. Ademais, Cury e Oliveira (2016), ressaltam essa importância dos benefícios que o papel do profissional pode proporcionar ao paciente oncológico, pois por meio da forma com que eles se relacionam com o paciente, conseguem ajudá-lo. Tais benefícios não se restringem apenas ao paciente, se estendem também para o profissional com o comportamento de tolerar as frustrações inerentes das atividades. Tal característica ou habilidade que os mesmos só conseguem identificar pela experiência, não sendo adquirida a partir da própria formação. Conclusão: A partir disso, conclui-se que não há o encontro entre duas pessoas sem que ambas sejam expostas a uma possibilidade de transformação e evolução, diante disso, a experiência do cuidado não precisa ser necessariamente traumática ou debilitante como muito é pensado pelas pessoas comuns. Entretanto, essa pesquisa feita não tem a pretensão de mostrar a dessensibilização dos

profissionais acerca do tema, mas sim apontar um lado da experiência profissional pouco comum aos olhos da sociedade e promover uma reflexão mais ampla do assunto tratado. Não tendo o câncer como problema, mas ressaltando como isto afeta a vida do profissional, sendo um assunto ainda pouco discutido.

Palavras-chave: Profissional, Oncologia, Psicologia.

Referências Bibliográficas:

OLIVEIRA, A. E.; CURY, V. Cuidar em oncologia: uma experiência para além do sofrimento. Memorandum: Memória e História em Psicologia, v. 31, p. 237-258, 2 jul. 2017.

BORDIGNON, M. et al. (In)satisfação dos profissionais de saúde no trabalho em oncologia. Revista Rene, v. 16, n. 3, p. 398-406, maio/jun. 2015. Disponível em: . Acesso em: 21 set. 2015.

Capítulo 89 - DOI:10.55232/1084002089

A ALIMENTAÇÃO E DIREITOS HUMANOS NO FEUDALISMO

Julie dos Reis

O presente artigo tem por objetivo apresentar um estudo sintetizado sobre alimentação, pelo viés da História e apoiado no conceito dos direitos humanos, que foi levado para a educação básica através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência, orientado pelo corpo docente da PUCPR em 2017. O estudo foi desenvolvido com vistas a demonstrar aspectos históricos, políticos e sociais do período feudal, datado na Idade Média, tão marcado por desigualdades sociais, e também cenário de diversas mudanças nos sistemas alimentares. Assim, a alimentação, por ser indispensável a vida humana, por caracterizar-se como direito universal, e fazer parte nos processos de desenvolvimento econômico e cultural das civilizações, foi objeto para pensar paralelamente com os direitos humanos. Surgida por volta dos anos 1000, nos campos da Europa Ocidental, a sociedade feudal possui certos traços que a caracterizam, a saber: extensa produção agrícola, vastas terras no poder dos senhores feudais e, conseqüentemente, diferenças nos campos socioeconômicas e jurídicos. Aspecto característico também e um dos pilares mais fortes é o funcionamento dessa sociedade, que emprega a força por parte de pequenos grupos possuidores de terras, que armados, impõem sobre as camadas mais populares os seus poderes. A produção agrícola feudal visava além de suprir as necessidades de quem produzia, isto é, os camponeses, e produzir excedente afim de entregar parte das colheitas aos donos de terras, isto é, a nobreza. Assim, estava assegurado a continuidade da produção, o pagamento de taxas e o desenvolvimento da lógica desigual da organização social. As famílias camponesas concentravam seus esforços na exploração das terras recebidas e desenvolviam sua própria produção, que de acordo com os historiadores Flandrin e Montanari (1996, p. 393) sem que caracterizasse como simples servidão. Com a expansão econômica e social no campo desse período, o sistema alimentar passa por mudanças consideráveis, como o cultivo de cereais em grande escala: trigo, centeio, aveia; e o caso de alguns legumes como fava, alho, cebola, alho poró, couve espinafre, grão-de-bico, que até o século X eram cultivados em pequenas hortas e passam a serem produzidos em torno das aldeias, além dos hábitos alimentares que se diferenciam. Para Flandrin, p. 398) a leitura que se teria na época dizia que quem come até se saciar é quem tem mais poder. E embora não tenha acesso a muitas fontes históricas, as camadas mais populares da sociedade feudal, predominantemente se alimentava de vegetais produzidos em seus lotes arrendados, e em muito menor quantidade com carnes e ovos. Aos nobres não faltava carnes de caça, que simbolizava o poder, a dominação, além de queijos e ovos. Já o pão e o vinho, está presente de alguma forma para ambas as camadas sociais, muito pelo cultivo da época, embora em muito menor escala para as classes mais pobres. Apresentado o contexto, pretendeu-se aqui que a discussão tenha sido provocada, com vistas a pensar as diferentes experiências sociais da época, e tendo em vista que conforme aponta Baschet (2006) a sociedade feudal medieval é complexa, em que as classes se relacionam e possuem papéis importantes de troca. E para além, os direitos

humanos podem ser pensados a partir do que traz Hunt (2006), uma vez que possuem os direitos humanos todos os seres com este status.

Palavras-chave: alimentação; feudalismo; direitos humanos;

Referências Bibliográficas:

Flandrin, Jean-Louis, Massimo Montanari, and Maria da Graça Pinhão. História da alimentação. 1996

BASCHET, Jérôme, and A. Civilização Feudal. "do ano 1000 à colonização da América." (2006).

Hunt, Lynn. A invenção dos direitos humanos: uma história. Editora Companhia das Letras, 2009

Capítulo 90 - DOI:10.55232/1084002090

**ELOGIOS QUE NEGAM: AVANÇOS E RETROCESSOS NA
EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICORRACIAIS**

Marluce Soares Dias, Marluce Soares Dias

Neste trabalho temos por objetivo analisar o processo de implementação da Educação para as Relações Étnicorraciais no âmbito do currículo escolar, contemplando o Ensino da História e da Cultura Afro-brasileira numa escola do nível de Fundamental I da rede municipal do município de Janaúba-MG, conforme as determinações da lei nº 10639/03 alterada pela 11645/08. A fundamentação teórica em autores como Silva (1999), Lopes (2005); Cavaleiro (2006); Guimarães (2008); Gomes (2010); Freire (2014); Almeida (2019) dentre outros. A coleta de dados será realizada por meio da análise de documentos oficiais da escola, como o Projeto Político Pedagógico (PPP) a fim de verificarmos se e como contemplam a educação para as relações étnicorraciais. Posteriormente será realizada observação numa sala de aula do Ensino fundamental I, com o objetivo de verificar como e se as orientações da lei 10.639/03 estão presentes nas atividades curriculares, bem como analisar as relações que se estabelecem nesse espaço da escola. E por fim, a realização de entrevista com professor (a) regente de sala, com o objetivo de analisar o processo de formação do (a) professor (a) sobre a temática da educação para as relações étnicorraciais, bem como identificar como e se as orientações da lei 10.639/03 estão sendo trabalhadas em sala de aula, e verificar se existem dificuldades nesse trabalho e quais são essas dificuldades.

Palavras-chave: Escola, lei 10639/03, professor

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. Racismo Estutural. São Paulo, Jandaíra, 2020.

FREIRE, Paulo. Pedagogia a Autonomia. Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo, Paz e Terra, 49ª Edição, 2014.

GOMES, Nilma Lima. Um olhar além das fronteiras educação e relações raciais. Belo Horizonte, Autêntica, 2010.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Preconceito racial: modos e temas e tempos. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Lei 10639/2003. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm Acesso em 16 de setembro de 2020.

LOPES, Vera Neusa. Racismo, Preconceito e Discriminação. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). Superando o racismo na escola. Ministério da Educação: SECAD, 2005, p. 185-204.

MUNANGA, Kabengele; GOMES Nilma Lino. O negro no Brasil de hoje. Coleção para entender, São Paulo: Global, 2006.

Capítulo 91 - DOI:10.55232/1084002091

MÚSICA COMO INSTRUMENTO TERAPÊUTICO

Kassieli Egert Kuster, Ivone Almeida da Silva dos Reis, Eliane Gusmão Ribeiro

A música apresenta grande poder de mobilização emocional, o que nos leva a refletir sobre a utilização voltada na promoção do bem-estar. Deste modo, a música vem sendo utilizada em vários contextos, no âmbito educacional por estudantes, para promover o relaxamento e estimular a criatividade, durante práticas de atividade física e em momentos de relaxamento. Os efeitos da música impactam diferentes áreas cerebrais, nesta perspectiva, os autores Assunção et al. (2020), afirmam que o comportamento humano é influenciado por diferentes aspectos biopsicossociais, e não há como deixar de mencionar aqui a música, pois pode auxiliar nos tratamentos de sintomas de ansiedade, depressão, estresse e outras patologias. Os estudos ao passar do tempo, vem demonstrando que a música vai além do entretenimento, podendo ser um recurso favorável nos aspectos mentais. Estudos relacionados a música e tratamentos psicológicos e/ou outras áreas da saúde, demonstram que o uso de músicas eruditas, instrumentais ou de ambiente são mais utilizadas. Dannenberg (2010), aponta que no processo de modificação de pensamentos e redução da ansiedade ou estresse na sessão de musicoterapia, assim, a música erudita em predominância de melodias com instrumentos trabalhados durante a sessão, seriam suficientes para promover uma melhora dos sintomas. Sintomas de ansiedade podem ocorrer devido a diversos fatores, levando a pessoa a manifestar diferentes sentimentos e comportamentos, com isso, podendo comprometer o desempenho psicológico e físico. Deste modo, a música proporciona evocar lembranças e pensamentos que possibilitem intervenções em sintomas de ansiedade, estresse, depressão etc. (ASSUNÇÃO 2020). De acordo com algumas pesquisas, a música pode ser utilizada como música de fundo no ambiente, ou em complemento com alguma técnica ou procedimento de relaxamento. Foi dado ênfase em publicações científicas disponibilizadas em base de dados como Google Acadêmico, Scielo, periódicos, repositórios e revistas científicas. O levantamento do material bibliográfico foi realizado de acordo com os critérios de inclusão e exclusão de acordo com o tema proposto. Após a realização das pesquisas, foram selecionadas publicações que fazem parte do corpo do trabalho. O tratamento com música pode ser realizado em diversos contextos, como em grupos terapêuticos ou ocupacionais, tratamentos individuais, ambientes clínicos e hospitalares, entre outros. Segundo Assunção et al. (2020), no Brasil existem formações em nível de especialização, multidisciplinar específica para atuação do musicoterapeuta. As pessoas sentem e percebem a música mais do que um simples som, ela provoca percepções visuais, atividade motora sensorial, processamento de informações abstratas e simbólicas, bem como, a expressão de emoções promovendo a sensação de relaxamento e bem-estar (BERGOLD; ALVIM; CABRAL, 2006). A música envolve todo o corpo a mente, ainda segundo os autores acima, a maior concentração está na região da cabeça e tórax, os efeitos da música incluem suavidade, choros, canto, risos, sensação de bem-estar e relaxamento. Também está associada à dança, envolvendo movimentos das pernas, promovendo a atividade física. Na área da

psicologia, Trimmer, Naeem e Tyo (2016), apresentam que o uso psicoterapêutico da música mostra-se eficiente, especialmente no tratamento de depressão e ansiedade, associados à psicoterapia. Os estudos realizados com participantes que apresentam esses transtornos, em uma condição leve a moderada, apresentaram resultados positivos na utilização da musicoterapia. Com isso, percebe-se que a música apresenta-se como uma ferramenta importante para auxiliar no acompanhamento do tratamento de transtornos emocionais, além de outros benefícios mencionados.

Palavras-chave: Música, terapia, saúde mental

Referências Bibliográficas:

ASSUNÇÃO, Wildson Cardoso et al. O tratamento de sintomas de ansiedade baseado na música e Terapia Cognitivo-Comportamental. *Revista Educação, Psicologia e Interfaces*, v. 4, n. 1, p. 127-143, 2020.

BERGOLD, Leila Brito; ALVIM, Neide Aparecida Titonelli; CABRAL, Ivone Evangelista. O lugar da música no espaço do cuidado terapêutico: sensibilizando enfermeiros com a dinâmica musical. *Texto & Contexto-Enfermagem*, v. 15, p. 262-269, 2006.

DANNENBERG, R. B. *Style in Music*. Preprint from *The Structure of Style: Algorithmic Approaches to Understanding Manner and Meaning*, Berlin: SpringerVerlag, 2010, pp. 45-58.

TRIMMER, C. G.; TYO, R.; NAEEM, F. Cognitive Behavioural Therapy-Based Music (CBT-Music) Group for Symptoms of Anxiety and Depression. *Canadian journal of community mental health = Revue canadienne de santé mentale communautaire* 35(2):1-5. 2016.

Capítulo 92 - DOI:10.55232/1084002092

**O CASO JOÃO DE DEUS, UM ESTUDO QUANTO AS
OFENSAS A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA PELA
UTILIZAÇÃO DA LIBERDADE DE CULTO.**

Victor de Goes Cavalcanti Pena

A dignidade da pessoa humana é o princípio norteador de comportamentos do estado, seja no papel de garantidor, ou no de limitador. Em respeito a essa ideia, temos a constituição dos direitos fundamentais, que são a forma positivada de diversos aspectos da dignidade. Nesse sentir, há o direito à liberdade de culto religioso, que garante ao corpo social o direito de apreciar qualquer das religiões e cultos existentes sem qualquer limitação. No entanto, alguns cultos se aproveitam dessa liberdade constitucional para explorar os crentes, afligindo a dignidade da pessoa humana seja pela ofensa ao corpo, a mente e/ou ao patrimônio. Com isso em mente, o presente trabalho busca analisar o caso de João de Deus, explorado em diversas mídias, como uma dessas situações de abuso da liberdade de culto visando um ganho pessoal daquele executor que se coloca em um patamar elevado de espiritualidade, e que fere por ações controversas a dignidade. O cirurgião espiritual executava diversos procedimentos com diversas referências religiosas e atraiu pessoas de todo o mundo, e no meio de toda sua exposição cometia diversos crimes contra as suas pacientes que por anos se calaram. O trabalho, então, tem como objetivo entender o princípio da dignidade humana e como é visto no ordenamento brasileiro atual, assim como compreender a liberdade de culto como um de seus ramos. Para que então, seja possível investigar o caso João de Deus como um abuso desse direito e grave ferimento a dignidade, considerando os atos cometidos pelo líder religioso. Para tanto, foi realizada uma pesquisa dedutiva, com levantamento bibliográfico, tomando como base os estudos de Daniel Sarmiento quanto ao princípio da dignidade humana e as diversas mídias quanto ao caso de João de Deus, entre elas livros publicados quanto ao tema e diversos documentários que abordam o antes e o depois do escândalo. Diante da perspectiva do estudo, restou possível enxergar o viés ofensivo que certas situações podem auferir ao princípio da dignidade, quando se aproveitando de um direito constitucionalmente previsto pessoas cometem atos ofensivos não só ao corpo, como também a psique dos crentes. Com mais especificidade, enquadraremos o caso de João de Deus, e da Casa como um abuso do direito ao culto religioso e meio de ofensa ao princípio da dignidade, pois o suposto cirurgião espiritual cometeu diversos crimes sexuais quando na execução de seu posto na casa que comandava. Assim, por meio do presente estudo destrinchou-se o caso de João de Deus que chocou todo o mundo, verificando como o fanatismo da Casa o permitiu ferir diversos aspectos da dignidade da pessoa humana, que por anos foram mantidos em segredo.

Palavras-chave: Dignidade da pessoa humana, Liberdade de culto religioso, Caso João de Deus

Referências Bibliográficas:

Dignidade da pessoa humana: conteúdo, trajetórias e metodologia / Daniel Sarmento. Imprensa: Belo Horizonte, Fórum, 2016.

Direito constitucional: teoria, história e métodos de trabalho / Cláudio Pereira de Souza Neto, Daniel Sarmento. Imprensa: Belo Horizonte, Fórum, 2019.

A CASA: A HISTORIA DA SEITA DE JOAO DE DEUS, 1ªED.(2020). Chico Felitti. Todavia, São Paulo.

MEDIAÇÃO E AFETIVIDADE NO ENSINO A DISTÂNCIA

Iraci Veni Scheffler, Liliane de Sousa Cardoso

O presente artigo tem o intuito de contribuir com relatos sobre a Educação a Distância no Brasil e sua mediação com a afetividade entre alunos, professores e tutores desde ao início de sua história até os momentos atuais, e o quanto a mediação dos tutores tem influenciado nas questões da afetividade no processo de ensino-aprendizagem na EaD. Corroborando com os estudos, a análise destes processos de interação e criação de vínculos afetivos na EaD, em ambientes físicos e virtuais, é um tanto suprimido por assim não se dizer – carente. Assmann (1998) cita que não cabem dúvidas de que o cérebro necessita do abraço para ser desenvolvido e as estruturas cognitivas dependem desse alimento para alcançar um nível adequado de ensino. Estudos relevantes enfatizam que o ambiente pedagógico precisa ser cativante de forma que gere fascínio, interesse e paixão pelo aprender. No contexto real, a reflexão a cerca do EaD nos mostra que a distância e o tempo aliados a influência nos levam a ter uma afetividade interativa. Niskeir (1999) cita que o tutor em sala é o único elemento estimulante e orientador para o auto desenvolvimento do aluno. Para Chalita (2004) o aluno, assim como o professor e como todo o ser humano precisa de afeto para ser valorizado. Mattos (apud RIBEIRO e JUTRAS, 2004), dialoga que a afetividade contribui para a criação de um clima de compreensão, confiança, de respeito mútuo, de motivação e de amor, que podem trazer benefícios para a aprendizagem escolar. Para Wallon (1995) a afetividade é a chave para o crescimento e a formação da personalidade do indivíduo. Cabe neste processo de análise de estudos do EaD, cujos fatos transcendem a história, e que os laços de afetividade já se faziam presentes em suas transcrições via correspondência, seguidas pela comunicação auditiva (radio), visual (televisiva), até o momento em que a tecnologia interativa e midiática começou a fazer parte do contexto de ensino. Serra (2005) em sua fala comenta que a afetividade vai adquirindo relativa independência de fatores corporais, e as experiências emocionais se renovam e se reformulam por intermédio das experiências vividas ao longo do tempo. Para Vygotsky (2001), as lembranças que possuímos estão ligadas às vivências afetivas mais impactantes. Ao pensar em sala de aula, com certeza o indivíduo irá lembrar-se de uma situação que marcou devido o componente afetivo, sendo assim é possível dizer que a aprendizagem em um ambiente afetivo favorece a aprendizagem, sendo assim o autor informa que se um professor quiser que seu aluno recorde com mais facilidade ou haja o exercício do pensamento, as atividades deverão ser estimuladas emocionalmente. Fernandes (1991) conta que para aprender precisamos de dois personagens: - o que ensina e o que aprende, e nós aprendemos de qualquer um, muito mais daquele a quem outorgamos confiança. Com o advento da tecnologia, Valente (2003) em suas doutrinas cita que a internet cria condições para que esta interação professor-aprendiz seja intensa, permitindo o acompanhamento do aluno e a criação de condições para o professor “estar junto”, ao seu lado, vivenciando as situações e auxiliando-o a resolver seus problemas. Embora essas novas tecnologias se mostrem ferramentas de inovação na educação, é o professor e a forma como este interage com os alunos que possibilitará o sucesso ou o fracasso

da educação a distância, semelhantemente ao que ocorre em aulas tradicionais, mantendo desta forma um vínculo afetivo interativo. Nessa relação de estudos entre a afetividade mediada pela interatividade e o ensino EaD, vemos que a subjetividade se faz presente em todos os momentos da vida, no contexto familiar, onde iniciamos os primeiros passos até a nossa vida adulta.

Palavras-chave: Afetividade. Ensino a Distância. Ensino-aprendizagem. Mediação

Referências Bibliográficas:

ASSMANN, Hugo. Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente. Petrópolis: Vozes, 1998

CHALITA, Gabriel. Educação: a solução está no afeto. 14. ed. São Paulo: Gente, 2004

FERNÁNDEZ, Alicia. A inteligência aprisionada. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

NISKIER, Arnaldo. Educação a distância: a tecnologia da esperança. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

MATTOS, Sandra Maria Nascimento de. A afetividade como fator de inclusão escolar. In: Teias online, v. 18, p. 50-59, 2008.

MORAM, J. M. MASETTO, M. T.: BEHRENS, M. A. As Tecnologias e a mediação pedagógica. Campinas: Papirus. 2000.p. 34.

MORAN, J.M. MASETTO, Marcos & BEHRENS, Marilda. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 7a ed. São Paulo: Papirus, 2003,p.150.

SERRA, Daniela Tereza Santos. Afetividade, Aprendizagem e Educação On-line. [s.d.] Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp002652.pdf>. Acesso em 22 de setembro de 2018

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. A Construção do Pensamento e da Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001

VALENTE, José Armando. Educação a distância no ensino superior: soluções e flexibilizações. Interface – Comunicação, Saúde, Educação. v. 7, n. 12, pp. 139-142, fev. 2003.

WALLON, Henry. Do ato ao pensamento. Lisboa: Moraes Editores, 1978

Origens do caráter na criança. São Paulo: Nova Alexandria, 1995.

Capítulo 94 - DOI:10.55232/1084002094

**ADRIA FERNANDA MONTEIRO NOVAS ESCUTAS:
CONTRIBUIÇÕES DA FENOMENOLOGIA-EXISTENCIAL AO
TRABALHO NO CONTEXTO JURÍDICO**

Adria Fernanda Monteiro Barker, Cleison Guimarães Pimentel

INTRODUÇÃO: Rodrigues, Couto e Hungria (2005) dissertam que são condutas determinadas pelos sentimentos que criam relações jurídicas de disputa nos Tribunais. Conflitos judiciais são conforme Ferreira (2008), conflitos de família, e sobretudo, problemas que as famílias não conseguiram resolver. Silva (2016) disserta que o objetivo de oferecer algum tipo de auxílio psicossocial facilita o desfecho dos litígios e é a partir destas conflitivas que intervenções psicológicas são possíveis. Dentro do contexto psicossocial dos Juizados Especiais Criminais de Manaus/AM, verificam-se lides envolvendo ex-cônjuges imbricados em processos tipificados, por exemplo, segundo o Art. 136 do Código Penal (Maus-Tratos) confirmando os autores supracitados acerca de condutas determinadas por afetos. As denúncias são perpetuações de litígios anteriores, levando em conta outras autuações já existentes ao processo dizendo muito a respeito sobre o trabalho psicossocial de tal instância jurídica. Salienta-se ainda que até o momento não existiam pesquisas que comprovem tal afirmação vinculadas a este Poder (referindo-se à Manaus). **METODOLOGIA:** É dentro deste entendimento que se dá o fazer do psicólogo no contexto de disputa entre as partes envolvidas; realizam-se atendimentos psicológicos com a finalidade de que as intervenções possíveis alcancem uma escuta psicológica e mediação como procedimento preventivo de novas incidências processuais. Participam deste contexto adultos beneficiários do Judiciário; e crianças, em geral tipificadas como vítimas das autuações, assim como também idosos. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A partir da experiência no âmbito jurídico este trabalho propõe reflexões sobre o trabalho de uma escuta clínica na perspectiva fenomenológico-existencial a partir das demandas no âmbito citado. Segundo Dutra (2013) a perspectiva adotada neste trabalho é a de propor uma atitude fenomenológica, que vai de encontro à atitude natural, uma escuta que se abre aos sentidos dos usuários do serviço, através do pensamento meditante pelo profissional de psicologia que assim, norteará as reflexões e a atuação num espaço no qual o pensamento que medita exerça-se como possibilidade para se desenvolver uma atitude fenomenológica. O uso da atitude fenomenológica abre a percepção do profissional em psicologia para os sentidos presentes no discurso dos usuários e a partir disto propor uma intervenção que esteja mais próxima da realidade existencial do usuário do serviço. **CONCLUSÃO:** Constatado que muitas questões foram lançadas e refletidas durante esta experiência e a escuta dentro dessa perspectiva está voltada para uma postura que visa enriquecer o diálogo e a interlocução bem como a aproximação do olhar da existência de cada ser.

Palavras-chave: psicologia jurídica; escuta psicoterápica; fenomenologia-existencial

Referências Bibliográficas:

BRASIL. Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940. Art. 136 do Código Penal. Maus-tratos.

DUTRA, Elza. Formação do psicólogo clínico na perspectiva fenomenológico-existencial: dilemas e desafios em tempos de técnicas. Rev. abordagem gestalt., Goiânia, v. 19, n. 2, p. 205-211, dez. 2013.

FERREIRA, V.A.M. C-. Violência familiar e sua importante interlocução com a mediação. In: MACEDO, R. M. S. e cols. Terapia Familiar: no Brasil na Última Década. São Paulo: ROCA, 2008. p. 283 – 292.

RODRIGUES, M. C. COUTO, E. M. HUNGRIA, M. C. L. A influência dos laudos psicológicos nas decisões judiciais das Varas de Família e sucessões do Fórum Central da capital de São Paulo. 2005.

SILVA, D. M. P. da; Psicologia Jurídica no Processo Civil Brasileiro: a interface da psicologia com o direito nas questões de família e infância. 3 ed. rev., atual. e ampl. - Rio de Janeiro: Forense, 2016.

Capítulo 95 - DOI:10.55232/1084002095

**CIBERESPAÇO: ENSINO SOBRE A TABELA PERIÓDICA EM
UMA REDE SOCIAL**

Estevão Rubloski Pereira Xavier, Mateus Barbosa da Silva

O ciberespaço é definido como um mundo virtual, um lugar onde as informações são ilimitadas e grande parte da população mundial tem acesso a esse espaço, pois é uma ferramenta de comunicação, interação e sociabilidade. O ciberespaço está relacionado a tudo que existe na Internet, e a net acaba fazendo com que todas as informações cheguem em uma velocidade maior (LÉVY, Pierre 1999). O ciberespaço pode ser uma ferramenta importante para o ensino de Química, ele comporta diversos formatos de materiais virtuais. Neste trabalho propôs-se utilizar o Facebook como uma alternativa para o Ensino de Química, criou-se um grupo fechado e os alunos participantes foram inscritos no grupo. Esse ambiente se tornou um fórum em que os alunos puderam expressar suas ideias e tirar suas dúvidas, possibilitando maior aprendizado. Eles puderam observar a química por meio de gráficos e animações, ferramentas facilmente utilizadas, com simples manipulação, ágil e gratuita. Assim, percebe-se que a implantação de um grupo de estudos no Facebook foi mais proveitosa do que o uso blogs e sites, pois é mais interativo e permite uma comunicação fácil e prática. O Facebook facilita a construção de um aprendizado, pois é possível realizar diálogos coletivos com maior facilidade e agilidade, como por exemplo, o trabalho em comunidades que permitem a rápida troca de informação e assim, completar ideias e argumentos previamente estudados (MAGRIN, 2013). Os conteúdos trabalhados em sala no período da manhã foram colocados para discussão no mesmo dia a tarde, o que permitia um reforço do conteúdo estudado e uma ampliação da discussão. Foram criados dois grupos, um para o primeiro ano B e outro para o primeiro ano C, turmas atendidas pelo PIBID, no Colégio Estadual Padre José de Anchieta, na cidade de Apucarana/Pr. As turmas foram divididas em grupos diferentes para acolher as particularidades de cada uma. A interação se deu em um bate papo, para motivar o diálogo entre os educandos. Os conceitos trabalhados em aula apareceram na forma de enquetes e perguntas, formuladas para motivar a participação de todos. Com base nos resultados obtidos, podemos afirmar que a maioria dos alunos interagiram e responderam aos questionamentos e enquetes. Nos fóruns, foram tiradas suas dúvidas e discutidos alguns conceitos que ainda não estavam claros para o entendimento do aluno, especialmente os relacionados à Tabela Periódica. A rede social foi um meio produtivo, pois a resposta ao material postado vinha com rapidez, gerando um diálogo onde muitos tiveram a interação, isso mostra que o ciberespaço é uma aliada da educação fazendo com que suas informações cheguem de forma rápida e concisa, o Facebook foi válido para o ensino de Química, pois facilitou a comunicação com os educandos.

Palavras-chave: Ciberespaço. Facebook. Ensino de Química

Referências Bibliográficas:

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

MAGRIN, Diego Henrique. *A Utilização do Facebook como Ferramenta Alternativa de Ensino Aprendizagem*. 2013

Capítulo 96 - DOI:10.55232/1084002096

**A ORIGEM DA VULNERABILIDADE DA REPRESENTAÇÃO
DEMOCRÁTICA BRASILEIRA**

Pedro Henrique Oliveira Amorim, Erick Renan Bonfim Maia, Roberta Ingrid Cangussu Nunes, Breno Henrique Paiz Oliveira, Lillian Rebeca Moreira Souza

Introdução: Hodiernamente, a crise democrática brasileira deriva de uma série de fatores que tem contribuído para uma fragilidade no sistema, colocando-o sob questionamento. Dentre esses fatores ressaltam-se a desonestidade da classe política, fomentada por atitudes como o desvio de verbas, não efetivação das propostas eleitorais, desconsideração da voz da soberania popular, resultando na sobreposição de interesses individuais e de grupos privados na condução das decisões governamentais. Objetivo geral: A pesquisa analisar a crise democrática brasileira, considerando as fragilidades da representação política. Métodos: Para o estudo, utilizou-se do método dedutivo, com procedimento para coleta de dados via pesquisas bibliográficas e documentais. Resultados e discussão: Verificou-se, mediante o estudo histórico, que a origem da democracia, em Atenas, é caracterizada pela participação popular como atribuição fundamental, resultado do exercício de votações diretas. Conceitualmente, o hibridismo da palavra democracia pressupõe demos, o povo, e kratos, o poder, que fundamentam os parâmetros dessa forma de governo, dado que a hegemonia nasce do povo e para o povo (RIBEIRO, 2013). No entanto, não representa a realidade no atual cenário brasileiro, visto que os cidadãos se dispõem de pouco interesse por questões políticas, sendo vulneráveis assim à conduções ideológicas, sujeitos à falta de representatividade de seus interesses e, por fim, sem qualquer consideração nas deliberações públicas e privadas. Seguindo essa ótica, existe um paradoxo na essência da democracia, uma vez que a representação do povo é fator central. A partir disso, é possível confrontar essa concepção às circunstâncias negativas na atualidade, como a desvalorização nas vontades dos cidadãos, ganância vinculada a um individualismo por parte do representante, que governa de acordo com seus interesses, mediante manipulação das informações (formação de lobbies, grupos com influência aquisitiva que impõem predileções específicas desses grupamentos, vilipendiando as vontades coletivas). Ademais, a sociedade também detém papel decisivo nessa construção de uma sociedade justa e igualitária, posto que a condução ideológica e a ignorância em relação aos direitos e deveres impedem que haja a devida participação popular na consolidação dos valores democráticos. Conclusão: Diante do contexto, espera-se que a soberania popular seja valorizada através dos mecanismos de participação e que a sociedade se abduca do comodismo e lute pelos seus direitos. Ao direito compete, além de efetivar deveres, assegurar a observância dos interesses comuns e o bem-estar social, criando instrumentos legais de participação política ativa, dificultando assim, manipulações e parcialidade nas decisões.

Palavras-chave: Representatividade. Democracia. Cidadão. Interesses.

Referências Bibliográficas:

BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1986.

RIBEIRO, Renato Janine. A democracia. São Paulo: Publifolha, 2013.

Capítulo 97 - DOI:10.55232/1084002097

ATIVISMO JUDICIAL E A TRIPARTIÇÃO DOS PODERES

Karine Santos Gonçalves, Daniela Pereira Alves, Quézia Mascarenhas Martins, Lidyanne de Souza Rosa, Clarice Pereira da Silva, Andressa Mendes de Freitas Pinheiro, Vânia Torres

Introdução: O ativismo judicial é uma prática adotada jurisdicional e extrajurisdicionalmente a fim de estender ou modificar a interpretação e aplicação de uma norma constitucional. Os magistrados expõem opiniões contrárias em relação a atitude ativista no âmbito judicial, por engendrar uma invasão no campo de atuação sob competência de outro poder que se manteve inerte perante decisões de grande relevância social. Objetivo: A presente pesquisa tem como objetivo analisar a legitimidade do ativismo judicial frente ao princípio da separação dos poderes. Método: Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, qualitativa de caráter exploratório. Resultado: O ativismo judicial pode ser entendido como uma postura proativa do Poder Judiciário na interferência de maneira regular e significativa nas opções políticas dos demais poderes, ou seja, uma atuação mais intensa do Poder judiciário na concretização dos valores e fins constitucionais, para além dos poderes que lhe são conferidos pela ordem jurídica. Caracteriza-se pela aplicação direta da Constituição a situações não expressamente contempladas em seu texto, e independentemente da manifestação do legislador ordinário; pela declaração de inconstitucionalidade dos atos normativos emanados do legislador, com base em critérios menos rígidos e ostensiva violação da Constituição; e pela imposição de condutas e abstenções ao Poder público, notadamente em matéria de políticas públicas. Para alguns doutrinadores, trata-se de uma patologia constitucional, uma conduta que deveria ser exceção à regra, pois o Judiciário acaba usurpando o papel do Legislativo e do Executivo e afrontando o Princípio da Separação dos Poderes. No entanto, diante de mudanças históricas o princípio da separação dos poderes, atualmente, não possui a mesma aplicação da proposta inicialmente por Montesquieu, pois, no Brasil, admite-se a flexibilização da divisão de funções, com a criação de mecanismos de transferências de funções típicas de um poder para o outro, que irá exercê-las de forma atípica, visando buscar o equilíbrio necessário a garantir os direitos constitucionais. Conclusão: Conclui-se que o ativismo judicial, desde que dentro das funções asseguradas constitucionalmente, não viola o princípio da separação dos poderes.

Palavras-chave: Ativismo Judicial. Poder Judiciário. Princípio da Separação de Poderes.

Referências Bibliográficas:

AZAMBUJA, Darcy. Teoria geral do estado. 36 ed. São Paulo: Globo, 1997. Disponível em: . Acesso em: 15 maio. 2016.

BARROSO, Luís Roberto. Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática. 2014. Disponível em: . Acesso em: 17 maio. 2016.

Capítulo 98 - DOI:10.55232/1084002098

PSICOLOGIA, DECOLONIALIDADE E DIREITOS HUMANOS

Iara Evanny Do Nascimento Mesquita, José Maria Nogueira Neto, Ana Helena Araújo Bonfim Queiroz, Viviane Silveira Bezerra, Ana Marcela de Oliveira

INTRODUÇÃO: O presente trabalho é resultado de uma atividade avaliativa da disciplina de Tópicos Especiais em Psicologia I, ofertada no curso de Psicologia da Faculdade Luciano Feijão, no Ceará. Conscientes de que estudar os povos tradicionais, relações raciais, racismo e outros tantos termos tem grande importância na nossa futura profissão, já que nos deparamos com a necessidade de grupos sociais de conferir-se uma imagem, de identificar-se e de representar-se. Quando falamos de Povos e Comunidades Tradicionais estamos nos referindo a grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (CFP, 2019). Nessa lógica, “O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASÍLIA, 2019, p.7)” Nesse contexto, abordaremos a relação dessas comunidades rurais com o seu processo histórico, a sua decolonização, a luta por seus direitos e a Psicologia como mediador desse processo. A problematização sobre categorias identitárias segundo a perspectiva decolonial pode ser feita tendo em vista a seguinte dúvida: "quais vidas podem ser vividas na contemporaneidade?" Compreender a singularidade de cada existência humana sob o ponto de vista epistemológico sugere uma resposta a essa pergunta. Podemos notar, por exemplo, a escassez de estudos sobre as concepções de etnia, raça e colonialismo cultural na Psicologia e é importante analisar a racionalidade que produz essas invisibilidades. O não reconhecimento e a consequente não representação de determinados sujeitos no registro da ciência psicológica conduz a um enquadramento seletivo de opressão e subalternidade, segundo as normas conduzidas pela colonialidade do poder (ALVES; DELMONDEZ, 2015). Diante do exposto, o presente estudo possui como objetivos compreender a contribuição dos estudos decoloniais na psicologia para a promoção dos direitos humanos dos povos tradicionais; Caracterizar os principais estudos decoloniais que aparecem na psicologia e apontar a importância da promoção dos direitos humanos para a psicologia. **METODOLOGIA:** Foi realizado um estudo bibliográfico de abordagem qualitativa. A estratégia metodológica desse estudo é de cunho bibliográfico, que permite um amplo alcance de informação (LIMA; MIOTO, 2007), baseando-se em consulta de fontes secundárias relativas à teoria dos estudos decoloniais, bem como dentro da perspectiva de os povos tradicionais, relações raciais, racismo e outros tantos termos e interseccionalidades. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** Os direitos humanos, nesta perspectiva, podem atender apenas aos que se enquadram no perfil do ser humano que se aproxima do padrão defendido pelo ideal colonialista europeu: o branco, heterossexual, cristão, proprietário. Em que pese a

defesa de um direito da humanidade, muitas performances sociais ainda são invisíveis e lutam por direitos básicos, por uma igualdade formal de minimamente existir vivenciando sua personalidade plena, com respeito as multiplicidades cultural que possa gozar de suas tradições como modo de viver. Uma visão multicultural dos direitos humanos poderia ser a saída inteligente para pensar-se na perpetuação dos direitos humanos não como ocidentais, mas efetivamente universais (RORTY, 1994). CONSIDERAÇÕES FINAIS: Para descolonizar o conhecimento, temos que entender que todos/as nós falamos de tempos e de lugares específicos, a partir de realidades e histórias específicas. Não existem discursos neutros. Quando os acadêmicos/as brancos/as afirmam ter um discurso neutro e objetivo, eles/as não estão reconhecendo que também escrevem a partir de um lugar específico, que, naturalmente, não é neutro nem objetivo, tampouco universal, mas dominante. (Kilomba, 2016, p. 17).

Palavras-chave: povos e comunidades tradicionais, Decolonização, subjetividade.

Referências Bibliográficas:

ALVES, Cândida Beatriz DELMONDEZ, Polianne. Contribuições do pensamento decolonial à psicologia política. *Contributions of decolonial thought to political psychology*. Rev. psicol. polít. [online]. 2015, vol.15, n.34, pp. 647-661. ISSN 1519549X.

BRASÍLIA. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP); Conselho Federal de Psicologia (CFP). REFERÊNCIAS TÉCNICAS PARA ATUAÇÃO DE PSICÓLOGAS(OS) COM POVOS TRADICIONAIS. Brasília: CFP/CEFESS, 2019.

CFP, 2019

KILOMBA, G. (2016). Descolonizando o conhecimento - Uma Palestra-Performance. (J. Oliveira, Trad.). Recuperado ARTIGOS Psicologia & Sociedade, 30, e200112 11 de <https://www.geledes.org.br/descolonizando-o-conhecimento-uma-palestra/>

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007

RORTY, Richard. Human rights, rationality and sentimentality. In: SHUTE, Stephen; HARLEY, Susan Hurley (Eds.). *On Human Rights: The Oxford Amnesty Lectures 1993*. New York: Basic Books, 1994.

Capítulo 99 - DOI:10.55232/1084002099

**OS IMPACTOS PSICOSSOCIAIS LIGADOS AO CONSUMO
EXACERBADO DA PORNOGRAFIA NAS RELAÇÕES
INTERPESSOAIS**

**Letícia Salomão Bezerra, Adria Moreno Pereira, Alcides Bezerra Queiroz,
Adriana das Chagas Oliveira Pacheco**

INTRODUÇÃO: A pornografia, segundo a literatura científica, é conceituada como qualquer tipo de material destinado a provocar ou aumentar a excitação sexual no receptor, contendo a exposição explícita de órgãos genitais ou atos sexuais. Através dos estudos realizados sobre a temática, é possível refletir sobre as desvantagens advindas da utilização exacerbada desse material nas relações sexuais, afetivas e em diversos outros contextos. Considerando que o ser humano é diretamente influenciado pelos relacionamentos que estabelece, se faz importante analisar como os vínculos provenientes destes relacionamentos se dão e o que os afeta. Logo, ao pesquisar sobre o tema em questão, buscou-se contribuir com a ampliação do conhecimento científico sobre o assunto e promover reflexões e discussões acerca do mesmo, que ainda é pouco explorado, apesar dos altos níveis de consumo da pornografia no Brasil. **OBJETIVO:** Compreender os impactos psicossociais causados pelo consumo exacerbado da pornografia no contexto das relações interpessoais. **METODOLOGIA:** A metodologia adotada para este estudo é bibliográfica e de caráter exploratório. Foram utilizados livros, monografias, teses, dissertações e artigos científicos disponíveis a partir de buscas em sites nos seguintes endereços: SciELO, PePsic e Google Scholar, publicados no período de 2012 a 2022. **RESULTADOS:** Com base nas informações preliminares, nota-se que uma das principais consequências do uso acentuado da pornografia diz respeito à disseminação de estereótipos da imagem feminina, visto que é comum nos vídeos pornográficos a mulher ser retratada de maneira submissa e posta como um produto usado apenas para a satisfação de desejos masculinos, corroborando para um aumento da objetificação sexual e relativização do estupro. Outro resultado apresentado nas pesquisas foi a idealização do prazer, gerada através de comparações entre os atores e suas performances e as relações sexuais reais, uma vez que nos veículos de teor pornográfico são reforçados modelos corporais fantasiosos e alimentada a ideia de que os indivíduos devem estar à disposição do sexo a todo momento. Isso provoca reflexos na autoestima, aumentando comportamentos de insegurança e evitação de vínculos afetivos, em função da crença de que as relações amorosas e sexuais devem acontecer como no material pornográfico acessado. Assim, essas fantasias afetam e reduzem a satisfação dos sujeitos com seus relacionamentos e a atratividade por seus parceiros. Ademais, também se faz importante considerar os comportamentos de risco decorrentes do consumo excessivo e imoderado da pornografia, que podem ocasionar o surgimento de sintomas relativos à ansiedade, dependência, isolamento social e dificuldade na execução de atividades diárias. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O consumo de pornografia na atualidade constitui um fenômeno bastante presente na população brasileira, o que pode gerar diversos impactos a nível

psicossocial de acordo com a intensidade em que se dá esse consumo. As relações afetivas caracterizam-se pela complexidade no modo como cada pessoa percebe, sente e se expressa diante do outro. Dessa forma, o uso da pornografia pode ser um fator de influência na construção e manutenção das relações, ao considerar que as representações difundidas pela mesma acerca do sexo se mostram incompatíveis com os aspectos vivenciados em uma relação humana. O estudo científico dessa temática pela Psicologia, portanto, torna-se preponderante para que esses impactos possam ser compreendidos a nível acadêmico e social, oferecendo ferramentas que possibilitem o estabelecimento de vínculos saudáveis.

Palavras-chave: Pornografia, Relacionamentos, Impactos Psicossociais

Referências Bibliográficas:

BARROS, Eloísa Amorim de et al. A mulher como produto de satisfação masculina na pornografia: uma análise histórico-social. *REVES - Revista Relações Sociais*, v. 3, n. 4, p. 1, 2020.

BAUMEL, Cynthia Perovano Camargo et al. Atitudes de jovens frente à pornografia e suas consequências. *Psico-USF*, v. 24, n. 1, p. 131, 2019.

BAUMEL, Cynthia Perovano Camargo. *Uso de pornografia e sua influência na satisfação com os relacionamentos amorosos [tese]*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo; 2019.

D' ABREU, Lylla Cysne Frota. *Pornografia, desigualdade de gênero e agressão sexual contra mulheres*. *Psicologia & Sociedade*, v. 25, n. 3, p. 592, 2013.

MARTINS, Manoela Zeri. *A influência do uso da pornografia virtual no desempenho sexual e na vinculação afetiva [monografia]*. Ariquemes: Faculdade de Educação e Meio Ambiente; 2017.

PACHECO, Joana M. *Relação entre o consumo de pornografia online, fantasias sexuais e comportamentos sexuais coercivos e agressivos [dissertação]*. Setúbal: Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz; 2014.

Capítulo 100 - DOI:10.55232/1084002100

**O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E MOTOR DA CRIANÇA**

**Mariane Cardoso da Silva Rocha, Jaqueline Cardoso da Silva Souza, Joice
Cardoso da Silva, Patricia Kenf Gomes de Walle**

INTRODUÇÃO: O presente trabalho pretende fazer reflexões acerca da importância do brincar para o desenvolvimento integral da criança no espaço da Educação infantil, já que nem sempre outros espaços oportunizam o brincar de forma adequada, pois alguns fatores impedem que isso aconteça. A educação infantil tem como finalidade o desenvolvimento irrestrito das crianças de zero até cinco anos de idade, sabe-se que é nessa etapa que as crianças descobrem novos valores, sentimentos, bem como o desenvolvimento da autonomia, da identidade e da interação como outro. Percebe-se que a importância do brincar para desenvolvimento afetivo, social e físico nas crianças tem impacto direto no desenvolvimento da pessoa adulta que elas serão. As experiências vivenciadas são de suma importância, pois em nenhuma outra fase da vida somos capazes de aprender tanto quanto na infância. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A criança é um ser em desenvolvimento em todos os seus aspectos: físicos, emocionais, cognitivos, entre outros. Para Ayres e Rivero, pensar a criança, infância e educação requer muito esforço e muita reflexão e entender a educação infantil como espaço privilegiado da aprendizagem infantil onde é possível assimilar o aprender com o brincar. “A criança atualmente é vista como um indivíduo que questiona, exige e detém seu espaço na sociedade, diferente de como era vista antigamente (TEIXEIRA; VOLPINI,2014,p.3) É durante a infância que ocorrem interações entre o mundo e o meio em que a criança vive, ocorrendo uma aprendizagem significativa. A infância conhecida como a etapa das brincadeiras, do lúdico, logo se pensa no brincar, é nessa etapa que a criança aprende brincando e assim descobrem novos valores, sentimentos, costumes, ocorrendo também o desenvolvimento da autonomia, da identidade e a interação com outras pessoas. O brincar possibilita o processo de socialização, à medida que dá sentido para o que a criança está recebendo e produzindo, pensando assim ele deve fazer parte do planejamento diário dos professores, precisamos ter consciência da sua importância para o desenvolvimento das crianças, direcionando suas experiências. O professor precisa aumentar a criatividade, o entusiasmo, a alegria e observar as crianças no decorrer do brincar. É necessário que o educador entenda a intencionalidade da brincadeira, examinar o universo infantil, e para isso é preciso ter um conhecimento teórico, prático, com capacidade de observação e vontade. Segundo a BNCC (2017), a educação infantil necessita estabelecer “estratégias e ações para que as crianças possam observar, investigar e explorar o ambiente, manejar objetos e brinquedos, criar suposições e verificar as informações para confirmar as perguntas e curiosidades”. Assim, a instituição está dando oportunidade para que as crianças ampliem seus conhecimentos do mundo físico e sociocultural e possam utilizá-los em seu cotidiano (BRASIL, 2017, p.47). O espaço da educação infantil deve ser o espaço favorecedor enriquecedor para a contribuição na formação humana integral da criança, pois através do brincar, é que elas iram vivenciar e explorar o mundo através da socialização, integração.

CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS: Sendo assim, a brincadeira na Educação Infantil tem uma intencionalidade que favorece o aprendizado, sempre ao olhar atento do professor, e será ele que trará elementos fundamentais, que beneficiem e promovam a interação, planejando e organizando ambientes para que o brincar aconteça, o professor cria na criança a vontade de brincar, facilitando assim a aprendizagem garantindo o direito à educação. Concluiu-se que ao brincar a criança se desenvolve integralmente, não apenas como uma forma de diversão, mas uma forma de educar, de construir, de se inserir e se socializar. E no espaço da Educação Infantil que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, é que ela irá ter uma melhor oportunidade de vivenciar essas experiências e aprender.

Palavras-chave: Brincar, Desenvolvimento Social, Motor

Referências Bibliográficas:

AYRES, Liliane; RIVEIRO, Marines. A importância do brincar na Educação infantil. <Disponível em <https://www.alvorada.rs.gov.br/>. Acesso em: 30 de novembro de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC Versão Final. Brasília, DF, 2017.

TEIXEIRA, Héliça Carla; VOLPINI, Maria Neli. A importância do brincar no contexto da educação infantil: creche e pré-escola. <Disponível em: <https://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao>. Acesso em: 19 de setembro de 2021.

Capítulo 101 - DOI:10.55232/1084002101

O VOTO POPULAR COMO CONSTITUCIONAL E LEGÍTIMO PARA A REFORMA DA CONSTITUIÇÃO

Neurani Pereira da Silva, Tayze Tatiane Ossuna da Silva

INTRODUÇÃO: O presente trabalho de conclusão de curso busca sustentar a possibilidade da propositura de emendas ao texto constitucional por meio da iniciativa popular. Partindo da análise do disposto no art.1º, parágrafo único, da Constituição Federal, a pesquisa busca na literatura de pensadores pátrios e estrangeiros os fundamentos, as características e os objetivos da democracia participativa, da Soberania Popular, do Poder Constituinte e das emendas constitucionais. Observe-se, pois, que, na concepção de José Afonso da Silva, a democracia não é um posto a que se chega, e sim um processo de conquista. É de suma importância para evolução dos mecanismos de participação estatal. Isso porque uma vez que se admita que já vivêssemos em um Estado democrático pleno, torna-se desnecessário falar sobre mudanças e melhorias. O que está perfeito não se melhora, todavia, o que está em processo de aperfeiçoamento abre espaço a toda sugestão benéfica. **PROBLEMA DA PESQUISA:** A problemática do oferecimento de emendas constitucionais por iniciativa popular decorre preponderantemente da não previsão expressa do povo legitimado para tanto. Diante disso como avaliar a democracia como um direito e uma garantia constitucional? **OBJETIVOS:** Compreender que o povo é um fator real de poder e que sua exclusão do rol de legitimidade para a reforma constitucional é um atentado à eficácia da democracia. Dedicar-se na identificação da entidade povo, fundamental em qualquer discurso que defenda o aprimoramento da democracia. Reunir argumentos que sustentam a proposta popular de emendas à constituição de forma abrangente que dêem legitimidade ao povo como promotor de emendas ao texto maior. Apontar que é possível legitimar o povo para que possa exercer seu poder em que “todo poder emana do povo”, de fato para opinar na construção da democracia. Portanto, o Poder Constituinte é o arquiteto da estrutura constitucional de uma nação. É dele a responsabilidade de consolidar em um único texto a cultura e as aspirações de um povo, prescrevendo o jeito de ser do Estado e os direitos, deveres e garantias dos cidadãos e da sociedade. A definição de quem é o povo evolui conforme a evolução da própria sociedade, podendo adequar-se aos mais variados interesses. As Constituições falam muito em povo. Após o sucesso da Revolução Francesa, o termo vem sendo utilizado como elemento legitimador dos Estados democráticos modernos, e, portanto, sujeito a todo tipo de manipulação. **REFERÊNCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICO:** Utilizaremos para realização deste trabalho teoria das concepções do povo, de Friedrich Muller, e da teoria constitucional da democracia participativa, de Paulo Bonavides, uma revisão da literatura, consulta direta às obras sobre o assunto, acesso a periódicos, artigos, códigos, leis, sítio de bancos de dados, trabalhos publicados nos últimos dez anos. Serão apontadas as conclusões a que se chegará nesse trabalho monográfico, fundindo toda sorte de sustentáculos erguidos para afirmar a patente constitucionalidade e a legitimidade da reforma popular. **RESULTADOS ALCANÇADOS:** A democracia participativa é o caminho mais curto para o desenvolvimento humano e social do

povo brasileiro. Ciente dessa transformação cultural e comportamental causada pela participação pública nos assuntos de Estado, a Constituição Federal de 1988 resguardou para o povo a plena possibilidade de modificação do seu contexto normativo: permitiu ao povo propor emendas à Constituição. E melhor, o fez de várias formas. Verificamos que na soberania Popular encontra-se o princípio fundamental da ingerência popular no poder. No art. 1º, parágrafo único, da Constituição de 1988, o Poder Constituinte Originário esculpiu o princípio basilar de todo o regime democrático e com ele a força irradiante de que dispõe a legítima vontade popular. Igualmente, verificamos nas nossas pesquisas que o direito constitucional alienígena não se assusta diante da potência real da vontade popular.

Palavras-chave: Soberania popular, Democracia participativa, Iniciativa popular,

Referências Bibliográficas:

BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política; Trad. Marco Aurélio Nogueira. 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2003.

BONAVIDES, Paulo. Teoria constitucional da democracia participativa. 3 ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 22ª ed. São Paulo Malheiros, 2007.

MULLER, Friedrich. Quem é o povo? A questão fundamental a democracia. São Paulo: ed. Max Limonad, 1988.

BRANCO, Paulo Gonet; COELHO; Inocêncio Mártires; MENDES; Gilmar Ferreira. Curso de Direto Constitucional. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2010

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 33ª ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 36ª ed. Brasília, 2012.

Capítulo 102 - DOI:10.55232/1084002102

A DESPEDIDA DA EDUCAÇÃO INFANTIL E A CHEGADA DO ENSINO FUNDAMENTAL

Roseni da Rosa, Sandra Celso de Camargo, Nairlene Gama da Cunha Serafim

A transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental é um processo que marca a vida escolar da criança. Despedir-se da “escola dos pequenos” para ir para a “escola dos grandes”, como assim se referem as crianças, é uma mudança que exige muita sensibilidade dos adultos, como familiares, professoras e demais membros da equipe escolar. Essa travessia gera muitas expectativas nas crianças, bem como na família, pois para muitas, desde o último ano da Educação Infantil deve-se encerrar as brincadeiras para abrir caminhos para a sistematização da aprendizagem do ler e escrever. Porém, ao estudarmos a Sociologia da Infância que vai ao encontro dos documentos que regem a Educação Infantil, como por exemplo, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI’s), apreendemos que as brincadeiras, o lúdico e os movimentos corporais fazem parte desse processo de construção do conhecimento da criança. Antes de ler e escrever é preciso desenvolver a imaginação, a coordenação motora, o raciocínio lógico e amadurecimento tanto físico como psicológico da criança, caso contrário, essa antecipação dos conteúdos do Ensino Fundamental tende a afetar futuramente o desenvolvimento da criança em sua vida escolar. Além disso, as DCNEI’s destacam que a Educação Infantil não é preparação para o Ensino Fundamental. Nessa passagem de uma etapa para outra da Educação Básica, muitas vezes, aumentam-se as carteiras; as lousas e as paredes ficam carregadas de letras; diminuem-se as brincadeiras, as histórias, as cantigas e as rodas de conversas. A rotina é transformada e a criança fica sobrecarregada de afazeres que muitas vezes não consegue compreender o sentido. Com base nesse raciocínio é que uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) de Rondonópolis/MT desenvolveu no ano de 2019 um projeto marcante de transição com as crianças de cinco e seis anos de idade, partindo da compreensão que são elas as protagonistas de suas histórias, e assim os ambientes por onde passam devem deixar marcas significativas para o seu desenvolvimento integral. No intuito de contribuir para uma transição segura e acolhedora é que dentro do projeto foi proposto visitas a duas escolas do Ensino Fundamental para que assim, as crianças pudessem se familiarizar com os espaços e com a nova rotina. Ao serem indagadas sobre o espaço mais agradável das escolas visitadas, como uma polifonia de vozes, o parque foi a resposta consonante das infâncias que pedem calma, como bem lembra Lameirão (2022, p. 60): “[...] a infância vem se encurtando rapidamente.”, mesmo as crianças pedindo calma. Em outro momento do projeto, algumas crianças que no ano anterior estudaram na EMEI, e que no ano de 2019 estavam no Ensino Fundamental, foram convidadas para uma roda de conversa com as crianças do último ano da Educação Infantil. Este encontro, teve direito a piquenique, músicas e brincadeiras. As alteridades entre os pares guiaram os diálogos e as trocas. As crianças tanto do Ensino Fundamental como as da Educação Infantil puderam relatar suas vivências, dúvidas, seus anseios e suas expectativas. Essa forma foi um meio que esta EMEI encontrou para amenizar

a travessia da vida escolar das crianças e resgatar as lembranças vividas na EMEI das demais crianças que passaram por esse processo.

Palavras-chave: Transição, travessia, criança

Referências Bibliográficas:

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC, SEB, 2010.

LAMEIRÃO, Luiza Helena Tannuri. A estrela que acompanha a primeira Infância. In: FRIEDMANN, Adriana et al. (org.). Olhares para as crianças e seus tempos: caminhos, frestas, travessias. Cachoeira Paulista, SP: Passarinhos/ Diálogos Embalados, 2022, p. 50 – 63.

Capítulo 103 - DOI:10.55232/1084002103

**DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO
PSICOMOTOR**

**Jaqueline Cardoso da Silva Souza, Jaqueline Cardoso da Silva Souza,
Patricia Kenf Gomes de Walle**

O presente trabalho visa incitar uma reflexão sobre as diferentes situações de alfabetização, assimilação simbólica, identificação numérica e alfabética, bem como a leitura e a escrita iniciática, nos anos iniciais do ensino fundamental. A presente pesquisa possui como foco principal as metodologias utilizadas, as dificuldades de aprendizado infantil e as particularidades de cada escola durante o processo de alfabetização. O objetivo geral do presente estudo se constitui em compreender como ocorre o processo de alfabetização e linguagem escrita nos anos iniciais. Bem como, Realizar uma análise avaliativa, observando como o empenho dos profissionais (equipe educacional) contribui para o desenvolvimento físico-motor (desempenho) das crianças; Observar se as práticas sociais de leitura e escrita, trabalhadas em sala de aula, atendem adequadamente aos descritores educacionais e às demandas contemporâneas; Observar as metodologias utilizadas, visando melhorias no aprendizado desse alunado, independentemente das particularidades sociais em que ele se encontra. O presente trabalho possui como base metodológica pesquisas de cunho bibliográfico e qualitativo, enfatizando as correntes ideológicas e estudos das ideias de autores que abordam o assunto com mais propriedade. Tendo como base todos os dados elencados durante a pesquisa, nota-se que os processos de ensino-aprendizagem dependem muito do empenho e da postura do professor diante das propostas educativas, contribuindo significativamente para a aprendizagem do aluno.

Palavras-chave: Educação, Metodologias, Aprendizagem, Psicomotor, Dificuldades

Referências Bibliográficas:

FREIRE, P., FAGUNDEZ, A. Por uma Pedagogia da Pergunta. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GALLAHUE, David L.; OZMUN, John C. Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos. São Paulo, Phorte Editora, 2003.

KLEIMAN, Ângela. Oficina de leitura: teoria e prática. 10 ed. Campinas: Pontes/Editora da Universidade estadual de Campinas, 2004.

Capítulo 104 - DOI:10.55232/1084002104

APLICAÇÃO DE PROVA PIAGETIANA

Breno Christoffer Coelho Costa

Durante a disciplina Psicologia do Desenvolvimento a turma foi instigada através do uso de metodologias ativas a aplicar uma das provas Piagetianas e identificar o estágio de desenvolvimento cognitivo, segundo Sampaio, 2009. A problematização foi se através de metodologia ativa seria possível a aprendizagem efetiva das provas pelos alunos. O presente trabalho teve como objetivos a aplicação de provas Piagetianas, segundo o método clínico e Identificação do estágio cognitivo. Dentre os testes, utilizou-se: “Conservação de Pequenos Conjuntos Discretos de Elementos”. Metodologia: Metodologia ativa descritiva e observação. Após leitura de Sampaio (2009) foi escolhida uma das provas e providenciado os materiais e perguntas a serem usadas. Os responsáveis assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) autorizando a participação e divulgação dos resultados em eventos científicos. Participaram quatro acadêmicos de Pedagogia, sendo um aplicando e os outros fazendo registros e anotações. Uma menina de 6 anos, caçula de 3 (três) irmãs, cursando 1º ano do ensino fundamental, numa Escola Estadual. O local foi numa sala de aula com espaço previamente arrumado para acolher os sujeitos e responsáveis. Utilizou-se os seguintes materiais: 20 (vinte) fichas de E.V.A da cor verde, sendo 10 (dez) marcadas com um X e 10 (dez) lisas. Iniciou-se com o acolhimento da equipe para com a criança, em sequência foi apresentado o material e pedido à criança para fazer o reconhecimento do mesmo, e ela afirmou desconhecer, diante disto, esclareceu-se o recurso utilizado, solicitando à criança que escolhesse um conjunto de fichas. O aplicador dispôs 7 (sete) fichas sobre a mesa enfileiradas pedindo a entrevistada que organize suas fichas de modo paralelo. Após ela realizar o que foi pedido constatou-se estar correto, dando continuidade a próxima etapa. O entrevistador separou as fichas deixando-as com maior espaçamento e questionou se acerca da quantidade, perguntando-a se havia maior número de fichas, e depois de conferir nos dedos ela respondeu corretamente, quando confrontada, contou novamente nos dedos e respondeu corretamente. Feita a reversão e perguntado se havia a mesma quantidade e, após conferir nos dedos, ela respondeu corretamente. Ao final, quando feita a argumentação, ela não soube responder. Finalizado o teste, a participação foi devidamente agradecida e entregue um brinde contendo bombons e servido lanches. Discussão e Resultado: Dentro do estudo de Piaget existe uma variedade de provas que podem ser utilizadas com finalidade de avaliar o processo cognitivo da criança de acordo com o estágio em que se encontra. Foi constatado que a menina reconheceu os elementos discretos, correspondeu ao estágio Operatório Concreto demonstrando que está adequada em relação à idade cronológica. Analisando as respostas e argumentações da entrevistada, foi identificado que seu estágio cognitivo correspondeu aos dados da literatura. Este resultado foi entregue aos responsáveis e analisado como culminância das atividades avaliativas do semestre. Conclusão: Concluiu-se que através da aplicação das provas Piagetianas foi possível avaliar o desenvolvimento cognitivo da criança e precisar o estágio que se encontra. As provas operatórias ajudam a perceber se as estruturas mentais

acompanham ou não a idade cronológica do discente. O uso de metodologias ativas se mostrou eficaz na apropriação pelos acadêmicos dos instrumentos de avaliação e análise dos estágios de desenvolvimento. Vislumbra-se como desdobramento a aplicação com uma quantidade maior de sujeitos em idades diversas para comparar os resultados e perceber as estruturas presentes em cada fase.

Palavras-chave: Piaget, Prova Piagetiana, Desenvolvimento Cognitivo, Psicologia do Desenvolvimento.

Referências Bibliográficas:

SAMPAIO, Simaia. Manual Prático de Diagnostico Psicopedagógico clinico. Rio de Janeiro, Wak, 2014.

Capítulo 105 - DOI:10.55232/1084002105

**A IMPORTÂNCIA DAS BOAS PRÁTICAS DOCENTES NA
EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Alcilene Prado de Ataíde

Para se compreender a Educação Ambiental torna-se fundamental conceituar, segundo a Conferência das Nações Unidas celebrada em Estocolmo em 1972, o termo meio ambiente: “O meio ambiente é o conjunto de componentes físicos, químicos, biológicos e sociais capazes de causar efeitos diretos ou indiretos, em um prazo curto ou longo, sobre os seres vivos e as atividades humanas. ” Diante de tal conceito é de suma importância sua preservação, elaborando assim práticas que visem o desenvolvimento sustentável, mediante a educação ambiental, defendida na Constituição Federal Brasileira, em seu artigo 225, capítulo VI: “ Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” (Constituição Federal, 1988, Art.225.) Ainda baseados na constituição federal, art.225, parágrafo 1º inciso VI, podemos ver que cabe ao poder público assegurar esse direito, através de políticas públicas que contribua para soluções e minimização dos enormes desafios socioambientais que se apresentam constantemente em nosso cotidiano, políticas públicas nas quais sejam apoiadas no diálogo com toda a sociedade englobando nessas políticas, inclusive a educação ambiental. Porém, cabe ainda refletirmos sobre o artigo 227 da Constituição Federal, que infere à família, a sociedade e ao Estado o dever de assegurar com prioridade à educação a qualquer cidadão. Nesse contexto entende-se que a educação deve ser trabalhada tanto no ensino formal quanto no informal. A lei 9.795/99 estabelece o PNEA, afirmando em seu artigo 2º, que: “ A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente na educação nacional, devendo estar presente de forma articulada em todos os níveis de ensino e modalidades dos processos educativos em caráter formal e não formal”. O artigo 3º inciso II, infere ainda que cabe às “As Instituições Educativas promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas que se desenvolvem”. Diante de tais afirmações torna-se fundamental que professores educadores busquem cada vez mais adquirirem conhecimentos e experiências de boas práticas pedagógicas, (LIMA, 2018, p.112) diz que: “ O profissional da educação deve assumir suas responsabilidades, ter mais confiança no seu trabalho e desafiar-se em construir uma prática comprometida com a condição humana. ” Como vimos boas e qualificadas práticas pedagógicas podem ser um diferencial influenciador, quando bem implantadas são capazes de provocar mudanças em seus discentes. Uma vez que práxis pedagógicas eficientes fazem os alunos adquirirem gosto pelo ambiente escolar e pela aprendizagem. De acordo com (LIMA, 2018, p. 41): “ É preciso desencadear no aluno a paixão pela descoberta de si e do mundo, e isso só se faz quando se está motivado pela mesma paixão. ” Bons educadores estão em constantes capacitação, estão sempre empoderados fortalecendo as políticas locais de educação, não só na educação ambiental, mas também no contexto geral de educação, melhorando a qualidade de vida da comunidade, incentivando a formação de alunos críticos,

que reflitam sobre suas responsabilidades, motivando-os pelo prazer do conhecimento, gosto pela pesquisa e participação em projetos dinâmicos, possibilitando assim troca de experiências entre professor, alunos e toda comunidade Construindo conhecimentos de forma coletiva onde todos ganham, visto que através das trocas de experiências todos aprendem, assim tornam-se mais conscientes quanto ao uso dos recursos naturais, de forma que entendam a importância de lutar pela sustentabilidade, não só no local em que vivem, mas em todo o planeta, repensando valores éticos e respeitando as regras de convivência social de forma a garantir o vital equilíbrio entre os seres vivos nas presentes e futuras gerações.

Palavras-chave: Práticas Pedagógica ; Educação Ambiental ; Conhecimento .

Referências Bibliográficas:

- . Constituição Da República Federativa do Brasil de 1988
- . Lei Federal nº 6.938, de 31.08.1981. Política Nacional do Meio Ambiente;
- . Lei Federal nº 9.795, de 27.04.1999. Da Educação Ambiental;
- LIMA, P.M. Didática e planejamento. Curitiba-PR: Editora FAEL, 2018.

Capítulo 106 - DOI:10.55232/1084002106

BEMBÉ DO MERCADO: UMA ANÁLISE DOS PONTOS ESPETACULARES DO ÚNICO CANDOMBLÉ DE RUA DO BRASIL.

Ana Caroline de Jesus Santos

Este resumo apresenta e analisa os pontos espetaculares da festa afro-religiosa do Bembé do Mercado, manifestação conhecida como único candomblé de rua do Brasil segundo o IPAC (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural), tombada pelo Decreto Estadual nº 14.129/2012, que acontece na semana do 13 de maio, em comemoração à libertação dos escravos, na cidade de Santo Amaro da Purificação, localizada no recôncavo baiano. A festa está intimamente ligada ao período histórico da abolição da escravatura, e a religião afro-brasileira, através dos ritos à Iemanjá. Essa manifestação consegue reunir não somente o ritual sagrado, mas outras manifestações culturais do recôncavo baiano, como o Maculelê, a Capoeira, o Samba de Roda, o Coça-coça, o Nego Fugido, a Chula, etc. O bembé tem seu espetáculo único, onde além de ter sua própria plateia, é composta não somente dos moradores da cidade e região vizinha, mas também de adeptos e representantes dos vários terreiros de candomblé da própria cidade e de Salvador, além dos pesquisadores, curiosos, repórteres e turistas de todos os cantos do país. A festa acontece em espaço público, na feira livre da cidade, aos olhos atentos de seus espectadores. Nesse espaço sacralizado apenas para essa festa, não há manifestação de orixás, ou seja, os adeptos não entram em transe, mas o xirê acontece igual como dentro das casas de candomblé, seguindo sua ordem de apresentação. O espaço sagrado é delimitado com pindobas,² formando um enorme quadrado, onde é armado provisoriamente um barracão, que é levantado no centro o mastro ixé³ e realizados os rituais de danças, toques, cantos e entregas de presente à mãe d'água, Iemanjá. As relações espetaculares que venho destacar tem seu espaço delimitado entre o sagrado e o profano, chamando mais atenção para o sagrado e sua organização espetacular aos olhos do público espectador. Em três dias de festas pude observar vários momentos distintos, que caracterizam o espetáculo da festa: Início, com a chegada e organização dos filhos, pais e mães de santo dentro do espaço sacralizado; organização do público, dentro e fora desse espaço; o passo a passo dos ritos dentro do barracão, com pontos cantados e dançados para cada orixá; a participação das outras manifestações culturais vindas de regiões do recôncavo; os dias de apresentação e a finalização desse processo que vai culminar na praia de Itapema, na entrega do presente a Iemanjá. Deixo bem claro que neste contexto de espetacularização, não pretendo abordar os rituais internos, aqueles que se referem a preparação dos balaios e que nem sempre podem ser acompanhados por pessoas de fora do terreiro e da religião.

Palavras-chave: Candomblé, Etnocnologia, Patrimônio Imaterial, Bembé do Mercado.

Referências Bibliográficas:

AMARAL, Rita de Cassia. Povo-de-santo, povo de festa: religião como estilo de vida. Dissertação de Mestrado em antropologia. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1992.

ARAUJO, Nelson de. Pequenos mundos: um panorama da cultura popular da Bahia TOMO I - O recôncavo. Universidade Federal da Bahia (EMAC), Fundação Casa de Jorge Amado. Empresa Gráfica da Bahia, 1986.

BIÃO, Armindo (org). Artes do corpo e do espetáculo: questões de etnocenologia. Salvador: P&A Editora, 2007.

BIÃO, Armindo (org). Etnocenologia e a cena baiana: Textos reunidos. Salvador: P&A 2009.

BIÃO, Armindo. V colóquio internacional de etnocenologia/ Universidade Federal da Bahia, Programa de pós-graduação em artes cênicas; [Organizado por Armindo Jorge Bião]. Salvador: Fast design, 2007.

BIÃO, Armindo (org). “Etnocenologia, uma introdução.” In: Greiner, C. e Bião, A. (orgs.). Etnocenologia – Textos Selecionados. São Paulo: Annablume/PPGAC/GIPECIT, 1998.

CARVALHO, José Jorge de. Metamorfoses as tradições performáticas afro-brasileiras: do patrimônio cultural a indústria de entretenimento. Série antropologia. Brasília 2004.

MACHADO, Ana Rita Araújo. Bembé do largo do mercado: Memória sobre o 13 de maio. Salvador, 2009. Mestrado (dissertação) Universidade Federal da Bahia, Faculdade de filosofia e ciências humanas (FFCH-UFBA).

MORAES, Luzia. Bembé do Mercado: 13 de Maio em Santo Amaro. Salvador: A autora, 2009.

PAIM, Zilda. Relicário Popular. Salvador. Secretária da Cultura e Turismo, EGBA, 1999.

PRANDI, Reginaldo. Ifá o Adivinho: histórias dos deuses africanos que vieram para o Brasil com os escravos. São Paulo. Companhia das letras, 2002.

VALLADO, Armando. Iemanjá a grande mãe africana do Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2008.

VELLOSO, Jorge. Candomblé de rua: O bembé de Santo Amaro. Salvador. Casa de Palavras, 2011

VERGER, Pierre Fatumbi. Lendas Africanas dos Orixás. Salvador: Corrupio 1997.

Capítulo 107 - DOI:10.55232/1084002107

**A TUTELA ANTECIPADA E A POSSIBILIDADE DE
CONCESSÃO ANTES DA CITAÇÃO DO RÉU**

Anderson Martins de Souza Rezende

A concessão da tutela antecipada antes da citação do réu não é absoluta. Isso se deve ao fato de existirem restrições que impedem a concessão em certos casos, sob pena de violarem-se direitos processuais. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo analisar a concessão da tutela antecipada antes da citação da parte contrária e, desse modo, verificar em que casos tal medida será concedida inaudita altera parte e quais as situações em que se exigirá a citação do réu. Para tanto, foi estudada a origem histórica do instituto da tutela antecipada, seus conceitos e natureza jurídica, os princípios constitucionais e infraconstitucionais aplicáveis ao processo, inclusive na concessão do referido instituto. Estudaram-se também os requisitos obrigatórios, facultativos e outros requisitos necessários para a citada concessão, bem como a fungibilidade entre as tutelas cautelar e antecipada, a concessão da tutela antecipada contra a Fazenda Pública e, finalmente, a concessão da tutela antecipada antes da citação do réu. Assim, constatou-se que é possível a concessão da tutela antecipada sem que haja a citação da parte contrária, inclusive contra a Fazenda Pública, sem que isso implique cerceamento de defesa, mas, em alguns casos, a concessão da antecipação de tutela não será possível, em respeito às restrições elencadas constitucionalmente. Desse modo, a metodologia utilizada nesta pesquisa foi, quanto à forma de abordagem, a qualitativa; quanto aos objetivos, a exploratória; e, quanto aos procedimentos técnicos, a bibliográfica. A concessão da tutela antecipada antes da citação do réu não é absoluta. Isso se deve ao fato de existirem restrições que impedem a concessão em certos casos, sob pena de violarem-se direitos processuais. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo analisar a concessão da tutela antecipada antes da citação da parte contrária e, desse modo, verificar em que casos tal medida será concedida inaudita altera parte e quais as situações em que se exigirá a citação do réu. Para tanto, foi estudada a origem histórica do instituto da tutela antecipada, seus conceito e natureza jurídica, os princípios constitucionais e infraconstitucionais aplicáveis ao processo, inclusive na concessão do referido instituto. Estudaram-se também os requisitos obrigatórios, facultativos e outros requisitos necessários para a citada concessão, bem como a fungibilidade entre as tutelas cautelar e antecipada, a concessão da tutela antecipada contra a Fazenda Pública e, finalmente, a concessão da tutela antecipada antes da citação do réu. Assim, constatou-se que é possível a concessão da tutela antecipada sem que haja a citação da parte contrária, inclusive contra a Fazenda Pública, sem que isso implique cerceamento de defesa, mas, em alguns casos, a concessão da antecipação de tutela não será possível, em respeito às restrições elencadas constitucionalmente. Desse modo, a metodologia utilizada nesta pesquisa foi, quanto à forma de abordagem, a qualitativa; quanto aos objetivos, a exploratória; e, quanto aos procedimentos técnicos, a bibliográfica.

Palavras-chave: Tutela, Liminar, Parte

Referências Bibliográficas:

ALVIM, J. E. Carreira. Tutela antecipada. 5. ed. Curitiba: Juruá, 2009.

AMENDOEIRA JÚNIOR, Sidnei. Manual de direito processual civil: teoria geral do processo e fase de conhecimento em primeiro grau de jurisdição. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

BERTOLDI, Marcelo M. Tutela antecipada, abuso de direito e propósito protelatório do réu. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Aspectos polêmicos da antecipação da tutela. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

BRASIL. Código de Processo Civil. Lei nº. 13.105, de 16 de março de 2015. Institui o Código de Processo Civil. Disponível em: . Acesso em: jun. 2015.

BRASIL. Código de Processo Civil. Lei nº. 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Institui o Código de Processo Civil. Disponível em: . Acesso em: jun. 2015.

BUENO, Cassio Scarpinella. Curso sistematizado de direito processual civil: tutela antecipada, tutela cautelar, procedimentos cautelares específicos. Vol. 4. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

DIDIER JÚNIOR, Fredie. Curso de direito processual civil: teoria da prova, direito probatório, teoria do precedente, decisão judicial, coisa julgada e antecipação dos efeitos da tutela. Vol. 2. 4. ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2009.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Novo curso de direito processual civil: teoria geral e processo de conhecimento. Vol. 1. 9. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Princípios da filosofia do direito, 1997

LEAL, Rosemiro Pereira. Processo e Hermenêutica constitucional a partir do Estado Democrático de Direito. In: LEAL, Rosemiro Pereira. Relativização inconstitucional da coisa julgada –Temática processual e reflexões jurídicas, 2005.

LEAL, Rosemiro Pereira. Processo e Hermenêutica constitucional a partir do Estado Democrático de Direito. In: LEAL, Rosemiro Pereira. Relativização inconstitucional da coisa julgada –Temática processual e reflexões jurídicas, 2005.

LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho. Tutela antecipada sancionatória. São Paulo: Malheiros Ed., 2006 apud DIDIER JÚNIOR, Fredie. Curso de direito processual civil: teoria da prova, direito probatório, teoria do precedente, decisão judicial, coisa julgada e antecipação dos efeitos da tutela. Vol. 2. 4. ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2009.

MELO, Maria Rita de Carvalho. Aspectos atuais da tutela antecipada. 1. ed. São Paulo: Editora Verbatim, 2010.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Agravo de Instrumento - Cv 1.0027.14.026501-1/001, Relator(a): Des.(a) Elias Camilo, 3ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 19/03/2015, publicação da súmula em 30/03/2015. Disponível em: . Acesso em: jun. 2015.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Agravo de Instrumento - Cv 1.0027.14.026501-1/001, Relator(a): Des.(a) Elias Camilo, 3ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 19/03/2015, publicação da súmula em 30/03/2015. Disponível em: . Acesso em: jun. 2015.

Capítulo 108 - DOI:10.55232/1084002108

**ANÁLISES DAS METODOLOGIAS UTILIZADAS NA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA NO MUNICÍPIO
DE CATUNDA - CEARÁ**

Edilson Azevedo Lopes

A presente obra traz como objeto de estudo, busca as metodologias e praticas de ensino utilizado pelos professores mais efetivas para formar Jovens e Adultos no Município de Catunda. O objetivo geral é analisar as metodologias e praticas de ensino que estão sendo utilizadas pelos professores da EJA do município de Catunda, perpassando pela correlação entre método e aprendizagem na EJA. Os objetivos específicos são identificar as principais metodologias utilizadas no ensino da modalidade EJA no município de Catunda, determinar a efetividade das metodologias aplicadas pelos professores da EJA no Município de Catunda, definir as principais metodologias aplicadas na EJA do Município de Catunda que mais contribui para o processo ensino aprendizagem, definir as principais metodologias aplicadas na EJA do Município de Catunda que mais contribui para o processo ensino aprendizagem. Para tanto, metodologicamente, foi realizada uma pesquisa de campo com 10 professores de EJA de Catunda e embasado com pesquisa bibliográfica, alicerçada por autores, tais como: Cunha (1999), Gadotti (2008), Freire (1996), Cortella (1999), Haddad (2000), dentre outros teóricos e também uma pesquisa documental baseada em Plano Municipal de Educação (PME), Projeto político Pedagógico (PPP), Prefeitura Municipal de Catunda (PMC), dentre outros e como resultados, identificamos identificar as principais metodologias aplicadas, efetivas, e utilizadas que mais contribui para o ensino aprendizagem, concluiu-se que, as metodologias e estratégias de ensino aplicadas pelos professores de EJA de Catunda estão sendo utilizadas adequadamente conforme o pensamento dos autores pesquisados, onde percebemos de acordo com as fontes documentais a necessidade de melhorar a qualificação dos professores e alcançar resultados ainda mais significativos, e com essa pesquisa deixaremos para as gerações futuras, propostas metodológicas e eficientes para os próximos estudos sobre o ensino e aprendizagem da Educação de Jovens e Adultos.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Metodologias. Práticas de Ensino.

Referências Bibliográficas:

FREIRE, P. Educação de Adultos: algumas reflexões. In: _____ (Org.). Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez, 2005. (Guia da escola cidadã). p. 15-22.

GADOTTI, Moacir (Org.). Educação de jovens e adultos: as experiências do MOVASP. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 1996.

***Pesquisas e Inovações em Ciências Humanas e Sociais: Produções Científicas
Multidisciplinares no Século XXI, Volume 3***

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. São Paulo ANPEd, Revista Brasileira de Educação, n. 14, mai.-ago. 2000, p. 108-130.

Capítulo 109 - DOI:10.55232/1084002109

A CONSTITUCIONALIDADE DAS ORDENS JURÍDICAS DE QUEBRA DE SIGILO TELEMÁTICOS DE UM CONJUNTO NÃO IDENTIFICADO DE PESSOAS POR GEOLOCALIZAÇÃO À LUZ DOS DIREITOS À PRIVACIDADE E INTIMIDADE.

Maria Laura Grisi Sakamoto

As decisões judiciais que defere os pedidos de quebra de sigilo de dados telemáticos por meio de geolocalização, abrangendo um sem-número de indivíduos que simplesmente transitavam no momento indicado pela autoridade vêm sendo continuamente proferidas pelos Juízos de Direitos que buscam elucidar a ocorrência de um delito. A problemática busca analisar essas decisões judiciais à luz da Constituição Federal, do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.964/2014), da Lei das Interceptações telefônicas (Lei nº 9.296/96) e da recentíssima Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18). A partir das leis mencionadas, entende-se que as ordens judiciais genéricas são vedadas pela Constituição e pelas normas que regulamentam a matéria de proteção de dados e quebra de sigilo. Como regra, a inviolabilidade da vida privada, da intimidade, do sigilo de dados e da proteção de dados pessoais (art. 5º, X e XII), ainda que não sejam direitos absolutos, a única justa causa possível no processo penal para afastamento de tais garantias é o indício de que o titular desses direitos está envolvido em ilícitos. O que se dá nas ordens judiciais de quebra de sigilo é justamente isso: trata-se de determinação que pretende subverter serviços legítimos de provedores, em suas diversas formas, como conceituado pelo Marco Civil da Internet, para realizar a prática de pescaria de pessoas insuspeitas e inocentes para averiguação criminal, na contramão de garantias constitucionais. A privacidade vem sendo amplamente abordada pelo ordenamento jurídico ao final do século XIX. Como apresentado no Livro “Da Privacidade à Proteção de Dados Pessoais”, de Danilo Doneda (edição de 2020) “(...) a proteção da privacidade identifica-se e acompanha a consolidação da própria teoria dos direitos da personalidade e, em seus mais recentes desenvolvimentos, afasta a leitura segundo a qual sua utilização em nome de um individualismo exacerbado (...). Algo paradoxalmente, a proteção da privacidade da sociedade da informação (...)”. Além da noção de privacidade, averiguou-se que em decisões recentes, a jurisprudência do Eg. STF reafirmou o entendimento de que o ordenamento jurídico brasileiro veda ordens de “caráter exploratório”. Além disso, as premissas apresentadas pelo STF e a ampla jurisprudência tampouco é afastada pelo julgado do Eg. STJ. As ordens questionadas não se restringem propriamente a fornecimento de dados cadastrais e registros de IP (Internet Protocol), mas de informações sobre a geolocalização de indivíduos determinados, sem indícios de envolvimento no ilícito; de todo modo não há dispensa a demonstração da real necessidade e pertinência dos dados de usuários dos provedores, requisito intrínseco do dever constitucional de motivação de ordens judiciais (art. 93, XI, CF/88), além do inciso II do art. 22 da Lei 12.965/2014. A tese que deve prevalecer é de inconstitucionalidade das decisões que

apresentam de maneira genérica a quebra de sigilo de dados telemáticos de um conjunto não identificado de pessoas baseados tão somente por coordenadas geográficas, pois o fornecimento indiscriminado de dados pessoais de um sem-número de pessoas que simplesmente transitaram em área que seria afetada pelas coordenadas geográficas apresentadas seria incompatível com as exigências constitucionais nessa matéria e com o entendimento da maior parte dos Tribunais. A ordem genérica de tratamento de dados pessoais e afastamento do direito de privacidade e do sigilo de dados de um número desconhecido de pessoas não preenche nenhum requisito inerente ao princípio da proporcionalidade, como parâmetro para se aferir a validade de restrição a direitos fundamentais.

Palavras-chave: Privacidade, Direitos Fundamentais, Fishing Expeditions

Referências Bibliográficas:

LEONARDI, Marcel. Fundamentos do Direito Digital. 1. ed. São Paulo: Thomson Reuters, Revista dos Tribunais, 2019.

DONEDA, Danilo. TEPEDINO, Gustavo, GENCARELLI, Bruno. Da Privacidade à Proteção de Dados Pessoais. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters, Revista dos Tribunais, 2020.

DE ANDRADE, Os Direitos Fundamentais, cit., p. 269

ALEXY, Robert, Teoria dos Direitos Fundamentais. Tradução de Virgílio Afonso da Silva, 2º Ed. São Paulo: Malheiros, 2011

Capítulo 110 - DOI:10.55232/1084002110

**ESTUDO E QUALIFICAÇÃO DOS SOLOS DO MUNICÍPIO DE
PONTE NOVA**

Fernando de Sousa Santana

INTRODUÇÃO: O município de Ponte Nova localiza-se sobre as seguintes formações: Suíte Metafórica São Sebastião do Soberbo, Complexo Mantiqueira e Grupo Dom Silvério. Todas essas formações são da era proterozóica inferior e fazem parte da Província Geotectônica da Mantiqueira, Domínio da Supra-estrutura da Crosta Intermediária. A área apresenta zonas decalçamento dúctil contracional, várias fraturas na direção sudoeste-nordeste, algumas falhas indiscriminadas que separam uma formação da outra e muitos afloramentos de rochas com maior intensidade na Suíte Metafórica São Sebastião do Soberbo que é constituída, entre outros elementos, de paragnaisse, onde provavelmente algumas formações granitizadas que explicam tais afloramentos. **OBJETIVOS:** Nesse trabalho, objetiva-se fazer a classificação dos solos do município de Ponte Nova, no intuito compreender-se interação dos diversos componentes ambientais, com ênfase para o problema de interferência antrópica como causadora de desequilíbrios no meio ambiente, provocados pela utilização indevida dos recursos naturais. **ABORDAGEM METODOLÓGICA:** A pesquisa realizada neste trabalho pode ser classificada como experimental, descritiva e bibliográfica. Isto porque visa a realização de diversos testes geomorfológicos para classificação do tipo de solo preponderante no município, bem como busca através de relatos bibliográficos descrever a formação e composição deste solo. **RESULTADOS:** Os resultados dessa pesquisa indicam que o solo do município de Ponte Nova pode ser dividido da seguinte forma: Latossolo Vermelho-Amarelo + Latossolo Variação Una, ambos distróficos. Relevo montanhoso e forte ondulado + Podzólico Vermelho - Escuro eutrófico moderado e chernozômico textura argilosa /muito argilosa relevo montanhoso; Latossolo Vermelho-Amarelo álico textura argilosa + Podzólico VermelhoEscuro distrófico textura argilosa/muito argiloso + Latossolo Vermelho Escuro álico textura argilosa, relevo moderado forte ondulado e montanhoso; Podzólico Vermelho-Escuro + Podzólico Vermelho-Amarelo, ambos eutróficos. Textura argilosa/muito argilosa, relevo montanhosos.**CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclui-se, portanto que o relevo do município possui a seguinte classificação: < 8% relevo plano e suave ondulado; 8 - 45% relevo ondulado/forte ondulado e > 45% relevo montanhoso, sendo que a maior densidade de drenagem está associada à parte mais alta da microbacia, ou seja, nas cabeceiras dos córregos, onde provavelmente deve haver carregamento mais intenso de nutrientes; todavia, a menor densidade está próxima à foz da microbacia, nas partes mais baixas, deduzindo-se que os solos dessa faixa são mais férteis do que os das partes mais altas, onde a densidade é maior.

Palavras-chave: solos, relevo, formação.

Referências Bibliográficas:

CAPUTO, Homero Pinto. Mecânica dos solos e suas aplicações. São Paulo: LivrosTécnicos e Científicos, Editora Ltda, 6ª edição, v. 1, 1989

PINTO, Carlos de Souza. Curso Básico de Mecânica dos Solos. São Paulo: Oficina deTextos, 2000.

KOSHIMA, Akira. et al. FUNDAÇÕES: teoria e prática. -- 2.ed.--São Paulo: Pini, 1998

APPARICIO, P.; SÉGUIN, A.M.; NAUD, D. The Quality of the Urban Environment AroundPublic Housing Buildings in Montréal: An Objective Approach Based on GIS and MultivariateStatistical Analysis, 2007

Capítulo 111 - DOI:10.55232/1084002111

**A AUTONOMIA E O CONSENTIMENTO DA VITIMA NO
PROCESSO DA CRIMINALIZAÇÃO DA EUTANÁSIA**

Yara Santana Marinho, Wilker Batista Cavalcanti

INTRODUÇÃO: A eutanásia é atualmente um assunto de maiores controvérsias existente atualmente no direito, assim como para outros âmbitos da sociedade. Nos casos em que se configura tal circunstância, isto é, instigação da morte de um indivíduo, que por razão de seu presente estado de saúde, tencione tal resultado, mas que não seja capacitado por si só para cumpri-lo, necessitando então da ação de um terceiro, certificado de que esse procedimento é confrontado na atualidade jurídica brasileira, como uma norma típica, especificadamente como um crime de homicídio privilegiado ou auxílio ao suicídio. **OBJETIVO:** Analisar como a eutanásia deixará de ser vista como um meio de provocar a morte de alguém, bem como à influência do consentimento da vítima no processo da criminalização da eutanásia. **METODOLOGIA:** A metodologia utilizada no presente artigo, quanto aos meios é a documental, quanto aos fins a exploratória e quanto à abordagem a qualitativa, com base bibliográfica em literaturas específicas sobre o tema, a partir do Código Penal. **DESENVOLVIMENTO:** A Vida, na esfera jurídica, é considerada uma garantia fundamental para a existência e também para o pleno exercício dos demais direitos, sendo garantida pela própria Carta Magna a sua Intangibilidade, aquilo que não pode ser palpável, que não pode ser mexido, compreendendo-se afirmação de que se trata de uma garantia absoluta, importando dever do Estado protegê-la, em caráter erga omnes, de condutas praticadas contra o direito que possibilitem possíveis danos. A Constituição Federal, no título Dos Direitos e Garantias Fundamentais, expressa em seu artigo 5º, caput sobre a Inviolabilidade do Direito à Vida. Entende-se dessa forma, a proteção da vida humana, sendo assim, julgada como ato ilícito a prática da eutanásia. No País, tal conduta é considerada um delito de homicídio privilegiado e até mesmo um exemplo clássico do auxílio ao suicídio. Entretanto, visto que a Constituição da República nos garante o direito à vida que se opõe a morte, que então, conforme o ordenamento jurídico brasileiro, não poderá ser antecipado, determina-se como um ato ilícito e automaticamente inconstitucional. Portanto, ao indivíduo é assegurado o direito à vida, pertencendo ao Estado o dever de protegê-la, sendo notória e evidente a proibição da eutanásia, sabendo que esta é uma morte ocasionada e violando assim, o benefício que nos é ou deveria ser assegurado pelo Estado. A saber, a Dignidade da pessoa humana, que também é um princípio constituído pela nossa Carta Política, tem por finalidade garantir que a todos os cidadãos sejam assegurados, direitos sociais e individuais. Princípio regulamentado nos direitos fundamentais da Constituição Federal. Contudo, a Eutanásia encontraria apoio baseando-se no Princípio da Dignidade Humana, afinal, morrer de forma pouco dolorosa é significado de morte digna. Não observar o exercício da autonomia de quem sofre doença incurável, desonra este princípio, sabendo que, aceitar o pedido da eutanásia pela manifestação da vontade do próprio paciente, seria como respeitar a vontade do enfermo sobre o seu próprio corpo e vida. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclui-se que são muitas as divergências diante

da prática da eutanásia, pois há quem defenda como uma forma de alívio, e há outros, que se opõe por alegarem que a eutanásia é notadamente uma profanação ao próprio direito à vida. No entanto, o doente não só tem o direito à vida, mas também o direito à morte, tornando-se errôneo lhe ser negado o direito de escolher a forma e o dia da morte, contudo, dizer que o enfermo é merecedor de escolher uma morte digna, rejeitando métodos que não salvarão a sua vida, mas somente ampliarão o seu sofrimento, é coerente com o princípio da Dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: Eutanásia. Morte Digna. Consequências Jurídicas.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. Vade Mecum. 17 ed. São Paulo: Saraiva 2017.

Net Saber. Disponível em: Acesso em:04 de abril de 2018.

PERCÍLIA, Eliene. Eutanásia. Disponível em Acesso em: 30 de março de 2018.

Capítulo 112 - DOI:10.55232/1084002112

O ATIVISMO JUDICIAL E AS ESCOLAS PROCESSUAIS

Giovana dos Santos Soares, Maria Fernanda Dantas Boa Sorte, Giovanni Novello Andrade, Constance Ortiga Matos

INTRODUÇÃO: A atuação do Poder Judiciário é um tema que vem ganhando destaque dentro do atual cenário jurídico. O exercício da jurisdição a alavanca propulsora de debates jurídicos. O Estado-legislador não consegue acompanhar as mudanças do mundo contemporâneo. Dessa forma, fica ao encargo do juiz, adequar a ordem jurídica ao mundo real, conferindo espaço para a configuração do perfil ativista do judiciário. Entende-se por Ativismo Judicial um comportamento de juízes e tribunais, que, através de um ato de vontade, expressam seus julgamentos, extrapolando os limites de sua atuação (TASSINARI, 2012, p.128). **OBJETIVO:** Objetivou-se estudar o ativismo judicial a partir das concepções de jurisdição da Escola de São Paulo (instrumentalista) e da Escola Mineira (neo-institucionalista). **MÉTODO:** A metodologia utilizada na pesquisa foi a bibliográfica com o levantamento de informações em doutrinas, artigos jurídicos, jurisprudências e revistas. Além disso, foi realizada pesquisa de campo na primeira vara criminal de Montes Claros. **RESULTADOS:** A Jurisdição segundo Cintra, Grinover e Dinamarco (2003, p.131), pode ser entendida como "uma das funções do Estado, mediante a qual este se substitui aos titulares dos interesses em conflito para, imparcialmente, buscar a pacificação do conflito que os envolve, com justiça". Nesse diapasão, existem diferenças relacionadas aos conceitos de jurisdição da escola processual instrumentalista e neo-institucionalista. Uma vez que, a primeira trata da jurisdição como forma de poder, que deveria ser canalizada para a realização de escopos do próprio Estado (DINAMARCO, 1987). Enquanto, a segunda prefere classificar a jurisdição como função Estatal, de dizer o direito, subordinada aos princípios do processo, na qual é vedada a arbitrariedade judicial (LEAL, 2001). De acordo com Barroso (2001, p. 6) “[...] o ativismo judicial é uma atitude, e escolha de um modo específico e proativo de interpretar a Constituição, expandindo o seu sentido e alcance”. Dessa forma, com o intuito de concatenar a teoria à prática, e verificar a postura do juiz, realizou-se pesquisa de campo e observou-se na Audiência de Instrução e Julgamento assistida na 1ª Vara Criminal de Montes Claros, que a atitude do juiz foi ativista e está em consonância com a concepção da Escola Paulista (SP). Essa perspectiva instrumentalista do direito é a concepção predominante nos dias atuais sobre o processo civil brasileiro e aposta em um juiz capaz de atingir os meios independentes dos fins, afastando muita das vezes o formalismo do processo. O magistrado age como verdadeiro curador do processo e ignora os princípios da isonomia, segurança jurídica e previsibilidade no trato jurídico cedendo espaço para decisões de cunho ativista. **CONCLUSÃO:** Após a realização da pesquisa infere-se que a corrente instrumentalista aumenta o campo de atuação do juiz, uma vez que o magistrado diante das incertezas da lei passa orientar a interpretação criando entendimentos para além da norma e sem observar os princípios do processo. Essa atuação é combatida pela Escola mineira e merece ser repensada.

Palavras-chave: Ativismo Judicial. Poder Judiciário. Escolas Processuais.

Referências Bibliográficas:

BARROSO, Luís Roberto. Fundamentos teóricos e filosóficos do novo direito constitucional brasileiro (Pós-modernidade, teoria crítica e pós-positivismo). Revista Diálogo Jurídico. Salvador: V. I, n. 6, setembro 2001

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo, GRINOVER, Ada Pellegrini, DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria geral do processo. São Paulo: Malheiros, 19ª ed., 2003, p. 131.

DINAMARCO, Cândido Rangel. A instrumentalidade do processo. São Paulo: Ed. RT, 1987.

LEAL, Rosemiro Pereira. Teoria Geral do Processo: Primeiros Estudos. 4 ed. Porto Alegre: Síntese, 2001.

TASSINARI, Clarissa. Ativismo judicial uma análise da atuação do Judiciário nas experiências brasileira e norte-americana. Dissertação. São Leopoldo, 2012.

Capítulo 113 - DOI:10.55232/1084002113

**DIMINUIÇÃO DO ESFORÇO PERCEBIDO NOS
TRABALHADORES MEDIANTE INTERVENÇÃO
ERGONÔMICA**

Ranther Hephher Rodrigues, José Ronaldo Veronesi Júnior

Como objetivo este trabalho buscou avaliar a eficiência de uma intervenção ergonômica em um setor de expedição de carne resfriada de um frigorífico de bovinos por meio da percepção de esforço dos trabalhadores pela Escala de Borg. Para melhorar em níveis de conforto no setor e evitar a sobrecarga física ao retirar as peças bovinas penduradas, foi realizado um teste piloto com utilização de esteira transportadora, com onze funcionários do setor que realizavam a atividade naquele momento. Com a aplicação da ferramenta Escala de Borg, foi possível recolher informações dos participantes em relação ao esforço percebido durante a atividade da maneira que é realizada habitualmente e após com a utilização da esteira para descarregar as carretas. A ferramenta consiste em uma marcação numérica de zero a dez, onde próximo a zero significa atividades leves e próximo a dez atividades mais exaustivas conforme a percepção de esforço de cada indivíduo. Os resultados encontrados após aplicação da ferramenta foi uma somatória de soma de 91 pontos para executar a tarefa da maneira existente, correspondendo 82,7% de esforço (classificado como esforço intenso), já com a melhoria houve uma somatória de 37 pontos que corresponde a (33,6% de esforço - classificado como esforço muito leve). Concluimos que com a melhoria apresentada, ao utilizar a esteira para retirada das peças bovinas, demonstrou uma redução da percepção de 82,7% para 33,6% onde demonstra ser aprovado pelos funcionários do setor para realizar a retirada das peças. Dessa forma foi possível ainda envolver os trabalhadores no processo, sendo parte integrante e necessária para realização da melhoria.

Palavras-chave: Frigoríficos, Desconfortos Músculo Esqueléticos, Escala de Borg.

Referências Bibliográficas:

Guilland, Romilda, Cruz, Roberto Moraes e Kaszubowski, Erikson Propriedades Psicométricas do Inventário de Fatores Psicológicos de Doenças Relacionadas ao Trabalho: Um Estudo com Trabalhadores de Frigoríficos. *Psico-USF* [online]. 2018, v. 23, n. 3 [Acessado 10 Julho 2021], pp. 539-554. Disponível em: . Epub Jul-Sep 2018. ISSN 2175-3563. <https://doi.org/10.1590/1413-82712018230312>.

<https://www.gov.br/trabalho/pt-br/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/ctpp-nr5>. Comissão Tripartite Paritária Permanente. Publicado em 22/10/2020 8h19 Atualizado em 09/07/2021 17h30.

<https://www.gov.br/trabalho/pt-br/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-17.pdf>.

<https://www.gov.br/trabalho/pt-br/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-36.pdf>.

Marcus Alessandro de Alcântara; Gabriela da Silveira e Nunes; Bárbara Coura Moreira dos Santos Ferreira. Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho: o perfil dos trabalhadores em benefício previdenciário em Diamantina (MG, Brasil) Departamento de Fisioterapia, Universidade Federal dos Vales de Jequitinhonha e Mucuri. Rua da Glória 187, Centro. 39100-000 Diamantina MG. alcantaramarcus@hotmail.com.

Picoloto, Daiana e Silveira, Elaine da Prevalência de sintomas osteomusculares e fatores associados em trabalhadores de uma indústria metalúrgica de Canoas - RS. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2008, v. 13, n. 2 [Acessado 11 Julho 2021], pp. 507-516. Disponível em: . Epub 11 Feb 2008. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232008000200026>.

Oliveira, Max Moura de et al. Problema crônico de coluna e diagnóstico de distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT) autor referidos no Brasil: Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. *Epidemiologia e Serviços de Saúde* [online]. 2015, v. 24, n. 2 [Acessado 12 julho de 21], pp. 287-296. Disponível em: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742015000200011>. Epub Apr-Jun 2015. ISSN 2237-9622. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742015000200011>.

Revista Eletrônica Gestão & Saúde ISSN: 1982-4785 Gandon LFM, Ferraz RRN, Pavan LMB et al Artigo Original Rev. Gestão & Saúde (Brasília) Vol. 08, n. 01, Jan. 2017. P 92-113 92 Redução das faltas e dos acidentes de trabalho com base na implementação de melhorias ergonômicas na linha de produção de um frigorífico gaúcho Luiz Fernando Martins Gandon , Renato Ribeiro Nogueira Ferraz , Luciana Maria Bernstein Pavan , Ana Paula Demarco Resende Esmelindro Zaions.

Silva, André Calil e et al. Escalas de Borg e OMNI na prescrição de exercício em cicloergômetro. *Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano* [online]. 2011, v. 13, n. 2 [Acessado 13 Julho 2021], pp. 117-123. Disponível em: . Epub 20 Jul 2011. ISSN 1980-0037. <https://doi.org/10.5007/1980-0037.2011v13n2p117>.

A acurácia da Escala de Borg modificada no exercício de crianças e adolescentes com fibrose cística. Patrícia Xavier Hommerding. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil. 2008.

Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício, São Paulo. v.12. n.80. Suplementar 3. p.1180-1185. Jul./Dez.2018. ISSN 1981-9900. ESCALA DE PERCEPÇÃO SUBJETIVA DE ESFORÇO DE BORG COMO FERRAMENTA DE MONITORIZAÇÃO DA INTENSIDADE DE ESFORÇO FÍSICO Pauline Louise Kellermann Kaercher., Marcelo

Henrique Glänzel,Guilherme Görgen da Rocha, Luiza Müller Schmidt, Patrik Nepomuceno, Luana Stroschöen, Hildegard Hedwig Pohl,Miriam Beatrís Reckziegel.

Silva, Corrêa, Danilo. et al. Contribuições científicas de Bernard Forest de Bélidor para o estudo e a organização do trabalho. São Paulo, SP. Editora Unesp: Cultura Acadêmica, 2010.

Marafon, Carine. et al. Benefícios do Investimento em Automação no processo de Empacotamento de Farinha de Trigo. Anais Engenharia de Produção. Academia de Engenharia da Uceeff, 2018.

Delwing, Becker, Eduardo. Análises das condições de trabalho em uma empresa do setor frigorífico a partir de um enfoque macro ergonômico. Porto Alegre, RS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Engenharia, 2007.

Capítulo 114 - DOI:10.55232/1084002114

**“MASCULINIDADE” DE TIAGO IORC: MASCULINIDADE
TÓXICA E REPERCUSSÕES SOCIAIS**

**Ingrid Harmony Cabral da Silva, Maria Tharcilla Vitória dos Santos
Figueiredo**

Historicamente, a sociedade brasileira do século XX era considerada patriarcal, a qual tinha o homem como sendo a base da estrutura familiar e social. No entanto, a partir do movimento feminista brasileiro, houveram mudanças significativas no ordenamento jurídico brasileiro, com o intuito de alcançar a igualdade entre homens e mulheres, a exemplo da inclusão de novos tipos penais, como a tutela dos crimes de violência doméstica e o assédio sexual. Apesar das inúmeras evoluções legislativas, impregnou-se na sociedade uma herança advinda dessa era: a masculinidade tóxica, a qual perfaz-se por meio de expectativas projetadas sobre os homens, que estabelecem a adoção de determinadas atitudes e costumes a serem seguidos, a fim de ocuparem o lugar que, em tese, lhes cabe na sociedade. Tais comportamentos, designados ao gênero masculino, causa malefícios não apenas à sociedade, mas também a ele próprio. É o que retrata e exemplifica a canção “Masculinidade”, interpretada por Tiago Iorc, a qual evidencia, em sua letra, as exigências, insensibilidade, infrangibilidade, inexpressividade e repressão vivenciadas pelos homens em virtude da cultura vigente. Neste ínterim, o presente resumo possui como objetivo analisar as repercussões sociais advindas desta problemática, sobretudo na perpetuação da violência de gênero praticada contra as mulheres, bem como da misoginia e do machismo. Para isso, realizou-se um estudo de natureza exploratória, feito por meio de pesquisa e revisão bibliográfica em livros e periódicos, relacionados ao tema, bem como a canção em comento. O vocábulo “masculinidade” guarda, ainda, uma outra definição que, por si só, demonstra definir a masculinidade tóxica: “virilidade”, termo trazido na canção em apreço. Apresentado como um sinônimo, sintetiza a ideia de que o homem precisa, perante os olhos da sociedade, ter características historicamente associadas ao gênero masculino, isto é, ser destemido, autoritário, corajoso, impositivo, forte, másculo e congêneres. O ideário de “masculinidade” opera como uma fábrica de indivíduos que perpetuam alguns dos maiores problemas da sociedade contemporânea: a violência de gênero, a homofobia e até mesmo o suicídio. Diante disso, o presente estudo visa discutir a masculinidade tóxica e como ela afeta toda a sociedade, em especial os homens, pois deteriora a saúde física e mental destes, além de apresentar-se como uma reprodução da violência de gênero, a qual também atinge mulheres. Assim, a cultura machista ainda tem forte presença em nosso corpo social, revelando-se de várias formas e prejudicando a todos. Por isso, o desfecho de tais atitudes de homens dominadores e abusivos, comumente, é cometer crimes previstos na configuração da violência doméstica e de gênero contra a mulher ou, até mesmo, quando os afligem, ocorre a prática do suicídio. Portanto, conclui-se que a masculinidade tóxica resulta das origens das estruturas sociais patriarcais e se reflete na existência da desigualdade e da violência de gênero, as quais acometem tanto as mulheres, quanto os homens e toda sociedade ao seu redor, vilipendiando-se garantias constitucionais e direitos de outros diplomas legais, como a da igualdade e a da

dignidade da pessoa humana, cujo fundamento sustenta-se na vedação do tratamento humilhante, desumano ou degradante.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Música, Masculinidade.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: . Acesso em: 14 ago. 2022.

DIAZ, Luccas. O que é masculinidade tóxica e como ela afeta homens e mulheres. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/o-que-e-masculinidade-toxica-e-como-ela-afeta-homens-e-mulheres/>.

IORC, Tiago. Masculinidade. Youtube, 02 nov. 2021. Disponível em: .

Capítulo 115 - DOI:10.55232/1084002115

REFORMA DA PREVIDÊNCIA: QUAL A MUDANÇA?

Jéssica Karoline dos Santos, Eduarda Vieira Costa, Vânia Ereni Lima Vieira

Introdução: Há uma relevante discussão a respeito da iminente reforma da previdência, provocando instabilidade e preocupação na classe dos trabalhadores. Considerando que a previdência social é um sistema público que garante as aposentadorias aos trabalhadores, além de ter a finalidade de protegê-los quando não tiverem como exercer a atividade laborativa, ainda assegura proteção contra eventuais riscos econômicos. Trata-se ainda da possibilidade da concessão de benefícios como auxílio-doença, salário-maternidade e pensão por morte. Objetivo: O objetivo do trabalho consiste em analisar as possíveis mudanças advinhas da reforma previdenciária e seus efeitos quanto à preservação dos direitos fundamentais do trabalhador. Método: Para o desenvolvimento desta pesquisa, aplicou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental, utilizando-se do método dedutivo, empregando a abordagem exploratória Resultados e discussão: Verificou-se que a proposta é que a idade mínima para mulheres se aposentarem é de 62 anos, e os homens são mantidos os 65 anos, e o tempo de contribuição mínimo para ambos é de 25 anos. Com a reforma a regra de transição é de que não haverá idade mínima para atuação, contanto com valor menor de 30% sobre o tempo de contribuição que falta para a aposentadoria, 35 anos de contribuição para homens e 30 para mulheres. As pensões continuam vinculadas ao salário mínimo, sendo possível acumular pensões e aposentadorias, desde que o valor não ultrapasse dois salários mínimos, reduzindo assim o limite de tais prestações. (KAORU, 2019) Conclusão: Diante da análise, concluiu-se, portanto, que as mudanças são consideradas necessárias, contudo, exigirá maior tempo de contribuição e redução do valor de alguns benefícios. No entanto, a estruturada previdência social será preservada, uma vez que tem previsão constitucional, observando os direitos fundamentais dos trabalhadores. (TEMÓTEO; KAORU,2019).

Palavras-chave: Reforma da Previdência. Trabalhador. Aposentadoria. Benefícios. Mudanças.

Referências Bibliográficas:

KAORU, Thâmara. **Previdência: compare como é a aposentadoria hoje e o que o governo propõe.**2019. Disponível em< <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/02/20/reforma-da-previdencia-o-que-pode-mudar-aposentadoria-inss.htm>>. Acesso em: 17 maio 2019.

TEMÓTEO, Antonio; KAORU, Thâmara. **Mudanças na aposentadoria.** 2019 Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/reforma-da-previdencia-o-que-muda-na-aposentadoria/index.htm#mudancas-na-aposentadoria>>. Acesso em: 17 maio 2019.

Capítulo 116 - DOI:10.55232/10840020116

**A IMPORTÂNCIA DO MAPA DE EMPATIA NO
PROCESSO DE IDEAÇÃO EM PRODUTO DE INOVAÇÃO
SOCIAL**

**Aline Cristina Antoneli, Elpídio Ribeiro Neves, Gertrudes Aparecida
Dandolini**

RESUMO: A pesquisa que deu origem a este artigo teve como objetivo, a análise da aplicação do Mapa de empatia (ME) em uma iniciativa social. O campo de aplicação escolhido foi a iniciativa social EuTeGuio, ação criada com a finalidade de apoiar a rotina de crianças autistas. A pesquisa exploratória, de base qualitativa, explorou a aplicação do ME na iniciativa social, adotando, para coleta de dados necessárias ao trabalho, o método de entrevistas em profundidade. Foram entrevistadas 08 (oito) mães de crianças autistas. O estudo apresenta o protótipo web da iniciativa EuTeGuio, assim como a influência do ME na elaboração de suas funcionalidades. A pesquisa permitiu concluir que a adoção do ME contribui para a qualidade da inovação oferecida e se mostra importante para a ideação de produtos.

Palavras-chave: Mapa de empatia, Processo de ideação, Transtorno do espectro do autismo

INTRODUÇÃO

Ciência e tecnologia tem desempenhado um papel profundamente importante em ajudar pessoas a viver vidas mais longas e saudáveis, mas contas simples no qual progresso está diretamente causado pela tecnologia, invariavelmente desmoronam em uma inspeção mais próxima, pois a avaliação de progresso tem vindo sobre o mútuo reforço das inovações sociais, econômicas, tecnológicas e políticas. Um destes campos, a Inovação Social, pode ser definida como atividades inovativas e serviços que são motivados pelo objetivo de encontrar uma necessidade social e que são predominantemente desenvolvidas e difundidas através de organizações as quais seus principais propósitos são sociais (MULGAN, 2007).

Para se desenvolver soluções que vão de encontro às necessidades básicas das pessoas é necessário que sejam utilizados métodos e ferramentas que aproximem ou incluam os interessados na construção destas soluções em todas as etapas de seu desenvolvimento (BROWN; WYATT, 2010). O design thinking atualmente é uma das metodologias mais utilizadas para desenvolvimento de novos produtos que atendam às necessidades sociais das pessoas. Este pensamento de design se caracteriza por incluir o público alvo em todas as etapas de criação, desenvolvimento, prototipação, testes e entrega de um produto, portanto, vem sendo muito utilizado para projetos de inovação social.

Existem várias ferramentas do design thinking que são utilizadas para o desenvolvimento de produtos de inovação nas mais diversas áreas, em todas as fases do projeto a partir de perspectivas diferenciadas na concepção destes produtos. O Mapa de Empatia (ME), foco de estudo do presente artigo, criado por Scott Matthews, da Xplane1, adaptado por Gray, Brown e Macnufo (2010), e também adaptado e disseminado por Osterwalder e Pigneur (2011) é uma destas ferramentas, tendo seu foco na etapa de ideação de produtos, pois se caracteriza por organizar o que o público-alvo pensa, sente, fala, ouve e vê.

O objetivo do presente artigo vem, portanto, apresentar, a partir da metodologia de Análise de Conteúdo, uma análise do ME da iniciativa social EuTeGuio, a importância desta ferramenta na ideação de produtos de inovação social. Será apresentado o protótipo web da iniciativa, assim como o ME influenciou na elaboração de suas funcionalidades.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para compreensão da origem e aplicações do ME, faz-se necessário abordar os conceitos de empatia, design thinking e proceso de ideação, apresentados a seguir.

Empatia é a simpatia de identificação e afinidades. Na psicologia e nas neurociências contemporâneas, a empatia é uma "espécie de inteligência emocional" e pode ser dividida em dois tipos: a cognitiva - relacionada com a capacidade de compreender a perspectiva psicológica das outras pessoas; e a afetiva - relacionada com a habilidade de experimentar reações emocionais por meio da observação da experiência alheia (EISENBERG; STRAYER, 1987). Nas pesquisas científicas, a empatia é considerada uma condição básica para que se reconheça a condição de sujeito das pessoas alvo de cada pesquisa, ao invés da relação sujeito-objeto das pesquisas tradicionais, de inspiração positivista. Brandão (1981) afirma tratar-se de conceito científico em evolução, cujas construções também se constituem em desafios práticos a serem enfrentados para o desenvolvimento das ciências humanas.

O design thinking integra o que é desejável do ponto de vista humano ao que é tecnológica e economicamente viável, sendo possível aplicar técnicas de design a uma ampla gama de problemas Brown et. al (2010), como representado na figura 1.

Figura 1. Critérios sobrepostos para implementação de boas ideias



Fonte: Adaptado de Brown et. al (2010)

No design thinking a empatia é uma das bases juntamente com a colaboração e experimentação das ideias. Brown et. al (2010) considera o construto como a tentativa de ver o mundo através dos outros, compreender o mundo por meio das experiências alheias e de sentir o mundo por suas emoções.

Ideação é o ato ou efeito de idear, conceber, criar na mente, formar, planejar, projetar, encadear ideias (IDEAÇÃO, [2013]). No design thinking, o processo de ideação é caracterizado pelo processo de síntese que vem após a observação em campo, no qual a equipe distingue o que o viu e ouviu em insights que podem levar a soluções ou oportunidades de mudança (BROWN; WYATT, 2010).

Mapa de Empatia

Autores como Bratsberg (2012), Gray, Brown e Macanufó (2010), Xander (2011) e Ferreira et. al (2015), consensam em dizer que o ME foi concebido inicialmente por Scott Matthews, então sócio da empresa de pensamento visual Xplane¹. Seu sócio na empresa, Dave Gray, incluiu a ferramenta em seu livro *Gamestorming* (GRAY; BROWN; MACANUFO, 2010).

Posteriormente, Alexander Osterwalder e Yves Pigneur ampliaram e popularizaram a solução em seu livro *Business Model Generation* (OSTERWALDER; PIGNEUR, 2011). O ME, como ferramenta do design thinking, tem seu uso ainda em consolidação em recentes pesquisas nas mais variadas áreas do conhecimento. Em busca na base de dados Scopus² utilizando os constructos “empathy map” nas palavras-chave, resumo e títulos de artigos pesquisados, exibiu como resultado somente 07 (sete) artigos, sendo que o mais antigo data de 2013, fazendo-se perceptível que o tema é recente na área acadêmica. Os artigos trazidos pela consulta distribuem-se nas áreas de Design de Interação (CHEN; CHOU, 2013), Teste de Software (NIMURA; KIKUSHIMA; AOYAMA, 2014), no auxílio de elaboração de plataforma de E-Learning (OSTROWSKI et. al, 2015), na área de Usabilidade, como avaliação de experiência do usuário (User Experience – ou UX) (FERREIRA; CONTE; BARBOSA, 2015, 2016), no auxílio a solução para pacientes com problemas mentais (TOCHETTO et. al, 2016), tendo seu uso inclusive na Inovação Social (BORGES, 2014) como ferramenta para ideação de

¹ www.xplane.com

² www.scopus.com

soluções que atendam necessidades básicas e específicas de uma região ou população.

Gray, Brown e Macanufo (2010) propuseram seis diferentes áreas que podem ser cobertas quando é feito um ME de uma pessoa. Adicionalmente, Bland (2012, apud GRAY; BROWN; MACANUFO, 2010) mencionou Dores e Ganhos (Pain e Gain) como áreas importantes a serem observadas.

As oito áreas que são comumente cobertas em um ME são: I) O que a pessoa vê: O que a pessoa está percebendo em seu ambiente circundante? II) O que a pessoa diz: O que a pessoa está especificamente dizendo? Quais são as palavras ou frases que a pessoa continuamente utiliza? III) O que a pessoa faz: O que esta pessoa está fazendo? Quais atividades ele ou ela gosta? Quais são as coisas que ela faz diariamente? IV) O que a pessoa pensa: O que a pessoa está atualmente pensando? Os seus pensamentos os mesmos que as suas palavras? V) O que a pessoa sente: O que a pessoa está sentindo? Como o ambiente afeta os seus sentimentos? Como a pessoa lida com seus sentimentos? VI) O que a pessoa ouve: O que a pessoa está ouvindo? Que sons ou palavras a pessoa está percebendo? VII) Quais são suas dores/desafios: Quais são os desafios que a pessoa está enfrentando? Há algum que é doloroso enfrentar? VIII) Ganhos: O que a pessoa está tentando fazer? Como ela mensura sucesso? Que resultados ela está tentando alcançar? (BRATSBURG, 2012).

A figura 02 apresenta visualmente o ME.

Figura 02. Mapa de Empatia



Fonte: Osterwalder, Alex et al. Business Model Generation
Traduzido por: www.tmgbrasil.com

Fonte: Osterwalder e Pigneur (2010)

CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA E METODOLOGIA UTILIZADA

A pesquisa pode ser classificada como exploratória, de base qualitativa, que apresenta um estudo exploratório do ME da iniciativa social EuTeGuio, desenvolvido em 2015, a partir da entrevista em profundidade com 08 (oito) mães de crianças autistas, que realizam acompanhamento na AMA (Associação dos Amigos dos Autistas), em Florianópolis, SC, Brasil.

Para a análise do mapa, foi aplicado o método de Análise de Conteúdo (MORAES, 1999), que constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum, pois a busca de uma compreensão mais profunda não pode ignorar o conteúdo latente das mensagens, revelado antes pelo não dito que pelo expresso. Isto corresponde a uma leitura que capta nas entrelinhas motivações inconscientes ou indizíveis, reveladas por descontinuidades e contradições. Por isso um texto pode ter inúmeros significados. A abordagem é a indutivaconstrutiva, que toma como ponto de partida os dados. Sua finalidade não é generalizar ou testar hipóteses, mas construir uma compreensão dos fenômenos investigados (MORAES, 1999).

APRESENTAÇÃO DO CASO: EUTEGUIO, UMA INTERFACE INTERATIVA QUE APOIA ROTINA DE CRIANÇAS AUTISTAS

O Transtorno do espectro do autismo (TEA) e Autismo são termos gerais de um grupo de doenças complexas de desenvolvimento do cérebro. Estes distúrbios são caracterizados, em diferentes graus, pelas dificuldades de interação social, verbal e não verbal. De acordo com publicação encontrada em Autismo [2014], estima-se, com níveis de comprometimento

classificados entre leve, moderado e severo, no Brasil 1(um), em cada 10 crianças possuem algum grau do TEA, com prevalência maior em meninos, com proporção de 3 homens para 1 mulher.

No mundo, de acordo com CDC (2015), estima-se que cerca de 1 em cada 68 crianças da população mundial entre 6 a 17 anos, tem sido identificada com TEA. Oliveira et. Al (2016) trazem que no mundo há 1,47% de pessoas com o TEA, enquanto no Brasil, as estatísticas mostram que 10% de todas as crianças estão incluídas com o espectro autista, 67% do sexo masculino.

Em etapa inicial no processo de ideação das iniciativas selecionadas para o Social Good Brasil Lab 2015³, tinha-se como proposta utilizar a tecnologia como ferramenta de apoio à criança autista e à sua família. Não se tinha ideia, inicialmente, de quais seriam as funcionalidades da ferramenta tecnológica que se propunha desenvolver. Para que se chegasse ao objetivo da ferramenta, foi necessária a imersão no contexto da criança e da família.

Decidiu-se, então, realizar uma entrevista semiestruturada com 08 (oito) mães de crianças com TEA, que realizam acompanhamento na AMA⁴, em Florianópolis, com o objetivo de compreender o contexto no qual a criança está envolvida.

As perguntas aplicadas, entre outras, consistiam em saber quando foi realizado o diagnóstico de autismo, quais são as limitações, os maiores desafios, as alegrias e os sonhos dos envolvidos. Procurou-se também saber como é o relacionamento com a família, amigos, escola e como é a rotina da família por conta da situação de seus filhos. Além da familiaridade da criança e da família com a tecnologia, incluindo computadores e dispositivos móveis.

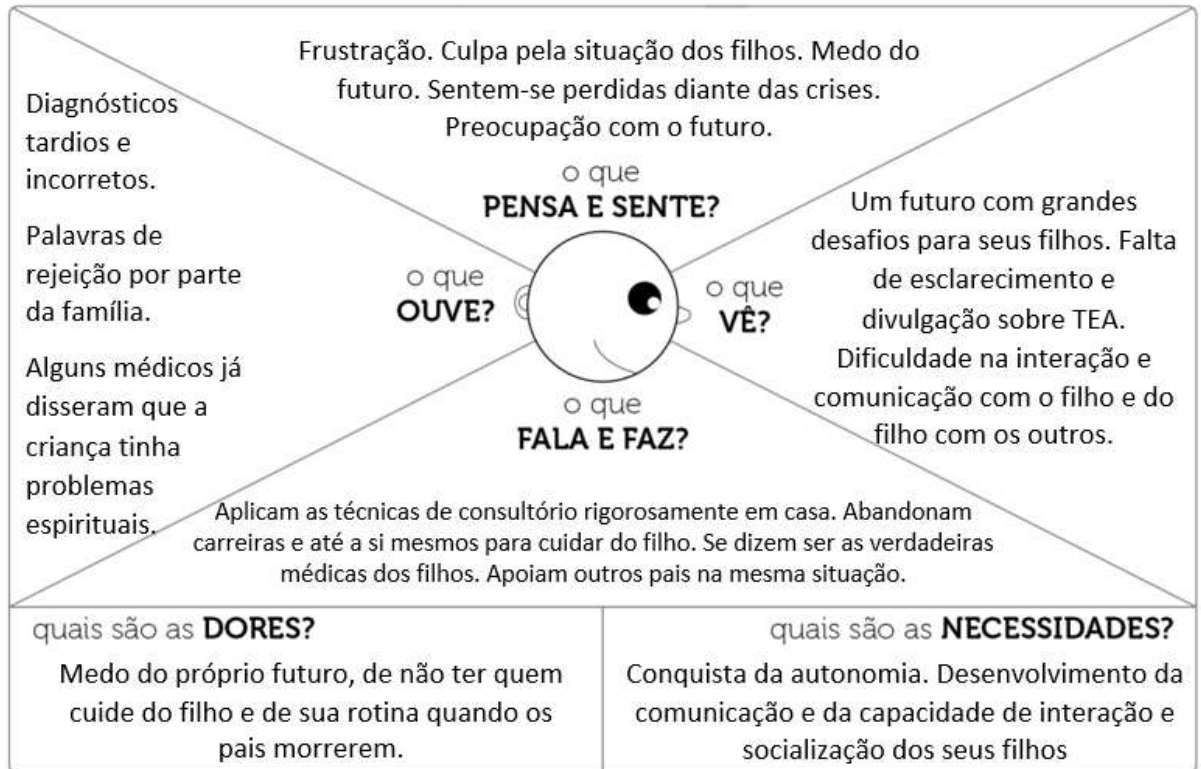
ME desenvolvido

A partir da entrevista em profundidade, foi desenvolvido o ME do contexto, sendo possível estruturar o que as mães pensam, sentem, falam, ouvem e que tipo de insight pôde ser gerado. A figura 3 apresenta de forma gráfica o ME gerado.

³ www.sgb.orb.br/lab

⁴ <http://www.amaf Florianopolis.org.br/site/>

Figura 3. ME da Iniciativa Social EuTeGuio



Fonte: Oliveira et. al (2016)

Os tópicos a seguir apresentam a visão dos empreendedores que o desenvolveram, detalhando e interpretando dentro do modelo do ME o que ouviram e viram na realidade observada.

O que as mães de autistas pensam e sentem

Através das entrevistas realizadas, pode-se perceber que algumas mães de crianças autistas sentem-se frustradas pela situação em que veem seus filhos. Percebeu-se a utilização da palavra “culpa”. Sentem-se totalmente responsáveis por cada detalhe da vida deles e dedicam toda sua vida à criação deles. Abdicam de carreira, estudo e até do cuidado de si mesmas para criar, acompanhar e auxiliar os filhos autistas para desenvolverem autonomia. Algumas se sentem muito esperançosas e confiantes com relação ao futuro deles, embasados no progresso da ciência, mesmo temendo todo tipo de situação, entre violência e o medo de morrerem e deixarem os filhos sem ter quem os cuidem.

O que as mães de crianças autistas veem

Elas veem um futuro com muitos desafios para os seus filhos. Desafios dos mais variados tipos. Elas veem que seus filhos enfrentarão muitas dificuldades, pois não acreditam que a população brasileira esteja bem esclarecida e saiba lidar bem com pessoas com necessidades especiais, principalmente em áreas não urbanas. Elas veem que seus filhos enfrentarão dificuldades na idade adulta em termos de se expressarem, de conviverem em sociedade, de serem aceitos. Algumas mães dizem não conseguir visualizar os filhos sozinhos adultos trabalhando e acreditam ser um desafio muito grande a autonomia, o desenvolvimento da autonomia para as pessoas que se encontram nesta condição.

O que as mães de crianças autistas escutam

Percebeu-se que as coisas que essas mães mais ouviram e ouvem é o diagnóstico tardio, até mesmo intrauterino, a falta de preparação que algumas instituições e áreas do conhecimento que possuem são escassas com relação à doença, como exemplar a pediatria e até mesmo a psicologia. Muitas ouviram diversos diagnósticos dos mais diferentes tipos para o comportamento diferenciado de seus filhos antes de chegarem ao diagnóstico de autismo. Algumas mães ouvem da própria família, dos próprios pais e avós, palavras de rejeição. Muitos familiares não aceitam, abandonam, não convidam os pais e mães para o convívio familiar, por causa do filho que possui esse transtorno.

O que mães de crianças autistas falam e fazem

Elas se dizem serem as verdadeiras médicas, terapeutas e psicopedagogas de seus filhos, pois possuem uma consciência profunda de que todas as terapias e acompanhamentos desenvolvidos em consultório precisam ser rigorosamente aplicados em casa. Elas fazem de tudo para que a rotina de seus filhos seja menos alterada possível.

Normalmente, elas deixam sua vida profissional, sua vida pessoal para se dedicarem exclusivamente aos seus filhos, para coloca-los em um caminho autônomo e independente. Tudo que dizem, são e fazem está relacionado à vida do filho autista. Algumas levam até uma vida mais normal, com carreira e emprego, possuem outros filhos, mas sua fala gira em torno de ser este guia, este apoio para seus filhos autistas. Algumas dedicam sua vida também a auxiliar outras mães e outras famílias que passam pela mesma situação, atuando em associações e instituições de apoio.

Quais são suas dores e fraquezas

Frustração, algumas disseram que já se sentiram culpadas por seus filhos terem seus filhos nesta condição. Elas possuem medo do seu próprio futuro, medo de morrer e se ausentarem de seus filhos, não tendo quem cuide deles. Algumas expressaram que se sentem perdidas com relação às angústias dos filhos. Se sentem impotentes diante dessa situação.

Quais são seus anseios e interesses

Anseiam pela conquista da autonomia, desenvolvimento da comunicação e capacidade de socialização e interação de seus filhos. Essas mães não possuem sonhos e anseios próprios. Todos os seus interesses estão em torno da realização e do desenvolvimento de seus filhos, mesmo que sejam nas mínimas coisas. Para elas, realizar um sonho significa ver seus filhos conseguirem tomarem banho sozinhos, adquirirem a mínima noção de perigo, reconhecerem expressões das pessoas, se comunicarem, escreverem os seus próprios nomes, cuidarem da própria higiene, conseguirem desenvolver a fala, nem que seja o mínimo possível.

Análise do ME

Para a análise do mapa, foi aplicado o método de Análise de Conteúdo (MORAES, 1999), que constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum, pois a busca de uma compreensão mais profunda não pode ignorar o conteúdo latente das mensagens, revelado antes pelo não dito que pelo expresso.

Para o objeto em questão, o ME, a leitura realizada busca por palavras que se destacaram entre os tópicos, auxiliou na compreensão da necessidade latente a ser levantada. Buscou-se realizar uma leitura que capta nas entrelinhas motivações inconscientes ou indizíveis (MORAES, 1999).

No tópico “O que as mães de autistas pensam e sentem”, a palavra “Autonomia” é mencionada uma vez, juntamente com “medo de ausência” por não terem com quem deixar os filhos e os mesmos não conseguirem se cuidar sozinhos. No tópico “veem” a palavra

“autonomia” aparece duas vezes, onde as mães acreditam não conseguirem visualizar os filhos adultos trabalhando sozinhos e autônomos. As palavras “comunicação” e “interação” também são utilizadas com ênfase neste tópico, pois as mães também consideram um grande desafio a capacidade comunicativa de seus filhos. No tópico “escutam” as palavras “diagnóstico tardio”, “abandono” e “rejeição” são as mais evidentes. No tópico “falam e fazem” é perceptível o esforço das mães para que a rotina dos filhos não seja alterada. São apresentadas as palavras “rotina” e “caminho autônomo”, onde é reiterada a importância destas temáticas para o autista.

No tópico “dores e fraquezas” as palavras “frustração”, “impotentes” e “medo do futuro”, relacionado ao fato de temerem não haver quem cuide de seus filhos, nos leva a perceber que é importante a preparação do indivíduo com relação à autonomia, para que ele consiga se estabelecer como um adulto que consegue se cuidar. No tópico “anseios e interesses”, “conquista da autonomia” e “realizar um sonho” estão intimamente ligadas, pois a expressão indica que para as mães os filhos “consequirem tomar um banho sozinhos” e “adquirirem a mínima noção do perigo” representam, para elas, sua realização pessoal como mães.

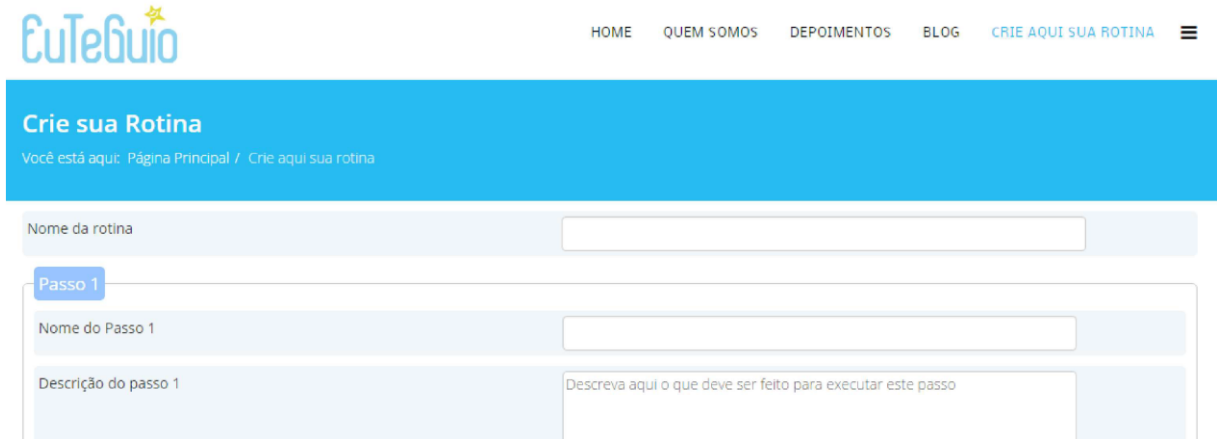
A repetição da palavra “autonomia”, aliada com “medo de morrer”, a ligação entre “conquista da autonomia” com “realizar um sonho”, a partir da aplicação da técnica de Análise de Conteúdo, nos leva a perceber que a necessidade latente para as mães destas crianças é ver seus filhos autônomos, conseguindo ter sua rotina devidamente preparada. Desenvolver uma ferramenta que auxiliasse a família na preparação da rotina a ser seguida, tornou-se algo relevante de ser desenvolvido e que só pôde ser verificado a partir das dores e necessidades levantadas no ME.

Protótipo Web do EuTeGuio

O presente tópico apresenta o protótipo web gerado a partir do ME gerado. Uma das telas pode ser vista na figura 4. O sistema consiste em que seja realizado um cadastro para inserção das atividades. Os pais ou responsáveis podem dar um nome para a rotina no campo “Nome da Rotina”, através da data ou ocasião a criança necessita, por exemplo: “Durante a semana” ou “Ida ao Fonoaudiólogo”. Posteriormente, podem detalhar os passos para a realização daquela atividade no campo “Nome do Passo 01”, como por exemplo: “Escovar os Dentes”, e a descrição das atividades que precisam ser realizadas para a execução daquele passo, no campo “Descrição do Passo 01”, como por exemplo: “abrir a pasta de dentes, passar na

escova, fechar a pasta de dentes e escovar”. No protótipo também seria possível inserir uma imagem que representasse aquele passo que estava sendo executado, sendo que poderia ser uma imagem própria ou retirada da base de dados previamente preparada.

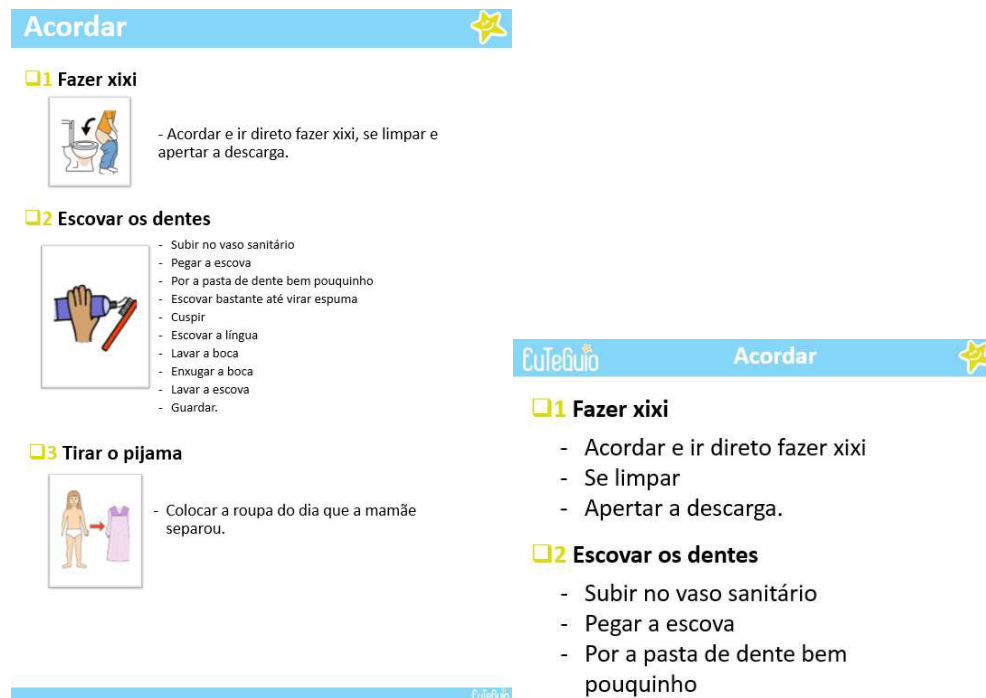
Figura 4. Tela do protótipo do EuTeGuio



Fonte: Oliveira et. al (2016).

A figura 5 apresenta as rotinas geradas pelo protótipo, podendo ser imagem e texto, somente texto, uma rotina por tela, ou várias por tela.

Figura 4. Telas geradas pelo protótipo



Acordar



1:Fazer xixi

Acordar e ir direto fazer xixi, se limpar e apertar a descarga.

EuTeGuio

Fonte: Oliveira et. al. (2016)

Em 30 (trinta) dias após a criação do protótipo web, 5000 (cinco mil) pessoas envolvidas com a causa do autismo foram contactadas. Destas, 163 (cento e sessenta e três) responderam a um questionário aplicado sobre a importância e interesse em experimentar o protótipo criado. Das 163, 31 (trinta e uma) pessoas utilizaram o protótipo e receberam a rotina criada. Os feedbacks colhidos sugeriram melhorias na interface. Os usuários identificaram a necessidade do sistema fornecer as imagens que representam a rotina, já que com o protótipo apresentado, é possível somente carregar imagens do próprio usuário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve por objetivo a análise da aplicação do ME na ideação do protótipo da interface interativa de auxílio a crianças e adolescentes autistas, o EuTeGuio. Após análise, discussões, reflexão e a formulação do consenso acerca dos resultados encontrados, o estudo permitiu considerar que a utilização desta ferramenta foi oportuna e essencial para a continuidade do desenvolvimento do protótipo. No levantamento das necessidades e contexto os quais as crianças estavam inseridas, foi percebido que a alteração de atividades, sem a devida preparação, tende a gerar sofrimento à criança e à família.

A partir da metodologia Análise de Conteúdo (MORAES, 1999), foi realizada uma análise a partir das palavras e expressões que foram mais repetidamente utilizadas pelas mães e expressas no ME desenvolvido. As palavras “autonomia”, “conquista da autonomia” foram as que mais se destacaram no mapa apresentado, reiterando a necessidade de se desenvolver uma ferramenta que apoiasse a criança em sua rotina diária. Pode-se considerar que, dentro do contexto da Inovação Social, a utilização do ME pode ser replicada, sendo importante que a aplicação da ferramenta ocorra no início do processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTISMO afeta cerca de 1% da população, [2014]. Disponível em: <http://www.saude.mg.gov.br/component/gmg/story/6884-autismo-afeta-cerca-de-1-da-populacao>. Acesso em 25 abr. 2015.

BORGES, D.Q. A contribuição do Storytelling em projetos de Inovação Social. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Design). 2014. Universidade Vale dos Sinos – Unisinos. 109 f. 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4511>. Acesso em: 23 set. 2016

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Pesquisa Participante. Brasiliense: São Paulo, 1981.

BRATSBURG, Hanne M., Empathy Maps of the FourSight Preferences. Creative Studies Graduate Student Master's Projects, 2012. Paper 176.

BROWN, Tim et al. Design thinking: uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

BROWN, T.; WYATT, J. Design thinking for social innovation. Stanford Social Innovation Review, 2010.

CDC. Autism Spectrum Disorder (ASD). 2015. Disponível em: <http://www.cdc.gov/ncbddd/autism/data.html>. Acesso em: 25 abr. 2015.

CHEN, Kuo-Pin; CHOU, Wen-Huei. Emotional Experience and Interactive Design in the Workplace. In: International Conference of Design, User Experience, and Usability. Springer Berlin Heidelberg, 2013. p. 446-454.

EISENBERG, Nancy; STRAYER, Janet. Critical issues in the study of empathy. New York, NY, US: Cambridge University Press, 1987.

FERREIRA, B. et. al. Designing personas with Empathy Map. SEKE Conference, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/276207468_Designing_Personas_with_Empathy_Map. Acesso em: 24 set. 2015

FERREIRA, Bruna; CONTE, Tayana; BARBOSA, Simone Diniz Junqueira. Eliciting Requirements using Personas and Empathy Map to Enhance the User Experience. In: Software Engineering (SBES), 2015 29th Brazilian Symposium on. IEEE, 2015. p. 80-89

GRAY,D.; BROWN, S.; MACANUFO, J. Gamestorming: A Playbook for Innovators, Rulebreakers, and Changemakers. Sebastopol, CA: O'Reilly Media, 2010.

IDEAÇÃO. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], [2013]. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/idea%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 23 set. 2016.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html. Acesso em: 24 set. 2016

MULGAN, G. et. al. Social innovation: what it is, why it matters and how it can be accelerated. London: The Young Foundation, 2007.

OLIVEIRA, A.C. et. al. Ferramentas do design thinking no desenvolvimento do EuTeGuio, uma interface interativa de auxílio a crianças autistas. In: Anais do IV Simpósio Internacional de Inovação em Mídias Interativas. 2016. p. 702-716

OSTERWALDER, Alexander; PIGNEUR, Yves. Business model generation: a handbook for visionaries, game changers, and challengers. John Wiley & Sons, 2010.

OSTROWSKI, Sławomir et al. User-friendly E-learning Platform: a Case Study of a Design Thinking Approach Use. In: Proceedings of the Multimedia, Interaction, Design and Innovation. ACM, 2015. p. 19.

TOCHETTO, Josiane et al. Design with Me: I Have Special Needs! The Case for Cerebral Palsy. In: International Conference on Universal Access in Human-Computer Interaction. Springer International Publishing, 2016. p. 214-222

XANDER, Machteld Faaz. The Empathy Map is a tool that brings the focus back to the most important component of innovation—people. 2011. Disponível em: <http://machteldfaaxander.com/toolbox/bab-03.html>. Acesso em: 20 set. 2016.